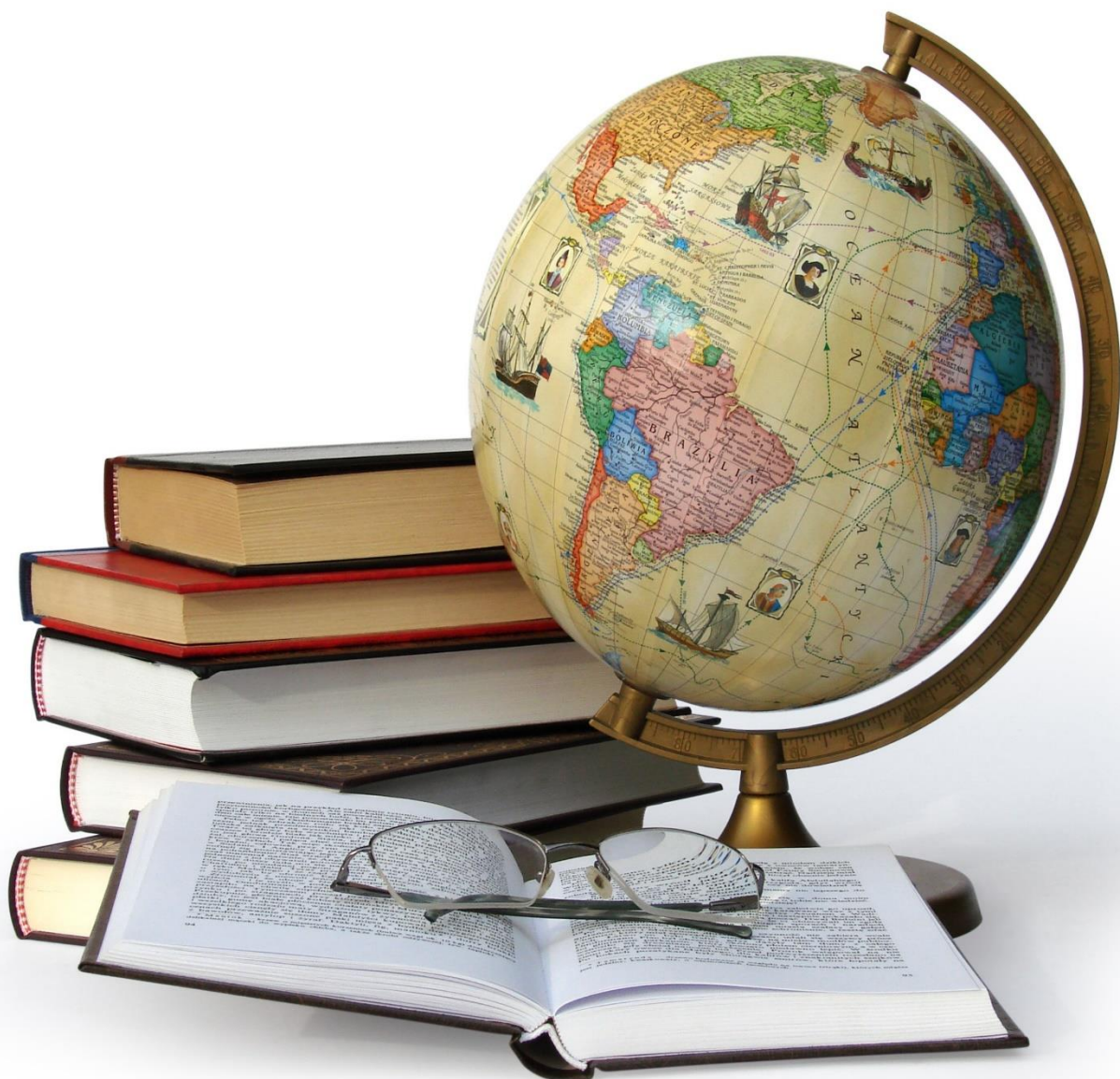


**ANAIS DO I FÓRUM DOS PROGRAMAS
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DO CENTRO-OESTE E DO IX
SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (UFG/PUC-GO)**



Goiânia
Novembro, 2016
ISSN 2176-6738

**ANAIS DO I FÓRUM DOS PROGRAMAS
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DO CENTRO-OESTE E DO IX
SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (UFG/PUC-GO)**

(Realizado nos dias 29 e 30 de Setembro de 2016)

Elias Nazareno
Marlon Salomom
Renata Cristina de S. Nascimento
[Orgs.]

Goiânia
Novembro, 2016
ISSN 2176-6738

ANAIS DO I FÓRUM DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DO CENTRO-OESTE E DO IX SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (UFG/PUC-GO)

(Realizado nos dias 29 e 30 de Setembro de 2016)

* * *

Organização Geral

Dr Elias Nazareno (UFG)
Dr. Marlon Salomom (UFG)
Dr^a Renata Cristina de Sousa Nascimento (PUC-GO/UFG)

Comissão Organizadora

Dr Cândido Moreira Rodrigues (UFMT)
Dr Eduardo Quadros (PUC-Go)
Dr^a Eliane Martins de Freitas (UFG- Catalão)
Dr Thiago Leandro Vieira Cavalcante (UFGD)
Dr Henrique Modanez de Sant'Anna (UNB)

Monitores

Ana Flávia Crispim Lima (Puc- Go)
Célia Maria dos Santos Barbosa (Puc-Go)
Hugo Rincon Azevedo (UFG)
Luan Frederico Paiva da Silva (Puc- Go)
Thainá Vieira Alves (Puc-Go)
Wdson C. Freire de Melo (Puc- Go)

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores. Os textos foram extraídos dos trabalhos submetidos sem que tenha havido alterações realizadas pelos organizadores desta publicação.

MELO, Wdson Cesar Freire de; NASCIMENTO, Renata Cristina de S.; NAZARENO, Elias. ANAIS DO I FÓRUM DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO CENTRO-OESTE E DO IX SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (UFG/PUC-GO) – Goiás: Goiânia – UFG/PUC-Goiás, 2016.

ISSN 2176-6738

Apoio

Programa de Pós- Graduação em História –
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Go)

Programa de Pós- Graduação em História –
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Programa de Pós-Graduação em História –
Universidade de Brasília (UNB)

Programa de Pós- Graduação em História (UFGD)

Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História
(UFG- Regional Catalão)

Programa de Pós- Graduação em História –
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	22
RELAÇÕES DE PODER E IDENTIDADE: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE MULHERES DA VILA SÃO JOSÉ E DE VICENTINA – MS (1951-1987)	24
<i>Adnara Thais Bordan Aranda Moya</i>	<i>24</i>
UTOPIA ENTRE “UTOPIAS”: UMA BREVE RE-DEFINIÇÃO CONCEITUAL.....	39
<i>Álvaro Ribeiro Regiani.....</i>	<i>39</i>
DO “MUNDO DO AUTOR” AO “MUNDO DO LEITOR”: A EXPERIÊNCIA DA NARRATIVA NA HISTÓRIA, E NA LITERATURA DO ESCRITOR ARGENTINO ERNESTO SÁBATO.....	51
<i>Amanda Alvarenga Fernandes.....</i>	<i>51</i>
O GÊNERO BIOGRÁFICO NO CAMPO DA HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA	65
<i>Ana Paula Moreira Pinto.....</i>	<i>65</i>
CRIME DE HONRA E CULTURALISMO JURÍDICO: JOSÉ FERRAZ DE ALMEIDA JR (1850-1899)	80
<i>Anna Paula Teixeira Daher.....</i>	<i>80</i>
O PROBLEMA DA ESCRAVATURA NA DECADENCIA DA CAPITANIA DE GOIÁS NO SÉCULO XVIII	93
<i>Augusthus Luiz de Souza Barbosa.....</i>	<i>93</i>
TESTEMUNHAS DE JEOVÁ: UMA BREVE ANÁLISE DAS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES PRESENTES NOS PERIÓDICOS A SENTINELA E DESPERTAI!.....	104
<i>Bruna Hanime Brito Soares</i>	<i>104</i>
CONCEPÇÃO DE POLÍTICA NOS ESCRITOS DE HANNAH ARENDT NA DÉCADA DE 1940	120
<i>Bruno Abnner Lourenzatto Silveira</i>	<i>120</i>

O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA IGREJA NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO DE DOURADOS/MS (1925-1957)	133
<i>Camila de Brito Quadros Lara</i>	133
ENSINO DA HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA, CULTURA MATERIAL E CURRÍCULO	146
<i>Clarissa Adjuto Ulhoa</i>	146
A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	163
<i>Chiara Laboissière Paes Barreto</i>	163
DEBATE HISTORIOGRÁFICO E CRONÍSTICO: EXPULSÃO E/OU CONVERSÃO DOS JUDEUS DE PORTUGAL NO REINADO DE D. MANUEL I (1495-1521)	172
<i>Cleusa Teixeira de Sousa</i>	172
A CAMINHO DE SANTIAGO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA PEREGRINAÇÃO DE SANTIAGO DE COMPOSTELA NO SÉCULO XII	186
<i>Cristiane Sousa Santos</i>	186
SER OU NÃO SER INCONSTITUCIONAL? EIS LADÁRIO: OS DESDOBRAMENTOS EM TORNO DA FORMAÇÃO DA MUNICIPALIDADE (1948-1960)	198
<i>Daiane Lima dos Santos</i>	198
O ESTADO DE SUSPENSÃO COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA-O CASO PRÁTICO DA VILA 31 DE MARÇO EM INHUMAS-GO NA REFLEXÃO TEÓRICA DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA	214
<i>Daniel Lucas Jesus Oliveira</i>	214
AS RELAÇÕES BRASIL-LÍBIA NO CONTEXTO DA DÉTENTE: ENTRE O PETRÓLEO E A POLÍTICA	230
<i>Danillo Alarcon</i>	230
SOBRE “ESCOVAR O SENTIDO (DO) PASSADO”: A DIMENSÃO HOMÉRICO-BENJAMINIANA DE UM POSSÍVEL MÉTODO HISTORIOGRÁFICO EM HANNAH ARENDT	244
<i>Diego Avelino de Moraes Carvalho</i>	244
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DE ALUNOS A PARTIR DE DISCURSOS PÚBLICOS SOBRE ÁFRICA E POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA	259

<i>Diogo Fraga Cruz</i>	259
ENTRE CONCEPÇÕES E INTERPRETAÇÕES: O TRABALHO COM AS FONTES HISTÓRICAS	273
<i>Elen Glauciene Silva</i>	273
AS CIDADES SÃO NO PARAGUAI, MAS A CULTURA É BRASILEIRA	289
<i>Elisandra Tomascheski</i>	289
EDUCAÇÃO HISTÓRICA, ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL GOIÂNIA, INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E O ATENTADO AO CHARLIE HEBDO	302
<i>Enelice Milhomem Jacobina Teixeira</i>	302
DO IMPRECISO À NARRATIVA: INCURSÕES PELO EFÊMERO	316
<i>Eva Cristina Franco Rosa dos Santos</i>	316
NARRATIVAS DE VIAGEM E O BRASIL DOS VIAJANTES	329
<i>Fernanda Soares Rezende</i>	329
REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICO-RELIGIOSA E OS ESCRITOS DE HILÁRIO DE POITIERS (Séc. IV)	345
<i>Fernando D. Teodoro Moura</i>	345
O FACEBOOK E O MPG – UMA PESQUISA QUALIQUANTITATIVA EM ANDAMENTO	361
<i>Gabriel De Araujo Oliveira</i>	361
O SANGUE DA TERRA: APROPRIAÇÃO E USO DO SOLO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA DA PEDRA NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS – TO	377
<i>Genivaldo Da Silva Santos</i>	377
EM BUSCA DO CÓDIGO PERDIDO	
<i>George Mendes Marra</i>	414
CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO DE PODER DA RAINHA REGENTE D. CATARINA DE ÁUSTRIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI	411
<i>Giovanna Aparecida Schittini dos Santos</i>	411
A DIALÉTICA DAS IMAGENS DOS NEGROS NO BRASIL NA FOTOGRAFIA DA SEGUNDA METADE DO OITOCENTOS E INÍCIO DO NOVECENTOS: POLÍTICA E ESTÉTICA A PARTIR DAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE GIORGIO AGAMBEN E GEORGES DIDI-HUBERMAN	428

<i>Golda Meir Gonçalves da Silva</i>	428
AS ATIVIDADES EXTRAJUDICIAIS DOS JUÍZES DE FORA DA VILA DO CUIABÁ (1767-1796)	445
<i>Gustavo Balbuena de Almeida</i>	445
OS VIDEOGAMES ENQUANTO MÍDIA DE CONVERGÊNCIA SOCIOCULTURAL. A DIMENSÃO ESTÉTICA DA CULTURA HISTÓRICA APRESENTADA NO JOGO “GOD OF WAR”	462
<i>Hugo Albuquerque de Moraes</i>	462
A MEMÓRIA DA MORTE RÉGIA COMO EVOCAÇÃO DE PODER: D. JOÃO I E O PANTEÃO DA BATALHA	476
<i>Hugo Rincon Azevedo</i>	476
O ENSINO DA HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL, referenciais curriculares e diário de classe	493
<i>Jaqueline Naiara Coradini de Oliveira</i>	493
CARTAS PARA HITLER: “MALDADE E OPORTUNISMO” TRAVESTIDOS DE VENERAÇÃO	512
<i>Jeanine Poock de Almeida Drumond</i>	512
A GUERRA DO PARAGUAI E AS DEMANDAS DE MOBILIZAÇÃO HUMANA E LOGÍSTICA DE GUERRA EM GOIÁS: O CASO DAS COMISSÕES MUNICIPAES E A PRODUÇÃO DE VÍVERES PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO, 1865-1870	527
<i>José Atanásio de Souza Filho</i>	527
LITERATURA DE TESTEMUNHO E PSICANÁLISE: UMA LEITURA SOBRE PRIMO LEVI	543
<i>Juliana Sousa Pacheco</i>	543
CORAÇÃO LEVIANO: DESILUSÃO E MORTE EM PAULINHO DA VIOLA	552
<i>Kenia Gusmão Medeiros</i>	552
POR UM INSTANTE DA VELHICE: O ESTUDO DO IDOSO NO ESTADO DE GOIÁS	
<i>Kryshia Freitas</i>	564
O FORTALECIMENTO DO PODER MONÁRQUICO ANTE AS DISPUTAS COM O PODER ECLESIAÍSTICO: D. DINIS E AS RELAÇÕES COM O CLERO NO REINO PORTUGUÊS (1292-1311)	579

<i>Láisson Menezes Luiz</i>	579
A PESQUISA SOBRE HISTÓRIA DA INFÂNCIA EM GOIÁS: DESAFIOS E AMBIÇÕES	595
<i>Lara Alexandra Tavares da Costa</i>	595
O PASSADO EM IMAGEM E MOVIMENTO	609
<i>Luana Beatriz Silvério</i>	609
"FORMANDO PARA TRANSFORMAR": A CRIAÇÃO DO INSTITUTO MILLENIUM	
<i>Lucas Patschiki</i>	642
IDENTIDADE MESTIZA: O PAPEL DOS ENSAIOS DE JUSTO SIERRA NO MÉXICO DURANTE O PORFIRIATO (1900-1911)	640
<i>Luciano Rodrigues Santos</i>	640
O FENOMENO PAN-LUSITANISTA EM PERSPECTIVA: DE SILVIO ROMERO À GILBERTO FREYRE (1902-1940)	652
<i>Marcello Felisberto Morais De Assunção</i>	652
II GUERRA MUNDIAL: MEMÓRIAS COMO COPRODUTORAS DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO ENSINO DE HISTÓRIA	669
<i>Maria Aparecida Gonçalves Pereira Oliveira</i>	669
A IMAGEM DO HOMEM PÚBLICO: BIOGRAFIA SOBRE VARGAS	683
<i>Marli Aparecida Carneiro Arabi</i>	683
O LUGAR DAS TEMÁTICAS AFRICANAS E AFRO-RASILEIRAS NO REFERENCIAL CURRICULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: UM OLHAR VOLTADO PARA A DISCIPLINA HISTÓRIA	695
<i>Melina Lima Pinotti</i>	695
CENTRO DE TRADIÇÕES NORDESTINAS (CTN); EM BUSCA DE RECONHECIMENTO ATRAVÉS DE SUAS PRÁTICAS CULTURAIS	711
<i>Moises, Clecita, M.</i>	711
A UMBANDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: APONTAMENTOS A PARTIR DA CANÇÃO MISTICISMO DA ÁFRICA AO BRASIL	728
<i>Monique Francielle Castilho Vargas</i>	728
A PERPECTIVA REFORMISTA SOBRE A IGREJA CATÓLICA A PARTIR DE ARNALDO DE VILLANOVA (SÉCULO XIV)	745

<i>Nabio Vanutt da Silva</i>	745
ESTUDOS SOBRE A ENSINO ESCOLAR DE HISTÓRIA E OS CURRÍCULOS DE HISTÓRIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL EM GOIÁS	757
<i>Natália Candida dos Santos Pessoni</i>	757
A PRODUÇÃO LITERÁRIA NO PÓS 70: CÂNONE JUDAICO E LITERATURA DE AUTORIDADE	774
<i>Nathália Queiroz Mariano Cruz</i>	774
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E USO PÚBLICO: A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA MOBILIZADA PELA REVISTA VEJA NO DEBATE SOBRE COTAS RACIAIS (2004-2012.	
<i>Natália Rastelo Franco de Castro Barros</i>	793
ELY CAMARGO: música, brasilidade e resistência no período de ditadura militar no Brasil	
<i>Nayara Crístian Moraes</i>	803
ENTRE A LEI E A NORMA: O ASSASSINATO DE MULHERES SOB O OLHAR DOS CÓDIGOS PENAS BRASILEIROS DE 1830 E 1890	819
<i>Neide Célia Ferreira Barros</i>	819
IDENTIDADE NARRATIVA E EXPERIÊNCIA AUTOBIOGRÁFICA NA OBRA RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS DE FIÓDOR DOSTOIÉVSKI	832
<i>Poliana Gabriel Oliveira</i>	832
OS MISSIONÁRIOS ORIONITAS E A CONSOLIDAÇÃO DO CATOLICISMO NO ANTIGO EXTREMO NORTE GOIANO, 1952-1980	848
<i>Raylinn Barros da Silva</i>	848
SANT'ANNA DO DE PARANAHYBA: ESPAÇOS DE LUTAS E RESISTÊNCIA DOS SUJEITOS ESCRAVIZADOS	860
<i>Rejane Trindade Rodrigues</i>	860
UMA IMENSA PROVÍNCIA – HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: A participação de Cunha Mattos na fabricação do Estado Imperial	875
<i>Ricardo de Castro e Silva</i>	875
DE NIETZSCHE A FOUCAULT: A LOUCURA NA HISTÓRIA DA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE	887

<i>Ronivaldo de Oliveira Rego Santos</i>	887
A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA “CUIABANA”: UMA BREVE REFLEXÃO ...	899
<i>Silbene Corrêa Perassolo da Silva</i>	899
IMPRESSÕES FEMININAS NO PRIMEIRO DIÁRIO DE VIAGEM NO OLHAR FORASTEIRO DE AUGUSTA DE FARO	916
<i>Talita Michelle De Souza</i>	916
A GESTÃO AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DE GOIÂNIA	927
<i>Thiarlles Elias de Paula</i>	927
DIRETAS JÁ: (1983/1984)	943
<i>Valdenor Cabral Dos Santos</i>	943
MOLÉSTIAS E MILAGRES EM GOIÁS (1900-1930):ANÁLISE DE UM IMAGINÁRIO MÁGICO-RELIGIOSO	954
<i>Wdson C. Freire de Melo</i>	954
A PRESCRIÇÃO DO LUGAR DA GEOGRAFIA NO FAZER HISTÓRICO	971
<i>Wellington Ribeiro da Silva</i>	971
A BUSCA PELO SENTIDO RELIGIOSO DE PRÁTICAS DEVOCIONAIS NA ROMARIA DA SUCUPIRA	986
<i>Weverson Cardoso de Jesus</i>	986

Apresentação

O I Fórum dos Programas de Pós- Graduação em História do Centro- Oeste (UFG/ PUC-GO/ UNB/UFMT/ UFGD e UFG- Catalão), é resultado da ampliação e do amadurecimento dos Seminários da Pós- Graduação em História, realizado anualmente entre a Universidade Federal de Goiás (UFG), e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Go). Este ano as duas atividades foram executadas conjuntamente e paralelamente. O Fórum representa um grande esforço dos programas de Pós- Graduação em História da região no fortalecimento e divulgação das pesquisas desenvolvidas no Centro- Oeste. As apresentações ocorreram entre os dias 29 e 30 de setembro de 2016, nas dependências da Escola de Formação de Professores e Humanidades (PUC-GO). A palestra de abertura teve por tema “A Pós- Graduação em História no Brasil”, sendo proferida pelo prof. Dr Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO/ Capes).

Os textos que agora são publicados fizeram parte dos debates ocorridos durante o evento, e tem por objetivo divulgar os temas das pesquisas realizadas atualmente em toda a região. Esperamos a continuidade e intensificação desta aproximação entre os programas, resultando no fortalecimento da área de História no Brasil. Desejamos a todos que estes sejam úteis na construção de um saber histórico cada vez mais elaborado, mas também comprometido com a redução do déficit educacional no país.

Comissão Organizadora

ANAIS DO I FÓRUM DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DO CENTRO-OESTE E DO IX SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (UFG/PUC-GO)

(Realizado nos dias 29 e 30 de Setembro de 2016)

* * *

RELAÇÕES DE PODER E IDENTIDADE: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE MULHERES DA VILA SÃO JOSÉ E DE VICENTINA – MS (1951-1987)

Adnara Thais Bordan Aranda Moya¹

RESUMO: O presente texto apresenta de modo introdutório, o trabalho de pesquisa que está sendo desenvolvido. Que objetiva observar através das narrativas, e dos discursos, a história e memória das “Mulheres da Vila São José e de Vicentina”; no que se refere às primeiras décadas da formação/ocupação do Município de Vicentina; suas lutas, suas experiências, as fronteiras e os espaços de poder. O trabalho com as fontes contempla nesse momento entrevistas temáticas em História Oral e a análise de imagens, o que torna possível em primeiro momento, (re) pensar a memória coletiva e individual destas mulheres, perpassando a discussão sobre consciência histórica e identidade, e em segundo momento, compreender as representações sociais configuradas no interior desta comunidade, a partir da análise da memória e suas ressignificações.

Palavras-chave: História Oral – Experiências de vida – Representações sociais.

INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa tem sua origem nas atividades como bolsista do Programa PET/Conexão de Saberes - História, Psicologia e PRONERA, do CNPq. Fui iniciada ao ofício de historiadora através do projeto de pesquisa intitulado “Memória e Identidade: Vicentina (Distrito de São José). Fontes Históricas e História Local”; o artigo fruto desta pesquisa; está publicado no Site dos Anais do ENEPE 2012 - UFGD, no qual trabalhei a História Oral. As fontes e objeto da pesquisa eram as narrativas de alguns

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados - PPGH/FCH/UFGD - Bolsista CAPES. Orientador Prof. Dr. Leandro Baller.

moradores mais antigos da Vila São José, considerados pela comunidade local como fundadores, é válido ressaltar que neste período de formação do Município de Vicentina, de início nomeado Sub-sede, trata-se do Estado de Mato Grosso, embora, Sul de Mato Grosso, pois é anterior a divisão do Estado

Ao analisar os discursos de um modo geral, foi possível notar nas falas, a ausência da participação histórica das mulheres da Vila São José. As mulheres no período de formação e ocupação da localidade; que viria a se tornar mais tarde a atual cidade de Vicentina e o seu distrito a Vila São José. As entrevistadas eram crianças, algumas nasceram nesta região, outras migraram para cá, juntamente com seus pais e assim como a atual cidade vizinha de Fátima do Sul, seu processo de colonização contou com um significativo número de famílias migrantes.

Entre os colonos que se instalaram nesta região destacam-se, em um primeiro momento, os procedentes da região nordeste, que são em maior número. Estes vinham dos Estados do Piauí, Ceará, Sergipe e contavam com a companhia, em menor número de paulistas, paranaenses, mineiros e gaúchos. (PONCIANO, 2000. p. 38).

As mulheres que foram entrevistadas, não se constituíam como atores sociais protagonistas, mesmo durante suas próprias falas, evidenciando a ausência de uma consciência histórica individual, o que podemos notar na fala de Dona Maria José. Segundo ela.

Quando o Padre chegou não tinha nada era só mato mesmo, mas aí ele construiu o Casarão, fez do Casarão Escola, Igreja, e era também a casa dele, as crianças que moravam nos lotes próximos começaram a frequentar a escola, e os pais vinham assistir a missa. (ENTREVISTA: Maria José de Souza Carvalho: Vila São José em Vicentina - MS, 2012).

Nesta passagem da entrevista, podemos observar que Dona Maria José conta a história da colonização da região, com um olhar voltado à atuação do Padre José Daniel², evidenciando a representação deste em seu imaginário, e a forma como este marcou sua memória, durante a entrevista ficou evidente que suas lembranças estão mais voltadas às realizações, o lugar, a participação do Padre José Daniel na comunidade, neste período, do que as memórias suas, ou próprias.

² O Padre José Daniel é considerado o fundador de Vicentina - MS.

A observação das falas, a breve e introdutória análise das memórias, resultou na aproximação inicial do tema que pretendo agora desenvolver em nível de Mestrado.

O contato com algumas obras, que tratam da categoria gênero, História das Mulheres, assim como, algumas leituras pertinentes em relação às fronteiras imateriais, identidades (durante a graduação) foram fundamentais para a escolha da linha de pesquisa³, e para esta proposta, que durante a graduação, e o PET/Conexão de Saberes, devido ao limite de tempo não foi possível explorar.

Esta proposta é, portanto, resultado do contato direto com as fontes escritas, fotográficas e orais, e das contribuições advindas do conceito e do aporte teórico-metodológico de gênero. O recorte temporal foi delimitado, devido ao fato de que Vicentina teve sua origem, por volta de 1951, ligada a Vila Brasil, enquanto Sub-sede, e em 1987 vivenciou significativas mudanças, e adquiriu novas configurações, pois se tornou Distrito um pouco antes, isso em 1976, e em 20/06/1987 através da Lei nº 725 tornou-se então Município.

Grande parte da relevância da pesquisa aqui proposta reside no fato de que, como as novas abordagens historiográficas abriram campo para diferentes objetos, e metodologias que contribuíram desta forma, significativamente para a realização de pesquisas que visam ressaltar a importância das mulheres e de suas ações. Analisaremos através da memória, a História das Mulheres, questões como; as participações destas mulheres da Vila São José; principalmente, indiretas no cenário político, econômico e social da localidade, as mulheres geralmente não estavam inseridas em determinados debates, estavam na platéia, e os homens no palco do poder⁴, no sentido singular que afirma Perrot. Para essa autora.

As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo de palavras. “Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a “influências” difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela. Se elas não tem o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes. (PERROT, 1989, p.167).

³ Identidades, Fronteiras e Representações. Grupo de estudo em Gênero, História e Interculturalidade.

⁴ Para Chartier a construção da identidade feminina, se dá pelo enraizamento nas mulheres, de normas enunciadas por discursos masculinos (Cf. CHARTIER, 2002, p. 95).

Considerando esta afirmação no sentido plural que escreve a autora, há muito que se observar em relação às influências das mulheres nas tomadas de decisões, tanto no espaço privado, quanto no espaço público, principalmente se tratando de um período, em que na localidade (Vicentina - Vila São José) as divisões sexuais de papéis eram bem definidas, tendo em vista os discursos religiosos e políticos, consequentes do próprio contexto da formação da comunidade.

A pesquisa se volta para os temas da vida cotidiana, retomando assuntos ligados à problemática de gênero, assim como, à construção de identidades, suscitando questões de fundamental importância, amparada na metodologia da História Oral e com ênfase na História das Mulheres, deve contribuir significativamente para as futuras pesquisas relacionadas a esta temática, o que justifica a relevância de seu uso e de sua especificidade. Para a análise destas relações, que põe em cena este grupo que até então se encontra em um processo de invisibilidade no fazer histórico; e para as observações da vida cotidiana, dadas pela memória, se torna necessário utilizar aportes teóricos e metodológicos advindos da História Cultural.

Cabe ressaltar que, “reconhecendo a existência das distintas dimensões de gênero na sociedade - homens, mulheres e das diferentes construções de identidades - esta proposta de pesquisa visa enfatizar e analisar a relação homens-mulheres” (SILVA, 2011, p.17) como forma de suscitar importantes questionamentos a respeito da universalidade do discurso histórico, que abrangeu durante muito tempo os homens em detrimento das mulheres⁵.

O Objetivo central da pesquisa consiste em observar através das narrativas, dos discursos, de imagens (fotografias) e fontes escritas provenientes de arquivos pessoais (tais como: Cartas, Certidões, Jornais) e paroquiais, a história e memória das mulheres da Vila São José e de Vicentina; no que se refere às primeiras décadas da formação e ocupação do Município, discorrendo sobre suas histórias de vida, as relações de gênero e de poder, o cotidiano, o trabalho no campo, a divisão sexual de papéis, esfera pública e privada, dentre outras particularidades. Através do entrecruzamento das fontes orais e escritas, e de acordo com Baller “o cotejo e cruzamento de indícios coletados através de técnicas variadas tendem a contribuir para a riqueza das informações e, conseqüentemente, para o produto final do estudo”. (BALLER, 2008, p.23). Portanto,

⁵ SILVA, Luciana Codognoto. Histórias de Mulheres Catadoras: ambiguidades, gênero e representações. / Luciana Codognoto da Silva. – Dourados, MS: UFGD, 2011. 157f.

Não há por que pensar que as fontes orais sejam mais ou menos impuras que qualquer outro tipo de fonte. As técnicas da história oral, a despeito de seus abusos, têm sido muito utilizadas pelos historiadores que estudam a experiência de pessoas que raramente deixam escritos. (BALLER, 2008, p. 22)

A pesquisa trata do estudo das relações de poder e identidade, a partir da história e memória de mulheres. Neste sentido, os conhecimentos bibliográficos voltados às discussões teóricas de história e memória estão amparados nas contribuições de Michel de Certeau (1982) e Jacques Le Goff (1990), ainda a respeito de memória, mas também, sobre identidade recebe a contribuição de Michael Pollak (1988/1992).

Cabe ressaltar que, de acordo com Pollak (1992), a memória constitui um elemento fundamental para identificarmos processos, transformações, que uma sociedade vivencia como também, que um indivíduo experimenta. Nesse sentido, considero que será possível conhecer as relações sociais estabelecidas no cotidiano, durante o processo de formação da comunidade da Vila São José, Município de Vicentina - MS.

A pesquisa se volta a História do Tempo Presente, porque trata de uma análise de um tempo recente, em que o objeto da pesquisa (as mulheres da Vila São José) ainda está presente, constituindo-se objeto e fonte de pesquisa. O trabalho com estas fontes se dá, como já relatei anteriormente, através da metodologia da História Oral, a partir das compreensões de Alessandro Portelli (2010), Carla Pinsky e Tânia Regina de Luca (2011), Janaina Amado (1996), José Carlos Sebe Bom Meihy (1996/2007), Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch.(2009), Losandro Antonio Tedeschi (2014), Sônia Maria de Freitas (2002) e Verena Alberti (2004), este conjunto de obras enfatizam a possibilidade de recuperação de memórias sobre diversos acontecimentos históricos que marcaram as experiências das sociedades e dos indivíduos, permite observar os cotidianos de diferentes pessoas e grupos, pouco publicizados na História.

O desenvolvimento da História Oral permitiu uma mudança de enfoque nas pesquisas históricas, ao romper com uma visão rígida da objetividade do fato histórico e ao oferecer a possibilidade de recuperação de maneiras diversas de viver a vida de diferentes pessoas e grupos, pouco publicizados na História (SILVA, 2011.p.20).

Para Moscovici (2005) a partir das representações sociais é possível estudar o cotidiano, através da observância das interações que ocorrem no interior de determinada sociedade e da comunicação que se dá entre os indivíduos.

A partir das representações, podem-se analisar as relações de Gênero, e as relações de Poder. Sobre esta categoria Gênero e História das Mulheres, Joana Pedro (2005) Luciana Codognoto Silva (2011), Mary Del Priore (1998/2006) Michelle Perrot (1989/1998) contribuem significativamente, para os autores, a história das mulheres alcança suas relações com a família, a sociedade, o trabalho, a mídia, a sexualidade, a violência, dando um prisma das diversas relações que marcam as sociedades. E contribuem para a pesquisa na medida em que oferecem questionamentos, que podem ser direcionados as Mulheres da Vila São José e a História Local e História Regional, na compreensão dos espaços e das práticas de significação, pois, de acordo com Albuquerque Júnior (2007), as regiões surgem das práticas de significação e trazem consigo estratégias de poder, controle, domínio, inclusão e de exclusão.

As regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, [...] são produtos de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitória e de derrotas. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 58).

Além da metodologia da História Oral, será importante para a pesquisa a análise de outros documentos históricos, considerando que, como escreveu Le Goff, se referindo aos documentos históricos,

Os fundadores da revista "Annales d'histoire économique et sociale" (1929), pioneiros de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento: "A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. (LE GOFF, 1994, p. 541)

Cabe ressaltar que a escola sob a perspectiva da história tradicional reforçou a ideia do documento como fonte inquestionável, o documento triunfa, e com ele o texto. Na percepção de Langlois e Seignobos de que "não há história sem documentos", esta definição do conceito, no entanto, foi sendo contestada e com a ascensão de novos campos da história, como: História Quantitativa, História de Gênero, ao longo do século XX fez ocorrer "um esgarçamento quase absoluto do limite do termo documento histórico" (KARNAL; TATSCH, 2009, p. 14), e deixou-se aos poucos esta definição de

que “sem documento escrito não há história”, como podemos observar na citação acima, ao contrário, pode se considerar como documento histórico, ou seja, escrever a história, de acordo com Le Goff,

Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (LE GOFF, 1990.p.541).

Neste sentido, a pesquisa será realizada utilizando-se de todas as fontes coletadas, como documentos oficiais, fotografias, certidões, cartas, jornais; e a análise de escritas religiosas (Católicas) como panfletos e jornais da Rainha dos Apóstolos, cujos exemplares são mantidos na Paróquia Rainha dos Apóstolos em Vicentina. E alguns arquivos privados, de algumas mulheres que atuaram como professoras de Catequese (das décadas de 60 a 90), assim como cartas e registros pessoais de professoras da Escola Padre José Daniel, e das antigas Filhas de Maria, Mulheres que em sua mocidade fizeram profissão de fé, e que guardam registros dos eventos que participaram/organizaram, as mulheres por se preocuparem em preservar fotografias, objetos, manter as lembranças do passado, e se destacam como guardiãs da memória, através de seus arquivos privados, e estes se revelam mais generosos, como acentua Michelle Perrot (1989)

É de suma importância utilizar as fontes fotográficas para a pesquisa histórica, mas não as tomando apenas como ilustrações, e sim, percebendo-as enquanto mecanismos socialmente estruturados de produção de sentidos.

Para PIERRE BOURDIEU, sociólogo que produziu um trabalho pioneiro nos anos 1960 sobre o tema, as práticas fotográficas devem ser entendidas dentro de um campo de forças, em que cada indivíduo ou grupo se posiciona e, a partir deste lugar, apropria-se da fotografia como um marcador social (*construção de identidades, exclusões, aspirações, status etc.*). (LIMA; CARVALHO, 2009, p. 43).

Desta forma as fotografias, provenientes de arquivos privados, de arquivos da Escola Padre José Daniel e da Paróquia Rainha dos Apóstolos – Vicentina, serão tomadas

nesta pesquisa enquanto prática de significação, e analisando-as juntamente com os relatos (obtidos através das entrevistas) e demais documentos, em suas particularidades. Partimos do pressuposto de que,

é indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época, não só pelo passado ao qual nos remete, mas também, e principalmente, pelo passado que ela traz a tona. Um passado que revela, através do olhar fotográfico, um tempo e um espaço que fazem sentido. Um sentido individual que envolve a escolha efetivamente realizada; e outro, coletivo, que remete o sujeito a sua época. (CARDOSO e MAUAD, 1997, p.575)

Tendo em vista esta afirmação, podemos compreender que às fotografias são atribuídos sentidos, pelos diferentes olhares que se voltam a elas. A seguinte fotografia, produzida no Desfile Cívico realizado na Vila São José, na década de 70, faz Dona Francisca “olhar” para o passado afetivamente, o que nos leva a afirmar que os desfiles, deixaram marcas nas experiências vividas de Dona Francisca e de muitos moradores da Vila São José, que se recordam com saudade do tempo em que aconteciam estas festas na Vila, e como diz dona Francisca;

Olha era tão bom, sabe não sei porque pararam de fazê, a gente se arrumava, colocava as melhores roupas, (risos) os homens colocava uma calça de verdade, por que na roça eles usavam aquelas calça *arranca-toco* (risos), tinha gente que chamava de amesca, era nas festa que eles se arrumavam melhor, e as crianças gostavam tanto, hoje não, hoje as criança fica tudo dentro de casa, né, fica só assistindo desenho[...]. (ENTREVISTA: Francisca Ferreira de Alencar. Vila São José em Vicentina – MS, 2012).

Foto 01: Desfile Cívico em São José em Vicentina - MS (1976 ou 1979).



Fonte: Acervo particular de Dona Francisca Ferreira de Alencar.

Ao recordar com saudade das festas e dos momentos em que as pessoas se arrumavam, e se reuniam para festejar, conversar, Dona Francisca compara com o tempo presente e comenta sobre a ausência destes acontecimentos, ela relata que nos primeiros anos, logo que surgiu a Vila, começaram a realizar as festas cívicas, e isto se repetiu por alguns anos, mas por volta de 1980, os desfiles passaram a acontecer apenas em Fátima do Sul e em Vicentina que se tornou Distrito, os desfiles deixaram de acontecer, porque as famílias começaram a mudar para Fátima Do Sul e outras cidades, e as novas gerações já não realizavam mais essas festas comemorativas.

Cabe ressaltar que, a ideologia de civismo, patriotismo, progresso permeia os discursos nacionais, e estão sendo reforçadas nas escolas neste período⁶. Alguns questionamentos podem ser atribuídos a esta fotografia, e ela nos revela muitos aspectos sobre o contexto da localidade, mas também o contexto vivenciado no País neste período, e nos leva a uma série de perguntas: quem organizava os desfiles cívicos na Vila São José? De que forma se davam as influências ideológicas daqueles que promoviam o evento? Porque a participação da mulher para representar o que era produzido nas lavouras da região? (as mulheres nesta fotografia estão representando o milho, o algodão

⁶ Tendo em vista que era trabalhada nas escolas (neste período) as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB).

e o arroz), a representação da mulher, as relações de poder. Muitas outras perguntas surgem a cada olhar sobre a fotografia, ou seja,

a fotografia lança um grande desafio: como chegar aquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico. Tal desafio impõe-lhe a tarefa de desvendar uma intrincada rede de significações, cujos elementos — homens e signos — interagem dialeticamente na composição da realidade. Uma realidade que se formula a partir do trabalho de homens como produtores e consumidores de signos; um trabalho cultural, cuja compreensão é fundamental para se operar sobre esta mesma realidade (CARDOSO e MAUAD, 1997, p.574).

De acordo com Cardoso e Mauad, através da análise interpretativa das imagens podemos conhecer de certa forma, o comportamento social, considerando o contexto, e ainda, observar as representações dadas no determinado grupo sociocultural.

A imagem abaixo, também foi registrada durante uma festividade na Vila São José, no entanto, já na década de 80, quando os meninos da Vila São José se apresentavam, tocando e cantando, de acordo com alguns moradores antigos, uma moda de viola. Vemos na foto a presença de alguns homens no palco improvisado. Apresentar estas duas fotografias, foi proposital no sentido de que nos leva a indagar sobre a divisão sexual dos papéis, como se davam as participações das mulheres; da Vila São José; no cenário econômico e sociocultural, principalmente na década de 70 e início da década de 80. Vimos na fotografia anterior, as mulheres representando, e/ou caracterizando a economia local, e na segunda imagem apresentada, vemos os homens apresentando a moda de viola (a música sertaneja), elemento cultural presente na localidade, o que nos permitirá analisar como homens e mulheres desempenhavam seus papéis sociais, nesta comunidade.

Foto 02: Festa na Vila São José em Vicentina, “os meninos da Vila” tocando e cantando.



Fonte: Acervo da Escola Estadual São José de Vicentina - MS.

Portanto, para se chegar àquilo que não foi imediatamente revelado pelo olhar fotográfico, há que se perceber as relações entre signo e imagem, aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora; e, principalmente, inserir a fotografia no panorama cultural, no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo (CARDOSO e MAUAD, 1997, p.574).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações estão voltadas ao que propus neste texto: apresentar de forma introdutória o trabalho de pesquisa que vem sendo desenvolvido, com ênfase na metodologia da História Oral, e das fontes a serem trabalhadas. Observar através das narrativas, e dos discursos, a história e memória das mulheres da Vila São José e de Vicentina; no que se refere às primeiras décadas da formação/ocupação do Município de Vicentina.

Sabe-se que a memória, produção intrinsecamente social, é permeada não somente por lembranças exclusivamente pessoais, mas também por ideias e discursos correntes em uma época; as entrevistas, que permitem coletar e registrar memórias de indivíduos e de grupos possibilitam recuperar a narrativa e a tradição oral daqueles que não deixam registros sobre suas experiências vividas (BALLER, 2008, p.20).

A memória neste sentido, segundo Pesavento “opera como que sendo um museu imaginário, onde a lembranças buscam correspondências com outras peças” (PESAVENTO, 2002, p. 27), e nesse sentido as falas dos entrevistados são narrativas que nos levam a conhecer o passado, alguns acontecimentos, mas que variam de acordo com a afetividade, com o olhar que cada um faz do passado, da atribuição de sentidos, ou seja, de suas experiências vividas, como é o caso de Dona Joaquina Alencar, e que podemos verificar nessa passagem da entrevista, em que Dona Joaquina se refere a Vila São José nas décadas de 60 e 70,

[...] Menina a luz era de lampião, à querosene, geladeira só umas pessoas tinha, hoje todo mundo tem uma né, caminhão só quem tinha, que eu me lembro era seu João Duda, ele buscava madeira em são paulo pra quem tava querendo construir uma casa, hoje tem asfalto, uma casa mais bonita, hoje tá bonito aqui, antes não era assim não, a cama era cama de tarimba, outras era de arame, as mais bem feita, cama patente era pros mais bem sucedido, e o colchão era de palha de milho, e de folha de bananeira, (risos) é verdade. (ENTREVISTA: Joaquina Alencar da Silva: Vila São José em Vicentina - MS, 2012).

Ressaltando que o entrecruzamento das fontes orais, documentais e de imagens tais como as fotografias são de suma importância para que determinados objetivos propostos sejam atendidos, como a ampliação do campo de conhecimento intelectual, a partir do entendimento da importância de problematizações sobre as Histórias de vida, as relações de gênero e de poder, o cotidiano, o trabalho no campo, a divisão sexual de papéis, a esfera pública e privada, dentre outras particularidades, que marcaram a história e memória das Mulheres da Vila São José em Vicentina - MS.

Sendo assim, promovendo o conhecimento da história e memória das mulheres da Vila São José em Vicentina - MS, as experiências vividas, seus diferentes olhares sobre os acontecimentos históricos que marcaram o processo de formação do Município de Vicentina e da Vila São José. Servindo de referência, quanto à compreensão das relações de gênero, identidade, poder, memória e suas práticas sociais, para outros lugares, respeitando as especificidades de cada localidade, com formas distintas de ação e das pessoas envolvidas na ação.

Entender o objeto, não fundamentado em pré-conceitos: estereótipos, (re) construindo os olhares externos, ademais, a compreensão com o cotidiano. Essas demandas é o aspecto sócio cultural evidente e não pode ser requerido “pelo outro”, por isso requer produção científica.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Ouvir, contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007, p. 33.
- AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGC, 1996.
- ARANDA, Adnara Thais Bordan. Memória e Identidade: Vicentina (Distrito de São José): Fontes Históricas e História Local. In: *Anais do ENEPE-UFGD-2012*. Dourados – MS, 2012. Disponível em:
http://www.ufgd.edu.br/eventos/anais/enepe/trabalhos/304._oral.trabalho_completo.adnara_thais_bordan_aranda.pdf
- BALLER, Leandro. *Cultura, identidade e fronteira: transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)*. (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados / UFGD. Dourados – MS, 2008, 186 p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- _____. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *À beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.
- DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 143 p.
- KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e história: A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. (org). *(Re) introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996, 78p.

MEIHY, José Carlos Sebe B; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2005.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: *Revista de História*. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, M. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 167-231.

_____. Práticas da memória feminina. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 18, ago-set. 1989.

PESAVENTO, Sandra Jathay. Memória, História e Cidade: Lugares no Tempo, Momentos no Espaço. In: *ArtCultura*. Uberlândia. NEHAC. v. 4, n. 4, junho/ 2002. p.23-35.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla B. e LUCA, Tânia R. de.(orgs) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Edições Vértice, 1988

PONCIANO, N. P. *Um olhar nos crimes de sedução: a mulher da família de Fátima do Sul. (1967-1977)*. (Dissertação Mestrado em história). UNESP/ASSIS. São Paulo, 2000, 166 p.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SILVA, Luciana Codognoto. *Histórias de Mulheres Catadoras: ambiguidades, gênero e representações*. (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados / UFGD. Dourados – MS, 2011. 157p.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados-MS: Editora da UFGD, 2014.

FONTES ORAIS

Entrevista com Francisca Ferreira de Alencar realizada em Vicentina (Vila São José) – MS, no dia 16/07/2012. Realizada por Adnara Thais Bordan Aranda Moya, com 1 hora e 30 minutos de duração. Francisca Ferreira possui 57 anos, moradora em Vicentina desde 1969.

Entrevista com Joaquina Alencar da Silva realizada em Vicentina (Vila São José) – MS, no dia 18/07/2012. Realizada por Adnara Thais Bordan Aranda Moya, com 2 horas e 30 minutos de duração. Joaquina Alencar possui 68 anos, é original de Jardim - Ceará e veio para Vicentina em 1960, onde mora até hoje.

Entrevista com Maria José de Souza Carvalho, realizada em Vicentina (Vila São José) – MS, no dia 18/07/2012. Realizada por Adnara Thais Bordan Aranda Moya, com 1 hora e 30 minutos de duração. Maria José possui 80 anos, moradora em Vicentina desde 1960.

FONTES FOTOGRÁFICAS

Foto 01: Desfile Cívico na Vila São José em Vicentina - MS (1976 ou 1979). **Fonte:** Acervo particular de Dona Francisca Ferreira de Alencar.

Foto 02: Festa na Vila São José em Vicentina, com “Os meninos da Vila” tocando e cantando. **Fonte:** Acervo da Escola Estadual São José de Vicentina - MS.

UTOPIA ENTRE “UTOPIAS”: UMA BREVE RE-DEFINIÇÃO CONCEITUAL

*Álvaro Ribeiro Regiani*⁷

RESUMO: A utopia foi compreendida, por alguns intelectuais, em um quadro sincrônico que interligava historicamente a *politeia* e a *Atlântida* platônica a uma proto-história do “não-lugar” (*u-topos*) ensaiado por Thomas Morus. E, diacronicamente conectava os ideais de edificação do “bom Estado” aos fundamentos de uma moralidade universal. Porém, a partir de um exame conceitual, pode-se refutar essa linearidade, por meio das margens filosóficas e históricas dessas correntes, dado que o platonismo foi um “modo de vida”, no sentido físico e metafísico, enquanto o utopismo de Morus era uma ação “didática-política” que separava as esferas da religiosidade da ambiência política. Estas visões distinguiram-se por seus objetivos, tornando inteligível novas abordagens sobre a historicidade da utopia.

Palavras-chave: Utopia; Platonismo; Pitagorismo; Filosofia; Historicidade.

Algumas ideias na literatura ultrapassam a barreira da ficção, ecoando circularmente, em múltiplas representações culturais. Apesar das aparências, os usos e abusos de elementos conceituais delimitam campos específicos do saber, possibilitando reinvenções, bem como construções de práticas sociais e, sobretudo, políticas. O conceito de utopia exemplifica esse percurso, originário da filosofia e cunhado por Thomas Morus como um modelo de reforma política no século XVI. E, ainda hoje, produz diálogos sobre valores morais e éticos, implicando e replicando a consciência individual ou universal, em uma condição que agrega fragmentos heterogêneos em todo indeterminado.

A Utopia de Thomas Morus definia-se, historicamente, como uma ficção-didática para nortear mudanças na esfera pública da Inglaterra renascentista. Como conceito, sua semântica adquiriu com o tempo elementos gerais e particulares, alargando o sentido político para uma moralidade com pretensões universais. No século XX, Ernst Bloch ensaiou uma abertura positiva da semântica, as utopias deveriam ser compreendidas como

⁷ Mestrando em história – Programa de pós Graduação em História – UnB –Universidade de Brasília sob a orientação do professor Doutor André Leme Lopes. E-mail: alvaroregiani2@gmail.com.

“princípios de esperança”, por meio de práticas éticas, pelo qual, “pensar significa transpor” (BLOCH, 2005, p. 14).

Entre a problemática de um retorno ao passado, através de inspirações idílicas, nostálgicas, pré-modernas ou anti-capitalistas as utopias políticas, literárias e lendárias indicavam aporias: entre a retidões e ecos do passado; a linearidade e a naturalização do tempo presente; bem como, a hipotética ruptura futura para o fim da história pois, “ao levantar vôo a ave de Minerva está velha, é apenas um reflexo da vida, de existência” (BLOCH, 2005, p. 36).

Para Ernst Bloch, estas descontinuidades poderiam ser diagnosticadas como uma incompletude para a humanidade seguir em frente, mas resignificava a utopia como uma “consciência antecipadora”, que refletia a ontologia do “ainda-não ser” assim a “utopia representa aí a possibilidade de abertura, sem entraves, do presente à atividade criadora enquanto constante cultural onipresente e proteiforme” (FALCON, 1996, p. 140). Em outra acepção, ainda no século XX, o devir utópico é apresentado como um entre-lugar temporal, num “aqui-agora” como abordaram Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Com efeito, é a utopia que faz a junção da filosofia com sua época, capitalismo europeu, mas já também cidade grega. É sempre com a utopia que a filosofia se torna política, e leva ao mais alto ponto a crítica de sua época. A utopia não se separa do movimento infinito: ela designa etimologicamente a desterritorialização absoluta, mas sempre no ponto crítico em que esta se conecta com o meio relativo presente e, sobretudo, com as forças abafadas neste meio. A palavra empregada pelo utopista Samuel Butler, “Erewhon”, mas a “Now-Here”, aqui-agora (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 130).

A conjunção entre a ‘época’, cruzada por temporalidades cronológicas e extemporâneas, permitia a ‘realização filosófica’ como construção de um plano imanente, sobretudo, político. Em uma “zona de indiscernibilidade” os eventos são “singulares” e “notáveis” em uma “velocidade preservada” que anula as formas transformando-as em duas instâncias imanentes: “movimento” e “forças” (Cf. DELEUZE; GUATTARI, 2007). Assim, a delimitação do campo utópico feita por Deleuze e Guattari, é consonante com a poética criadora de Thomas Morus, mas distinta da noção de *politeía* de Platão que é bem mais próxima dos fundamentos de Ernst Bloch. A semântica originária que foi apropriada no século XX produziu, simultaneamente, horizontes de eventos para problematização das condições sociais, sujeitando a utopia como filosofia política,

Há sempre, na utopia (como na filosofia), o risco de restauração da transcendência, e por vezes sua orgulhosa afirmação, de modo que é preciso distinguir as utopias autoritárias do de transcendência, e as utopias libertárias, revolucionárias, imanentes. Mas, justamente dizer que a revolução é, ela mesma, utopia de imanência não é dizer que é um sonho, algo que não se realiza ou que só se realiza traindo-se. Pelo contrário, é colocar a revolução no plano da imanência, movimento infinito, sobrevôo absoluto, mas enquanto estes traços se conectam com o que há de real aqui e agora, na luta contra o capitalismo, e relançam novas lutas sempre que a precedente é traída. A palavra utopia designa portanto esta conjunção da filosofia ou do conceito como meio presente: filosofia política (Cf. DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 130).

Mesmo sendo um “elogio ao anacronismo”, como formulou Nicole Loraux (Cf. LORAUX, 1992), a historicidade do conceito utopia está além da imobilidade da historiografia, possuindo um tempo próprio, singular, “como orientação para o presente” segundo as perspectivas de seus autores em seus contextos, “como componente para o futuro” e “ao lado de determinados elementos de longa duração da constituição social e originária do passado”, como definiu o historiador Reinhart Koselleck, sobre os horizontes de expectativas (cf. KOSELLECK, 2006, p. 101).

Assim, a temporalidade de um conceito, não é necessariamente um movimento cronológico-limitado em uma significação espaço-temporal, mas num entre lugar do “povir” e do “devir”. Ainda de acordo com Deleuze e Guattari, “o conceito define-se pela inseparabilidade de um número finito de componentes heterogêneos percorridos por um ponto em sobrevôo absoluto, à velocidade infinita” (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 33). Esta ambigüidade de definições, entre Ernst Bloch, Gilles Deleuze e Félix Guattari, respectivamente, entre uma ontologia do não ser e uma abertura imanente do conceito, expõe as múltiplas trajetórias que a semântica conceitual adquiriu quando teorizadas em diversos textos e contextos, tal qual a distância que separa Platão e Morus. Segundo o historiador Reinhart Koselleck, “um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo portanto a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tornado inteligível, uma relação necessariamente densa” (KOSELLECK, 1992, p. 136).

Por isso, a definição sobre o pensamento utópico é difusa, estando em uma zona cinzenta, contudo, as especificidades por muitas vezes é negligenciada em decorrência de uma linearidade, por vezes didática, como exposto pelo historiador Daniel J. Boorstin, “a Utopia de Morus é uma versão idealizada da vida monástica medieval. Sua principal característica é a propriedade comum dos bens (também encontrada na *República*, de

Platão)” (BOORSTIN, 2003, p. 192). Esta linearidade induz uma percepção que Thomas Morus imitou Platão, ao invés de propor uma perspectiva diagnóstica sobre seu tempo. Entre a imitação e a criação, há sempre um percurso, a historicidade da semântica pode indicar alguns.

O léxico utopia é um jogo ambíguo de significados, pode ser apreendida como “não-lugar” (ou topos) ou mesmo “bom-lugar” (eu topos). Em uma primeira instância a semântica reflete uma impossibilidade geográfica, um impedimento itinerário, lugar – nenhum. Em outra acepção essa semântica se constitui como um movimento, uma necessidade contínua por novos horizontes, ou por bons lugares. Entre a perspectiva da “deriva” ou da “navegação” a viagem para essa idílica ilha, tanto pode ser uma ação política, quanto à busca por novos lugares, como escreveu Thomas Morus: “Ele navegou, é verdade, mas não à moda de um Palinuro, e sim como um outro Ulisses, ou mesmo como um Platão” (MORUS, 2004, p. 5).

Entre ‘Palinuro’ que foi navegado pelos sonhos e ‘Ulisses’ que sonhava retornar a Ática, a viagem do português Rafeak Hitlodeu foi descrita por Morus como poesia épica. Esta criação vislumbrava educar pelo exemplo, para assim construir um parâmetro político para a Inglaterra renascentista entre o idealismo platônico e a moral cristã. A narrativa da personagem Hitlodeu, o timoneiro, servia como metáfora para tirar da deriva o reino inglês, rumo a um “devir”, que inspirasse o piloto-rei na condução da embarcação-governamental.

Nos negócios públicos, nas deliberações dos príncipes, é a mesma coisa. Se não podeis extirpar pela raiz as más idéias; se não podeis corrigir males longamente praticados, tão completamente quanto julgais necessário; não é razão para desinteressardes pela nau do Estado e abandoná-la à tempestade, alegando ser impossível dominar o vento (MORUS, 2004, p. 39).

Este devir, pragmaticamente, refletia como as mudanças políticas deveriam acontecer em um porvir. O futuro, ancorado em lições do passado, intercambiária temporalidades circunscrevendo uma espacialidade próxima, o oceano Atlântico, como condição para mudanças. Na narrativa Morus explorou a dualidade espacial mar-terra, sendo a experiência marítima a novidade que indicaria a possibilidade e a terra-firme como limite, ancorado na deriva. Assim, o herói dessa estória descrevia e discutia, politicamente, os rumos de uma ilha-estacionária diante de uma representação ficcional, mas filosófica, de uma ilha-devir.

More cria um novo gênero sobre um tema existente, conhecido desde os Gregos, o da cidade ideal, mas exposto de uma nova forma: como ver realizada na Terra uma sociedade igualitária, justa e feliz. Ficção e política: conjunção inédita (MADONNA-DESBAZEILLE, 2008, p. 241).

A descrição poética da ilha Utopia reservava ao narrador uma autoridade que lhe conferia o direito de julgar as ações e os homens por meio de princípios superiores do “ocaso histórico” europeu. A Utopia, envolta pelo oceano Atlântico, re-significava os textos filosóficos de Platão, mesmo se distinguindo em vários temas. Thomas Morus criou uma narrativa em que a *politeía* e o mito de *Atlântida* fossem um preâmbulo da idílica ilha, sendo uma tentativa de reforma, contudo o deslocamento da esfera religiosa para o âmbito privado filia sua perspectiva filosófica como sendo anti-platônica.

Para Platão, a prática da justiça na cidade corresponderia tanto à justiça da alma quanto a do cidadão, sem a corrupção dos negócios humanos. A mentepsicose, a transmigração das almas, era uma doutrina que conciliava a vida do espírito a material e cidadina para a elevação do pensamento para a visão da totalidade, definindo-se em três etapas: A vida comunitária como uma valoração ao justo e o desprezo para a morte; o uso do conhecimento como percepção da verdade natural, a alma; e a vivência ascética dos filósofos. Contudo, como revela Aristóteles a “arte de inventar cidades” ou constituições não era algo novo (Cf. ARISTÓTELES, 1267b-28-39, 1997).

A inovação platônica, para a esfera pública, estava em conciliar a cidade ao modo de vida do filósofo (*politeiôn zográphos*) em sua busca pelo conhecimento (*logos*), sua função (*érgon*) na *polis*, através de um mérito, entre o cumprimento às leis (*nómos*) e a preservação da alma (*psykhé*), em uma estratégia terapêutica para curar os males citadinos e “prevenir o surto de patologias sociais numa nova fundação” (VEGETTI, 2010, p. 38). Ou como observou Hannah Arendt, o fundamento na filosofia de Platão era a justiça como um bem, que valia por si mesmo, bem como por suas conseqüências.

Mas o próprio fato que somente Platão dentre todos os filósofos ousou projetar um Estado desde um ponto de vista exclusivamente filosófico, projeto que, em termos práticos, jamais foi levado a sério, nem mesmo pelos próprios filósofos, indica que a questão tem um outro lado. O filósofo, embora perceba algo que é mais que humano, que é divino (*theion ti*), segue sendo homem, de modo que o conflito entre a filosofia e os assuntos práticos dos homens é, em última instância, um conflito interior do próprio filósofo. Foi este o conflito que Platão racionalizou

e generalizou como o conflito entre corpo e alma: ao passo que o corpo habita a cidade dos homens, o divino que a filosofia percebe é visto por algo que é ele próprio divino – a alma – e de alguma forma separado dos assuntos práticos dos homens (ARENDDT, 2008, p. 71).

A “República” de Platão fundava o idealismo filosófico e a Atlântida edificava um modelo citadino, mesmo que mítico e atemporal. A filosofia platônica era, segundo Hannah Arendt, “construída sobre o entendimento da amizade, em que nenhuma governação é necessária” (ARENDDT, 2008, p. 60). A *politéia* expressava um modo de vida no interior de uma *pólis* reformada ou a ser edificada, designando a ordem pública e a forma do governo através de instâncias que unem o corpo cívico ao divino, como conclui Hannah Arendt: “se o filósofo vier a governar a cidade, não fará aos seus habitantes mais do que já fez ao seu próprio corpo” (ARENDDT, 2008, p. 71). A liberdade manifestava-se, exclusivamente, como expressão política entre os iniciados da academia, ou filósofos.

Platão não pede honorários a seus alunos, em virtude do princípio de que é necessário dar o que é igual aqueles que são iguais. Segundo os princípios políticos platônicos, trata-se, então, de uma igualdade geométrica, que dá a cada um segundo seus méritos e necessidades. Vislumbra-se aqui que, persuadido de que o homem só pode viver como homem em uma cidade perfeita, Platão gostaria de fazer, para tornar possível sua realização, que seus discípulos vivessem nas condições de uma cidade ideal, e gostaria ainda que, embora não pudessem governar uma cidade, eles pudessem governar seu próprio eu segundo as normas da cidade ideal (HADOT, 1999, p. 95).

As semânticas oriundas da vida em comum sugerem outros percursos, distintos da utopia na modernidade. Segundo Thomas Morus, Platão foi a sua principal inspiração para a sua utopia, mesmo que as reflexões platônicas aspirassem outros fins: um projeto de reforma citadina fundado em uma *politeía* indicada nos livros à República e Leis; e, posteriormente, uma boa vida da alma abordada no Fédon e na Apologia de Sócrates. Contrário ao que descrevia Morus sobre a constituição moral dos utopianos, aproximando-os da religiosidade cristã, distinguindo o civismo da instância religiosa, ao invés da unicidade entre ambos, como fez o filósofo ateniense:

Há diversas religiões em Utopia, mesmo em cada cidade há diversas religiões. Uns adoram o sol como um deus; outros, a lua; e ainda outros, algum planeta. Alguns veneram um homem outrora ilustre por sua virtude e glória, considerando-o não somente como um deus mas como

seu deus supremo. Mas a maior parte dos utopienses - de longe, a parte mais sábia - rejeita as crenças desse tipo e acredita num poder único, desconhecido, eterno, infinito e inexplicável, que escapa à compreensão humana e se difunde por todo o universo, não de forma física, mas por sua influência. A esse deus, chamam de pai e somente a ele atribuem a origem, o crescimento, o progresso, a mudança e o fim de todas as coisas, e a nenhuma outra divindade dedicam veneração (MORUS, 2004, pp. 112-113).

Assim, Utopus deixou essa questão em aberto, permitindo que cada um escolhesse aquilo em que acreditar. Não obstante, como única exceção, estabeleceu uma lei proibindo que qualquer homem descesse tão baixo em sua dignidade a ponto de admitir que a alma morre com o corpo e que o universo se move ao acaso e não pelas mãos da divina providência (MORUS, 2004, p 116).

Enquanto o sentido platônico era a percepção de um todo-único que movimentava a esfera política, representado na figura do Rei-filósofo, para Morus o lugar (*topos*) é espaço para o movimento a ser alcançado, o da deliberação. Em uma posição adjacente que sinalizaria um caminho para a Inglaterra, sem delimitá-la a um campo metafísico, da natureza divina dos reis por não estar no mundo inteligível, mas sim físico. A Utopia do filósofo londrino foi, sobretudo, uma ambiência da praticidade da esfera pública.

Há uma regra que estabelece que nenhuma decisão pode ser tomada a respeito dos negócios públicos, a menos que tenha sido discutida por três dias pelo senado. É considerado crime capital deliberar sobre questões públicas fora do senado ou da assembleia popular. Essas regras foram estabelecidas para evitar que o príncipe possa, em conivência com os traruboros, oprimir o povo e mudar o governo. Toda questão julgada importante é submetida à assembleia popular dos sifograntes que, depois de discutir com as famílias que representam, deliberam entre si e enviam sua recomendação ao senado. Às vezes, a questão é levada ao Conselho geral da ilha (MORUS, 2004, pp. 54-55).

O projeto humanista de Morus conciliava a filosofia platônica e a revelação cristã em uma ilha-modelo, propondo destituir acordos fáticos por racionais, posicionando-se, sempre, pela mudança de direção, um porvir. Essa retórica apontava para um movimento e sua legitimidade, através de artifícios bem explícitos, para ampliar horizontes e assim, dissolver o poder constituinte da Inglaterra:

Se tenho de dizer a verdade, só posso fazê-lo da forma que descrevi. Para muitos, bem sei, o trabalho do filósofo é enganar, mas esse não é o meu caso. Embora minhas palavras possam parecer desagradáveis e incômodas para os conselheiros do rei, não vejo, no entanto, por que devem ser tomadas por excêntricas ou absurdas. Imaginai que eu lhes descreva as instituições que Platão advoga na sua República, ou as que

os utopienses de fato pratiquem em seu país. De que forma reagiriam? Embora essas instituições possam parecer superiores (como na verdade são), ainda assim, aqui, afigurar-se-iam inapropriadas porque aqui vigora o regime da propriedade privada, ao passo que lá tudo é desfrutado em comum." "Aqueles que já formaram suas idéias, e que já estão dispostos a se lançar numa certa direção não se sentem nada satisfeitos com alguém que lhes chama a atenção para dizer que voltem, porque estão indo na direção errada. Mas fora isso, o que foi que eu disse que não poderia ou não deveria ser dito em qualquer lugar? Se devêssemos deixar de lado, como inapropriado ou absurdo, qualquer coisa que os costumes pervertidos dos homens tivessem tornado incomum, deveríamos deixar de lado a maioria dos ensinamentos de Cristo, mesmo numa comunidade de cristãos. Quereria Cristo que seus preceitos fossem mantidos em segredo, ele, que recomendava a seus discípulos proclamarem bem alto o que lhes murmurara nos ouvidos?" A maioria de seus ensinamentos difere bem mais radicalmente dos costumes correntes do que o que lhes expus. Os pregadores, como pessoas sutis e engenhosas, seguiram vosso conselho: vendo que os homens dificilmente se dobravam às normas estabelecidas por Cristo, trataram de acomodar sua pregação aos costumes dos homens, como a vara de medir, feita de chumbo. Dessa forma, ao menos, conseguem conviver com os dois mundos. Quanto a mim, entendo que a única coisa que conseguem, é fazer com que aqueles que procedem mal se sintam menos culpados diante de suas consciências." (MORUS, 2004, pp. 39-40).

Esta destituição movimentava em dois planos a conquista hegemônica dos mares e a edificação de uma nova sociedade. Ao ambientar o seu modelo ético-moral a partir de acontecimentos particulares que celebravam os “descobrimientos”, de Portugal e Espanha, Thomas Morus procurou, retoricamente, evidenciar como a navegação oceânica era um “meio” para edificar novos horizontes. Enquanto metáfora, a superação do medo Atlântico, era um princípio para a mudança, mas por um novo advento, a colonização de uma civilização inferior:

Segundo a tradição, o plano da cidade foi traçado pela própria mão do rei Utopos e que deixou aos seus sucessores o cuidado de aperfeiçoar e embelezar sua obra, uma vez que considerava que essa obra se estenderia para muito além do tempo de uma vida. Os registros de sua história, que se iniciam há 1760 anos com a conquista da ilha, são preservados cuidadosamente na forma escrita e nos contam que, nos primeiros tempos, suas habitações eram casas baixas, semelhantes a cabanas ou chalés rústicos feitas de todo tipo de madeira, com paredes de barro e telhados inclinados de sapé. Hoje, as casas têm três andares e são bem construídas. (MORUS, 2004, p. 53).

O Atlântico ofertava ao “velho mundo” o “novo”, mas implicitamente também colocava a discussão sobre a “realidade” política diante do limite do narrável. A invasão

do rei Utopos, que subseqüentemente, re-nomeava um novo país, permitia segundo a estória de Rafael Hidloteu a superação do estágio primitivo, mas não pela abertura ao mundo e sim, seu isolamento:

De resto, por uma tradição confirmada pela configuração do país, essa terra não fora sempre uma ilha. Utopus, o conquistador que lhe deu o nome (antigamente chamava-se Abraxa") e que fez desta população grosseira e selvagem uma nação que supera quase todas as outras pela cultura e civilização, logo depois do seu desembarque vitorioso e da conquista da terra, mandou abrir um canal de quinze milhas onde a terra se unia ao continente. Assim, o mar cercou-a por todos os lados (MORUS, 2004, p. 48).

A analogia com a conquista da América é recorrente, mas, sobretudo, o contexto das "relações internacionais" é preponderante. A questão européia, através do litígio entre o príncipe de Castela, futuro rei Carlos V da Espanha, que herdara os Países Baixos e proibirá a Holanda de importar a lã inglesa. Na época, Thomas Morus era embaixador e fora enviado para resolver esta questão, de acordo com biógrafos é possível que a redação do livro a Utopia, tenha sido durante essas negociações. Por isso, a auto-suficiência da Utopia permitia seu isolamento.

A independência da Inglaterra, ou a sua realização utópica, deveria seguir este rumo, um isolamento para realizar reformas em prol da igualdade, através da abolição da propriedade privada e a distribuição das riquezas, para a geração da paz e da felicidade, por meio da ciência moral e filosófica.

"Assim sendo, estou plenamente convencido de que, a menos que a propriedade privada seja completamente abolida, não é possível haver distribuição justa de bens e nem a humanidade pode ser governada adequadamente. Se a propriedade privada permanecer, a grande e melhor parte da humanidade continuará oprimida por um fardo pesado e inevitável de angústia e sofrimento. Admito que, mesmo dentro do atual sistema, esse fardo pode ser reduzido, no entanto, acredito que não pode ser removido inteiramente. Leis podem ser feitas no sentido de limitar a quantidade de terras que alguém possa possuir ou a quantidade de renda que possa auferir." Leis também podem ser feitas, evitando que os príncipes se tornem demasiadamente poderosos e o povo demasiadamente ingovernável (MORUS, 2004, p. 43).

O principal objetivo de sua constituição é garantir que, desde que o bem público o permita, os cidadãos sejam livres, tanto quanto possível, para deixarem de gastar seu tempo e suas energias com as necessidades corpo e dedicarem-se à liberdade e à cultura do espírito. É nisto que consiste, segundo os utopienses, a verdadeira felicidade na vida (MORUS, 2004, p. 61).

Segundo este princípio, da posse em comum, Morus ansiava destituir as desigualdades européias. Propondo um modelo amplo, tanto para a política interna quanto externa para limitar o orgulho dos reis e nobres, a causa de todas as guerras. Durante o Renascimento a procura de um corpo político estável que pudesse unificar os preceitos cristãos a política foram à pedra angular da obra do filósofo. Em cartas de Thomas Morus a Peter Giles, o filósofo definiu suas ideias: “ao escrever este livro, a verdade é a única qualidade que deveria ter adotada como meta, ou que tive por meta”. Em outra correspondência este assume o caráter ambíguo da possibilidade/ilusão de sua ‘meta’, “se Utopia é verdade ou ficção, acho que aí o seu julgamento falha lamentavelmente. É bem possível que se eu tivesse decidido escrever sobre uma república e uma fábula desse tipo me tivesse ocorrido, poderia ter recoberto a verdade com um pouco de ficção, como uma camada de mel, para torná-la mais aceitável” (MORUS, 2004, p. 135; 154).

O sentido de sua estória deixava para trás a promessa do tempo escatológico, propondo uma transformação ética, em nível universalista, no tempo presente. Ao inverter essa posição, o passado vigorava como lição e o futuro como caminho, “o livro do humanista londrino tornou-se, como assinalamos, um paradigma da representação de uma vida social imaginária oposta à sociedade real com seus problemas e mazelas (BORGES, 2011, pp. 49-50). Morus ao cingir o autor-herói ao próprio conteúdo de seu relato induz um único plano histórico, através de uma coerência factual, os princípios éticos da ilha. Ao optar por uma descrição, ao invés do diálogo, o autor não saiu de seu próprio contexto, tornando permeável um imediato porvir.

No que diz respeito a Morus, a crítica das questões sociais de sua época oferece uma medida mais exata das implicações políticas de sua Utopia: ele queria eliminar a distância social existentes entre as classes abastadas e os numerosos pobres na Inglaterra de Henrique VIII. (...) Na verdade, na ilha de Utopia o problema da exclusão social, tema cadente de seu tempo e, *mutantis mutandis*, ainda do nosso, seria resolvido de uma vez por todas (LOPES, 2011, pp. 76-68).

Criando duas instâncias no imaginário europeu, o dizível-ilimitado como possibilidade de concretude racional e o indizível-limitado como paixões fundadas na tradição e nos costumes, como contingentes e imponderáveis.

A representação da ilha é o resultado da ação humana, de um investimento racional. O paradigma utópico emerge assim de uma obra de criação intelectual, do artefato humano. Ou seja, a felicidade advém

não de uma vontade divina, mas de uma atitude racional comandada pelo saber (BORGES, 2011, p. 52).

A partir de Thomas Morus, em especial na obra de Francis Bacon, passou-se a referenciar a descrição de Platão como uma dimensão “real”, definido-a como sendo uma proto-história utópica, gerando um modelo ético universalista, uma ponte entre a Atlântida e a Utopia, passando pela linearidade da filosofia platônica com a humanista. Contudo, por vezes este didatismo encobre especificidades tornando frágeis as relações de unicidade de uma historicidade conceitual. Mesmo que, conceitualmente, a temporalidade da Utopia pode ser dilatada, o passado presentificado e imbricado para o futuro (e vice-versa), bem como os sentidos podem ser constantemente re-significados em um plano de interdependências anacrônicas e paracrônicas.

Deveríamos aprender (...) [que as] utopias que os tempos históricos costumam decorrer de forma diferente daquela que, em retrospectiva e antecipação, somos forçados a interpretar. A história real é, ao mesmo tempo, sempre mais e menos. Do ponto de vista *ex post*, é sempre diferente daquilo que somos capazes de imaginar. Por isso existem utopias, e justamente por isso elas são condenadas ao equívoco. Seu êxito costuma tender mais para a calamidade do que para a sorte que prometem (KOSELLECK, 2014, p. 138).

REFERÊNCIAS:

ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Ed. UnB, 1997.

BLOCH, Ernst. **O princípio da esperança**, Vol 1. Rio de Janeiro, Editora UERJ: Editora Contraponto, 2005.

BOORSTIN, Daniel J. **Os investigadores**: A história da permanente busca do homem para compreender o seu mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORGES, Célia Maia. **Utopias e profecias na Europa moderna**. In. LOPES, Marcos Antônio & MOSCATELI, Renato. **Histórias de países imaginários: Variedades dos lugares utópicos**. Londrina: Eduel, 2011.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007.

FALCON, Francisco José Calazans. **Utopia e Modernidade**. In. BLAJ, Ilana; MONTEIRO, John M (Orgs.). **História e Utopias**. Textos apresentados no XVII Simpósio nacional de história. São Paulo: ANPUH, 1996.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos: Problemas teóricos e práticos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5. nº 10, 1992.

_____. **Extratos do tempo: Estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

_____. **Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LOPES, Marcos Antônio. **A melhor das utopias**. In. LOPES, Marcos Antônio & MOSCATELI, Renato. **Histórias de países imaginários: Variedades dos lugares utópicos**. Londrina: Eduel, 2011.

LOURAX, Nicole. **Elogio do anacronismo**. In. NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

MADONNA-DESBAZEILLE, Micheèle. **Utopia**. In. RIOT-SARCEY, Michèle; BOUCHET, Thomas & PICON, Antoine. **Dicionário das utopias**. Lisboa: Edições texto & grafia, 2008.

MORUS, Thomas. **Utopia**. Brasília: Ed. UnB: IPRI, 2004.

VEGETTI, Mario. **Um paradigma no céu: Platão político, de Aristóteles ao século XX.** São Paulo: Annablume, 2010.

DO “MUNDO DO AUTOR” AO “MUNDO DO LEITOR”: A EXPERIÊNCIA DA NARRATIVA NA HISTÓRIA, E NA LITERATURA DO ESCRITOR ARGENTINO ERNESTO SÁBATO

*Amanda Alvarenga Fernandes*⁸

RESUMO: Buscamos examinar neste artigo aspectos fundamentais da pesquisa em curso para o Mestrado. Sendo assim, colocamos em observação a Filosofia Hermenêutica, método escolhido para fundamentar nossa análise sobre a relação da História com a Literatura através das obras do escritor argentino Ernesto Sábato (1911-2011). Para isso, são apontados também aspectos fundamentais da vida pessoal e do percurso literário deste autor, a fim de entendermos como as narrativas construídas por ele foram responsáveis em construir sua identidade e tentarem chamar à resistência os jovens das gerações seguintes à sua.

Palavras-chave: História; Literatura; Hermenêutica; Ernesto Sábato.

Como, e por que, surge uma pesquisa histórica? Talvez essa tenha sido a principal pergunta que guiou os historiadores em suas incansáveis tentativas de estabelecimento da História enquanto ciência⁹. Quando apegados à escola metódica, os historiadores se restringiam à coleta e reprodução dos fatos adquiridos por determinados tipos de documentos, seguindo leis já antes elaboradas e assimiladas. Assim o faziam, pois

⁸ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES. Desenvolve pesquisa na linha “Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História” sob a orientação do Professor Doutor Carlos Oiti Berbert Junior. E-mail: amandalvafer@gmail.com

⁹ “Ciência” aqui é pensada nos padrões das ciências naturais; ou seja, a História possuindo métodos específicos de pesquisa que, por sua vez, garantiriam resultados mais ou menos previsíveis e, mais importante, comprováveis.

acreditavam que estes fatos já possuíam suas *verdades* e, ao narrar historicamente, o único objetivo era o de contá-las. A narrativa histórica, então, como resultado da pesquisa histórica realizada pelos historiadores, era afastada de toda subjetividade que apresentavam as narrativas literárias.

Com o surgimento da Escola dos Annales, que inseriu na História métodos das Ciências Sociais, a experiência do tempo foi estendida para os historiadores: o tempo curto dos acontecimentos deu lugar ao tempo de longa duração, uma vez que buscava-se tornar inteligíveis a civilização e as mentalidades. A História se tornou uma unidade de sentido; deixando de ser apenas relatos de acontecimentos que se sucederam, ela passou a ser uma teia de acontecimentos que estão, todos, interligados. Por isso, a experiência histórica passou a abranger os três tempos: passado, presente e futuro.

A narrativa histórica se transformou. Houve uma reaproximação do texto histórico com o relato poético, tal como Aristóteles concebia este. Para Aristóteles, o relato poético era superior ao texto histórico, justamente pelo fato da História não ser o estudo das substâncias (essências), logo, o relato poético era o único que dava conta das subjetividades, dos sujeitos humanos. Porém, quando o tempo “se expandiu”, as substâncias também passaram a ser pensadas temporalmente, logo, as narrativas históricas se fundiram com os relatos poéticos.

Aliás, a História passou a ser encarada como indissociável à narrativa, pois caiu-se a ideia que a narrativa era posterior à experiência: a narrativa se tornou, por si, uma experiência. Só é possível pensar a História como uma unidade de sentido quando ficcionalizamos as experiências, logo, para se tornar ciência, a História teve que se tornar ficção (no sentido aristotélico de relato).

Ao publicar seu livro *Tempo e Narrativa*, entre os anos de 1983 e 1985, Paul Ricoeur ficou marcado como um dos principais filósofos a pensar a importância da narrativa histórica ao afirmar que toda história é narrativa. Foi este retorno do *narrativismo* que propiciou aos historiadores contemporâneos uma nova abordagem frente à Literatura, uma vez que deixou-se de considerar como verdade apenas os fatos e dados depositados em determinados tipos de documentos, passando-se a levar em conta elementos que até então haviam sido sufocados, tais como as interpretações.

Hans-Georg Gadamer, em 1960, publicou seu livro *Verdade e Método*, e trouxe à tona um conceito de Filosofia Hermenêutica, ou “Ciência da Interpretação”. Em Gadamer começamos a ter clareza sobre o que é a compreensão histórica adquirida através da

consciência histórica, que a conceitua – por sua vez – como “o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião.” (GADAMER, 2006, p.17)

Gadamer estabelece, de maneira muito forte, os traços da virada à que ele atribui o nome de virada linguística. O filósofo defende a ideia da “hermenêutica dialógica”, ou seja, o processo de compreensão adquirido através do diálogo do autor com seu receptor (leitor). Para ele, o texto é construído através de intencionalidades do autor que podem ou não ser recebidas das mesmas maneiras pelo leitor, e é aí que são definidas as particularidades da experiência hermenêutica de Gadamer (pautada na linguagem): a um mesmo fato ou a uma mesma fonte podem ser atribuídas diversas interpretações, pois o texto só se constitui texto a partir da dialética pergunta-resposta que cada leitor realiza com ele.

As interpretações, e a “relatividade de toda opinião”, transformaram a hermenêutica¹⁰ no método privilegiado do fazer História. Ricoeur, também filósofo e teórico da hermenêutica, percebe então que, no processo da interpretação, três “mundos” se coabitam: o mundo do autor, o mundo do texto e o mundo do leitor. Ele trabalha essa ideia em suas “mimeses” nos três tomos do seu *Tempo e Narrativa*. Em uma brevíssima síntese, podemos caracterizar a mimese 1 como a pré-figuração do texto, ou seja, o mundo do autor: seu contexto histórico, suas vivências, carências e opiniões; a mimese 2 é o mundo do texto, ou o resultado obtido pelo autor ao ligar os eventos e fontes em um todo compreensível; e, por último, na mimese 3, vemos estabelecido o mundo do leitor, onde acontece a reapropriação do texto por este.

É justamente o processo da leitura que proporciona o diálogo entre estes três mundos, pois é superada a noção de que o leitor “segue o texto”, ou, tenta apreender a ideia/intenção do autor. Através da leitura, o leitor faz um prolongamento do texto: sai do plano do autor e “cria” seu próprio plano, ao acrescentar suas ideias, suas experiências, ao interpretar. Ou seja, ao leitor é atribuído papel crucial, pois deixa de ser leitor de textos, somente, e passa a ser leitor de signos¹¹. O texto não é mais encarado como fechado ao

¹⁰ O conceito mais amplo fundado (principalmente) por Gadamer: a hermenêutica é a ciência, ou arte, da interpretação. Por que precisamos da hermenêutica? Porque somos criaturas inseridas no tempo e, como tais, vemos sempre as coisas de maneira limitada. Logo, sempre precisamos fazer retorno, sempre precisamos interpretar e ressignificar.

¹¹ Buscamos a definição de signos no Dicionário Básico de Filosofia: **Signo** (lat. lignum). Elemento que designa ou indica outro. Objeto que representa outro. Sinal. Discute-se, sobretudo na semiótica, se existem signos naturais, por exemplo, as manchas que são sinais do sarampo, a fumaça que indica o fogo; ou se

mundo (como se para ele faltasse referencial), pois há um leitor que o reconfigura e o reatualiza, constantemente.

No se trata de una relación de interlocución, ni de una forma de diálogo. No basta con decir que la lectura es un diálogo con el autor a través de su obra. Hay que señalar que la relación del lector con el libro es de una naturaleza completamente distinta. El diálogo es un intercambio de preguntas y de respuestas, y no existe un intercambio de este tipo entre o escritor y el lector.¹² (RICOEUR, 1999, p. 61)

Isso quer dizer que o autor – obrigatoriamente inserido em determinado contexto histórico, e portando seus próprios preconceitos, memórias e tradições – constrói o texto a partir de algumas intencionalidades, e se utilizando de uma linguagem que ele acredita proporcionar ao leitor uma inserção completa em suas ideias. Acontece que, conforme dito por Bakhtin (2000), a linguagem é estabelecida em uma realidade e é passível de construir outras. Sendo assim, quando o leitor realiza a leitura do texto, ele também já a inicia portando seus referenciais próprios, e também está inserido em um contexto histórico que pode ou não se assemelhar ao do autor. Ele fará perguntas ao texto de acordo com suas próprias intencionalidades; e o texto as responderá de acordo com as necessidades exigidas por esse leitor, e não mais conforme as intenções iniciais do seu autor.

É através desse “choque” do horizonte do autor com o horizonte do leitor que se dá a verdadeira experiência hermenêutica, pois ao criar suas próprias perguntas e buscar respostas para elas, o leitor não se conforma em permanecer estático em suas concepções e acaba por estender o seu horizonte de compreensão, admitindo – às vezes – mais de uma interpretação para um só texto. Gadamer defende que esse é o método que deve ser usado para a História, e demais Ciências Humanas, pois o ser humano (sujeito e objeto delas) está em constante (trans)formação.

Incorporando esta perspectiva complexa em torno do Sujeito que produz a História-Conhecimento – um sujeito plural que inclui o historiador, as vozes do passado e o leitor – a principal função da

todo signo é, de alguma maneira, convencional, como a palavra, ou seja, envolveria sempre a necessidade de uma interpretação ou de uma regra de aplicação para relacioná-lo ao objeto representado. (JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. 2001.)

¹² Tradução livre: “Não se trata de uma relação de interlocução, nem de uma forma de diálogo. Não basta dizer que a leitura é um diálogo com o autor através de sua obra. É preciso assinalar que a relação do leitor com o livro é de uma natureza completamente distinta. O diálogo é um intercâmbio de perguntas e de respostas, e não existe um intercâmbio deste tipo entre o escritor e o leitor.”

História passa a ser a de oferecer um caminho para que os homens tomem consciência de sua presença no tempo, e se estabelece assim um diálogo entre o Passado e o Presente que tem por objeto o vivido (do passado e do presente) e por resultado mais importante a troca de experiência entre estas instâncias. (BARROS, 2010, p.5)

Aceitando-se as interpretações adquiridas através do olhar a História por métodos pluridisciplinares, a pesquisa histórica passou a ser concebida por diferentes motivações. Ao historiador foi atribuído papel crucial: não é mais um mero colecionador e reproduzidor de fatos isolados; a ele, cabe a função de *criar* suas fontes. Isso quer dizer que abandona-se a ideia de que a verdade histórica está inserida somente em determinados documentos: qualquer tipo de documento pode se tornar uma fonte histórica, desde que seja analisado, criticado, interpretado e ressignificado por um historiador. Para Jörn Rüsen, a pesquisa histórica surge, primeiro, de carências de orientação (oriundas da vida prática) pessoais do pesquisador. Segundo o autor, “pesquisa histórica é um processo cognitivo, no qual os dados das fontes são apreendidos e elaborados para concretizar ou modificar empiricamente perspectivas (teóricas) referentes ao passado humano”. (2007, p. 104)

Por isso, a História não pode ser pensada através dos métodos das Ciências Naturais, pois os resultados da pesquisa histórica respondem às demandas do historiador. São histórias provisórias¹³, nunca tomadas por elas mesmas, mas como produtos das fontes em determinados contextos historiográficos. Para Rüsen, a História é uma ciência por possuir métodos específicos¹⁴, e seu relato não é verdadeiro por pretender alcançar a

¹³ Ou seja, contrariam o principal aspecto dos resultados obtidos pelas pesquisas das Ciências Naturais: imutáveis e, por isso, previsíveis. Abraham Moles trabalha essa ideia em seu “As Ciências do Impreciso”: “E o que procuramos em nossas vidas é apreender estas coisas vagas que nos cercam de uma maneira um pouco menos arbitrária do que o fazíamos antigamente; talvez seja isto que chamamos de ser racional: um procedimento e não um estado. O que temos à disposição de nosso espírito para nos ajudar a pensar, a prever, a fazer? Muito pouca coisa. A ciência tal como a conhecemos não nos fala quase do que é impreciso, do que é flutuante, do que muda e só se repete aproximativamente.” (1995, p. 16)

¹⁴ Carlo Ginzburg faz uma análise dos métodos históricos em seu “Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História”. O autor analisa que o raciocínio das Ciências da Natureza é quantitativo, enquanto o raciocínio realizado na História é o mesmo realizado em outros campos do saber (como o Direito, a Psicanálise, a Medicina): o paradigma indiciário. É um raciocínio qualitativo (construído através dos detalhes, das minúcias, dos índices, sinais, rastros). Ou seja, é um raciocínio que foge ao padrão das Ciências Naturais (considerado racional), mas nem por isso é irracional. Todo discurso narrativo se baseia em índices, e como as narrativas são constituidoras de sentido e de identidade, logo, conclui-se que a identidade também é construída através de índices (ou daquilo que queremos acreditar). É inerente ao ser humano ser indiciário, por isso, é inerente ao ser humano narrar.

verdade das fontes, mas pela maneira que os historiadores se referem – nas narrativas – às verdades que adquirem durante seus percursos de pesquisas¹⁵.

A retomada narrativista, e a consequente reaproximação da narrativa histórica com o relato poético, fez com que a História e a Literatura atingissem uma condição de boa convivência, uma vez que perceberam possuir um mesmo autor, objeto e receptor: o homem. E, por terem estabelecido esse espaço maior de coabitação entre elas, hoje em dia não faltam fontes, métodos, pesquisas, e pesquisadores que aproximam a História da Literatura, como é o nosso caso: elegemos trabalhar nesta dissertação a relação destes dois saberes, tendo por método a Filosofia Hermenêutica, a partir da obra do escritor argentino Ernesto Sábato.

Me deparei com Sábato no último ano de graduação, quando as exigências dos Estágios Supervisionados e as rotinas das disciplinas de Educação expunham-me as realidades duras dos professores brasileiros. Tão imersa fiquei neste cotidiano pessimista que, por várias vezes naquele ano (2012) pensei em desistir do curso na reta final, acreditando ter feito escolhas erradas. Então, em uma conversa com meu orientador sobre o futuro da pesquisa que já realizava há dois anos – sempre pensando a construção das narrativas históricas e a relação da História com a Literatura –, ele me indicou a leitura de *O Túnel*, primeiro romance de Sábato.

Já no fim da primeira leitura, entendi o que Rösen quis dizer sobre a pesquisa histórica partir, primeiro, de carências de orientação do pesquisador. No romance de Sábato encontrei identificação e respostas a angústias pessoais que me atormentavam há muito tempo. *O Túnel* traz uma situação-problema¹⁶ característica da modernidade: o excesso de informação e conhecimento que, ao invés de aproximar as pessoas, está isolando-as em seus próprios conflitos. Depressa, comprei o máximo de livros de Sábato, e os li de maneira muito ansiosa, esperando que as respostas continuassem chegando

¹⁵ É o que Paul Ricoeur acredita também. Para ele, as diferenças entre História e ficção se situam na construção dos personagens (sendo os personagens da narrativa histórica *concretos*), e na maneira que os historiadores utilizam as fontes e referências.

¹⁶ Em uma série de entrevistas dadas em Paris, entre os dias 3 e 10 de dezembro de 2003, pelo psicanalista Jacques-Alain Miller e o linguista Jean-Claude Milner, reunidas e publicadas depois sob o título “Você quer *mesmo* ser avaliado: entrevistas sobre uma máquina de impostura”, é discutida – entre outras coisas – o império da fórmula “problema-solução” vivido na modernidade. O psicanalista Jorge Forbes, no prefácio, antecipa a ideia trabalhada pelos entrevistados: “Se você tem um problema, vamos achar uma solução: não há problema que não tenha solução, afirma o delírio cientificista, em sua reduzida visão da experiência humana. A isto, respondem os autores deste livro em paródia: ‘Não há problema que uma falta de solução não possa resolver.’” (2006, p. X, Prefácio) O romance de Sábato segue essa ideia: os problemas subjetivos, ignorados pela razão da ciência moderna, não têm soluções através de fórmulas pré-estabelecidas.

(como se tivessem sido previamente encomendadas). Sinto necessidade de expor um pouco sobre a vida deste autor, que foi o responsável por me resgatar de um abismo de confusões no qual eu já me encontrava bastante submersa.

Ernesto Sábato foi um importante romancista, ensaísta, crítico literário, artista plástico e intelectual argentino. Nasceu em Rojas, Argentina, no ano de 1911, e foi o décimo de onze filhos. Quando jovem, se aproximou de grupos anarquistas e comunistas, mas após o primeiro golpe militar sofrido na Argentina em 1930, pelo general Uriburu, teve que se exilar por sua militância ativa e acabou por se tornar bastante cético em relação às utopias não praticáveis do Partido Comunista, abandonando o movimento. Em 1938 obteve seu primeiro doutorado em Física pela Universidade Nacional de La Plata, e logo depois foi contemplado com uma bolsa de estudos para ir estudar no Laboratório Curie, em Paris, as reações do urânio. Foi enquanto realizava essa pesquisa que uma visão apocalíptica do porvir o acometeu, e ele percebeu que o excesso de razão estava levando os seres humanos à sua própria destruição.

Abandonou de vez a Física após entrar em contato com grupos de artistas surrealistas em Paris e, no começo da década de 1940, escreve seu primeiro ensaio titulado *Uno y el Universo*, onde remonta seu caminho até a Literatura e faz duros questionamentos acerca da utopia das chamadas “Ciências Exatas”. Com o fim a Segunda Guerra Mundial, Sábato adentrou mais fundo em sua crise, suas angústias e medo, e em um momento de extremo desconforto, escreve *O Túnel*.

Sábato, ao abandonar a Física e se entregar à Literatura, segue uma tendência do homem moderno. A modernidade, e seus avanços tecnológicos sem precedentes, estilhaçou todas as estruturas fixas às quais os homens *arcaicos* se apegavam (os mitos, as religiões, a orientação através do tempo natural e a conformação de que a natureza comandava suas vidas, não o contrário). A partir do Renascimento, e a chegada do racionalismo, o homem moderno depositou toda sua fé na ciência¹⁷, crente que esta seria capaz de responder todas os anseios e angústias da humanidade. O que não aconteceu.

Os caminhos da cultura humanista foram percorridos até o abismo. Aquele homem europeu que entrou na história moderna cheio de confiança em si mesmo e em suas potencialidades criadoras agora sai dela com a fé em farrapos (SÁBATO, 2008, p. 100).

¹⁷ Sobre isso: “Pois isso nos faz reparar que a ciência, a razão na qual o homem moderno depositou sua fé, é, rigorosamente falando, unicamente a ciência físico-matemática e, imediatamente, apoiada nela, mais débil, porém beneficiando-se do seu prestígio, a ciência biológica. Em síntese reunindo-se as duas, o que é chamado de ciência ou razão naturalista.” (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 33)

O homem moderno então percebeu que os conceitos e teoremas dados pelas Ciências da Natureza (nos quais tinha depositado toda sua fé a partir do Renascimento), nada davam conta de explicar as inquietudes deste. Para Ortega y Gasset, o problema se manteve porque a ciência quis estabelecer, primeiro, a *natureza* do homem – apreendê-lo como uma *coisa* no (e do) mundo. Ao perceber que pouquíssimos elementos se mantinham imutáveis no homem, passou-se a querer entendê-lo como *espírito*, mas também não conseguiu chegar a um conceito que desse conta de embasar essa hipótese. Enfim, começaram a entender que o homem não é uma coisa (e, portanto não possui natureza), e não é espírito¹⁸: o homem é drama.

A razão físico-matemática, na sua forma crassa de naturalismo, ou na sua forma beatífica de espiritualismo, mal podia enfrentar os problemas humanos. Devido a sua própria constituição, não podia fazer outra coisa, a não ser buscar a natureza do homem. E é claro, não a encontrava, porque o homem não tem natureza. O homem não é seu corpo, que é uma coisa; nem é sua alma, psique, consciência ou espírito, que são também uma coisa. O homem não é coisa alguma, mas um drama – sua vida é um puro e universal acontecimento, que acontece a cada um, e no qual cada um não é, por sua vez, senão acontecimento. Todas as coisas, sejam quais forem, são meras interpretações que se esforçam em dar o que encontram. O homem não encontra coisas, senão que as põe ou as supõe. (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 42)

Assim sendo, percebeu-se que o homem não é coisa alguma: *vai sendo*. Ele só existe porque toma decisões e age para que continue existindo¹⁹. Logo, o homem possui a liberdade de escolher o que quer ser, apesar dessa liberdade ser arbitrária: a ele são apresentadas inúmeras possibilidades, mas ele *deve* escolher uma. Ortega y Gasset aponta que a liberdade do homem encontra um único limite: o passado²⁰. Por ter sido o que foi,

¹⁸ “O espírito, se houver alguma coisa no mundo que o for, é identidade e, portanto, *res*, coisa, tão sutil e etérea quanto se quiser. O espírito tem uma consistência estática: ele é já, sem dúvida, o que é e o que vai ser.” (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 41)

¹⁹ Para negar as filosofias positivistas surge a filosofia existencialista, da qual Jean-Paul Sartre é um dos fundadores, e explica no que se baseia seu pensamento: “O homem nada mais é do que aquilo que faz de si mesmo: é esse o primeiro princípio do existencialismo. É também a isso que chamamos de subjetividade: a subjetividade de que nos acusam.” [...] “Porém, se realmente a existência precede a essência, o homem é responsável pelo que é. Desse modo, o primeiro passo do existencialismo é o de pôr todo homem na posse do que ele é, de submetê-lo à responsabilidade total de sua existência. Assim, quando dizemos que o homem é responsável por si mesmo, não queremos dizer que o homem é apenas responsável pela sua estrita individualidade, mas que ele é responsável por todos os homens.” (1987, p. 6)

²⁰ “Esse passado é passado não porque passou a outros, mas porque forma parte de nosso presente, do que somos na forma de ter sido; em resumo, porque é *nosso* passado. A vida como realidade é absoluta presença;

por ter feito o que fez (no passado), o homem não pode mais sê-lo ou fazê-lo, pois seu passado está constantemente embasando o presente. A ele resta só evoluir, progredir, avançar sobre si mesmo; a partir de toda a carga herdada (relembada e ressignificada) de seus antepassados através da memória, ele constrói o presente e projeta o futuro.

O homem moderno está deixando, cada vez mais, de acreditar na razão físico-matemática, e passando a depositar sua fé na razão histórica²¹. Para Ortega y Gasset, essa razão histórica não é qualquer coisa além de *razão narrativa*:

Por outra parte, convém fazer-se cargo do estranho modo de conhecimento, de compreensão, que é essa análise do que corretamente é a nossa vida, por conseguinte, a de agora. [...] para averiguar a razão do nosso ser ou, o que é igual, *por que* somos como somos, o que temos feito? O que foi que nos fez compreender, *conceber* o nosso ser? Simplesmente contar, narrar que *antes* fui o amante desta ou daquela mulher, que *antes* fui cristão; que o leitor, por si, ou pelos outros homens dos quais tem notícia, foi absolutista, foi cesarista, democrata, etc. Em síntese, aqui o raciocínio esclarecedor, a *razão* consiste numa narrativa. Frente à razão puro físico-matemática existe, portanto, uma razão narrativa. Para compreender algo humano, pessoal ou coletivo, é necessário contar uma história. Esse homem, essa nação faz tal coisa, e o faz *porque* anteriormente fez tal outra e foi de tal outro modo. A vida somente se torna um pouco transparente ante a *razão histórica*. (1982, p. 48)

A razão histórica liberou o homem de tentar se compreender por conceitos e fórmulas nos quais ele não cabe, e o deu a possibilidade de *criar* – e recriar – seus próprios paradigmas. Porém, nos vimos frente a novos sentimentos de desamparo, originados por nos percebermos sozinhos no mundo. O que eu sou e o que eu serei só depende de mim; portanto, eu não posso contar com mais ninguém. Devo agir sem esperança. É a partir deste pensamento que o existencialismo de Sartre surgiu: a única esperança reside em nossas ações, e por nosso destino estar em nossas mãos, é preciso que superemos o desamparo e que sejamos otimistas, que tomemos atitudes.

Ernesto Sábato nunca se posicionou como um existencialista, mas o foi. Basta uma leitura atenta de seus principais ensaios – onde se sente livre suficiente para tratar assuntos variados sem a necessidade de utilizar recursos retóricos (comuns em outros

não se pode dizer que algo existe se não está presente e atuando agora entre nós.” (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 47)

²¹ “Resumindo, *o homem não tem natureza, senão que... tem história*. Ou, o que é igual: o que a natureza é para as coisas, a história é, como *res gestae*, para o homem.” (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 49)

tipos de narrativas) – para assim o percebermos. Como Sartre, Sábato submete os homens às responsabilidades totais de suas existências. Quer dizer, nos adverte que cada um de nós precisa se posicionar, aqui, agora, com urgência; pois não é só o meu destino que depende das minhas escolhas, mas o destino de todos os homens do mundo. Contra a desumanização da humanidade, causada dia após dia com mais ânsia pelo excesso de tecnologias, ele nos chama a resistir. E, mais do que resistir, é preciso que alertemos as crianças e jovens sobre os perigos e atrocidades, pois se nós fazemos nosso presente, eles farão o futuro.

Acredito que é preciso resistir: esse tem sido meu lema. Hoje, contudo, muitas vezes me pergunto como encarnar essa palavra. Antes, quando a vida era menos dura, eu teria entendido por resistência um ato heroico, como negar-se a continuar sobre esse trem que nos leva à loucura e ao infortúnio. Mas pode-se pedir às pessoas tomadas pela vertigem que se rebelam? [...] A situação mudou tanto, que devemos reavaliar com muita atenção o que entendemos por resistência. Não posso lhes dar uma resposta. [...] Intuo que é algo menos formidável, mais modesto, algo como a fé num milagre, o que quero transmitir a vocês nesta carta. (2008, p. 87)

Enquanto escritor, Sábato se dedicou a dois tipos de gêneros literários narrativos: o ensaio e o romance. Para definirmos brevemente o gênero literário Ensaio, nos utilizaremos do Dicionário Online da Língua Portuguesa, Michaelis: “Apresentação de um assunto filosófico, científico, histórico ou de teoria literária, que se caracteriza pela visão de síntese e tratamento crítico.” Embora superficial, esta definição já nos serve para argumentarmos sobre a possível intenção de Sábato ao escrever seus ensaios: fugir do rigor cientificista ao discutir assuntos que o perturbavam em sua realidade.

Estando situado entre o gênero poético e o didático, o Ensaio se caracteriza como a maneira encontrada por muitos escritores para expressarem suas opiniões e preocupações de maneira “leve”, ou seja, sem ter que se preocuparem com os aspectos retóricos de seus argumentos. O gênero foi definido pelo ensaísta espanhol José Ortega y Gasset, em seu *Meditaciones Del Quijote*: “Y el ensayo es la ciencia, menos la prueba explícita.”²² (1914, p. 9)

Do ponto de vista hermenêutico, o Ensaio possibilitou para a História uma aproximação enorme com a Literatura, pois abriu brechas para os escritores tratarem de

²² Tradução livre: O ensaio é a ciência, menos a prova explícita.

problemas que os incomodavam em seus contextos de maneira subjetiva, e buscando, exatamente, as releituras de seus receptores, as diversas interpretações. Acreditamos que esta tenha sido igualmente a pretensão de Ernesto Sábato ao publicar seus ensaios.

Ao tratarmos do conceito de romance nas obras dele, o consideramos sob a perspectiva do “*nouveau roman*” (novo romance). O romance, enquanto gênero literário, é considerado herdeiro da estrutura narrativa das epopeias clássicas, porém, ao contrário destas, abandona os versos e adota a prosa. Negando o cientificismo empírico e a extrema racionalidade que, até o século XIX, foram as maiores preocupações em qualquer produção humana, o romance emerge livre, sem amarras, sem definições, sem modelos e categorias.

As Revoluções Burguesas fizeram o romance moderno emergir. O avanço das tecnologias e a nova facilidade das comunicações provocaram nas sociedades dos séculos XVIII e XIX a necessidade de se expressarem à busca dos elementos comuns, de identidade. Qual a melhor maneira, então, senão através de um gênero literário que tudo permite? Marthe Robert associa o rápido *boom* do romance ao seu caráter arrivista, ou seja, ao seu triunfo sobre todos os outros gêneros clássicos, já que deles o romance pode se apropriar de todos os elementos sem nem mesmo ter que lhes prestar contas.

Ernesto Sábato pode ser considerado um romancista da resistência uma vez que, para ele, o romance não mais deve se limitar às regras impostas pelas “igrejinhas literárias” – termo que o próprio se utilizou para tratar as escolas literárias (tais como o estruturalismo e o realismo), que tentavam definir o romance por um único viés.

Para mim, o romance é como a história e como seu protagonista, o homem: um gênero impuro por excelência. Resiste a qualquer esclarecimento total e extravasa todas as limitações. Quanto à técnica, considero legítimo tudo o que é útil para os fins almejados e ilegítimas as inovações que se fazem pela pura inovação (SÁBATO, 2003, p. 22).

O que percebemos em Ernesto Sábato é que a Literatura foi a maneira encontrada por ele para reorientar sua vida, já que se sentia traído pelas matemáticas. Por isso, minha escolha por Sábato como fonte não foi casual: ele transmitiu em suas obras (sejam nos três romances ou nos diversos ensaios) suas memórias e experiências. Sábato construiu realidades para testemunhar a sua própria.

Por afinidade temática, a dissertação será dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo, faremos um traçado mais atencioso do percurso da vida pessoal de Ernesto

Sábato. Desta maneira, organizamos aspectos – a maior parte advindos de relatos autobiográficos e memórias compartilhadas em alguns de seus ensaios – a fim de entendermos “o mundo do autor”, ou, os referenciais dos quais Sábato partiu para escrever sua literatura.

Ainda neste capítulo, analisamos também elementos formais dos dois gêneros literários aos quais Sábato se dedicou: o Ensaio e o Romance. Contudo, nossa intenção não será somente a de estabelecer características gerais dos gêneros, mas a de observar como essas características se encontram tão presentes em algumas das principais obras do autor.

No segundo capítulo, observaremos o contexto histórico de Ernesto Sábato; ou seja, rememoramos partes da História da Argentina, principalmente no que tange à literatura nacional: como ela foi se construindo, como Sábato se inseriu nela e, sobretudo, quais são os aspectos da literatura de Sábato que são contrastantes às demais produzidas no país. Neste capítulo, são os três romances de Sábato que entrarão em evidência, visto que o próprio autor disse ser onde encontraríamos “suas verdades mais artrozes”.

Nossa principal hipótese é de que o viés existencialista de Sábato, além de suas experiências enquanto exilado e um sujeito constantemente atormentado por suas decepções com as matemáticas, tenham sido os principais fatores trabalhados por Sábato em seus personagens dos romances, e as principais contribuições filosóficas de seus ensaios.

Sábato buscou, através da sua literatura, responder a carências identitárias próprias, carências estas que, para o autor, surgiram por ter que cumprir um destino duplamente atormentado: o de ser um artista, e o de sê-lo na América Latina. Porém, além deste propósito individual, Ernesto Sábato construiu sua literatura como uma forma de resistência: seus personagens, extremamente ordinários, chamam todos nós a observarmos de perto os problemas trazidos por essa modernidade carregada de tecnologias que está, já em nosso tempo, matando pouco a pouco a subjetividade humana.

Quanto aos conceitos que fundamentam esta pesquisa (como os de Narrativa, Hermenêutica, Existencialismo e Memória), durante todo o percurso de escrita do trabalho se encontram presentes, sendo definidos de maneira individual ou associados a outros. É imprescindível ao historiador que estabeleça um método para sua pesquisa e, no nosso caso, a Filosofia Hermenêutica aliada à Fenomenologia da Leitura são constantemente invocadas em nossas análises do objeto.

Estudar as obras de Ernesto Sábato é mais do que nos aproveitarmos da boa convivência entre a História e Literatura. Uma vez que ele elaborou sua literatura com o objetivo evidente de que seus leitores – principalmente os jovens das gerações seguintes à sua – se reapropriassem dela, buscamos, finalmente, entendermos nossas angústias herdadas, e preenchermos nossos espaços vazios com as esperanças febris que Sábato tanto quis que persistissem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROS, José d'Assunção. *O Campo da História - Especialidades e Abordagens*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. *História e Literatura - novas relações para os novos tempos*. In: Revista Contemporâneos, n°6, maio/out.2010. p.1-27.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

_____. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução Flávio Paulo Meurer. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Disponível em: < http://dutracarlito.com/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf >

MILLER, Jacques-Alain; MILNER, Jean-Claude. *Você quer mesmo ser avaliado: entrevistas sobre uma máquina de impostura*. Barueri/SP: Manole, 2006.

MOLES, Abraham A. Introdução; Racionalidade pobre e cientificidade mínima. In: *As ciências do impreciso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 15-58.

ORTEGA Y GASSET, J. A História como sistema. In: *História como sistema. Mirabeau ou o político*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 27-58.

_____. *Meditaciones del Quijote*. Madrid, 1914. Disponível em: <<http://www.mercaba.org/SANLUIS/Filosofia/autores/Contempor%C3%A1nea/Ortega%20y%20Gasset/Meditaciones%20del%20Quijote.pdf>> Acesso em: 03 de agosto de 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et. al.]. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

_____. ¿Qué es un texto? In.: *Historia y narrativa*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1999, p. 59-81.

_____. *Tempo e Narrativa. Tomos I, II e III*. Campinas, SP: Papirus, 1994; 1995; 1997.

ROBERT, Marthe. *Romance das origens, origens do romance*. Tradução de André Telles. Capítulo I: Por que o romance?

RÜSEN, Jörn. *História Viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

_____. *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

_____. *Reconstrução do Passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SÁBATO, Ernesto. *A Resistência*. Tradução: Sérgio Molina. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *O Túnel*. Tradução: Sérgio Molina. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. In: *SARTRE*. São Paulo: Nova Cultural, 1997 (Coleção Os Pensadores), p. 02-32.

O GÊNERO BIOGRÁFICO NO CAMPO DA HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

*Ana Paula Moreira Pinto*²³

RESUMO: O presente trabalho refere-se a uma discussão teórico-metodológica sobre o gênero biográfico a partir de três problemáticas. Primeiramente, analisa-se a concepção de que ocorreu a partir da década de 1980 a retomada da produção das biografias e autobiografias no campo da história, justificada a partir de três perspectivas: devido ao *boom* mercadológico das obras biográficas; por causa dos novos questionamentos advindos da pós-modernidade e, a renovação da História Política que legitima, dentro da historiografia, a escrita biográfica. Posteriormente, propõe-se uma reflexão sobre as carências metodológicas da abordagem sociológica, utilizada pelos biógrafos no século XX. Por fim, apresenta-se a idade hermenêutica, conceito elaborado por François Dosse, como possibilidade metodológica para a escrita das biografias.

Palavras-chave: Gênero Biográfico; Indivíduo; Idade Hermenêutica.

Durante o século XX, especificamente com os novos pressupostos da escola dos *Annales*, o gênero biográfico perdeu sua legitimidade por apresentar uma história totalizante que evidenciava somente os feitos dos homens ilustres. No entanto, nos últimos trinta anos, historiadores, sociólogos antropólogos propuseram conceitos e metodologias para a inserção das biografias e autobiografias como instrumentos de pesquisa. Autores como Dosse (2009), Borges (2005), Neto (1991), dentre outros, afirmam que nos anos 1980 houve uma “retomada” do gênero biográfico, fazendo com que novas metodologias de análise fossem pensadas e utilizadas.

Uma das preocupações desse artigo é salientar os motivos que proporcionaram a renovação da abordagem biográfica, especificamente a partir de três perspectivas: o *boom* de venda de obras biográficas e autobiográficas, a reformulação das ciências por meio da pós-modernidade e a renovação da história política. A retomada do gênero biográfico é mencionada na maioria dos livros, artigos ou ensaios que buscam uma teoria ou

²³ Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e aluna do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília, nível Mestrado. Orientadora: Dra. Eloísa Pereira Barroso.

metodologia para a escrita de uma vida, além de legitimar, devido à emergência em se pensar a biografia ou autobiografia no campo da história, as discussões sobre essa temática. Assim, analisamos a biografia após a década de 1980, evidenciando as novas teorias e metodologias que foram agregadas ao gênero.

Com as reformulações, sociólogos e historiadores atribuem à biografia e à autobiografia uma possibilidade de compreender uma determinada sociedade ou contexto histórico. No segundo momento desse artigo, abordam-se as problemáticas do método sociológico do gênero biográfico, uma vez que anula a relevância do indivíduo e o insere em um tempo, como se fosse algo estável, sem rupturas, instabilidades, sendo suas atitudes justificadas pelo contexto histórico-social no qual vivenciou. Em contraponto a essa vertente, sugerimos como metodologia as novas concepções advindas da idade hermenêutica, como possibilidade de compreender uma trajetória individual, destacando as singularidades e pluralidades de uma vida.

A retomada do gênero biográfico

Historiadores defendem que a partir da década de 1980 ocorreu a retomada da escrita das biografias e das autobiografias no campo da história. Os motivos que permitiram a retomada do gênero biográfico são justificados principalmente por seu *boom*. Como aponta Gomes;

Um breve passar de olhos em catálogos de editoras, estantes de livrarias ou suplementos literários de jornais leva qualquer observador, ainda que descuidado, a constatar que, nos últimos 10 anos, o país vive uma espécie de *boom* de publicações de caráter biográfico e autobiográfico. É cada vez maior o interesse dos leitores por um certo gênero de escritos – escritas de si –, que abarca diários, correspondências, biografias e autobiografias, independentemente de seres memórias ou entrevistas de história de vida, por exemplo (GOMES, 2004, p. 07).

A comercialização e a procura mercadológica teriam influenciado a reflexão teórica e metodológica do gênero biográfico, além da produção de obras que narram uma trajetória de vida. Mas somente o *boom* justificaria o retorno das biografias e autobiografias? Gomes afirma que o interesse atual em obras biográficas deve-se a um processo de transformação das sociedades ocidentais, principalmente quando o indivíduo postula uma identidade para si no interior de um todo social, tornando-se moderno. Para

a autora, são os tempos modernos que consagram o lugar do indivíduo na sociedade e que desperta o interesse da sociedade em “conhecer” a história de outras pessoas.

A forma como o indivíduo é concebido nos tempos modernos é importante na medida em que postula uma nova maneira de compreender a sociedade a partir de uma trajetória individual. No entanto, a procura e os novos escritos de biografias e autobiografias emergem principalmente na pós-modernidade, quando os paradigmas, que antes orientavam as formas de compreender o mundo, são questionados. As críticas aos paradigmas científicos pautaram-se principalmente na discussão do projeto modernizador do Iluminismo. Com os acontecimentos do século XX a afirmativa de que os homens conseguiriam sua emancipação por meio da razão foi questionada. Autores como Deleuze, Derrida e Foucault propuseram novas formas de entender o mundo, destacando os múltiplos significados, a desestabilização do óbvio “que exigiria mudanças de atitudes ante a hierarquização do mundo” (NETO, 1991, p. 1566).

No campo da história, segundo Neto, a “desconstrução” proporcionada pela pós-modernidade centralizou-se nas críticas da história universal e a necessidade da interdisciplinaridade. A partir de 1980 os historiadores retomam a escrita das narrativas a partir de uma nova perspectiva. O objetivo não consistia em enaltecer o personagem, características das biografias do século XIX, a preocupação centrou-se em entender, por intermédio de uma trajetória de vida, um determinado período histórico. Nota-se que a retomada do gênero biográfico destinou-se inicialmente a uma abordagem sociológica, temática que será discutida na próxima seção.

Segundo Neto as novas teorias e metodologias que surgiram com a pós-modernidade influenciaram no retorno ou renovação da História Política, campo onde o gênero biográfico está inserido. Utilizam-se as palavras retorno e renovação, pois os historiadores pertencentes aos *Annales* e ao marxismo durante o início do século XX até a década de 1970, em âmbito geral, não se preocuparam em utilizar em suas pesquisas abordagens da História Política²⁴. Para a revista francesa a biografia era considerada “elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante” (FERREIRA, 1992, p. 266); já o marxismo percebe o gênero biográfico como um antigo legado da burguesia, que mascara as desigualdades.

²⁴ Como Peter Burke (2010, pg. 17-23) salienta, é inexato pensar que os historiadores do século XIX ficaram envolvidos somente com a História Política, uma das principais críticas dos *Annales*. Autores como Michelet e Burckhardt, por exemplo, escreveram suas pesquisas históricas a partir de uma perspectiva mais ampla dos seguidores de Ranke, o que constata as diferentes abordagens dadas nesse período.

No decorrer do século XIX a história foi consagrada como disciplina e ciência²⁵. Historiadores a proclamaram como verdade absoluta dada pela organização e análise metódica dos documentos. No entanto, a partir do surgimento da revista *Annales* ocorre o “rompimento”²⁶ com essa historiografia tradicional. As principais mudanças propostas pela revista francesa corresponderam ao conceito de fonte, que passou a abarcar qualquer coisa que pudesse “dizer” algo sobre o passado, a inserção da História-Problema, além de conceber novas maneiras de compreender a historiografia por meio da interdisciplinaridade.

Apesar das novas definições acerca da compreensão da história e suas fontes, a História Política sofreu “grandes críticas” sendo abolida, de formal geral, dos escritos historiográficos durante as três gerações²⁷ da escola dos *Annales*. Historiadores que conceberam a criação da revista como um passo importante para o desenvolvimento do discurso histórico, salientam em seus textos os pontos positivos colocados a partir de seu surgimento, entretanto, os defensores da História Política, criticam os *Annales* por terem diminuído a sua concepção. Assim, têm-se dois discursos que qualificam as posturas da revista como positivas e outros que a “condenam” por ter abolido a História Política.

Julliard (1998) e Ferreira (1992) construíram seus textos argumentando como o político foi diminuído pelos *Annales*, que ao invés de terem encontrado um caminho que amplia-se o seu horizonte o concebem como algo menor. Para os autores, a História Política será taxada como um número infundável de defeitos, Julliard afirma “tomando em consideração, a histórica política pereceu, vítima de suas más amigas” (JULLIARD, 1988, p. 181).

A partir de 1980 ocorre o retorno da História Política e com isto, também o do gênero biográfico. Com as propostas da História Cultural, a História Política, ganha novos espaços, segundo Ferreira, permitindo o seu “renascimento”. A compreensão de que “o

²⁵ No século XIX a História também desempenhará um papel de legitimadora das novas bases do poder. Nesse período a Europa passa pelo processo de unificação e afirmação das nacionalidades, nos Estados como, Itália, Alemanha, Inglaterra e França. Essas afirmações serão dadas pela busca das origens que proporcionará o sentimento de nacionalidade. De acordo com Dantas (2007), as bases de sustentação do poder, antes afirmadas pelo plano divino, passam a se legitimar por meio de um discurso científico, com base na racionalidade.

²⁶ Os *Annales* atribuíram novos conceitos a historiografia e abarcaram a definição de fonte. No entanto, a metodologia e a própria definição de história como ciência continuaram predominantes nas pesquisas históricas da primeira geração dos *Annales*, dessa forma, pode-se afirmar que não ocorreu de fato um rompimento.

²⁷ Peter Burke classifica a escola dos *Annales* (1929-1989) em três fases: 1° Os fundadores; 2° A Era Braudel e; 3° A terceira geração.

político tinha consistência própria e dispunha de certa autonomia em relação a outras instâncias da realidade social ganhava credibilidade” (FERREIRA, 1992, p. 267). A renovação também decorre do intercâmbio com a ciência política, permitindo que a participação na vida política ocupe espaço fundamental na história.

Para Borges (1991) o movimento da História Política e conseqüentemente sua renovação está imbricada em uma dicotomia. Primeiro corresponde às mudanças sociais que condicionam a forma como o político é analisado na história, tanto pelos historiadores franceses, quanto pelos brasileiros. Para a autora o uso e a manipulação da história são uma constância na prática política, que “procura-se sempre reconstruir o passado em função de tendências políticas do momento” (BORGES, 1991, p. 11). O segundo fator que contribui para a renovação da História Política, é a interdisciplinaridade proposta pela historiografia francesa, como menciona Pacheco.

Essa interdisciplinaridade permite a inserção de métodos e técnicas advindas de outros campos, como da antropologia, etnografia, linguística, ciência política, sociologia, o que enriquece os estudos sobre o político, que não está mais voltado principalmente para os fatos políticos tradicionais. A escrita das biografias e autobiografias, inseridas no estudo da História Política, recebem dessa forma, novas abordagens e são consideradas como relevantes para compreender um contexto histórico, em situar um indivíduo ao seu tempo ou para analisar como uma sociedade se organizou em determinada época.

O historiador francês Dosse (2009), afirma que a retomada da biografia na década de 1980 corresponde a uma segunda etapa do gênero²⁸, a biografia modal, em que o indivíduo é destacado como ilustrador do coletivo. Na próxima seção discute-se a metodologia utilizada a partir dessa perspectiva sociológica durante a escrita de biografias e autobiografias, mencionado especificamente o cuidado que o historiador deve possuir ao se propor escrever sobre uma trajetória ou sobre si, sem que ocorra a anulação das particularidades do personagem, as temporalidades diversas, as rupturas, os desejos, as frustrações, em prol de compreender uma sociedade como um todo. Cabe ressaltar que o método biográfico foi importante, uma vez que proporcionou a “retomada” das produções

²⁸ Dosse, compreende a escrita do gênero biográfico em três momentos distintos: a idade heroica, corresponde ao período da Antiguidade, as hagiografias e as biografias cavaleiresca; a biografia modal, refere-se ao retorno do gênero biográfico, sendo o objetivo principal da escrita biográfica compreender uma sociedade a partir da trajetória de um indivíduo e; a idade hermenêutica, em que preocupa-se com as singularidades e pluralidades de uma vida, sem colocar o social como o fator principal durante o processo de produção das biografias e autobiografias.

de obras e trabalhos acadêmicos, possibilitando que o gênero fosse repensado no campo da história.

Relações entre o gênero biográfico e a abordagem sociológica

O gênero biográfico passou a interessar as ciências sociais no início do século XX, devido à possibilidade de compreender a sociedade por meio de uma trajetória individual. De acordo com Roberti (2012), a inserção de estudos biográficos no campo das ciências sociais foi uma maneira alternativa de fazer sociologia. Os primeiros trabalhos e contribuições tiveram suas origens na Escola de Chicago²⁹ por meio dos estudos de caso que evidenciaram o método biográfico, bem como da antropologia norte-americana, especificamente com a publicação da obra *The Autobiography of a Winnebago Indian*, de Paul Radin (1920).

No entanto, ainda utilizando Roberti, é na década de 1960 com a revalorização da metodologia qualitativa, que a investigação teórica e metodológica de história de vida experimenta um vigoroso e progressivo ressurgimento. Como aponta a autora;

[...] la causa subyacente al renovado interés por las historias de vida se halla en la revaloración de algunos objetos teóricos y objetivos prácticos, producto de un cambio significativo en las ciencias sociales contemporáneas de orientación humanista. Esta ciencia social renovada redescubre el interés por los procesos sociales básicos de la interacción cotidiana y retoma la tradición marxista-weberiana presente en enfoques macrosociológicos, históricos y comparativos, alejados del modelo experimental. Estos cambios indican nuevas líneas de investigación distanciadas de los modelos científicos predominantes en la ciencia social de la posguerra. (ROBERTI, 2012, p. 129)

Nesse período alguns conceitos são reformulados e repensados, sendo o método biográfico (utilizado na década de 1920), história de vida e relato de vida, ambos possuem características teórico-metodológicas semelhantes. O método biográfico, por exemplo, tem por finalidade discutir uma trajetória individual com o intuito de abordar os fenômenos sociais, a história de vida é uma imbricação desse conceito, no entanto, é destacada basicamente a ligação entre o personagem e o contexto social, além da utilização de outras fontes para produzir as biografias, como diários pessoais, cartas,

²⁹ A Escola de Chicago refere-se à um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizados entre as décadas de 1920 à 1940 por professores e alunos da Universidade de Chicago (EUA).

fotografias, arquivos, testemunhos, etc. Já os relatos de vidas analisam conjuntamente diferentes trajetórias tanto de pessoas ilustres, quanto de pessoas comuns, possibilitando compreender o cotidiano e determinadas práticas abandonadas ou ignoradas por uma “história oficial”, bem como discutem a relevância da subjetividade e das experiências individuais.

As propostas sociológicas são relevantes, pois são desses postulados que a história reformula o gênero biográfico, o insere e o legitima nas discussões teóricas metodológicas da historiografia. Diferentemente da abordagem social, os historiadores problematizam uma trajetória de vida não para compreender exclusivamente uma sociedade, mas para analisar uma determinada época histórica, inserindo o indivíduo em seu tempo.

Schmidt (1996) aponta que a preocupação dos biógrafos está centrada em evidenciar os múltiplos fios que liga um indivíduo ao seu contexto histórico, tendo a responsabilidade de não cair em um individualismo exacerbado como nas biografias do século XIX ou em uma determinação estrutural restrita remetendo a uma análise marxista. O autor exemplifica alguns personagens que tiveram suas trajetórias examinadas com o propósito de compreender determinada época;

Assim, diversos estudos biográficos contemporâneos buscam relacionar os personagens enfocados com dimensões sociais mais amplas. Por exemplo: Guilherme Marechal, com a cavalaria medieval; Cromwell, com os grandes plebeus ingleses no século XVII; Menochio, com a cultura camponesa do século XVI, e Freud, com a cultura e a sociedade europeias do século passado. As estratégias para estabelecer esta relação são bastante diversificadas; Duby vale-se da noção de História-problema dos *Annales*, Hill, da caracterização social, religiosa e política da Inglaterra setecentista; Ginzburg, da observação do processo de circularidade da cultura através de uma escola micro e Gay, do método psicanalítico contextualizado. A escolha dos personagens biografados também guarda interesse: não apenas os grandes homens – como Guilherme Marechal, Oliver Cromwell e Sigmund Freud – merecem esta dignidade, mas também os homens comuns, a gente miúda, como o moleiro Mechochio (SCHIMIDT, 1996, p. 180).

Nas biografias mencionadas por Schmidt, os historiadores inserem a subjetividade em um lugar secundário ao tempo do biografado, suas emoções, práticas, vivências são justificadas exclusivamente pelos comportamentos e normas de sua época. Georges Duby (1986), por exemplo, ao narrar sobre a vida de Guilherme, o Marechal, evidencia o universo mental da cavalaria em fins do século XII e início do XIII. Guilherme é colocado como um personagem de seu tempo, sua condição enquanto

campeão ou o de “melhor dos cavaleiros” é suscita por seu contexto histórico. Já a trajetória de Menochio analisada por Carlo Ginzburg (2006) encontra-se na mesma perspectiva, busca-se compreender por meio da experiência individual do moleiro a cultura subalterna do século XVI. É visível essa intenção de Ginzburg no prefácio do livro: “Gostaríamos, é claro, de saber muitas outras coisas sobre Menochio. Mas o que temos em mãos já nos permite reconstruir um fragmento do que se costuma denominar ‘cultura das classes subalternas’ ou ainda ‘cultura popular’” (GINZBURG, 2006, p. 11).

O principal problema colocado por essa abordagem biográfica corresponde à anulação das particularidades do indivíduo. A vida é entendida como algo intrinsecamente ligado ao contexto histórico, sem que ocorram rupturas, desejos, aspirações. Todas as práticas do personagem biografado são caracterizadas pelas normas e doutrinas de seu tempo. A trajetória é narrada, em determinadas obras, de forma linear, anulando as diversas temporalidades que o ser humano vivencia. Um dos autores que critica essa linearidade refere-se a Pierre Bourdieu (1996), em seu texto *A ilusão biográfica*, citado pela maioria dos historiadores e sociólogos que se propõem a fazer uma discussão conceitual do gênero biográfico.

Bourdieu, em âmbito geral, questiona a forma linear como são escritas as biografias e autobiografias, no sentido de que a vida tem um começo, meio e fim. Essa crítica feita pelo sociólogo é relevante justamente por refletir sobre as diferentes temporalidades que o indivíduo vivencia. No entanto, Bourdieu coloca o sujeito como uma entidade não pertinente e o processo histórico é invalidado em termos de importância;

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. (BOURDIEU, 1996, p. 209)

Bourdieu, no trecho mencionado acima, evidencia a pertinência das relações sociais para compreender uma trajetória, como fator essencial para produzir as biografias e autobiografias. De acordo com suas colocações, escrever uma história de vida ou tratar

a vida como uma história, bem como um relato coerente seguido de acontecimentos, ocasiona uma ilusão retórica. As análises biográficas devem ser realizadas a partir de uma construção dos diferentes acontecimentos sociais que perpassam a trajetória de um indivíduo. Como Bourdieu apresenta:

O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Essa construção prévia também é a condição de qualquer avaliação rigorosa do que podemos chamar de *superfície social*, como descrição rigorosa da *personalidade* designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos (BOURDIEU, 1996, p. 190).

O método proposto por Bourdieu influenciou na escrita das biografias e autobiografias no campo da história. O social e o contexto histórico a qual o personagem vivenciou assumem categorias fundamentais na compreensão de uma trajetória. Na história, especificamente, é necessário inserir o indivíduo ao seu tempo, compreender todos os fatos que desencadearam as suas práticas. Com essa metodologia, o sujeito deixa de ser o agente de sua própria “história” e ocorre uma ruptura com outras temporalidades.

Os estudos que se preocupam exclusivamente em situar o indivíduo ao seu tempo proporcionam outras problemáticas a historiografia, como por exemplo, o anacronismo. Caracterizado como um dos maiores pecados da história e que assegura a veracidade da análise historiográfica, o anacronismo refere-se à inserção de um acontecimento e uma crença a um determinado período histórico. O historiador, para evitar o anacronismo, deve utilizar o máximo possível de conceitos próprios do tempo que o seu objeto pertenceu. Algumas questões se levantam quando pensamos na relação entre a construção biográfica e o anacronismo: quando se objetiva exclusivamente inserir um indivíduo ao seu tempo, as outras temporalidades e experiências não são anuladas? Escrever a biografia de um indivíduo considerado “superior” ao seu tempo, situando-o em outro contexto histórico, seria anacronismo?

Rancière (2011) ao abordar o conceito de anacronismo apresenta algumas ressalvas sobre a procura do historiador em inserir o sujeito ao seu tempo, principalmente da legitimação da cientificidade. O trabalho mais “famoso” dentro dessa perspectiva e apontado por Rancière refere-se ao de Lucien Febvre, que ao analisar a incredulidade de Rabelais afirmou a impossibilidade de não ser cristão no século XVI, pois nesse período, na época a qual pertenceu seu personagem, não poderia existir um pensamento contrário à doutrina do cristianismo. Febvre, menciona que “o indivíduo é apenas o que sua época e seu meio permitem que ele seja” (1977, p. 209), essa afirmação anula todas as outras possibilidades de entender o indivíduo a partir de uma visão atual, visto que as opiniões construídas pelo historiador sobre o sujeito são formadas por um presente, carregado de pressupostos e técnicas contemporâneas ao sujeito que se pretende biografar.

O tempo é considerado fundamental para o historiador, uma vez que funda a história na verdade. Segundo Rancière, “trata-se de constituir o próprio tempo como princípio de imanência subsumindo todos os fenômenos numa lei de interioridade” (2011, p. 28), dessa forma, o anacronismo é a atribuição de conceitos e ideias não pertencentes a uma determinada experiência situada em um contexto histórico. Rancière apresenta outras problemáticas ao anacronismo, principalmente a questão poética, no entanto nos interessa especificamente a legitimação de uma coerência a um período, a busca por uma coerência a vida, está que é formada de diversas rupturas, continuidades, desejos, aflições, etc. O que se propõe não é a cessação do anacronismo, mas em pensar até que ponto os trabalhos históricos abolem as particularidades de um indivíduo e o inserem em um tempo na intenção de não cometerem o “maior dos pecados do historiador”.

Na próxima seção discutem-se algumas metodologias advindas da idade hermenêutica em diálogo com outras disciplinas, como por exemplo, a psicologia, a filosofia, a linguística, dentre outras, que permitem novas formas de escrever as biografias e autobiografias. Essas metodologias não estão pautadas na construção de uma oposição entre o individual e o coletivo, mas elaboram possibilidades de conciliar as duas vertentes, enfatizando a importância da subjetividade no campo da história.

A idade hermenêutica: novas possibilidades de escrever uma vida

O conceito de idade hermenêutica foi cunhado por Dosse no início do século XXI e remete-se as novas possibilidades de escrita do gênero biográfico, em que a linguística

assume papel fundamental ao se analisar ou problematizar uma trajetória de vida. Para o autor, atualmente as manifestações das singularidades estão sensíveis, não somente por causa da reflexão e legitimação da biografia, mas devido aos questionamentos que inserem a escrita biográfica na era da hermenêutica, como por exemplo, as indagações sobre quem é o sujeito e os processos de subjetivação.

A pretensão de Dosse é expor as diferentes abordagens atribuídas ao gênero biográfico a partir de uma transformação não somente da história, mas da forma de se pensar as ciências humanas, isto é a hermenêutica. O autor não adentra em uma discussão aprofundada sobre a relação entre a linguagem e a história, mas reflete sobre a importância em analisar as diversas linguagens ao escrever uma trajetória de uma vida.

Dentre os métodos citados por Dosse que compõem as reflexões do gênero biográfico estão os relatos de vida, que ampliam a dimensão das fontes e reabilita o indivíduo como ator, como entidade pertinente das pesquisas históricas; a microhistória, que propicia uma maior atenção às estratégias individuais, as complexidades dos elementos relacionados às representações coletivas; a introdução da psicanálise como metodologia da escrita biográfica, uma vez que permite indagar as diferentes formas que o sujeito constitui os sentidos à sua vida; a inserção do homem comum nas pesquisas historiográficas. A partir das discussões do presente artigo, propõe-se nessa seção, uma análise centrada principalmente na metodologia diltheyana que se insere, de acordo com Dosse, na idade hermenêutica.

Dosse afirma que as propostas de Dilthey permitem destacar a pertinência da entrada no mundo histórico pela biografia. O indivíduo é apreendido, na concepção diltheyana, como uma totalidade psicofísica formada por contradições, diferentes experiências, vivências e que encontra-se em contínua relação entre o singular e o geral. Essas dicotomias entre o formal e o vivido, o singular e o geral caracterizam as ciências do espírito, e a biografia, na sua pretensão de evidenciar o sujeito, contribuiu para “adequar” essas oposições, uma vez que apresenta o indivíduo como o mediador da efetuação do mundo vital;

Dilthey situa seu método abrangente no próprio âmago da tensão entre biografia e a história universal e, sem uma articulação que jamais conseguiu estabelecer entre esses dois níveis, considera a biografia o gênero histórico por excelência, pois ‘a pessoa é o valor imediato e supremo; as épocas só se realizam graças aos gênios que dão remate às riquezas espalhadas por uma comunidade (DOSSE, 2009, p.342).

Outra contribuição da metodologia de Dilthey refere-se à relação entre o biógrafo e o biografado, ou seja, o indivíduo está em constante ligação com o outro, é constituído pelas experiências com os outros sujeitos. Assim, ao escrever uma biografia o historiador, sociólogo ou jornalista estabelecem uma relação com o biografado, sendo justamente essa subjetividade que torna possível o conhecimento. Avelar (2012), menciona a importância da compreensão empática do pensamento diltheyano, destacando que a acessibilidade à vida pode ser realizada por intermédio da decifração das relações do homem com os outros homens;

Delimita-se, nesse sentido, um aspecto essencial no historicismo de Dilthey: o papel da compreensão empática. Demarcado por relações, o homem apenas conseguirá compreender a história se estiver preparado para escapar da sua suposta autossuficiência. Os processos psíquicos se forjam no contato com o outro, no contato com a história. O movimento, o devir e a mudança não impõem, por outro lado, o não reconhecimento de permanências e continuidades. A interioridade se expande, alarga-se ao contato com o mundo histórico, mas se reconhece como ela mesma em seu passado (AVELAR, 2012, p. 136).

Uma das principais problemáticas do método proposto por Dilthey consiste na reivindicação de uma subjetividade que insira o indivíduo e as suas relações com os outros sujeitos em uma colocação superior ao seu tempo, porém também afirma que a formação do homem pode ser explicada quando introduzida em uma totalidade. Ao assumir a pertinência do indivíduo para a compreensão da história, bem como defini-lo como o “foco de convergência entre diversos espaços de relações sociais, como apreender, através dele, a totalidade?” (AVELAR, 2012, p. 138). Dilthey coloca a biografia como uma maneira privilegiada de dá conta da existência humana, uma vez que o indivíduo se torna fundante da história, mas também convida a pensar sobre uma totalidade, as diferentes temporalidades. Assim, cabe pensarmos em uma metodologia para a escrita da biografia ou da autobiografia que reivindique a importância do sujeito e os diferentes vínculos com os outros homens, sem anular as diferentes concepções que o indivíduo estabelece durante a sua existência.

De acordo com Dosse, as biografias produzidas com a intenção de evidenciar a riqueza existencial se caracterizam pela variação de seu enfoque analítico, pela possibilidade de escrever biografias dos mesmos personagens, no entanto com significados diferentes. Quebrou-se a ideia linear das biografias, do quadro monista, unitário, como salienta Dosse (2009, p. 359);

[...] o espelho se quebrou para deixar aflorar mais facilmente a apreensão da unidade pela singularidade e, ao mesmo tempo, a pluralidade das identidades, o plural dos sentidos da vida. Um outro quadro até então intocável também se modificou, o quadro cronológico que devia escandir o ritmo da narrativa, conduzindo o leitor do nascimento à morte. A consideração dos diversos modos de recepção conduz à ruptura desse quadro rígido e aponta de preferência para um destino posterior ao desaparecimento do biógrafo; mas, igualmente, os mecanismos *a posteriori* ensejam uma heterocronia complexa, que desloca as linhas da biografia linear clássica.

Pensar na escrita do gênero biográfico e principalmente na sua reflexão dentro da perspectiva da idade hermenêutica viabiliza conceber o indivíduo não somente como uma projeção de um contexto histórico ou social, mas como pertinente para a constituição da história. Dessa forma, propõe-se como metodologia para escrever uma trajetória de vida, compreender o indivíduo como mantedor de diferentes vínculos, como um ser singular e plural, que estabelece diferentes experiências com o outro, é formado por essa vivência com outros indivíduos. A preocupação consiste em não sobrepor o social acima do indivíduo ou vice-versa, mas entender como eles se interligam, constituindo as pluralidades e singularidades de uma vida.

Referências Bibliográficas

Livros

BURKE, Peter. **A escola dos Annales** (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Unesp, 2010.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUBY, Georges. **Guillaume le Maréchal ou Le meilleur Chevalier du monde**. Fayard: 1984; reed. col. “Folio-histoire”, Gallimard, 1986.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Portugal: Editorial Presença, 1977.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pg.07-24.

Coletâneas

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 203 à 233.

Bourdieu, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta.; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História**: novas abordagens. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Malon. **História, verdade e tempo**. Chapecó (SC): Argos, 2011. p. 21-49.

Artigos em periódicos

AVELAR, Alexandre de Sá. Biografia e ciências humanas em Wilhelm Dilthey. **História da Historiografia**. Nº 9, 2012. p. 120-143.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In: **Revista Brasileira de História** nº 23/24. São Paulo: Anpuh, 1991.

FERREIRA, Marieta de M. A nova “velha história”: o retorno da História Política. **Revista Estudos Históricos**. Volume 5, nº 10, 1992.

NETO, Maria Cristina Nunes Ferreira. Sensibilidades, sociabilidades e representações fazem parte do campo dos estudos políticos?. **Fragmentos de Cultura**. Volume 1, nº 1. Goiânia: IFITEG, 1991.

ROBERTI, Eugenia. El enfoque biográfico en el análisis social: claves para un estudio de los aspectos teórico-metodológicos de las trayectorias laborales. **Revista Colombiana de Sociología**. Volume 35, nº 1, 2012.

SILVA, Hake Roselane Kleber. Considerações e confusões em torno de história oral, história de vida e biografia. **Métis: História e Cultura**. Volume 1, nº1, jan-jun, 2002. p. 25-38.

SCHIMIDT, Benito Bisso. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. In: **Anos 90**. Nº 6, 1996. p.165-192.

Artigo publicado em Anais eletrônicos

DANTAS, Simone Aparecida Borges. História e Historiografia nos séculos XIX e XX: do cientificismo à história cultural. **I Congresso Regional do Curso de História**. Jataí (GO), 2007. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc%20\(51\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc%20(51).pdf) Acessado em: 27 de maio. 2016.

CRIME DE HONRA E CULTURALISMO JURÍDICO: JOSÉ FERRAZ DE ALMEIDA JR (1850-1899)

*Anna Paula Teixeira Daher*³⁰

RESUMO: Pretende-se investigar os sintomas de violência no interior do Brasil oitocentista por meio da vida e obra do pintor José Ferraz de Almeida Jr. (1850-1899). Para tanto, constatadas tanto a sua produção quanto as releituras e (re) interpretações contemporâneas de seu universo pictórico, bem como as circunstâncias de sua morte narradas no processo crime que apurou o fato. Considera a hipótese de violência como traço cultural do dezanove a partir da chave de leitura apontada por Jorge Coli (2005) e de suas premissas sobre o pensamento do artista (2010) na inter-relação entre a obra e a vida do pintor, bem como pela análise do discurso constante do processo-crime, observando-se a relação direito-literatura, considerando a escrita jurídica também na sua experiência literária.

Palavras-chave: *Almeida Jr., Violência, Honra, Crimes Passionais, Direito e Literatura.*

Nascido em Itu – SP, Almeida Jr. foi aluno da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), no Rio de Janeiro, entre os anos de 1869 e 1875 e, como bolsista do Imperador Dom Pedro II, aluno da Escola Nacional Superior de Belas Artes de Paris, onde permaneceu até 1882, percorrendo o mesmo caminho de muitos outros artistas, e hoje têm obras espalhadas por diversos museus nacionais, como o Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, o Museu Paulista, o Museu de Artes de São Paulo (MASP) e a Pinacoteca do Estado de São Paulo, a grande guardiã de sua produção. Então, o que o destaca entre tantos? Em um período relativamente curto de trabalho, deixou quadros de temática variada: retratos, paisagens, natureza morta, pinturas de gênero, históricas, religiosas e alegóricas. Pintou com os rigores do traço acadêmico, usando de técnica impecável, mas imprimiu à suas criações uma visão muito pessoal e rica de sua terra, deu a ela um sentido inaugural e espírito brasileiro inequívoco (MARTINS *apud* CHIARELLI, 1996, p. 1), abusando da luz, das cores e das referências locais.

³⁰ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Orientadora: Prof^a Dr^a Heloisa Selma Fernandes Capel. Bolsista CAPES.

O artista teve vida breve. Nascido em 08 de maio de 1850, morreu aos 49 anos, em 13 de novembro de 1899, vítima da faca de José Sampaio, seu primo e amigo, além de marido traído de Maria Laura, sua amante.

A base documental desse trabalho é formada pelas obras de Almeida Jr., as releituras contemporâneas de sua produção, feitas por diversos artistas plásticos, o processo crime que apurou as circunstâncias de sua morte, além da bibliografia já listada, especialmente a chave de leitura apontada por Jorge Coli (2005) e de suas premissas sobre o pensamento do artista (2010) na inter-relação entre a obra e a vida do pintor. Igualmente, analisa-se o discurso constante do processo-crime, observando-se a relação direito-literatura, considerando a escrita jurídica também na sua experiência literária, lançando novas luzes sobre a análise dessas narrativas, pretendendo-se fazê-lo a partir do atentado por Dworkin (2005), Ost (2004) e Reale (2003).

O processo crime encontra-se em exposição no Palacete Conde de Sarzedas, na cidade de São Paulo, sede do Museu do Tribunal de Justiça do Estado. Além dos próprios autos, também há uma certidão do processo crime, disponível na publicação da PESP, *Almeida Júnior – um criador de imaginários*, e na tese de mestrado de Maria Cecília França Lourenço, *Revendendo Almeida Júnior*. O estudo do processo crime e da apuração dos crimes de honra no período visa observar as mudanças nas circunstâncias e nos significados do uso da violência e sua influência nas relações sociais em família. Pretende-se entender como as transformações do sistema judicial e do entendimento da violência influenciaram na apuração desses crimes em uma sociedade com enormes distâncias entre os diversos segmentos sociais, buscando compreender que os ajustes violentos entrevistados em sua obra eram regra, e eram largamente aceitos.

A partir da observação do processo crime surgiram novas abordagens, como a questão dos criminosos passionais no final do século XIX, a família e o seu papel naquela época. E, de outro lado, a análise da produção de Almeida Jr. sob o aspecto da violência contida em suas obras, a partir de suas releituras e também da crítica e da recepção de sua produção. Para a construção dessa análise foram consultados catálogos, dicionários, jornais e revistas (contemporâneos ao artista ou não), especialmente os do acervo da Biblioteca Walter Wey da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Todo esse material foi fundamental para a construção do mundo no qual Almeida Jr. viveu e criou, e cujo reflexo, em sua obra, é o mote para que o historiador da arte Jorge Coli, a partir das ideias apresentadas por Maria Sylvia de Carvalho Franco em *Homens Livres na Ordem*

Escravocrata, apontasse a violência existente em suas pinturas, especialmente as de sua fase regionalista, que abrange obras fundamentais da sua produção como *Caipira Picando Fumo* (PESP, 1893) e *Amolação Interrompida* (PESP, 1894).

No texto de Coli, mais do que uma análise da estrutura do quadro e da técnica de Almeida Jr., destacando o seu "sentido firme e exato de composição" (COLI, 2005, p. 101), o historiador da arte discute o visível e o invisível nas obras que retratam os caipiras, especialmente *Caipira Picando Fumo*, a partir das armas que neles estão. Coli aponta que a geometria da obra, as estruturas do caipira destacam um cenário, "a parede de taipa, escalavrada, a porta com rachaduras e tábuas mal ajuntadas", mas o cenário não é só físico, há também as características que compõem o caipira "a camisa de algodão, a calça de brim, a ceroula que aparece na altura da canela, o cigarro de palha, os pés descalços, os restos de milho, o fumo, a faca", e ele arremata, essas estruturas constroem o mundo o caipira. E isso é importante porque é preciso entender isso: o caipira é parte de um mundo, e o que o cerca o constrói e o explica, molda seu comportamento.

Esse homem sentado no batente é um homem que nasceu e viveu no mesmo mundo de Almeida Jr. (o artista partiu para o Rio de Janeiro, para estudar, ainda muito jovem, mas após completar seus estudos em Paris voltou para São Paulo, a terra de sua infância). É um mundo de simplicidade quase tosca, de comunhão com a natureza (o caipira e a taipa quase se fundem, misturando-se em tons terrosos), de armas grandes, armas afiadas, empunhadas com naturalidade e parte do cotidiano no qual a violência é "constitutiva da relação comunitária" (COLI, 2005, p. 107-108). Especialmente diante das releituras encontradas na exposição Almeida Júnior Revisitado, Coli reverbera como as circunstâncias de sua morte influenciaram os artistas da contemporaneidade nas suas visões das obras do pintor oitocentista.

O pintor morreu assassinado por José de Almeida Sampaio, marido de sua amante, Maria Laura Sampaio, que o esfaqueou em frente ao Hotel Central, na cidade de Piracicaba-SP, após encontrar cartas de sua esposa endereçadas ao amante, e surpreender o pintor chegando à cidade junto com sua família, que ia ao seu encontro. Acertou o artista com uma faca e deixou-o perecer no passeio. Para Coli, essas imagens afirmam a violência dos instrumentos empunhados pelos caipiras, especialmente o machado de *Amolação Interrompida* e não só isso, mas também os gestos desses caipiras estão ligados a esse comportamento, ao uso da arma.

Olhar é um ato de escolha, e o que cada um percebe em uma imagem depende de uma série de opções e circunstâncias que variam de pessoa a pessoa. Por outro lado, tantas variáveis se encontram em apenas uma tela porque a partir dela é possível se deparar com muitas informações sobre seu autor, sobre a personagem retratada, sobre a época na qual o quadro foi pintado, sobre as escolhas políticas, sociais e até mesmo econômicas que acarretaram naquela expressão de mundo, uma visualização muito clara do que podemos verificar por outros registros, como cartas, processos-crime, jornais, revistas e diários. A diversidade na obra de Almeida Jr. oferece inúmeras perspectivas diferentes de visualização do Brasil do final do século XIX: hábitos, construções, leituras e comportamentos de uma população que, com certo atraso, acompanhava as vertiginosas mudanças sofridas em todo o mundo ao longo do oitocentos.

Também por isso passa-se pela análise da produção bibliográfica referente José Ferraz de Almeida Jr., com o intuito de compreender como se deu a construção da sua figura, como um artista que forjou a identidade nacional, um homem que nunca deu as costas às suas origens. E essa análise é muito importante porque, nos termos da ressalva de Coli (2005), o caipira também é o seu cotidiano e é, como ele também apontou, um cotidiano falsamente neutro, porque feito por uma violência latente e usual, parte daquele mundo. Busca-se, ainda, compreender é a razão à ênfase dada à figura do caipira: não só pelo peso desse aspecto da produção do artista, mas sim por essa ser um ângulo que permite analisar a própria caipirice do artista, os seus vínculos com o interior, de onde brota essa violência, que faz parte do homem da terra. Não só o que o cerca, mas também como ele se comporta, o gestual é muito importante.

José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899), José de Almeida Sampaio (1860-1930) e Maria Laura do Amaral Gurgel de Almeida Sampaio (1871-1913) são personagens de uma tragédia contada por notícias de jornal, por biógrafos, por familiares, narrada em um processo crime³¹. Como toda história que chega até o Judiciário, envolveu um grande conflito, que, no caso, era nascido do amor, da obrigação com a família, o casamento e a uma busca pela manutenção da honra que mudou a vida de familiares, tocou amigos, colegas e admiradores.

³¹ O processo crime que apurou o homicídio de José Ferraz de Almeida Júnior está exposto à visitação pública no Museu do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, instalado no Palacete Conde de Sarzedas, na capital paulista.

Essa narrativa dependeu das palavras de terceiros para ser reconstruída. Um quebra cabeça montado pela investigação policial, o laudo da necropsia, as escolhas da acusação, as alegações da defesa... Parte dela vai estar sempre mergulhada no silêncio, seja pelas falhas causadas pelas traças, seja pelo que não se deixou escrever. Outra parte permite entrever o costume de toda uma época. A história é, de certa forma, como todos os outros contos de paixão que acabaram em sangue, mas ela é única, porque envolve um dos mais importantes pintores brasileiros.

E, por fim, pretende-se entender que o processo não é o relato da verdade, mas sim uma interpretação de um fato. É espinhoso tentar apontar uma definição de cultura, por tratar de valores e questões múltiplas, com perspectivas de abordagem diferentes. Para Miguel Reale (2005), a cultura é caracterizada por meio do "amplo e variado espectro de suas investigações" que, segundo ele, partem não só do ponto de vista cronológico, mas também "no da pesquisa que se estende das ciências naturais às humanas, das positivas às transcendentais".

É dessa semente que nasce o culturalismo³², corrente que, segundo Paim (1995, p. 8), surge do neokantismo, um "movimento muito complexo e que teve vida relativamente longa na própria Alemanha, onde se mantém atuante apesar das tragédias vivenciadas pelo país neste século, espalhando-se para outros países, entre os quais o Brasil". E, no Brasil, as sementes do culturalismo são plantadas por Tobias Barreto³³, que considerava a cultura um "elemento chave para refutar a ideia de determinismo social posta em circulação pelo positivismo" (PAIM, 1995, p. 23). Para Barreto, "a cultura correspondia ao sistema de forças erigidas para humanizar a luta pela vida" (PAIM, 1995, p. 23).

O Direito é uma criação humana e, como tal, surge inserida em uma determinada cultura, ou seja, é dotado de significados e valores que dependem do tempo e lugar em que determinadas leis são criadas ou determinadas decisões jurídicas são tomadas. É esse o entendimento de Miguel Reale (2003), que em sua Teoria Tridimensional do Direito

³² De forma bem simplificada, pode-se destacar duas abordagens do culturalismo: a filosófica e a antropológica. Em uma abordagem filosófica, de perspectiva kantiana, o culturalismo seria a afirmação da liberdade da escolha e vivência de valores morais e éticos fundamentados na vida de um grupo. Antropológicamente, admite-se que a cultura é anterior ao indivíduo e que a vida social e seus desdobramentos são variados e variáveis de cultura para cultura. Na tradição de Levi Strauss, caberia às ciências humanas observar essa diversidade da condição humana.

³³ Tobias Barreto (1839-1889) foi filósofo, escritor e jurista brasileiro – nasceu em Sergipe. Chegou a cogitar a carreira eclesiástica (viajou à Bahia em 1861 para ingressar no Seminário, mas desistiu). Mudou-se para o Recife e em 1864, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, onde foi uma das figuras mais importantes do movimento intelectual conhecido como a Escola do Recife, formando-se em 1869. (Conforme informações do *site* da Fundação Joaquim Nabuco, disponível em <<http://fundaj.gov.br>>).

determina que este é composto por três dimensões que não se separam: a dimensão normativa (a lei, o ordenamento jurídico); a dimensão fática (fato social) e a dimensão axiológica (os valores, inclusive os ideais de justiça). Ou seja, se os fenômenos jurídicos decorrem de fatos sociais, não há que se falar em norma sem valoração humana³⁴. Ou seja, o Direito, que é fenômeno histórico cultural, é constituído pelo fato, pelo valor e pela norma.

O homicídio é crime conhecido desde o começo dos tempos, contemplado pelo Direito Canônico, bem como o Germânico e o Romano (NORONHA, 1982, p. 81) e faz parte do imaginário de várias civilizações, nos mais variados períodos. Há exemplos na mitologia grega, nas obras de Shakespeare, de Dante, na filosofia. A paixão como gatilho para o cometimento do crime tem andado lado a lado com a violência, nas suas mais diversas definições, através dos tempos. A paixão é compreendida como um sentimento de alto grau de intensidade, que vence qualquer vestígio de lucidez. No entanto, a noção de crime passionnal passou a ser reconhecida somente com o romantismo (século XVIII e XIX) e teve nas ideias de Lombroso (Escola Positivista) um auxílio fundamental, uma vez que, para ele certas paixões intensas se identificavam com determinadas formas de loucura, podendo anular a função inibidora da vontade, deduzindo-se aí a irresponsabilidade penal. O jurista Enrico Ferri, à época, defendia que o criminoso, refém dos ideais de amor e honra, agia por razões úteis à sociedade e em tal condição mental que qualquer penalidade era inútil.

As agressões passionais não eram uma característica exclusiva do século XIX. No Brasil, as Ordenações Filipinas, por exemplo, davam ao marido traído o direito de matar a esposa adúltera e até mesmo o amante, As ordenações dizem que "achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela como o adúltero, salvo se o marido for peão, e o adúltero fidalgo, ou nosso Desembargador, ou pessoa de maior qualidade" (CORRÊA, 1981, p. 15). Às Ordenações se seguiu o Código Criminal de 1830, o qual previa que a esposa adúltera poderia ser condenada a cumprir pena de prisão, com trabalhos forçados; enquanto o marido traído só sofreria punição se possuísse concubina teúda e manteúda. Outrossim, quem comprovasse que cometera o homicídio "sem conhecimento do mal" nem "a intenção de o praticar", ou fosse considerado "louco

³⁴ "Lyra filho (1993, *apud* Silva Filho, 2006) já lembrava que o expresso gramaticalmente está ligado, desde o início, a uma circunstância social e a uma intenção 'regulativa' que proporcionarão sempre a possibilidade de novos sentidos." (ROCHA, 2008).

de todo o gênero", poderia ser absolvido. Com a Proclamação da República veio o Código Penal de 1890, que vigorava quando da morte do pintor, que apresentava a possibilidade de absolvição ou amenização das penas dos passionais sob o argumento de privação dos sentidos ou da inteligência durante o crime, dominados por súbita e incontável emoção, pela paixão, "concedia-se assim um papel decisivo [...] às correntes da medicina mental que conferiam aos estados emocionais e passionais o *status* de obsessão" (ENGEL, 2005). De fato, "não existe sociedade pacífica. A sociedade brasileira sempre foi intensamente violenta, com ou sem mídia dando espaço para a violência" (PINHEIRO, 1993, p. 108).

Os homicídios dolosos eram, como hoje, julgados pelo Tribunal do Júri, que "julga a criatura humana que está sujeita a seu julgamento, compreendendo que a pena não é senão um instrumento de preservação social e de elevação individual." (LIMA, 1996, p. 35). No Brasil, o Tribunal do Júri foi criado em 1822 para julgar Crimes de Imprensa. A Constituição de 1891, que vigorava na época, além de situar o Júri no capítulo da "Declaração de Direitos" definiu suas características quanto à composição dos jurados, que deveriam ser cidadãos qualificados periodicamente por autoridades designadas pela lei. Nesse ponto é importante perguntar: quem era o cidadão no final do século XIX? Era, como o réu, pessoa do sexo masculino que vinha de família influente e/ou abastada, e foi esse conselho de sentença que, entendendo que José Sampaio se achava em estado de completa privação dos sentidos e de inteligência no momento em que cometeu o crime, o absolveu em fevereiro de 1900, sendo que da decisão não houve qualquer recurso do Ministério Público.

De fato, vê-se que ao Direito é impossível divorciar-se da realidade sócio-cultural que o cerca, que o determina, porque a lei nada mais é senão a resposta ao clamor social. O viver em sociedade pressupõe a observância de uma série de regras que possibilitam a convivência entre as pessoas, gerando o que chamamos de comportamento socialmente aceitável e a lei surge da necessidade de regulamentar relações e situações postas no dia a dia, na vida das pessoas e na convivência social, observar o Direito como narrativa e não somente como descrição. Cabe aqui recordar que a necessidade de determinar o que é crime depende do contexto e tem tido várias abordagens ao longo do tempo, a sua noção está invariavelmente ligada à forma pela qual a sociedade classifica as condutas sociais. Mas, ao final, é preciso ter em mente que o que se considera crime é o que a lei prevê e, como lembra Pesavento (2004), ela reflete as expectativas e os valores das sociedades por

elas regidas, tornando-se fruto de uma vontade e de um acordo entre os homens, entendimento corroborado por Nucci:

[...] o conceito de crime é artificial, ou seja, independe de fatores naturais [...]. Em verdade, é a sociedade a criadora inaugural do crime, qualificativo que reserva às condutas ilícitas mais gravosas e merecedoras de maior rigor punitivo (NUCCI, 2007, p. 115).

Ost (2004, p. 16-17) defende que o Direito produz pessoas e a literatura personagens. Contudo, no dia a dia, não encarnam as pessoas personagens que são, por si só, sujeitos de Direito? Não estão os indivíduos encobertos por uma máscara que ocultam comportamentos, digressões? Contudo, sabe-se que na literatura todos os papéis estão a serviço de uma interpretação humana. Ao homem cabe ser outrem. No que tange ao Direito, ao homem cabe ser si próprio, respeitados limites pessoais e leis que atingem a todos.

Ao abordar a produção jurídica sob uma perspectiva literária há disponibilidade de novos instrumentos para interpretar a narrativa jurídica. Pois o que é o processo senão a narrativa do conflito judicializado? A solução final desse conflito encontra-se, sim, na lei. De forma peremptória, mas até encontrar a previsão legal que solucione o pedido, cabe ao operador do Direito interpretar a história, a narrativa, a argumentação, compreender os meandros, as particularidades, os fatos que levaram aquela relação ao Judiciário. Aqui, salutar lembrar o que argumenta Streck (2013, p. 345), que é muito importante considerar como se interpreta, como se aplica e se é possível alcançar condições interpretativas capazes de garantir uma resposta constitucionalmente adequada.

Há um antigo brocardo jurídico que determina: *o que não está nos autos não está no mundo*³⁵: se para as partes do processo é sabido que o Direito só será dito a partir do que ali se lê, que é a verdade que há; para as personagens desse enredo, que vai muito além da perspectiva jurídica, o que não consta dos autos faz um mundo. Um mundo que de silêncios e escolha de palavras desenha uma época, a traduz. Como aclara Hart (1961), embora o Direito possua uma linguagem própria, com regras para usos e significações de seus termos, ela não é capaz, como nenhuma outra linguagem é, de regular todas as possibilidades de seu uso, é textura aberta.

³⁵*Quod non est in actis non est in mundo.*

Estabelecer essas decisões judiciais como as narrativas³⁶ que são é permitir o enfoque em uma nova dimensão destas, buscando na retórica jurídica os ecos do humano, de seu cotidiano, de suas escolhas políticas, suas autoridades, suas bondades, maldades e percepções, justamente porque muito mais do que regular um conflito, o que se pede de um juiz é que ele seja justo e dê às partes o que elas precisam – o que nem sempre é exatamente o que elas pleiteiam³⁷. A narrativa jurídica é obra coletiva (sua escrita advém de várias mãos, a da defesa, a da acusação, do juiz, dos servidores da justiça, de documentos periciais, de testemunhos, entre outros) que tem uma determinação muito clara, a sua construção procura descrever os acontecimentos que culminaram no entrevero jurídico e o seu objetivo final é indiscutível: o de persuadir o juiz. A prática interpretativa do juiz garante a eficácia de sua decisão final, a "melhor resposta possível"³⁸ defendida por Dworkin (2014, p. 109 e ss) que, note-se, defende que o juiz, diante da dificuldade do caso, não deve inventar o Direito, mas sim descobrir o Direito por meio de interpretação da história de uma sociedade, da sociedade em que o caso se insere:

A superação, assim proposta, do positivismo (simplesmente) lingüístico evidencia a contínua remissão do direito positivo a elementos extrapositivos: são eles, seja o elemento social (a necessária correlação entre norma e fato, a consideração do contexto, do direito como elemento de uma realidade global), seja o 'direito natural' ou, nos sistemas jurídicos modernos, as exigências de justiça racionalmente individuadas, mas não adequadamente traduzidas em textos legislativos. A ampliação da noção de direito positivo e a sua abertura para noções e valores não literalmente e não explicitamente subsuntos nos textos jurídicos permite a superação da técnica da subsunção e a prospectação mais realística da relação dialética e de integração fato-norma, em uma acepção unitária da realidade. (Por técnica de subsunção — que num tempo representava a única técnica possível

³⁶ "O texto narrativo consiste num tipo de redação em que o enunciador tem por objetivo relatar fatos e acontecimentos, numa perspectiva temporal, indicando que 'os eventos são marcados por estados que se transformam sucessivamente". (GOMES, 2010, p. 71).

³⁷ Cabe frisar a ciência de que no sistema jurídico brasileiro há limites a esta discricionariedade do juiz, sob pena de incorrer em um julgamento *ultra, citra* ou *extra petita*. A sentença *ultra petita* é aquela na qual o juiz vai além do pedido do autor; na *extra petita*, por sua vez, o juiz concede provimento jurisdicional não requerido pela parte e, por fim, a *citra petita*, que fica aquém da apreciação solicitada, pois o juiz não analisa determinado pedido.

³⁸ Ou resposta correta. E a explicação para essa tese advém da analogia da prática jurídica ao exercício literário. A partir daí Dworkin apresenta a ideia de "cadeia do Direito" (*chain of law*), a qual ele liga à metáfora do "romance em cadeia" (*chain novel*). Nessa metáfora, Dworkin compara juízes de Direito a escritores e críticos, que acrescentam e interpretam respectivamente as tradições (precedentes). E o que isso significa? Que, ao decidir, deve o juiz entender-se como um elo em uma cadeia: "deve considerar-se como parceiro de um complexo empreendimento em cadeia, do qual essas inúmeras decisões, estruturas, convenções e práticas são a história; é seu trabalho continuar essa história no futuro por meio do que ele faz agora. Ele deve interpretar o que aconteceu antes porque tem a responsabilidade de levar adiante a incumbência que tem em mãos e não partir em alguma nova direção". (DWORKIN, 2005, p. 238).

correta de interpretação normativa — entende-se o procedimento de recondução do caso concreto à *fattispecie* abstrata prevista na norma, como operação puramente lógico-formal.) A ideologia da subsunção consentiu mascarar como escolhas neutras, necessariamente impostas pela lógica, as escolhas interpretativas do jurista, desresponsabilizando a doutrina (PERLINGIERI, 2002, p. 68).

Outrossim, é digno de nota que, embora remota em muitos pontos, a linguagem³⁹ do Direito faz parte do dia a dia das pessoas. É comum, por exemplo, que as pessoas digam que "têm direito a...". Eis aí uma expressão jurídica que faz parte do dia a dia. E essa percepção é importante na medida em que esta reflexão volta-se à possibilidade de uma visão literária da produção jurídica, tendo-se em conta de que é preciso ter em mente que o uso de uma linguagem técnica, adequada aos trâmites legais não pode excluir aquele que busca o acesso à justiça. O grande dilema dos operadores do Direito é – ou deveria ser, a importância de apresentar o discurso jurídico adequado ao caso sem excluir os interessados de sua compreensão, é preciso haver comunicação. E comunicação é encontro (MARCONDES FILHO, 2001). Essa compreensão é garantia de justiça, de democracia, pois a linguagem é, e isso é sempre importante lembrar, parte do Direito⁴⁰.

Esse intérprete do Direito garantidor de justiça deve, além da formação técnica, especificamente jurídica, valer-se de conhecimentos mais gerais, ligados à sua formação cultural e sua personalidade, como bem lembra Nader (2002, p. 254), além de uma personalidade evada de equilíbrio, serena. Esse arcabouço ampliado garante, por si só, maiores chances de uma interpretação verdadeiramente justa e adequada ao caso, que embora seja uma questão jurídica, insere-se em um mundo bem maior do que as questões legais que o norteiam e cercam.

O que se vê é que há sempre esse esforço em trabalhar o Direito em conjunto com outras ciências sociais e humanas⁴¹, e a justaposição dessas visões constrói um painel de

³⁹ "O conhecimento atual está profundamente marcado e mediado pela linguagem, de maneira que conhecer algo é conhecer a linguagem que torna esse algo compreensível." (NOGUEIRA *apud* GOMES, 2010, p. 43).

⁴⁰ "Para Rizzatto Nunes (2007), Direito e linguagem se confundem, uma vez que pela linguagem se consubstancia a lei, os conhecimentos doutrinários são absorvidos e os pronunciamentos e atos processuais realizados". (GOMES, 2010, p. 45).

⁴¹ Como já foi apontado no início do texto. Não é possível tratar da ciência jurídica ou de qualquer outra sem levar em conta a questão da interdisciplinaridade. É fundamental que se valha do conhecimento atrelado a outro conhecimento diante da realidade na qual vivemos, onde as áreas de atuação se misturam invariavelmente.

uma sociedade⁴², sua história, e é a tradução do que busca o culturalismo jurídico⁴³, noção fundamental nos estudos de Direito e Literatura, a qual decorre da produção cultural de uma sociedade, o seu processo histórico, a construção de sua civilização, e também, é claro, as normas que a regem. A busca da compreensão do surgimento dos aspectos normativos que regulam a vida em sociedade não pode se divorciar do estudo da História⁴⁴. E aqui cabe a ressalva de Telles Junior (1980, p.416), para quem o homem, que se determina pela cultura e pela inteligência, é, ele próprio, um fenômeno histórico, "separar o homem de sua história é desconhecê-lo e falsificá-lo". A busca do Direito na Literatura, a busca da compreensão do Direito por meio da Literatura não só é uma das faces mais visíveis dessa relação, mas de grande probabilidade de compreensão pelo público em geral; a literatura reflete emoções e situações que todos enfrentam.

O Direito vai muito além de questões puramente formais, jurídicas⁴⁵, o que parecer fazer muito sentido se recordarmos que o discurso jurídico advém da comunidade que o profere. Ele reflete as aspirações, as noções e os preconceitos daqueles que o criaram. Essa distinção é importante para estabelecer o que até aqui se discutiu: que embora o Direito como objeto de uma ciência positivista possa ser reduzido apenas ao significado gramatical, semântico, das palavras que usa, ele vai muito além disso⁴⁶, vai além desse elemento normativo, e deve sempre ser analisado sob essa perspectiva, o que a articulação do discurso jurídico com a narrativa literária torna possível.

Referências Bibliográficas

⁴² "[...] a inteligência submeteu a sociedade às pessoas, isto é, fez da sociedade, um meio a serviço de cada ser humano. Nesses agrupamentos, a sorte de seus componentes é o que, sobretudo, interessa. A sorte da sociedade também interessa, mas na medida em que a sociedade é instrumento de cada ser humano". (TELLES JUNIOR, 2006, p. 282).

⁴³ Segundo Miguel Reale, o maior expoente dessa corrente de estudos, iniciados com Tobias Barreto e a Escola de Recife, o culturalismo é "uma concepção do Direito que se integra no historicismo contemporâneo e aplica, no estudo do Estado e do Direito, os princípios fundamentais da Axiologia, ou seja, da teoria dos valores em função dos graus de evolução social". (REALE, 2003, p. 08).

⁴⁴ Lembrando que a lei surge para regulamentar um comportamento que é prévio, muitas vezes arraigado na sociedade.

⁴⁵ "[...] A ciência do direito é uma ciência histórico-cultural e compreensivo-normativa, por ter por objeto a experiência social na medida, enquanto esta normativamente se desenvolve em função de fatos e valores, para a realização ordenada da convivência humana". (REALE *apud* DINIZ: 1999, p.143).

⁴⁶ Benjamin Nathan Cardozo (1939, p. 506) entendia que o que fazia de um caso judicial um grande caso não era a sua natureza intrínseca, mas sim o que dele era feito pelos operadores do Direito.

CARDOZO, B. *Law and Literature*. In *The Yale Law Journal*, v. 48, n° 3, jan. 1939. Disponível em <<http://digitalcommons.law.yale.edu>> . Acesso em 27 mar 2015

CHIARELLI, Domingos Tadeu. **De Almeida Jr. a Almeida Jr.:** a crítica de arte de Mário de Andrade. 512 f. Tese (doutorado) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP. São Paulo, 1996.

COLI, Jorge. Almeida Júnior: o caipira e a violência. In **Como estudar a arte brasileira do século XIX?** São Paulo: Editora Senac, 2005.

_____. Reflexões sobre a ideia de semelhança, de artista e de autor nas artes - Exemplos do século XIX. In **19&20**, Rio de Janeiro, v. V, n. 3, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.dezenovevinte.net/ha/coli.htm>>. Acesso em 10 ago 2016.

CORRÊA, Mariza. **Os Crimes da Paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução a ciência do direito**. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **O império do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 3ª ed. 2014.

ENGEL, Magali Gouveia. Paixão e morte na virada do século. In **Observatório da Imprensa**. Edição 328. 10/05/2005. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br>>. Acesso em 20.fev.2012.

GOMES, Silvano. **Direito e Literatura. Aporte metodológico literário como recurso para compreensão e ampliação do Direito**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.

HART, Herbert L. A. *The concept of law*. London: Oxford University, 1961.

LIMA, Carlos de Araújo. **Os grandes processos do júri**, v. 1. São Paulo: Liber Juris, 1988.

MARCONDES FILHO, Ciro. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. In **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 20-27, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8573.pdf>, acessado em 31 de agosto de 2012.

NORONHA, Edgard Magalhães. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 1982.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

OST, François. **Contar a lei: as fontes do imaginário jurídico**. Editora Unisinos. Coleção Dike. 2004.

PAIM, Antônio. **A História das Ideias Filosóficas no Brasil**. 6ª Ed. Rev. Vol II – As Correntes. Edições Humanidades: Londrina,

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002

PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. Violência contra crianças e adolescentes, violência social e Estado de Direito. In **São Paulo em Perspectiva**. Fundação Seade, n.1, jan./mar. 1993, v. 07, p. 106 – 118.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares do Direito**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROCHA, Fernando Antônio Dusi. **Direito e Literatura em Circularidade Discursiva: o matiz dialógico em Sófocles, Dostoiévski e Machado de Assis**. 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Literatura)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

TELLES JUNIOR, Goffredo. **Direito Quântico– Ensaio sobre o Fundamento da Ordem Jurídica**. São Paulo: Max Limonad, 1980.

_____. **O Povo e o Poder**. 2ª ed. São Paulo. Editora Juarez de Oliveira. 2006

O PROBLEMA DA ESCRAVATURA NA DECADENCIA DA CAPITANIA DE GOIÁS NO SÉCULO XVIII

*Augusthus Luiz de Souza Barbosa*⁴⁷

RESUMO: Em trabalhos acadêmicos e até em Livros Didáticos, o período de Decadência da Capitania de Goiás é repetida de tal forma que se enraizou na Memória Histórica sobre a História de Goiás. Inúmeros trabalhos e livros abordam essa afirmativa sobre a economia do Estado e a colocam no âmbito dos discursos políticos e ideológicos. Adentrando aos documentos, a abordagem econômica se juntará aos dados estatísticos e às relevâncias culturais da época, procurando o significado de “decadência” à época e como fora mal utilizada as informações anteriores na utilização do termo.

Palavras - chave: Goiás – decadência – economia – escravos – cultura.

Muitas leituras acadêmicas sobre a “decadência” se remetem principalmente à observação econômica no que se remete a “ciclos” ou na prateleira dos discursos de novos governantes da Capitania, que falavam de seus predecessores. Salvo as intencionalidades de cada autor, os mesmos acabam por dar fim ao tema, a que muitos sugerem “uma discussão superada” e incitam serem desnecessárias observações posteriores. Superada em partes, pois é comum ver introduções de acadêmicos e pesquisadores a respeito da História de Goiás, que insistem em contextualizar linearmente seu surgimento com o descobrimento das minas de ouro, o fim do seu sistema extrativista, decadência da Capitania, fixação da população através da “ruralização” e início do seu ressurgimento

⁴⁷ Orientadora: Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes - UFG; Mestrando bolsista da CAPES de 2015 a 2017.

ao país com o “Estado Novo e Marcha para o Oeste”, ou seja, um século XIX isolado, atrasado e decadente.

Na busca de entender o significado de “decadência” no que diz a Capitania de Goiás foram abordados muitos documentos e alguns chamaram muita atenção: mapas populacionais, mapas dos rendimentos da Fazenda Real e sobre as atividades produtivas da agricultura e do comércio da Capitania de Goiás. Um Ofício de 1804⁴⁸ do ex-ouvidor Manuel Joaquim de Aguiar Mourão para o Governador e Capitão-General da Capitania de Goiás, Don Francisco de Assis Mascarenhas, fala das administrações dos treze Julgados: Meiaponte, Pilar, Crixás, Traíras, São Félix, Cavalcante, Arraias, Conceição, Natividade, Carmo, Santa Luzia, Santa Cruz e Desemboque. Através desse Ofício, cuja riqueza de detalhes indica que participou proximamente do que põe a conhecimento, além de dar um demonstrativo do contexto dos Julgados à época, pode lançar luz à busca inicial: entender o significado de “decadência” para esses administradores.

O documento em si foi lido quase em sua totalidade, assim como a transcrição do mesmo. A excelente preservação do mesmo elenca uma série de especificidades de cada um dos treze Julgados. No que se refere a carta de 19 de agosto de 1804, remetida pelo Sargento-mor Antonio Pinto de Castro do Julgado de Cavalcante, uma parte do documento enumera os motivos para o estado de decadência que se encontra a Capitania e pontua o que poderia ser feito para o “restabelecimento” de seus moradores. Lógico que as realidades dos Julgados são diferentes, mas concordam em muitos pontos com maior ou menor paridade, sendo preponderante a falta de escravos para as minas. Deste “ponto” específico tratarei mais adiante.

O primeiro “ponto” explicita que exceto os Comerciantes, os Oficiais do Ofício e os Lavradores, “só serve o território de Goiás para a extração de ouro, e para poder nisso produzir utilidade, não tem outro meio mais do q a haver nele o maior numero de mineiros q possa ser se possível fosse”⁴⁹. A mineração e o “giro de ouro” alimentaria o Comércio nas minas, que por sua vez aumentaria o Comércio com as Praças Marítimas e da mesma forma, todos os Direitos dos Rendimentos Reais. Para o estabelecimento de novas Lavras e reedificação das que mesmo úteis não se trabalha por falta de escravos e por impossibilidade de seus donos, deviam ter o mesmo benefício da Provisão de (Fevereiro que resultou na de) Março de 1752, que isentava de penhoras ou apreensões judiciais, os

⁴⁸ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU. Doc. n° 2776.

⁴⁹ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Projeto Resgate. Doc. N° 2776, Vila Boa, 30-12-1804.

mineiros com até 30 escravos e que as mesmas só pudessem ser cobradas nas Terças Partes de seus Rendimentos, ou seja, quando os rendimentos ultrapassassem os 200\$000 réis anuais. Reclamavam que a Capitania tinha poucos escravos para o trabalho, mas os Mapas Populacionais dizem o contrário até o presente relatório (1804); a população de pretos só aumenta a cada censo realizado e mesmo assim a “decadência” na Capitania resistiu a esses esforços.

O segundo ponto abordado diz das dificuldades de se pagar os “Dízimos dos Frutos”, ou seja, a décima parte do que os Lavradores produzem. Querem que “se pague com os mesmos frutos, e pode aquele a quem o mesmo Dizimo pertencer ter nos Arraiais uma Casa com um recebedor para por sua conta a dispor”⁵⁰. O ex-ouvidor expõe os problemas que o Lavrador tem para pagar o imposto: a distância entre as roças e o recebedor – até “12 léguas” e nem cavalo tem, diz; que quando o lavrador pobre tem escravo é só um; que a dívida, além de ser cobrada em ouro e não com os frutos da sua produção, a falta em não pagar significa penhora do seu único escravo, que, sem ter como sair da sua roça para vendê-lo, ainda tem de pagar comissão para quem possa fazê-lo. Se for a leilão em praça pública, o escravo é “licitamente” comprado pelas “gentes” do Contratado em cobrar o Dízimo, beneficiando o Meirinho e saindo esse último com muitos escravos.

Desta forma quando um Contratador dos Dízimos acaba o triênio da sua rematação acha-se com muitos escravos, como se vê, é público neste distrito, cuja desordem tem concorrido para a decadência desta Capitania, e prudentemente se evitará pagando o lavrador os seu Dízimo com a decima parte dos frutos da sua lavoura [...] a quatro vinténs de ouro, a oitava a q os Contratadores injustamente cobravam, ou extorquiam das verduras, cuja ideia foi sem dúvida sugerida pelo Diabo para se apoderar da Almas do q delas valerem para enriquecerem com este roubo honesto.⁵¹

O terceiro “ponto” salientado se refere aos Traficantes de Gado que com suas “insignificantes negociações” extorquem as fazendas da Capitania e arruinam “aquele território, e por consequência esta Capitania pela falta de gado [...] seria sumamente fértil [...] somente aos donos das fazendas [...] vender cada um a sua fazenda aonde melhor conta lhe faz”⁵². O ex-ouvidor diz que ao invés da “inação” dos criadores em se voltarem

⁵⁰ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Projeto Resgate. Doc. N° 2776, Vila Boa, 30-12-1804.

⁵¹ Idem.

⁵² Ibidem.

para o Comércio com arraiais próximos com os produtos secundários como queijos e manteigas, se dispusessem a sair do comodismo, a “abundância de gado daquele lugar, pode com o continuado exercício aperfeiçoarem as manufaturas, e vir para o futuro a ser de utilidade”.

O quarto “ponto” aborda a exploração da navegação do pelo Rio Tocantins até Nossa Senhora de Belém do Pará, que o Barão de Mossamedes iniciou em 1773 às próprias custas, porém não teve êxito em repetir o feito, dada à proibição de tal comércio pela Coroa. Sua utilização seria “útil no futuro, ao menos para os moradores da repartição do norte destas minas terem os gêneros que vem da Europa por mais acomodado preço do que compram quando transportados da Bahia”⁵³. Em contrapartida comerciaria couro, açúcar, rapadura, aguardente, toucinho, carne seca, queijo, fumo e “tudo tem boa saída”.

No penúltimo “ponto” a situação econômica do Julgado faz repensar o preço dos Emolumentos Paroquiais aprovados por Sua Majestade e o seu Regimento. No tempo de abundância do ouro pagava-se por “cada individuo de família por desobriga do preceito da quaresma -300 reis, por missa de corpo presente - 2\$400, por uma missa cantada – 9\$600, e o Sacristão 4\$800”⁵⁴, por uma confissão se pagava um boi, por um vaqueiro uma vaca. Em tempos de “decadência”, tais preços tornam difícil adquirirem os três gêneros mais precisos e indispensáveis para a subsistência dos habitantes destas minas, o ferro, e aço, e a carne. Essa é a sexta consideração do ex-ouvidor: “os ditos referidos gêneros são da primeira necessidade, e (preciosíssimas) tanto ao mineiro, com ao lavrador, tanto ao rico, como ao pobre, tanto aos libertos, como ao cativo, com fim geralmente a todos sem exceção”⁵⁵.

O ferro e aço muito importante seriam para a cultura e sustentação das lavras de extração de ouro. A carne, tida com “sustento universal” e o sal que o mesmo animal não pode sem ele passar, vem do Rio de Janeiro para Goiás através de São Paulo e se vende caríssimo pela despesa do transporte, do imposto do Direito das Entradas, por Contage e pelo Rendimento do Conselho. Para beneficiar os moradores, pediu que os Direitos que pagam de Entradas ficassem com preço mais acomodado e para que os Rendimentos Reais não tivessem prejuízo, que transferissem a importância aos galões, veludos, cetins, sidras, chitas, cambraias e principalmente as estrangeiras que só servem para o luxo.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Projeto Resgate. Doc. N° 2776, Vila Boa, 30-12-1804.

⁵⁵ Idem.

que elas não são precisas para a subsistência, e conservação da vida, mas sim para ostentação da vaidade, e quem quiser ostentá-la, e (londriar) para a Gabarem (que seja homem, ou mulher) por pessoa de bom gosto no vestir, que pague se quiser lustrar, e se acha caro que não as comprem, pois se o bem público deve preferir ao gosto particular, é este um dos pontos, que merece a mais atenciosa ponderação e providência⁵⁶.

Sobre os impostos aplicados a todos os produtos que dão entrada na Capitania, o pedido de diminuição nas suas cobranças tem relação direta com o estado de decadência em que se encontram as minas. Já salientamos que as realidades de cada Julgado são diferentes, porém o problema da escravatura é recorrente em todos eles, esse ponto específico que será tratado.

Todos os relatórios iniciam falando bem dos inícios das empreitas em seus territórios, que seguem em “opulência” até que começam a faltar mão de obra escrava para o trabalho e assim prejudicando o Comércio interno e externo. O Desembargador Antonio Luiz de Souza Leal – de Crixás – diz que no início do seu arraial, as mais de oito mil pessoas (na maioria escravas) se ocupavam da mineração e “eram então os serviços fáceis, e os jornais de 4, 5, e 6/(k) por semana de cada escravo”, mas que as “infalíveis epidemias” anuais, fizeram morrer muitas pessoas, “faltando os escravos, e acabando-se os serviços mais fáceis; e assim se foi diminuindo a gente [...] concluindo-se o ano em maior decadência”⁵⁷.

No mesmo Arraial as doenças que extinguem os escravos, impediram a continuação das mais de 23 fábricas de minerar com 30 escravos na década de 1780, por “acabar o serviço” e por isso tornou os jornais muito limitados, que não excedem de meia oitava por semana, e é presentemente a população 1723 pessoas. Em Cavalcante, a mesma década de 1780 não acompanhara a década de 1760, onde se tiraram bateadas de 40-50-60-80 e 100 oitavas, chegando a render em 1764 para cima de 50 arrobas de ouro.

para trabalharem alguns mineiros (associados) no Serviço do (barraco) do morro (que por estar já muito profundado, e ser a pedra duríssima, e também por desunião dos sócios, o deixaram) se acha aqui lote e oito léguas de fazenda, importantes, (e era) o negócio tão frequentado, que o Direito das Entrada [...] rendia anualmente 800, ou 900/8as, hoje pouco mais avulta de 100/8as⁵⁸.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Projeto Resgate. Doc. N° 2776, Vila Boa, 30-12-1804.

⁵⁸ Idem.

Esses relatos fazem pensar que a fácil extração do ouro (e seu giro) justificava o alto investimento que se fazia na região das Minas com escravos, víveres, Folha Civil (administração), Folha Militar e Folha Eclesiástica (emolumentos, desobrigas e dízimos). A dificuldade em retirar o ouro não permitia ter um retorno rápido e por isso não eram reformadas as escravaturas. É preciso considerar o contexto da região de minas; região de aventureiros que buscam elevação social e de corruptos que usam do mesmo ambiente para fazerem suas fortunas. Um Ofício do Secretário do Governador, Diogo de Mendonça Corte Real, de 1755, sobre a povoação e caráter dos mineiros e profissionais liberais e governos civil e eclesiástico, dão conta do que seria:

Chega qualquer aventureiro do Reino aos portos do mar deste Continente, e achando, ou contraindo conhecimento na terra [...] solicita quem lhe fie uma partida de fazenda, ou lote de negros, para vir para Minas [...] da qual se obriga a pagar em tempo determinado [...] não tem com que a satisfazer, mete a cabeça no mato, passa para outro distrito, e lá vai tudo com Pilatos [...] Outros que aqui exercitam alguns Ofícios, como sapateiro, pedreiro, ou alfaiate, anoitecem oficiais destes ofícios, e amanhecem homens de negócios, e o modo é: pedirem a algum sujeito abalizado em cabedal, que tenha correspondentes no Rio, Bahia, e Pernambuco, que lhe dê um abono para aquelas partes [...] e quando já entra nas Minas, é transformado inteiramente em outro caráter de sujeito [...] pois se o dito mancebo intenta em emparelhar com os principais da terra, e introduzir-se com os grandes, ou entrar na Câmara, e dentro em um ano ser Juiz Ordinário, a lastima é que tudo consegue; mas de regra geral tem a certeza de em breve tempo entregar ao Demo os seus interesses [...] Entrarei a tratar dos Ministros, se é que em mim pode haver cabedal de expressão [...] São a ruína dos Povos, o descrédito dos Soberanos, e o escândalo de Deus, com perdão de quem me ouve/ falo dos que obram contra o que devem, que de regra qual esse é o seu costume⁵⁹.

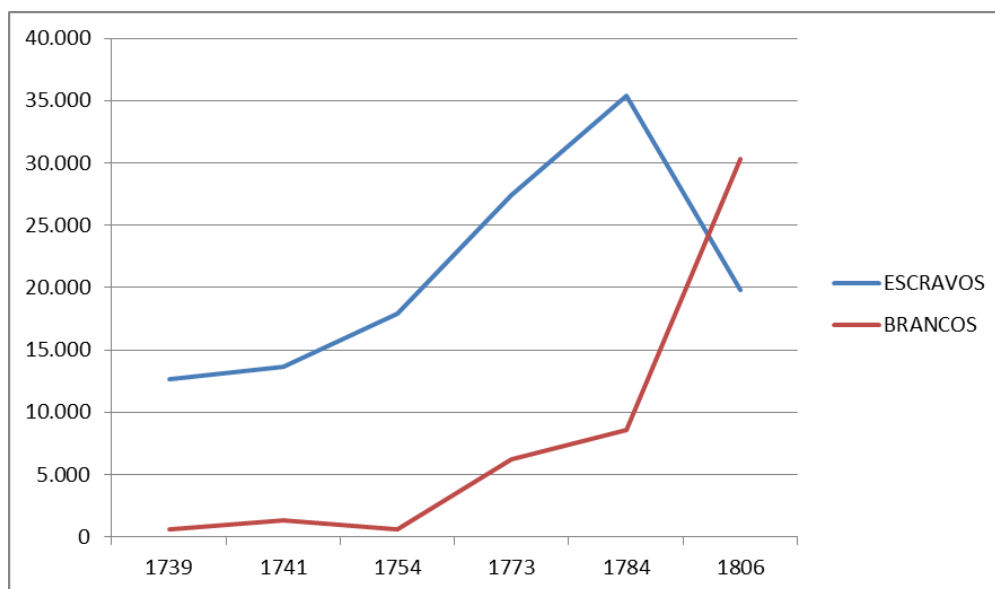
Com essas informações pode-se imaginar que a decadência da Capitania se deu pelo esgotamento das minas? Nos mesmos relatórios de 1804, vimos que não se fala do esgotamento do ouro: fala-se do aumento na dificuldade de extraí-lo, o que exigiria cada vez mais escravos. O relatório de Crixás em 1804 expõe esta situação:

Ouro em toda a parte, com mais ou menos abundancia, e por falta de escravos senão descobrem e fazem serviços, onde se encontrariam mais grandezas das que presentemente há; ainda com as decadências ponderadas se extrai muito ouro, e na geral opinião de outros, se

⁵⁹ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Projeto Resgate. Doc. N° 740, Vila Boa, 15-4-1755.

contempla pelo lugar mais florescente de toda a Capitania, e eu o afirmo⁶⁰.

A partir dos dados extraídos dos Mapas Populacionais, na sua maioria feitos pelos censores dos Arrematadores do Dízimo, foi elaborado um gráfico que mostra a quantidade de “brancos” e “escravos” que adentraram a Capitania desde 1739.



(Gráfico elaborado a partir dos Docs números: 69, 262, 1.762, 2.155, 2.775 e 2.892 do AHU – Projeto Resgate)

A cada censo se observa a chegada de brancos e escravos com relativa manutenção de suas proporções e na ordem inversa acontece a diminuição do Quinto Real depois da década de 1750. Se apenas até 1784 compensava investir em mão de obra escrava para as minas de Goiás, mesmo com uma produtividade menor, então por que pedir à Coroa que se abstivesse de cobrar impostos por seus escravos, para reelaborar novo plano de reestruturação das minas 20 anos mais tarde?

Os mesmos relatos nos trazem luz no provável interesse em se ter escravos (além do *status*, naturalmente) e não tem relação direta com as minas e sim com os mineradores.

Não tem fábricas q se ocupem em minerar, e só o Alferes Jozé Pereira de Lemos tem [...] regularidade de lavra, [...] porem faltam-lhe as forças por falta de escravos pois só trabalha com seis ou sete, e [...] se tivera também 30 ou 40 escravos; persuado-me ser ele capaz de dar, princípio a fazer novamente florescer este Arraial. [...] Este foi como digo o erro dos primeiros povoadores destas minas, pois se igualmente comprassem escravas, e fizessem casais, [...] supriria a falta dos pais, q

⁶⁰ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Projeto Resgate. Doc. N° 2776, Vila Boa, 30-12-1804.

[...] morrem, e se impossibilitam com (achques), mas aumentaria consideravelmente as mesmas fábricas [...] porque faltando os donos das mesmas fábricas, e conseqüentemente os escravos, ficaram de tudo extintos, e por falta de extração de ouro, restou o comércio [...] se possível fosse todos os mais indivíduos, se ocuparem em minerar com as próprias pessoas, como sejam pardos, ou pretos libertos [...] e reedificação daquelas em que senão trabalha por falta de escravos. (Cavalcante – 1804) ⁶¹.

A proposta dos relatores se remete ao “erro” dos que iniciaram a exploração do ouro em Goiás: não fazerem “fábricas” de escravos. Ao mesmo tempo querem reproduzir escravos e usar mão de obra de Pretos Libertos e Pardos. O gráfico não tem esse dado, mas o número de Pardos na Capitania vem superando o número de Brancos desde 1773.

Dos relatórios desses Julgados é percebido que o Comércio está em franco crescimento é o Comércio, tanto interno quanto externo (com os Portos Mar). Desde 1755 já se sabe das vantagens de ser negociar fazendas de secos e molhados na Capitania de Goiás e em 1804, em plena decadência da extração aurífera, o Comércio e Fazendas de Produção parecem ser mais ajustáveis às suas realidades. O tráfico de negros por Comboeiros “donde trazem comboios tão numerosos, que mais parecem exércitos destacados por colunas” e as “carregações” de fazendas secas e molhadas, são movidas a Crédito ou Fiado. Quem negocia nas minas de Goiás tem a vantagem de retirarem os juros em ouro, contando com a ambição dos mineradores que levam em consideração que, quantos mais negros tiverem, mais breve e facilmente tirarão com que se enriquecerem, o que os fazem cair no inconveniente de acabarem falindo ao mesmo tempo em que suas lavras definham. “Estas fábricas não são tão certas com as dos panos e sedas, que o ponto é trabalhar que serem certos os lucros” (DOC 740), o que tem grande vantagem.

Alguns anos se conservou a opulência em seu auge, e depois passou, passou a ser menos com a morte dos escravos, que por sua sorte se foram diminuindo e outros envelhecendo [...] a inconsiderada falta de reflexão e q então fazia nos donos das mesmas Fábricas de Escravos, em deixarem ir se destituindo do ouro/ que com os mesmos Escravos extraíam/ pelo Comércio que tinham com os Negociantes de fazendas secas e molhados, sem jamais cuidarem na reforma das Fábricas (Cavalcante – 1804)⁶².

⁶¹ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Projeto Resgate. Doc. N° 2776, Vila Boa, 30-12-1804.

⁶² ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Projeto Resgate. Doc. N° 2776, Vila Boa, 30-12-1804.

Pensando no futuro e na liberação das Navegações até Belém, ter Fábrica de Escravos para cederem escravos às minas abandonadas e as Fazendas de Produção de Engenho (açúcar, rapadura e aguardente), Fazendas de Gado (carne seca, couro e derivados do leite) e Fazendas de Tecidos (de algodão grosso e listrado), usando mão de obra Branca e Parda no gerenciamento das mesmas Fábricas, poderá indicar uma saída para a dita decadência da Capitania, até porque, no caso de Crixás (1804) e suas Criações, o “Gado vacuum em maior abundância [...] menor abundancia gado cavalari. Porcos haver com abundancia. Os fazendeiros são os mesmos lavradores e Mineiros”.

Nos relatórios de 1804 já se reclamava dos Negociantes/Traficantes de Gado que causavam prejuízo e “extorquiam a fertilidade do Sertão na produção dos gados”, fazendo “insignificantes negociações” (para o Contrato das Entradas), conseguem Licença para entrar com 14 carros de boi carregados de sal e 4 rolos de pano de algodão, e conseguem exportar para fora das minas até 600 cabeças. Duplo prejuízo, pois ao saírem vendem a Licença a terceiros.

Quando os administradores de Julgados fazem um pequeno histórico sobre seus territórios e elevam seu passado de “opulência” ao contrario da presente “decadência” em que se encontram, e, levando em consideração a abordagem feita a esse documento em específico, se houve a dita “opulência”, ela nunca existiu no que diz ao retorno em benesses aos primeiros povoadores e seu moradores posteriores, pois o método de governo dessas minas não permitia a acumulação necessária para enriquecer quem viesse se aventurar por essas terras. Mesmo que apenas 20% do que se produzia em ouro (Quinto Real) fosse entregue à Coroa, os 80% restantes não eram suficientes para manter um plantel de escravos sob custódia. Opulência, só para o Real Erário! O ouro passara uma ideia falsa de riqueza que não havia no cotidiano da região das minas. Até os mais avultados inicialmente, se não se aventurassem em outras Fazendas de Produção, acabariam na pobreza e teriam suas empreitadas encerradas juntamente com a duração de suas vidas.

Não se pode dizer que houve “decadência das minas” ou “decadência do ouro”. Havia ouro e havia minas abandonadas pela dificuldade de se extrair ouro delas. Não havia escravos para esse trabalho, por conta das dificuldades infringidas com a pesada carga tributária exigida pelos Contratos dos Rendimentos do Dízimo e das Entradas, assim como a falta de interesse em acertar melhores preços com os Traficantes de escravos. O método de governo sim: se tornara decadente ao não se encaixar nas novas

realidades dos Mineradores, Lavradores e Criadores de animais. Os impostos retiravam do mercado um numerário importante para se reinvestir na extração de ouro e outras atividades mercantis.

Em consequência destes desarranjos imaginou já a minha frágil ideia que [...] nomeassem pessoas idôneas, e as abonadas de cada Arraial, e de uma probidade incorruptível [...] regrarem as vendas dos negros, informando-se de quem os quisesse comprar, que qualidade de lavras tinham, e que número competente de negros poderiam ocupar nelas, e também comodamente pagá-los à proporção do que tirassem, não permitindo mais que aqueles com se puderem manear, por que há quem tome cem, e duzentos negros, e depois os não pode satisfazer, e deste modo [...] se poderão evitar tantas (desortes), mudar de face os descaminhos [...] porque os homens abandonados a si mesmos, como aqui costumam obram loucuras, exercendo com toda a soltura, quanta extravagancia de ideias lhe sugere a sua fantasia, que o mesmo Deus em comparação/ seja-me permitido dizê-lo assim/ lhe fica inferior na liberdade de obrar⁶³.

Pensando no que seria “decadência” para Goiás no século XVIII e nas informações retiradas nos documentos apresentados, toda vez que a palavra “decadência” surge nos documentos, ela traz consigo uma explicação de como foi reduzida a parcela que deveria ser remetida ao Rio de Janeiro, ou seja, uma crise econômica que afeta a Arrecadação feita pelo Erário Real. Desde 1741 se fala do perigo da “decadência”.

“Recebi carta de VM e por ela vejo o estado em que estive a esta a sua assistência de suas minas e o quanto deve ao cuidadoso e solícito zelo de Vossa mercê por meio da qual se vê esse povo reduzido de sua excessiva consternação a um doce sossego, o que muito estimo pelo que me compadecia da geral ruína em que se ia pondo esse descoberto” (Vila Boa dos Goiás 21 de Fevereiro de 1741. Miguel Carlos⁶⁴).

Se a partir da década de 1750 o Quinto Real decaía, os impostos sobre os Offícios, sobre os Serviços Eclesiásticos, o Dízimo sobre os Escravos e os impostos sobre as Entradas garantiram a manutenção da parcela a ser enviada ao Reino. Se não é extraído ouro em quantidade, o grande número de escravos deslocados para dentro da Capitania geraram impostos que serão somados a ele, e completarão a média do cabedal anual. Partindo desse documento de 1804 percebemos que os fazendeiros já tinham começado a dar preferência à comodidade de criar animais, ao invés de arriscarem suas pequenas

⁶³ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Projeto Resgate. Doc. N° 740, Vila Boa, 15-4-1755.

⁶⁴ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Projeto Resgate. Doc. N° 136, Vila Boa, 25-2-1741.

fortunas na extração do ouro, que, ao mesmo tempo em que pode torna-los ricos, podem fali-los rapidamente.

O isolamento e atraso da Capitania - considerações perpetradas à Goiás no século XIX – através dessa abordagem de como o Comércio foi se desenvolvendo na região das minas no século XVIII, mostra como as transações com Belém do Pará, Bahia, Pernambuco e São Paulo, desabona tal afirmação. Os Portugueses não atinaram para compor um “sistema fixo, prudente, e razoável para tratarem [...] o País mais lucrativo, e abundante que há no Universo”, de onde se extraem diamantes, ouro e “outros gêneros quase de igual valor; pela incúria Portuguesa o convertem em carvão, tudo por falta de método”⁶⁵.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRAGOSO, João e GOUVEIA Maria de Fátima. “Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. “*In*: João FRAGOSO, Manolo FLORENTINO, Antônio Carlos JUCÁ e Adriana CAMPOS (orgs). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no Mundo português*. Vitória: Edufes/Lisboa: ICT, 2006, p.25-72.

RIBEIRO, Alexandre Vieira (2007). O Comércio de Escravos e a Elite baiana no período colonial, in Conquistadores e negociantes: *Histórias de Elites no Antigo Regime nos Trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. (João Luís Ribeiro Fragoso; Carla Maria Carvalho de Almeida; António Carlos Jucá de Sampaio, orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOUZA, Laura de Mello e. O Sol e a sombra: *Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁶⁵ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Projeto Resgate. Doc. N° 740, Vila Boa, 15-4-1755.

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ: UMA BREVE ANÁLISE DAS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES PRESENTES NOS PERIÓDICOS *A SENTINELA* E *DESPERTAI!*

*Bruna Hanime Brito Soares*⁶⁶

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar historicamente a formação das Testemunhas de Jeová dentro do campo religioso. Esse grupo é mundialmente reconhecido devido a participação dos fiéis nas práticas missionárias no serviço domiciliar em diversos países. Dessa maneira, serão analisadas alguns exemplares das revistas *A Sentinela* e as brochuras *Desperta!*, que são uma das publicações mais distribuídas pelos fiéis no serviço missionário. Neste sentido, o trabalho buscou evidenciar os mecanismos usados pelas Testemunhas de Jeová, bem como a utilização de recursos midiáticos que visam captar mais adeptos a religião, concluindo que o discurso religioso é passível de mudança quando as vantagens oferecidas por esses dispositivos mais lhes convém.

Palavras-chave: Religião; Mídia; Imprensa.

INTRODUÇÃO

O estudo da imprensa e dos periódicos pela História sofreram algumas resistências em suas trajetórias. Segundo a historiadora Tania Regina de Luca, mesmo após as renovações dos temas, problemáticas e das fontes, dadas na década de 1930 pela Escola dos *Annales*, a imprensa “continuou relegada a uma espécie de limbo” (LUCA, 2006, p.112).

Entretanto, a partir da terceira geração dos *Annales*, representada por Jacques Le Goff, George Duby, Pierre Nora e entre outros, houve uma mudança significativa no que se refere às práticas historiográficas e principalmente em relação às fontes históricas. Assim, ocorreu o que se chama de *Nouvelle Histoire* (Nova História), que propunha “novos objetos, problemas e abordagens” (LE GOFF, 1993). É nesse contexto inovador,

⁶⁶ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Orientador: Prof. Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante.

proporcionado por essas novas abordagens que o estudo da imprensa e dos periódicos começam a verticalizar no Brasil.

Apesar de haver o aumento de estudos sobre essa temática no país, ainda são poucos os trabalhos que versam sobre periódicos oriundos de grupos religiosos. Esse número cai drasticamente quando se trata das Testemunhas de Jeová.

As Testemunhas de Jeová são mundialmente reconhecidas em relação ao serviço voluntário de seu proselitismo em diversos países. A história desse grupo religioso inicia-se no final do século XIX, período em que o protestantismo nos Estados Unidos sofreu uma rápida expansão, principalmente após a Guerra de Secessão (1861-1865), que intensificou o cenário da crise econômica que assolava o país, resultando no reavivamento da religião como uma espécie de consolo e assistência divina para os empresários urbanos e as massas populares (MCLOUGHLIN, 1978, p.141).

Nesse contexto, a segunda metade do século XIX foi marcada por embates teológicos entre visões liberais e conservadoras do protestantismo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa (SILVA, 2010, p.27), que culminou na insurgência dos chamados fundamentalistas⁶⁷. O resultado desses embates foi o nascimento de novos grupos religiosos, sejam eles com uma doutrina própria ou dissidentes de outras religiões.

É nesse mesma fase que os Estudantes da Bíblia⁶⁸ surgem por meio do norte-americano Charles Taze Russell. Não se tem uma precisão exata do ano em que Russell começou a estudar sobre as doutrinas bíblicas, segundo a recente publicação das Testemunhas de Jeová:

1868 ou 1869: Charles Russell começa uma análise cuidadosa das doutrinas das igrejas da cristandade e descobre interpretações equivocadas das Escrituras; a “fé abalada” de Russell é restaurada após ouvir um sermão do pregador adventista Jonas Wendell (ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS, 2014, p. 28).

⁶⁷ Segundo o teólogo Leonardo Boff, o fundamentalismo trata-se de afirmar que a Bíblia constitui o fundamento básico da fé cristã e deve ser tomada ao pé da letra (o fundamento de tudo para a fé protestante é a Bíblia). Para o fundamentalista o cristianismo detém o monopólio da verdade revelada. Jesus é o caminho, a verdade e a vida, o único e suficiente para a salvação. Fora dele há somente perdição. Desse rigorismo se deriva o caráter militante e missionário de todo fundamentalista. Em face aos demais caminhos espirituais ele é intolerante, pois eles significam simplesmente errância. Na moral é especialmente inflexível, particularmente no que concerne à sexualidade e à família. É contra os homossexuais, o movimento feminista e os movimentos libertários em geral (BOFF, 2002, p. 13-15).

⁶⁸ Primeiro nome utilizado pelas atuais Testemunhas de Jeová.

A partir do ano de 1870, Russell forma um grupo de estudo bíblico com cerca de seis pessoas e em 1873 publicou cerca de 50.000 exemplares da obra intitulada “O Objetivo e a Maneira da Volta do Senhor”. Os anos de 1877 e 1878 marcaram uma aliança entre o editor do periódico religioso *The Herald of the Morning* (O Arauto da Manhã), N. H. Barbour e Russell, onde juntos publicaram *Three Worlds, and the Harvest of This World* (Três Mundos, e a Colheita Deste Mundo).

Devido a conflitos sobre interpretações bíblicas, Russell se afasta de Barbour e em 1879 decide criar a sua própria revista, conforme é descrito abaixo:

C. T. Russell considerou ser a orientação do Senhor que deixasse de viajar e começasse a editar um jornal. Assim, em julho de 1879, surgiu o primeiro número de *Zion’s Watch Tower and Herald of Christ’s Presence* (A Torre de Vigia de Sião e Arauto da Presença de Cristo). Agora conhecida mundialmente como *The Watchtower* (A Sentinela) [...] (ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS, 1976, p. 28).

Durante os anos de 1879 e 1880, Russell e seus colaboradores fundaram cerca de trinta congregações em algumas cidades dos Estados Unidos. Naquela época as Testemunhas de Jeová eram chamadas de Estudantes da Bíblia (ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS, 1976, p. 63). O objetivo de Russell era alcançar mais adeptos, conforme foi publicado em 1881 na revista Torre de Vigia de Sião, “Desejados 1.000 Pregadores”, já que naquele mesmo ano existiam somente cem associados. Mesmo sem conseguir atingir sua meta, Russell deu continuidade com o grupo de Estudantes da Bíblia, conforme citado abaixo:

Assim, no início de 1881, a “*Zion’s Watch Tower Tract Society*” (Sociedade de Tratados da Torre de Vigia de Sião) foi estabelecida como grupo sem personalidade jurídica, tendo a C. T. Russell como seu gerente. Ele e outros contribuíram de forma generosa cerca de US\$ 35.000 para colocar em operação esta organização gráfica. Durante 1884, a Sociedade, anteriormente sem personalidade jurídica, adquiriu tal personalidade jurídica como Sociedade de Tratados da Torre de Vigia de Sião, servindo Russell como seu presidente. Hoje, esta associação religiosa é conhecida como “*Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania*” (Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados de Pensilvânia) (ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS, 1976, p. 40).

Com o aumento do número de adeptos, no ano de 1900 é aberto a primeira filial em Londres e o serviço de proselitismo dos Estudantes da Bíblia já alcançavam 28 países. E em 1909, a sede dos Estados Unidos da Sociedade Torre de Vigia muda-se para Nova York em Brooklyn⁶⁹.

No ano de 1919 foi publicado um impresso *To Whom the Work Is Entrusted* (A Quem se Confia a Obra), que exortava todos os fiéis a “pregarem de casa em casa” (ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. *A Sentinela 15 de julho de 2013*, p. 12). A partir desse ano que começou a se formar uma característica importante da identidade desse grupo religioso, que é o serviço voluntário de seu proselitismo. A mudança de nome dos Estudantes da Bíblia para Testemunhas de Jeová ocorreu no ano de 1931, em um congresso realizado em Columbus, Ohio, EUA (ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS, 2014, p. 73).

Atualmente as Testemunhas de Jeová representam um dos maiores grupos religiosos no cenário mundial. No Brasil, de acordo com o Censo do IBGE de 2010⁷⁰, foram computados mais de 1.390.000 fiéis, um número significativo dentro do campo religioso brasileiro.

São reconhecidos principalmente por adotar uma postura rígida frente a assuntos mais polêmicos como participar de cerimônias patrióticas, fazer saudação à bandeira, alistar-se no exército, comemorar aniversários e feriados, participar ativamente na política, pois todas essas práticas são condenadas pelas Testemunhas de Jeová. Ainda, é notória a recusa por parte desse grupo a realização de transfusão de sangue, mesmo que essa decisão possa resultar na morte do fiel, já que para as Testemunhas de Jeová este se configura em um dos pecados mais graves dentro dos parâmetros bíblicos⁷¹.

⁶⁹ A matriz dos Estados Unidos é reconhecida como “sede mundial” das Testemunhas de Jeová. É nesse local onde saem as novas edições das diversas publicações, entre elas os periódicos mais conhecidos das Testemunhas de Jeová, “A Sentinela” e a “Desperta!”. Atualmente a sede mundial das Testemunhas de Jeová esta sendo transferida para Warwick, no estado de Nova York.

⁷⁰ INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESPACIAL (IBGE). *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_ods.shtm>. Acessado em: 20 jan. 2016.

⁷¹ As Testemunhas de Jeová baseiam essa atitude por intermédio dos livros bíblicos de Atos 15:19-20 que exortam os fiéis “que se abstenham de coisas contaminadas por ídolos, de imoralidade sexual, do que foi estrangulado e de sangue”. Também Levítico 7:26-27: “Onde quer que morarem, não comam nenhum sangue, seja de ave, seja de animal. Quem comer o sangue de qualquer criatura será eliminado do seu povo”. Dessa forma as Testemunhas de Jeová condenam tanto a transfusão quanto a ingestão de sangue e orientam aos fiéis a evitarem “produtos que alistam coisas tais como sangue, plasma sanguíneo, plasma, globina (ou globulina) proteínica; ou ferro hemoglobínico (ou globínico)” (*A Sentinela*, 15 de Outubro de 1992, p.31).

Atualmente esse grupo religioso tem seus interesses cuidados por o que se chama de “Corpo Governante”, de acordo com o livro *O Reino de Deus já Governa*:

O Corpo Governante das Testemunhas de Jeová é composto por irmãos que são servos ungidos de Jeová Deus. [...] Eles tem a responsabilidade de prover o alimento espiritual e dar orientação e impulso à obra de pregação do Reino em toda a Terra. As reuniões do Corpo Governante são realizadas toda semana, geralmente às quartas-feiras. Isso possibilita que esses irmãos trabalhem junto em união. Os membros do Corpo Governante também servem em várias comissões. Ao cuidar dos interesses do Reino, cada comissão tem uma área de supervisão (ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS, 2014, p. 130).

É esse conjunto do Corpo Governante que selecionam as publicações das Testemunhas de Jeová. É importante ressaltar que esse grupo religioso não possui subdivisões⁷² nacionais ou regionais e que os periódicos, livros, Bíblias e entre outros impressos são fomentados por esse Corpo Governante nos Estados Unidos e passados para as filiais⁷³ em outros países, onde são feitas as traduções adequadas a cada região e distribuídos para os fiéis.

A IMPRENSA DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

Desde os primórdios desse grupo a recepção de temas bíblicos e das doutrinas deu-se por meio do consumo dos textos, ou seja, pelas leituras dos impressos. Dessa forma, estes funcionam como mediadores entre o leitor e a Bíblia⁷⁴, seguida da Instituição que desempenha o papel principal.

Todas as Testemunhas de Jeová tem acesso a uma quantidade significativa de publicações de excelente qualidade gráfica, seja para estudo pessoal/familiar ou para

⁷² Nos referimos a rupturas, desmembramentos institucionais ou diferentes interpretações doutrinárias.

⁷³ Essas filiais são chamadas de “Betel”, termo hebraico que significa “Casa de Deus”. A “Betel” do Brasil localiza-se na cidade de Cesário Lange, no estado de São Paulo.

⁷⁴ É importante ressaltar que as Testemunhas de Jeová possuem uma tradução própria da Bíblia, que se chama *Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas* cuja Comissão de Tradução foi chefiada por Frederick Franz, o quarto presidente da Torre de Vigia. De acordo com SILVA (2007, p.102-103): “Esse lançamento provocou reação no mundo acadêmico por suas características peculiares, como a inserção do nome “Jeová” no texto das *Escrituras Gregas Cristãs*, a substituição do termo “cruz” por “estaca de tortura”, a divindade de Jesus é obliterada, o Espírito Santo é grafado com letras iniciais minúsculas (“espírito santo”). A palavra “inferno” não aparece, a organização preferiu usar os termos na língua original, *Sheol*, em hebraico, e *Hades*, *Geena* e *Tártaro*, em grego”.

distribuir no serviço missionário. Essas publicações podem ser consideradas, segundo SILVA (2010, p.18), como o capital simbólico responsável pela transmissão da crença e também como um instrumento de legitimação do discurso religioso que precisa ser suscitado em diferentes ocasiões, principalmente quando ocorre uma crise coletiva ou individual ou quando a legitimação dos dispositivos institucionais é posta em dúvida “pelos recalcitrantes que precisam ser controlados” (BERGER, 1985, p.44).

São por intermédio das publicações que o discurso religioso das Testemunhas de Jeová é difundido, discurso no qual, segundo Michel Foucault, sua produção é controlada, selecionada, organizada e redistribuída (FOUCAULT, 2014, p. 08). Para o autor, “a doutrina religiosa tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca” (grifo nosso) (FOUCAULT, 2014, p. 39-40).

Para o historiador Roger Chartier o material impresso é concebido como uma prática cultural (CHARTIER, 2009, p. 78), compreendendo a cultura como “[...] um estilo de vida próprio, um modo de vida particular que todas as sociedades possuem e que caracteriza cada uma delas” (OLIVEIRA, 1997, p.89). Nesse sentido, no decorrer da vida ocorrem diversas práticas culturais, sendo a leitura, juntamente com o contexto social dos seus leitores, uma dessas práticas. De acordo com o filósofo Paul Ricoeur existe uma relação dialética entre o leitor e o texto, cuja interação ocorre no ato da leitura. Para o filósofo “[...] o que deve ser interpretado num texto, é uma *proposição de mundo*, de um mundo tal como posso habitá-lo para nele projetar um de meus possíveis mais próximos” (grifo nosso) (RICOEUR, 1990, p.56).

Para Roger Chartier as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. As percepções do social não são discursos neutros, mas sim fomentadas para produzir estratégias e diferentes práticas (sociais, políticas, religiosas, etc.) que impõem uma autoridade sobre o outro a fim de legitimar e justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. Para o historiador, as representações sociais estão inseridas num campo de concorrências e competições em termos de poder e dominação, cujas lutas são tão elementares quanto às lutas econômicas, onde os grupos tentam impor a sua concepção do mundo social, seus valores e domínios (CHARTIER, 1988, p.17). Por esse motivo, os impressos logram uma significativa importância na manutenção da identidade desse grupo religioso, já que acabam por conduzir os valores, as práticas e as representações do grupo para a sociedade.

Atualmente, os periódicos das Testemunhas de Jeová mais conhecidos pelo público são a revista *A Sentinela* e a brochura *Despertai!*. A *A Sentinela* é publicada desde 1879 e versa sobre assuntos gerais, que intercalam diretamente com as matérias litúrgicas desse grupo religioso. A *Despertai!* tem uma tiragem de mais de 41 milhões, enquanto *A Sentinela* tem a tiragem de 42 milhões e ambas são distribuídas em 236 países e terras⁷⁵.

Nos dias atuais, *A Sentinela* é produzida mensalmente em duas versões, uma voltada para o público leigo e outra exclusivamente para os fiéis, cujo conteúdo possui características pedagógicas sobre as doutrinas das Testemunhas de Jeová. A revista voltada para o público leigo é distribuída no serviço missionário, enquanto que o outro impresso é estudado pelos fiéis todas as semanas durante as reuniões do grupo. A *A Sentinela* vem geralmente dividida em quatro artigos, um para cada semana do mês. Os artigos são temáticos e abordam diversos assuntos que norteiam na conduta do fiel, na manutenção doutrinária, nos estudos bíblicos e entre outros aspectos elementares para a construção da identidade religiosa. Segue abaixo algumas edições dessa revista:

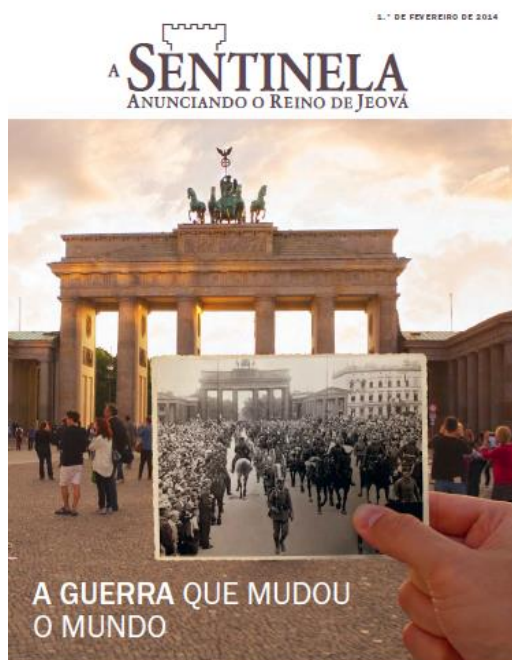
Figura 1: A Sentinela 01/12/2012



⁷⁵ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. *A Sentinela* — nenhuma revista se compara. Disponível em: <<http://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/atividades/publicacoes/revista-sentinela-despertai/>>. Acessado em 10 de set. 2014.

Fonte: < <https://www.jw.org/pt/publicacoes/revistas/>>

Figura 2: A Sentinela 01/02/2014



Fonte: < <https://www.jw.org/pt/publicacoes/revistas/>>

Figura 3: A Sentinela 01/06/2014



Fonte: < <https://www.jw.org/pt/publicacoes/revistas/>>

Figura 4: A Sentinela 01/05/2012



Fonte: < <https://www.jw.org/pt/publicacoes/revistas/>>

Selecionamos essas edições porque pelas capas é possível analisar como algumas representações forjadas pelo próprio grupo são transmitidas claramente por intermédio dessas publicações, como é o caso da edição da Sentinela 1º de dezembro de 2012 (figura 1), onde as Testemunhas de Jeová “oferecem” um presente que seria melhor do que o natal, salientando que o próprio grupo não participa desse tipo de comemoração.

As outras edições mostradas anteriormente (figuras 2 e 3) também transmitem alguns dos valores adotados e praticados pelo grupo, como a questão de não se envolver com política, não consumir drogas e derivados e também expor a participação das Testemunhas de Jeová durante a Segunda Guerra Mundial (figura 4). Em relação a este último aspecto, para os fiéis, a coragem dessas Testemunhas de Jeová dentro dos campos de concentração foi vista como um *privilegio* de sofrer por Deus. A partir daí, passou-se a construir um papel de vítima em torno do grupo e criar o que a socióloga Suzana Bornholdt chama de “Auto-atribuição Vitimizada”. Segundo a mesma autora:

Uma referência constantemente citada diz respeito à perseguição religiosa sofrida pelo grupo durante o regime nazista na Alemanha. Este movimento de resistência teve papel tão crucial na constituição da identidade vitimizada testemunha-de-jeová que a Instituição elaborou uma fita de vídeo (As Testemunhas de Jeová resistem ao ataque nazista, 1996) que objetivava a divulgação em forma de palestras e ciclos de debate através da anunciação deste material em escolas e centros de cultura, servindo como material de apoio para professores abordarem a temática em sala de aula (BORNHOLDT, 2004, p. 120).

Para Suzana Bornholdt, os fiéis presos nos campos de concentração viam a si mesmos como diferentes dos outros prisioneiros pelo fato de ser o único grupo religioso a tomar uma postura firme e organizada contra o nazismo, por denunciarem as atrocidades cometidas pelo regime nazista, mesmo enquanto ainda estavam proscritos e também porque poderiam ser libertos dos campos de concentrações somente se assinassem um documento, que atestava a renúncia de suas crenças e o desligamento do indivíduo daquele grupo religioso (BORNHOLDT, 2004, p. 120).

Em relação aos impressos, a historiadora Tânia Regina de Luca salienta que é fundamental realizar a escrita da História não somente da imprensa, mas também por meio da imprensa, analisando os elementos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, historicizar a fonte estudando as condições técnicas de produção, do que se dispunha, do que foi escolhido e o por quê, resultando dessa forma num amplo estudo das funções sociais desses impressos. Nesse ensejo, Valdir Heitor Barzotto nos alerta sobre a importância de analisar a *composição* de um impresso. Para o autor a composição se preocupa:

[...] pela qualidade do papel, pelo número de páginas da revista, pela discussão sobre a natureza do veículo, revista ou livro, vinculada ao tipo de manuseio e de circulação, e, finalmente, como desdobramento deste último, pelos assuntos abordados, bem como pelo tratamento a eles dispensados (BARZOTTO, 1998, p. 46).

Barzotto observa que os recursos disponíveis na imprensa não ficam limitados apenas na impressão, mas também são utilizados para criarem efeitos pretendidos (BARZOTTO, 1998, p. 48). Ou seja, não é somente na parte escrita que ocorre a produção de sentidos por parte do leitor, mas também a *composição* de um impresso pode sugerir leituras diferentes de um mesmo texto (CHARTIER, 2009, p. 97). Tania Regina de Luca afirma que:

É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada tem de natural. Das letras miúdas comprimidas em muitas colunas às manchetes coloridas e imateriais nos vídeos dos computadores, há avanços tecnológicos, mas também práticas diversas de leituras (LUCA, 2006, p. 132).

Para termos uma compreensão de como os aspectos da composição são importantes nesses periódicos, a partir do mês de abril de 2013 a *A Sentinela e Despertai!* passaram a vir com um Código QR. na última página. Esse código permite que o leitor desses periódicos tenha acesso a outros artigos e vídeos que permanecem *online* no *site* oficial das Testemunhas de Jeová. A edição da *Despertai!* de abril de 2013 forneceu até instruções para que o leitor possa acessar o *site*.

A partir deste número, *Despertai!* terá códigos QR. O que é isso? É uma espécie de código de barras que possibilita fácil acesso ao nosso *site*. Tudo que você precisa é de um smartphone ou um tablet com câmera e acesso à internet. Baixe um aplicativo que lê códigos QR. Abra o aplicativo. Capture o código QR. Você será direcionado diretamente para o nosso *site!* (ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS, *Despertai!* Abril de 2013, p.16).

Nos meses seguintes as Testemunhas de Jeová se empenharam em divulgar o *site* *jw.org*, evidenciando a utilização desse recurso para auxiliar em suas práticas missionárias. A *Despertai!* de janeiro de 2014 ilustra bem essa afirmação, ao trazer em sua capa o logotipo da página *jw.org* das Testemunhas de Jeová e tendo como tema “Um *site* para você”. Segue abaixo a imagem da capa e da última página com o código QR. dessa edição:

Figura 5: Despertai! Janeiro de 2014



Fonte: < <https://www.jw.org/pt/publicacoes/revistas/> >

Figura 6: Despertai! Janeiro de 2014 (VERSO)

Aranha *Parasteatoda tepidarium*

Malha altamente adesiva Malha menos adesiva

reza "já estão tentando desenvolver uma cola sintética que imite esse projeto inteligente utilizado pela aranha [*Parasteatoda tepidarium*]". Os cientistas esperam criar uma cola que possa ser usada tanto num curativo simples quanto para tratar fraturas nos ossos.

O que você acha? Será que a habilidade dessa aranha em trabalhar sua cola de forma tão engenhosa é resultado da evolução? Ou teve um projeto? ■

Reza/Alamy; malhas: adaptação permitida por Makromol Chem Rapid Commun. Copyright © 2012. All rights reserved. For information on this article, see the article in the journal, 2012.

JW .ORG Arquivos gratuitos para download desta revista e de revistas anteriores

Bíblia disponível on-line em cerca de 50 idiomas

Acesse www.jw.org ou capture o código

114011
1310 14

Fonte: < <https://www.jw.org/pt/publicacoes/revistas/> >

Na capa dessa edição da *Despertai!* podemos analisar a presença de várias pessoas: jovens, crianças, casais, idoso, etc., representando a multiplicidade do público que o *site* visa englobar, seja qual for a sua faixa etária. A presença de caucasianos, africanos e asiáticos também passa a imagem de uma ferramenta que abrange vários espaços, independentemente de onde estiverem geograficamente, pois de acordo com a própria mensagem no verso da brochura, o *site* oferece aos leitores cerca de cinquenta

idiomas. Todos os indivíduos retratados aparecem sorrindo, passando retratando uma satisfação, enquanto usam *tablets*, celulares e *notebooks*, evidenciando que essa ferramenta pode ser usada em todos os aparelhos com navegação na internet.

Entretanto, é importante ressaltar que a internet nem sempre foi bem vista pelas Testemunhas de Jeová. Um exemplo disso é o artigo “Como evitar os perigos da internet”, publicado na revista *Despertai!* de 08 de dezembro de 2004, que traz um alerta aos fiéis sobre o uso desse recurso. Em um momento chega a dizer: “[...] se você é usuário da internet, fique atento aos riscos. Esteja decidido a guardar os mandamentos de Deus e evite brincar com o perigo” (ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS, *Despertai!* 08 de Dezembro de 2004, p. 21).

Nos anos seguintes, a própria organização muda suas práticas e seu discurso quando começa a utilizar esse recurso para atingir um maior número de indivíduos. Em vista disso, um trecho do artigo retirado do *site* afirma:

Geoffrey Jackson, membro do Corpo Governante das Testemunhas de Jeová, acrescenta: “Desde que o *jw.org* foi lançado dois anos atrás, pessoas em todo o mundo têm notado que esse *site* é uma ajuda valiosa. Nele você pode assistir a vídeos que podem ajudar seus filhos, encontrar artigos que podem ajudar sua família e até ler a Bíblia *on-line*. Queremos que o maior número possível de pessoas tire proveito do *jw.org*, e é por isso que organizamos essa campanha especial”⁷⁶.

A “campanha especial” da qual o membro do Corpo Governante fala, começou no dia 1º de agosto de 2014 e incentivou os fiéis a distribuírem um novo folheto no qual mostrava “a importância do seu *site* oficial, o *jw.org*”⁷⁷. Nesse mesmo artigo ainda é ressaltado: “Existem cerca de 8 milhões de Testemunhas de Jeová em todo o mundo, e todos nós vamos falar desse *site* para as pessoas”.

⁷⁶ WATCH TOWER BIBLE AND TRACT SOCIETY OF PENNSYLVANIA. *Testemunhas de Jeová fazem campanha para divulgar o site mais traduzido do mundo: o JW.ORG*. Disponível em: <[http://www.jw.org/pt/noticias/noticias-2/por-regiao/mundo/campanha-para-divulgar-o-site/#?insight\[search_id\]=29bee001-ad02-422a-a9e6-3f73d0d53f4c&insight\[search_result_index\]=1](http://www.jw.org/pt/noticias/noticias-2/por-regiao/mundo/campanha-para-divulgar-o-site/#?insight[search_id]=29bee001-ad02-422a-a9e6-3f73d0d53f4c&insight[search_result_index]=1)>. Acessado em 10 de set. 2014.

⁷⁷ WATCH TOWER BIBLE AND TRACT SOCIETY OF PENNSYLVANIA. *Testemunhas de Jeová fazem campanha para divulgar o site mais traduzido do mundo: o JW.ORG*. Disponível em: <[http://www.jw.org/pt/noticias/noticias-2/por-regiao/mundo/campanha-para-divulgar-o-site/#?insight\[search_id\]=29bee001-ad02-422a-a9e6-3f73d0d53f4c&insight\[search_result_index\]=1](http://www.jw.org/pt/noticias/noticias-2/por-regiao/mundo/campanha-para-divulgar-o-site/#?insight[search_id]=29bee001-ad02-422a-a9e6-3f73d0d53f4c&insight[search_result_index]=1)>. Acessado em 10 de set. 2014.

Esses aspectos comprovam que o uso da internet pelos fiéis, que até então era visto como um instrumento perigoso, passa a ser um relevante dispositivo do serviço de pregação. Além disso, expressa a importância que material impresso (seja os periódicos que foram analisados nesse trabalho, quanto os outros fomentados por esse grupo) desempenha como uma ferramenta intermediária entre o leitor e a representação dos valores e das práticas das Testemunhas de Jeová.

Considerações Finais

No presente trabalho, buscamos historicizar brevemente a formação das Testemunhas de Jeová e apontar a gradual consolidação desse grupo dentro do campo religioso. Nesse aspecto, a imprensa desempenha um papel fundamental desde os primórdios deste grupo.

São por meio das publicações das Testemunhas de Jeová que o discurso religioso é propagado, bem como suas práticas e representações sociais. Em relação ao uso da internet, que anteriormente era criticada pela Sociedade e visto como perigosa pelos fiéis, passou a ser atualmente uma das maiores ferramentas para a difusão de suas crenças, evidenciando como o discurso religioso é passível de mudança quando as vantagens oferecidas por esses dispositivos mais lhes convém.

Nesse ensejo, o uso da internet nos periódicos serve também para ampliar a propagação das crenças das Testemunhas de Jeová dentro do campo religioso, atingindo diversos públicos com rapidez e eficiência de uma plataforma que oferece dezenas de idiomas, na hora e no lugar que o leitor desejar.

É importante ressaltar que este trabalho está em andamento, entretanto, são inúmeras as possibilidades de pesquisa existentes para essa temática. Esperamos que o presente artigo possa suscitar aqueles que se interessam, a desenvolverem pesquisas e verticalizar os estudos sobre as Testemunhas de Jeová no campo histórico.

BIBLIOGRAFIA

BARZOTTO, Valdir Heitor. *Leitura de revistas periódicas: forma, texto e discurso. Estudo sobre a revista Realidade (1966-1976)*. 1998. Tese (Doutorado em Lingüística). IEL/UNICAMP, Campinas.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião* – São Paulo: Paulus, 1985.

BOFF, Leonardo. *Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade* – Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

BORNHOLDT, Suzana Ramos Coutinho. *Proclamadores do Reino de Deus: Missão e as Testemunhas de Jeová*. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – SC.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 4º Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 24. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MCLOUGHLIN, William G. *Revivals, Awakenings, and Reform: An Essay on Religion and Social Change in America, 1607-1977* – The University of Chicago Press; First Edition, 1978.

OLIVEIRA, Pêrsio dos Santos de. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ática, 1997.

SILVA, Esequias Soares da. *Testemunhas de Jeová: a inserção de suas crenças no texto da tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo – SP.

SILVA, Gleicy Mailly da. *Caminhando pelas ruas, batendo de porta em porta: dinâmica religiosa e experiência social entre as Testemunhas de Jeová no campo religioso brasileiro*. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

Fontes

WATCH TOWER BIBLE AND TRACT SOCIETY OF PENNSYLVANIA. *Anuário das Testemunhas de Jeová – 1976*. Cesário Lange, SP: Editora Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1976.

_____. *O Reino de Deus já Governa*. Cesário Lange, SP: Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 2014.

_____. *A Sentinela — nenhuma revista se compara*. Disponível em: <<http://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/atividades/publicacoes/revista-sentinela-despertai/>>. Acessado em 10 de set. 2014.

_____. *Testemunhas de Jeová fazem campanha para divulgar o site mais traduzido do mundo: o JW.ORG*. Disponível em: <[http://www.jw.org/pt/noticias/noticias-2/por-regiao/mundo/campanha-para-divulgar-o-site/#?insight\[search_id\]=29bee001-ad02-422a-a9e6-3f73d0d53f4c&insight\[search_result_index\]=1](http://www.jw.org/pt/noticias/noticias-2/por-regiao/mundo/campanha-para-divulgar-o-site/#?insight[search_id]=29bee001-ad02-422a-a9e6-3f73d0d53f4c&insight[search_result_index]=1)>. Acessado em 10 de set. 2014.

_____. *A Sentinela 15 de julho de 2013*, p. 12.

_____. *A Sentinela*, 15 de Outubro de 1992, p.31

_____. *Despertai!* 08 de Dezembro de 2004, p. 21.

CONCEPÇÃO DE POLÍTICA NOS ESCRITOS DE HANNAH ARENDT NA DÉCADA DE 1940

*Bruno Abnner Lourenzatto Silveira*⁷⁸

RESUMO: Este trabalho discutirá um prelúdio de concepção do pensamento político de Hannah Arendt. Para fazê-lo, discutiremos textos da autora publicados na década de 1940. Entendeu-se, assim, que ao encaminhar um debate desses escritos poderíamos compreender como a autora constrói uma noção de política conectada aos acontecimentos políticos do século XX, sobretudo aos eventos totalitários. Porém, o presente trabalho escolheu analisar textos que precedem uma reflexão política madura, em *Origens do totalitarismo* e nas obras posteriores; restringindo-se, então, aos escritos que foram confeccionados no embate entre Hannah Arendt e a comunidade sionista em relação a criação do Estado de Israel.

DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho terá como assertiva fundamental explorar o pensamento de Hannah Arendt nas década de 40. Para tanto, procuraremos indícios da trajetória intelectual de Arendt em seus artigos, resenhas e ensaios elaborados nesse período que inicia-se como articulista de jornais judaicos, bem como comentarista de obras em revistas acadêmicas. Sobretudo, concentramos os esforços desta pesquisa em seus escritos judaicos, reunidos na obra “The Jewish Writings” e, também, nos ensaios reunidos na obra “Compreender: formação, exílio e totalitarismo”.

A problemática que envolve a interpretação dos indícios refere-se a possibilidade de localizar nos escritos da década de 40 um esboço daquilo que Hannah Arendt entenderia por política – conceito central de toda sua trajetória intelectual e que tomará corpo na década de 50. Especificamente, investigaremos se há elementos para inferir que há um conceito de política nascendo em suas publicações elementares durante seus primeiros anos residindo nos Estados Unidos da América. Especificamente serão

⁷⁸ Doutorando em História pelo PPGH/UFG sob orientação pro professor Dr. Carlos Oiti Berbert Júnior. Bolsistas CAPES. Email de contato: bals88@gmail.com.

valorizados os escritos sobre o movimento sionista e as articulações deste grupo perante a questão judaica.

O movimento sionista, primeiro lugar de interlocução de Hannah Arendt, passará por uma série de críticas oriundas de desgastes e discordâncias entre Arendt e uma ala do movimento a qual ganhará corpo após as conferências de Biltmore⁷⁹. A questão do Estado de Israel, especialmente, levantará suspeitas dessa autora que desde então demonstrou preocupação em seus escritos com os corpos políticos constituídos e da pluralidade como condição primordial para a política. Como poderia Israel reivindicar uma estratégia que não dialogasse com o corpo político árabe residente da Palestina, aonde os sionistas gostariam de solidificar um Estado nacional? Compreender o olhar dessa autora diante de tal questão pode indicar importantes caminhos para ler a concepção de política de Arendt, bem verdade, que foi forjada logo após os eventos totalitários, mas que fora constituída, também, na sua relação e militância política com o movimento sionista.

A obra *Origens do totalitarismo* foi iniciada por Hannah Arendt em 1945, quatro anos após sua chegada aos Estados Unidos da América. Essa obra, iniciada após sua chegada a um novo universo e finalizada – em 1949 – antes de suas várias visitas à Europa representa um giro no pensamento da autora e demarca seu lugar como figura intelectual em seu novo país e, conseqüentemente, acenando do mesmo modo para o velho continente. Até então estritamente inserida nos debates judaicos como articulista de jornais e revistas, *Origens* marca um novo momento intelectual para Hannah Arendt, retornando assim, desde o final da guerra, para temas amplos como a política; o futuro da Europa e os limites de uma civilização que pareceu ter encontrado com limites até então inimagináveis.

Todavia, enquanto Arendt elabora *Origens*, também havia um conjunto de produções que muitas vezes não aparecem nos trabalhos que pensam os escritos de Hannah Arendt. Assim, é notório que *Origens* demarca um novo patamar na carreira de Arendt, demonstrando um amadurecimento intelectual e uma definitiva entrada nos debates intelectuais de seu tempo, ascendendo inclusive como uma grande pensadora da política no século XX. Entretanto, o seus escritos durante seus primeiros anos nos Estados Unidos da América, sobretudo o diálogo com a comunidade sionista e as articulações

⁷⁹ Conferência Extraordinária do movimento sionista que ocorreu em 1942 na cidade de Nova York.

políticas escolhidas por este grupo, apresentam importantes indícios para compreender a noção de política no pensamento de Hannah Arendt, do mesmo modo que permite uma visualização de debates que iriam permear a sua primeira obra depois que vai para os EUA.

Uma comunidade de recém-chegados foi consolidando-se e através dessa rede Hannah Arendt galgou lugares em seu novo lar. Ela iniciou conversas com conhecidos os quais já ocupavam lugares em cátedras, como o historiador judeu Salo Baron, em Columbia. Considerado um dos grandes especialistas nos assuntos judaicos, Baron⁸⁰ estabeleceu uma relação duradoura com Hannah Arendt desde sua chegada nos EUA até a morte dela em 1975. Nem sempre consensual, seus debates foram importantes para inclinar Hannah Arendt à toda uma comunidade de intelectuais judaicos; revistas e jornais; e instituições e centros interessados em causas judaicas. A rede de contatos de Baron, inclusive, havia garantido oportunidades acadêmicas à Arendt.

Porém, o universo acadêmico não era a prioridade para ela naquele momento. Preferindo, por sua vez, retornar às atividades em instituições que prestavam serviços à uma Europa em perigo. Assim como havia se inclinado para os grupos sionistas com a ascensão de Hitler na Alemanha, ao identificar que esta era a única saída concreta para o enfrentamento do cenário terrível que surgira, os grupos sionistas norte americanos permaneciam como alternativa real para enfrentar a questão que atormentava Arendt. Cansada de atividades sociais como a que havia desenvolvida em Paris – aonde organizava lares para crianças e jovens judeus refugiados – ela aceita uma oportunidade como colunista no jornal de língua alemã, o *Aufbau*⁸¹, em 1941.

O interesse dela pelo jornal inicia-se logo em 1941, ano de sua chegada nos EUA. Notadamente, um tema em específico lhe interessou sobremaneira ao assistir Kurt Blumenfeld tratar sobre a criação de um exército judeu. Arendt iria tomar esse problema como algo central para a política judaica e passa a estudá-lo, chegando inclusive a publicar um artigo no mesmo jornal, “O exército judaico – início de uma política

⁸⁰ Salo Wittmayer Baron (1895 – 1989), trabalhou em Columbia de 1930 até 1963, aonde fundou o Center for Israel and Jewish Studies. Considerado o maior estudioso da temática judaica de sua geração. Participou do julgamento de Adolf Eichmann em 1961 como testemunha e autoridade em assuntos judaicos, convalidado pelo Governo de Israel. Estes e outros detalhes de sua trajetória profissional podem ser acessadas em <http://www.columbia.edu/cu/alumni/Magazine/Winter2005/Ilbaron.html>.

⁸¹ Jornal fundado em 1934 pela comunidade judaica na cidade de New York com o objetivo de fazer circular informações sobre a comunidade recém instalada nos EUA e da situação dos judeus na Europa. Restrito, inicialmente, à uma pequena comunidade judaica, em 1937 ganha um dimensão profissional e edições em grandes escalas. Desde 2004, o jornal é baseado em Zurich, na Suíça.

judaica?”. Hannah Arendt, nesse sentido, está sobremodo atenta às questões judaicas, procurando desde já uma saída política para o problema dos judeus que continuaram na Europa. O Exército seria uma saída para esse problema, conforme Faisal Baluch:

Arendt views the creation of a Jewish Army as a necessary step for the Jews to enjoy freedom. She writes, “An old and very contemporary Zionist proverb says that freedom is not a gift. Freedom is also not a prize for suffering endured.” The use of force is necessary, therefore, in order to create the space in which freedom can flourish. Arendt is arguing that by standing on the sidelines without taking arms, one cannot expect to attain freedom. But this again reduces the call for a Jewish army to a pre-political step that is a necessary prelude to Jewish politics. Arendt, however, goes beyond the Machiavellian recognition of the necessity of violence.⁸²

O artigo de Arendt defendia, assim, que os judeus necessitavam de um exército para iniciar uma política, uma vez que não eram dotados de uma nação e marcadamente eram dependentes de lideranças notáveis para representação de interesses. O fato é que este artigo abriu portas para Arendt no Aufbau, aonde tornou-se colunista regular.

Ela alinhava-se a um grupo minoritário dentro do movimento sionista que defendia a criação de uma política judaica a qual deveria filiar-se aos aliados, entendendo o povo judeu como um povo europeu. Caso contrário, não estar na guerra ou ser representado por outras nações, era o mesmo que não estar em paz. Ela, então, crítica de uma política judaica que desempenhava funções filantrópicas ajudando refugiados, Arendt pretendia ir além, pensando na constituição de um povo judeu que fosse capaz de buscar em sua própria tradição as bases para uma ação política. O seu sentido de povo, todavia, não era o mesmo que o nacionalismo típico do século XIX, consoante Elisabeth Young-Bruehl, em sua biografia de Hannah Arendt:

Ela convocava os judeus a lutarem como um povo europeu. Mas quando usava o termo “um povo” (*Volk*), utilizava-se num sentido político e não num sentido racial: dirigia-se a *die Masse das Volk* antes que aos líderes judeus. Convocava os judeus a olharem para suas próprias tradições políticas, admirarem Moisés ou David sem depender de washingtons e napoleões de outros povos, mas tinha o cuidado de evitar qualquer forma de culto aos líderes. Embora Arendt falasse frequentemente em consciência nacional, não era uma nacionalista no

⁸² BALUCH, Faisal. Politics and Violence: Arendt on the Idea of a Jewish Army. Publicado em 23 de junho de 20104. Acessado no site <http://www.hannaharendtcenter.org/politics-and-violence-arendt-on-the-idea-of-a-jewish-army/> em 13/07/2016.

sentido do século XIX; nunca equiparava nação e estado e nunca via os líderes como a incorporação da glória de uma nação.⁸³

Seus embates com as lideranças judaicas que nomeavam-se como entidades representativas do povo judeu se estenderá durante toda sua luta política, embora tenha reconhecido o papel importante que os sionistas poderiam ter na luta concreta contra Hitler. Um dos ápices desse conflito com as lideranças judaicas é notório em seus relatos elaborados durante o julgamento do Adolf Eichmann na cidade de Jerusalém, em Israel.

Nessa ocasião, Arendt irá cobrir o julgamento a pedido da revista *The New Yorker*. Nesse sentido, o desentendimento pontual com as lideranças ou como a alternativa que elas apontavam, não descaracteriza o compromisso de Arendt com um engajamento político judaico. Ao contrário, esses primeiros anos de Arendt nos EUA serão marcado por esse compromisso que tomou para si desde a chegada de Hitler ao poder.

A questão central de todo pensamento dela, a política, ganhará uma dimensão global, embora tenha surgido sob a égide basicamente diante de um problema específico, a saber, uma solução política para os judeus durante a segunda guerra mundial. É interessante notar, ainda que a questão do totalitarismo marque o pensamento da autora – como evento histórico central para suas análises –, é, nesse sentido, sobremaneira o problema da comunidade judaica que lhe traz até esse problema político concreto. Pode-se colocar, então, que Arendt chega aos eventos totalitários pensando como estes complicam toda uma tradição política – explodindo seus padrões – mediada pelo problema específico dos judeus.

No artigo *The Jewish Army – The Beginning of Jewish Politics* publicado originalmente no jornal *Aufbau* em novembro de 1941, para além de questionar os métodos utilizados pela ala majoritária do sionismo, ela anunciará que a liberdade é o caminho e o sentido da política, como escreveria em 1950 no texto *O que é política?*. Para ela, um exército judeu poderia representar diretamente o povo judeu, que tinha uma causa única contra o regime nazista, e que nenhum outra nação poderia demandar, como fica claro em seu artigo sobre o exército judeu reunido na obra *The Jewish Writings*:

A Jewish army is not utopian if the Jews of all countries demand it and are prepared to volunteer for it. But what is utopian is the notion that we could profit in some way from Hitler's defeat, if we do not also

⁸³ YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. p. 173. Hannah Arendt – Por amor ao mundo. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1997.

contribute to it. Only the real war of the Jewish people against Hitler will put an end-and an honorable end-to all fantastical talk about a Jewish war. An old and very contemporary Zionist proverb says that freedom is no gift. Freedom is also not a price for suffering endured.⁸⁴

Enquanto a ala majoritária do sionismo dedicou-se à criação de um Estado para o povo judeu, especificamente no território palestino, Arendt não perdia de visão o enfrentamento central para ela, qual seja, a libertação do povo judeu que continuava na Europa. A criação de um Estado de Israel no coração da Palestina sempre pareceu a ela uma tragédia anunciada. Nesse mesmo contexto, Hannah Arendt conhece o futuro primeiro ministro de Israel, a época do julgamento de Adolf Eichmann na cidade de Jerusalém, a saber, Ben Gurion, com quem terá profundas discordâncias, dado que ele era um dos grandes defensores da criação do Estado de Israel como principal saída para os problemas dos judeus.

Já em 1942, com a chegada de notícias sobre o extermínio de judeus na Europa, Hannah Arendt passa a cobrar de modo incisivo uma postura clara da comunidade judaica em relação a tais fatos. Nesse período, suas relações com os líderes sionistas ficam ainda mais tensas, dado que um tom passivo e negociador ainda permeava as lideranças judaicas. Em um outro artigo, este de 1943, também no jornal *Afbau*, ela reforça suas divergências contra a comunidade majoritária sionista, e ao mesmo tempo, critica a principal saída colocada para resolver o problema dos judeus, qual seja, a criação de um novo Estado nação:

In the open game of power politics the Jews, who after all occupy no position of power, can be regarded as *une quanti nigligeahle*. This has become especially true ever since Zionist leadership gave up on a Jewish army for reasons of *realpolitik*, when in fact a Jewish army would offer a certain guarantee for a Jewish future in Palestine. Instead we have been presented with two mutually exclusive Zionist programs concerning the future constitutional status of Palestine. One of the two advocates the formation of a Jewish commonwealth in Palestine and by making extreme demands is evidently trying to compensate for the lack of any basis for negotiation. Proposed is an autonomous state based on the idea that tomorrow's majority will concede minority rights to today's majority, which indeed would be something brand-new in the history of nation-states.⁸⁵

⁸⁴ Hannah, Arendt. p. 137. *The Jewish Writings*. Schocken Books, New York. 2007

⁸⁵ Hannah, Arendt. p. 193. *The Jewish Writings*. Schocken Books, New York. 2007.

Esta tese de Hannah Arendt não encontrava interlocução. De modo que, ela iria consolidando-se como uma *outsider* dentro da comunidade sionista. As duas propostas propaladas na conferência de Biltmore foram rechaçadas por ela. A primeira, a criação de um estado autônomo, fazendo das populações árabes uma minoria, mesmo sendo a maioria e habitando o território. Uma medida, certamente, fascista. Como ela afirma no artigo, essa ideia de que a maioria – Árabe – irá conceder um direito de maioria aos judeus, era precária e não teria sucesso. Sobretudo, não resolveria a questão imediata, a qual Arendt mais se importava, qual seja, um enfrentamento da situação dos judeus na Europa, sobretudo à situação de extermínio a qual estavam submetidos.

A outra proposta, era a constituição de uma federação de Estados Árabes, formando assim um estado binacional aonde os judeus poderiam ser encaixados. Essa medida, também, aos olhos de Arendt não seria a saída mais adequada. Esta proposta aponta que a comunidade judaica deveria ser uma minoria reconhecida dentro de uma estrutura política palestina. Tal estrutura seria resguardada por uma suposta supervisão anglo-americana, compreendendo Estados Unidos da América e a Inglaterra. Essa opção, defende Arendt em seu artigo *Can the Jewish-Arab question be solved?* poderia tornar-se um grande problema – gerando uma diáspora significativa – e não atenderia, do mesmo modo, ao objetivo que seria o de constituir um lugar para os judeus poderem viver e escapar da tragédia vivida na Europa durante a segunda guerra mundial.

O interessante nesse debate, sobremaneira, é perceber a forma como Hannah Arendt aos poucos vai concebendo um pensamento político, ao negar uma saída política que estava baseada em pressupostos os quais era discordava. Ainda no artigo de 1943 publicado no jornal *Afbau*, *Can the Jewish-Arab question be solved?*, ela defende que ambas as propostas estão baseadas em uma crença de que criando-se Estados nacionais poderia ser resolvido o problema de minorias políticas:

Apart from the fact that these two "programs" are mutually exclusive, they both use the same mode of political thinking. Both hold to the discredited notion that national conflicts can be solved on the basis of guaranteeing minority rights. The advocates of the Jewish commonwealth or state want a Jewish majority and are prepared to guarantee the Arabs their rights as a minority, whereas the existence of a binational state within an Arab federation would mean instead that it would be the Jews who have minority status. Both proposals, moreover, cling to the idea of a sovereign state or empire whose majority people is identical with the state.

The attempt to solve national conflicts by first creating sovereign states,

and then guaranteeing minority rights within state structures made up of various nationalities, has suffered such a spectacular defeat in recent times that one would expect no one would even presume to think of following that path again.⁸⁶

Um Estado nacional fabricado em um lugar já habitado era a vontade majoritária do movimento sionista. Esse foi, para Hannah Arendt, um dos momentos tortuosos da relação de quem um dia acreditou que o sionismo era a única saída concreta para enfrentar as perseguições aos judeus na Europa, logo após a ascensão de Hitler na Alemanha. Um marco definitivo nessa relação tensa entre Arendt e os sionistas fora a Conferência de Biltmore em maio de 1942. Nessa ocasião a tese de que a Palestina deveria tornar-se um lugar de migração judaica sem restrição alguma, visando assim, formar ali um Estado nacional. Lideranças judaicas moderadas foram silenciadas, e por outro lado, uma ala mais radical ganha corpo e elabora um programa político sionista estritamente baseado na migração em massa de judeus para Palestina e a constituição de um Estado judeu. Nesse contexto a liderança de David Ben-Gurion consolida-se, figura que iria tornar-se futuro primeiro ministro de Israel.

Norteadada por um regime Federalista, por sua vez, Arendt acreditou que uma Federação genuína seria a estratégia mais adequada para o problema Palestino. A Federação a qual Arendt faz referência é a estabelecida originalmente pelos EUA. Somente assim essa estrutura política poderia superar a dicotomia entre maioria e minoria. Nesse sentido, o federalismo pensado pelos pais fundadores norte americanos fora a plataforma ideal aos olhos de Arendt. Apenas em uma federação os problemas e conflitos entre as nações poderiam ser arbitrados de modo justo e racional, pois antes as comunidades políticas constituiriam mecanismos em comum acordo.

Em artigo, *Zionism Reconsidered*, publicado no *Menorah Journal* em 1944, a autora encaminha reflexões importantes sobre o que pensa acerca do sionismo. Neste ensaio a autora constata que o sionismo, que para ela nasceu com uma proposta libertária, com o tempo e sobretudo durante a maior emergência judaica, tornou-se assim, estático, escolhendo o caminho da *realpolitik* em detrimento de uma luta por liberdade e justiça. O caminho definido na convenção realizada em Atlantic City em 1944 representou um ponto fora da curva em relação a tradição da organização sionista, aonde o programa de

⁸⁶ Hannah, Arendt. p. 194. *The Jewish Writings*. Schocken Books, New York. 2007.

Biltmore fora, ainda mais, radicalizado. Se em Biltmore em 1942 os árabes apareciam como comunidades políticas constituídas e que deveriam ser levadas em consideração, em Atlantic City por sua vez a comunidade árabe sequer é mencionada. Esclarece sobre este ponto no artigo *Zionism Reconsidered*:

The end result of fifty years of Zionist politics was embodied in the recent resolution of the largest and most influential section of the World Zionist Organization. American Zionists from left to right adopted unanimously, at their last annual convention held in Atlantic City in October 1944, the demand for a "free and democratic Jewish commonwealth . . . [which] shall embrace the whole of Palestine, undivided and undiminished." This is a turning point in Zionist history; for it means that the Revisionist program, so long bitterly repudiated, has proved finally victorious. The Atlantic City Resolution goes even a step further than the Biltmore Program (1942), in which the Jewish minority had granted minority rights to the Arab majority. This time the Arabs were simply not mentioned in the resolution, which obviously leaves them the choice between voluntary emigration or second-class citizenship. It seems to admit that only opportunist reasons had previously prevented the Zionist movement from stating its final aims. These aims now appear to be completely identical with those of the extremists as far as the future political constitution of Palestine is concerned. It is a deadly blow to those Jewish parties in Palestine itself that have tirelessly preached the necessity of an understanding between the Arab and the Jewish peoples. On the other hand, it will considerably strengthen the majority under the leadership of Ben-Gurion, which, through the pressure of many injustices in Palestine and the terrible catastrophes in Europe, have turned more than ever nationalistic.⁸⁷

Acreditava Arendt, assim, que a Palestina não deveria ser a resposta em relação ao anti-semitismo. Sobretudo, uma Palestina que inverteria sua ordem para atender os interesses de recém-chegados, a saber os judeus. A proposta dos sionistas contrariavam uma política baseada em um agir em conjunto, pois excluiria os árabes e levantaria outro problema. A criação do Estado de Israel, também, não era vista por ela como uma garantia de que os judeus não mais estariam sujeitos ao anti-semitismo. Aplicar um método do século XIX, a nação, um nacionalismo extremo, para esse problema do século XX seria um erro gravíssimo. Nesse sentido, o Estado binacional, fundado em uma perspectiva federalista, poderia resguardar essa questão de modo amistoso – respeitando o corpo político já definido na região, dos árabes.

⁸⁷ Hannah, Arendt. p. 343. *The Jewish Writings*. Schocken Books, New York. 2007.

Arendt, nesse sentido, acaba por colocar em suspeito a política sionista por conta de seus métodos. Ao mesmo tempo, também, critica os caminhos políticos escolhidos no século XIX, a saber, o nacionalismo que trabalha na lógica do maioria minoria, aterrando direitos da segunda para preservar a primeira. Essa foi a ferramenta que, salvo as devidas proporções, excluíram os judeus e outras minorias. Esse era todo o medo de Arendt. Justamente contra esse modelo que Arendt procurou trabalhar. Por isso, da mesma maneira, sua postura crítica contra a agenda política do movimento sionista. Ainda em seu artigo *Zionismo Reconsidered*, a autora alerta em relação às políticas no século XX que incorreriam em mecanismo do século XIX, os quais do ponto de vista político que Arendt construía era um caminho equivocado:

These are some of the questions Zionism will face in the very near future. To answer them sincerely, with political sense and responsibility, Zionism will have to reconsider its whole obsolete set of doctrines. It will not be easy either to save the Jews or to save Palestine in the twentieth century; that it can be done with categories and methods of the nineteenth century seems at the very most highly improbable. If Zionists persevere in retaining their sectarian ideology and continue with their shortsighted "realism," they will have forfeited even the small chances that small peoples still have in this none too beautiful world of ours.⁸⁸

Como ficará claro em suas produções futuras, política para Arendt tem a ver com a pluralidade e, também, com a possibilidade dessa pluralidade aparecer. Sendo assim, como apoiar a criação de um Estado nacional na Palestina que iria transformar os que ali viviam em uma minoria artificial e silenciada? Esse ato é absolutamente estranho a toda a concepção de política que Arendt iria elaborar e que, desde então, já demonstrava afinidade. Por isso, defendeu em seus escritos dos anos 40 uma completa revisão das premissas construídas pelos sionistas – no que refere-se às suas posturas políticas. Tal agenda política assemelhava-se com as catástrofes que de alguma maneira Arendt presenciou ao tomar nota do nazismo, a saber, exclusão da pluralidade – excluindo minorias –, bem como, utilização da violência para tal fim.

Especificamente sobre o tema da nação, em 1946 Hannah Arendt escreve uma resenha crítica do livro *La Nation* de J. T. Delos, obra de 1944. Publicada na *The Review*

⁸⁸ ARENDT, Hannah. p. 374. . *The Jewish Writings*. Schocken Books, New York. 2007.

of Politics, esse episódio intelectual pode fornecer importantes elementos para pensar essa espectro político que é a nação, em sua concepção específica em Arendt. Ao observar a resenha e enquadrá-la em uma perspectiva ampla dentro da produção de Arendt, é possível inferir que a autora em questão identificou-se com as premissas do referido autor. Para Delos, o nacionalismo é uma corrente política temerária pois atropela comunidades políticas, seguindo uma tendência expansionista, sob o argumento de que os Estados nacionais seguem um movimento histórico necessário, substituindo e incorporando em alguma medida a filosofia idealista de Hegel. Delos, nesse sentido, aponta como os nacionalismos em suas mais diversas ondas, aproximaram-se do espírito totalitário.

Arendt concordará com Delos e apontará que o Estado confunde-se com a nação no século XIX logo depois de enfrentar o Ancien Régime. O Estado enquanto instrumento da nação promove uma ideia de que todas as ações, leis e medidas institucionais do Estado são amparadas sob uma justificativa nacional e soberana, conforme Arendt escreve na resenha:

A conquista do Estado pela nação começou com a declaração da soberania nacional. Esse foi o primeiro passo para transformar o Estado num instrumento da nação, que acabou levando àquelas formas nacionalistas totalitárias em que todas as leis e instituições jurídicas do Estado são interpretadas como meios para a prosperidade da nação. Portanto, é um erro crer que o mal de nosso tempo reside num endeusamento do Estado. Foi a nação que usurpou o lugar tradicional de Deus e da religião.⁸⁹

Na mesma resenha Arendt irá argumentar que as bases para essa usurpação do Estado pelo nacionalismo encontram-se no individualismo liberal do século XIX. Porém, vale lembrar, é do século XX que a autora está falando. E na mesma resenha, assim, ela propõe ler o individualismo do liberalismo no século XIX à luz do que chamará de sociedade atomizada, a sociedade de massas. A sociedade atomizada que o Estado ficou encarregado de governar e proteger, era marcada pela fragilizada e maneira difusa. Essa fragilidade demandou um Estado moderno que, por sua vez, deveria ser forte e centralizado, regulando a vida política. Entre indivíduos atomizados e um Estado forte, a ligação seria o sentimento nacional e as estratégias simbólicas que garantem o

⁸⁹ ARENDT, Hannah. *Compreender: Formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

pertencimento, de modo que o Estado “conquistado pela nação se tornou o indivíduo supremo, perante o qual todos os outros indivíduos deviam se curvar.” (ARENDR, 2003, p. 236)

O problema do anti-semitismo, nesse sentido, não é uma questão que está circunscrita apenas aos judeus. Ao contrário, segundo a leitura de Hannah Arendt, o nazismo e suas práticas, são um problema político que alcança a todos. Nesses termos, assim, a autora é mais uma pensadora da política em âmbito internacional do que alguém que colocou o problema do anti-semitismo como questão central de seu pensamento. Para ela, a questão judaica não é um problema dos judeus, mas sim um “movimento de fundo que varreu a Europa inteira, a própria expressão, escancarada, dos mecanismo do fascismo”. (ADLER, 2007, p. 236) Em seu horizonte de preocupações está o destino político da Europa. Assim, o sentimento internacional de anti-semitismo, aos olhos de Arendt, não pode ser desassociado do declínio dos Estados-nações que iniciou-se nos anos 1920.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arendt está, dessa maneira, imersa em problemas do seu tempo ao pensar sobre a questão política. Ela irá elaborar durante toda sua produção um conceito que de política, passando por suas obras maduras como *Origens do totalitarismo* na década de 50, bem como em *A condição humana* aonde refina esta concepção. Cabe, entretanto, ressaltar que há vestígios importantes para pensar a concepção de política no diálogo que a autora estabelece ao refletir sobre a situação dos judeus e as maneiras de resolver a questão judaica durante a segunda guerra mundial.

Faz sentido pensar nesses termos, também, dado que Arendt começa a articular o que seria a obra *Origens do totalitarismo* desde 1945 quando apresenta alguns esboços à uma editora americana. Tal obra iria passar por modificações até sua publicação em 1951. Até mesmo, sofreria pequenas alterações e inclusão de novos temas em suas futuras edições.

Embora reconhecemos que a filosofia política de Hannah Arendt está diluída em toda sua obra, considerou-se importante compreender a forma como ela articula uma visão política diante da questão judaica. Nesse momento, Arendt preocupou-se com a possibilidade de um Estado ser fundado em meio a um povo já ali estabelecido, a saber,

os árabes. Pessoalmente, assim, acreditou que criar uma nação em meio a outra cultura já estabelecida não resolveria a questão dos judeus na Europa, com o regime nazista. Além disso, ferir a liberdade do outro e excluí-lo, ao torná-lo uma minoria política ausente de visibilidade, acabaria por negar um princípio político fundamental no pensamento da autora, a pluralidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *Compreender. Formação, exílio e totalitarismo*. Tradução de Denise Bottman. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. *O que é política?* Tradução de Reinaldo de Guarany, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 a.

_____. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. 7ª reimpressão, São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____. *The Jewish Writings*. New York: Schocken Books, 2007.

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. *Hannah Arendt: por amor ao mudo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1987.

O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA IGREJA NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO DE DOURADOS/MS (1925-1957)

Camila de Brito Quadros Lara⁹⁰

RESUMO: Este artigo tem como proposta apresentar o projeto de pesquisa da dissertação de mestrado, cujo objetivo é pesquisar a história da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS, tendo como horizonte temporal seu surgimento enquanto capela em 1925 até a data de criação da Diocese de Dourados em 1957. Em relação à metodologia, pretende-se utilizar a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, além da pesquisa de campo. As fontes relacionadas ao objetivo proposto são constituídas por documentos institucionais disponíveis em Livros Tombo paroquiais e diocesanos, artigos de jornais, fotografias, além de documentos particulares e pessoais, bem como fontes orais de paroquianos ou cidadãos do município. Dessa forma, espera-se contribuir para a pesquisa historiográfica do município, além de permitir uma forma de salvaguardar o passado enquanto registro da memória coletiva para o futuro.

Introdução

A proposta deste projeto de dissertação é pesquisar a história e a memória de um patrimônio cultural religioso, mais especificamente um monumento arquitetônico – a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS, desde seu surgimento enquanto capela em 1925 até a data de criação da Diocese de Dourados em 1957. Este templo religioso foi erigido antes mesmo de Dourados tornar-se município⁹¹, fazendo parte de todo um contexto histórico relacionado à memória dos cidadãos e à história cidade onde está inserido.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se: analisar as transformações históricas e arquitetônicas ocorridas no patrimônio cultural religioso e seu entorno, assim como discutir as representações atribuídas ao mesmo; investigar a importância da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição para o morador enquanto patrimônio cultural religioso e elemento representante da memória coletiva da comunidade; identificar

⁹⁰ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Bolsista CAPES/DS. Orientador: Prof. Dr. Losandro Antônio Tedeschi.

⁹¹ Até 1935 Dourados era distrito de Ponta Porã/MS.

elementos materiais e imateriais contributivos para que o referido patrimônio seja considerado/representado como um dos símbolos de identidade cultural douradense.

Para compor o arcabouço teórico relacionado aos conceitos de “História e Memória”, será necessário apropriar-se de publicações de alguns teóricos que são relevantes no contexto historiográfico e certamente contribuirão no processo de pesquisa. Em relação às temáticas, destacam-se: Memória (Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs, Pierre Nora; Paul Ricœur, Michel de Certeau); Patrimônio; (Françoise Choay, François Hartog; Carlos A. C. Lemos; Pedro Paulo Funari & Sandra Pellegrini; Dominique Poulot; Peter Burke; Sandra Jatahy Pesavento – História Cultural; Alois Riegl – Monumentos); Identidade – (Stuart Hall; Joel Candau); Representações (Roger Chartier). Além desses, outros provavelmente serão consultados e estudados durante o desenvolvimento da pesquisa.

Nota-se, também, a importância de se apropriar de conceitos e discussões acerca da “Igreja Católica no Brasil”, pois a mesma auxiliará na composição do pensamento crítico exigido pela pesquisa. Além disso, nota-se igual relevância para a pesquisa proposta, a produção acadêmica relacionada à “História e Historiografia de Mato Grosso do Sul”, que auxiliará no delineamento e na condução da revisão bibliográfica. Faz-se necessário mencionar os autores com referências ao município em questão, sendo para estes utilizadas as publicações para a temática “História e memória do patrimônio Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição”. Nesta ótica, destaca-se principalmente, neste primeiro momento, a Dissertação defendida no PPGH/UFGD⁹² em 2005, da pesquisadora Inez Maria Bitencourt do Amaral, que analisou a presença da Igreja Católica na região de Dourados/MS, tendo como título: “Entre rupturas e permanências: a Igreja Católica na região de Dourados (1943 – 1971)”. Além desta publicação, serão analisadas as diversas obras literárias, em sua maioria de memorialistas, que tratam da temática “Aspectos históricos e culturais da cidade de Dourados/MS”.

Para determinar a metodologia a ser empregada na pesquisa constante neste projeto, primeiramente julga-se importante entender a Dissertação como uma produção científica de base teórica e de extensa pesquisa, além de ser a aplicação de uma teoria já existente para analisar determinado problema (LAKATOS; MARCONI, 1990). Ao pesquisador, pressupõe a capacidade de reunião, sistematização, análise e interpretação

⁹² Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados.

das informações constituintes em seu “arcabouço teórico”. Além disso, deve-se levar em consideração o período de tempo (em torno de 02 anos) para se concluir a pesquisa, os entraves que poderão ocorrer ao longo do processo, as discussões e análises do tema proposto.

Serão utilizados alguns instrumentos que contribuirão para o desenvolvimento do processo investigativo: a pesquisa qualitativa, descritiva e tendo como objetivo o estudo exploratório do tema. Em relação aos procedimentos de coleta de dados, cita-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa e análise documental (LAKATOS; MARCONI, 1990). Diante de tais afirmações e considerações, visando a alcançar os objetivos pretendidos na pesquisa, pretende-se utilizar alguns métodos específicos nesta “(des)construção de ideias”: Pesquisa Bibliográfica: Utilização de fontes primárias e secundárias com ou sem tratamento analítico, a partir do levantamento de referências históricas publicadas em meios escritos e digitalizados. Além disso, nesta etapa, pretende-se realizar inventário e determinação de fontes que serão utilizadas, inclusive os trabalhos que já foram publicados com o referido tema objetivando o recolhimento de informações e conhecimentos prévios relacionados à pesquisa; Pesquisa Documental: Utilização das fontes documentais, tais como: fotografias, documentos de Livros Tombo, documentos oficiais das Igrejas e Paróquias, relatórios, cartas e materiais audiovisuais relacionados à investigação do tema; Pesquisa de Campo: Nesta etapa evidenciam-se as técnicas e métodos relacionados à História Oral para a composição da pesquisa. Pretende-se utilizar as bases de investigação exploratória, história de vida e depoimentos pessoais, tendo como objetivo documentar as memórias dos depoentes (ABRÃO, 2002) para analisá-las com o viés das lembranças da Igreja e das práticas religiosas ligadas a mesma. Para a pesquisa de campo, vislumbram-se visitas às antigas e atuais Paróquias da Diocese de Dourados e Corumbá, arquivos, bibliotecas e Centros de Documentação, além de aplicação de entrevistas semiestruturadas a fim de auxiliar na investigação e análise dos diversos documentos; Análise e interpretação dos dados: Finalmente reunir todas as informações relacionadas à pesquisa, analisá-las e transcrevê-las para o suporte. O objetivo desta fase final é a documentação do material da pesquisa através da apresentação e comunicação dos dados – produção de artigos científicos e a própria Dissertação de Mestrado.

Em relação às fontes a serem utilizadas, partimos da perspectiva que “fontes” são entendidas como as mais variadas formas de registro humano que possibilitem a análise

proposta para determinado tema de pesquisa. Martins (2011, p. 284) afirma que o uso de fontes do patrimônio:

(...) raramente pode contar com fontes dadas e predeterminadas em função da temática selecionada. Antes, os estudos demandam, na maioria das vezes, a construção de corpus documentais específicos, em geral interdisciplinares, que para além de desvendar a história, do construído e do vivido, permite recuperar fragmentos da memória, esta em particular, vetora de tantas figurações do passado.

Para a referida pesquisa, pretende-se utilizar principalmente as fontes documentais existentes nos arquivos disponíveis. A análise deverá ser possibilitada principalmente pela investigação dos documentos existentes, ou seja, dos artigos publicados nos jornais locais e do Estado de Mato Grosso do Sul, do exame de arquivos específicos, como: os livros Tombo do arquivo da Cúria Diocesana de Dourados e de algumas de suas paróquias relacionadas com o processo histórico da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição (cidades de Corumbá – hierarquia da Diocese e Ponta Porã – hierarquia política-administrativa e paroquial), do arquivo do Museu Histórico de Dourados, do arquivo da Câmara Municipal de Dourados e do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul.

Ainda recorrendo à Martins (2011) para embasar a importância da seleção das fontes, a autora analisa o trabalho do pesquisador/investigador, quando o mesmo seleciona as fontes históricas a serem utilizadas e trata dos aspectos importantes a serem considerados quando se estuda o patrimônio cultural. Neste mesmo prisma, cita o trabalho do pesquisador como sendo um “(...) trabalho investigativo estimulante, enriquecendo a leitura plural do objeto de estudo, em suas tantas dimensões – material e imaterial.” (MARTINS, 2011, p. 284).

Diante de tais assertivas, podem-se elencar os tipos de fontes que serão/estão sendo utilizadas: Fontes fotográficas e audiovisuais: arquivo fotográfico existente no Museu Histórico Municipal, material audiovisual da Igreja Católica; Fontes da imprensa: formadas pelo arquivo digitalizado do Jornal O Progresso, disponível no Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD); Fontes documentais em arquivos (públicos e particulares): Disponível nos arquivos: Cúria Diocesana de Dourados, Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados, Arquivo do Centro de Documentação Regional, Livros Tombos da Diocese e das Paróquias de Dourados, arquivos paroquiais (Ponta Porã e Corumbá), arquivos particulares e pessoais de posse de

paroquianos ou cidadãos do município; Fontes literárias: Obras de referência teórica (artigos, livros e obras memorialísticas) que abordem a temática.

Patrimônio, memória e identidade: breves apontamentos

A fim de realizar uma breve e inicial revisão bibliográfica do tema de pesquisa e apontar os elementos importantes sobre o assunto escolhido e investigado no decorrer da mesma, apresentam-se alguns conceitos para nortear o relevante contexto em que se situa o tema abordado.

Entendendo o patrimônio como o legado que recebemos do passado, vivemos no presente, e transmitimos para as gerações futuras e que ele faz parte da identidade, memória e história do homem, pode-se afirmar que:

Patrimônio é a expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congreguem por seu passado comum (CHOAY, 2001, p. 11).

Assim, pensar em patrimônio nos remete ao passado do homem em seu contexto social e cultural. É a miscigenação de fatores que nos reportam à cultura que nos foi transmitida por nossos antepassados, sendo que a memória e a identidade do indivíduo possuem uma relação intrínseca com a continuidade deste legado. Memória e identidade são aspectos que entrelaçam-se entre suas construções históricas e nos processos de constituição da memória coletiva.

A memória pode ser entendida popularmente como a capacidade que o ser humano tem de relembrar e conservar experiências e informações relacionadas ao passado, sendo estas, parte de processos de interação de cada indivíduo com seu meio. A partir do início do século XX, sobretudo nas Ciências Humanas, o conceito de memória passou a ser definido como um fenômeno social, na medida em que as relações entre os indivíduos são estabelecidas pelas formas em que os mesmos interagem entre si, através dos aspectos socioculturais, como por exemplo, nos ambientes: familiar, profissional, político, religioso, dentre outros. Tais elementos são fundamentais na construção das memórias e, conseqüentemente, da história destes indivíduos. Jacques Le Goff (2013) aponta a relação entre memória e história, quando salienta: “como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos

e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica.” (LE GOFF, 2013, p.51). Assim, a memória também pode ser utilizada para reconstruir os fatos históricos a partir de resignificações individuais.

Maurice Halbwachs (2003), em seu livro “A memória coletiva”, discorre no primeiro capítulo sobre as duas principais categorias da memória: a memória individual - “O primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso” (p. 29) e a memória coletiva - “É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos” (p. 30). Diante da perspectiva que o indivíduo nunca está sozinho, mesmo os acontecimentos vividos solitariamente são percebidos enquanto lembranças que permanecem coletivas, ou seja, para o autor, a memória individual é construída a partir da memória coletiva. O autor ainda enfatiza que para se lembrar uma lembrança ou confirmá-la não se fazem necessários testemunhos “no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material” (HALBWACHS, 2003). Le Goff também aponta alguns elementos importantes para o estudo da memória e insere o caráter de identidade como fundamental para conceituá-la como algo a ser conquistado, construído:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 2013, p.435).

Trabalhando nesta construção de pensamento, há que se justificar o motivo e a importância de se estudar a memória. Segundo Le Goff (2003, p.471) “A memória, a qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. Enquanto geradora da identidade, a memória pode ser vislumbrada como sendo participante de sua construção, uma vez que, a própria identidade de uma sociedade, realiza certas seleções da memória, e ainda, dá forma às predisposições que vão conduzir o indivíduo a incorporar alguns aspectos particulares do passado.

Pollak (1992) destaca como característica da memória, tanto individual como coletiva, o caráter mutante. Tais elementos mutáveis são, sobretudo, episódios vividos pessoalmente ou pelo o grupo no qual a pessoa se relaciona. A memória também pode sofrer flutuações, dependendo do momento em que ela está sendo abordada. O autor

analisa ainda, os elementos constitutivos da memória e ordena-os em: acontecimentos, pessoas e lugares. Os acontecimentos podem ser vividos pessoalmente ou acontecimentos vividos “por tabela” (vividos em coletividade); as pessoas podem ser categorizadas por personagens encontradas durante a vida e também vividas indiretamente, ou “por tabela”.

Por fim, os lugares da memória, lugares de comemoração, que ficaram marcados na memória pública do indivíduo, os vestígios datados da memória. “Esses três critérios, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos” (Pollak, 1992, p. 03). O autor ainda enfatiza que a memória é essencial na percepção de si e dos outros. Dessa forma, ela acaba sendo constituída pelo resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, ou seja, de identidade.

Estudar os elementos que constroem e constituem a memória se faz deveras importante, pois a mesma está intrinsecamente ligada ao processo de construção da identidade, seja ela individual ou coletiva. A partir de tais aspectos podem-se reconhecer os acontecimentos passados e ainda conservar as informações que nos são relevantes à preservação, rememoração.

A transmissão da memória social ocorre pelos vários tipos de comunicação que são à ela empregados e diretamente influenciados na organização de uma sociedade. Peter Burke em sua obra: *Variedades de história cultural* (2011) contribui, nesse sentido, com as variáveis desses tipos de comunicação onde a memória é inserida: as tradições orais, a esfera de ação do historiador, as imagens, as ações, e por fim, o espaço. O autor aponta ainda a função do historiador diante deste contexto: guardião da memória e dos acontecimentos públicos.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, pois ela acaba por capacitar o homem a atualizar impressões ou informações passadas, fazendo com que a história se eternize na consciência humana (Le Goff, 2013).

No caso do objeto proposto – a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição – torna-se imprescindível o estudo e a documentação da história e da memória desta obra arquitetônica patrimonial, que apesar de não ser instrumento de preservação enquanto

ação do poder público através da aplicação de legislação específica,⁹³ está inserida na própria história do município e da região, além de estar intrinsecamente relacionada com a memória coletiva desta comunidade.

Outro aspecto que deve ser considerado para se justificar tal proposta de pesquisa é o fato de que o patrimônio histórico e cultural contido nos monumentos (neste caso o patrimônio cultural religioso representado pela “obra arquitetônica” em questão) revela sua representatividade para a comunidade em que está inserido. Nesta perspectiva, a representação que a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição traduz para os moradores e para o município é de veras importante no cenário histórico e memorialista da coletividade. Corroborando com tal fato, Marly Rodrigues afirma que:

A partir do final da década de 1970, verificou-se a valorização do patrimônio cultural como um fator de memória das sociedades. Hoje entendemos que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva (RODRIGUES, 2009, p.17).

Dessa forma, acredita-se que tal proposta de pesquisa também pode ser interpretada e assegurada como forma de preservação da história e da memória de uma comunidade através de seu patrimônio, além de garantir que esta mesma comunidade tenha maiores oportunidades de se perceber dentro de um contexto histórico relevante. Semelhantemente aos autores citados anteriormente, Hartog (2014, p. 195) também enfatiza a importância do conceito de patrimônio enquanto elemento da identidade cultural quando afirma que: “passando para o lado da memória, ele se torna memória da história e, como tal, símbolo de identidade”.

A Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição no município de Dourados

Na tentativa de compreender os vestígios e os símbolos identitários que foram construídos através da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, tomaremos como

⁹³ Neste caso, refiro-me ao instrumento de proteção “Tombamento”: instrumento jurídico de proteção ao patrimônio natural e cultural de bens com fundamento no Decreto-Lei nº 25/37 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - *IPHAN*.

contribuição o conceito de identidade presente nos estudos de Stuart Hall (2014) quando cita como sendo o conjunto de características construídas a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal.

De acordo com as leituras de obras memorialísticas do município, a religiosidade, principalmente o culto católico, sempre esteve presente nas práticas dos indivíduos que aqui se instalaram. Tais práticas religiosas foram, sobretudo, trazidas pelos migrantes e incorporadas à “nova vida” que aos poucos foi se formando. Assim, a religiosidade católica também originou memórias, que foram base para a formação de uma possível identidade cultural do município. Pollak (1992) destaca que no âmbito da identidade é fundamental destacar três elementos que servem como marcas identitárias, os quais se podem evidenciar ao longo deste artigo: os acontecimentos, os personagens e os lugares, neste caso, relacionados à Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição.

A questão da religiosidade católica foi tão marcante na região, que já esteve presente até mesmo em um dos primeiros “nomes” dados ao povoado. A memorialista Ercília Pompeu (1965) afirma que no decorrer do ano de 1909 surgiu a ideia de fundação do patrimônio de “Três Padroeiras” porque existiam três cruzeiros em pontos estratégicos⁹⁴ do povoado. O primeiro cruzeiro ficava onde foi a residência episcopal sobre a invocação da Imaculada Conceição, onde em 1912 foi rezado o primeiro terço. O segundo onde é hoje o loteamento Vila São Pedro⁹⁵, invocando Santa Rita e o terceiro na atual Cabeceira Alegre⁹⁶ sobre a proteção de Santa Catarina.

Na primeira década de existência do patrimônio não havia capelas, nem padres nem juiz de paz. Os casamentos, batizados, missas e outras práticas que necessitavam da figura do padre eram realizados quando os mesmos estavam de passagem pela região, as chamadas “visitas de desobriga” ou missões evangelizadoras. Moreira (1990) discorre sobre a figura do “padre” utilizando a obra de Hélio Serejo “Homens de aço - a luta nos ervais do Mato Grosso” para discorrer sobre o que ocorria também nesta região:

Constantemente, pelos ervais, aparece um padre á cavalo, vasta bagagem, cheio de santinhos, e rosários, alguns crucifixos, pequenas imagens, e pobres peças de vestimenta religiosa. É o batizador, como o cognomina o povo simples do sertão. (...) Fazendo aqui um batizado,

⁹⁴ Limites da cidade no início do século XX.

⁹⁵ Distrito de Dourados/MS.

⁹⁶ Bairro de Dourados/MS.

ali um casamento, celebrando mais além uma missa, ele se internava cada vez mais pelo sertão, convicto que cumpria um dever sagrado. Quando ele aparecia, famílias inteiras, viajando longos dias, vinham trazer os filhos para o batismo (SEREJO apud MOREIRA, 1990, p. 22).

Ou seja, de acordo com a autora, mesmo sem haver ainda um templo, uma capela onde se encontrariam os fiéis para exercer suas práticas religiosas, a figura do padre se inseriu e permaneceu na mística religiosa do povo, constituindo como tais a aspectos de identidade cultural na medida em que os indivíduos necessitavam exercer os costumes e tradições católicas, trazidos consigo das regiões de onde vieram.

Sabe-se que historicamente a Igreja Católica Apostólica Romana sempre se esforçou em expandir seu “território”, fato que no sul do Mato Grosso não foi diferente. Dessa forma, no início do século XX, com o objetivo de entender e participar mais ativamente da vida social da comunidade, a instituição construiu e ampliou seu legado. De acordo com Inez Maria Bitencourt do Amaral, a Igreja Católica nesta região:

Preocupou-se em construir igrejas, escolas, centros de assistência médica e um trabalho assistencialista. Em Dourados, essa proposta pastoral ganhou consistência a partir da década de 1940. Entretanto, a população católica douradense organizou-se para construir a sua primeira capela já em 1925, feita de madeira, localizada no mesmo terreno onde hoje se encontra a Catedral de Dourados (AMARAL, 2005, p. 46).

A partir desta necessidade, os habitantes do povoado começaram a se organizar para construir uma capela, fato que culminou com uma comissão, composta em sua maioria por mulheres, pró-construção da “capela da Conceição” (MOREIRA, 1990). A primeira capela de Dourados foi construída no espaço de tempo entre junho e dezembro de 1925, com doação do terreno por um morador, espaço este onde atualmente fica a Catedral Imaculada Conceição. No dia 08 de dezembro⁹⁷ de 1925, a capela⁹⁸ foi aberta ao público e recebeu a imagem de Nossa Senhora Imaculada (POMPEU, 1965; MOREIRA, 1990). Porém, a inauguração oficial deu-se somente em 1926, quando por ocasião esteve na região o padre missionário João Giardelli.

Amaral (2005) relata ainda em sua Dissertação, como complementação de informações relevantes à sua pesquisa, a trajetória histórica do templo religioso desde a

⁹⁷ Data de comemoração da Imaculada Conceição de Maria, mãe de Jesus, segundo as práticas católicas.

⁹⁸ Nesta época, a capela ficou subordinada à Diocese de Corumbá/MS.

construção da capela, até a criação da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, antes mesmo da criação do município de Dourados:

(...) por ordem e decreto do bispo de Corumbá, Dom Vicente M. Priante, em 03 de outubro de 1935, foi criada a Paróquia de Dourados, pouco antes da oficialização do município. Desmembrava-se, assim, da paróquia de São José de Ponta Porã, e passava a se chamar Paróquia de Nossa Senhora Imaculada Conceição. A população local foi informada do fato em 1936, por meio da leitura do decreto nº 3, realizada pelo padre Amado Decléene, vigário de Ponta Porã, em uma visita de desobriga (AMARAL, 2005, p. 48).

A Paróquia, criada em outubro de 1935, mesmo ano em que Dourados foi elevado à município e, em junho de 1957 é criada a Diocese de Dourados, tendo sempre, como templo religioso principal a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, antes capela.

Diante de tais apontamentos históricos, podemos entender que algumas marcas simbólicas que são identificadas através das memórias dos lugares, personagens, datas e acontecimentos são relevantes na tentativa de significar alguns aspectos identitários que fazem parte do processo de criação do município e desenvolvimento do povoado a partir da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição. Trata-se, de acordo com a percepção dos memorialistas, de um povo “desbravador”, que luta por seus ideais, indivíduos trabalhadores, religiosos, sobretudo católicos e principalmente advindos de diversas regiões do país, com suas mais diversas “marcas” culturais.

Nesse sentido, entendemos que a história da igreja em questão, se confunde muitas vezes com a própria história do município e dos seus moradores, constituindo-se, dessa forma, como uma herança de significados, ligados diretamente à memória e à questão do pertencimento. Desse modo, essas memórias são importantes nos processo de formação identitária do município, uma vez que nos faz entender-se também como sujeito pertencente deste processo histórico.

Assim, a memória e a identidade cultural da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição fazem parte de um conjunto de fatores que podem contribuir para a organização do processo e do sentido histórico da cidade. Atuando, sobretudo, na intenção de manter a unidade do grupo social em torno dos referenciais de identidade em comum.

Os fatos históricos relacionados com o prédio em questão e seu entorno continuam sua trajetória até a contemporaneidade, outras várias reformas e ampliações já foram

feitas, e atualmente mais uma grande intervenção foi realizada, reforma esta que alterou partes do interior do templo, fachada e telhados. Além disso, o município desenvolveu-se sobremaneira, a população aumentou, e aumenta a cada ano, indústrias são instaladas, o polo de produtos e serviços é ampliado, pessoas de toda a parte do Brasil chegam para morar, estudar e trabalhar na cidade, o que retrata uma identidade “mutante” ao município. As análises das transformações históricas relacionadas ao patrimônio cultural em questão permeiam os aspectos materiais (mudanças ocorridas nos contextos urbanístico, histórico e arquitetônico do prédio e seu entorno), bem como aspectos imateriais (história, memória e a própria representação que a Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição traduz para o morador da cidade enquanto patrimônio histórico e cultural). Analisar os elementos materiais e imateriais inerentes a tais processos históricos torna-se necessário e justificável à pesquisa, visto que uma das principais imagens que o douradense e o visitante têm ao passar pelo centro comercial e administrativo da mesma, é a imagem icônica da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição. E esta imagem, este elemento de identidade, este patrimônio, representa de certa forma, a formação e a constituição histórica da memória do município e do cidadão douradense.

Por fim, a pesquisa também pretende destacar a relação da comunidade com o patrimônio cultural inserido em seu cotidiano e como tais fatos históricos fazem parte da memória coletiva dos moradores da cidade. Dessa forma, entende-se que o projeto: “O patrimônio cultural religioso: história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS (1925-1957)” possa contribuir para a pesquisa historiográfica no município e no Estado, além de ser uma forma de salvaguardar o passado e constituir elemento de libertação histórica para o homem no presente e registro da memória coletiva para o futuro.

Referências Bibliográficas

ABRÃO, J. *Pesquisa e História*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. *Entre Rupturas E Permanências: A Igreja Católica Na Região De Dourados (1943 – 1971)*. Dourados, MS: UFMS, 2005 (Dissertação de Mestrado).

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação da liberdade: UNESP, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Técnicas de pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.
- MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente. In.: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memória fotográfica de Dourados*. Campo Grande/MS: UFMS; Centro Universitário de Dourados, 1990.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- POMPEU, Ercília de Oliveira. *Monografia do município de Dourados*. Editor: Nicanor Coelho; Grupo Arandu, 2014. Texto original: 1965.
- RODRIGUES, Marly. *Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo*. In.: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. (Orgs.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2009.

ENSINO DA HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA, CULTURA MATERIAL E CURRÍCULO

*Clarissa Adjuto Ulhoa*⁹⁹

RESUMO: Dentre os mais importantes ganhos adquiridos por meio da luta dos movimentos negros brasileiros, certamente se encontra a implementação da lei 10639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino básico de todo o país. Desse momento em diante, uma série de estudos têm sido desenvolvidos sobre a temática, mas notou-se que pouca atenção tem sido dada às potencialidades da cultura material para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana. O presente texto tem a meta de demonstrar essas mesmas potencialidades, além de buscar perceber de que maneira dois importantes documentos normatizadores do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana abarcam (ou deixam de abarcar) a cultura material.

INTRODUÇÃO

Dentre os mais importantes ganhos adquiridos por meio da luta dos movimentos negros brasileiros, certamente se encontra a implementação da lei 10639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino básico de todo o país, tendo atuado no sentido de mudar a lei 9394/1996, responsável pelo estabelecimento das bases da educação nacional. Nessa oportunidade, além do acréscimo de novos artigos à mencionada lei, também mudou o calendário destinado às escolas, essas que passaram a comemorar, no dia 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra, uma homenagem a um dos mais importantes líderes quilombolas da história. Já no ano seguinte, foram publicadas as chamadas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Desde que se deu esse importante marco legal, o número de pesquisas sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana passou a crescer constantemente, ao que se somou o surgimento de oportunidades de diálogo que antes não existiam. Essas oportunidades seriam propiciadas pelo aparecimento de novas disciplinas universitárias

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Martins de Araújo.

e de novos periódicos acadêmicos, além do surgimento de novos núcleos de estudos e de novos projetos de pesquisa, todos eles dedicados inteiramente à temática. Desses diálogos nasceram uma série de importantes trabalhos, os quais partem dos mais diversos temas, a partir de distintas perspectivas teórico-metodológicas, bem como se debruçam sobre múltiplas problemáticas. Para citar apenas um exemplo, podemos mencionar os estudos que se dedicam a compreender como são construídas as representações sobre os africanos e sobre seus descendentes no país.

Entretanto, apesar desse mencionado crescimento do número de pesquisas, no que tange mais particularmente ao ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, pudemos notar a existência de uma interessante lacuna. Muito embora existam inúmeros estudos que se dedicam a pensar esse ensino articulado aos mais diversos aspectos do corpus cultural afro-brasileiro e africano, nos chamou a atenção a pequena quantia de trabalhos que se proponham a debater uma dimensão muito particular desse mesmo corpus: a cultura material. Diante desse entendimento, começamos a nos perguntar de que maneira o estudo da cultura material poderia contribuir para a implementação da lei 10639/2003 nas salas de aula do ensino básico do país. Isto é, passamos a entender as materialidades enquanto fontes histórico-arqueológicas detentoras de imenso potencial se contempladas pelos professores de História.

Estamos partindo do entendimento de que a cultura material afro-brasileira e africana permite que percebamos aspectos que os documentos escritos não necessariamente nos possibilitam. Isso se nos recordarmos que grande parte desses documentos a que os historiadores têm acesso teria sido escrito a partir da perspectiva colonialista, de modo que se encontram carregados por premissas eurocêntricas por excelência. Embora saibamos que um dos papéis do pesquisador é o de enxergar para além dessas premissas, de modo que os documentos escritos certamente não podem ser considerados desimportantes, nós também sabemos que o olhar sobre outros tipos de documentos tem muito que contribuir, como nos mostram os estudiosos das oralidades, inclusive. Em se tratando de grupos colocados às margens, como é o caso dos africanos e de seus descendentes, isso se torna ainda mais central.

Essas percepções assinaladas até aqui dariam origem à nossa proposta de pesquisa para o doutorado, interesse esse que teria nascido a partir de pelo menos duas experiências pessoais. Em primeiro lugar, a realidade de uma historiadora estudiosa da cultura afro-brasileira, mais precisamente da história do candomblé, que escolheu também se graduar

arqueóloga, oportunidade em que trabalhou com a chamada arqueologia da diáspora. Em segundo lugar, a realidade de uma professora do ensino público que queria ensinar sobre arqueologia enquanto ministrava suas aulas sobre história, convencida do sucesso dessas complementariedades. Diante disso, antigos e novos interesses puderam se convergir, em um processo agraciado pelas possibilidades que nos são dadas pela multidisciplinaridade, e que mais tarde daria origem a uma série de outras perguntas que pautariam a nossa pesquisa.

Para além das possibilidades metodológicas de uso da cultura material como fonte para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, passamos a nos perguntar se os currículos do ensino básico nacional, estadual e municipal, bem como os documentos advindos após a implementação da lei 10639/2003, mencionam a cultura material em seus textos. Também começamos a nos interessar por compreender como se dão as representações da cultura material afro-brasileira e africana no âmbito dos livros didáticos de História, mesmo porque as materialidades são comumente usadas como recursos ilustrativos. Finalmente, consideramos pertinente questionar de que maneira não apenas os estudantes, como também os professores de História, enxergam a cultura material afro-brasileira e africana, isto é, como as mesmas se expressam no âmbito do imaginário desses protagonistas do cotidiano escolar.

Para o presente texto, elaborado com o intuito de cumprir com os requisitos do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, não poderíamos debater todas as problemáticas que nos interessam, mesmo porque a pesquisa se encontra ainda em andamento. Por esse motivo, escolhemos nos concentrar em apresentar alguns aspectos concernentes à cultura material, em diálogo com um campo do conhecimento denominado arqueologia da diáspora, bem como apresentar alguns pontos relacionados ao modo como os currículos abarcam (ou deixam de abarcar) as materialidades, em diálogo com pesquisas preocupadas em pensar o ensino como um todo e o ensino de História em particular. Dessa maneira, esperamos que nossas ainda iniciais reflexões contribuam para se pensar o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no país.

CULTURA MATERIAL DA DIÁSPORA

Conta-se que em um dos portos de embarque de africanos destinados ao trabalho escravo além-atlântico, denominado Uidá¹⁰⁰, existia, em tempos coloniais, uma árvore que se destacava dentre as demais por ser considerada a “árvore do esquecimento”. Corria a crença de que, ao ser circundada por quem estava prestes a embarcar, ela proporcionaria o apagamento de tudo quanto antes se conhecia. Deste modo, aqueles que passassem por este processo se tornariam espécies de “tábulas rasas”, isto é, se tornariam convenientemente nulos e prontos para serem “preenchidos” por aquilo que desejassem seus “senhores”¹⁰¹. Esta árvore, no entanto, não poderia ter sido assim chamada, a não ser para se reforçar os interesses colonialistas. Sabe-se que as pessoas que supostamente a circundaram não esqueceram suas referências, suas práticas, suas crenças. Pelo contrário: elas foram reinventadas além-oceano.

Reinventar, ressignificar, repensar, readaptar: estas passaram a se constituir como ações imprescindíveis no âmbito do cotidiano dos africanos que foram tornados escravos, bem como de seus descendentes em território americano. Em um meio ambiente distinto daquele ao qual estavam acostumados, em constante convivência com elementos culturais até então completamente estranhos, colocados em ritmo de trabalho extenuante e em contextos de agressão de toda ordem, estes indivíduos construíram estratégias legítimas de sobrevivência e de negociação cultural. Nesse sentido, tais indivíduos devem ser compreendidos como agentes ativos na construção de suas histórias¹⁰², o que contraria a ainda recorrente imagem do cativo cabisbaixo, conformado e passivo diante das formas de domínio instituídas. Na música, na guerra, na fuga, na fé, nas coisas e até mesmo no silêncio havia resistência. E isto é diáspora!

Dá-se o nome de diáspora africana não apenas ao processo de dispersão mundial dos africanos e de seus descendentes em decorrência das pressões inerentes ao sistema escravista colonial. Este termo também abarca as diversas experiências que os africanos construíram no continente americano. Em outras palavras, diáspora remete às diversas “histórias de resistência, como também às distintas ações sociais e identidades culturais dos escravos afro-americanos” (FERREIRA, 2009: 268). Por conseguinte, pensar segundo o conceito de diáspora significa considerar até mesmo a existência de uma consciência

¹⁰⁰ Situado no atual Benin, região ocidental africana.

¹⁰¹ Esta narrativa foi retirada do documentário Pierre Verger: Mensageiro entre dois mundos (1999), dirigido por Lula Buarque de Holanda e com duração de 82 minutos.

¹⁰² Entende-se “agenciamento” segundo o conceito de “agency” de J. Lorand Matory: “intencionalidade e ação estratégica bem-sucedida dos oprimidos e sua sabedoria cosmopolita” (MATORY, 1998: 61).

transnacional e transcultural (GILROY, 2001), uma história transatlântica que se destaca pela conflituosa convergência entre as culturas africana, europeia e americana. Nota-se, assim, uma característica essencial: as experiências diaspóricas se encontram profundamente permeadas por hibridismos culturais¹⁰³.

Dentre estas experiências se encontram, por exemplo, as práticas religiosas afro-brasileiras, tais como as que se transcorriam no âmbito dos chamados *calundus* coloniais¹⁰⁴. Tipicamente setecentistas, os *calundus* consistiam em oportunidades nas quais as divindades ligadas ao continente africano eram reverenciadas e onde se misturavam elementos das religiões africanas, ameríndias e do catolicismo popular. Toques de atabaque, banhos de ervas, uso de crucifixos, cerimônias de casamento e atividades de cura, todos estes rituais podiam ser encontrados nos *calundus* existentes no país (SILVA, 2005). Em um primeiro momento eram principalmente rurais, mas mais tarde passaram a se aproximar das cidades, o que coincidiu com a relativa maior autonomia dos chamados *escravos de ganho*¹⁰⁵. Data do ano de 1646 o mais remoto documento que descreve um *calundu*, situado na Bahia. Nele se lê:

‘Com uma tigela grande cheia de água, muitas folhas e uma cascavel, um dente de onça, viu a testemunha algumas negras que se estavam lavando naquela tigela para abrandar as condições de suas senhoras’ e outra noite foi à sua casa, pela meia noite ver ‘uma grande bula e mantinada com muita gente e ele só falava língua que ele [o denunciante] não entende’. Na tigela com água punha também carimã, com a qual fazia uma cruz e círculo à volta, depois botava-lhe uns pós por cima e mexia com uma faca e ficava fazendo como se estivera ao fogo e inclinando-se sobre a tigela, falava com ela, olhando de revés para as negras presentes em sua língua (RELATO de autor desconhecido, 1646 apud MOTT, 2005 apud, SILVEIRA, 2006: 178).

Nesse mesmo sentido, também as irmandades de pretos católicas consistem em resultados da diáspora e se encontram perpassadas por hibridismos. Foram inicialmente colocadas em prática tendo como prioridade o doutrinamento dos africanos, no intuito de

¹⁰³ “Os termos híbrido e hibridação vêm sendo utilizados, sobretudo pela crítica pós-moderna, preferentemente aos termos mestiçagem ou sincretismo, pois (...) mestiçagem estaria principalmente associado à mistura de raças, no sentido, portanto, de miscigenação, enquanto sincretismo à mistura de diferentes credos religiosos. Assim, hibridação seria a expressão mais apropriada quando queremos abarcar diversas mesclas interculturais. (...) A pós-modernidade, ao trazer à tona o conceito de híbrido, enfatiza acima de tudo o respeito à alteridade e a valorização do diverso” (BERN, 2004: 99-100).

¹⁰⁴ Termo derivado da palavra banta “*kalundu*” e que significa “obedecer a um mandamento, realizar um culto, invocando os espíritos, com música e dança” (CASTRO, 2005: 192).

¹⁰⁵ “(...) *escravos urbanos* cuja modalidade de trabalho consistia, geralmente, em empregar seus serviços, remunerando seus senhores com parte de seus ganhos” (LOPES, 2004: 293).

propiciar o desligamento destes indivíduos de suas religiões tradicionais. Mas com o decorrer do tempo se tornaram espaços nos quais os africanos e seus descendentes formavam lideranças e se articulavam politicamente, além de oferecerem auxílio a seus membros. Boa parte destas irmandades era dedicada a santos negros e promovia folias e congadas (SOUZA, 2006). Nestes eventos, ritmos e danças retomavam referências africanas, sobretudo da região centro-ocidental. Foi com a iniciativa de africanos da soteropolitana Irmandade dos Martírios, inclusive, que um dos mais antigos candomblés se constituiu, o Candomblé da Barroquinha:

as irmandades negras estavam enveredando por um processo no qual valores étnicos cada vez mais amalgamados fundiam-se ao Cristianismo e a ideologias geradas no ambiente dinâmico da cidade mercantilista. Foi nesse nicho que abrigou os fundadores do Candomblé da Barroquinha, que trouxeram uma cultura africana tradicional fortemente arraigada, a qual foi contudo reprocessada por um movimento de urbanização africano como americano, que iria desorganizar-se e reestruturar-se na simultânea preservação da tradição e na geração de algo novo (SILVEIRA, 2006: 151-152).

Hibridismos próprios do contexto da diáspora africana podem ser ainda encontrados nos pequenos amuletos recorrentemente usados em tempos coloniais, os quais recebiam o nome de patuás ou bolsas de mandinga. Estes amuletos estiveram historicamente ligados a elementos culturais afro-muçulmanos, conforme demonstra o termo “mandinga”, referente aos povos mandingas, habitantes de um reino do norte africano denominado Mali. Na então colônia portuguesa, os mandingas receberam o nome de malês e acabaram reconhecidos como grandes mestres da magia, os quais comumente levavam em seus pescoços amuletos contendo os signos de Salomão e papeis com trechos do Alcorão. Tendo os malês como referência, estes amuletos passaram a ser usados durante os setecentos como talismãs que reuniam orações católicas, relíquias santas, além de plantas e pós considerados sagrados (SOUZA, 1987).

Diante dos exemplos dos calundus, das irmandades e das bolsas de mandinga, percebe-se que referências culturais múltiplas se convergiram em contexto diaspórico, dando origem a práticas e experiências essencialmente novas. Nesse sentido, não existem calundus tais como os baianos no continente africano, da mesma maneira que as irmandades negras católicas não possuem em contexto europeu as mesmas características formuladas além-oceano. Dentre os mandingas os amuletos eram compostos por elementos distintos daqueles encontrados entre os usuários da colônia, assim como eram

distintas as finalidades de seu uso. E o mesmo serve para tantos outros casos, os quais perpassam o universo do sagrado, mas também se encontram relacionados aos mundos do trabalho, das atividades intelectuais, dos conhecimentos tecnológicos e arquitetônicos, do uso de roupas, penteados, acessórios, etc.

No âmbito desta diversidade de resultados culturais possibilitados pela diáspora africana, pode-se notar que não apenas práticas, experiências e manifestações marcaram sua presença neste universo transatlântico. Isto é, não apenas a cultura imaterial, impalpável e intangível perpassou o cotidiano e a história da então colônia portuguesa. Intimamente relacionada à cultura imaterial, mas dona de características bem particulares, se encontra a cultura material, contemplada pelo supracitado exemplo das bolsas de mandinga, dentre tantos outros possíveis¹⁰⁶. E embora perspectivas reducionistas a compreendam como estática e impassível, a cultura material possui papel essencial no interior das relações culturais e sociais gestadas no passado. Práticas ritualísticas e atividades econômicas, por exemplo, pressupõem o uso de coisas, que foram construídas, manipuladas e significadas por alguém. Isso porque

O universo material não se situa fora do fenômeno social, emoldurando-o, sustentando-o. Ao contrário, faz parte dele, como uma de suas dimensões e compartilhando de sua natureza, tal como as ideias, as relações sociais', as instituições. Eis aí a fortuna do termo cultura material além das ambiguidades possíveis: ele denota que a matéria tem matriz cultural e, inversamente, que a cultura possui uma dimensão material (REDE, 1996: 274).

Diante disso, percebe-se que o estudo das materialidades consiste em uma importante oportunidade de se compreender melhor os indivíduos que as construíram, mecânica e simbolicamente, bem como a sociedade e o tempo em que tais indivíduos estiveram inseridos. Por esse motivo, pesquisas arqueológicas centradas na cultura material da diáspora têm sido desenvolvidas no intuito de oferecerem contribuições aos debates sobre a história e o cotidiano dos africanos e de seus descendentes no Brasil. E muitos têm sido os ganhos! Devido ao status próprios da cultura material, que se encontra

¹⁰⁶ É preciso ter em mente que “o imaterial, na cultura, não corresponde a um nível prisioneiro do concreto, cuja localização espacial seja possível. A sua identificação, portanto, apenas pode ser o resultado de um ângulo de visão do observador, impossibilitado de abarcar o todo. Seguindo o mesmo raciocínio, não se poderia falar dos aspectos materiais da cultura (ou da cultura material) sem falar simultaneamente da imaterialidade que lhes confere existência (sistemas classificatórios; organização simbólica; relações sociais; conflitos de interesse, etc.)” (REDE, 1996: 273).

presente em quase todos os contextos, independente do grupo social a que pertencem os indivíduos, se tornou possível que uma série de dados a respeito dos excluídos emergja. Enquanto os documentos escritos eram em sua maioria fabricados pelas elites coloniais, o mesmo não acontecia com as coisas.

Determinados pesquisadores têm argumentado que o universo material dos africanos e de seus descendentes em contexto escravista era pobre e limitado, devido aos obstáculos coercitivos próprios deste sistema. No entanto, estudos arqueológicos têm demonstrado que as materialidades nestes contextos eram, ao contrário, ricas em criatividade e estratégias. Estratégias eram colocadas em prática desde o momento em que se adquiriam os itens materiais, sendo o modo mais comum o repasse dos mesmos por aqueles “senhores” que adotavam posturas paternalistas. Este teria sido provavelmente o caso do proprietário do Engenho de São Joaquim¹⁰⁷, construído em 1800, no qual aos escravizados eram dadas roupas, moradia e roças destinadas ao consumo próprio, conforme descrevem os relatores europeus que por ali estiveram (SOUZA, 2013). Também os cachimbos eram aparentemente fornecidos:

Uma evidência arqueológica possivelmente associada a esse tipo de prática vem dos cachimbos recuperados em escavações conduzidas na área das senzalas dessa propriedade. Em duas áreas escavadas foi recuperado um número mínimo de oito cachimbos que representam três padrões extremamente comuns em sítios históricos de Goiás do século XIX. Esses cachimbos foram produzidos, em sua totalidade, por meio de moldes. Em sítios rurais do Brasil central, os cachimbos provenientes de contextos arqueológicos costumam se dividir entre as peças moldadas – cuja produção era feita, possivelmente, em maior escala e visando sua comercialização – e as peças modeladas, cuja confecção era mais laboriosa e de caráter personalizado (...). Na comunidade escrava do Engenho de São Joaquim, que contava com mais de 100 escravos na primeira metade do século XIX, a presença exclusiva de apenas três padrões de cachimbos moldados sinaliza para a possibilidade de distribuição desses itens pelo proprietário, que podia adquiri-los em largas quantidades no mercado local e distribuí-los (...) (SOUZA, 2013: 13).

No Engenho do Rio da Casca¹⁰⁸, que esteve em funcionamento durante os oitocentos, o fornecimento de materiais por parte do proprietário também se revela. De acordo com o estudo das louças ali encontradas, constatou-se que as mais novas estavam na área da sede, enquanto as mais antigas foram encontradas depositadas nas senzalas.

¹⁰⁷ Pesquisa coordenada pelo Prof. Dr. Marcos André Torres de Souza.

¹⁰⁸ Pesquisa coordenada pelo Prof. Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski.

Diante disso, se conjecturou que os “senhores” repassavam aos escravizados de sua propriedade as louças que consideravam usadas demais, fora da moda da época ou até mesmo por serem peças perdidas de seu conjunto. Constatou-se, ainda, que a maior parte das louças encontradas nas senzalas possuía preços baixos, enquanto as percebidas na sede eram mais caras. Este dado demonstra que possivelmente as louças das senzalas tinham qualidade inferior comparada às da sede, o que pode reiterar a ideia de que estavam sendo reaproveitadas pelos escravizados (SOUZA, 2013).

Para além do recebimento de materiais dados pelos proprietários, também pode ser apontada como estratégia a compra diretamente no mercado por parte dos escravizados, o que se tornava possível devido a certa autonomia econômica adquirida por meio do comércio de pequenos excedentes agrícolas em contexto rural e por meio do trabalho de ganho em contexto urbano. No citado Engenho de São Joaquim, por exemplo, foram encontradas na área das senzalas oito fivelas de arreio e 24 cravos de ferradura, o que, se associado a estudos que apontam que determinados escravizados possuíam cavalos próprios, pode sugerir que também ali esta posse era possível. Tendo estes sujeitos os seus próprios animais de cela, provavelmente contavam com maior mobilidade, inclusive para o comércio de gêneros (SOUZA, 2013). No também citado Engenho do Rio da Casca, o estudo das louças mostrou que

(...) 47,3 % dos padrões decorativos encontrados nas senzalas não se repetiam na sede – o que (...) sugere a aquisição desses itens no mercado pelos próprios escravos. Tão relevante quanto esse dado é o fato de que as peças com padrões decorativos encontrados com exclusividade nas senzalas desse sítio são, assim como no caso do Engenho de São Joaquim, compostas predominantemente por tigelas e malgas, que apresentavam geralmente decoração pintada a mão. (...) a preferência por malgas e tigelas encontra correspondência com o que se verifica em diferentes regiões africanas, onde o consumo de alimentos é feito majoritariamente em recipientes desse tipo (SOUZA, 2013).

Uma terceira estratégia no sentido de adquirir recursos materiais está relacionada à produção autônoma dos mesmos. É possível, nesse sentido, mencionar o caso de um sítio arqueológico denominado Tapera do Pingador¹⁰⁹, um pequeno quilombo no qual as pesquisas alcançaram uma lixeira próxima ao alicerce de uma das moradias. Nesta lixeira foram encontrados recipientes cerâmicos fragmentados e com marcas de fratura

¹⁰⁹ Pesquisa coordenada pelo Prof. Luís Cláudio Pereira Symanski.

semelhantes àquelas que geralmente ocorrem durante a fase da queima destes utensílios. Diante disso, acredita-se que produtores de cerâmica atuavam nesta comunidade. Para citar mais um exemplo, os pesquisadores encontraram nas senzalas do Engenho São Joaquim quatro líticos que eram usados como uma espécie de isqueiro¹¹⁰, sete polidores e duas lascas, o que demonstra a possibilidade de a produção de ferramentas de rocha ter marcado sua presença (SOUZA, 2013).

Nesse mesmo sentido, pode-se ainda notar processos de reutilização, sobretudo de objetos feitos em suportes de metal e de vidro. No caso deste último, cabe citar novamente as senzalas do Engenho São Joaquim, nas quais foram encontrados 49 fragmentos de vidro lascado, forjados a partir do emprego de técnicas diversas. Deste modo, bases, bojos e gargalos de garrafas eram usados para se obter ferramentas, tais como raspadores e perfuradores. Na área em que se situavam as senzalas deste mesmo engenho, ainda, os pesquisadores descobriram parte de um garfo de metal, o qual se apresentava quebrado próximo ao cabo e com três de seus “dentes” dobrados. Restou, portanto, apenas um “dente” mantido em sua posição original, o que sugere se tratar de um perfurador. Em outros casos, por fim, a feitura de adornos também passava pelo reuso de objetos de metal (SOUZA, 2013).



Fonte: SOUZA, 2013, p. 21

CULTURA MATERIAL, CURRÍCULO E ENSINO DA HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Diante do panorama apresentado anteriormente, torna-se impossível não nos atentar para o grande potencial da cultura material. Tomemos como exemplo o citado

¹¹⁰ “(...) peças líticas portáteis que eram empregadas para a produção de faíscas e utilizadas para acionar fogueiras ou cachimbos” (SOUZA, 2013: 19).

garfo de metal que, conforme se constatou, sofreu modificações para que pudesse ser usado como perfurador. Inserido aos debates em sala, aliado, claro, à historiografia sobre o tema, esse exemplar comunica estratégias criativas de reuso dos materiais, o que subsidia a desconstrução da ideia de que esses indivíduos eram apáticos, conformados. Compreendemos que não só os grandes levantes, como o ocorrido no âmbito da Revolta dos Malês (1835), ou as notáveis fugas, como aquelas que se davam em direção ao famoso Quilombo dos Palmares (1605-1694), servem como subsídios para se pensar o agenciamento dos africanos e dos seus descendentes em sala. É importante notar que também os pequenos atos cotidianos podem desempenhar esse papel.

Entendemos ser igualmente interessante considerar a possibilidade de os estudantes serem incentivados a confrontarem os documentos escritos pelos europeus, influenciados sobretudo pelas teorias racialistas oitocentistas, com a cultura material pertencente aos africanos e a seus descendentes datada daquele mesmo século. Desse modo, será possível demonstrar que enquanto os europeus construía modelos que legavam aos negros as categorias de primitivos, de inferiores e/ou de pouco inteligentes, eles construía um repertório de estratégias em torno da cultura material que contrariam o modelo eurocêntrico. Esses sujeitos estavam a propor não apenas o reuso de materiais como os garfos de metal, como também estavam construindo seus próprios recipientes, suas próprias ferramentas e seus próprios adornos, mesmo diante das muitas pressões típicas do sistema escravista colonial.

Não podemos deixar de considerar a possibilidade de se enriquecer os temas debatidos em sala de aula por meio do estudo de determinados sítios arqueológicos. Para citar apenas um exemplo, podemos retomar o caso do mencionado Quilombo dos Palmares, onde foram empreendidas diversas pesquisas arqueológicas. Foi possível registrar um total de 14 sítios arqueológicos na área e, dentre as materialidades detectadas nos mesmos, se encontravam diferentes tipos de recipientes cerâmicos, além de faianças francesas, holandesas e inglesas, as quais permitiram aos arqueólogos confirmarem que a ocupação daquela mesma área se deu durante os seiscentos, tal como apontam os documentos escritos. Esses achados também permitiram que se entendesse melhor o modo como esse quilombo não se encontrava isolado do restante do país, devido à presença de itens que não eram fabricados ali (FUNARI, 1996).

Marcos Silva e Selva Guimarães Fonseca, no livro *Ensinar História no Século XXI: Em busca do tempo entendido* (2007), reservam um dos seus capítulos para um

debate a respeito do papel da cultura material no âmbito do ensino de História. Eles destacam que os Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo, abordam a cultura material de maneira demasiadamente ligeira, mais precisamente a partir da proposta de se comparar o uso da minissaia com atos grevistas e revolucionários. Diante dessa abordagem simplista, os autores chamam a atenção para o perigo de um arrolamento, de cunho apenas ilustrativo, de uma série de materialidades sem pensar detidamente sobre “sua situação num mundo de homens e mulheres que se relacionam por meio de símbolos e poderes” (SILVA; FONSECA, 2007: 68). Eles ainda mostram a importância das idas aos museus e dos olhares atentos aos livros didáticos:

A cultura material, associada às outras problemáticas de conhecimento histórico, encontra múltiplos itens para reflexão em museus (instituições encarregadas da exposição, preservação e pesquisa de objetos de diferentes épocas), visitados pessoal ou virtualmente. Mesmo livros didáticos mais convencionais costumam apresentar fotografias e desenhos de alguns tópicos pertinentes à área, embora os explorem pouco (SILVA; FONSECA, 2007: 69).

Estando convencidos do potencial da cultura material, inclusive em se tratando do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, nos interessa questionar de que maneira essa mesma cultura material aparece (ou não) no âmbito do texto dos documentos normatizadores publicados após a lei 10639/2003. Buscamos, assim, compreender melhor um pouco da perspectiva estatal sobre a questão, tendo em mente que os currículos consistem em um dos instrumentos apropriados pelo Estado no sentido de impor a sua interferência sobre o ensino básico, o que até certo ponto permite o controle sobre a formação dos estudantes de todo o país. Para tanto, optamos por avaliar dois deles: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (2004) e a Orientação e Ação para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006).

Por meio da leitura do primeiro documento, nota-se que o seu intuito central consiste em dar “uma resposta, (...) na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade” (MEC, 2004: 10). Trata-se de uma “política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros” (MEC, 2004: 10). Por esse motivo,

as diretrizes preconizam a “produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial (...) para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos (...) tenham seus direitos (...) e sua identidade valorizada” (MEC, 2004: 10). Destaca-se, desse modo, que “tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos” (MEC, 2004: 10).

Nota-se que os autores do documento, nos enfoques dados à história afro-brasileira, se preocuparam em destacar a importância de se abarcar distintas formas de expressão, raciocínios e pensamentos relacionados às culturas africana e afro-brasileira, bem como a necessidade de colocar em diálogo diferentes sistemas simbólicos e estruturas conceituais. Demonstra ser fundamental que se acrescentem histórias como a dos quilombos, a se iniciar pelo de Palmares, passando pelos remanescentes, que ainda na atualidade contribuem para o desenvolvimento de comunidades, municípios, bairros. Também será importante dar destaque a datas tais como o dia 20 de Novembro, marco da morte do líder quilombola Zumbi, em que se passou a celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra. Nesse mesmo sentido, o documento mostra ser imprescindível dar destaque a modos próprios de existir e de pensar manifestados no cotidiano, perceptíveis em celebrações como a das congadas e dos moçambiques, além dos maracatus e das rodas de samba. É preciso, ainda, observar as contribuições dos escravizados nas artes, na agricultura, na mineração, na construção, etc.

Já no que se refere à história africana, os autores do documento chamam a atenção para a necessidade de escolha de abordagens positivas, isto é, que não se centrem apenas nas mazelas que marcaram e ainda marcam presença no continente. Para tanto, consideram importante dar ênfase ao papel dos anciãos e dos griôs, responsáveis por narrar as memórias das comunidades, além de dar destaque à história da ancestralidade e da religiosidade africana. Também propõem que se trabalhe as histórias dos núbios e dos egípcios, dando ênfase para o modo como contribuíram para a história da humanidade, bem como que se trabalhe as histórias de importantes sociedades pré-coloniais, como aquelas que se desenvolveram nos reinos do Mali, do Congo e do Zimbábue, por exemplo. Será preciso, ainda, compreender o sistema escravista colonial a partir da perspectiva dos escravizados, sem deixar de explicitar o papel dos europeus, mas também dos asiáticos e dos africanos, assim como será preciso entender o avanço colonialista a

partir da perspectiva dos africanos. Nesse sentido, acham importante destacar as lutas dos países africanos pela independência política.

No subtópico denominado Ações Educativas de Combate ao Racismo e a Discriminações, um dos pontos considerados fundamentais diz respeito à importância da oralidade, da corporeidade e da arte afro-brasileira e africana. No entanto, muito embora as obras de arte possam ser compreendidas como cultura material, além de as oralidades e as corporeidades estarem elas também relacionadas a diferentes suportes materiais, em nenhuma parte do documento os autores fazem menção direta à cultura material africana e/ou afro-brasileira como fonte a ser contemplada em sala de aula. Isto é, pode-se notar o silenciamento a respeito daquilo que se refere ao universo material das comunidades afro-brasileiras e dos povos africanos, o que pode ser percebido pela ausência de referências sobre a arquitetura, os utensílios, os adornos, as ferramentas de trabalho. E, ao observar os temas elencados como essenciais no âmbito do documento, percebe-se o quanto o debate sobre a cultura material poderia contribuir para o entendimento do cotidiano daqueles sujeitos históricos, cotidiano perpassado por hibridismos e por outras complexidades que as fontes escritas escondem.

Por meio da leitura das Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, nota-se que o seu intuito central consiste em procurar “cumprir o detalhamento de uma política educacional que reconhece a diversidade étnico-racial, em correlação com faixa etária e com situações específicas de cada nível de ensino” (MEC, 2016: 16). Para tanto, o documento está dividido em pelo menos sete capítulos: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Licenciaturas, Educação Quilombola e Sugestões de Atividades. Em cada um deles, os autores discorrem sobre as particularidades das distintas etapas e dos diferentes tipos de ensino, em interface com os debates sobre a educação das relações étnico-raciais e do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana. E nesse caso, nota-se que a cultura material aparece, mesmo que muito timidamente, no âmbito das sugestões de atividades, o que pode ser percebido no subtópico sobre as artes e as culturas negras, no qual os autores propõem aos estudantes que realizem o levantamento e a análise das obras feitas por artistas negros, além do estudo das biografias.

Nesse mesmo subtópico do texto, os autores do documento também incentivam que aos estudantes sejam propostas pesquisas a respeito dos instrumentos musicais de origem africana, inclusive no sentido de confeccionarem exemplares dos mesmos em sala

de aula, a serem depois dispostos em forma de exposição, acompanhados de explicações sobre suas histórias. Em outro momento do texto, se encontra a proposta de montagem de uma feira cultural da turma, em que cada família possa apresentar objetos pertencentes às suas casas, além da narração de causos, de histórias, etc. Mais uma possibilidade apresentada, semelhante àquela proposta no trabalho com os instrumentos musicais, consiste no incentivo à produção de determinados objetos por parte dos estudantes, como, por exemplo, em um tópico em que os autores do documento indicam como atividade a produção de bonecas que representem a diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira. Nesse mesmo sentido, em mais outro tópico, percebe-se a proposta que gira em torno da confecção de estamparias em tecido ou em papel com o uso de moldes que contenham os símbolos perceptíveis na arte dos iorubás

Entretanto, muito embora se possam perceber as citadas menções à cultura material no âmbito do documento, nota-se que em nenhum momento do texto os autores se preocuparam em propor um debate, mesmo que rápido e de cunho meramente pontual, a respeito da cultura material e de suas possibilidades para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana. Portanto, percebe-se um tipo de silenciamento, distinto daquele perceptível no documento das Diretrizes Curriculares Nacionais, certamente, pois nele não existem nem mesmo menções à cultura material, mas ainda assim uma forma de silêncio, nesse caso dada pela ausência de aprofundamento mínimo a respeito. Inclusive, contribui para tal entendimento as escolhas estéticas feitas pelos responsáveis pelo design gráfico do documento, no qual, em cada uma das laudas, podem-se notar elementos da cultura material afro-brasileira e africana: instrumento musical, estatuetas, recipientes. Delineia-se, assim, um paradoxo: a cultura material é considerada como suficientemente representativa para decorar o documento, mas não para constar detidamente nos debates sobre a implementação da lei.



Fonte: MEC, 2006, s/p.

Inclusive, torna-se possível estabelecer aqui uma analogia entre o modo como as laudas desse documento foram decoradas com elementos da cultura material afro-brasileira e africana e um fenômeno de ocultamento denominado de greenwashing. Esse termo se refere à maneira como empresas, governos ou mesmo indivíduos se apropriam de aspectos ambientalistas no intuito de convencerem os seus consumidores, os seus cidadãos e os seus interlocutores como um todo de que têm uma postura preocupada com o meio ambiente, mesmo que a responsabilidade ambiental não ocorra na prática. Para tanto, as empresas, por exemplo, colocam em seus produtos termos como ecológico, sustentável e menos poluente, além do uso recorrente de cores esverdeadas, na tentativa de se remeter à natureza. Do mesmo modo, no caso do documento acima, as escolhas estéticas permitem que seus leitores acreditem que o texto demonstrará intimidade com os debates relacionados à cultura material afro-brasileira e africana. No entanto, após sua leitura, constata-se que o uso daqueles elementos acabaram atuando como dissimuladores de uma ausência, de um silenciamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos notar que, ao contrário do que se acostumou pensar, a cultura material pertencente aos africanos e a seus descendentes em tempos escravistas não era pobre, não era limitada. Propor-se a abarcar essa mesma cultura material em sala de aula consiste em uma estratégia que permite demonstrar o agenciamento desses sujeitos, em contraposição à ideia de que eram apáticos, que eram conformados. No entanto, apesar de todo esse potencial, notamos que os autores das Diretrizes Curriculares e das Orientações e Ações perderam a oportunidade de especificar temas relativos à cultura material, o que contribuiu para que perdessem também a oportunidade de incentivar debates nos quais, dentre outros aspectos, as técnicas, a inventividade e as escolhas desses sujeitos pudessem ser pensadas de forma mais aprofundada em sala. E mais importante do que isso: perdeu-se a oportunidade de incentivar o conhecimento de outros tipos de epistemes, de outras formas de compreender o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERND, Zilé. O Elogio da Crioulidade: O conceito de hibridação a partir dos autores francófonos do Caribe. In: ABDALA, Benjamin. **Margens da Cultura: Mestiçagem, hibridismo e outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia: Um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

FERREIRA, Lucio Menezes. Sobre o Conceito de Arqueologia da Diáspora Africana. In: **Revista Métis: história e cultura**, v. 8, p. 267-275, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. A República de Palmares e a arqueologia da Serra da Barriga. In: **Revista USP**, São Paulo (28): 6-13, 1996.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MARCOS, Silva; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar História no Século XXI: Em busca do tempo entendido**. Campinas: Papirus, 2007.

MATORY, J. Lorand. Jeje: Repensando nações e transnacionalismo. In: **Revista Mana**, vol. 5, p. 57-80, São Paulo, 1999.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. In: **Anais do Museu Paulista**, v. 4, p. 265-282, 1996.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SILVEIRA, Renato da. **O Candomblé da Barroquinha: Processo de constituição do primeiro terreiro baiano de ketu**. Salvador: Edições Maianga, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Marcos André Torres de. Por uma arqueologia da criatividade: estratégias e significações da cultura material utilizada pelos escravos no Brasil. In: AGOSTINI, Camila. **Objetos da Escravidão: Abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Chiara Laboissière Paes Barreto¹¹¹

RESUMO: Este artigo apresentará um arcabouço teórico que seja capaz de explicar, em linhas gerais, o surgimento, o avanço e o declínio do conceito de desenvolvimento, a partir do qual se originou o conceito de desenvolvimento sustentável. Para tanto, delimitará os principais traços de seu percurso, cujo marco temporal inicial é a Segunda Guerra Mundial, quando a emergente sociedade industrial confere ao conceito justificativa ética, e a partir de onde ele ganha plausibilidade e desejabilidade. O marco final é o final da década de 70, quando o conceito perde a credibilidade, como instrumento de emancipação social. É desse enfraquecimento que surgem novas vertentes conceituais, entre elas a do desenvolvimento sustentável.

“As línguas servem para comunicar. Mas elas não apenas servem. Elas transcendem essa dimensão funcional. Às vezes, as línguas fazem-nos ser. Outras, elas fazem-nos deixar de ser”

(Mia Couto)

Um dos instrumentos para compreender o papel das ideias no processo de construção da realidade é o conteúdo ideológico de conceitos que tenham implicação política. Tais conceitos revelam uma miríade de valores semânticos, que reforçam a realidade social (Koselleck, s.d). Referem-se, essencialmente, ao estabelecimento de um consenso a respeito do sentido do mundo social. Para tanto, carregam consigo um poder invisível, simbólico, que somente é exercido com a cumplicidade daqueles que o exercem com aqueles que estão sujeitos a ele. Na era moderna, caracterizada pelo capitalismo como ordem socioeconômica determinante, vários conceitos foram forjados, ao longo da História, para reafirmar o sistema político vigente, entre os quais se destaca o de desenvolvimento.

¹¹¹ Mestranda em História na PUC-GO. Orientador: Dr. Eduardo José Reinato.

O mundo moderno é resultado de um processo de secularização do homem, cuja origem situa-se no Renascimento e no Iluminismo, entre os séculos XVI e XVII, em que o homem, desencantado com Deus, passa a ocupar o papel central na transformação de si mesmo e do mundo. (Weber, 1982). Conforme Wallerstein (Machado, 2005), o mundo moderno sustenta-se em duas percepções distintas: a da modernidade técnica, ou seja, a do progresso tecnológico infinito, e a modernidade da libertação, ou seja, a do triunfo da liberdade humana. Em torno dessas duas ideias, a modernidade, nascida no Ocidente e ancorada na aliança entre razão e a ciência, prometia não somente a libertação dos dogmas religiosos, como também a emancipação social do homem.

Sob o ponto de vista histórico, Giddens refere-se ao termo modernidade como “às instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto”. Equivale ao “mundo industrializado”, cuja dimensão institucional mais preponderante é o capitalismo, definido pelo autor como “sistema de produção de mercadorias que envolve tanto mercados competitivos de produtos quanto a mercantilização da força de trabalho”. A modernidade, segundo Giddens, também produziu arranjos sociais variados, sendo o Estado-nação o de maior importância. Caracterizado por condições específicas de territorialidade, capacidade de vigilância e monopólio sobre a violência, o Estado-nação tornou-se o responsável por manter o vínculo entre o sistema capitalista e as promessas emancipatórias da modernidade. (Giddens *apud* Fernandes, sd).

Com o avanço do capitalismo mundial, a partir do século XIX, as promessas emancipatórias da modernidade passam a se concentrar em torno dos ideais de crescimento econômico e da liberdade democrática, os quais deveriam ser implementados conforme a lógica liberal, que, por sua vez, aposta na força da auto-regulamentação do mercado, bem como no efeito dinâmico do interesse individual como desencadeador do bem comum. Em assim sendo, a partir daquele século, o desenvolvimento de uma economia de mercado, sob o signo liberal, tornou-se o ideal civilizatório das nações, não somente em termos materiais, como também em termos espirituais. Assim descreve Hobsbawm:

O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que se sucederam a 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro. Uma economia assim

baseada e, portanto, repousando naturalmente nas sólidas fundações de uma burguesia composta daqueles cuja energia, mérito e inteligência os elevou a tal posição, deveria – assim se acreditava – não somente criar um mundo de plena distribuição material mas também de crescente esclarecimento, razão e oportunidade humana, de avanço das ciências e das artes, em suma, um mundo de contínuo progresso material e moral. (Hobsbawn, 1975, p. 82)

Todavia, as promessas emancipatórias não se concretizaram. O que se verificou, ao longo dos dois séculos seguintes, foi uma imbricada relação entre as demandas do mercado e as reformulações em torno das promessas emancipatórias da modernidade. Os embates entre ambas as forças não só provocaram recorrentes crises no sistema capitalista, como também os reordenamentos forjados em razão dessas mesmas crises. A partir de meados do século XIX, a consolidação da sociedade liberal, sob a hegemonia da Inglaterra, produziu um período de paz na Europa. No entanto, entre os primeiros indícios de saturação dessa estrutura e a consolidação de novos mecanismos no processo de reprodução do capital, transcorreu mais de meio século de crises, as quais culminaram na Segunda Guerra Mundial. Terminada a Guerra, após um longo período de ajustes profundos, a economia mundial capitalista iniciou sua mais espetacular expansão.

Em razão de um contexto histórico marcado pela independência dos antigos territórios coloniais, pela necessidade de reconstrução da Europa Ocidental, pelo surgimento da bipolaridade nas relações internacionais e pela maior adesão às teorias econômicas de John M. Keynes, modificou-se completamente o entendimento dos atores sobre as possibilidades de uma intervenção decidida na economia, o que resultou numa expansão capitalista sem precedentes. E é nesse cenário, que surge o conceito moderno de desenvolvimento. Conforme Maluf (2013, p. 60), a raiz comum entre desenvolvimento e modernidade evidências nas promessas de ruptura e profundas transformações que ambas as conotações trazem consigo. O primeiro conceito (desenvolvimento) constitui-se numa materialização possível do segundo (modernidade), com a ideia de progresso conferindo um sentido positivo a ambas as conotações.

A gênese da concepção moderna acerca de desenvolvimento surge no final da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos da América (EUA) tornaram-se a nação mais poderosa do mundo. A fim de consolidar sua hegemonia, o país lançou uma estratégia política, em escala global, cujo marco inicial foi a cerimônia de posse do presidente norte-americano, Harry Truman, ocorrida em 20 de janeiro de 1949. Naquele

dia, iniciou-se a era do desenvolvimento (Esteva, 2000). Em seu discurso, Truman declarou:

We must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. “Faz-se necessário lançar um novo programa que seja audacioso e que ponha as vantagens de nosso avanço científico e de nosso progresso industrial a serviço da melhoria e do crescimento das regiões subdesenvolvidas. (Esteva, 2000, p.3)

Era a primeira vez que a palavra “subdesenvolvimento” era usada para definir uma região. A partir do discurso de Truman, bilhões de pessoas deixaram de ser o que eram, em toda a sua diversidade, para tornarem-se uma minoria homogeneia, identificada como subdesenvolvida. Desenvolver-se passou a significar, em sua essência, livrar-se da condição indigna de subdesenvolvimento. Com o discurso de Truman, a metáfora do desenvolvimento adquire uma poderosa feição de subserviência, em que o modo de produção industrial tornar-se o cume a ser alcançado na escala de evolução social, ao mesmo tempo em que subtrai a possibilidade de os “subdesenvolvidos” escolher modos diversos de vida social (Esteva, 2000, p.03).

Importante salientar que a estratégia de Truman insere-se no contexto histórico da Guerra Fria, em que o mundo se divide entre os EUA, como líder do bloco capitalista, e a URSS, como líder do bloco socialista. A disputa entre as duas nações passa a conduzir as relações internacionais, em que a manutenção ou ampliação das respectivas áreas de influência constituíam o horizonte do embate, o qual se torna ainda mais global com a descolonização da África e da Ásia. Essa disputa desenrola-se durante o período de ouro do capitalismo, quando o mundo experimenta uma incrível expansão e internacionalização da economia capitalista (Arrigui, 2002).

Por fundamento, diferentemente do “sistema de regimes”, como metodologia de análise teórica, é possível pensar as relações internacionais, no contexto da Guerra Fria, como um campo social de poder, no qual se estabelecem os embates pela imposição de regras e pela conquista de vantagens para dominar as disputas. Para tanto, as nações não apenas recorrem ao expediente da guerra, mas ao que Bourdieu denominou de “bens simbólicos”. São eles de todo tipo (econômico, físico, religioso ou cultural), desde que, percebidos e reconhecidos pelos agentes das disputas, lhes é atribuído valor. Em torno desse bens simbólicos gravitam práticas discursivas, que estabelecem relações entre os

múltiplos aspectos da realidade social, por meio de uma formulação sistemática de conceitos e práticas (Bourdeiu, 1989).

Assim sendo, os elementos que constituem o ideal do desenvolvimento, sobretudo a ideia de fluxo do ruim para o bom, já existiam antes mesmo da expansão do capitalismo industrial. O que muda, como estratégia norte-americana, é como esses elementos passam a interagir numa prática discursiva, segundo a lógica de acumulação capitalista e voltado para a modernidade tecnológica. Noções teóricas e operativas foram sendo construídas e aperfeiçoadas, enquanto instituições foram criadas, a fim de expandir o mercado capitalista às nações consideradas periféricas, conforme o ideal de desenvolvimento e via modernização tecnológica.

A magnitude da tarefa levou ao estabelecimento de instituições, tanto em escala global quanto em escala local, para operacionalizar o conceito de desenvolvimento, no que se refere, sobretudo, à captação de recursos, ao planejamento de estratégias e à construção de infraestrutura. Na década de 40 do século XX, organismos dessa natureza foram criados, a exemplo do Banco Mundial. Paralelamente à criação desses organismos, surgiu a “economia do desenvolvimento”, ou seja, uma área específica de conhecimento, capitaneada pelas ciências econômicas, cujos esforços teóricos direcionaram em apresentar os instrumentos adequados para alcançar o desenvolvimento.

A “economia do desenvolvimento” produziu não somente um conjunto diversificado e numeroso de profissionais e acadêmicos; como também, por meio deles, engendrou um acervo considerável de termos, métodos, procedimentos e conceitos, para lidar especificamente com a problemática do desenvolvimento. Segundo Machado (2005, p. 82), a institucionalização e a profissionalização do conceito de desenvolvimento possibilitou que o modo como os problemas do desenvolvimento eram colocados e as soluções apresentadas para contornar tais problemas deixasse de ter um caráter político e passasse para o campo aparentemente neutro e apolítico da ciência e de seus técnicos (Machado, 2005).

Um dos espaços mais determinantes para as estratégias discursivas do conceito de desenvolvimento foi, e ainda, é a ONU¹¹². Não por acaso, o tratado que estabeleceu a ONU, a Carta das Nações Unidas, estipula que o desenvolvimento econômico é essencial para a manutenção da paz e da segurança mundiais. Ao colocar o desenvolvimento

¹¹² A fim de coordenar as atividades relacionadas às políticas de desenvolvimento, a ONU criou o Conselho Econômico e Social - ECOSOC, o qual, desde o início, tornou-se um dos órgãos mais importantes da ONU.

econômico na condição de pilar de sustentação da paz e, por conseguinte, estipular o dever promovê-lo, as Nações Unidas estabeleceu-se como um espaço privilegiado de disseminação do conceito de desenvolvimento, o qual concretizou-se, nas nações periféricas, sobretudo por meio dos programas assistência e cooperação técnica, promovidos pelas agências e órgãos da ONU.

Mais uma vez na esteira do pensamento de Bourdieu, observa-se que, embora seja formalmente uma estrutura política supranacional, cuja legitimidade se fundamenta na defesa dos princípios universais da humanidade, o sistema ONU deve ser entendido mais como um complexo campo de disputas de poder entre os Estados e menos como um *locus* de defesa de valores. Desse modo, a formulação do conceito de desenvolvimento e suas respectivas estratégias de atuação, no âmbito das Nações Unidas, não ocorreu sem que houvesse constantes embates, entre os quais destaca-se o que se instaurou na Conferência de Estocolmo, a qual será objeto de debate no terceiro capítulo.

Ao longo dos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, o conceito de desenvolvimento tornou-se crescentemente mais elaborado e sistematizado, a ponto de se transformar num conceito polissêmico, que, atualmente, pode significar um estado, um processo, um progresso, um direito. Porém, no início, o conceito de desenvolvimento identificou-se quase que na sua totalidade com o de crescimento econômico.¹¹³ Havia a concepção de que esforços deveriam ser empreendidos com propósito de iniciar um processo de modernização capitalista das economias periféricas, tendo a industrialização como vetor principal. Acreditava-se, que, a partir desse impulso inicial, as nações periféricas estariam supostamente capacitadas a manter-se numa rota ascendente não só conquistas materiais como também sociais, cujo efeito positivo se estenderia a todas as camadas das sociedades, identificado como “trickle-down effect” ou “efeito derrame”¹¹⁴

Nos anos 50, tem-se uma ênfase maior no crescimento, a qual culmina, em 1962 com a “operacionalização da pobreza” por parte das Nações Unidas quando escolhem o Produto Nacional Bruto (PNB) como o indicador que separa os “países pobres” dos “países ricos”. Porém, já nos anos 1960, fracassa a visão de que o PNB pode ser considerado um índice confiável de desenvolvimento, o qual associava crescimento com incorporação ao “clube dos países desenvolvidos”.

¹¹³ Crescimento econômico é caracterizado pelo aumento da produtividade ou da renda por habitante e pelo aumento das taxas de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico à produção.

¹¹⁴ O conceito de “trickle down effect” supõe que o crescimento econômico gera efeitos benéficos para todas as camadas da população.

O fato de o crescimento econômico não ser suficiente para debelar a desigualdade e a pobreza foram confirmados por estudos que revelaram não ser possível estabelecer que o “crescimento econômico sempre beneficia os mais pobres ou que nenhum pobre perde com reformas pró-crescimento” (BRUNO et al *apud* MALUF, 2013, p.56). Há outros fatores que determinavam tal relação, entre os quais o grau prévio de iniquidade existente nos países. Em consequência, tornava-se evidente, portanto, que o conceito de desenvolvimento deveria ser ajustado, para levar em consideração questões sociais, até então negligenciadas. A partir desta proposta, o econômico e o social, até então concebidos como aspectos distintos, começaram a figurar como parte de um totalidade, que deveria ser equilibrada.

Embora a incorporação do aspecto social ao conceito de desenvolvimento tenha lhe dado fôlego, a partir do final do anos 60 e início dos 70, resta claro que o *modus operandi* de expansão da economia capitalista mundial havia mudado, não somente em termos políticos e econômicos, mas também na maneira como os diferentes segmentos sociais posicionavam diante dessas mudanças, sobretudo em relação às demandas por emancipação. Essas alterações acabaram por desencadear numa generalizada e interdependente crise, cujo primeiro evento significativo foi a crise do petróleo, em 1973, colocando assim um ponto final na era de ouro do capitalismo (Machado, 2005, p. 98).

Depois da Segunda Guerra, a vertiginosa expansão econômica parecia indicar que a sociedade capitalista havia dado os primeiros passos em direção a verdadeira liberdade, em que as duas modernidades – a técnica e a da libertação – haviam se ajustado. No final dos anos 60 e início dos anos 70, no entanto, essa percepção desvanece. O projeto modernizador do Iluminismo, pelo qual se alcançaria a emancipação social, falhou. A razão não havia criado a “decantada emancipação” (Freitag *apud* Neto, 2004, p. 1566)

Dentre as mudanças ocorridas nesse período, surgem os movimentos sociais em torno da proteção do meio ambiente, em razão do agravamento e da generalização dos desastres ambientais, decorrente do avanço da produção capitalista global. A questão ambiental passa, então, a ser paulatinamente objeto de negociações internacionais, sobretudo no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

Sob os auspícios da ONU, vários fóruns de negociação foram implementados, entre os quais, destacam-se as conferências para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Com características singulares, essas conferências enquadram-se num cenário mais amplo de cooperação internacional, em que os nações, embora com

expectativas pouco convergentes, buscam encontrar soluções a um problema comum. É no contexto dessas negociações, tendo a crise ambiental como conjuntura, que se origina o conceito de desenvolvimento sustentável, a nova vertente do conceito de desenvolvimento, cujo indiscutível prestígio na ordem social contemporânea manifesta-se na rapidez e no alcance com que foi aceito e difundido ao longo da transição entre o século XX e XXI.

A expressão surge no âmbito da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela Assembleia Geral da ONU e presidida por Gro Harlem Brundtland, ex-Primeira Ministra da Noruega. A Comissão, em 1987, lançou o relatório *Nosso Futuro Comum*, conhecido também como *Relatório Brundtland*. Nesse relatório, o termo desenvolvimento sustentável foi cunhado como “[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 7).

De modo geral, a ideia de desenvolvimento sustentável reflete uma abordagem de pensamento, denominada de “ecológico-tecnocrata de planejamento” (BANCO MUNDIAL, 1994; SACHS, 1986; OPHULS; BOYAN JR, 1992; HEILRONER, 1974 apud FREY, 2001, *apud apud* FREITAS NUNES e NÉLIS, 2011, p.44). Essa abordagem propõe compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais, e que estes devem ser objeto da intervenção estatal. Trata-se de uma concepção que se supõe ser capaz de proporcionar um alinhamento em torno da possibilidade de unir meio ambiente ao crescimento econômico, com ganhos sociais, sem questionar a continuidade do sistema capitalista.

O conceito de desenvolvimento sustentável revigora o ideal de desenvolvimento, sob uma nova roupagem. Se o discurso do desenvolvimento foi concebido para responder à questão social, o do desenvolvimento sustentável foi criado como saída para a questão ambiental. E é esse o discurso que vigora atualmente, sobre o qual as Nações Unidas têm construído suas estratégias. Tal como o conceito de desenvolvimento, o de desenvolvimento sustentável é objeto de inúmeras disputas, tido ora como solução da problemática ambiental, ora como mais uma falácia de um sistema capitalista injusto e desigual. Dada a emergência da questão ambiental, sobretudo no que se refere as mudanças do clima, há de observar, nos próximos anos, se o conceito de desenvolvimento sustentável, e as estratégias elaboradas a partir de seus elementos, irá de fato ser capaz de compatibilizar crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental, tal

como promete.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Relatório Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FREITAS, Rosana de Carvalho. NUNES, Letícia. NÉLSIS, Camila. A crítica Marxista ao Desenvolvimento (In)sustentável. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a04v15n1>> Acesso em 09 ago 2015.

ESCOBAR, Arturo (2000). Planejamento. In, SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes

ESTEVA, Gustavo (2000). Desenvolvimento. In, SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes

FERNANDES, Cláudio Tadeu. Crítica da Modernidade: Breves Reflexões de Anthony Giddens, Immanuel Wallerstein, David Harvey, Milton Santos e Edgar Morim. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/a-critica-da-modernidade-reflexoes-giddens-wallerstein-e-outros.html>, Acesso em: 10 mar 2016.

HOBSBAWM, Eric (1975). A Era do Capital: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra

KOSELLECK, Reinhart (s.d) . Uma História dos Conceitos: Problemas Teóricos e Práticos. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945/1084>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

MACHADO, Vilma (2005). A Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável De Estocolmo à Rio-92. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável

MALUF, Renato S (2013). Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. Disponível em: <http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/177/173>. Acesso em: 09 mar. 2016

NETO, Maria Cristina Nunes Ferreira (2004). Sensibilidades, Sociabilidades e Representações fazem parte do Campo dos Estudos Políticos. *In* Fragmentos de Cultura, PUC-Goiás.

SACHS, Wolfgang (2000). Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes

WEBBER, Max (1982). Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Editora LTC Fernandes.

DEBATE HISTORIOGRÁFICO E CRONÍSTICO: EXPULSÃO E/OU CONVERSÃO DOS JUDEUS DE PORTUGAL NO REINADO DE D. MANUEL I (1495-1521)

*Cleusa Teixeira de Sousa*¹¹⁵

RESUMO: A historiografia que versa sobre a expulsão dos judeus de Portugal, assume uma postura tradicional, visto que, a maioria dos autores que transitam por esse tema afirmam que a documentação régia demonstra, que o casamento entre o décimo quarto rei português e a princesa Isabel de Castela e Aragão foi a principal motivação para D. Manuel I decretar o Édito de expulsão em 1496 e sancioná-lo em 1497. Neste caso, o

¹¹⁵ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Armênia Maria de Souza.

objetivo central dos Reis Católicos e do monarca português estaria alicerçado na junção das duas coroas e no fortalecimento do poder militar e político desses reinos. No entanto, ao debruçar-me sobre as fontes documentais régias: *Chancelarias* e as *Ordenações Afonsinas* e *Manuelinas*, dentre outras, levanto a hipótese de que esse acontecimento apresenta causas que vão para além da questão matrimonial e política, dando novos contornos aos interesses que moveram esse rei em expulsá-los e/ou convertê-los a fé cristã. A novidade consiste em analisar as relevâncias econômicas e os horizontes de avanços do comércio português com o mundo além-mar, garantidos pela disseminação de judeus para as terras “conquistadas” e aquelas que o monarca projetava alcançar.

Palavras-chave: D. Manuel; Portugal; Expulsão; Conversão dos judeus.

Introdução

Este trabalho é um recorte da nossa pesquisa de doutoramento. Na tese buscamos realizar à análise das motivações, para além, daquelas já apresentadas pela historiografia: que menciona o casamento de D. Manuel I (1495-1521) com a princesa Isabel de Aragão e Castela (1470-1498), objetivando unir as duas coroas. Assim, nosso objetivo principal consiste em compreender quais foram os outros fatores que levaram D. Manuel I, a expulsar e/ou converter os judeus de Portugal entre os anos de 1496-1497 e as suas estratégias com os cristãos novos após o batismo forçado. Sabe-se que os judeus representavam a maior fonte de arrecadação tributária do reino e que os monarcas precisavam de seus préstimos nas atividades relativas a administração financeira, utilizavam de seu conhecimento de outras línguas, da medicina e astronomia. Deste modo, ao desenvolver a tese buscamos associar a expulsão desse povo à primazia da empreitada marítima portuguesa.

Neste estudo que ora apresentamos, nos deteremos a identificar e analisar o debate historiográfico e cronístico acerca da expulsão e/ou conversão dos judeus portugueses e os jogos de poderes recorrentes neste processo. Desta forma, ao analisar pesquisas de especialistas das teorias do poder, percebemos que o político utiliza-se do imaginário para liderar o real, emergindo um espetáculo, em que as cenas acontecem sob dois eixos centrais, ora revela estrangimentos determinados pelo passado em níveis culturais, ora decorre das transformações sociais. Visto que, as relações sociais são responsáveis por afiançar sentido à ação, sejam elas orientadas por estruturas oficiais ou por aparências superficiais controladas diretamente pelo poder. O qual, se nivela ao jogo dramático que se desenrola no interior das sociedades ao longo dos tempos. Nesse exercício de poder,

os monarcas e demais governantes objetivavam corroborar a política, ampliando-a através da consagração, das cerimônias, dos ritos, das conquistas e das guerras. (BALANDIER, 1982). Qualquer semelhança observada na relação de poder que se desenvolve entre os judeus e os reis, não se trata de uma mera coincidência. Mas, evidencia o caráter simbólico que está presente nas relações de poder das tramas sociais que permeiam qualquer espaço e tempo.

A (com)posição historiográfica acerca da expulsão e/ou conversão dos judeus

D. Manuel I foi entronizado em 17 de Outubro de 1495, por ocasião da morte de seu primo e cunhado D. João II (1481-1495). (MORENO, 1998: 170). É válido salientar que a expulsão e/ou conversão dos judeus de Portugal em 1496-97, ainda é um fato que carece ser estudado e que nos intriga mesmo nos dias atuais. Muitos cronistas, historiadores e até literatos, realizaram pesquisas acerca deste tema. Mas, ainda existem alguns fatores que incidem numa incógnita sobre o assunto. Seu degredo das terras lusitanas ultrapassam as barreiras do político, cultural e religioso, avançando para os fatores econômicos decorrentes do crescimento do comércio com os mundos além-mares. Lembrando que os judeus conseguiam acumular riquezas onde quer que fossem, dado a cultura letrada e a facilidade na lida com as finanças.

Nossa intenção é mostrar que a temática relativa a expulsão e/ou conversão desse grupo em Portugal instigou muitas pesquisas mas, que a maioria delas apresenta o casamento de D. Manuel com a princesa Isabel de Aragão e Castela como a principal causa desta iniciativa tomada pelo monarca. Não discordamos destes autores quanto ao fato do casamento do rei com a princesa ter influenciado na decisão de expulsá-los e/ou convertê-los. Contudo, cogitamos que seus motivos vão para além dessa afirmativa discutida por diversos pesquisadores. Visto que, a historiografia é unânime ao mencionar que o fim da tolerância religiosa e o banimento dos judeus portugueses, se deram por fatores religiosos e pela ambição desse rei de reger toda a Península Ibérica, por meio da ação diplomática de sua união matrimonial com a princesa castelhana,¹¹⁶ filha mais velha dos reis Isabel I de Castela (1474-1504) e Fernando II de Aragão (1479-1516).

¹¹⁶ Nos dias iniciais do governo de D. Manuel I, os reis espanhóis (conhecidos por reis católicos: D. Fernando e D. Isabel), enviaram um emissário de sua confiança, o qual levou ao rei uma missiva régia, em que os reis cumprimentavam o monarca português pela ascensão ao trono. (GÓIS, 1909, pp. 31-34).

Esta corrente de pensamento defende que os reis católicos exigiram que D. Manuel I expulsasse os judeus do reino português, como condição para o casamento com sua filha Isabel (de Castela e Aragão). Torna-se relevante compreendermos a intencionalidade da escrita destes autores que abordam os fatos apresentados sob a ótica de sua formação cultural, religiosa e política.

Assim, iniciamos esta tentativa de interpretar a intencionalidade pelo historiador, poeta e jornalista do século XIX, Alexandre Herculano (1810-1877), que analisou os acontecimentos concernentes à expulsão judaica em sua obra de referência sobre *As origens da Inquisição em Portugal em 1536*. Em seu estudo, esse lusitano salientou que D. Manuel I desconsiderou as instruções de seus conselheiros, os quais o alertaram sobre a problemática da expulsão. Cedeu às pressões espanholas expulsando-os por conta de seu desejo de administrar a Península Ibérica:

A princesa D. Isabel era filha mais velha dos Reis Católicos e sua herdeira presuntiva, no caso de faltar o príncipe D. João, único fiador da sucessão masculina ao trono de Castela. Casando com ela, o rei de Portugal via em perspectiva, ao menos como possível, a reunião das duas coroas da Península numa só cabeça. (HERCULANO, 1975:114).

Na perspectiva apresentada por Herculano, a união matrimonial entre D. Manuel I e Isabel de Aragão e Castela, representaria a junção das coroas: portuguesa e espanhola. Embora, Isabel tenha morrido em 1498 no parto de seu único filho com D. Manuel I. A esperança da união das coroas tão desejada por D. João II ficara a cargo do único fruto desta aliança, Miguel da Paz (1498-1500), herdeiro dos reinos de Portugal, Castela, Leão, Sicília e Aragão. Mas, em 1500, o infante teve seu passamento atestado em Granada, com aproximadamente 2 anos de idade. Neste sentido, devemos lembrar que este autor escreve no contexto do século XIX e que se preocupava em combater a possibilidade, por mais remota que fosse, do retorno à centralidade monárquica, utilizando suas narrativas para condenar a prática régia portuguesa dos séculos anteriores.

Diversos outros historiadores que se dedicaram aos estudos dos judeus portugueses corroboraram a tese levantada por Alexandre Herculano (1975), à exemplo: Meyer Keyserling (2009) e Joaquim Mendes dos Remédios (1895), José Amador de Los Rios (1960), Heinrich Graetz (1967) e Maria José Pimenta Ferro Tavares (1997), os quais abraçaram a historiografia tradicional dando continuidade a narrativa que apresenta D.

Manuel I como um rei ambicioso que sacrificou “seus judeus” por conta de sua pretensão pessoal.

Nos escritos de Joaquim Mendes dos Remédios em *Os judeus em Portugal*:

As ambições políticas de D. Manuel, que o levaram a acariciar a ideia de subir ao throno de Hespanha, foram funestas aos judeus. A alliança com a casa real de Hespanha era também ambicionada pelos reis hespanhoes, e tanto que Fernando e Isabel se apressaram a mandar saudar o novo rei português pelo seu embaixador especial D. Affonso da Silva [...]. (REMÉDIOS, 1895: 284-285).

Remédios, foi um teólogo do século XIX, docente da Universidade de Coimbra que se dedicou a História da Literatura portuguesa, seus escritos sobre os judeus de Portugal enfatizam um quadro de perseguição religiosa e a sua narrativa aproxima-se mais da literatura do que da História. Mas, apesar de sua obra carecer de críticas mais contundentes acerca dos fatos narrados, foi uma das primeiras a versar sobre o tema e nos serve como referencial na atualidade.

Meyer Kayserling¹¹⁷ rememora a trajetória dos judeus desde o período visigótico, ainda no século V, aludindo a relevância da presença judaica no século XII, quando Portugal surgiu como reino. Essa tese é corroborada por Maria José Ferro Pimenta Tavares. Kayserling preocupou-se em delinear a importância dos judeus em Portugal, assinalando suas contribuições para sociedade portuguesa, sobretudo, aquelas concernentes a administração, ao comércio e a gerência das finanças do reino. No que concerne à expulsão judaica de Portugal, o autor aponta que *D. Manuel* “ambicionava reunir sob seu cetro toda a Península Pirenaica, plano facilmente realizável por meio de uma aliança com uma princesa castelhana”. (KAYSERLING, 2009:163). Faz-se necessário compreender que esse autor foi um historiador e filósofo, que privilegiou os estudos da história e literatura dos judeus na Península Ibérica e que em 1891, foi nomeado rabino dos judeus em Argóvia (situado ao norte da Suíça), assim sua escrita sobre os judeus visa construir uma imagem de um povo perseguido ao longo dos tempos, possivelmente sua reflexão acerca da expulsão e/ou conversão deste grupo, buscou evidenciar e “acusar” a tentativa de centralidade do poder régio na Península Ibérica.

⁶ Trata-se de um historiador e rabino alemão, que realizou seus estudos em Berlim, seguindo a escola de Leopold Von Ranke, ainda jovem, dedicou-se à história e, particularmente, à literatura judaica na Península Ibérica. Tinha apenas 28 anos de idade quando publicou, em 1859, o primeiro livro acerca do tema, um estudo sobre “sefarditas” – judeus originários da Península Ibérica–. (KAYSERLING, 2009, p. 30).

Maria José Pimenta Ferro Tavares, historiadora e docente universitária portuguesa do século XX, se dedicou aos estudos dos judeus em Portugal e nos promoveu diversas contribuições acerca desta temática, mas ao se reportar ao fato da expulsão e ou conversão deste grupo em terras lusitanas, não se furtou em seguir a historiografia tradicional, enfatizando igualmente a ambição de D. Manuel I em reunir a administração das duas coroas. Há ainda outros autores como, José Amador de Los Rios e Heinrich Graetz, que também professaram essa mesma linha de análise. Já Anita Novinsk em *O papel dos judeus nos grandes descobrimentos* nos desperta para a relevância dos judeus no desenvolvimento do projeto de alcançar as terras além-mar empreendido pelos monarcas portugueses. Novinsk é uma docente universitária contemporânea ao nosso tempo, uma pesquisadora dos cristãos novos que tem se dedicado ao estudo dos conversos que se estabeleceram no Brasil, assim seu lugar de escrita sobre esse grupo tem privilegiado aqueles que vieram para cá no período de represália difundida pela inquisição portuguesa.

A pesquisa mais atualizada relativa à expulsão dos judeus de Portugal foi redigida pelo historiador e professor da Universidade de Southampton, localizada na Inglaterra, François Soyer, nesse estudo, o autor traça uma abordagem do período em que a tolerância religiosa parecia ser parte integrante da política régia. Revela a combinação da escolha da orientação religiosa que a fé cristã propunha ao reino português à intolerância até então estranha a essa cultura que era tolerante a presença judaica em Portugal até o governo de D. Manuel. Soyer valida a tese defendida pela historiografia acerca do tema, de que o casamento entre D. Manuel e Isabel de Castela e Aragão foi o principal motivo para a expulsão dos judeus do reino. Mas, traça uma nova perspectiva, apontando que esta decisão também fez parte da diplomacia calculista e pragmática de D. Manuel, o qual buscava garantir a paz duradoura com seus vizinhos espanhóis. (SOYER, 2013).

A importância da empresa marítima no medievo português era significativa, conforme José Mattoso, D. João II, em 1486 conseguiu do papa Inocêncio VIII (1484-1492) a Bula da Cruzada ratificando o sentido de *guerra santa*, ligado às conquistas africanas que agregava ganhos à coroa, advindos dos rendimentos eclesiásticos. (MATTOSO, 1997: 46). No governo de D. João II, os territórios africanos começaram a fornecer riquezas através do comércio, principalmente das minas da Guiné e do açúcar

da Madeira. O velho ideal cruzado, apesar disso, não saiu do imaginário dos portugueses e ao lado dos interesses econômicos a justificativa de guerra santa sempre era invocada.

Os autores cotejados até o momento não analisaram a possibilidade da empreitada marítima ter influenciado na decisão de D. Manuel de expulsar e/ou converter os judeus, deixando escapar a importância dos lucros que a empresa marítima promoveu em Portugal naquele momento. Não há como desvencilhar os judeus de sua crença, mas aqui nos propomos realizar uma análise que vão para além das questões religiosas que os envolviam, buscando observar os aspectos políticos e principalmente econômicos do período que podem ter substancialmente influenciado D. Manuel na decisão de convertê-los à força, os tornando cristãos novos para disseminá-los no mundo além-mar como representantes comerciais da coroa portuguesa.

O fato dos judeus terem religião própria e serem fiéis a sua tradição, praticando os ritos e a cultura pertinentes ao judaísmo, os colocaram desde os tempos mais remotos como uma afronta à fé católica, pois eles ainda esperam a vinda do Messias. Percebem Cristo como um apóstolo, mas não o tem como um enviado de Deus que veio para salvar a humanidade de seus pecados. A Igreja Católica começou a expandir o cristianismo no Ocidente desde o século IV, sob o domínio do imperador Constantino. E desde então, objetivou cristianizar os povos e levá-los a seguir os preceitos cristãos de modo a favorecer a salvação de suas almas após a morte. Os representantes legais da Santa Sé se reuniram em diversas assembleias para disporem leis que desfavorecessem os judeus em relação aos cristãos. Em diversas partes da Europa os judeus sofreram as consequências por professarem uma fé que não era a cristã. Em Portugal, dada a especificidade econômica do reino, num tempo em que a economia estava sendo estruturada, os reis toleraram¹¹⁸ e até empregaram os judeus na administração e na fiscalização monetária da coroa, aproveitando de sua vasta instrução e experiência no trabalho com as finanças.

Apesar das queixas corriqueiras que a sociedade apresentava aos reis, sobre a usura dos judeus nas transações que envolviam empréstimos, a realeza lusitana sempre usou da diplomacia para contornar essas discórdias. Visto que, como dissemos, careciam

¹¹⁸A tolerância que nos referimos aqui trata-se do pensamento difundido por Santo Agostinho, que era necessário tolerar e conviver com povos que professassem outra fé, para convertê-los a fé cristã. (grifos nossos).

dos altos tributos pagos pelos judeus à coroa e ainda assim podiam contar com a presteza deles na execução das atividades que lhes eram atribuídas.

Dada a relação ambivalente que existia entre ambos: de um lado, os judeus necessitavam viver “em paz” no reino e, para tanto, precisavam contar com os favores régios; do outro, os monarcas necessitavam de seus préstimos e de seus tributos e por isso garantiam-lhes proteção. Lembrando que em tempos anteriores às transações comerciais advindas da empreitada marítima (1484), eles representavam a maior fonte de arrecadação da economia portuguesa.

A administração desenvolvida por D. Manuel I foi norteadada por um movimento de estratégias políticas intenso. Há esse tempo, o teatro vicentino desenvolveu papel relevante na propaganda régia e na elaboração da ideia de um reino bem sucedido e abundante. O teatro configurava-se como parte integrante de uma espécie de “espetáculo do poder” que se fez presente nas cortes mais poderosas do Renascimento europeu. (FROES, 1993:188.). D. Manuel I tornou-se “celebre” por ser considerado o mais rico e poderoso dos reis portugueses, por ser o maior responsável pelos “descobrimientos” de territórios além-mar e desenvolvimento do comércio por vias marítimas. Uma parcela acentuada da produção teatral ibérica elaborada posteriormente, rememorou o simbolismo desta memória que os portugueses buscaram criar sobre esse rei. Há que se lembrar, que a legitimação do poder monárquico na Idade Média se dava por meio da subordinação dos súditos, alcançada pelo atendimento das expectativas da sociedade e pelas próprias características do poder. Com isso, a legitimação política ocorre pela necessidade da manifestação do espetáculo.¹¹⁹

O século XVI representou um período de crescimento econômico para Portugal. Os “descobrimientos” marítimos¹²⁰ iniciados por seus antecessores e continuados por D. Manuel, garantiram ao reino ibérico o luxo e o exotismo oriental, originando fortes mudanças na vida econômica dos portugueses. As conquistas e os rendimentos do comércio marítimo contribuíram para que D. Manuel administrasse um reino rico, no qual efetuou profundas reestruturações. Constata-se que as grandes

¹¹⁹Balandier aponta que esse processo de legitimação política se dá pela necessidade da manifestação espetacular. (BALANDIER, 1982, pp.7-8).

¹²⁰Sob a administração de D. João I ocorreu a tomada de Ceuta em 1415. No governo de D. Afonso V, de 1444 a 1446, as caravelas descobriram e reconheceram o cabo Verde, o Senegal e o Gâmbia, e a costa da Guiné até o cabo Roxo, ou até o Rio São Domingos (Cachéu). As dificuldades de navegação e de outras naturezas, como aquelas provenientes dos contatos humanos como linguagem, foram surgindo, sob o governo de D. João II essas navegações tomaram novos rumos que mais tarde foram colocados em prática por D. Manuel I. (GODINHO, 1971, p. 151).

navegações descortinaram um mundo até então desconhecido pelos portugueses e por muitos europeus. O discurso medieval do ideal da conversão dos infiéis e gentios à fé cristã se instaurou como um dos mais fortes argumentos para justificar essa empreitada à sociedade lusitana e a Europa cristã.

Embora a empreitada marítima tenha tido papel de destaque na economia portuguesa no tempo de D. João II e D. Manuel I, a historiografia acerca dos judeus do reinado de D. Manuel I e principalmente pertinente a sua expulsão de Portugal, garantiu até o momento pouca relevância a esse tema. Desse modo, neste estudo buscaremos responder algumas indagações: D. Manuel poderia abrir mão das rendas que os judeus lhes proporcionavam, prevendo novas conquistas? Tentaremos entender se foi esse o principal motivo para D. Manuel I ter cedido à pressão dos reis católicos acerca da expulsão dos judeus de Portugal. Para tanto, torna-se imprescindível perceber: qual era a posição dos conselheiros régios quanto à expulsão dos judeus de Portugal?

A expulsão na *Crônica de Damião de Góis*

Após a crise dinástica de 1383 à 1385 que irrompeu Portugal decorrida da morte do rei D. Fernando (1345-1383) e a ascensão do mestre de Avis ao poder, o qual se tornou D. João I (1385-1433), consolidou-se a necessidade de deixar para a posteridade os escritos da memória dos feitos, mais do que os feitos em si, era um modo de (super)valorizar a imagem e rememorar as ações dos reis. Deste modo, os cronistas procuravam sustentar seus escritos sob dois aspectos: o moralista e o memorialista. O primeiro, tinha a função de servir de espelho de virtudes, como: coragem, justiça, sabedoria, honra, temperança, fidelidade e coragem. Por isso, normalmente ao se referir aos monarcas estes autores exaltavam suas virtudes, atreladas ao moralismo, o segundo referia-se a função memorialista, comprometida com a rememoração e manutenção dos acontecimentos do passado. Esta abordagem apresenta alguns problemas, visto que, os cronistas se tornaram “ajuntadores” de histórias, reproduzindo parte do que a fonte apresentava, ou como uma manifestação daquilo que eles queriam rememorar no governo de seus biografados. Faz-se necessário observar se os cronistas repetiram o que já havia sido dito anteriormente por considerarem válidas as informações. Susani S. L. França, nos chama a atenção para o fato da relevância dos historiadores examinar as

configurações do passado, exercendo a problematização dos fatos e a crítica da intenção do autor ao mencioná-los na obra. (FRANÇA, 2006:13).

O cronista de D. Manuel I, Damião de Góis, não se furtou em elevar os feitos deste rei e sustentou no prólogo de sua narrativa o imperativo de verter para o seu texto a descrição verídica dos fatos acontecidos, pois em seu entendimento esta era a única forma de fazer história. Assim, remonta a consulta deste rei aos membros do conselho régio português, os quais se reuniram em assembleia, com a intenção de discutir a expulsão dos judeus como condição imposta pelos reis espanhóis para realização de seu casamento com a princesa Isabel de Aragão e Castela. E, suas opiniões divergiram formando dois grupos, aqueles que queriam ver os judeus distantes do reino, por exemplo, a França, a Inglaterra, a Escócia e o Reino Escandinavo, locais onde os judeus já não eram mais tolerados. Salientaram ainda, que os monarcas desses lugares, assim como os reis católicos não teriam expulsado tão grande quantia – aproximadamente um milhão – de judeus se não lhes parecesse mais útil e vantajoso. Esse contexto, nos instiga a pensar sobre quais motivações teriam levado esses reinos a expulsá-los: poderiam ser as mesmas do rei português?

Os que eram favoráveis à expulsão aconselharam o rei a não se indispor com o reino vizinho, afirmando que seria uma afronta aos espanhóis continuar admitindo e tolerando os judeus. Argumentando ainda, a expulsão dos judeus agradaria a sociedade portuguesa, que os consideravam inimigos da fé, ressaltando que o prejuízo material causado pela expulsão seria compensado pelo banimento deles do seio social das terras lusitanas. Sobre tal assunto, o mais relevante é que apontaram a destreza dos judeus na lida com as finanças, assinalando que se eles permanecessem no reino eles o sugariam e atrairiam para si larga quantidade dos bens móveis existentes. (GÓIS, 1909:51-52).

Aqueles que eram contrários ao banimento dos judeus de Portugal, foram motivados pela tolerância religiosa e defendiam a ideia de que diversos reinos e repúblicas como Hungria, Boêmia, Polônia e outros reinos cristãos e mesmo o sumo pontífice toleravam-nos em suas regiões. Destacaram suas habilidades laboriosas e intelectuais e sua importância nos reinados de seus antecessores. Mencionaram até mesmo que ao sair de Portugal e com tamanha riqueza poderiam procurar a acolhida junto aos príncipes mouros e utilizarem seus conhecimentos quanto às manufaturas das armas e demais atividades em benefício dos muçulmanos. Salientaram ainda, no tocante ao aspecto religioso, que se vivessem entre os cristãos seria mais fácil convertê-los ao

cristianismo. (GÓIS, 1909:51-52). Neste caso, levantamos a hipótese de que esses personagens eram membros da nobreza e que se divergiram em suas opiniões por levarem em conta seus interesses próprios e do grupo social do qual fazia parte. Mas, ainda não temos como comprová-la, pois até o momento carecemos de documentos que corroborem para identificação destes personagens históricos que faziam parte deste conselho.

Apesar da divergência de opiniões entre os conselheiros, o certo é que D. Manuel I não se furtou a expulsar os judeus de Portugal em 1496 e no ano seguinte ordenou que aqueles que ainda estavam em terras lusitanas não poderiam mais dali sair. Entretanto, deveriam se converter ao cristianismo, mesmo que fosse necessário o uso da violência para com eles. Desta feita notamos assim, que o reinado de D. Manuel pode não ter sido tão “glorioso” no quanto demonstra o seu cronista Damião de Góis, seu biógrafo João Paulo de Oliveira e Costa e diversos historiadores portugueses que escreveram sobre o período da sua administração régia.

Neste estudo, pretendemos fazer uma análise das relações de poder desenvolvidas nos âmbitos político-administrativo, cultural e religioso do período em questão. É imprescindível ressaltar que foi somente após o Edito de Expulsão em 1496, que a história dos judeus em Portugal mudou radicalmente. Sabemos que já no mês de dezembro daquele ano, muitos judeus saíram de Portugal, nos reinados anteriores esse grupo não havia sofrido tamanha pressão. O reino tornou-se quase totalmente cristão, após a conversão forçada por ordem do monarca em 1497. Mas, esses conversos, denominados de cristãos novos, conservaram as tradições da fé judaica, ou seja, só se convertiam na palavra. Intimamente continuavam a exercer sua devoção aos rituais concernentes a sua religião, os marranos.¹²¹

Outro fator de suma importância acerca do tema abordado, diz respeito a questão legislativa sobre as disposições de leis portuguesas criadas pelos governantes que antecederam a D. Manuel I, estas não aparecem no Códice de seu tempo, que conta com apenas duas leis acerca dos judeus, as quais são: *Que os Judeus e Mouros forros se saiam destes Reynos, e nom morem, nem estem nelles.* (Ordenações Manuelinas, Tít. XLI, 1786: 212-214). *De como Cristão que foi Judeu deve de herdar a seu pay, e a sua mãy, e aos outros parentes.* (Ordenações Manuelinas, tít. XLII, 1786: 214-218).

¹⁷A palavra marrano refere-se aos judeus portugueses que foram forçados a se converterem ao cristianismo nos reinos cristãos da Península Ibérica, mas que continuavam a praticar clandestinamente seus costumes e religião anterior. (ROUTH, 1959).

Assim, concluímos até o momento que não podemos negar que uma das motivações de D. Manuel baseou-se no interesse de criar laços duradouros com o reino vizinho, outra delas, visou garantir a união entre as coroas: portuguesa e espanhola, mediante seu casamento com a princesa Isabel, conforme acordo fechado com os reis católicos. Esse sonho de comandar os dois reinos contraindo alianças matrimoniais¹²² era uma prática ibérica, que persistia desde os tempos mais remotos. Tratava-se, portanto, de uma estratégia recorrente nos reinos ibéricos, casar-se para manter o poder, bem como para disseminá-lo nos reinos vizinhos.

Mas, os frutos desta pesquisa revelam que os interesses desse rei iam além da motivação política, econômica e religiosa. Ele demonstrou-se ousado em demasia. Objetivava conquistar “novos mundos”, e para tanto não mediu esforços. A ideia central que instiga esta investigação está fundamentada na hipótese de que D. Manuel expulsou os judeus de Portugal para que eles abrissem novos caminhos para a comercialização com os mundos além-mares. Conforme mencionado anteriormente, eles eram detentores do conhecimento de diversas línguas por conta da diáspora, da convivência com os mouros no período que antecede a reconquista e que eram excelentes comerciantes, aprendiam a ler e escrever, muito cedo. Consideramos várias conjecturas para sua ação extremada com esse povo, mas há convicção de que essa é uma das principais delas.

BIBLIOGRAFIA

Fontes:

Crônicas

¹²²As alianças matrimoniais normalmente ocorriam entre as famílias nobres. Era uma espécie de estratégia familiar e patrimonial, de transmissão e valorização da linhagem, bem como, o resguardo e o alargamento da riqueza herdada. Christopher Brooke. *O casamento na Idade Média*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991, pp. 109-114. Na realidade, o matrimônio no medievo, tinha uma dimensão política para as famílias régias, tratava-se de uma ação diplomática. Assim, por meio das uniões matrimoniais buscava-se manter laços com os aliados, com o intuito de reforçar o poder político, e firmá-lo entre os reinos. Essa medida era extremamente projetada na constelação internacional das realezas. O casamento unia partidos e casas reais, não somente pelo vínculo político, mas, sobretudo, pelos laços de consanguinidade entre os herdeiros de heranças. Os laços políticos indestrutíveis eram classificados como matrimônios férteis – geraram frutos para o bem- e, aqueles que não alcançavam seus objetivos eram considerados inférteis – que originou maus frutos-. Esse ato, só podia ser remediado por meio de uma nova aposta de consórcio matrimonial entre outras casas reinantes. (COELHO, 2002-2003, p. 44). Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12680/1/Maria%20Helena%20da%20Cruz%20Coelho%2036%20vol1.pdf>>. Acessado em mar./2016.

GÓIS, Damião de. *Crônica D'el Rei D. Manuel*. Lisboa: Escripório, 1909, pp. 31-34.

Ordenações Régias

ORDENAÇÕES MANUELINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1786. Livro 1-5.

Bibliografia geral

AMADOR DE LOS RIOS, José. *História social, política y religiosa de los judíos de Espana y Portugal. 1818-1871*. Disponível em: <<https://archive.org/details/historiasocialpo01amad>>. Acessado em: Jul./2016.

BALANDIER, George. *O poder em cena*. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

COELHO, Maria Helena da Cruz. A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha. In. *Revista Portuguesa de História*. t. XXXVI, 2002-2003, pp. 41-70, vol. 1, p. 44.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006.

FROES, Vânia Leite. Missionaçãõ portuguesa e encontro de culturas. In. *Actas do Congresso Internacional de História*. Braga: 1993, p.188.

GRAETZ, Heinrich. *History of the Jews*. Philadelphia, 1841. Disponível em: <<https://archive.org/details/historyofjews01grae>>. Acessado em: Jul./2016.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1971, p. 151.

HERCULANO, Alexandre. *Portugaliae Monumenta Historica – 1856-1873*. 1975.

KAYSERLING, Meyer. *A História dos judeus em Portugal*. 2009.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, v. III.

MORENO, Humberto Baquero. A idade moderna entre luzes e sombras. In. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos. *Os judeus em Portugal*. Coimbra: F. França Amado, 1895, pp. 284-285.

ROUTH, Cicil. A History of the marranos. Meridian Books. In. *The jewish publication society of America*, October, 1959

SOYER, François. *A perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal: D. Manuel I e o fim da tolerância religiosa (1496-1497)*. Lisboa: Edições 70, 2013.

A CAMINHO DE SANTIAGO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA PEREGRINAÇÃO DE SANTIAGO DE COMPOSTELA NO SÉCULO XII¹²³

*Cristiane Sousa Santos*¹²⁴

RESUMO: A peregrinação rumo ao local onde repousam as relíquias do apóstolo São Tiago, o Maior em Santiago de Compostela na Galiza é um fenômeno intrigante que movimentou o ocidente medieval. Tamanha foi a importância que a peregrinação jacobea alcançou, que no século XII era o *locus* de peregrinação mais visitado na Europa, feito que a situou dentre as três maiores peregrinações cristãs, estando atrás em importância apenas da Cidade Santa, Jerusalém e da Cidade Apostólica por excelência, Roma. Um importante documento que contribuiu para a disseminação do culto foi o *Liber Sancti Jacobi* ou *Codex Calixtinus*, como é denominado popularmente. Neste texto, intentamos demonstrar como as descrições realizadas no Livro V do *Liber Sancti Jacobi*, denominado como Guia do Peregrino, colaboraram para a construção do itinerário da peregrinação de Compostela seja no imaginário ou no espaço físico do Caminho de Santiago.

Palavras-chave: Santiago de Compostela, peregrinações, itinerário.

INTRODUÇÃO

Diz Walter Benjamin (1994, p. 224): “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”. Nesse sentido, construir o conhecimento histórico, não se institui de fato em narrar o passado em seus pormenores. Já dizia Santo Agostinho (LIVRO XI, CAP. 17-18, 2014, pp. 307 – 308) em sua meditação quanto à medição do tempo que, “os que narram os fatos passados, sem dúvida não os poderiam veridicamente contar, se não os vissem com a alma. Ora, se esses fatos

¹²³ Texto orientado pela Prof^a. Dr^a. Renata Cristina de Sousa Nascimento. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Universidade Federal de Goiás, da Universidade Estadual de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Mestrado em História). E-mail: renatacristinanasc@gmail.com.

¹²⁴ Discente do Programa de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: lyrasley@gmail.com.

passados não existissem, de modo nenhum poderiam ser vistos”. E mais, “ainda que se narrem os acontecimentos verídicos situados no passado, a memória relata não os próprios eventos como decorreram, mas sim as palavras concebidas que gravam no espírito, os vestígios”. O discurso que resulta dessa vista fragmentada do passado, ainda que apresente pressupostos de um enredo narrativo de ficção, em diversos aspectos comparáveis com a encenação de um drama, em sua concepção situa o tempo, tornando-o humano. É narrando que a história fornece uma explicação, que considera o outro, o sujeito do passado. Ou seja, através das narrativas, podemos ouvir o ressoar das vozes dos homens e vislumbrar os aspectos de sua fé no mito de São Tiago. Afinal, “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1994, p. 223).

Em princípios do século passado, a narrativa e, sobretudo o acontecimento foram pautas de diversas discussões na historiografia. Os historiadores ligados à Escola dos *Annales*, responsáveis por um dos principais paradigmas a influenciar a historiografia no século XX, em suas primeiras gerações foram costumeiros detratores das narrativas, cenário que se reverteu nas últimas décadas do século XX, em razão, da transição no pensamento dos historiadores analíticos e do advento de novos métodos na historiografia. Dessa forma, foram várias as releituras – inclusive entre os *Annales* – quanto à importância dos eventos e de suas narrativas. (GUIMARÃES, 2013, s.d.).

Direi, portanto, primeiramente, o que não se deve esperar da narratividade: que ela preencha uma lacuna da explicação/compreensão. Nesta linha de combate que proponho ultrapassar estão curiosamente reunidos historiadores de língua francesa que resumiram suas queixas na oposição provisória entre história-narrativa e história-problema e os autores de língua inglesa que elevaram o ato de configuração da composição da narrativa à posição de explicação exclusiva das explicações causais, ou até finais. Criou-se, assim, uma alternativa aparente que faz da narratividade ora um obstáculo, ora um substituto para a explicação. (RICOEUR, 2007, p. 251).

Grosso modo, estamos evidenciando a nossa posição, não apenas do ponto de vista de articular a narrativa histórica a partir do discurso de exponenciais historiadores, mas como de fato concebemos tais fontes no fazer historiográfico. Segundo Ricoeur (2010, p. 93), “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo”. Segundo Marcella Lopes Guimarães (2013, s.d.), essa humanidade

identificada nas narrativas se cristaliza, “[...] carne, osso e voz... Na tentativa de compreender experiências, acontecimentos marcantes, dar sentido a memórias dispersas, ou ordenar a vida em uma sequência, homens e mulheres recorrem muitas vezes a narrativas”.

Nesse sentido, as narrativas contidas no *Liber Sancti Jacobi* ou Códice Calixtino, como também é denominado em razão de ter a sua autoria atribuída ao papa Calixto II¹²⁵ (1119 – 1124), nos proporcionam a empatia com os fiéis que no medievo se moviam aos milhares pelo Caminho de Santiago, em busca de milagres e indulgências.

É possível observar que nas narrativas contidas na fonte documental em apreço há uma preocupação em fundamentar historicamente o que é narrado. Por certo, que o *Liber Sancti Jacobi* traz em seu enredo claramente a exaltação do mito. Cabe aqui não apenas discutir o que é real na narrativa, mas interpretar os seus objetivos e a importância desta para o contexto em questão.

[...] uma narração é considerada histórica quando comporta marcas de historicidade que confirmem a intenção do autor em deixar o leitor sair do texto, além de programarem as operações suscetíveis, supostamente, de verificar suas alegações ou reproduzir os atos cognitivos que teriam servido de base para suas afirmações. (POMIAN, 1989, p. 121 apud PROST, 2014, p. 235).

Dessa forma, não somente as narrativas descritas no *Liber Sancti Jacobi*, mas outras narrativas provenientes do medievo que tratem acerca da tradição e da história de Compostela e dos milagres de S. Tiago nos possibilitam um passeio pelo caminho de construção do mito e sua fundamentação como referência para a Cristandade.

Conforme assinalou Marc Bloch (2001, p. 58) ao traçar uma comparação entre a tradição cristã da Crucificação e Ressurreição, o que importa não é saber se Jesus foi crucificado e depois ressuscitou. “O que agora se há de compreender é como é possível que tantos homens ao nosso redor creiam na Crucificação e na Ressurreição”. Portanto, em nossa percepção o que importa é entender as razões da tradição construída em torno da existência das relíquias de São Tiago em terreno galego, razões que como Bloch

¹²⁵ A autoria do *Liber Sancti Jacobi* é atribuída ao papa Calixto II (1119-1124), como é indicado em diversos capítulos do código. Calixto é natural de Borgonha, antes de se tornar papa, foi abade de Cluny, que exerceu considerável influência em catedral de Compostela. Nenhum autor que pesquisa sobre o mito compostelano, acredita na autoria de Calixto para o *Liber Sancti Jacobi*. Contudo, o fato de ser próximo da monarquia castelhana-leonesa, pode esclarecer o fato de a autoria ser remetida à Calixto, pois ele era irmão mais velho do primeiro esposo de Dona Urraca, filha de Afonso VI.

afirma, são “humanas, é claro; a hipótese de uma ação providencial escaparia à ciência”.

Ora, as narrativas nos aproximam a tais objetos. Albuquerque Júnior (2007) em defesa da narrativa lembra que “a memória, como a História, são uma escritura sem fim, nem origem”. Isto, pois, já dizia Agostinho de Hipona (2014), “a memória retém o esquecimento” e por que supomos na memória construída em torno mito de São Tiago de Compostela, memórias possam ainda testemunhar sobre os homens que se prontificaram a seguir o Caminho de Santiago. Se “a história é a ciência dos homens no tempo” como afirmou Bloch (2001, p. 55) o produto do historiador, fundamentado nos monumentos do passado é a imaginação de uma intriga, que nos possibilita vislumbrar, os fragmentos e os mesmos nos aproximam por que não dizer, de um imaginário desses homens que alimentava a tradição.

O sepulcro tautológico ao qual creditam estarem presentes as relíquias de São Tiago foi encontrado no século IX (provavelmente entre os anos 820 e 830), as peregrinações segundo as narrativas que versam sobre a temática, se iniciaram logo após, tendo em vista que, cerca de um século antes da *revelatio*, já havia narrativas que afirmavam a existência das relíquias de São Tiago em *Hispania*¹²⁶.

A partir da descoberta das relíquias de São Tiago em terreno galego, toda uma estrutura foi empreendida e continuamente transformada a fim de atender aos peregrinos e, sobretudo a promover a peregrinação à Santiago de Compostela, contudo, as peregrinações e o culto contaram com importantes documentos que atuaram como motivadores aos peregrinos em suas jornadas peregrinatórias. Dois desses instrumentos merecem destaque, a saber: a *Historia Compostelana*, composta no século XII a mando de D. Diego Gelmírez, arcebispo de Santiago de Compostela e o já citado anteriormente, *Liber Sancti Jacobi*, que contém a hagiografia de São Tiago, ambas as narrativas desses documentos, são os maiores divulgadores e enaltecadores do culto compostelano na Idade Média.

AS HAGIOGRAFIAS NO PERÍODO MEDIEVAL

¹²⁶Beda, o Venerável em seu Martirológio, adianta cerca de um século a localização da tumba apostólica. Na Homilia XCII, Beda fala do traslado do corpo do apóstolo da Palestina à Hispania, tornando a informação ainda mais completa, indica que as relíquias após um segundo traslado, foram escondidas nos limites frente ao Mar Britânico.

No princípio do século IV, o Cristianismo sofria intensas perseguições por parte do Império Romano, e, como efeito desses embates houve numerosos martírios. A transformação nesse cenário só veio em 312 d.C. com a “conversão” de Constantino, ao passo que a condição da Igreja cristã abandonou a “condição de seita perseguida e passou a ter um *status* privilegiado”. (BURROW, 2013, p. 219). A partir dessa transição à medida que a memória dos apóstolos se distanciava, a Igreja tomou consciência de seu presente e futuro, mas também de seu passado e de que era essencial distinguir e defender uma tradição autêntica.

Era fundamental demonstrar continuidade com as profecias do Antigo Testamento, com o testemunho dos apóstolos e as linhas de sucessão que partiam deles e iam até o os bispos cristãos e com os ensinamentos daqueles que se estabeleceram como autoridades, os Patriarcas da Igreja. Essa história, que fundamentava os primórdios da Igreja se deu no século IV com Eusébio de Cesaréia. Eusébio inaugurou outro gênero de história, que alcançou enorme popularidade e que lançaria as bases para a hagiografia medieval, o martirologio cristão. O martírio espelhado na crucificação de Cristo, com seus precedentes remotos nos livros dos Macabeus e na morte de Sócrates, tornou-se uma questão central para os cristãos. Os mártires triunfavam na forma como morriam, e iam direto para o céu. Sua celebração se tornou uma característica importante da liturgia cristã, e as descrições dos martírios – por vezes muito detalhadas, como no caso de Eusébio -, [...] vieram a ser uma forma de literatura latina popular. (BURROW, 2013, p. 221).

Segundo Rebelo (2004), as narrativas hagiográficas possuem estreitos laços com a Antiguidade pagã, em razão da sua forma de retratar o “herói” da fé como os heróis antigos. De fato, em sua apresentação literária, a hagiografia se ancorava nos modelos clássicos de biografia, e era um dos vários gêneros que corporizavam uma tradição biografista.

Quando os cristãos começaram a redigir as biografias dos seus santos, não podiam ignorar uma rica tradição clássica de autores como Xenofonte, Cornélio Nepos, Plutarco, Tácito, Suetônio, dentre outros, nem podiam evitar a influência desses mesmos autores”. (REBELO, 2004, p. 135).

Todas essas referências, no entanto, se adequavam aos aspectos literários, pois as hagiografias mostravam em suas narrativas a luta de homens e mulheres que se dignificavam em imitar o exemplo de Cristo.

A denominação hagiografia em sua etimologia significa: *hagios*: santos; *graphia*: escrita, enquanto termo é utilizado desde o século XVII, época em que se ampliaram os estudos críticos acerca dos santos, suas histórias e cultos. São considerados textos de natureza hagiográfica os que possuem como tema central, os feitos ou qualquer elemento relacionado ao culto de um personagem considerado santo, seja um mártir, uma virgem, um abade, um monge, um pregador, um rei, um bispo, ou mesmo um pecador arrependido. (SILVA, 2008, p. 75).

Para Certeau (2008) a hagiografia traz à comunidade momentos de festa e lazer, as suas leituras eram feitas em períodos de descanso e em intervalos recreativos. Eram continuamente recitadas nos dias de festas e nos lugares de peregrinação e tinham a finalidade de comemorar a vitória dos santos contra o mal e a morte.

A vida dos santos traz a comunidade um elemento festivo. Ela se situa do lado do descanso e do lazer. Corresponde a um “tempo livre”, lugar posto à parte, abertura “espiritual” e contemplativa. Não se encontra do lado da instrução, da norma pedagógica, do dogma. Ela “diverte”. Diferentemente dos textos nos quais é necessário acreditar ou praticar, ela oscila entre o crível e o incrível, propõe o que é lícito pensar ou fazer. (CERTEAU, 2008, p. 270).

Em razão de seu caráter de “vacância”, conforme a própria denominação utilizada por Certeau, os homens do medievo não consideravam as hagiografias como material canônico ou teológico. Essa concepção influencia o não enquadramento das narrativas hagiográficas, como História, mas sim como um tipo de literatura. Porém, o posicionamento de Leclercq (1957, p. 154 apud SILVA, 2008, p. 76) é contrário a esta perspectiva. Segundo o autor, quando os homens da Idade Média escreviam sobre santos, acreditavam estar fazendo História. Assim sendo, os hagiógrafos escreverem as vidas dos santos, com a preocupação em narrar os acontecimentos passados que eles consideravam verdadeiros.

Para Sobral (2007), é inegável que os textos hagiográficos ofereçam múltiplas perspectivas que complementam a compreensão da santidade, a história das instituições eclesásticas, das mentalidades, da literatura, cultura, ou seja, são instrumentos que colaboram para a compreensão das relações histórico-culturais em que estavam inseridas.

A História produzida no medievo ocidental era em todos os seus sentidos uma história cristianizada. E, mesmo sem romper com a tradição clássica, os autores cristãos se dedicaram a aperfeiçoar as formas textuais dos antigos e desenvolverem novas formas, pois, a Bíblia era o modelo de História, por excelência.

A História era considerada uma grande unidade: tudo o que fora relatado no Antigo Testamento era prenúncio do que se cumpriu no Novo: e quando os homens da Idade Média pensavam a sua própria História, viam-na como a realização do anunciado por Cristo a seus apóstolos. Nesse sentido, nasceram a História Eclesiástica, as hagiografias e a concepção providencialista da História. Para os homens medievais, portanto, a História tinha um sentido: a salvação dos homens; um começo: a criação; um ponto central: a economia de Cristo; um fim: o mundo terreno acabará e os fiéis viverão no paraíso.

Essa concepção de História é adversa da nossa, pois, em fins da Idade Média, com o advento da secularização, ocorreu uma ruptura entre a Historiografia e a Hagiografia. “Com o divórcio entre as partes, pouco espaço restou para o tratamento da vida dos santos, afinal, a História deixou de ser vista como obra transcendente, mas como uma obra humana”. (SILVA, 2008, p. 77).

As hagiografias eram mergulhadas no caráter de celebração, pois eram em suma, monumentos que celebravam a vitória do santo em sua trajetória heroica. Entretanto,

Os Cristãos sempre entenderam que os santos, na presença de Deus, não se esqueciam dos que ainda penavam neste vale de lágrimas. Os santos podiam servir de mediadores entre o Céu e a Terra e os Homens que solicitassem a sua intercessão. Ora, o principal local de culto a um santo era o seu túmulo. O Céu e a Terra tocavam-se onde houvesse veneração de relíquias. A presença destas suscitavam peregrinações, imprimindo, por sua vez, o impulso necessário à construção de templos, de forma a permitir uma veneração condigna do padroeiro local. (REBELO, 2004, p. 150).

No que diz respeito ao caráter hagiográfico, os livros II e III do *Liber Sancti Jacobi*, encerram em si a trajetória heroica de São Tiago, em sua predição no antigo território visigodo, o seu retorno e martírio em Jerusalém, assim como, o retorno milagroso de suas relíquias para o local em que predicou. Os milagres atribuídos ao santo são descritos no livro II, enquanto a trajetória de vida, evangelização, martírio e revelação das relíquias de Tiago, são retratadas no livro III.

O GUIA DO PEREGRINO

Após descoberta das relíquias de São Tiago, as peregrinações ao sepulcro apostólico não necessitaram das narrativas elaboradas após esta para tomarem fôlego, contudo, entendemos que estas propiciaram a criação do itinerário compostelano, além de promovê-lo no ocidente medieval.

O livro V do *Liber Sancti Jacobi*, que no século XIII tornou-se o IV (cerca de 1260), quando o quarto livro, intitulado *Pseudo Turpin*¹²⁷. A *Historia Karoli Magni et Rotholandi* ou *Pseudo-Turpin*, trata-se de uma narrativa fictícia, que tem Carlos Magno como herói libertador do caminho e por sua vez, do sepulcro de São Tiago em Compostela, do jugo muçulmano. Os relatos são descritos pelo arcebispo Turpim de Reims a certo Luitprando, que estava interessado em conhecer as histórias de seu amigo Turpim ao lado do imperador carolíngio. Segundo Singul (1999, p. 174) “o autor da *Historia Karoli* conhece bem as histórias e canções de gesta francesas que circulam pelo Caminho de São Tiago nos séculos XI e XII, como a célebre *La Chanson de Roland*, *La Chanson de Mainete*, a de *Aspremont* ou as de *Ferragut*”. O autor reuniu todas as canções de gesta da época e direcionou todos os seus heróis para a terra de São Tiago, a fim de livrá-la do poder muçulmano. O livro IV foi separado do códice por se tratar de um relato fictício e seria um dos responsáveis pela edificação do caminho de Santiago de Compostela na Idade Média. Este documento é por sua vez, um relato que trata dos caminhos que levam a Compostela, além ter em seu conteúdo uma descrição da catedral, o Guia do Peregrino como é comumente denominado, é certamente o maior divulgador do Caminho de Compostela.

A narrativa se ocupa em situar os caminhos mais usados, os locais a serem evitados, inclusive, “las cualidades de las gentes que se encuentran en el camino”, como alerta o capítulo VII. No entanto, longe de ser apenas um texto elaborado por um peregrino, que conhecesse bem a jornada em direção ao sepulcro de São Tiago, o Livro V, de fato, faz um apelo à imaginação dos peregrinos de Santiago de Compostela, aos aspectos do caminho e a tudo e todos que de certa forma, foram incorporados a ele.

¹²⁷ Segundo o *Liber Sancti Jacobi* (LIBRO IV, PROLOGO, 1951, p. 103), o autor em questão seria “el Arzobispo de Reims (788 o 794), a quién los autores de esta narración la atribuyeron, para prestigiarla con su nombre; enlazado as las leyendas carolingias, su nombre y hazañas se popularizaron en España”. Luitprando, ouvinte da narrativa de Turpim de Reims, segundo o códice, seria um personagem fictício.

No capítulo VIII, que convida os peregrinos a conhecer os corpos de outros santos que descansam no caminho, o Guia do Peregrino, agrega novos heróis e, corrobora alguns dos milagres descritos no Livro II, que reúne as narrativas de milagres de São Tiago em sua maioria no caminho em direção à Santiago de Compostela. Ao reunir a localização das diferentes relíquias distribuídas no caminho, o Guia do Peregrino passa a conter não apenas aspectos de realidade, mas também do maravilhoso, ao ditar as proezas dos santos descritos.

Povoando de episódios heroicos e maravilhosos as etapas do caminho que atravessava o norte da Espanha, os autores do *Codex Calixtinus* criaram, entre o final do século XI e a primeira metade do XII, uma rota de peregrinação que se tornou tão ou mais conhecida do que o próprio santuário, indissociável deste. (RUCQUOI, 2007, p. 119).

Contudo, uma das mais notáveis proezas do Guia do Peregrino por certo é situar as diferentes jornadas, ou seja, os diferentes caminhos que levam a Compostela, e dentre estes o que maior notoriedade alcançou é o denominado Caminho Francês.

Son cuatro los caminos a Santiago que en Puente la Reina, ya en tierras de España, se reúnen en uno solo. Va uno por Saint-Gilles, Montpellier, Tolouse y el Somport; pasa otro por Santa María del Puy, Santa Fe de Conques y San Pedro de Moissac; un tercero se dirige allí por Santa Magdalena de Vézelay, por San Leonardo de Limoges y por la ciudad de Périgueaux; marcha el último por San Martín de Tours, San Hilario de Poitiers, San Juan d'Angély, San Eutropio de Saintes y Burdeos. El que va por Santa Fe y el de San Leonardo y el de San Martín se reúnen en Ostabat y, pasado Port de Cize, en Puente La Reina se unen al camino que atraviesa el Somport y desde allí forman un solo camino hasta Santiago. (LIBER SANCTI JACOBI, LIBRO V, CAP. I, 1951, p. 498).

A breve descrição situada já no capítulo I do Guia do Peregrino, demonstra os quatro diferentes caminhos situados na França, que em território hispânico se unem para formar o caminho francês. Adeline Rucquoi (2007, p. 117), vai ainda mais além, ao situar o Livro V do *Liber Sancti Jacobi*, não apenas como testemunha da existência do caminho “francês”, mas sim, “o seu criador, pois literatura não é somente um “testemunho” de seu tempo, um reflexo de realidade”. O desenvolvimento dos estabelecimentos de apoio aos

peregrinos seriam posteriores à elaboração de diversas passagens do códice¹²⁸. Nesse sentido, o guia do peregrino, não teria apenas reunido uma tradição, mas sim colaborado para a sua formulação e por sua vez para a legitimação da mesma, colaborando para a promoção das vias terrestres em detrimento das vias marítimas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável a importância dos caminhos em direção a Santiago de Compostela e o culto às relíquias de São Tiago, o Maior na cidade supracitada. Contudo, a relevância dos documentos elaborados pela diocese compostelana para garantir a legitimação desses fenômenos, nos mostram que estes são consideráveis monumentos que não apenas legitimam o mito de Santiago de Compostela, mas que também, são agentes fundamentais na formação de toda a estrutura, imaginária e concreta da peregrinação à Compostela.

Nesse sentido, através da pesquisa às fontes como o *Liber Sancti Jacobi* entendemos que possamos compreender os aspectos, sejam eles, sociais, religiosos, econômicos ou mesmo imaginários, que possibilitaram a extensão e o valor das peregrinações dos cristãos dos mais diferentes destinos do ocidente medieval nessa árdua tarefa que se constitui o ato peregrinatório para Santiago de Compostela.

REFERÊNCIAS

Fontes:

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HISTORIA COMPOSTELANA o sea Hechos de D. Diego Gelmirez primer arzobispo de Santiago. Traducida del latin al castellano por R.P. Fr. Manuel Suarez com notas aclaratorias e introduccion por el R.P.Fr. Jose Campelo. Santiago de Compostela: Editorial PORTO S.L., 1950.

¹²⁸ Convém salientar que os caminhos que levam à Compostela, não se resumem apenas ao caminho francês. Outras duas vias peregrinatórias merecem destaque, a saber: o caminho português, que assim como o caminho francês é uma junção de diversos caminhos que saem de Portugal e convergem em duas grandes rotas em direção ao sepulcro compostelano, um pelo litoral, a partir de Valença, e outra pelo interior. Outro importante itinerário da peregrinação compostelana é a “via da prata” que parte de Sevilla, seguindo ara o norte, onde encontram o caminho francês.

LIBER SANCTI JACOBI "CODEX CALIXTINUS". Tradução e notas de MORALEJO, A; TORRES C; FEO, J. Santiago de Compostela: Xunta de Galícia, 1998. In: MALEVAL, Maria do A, T. *Maravilhas de São Tiago. Narrativas do Liber Sancti Jacobi (Codex Calixtinus)*. Niterói: Ed.UFF, 2005. (Versão bilíngue Latim-Português)

LIBER SANCTI JACOBI "CODEX CALIXTINUS". Traducción por A. Moralejo y J. Feo. Santiago de Compostela: Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, 1951.

Bibliografia Geral:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Vol. 1 Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2001.

BURROW, John. *Uma história das histórias: de Heródoto e Tucídides ao século XX*. Tradução de Nana Vaz de Castro. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Por São Jorge! Por São Tiago! Batalhas e narrativas ibéricas medievais*. Curitiba: Ed. UFPR, 2013.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Tradução de Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2014.

REBELO, António Manuel R. *A estratégia política através da hagiografia*. In: JIMÉNEZ, Aurélio Pérez (et. al.). *O retrato literário e a biografia como estratégia de teorização política*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004. (pp. 131 – 158).

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et. al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RUCQUOI, Adeline. *O caminho de Santiago: a criação de um itinerário*. In: Revista Signum, 2007 pp. 95 – 120. In: https://www.academia.edu/4094535/O_caminho_de_Santiago_A_cria%C3%A7%C3%A3o_de_um_itiner%C3%A1rio. Acesso em: 16/08/2016.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. *Reflexões sobre a hagiografia ibérica medieval: um estudo comparado do Liber Sancti Jacobi e das Vidas de Santos de Gonzalo de Berceo*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

SOBRAL, Cristina. *Hagiografia em Portugal: Balanço e perspectivas*. Medievalista, ano 3, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA3/medievalista-hagiografia.htm> Acesso em: 25/07/2016.

SER OU NÃO SER INCONSTITUCIONAL? EIS LADÁRIO: OS DESDOBRAMENTOS EM TORNO DA FORMAÇÃO DA MUNICIPALIDADE (1948-1960)

*Daiane Lima dos Santos*¹²⁹

RESUMO: O presente projeto tem por objetivo analisar as circunstâncias e desdobramentos da emancipação político-administrativa do município de Ladário-MS criado pela lei estadual nº 679¹³⁰. O autor da lei emancipacionista, foi o deputado estadual Manoel Wenceslau Botelho de Barros Neto que juntamente com lideranças políticas locais resolveu “interferir” escrevendo o projeto de lei para o desmembramento de Ladário-Corumbá. Partindo dessa premissa, é intrinsecamente relevante e pertinente analisar a discussão em torno da criação do município no âmbito camarário municipal que se estendeu após a data de sua instalação em 1954. A rigor, de um lado há um elemento inquietador, o termo inconstitucional atribuído a Ladário. De outro lado, sobretudo, a questão um tanto polêmica que diz respeito aos limites territoriais. Para dar conta da problemática que se elege como objeto e atribui-lhe historicidade, busca-se a aproximação ao *silenciamento* sobre essa fase fundamental e conflituosa da história do Ladário a partir das fontes escritas e orais.

Palavras-chaves: inconstitucionalidade, municipalidade, identidade.

JUSTIFICATIVA

Sabe-se que o trabalho do historiador acima de tudo, consiste na problematização das fontes, nesse sentido, a “A nova história dá provas de um grande engenho para inventar, reinventar ou reciclar fontes históricas até aí adormecidas ou consideradas como definitivamente esgotadas.”, bem como a releitura de fontes conhecidas. Desta forma, tudo aquilo que foi produzido a partir das fontes, é passível de análise e desconstrução.

Nesse sentido, José Carlos Reis (2010, p.94) afirma que “A história conduzida por problemas e hipóteses, por construções teóricas elaboradas e explícitas é uma “nova

¹²⁹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/FCH/UFGD). e-mail: daiane.alunasenac@gmail.com
Bolsista CAPES/DS.

Orientador: Linderval Augusto Monteiro

¹³⁰ Lei de 11 de dezembro de 1953 que criou o município de Ladário, sancionada pelo governador do Estado de Mato Grosso, Fernando Correa da Costa.

história”, Ora, o historiador não pode mais se esconder por detrás de uma narrativa, simplesmente relatando o que encontrou nas fontes, deve, sobretudo, partir de uma análise embasada fornecer condições ao leitor de verificar/intepretar o contexto histórico e atribuir-lhe significado. Significa dizer que não existe parcialidade em história, pois todo texto emana traços do seu autor. Ao historiador da “nova história”, portanto, é admitida explicitamente a construção do fato, coisa que já era realizada pelos ditos positivistas que o faziam implicitamente, ou seja, nenhum pesquisador manipula dados “brutos”, mesmo aqueles que desejam fazê-lo.

Em relação à história problema Lucien Febvre (1989, p.31) diz “É que pôr um problema é precisamente o começo e o fim de toda a história. Se não há problemas. Não há história. Apenas narrações, compilações”. Partindo dessa premissa, surge a primeira e grande problemática gerada em torno ao município de Ladário: “Seria ou não um município inconstitucional?” “Inconstitucional em sua plenitude ou de forma parcial? ”. Questões aqui levantadas justamente por que são elucidadas e postas sob análise quando há situações embaraçosas entre os municípios de Ladário e Corumbá.

Marc Bloch (2001, p.128) fala das sujeições ao qual o historiador está susceptível “O historiador está sujeito a falhas, a palavra compreensão domina e ilumina os estudos. Compreender não é uma atitude passiva, o historiador, escolhe, tria, e, analisa”. Nesse sentido, Marc Bloch menciona que uma característica que garante a especificidade da história em relação a outros saberes: trata-se da dependência dos vestígios. A história, para ser escrita, depende dos vestígios legados pelo passado. O método de pesquisa histórica defendido por Bloch pode, por meio de perguntas certas aos vestígios/resquícios certos, contornar os silêncios destes mesmos vestígios/resquícios sobre o passado. O vestígio, no estudo proposto, é o termo “inconstitucionalidade” se fazendo imprescindível construir um debate em torno dessa questão tão cara e polêmica. Desta forma, a história é uma questão de olhar e de visão, o olhar aguçado e minucioso que faz trazer à luz e deixa visível por meio da evidência como afirma Hartog (2011, p.16) “A evidência é, aqui, o fio condutor e um motivo que atravessa, trabalha, reúne estas páginas ao abri-las para o mesmo questionamento: ver e dizer, verdade e visão, dizer e fazer ver”

Abordar aspectos que não são percebidos num contexto maior será de extrema importância, ao passo que estudar Ladário e a emancipação evidenciará os desafios e, ao mesmo tempo, as possibilidades de aplicação de um diálogo frutífero, entre a história local e a história do Mato Grosso do Sul. Sabe-se que os estudos nacionais ressaltam as

semelhanças, e o regional trabalha com as diferenças. Ao trazer a temática regional, aponta-se a necessidade de ampliação dos objetos de estudos para o conhecer melhor a história do local, levando em consideração as singularidades e valorizando as peculiaridades. Isso significa, portanto, compreender o fenômeno histórico na sua singularidade e colocar em evidência o local, se tornando historicamente pensável numa dimensão regional.

Diante do exposto, a pretensão é direcionar o trabalho para a História Regional, refazendo os caminhos tomados para a emancipação de Ladário, recuando ao ano de 1948¹³¹ a fim de perceber o que já estava sendo discutido sobre o assunto e chegando até 1960¹³² a fim de entender quais as mudanças ocorridas com a emancipação bem como perceber as permanências, e, observando, contudo, mais especificamente como se deram as relações política, econômica e social de Ladário com o município de Corumbá e com os órgãos representativos do Estado.

A criação do município Ladário respaldou-se na Constituição Federal de 18/09/1946, a Constituição Estadual de Mato Grosso de a lei nº 219 de 11/12/1948, a Lei Orgânica nº 74 de 13/12/1947. No período que Ladário se emancipou foram criados 21 novos municípios no então Estado de Mato Grosso. Foram registrados alguns casos de inconstitucionalidade de municípios tendo em vista a não audiência da Câmaras Municipais ao qual o distrito pertencia, permitindo afirmar desse modo, que Ladário não foi um caso isolado, mas típico do momento. Discussão extremamente importante para o período, essa situação ilustra claramente que o artigo 28 da Constituição Federal que trata da autonomia municipal estava sendo violado. Assim sendo, é extremamente pertinente usar o método comparativo com o município de Itaporã que foi considerado município da discórdia por parte da elite política local da atual região sul do estado de Mato Grosso do Sul.

À primeira vista, levando em conta pesquisas preliminares realizadas em fontes primárias nota-se a ausência total do assunto em jornais do período, em contrapartida é perceptível um debate acalorado entre o vereador representante de Ladário na Câmara de Corumbá com os representantes da casa. Além disso, as discussões levadas a Assembleia

¹³¹ Ano em que, a partir da iniciativa do prefeito de Corumbá, Arthur Affonso Marinho, o distrito do Ladário foi elevado à categoria de subprefeitura de Corumbá pela lei n 74 de 13 de dezembro de 1947.

¹³² Delimitou-se 1960 para a compreensão do que fora feito nos primeiros anos para organização da municipalidade, que efetivamente teve início no ano de 1955, após a primeira eleição para o executivo municipal. Pretende-se deste modo, entender as iniciativas tomadas nos primeiros cinco anos de administração municipal.

Estadual do Estado de Mato Grosso são em torno a um discurso não bem quisto por uma minoria. É igualmente eficaz, analisar os debates existentes nessas atas que por fim votaram a favor da criação e desmembramento do distrito de paz do Ladário do município de Corumbá.

Ladário é em dias atuais, um município com pouco mais de 20 mil habitantes, situado à margem direita do rio Paraguai, dentro da planície pantaneira. Com localização a fronteira oeste, a 6 km de Corumbá, Ladário é rico em minerais, como ferro, manganês e calcário. Possui o único terminal multimodal do Centro-Oeste, com acesso ferroviário, rodoviário e pela hidrovia do rio Paraguai, que movimentam a economia local no transporte de navegação. Os minerais passam pela via férrea até ao chegar ao Porto de Ladário, de onde é levado para outras partes do país e do mundo por meio da hidrovia sendo desta maneira, considerado o principal porto de cargas do Estado de Mato Grosso do Sul.

A história *do Ladário*¹³³ tem seu início a partir das frentes expansionistas empreendidas pela coroa portuguesa e remonta ao ano de 1778 em que foi fundado como povoado no dia dois de setembro, passando consecutivamente de freguesia a categoria de distrito¹³⁴ para somente se emancipar e desmembrar do município de Corumbá por meio da lei estadual nº 679 de 11 de dezembro de 1953. Segundo Marquês (2007, p. 21) “Em 1871 há a demarcação do local Ladário. Em 1896 através da lei número 134, a povoação de Ladário no município de Corumbá é elevada à categoria de freguesia. Em 1911 compõe como distrito o município de Corumbá e fica até 1933”. Isto significa dizer que Ladário ficou como distrito de Corumbá por 22 anos consecutivos e, para além disso, é possível deduzir que já haviam certos conflitos ideológicos existentes ao passo que por duas vezes o distrito se desvinculou de Corumbá.

É sabido que com o processo de conquistas da coroa portuguesa surgiu a preocupação com relação a integridade do território a oeste de Mato Grosso. Tal preocupação fez com que fosse instalada uma fortificação militar em 1775 denominada Forte Coimbra como forma de legitimar as conquistas portuguesas, e, contudo, defender a fronteira contra os possíveis ataques indígenas. Tendo em vista a condição de isolamento e levando em conta a condição fronteiriça, no ano de 1778 foi fundada a

¹³³ O nome Ladário deu-se em homenagem a vila de nascimento do governador da província, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, na Província de Vizeu, Beira Alta em Lisboa.

¹³⁴ A criação dos distritos dependera as seguintes condições: I- população mínima de mil e quinhentos habitantes; II - renda anual igual ou superior a Cr \$ 5 000,00; III - mínimo de 30 moradas na sede; IV- delimitação prévia dos quadros urbanos e suburbanos da sede. Lei nº 74 de 13 de setembro de 1947 que dispõe sobre a organização dos municípios, p. 319.

povoação de Albuquerque, hoje Corumbá, mas 19 dias antes haviam fundado o povoado do Ladário. Partindo desse princípio, sobre a fundação da “Povoação do Ladário”¹³⁵ em 1778 feita pelo sertanista João Leme do Prado há o seguinte trecho (SOUZA, p. 26).

[...] acossado por súbito vendaval, logo após ter deixado o sertanista e seus companheiros, viu-se compelido a abrigar-se em uma enseada, a 6km a jusante. Explorando as cercanias constatou-se a existência de “huns matos muito excelentes de bacurizais capazes de dar toda qualidade de mantimentos”. Do que se viu e achou deu a ciência a Leme do Prado, sugerindo-lhe a instalação provisória naquele local, em condições de lhe proporcionar fartas messes. Aceitando as ponderações, o capitão-mor transferiu-se a 2 de setembro para o local indicado, por ele denominado Ladário, em lembrança ao nome da vila de nascimento de Luís de Albuquerque no distrito de Vizeu, Província de Beira Alta. Leme do Prado, em Ladário, ali permaneceu derrubando matos e plantando roças. Todavia não se descurava da preparação do terreno onde se daria a solenidade oficial da fundação. Para tanto teria dividido o pessoal em 2 grupos, cada qual em tarefas distintas, um em Ladário e outro em Corumbá. Ao que se deduz, diariamente, pela manhã, subia a Albuquerque em canoas com a turma designada para a limpeza, ele mesmo dirigindo os trabalhos, regressando a tarde. A outra cuidava do solo, da sementeira e colheita.

Não obstante haver assumido oficialmente o comando do presídio das mãos de Camponês, Leme do Prado continuou em Ladário, ocupado nas lides agrícolas. Somente a 4 de novembro de 1779, transferiu-se de definitivo para Albuquerque, consoante comunica o governador em 19 daquele mês.”

O trecho referenciado é basicamente o dispositivo disponível sobre a fundação da *povoação do Ladário*, que por sua vez, foi largamente difundido entre a população ladarense ao qual o ato “heróico” do sertanista João Leme do Prado é ressaltado, ilustrando claramente aquilo que permeia o imaginário da população ladarense. Ademais, vale salientar que ao fazer uma análise mais detalhada dos textos memorialísticos, é notório que a fundação do povoado do Ladário não foi planejado como o caso da fundação da vila de Albuquerque hoje Corumbá, e, portanto, não seguia o protocolo da coroa portuguesa para a fundação de vila enquanto jurisdição¹³⁶. Há que se considerar que os desbravadores precisavam de um lugar fértil para efetuar a plantação e colheita a fim de

¹³⁵ Chamo aqui de povoação de Ladário considerando que naquele momento, Ladário não se seguiu os requisitos constantes no protocolo da coroa portuguesa para fundação de vila enquanto jurisdição efetivamente por que não criou uma câmara municipal constituindo-se dessa forma, numa povoação.

¹³⁶ [...]Todas as vilas e cidades possuíam uma câmara municipal, portanto, existiram na Capitania de Mato Grosso duas câmaras: uma localizada em *Vila Real do Cuiabá* e outra em *Vila Bela*.” Ver: JESUS, Nauk Maria de. *Dicionário de Mato Grosso- período colonial*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011. p.50.

garantir a sobrevivência dos integrantes daquele grupo que fora incumbido de fundar a povoação de Albuquerque. À medida que, exploravam a região e conseqüentemente desceram rio abaixo, encontraram um local fértil e propício e desta maneira, fundaram a povoação do Ladário como ponto de apoio para a subsistência daquele grupo. Outrossim, o real objetivo daquela empreitada era de fato, a fundação da povoação de Albuquerque, hoje Corumbá, que aconteceu no dia 21/09/1778, 19 dias após da fundação do ponto de apoio a subsistência – a povoação do Ladário.

A povoação do Ladário ganhou destaque e reconhecimento, ostentando avanços significativos com a instalação do Arsenal da Marinha em 1873, transferido de Cuiabá-MT, capital da Província. A instalação do arsenal de marinha hoje representado pelo Sexto Distrito Naval propiciou em grande medida a imigração de pessoas de todo o canto do Brasil como forma de prestar serviço militar. Ademais, provocou por outro lado, uma miscigenação, sobretudo, com o povo “carioca” e o nordestino que se constituem parte integrante da identidade ladarense. Para todos os efeitos, o mais interessante é, contudo, a importância que o Comando do 6º distrito naval tem nos dias atuais fazendo parte integrante e extremamente participativa dos eventos de memória, reforçando assim, a identidade ladarense.

Nessa linha interpretativa, vale ressaltar que decorrente do Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903 e Acordo de Roboré de 1938, Ladário também ganhou reconhecimento com a instalação da sede/oficina da Comissão Mista Brasil-Bolívia na região denominada “Porto Malheiros”, no bairro hoje conhecido como *Mista*. De acordo com os relatos de antigos trabalhadores, a Comissão Mista, à medida que, construía os trilhos da estrada de ferro abria caminhos e formava cidades para a Bolívia e, além disso, foi a grande geradora de empregos da região acarretando por sua vez, a vinda de pessoas de todo o canto do Brasil com a finalidade de trabalhar na construção da estrada de ferro que ligaria Corumbá (Ladário) a Santa Cruz de la Sierra. Ainda segundo os relatos, a Comissão Mista contava com duas locomotivas principais, a 01(zero um) e 02 (zero dois). A locomotiva 01(zero um), é tradicionalmente conhecida como Trem Maria Fumaça atual ponto turístico da cidade, instalada na praça Nossa Senhora dos Remédios, e a locomotiva 02 (zero dois) por sua vez, foi entregue para a Bolívia após o término da estrada de ferro.

Na categoria distrito, Ladário já possuía grupos escolares e 4(quatro) escolas municipais conforme documento remetido à Câmara de Corumbá, além de possuir uma

delegacia de polícia e prédios para abrigar a municipalidade. Certo é, que Ladário não foi um distrito sem recursos e, sobretudo, desorganizado do ponto de vista estrutural.

Mediante o panorama apresentado em conjunto com a documentação do período, é possível afirmar que Ladário apesar de distrito tinha uma organização e cumpria alguns requisitos para ser elevado à categoria de município. Fato perceptível também no ofício¹³⁷ do prefeito municipal prestando as seguintes informações:

O distrito de Ladário teve as seguintes rendas e despesas no último triênio.

Rendas

1951.....CR\$ 191.234,20

1952.....CR\$212.984,80

1953.....CR\$284.726,00

Despesas

1951.....CR\$154.168,20

1952.....CR\$150.167,60

1953.....CR\$ 191.810,80

A partir das informações prestadas no ofício mencionado, é possível notar que as receitas do distrito de Ladário eram maiores que suas despesas, o que leva a refletir sobre uma possível autonomia se fosse emancipada tendo em vista que o Estado forneceria recursos no sentido de auxiliar com os gastos dos municípios. Torna-se potencialmente significativa, nesse sentido, analisar as causas e consequências da emancipação que de um modo ou de outro tem sinais vivos nos dias atuais evidentemente por que gerou conflitos intermináveis com Corumbá, bem como, se faz imprescindível analisar o *silenciamento* que se deu em torno a questão da emancipação-política envolta a uma insatisfação popular em não concordar com a criação do dito município se manifestando por meio de um abaixo assinado.

Numa abordagem Le Goff apresenta a memória como forma de poder

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos,

¹³⁷ Ofício nº 77-2-54 de 19 de fevereiro de 1954 do prefeito Otacílio Faustino da Silva encaminhado ao vereador Manoel Garibaldi Cavalcanti Mello.

dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1992, p. 426).

A memória coletiva, nesse sentido, como forma de luta e resistência emanada por relações de poder e sua contribuição para a história se dá nas diversas formas alcançando um universo mais amplo. Nessa perspectiva, trabalhar os *silenciamentos* por meio da memória poderão revelar elementos até então impensados e que elucidarão reflexões a respeito do assunto.

No que tange aos limites territoriais, Ladário tem por base dois decretos, que concordam entre si, o primeiro de 1943 que diz respeito a divisão administrativa e judiciária do Estado e o segundo de 1948 da Comissão de Revisão Territorial feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ladário se localiza, portanto, dentro do município de Corumbá, só fazendo divisa com este e com o Rio Paraguai. É nesse sentido que surge a segunda problemática: Como se emancipa um local dentro de outro local? Como ficam os limites territoriais?

De acordo com o decreto lei número 545 de 31/12/1943 que fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado, os limites interdistritais de Corumbá a Ladário eram: “O córrego do Gonçalves, até a sua foz, no rio Paraguai; este rio abaixo, até a morraria do Rabicho e esta mesma morraria até encontrar, ao Sul, a morraria de Corumbá seguindo esta até defrontar o ponto de partida.” Já com relação ao decreto número 583 de 12/12/1948, os limites eram: “Começa na cabeceira do córrego São Gonçalves, desce por este até a sua foz no rio Paraguai, por esse rio abaixo até a morraria do rabicho; por esta mesma morraria até encontrar a morraria de Corumbá, seguindo esta até ligar o ponto de partida”. Nota-se, portanto, a preocupação com a descrição no decreto de nº583 afim de que ficasse claramente explicitados os limites interdistritais entre Ladário e Corumbá. Por conseguinte, a ligação da estrada de Corumbá-Ladário se deu até a antiga rua do Portão, hoje, a atual avenida quatorze de março tendo a firma Mônaco, Barros e Cia Ltda. (Concessionária do Matadouro Público e da Xarqueada) uma contribuição com aquela empreitada.

É nesse cenário que as discussões acerca dos limites territoriais ganham relevância justamente por que os mapas de 1950 em diante não apresentam claramente os limites descritos nos decretos, que gradativamente foram perdidos para Corumbá. Originou-se dessa forma, uma disputa de recuperação de limites que perdura até os dias atuais.

Parte-se, deste modo, da insatisfação da população ladarense desencadeada pela manifestação feita por um membro da Câmara Municipal de Corumbá através de um projeto de resolução com vistas a anular a lei que criara Ladário. Por este motivo, é eficaz analisar a lei que criou Ladário levando em conta as possíveis lacunas nela deixadas. A Lei nº 679 de 11 de dezembro de 1953 diz:

Cria o município de Ladário

O governador do estado de Mato Grosso:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º- Fica criado o município de Ladário, **desmembrado do município de Corumbá, com os mesmos limites do atual distrito de Paz de Ladário.**

Artigo 2º- O município de Ladário terá por sede a atual vila de Ladário e pertencerá a Comarca de Corumbá.

Artigo 3º- Satisfeitas as exigências dos nº I, II, III do artigo 80 da Constituição Estadual e seus parágrafos 2º e 4º, o Governo do Estado providenciará no sentido de ser cumprido o disposto do Artigo 9 (nove) da Lei Orgânica dos Municípios.

Artigo 4º- Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro d 1.954, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro em Cuiabá, 11 de dezembro de 1.953, 132º da Independência e 65º da República (Grifo meu).

O intervalo entre a criação do município de Ladário até o ato de instalação foi o período suficiente para mobilização de um membro da Câmara Municipal de Corumbá em tentativa fracassada de anular a lei que criou o referido município. Todavia, apesar de todo movimento com o objetivo de impugnar a lei, as discussões não foram levadas a Assembleia Estadual de Mato Grosso para debate, sendo o parecer final dado em sessão extraordinária da Câmara de Corumbá através de votação verificando-se um empate, 3 (três) vereadores votaram contra o projeto de resolução e 3 (três) a favor, sendo que o presidente, desempatando, votou contra o projeto de resolução, declarando-o rejeitado por 4 votos contra três.

Em se tratando da cerimônia de instalação¹³⁸ do município discursou com deputado Wenceslau Botelho “autor da emancipação” explicando o significado do desmembramento Corumbá-Ladário, o jornal *Ladário em foco* enumera as autoridades presentes cuja a ausência do prefeito de Corumbá, Otacílio Faustino da Silva foi notada.

¹³⁸ Realizada no dia 17 de março de 1954, quarta-feira às 9h00, convocada pelo juiz de direito da 1ª vara da Comarca de Corumbá, Dr. Willian Drosghic.

Nesse sentido, cabe dar destaque a um trecho do discurso do deputado estadual Manoel Botelho no ato da instalação do município em 17 de março de 1954

“[...] Vejam, pois, que outro não foi o nosso objetivo, senão dar a Ladário maior possibilidade de expansão e desenvolvimento. E o fizemos dentro do espírito municipalista da nossa Carta Magna, que visa sobretudo levar o batejo da União a todos os recantos da nacionalidade. Dividir para melhor governar- eis a palavra de ordem. Esse é o pensamento que domina hoje o espírito dos grandes pensadores. É a preocupação máxima dos nossos estadistas e acima de tudo, e sobretudo, o que recomendam as nossas leis...” (Jornal *Ladário em foco*, 1978).¹³⁹

No extremo oposto, os trechos do discurso grifados, antes mesmo de serem pronunciados foram acaloradamente contestados na sala de sessões da Câmara Municipal de Corumbá a partir do momento em que a lei estadual nº 679 fora criada gerando, desta forma, um intenso e profícuo debate que se estendeu após a instalação do município.

Na cerimônia de instalação do município de Ladário a posse do primeiro prefeito foi dada sob nomeação a Armando Thomas de Almeida conhecido popularmente como “*Seu Girafa*”. Apesar disso, as eleições só seriam realizadas no final daquele mesmo ano tendo o prefeito de submeter as contas a Câmara Municipal de Corumbá para aprovação das despesas e receitas. A primeira eleição realizou-se à 3 de outubro de 1954 sendo eleito prefeito o senhor Ariquerme da Rocha Galvão – sargento da reserva remunerada do Exército – que tomou posse no dia 31 de janeiro de 1955, momento em que foi criada a Câmara Municipal de Ladário. Em consequência de sua destituição, decorrente do período da ditadura militar, o referido prefeito conseguiu se estabelecer no poder para o cumprimento do seu segundo mandato e enviou no dia 26 de agosto de 1972, uma carta à Câmara municipal de Ladário a fim de convocar sessão extraordinária para apreciar e estudar os projetos elaborados pela firma Peixoto de Faria e Cia Ltda referentes a bandeira e o brasão municipal projeto que foi aprovado pela ata nº 92 de 31 de agosto do mesmo ano.

No que concerne à organização e estruturação após a instalação do município e, sobretudo, a criação da Câmara Municipal, uma das primeiras iniciativas tomadas por parte dos legisladores foram a de criar lei regulamentadoras como, por exemplo, a lei número 001 do ano de 1955 que trata da limpeza dos terrenos.

¹³⁹ Jornal *Ladário em foco*, 1978 com dados retirados do Jornal *O momento*, com sede em Corumbá.

Cabe aqui dar destaque a lei de número 004 de 11 de março de 1955 que proibia a permanência dos animais na via pública. Lei criada através da manifestação de um dos integrantes da Câmara Municipal que se dirigiu ao presidente e demais vereadores da seguinte forma

“[...]Todos os povos do universo tem um índice de cultura que é representado pelas suas realizações nos campos científicos, artístico, intelectual, esportivo, urbanístico, enfim, em todos os sentidos das atividades humanas; tal índice no campo urbanístico, se evidencia no tratamento esmerado que dispensam a cada cidade, onde são plantados os marcos indestrutíveis de uma civilização; os monumentos da fé cristã; dos heróis guerreiros; os edifícios suntuosos da moderna arquitetura; o alinhamento e a limpeza das ruas; ajardinamento das praças publicas, tudo contribuindo para que cada cidade se sobressaia culturalmente em confronto com outras. Em Ladário, infelizmente srs. Vereadores, assistimos diariamente a negação desta verdade; não por culpa do nosso povo que é culto, bom e ordeiro; mas por simples e indescupavel relaxamento dos nossos poderes públicos! O ladarense, nos dias atuais tem a impressão, pelas evidencias dos fatos, de que a nossa querida cidade nada mais é do que “uma pequena fazenda de criar gado”!”¹⁴⁰

Nesse aspecto, percebe-se uma tentativa de melhoramento da cidade, com vistas as leis que proibiam a circulação de animais nas vias públicas pois nas cidades modernas e “civilizadas” isso não acontecia. Diante disso, havia uma inquietação por parte dos vereadores da maneira que a imagem do município era retratada, sobretudo, como era vista pelos estrangeiros. Assim, passados 62 anos após a emancipação político-administrativa, o trecho destacado se caracteriza por seus fortes resquícios nos dias atuais porque as andanças de animais pelas vias públicas continuam a ser uma prática tão comum e corriqueira, o que não vale afirmar, entretanto, que Ladário se constitua enquanto uma fazenda de criar gados evidentemente por que como município desfruta do seu perímetro urbano e do seu perímetro rural.

Em vista disso, ao se desmembrar de Corumbá, o então município de Ladário ganhou certa “autonomia” e conquistou avanços significativos apesar de ter enfrentado alguns obstáculos de início como, por exemplo, as péssimas condições do serviço de abastecimento de água feito diretamente do rio. A água encanada, por sua vez, foi instalada anos depois da energia elétrica e, deste modo, os moradores da parte alta só

¹⁴⁰ Lei municipal nº 004 de 11 de março de 1955. Dispõe sobre a proibição de andanças de animais na via pública.

conseguiram fazer o abastecimento de suas residências devido à instalação de uma caixa d'água no bairro Santo Antônio que não funcionou por muito tempo. Diante disso, foram feitas constantes alterações nas taxas dos serviços de abastecimento de água em pequenos intervalos. Com relação à luz elétrica, de acordo com relatos, a sede/oficina da Comissão Mista possuía energia através de um gerador que também abastecia a marinha, por outro lado, a marinha foi responsável pelas instalações elétricas feitas em alguns pontos do município, como foi o caso do atendimento ao Centro Espírita Vicente de Paula, de acordo com o jornal *Ladário em foco*. Nesse sentido, é possível observar que havia uma estreita relação com a Marinha no processo de urbanização e reorganização da cidade antes e após a emancipação político-administrativa.

Para fechar a análise, vale enfatizar que nos documentos da Câmara Municipal de Ladário é possível encontrar leis, decretos e atas e documentos de subvenção para as instituições existentes. Por conseguinte, é possível perceber a prefeitura como mantenedora da maioria das atividades do município, como por exemplo: para Colégio São Miguel fundado em 1942, é doada pela lei nº 111 (7 de junho de 1963) subvenção num valor de Cr. \$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) auxílio solicitado pela diretora do colégio, irmã Maria Pancrácia no dia 22 de fevereiro de 1963 por que o curso de corte e costura anexo a escola estava paralisado por falta de recursos.

Ladário, nesse sentido, não tem uma bibliografia que abarque sua trajetória enquanto município abordando as causas da sua emancipação e desmembramento de Corumbá. Deste modo, as pessoas se confundem com sua história que está intimamente relacionada com a de Corumbá. Há vários campos que necessitariam de especial atenção do historiador porquanto se constitui um município com identidade própria e característica.

Partindo desse pressuposto, com a viabilidade de pesquisa nos documentos antigos e arquivo público do Estado de Mato Grosso, busca-se colocar à tona as circunstâncias e desdobramentos da emancipação para o município, bem como analisar as polêmicas geradas em torno do assunto e, sobretudo, analisar como o município sobrevive mesmo “inconstitucionalmente” com dificuldades de se afirmar economicamente. Outrossim, não se tem a pretensão de pesquisar no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul haja vista que Ladário naquele momento pertencia a Mato Grosso integrado, isto é, a divisão do estado não havia acontecido. Além disso, quando

se deu a divisão do Estado a documentação que trata de Ladário permaneceu em Cuiabá-MT.

Portanto, o objetivo do trabalho é apresentar como se deu a emancipação de Ladário e compreender por que apesar das manifestações contrárias, o município existe e, contudo, examinar os desdobramentos desse intenso debate feito não somente pelos vereadores da Câmara Municipal de Corumbá na tentativa de impugnar a lei de criação que criou Ladário, mas também pela Assembleia Estadual de Mato Grosso quando ainda discutiam a sua aprovação.

OBJETIVOS

GERAL:

Analisar as circunstâncias da emancipação político-administrativa do município de Ladário/MS que levaram a uma intensa discussão no âmbito camarário municipal e estadual desdobrando-se na questão de imprecisão dos limites territoriais.

ESPECÍFICO:

Compreender e analisar os debates feitos no âmbito da Câmara Municipal de Corumbá pelos vereadores a partir do projeto de resolução de Manoel Garibaldi Cavalcanti Mello;

Analisar os debates feitos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso anterior a aprovação da lei que criou o município de Ladário;

Identificar por que apesar das manifestações contrárias – abaixo-assinado e projeto de resolução – o município existe;

Entender a relação da emancipação com o aparente “atraso econômico” nos dias atuais tendo em vista o alerta feito e o desdobramento polêmico em torno aos limites territoriais;

Explicar como se deu a formação da municipalidade, desde a instalação da subprefeitura até as primeiras iniciativas pós-emancipação.

METODOLOGIA

O historiador homem que parte de questões e inquietações do presente afim de entender o passado de uma forma clara pois o ato de fazer questionamentos históricos possibilita uma revisão do passado, uma reinterpretação num esforço de fazer uma história, de olhar para trás. A fonte deve ser tida, antes de tudo, como uma produção

cultural, justamente por não ser produzida enquanto fonte pois só tornar-se-á fonte quando o historiador dela se apropriar e lançar suas indagações afim de obter respostas verossímeis sobre a problemática proposta.

Sabe-se que partir da Nova História colocada pelo Annales houve uma ampliação no campo das fontes, entretanto, existe ainda a forte preocupação e inquietação no que diz respeito a acessibilidade das fontes. Temas antes pouco tratados começam a ganhar corpo e consistência, surgem assim novos objetos e temáticas fazendo-se lançar um novo olhar sobre a historiografia. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico e das fontes documentais que oferecerá alicerce teórico para o trabalho. Nesse sentido, foi constatada a existência de fontes diversas que podem contribuir para a pesquisa e elaboração da dissertação. Por meio do trabalho de pesquisa documental, é possível verificar a existência de livros atas, decretos, leis, ofícios que retratam o município de Ladário. Esse material mostra-se intrinsecamente importante, tendo em vista que permite apreciar e examinar o debate que se gerou em torno da emancipação. A pesquisa da bibliografia disponível permite uma visão ampla do que se quer pesquisar diretamente no sentido de que há referenciais. Ademais, realizada a pesquisa bibliográfica foi possível constatar que não existem bibliografias que retratem especificamente a emancipação de Ladário.

A intenção é a de buscar nos documentos, livros atas, decretos, jornais, ofícios, mapas, elementos para entender de que forma o processo se passou e, sobretudo, analisar por que apesar de ser um acontecimento tão importante para a História de Ladário, se passou como um acontecimento qualquer. Ressalta-se aqui, o fato de Ladário não comemorar a data de sua emancipação, uma data que se passa como outra qualquer. Abre-se um leque de possibilidades com o intuito de debater um assunto que até então não foi possível encontrar em trabalhos acadêmicos. Os métodos utilizados para a elaboração do projeto de dissertação será etno-história. Logo, o relato de memória se faz eficaz no sentido de realizar entrevistas com os assinantes do abaixo assinado. Nesse sentido, pensar o relato enquanto relato antes de se tornar uma fonte ou documento se torna essencial. Para que se possa obter uma melhor compreensão da emancipação e seus desdobramentos, este trabalho analisará a documentação produzida pela Câmara Municipal de Corumbá e da Assembleia Estadual assim como os jornais (*Ladário em Foco e O ladarense*) e a bibliografia disponível sobre a história de Ladário.

O trabalho de pesquisa é baseado em fontes escritas e orais, caracterizando por ser um trabalho de cunho etno-histórico, e como proposta metodológica, serão utilizados métodos e técnicas utilizados na Etno-história, que segundo Carmarck (1979, p.17), “é um conjunto especial de técnicas e métodos para estudar a cultura através do uso das tradições escritas e orais.”. Em outras palavras, utilizar-se-á um conjunto de fontes variadas, desde documentos oficiais até atas de reuniões produzidas na Câmara Municipal de Corumbá, com o objetivo de pensar o sentido da emancipação para a vida dos ladarenses.

De acordo com Carr (1982, p.27), “o dever do historiador além de respeitar seus fatos não termina ao verificar a exatidão deles, ele deve procurar focalizar todos os fatos conhecidos, ou que possam ser conhecidos, e que tenham alguma importância para o tema em que está empenhado e para a interpretação a que se propôs”.

Para alcançar o objetivo principal da pesquisa foi realizado o levantamento bibliográfico, posteriormente a leitura e o fichamento de obras de autores regionais assim como a pesquisa nos acervos documentais existentes na Câmara Municipal de Ladário e de Corumbá.

FONTES

É sabido que qualquer método utilizado em História só ganha sentido e certo grau de “cientificidade” e legitimidade quando atrelada a fontes documentais. Isto significa dizer, que para todo objeto lança-se um olhar para as fontes que o retrata. Fontes que devem ser questionadas levando em conta o seu caráter de produção cultural e não produção enquanto fonte porquanto o historiador é quem dá o estatuto de fonte a determinada produção a partir do momento que a acessa. Por esse motivo, cada fonte merece um tratamento metodológico específico havendo desta maneira, uma sensível relação entre fonte e metodologia, muito peculiar a cada pesquisador.

Entre as fontes primárias, existe a seguinte documentação:

- a) Levantamento bibliográfico elaborado a partir de material já publicado, livros, artigos, revistas, periódicos e sites referentes ao objeto de estudo proposto;
- b) Pesquisa documental nos arquivos: 1. Câmara Municipal de Ladário 2. Câmara Municipal de Corumbá; 3. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso; 4. Instituto Memória- Assembleia Estadual do Estado de Mato Grosso; 5. Núcleo de Documentação

da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; 6. Centro de Documentação Regional (CDR), 7. Hemeroteca- Biblioteca Nacional; 8. Instituto Luiz de Albuquerque (ILA); 9. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

c) Pesquisa em Jornais: 1. O ladarense; 2. Ladário em foco.

A partir do exposto, o trabalho de dissertação será regido por documentos:

1. Institucionais do poder executivo: atas, decretos, ofícios e portarias;
2. Legislativo: atas, decretos, leis, projetos de lei, projetos de resolução;
3. Jornal e mapa;
4. Relatos de memória;
5. Legislação Disponível- a. Constituição Federal de 18/09/1946; b. Constituição Estadual de Mato Grosso 11/07/1947; c. Lei Orgânica nº 74 de 13/12/1947; d. Lei nº 219 de 11/12/1948 e; e. Lei Estadual nº 679 de 11/12/1953.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Europa-América, 1993.

BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMARCK, Robert M. 1979. *Etnohistoria y teoría antropológica*. Trad. de F. R. Lima. Guatemala, Ministério de Educación.

CARR, E. H. O historiador e seus fatos. In: _____. *Que é História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 11-29.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

HARTOG, François. *Evidências da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LADÁRIO. Lei ° 679 de 11 de dezembro de 1953. Cria o município de Ladário. Lex. Arquivo da legislação municipal. Ladário.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SOUZA, Lécio Gomes de. *História de Corumbá*. [S.n.], [S.d.].

O ESTADO DE SUSPENSÃO COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA-O CASO PRÁTICO DA VILA 31 DE MARÇO EM INHUMAS-GO NA REFLEXÃO TEÓRICA DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA¹⁴¹

*Daniel Lucas Jesus Oliveira*¹⁴²

RESUMO: O presente artigo tenciona suas reflexões ao campo da Didática da História como disciplina específica. Parte do esforço em relacionar episódios práticos e concretos do cotidiano de um determinado grupo, com reflexões meta-teóricas presentes nas discussões acadêmicas atuais. Para tanto, o trabalho se dividirá em três momentos específicos. O primeiro tratar-se-á de forma breve das reflexões sobre os usos públicos da História. Em um segundo momento, aventara-se uma breve apresentação do objeto de pesquisa em andamento pelo programa de Pós- Graduação¹⁴³ em História pela Universidade Federal de Goiás. Projeto que visa investigar um bairro localizado na cidade de Inhumas-Go que fora fundado nos primeiros anos da ditadura militar no país. Fundada em 1968, a Vila 31 de Março se constituiu com a prática de exaltação do regime por meio de homenagens a logradouros, praças, ruas e bairros. Conseqüente, estabelecerá a tentativa de provocar um exercício de aproximação entre o caso prático e o conceito de Estado de Suspensão, como um modo fundamental da aprendizagem histórica. Deste modo, o objetivo vislumbrado aqui é estabelecer reflexões sobre objetos de pesquisa que se tornaram abordagens da Didática da História em sua perspectiva ampliada.

Palavras-chave: Narrativa; Sentido; Carência; Consciência.

INTRODUÇÃO

¹⁴¹Artigo desenvolvido para apresentação naIX Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação em História (UFG/PUC-GO/UnB/UFG-Catalão). Trata-se em geral, de levantamentos iniciais da pesquisa em desenvolvimento pela Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás. Cabe salientar que o texto se encontra em fase de fundamentação e revisão para a qualificação da pesquisa. Portanto, os fatos aqui apresentados não são versões definitivas do projeto, estão sendo utilizados para tratar do conceito teórico de *Estado de Suspensão*. As conclusões sobre este conceito estão embasadas na discussão proposta pelo professor Dr. Rafael Saddi, publicado pelaRevista História Hoje (Anpuh-Brasil). <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/9/showToc>

¹⁴² Pós- graduando em história pela Universidade Federal de Goiás. daniellucas.ramones2@hotmail.com.

¹⁴³ Pesquisa sobre orientação do professor adjunto na Pós Graduação da Universidade Federal de Goiás Dr. Roberto Abdala Junior. A pesquisa tem o apoio financeiro do programa CAPES.

De fato, tornou-se praticamente um consenso que nas últimas décadas, evidenciou-se certa intensificação das pesquisas voltadas ao campo da Didática da História, e ao mesmo tempo, de uma nova guinada reflexiva acerca desta área como disciplina científica. As mudanças paradigmáticas ocorridas na Alemanha, a partir da segunda metade do século XX e que, passaram a subsidiar com influência sobre muitos historiadores contemporâneos para com uma nova postura reflexiva sobre as relações de ensino e aprendizagem históricas. Principalmente, ao que alude à aproximação destes profissionais com a bibliografia alemã, oxigenada pela tradução de importantes obras.

A Didática da História realiza o movimento que se apresenta uma ampliação do seu campo de pesquisa, e, quase que de forma paradoxal, também realiza movimento de definição do seu objeto de investigação. Resultando assim, em seu estabelecimento como campo de pesquisa em uma espécie de subdisciplina da ciência da história (SADDI, 2010)¹⁴⁴. Pensar nos modos e meios pelos quais a História se faz presente torna-se significante no cotidiano social, tornou-se desafio e motivo de atenção dos “didáticos ou didatas da História”. A narrativa histórica neste contexto é pensada como evento que atribui sentido, proporciona a construção de identidade, e fornece bases interpretativas e de sentido para a orientação do agir dos sujeitos. Desta forma, mais do que nunca, vê-se grande responsabilidade do pensamento histórico para a vida humana no tempo.

Neste cenário de novas reflexões e perspectivas, observa-se a notoriedade das produções do historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen. Notável também se faz as contribuições de pesquisadores brasileiros, que se debruçam na tradução de suas obras e em consecutivo, na ampliação dos debates circundantes desta área. A Teoria da História apresenta-se como suporte basal para a reflexão sobre a práxis historiográfica, tal qual, à Didática da História tem suas discussões e pesquisa acendidas pela ênfase no conceito rüseniano da consciência histórica.

As carências de orientação e sentido intrínsecas à vida humana tornam-se, o ponto principal desta linha de reflexão teórica. Neste contexto, Rüsen inicia sua teoria exatamente na sociedade, nas carências de orientação e nos interesses das pessoas comuns. Ou seja, ciência se faz na sociedade e com a sociedade (CERRI, 2012). Assim sendo, ajuíza-se a História a partir de sua gênese e desenvolvimento, ou seja, a sociedade

¹⁴⁴ Rafael Saddi. Doutor em História. Professor adjunto da Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia, GO, Brasil.

e as ações habituais que interferem no processo de constituição desta mesma disciplina científica, onde o pensamento histórico tem seu caráter elementar e genérico fundado.

Para o historiador Luiz Fernando Cerri, não só nós historiadores, mas, a escola começa a perder sua capacidade de exclusividade da narrativa histórica, pois:

Mais que isso, é possível perceber que, paulatinamente, a escola vai perdendo o status de principal instituição de produção de controle e reprodução social da identidade, que havia adquirido nos primórdios da sua massificação. Hoje, pelo contrário, os meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão, ocupam o espaço central de produção das identidades sociais (CERRI, 2006, p. 5).

Dentro da perspectiva que História é narrativa e que por meio de sua efetivação, mobiliza a consciência histórica dos indivíduos, que para agitar-se para além do caso em que estão inseridos, carecem de interpretação e reinterpretação dos câmbios temporais das quais os mesmos se confrontam durante a experiência que denominamos vida. Ou seja, segundo Rüsen:

Deve-se tratar como um ato de fala, cuja universalidade antropológica não pode ser contestada e com respeito à qual se pode demonstrar ser ela determinante da especificidade do pensamento histórico e, com isso, da peculiaridade do conhecimento histórico-científico. Em um ato de fala desse tipo, no qual se sintetizam, em uma unidade estrutural, as operações mentais constitutivas da consciência histórica, no qual a consciência histórica se realiza, com efeito existe: a narrativa (histórica). Com essa expressão, designa-se o resultado intelectual mediante o qual e no qual a consciência histórica se forma e, por conseguinte, fundamenta decisivamente todo o pensamento-histórico e todo o conhecimento histórico científico (RÜSEN, 2010 p. 60-61).

Inda segundo o autor, pode ser levado em consideração que:

Com suas pretensões de racionalidade, a ciência da história é eficaz na prática como formação histórica, Sua eficácia diz respeito a um conjunto de competências para orientar historicamente a vida prática, que pode ser descrito como a “competência narrativa” da consciência histórica. Ela é a capacidade das pessoas de constituir sentido histórico, com a qual organizam temporalmente o âmbito cultural de sua vida prática e da interpretação de seu mundo e de si mesmas. [...] formação histórica é, antes, a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido (RÜSEN, 2007, p. 103-104).

Os atos da interpretação, significação e consequente orientação fomentada pela narrativa histórica, atribuem à disciplina uma propriedade de sentido para com as

intenções do agir e sofrer no tempo. A História (Geschichte), como totalidade, coloca aquele que apreende de maneira compreensiva em um estado “propício á formação” [ZustanderBildung] que deve influir no futuro (KOSELLECK, 2006, p.59-60). Portanto, a formação de uma consciência histórica crítica, antropológica e socialmente afinada é uma tarefa da História e de sua didática (RÜSEN, 2015). Tendo em vista o fato de que no final dos anos 1960, uma crise da ciência histórica e do ensino de história se fez presente na Alemanha Ocidental. Crise da história que conseguinte estava vinculada a uma crise de orientação geral (SADDI, 2012). E a partir disto:

Com isto, podemos ao menos tatear o problema da crise da história na Alemanha Ocidental do final dos anos 1970. A sociedade alemã havia mudado, a nova geração exigia um debate sobre o passado recente, mas, a ciência histórica e o ensino da história não haviam acompanhado esta transformação. Foi neste contexto de crise de legitimidade que um conjunto de historiadores foi impulsionado a se debruçar sobre a ciência histórica, tanto visando suprir o seu déficit teórico, quanto demonstrar a relevância da história para a vida humana. Obviamente, a teoria da história e a didática da História ganhariam um novo fôlego. (SADDI, 2012, p.137).

Há nesta situação, um dever delegado à história que, a própria História tem de ser refletida, para assim, possibilitar interpretação e significação do passado em relação ao presente. Para com isto, fornecer uma nova forma desta geração relacionar-se com o seu passado. No caso, o sentimento de desconforto da geração pós-holocausto.

Este novo fôlego tomado pela Teoria da História e a Didática da História, podem ser pensadas a partir mudanças paradigmáticas que ocorreu entre a historiografia ocidental antiga e a concepção historiográfica moderna. Esta primeira, que em sua perspectiva de “*historia vitae magistral*” (história mestra da vida), já se apreendia o conhecimento histórico, como instância narrativista, que implicaria em orientação para vida prática dos homens no tempo. Esse efeito trata da vida. O conselheiro apega-se a essa fórmula, e não a um argumento objetivo: *Historia magistra vitae* (KOSELLECK, 2006). Porém, neste caso é o passado que orienta a vida no tempo, mas, se torna também insuficiente para os anseios do homem moderno, a ponto de que este modo de se relacionar com o passado, se sucumbirá a uma perspectiva mais ampla em relação ao campo de expectativa. De acordo com Rüsen, estes apontamentos ficam claros para aqueles que:

[...] estão atentos à história da disciplina de história, especialmente acerca da sua transformação em uma atividade profissionalizada, acadêmica não deveria ser surpreendente que a didática possa desempenhar um papel importante na escrita e na compreensão histórica. O conhecimento ditado “*historia vitae magistral*” (história mestra da vida), que define a tarefa da historiografia ocidental da antiguidade até os últimas décadas do século dezoito, indica que a escrita da história era orientada pela moral e pelos problemas práticos da vida, e não pelos problemas teóricos ou empíricos da cognição metódica (RÜSEN, 2006, p.07).

Neste cenário de crises das certezas, o que restou à História como disciplina científica? Restou se não, estabelecer uma nova forma de reflexão sobre suas bases metodológicas. A ampliação da Didática da História a partir do caso alemão, nos apresenta como exemplo pertinente para elucidar tais apontamentos, levando em consideração o seu próprio movimento de mudança paradigmática. Sendo que, os desenvolvimentos recentes da Didática da História podem ser descritos como um processo de retomada do âmbito perdido da autoconsciência histórica (RÜSEN, 2009). Neste ponto, também podemos vislumbrar a colaboração de Rüsen para o pensamento histórico científico. Pois, segundo Cerri:

Num contexto em que as grandes teoria foram duramente fragilizadas, e junto sua ideia de progresso, linearidade dos acontecimentos e tempo histórico; e a história fragmentou-se em microtemas que passaram a explorar o exótico, o diferente, o significado local e atemporal, estaríamos vivendo numa crise de orientação. A teoria de Rüsen, neste sentido pode colaborar, ao propor a consciência histórica como orientadora e constituidora da identidade humana (CERRI, 2012. p.1001).

O cerne das reflexões *metateórica*, emprega-se no conceito de consciência histórica, e Rüsen vêm propor um sentido que parte do sujeito, a partir de sua consciência histórica, e projeta um futuro (CERRI, 2012). Neste caso, a consciência histórica seria determinante para a compreensão de como os homens lidam com o seu passado, e para explicitar os meios pelos quais a História se torna significativa em suas vidas. A teoria da história de Rüsen vem de encontro a essa perspectiva, além de que, o contexto em que o autor se debruça sobre sua produção, exemplifica de forma clara a carência de orientação dos homens perante a um fato histórico.

Estes apontamentos iniciais abrem a possibilidade de refletir acerca do encargo delegado a história para com a vida. Entendemos que, uma das funções da Didática da História seja justamente, investigar os modos e os meios em que a história se efetua e faz

presente entre os homens. Ou seja, potencializar o alcance da narrativa histórica, investigando as fendas que atravancam uma difusão ampla da sua versão racionalizada. Porém, há de se indagar sobre o fato de que, quando as fendas não são identificadas e laqueadas, e de certo modo a História “não se realiza plenamente”, os homens ainda tendem a carecer de atribuição de sentido e orientação sobre os fenômenos da vida. Se a razão histórica não se mostra presente na constituição narrativa de sentido de um determinado grupo de indivíduos, qual a narrativa subsidiará essa lacuna? Para este caso, vislumbra-se aqui, uma espécie específica de narrativa histórica. Ou seja, uma forma de manter o passado presente, passado este que atribui sentido aos fenômenos da vida, mesmo que provisório e limitados, e sem amplitude de expectativa para além do caso em si.

Vislumbramos neste caso, uma oportunidade de se pensar a teoricamente sobre um dado prático da vida. Tencionando assim, contribuir para com as pesquisas desta disciplina em sua forma ampliada, que abarca os “usos públicos da história” pela aferição da consciência histórica dos indivíduos.

O CURIOSO CASO DA VILA 31 DE MARÇO EM INHUMAS-GO. UMA TAREFA INVESTIGATIVA PARA DIDÁTICA DA HISTÓRIA

Do contexto da fundação à estruturação da identidade coletiva

A Vila 31 de Março, fundada sobre o primeiro governo do Regime Militar¹⁴⁵, comandado em seus primeiros anos por Humberto Alencar Castello Branco, tornou-se

¹⁴⁵De fato a Vila 31 de Março foi inaugurada na mesma data da qual recebeu seu nome, sendo que, quatro anos após o Golpe de 1968. Deste modo, podemos nos perguntar se, o caso em questão seria homenagem ou memória? Tendo em vista as orientações políticas dos fundadores, e, analisando estas peculiaridades inseridas em um contexto específico, compreendemos que, de fato houve uma escolha consciente em relação à data. Tendo em vista que o bairro inaugurado em Março de 1968 e que, só fora iniciada seu povoamento em Dezembro de 1968. Não vislumbramos até então, e após estes apontamentos, qualquer indício de coincidência em relação à nomeação do bairro e da data supracitada. Todavia, diante de uma possível insuficiência argumentativa que, evidenciaria a real intenção por parte dos fundadores em prestar uma homenagem ao regime, um fato ocorrido seis anos mais tarde pode, como mais um indício, corroborar estes apontamentos. Não obstante, todos estes indicativos até então mencionados, se alinham na perspectiva de exaltação do regime, se levar em consideração à construção da unidade escolar do bairro. Intitulado Colégio Estadual Presidente Castello Branco, e, construído no ano de 1974, pelo governador Arapuã Costa Júnior. Esta instituição se apresenta como mais um indício que explicita as intenções para com a exaltação ao regime. Ou seja, compreendemos que de fato a Vila 31 de Março fora fundada para homenagear o Golpe Civil-Militar de 1964.

conhecida no município de Inhumas-Go como um bairro onde, sua principal característica se estrutura sob o discurso da ordem e da organização. As práticas comemorativas ali realizadas há 48 anos, são indícios que revelam a influência deste discurso típico da perspectiva militarista, enraizados no cotidiano dos moradores e explicitados nos eventos ritualísticos por eles organizados.

As comemorações ali realizadas são basicamente organizadas pelos próprios moradores, em uma espécie de ajuda mútua. Porém, até um dado momento, a coordenação do evento ficava a cargo da Associação de Moradores¹⁴⁶ da Vila 31 de Março, que periodicamente realizava eleições para compor seu corpo administrativo, baseando-se em um estatuto próprio que explicita suas funções e limites de atuação. As festividades se iniciam na madrugada do dia 31 de Março para o alvorecer do 1º de Abril, sempre com o despertar dos moradores por uma alvorada de fogos de artifício, seguido pelo trânsito de um “carro de som”, que por sua vez, desfila pelas ruas do bairro, tripulado pelos representantes da associação de moradores, estes que têm por tarefa e tradição, pronunciar o nome dos seus pares e parabenizá-los pela data. Tal espetáculo é não somente aguardado pelos moradores, mas também por grande parte da cidade, pelo fato de sua pontualidade e tradição.

Outro fato curioso e peculiar desta Vila, e que nos remete ao Golpe Civil-Militar de 1964, é a homenagem prestada ao primeiro presidente deste período, no qual o seu nome identifica a escola do bairro, o Colégio Estadual Presidente Castello Branco, foi fundado em 1974 no governo de Irapuã Costa Junior, na transição da presidência do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) para o governo de Ernesto Geisel (1974-1979).

Com o advento da fundação da "Vila", estas comemorações tornaram-se uma forma de reforçar os laços de identidade dos moradores, e ao mesmo tempo, manter viva essa tradição que perpetua até os dias atuais, registradas não só em vídeos, fotos, estatutos

¹⁴⁶“Segundo Vilmar Bandeira, comerciante de 55 anos e morador do bairro há 33 anos, o mesmo não só participou da fundação da Associação de Moradores da Vila 31 de Março, mas que também, participou da elaboração do estatuto que regeria a Associação de Moradores. O entrevistado ainda apresenta em sua visão, indícios de que a Vila 31 de março por meio da sua Associação de moradores, ao se posicionarem partidariamente conjunto ao governo municipal, recebiam grande número de benefícios para o bairro como reconhecimento desta aliança. Já quando o presidente da Associação era oposição a situação do governo municipal, a Vila sofria sanções durante o mandato do governo oposicionista.

e jornais, mas principalmente na memória dos moradores deste bairro e da cidade de Inhumas.

Quanto à escolha do nome para identificar o bairro, são fortes as indicações que seja de fato uma forma de exaltação ao regime militar. Tendo em vista que, esta prática era bastante presente neste contexto. Clara Castellano, coordenadora adjunta do programa Ruas de Memória na Prefeitura de São Paulo, lembra que a maioria dos projetos de lei que embasaram a denominação de ruas ligadas à ditadura na capital paulista são "puramente elogiosas"¹⁴⁷.

Acreditamos também que, o contexto político, econômico e social do país e que, reverberou em cidades interioranas como Inhumas, alimentou entre os habitantes destas localidades, a expectativa de um início do tempo de progresso através da realização de obras públicas em grande escala. Para o historiador inhumense Gleidson de Oliveira Moreira, tais práticas implicaram na duração da mentalidade da ideia de progresso no interior. De forma que, segundo o referido historiador:

Em Inhumas, o tema da higienização disciplinou o ordenamento racional de seus espaços, zoneamento urbanístico por um lado, e os recursos ideológicos e culturais da dominação, por outro, fizeram do progresso, um mito de um dia vir a ser uma grande cidade; elementos entendidos como depositários do ideal de progresso. Não obstante, ressalvas feitas ao suposto progresso alcançado (MOREIRA, 2004 p. 79).

O discurso típico de patriotismo e exaltação ao regime presentes nas inaugurações destas obras, podem a nosso ver, manifestarem-se como fundamentação basal na orientação e constituição de identidade coletiva para um determinado grupo em determinado lugar.

Porém, há algo intrigante no caso. Embora o nome da Vila e as comemorações no dia 31 de Março tenham sido fundados para homenagearem e exaltarem o Golpe Civil-Militar de 1964, ao iniciarmos nossas entrevistas com os moradores do bairro, e de outras pessoas que integram esse espaço e participam ativamente das comemorações, percebemos que, em relação aos moradores, majoritariamente eles não estabelecem¹⁴⁸ associação entre estes três eventos e outros elementos.

¹⁴⁷<https://www.nexojournal.com.br/especial/2016/02/15/>

¹⁴⁸Acreditamos que o caso da Vila 31 de Março apresenta grupos específicos de sujeitos que se inserem em diferentes constituições narrativas de sentidos referentes aos três eventos a serem investigados e relacionados. Para este caso, somos contemplados pela perspectiva dos princípios da diferenciação

Em relação à historicidade do bairro, transparece estar estruturada na narrativa dos moradores uma espécie de silenciamento. Seja este silenciar por não lembrar, não relacionar, não dizer, não saber ou em maior manifestação o ato de negar.

Temos em vista o interesse em compreender o porquê desta inconsistência dos moradores da Vila 31 de Março quando indagados a respeito dos motivos pelos quais o bairro recebera o supracitado nome. E, em consequência desta problematização sobre a vida cotidiana do referidos moradores, podemos perceber através de levantamentos de dados iniciais, por meio de entrevistas, o surgimento de grupos distintos de atores sociais, desde aqueles que não conseguem estabelecer uma relação minimamente inteligível entre as práticas comemorativas com o “fato fundador”, até aqueles - a grande maioria dos moradores - que recusam conscientemente o estabelecimento de qualquer relação entre o advento da fundação da Vila 31 de Março para com as referidas práticas de exaltação do Golpe que se perpetuam até os dias atuais, onde no ano de 2014 completou-se 50 anos deste fato, com uma ampla exposição midiática, além de debates acadêmicos que se difundiram pelos usos públicos da história.

Como podemos negar um passado que nos fere de várias formas no presente? O “silenciar-se” referente ao um fato pretérito é uma destas formas de negação. Para Cerri (2011), o que acreditamos que *somos* depende do que acreditamos que *fomos*, em outras palavras, nos referimos à problematização da dinâmica da construção da identidade no interior do fluxo temporal - entre o passado e o presente - por meio da consciência histórica. Não acreditarmos no que fomos outrora ou do que fizemos parte é outra forma de negarmos o passado amargo, temporalmente negativado, silenciando-o. Questionamos também se em consequência deste silenciar implicaria em um reconstruir ou ressignificar. Pois, nas reflexões de JörnRüsen, as tensões entre memória e história se dão na medida em que “o fardo pesado de experiências históricas negativas [...] empurra o processo de construção de identidade para o confronto e produz um abismo entre um passado horripilante e um futuro que pretende ser contrário deste passado” (RÜSEN, 2009, p.164).

elaborados por RÜSEN (2007). Pois segundo ele “as distinções “tópicas” e as diferenciações da constituição histórica de sentido podem ser esquematizadas de acordo com os pontos de vista decorrentes da função de orientação que possui o saber histórico”. O princípio da diferenciação da constituição de sentido entre grupos diversos de moradores torna-se aqui um instrumento de análise para o caso em questão.

As orientações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) – Tensões entre história e memória

A instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei n. 12.528 que foi sancionada por Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011¹⁴⁹. As justificativas contidas no relatório final da CNV para a criação desta comissão, parte das premissas que:

A criação de uma Comissão Nacional da Verdade com o objetivo estratégico de promover a apuração e o esclarecimento público das graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil no período fixado pelo artigo 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da constituição federal, em sintonia com uma das diretrizes constantes do 3o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) publicado no final de 2009, responde a uma demanda histórica da sociedade brasileira.

[...]

A criação da Comissão Nacional da Verdade assegurará o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos¹⁵⁰.

[Mensagem de 12 de maio de 2010 do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, encaminhando o projeto de lei de criação da Comissão Nacional da Verdade.]

Baseado na intenção de “assegurar o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridos durante o a Ditadura Militar”, em algumas regiões do país, movimentos como estes, surge para repensar nomes de logradouros, praças, ruas e bairros dos quais homenageiam agentes da Ditadura Militar.

Em São Paulo, por exemplo, foi lançado em 13 de agosto de 2015 o projeto Ruas de Memórias. Iniciativa coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania que tem como objetivo, retirar nomes de violadores de direitos humanos de ruas na capital paulista¹⁵¹. De modo geral:

¹⁴⁹ Informações obtidas no Capítulo I sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade (Volume I, p.20).

¹⁵⁰ Mensagem de 12 de maio de 2010 do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional, encaminhando o projeto de lei de criação da Comissão Nacional da Verdade (<http://www.cnv.gov.br/>).

¹⁵¹ Referência: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/08/ato-de-lancamento-do-projeto-ruas-de-memoria-ocorre-amanha-em-sao-paulo-2555.html>

O programa “Ruas de Memória” segue a linha de recomendações do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e a recomendação 29 do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado em 2014. O programa parte da compreensão de que, além das graves violações a direitos individuais e coletivos, a ditadura militar também interferiu opressivamente no espaço público, a fim de conter possíveis focos de resistência, proibindo reuniões e manifestações políticas. Na mesma linha, logradouros e equipamentos públicos foram nomeados em homenagem a agentes oficiais e civis que apoiaram a política autoritária e que cometeram crimes de lesa-humanidade, enaltecendo símbolos da repressão e fomentando valores antidemocráticos como referências às novas gerações que circulam diariamente na cidade¹⁵².

Para o prefeito de São Paulo Fernando Haddad, este projeto tem por finalidade:

[...] celebrar a vida daqueles que se dedicaram à democracia e que lutaram pelas liberdades individuais no nosso país, substituindo o nome daquelas ruas associadas ao período de arbítrio, ao período da violência que reinou no nosso país durante mais de 20 anos. É um resgate importante, uma reafirmação do compromisso de São Paulo com os valores democráticos. E tudo isso será feito em comum acordo com a comunidade", destacou o prefeito Fernando Haddad¹⁵³.

Evidentemente que esta propostase apresenta como uma “orientação” por parte da CNV. Porém, uma orientação que vêm sendo acatada em várias regiões do país. As experiências realizadas até o momento apresentam na maioria dos casos, certa concordância da população com a mudança dos nomes de espaços e monumentos ligados aos agentes da ditadura militar. Através da participação da população local, debates e reflexões vêm sendo fomentados anterior à mudança efetiva dos nomes. Não obstante, promove-se também a participação pública para a escolha do novo nome que irá substituir o anterior. Geralmente, as indicações destes novos nomes levam em consideração a atuação dos sujeitos que, de certa forma, lutaram pela garantia da manutenção dos direitos humanos durante o regime, e, devido a isso, foram perseguidos, torturados e assassinados.

De fato, esta proposta se faz pertinente para que a população reflita sobre um dos episódios mais importantes da história do país. Reflexões como estas, provocam momentos de instabilidades no cotidiano das pessoas em relação a sua cidade, seu bairro, escola ou sua rua. O nome assim que questionado, torna-se não somente uma forma de identificação da localidade, mas ganha uma dimensão para além dessa simples utilidade.

¹⁵²<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5914#ad-image-0>

¹⁵³<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5914#ad-image-0>

Ou seja, uma dimensão histórica que implica também na identidade dos sujeitos que se confrontam diariamente com estes espaços.

No caso do objeto de pesquisa supracitado, a memória transparece sobressair em relação à História crítica e racionalizada na constituição narrativa de sentido dos sujeitos. Deste modo, evidencia em alguns casos, uma espécie de silenciamento por parte dos moradores investigados. Os apontamentos iniciais da pesquisa indicam que o ideário de progresso agregado paralelamente à fundação do bairro, constituiu um sentido positivo em relação ao regime militar na opinião de alguns moradores.

Ao pensar grupos de sujeitos distintos dentro dos princípios de diferenciação (tradicional, exemplar, crítica e genética), os sujeitos que indicam um conhecimento histórico que o possibilite entender os câmbios temporais entre os três eventos citados, insistem em explicitar sua preferência política. Ou seja, para alguns destes sujeitos investigados, o regime militar foi um período de ordem e progresso. Mesmo que para ele ou para um grupo em específico.

José Cirino Filho de 68 anos de idade. Residente na Vila 31 de Março desde Janeiro de 1969. José Cirino Filho, mais conhecido como senhor “Juquita”, é figura bastante conhecida no bairro. Eleito por três mandatos para a presidência da Associação de Moradores da Vila 31 de Março, demonstrou espontaneidade para com a nossa tentativa de compreender os eventos ali realizados. Ao ser questionado se o mesmo compreendia o significado da data 31 de Março que dá nome ao seu bairro, o mesmo afirmou que: *Isso foi através do regime militar*. Quando perguntado sobre se tinha consciência do contexto político nacional em que a vila fora fundada, ele deixa claro o seguinte trecho:

“Olha se, hoje fosse para mim eu escolher, eu escolheria o regime militar. Porque antigamente, naquela época... Tinha aquele toque de recolher e tudo, tinha repressão, mas, você andava com segurança na rua. Nós tínhamos segurança, hoje não temos segurança. Para você vê, hoje o meu muro é alto. Agora, antigamente, naquela época... As cercas eram de tábuas, baixinhas.”

Não obstante, José Cirino acrescenta:

“Oh, a gente vê principalmente hoje, a política de hoje, a política brasileira... Eu estava vendo no youtube esses dias, o João Figueiredo morreu pobre. O Brasil tinha distribuição de renda, mas era um regime, era um regime militar, mas, só que tinha respeito, a pessoa que era do bem... Ele não era perseguido. Agora hoje você vê o democrático, quem é que está preso? Quem era contra o regime militar.”

Quase todos os líderes daquela época estão presos. Agora a inflação, não tinha inflação. As casas eram construídas casas boas como essas nossas aqui da Vila 31 e no país inteiro. A 31 de Março mesmo, foi construída pelo regime militar. Foi o primeiro setor da cidade, nem no centro não tinha a rede de esgoto.”

Estes apontamentos implicam no fato de que, a constituição narrativa de sentido por parte dos moradores da Vila 31 de Março, não perpassa por uma situação de homogeneidade. Há constituições de sentido em diversas perspectivas para distintos grupos de moradores. Ou seja, nem todos silenciam esta relação. Compreendemos que, as tipologias da consciência histórica propostas por Rüsen, como instrumento de aferição da constituição de sentido dos sujeitos, sejam de grande valia para o trabalho de investigação do caso em questão. Contudo, há de se debruçar na cara tarefa de pensar os limiares entre história racionalizada e a memória e suas propriedades seletivas.

De qualquer modo, o papel de desconstrução exercido por parte de nós historiadores, não nos permite negar o fato que esta percepção não leva em consideração o hiato entre o ideário de progresso e as ações desumanas acometidas neste episódio histórico. Não se discutirá aqui o papel social do historiador frente à sociedade. Contudo, aventará a seguir, uma breve reflexão sobre os possíveis modos de intervenção didática na consciência história dos moradores.

O Estado de Suspensão como proposta de instrumento intervenção da Didática da História sobre o caso supracitado

Refletidos nos princípios de diferenciação propostos por Rüsen evidenciamos no caso, níveis de abstração em escalas distintas entre vários grupos ali presentes, em relação à historicidade do bairro onde habitam. Compreendemos que silenciamento de elementos do passado na estrutura da consciência histórica de alguns sujeitos, em grande parte, deve-se a insuficiência de uma narrativa histórica mais aprofundada e crítica. Por outro lado, evidencia-se também, sujeitos que recusam veementemente toda forma de relação entre um evento e outro. Contudo, o discurso conservador é bem quisto por um pequeno grupo que, não negligencia essa relação, e sim a exalta.

Objetivamos após a conclusão da pesquisa, realizar uma intervenção didática tencionando apresentar uma narrativa alternativa, em relação à narrativa vigente e constituidora de sentido ali presente. Cabe-nos, diante do compromisso com o

pensamento histórico, apresentar a historiografia oficial a este grupo. Desta forma, confrontaremos de forma fundamentada através das fontes historiográficas, o pensamento crítico contra o discurso conservador e ditatorial efetuado em um contexto histórico específico, mas que, ainda se mostra presente nesta localidade.

Todavia, levando em consideração o orgulho dos moradores deste bairro com a história, a prática e as relações de amizade aí constituído, casou certo desconforto ao indagar sobre de que modo poderíamos realizar as intervenções críticas sobre o caso, sem transparecer uma imposição autoritária da história racionalizada sobre a memória seletiva que, possibilita a relação de elementos do passado que agregam diversas sensações, dentre elas a alegria. Sendo assim, possibilitar uma situação que incentive a reflexão crítica e que, incite a busca por questionamentos para além do que os discursos vigentes possam esclarecer.

Vislumbramos para esta intenção, provocar de certo modo um Estado de Suspensão entre os moradores deste bairro. Colocar uma narrativa alternativa a constituidora de sentido vigente até então na orientação destes sujeitos. Tarefa que ainda demandará muito trabalho para ser realizada. Isso se deve a questões de fundamentação, pois, este conceito ainda perpassa por reflexões. Todavia, o que se torna mais complicado no momento é encontrar termos que possa demonstrar este conceito.

As definições até então partem das ideias iniciais desenvolvidas pelo professor e pesquisador Rafael Saddi. Em seu último artigo, este conceito é abordado pelo autor de fora a compreender que:

Estado de Suspensão é o estado instaurado no momento em que a força interpeladora de um conhecimento provoca, justamente por atingir, de algum modo, o âmago do indivíduo, a suspensão das atribuições de sentido anteriormente em vigor. É, segundo pensamos, o momento exato em que o conhecimento do passado não simplesmente produz sentido para o presente, mas suspende, ao mesmo tempo, as orientações de sentido anteriormente vigentes. Não se trata de um conhecimento que cresce a partir das ideias já estabelecidas. Não se trata de acúmulo de conhecimento e de sentido. Mas, efetivamente, de transformação radical do modo de sentir e de pensar a si mesmo e o mundo que nos cerca (SADDI, 2016, p. 121-122).

Esta força interpeladora é tratada aqui pela força da narrativa histórica racional e fundamentada pela crítica das fontes, e, não leva em questão a seletividade da memória, não leva em consideração o passado negativo a ser ressignificado de forma positiva. Esta

ação leva acima de tudo, a razão histórica em detrimento da satisfação individual. Para Saddi (2016, p.122) esta força se apresenta destituída de sentimento de compaixão se levado em conta o seguinte:

Tal momento ou estado instaurado durante um processo de aprendizagem não é paulatino, progressivo. Ao contrário, ele é abrupto, repentino e impetuoso. O conhecimento apresenta-se, nessas condições, como uma força que surge intensa e inesperadamente para vascolear, revirar toda a estrutura mais íntima do sujeito, de modo que, repentinamente, ele se veja diante dessa sensação de arrebatamento diante da qual reage de modo atônito, estupefato.

Não se leva em consideração tão somente a perspectiva do progresso para um, ou da felicidade para outro. Mas, ainda segundo Saddi:

O Estado de Suspensão provocado pela História implica uma ampliação metafísica de significação do mundo. Enquanto uma pessoa vê, em um copo de vidro, a satisfação de sua sede, um ser humano de olhos literários depara com a fragilidade de toda a existência. Assim também se torna o ser humano que tem o seu âmago tocado pela História. Pequenos gestos e atitudes que, de tão rotineiras, não eram sequer notadas, ganham em significação (SADDI, 2016, p. 125).

Neste caso, a possibilidade de provocar o Estado de Suspensão em meio a este grupo de indivíduos é também, realizar uma atividade da qual está inserida no ciclo de pretensão da Didática da História em sua perspectiva ampliada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange a orientação da CNV e o projeto Ruas de Memória, a formulação de projetos de lei que visam discutir a mudança de nomes das instituições públicas das quais, remetem aos personagens que cometeram crimes contra os direitos humanos neste período, apresenta-se para nós como, instrumento na possibilidade de provocar o Estado de Suspensão sobre o caso Vila 31 de Março. Ou seja, vislumbramos aqui, a oportunidade de pensar este conceito teórico em desenvolvimento a partir de um caso prático.

Contudo, as estruturações deste setor que perpassa por relações de poder ligada a política local, causam preocupações com a receptividade pelos moradores e grupos políticos locais, no momento que estes se confrontarem com uma narrativa alternativa com a vigente. Pois, para Saddi (2016), provocar esta situação, por conseguinte implica

não apenas uma revolução positiva na consciência histórica dos sujeitos, mas, como o próprio nome diz um momento de suspensão, um momento de crise, que não pode ser estimulado sem a consciência profunda também de todos os seus possíveis efeitos devastadores. Ou neste caso, das represálias advindas do desconforto provocado e determinados grupos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTA SCIENTIARUM. Education/ Universidade Estadual de Maringá, - Vol. 32, n.1 (Jan-June/2010)—Maringá: Eduem, 2010.

CERRI, Luis Fernando. Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades - nº 15, Abril de 2006, págs. 03-19.

CERRI, Luis Fernando. Educ. Real. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 991-1008, set./dez. 2012.

MIGUEL, Alessandro S./ MIGUEL, Luciano S. e MIGUEL, Jamil. Instantes da História de Inhumas – Goiânia: KELPS, 2003, p. 324.

MOREIRA, Gleidson de O. Metáforas do Progresso: a dinâmica municipal; Goiânia, kelps, 2004.

RUSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.1* Reimpressão. Brasília: UnB, 2010. 1 Reimpressão

RUSEN, Jorn. *Reconstrução do passado: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica.1* Reimpressão Brasília: UnB, 2010.

RUSEN, Jorn. *História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico.* Brasília: UnB, 2007.

SADDI, Rafael. História Hoje/Revista de História e de Ensino- Vol. 5, n.9 (2016) – AMPHU. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/247>.

AS RELAÇÕES BRASIL-LÍBIA NO CONTEXTO DA DÉTENTE: ENTRE O PETRÓLEO E A POLÍTICA

*Danillo Alarcon*¹⁵⁴

RESUMO: O objetivo do artigo é explicar a cautela e ao mesmo tempo a assertividade brasileira em acompanhar a posição da Líbia de nacionalização do petróleo no início dos anos 1970, no contexto mais amplo da Guerra Fria. A partir de fontes primárias disponíveis através do Arquivo Nacional, é possível perceber a preocupação com o interesse econômico brasileiro, e a questão do petróleo foi fundamental para a aproximação com a Líbia. Todavia, a postura brasileira se deu também por uma identidade que o país buscava enquanto potência emergente. Apoiar iniciativas como a nacionalização de recursos naturais era uma medida que demonstrava que a diplomacia brasileira era guiada mais do que por um cálculo puramente pragmático de balanço de pagamentos.

Apesar da importância da migração árabe – especialmente de sírio-libaneses – para a formação do Brasil contemporâneo, do ponto de vista formal as relações do Estado Brasileiro com os seus contrapartes árabes levaram um tempo diferente para evoluir. Do lado brasileiro, isso poderia ser explicado por dois conjuntos de razões centrais. Por motivos domésticos, é possível dizer que a diplomacia brasileira prestou por longo tempo atenção aos movimentos das grandes potências, fazendo a partir desses, os cálculos do interesse nacional. Por outro lado, todavia, a independência e autoafirmação dos países árabes também foi gradual, motivo que impediu evidentemente a construção de um conjunto efetivo de ações entre as duas regiões.

Ao passo que a situação política nos países árabes ia adquirindo ares distintos das relações coloniais tradicionais, como da criação do Estado de Israel em 1948, ou quando da Crise de Suez em 1956, em que o Egito então governado por Nasser se recusou a aderir-se às organizações de defesa anglo-americanas (MCMAHON, 2009), o Brasil se aproximou, ainda assim dentro dos parâmetros adotados pelas grandes potências, da região (AMORIM, 2015). Essa primeira aproximação, todavia, ainda estava voltada mais

¹⁵⁴ Doutorando em História pelo PPGH da Universidade Federal de Goiás. E-mail: danillo.alarcon@gmail.com. Orientador: Eugênio Rezende de Carvalho.

à percepção da importância da participação efetiva em organizações multilaterais do que algo efetivamente da diplomacia bilateral entre o Brasil e os países da região.

Em um primeiro momento, a dinâmica global da Guerra Fria retardou a aproximação do Brasil com os países árabes, pois, por um lado, os países na região enfrentavam-se em questões quanto às suas zonas de influência ao mesmo tempo em que criavam a perspectiva de um inimigo comum, Israel; por outro lado, os sucessivos governos brasileiros adotavam uma posição de cautela quanto à aproximação com uma zona na qual ainda não viam interesses, nem políticos nem econômicos, imediatos. Essa situação começou a se alterar efetivamente a partir do regime militar, em especial a partir do governo do general Médici, quando o chanceler Mario Gibson Barbosa implementou o que foi chamada de “Diplomacia do Interesse Nacional”. Essa se pautava na busca da inserção internacional do país a partir também de relações bilaterais e a expansão dos vínculos do Brasil com os países árabes pode ser assim vista por esta ótica (BARRETO, 2014).

A mudança gradual, mas decisiva da postura brasileira em relação aos países árabes pode ser lida assim, também dentro de um contexto de Guerra Fria, o qual, de acordo com McMahon (2009: 34) estava fortemente marcado pelo ambiente ideológico. Tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética acreditavam fielmente em seu papel para expandir e promover os valores que representavam: “La ideología infundió en los soviéticos y los norteamericanos por igual una fe mesiánica en el papel histórico que sus respectivas naciones habían de jugar en el mundo”. A postura brasileira, então, de se aproximar dos países árabes vinculava-se então, como é comumente assegurado e registrado (AMORIM, 2015; SANTANA, 2006; HURRELL, 2013; BRUN, 2012), pela dependência da importação principalmente do petróleo, mas também por uma identidade que o país buscava enquanto potência emergente. Apoiar iniciativas como a nacionalização de recursos naturais, no momento em que se colocava ao lado de uma das superpotências da Guerra Fria que pregava justamente o livre-comércio (e defendia aberta ou secretamente os interesses das suas empresas ao redor do mundo), era uma medida que demonstrava que a diplomacia brasileira era guiada mais do que por um cálculo puramente pragmático de balanço de pagamentos.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é explicar a cautela e ao mesmo tempo a assertividade brasileira no acompanhamento da posição Líbia de nacionalização do petróleo, dentro do contexto mais amplo da Guerra Fria. A partir de comunicações e

documentos secretos entre o Ministério das Relações Exteriores, o Conselho de Segurança Nacional e a Presidência da República, agora disponíveis *on-line* através do Arquivo Nacional, é possível perceber que se estavam atentos evidentemente ao interesse econômico brasileiro, e a questão do petróleo foi fundamental para a aproximação com a Líbia. Contudo, o MRE já se colocava novas possibilidades de relações com os países árabes, pois vislumbrava “o início de uma nova fase da diplomacia brasileira no Oriente Médio, durante a qual a presença global do Brasil se fará sentir mais nitidamente, com os benefícios econômicos e políticos que disso resultarão” (BRASIL/MRE, 1972).

É possível assim indicar que havia certo “espírito do tempo” terceiro-mundista que aos poucos se acercou da diplomacia brasileira¹⁵⁵. Ademais, a independência de ação condizia com a postura de “Brasil Potência” que ao governo era de interesse mostrar. Como a própria Tanya Harmer (2012: 22) salienta,

From Latin America to Europe, Africa and Asia, the Cold War appeared to be fragmenting as different groups took on its cause and fought it, or distanced themselves from it, in their own idiosyncratic ways. That the United States and the Soviet Union were engaged in a process of detent encouraged this fragmentation – offering space for regional leaders in the global South to taker ownership of the struggle more so than previously.

Assim, a abertura de uma embaixada em Trípoli em 1974 é resultante de um processo de aproximação gradual, pragmática, mas também pensada em termos mais amplos do interesse nacional brasileiro, e, portanto, identitários. No momento da *détente*, como fica claro no jogo que o Brasil fazia inclusive em seu próprio entorno durante o início dos anos 1970, apoiando a contrarrevolução em países como Chile e Bolívia (HARMER, 2012), o país pretendia manter uma agenda própria, tendência que se manteve, e foi aprofundada, no governo de Ernesto Geisel. Essa postura não excluía parceiros tradicionais; apenas agregava ao arcabouço da diplomacia brasileira novas regiões de interesse.

1. AS RELAÇÕES DO BRASIL COM OS PAÍSES ÁRABES DURANTE O REGIME MILITAR

¹⁵⁵ O estabelecimento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) nos anos 1960 pode ser visto como um exemplo dessa nova postura internacional dos países do considerado Terceiro Mundo como um todo.

A evolução das relações do Brasil com os países árabes evoluiu gradativamente durante o governo militar, estabelecido a partir de 1964. O primeiro presidente no período foi Castello Branco, quem manteve para a com a região uma postura de equidistância entre Israel e seus vizinhos árabes, e a política pró-Estados Unidos daquele governo impediu medidas mais assertivas. É importante mencionar, todavia, que “in June 1966 the National Association of Exports of Industrial Products sent a private trade mission on a tour of the Middle East” (HURRELL, 2013: 132), o que para o autor já indica certa vontade de ampliar o comércio do país para com a região.

Durante o mandato do presidente Costa e Silva, os contatos permaneceram ainda um pouco tímidos, mas foram enviadas missões comerciais para o Marrocos e a Argélia em 1968, e em abril de 1967 a PETROBRÁS assinara um acordo com a *Iranian National Oil Company*. Quanto ao assunto mais sensível da região, a questão Israel-Palestina, a postura manteve-se oscilante. Todavia, na ocasião da Guerra dos Seis Dias, o país declarou neutralidade, não apoiou proposta que condenava Israel, mas ao final, acompanhando a Grã-Bretanha, votou a favor do recuo das tropas israelenses (BARRETO, 2014).

Para alguns analistas, a posição da diplomacia brasileira tem uma guinada pró-árabe como resultado da Guerra do Yom Kippur (1973) e da dependência das importações de petróleo, que subiram drasticamente no período (devido ao rápido crescimento econômico do país), e com o aumento dos preços, os custos destas importações elevaram-se exorbitantemente (de 485 milhões de dólares em 1973 para 1,9 bilhões de dólares no ano seguinte). A política até então mantida de “equidistância” e “neutralidade” em relação ao conflito Israel-Palestina foi abandonada, e já no começo de 1974, o chanceler Gibson Barbosa (ainda no governo Médici), inclusive devido à pressão do bloco árabe-asiático, reposicionou o país, demonstrando simpatia pela causa palestina (HURRELL, 2013; SANTANA, 2006).

É importante, todavia, mencionar, que o Brasil votara a favor da resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas ainda em 1967, que clamava pela desocupação por parte de Israel de territórios que não lhe eram legítimos. Ademais, o Brasil, desde os primórdios da questão era favorável à criação de dois Estados na região. O Brasil foi inclusive mais longe ao cumprir com a resolução, pois como indicam documentos de 1968 (BRASIL/MRE, 1968), a chancelaria brasileira estava analisando a

possibilidade de recepção de refugiados árabes, mesmo que se corresse “o risco de se receberem imigrantes nem sempre facilmente assimiláveis”.

Durante o governo Médici, as tendências acima apontadas continuaram, e o Brasil se manteve particularmente atento aos avanços do preço do petróleo, aos movimentos em torno do conflito árabe-israelense e da asserção dos países árabes. É nesse contexto que as negociações com a Líbia se intensificam, mas essas serão analisadas separadamente na próxima seção.

No governo de Ernesto Geisel, a aproximação com os países produtores de petróleo (Kuwait, Iraque, Arábia Saudita e Líbia), iniciada no governo anterior, foi complementada por outros acordos de cooperação, dentre os quais faz parte o Acordo Básico de Cooperação entre a Líbia e o Brasil, de 1978. Para o presidente Geisel, a busca por equilibrar o balanço de pagamentos era algo fundamental para o país, e seriam mantidas as políticas de favorecimento do capital estrangeiro. Além disso, o governo tentaria angariar investimentos dos países árabes:

Os altos níveis de liquidez mundial, em particular a disponibilidade, em busca de aplicações rendosas e garantidas, de vultosos e crescentes recursos em capital livre no **mundo árabe**, ao qual nos **ligam antigos e sólidos laços de amizade**, pela extraordinária participação em nossa vida financeira, econômica e cultural de representantes seus, hoje tão bem integrados na sociedade brasileira e, de outro lado, a credibilidade internacional que o Brasil granjeou, pelo seu excepcional desempenho econômico e, mais concretamente, pelo alto nível de suas reservas cambiais, tornam muito viável o ingresso desses recursos, sob a forma tanto de capitais de empréstimo como de risco (GEISEL, 1974, p. 10, grifo nosso).

Essa postura do recém-inaugurado presidente foi bem quista pelos árabes. Como apontou Goraieb (1974), em matéria publicada pelo jornal “O Estado de S. Paulo” à época, “a declaração do presidente Ernesto Geisel, por ocasião da primeira reunião de seu governo, na semana passada a respeito do investimento de capitais árabes no Brasil, é considerada em Beirute como uma manifestação concreta de continuidade – e mesmo da intensificação – da política de reaproximação com os árabes, iniciada há alguns meses, em Brasília”. No mesmo número do jornal, se destacou também na capa a missão líbia que visitava o país, com a possibilidade de que se propusesse a abertura recíproca de embaixadas, que seria efetivamente concretizada.

É importante mencionar que a preocupação e a manipulação recíproca dos interesses da comunidade árabe no Brasil – e para o mesmo fim, da comunidade judaica

– estavam na mira do governo já há algum tempo. Em “estudo sucinto” da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional¹⁵⁶, de 1972, acerca da recepção no Brasil de um contingente de 4000 judeus que – de acordo com o que se alegava – estavam sendo discriminados na Síria, o governo deixou clara sua posição quanto à importância das comunidades emigradas no Brasil e a necessidade de indicar em sua postura para com a região cautela e diálogo.

Além da atitude de não confrontar diretamente o governo sírio com tal questão, o documento deixa nítido então que a postura brasileira para com o conflito no Oriente Médio se dava pelo fato de que o “Brasil abriga colônias de origem árabe e judaica de alguma expressão. Graças à posição adotada, até o momento, não se registraram ocorrências que em outros países tem sido frequentes” (BRASIL/MRE, 1972). Assim, havia o temor que as consequências do conflito israelo-palestino impactassem na segurança nacional também, através da movimentação das comunidades aqui instaladas. Esse é mais um elemento que acrescenta para a explicação de cautela e atenção para a região à época.

Por fim, durante o governo de Figueiredo, a posição do Brasil para o Oriente Médio se destacou pela “forte aproximação do Iraque (inclusive nuclear) e, por outro lado, os problemas com o governo líbio a respeito do pouso no Brasil de um avião daquele país com destino à Nicarágua” (BARRETO, 2014: 13). É importante mencionar que à época, o Brasil não se postulava mais como potência em ascensão, inclusive por conta da severa crise da balança de pagamentos, mas a percepção dos limites das relações com a Europa Ocidental fizeram com que o país mantivesse o ímpeto de comercializar com os países árabes. Todavia, a Revolução Iraniana em 1979 e a guerra subsequente entre Irã e Iraque, dificultariam as iniciativas brasileiras para a região.

2. APROXIMAÇÃO DO BRASIL COM A LÍBIA NOS ANOS 1970 E A QUESTÃO DO PETRÓLEO

Enquanto a independência da Líbia foi vistoriada pelas Nações Unidas em 1951, o golpe contra o governo instalado em 1969 já representava um novo passo nas relações do mundo árabe com as superpotências. A ascensão do pan-arabismo, a figura forte de

¹⁵⁶ “the General Secretariat of the NSC [National Security Council] – which should function as the locus of research, planning and supervision regarding national security matters” (PINHEIRO, 2013: 97).

Nasser, a anunciada retirada da Grã-Bretanha do Golfo e a recorrência de conflitos envolvendo os árabes e Israel, traziam elementos disruptivos da ordem estabelecida imediatamente após as independências dos países da região.

A grande questão envolvendo Trípoli e o restante do mundo era sua produção petrolífera. A proximidade da Líbia com a Europa e a qualidade de seu petróleo fizeram com ela fosse mantida de certo forma sempre nos radares do Ocidente. Na realidade, a prospecção de petróleo na Líbia seguiu padrões distintos das do Golfo, desde os anos 1950. De acordo com Bruno Pierri (2014: 61), “The majors [as grandes companhias petrolíferas da época] did not rely on the Mediterranean country’s production, but by then too many smaller enterprises with an exclusive stake there were involved in the US balance of payments”. Essa posição era em partes benéfica aos Estados Unidos, pois de qualquer forma a produção líbia de petróleo estava majoritariamente voltada para os aliados na Europa Ocidental (e ainda assim controlada por empresas estadunidenses e europeias), e quando do golpe de 1969, os primeiros passos no novo governo controlado por Muammar Qadafi foram de assegurar uma relativa continuidade dessa política.

Para Pierri (2014), que faz um estudo com novas evidências documentais, todavia, essa avaliação da administração era equívoca, pois a documentação recentemente desclassificada indica que semanas depois do golpe, a junta militar revolucionária já havia deixado claro o potencial para a nacionalização do petróleo.

Outro elemento relevante nessa narrativa é que ao passo que a Líbia buscava controlar e se beneficiar mais de seus recursos naturais, encontrou na França e na URSS supridores de armamentos, substituindo assim aos poucos os Estados Unidos. Isso, em partes, garantiria o suprimento de petróleo para a Europa Ocidental, uma preocupação dos Estados Unidos e foi justamente esse aspecto que alterou a maneira como o governo em Washington via a postura mais assertiva por parte do governo de Trípoli:

In any case, it is by now evident that Washington recognised complete Libyan sovereignty over the companies in that country and viewed petroleum negotiations as essentially a matter between the junta and the corporations, having being assured prior to Us recognition of the revolutionary regime that the latter intended to carry out international obligations (PIERRI, 2014: 74).

A leitura da diplomacia brasileira no momento, de acordo com a documentação interna entre o MRE, o Conselho de Segurança Nacional e a Presidência da República, era de que a Líbia adotara uma postura mais dura com as empresas norte-americanas; já

com as estatais da Itália e da França, o país negociou um acordo. É importante mencionar que a nacionalização de empresas anglo-americanas como a EXXON, Shell, Texaco-Chevron se deu com base no acordo proposto de que o estado líbio manteria 51% do controle do que era explorado, e às empresas o restante. Como a postura imediata de Washington foi de afronta, o governo líbio ameaçou a nacionalização total caso as companhias estrangeiras não aceitassem negociar (BRASIL/MRE, 1973).

O embaixador dos Estados Unidos no Brasil à época, John Crimmins, tentou inclusive pressionar o Itamaraty a sustar as negociações da PETROBRÁS com o governo líbio. Todavia, a postura do Brasil, tal como indica documento do começo de setembro de 1973 do Ministério das Relações Exteriores foi de cautela, tanto por compreender a boa oportunidade apresentada pelo acordo da empresa estatal brasileira com a Líbia, quanto pelo fato de que o Brasil não poderia se abster das relações com a Líbia, pois isso “diminuiria seriamente as opções brasileiras, pois praticamente nenhuma garantia de abastecimento poderia ser fornecida em contrapartida e haveria uma importante redução de oferta global” (BRASIL/MRE, 1973a).

Poucos dias depois, o MRE voltou a se pronunciar sobre o caso em novo documento para o presidente Médici, circunstância na qual concluiu que caso o Brasil fosse “confrontado com uma oferta concreta [de acordo com o governo líbio], dificilmente poderá recusar-se a negociar, para não dar margem à acusação de associação a um boicote das grandes companhias. Note-se que se menciona, neste caso, negociar e não necessariamente comprar de imediato” (BRASIL/MRE, 1973b, destaque do original).

Não se encontrou na documentação analisada evidência de que o governo brasileiro estivesse ciente da postura norte-americana em relação à Líbia, tal como evidenciam os estudos de Pierri (2014), apesar de ser mencionada a pressão dos Estados Unidos e do Reino Unido para que o país aguardasse um acordo entre o governo em Trípoli e as empresas anglo-americanas. Contudo, é possível dizer que o caminho adotado pelo governo brasileiro à época foi semelhante à de suas contrapartes no hemisfério norte, pois se manteve a postura de defesa do acordo negociado e firmado entre PETROBRÁS e a *Arab Gulf Exploration Company*, em março de 1973, de compra de petróleo do campo de Sarir por um prazo de 10 anos. A postura do governo, dias antes de se intensificarem as comunicações, fica explícita no trecho a seguir:

As gestões realizadas no Itamaraty [pelos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido] deslocam para nível governamental o problema que a PETROBRÁS vinha enfrentando como empresa. A questão foi apresentada pelo representante dos Estados Unidos¹⁵⁷ como problema de política geral em relação a casos semelhantes (BRASIL/MRE, 1973).

Essa medida de cautela, e também assertividade do governo no início dos anos 1970, também foi aplicada para as relações internacionais do Brasil para com outros países produtores de petróleo. No caso dos países árabes, o governo compreendeu que manter relações diretas com essas capitais era basilar para garantir benefícios econômicos, mas também que as questões políticas não poderiam ficar de fora desse diálogo. A própria visita do Ministro de Relações Exteriores saudita, Omar Al Sakkaf, em maio de 1973, demonstrou ao governo a profundidade que as relações entre o Brasil e aquela região poderiam adquirir (BRASIL/MRE, 1973a).

A documentação demonstra que a diplomacia brasileira entendeu rapidamente que o cenário internacional apresentava uma crescente politização das questões referentes ao petróleo, mas que não caberia ao Brasil julgar a legalidade de medidas como a nacionalização parcial dos recursos naturais que o governo líbio, por exemplo, havia feito. Essa postura só fora possível por conta da evolução gradual da postura da política externa brasileira, e pela compreensão de que ao país caberia garantir seus interesses gerais na região, inclusive trabalhando em prol dos interesses de suas grandes companhias.

A posição do MRE evoluiu, e no começo de outubro de 1973 passou a defender explicitamente junto à presidência da República o acordo da PETROBRÁS junto a companhia estatal da Líbia, condicionadas à compra de um volume considerável de petróleo, que compensaria os possíveis contratempos dessa negociação. Essa nova postura do Itamaraty se deu pelo fato de que a própria postura de Washington estava mais branda em relação a Trípoli e esse novo cenário havia dado ímpeto a parcial corrida à Líbia por outros potenciais compradores, dentre eles a Argentina (BRASIL/MRE, 1973c).

A percepção do governo evoluiu também a partir da análise da sensibilidade e da vulnerabilidade dos Estados Unidos em relação à alta do preço do petróleo e aos boicotes árabes: “todos os principais fornecedores árabes suspenderam os embarques para os

¹⁵⁷ O embaixador Jorge de Carvalho e Silva, então Secretário-Geral das Relações Exteriores, de acordo com o documento havia recebido no dia 03 de agosto de 1973, os representantes dos EUA e da Grã-Bretanha, separadamente, para a expropriação dos bens das empresas de seus respectivos países.

Estados Unidos em virtude da ajuda militar a Israel. Mas o essencial das importações americanas se faz do Canadá (24%), da Venezuela (16%), Irã e Indonésia, o que limita muito as repercussões” (BRASIL/MRE, 1973d).

Essa situação demonstrava de maneira clara a disparidade da dependência no cenário global de produção/consumo de petróleo, pois enquanto os Estados Unidos tiveram 8% do seu consumo total impactado pelas medidas dos governos árabes, no Brasil, 60% do consumo total foi impactado (BRASIL/MRE, 1973d). O chanceler Mario Gibson Barbosa ressaltou que pelo fato de o Brasil ser considerado um “país amigo” pelos países árabes, tentava-se assim manter o suprimento ao Brasil.

A mídia brasileira também estava atenta ao desenrolar da situação do petróleo e das relações líbio-brasileiras. O próprio presidente da Líbia, Qadafi, declarou ao “O Estado de S. Paulo” que o Brasil é um país “neutro e, portanto isento de qualquer embargo no fornecimento de petróleo líbio, uma medida essencialmente política de nossa luta contra Israel” (GHADAFI 1973 *apud* MELLO, 1973). Declarações como essas, e a boa vontade dos governos em permitir a fluidez dos negócios entre as empresas estatais petrolíferas de ambos países, reverberaram para outras áreas. Nos anos 1970, a indústria bélica brasileira conseguiu sua plena inserção internacional, e a empresa ENGESA – Engenheiros Especializados – fechou acordos com diversos países árabes, nos quais as vendas para a Líbia não passaram em branco (O ESTADO, 1977).

Essa nova atitude em relação ao Oriente Médio, de acordo com o diplomata Carlos Ribeiro Santana (2006) indicava inclusive que havia um vazio diplomático brasileiro para com a região. O “ecumenismo” buscado na gestão de Azeredo da Silveira visava justamente sobrepor essas lacunas. Mas tinha que ser “responsável”, pois como afirma Santana (2006, p. 164), o pragmatismo não poderia ser oportunista e ainda assim tinha que responder “às cúpulas militares e aos setores mais conservadores da sociedade”.

Em contexto no qual os países árabes recebiam o comunismo, estavam em conflito com os Estados Unidos, por causa de Israel, e ressentiam-se das potências industriais da Europa Ocidental, notadamente a Inglaterra e a França, das quais foram colônias, o Brasil, como potência capitalista emergente, apresentava-se em condições de fornecer-lhes todo o tipo de mercadorias de que necessitassem, inclusive armamentos (SANTANA, 2006, p. 169).

Nesse sentido, as relações com os países árabes – mesmo antes de Geisel/Silveira chegarem ao poder – não excluía as relações com Israel, que, todavia, a partir dos 1970

foram qualificadas dentro dos interesses maiores do Estado brasileiro. As próprias vendas da “Volkswagen Brasil” para Israel, iniciadas em 1972, foram atingidas pela postura do governo brasileiro de garantir o abastecimento de petróleo e a nova política externa para com os países árabes, que tinham em Israel um inimigo declarado. O MRE teria que se manifestar sobre a questão no começo de março de 1974 (BRASIL/MRE, 1974).

Documentos de 1974 narram a tratativa da empresa com o governo israelense, após a determinação do governo brasileiro, não reportada aos colegas israelenses, de sustar o envio de 5.250 veículos, compra já contratada, ainda em 1974. É importante ressaltar que o Brasil exportava também para os países árabes, inclusive material bélico, como afirmado acima, e caso a matriz brasileira da empresa alemã não suprisse o contrato previamente estabelecido, temiam-se represálias por parte da comunidade israelita em outras negociações da empresa (BRASIL/MRE, 1974).

Mais uma vez, vemos então o jogo entre as empresas, governos e as comunidades de migrantes no Brasil, em uma conformação que tornava mais matizada as escolhas político-econômicas de se entabular relações com os países árabes. Nesse sentido, o próprio general João Baptista Figueiredo, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional em 1974, se pronunciaria sobre a questão concluindo que “a exportação de veículos de uso civil para ISRAEL não prejudica os interesses de Segurança Nacional”, tanto pelo fato de os países europeus continuavam a fazê-lo quanto pela necessidade de não se prejudicar as futuras exportações brasileiras para o governo de Tel Avive (BRASIL/CSN, 1974).

Assim, pelo exemplo de como mesmo as relações com Israel não foram prejudicadas, mas foram sim qualificadas a partir do contato do Brasil com os países árabes, e pelo caso específico da Líbia, é possível dizer que a necessidade mais ampla de inserção internacional do país levou às mudanças necessárias na política externa. A identidade do país enquanto potência que se projetava para além de seu entorno, em busca evidentemente de interesses práticos, como o abastecimento de petróleo e uma solução para os déficits no balanço de pagamentos a partir da diversificação da pauta de exportação, parecem estar então em confluência.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de recentes, as relações do Brasil com os países árabes já geraram frutos relevantes para a política e a economia nacionais. O país vem mantendo relações com a região há décadas, mas estas se tornaram consideráveis a partir dos anos 1970, quando a busca de novos mercados importadores e exportadores se tornou crucial. Foram grandes os desafios do país ao lidar com a região. A complexidade geopolítica, especialmente a partir da dinâmica do conflito israelo-palestino, e os interesses das grandes superpotências durante a Guerra Fria – e em especial das empresas petrolíferas anglo-americanas – dificultavam o posicionamento brasileiro. Todavia, esses desafios foram de certa forma superados gradualmente e a chancelaria brasileira conseguiu aos poucos a inserção na região.

É comum que se indique que a pressão do bloco afro-árabe tenha feito o Brasil mudar brusca e consideravelmente sua posição em relação às questões do Oriente Médio. Como indica Hurrell (2013: 245), “it was this [a pressão] that ensured that Brazil’s switch in policy was as sudden and clear-cut as it was”. Contudo, o que o estudo neste artigo indica é que a posição para os países da região foi mudando gradativamente a partir da percepção tanto interna de que era preciso diversificar os parceiros comerciais quanto como mecanismos de resposta às pressões, especialmente dos Estados Unidos, para que o Brasil se abstinhasse de certas dinâmicas globais. Essa postura era incompatível com a proposta política que os presidentes militares tinham durante os anos 1970. Ao acompanharem a evolução da situação da nacionalização dos recursos petrolíferos da Líbia, as lideranças de política externa foram cautelosas, mas entenderam o as forças da *détente* e atuaram de forma a inserir o Brasil no jogo global da “crise energética” e na busca de soluções para ela.

Dessa forma, as relações do país com a Líbia, com a qual se firma acordo de cooperação em 1978, no qual se declara que ambos os países dão “grande importância para o desenvolvimento de uma nova ordem internacional, baseada em igualdade, justiça e paz” (BRASIL/MRE, 1978), não pode ser lida puramente pela retórica do pragmatismo. Em política externa, as ações são calculadas com base na evolução de ideias e valores, e é possível, como se aventa brevemente no artigo que as relações do Brasil com os Estados Unidos tenham também influenciado mais do que se tem considerado as relações com os países árabes. Esses questionamentos ficam, portanto, em aberto, para futuras pesquisas.

4. REFERÊNCIAS

4.1 BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha** – memórias da política externa ativa e altiva. São Paulo: Benvirá, 2015.

BARRETO, Fernando de Mello. A política externa durante o regime militar. **Política Externa**, vol. 22, n. 4, São Paulo, abr/mar/jun 2014, p. 7-15.

BRUN, Élodie. La diplomacia brasileña hacia el Medio Oriente: una estrategia oscilante. **Araucaria** – Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, año 14, nº 28. Segundo semestre de 2012. P. 73–90.

GORAIEB, Issa. Árabes Apontam um clima ideal para inversões. **O Estado de S. Paulo** – Acervo, ano 95, 29 mar. 1974.

HARMER, Tanya. Brazil's Cold War in the Southern Cone, 1970-1975. **Cold War History**, 12, n. 4, 2012, p. 659-681.

HURRELL, Andrew. **The Quest for Autonomy**: the evolution of Brazil's role in the international system, 1964-1985. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

MCMAHON, Robert. **La Guerra Fría** – una breve introducción. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

MELLO, Sergio Motta. Brasil terá mais petróleo da Líbia. **O Estado de S. Paulo** – Acervo, ano 94, 27 nov. 1973.

O ESTADO de S. Paulo. Brasil vende armas à Líbia. **O Estado de S. Paulo** – Acervo, ano 98, 10 mar. 1977.

PIERRI, Bruno. The United States and Revolutionary Libya, 1968-1973: evidence from newly declassified records. **Rivista Simestrale di Storia e Política Internazionali**, Eunomia III, n. 2, 2014, p. 55-98.

PINHEIRO, Leticia. **Foreign Policy Decision-Making under the Geisel Government** –the president, the military and the foreign ministry. Brasília: FUNAG, 2013.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 49, n. 2, p. 157-177, 2006.

4.2 FONTES GOVERNAMENTAIS

BRASIL/CSN. Estudo Sucinto nº 029/SG-1/72. Conselho de Segurança Nacional – Secretaria-Geral, 26 de abril de 1972.

BRASIL/CSN. Exposição de motivos nº 022/74. Conselho de Segurança Nacional, Brasília, 13 de março de 1974.

BRASIL/MRE. Nº - DSI/278 – Imigração de refugiados árabes. MRE – Divisão de Segurança e Informações, 21 mar. 1968.

BRASIL/MRE. Informação nº 0082 para o senhor Presidente da República – Seminário sobre petróleo, Roma, agosto de 1972. 15 de set. 1972.

BRASIL/MRE. Informação nº0050 para o senhora Presidente da República – Aquisição de Petróleo da Líbia pela PETROBRÁS. 6 de ago. 1973.

BRASIL/MRE. Informação nº 0062 para o senhor Presidente da República – Negociações da PETROBRÁS com a Arábia Saudita. 03 de set. 1973a.

BRASIL/MRE. Informação nº 0063 para o senhor Presidente da República – Aquisição de petróleo líbio pela PETROBRÁS. 10 de set. 1973b.

BRASIL/MRE. Informação nº 0075 para o senhor Presidente da República – Aquisição de petróleo líbio pela PETROBRÁS. 01 de out. 1973c.

BRASIL/MRE. Informação nº 0082 para o senhor Presidente da República – Efeitos da guerra no Oriente Médio em matéria de petróleo. 26 de out. 1973d.

BRASIL/MRE. Informação nº 0013 para o senhor Presidente da República – Exportações da “Volkswagen do Brasil” para Israel. 01 de mar. 1974.

BRASIL/MRE. Acordo Básico De Cooperação Entre A República Federativa Do Brasil e a Jamairia Árabe Popular Socialista Da Líbia. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, Divisão de Atos Internacionais. 1978. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1978/b_48/>. Acesso em: 01 de agosto de 2016.

GEISEL, Ernesto. Discurso do Presidente Geisel na primeira reunião ministerial realizada no Palácio do Planalto, Brasília, em 19 de março de 1974. In: BRASIL/MRE. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, n.1, março/abril/maio/junho de 1974.

SOBRE “ESCOVAR O SENTIDO (DO) PASSADO”: A DIMENSÃO HOMÉRICO-BENJAMINIANA DE UM POSSÍVEL MÉTODO HISTORIOGRÁFICO EM HANNAH ARENDT

*Diego Avelino de Moraes Carvalho*¹⁵⁸

RESUMO: É possível traçarmos um possível “método historiográfico” no escopo da obra/pensamento de Hannah Arendt? Se sim, e admitindo a possível confluência no campo das ciências sociais - especialmente entre a hermenêutica e “Ciência da História” que subjaz seu trabalho intelectual – qual seria a característica fundamental de suas abordagens? É possível se conceber uma “dimensão homérica” em suas proposições de se “repensar o passado”, em somatória à um possível esforço benjaminiano de se “escovar a história a contra-pêlo”? Esta comunicação tem como objetivo apresentar certas

158Doutorando em História do PPGH/UFG. Orientador: Prof. Dr. Noé Sandes Freire. Professor do IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/ Campus Goiânia. Especialista em História Cultura (UFG). Licenciado e Mestre em Ética e Filosofia Política/PPGF-UFG. Bolsista do programa PIQS (Programa institucional de qualificação do servidor/IFG) e membro/pesquisador do NECULT/IFG (Núcleo de estudos de cultura, linguagens e suas tecnologias).

intuições sobre o que seria um “método arendtiano” passível de ser aplicado à teoria da historiografia, sobretudo no âmbito das discussões mais atuais que se faz do ofício, usos e práticas da História (concebida enquanto “ciência-discurso”), além de apresentar características gerais e fundantes de seu pensamento-atitude: filosóficas por excelência.

Palavras-chave: Hannah Arendt, Teoria da História, Historiografia, Hermenêutica.

“Desde que o passado cessou de lançar luzes sobre o futuro, a mente humana vagueia na obscuridade.”

Aléxis de Tocqueville

A reflexão e pesquisa no campo das ciências humanas se tornou, ao menos no último século, um desafio por deveras inglório, conquanto compensador. Isso não se deve a uma “pretensão de verdade”, que já se arrefeceu com os debates epistemológicos nas últimas centúrias, sobretudo no campo da linguagem e da historiografia. “Inglório”, por que não se há um “produto a oferecer”, de objetivo, de necessariamente palpável – o que por seu turno não oferta “reconhecimento”, e muitas vezes relegando o estudo das humanidades ao meramente “especulativo”, “sem finalidades”, “não científico”, (positivisticamente falando), de pouca “validade”, portanto. “Compensador”, doravante, por que justamente nos permite ir além de pretensas “linearidades históricas”, “concretudes linguísticas” e/ou visões deterministas e absolutas.

No campo da História e da teoria da historiografia, o desvelamento de novos temas e abordagens engendrados, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX nos permitiu entrever no domínio de novos cursos no rio caudaloso da memória, da identidade, das fronteiras, dos saberes, etc. Saímos do binômio “marxismo” x “positivismo”, da necessária “militância” deste contexto-discurso, para adentrarmos em novas compreensões do ofício do historiador e, por consequência, daqueles que se desdobram nos estudos das humanidades, de modo geral. O Historiador, em destaque especial, passou a considerar os elementos discursivos do texto historiográfico; dialogou com a literatura e a psicanálise, reconsiderou a importância das “micro-história” e das “oralidades”, e fez da “memória” uma reconstrução, e não um estatuto de “validação inquiritorial”. Enfim, se aproximou mais do “Filósofo”, pensado enquanto aquele que “amigo (*Philos*)”, confronta o saber (*Sophia*), não no sentido de negação, mas de apropriação, imersão. É a dialética que sai do dicionário marxista padrão e retoma seu significado helênico mais profundo, cabendo ao Historiador fazer de seu ofício a materialização deste “recobrar-confrontar-compreender”.

Neste intercurso, diversos teóricos surgem aproximando História e Filosofia, não no sentido exato de se operar uma história da filosofia ou uma filosofia da história, tão

somente. Antes, de se apropriar das condições constituintes de cada campo, e empreender uma abordagem multifocal, conquanto rigorosa, estrutural porém não linear. Tratou-se de conceber que os estudos históricos demandam de uma dose de filosoficidade no sentido de direcionar perguntas sensíveis ao evento; sobre quais desdobramentos estes podem trazer em potência; ou o que os difere para tantos outros em grau de singularidade. Da filosofia em seu grau de “colocar em suspensão”, se pôs continuamente a própria condição da História enquanto discurso-ciência a repensar continuamente seus estatutos epistêmicos. Na mesma proporção, o campo da filosofia passou a operar em suas instâncias reflexivas não mais divorciando de uma suposta atemporalidade intrínseca dos conceitos. Recobrar a dimensão histórica de um conceito em crise significa estabelecer um duto de compreensão significativo acerca de sua natureza e gênese constitutiva. Dessa forma, o ulterior divórcio entre História e Filosofia se dilui e dá cor a uma necessária retomada de confluência. Quando um filósofo se põe a pensar um problema, isso supõe colocar em suspenso um juízo sobre um conceito – o que equivale a dizer que o que se põe em xeque é o próprio significado deste. Assim, o que se opera nesta nova “metabolização epistêmica”, trata-se de operar uma semântica dos conceitos históricos (uma vez que estes não se tratam de entidades a-históricas, mas sempre “postas no tempo”), buscando assim a constituição linguística de experiências do tempo na realidade passada. Assim, a chamada “Ciência História” volta-se para o problema da “experiência histórica”, contemplando suas distintas “ontologias sociais do tempo”, nos possibilitando - ao mesmo turno - indicar e informar as “tensões existenciais” relativas à própria finitude do homem. Assim posto, voltar-se compreensivamente para estes “elementos existências”, subjacentes ao processo histórico, permitiria a História em si – enquanto ciência – chegar a entender os conflitos políticos e sociais, as nervuras do real expressos, desde a esfera macro aos eventos cotidianos, que caracterizam os diversos períodos históricos.

Assim, em destaque primal, podemos chamar a atenção de dois destes aludidos teóricos. O primeiro, Reinhart Koselleck, seguido de uma reflexão confluyente na esfera do pensamento de Hannah Arendt. O primeiro, em sua famosa obra *“Passado Futuro - contribuição à semântica dos tempos históricos”*, já propunha uma singular perspectiva de que cada presente não apenas reconstrói o passado a partir de problematizações geradas na sua atualidade, mas também de que cada presente ressignifica tanto o passado como o próprio futuro. De acordo com Koselleck, cada presente seria capaz de conceber

também uma nova forma de se conceber a relação entre futuro e passado, compreendendo as assimetrias entre estas duas instâncias da temporalidade. Hannah Arendt, a seu turno – e *paripassu* a Kosseleck - empreende a dinâmica da “compreensão” do fenômenos do presente que se colocam por força imposta e nos (re)clama a necessidade de exame e reflexão. Logo no prefácio de sua obra “*As origens do Totalitarismo*”, ao se referir a necessidade de “revisão” da questão do antissemitismo e os horrores da perseguição não somente nazista, Hannah Arendt (1989, p.21) afirma que:

(...) Compreender não significa negar o ultrajante, subtrair o inaudito do que tem precedentes, ou explicar fenômenos por meio de analogias e generalidades tais que se deixa de sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós – sem negar sua existência nem vergar humildemente seu peso, como se tudo o que de fato aconteceu não pudesse ter acontecido de outra forma. Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido.

Posto isto de forma introdutória – e considerando o pensamento de Hannah Arendt como núcleo desta proposição – a pergunta inicial deste trabalho se direciona para tentarmos responder qual seria, portanto, a importância do legado de Hannah Arendt para o campo das ciências sociais, especialmente na confluência entre hermenêutica e “Ciência da História”? Ou de modo mais sucinto: onde se situa – ou em qual medida se faz – a relevância do pensamento arendtiano no campo da historiografia contemporânea? É possível concebermos uma esfera metodológica para o pensamento arendtiano que o qualifique enquanto um discurso historiográfico? Se sim, o que significaria esta “dimensão homérica” no escopo de sua produção literária? Não obstante, ao termos a pretensão de responder e procurar fundamentar esta pergunta, corremos o risco de limitar o pensamento de Arendt a uma esfera interpretativa única, transformando-a naquilo que mais distante se operava de sua biografia intelectual: os rótulos. Por virmos de uma tradição teórica que teima em reduzir/classificar esforços interpretativos em polarizações e partidarismos, corremos o risco de subtrair o que se encontra de mais sublime na obra de Arendt: a liberdade, seja enquanto “conceito político” ou enquanto “atitude epistêmica”. Esta comunicação, como conclusão de uma dissertação de mestrado em tema análogo, tem como objetivo apresentar certas intuições sobre o que seria um “método arendtiano” passível de ser aplicado à teoria da historiografia, sobretudo no âmbito das

discussões mais atuais que se faz do ofício, usos e práticas da História (concebida enquanto “ciência-discurso”), além de apresentar características gerais e fundantes de seu pensamento-atitude: filosóficas por excelência.

O pensamento de Hannah Arendt se estende no horizonte como uma nova forma de se conceber a reflexão e exegese filosófica, a análise histórica, a “hermenêutica” literária e o exame filológico, buscando “colher” as diversas variantes antropológicas que tal empreendimento desdobra. Gera, assim, – noutra perspectiva – não somente uma resinificação singular destes campos epistêmicos; antes, diluí as fronteiras gnosiológicas, colocando o objeto sob uma abordagem/suspeita ao mesmo tempo multifocal, embora predominantemente transdisciplinar. Como exemplo, ao Arendt empreender o exame da ação no transcurso das histórias humanas, não se restringe para tanto (embora de forma relativamente original) a uma única corrente interpretativa. Divorcia-se de qualquer linearidade nos acontecimentos, conquanto opera uma cronologia necessária para vislumbrarmos as transliterações e transuências do conceito ao longo das temporalidades.

Afasta-se, na mesma medida, de um determinismo histórico (ou mesmo “biologicista”) que possa conferir um sentido óbvio para as ações humanas. Importa ainda nestes intercursos, o diálogo que sempre estabelece com a tradição filosófica e literária. Muitas vezes, não para tomá-la em sua dinâmica de exemplaridade - assim como o ofício da história assim se fez durante mais de um milênio, como atesta Francois Hartog, em sua obra “*Regimes de Historicidade*” - , antes, para buscar um confronto de ideias necessário. Continuamente, tais tradições são postas nas análises arendtianas em condições de suspensão e suspeição, embora colha deste esforço crítico aquilo que considera útil, dispensando a seu turno o que julga anacrônico ou infundado, sem jamais aceitar um autor ou tradição em sua totalidade. Embora críticos como Isaiah Berlin – que nutria profunda e pública antipatia por Arendt – a acusassem de fazer uma pejorativa segunda história da filosofia (entre aquilo que foi e o que Arendt pensava ser), salta aos olhos de qualquer leitor a originalidade de suas interpretações e abordagens das obras de Kafka e Bretch, Platão, Agostinho e Kant, etc.

A insignia do pensamento arendtiano – como veremos logo a frente - sempre esteve circunscrita ao domínio do “novo”. Não é incomum vermos em sua obra recorrência a expressões que expressam este *locus*, seja expressando o fenômeno da natalidade, seja atentando-se para eventos extraordinários e de efeitos políticos de nossa época. Dessa forma, aparecem sentenças tais quais: “a luz de nossos mais recentes

temores” ou “de nossas novas experiências”, seja logo no início da obra “*A Condição Humana*” - ao tratar das emergências do mundo pós-guerra - seja na análise que faz anteriormente do fenômeno totalitário em “*As Origens do Totalitarismo*”, resultando este na própria criação do polêmico conceito de “radicalidade do mal” e, posteriormente, de “banalidade do mal” - como fez na obra “*Eichmman em Jerusalém*”.

Embora como consta em suas biografias – notadamente a de Elizabeth Young-Buehl,, intitulada “hannah Arendt: por amor ao mundo”, a mesma se recusava ao posto de filósofa, doravante assim o fosse por sólida formação acadêmica. Entretanto, vemos em Arendt – justamente ao não se prender à filosofia – uma constante recorrência a esta por entender que em si subjaz o sentido de nossa condição no mundo: a de criar o novo e promover cesuras necessárias ao “já estabelecido”. Aqui obviamente cabe a Filosofia mais em seu sentido geral do que propriamente profissional, ou acadêmico, melhor situacionando-a. Assim sendo, se faz a Filosofia enquanto uma modalidade complexa, discursiva e continuamente (re)elaborada - a partir de escolas e tradições - da faculdade do pensar, ou em sentido geral: a de se posicionar criticamente, de forma radical e rigorosa frente às perplexidades de nossos tempos.

Do ponto de vista da abordagem filológica - que nela aparece como uma espécie de “História dos conceitos” - Hannah Arendt busca através de um mapeamento da gênese sociolinguística de determinado conceito suas cadeias de significações. Dessa forma, nos permite, assim, entrever nas instâncias que operam suas de mudanças no curso dos tempos nas dinâmicas discursivas de cada época ou sociedade. Neste esforço - noutro vetor instrumental - Arendt procura demonstrar a forma como que o uso de certos conceitos, suas degenerações interpretativas, bem como suas transliterações turvas, podem representar dificuldades ao se tentar compreender certas modalidades da condição humana, tal qual fez – como exemplo - ao operar a distinção entre trabalho e fabricação, na mesma medida em que perscrutou o próprio conceito de ação e suas variações e fundamentações linguísticas.

Mas é, sobretudo, a partir do instrumento da história, que o método de Arendt (se assim podemos nos expressar) ganha os seus contornos mais originais. Embora não tenha se ligado diretamente a nenhuma corrente hermenêutica, vê-se em Arendt uma “simpatia” pelo método benjaminiano, de se “escovar a história a contrapelo”, e de “coletar as pérolas” dos eventos históricos. Inspirada nas proposições historiográficas levantadas por Benjamim, sobretudo aquelas contidas em “*Obras escolhidas: magia e técnica, arte e*

política”, Arendt defende que o historiador deve ficar atento à novidade, uma vez que esta, no momento de sua “aparição” à humanidade, desvela o que anteriormente estava ensombrecido aos olhares humanos, exatamente o passado. Para Hannah Arendt (2002, p.49-50):

O novo é o domínio do historiador que, ao contrário do cientista natural preocupado com os acontecimentos sempre recorrentes, lida com eventos que sempre ocorrem somente uma vez. O que o evento iluminador revela é um começo no passado que até então estivera oculto; aos olhos do historiador, o evento iluminador só pode aparecer como um final para esse recém-descoberto início. Só quando, na história futura, um novo evento ocorre, é que esse “final” irá revelar-se como um início aos olhos dos futuros historiadores. E os olhos do historiador representam somente o olhar cientificamente treinado da compreensão humana; só podemos *compreende* um evento como o final e a culminação de tudo o que aconteceu antes, como ‘preenchimento dos tempos’; somente é que cabalmente avançamos com relação ao conjunto transformado de circunstâncias que o evento criou, isto é, tratamos esse evento como um começo.

Ao lançar um olhar sobre o passado, Hannah Arendt buscou identificar os eventos que marcaram a vida dos homens sobre a terra. Numa tentativa de ofertar sentido aos fatos, Arendt procurou, teoricamente, redefinir caminhos e identificar as rupturas, sem acrisolar a história numa linearidade determinista, sem que um evento possa se seguir necessariamente do outro. A história enquanto metanarrativa, se caracteriza em Arendt enquanto um diálogo entre o pensador e os fenômenos originários de cada época, para além de estruturas de natureza teleológica. Neste sentido, o “fazer história” se traduz pelo perscrutar o “novo”, refletindo sobre suas instâncias ontológicas, e não simplesmente alocar o presente numa cadeia de causalidades deterministas, como sugeriria as filosofias da história que a precederam. De acordo com Edson Teles (2001, p.03):

Na concepção de Arendt a história deixa de ser uma sucessão de eventos, um tempo homogêneo e vazio, para ser pensada por meio dos rompimentos que quebram o *continuum* histórico. Para a autora o que importa na retomada do passado é a possibilidade de narrar experiências do político que possam ser apreendidas e que revelem o sentido dos acontecimentos políticos do presente, encontrando assim correspondências entre o passado e o presente. A história busca o passado fragmentado e não transmitido pela tradição, composto pelas memórias esquecidas, as que somente podem ser contadas pelos que pertenciam às causas políticas derrotadas ou minoritárias. O presente não esquece, nem domestica o passado.

A História, para Arendt é empresa que confere sentido ao passado, compreendendo as ações humanas, sem se ocuparem de encontrar causalidades ou determinismos, projetando sempre o olhar sobre o novo. Dito de outra forma, aquela trataria de ser sempre uma tentativa de compreender os desdobramentos das ações humanas. Inspirada também num ideal homérico de salvar os feitos da vala do esquecimento, de “preservar aquilo que deve sua existência aos homens, (...) para que o tempo não o oblitere”, Arendt busca atingir com o estudo histórico a gênese dos acontecimentos decisivos que marcaram épocas, redefiniram conceitos e imprimiram nas culturas os comportamentos estanques ou a perspectiva de um mundo onde “tudo se justifica”. Sua tentativa é de (re) pensar os eventos sob o prisma da imparcialidade, que não visa, naturalmente, tomar o lado de uma narrativa pelos oprimidos e nem pelos opressores, de vencedores ou perdedores. Quando sua inspiração homérica fala mais alto, isto não se refere a elevar o herói à condição de vencedor, mas antes, de reconhecer em seus feitos a condição de imortalidade, preservando os seus atos e palavras do esquecimento. A história tem, portanto, a função de salvar os feitos humanos, que em oposição ao ciclo biológico do homem de nascimento e morte, confere-lhes um caráter de imortalidade. O herói dentro da narrativa, não se trata de uma classe social ou de uma personalidade específica, antes, se refere a qualquer homem, a qualquer grupo que mantenham o interesse pelo mundo comum, e que buscam preservá-lo por ser este o espaço que permite o seu desvelamento. É especificamente este tipo de ente e localidade que Arendt buscará identificar ao longo da história: trata-se de identificar quem são os atores, autores e onde suas ações se arrolam. Ao direcionar os olhos para o passado, Arendt não pretende identificar vencedores, nem traçar caminhos retilíneos e invariáveis; importa, antes, salvar os fenômenos do esquecimento, e identificar quem foram os autores/atores/circunstâncias que operaram em pouca continuidade e em muitas rupturas.

De acordo com Teles, a história, para Arendt, “desempenhava o papel de imitadora da ação, realizando a reconciliação do homem com a realidade por meio das lágrimas da recordação, fruto da catarse, quando ator, autor e espectador são uma mesma pessoa.” (Idem, 2001, p.02). O desenrolar da história se conflui com a ação, uma vez que os homens, dada a sua intrínseca liberdade de agirem e iniciarem coisas novas, imprimem múltiplos caminhos para os acontecimentos.

As histórias humanas são, portanto, produto do engajamento intersubjetivo dos homens, dos quais, enquanto atores a constroem, mas sem, paradoxalmente, seres os seus *autores*. São afetados, influenciados por elas desde o instante em que aportaram no mundo e continuam, por serem um *initium*, a afetar o seu curso, gerando novas histórias. Cada história pode ser registrada pelos homens, nos diversos tipos de recursos que se dispõe para tanto, numa tentativa de *perdurarem* seus feitos para que possam ser vistos e apreciados pela posteridade e por eles mesmos. O sujeito pode emergir, portanto, como aquele que através dos recursos materiais pode registrar a história, mas jamais podendo emergir como um autor, um produtor dos acontecimentos. É antes, um ator, na medida em que atua no mundo pelas suas palavras e ações. Dito de outra forma, as histórias humanas, enquanto “resultado da ação e do discurso, revelam um agente, mas esse agente não é um autor nem produtor.”¹⁵⁹

A ideia de um ator e não uma autor ou produtor na concepção de Arendt, indica mais uma vez, uma ruptura com a tradição e em especial a marxista, uma vez que esta tradição vê a história como uma constante luta de classes, da qual os conflitos e as (re)hierarquizações ou surgimento de novas classes consequentes do processo dialéticos. Neste cenário da constituição de classes o indivíduo opera em um processo competitivo, conflituoso em busca das condições materiais de existência. Nesta concepção, o indivíduo diluído na massa, ou no seio de uma classe social, intervém nos processos históricos como operadores de resistência e confronto, sendo que suas motivações são sempre determinadas por condições materiais adversas a que padecem. Em Arendt, o ator não é um produtor da história nas várias acepções do termo *producere*; não é um produtor no sentido de feitura da história, como também não é um ser que só possui história viva numa determinação material, como no viés marxista. No campo da determinação histórica pelo materialismo marxista, a tese fundamental é a de que o único sujeito da história é a sociedade na sua estrutura econômica. O único elemento determinante da história, e por isso também o único elemento que se autodetermina, é a estrutura econômica da mesma sociedade. Desse modo, só a estrutura econômica desta tem ou *produz*, propriamente, a história. Portanto, quem impulsiona o surgimento da história é a relação entre as forças produtivas e as relações de produção: as relações de propriedade. A história, de acordo com Marx, seria o artífice que (des)engrenaria todas as relações que encadeiam o homem

159 Idem, p. 197

e a sociedade à natureza, bem como todas as relações que ligam à formação e a transformação dos modos de produção à constituição e transformação das formações sociais, da consciência social, do Estado e das formas ideárias que correspondem a este.

Mais uma vez, como mencionado, há uma ruptura com os postulados marxistas, pois Arendt se mostra radicalmente contra qualquer noção de que a história é somente uma determinação material, e muito menos de que o homem, relegado à mera condição de produtor das condições de sobrevivências seja, por isto mesmo, o produtor de toda a história. Destarte, para Arendt, o agente participa da história, mas não é dele a autoria; é antes alguém que “a iniciou e dela é o sujeito, na dupla acepção da palavra, mas ninguém é o seu autor.”¹⁶⁰

Hannah Arendt (Idem, p. 197) afirma que uma das maiores dificuldades em se compreender a história não se deve ao fato de a concebermos com um todo, mas sim, de compreendermos que o seu sujeito nada mais é do que uma abstração, nesse caso, uma abstração chamada humanidade que jamais pode se constituir enquanto um sujeito ativo, no sentido de produtores diretos da história:

“A perplexidade é que em qualquer série de eventos que, no conjunto, compõe uma história com significado único, podemos quando muito, isolar o agente que imprimiu o movimento ao processo; e embora esse agente seja muitas vezes o sujeito, o ‘herói’ da história, nunca podemos apontá-lo inequivocamente como o autor do resultado final.”

Para entendermos a base de justificação deste conceito de agente *na* história, mais uma vez temos que nos reportar ao mundo grego, e ao que estes compreendiam por *herói*, visto que é este termo que Arendt utilizará para designar o agente enquanto autor na história. Este herói não é, entretanto, tão somente aquela figura arquetípica que reúne em si os atributos necessários para superar de forma excepcional um determinado problema de dimensão épica, é também aquele que participa - por sua singularidade expressa nos seus feitos e palavras e *glórias* - de toda uma história real. Não é aquele tipo de herói marcado por *superpoderes* além das capacidades humanas gerais; é, antes, aquele herói que em Homero¹⁶¹ designa qualquer homem livre que havia tido uma vida significativa

160 Idem, p. 197

161 Em nota explicativa em *A Condição Humana*, Arendt menciona que “em Homero, a palavra *heros* sem dúvida implicava distinção, mas uma distinção que estava ao alcance de qualquer homem livre. Em nenhum

a ponto de terem os seus feitos marcados e possíveis de serem narrados para as gerações.

Segundo Hannah Arendt (Idem)

A história real, em que nos engajamos durante toda a vida, não tem criador visível nem invisível porque não é criada. O único ‘alguém’ que ela revela é o seu herói; e ela é o único meio pelo qual a manifestação originalmente intangível de um ‘quem’ singularmente diferente pode tornar-se tangível *ex post facto* através da ação e do discurso.

Desta forma, Arendt procurou localizar em cada fenômeno ou evento histórico, os contextos e agentes (ou atores) que operaram na transformação da realidade, instaurando novidades durante o seu transcurso. O foco de Arendt, portanto, foi o de mapear as situações em que o “novo” se manifestava. Esta função de diagnóstico (tão bem executada por Arendt) competia ao historiador, que, de sua parte, ao perscrutar os eventos, ofertava os vagidos da política, no instante em que ela se manifestava no curso dos acontecimentos. Ao se voltar para a compreensão da ação política, Arendt estava certa de que somente o retorno ao passado poderia garantir a recuperação dos fragmentos políticos, não numa tentativa de resgatá-los numa forma recente de constituição estatal, mas antes, de compreender como se deu certas rupturas e diluições, assim como também, recuperar certos conceitos que podem se sintetizarem, hegelianamente falando, a novas formas de se conceber a política e o espaço público. Para Arendt, “a função política do narrador de histórias (*storyteller*) (...) é a de provocar uma ‘catarse’ que libere os homens para a ação e para o juízo.” Trata-se de um experimento do pensamento, um exercício da reflexão sobre os eventos que circundam o presente. Segundo Teles (2001, p.03):

Recuperar o passado é uma primeira garantia de um sentido para o presente. Ao recorrermos a memória dos relatos e testemunhos das épocas passadas, estamos transformando essas narrativas em história, fazendo com que um amontoado de fatos ganhe sentido. O narrador histórico é aquele que procura o sentido das ações humanas e encontra nelas uma conexão com os acontecimentos que se precipitam no presente. Sua importância não está em apresentar uma imagem do passado, tirando sua autenticidade, mas em transformá-lo em uma experiência política única que possa renovar o futuro com seu reconhecimento no presente. Um sentido histórico só pode ser apreendido se o acontecimento passado for interrogado. A reflexão a que almeja o conceito de história proposto por Hannah Arendt consiste

momento tem o significado ulterior de ‘semideus’, resultante talvez da deificação dos antigos heróis épicos.” (ARENDR, Hannah. 2005, p.199)

em um duplo movimento de resgate: por um lado, recupera os acontecimentos e fatos históricos em suas particularidades e de acordo com sua importância para o presente; e, por outro lado, a partir desse sentido recuperado da história, elabora os conceitos e valores políticos que utilizamos no manejo dos eventos cotidianos.”

Narrar a história torna-se a única forma da ação permanecer na memória dos homens e dos feitos e palavras humanas adquirirem dignidade por parte do pensamento. O *storyteller* deve apresentar os dilemas e paradoxos inerentes aos acontecimentos e aos choques de interesses humanos, levando-nos a tomar posição por nossa própria conta, isto é, o narrador deve nos convidar a penetrar nas várias facetas de um acontecimento, deixando as pessoas livres para adotarem a posição que lhes apetece. Neste ponto, é compreensível a atitude de Arendt de jamais se fixar uma posição rígida de interpretação política, se afastando e mantendo uma postura crítica frente aos marxismos, liberalismos, conservadorismo, e outros “ismos” rotulantes. Neste horizonte multi-interpretativo, Arendt trafega na esfera do pensamento benjaminiano, ao dizer que a tarefa dos historiadores (e também dos romancistas) é, de fato, o de “pescar pérolas”, uma vez que estes têm a missão de perscrutar os fenômenos, apanhando os estilhaços do passado, moídos com a quebra do vínculo da tradição, lançando luzes sobre os eventos do presente.

Em célebre epígrafe de “*As origens do totalitarismo*”, Arendt cita Karl Jaspers ao dizer “*Weder dem Vergangenen anheimfallen noch dem Zukunftigen. Es kommi darauf ein ganz gegenwartig zu sein*” - (Trad.: “Importa, contudo, não almejar os que se foram e virão, importa ser de seu próprio tempo”). Em outras palavras, trata-se em atentar-se para o passado buscando suas quebras e “descontinuidades”, sem almejar um retorno idealizado a um tempo que não mais materializa. Na mesma medida, trata-se – ao seu turno - de lançar o olhar para o futuro “em perspectiva”, jamais em “determinismo”. Por fim – ou enquanto resultante - conferir maior atenção ao presente e à dimensão que este acarreta: o da premente novidade. Nas palavras de Hannah Arendt (1989, p.13):

Já não podemos nos dar ao luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente chamá-lo de herança, deixar de lado o mau e simplesmente considerá-lo peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento. A corrente subterrânea da história ocidental veio à luz e usurpou a dignidade de nossa tradição. Essa é a realidade em que vivemos. E é por isso que todos os esforços de escapar do horror do presente, refugiando-se na nostalgia por um passado ainda eventualmente intacto ou no antecipado oblívio de um futuro melhor, são vãos.

Ao buscar compreender, conferir sentido, escavar os acontecimentos e extrair as pérolas do passado, sobretudo nos eventos que contribuíram para formação do conceito de política, bem como para o seu redimensionamento – neste caso, seu principal locus de pesquisa. Como exemplo, temos a tomada da antiguidade greco-romana como recorte temporal, no qual a mesma busca perscrutar o conceito de política, assim com os seus desdobramentos, subjacentes a estes períodos, extraindo o que julga necessário nesse processo “compreensivo”. Assim sendo, Hannah Arendt se faz de *storyteler*, rejeitando as posições unívocas que buscam reduzir os fenômenos a um modelo fundacional, a um critério único de interpretação. Seu objetivo é procurar compreender os redimensionamentos da ação política ao longo das eras, sem se apoiar numa forma unilateral de interpretação. Ao contrário do que se afirma comumente, Arendt não possui, como posto, um desejo de “volta do passado”, numa nostalgia pueril, ao identificar nestas civilizações uma expressão originária do fenômeno político. Ao lançar os olhos sobre estas duas grandes civilizações, o objetivo de Arendt é localizar os fundamentos filosóficos, existenciais e contextuais para o conceito de política. Ao pensar numa dignidade para a política ou mesmo para analisar o presente, Arendt não se ocupa de resgatar o conceito originário com vistas a uma aplicação literal na contemporaneidade, antes, busca identificar as lacunas existentes entre o passado e o presente, identificando os ocasos, as alienações e inversões antropológicas. Se Arendt ocupa de repensar a política contemporânea e afirmar que esta carece de liberdade, não pensa com isto resgatar a *pólis* no seu sentido histórico originário e contextualizado. Quando afirma a crise da autoridade no curso das histórias humanas, também não propõe que se retome o senado romano e se releve a tradição e a religião como pilares de sustentação de uma cultura.

O que Arendt objetivou, tanto em “*A Condição Humana*” (2005), quanto nos diversos textos que se seguiram, foi o de (re)pensar o sentido das experiências políticas genuínas e originárias, tais como a *pólis* e a *res pública* romana, e que segundo Arendt, a tradição filosófica teria relegado-as à vala do esquecimento. Ao empreender um desenvolvimento original acerca dos conceitos de liberdade, ação e espaço público, Arendt nos lega uma proposta completamente inclassificável, oscilando entre determinações tanto democráticas quanto republicanas, sem contudo se restringir a uma destas variantes. Neste esforço de se retomar ao passado, Arendt não propunha uma (re)aplicação das formas de políticas de modo a ser repetido no presente, sanando os diversos problemas

que se encontram no mundo público contemporâneo. Não se tratava, também, de localizar experiências já conhecidas, mas antes, de se identificar experiência novas e que não passaram pelo vício ou deturpação da tradição político filosófica.

Metaforicamente, Arendt buscava um “pescar de pérolas” e não um contentamento com uma ostra já datada. Nesta busca pelo “novo no passado”, Arendt busca localizar um conjunto de experiências políticas voltadas para a efetivação genuína da política: a constituição de espaços públicos voltados para a felicidade pública e par ao prazer advindo da ação e do discurso, gerando a imortalidade dos homens sobre a terra; sendo que estas experiências (de acordo com seus desdobramentos), tanto iluminou como obscureceu as diversas formas de manifestação políticas da modernidade e de nossos dias atuais. Neste “retorno” ao passado, Arendt localizará também perspectivas novas frente à análise de interpretação para o conceito de alienação, pautando em toda uma forte tradição tecno-científica-filosófica, as bases para o diluição do interesse pelo mundo comum. Com o mesmo vigor, lançará os seus olhos para experiências revolucionárias da modernidade tardia, projetando nestas, sobretudo, na revolução americana, a bússola para nortear uma nova concepção de política. Concepção esta que não se abstém, em níveis essenciais, daquilo que o passado positivamente nos legou (a experiência da liberdade no espaço público), na mesma medida que se direciona e desdobra contextualmente nas tentativas populares de se restabelecer novas formas de participações coletivas (como o caso dos conselhos), procurando envolver todos os cidadãos no exercício político.

Por fim, procurando responder ao questionamento engendrado no início desta comunicação, o legado de Hannah Arendt para nossa contemporaneidade se presta ao nos dizer que a política ainda é possível, pois ao homem o que lhe configura essencialmente é justamente a capacidade trazer o novo ao mundo. Há uma mensagem sombria, sem dúvida, ao se diagnosticar o ocaso político e a petrificação do cidadão frente às coisas públicas que conclamam a sua participação efetiva. Na mesma medida, há uma mensagem de esperança, ao nos dizer que embora a história não seja cíclica ou determinante, há experiências que merecem ser (re)interpretadas, ou pérolas que podem ser pescada no mar das histórias humanas, de modo que estas experiências nos sirvam de lição ou ao menos nos ofereça elementos que possamos aglutinar e contextualizar com nosso presente. Partindo da premissa que não há limites para ação humana, a história não poderia ser traçada sem que houvesse desvios em seu percurso, sem que ela não tivesse que jamais se reescrita; a história nos lega tradições e rupturas, experiências positivas e dolorosas,

interpretações estanques ou originais, compete a nós, livres de qualquer sectarismo, partidarismo ou unicidade interpretativa lançarmos o olhar para o passado, contemplar o presente, agir e construir vários futuros. Há, sem sombra de dúvidas em Arendt um esforço por fazer da História uma “indústria do testamento” capaz de salvaguardar a memória dos lapsos do esquecimento tardio ou impetrado, sem que com isso opere em uma narrativa sectária ou “acabada em-si”. De acordo com Hannah Arendt (1997, p.31):

Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição — que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor — parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem.

O que estamos fazendo? Esta pergunta orientou o pensamento de Arendt logo na introdução de sua magistral obra “*A Condição Humana*” (2005). “O que vamos fazer?” Esta pergunta talvez oriente agora o que queremos para o nosso futuro. Se a História nos permite de forma fosca lançar a luz sobre o passado/presente, o que de fato podemos fazer de nosso presente futuro? Em paráfrase, se não podemos voltar atrás e fazer um novo começo, o que seria exatamente este novo fim orientado pelas reflexões do hoje? Eis o desafio intelectual que a memória do pensamento arendtiano materializado em seu “amor mundi” nos conclama aceitar.

BIBLIOGRAFIA

ARENDR, Hannah. *O conceito de amor em Santo Agostinho*. Trad. Alberto Pereira Dinis. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

_____. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *A Dignidade da Política: ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer.

10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas, V.1.* Trad.: Sérgio Paulo Rouanet. 1ª edição, 1985.

KOSSELECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* Reinhart Koselleck. Editora Contraponto, 2011

TELES, Edson Luis de Almeida. *Passado, memória e história: o desejo de atualização das palavras e feitos humanos.* Ano I - Nº 03 - Dezembro de 2001 - Quadrimestral - Maringá - PR - Brasil - ISSN 1519.6178

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DE ALUNOS A PARTIR DE DISCURSOS PÚBLICOS SOBRE ÁFRICA E POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA

*Diogo Fraga Cruz*¹⁶²

Introdução

O objetivo deste texto é pensar as categorias Consciência histórica e os Usos públicos da história, inseridas no arcabouço temático da Didática da História. Visa compreender a Consciência Histórica que é mobilizada no contato dos sujeitos em situação escolar com os discursos de uso público sobre história da África e da população afro-brasileira no mundo contemporâneo.

Para investigarmos deste problema, partimos da produção teórica de alguns autores que já trabalharam as questões relacionadas a didática da história e os usos

¹⁶² Filiação Institucional: Faculdade de História- Universidade Federal de Goiás.

públicos da história. Complementados por resultados preliminares de um instrumental de pesquisa realizado junto a alunos de escolas localizadas no município de Goiânia, com fins de auxiliar em uma produção acadêmica de pós graduação na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

No instrumental de pesquisa foi utilizado um determinado discurso que foi produzido a partir dos usos públicos da história. Esse discurso específico foi aplicado a alunos, que estão em contato, simultaneamente, com produções históricas acadêmicas e escolares.

Ou seja, esses discursos são orientadores, onde é suprida uma determinada carência de orientação temporal e reflete na (re) construção de identidade e memória histórica.

Didática da História

A linha de pensamento e produção deste trabalho se vincula a didática da história. Que por sua vez, se motivou nas décadas de 1970 e 1980 na sua experiência alemã, como explicada por Jörn Rüsen [2006].

O desafio da didática da história é mostrar o papel legitimador da história na vida cultural e na Educação. Nessa perspectiva, há uma grande expansão da história, não considerando a disciplina apenas com foco nos problemas de ensino e aprendizagem na escola:

“ a didática da história agora analisa todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos onde os historiadores com essa visão podem entrar” [RUSEN,2006]

É, portanto, uma disciplina que possui vínculos com a área da Educação, o que não significa que isso a faça perder sua raiz na produção do pensamento histórico, em suas características normativas e auto reflexivas dentro da área da ciência histórica, permitindo um acúmulo sistemático de conteúdos para investigação de seu objeto: A consciência histórica.

A consciência histórica é objeto que se expressa na ação, na vida prática do sujeito, não é expressa somente na narrativa escrita, ou seja, pode ser tanto exteriorizada, quanto acessada a partir de textos, como também, quadrinhos, relatos orais, em obras de arte, ou no livro didático no conjunto de textos documentais, ilustrações dentre diversos e incontáveis outros caminhos para aquisição de conhecimento histórico.

Ela foi definida por Rüsen [2001] como “A soma das operações mentais com as quais os homens interpretam a experiência temporal, com a função de orientar-se na sua vida prática no tempo.”

Oldimar Cardoso [2008] define a didática da história como uma sub área da história que está desvinculada dos significados anteriores de didática, que eram, segundo ele, voltados exclusivamente para uma reprodução das histórias vindas da academia, para serem “encaixadas” na escola onde “ história escolar é apenas uma parte da cultura histórica e mantém relações indissociáveis com outras expressões dessa cultura – livros didáticos, filmes, programas de televisão, sites de internet, etc...”

Ou seja, a didática da história não estuda a escola apenas para compreendê-la, mas por fazer parte de um todo [cultura histórica] que precisa mutuamente de outras áreas que o autor chama de saberes *extra científicos*.

Esses saberes estão incluídos no conceito chave para o estudo da didática da história, que para Cardoso, “não é uma reflexão apenas sobre a História escolar, mas sobre todas as ‘elaborações da História sem forma científica’”. A cultura histórica conceituada por Cardoso é baseada no pensamento de Rüsen, onde afirma ser “uma forma específica de experimentar e interpretar o mundo, que descreve e analisa a orientação da prática de vida- menschlichen Lebenspraxis-, a auto compreensão e a subjetividade dos seres humanos.”

Assim sendo, a cultura histórica não é apenas trabalhada por profissionais da ciência histórica, mas por profissionais de todas as áreas que utilizam conteúdos históricos em seus produtos ou obras, tais como museólogos, jornalistas, escritores, letristas, roteiristas, cineastas, desenhistas, turismólogos, diretores e autores de teatro [CARDOSO,2008].

Porém, essas interpretações da história que vem de fora da ciência histórica e da cultura escolar, são objeto de estudo da didática da história, pois, a partir da sala de aula, como também de filmes, programas de televisão, romances históricos, peças de teatro, histórias em quadrinhos, pontos turísticos, museus, comemorações de datas históricas,

revistas de divulgação científica e outros textos jornalísticos é que se tornarão referência tanto para alunos, quanto para qualquer um que tenha contato com essas produções [CARDOSO,2008].

O arcabouço que a história fornece auxilia a compreensão do passado das pessoas de uma sociedade. Orienta ações a partir de experiências no presente e, desta orientação, cria perspectivas de futuro. Porém, a forma de criar nas pessoas esse sentido de conhecer a sociedade, de maneira que supere dentro das suas necessidades de orientação no presente a partir da interpretação das experiências no passado, não está somente nos livros e nas aulas de história, nem somente na história produzida pelos profissionais.

Falamos de um uso público deste passado, que determina em grande escala, a informação que chega para essa orientação. Este uso público tem um papel importante na história.

Usos públicos podem ser também, construções históricas públicas. Seriam usos da história de forma pública. Assim, envolvem produções históricas de museus ou monumentos de praças públicas.

Na contemporaneidade o acesso a todo tipo de informação é muito fácil, desta forma, tanto a produção quanto a recepção dessas informações é foco de estudo da didática da história por fomentarem base para ações, desta forma suprimindo as carências de orientação e criando por si perspectivas de futuro que podem ser manobra para ideais dominantes políticos e/ou econômicos.

Uma das formas (que não são hierarquizadas) da investigação da didática da história é chamada pelos autores estudados aqui de usos públicos da história. Esta área possui importância para a didática da história por caracterizar grande poder de influência e de veiculação por parte dos órgãos de comunicação de massas.

Desta forma, estes órgãos possuem grande acesso. Esses meios de comunicação se tornam ferramenta de transmissão de ideais políticos, sociais, econômicos e culturais. É justamente pelo fato do objeto de estudo da didática da história ser a consciência histórica dos sujeitos, que se dá a importância do estudo da cultura histórica ou dos usos públicos da história que esses sujeitos tomam como base de referência para orientação temporal.

Saddi [2012] entende os usos públicos da história como elementos extra científicos e extra escolares da consciência histórica. É um tipo de produção do passado que pergunta pelos temas históricos mais tratados na vida pública contemporânea, pelo

modo como eles são abordados pelos diferentes atores e veículos, pelos interesses que movimentam essas temáticas e essas narrativas.

Ainda, investigar os usos públicos da história é atentar pelas ideias interpretativas utilizadas para a produção de afirmações históricas, pelo vínculo que elas apresentam com a experiência, pela relação dessas narrativas com o acúmulo racional da produção do conhecimento científico e pelo modo como elas produzem uma autocompreensão do presente.

A importância desses debates entre os usos públicos da experiência do passado, o ensino sistematizado de história e a auto reflexão da ciência histórica, estão presentes no pensamento de Klaus Bergmann, onde afirma que:

“... a didática se vê obrigada a incluir nos objetos de sua pesquisa empírica também as recepções extra-escolares de História. Dessa forma, ela não apenas tematiza a História regulada e disciplinada pela ciência e pelo ensino, mas também abarca a História transmitida no processo de socialização, que não é filtrada por nenhuma disciplina científica. Na medida em que se investiga o significado e a importância do mundo vivido fora das instituições científicas e escolares, sua formação e qualidade e seus efeitos para a formação da consciência histórica...”. [BERGMANN, 1990]

A história é ferramenta eficaz na construção ideológica nas práticas sociais. Os usos públicos da história, por assim dizer, as criações ou vinculações históricas que não partem da produção acadêmica, se tornam tão importantes quanto. Isso porque a partir delas podemos analisar as relações sociais objetivadas partindo dessas construções.

O instrumental de pesquisa

A partir da interpretação do instrumental de pesquisa exposto neste trabalho poderemos evidenciar algumas reflexões que nos levam a ver o tratamento ideológico que essas construções podem evidenciar. Implicando em construção de orientação e identidade na vida prática.

Os usos públicos da história não são apenas discursos de viés ideológico liberal conservador. São discursos que estão sendo produzidos fora da academia. Isso abrange grande número de produções de obras e ideias que envolvem eventos do passado e que mobilizam a memória histórica para construção de uma determinada ideia.

Falamos de jornalistas, advogados, líderes religiosos e uma vasta categoria de profissionais que fazem uso da história para produzir ideias no presente. Este uso pode ou não estar vinculado a produção metódica da história realizada academicamente.

Investigamos discursos provenientes dos usos públicos da história com os quais existe uma pretensão de mobilização de ideias em favor de um determinado evento.

Ao procurarmos compreender narrativas vinculadas aos usos públicos da história como chave no problema, não significa exatamente que entendamos essas narrativas como mentirosas. São histórias que podem ser construídas a partir de eventos narrados pela história acadêmica ou escolar.

Assim, um evento já disseminado na cultura histórica pode ser retoricamente reconstruído com propósito de criar ou dar força a uma determinada idéia. Essa idéia pode supor uma ação de eliminação ou de evidenciamento das relações de opressão. Pode ainda, recriar novas estruturas de orientação temporal. Ou seja, pode ser uma ferramenta para mobilização de consciência histórica.

Pensar a questão dos usos públicos da história é um alerta. Pois essas produções podem ser perigosas. Apesar de uma produção histórica acadêmica também passar por um viés ideológico, o problema pode estar em submeter a realidade a uma ideologia, comprometendo assim, questões de universalidade e plausibilidade acadêmica.

Uma narrativa histórica acadêmica se faz em consequência de uma pesquisa, metodizada em alguns padrões acadêmicos de produção, como crítica à fonte, por exemplo. A construção da estrutura de narrativa liga-se a fatos e dão um significado ao passado.

O historiador quando narra seleciona as fontes em uma estrutura narrativa que organiza o tempo nesta narrativa. Assim, organiza os documentos e usa do conteúdo factual retirado das fontes para produzir significação no tempo.

Ou seja, a narrativa funda o passado. E a vida prática humana necessita de garantias de experiências no passado.

Desta mesma forma, outros profissionais fazem uso dessa narrativa para dar significado ao passado e reorganizar a vida prática humana.

Nessa seleção e organização na narrativa, o texto não fica livre de qualquer elemento ideológico. Disso, opiniões políticas conscientemente formuladas, ideias de um grupo social específico, ou ainda, discursos de ódio em relação a outros grupos sociais estão presentes na produção da narrativa.

Aqui entramos nos argumentos que foram utilizados no instrumental de pesquisa.

Este instrumental foi realizado com alunos de três instituições de ensino nas turmas de 9º ano e 2º ano do ensino médio, na cidade de Goiânia, no período de maio/junho de 2015. No Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Goiás, foram duas turmas de 9º ano e duas turmas de 2º ano do ensino médio. No Colégio Estadual Arco Íris na modalidade Educação de Jovens e Adultos, foi realizado instrumental em alunos EJA no 2º ano do ensino médio. No Colégio Estadual Cora Coralina, as turmas eram de 9º ano e 2º ano do ensino médio.

Nesse instrumental, buscamos compreender sob a luz do problema da pesquisa sobre a investigação das idéias históricas presentes nas narrativas de alunos sobre história da África e do afro descendente e como essa mobilização de consciência histórica se daria no contato com narrativas que traduzem um tipo de posicionamento em relação à questão da opressão racial histórica que identificamos no Brasil.

Assim, buscamos, ao mesmo tempo, que este instrumental se encarregasse de estimular o aluno, a construir uma relação temporal e uma relação com a história específica de opressão racial ao responder o questionário.

Para isso, no “exercício 1”, o aluno é levado a pensar sobre uma questão em debate no presente, que são os debates em torno da questão de Cotas Raciais nas universidades públicas. Isso a partir de duas proposições baseadas em construções argumentativas sobre a experiência do passado.

Desta forma, a pretende-se que ao aluno se posicione para responder a questão levantada. Onde ele tenha como suporte o debate que é realizado no presente e uma experiência do passado que lhe é relatada como argumento. Ambas em conexão a partir da argumentação e posicionamento do argumentador. Nessa relação temporal, expressa nas narrativas, que os alunos podem demonstrar suas idéias históricas.

Além disso, este instrumental se propõe também a compreender como esses alunos narram seus entendimentos sobre as relações históricas de opressão racial. O questionário também auxilia neste propósito.

Os dois argumentos presentes no exercício1 do questionário, além de uma das narrativas do exercício2, realizam um determinado posicionamento sobre as relações de opressão racial. Essas são narrativas extra acadêmicas e extra escolares. Ou seja, são construções históricas, nas quais normalmente, os alunos não possuem contato na escola. No exercício1, cuidou-se de não especificar a referência das falas do argumentador, por entendermos que a referência do argumento poderia exercer influência no

posicionamento. Para esta questão específica, gostaríamos que os alunos se defrontassem apenas com as idéias. Apesar de ser importante tal referência. Com isso, a crítica ou influência nesse exercício seria apenas do argumento e não da pessoa especificada. Assim, a interpretação se daria não com base na pessoa, mas na idéia.

Esses argumentos com os quais os alunos tiveram contato, o argumentador afirma que eventos do passado sobre a escravidão no Brasil, teriam sido diferentes de uma memória histórica constituída. Até mesmo, diferentes dos conteúdos escolares com os quais esses alunos tem contato.

Estes argumentos foram retirados de reportagem do ano de 2010 onde o então senador Demostenes Torres defende em audiência pública no superior tribunal federal, o sistema de cotas sociais e não cotas raciais.

Dizem que os africanos foram trazidos à força para o Brasil. Isto não é verdade. Todos nós sabemos que a África forneceu escravos para a América. Lamentavelmente. Não deveriam ter chegado aqui na condição de escravos. Mas chegaram. Até o princípio do século 20, o escravo era o principal item de exportação da pauta econômica africana. Os próprios africanos se escravizaram, não culpem os brancos por isso.

(Demostenes Torres e a questão das cotas raciais: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u701790.shtml>)

No caso, o argumentador tenta validar diversas ideias através do uso da história. Como o abandono da ideia coercitiva na vinda de africanos para o Brasil, nesse sistema. Também afirma que os africanos não foram enviados por brancos, mas pelos próprios africanos. Também abrandava a questão da miscigenação brasileira, retirando do contexto a relação de opressão racial a partir dos estupros.

Dizem que a miscigenação no Brasil, a mistura entre negros, brancos e índios se deu de forma forçada. Isso não é verdade. Nós temos uma história tão bonita de miscigenação. Fala-se que as negras foram estupradas, mas Gilberto Freyre, um estudioso que é hoje renegado, mostra que isso se deu de forma muito mais consensual e harmoniosa.

(Demostenes Torres e a questão das cotas raciais: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u701790.shtml>)

A narrativa produzida pelo argumentador elimina a ideia de que houve um conjunto de relações de opressão racial. Eventos do passado onde africanos são trazidos a força, onde há uma cultura de estupro envolvendo escravas e senhores.

Nota-se que a ideia construída pelo seu autor é a de ignorar a ideia desses conflitos raciais existentes no passado e com isso levar a discussão do problema no presente para outro caminho interpretativo. Para isso ele *usa* a história.

Ele baseia seu argumento em conteúdos históricos já disseminados na cultura histórica. Incluindo Gilberto Freyre. Porém, notamos que ele faz uso de um pequeno pedaço espaçado de cultura histórica. Assim como uma pequena parte do que Gilberto Freyre propõe em seus estudos.

Esses “pedaços de história” servem pra validar o seu discurso. É a partir dessa base já construída e consumada pela metodologia acadêmica, mas mesmo incompleta, é que ele vai dar complemento para sua ideia original.

Discursos como os presentes na argumentação do instrumental de pesquisa, acabam por ter em alunos que ainda estão em processo de formação de conhecimentos históricos, a partir de conteúdos escolares, um tipo de questionamento das versões ditas oficiais (dos livros didáticos) em confronto com as vias desse discurso com uso da história.

O que nos leva a pensar o problema que se baseia este trabalho, e que o instrumental de pesquisa, realizado junto a alunos, ajuda a construção de respostas para a seguinte questão:

Que estrutura de consciência histórica é mobilizada pelos alunos quando eles são confrontados com discursos disseminados na cultura histórica (extra científica e escolar) sobre história da África e da população afro brasileira?

Narrativas produzidas na ordem dos usos públicos da história podem gerar a ideia de eliminação das relações de opressão. Elas podem assim, serem ferramentas de orientação temporal de um aluno no lugar dos estudos acadêmicos e escolares.

As narrativas extra acadêmicas e extra escolares supõem um conteúdo diferente das narrativas escolar e acadêmica?

Entendemos que sim. Uma ideia trabalhada em sala de aula deve ser sempre problematizada. Assim, realiza-se uma desconstrução da ideia, presente na narrativa, e junto aos alunos, exercitado o caráter investigador do historiador, onde verifica procedência das ideias, eventos do passado e outros fatores presentes na narrativa.

A ideia presente em um discurso dos usos públicos da história, não tem esse tipo de crítica que desconstrói a narrativa. Já vem pronta para o “consumo” das massas. Isso

implica em assimilação da ideia de modo que os eventos e suas conseqüências já são postos como prontos. Mas na realidade, às vezes precisam ser investigados.

Analisando o instrumental

Foram interpretadas neste instrumental de pesquisa 194 narrativas de alunos, gerando dados para pensarmos o problema da pesquisa. Apresentaremos alguns desses dados já neste trabalho.

No questionário, o aluno é levado a se posicionar sobre o debate de cotas raciais a partir dos argumentos propostos no exercício e já mencionados acima. Poucas narrativas se posicionam (26,28%). Nossa interpretação é de que os alunos não se posicionaram claramente nas narrativas por se preocuparem com outras proposições que o argumentador faz. A atenção do aluno fica focada em determinado ponto da argumentação.

Esse aspecto é relevante porque não permite a relação completa do que o questionário propõe. Uma relação temporal com foco nas relações de opressão racial no tempo.

Muitas narrativas focam apenas nos argumentos relacionados à experiência do passado (relações de opressão), outras focam na proposição do exercício sobre a questão no presente (cotas raciais) e por fim, outras fazem a relação que pretendemos para este exercício, a de que passado e presente se relacionam em rupturas e permanências.

Nas estatísticas do instrumental de pesquisa, identificamos que boa parte das narrativas dos alunos, elimina a ideia das relações de opressão racial (40,31%). Dessas narrativas, mais da metade (55,84%) seguiram inteiramente o argumentador. Significa que seguiram inteiramente a história construída pelos usos públicos da história, como na narrativa abaixo:

“Não creio que seja culpa dos brancos, que os africanos foram trazidos para o Brasil, e nem que eles foram trazidos a força. Alguns escravos com certeza foram estuprados, mas não se pode generalizar. Com certeza alguns, não todos. Depende do ponto de vista de cada um.”

Podemos verificar no exemplo acima que, assim como o argumentador, que faz uso da história para construir sua ideia de eliminação das relações de opressão racial, o

aluno segue o argumento e vai pelo mesmo caminho. Utilizando até mesmo as palavras chave do discurso do argumentador, grifadas.

O conteúdo, os temas, os eventos e conceitos históricos são problematizados dentro da escola, de modo a se construir um conhecimento histórico baseado em critérios mais próximos do padrão de controle metódico acadêmico (Martins, 2010).

Modo diferente do modelo de usos públicos da história que o instrumental de pesquisa trouxe. Possibilitado, a partir das narrativas do uso público da história, verificamos como o discurso usa de partes de história para reforçar ideias e argumentos.

O resultado é que várias narrativas seguem o argumento, eliminando as relações de opressão nestes eventos. Por exemplo, afirmam que os africanos, que foram escravizados, vieram pro Brasil por vontade própria. Vieram em busca de melhorias. Nisso temos uma questão de orientação temporal envolvida. A consciência histórica mobilizada pelo aluno na narrativa confunde passado e presente. Ele interpreta os eventos do passado a partir da via construída pelo uso da história, de forma que as relações no passado se confundem com as relações estabelecidas no presente.

E aqui enxergamos a chave do nosso problema. Verificamos como esses discursos orientam caminhos de raciocínio onde a eliminação das relações de opressão racial históricas pode se tornar possível.

Ainda, verificamos estruturas de consciência histórica onde o presente se encontra no passado. São eliminadas as mudanças e permanências das estruturas no decorrer do tempo.

“os africanos vieram mais para fugir de tantos sofrimentos de tanta guerra, de tantas doenças. Aqui no Brasil, num é um país de primeiro mundo, mas o que eles encontram aqui é muito melhor do que eles encontram lá. Eu vi uma reportagem e fiquei muito feliz por que ta chegando muito africano e tão sendo recebido de portas abertas, é muito bonito, esse carinho que o povo brasileiro tem. E eles estão se sentindo com casa. Fico muito feliz.

Eu acho muito lindo essa mistura tão linda é perfeito e uma mistura fantástica, mas eu sou suspeita de dizer mas acho muito lindo me encantada essa beleza de misturas.”

Assim como na narrativa anterior, a explicação histórica é construída para justificar a ideia de eliminação das relações de opressão racial, implementada no discurso do argumentador.

A ideia geral do argumentador é de que o sistema de cotas raciais seria inviável em uma sociedade que não tem problemas estruturais ligados a questões de raça. Essa ideia é transmitida nos argumentos de forma incompleta.

Sendo esse complemento dado pela narrativa que adere ao discurso, baseado na forma de sua construção:

“Penso que não é por causa da pele que se julga a capacidade intelectual. Não é questão de prestação de contas e sim de que qualquer um que se esforce para que entre na faculdade. Por mim, eu não concordo, mas se é pra ser, minha opinião é neutra. Concordo com o argumento1. O branco não tem culpa de nada! Se os negros querem entrar para a faculdade, que estudem!”

O próprio destinatário complementa a ideia. Ele se posiciona e narra a partir de orientação buscada na própria narrativa com a qual interpreta.

Considerações Finais:

O caso das cotas raciais é um tipo de discurso em construção na memória histórica. Quando os destinatários não levam em conta o fator histórico, tendem a seguir o argumento, pois não conseguem compreender o fator principal que legitima a política de cotas, que está no campo da experiência do passado vivido.

Os discursos apresentados aos alunos neste instrumental, quando usam de eventos do passado que estão presentes na cultura histórica, precisam de articulações retóricas para assegurar suas ideias.

E fazem isso mobilizando a diversidade de eventos do passado, relacionando esses eventos as suas ideias.

Uma das principais ideias encontradas nas narrativas deste instrumental, que são contra o sistema de cotas é o de que as próprias cotas que instauram o preconceito e o racismo na sociedade, pois entendem que, por direito, todos os cidadãos são iguais. Assim, as cotas se transformam em privilégio.

“...Acho que os verdadeiros argumentos, resumidos, são que as cotas acabam tendo um pouco de racismo pois dizem indiretamente que aquela raça não tem capacidade de passar em uma universidade sem uma ajuda, e que essas cotas podem cometer injustiças com aqueles que realmente se esforçaram muito para conseguir passar na universidade.”

Essas ideias não são trabalhadas somente nestes argumentos. Estão presentes em diversos tipos de veiculações e em diversos momentos. Isso também contribui para fixação de tal ideia.

O ideal da meritocracia não está presente diretamente no discurso do argumentador. Na narrativa os argumentos usam da história, como nos conteúdos da escravidão colonial. Mas esse conteúdo se perde da memória histórica de quem interpreta a narrativa. Essa memória histórica de opressão racial fica no passado. Ao menos para os que interpretam pelo fator meritocrático.

Mais de 70% das narrativas interpretadas, não fazem relação temporal entre os eventos. Ou seja, apenas interpretam a questão do presente (cotas) ou apenas interpretam a questão do passado (escravidão), sem fazer qualquer relação entre os eventos. Assim, verificamos como a história, seu uso ou a falta dela, podem auxiliar orientação temporal e ideológica.

Referências Bibliográficas:

BERGMANN, Klaus. *A História na Reflexão Didática*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.9 n° 19, PP.29-42. Set.1989-fev.1990

CARDOSO, Oldimar. *Para uma definição de Didática da História*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo,v.28,n°55,p.153-170. 2008

CERRI, Luiz F. AMÉZOLA, Gonzalo de. *Jovens diante da história: ensino, aprendizagem e consciência histórica de jovens no Brasil e na Argentina XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Leopoldo, 2007

_____. *Jovens e a história, um survey intercultural latino-americano: alguns resultados*. **XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Fortaleza, 2009

_____. *Usos públicos da história no Brasil contemporâneo: demandas sociais e políticas de Estado*. **Araucaria**. vol 8, num.15, primer semestre,PP.3-19, universidad de Sevilla, Espanha. 2006

_____. *Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática*. **Revista de História Regional** 15(2): 264-278, 2010

MARTINS, Estevão de Rezende. O renascimento da História como ciência.

In: _____. (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

RÜSEN, J. *Razão histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência da História*. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão* **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR. v.1,n.2, p.07-16, jul.-dez.2006

_____. *O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral*. SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SADDI, Rafael. *A didática da história como sub-disciplina da ciência histórica*. **Revista História & Ensino**, Londrina-PR, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010

_____. *O Parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada*. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá-PR, v. 34, n. 2, p. 211-220, Jul.-Dez. 2012

ENTRE CONCEPÇÕES E INTERPRETAÇÕES: O TRABALHO COM AS FONTES HISTÓRICAS

*Elen Glauciene Silva*¹⁶³

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar as diferentes escritas de dois autores que escrevem acerca dos mesmos acontecimentos, tendo em vista as concepções de história de cada um, bem como as fontes que privilegiaram e o modo como as interpretaram. Ambos enfatizaram a verdade como o objeto que visaram trazer à luz e que, de acordo com eles, é possível e passível de ser vista na documentação que utilizaram. As obras são: de um lado, *Expedição histórica nos sertões de Goyaz* de Guilherme Ferreira Coelho, de outro *No Tribunal da História* de Abílio Wolney Aires Neto.

Guilherme Ferreira Coelho, em *Expedição histórica nos sertões de Goyaz*, narra a viagem feita da antiga capital de Goiás, Vila Boa, até a Vila de São José do Duro, antigo Norte Goiano, hoje território do Tocantins, a fim de apurar e julgar os acontecimentos referentes a um inventário que teria sido subtraído do Cartório de Órfãos, desencadeando um intenso conflito que culminou em tragédia de grandes proporções.

Abílio Wolney Aires Neto em *No Tribunal da História* narra sua luta e de sua família para demonstrar a verdade dos fatos históricos ocorridos na Vila do Duro, hoje Dianópolis, que, de acordo com ele, foi deturpada pelo literato goiano Bernardo Élis. O que ele tenta em todo o livro é desmentir o filme com vistas a invalidar o livro homônimo. O motor de suas ações foi então, em seus termos, “um romance ficcioso e faccioso, parcial, alimentado por informações canhestras, fornecidas ao autor por inimigos de Abílio Wolney.” (AIRES NETO, 2009, p. 24).

Ambas narrativas têm por ambição a exposição da verdade dos acontecimentos que levaram à tragédia na Vila de São José do Duro e, para tanto, contam com o respaldo de fontes oficiais – mas não apenas - e, sobretudo, jurídicas. Não é, todavia, a intenção deste trabalho a de analisar, criticar ou julgar os eventos ocorridos no Duro numa busca pela verdade dos acontecimentos. O empreendimento é observar e pontuar quais são as concepções de história dos autores, o tratamento que dão às fontes, que denominam de fatos históricos e a maneira como interpretaram as ações dos indivíduos envolvidos.

¹⁶³ Mestranda de História da Universidade Federal de Goiás sob a orientação do prof. Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais. Financiada pela agência de fomento: FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa em Goiás.

Expedição Histórica nos Sertões de Goyaz

Antes de iniciar os relatos da viagem, propriamente dita, Coelho faz uma verdadeira ode ao presidente do Estado, Desembargador Alves de Castro, além de, estranhamente, colocar como recordação um texto do Desembargador acima citado a Benedito Avelino de Jesus (COELHO, 2008, p. 29). O texto de recordação (do Desembargador) está na mesma página em que Coelho dedica seu livro aos pais e antecedem um texto maior de lembrança à irmã, todos familiares já falecidos à época.

No capítulo III intitulado: *O governo Alves de Castro: Sua administração honesta e fecunda, reajustamento político, equilíbrio financeiro*; elogia eloquentemente o “quadro administrativo honesto e competente” (COELHO, 2008, p. 41) e enfatiza as inimizades criadas pelo presidente do Estado em razão de sua honestidade.

O capítulo IV: *Primeiros fatos: o juiz comissionado*; é escrito dizendo da integridade do juiz Celso Calmon, bem como de seu desprendimento e patriotismo.

A partir do capítulo VI fala sobre os preparativos da viagem e do próprio itinerário que seguem. O percurso de, aproximadamente, 906 km da capital Vila Boa até a Vila de São José do Duro, no norte do estado, é recheado de uma narrativa bastante elogiosa a alguns dos mandatários locais. Por onde passa vai distribuindo elogios ora a juízes, ora a prefeitos, ora aos padres. As seguintes localidades são citadas e descritas: Uru, Curralinho (hoje Itaberaí), Jaraguá, Petrolina, São José do Tocantins (hoje Niquelândia), Cavalcante, Chapéu, Arraias e, finalmente, São José do Duro. Muitas delas são situadas geograficamente, inclusive com referência às latitudes e longitudes.

Em São José do Tocantins relata violências eleitorais que ocorreram naquele local contra o Partido Liberal, bem como do “excelente clima – quente e seco, mas sempre saudável.” (COELHO, 2008, p. 68). Não apenas nesta, mas em outras localidades enfatiza a riqueza natural (animal, vegetal e mineral) da região: qualidade do solo, minérios, águas, campos de pastagens, enfim um verdadeiro idílio. Em Arraias tece elogios aos bandeirantes e ao povo local que, em seu dizer, é tenaz e trabalhador, que, no entanto, se encontrava em difícil situação pela “inércia dos nossos administradores e intelectuais de meia tigela.” (COELHO, 2008, p. 79).

Finalmente chegaram ao Duro em 04 de outubro de 1918, 67 dias após iniciada a viagem em 30 de julho de 1918. Esta vila sofreu um julgamento mais vigoroso por parte de Coelho, falou muito bem das riquezas naturais, mas fez questão de enfatizar que “é a

vila do Duro dotada de elementos de prosperidade que estão em manifesto contraste com seu atraso.” (COELHO, 2008, p. 84). Absteve-se, ainda, de emitir julgamentos de valores – como fez alhures durante todo o percurso – acerca da população local. Tendo em vista sua generosidade em elogiar tão largamente todos os lugares em que passou, juntamente com seus povos, sua omissão na Vila do Duro, parece-me, não obstante, um claro julgamento de valor. Se não está nas linhas, sussurra, todavia, nas entrelinhas.

O trajeto de retorno à capital (depois de findo o processo) é iniciado na madrugada de 01 de janeiro de 1919, o que deu ensejo aos inimigos de dizerem que haviam fugido. Fato este, refutado por Coelho que esclarece apenas “a título do cultivo de suas acanhadas e mesquinhas inteligências” (COELHO, 2008, p. 92) que tão logo um processo é concluso não tem, a autoridade competente, que permanecer no local. Apesar de sua defesa quanto às ações e partida do magistrado, o juiz Celso Calmon Nogueira da Gama, respondeu pela responsabilidade dos acontecimentos ocorridos na Vila após sua partida, mesmo estando finalizado o processo.

Não me deterei, todavia, na viagem de volta, posto ser a narrativa uma continuação da ida, recheada de elogios a terra, ao povo, às administrações. Resta, entretanto, dizer que o retorno foi feito pelo caminho mais penoso, mas menos perigoso. Optaram por viajar pelo sertão, passando por Natividade. Ir pela cidade de Barreiras e descer o Rio Grande era um empreendimento inviável, tendo em vista a quantidade de elementos que os poderiam abater pelo caminho, de acordo com o autor.

Assim, o trajeto incluiu além de Natividade, Porto Nacional, Pedro Afonso, Boa Vista do Tocantins e o Estado do Maranhão. O padre João de Souza Lima de Boa Vista do Tocantins, prestativamente os ajudou com pouso e “gentilezas incontáveis” (COELHO, 2008, p. 106), além de aconselhamento para que seguissem para a capital do Estado, passando, todavia, pelo Maranhão. Para tanto, ofereceu-lhes os seus serviços que, conforme Coelho, “foram de relevantes utilidades.” (COELHO, 2008, p. 106). Tão grande foi a empatia entre juiz e padre que ao se despedir, “o padre Lima, comovido e trêmulo, implorou, à autoridade que partia, uma lembrança ao Governo daquele Norte esquecido, que existia, e especialmente Boa Vista.” (COELHO, 2008, p. 108). Justiça seja feita, o juiz não se esqueceu do pedido. No mesmo relatório que enviou ao governo relatando os acontecimentos no Duro fez, também, aguerrida defesa do Norte goiano, em especial a Boa Vista e ao padre daquele local.

Na chegada à Vila de São José do Duro já conta sobre o desentendimento ocorrido entre o promotor Mandacaru e o juiz Celso Calmon. Ainda em Arraias, o promotor havia sido dispensado e comunicado por ofício pelo juiz com confirmação posterior do presidente do Estado que o exonerou da comissão no Duro. Nomeado e comissionado o novo promotor, iniciou-se o processo. Nesta oportunidade, fala Coelho sobre sua confiança na justiça e também demonstra certa ingenuidade ao dizer sobre a superioridade dos testemunhos perante a um juiz do que frente à polícia, visto compreenderem (as testemunhas) que os magistrados dão garantias a todos que “comparecem em juízo, onde, livremente, relatam o que sabem e o que lhes é perguntado a respeito de um fato que se tem em vista provar.” (COELHO, 2008, p. 89). Talvez lhe fosse de difícil percepção que para aquelas pessoas, os juízes e comissões passam, mas as práticas coronelísticas ficam. Evidentemente, que os testemunhos não seriam, pois, a expressão do que realmente sabiam, mas do que podiam dizer e, depois, permanecer morando no local. Esta afirmação ficará mais evidente quando ao final de todo o processo, julgado pelo Tribunal do Estado, este será considerado prescrito pela impossibilidade de audição das testemunhas no prazo legal para validade da ação.

Narra, ainda, a ida da autoridade comissionada à fazenda Buracão (propriedade dos Wolney) para a entrega da intimação visando à devolução dos autos (mandado de busca e apreensão) subtraídos do cartório. Inicialmente, Abílio Wolney teria ficado nervoso, mas perante a enérgica e emocionada fala do juiz dizendo que naquele local havia ido a cumprimento do dever e que para realizar sua missão sacrificaria a própria vida, ficou mais calmo e prometeu enviar o processo ao magistrado ainda naquele dia no cartório do Duro. Após tomarem uma cerveja, voltaram à Vila e o processo foi devolvido como prometido.

Neste ponto da narrativa, Guilherme Coelho para de contar como os acontecimentos que se deram. Apenas juntou como parte do livro, os documentos oficiais, que de acordo com ele exprimem as diligências e a suas consequências “de maneira bem evidente e completa.” (COELHO, 2008, p. 91). Assim, “falam os documentos oficiais na segunda parte.” (COELHO, 2008, p. 91). Dentre as características fundamentais que Comte (1988) descreve para diferenciar o positivismo das outras filosofias está a *precisão* que é o estabelecimento de conhecimentos concretos, opostos a tudo o que for meramente vago e que devem se fundamentar num rigor sem ambiguidades. Entende Coelho que

nada há de menos vago e mais cheio de *certeza* – que é outra característica apontada por Comte – do que um documento oficial.

Fosse este trabalho acerca apenas da narrativa de Coelho, teria que encerrar aqui a escrita deste texto, pois à exceção do caminho de volta, que narra pormenorizadamente como fez na ida, - já descrito anteriormente - nada acrescenta sobre os fatos ocorridos no Duro mesmo. Sequer parafraseia os documentos para narrar à sua maneira, apenas junta-os todos no capítulo XXIV: são relatórios do governo, incluindo uma justificativa detalhada do Desembargador Alves de Castro, iniciando com os telegramas recebidos do juiz Manoel de Almeida e do coletor Sebastião de Brito, onde pediam proteção e garantia ao Estado para o exercício de suas funções, até a publicação de sua declaração acerca dos acontecimentos no Duro feita em 10 de fevereiro de 1919 ao Jornal do Commercio da cidade do Rio de Janeiro. Além dos telegramas, citações de leis e declaração do presidente do Estado, há também o relato dos fatos pelo juiz Celso Calmon que, para Coelho, efetivamente, comprova sua probidade, coragem e legalidade durante todo o processo.

Denota-se que para o autor os documentos falam e, se forem oficiais, falam a verdade. Não há necessidade de interpretação, entrecruzamento de dados ou quaisquer críticas às fontes. Estas são claras, límpidas, imparciais e relatam, por si, os acontecimentos reais que tiveram lugar na Vila de São José do Duro. Coelho não parece considerar que os documentos, sobras dos eventos, foram transformados por ele em fontes e que são fragmentos dos eventos e não estes em si.

A história sobre os eventos é narrada pelo juiz Celso Calmon e não por Guilherme Coelho, que se abstém de contar com suas próprias palavras. O ponto de vista acerca dos acontecimentos é o do juiz Celso Calmon, ou conforme as palavras de Coelho, da autoridade. Quanto aos dados sobre as intenções políticas dos agentes governistas são, em sua totalidade, extraídos das palavras, escritas em relatório oficial publicado em jornal, do presidente do Estado de Goiás, o Desembargador Alves de Castro.

Diversas foram as consequências legais dos acontecimentos tidos lugar na Vila de São José do Duro. O processo foi anulado desde a denúncia: o promotor foi considerado como parte ilegítima, pois sua nomeação não seguiu os trâmites legais exigidos para sua investidura; o juiz teria errado ao requerer a prisão dos envolvidos, pois eram delitos afiançáveis; desta forma, a resistência dos Wolney era justificada, devendo haver, portanto, a responsabilização “pelos excessos de ordens ilegalmente decretadas e cumpridas.” (COELHO, 2008, p. 140).

Todos os membros da comissão, soldados, juiz e promotor, foram denunciados, à exceção do escrivão Guilherme Ferreira Coelho, e sentenciados. O promotor teve o trabalho que desempenhou invalidado e os soldados foram julgados e condenados à prisão. O juiz Celso Calmon teve, inicialmente, pena de suspensão de seu cargo por um ano e seis meses mais multa, todavia, pela demora em conclusão do processo, o mesmo foi declarado nulo por prescrição em 30 de novembro de 1923. Relata que, anos depois, “um decreto justo do governo estadual” (COELHO, 2008, p. 149) concedeu a liberdade a todos os envolvidos, mas sem devolução das funções. Assim como no processo contra o juiz, também os crimes políticos e tributários verificados no Duro foram extintos por prescrição pela dificuldade de obter depoimentos das testemunhas no prazo legal.

No Tribunal da História

Em 30 de novembro de 1999, Abílio Wolney Aires Neto e seu irmão Zilmar Wolney peticionaram ação criminal contra o cineasta João Batista de Andrade para que o filme *O Tronco* fosse retirado dos cinemas. O filme foi baseado na obra de mesmo nome do literato Bernardo Élis. Relata Aires Neto que, inicialmente, a ação seria contra o cineasta, mas posteriormente entraria com um processo também contra o espólio de Élis. A alegação era de que o filme (e o livro) ia “contra a honra dos mortos, que reflete na honra dos vivos” e que o “filme *O Tronco*, que propalou, piorando, as inverdades do livro homônimo, caluniando e injuriando a memória dos seus de modo aviltante.” (AIRES NETO, 2009, p.11).

Tão grande é o dissabor do autor do livro (que é também um dos autores da ação proposta contra o cineasta) em relação a Bernardo Élis que durante toda a narrativa sempre que vai escrever coronelismo, escreve *coronÉlismo*. Se a mudança na grafia foi algo de sutil, o mesmo não se pode dizer quanto à diferença semântica. O autor de *No Tribunal da História* é neto de Abílio Wolney e bisneto de Joaquim Ayres Cavalcante Wolney (assassinado pelos policiais em sua propriedade rural, Fazenda Buracão). São também de sua autoria: *A chacina oficial; O barulho e os mártires; O diário de Abílio Wolney, O “Duro” e a intervenção federal; Um homem além de seu tempo*. Todos os livros citados acima narram sobre os acontecimentos no Duro e suas consequências.

Aires Neto em tom sempre emocionado e indignado relata que tão logo a família tomou conhecimento da intenção de João Batista tratou de alertar-lhe para a mentira

retratada em *O Tronco* de Bernardo Élis (2008) sobre os ancestrais, mas não foram ouvidos. Sabendo que a equipe de cinema gravaria na cidade de Pirenópolis a mesma história escrita pelo literato, preveniram-no por meio de jornal, ou por suas palavras, notificaram ao diretor João Batista de Andrade que seus atos dariam ensejo aos familiares de processá-lo e aos demais envolvidos, incluindo-se, o espólio de Bernardo Élis, posteriormente. A matéria foi veiculada em 29/04/1998 no Jornal Opção. Não sendo atendidos em sua notificação, pois o filme foi aos cinemas em outubro e novembro de 1999, entraram com a queixa-crime em 30 de novembro do mesmo ano (dois foram os querelantes falando em nome de todos os familiares).

Amparados em extensa documentação - processos jurídicos feitos à época dos acontecimentos, matérias de jornal com as razões quanto ao descalabro da história mostrada no filme, citações de um livro de um membro da família, bem como do amigo e escritor José Godoy Garcia e de Osvaldo Rodrigues Póvoa (descendente de um dos senhores assassinados no tronco) - fizeram o pedido de procedência fundamentada nos artigos que tratam sobre a Lei de Imprensa por crime de calúnia, difamação e injúria contra os mortos.

Mesmo com a vasta fundamentação do pedido, este foi negado pelo promotor por dois motivos: o primeiro foi a não demonstração, de acordo com o promotor, do elemento subjetivo que caracteriza o delito, ou seja, a vontade de ofender para caluniar, difamar e injuriar. O segundo motivo é que teria havido decadência do direito de queixa. Os queixosos souberam do filme *O Tronco* em abril, mas apenas em novembro do ano seguinte foi que peticionaram a queixa, perdendo o prazo legal e improrrogável de três meses da data de publicação (considerando publicação a matéria veiculada em jornais). A narrativa do juiz, pois Abílio Wolney Aires Neto à época já fazia parte do magistrado goiano, não teve sucesso em sua empreitada de defesa da honra dos ancestrais. Em 09 de junho de 2000 a queixa-crime foi rejeitada pelo juiz de Direito Alvarino Egídio da Silva Primo em Goiânia.

Evidente que relatei apenas o que se refere à queixa, ao parecer do Ministério Público e a decisão de primeiro grau. O processo foi, todavia, bem maior. *No Tribunal da História* não é uma leitura tão rasa e curta quanto o pouco que disse acima, ao contrário, contém todas as peças do processo e seus desdobramentos. Além do que já foi citado contém: defesa de João Batista, Recurso de Apelação, parecer do Ministério Público do segundo grau, relatório e voto do desembargador relator, embargos de

declaração, recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça, contrarrazões de João Batista no recurso especial e novas vistas do Ministério Público; quando, por fim, nega a admissão ao recurso, ou em sendo admitido, lhe nega conhecimento/provimento. Enfim, se não foi uma batalha tão longa no tempo, foi árdua nos movimentos de ambas as partes.

Não se pode dizer se a razão legal favoreceria a João Batista de Andrade quanto à verdade dos eventos mostrados no filme, pois a Justiça não julgou o processo, que era o que a família Wolney, nas pessoas de Abílio e Zilmar, pleiteava efetivamente. De acordo com os advogados de defesa do diretor João Batista “não seria o Juízo criminal o foro adequado para debater fatos da História de Goiás” (apud AIRES NETO, 2009, p. 80) e que “a competência do Juiz de Direito – sabemos todos – cessa quando a questão toca ao Tribunal da História.” (apud AIRES NETO, 2009, p. 87).

Os familiares não acusaram ao diretor de falsear a verdade, mas a Bernardo Élis, a este se referindo em toda a acusação. A queixa era que o diretor havia, em tudo, copiado a narrativa de Élis, incluindo o croqui da Vila do Duro que consta na literatura e que, concordaram os autores da ação, ser idêntico ao vilarejo. Para se extinguir a punibilidade do diretor, seu advogado, Lícínio Barbosa, argumenta que Abílio Wolney (avô dos querelantes) falecera em 1965 (conforme informado na inicial) e que tivera, portanto, muitos anos para se queixar de Bernardo Élis e não o fez “no entendimento superior de que a História não é contada por quem a faz, mas quase sempre por meras testemunhas de ouvir dizer.” (apud AIRES NETO, 2009, p.79). Não haveria que se falar, portanto, em “crime contra a honra de um morto, mas sim em crime contra a memória que um vivo tem de um morto”, pois “a morte dá espaço para a História.” (apud AIRES NETO, 2009, p. 81). Para o advogado, se há interesse para a coletividade não vigora o direito ao silêncio, necessitando apenas a observação da necessária exceção de distinção entre o que é de esclarecimento para os concidadãos no interesse do bem comum e o “vil panfletário” que apenas tem por objetivo ofender, revolvendo “a poeira dos mortos para obscurecer a honra dos vivos.” (apud AIRES NETO, 2009, p. 82).

Explica Aires Neto na introdução de seu livro que “como advogado, bem que Abílio Wolney desejava buscar o reparo na via judicial. Todavia achava, na época, que o livro ficaria restrito a poucos leitores – como ficou de início – e era melhor não propalar o que reputava calunioso.” (AIRES NETO, 2009, p. 16). Assim, parece claro que o que seu avô pretendia à época era que os eventos ocorridos no Duro caíssem no esquecimento, talvez, por ainda serem especialmente traumáticos para si e para sua família ou, ainda,

por outras motivações políticas. Diverso é o posicionamento de seus netos, Abílio Neto e Zilmar Wolney, quanto ao livro de Élis na queixa-crime. Não tendo vigorado o esquecimento que pretendia o avô, intentam em fazer acontecer a reescrita da história que se deve fundamentar na memória dos familiares. Ao invés do esquecimento do episódio como pretendia o avô, os descendentes reivindicam o direito à memória, à sua memória, que deve se tornar de todos por meio das necessárias modificações da história. Isso fica bastante evidente quando pedem ao juiz da ação que junte “cópias de todos os processos judiciais entre 1900 a 1925, sobre os acontecimentos de São José do Duro” (AIRES NETO, 2009, p. 70) arquivados em vários lugares sob a responsabilidade do Poder Judiciário. Acrescente-se a isto, a grande quantidade de livros que os descendentes escreveram acerca dos acontecimentos do Duro e não restarão muitas dúvidas sobre suas pretensões.

Das razões e contrarrazões apresentadas pelos advogados pode-se perceber que o que os difere são seus posicionamentos e concepções acerca do que é a história e qual a sua função e não apenas os processos judiciais em que estavam empenhados. Em linhas acima, Licínio Barbosa já marcou sua postura frente ao tema: a história não se submete a quaisquer julgamentos nem mesmo ao aparato legal de um país, ao contrário, é ela mesma, a história, aquela que deveria julgar. Todavia, a própria história não estaria instrumentada para tal empreendimento, pois não tem valor de testemunho, seu estatuto é de história contada por terceiros. Não fala de testemunhas contemporâneas aos fatos ou acontecimentos, mas “de ouvir dizer”. Sendo a história um produto de “ouvir dizer” não pode testemunhar frente ao próprio passado, não lhe sendo, também, dado o direito de julgar ou de ser julgada. Este parece ser seu entendimento – de Licínio Barbosa - do que é história e qual sua função.

Bem diverso é o posicionamento do juiz e escritor Abílio Wolney Aires Neto. Durante toda a sua narrativa dá à história o estatuto de detentora da verdade absoluta. Quando faz a crítica ao livro e filme *O Tronco* não está contestando a história, pois, para ele, esta reservou a seus ancestrais o reconhecimento de seu heroísmo e empreendedorismo. Para ele, a literatura e o cinema é que não têm comprometimento com as fontes, com a memória e com os fatos reais, ou seja, com a verdade. É, portanto, a arte que sombreia o nome de sua família, pois “quando se lê Abílio Wolney, nas páginas de quase uma dezena de outros escritores, também se lê um Abílio capitaneando homens

para também combater um sistema político em 1919, que viria ao ocaso anos depois – em 1930.” (AIRES NETO, 2009, p.67).

Na mais condescendente das hipóteses o que o autor afirma é apenas resultado de uma conexão que, explica Rancière (2011), pode ser chamada de anacronia. À afirmação categórica de Aires Neto, insurge-se a necessidade de um apontamento quanto a possíveis posturas anacrônicas daqueles que discutem a história – sendo historiadores ou não -, pois nos livros de história¹⁶⁴ que foram consultados e que versam sobre o assunto, em nenhum Abílio Wolney está descrito como um combatente do sistema político da época.

Não existe anacronismo. Mas existem modos de conexão que podemos chamar positivamente de anacronias: acontecimentos, noções, significações que tomam o tempo de frente para trás, que fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda contemporaneidade, a toda identidade do tempo com “ele mesmo”. (RANCIÈRE, 2011, p. 49).

O que diversos autores apontam em seus textos - e, ainda assim, nem todos o fazem - é que havia entre Antônio Caiado – Totó Caiado – e Abílio Wolney uma rixa político-partidária. O sistema político de 1919 é o mesmo que Abílio Wolney já fora representante legislativo na condição de deputado, o mesmo sistema que lhe auferira poderes rigorosamente desfrutados. Sua luta era, naquele momento, uma luta de oposição contra a situação, ou seja, era uma luta contra as pessoas que ocupavam o governo naquele tempo e não contra o sistema político em que se inseriam, incluindo-se o próprio avô do autor.

Numa extensa citação que Aires Neto faz do jurista Dr. Adahyl Lourenço Dias fica ainda mais clara sua visão de História:

Responsabilidade tremenda a do investigador da História! Repelir e expurgar os vícios que deturpam as realidades e que espelham o passado

¹⁶⁴ **ALVES**, Telma Antônia Rodrigues. *Tocantins: narrativas sobre o sertão*. Dissertação de Mestrado em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO: 2009. **CHAUL**, Nasr Fayad Chaul. *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998. **DOLES**, Dalísia E. Martins. *Aspectos econômicos e sociais do coronelismo em Goiás*. Goiânia, 1977. Mimeografado, apud **CHAUL**, Nasr Fayad. *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998. **FERREIRA**, Gracy Tadeu da Silva. O coronelismo em Goiás (1889-1930): as construções feitas do fenômeno pela história e literatura. In: **CHAUL**, Nasr Fayad. *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998. **FREITAS**, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e paixão: a saga dos Caiado*. Goiânia: Cânone Editorial, 2009, v. 2. **PALACÍN**, Luis G. *Coronelismo no extremo norte de Goiás*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

[...] Por que essa hostilidade à História? Não sei bem [...] Ninguém enfrenta a realidade [...] A História não. Não há ficção. É a vida real reproduzida. Enquanto o romance, o conto, a novela agradam pelo espírito criativo do estilo, mas, ao mesmo tempo, desnaturam a realidade, a História rompe a linha do centro e por essa razão sofre a eterna insegurança. Aquele ambiente de dúvida agradável com que a ficção educa as gentes, mas desvia-lhes o caráter real que a História contém, não deve ter o historiador. (DIAS, 1979 apud NETO, 2009, p. 73).

Na citação – aqui não está completa por ser muito longa - há ainda a referência do jurista - com quem Aires Neto concorda - de que, se começa a ler algo na crença de que é História e depois descobre “que só existiu na fantasia de quem transpôs” (DIAS, 1979 apud AIRES NETO, 2009, p. 73) sente desprezo ou não lhe aproveita. Diz ainda, que a verdade mais estrita é o fundamento da instrução histórica: deve ter procedimento escrupuloso para investigar sem perverter nem ocultar. “Deve imperar, sobretudo, a imparcialidade, porque a paixão do leitor pela História merece, do historiador, o mínimo de respeito. Olhando o passado que espelha, o historiador o transpõe à curiosidade do presente.” (DIAS, 1979 apud AIRES NETO, 2009, p. 74). Quase ao final do livro, Aires Neto (2009) – que perdeu a queixa-crime proposta – pontua que a ação terminará por fomentar discussões para pesquisas acadêmicas e decreta que “se abram as portas do Tribunal da História para o julgamento dos julgamentos. E tudo não será eternamente igual, sempre...” (p. 151). Nesta última frase está embutida uma vontade clara de reescrita da História, não no sentido explicado por Rüsen (2011) como um passado podendo ser melhorado, mas numa orientação de reescrita para mostrar a “verdade verdadeira dos acontecimentos de São José do Duro.” (GARCIA apud AIRES NETO, 2009, p. 32). Sua expectativa é a de que a História julgará e revelará a verdade sobre seus antepassados.

As dissonantes vozes das fontes históricas.

A crença de Abílio Wolney Aires Neto acerca do que é história e qual sua missão é tão contundente que causa certo desconforto, visto ser um empreendimento absolutamente impossível a qualquer historiador coerente o bastante com sua prática para admitir. Se a história é a juíza da realidade, imparcial e detentora da verdade, o historiador, sendo aquele que a faz, deve ter todas estas características. Todavia, não é isso que, habitualmente, se vê nos livros de História. Analisa e explica White (1992) que o que existem são livros escritos por pessoas que não conseguem ser absolutamente

imparciais, que veem as realidades e as interpretam de maneira diversa, fazendo sua escrita sob diferentes formas literárias e, portanto, imbuídas de diferentes sentidos.

A própria história do Duro que Aires Neto diz haver uma dezena de obras contando do heroísmo de seus antepassados é objeto de historiadores que a narram de forma diversa daquela exposta por ele. Um bom exemplo para ilustrar é a explicação de Freitas sobre quais teriam sido as causas dos acontecimentos na Vila do Duro. De acordo com a historiadora, em 1917, “o prestigioso ex-ministro Leopoldo de Bulhões” (FREITAS, 2009, p. 30), tentou ser indicado pela Comissão Executiva do Partido Democrata para a vaga no Senado e não conseguiu. Ainda assim, insistiu e foi derrotado. E a mesma autora conclui: “inconformado, teria insuflado anseios de vingança em seus correligionários – dentre os quais os Wolney -, levando à carnificina do Duro.” (FREITAS, 2009, p. 30).

Não é esta, nem de longe, uma insinuação de falseamento por parte da história, mas de reconhecimento de que para a sua escrita os documentos investigados não são claros e transparentes, não dizem ou falam por si, não reproduzem nem espelham os acontecimentos, pois por si só não possuem sentido histórico. Esta atribuição de sentido é dada pelo historiador no manuseio e interpretação das fontes.

Não menos importante é o critério de seleção da documentação a ser pesquisada. Da impossibilidade de análise de todos os documentos, estes são selecionados de acordo com o que o pesquisador espera encontrar para responder à pergunta que deu ensejo à sua escrita; desta impossibilidade de conhecimento total aumenta a parcialidade que cada narrativa encerra. Não sendo o estudo acerca do passado, o passado em si, torna-se impossível reconstituí-lo em sua totalidade. Há a necessidade de seleção do que se quer estudar, do que privilegiar, do que se deve enfatizar e, por vezes, até do que se deve ocultar, posto entender-se a irrelevância de um dado ou outro para a construção de sentido da narrativa e, até mesmo, pela impossibilidade de analisar um número, por vezes, quase infinito de documentação acerca do objeto. Estes critérios de seleção e ênfase modificam a história a ser contada tanto quanto a forma que o historiador escolhe para narrá-la.

Desta maneira, as diferentes narrativas, até o momento, encontradas acerca do Duro lhes atribuem diferentes causas, denotando que as fontes históricas – como já enfatizado - não falam por si, mas que o historiador é que fala em nome dos dados que juntou, recortou, separou e moldou, tornando-os coesos e coerentes em seu discurso. Assim, o historiador fala pelas fontes históricas e o faz em nome dos dados que

privilegiou numa integridade que é, na sua representação, puramente discursiva. (WHITE, 2014, p.141) Ou seja, a representação histórica não é uma verdade absoluta que não necessita de intermediários para lhe dar voz, sendo que o historiador ou qualquer outro que o faça, o realiza apenas de forma discursiva.

Schaff (1987, p. 09 a 62) fala das causas da Revolução Francesa vistas pelos historiadores e pontua que diferentes pontos de vista produzem diferentes narrativas. Explica, citando diversos historiadores franceses, que a Revolução teve nas escritas dos autores, variadas causas. Enfim, diversas explicações das causas foram dadas ao mesmo fato histórico, modificando, evidentemente, todo o sentido dado ao acontecimento. Não nega a verdade histórica das escritas, mas a relativiza às fontes consultadas e à sua interpretação, bem como ao contexto histórico e ideologia daquele que escreve. Da mesma forma, em relação às duas obras consultadas, o mesmo pode ser verificado.

O privilégio que Coelho deu as fontes oficiais não pode ser tido como aspecto único a se considerar para entender a forma como concebe a história e quais suas funções, o que denota isto claramente é o tratamento que lhes dá quando delas se apropria. Em outras palavras, não é o fato de ter utilizado apenas documentos oficiais, mas a ênfase na verdade destes documentos que denota sua concepção de história. Durante todo seu texto não esconde seus posicionamentos político-ideológicos: sua inequívoca defesa e admiração pelas autoridades estatais e jurídicas, suas inúmeras citações de personagens (padres, políticos, juízes) que ajudam a humanidade de forma altruísta e suas apaixonadas narrativas acerca da pátria e das ações patrióticas.

Compreendia Coelho que a ordem poderia e seria dada a partir do Estado e das leis que o regiam; ordem esta, que havia sido instaurada custosamente pelo Desembargador Alves de Castro. A chegada do automóvel à Goiás dava indícios da vinda do progresso juntamente com os melhoramentos das estradas rodoviárias: as estradas de ferro, para ele, já representavam um atraso a ser transposto. Pode-se, portanto, perceber que sua visão de mundo está enfiada por princípios positivistas, notadamente comteanos, nem por isto neutros, objetivos e imparciais, como pretendeu fazer crer. O autor compreende que a história deve ser feita para enaltecer a Nação e o Estado e é neste sentido que constrói sua narrativa ficando, às vezes, difícil saber se quem está falando é Coelho ou o presidente do Estado. Sequer entra na discussão do mérito das fontes; estas são incontestáveis, por isso, deixá-las falar é o que pode fazer. A verdade, para ele, não precisa ser interpretada e intermediada; ela está nos documentos.

Ambos os autores apegam-se às suas fontes para dizer que estas falam a verdade que não é falada pelas outras fontes. Aires Neto pontua o valor da documentação verdadeira – que é a que está com ele – para validar a verdade de sua narrativa. Juntou não apenas documentação jurídica (os processos de 1918 em diante), mas ainda, relatos testemunhais, especialmente de parentes e do próprio Abílio Wolney (avô). Para Aires Neto, as testemunhas que sofreram é que teriam o direito de falar, pois apenas estas é que interessariam em falar a verdade. Os depoimentos dos soldados, do presidente do Estado, do juiz comissionado, o livro de Coelho – todos, à exceção do Desembargador Alves de Castro, foram também testemunhas dos acontecimentos -, enfim, nenhum documento feito a partir do olhar ou do testemunho dos agentes do governo à época deve ser arrolado como prova, tendo em vista a obviedade da inverdade de que estariam recheados.

O que Aires Neto efetivamente demonstra é que, mais do que apenas reescrever a história, está efetivamente pleiteando que a memória se sobreponha à história, não para invalidá-la, mas para modificá-la. Em outros termos, o que Aires Neto pleiteia é uma ação bastante presente na contemporaneidade e que fica muito clara em sua queixa-crime: quer que a memória que tem sobre seus antepassados prevaleça, mas não em oposição à história; deseja a reescrita da história que deve se fundamentar com os dados da sua memória.

Considerações finais

Coelho e Aires Neto são, no momento em que escrevem, juristas com grande apego aos documentos. Para eles, os documentos são os fatos históricos. Todavia, pode-se perceber que compreendem o poder de uma narrativa que diz ser a portadora da verdade dos fatos. Quando afirmam – e são categóricos em fazê-lo – que as fontes são os próprios fatos históricos objetivam retirar dos leitores, intencionalmente ou não, a necessária crítica que se deve ter ao ler. Apenas uma leitura absolutamente passiva aceitaria tal afirmativa.

Assim, após a breve análise das duas obras, torna-se claro que as diferentes concepções dos autores, acerca do que é história e quais são as suas funções, é que direcionam as formas de escrita de suas narrativas e também os orienta quanto à maneira de lidar com as fontes. Em outros termos, o que tento evidenciar é que foram as suas concepções de história que modelaram suas narrativas e suas formas de trabalho com as

fontes e não apenas o fato de Aires Neto ser descendente dos “mártires” do Duro e Coelho, um dos membros da comissão. Não há como negar, até por tudo que já foi dito anteriormente, que os interesses pessoais interferiram, e muito, nas escritas de ambos. Seria ingênuo colocar estes dados como irrelevantes, pois não o são: o que estou fazendo neste trabalho, sem desconsiderar os interesses pessoais, é dar ênfase em outro aspecto.

Para Coelho, os únicos responsáveis pelos acontecimentos tidos lugar na Vila do Duro foram os Wolney. O governo do Estado, bem como o juiz e todos os membros da comissão apenas cumpriam com suas obrigações visando o bem do Norte, de Goiás e de toda a Nação para alcançarem o Progresso por meio da Ordem. Assim, os atos dos soldados, foram para ele, necessários e heroicos. Para Aires Neto, o grande responsável foi Totó Caiado que se serviu do juiz e coletor do Duro para engendram um acontecimento que o favoreceria em sua luta contra o ex-deputado Abílio Wolney; a Oligarquia dos Caiado foi a grande responsável pelas mortes ocorridas no Duro. Para ele, seu bisavô e, sobretudo, seu avô foram heróis que lutaram brava e destemidamente contra os desmandos do Coronel Caiado.

Tanto em Coelho quanto em Aires Neto há a preocupação em afirmar que o que dizem é a verdade absoluta, plena e indiscutível. Ambas as narrativas querem fazer parecer possível que a partir de sua escrita haja modificação de todas as outras versões existentes sobre os eventos ocorridos no Duro, tendo em vista que estes outros não se basearam nos fatos e não se fundamentaram na documentação que, efetivamente, detém a verdade. Entretanto, apesar de passarem a convicção de terem conseguido expor a verdade absoluta dos acontecimentos, o que ficou mais evidente, é que as narrativas foram o resultado do tipo de documentação selecionada, às ênfases e ocultamentos efetuados, bem como, a forma que optaram para narrar de acordo com suas concepções de história.

Para construírem suas narrativas as principais fontes que utilizaram foram jurídicas e o que se percebe é que chegaram a respostas totalmente opostas acerca dos mesmos acontecimentos, ainda que tenham se utilizado das mesmas fontes. Como exemplo, vejamos o processo que o juiz Celso Calmon sofreu a partir de 1919. Coelho, amparando sua defesa da probidade de todos os agentes governamentais, enfatizou a nulidade do processo contra o juiz Calmon como sendo “a luminosa sentença” (COELHO, 2008, p. 148) deixando de comentar que não foi aferida a responsabilidade ou irresponsabilidade deste, perante os funestos acontecimentos, mas, tão somente, nulidade por prescrição. Aires Neto, ao tratar do mesmo processo, destacou que o juiz foi

preso pelos crimes cometidos no Duro, não fazendo alusão à prescrição quando do término da ação, mas diz que o juiz ao voltar ao labor jurídico o fez como o pagamento que recebeu de Caiado por ter empreendido a tentativa de extermínio de seus antepassados.

Em suma, na concepção de Coelho a História é apenas a oficial, comandada e contada pelas instituições estatais para cumprir sua função que é a de enaltecer a Nação e preservar o tempo presente. Já para Aires Neto, a História é objetiva, límpida e literal, sendo que sua função é a de julgar e revelar a verdade sobre o passado que deverá ser modificado tendo em vista não apenas o presente, mas, sobretudo, o futuro. Se para Coelho a única interpretação possível é aquela feita sob a orientação do Estado, para Aires Neto, o descendente das vítimas do funesto evento, a interpretação honesta e, portanto, histórica, apenas se dá tendo por fundamento a memória das vítimas. Assim, o que se percebe, já que as fontes jurídicas são as mesmas, é que os pontos de vista dos autores, suas concepções acerca do que é história e qual deve ser sua função foi o que lhes orientou ênfase dada em um ou outro aspecto dos documentos. As análises das duas obras, que versaram sobre o mesmo objeto, demonstraram que “quando as fontes falam” suas vozes são dissonantes: há o império da desarmonia, da discordância, tornando necessária a honesta compreensão de que os sons que parecem ser emitidos pelos documentos são, na verdade, as vozes dos historiadores.

Bibliografia

AIRES NETO, Abílio Wolney. *No tribunal da história*. 2ª ed. Goiânia: Editora Kelps, 2009.

COELHO, Guilherme F. *Expedição histórica nos sertões de Goyas*: São José do Duro. 3ª Ed. Goiânia: ICBC, 2008. (1ª ed. 1937)

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*: Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo: Catecismo positivista. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ÉLIS, Bernardo. *O Tronco*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e paixão: a saga dos Caiado*. Goiânia: Cânone Editorial, 2009, v. 2.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó – SC: Argos, 2011.

RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó – SC: Argos, 2011.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. 4ª edição brasileira. São Paulo – SP: Ed. Martins Fontes, 1987.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Unesp, 2014.

AS CIDADES SÃO NO PARAGUAI, MAS A CULTURA É BRASILEIRA

*Elisandra Tomascheski*¹⁶⁵

RESUMO: Este trabalho faz uma discussão referente à definição de cidades e como estas representam seus moradores, com suas crenças, hábitos e costumes baseados nas edificações, afunilando para a apresentação de cidades paraguaias que foram construídas ou influenciadas por brasileiros que participaram dos processos migratórios que ocorreram entre Brasil e Paraguai a partir da década de 50 do século passado. Muitas dessas apresentam em sua maioria apenas características estrangeiras, ou valorizam frequentemente aquilo que é particular dos brasileiros, um grande exemplo disso são as apresentações musicais que acontecem em eventos renomados e reconhecidos

¹⁶⁵ Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – PPGH-UFGD. Sob orientação do Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi.

internacionalmente como as exposições agropecuárias. Outro ponto a ser discutido são as relações de poder que surgem entre imigrantes e os nativos daquele país a partir da constituição da cidade e suas representações sociais e culturais, já que os processos de mudança amiúde são conflituosos.

Palavras-chave: Cidade, migração, cultura.

INTRODUÇÃO

Discutir sobre as cidades é de suma importância para compreender as dinâmicas sociais que vão se organizando ao longo do tempo, uma vez as cidades fazem parte da identidade de um povo que pensou e construiu o seu lugar a partir de pressupostos culturais estipulados e seguidos pela humanidade.

Desta forma as cidades não podem ser consideradas apenas como um lugar de moradia, passagem ou trabalho, ela deve ser pensada como parte de seus habitantes, já que cada um imprime nela a sua maneira de ver o mundo e as coisas que valoriza. É notável também os gostos particulares de cada região da urbe de acordo com o nível de desenvolvimento econômico da mesma.

As cidades antes de tudo são lugares de interação e troca cultural, uma vez que são lugares construídos coletivamente, por pessoas que desejam deixar uma marca em suas constituições, quer seja uma marca econômica, política ou social, por conta disso essas localidades podem ser uma ferramenta de análise da sociedade a partir do que fica visível entre a subjetividade e o concreto das edificações.

São lugares que foram constituídos ao longo dos anos por pessoas que se organizaram em determinada localidade para viver, comercializar e socializar suas experiências. Como resultado elas acabam representando a cultura, a religiosidade e o que os seus habitantes prezam como modo de vida:

As cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas, essas ruas de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço. E mais, um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a algumas de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas. (BRESCIANNI 2007, pag. 237)

Desta forma as cidades independentemente do tamanho vão estampado o que os seus moradores desejam implicar na sociedade, aquilo que eles querem demonstrar para aqueles que chegam e passam. A localidade passa a representar a identidade do povo:

[...] esses moradores deixam registrado ou vão imprimindo suas marcas no decorrer do tempo histórico, marcas que traduzem a maneira como se relacionam ou construíram seus modos de vida neste cotidiano urbano (FENELON 1999, pag. 6).

Assim sendo não se pode pensar em cidades, sem ponderar no que ela significa para uma população, elas não são lugares estéreis, desconexos da cultura de seu povo, elas compõem a representatividade da comunidade com suas particularidades que tornam cada povo único e singular:

A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do 'habitar', e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do 'humano': cidade, lugar do homem: cidade obra coletiva, que é impensável no individual; cidade moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais. (PESAVENTO 2007, pag. 13)

Destarte a cidade representa seu povo, ao olhar para a localidade já se pode notar quais tradições seus habitantes valorizam, a culinária, a vestimenta, a religiosidade. Pode-se dizer que a localidade é o cartão postal de habitantes.

PARAGUAI ABRASILEIRADO

Diante destas ponderações referentes a cidades passaremos agora a apresentação de algumas cidades no Paraguai, uma vez que estas são compostas majoritariamente por brasileiros que participaram dos processos migratórios que aconteceram entre Brasil e Paraguai iniciados por volta da década de 1950, século passado. Assim antes de afunilarmos para as cidades se faz necessário compreender como se deu esse processo de saída dos brasileiros para outro país, neste caso o Paraguai.

Parafraseando Wagner (1990), pelos vínculos econômicos e pelas proximidades geográficas existentes entre Brasil e Paraguai, foi que saiu o maior número de colonos para habitar aquele país, pois, até 1959, Alto Paraná primeira região a ser habitada pelos brasiguaios, vinha sendo explorada de modo artesanal pelos campesinos paraguaios, eles chegavam, ocupavam uma gleba que pertencia ao governo, exploravam erva mate e

faziam uma roça de sobrevivência, esquema de produção que não agradava ao presidente Stroessner, cuja palavra de ordem era modernizar.

Os primeiros brasileiros a serem chamados pelo governo de Alfredo Stroessner foram os moradores das regiões Norte e Nordeste do Brasil (WAGNER, 1990, p.15), pois eles formam a parte mais pobre da população do Brasil, desprovidos de posse e o Paraguai naquele momento precisava de mão-de-obra que aceitasse o papel de agregado dos grandes colonizadores e para que isso se concretiza-se era essencial que o candidato não tivesse tradição de proprietário.

Conforme Wagner (1990) até o final da década de 60 estes pioneiros viveram em relativa paz no país vizinho, porque nesse momento o governo do Paraguai decide pôr em pratica o segundo passo do plano de colonização e modernização do país. É paralisado o esquema publicitário que chamava os agricultores do Norte e Nordeste do Brasil e em seu lugar foi montado outro convidando os camponeses da região sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Com a chegada desses camponeses da região sul, os pioneiros do Norte e Nordeste que haviam limpado a terra, fazendo o serviço pesado foram deslocados para outras áreas do Paraguai, Katuete, La Paloma, Salto del Guairá, onde só existia mata fachada, muitos destes desistiram e voltaram para o Brasil. Já esse novo grupo de colonos da região sul introduziu o cultivo moderno da soja e do algodão no estado¹⁶⁶ de Alto Paraná.

Diante deste breve relato sobre este importante processo migratório passaremos agora à discussão referente à cidade de Katuete, localizada no estado de Canindeyu que na atualidade tem o slogan de “Capital da integração¹⁶⁷” e desde o início teve influências brasileiras e de acordo com sua historiografia só existe por conta de um brasileiro, chamado Jaime Watt Longo, de acordo com o site da cidade o katuete:

A história da cidade de Katueté começou em 1971, quando um próspero homem de negócios de terras de São Paulo-Brasil, chamado James Watt Longo, contestou a uma decisão do tribunal paraguaio em Assunção, sobre uma vasta área remanescente de hervatais, pertencente LIPSA (La industrial Paraguaya SA), que havia sido desapropriada pelo então Instituto de Bem-estar Rural (IBR). Jaime Longo, na sua resposta, afirmou ter recebido essas terras como herança de sua esposa, Olga Lunardelli, filha do famoso

¹⁶⁶ No Paraguai os estados são chamados de departamentos.

¹⁶⁷ Chamada capital da integração porquê de acordo com o Jornal Ultima Hora os brasileiros já se sentem paraguaios – (Ultima hora, 22/09/2003)

produtor de café do Brasil Jeremias Lunardelli, que tinha comprado da LIPSA, no início da década de 1950. Já o IBR, alegava que o processo de desapropriação também ocorreu no mesmo momento da aquisição dessas terras por Jaime Longo. Para resolver este conflito, o empresário brasileiro, fez uso dos serviços e as influências de seus advogados paraguaios, que gozavam de grande prestígio na corte de seu país. Percebendo que o caso inclinava-se a eu favor, comunicou-se com seu advogado paraguaio Alejandro Encina Marín, que falava a língua Guarani fluente, perguntou-lhe como traduzir a sua linguagem tem que sair, e o homem respondeu Katueté. Quando a disputa foi resolvida em seu favor, Jaime Longo rapidamente começou a organizar uma nova colônia naquela região, que ele chamou Katueté.

Então desde se suas raízes esta cidade Paraguaia tem ascendências brasileiras, que segundo um dos jornais mais importantes do país está cidade foi “fundada com 99,9% de brasileiros” (GUTIÉRREZ 2003 pag. 67)

Muitas vezes ao visitar esta cidade se tem a impressão de estar no Brasil e o autor supracitado nessa mesma data publicou uma matéria intitulada “Aqui é Paraguai, mais você ‘tein’ que falar em português”, onde ressalta como a população é composta por brasileiros e filhos de brasileiros que são chamados de brasiguaios:

UM PEDAÇO DO BRASIL, a anedota é um pouco estranha, mas dá a ideia de que a cidade é tipicamente brasiguai. Andando pelas ruas, tem-se a impressão de encontrar-se em um pedaço do Brasil. Muitas placas são escritos em português. As conversas frequentes em cada esquina são nesse idioma. As músicas ouvidas nos bares e restaurantes são as canções clássicas "Sertanejas" ou o “forró” nordestino. (GUTIÉRREZ 2003 pag. 67).

Essa reportagem também apresenta fotos de comércios que tem suas placas em português, bilíngues ou “portunhol”¹⁶⁸. Tentando mostrar assim como a cidade possui uma pluralidade cultural, onde muitas vezes os brasileiros são mais valorizados:

¹⁶⁸ Idioma caracterizado pela mistura de português com espanhol.



Fonte: Jornal Última hora – 22/09/2003

Um fator que se faz necessário esclarecer é que mesmo com os discursos de integração em Katuete, existem também disputas ideológicas, por cultura e espaço, princípio este que também caracteriza a cidade como um lugar real, onde rupturas e conexões acontecem às vezes por interesses econômicos particulares ou em nome do progresso do local:

Os discursos que versam sobre a separação dos "brasiguaios" ou a completa integração não dão conta de uma realidade bem mais complexa e heterogênea. Tudo indica que são manifestações de disputas políticas e simbólicas mais sutis. Aqueles que falam da segregação dos "brasiguaios" geralmente pretendem criticar e denunciar a "invasão" desses brasileiros no território paraguaio. Por outro lado, os discursos da harmonia e da integração às vezes funcionam como formas de legitimação dessa imigração (ALBUQUERQUE 2009, pag. 10).

Assim nota-se que a cidade vai se construindo com características particulares de uma região multicultural, mas não se pode pensar que sua estruturação se dá de maneira

simples, sem subversão, já que é característico do ser humano viver em constantes conflitos por interesses sociais e econômicos. Um exercício para compreensão dessas desconexões e desprazeres sociais é olhar para o povo paraguaio e tentar compreender como ele percebe seus traços culturais a partir da superpopulação de estrangeiros brasileiros e a imposição de hábitos e crenças.

Outra cidade conhecida por ser tipicamente brasileira, mas localizada em território paraguaio é Santa Rita, localizada do Estado de Alto Paraná há cerca de 70 quilômetros da fronteira entre Brasil e Paraguai com as cidades Foz do Iguaçu - PR e Ciudad del Este - PY.

Em Santa Rita também é comum se ouvir mais o português do que o espanhol ou guarani. Em uma reportagem do Jornal Última hora datado de 23/09/2003 intitulada “Santa Rita no parece Paraguai”, fica explícito o nível de cultura brasileira nessa região quando o repórter Andrés Colmán Gutiérrez afirma: “Ao ir tomar um refresco na churrascaria ‘treis’ fronteiras, localizada na entrada de Santa Rita, percebe-se que as vozes em português e guarani ressonam em igual tom”.

Muitos brasileiros que residem nessa cidade já se sentem paraguaios, afirmando que não tem vontade de voltar para o Brasil. Esse é o caso de Jackson Bressan, que nasceu em Cascavel, município localizado no estado do Paraná – Brasil, e foi levado para o país vizinho quando tinha apenas quatro anos de idade: “Sou paraguaio, mesmo que não fale guarani, sou paraguaio, por mais que falem o contrário. Amo este país, mesmo não sabendo falar guarani”. (GUTIÉRREZ 2003, pag. 17).

Outro exemplo da brasilidade¹⁶⁹ desta cidade é a exposição agropecuária que acontece anualmente em Santa Rita, que na maioria das vezes conta com atrações voltadas para o público brasileiro da cidade. Isso fica perceptível nas propagandas do evento:

¹⁶⁹Qualidade ou caráter de quem do que ou de quem é brasileiro. GEIGER, Paulo (Org.) 2012 *Dicionário de Língua Portuguesa*/Caldas Aulete; Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.



Fonte: www.carmetal.com.br/expo-santa-rita-paraguai/

Cabe ressaltar então que há uma preponderância da cultura brasileira sobre a paraguaia, uma vez que o público alvo das festas frequentemente são os imigrantes. Mesmo sendo Paraguai, muitas vezes como já enfatizado, parece com Brasil, fator esse que pode ser percebido como uma forma de opressão à cultura nativa do país que recebeu um significativo número de estrangeiros. De acordo com Luiz Carlos Batista:

Uma das formas de dominação exercida pelo Brasil sobre o Paraguai é a influência cultural. Principalmente nas regiões de fronteiras com o Brasil só se sintonizam emissoras de rádio e televisão brasileira. Os paraguaios principalmente as crianças da cidade, aprendem a língua portuguesa e não aprende o guarani, língua mãe do povo paraguaio. A língua “madrasta”, ou seja, a língua da dominação imperialista espanhola: o castelhano é aprendido principalmente na escola. (BATISTA 2013, pag. 79)

Assim percebe-se que a cultura e os hábitos das cidades do nosso país vizinho vão sendo repensados e remodelados a partir do contato com os estrangeiros provindos do Brasil, uma vez que a própria população paraguaia passa a amiúde a valorizar os costumes imigrantes como parte do seu cotidiano. Mas, diante disso não se pode também esquecer de mencionar que ao mesmo tempo existem conflitos, uma vez que não são todos os paraguaios que partilham de bom grado e receptividade a tradição do nosso país.

San Alberto também localizada no estado de Alto Paraná é outra cidade paraguaia com características brasileiras, mas ela tem um aspecto que a diferencia grandemente das

outras, foi à primeira cidade a eleger um prefeito brasileiro, o renomado produtor de soja da região Romildo Antonio de Souza Maia, eleito em 2006.

“CIDADE BRASIGUAIA”. San Alberto é uma das comunidades mais prosperas do Alto Paraná, com uns 17.000 habitantes, em sua maioria imigrantes de procedência brasileira, dedicados principalmente ao cultivo de soja, trigo, milho e girassol. (GUTIÉRREZ 2010 pag. 13)

Diante dessas informações fica perceptível como algumas cidades paraguaias mais parecem Brasil. Em uma reportagem do já mencionado jornal traz o título “Prefeitura de San Alberto tem placas em português”:

Como se fosse uma cidade brasileira dentro do Paraguai, a prefeitura de San Alberto, a uns 78 quilômetros de Ciudad de Este, mantém em uma via pública placas institucionais escritas no idioma português, sem tradução para o espanhol ou guarani. É uma região de imigrantes. (GUTIÉRREZ 2010 pag. 13)



Fonte: Andrés Colmán Gutiérrez.

Desta maneira fica perceptível como os brasileiros tem um grande domínio cultural no Paraguai, muitas vezes impondo seu modo de vida, seus hábitos, costumes e nesse caso principalmente seu idioma.

Essa mesma matéria que aborda as questões dos brasileiros em San Alberto foi postada na internet pelo jornal, aparecendo no final os comentários dos leitores, onde os cidadãos paraguaios se revoltam com a situação. Explicando que eles estão sofrendo invasões de todos os lados por parte desses estrangeiros:

É o cumulo termos um prefeito brasileiro no Paraguai. Nunca se viu um prefeito estrangeiro, por isso com muita razão eles falam e publicam em português. Isso é uma invasão do império brasileiro. Vamos dizer não as autoridades enquanto votarem neles. (R.A.)¹⁷⁰

Nota-se então que os brasileiros são influentes, mas que não passam despercebidos pelos paraguaios, que sentem que estão perdendo seu espaço para estrangeiros ao decorrer dos anos. Exemplo desse descontentamento são os inúmeros embates entre esses povos, resultando muitas vezes no retorno de centenas de brasileiros à pátria¹⁷¹.

Desta forma a cidade não é algo que está aquém das relações sociais, já que por conta da publicidade nas ruas estar em um idioma alheio à tradição cultural do país, surge um choque entre os dois povos, um defendendo que sua cidade deve representar os hábitos linguísticos da sua nação, no caso o espanhol ou o guarani e do outro aquele que detêm o poder temporário valendo-se dele para deixar a cidade mais parecida com o seu local de origem, o Brasil que tem como idioma tradicional o português.

Os conflitos existem, mas são muitos os imigrantes que não pensam em voltar para o seu país de origem o Brasil, uma vez que se sentem parte da nação paraguaia que ajudaram a construir desde que eram crianças. Nasceram no Brasil, mas não se reconhecem enquanto tal, e um fator que auxilia a ter esse posicionamento é a constituição de famílias Paraguai, onde os filhos nascem ali fortalecendo o laço com a identidade da nação, um exemplo disso é o brasileiro Luis Butinni que mora em Puente Kyjha, outro município com grande influencia de imigrantes:

Meus filhos são paraguaios. Estudam na escola paroquial em La Paloma. Falam guarani, eu não pude aprender. Entendo, mas tenho dificuldade para falar. Mas mesmo assim, me sinto paraguaio. Nasci no Brasil, mas quero passar o resto da minha vida no Paraguai. (GUTIÉRREZ 2005, pag. 23).

Destarte nota-se que os processos migratórios iniciados na década de 50 do século passado em muito influenciaram no desenvolvimento do Paraguai, trazendo uma nova visibilidade a um país com dificuldades econômicas que precisava urgentemente se modernizar. Como já mencionado, muitos paraguaios exploravam a terra de maneira artesanal, não se preocupavam com a produção em larga escala, ou com a modernização

¹⁷⁰ Para não expor o comentarista da matéria optei por utilizar apenas as iniciais do nome.

¹⁷¹ Não me aprofundarei nos problemas e embates entre brasileiros e paraguaios, uma vez que não é essa a proposta deste trabalho.

da agricultura. Esse quadro começou a mudar com a exploração da terra por parte dos imigrantes provenientes do Brasil e muitos paraguaios afirmam que aprenderam a trabalhar com os brasileiros, como é o caso do senhor Balbino Benitez, morador de Santa Rita, que afirma: “Aprendi a trabalhar sério com os brasileiros, quando comecei a conviver com eles. Aprendi a trabalhar junto com a comunidade, aprendi o que é a economia familiar. Eles têm outra maneira de ver as coisas e estão fazendo muito pelo nosso país”. (GUTIÉRREZ 2003 pag. 07)

Diante de todos estes apontamentos e apresentações sobre as cidades paraguaias que têm características brasileiras se enfatiza o que foi assinalado no início deste texto que as cidades representam o povo que nela habita. Sendo um lugar aonde as pessoas vão gravando suas impressões, gostos e saberes.

[...] reafirmamos então a ideia de que a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como um lugar como o lugar da pluralidade e da diferença, e por isso constitui muito mais que o simples espaço de manipulação poder. (FENELON 1991 pag. 07)

Assim a cidade é mais do que um simples agrupamento de casas ou prédios é o território onde as pessoas constroem suas vidas, seus sentimentos e emoções. Deixando suas marcas em faixadas, arquiteturas, monumentos, praças. Desta forma é importante termos um olhar atento com relação às cidades, porque ela por si só pode transparecer o que muitas vezes fica velado em grandes discursos, como explana Pesavento (2007). "Ver a cidade e traduzi-la e discursos ou imagens implica um fenômeno de percepção, mas que envolve um conjunto de lógicas sociais".

Desta forma fica perceptível como os brasileiros conseguiram deixar as marcas de sua cultura em outro país a partir das cidades, que falam por si mesmas que sua edificação se deu por mãos de imigrantes. Ao passar pelas ruas das cidades citadas a cima, como referenciam os jornais é notável a presença de um povo atípico, um exemplo disso são as placas em português quando o idioma do país é o espanhol ou guarani. De acordo com Carpitero e Cerazoli (2009):: "Sem dúvida o fenômeno urbano é um fenômeno cultural, mas é fundamental para compreendê-lo que se considere a cidade em sua materialidade também como produção social".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se então que se tem uma dinâmica cultural nas construções e edificações das cidades, que muitas vezes são pensadas e projetadas, mas às vezes elas vão acontecendo, crescendo de acordo com a necessidade, com a chegada de mais habitantes. É também notável que ela não pode ser vista como algo indiferente ao morador, uma vez que pode ser um instrumento de formação e não só de moradia para aqueles que ali habitam.

Como ficou perceptível muitas cidades paraguaias são um instrumento de perpetuação da cultura brasileira, com suas edificações, hábitos e costumes locais, que vão sendo introduzidos no ideário populacional e assimilados por aqueles que ali convivem.

Quando ao invés de ter uma festa tradicional paraguaia com músicas, danças e comidas típicas do país para receber grupos ou artistas estrangeiros, que são valorizados e queridos por imigrantes, fica perceptível que a cidade está fundada em pressupostos culturais que falam por si mesmos como um local que valoriza o “de fora”.

Como já supracitado as cidades e suas dinâmicas culturais falam por si só, o que se precisa é um olhar assíduo para perceber que elas são o espelho daquilo que seus habitantes admiram, rechaçam, valorizam, cultuam. Uma vez que os homens e mulheres deixam marcas naquilo que constroem e frequentemente, senão sempre essas impressões são propositais para serem lembradas e reconhecidas pela posterioridade.

Muitas vezes ao se apropriar da cidade como sua o indivíduo também tem a intenção de demonstrar seu espaço e seu poder econômico ou social a partir das construções de casas, prédios, praças. Uma vez que amiúde as construções são as identidades subjetivas da humanidade, representando de maneira concreta aquilo que o indivíduo deseja demonstrar à sociedade a partir de uma necessidade interna de exteriorização de sentimentos ou mesmo de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais.** Horiz. antropol. vol.15 no.31 Porto Alegre Jan./Jun. 2009

BATISTA, Luiz Carlos. **BRASIGUAIOS NA FRONTEIRA: Caminhos e Lutas por Liberdade e pela resistência camponesa.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.

BRESCIANI, Maria Stella m. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2007. pp. 237-259.

CARPINTEIRO, Marisa Varanda Teixeira e CERASOLI, Josiane Francia. A cidade como história. **História: questões e debates.** Curitiba, UFPR, n° 50, p. 61-101, jan./jun. 2009.

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. **Cidades: Pesquisa em história.** São Paulo: Olho D'água, 1999. pp. 5-13.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. Aquí é Paraguai, mais você tein que falar em português. **Ultima Hora.** Asunción, 22 set. 2003 pag.67.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. Naci en Brasil, pero quiero passar el resto de mi vida em Paraguay . **Ultima Hora.** Asunción, 25 set. 2003 pag. 23.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. Municipalidad de San Alberto tiene carteles en português. **Ultima Hora.** Asunción, 05 nov. 2010 pag.13.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán.Santa Rita no parece Paraguay. **Ultima Hora.** Asunción, 23 set. 2003 pag.07.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán.Soy paraguayo, aunque no hable em guarani. **Ultima Hora.** Asunción, 17 set. 2003 pag.17.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidade sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 53, pp. 11-23, junho de 2007

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios: homens sem pátria**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1990.

<<http://katuete.weebly.com/> Acessado dia 29/08/2016 as 16:35 h.>

EDUCAÇÃO HISTÓRICA, ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL GOIÂNIA, INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E O ATENTADO AO CHARLIE HEBDO

*Enelice Milhomem Jacobina Teixeira*¹⁷²

Resumo: O objetivo desse artigo é participar como apresentadora de documento do I Fórum dos Programas de Pós- Graduação em História do Centro- Oeste (UFG/ PUC-GO/ UNB/UFMT/ UFGD e UFG- Catalão) e IX Seminário da Pós- Graduação em História (UFG/ PUC-Go). A apresentação versa sobre a investigação que realizei como pesquisadora do programa de Pós-graduação em História da UFG, onde realizei pesquisa entre os estudantes de uma escola municipal de Goiânia¹⁷³. A problemática a ser analisada se refere à intolerância religiosa nas aulas de história do Ciclo III¹⁷⁴ da SME¹⁷⁵ de Goiânia, utilizando como instrumental perguntas sobre os terroristas e cartunistas ligados

¹⁷² Mestranda do programa de pós-graduação em História da UFG, orientadora, Pós-Dra. Maria da Conceição Silva. Graduada em Ciências Sociais (UFG) e professora de História da Rede Municipal de Goiânia.

¹⁷³ Escola Municipal Ana das Neves de Freitas, localizada na região sul de Goiânia, no bairro Parque das Laranjeiras, que é considerado de classe média, porém a clientela da escola é composta por moradores dos bairros Santa Cruz, Chácara do Governador, Jardim da Luz, Alto da Glória II, Jardim Vitória I e II e outros adjacentes, região portanto, que apresenta um nível social diferenciado.

¹⁷⁴ Ciclo de desenvolvimento humano, da SME: Os Ciclos de Formação e Desenvolvimento Humano constituem uma nova concepção de escola para o ensino fundamental, na medida em que considera a aprendizagem como um direito de cidadania. Os ciclos propõem o agrupamento dos estudantes, crianças e adolescentes de acordo com suas fases de formação: infância 6 a 8 anos; pré - adolescência 9 a 11 anos e adolescência 12 a 14 anos. Os professores formam coletivos por ciclo, sendo que a responsabilidade pela aprendizagem dos alunos é sempre compartilhada por esse grupo de docentes e não mais por professores ou professoras individualmente. Essa nova forma de organização escolar se diferencia da então tradicional seriação que agrupa os alunos apenas por níveis de conhecimento. Os alunos no ciclo são agrupados por idade evidenciando o respeito ao desenvolvimento da criança e do adolescente, e como se processa esse desenvolvimento de acordo com as fases de formação. (AQUINO, p. 36, 2009)

¹⁷⁵ Secretaria Municipal de Educação.

ao atentado ao Semanário Charlie Hebdo¹⁷⁶, no dia 07 de janeiro de 2015 em Paris na França. Apresentarei algumas narrativas históricas dos estudantes sobre o acontecimento, utilizando como aporte teórico tanto a ‘Didática da História’ como a ‘Educação Histórica’. Destacando durante as discussões questões como textos do livro texto de história dos estudantes, análise das charges mais polêmicas, textos que discutem a intolerância religiosa no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: educação histórica, intolerância religiosa, terroristas, cartunistas.

O objetivo deste artigo é investigar a temática intolerância religiosa, dentro do campo temático da ‘educação histórica’ (RÜSSEN, 2011). Tendo como objeto de estudo as narrativas dos estudantes do CICLO III do ensino fundamental da Escola Municipal Ana das Neves de Freitas, turmas Gs e Hs, estudantes entre 12 a 14 anos. A pesquisa que estou realizando durante a pós-graduação pretende discutir a questão da intolerância religiosa no cenário escolar nas aulas de história. Observarei aspectos importantes narrados pelos estudantes, sua consciência histórica em relação às questões religiosas, se professam diferentes crenças ou não, demonstram intolerância com seus pares no que tange a religião entre outras questões, pois os estudantes trazem narrativas influenciadas por seu mundo relacional.

Trabalho com a disciplina História há 15 anos na rede municipal de educação de Goiânia, e tenho entrado em contato com o aporte teórico da ‘Didática da História’ e da ‘Educação Histórica’ percebendo que podem acrescentar novas contribuições para a área da História. Tenho trabalhado história como se os estudantes não trouxessem conteúdos históricos para a sala de aula, como se fossem vazios cognitivamente, existencialmente. A Didática da História traz como principal contribuição um novo olhar sobre o ensino, pois propõem uma Didática da História desenvolvida por historiadores, como bem pontua Silva em seu texto na revista OPSIS, 2014.

A ‘educação histórica’ ao utilizar aportes teóricos da Didática da História, desenvolve metodologias que possibilita valorizar as narrativas dos estudantes, utilizando um método para a coleta e análise das fontes empíricas, “fontes vivas” (narrativas dos alunos) (SADDI, 2011).

[...] com fontes vivas, pessoas que ainda estão presentes e que dialogam vivamente com o investigador. Tais estudos se propõem a produzir suas

¹⁷⁶ Semanário Charlie Hebdo.

próprias fontes empíricas, ao aplicar questionários, realizar entrevistas, produzir diferentes exercícios de cognição com os quais podemos identificar o modo como os alunos pensam historicamente. (2011, p. 543-544)

As narrativas dos estudantes são coletadas por um instrumental piloto, como cita Silva em seu texto *Educação Histórica e religião: perspectivas brasileiras e portuguesas* (SILVA, 2014, OPSIS), pois o objetivo da metodologia é investigar o conhecimento prévio dos estudantes para oportunizar o desenvolvimento da “cognição histórica”. Ao realizar esse trabalho o pesquisador acessa narrativas de estudantes em processo de desenvolvimento do seu aprendizado histórico, pois dessa forma desenvolve-se uma meta-história ou meta-hermenêutica (SADDI, 2011), onde o estudante passa a desenvolver um olhar interpretativo com perspectiva hermenêutica, como cita Barca, em relação às pesquisas de Rüssen (apud SILVA, 2014, p. 81) sobre as tipologias da consciência histórica:

a) uma consciência tradicional, com apego dogmático às tradições e a uma visão de passado fixo que deve permanecer imutável; b) uma consciência exemplar, que valoriza as ‘leis’ da história enquanto lições seguras para o futuro; c) uma consciência crítica, que simplesmente recusa um certo passado e advoga a sua desconstrução para criar o oposto; d) uma consciência genética, em que a história é encarada como fonte de compreensão do mundo (2011, p.7).

Dessa forma a pesquisa recoloca o estudante no centro do estudo, pois o mesmo se torna sujeito na História, pois o instrumental piloto de investigação valoriza e categoriza pelas tipologias históricas as narrativas dos estudantes, e busca oferecer subsídios para que os estudantes tenham uma compreensão do mundo tendo um olhar crítico no passado, repensando suas posturas no presente e projetando o futuro com uma atitude de transformação e não de acomodação às situações apresentadas no mundo, como a intolerância religiosa tanto na Europa quanto na escola.

A pesquisadora Silva ao realizar uma pesquisa sobre ‘Educação Histórica’ e religião, com os estudantes brasileiros e lusos, realiza a investigação com uma pergunta elaborada para acessar a consciência histórica dos estudantes. A pesquisadora comenta ser importante que esses instrumentais sejam significativos para que faça sentido para os

participantes. Um dos objetivos principais dessa dinâmica são conciliar teoria e prática, valorizando assim o conhecimento que antecede a sala de aula. (2014, p. 81)

Para acessar as ideias prévias dos estudantes sobre intolerância religiosa, escolhi abordar o ATENTADO ao Semanário Charlie Hebdo¹⁷⁷, em Paris na França em 07 de janeiro de 2015¹⁷⁸, onde a sede do semanário foi atacada por supostos terroristas e pessoas foram assassinadas, gerando um conflito entre liberdade de expressão (cartunistas) e terrorismo dos islâmicos.

Para elaborar um instrumental utilizei alguns artigos e charges polêmicas do Semanário Charlie Hebdo, para situá-los no contexto do atentado, para tanto utilizei sites. Elaborei um instrumental piloto de pesquisa para realizar com 40 estudantes, sobre suas opiniões a respeito da intolerância religiosa, observando se os mesmos são condescendentes com os cartunistas, em relação às charges com tons de crítica, ou com os terroristas com justiça pelas próprias mãos contra as provocações a suas crenças religiosas, ou se discordam das duas vertentes.

Apresento aqui o instrumental piloto de pesquisa:¹⁷⁹



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
INSTRUMENTAL DE COLETA**

ESCOLA MUNICIPAL ANA DAS NEVES DE FREITAS

Profa. ENELICE MILHOMEM JACOBINA TEIXEIRA - HISTÓRIA

GOIÂNIA, _____

¹⁷⁷ [Charlie Hebdo](#) é um jornal semanal [satírico francês](#), com caricaturas, piadas mas também artigos de fundo. Com um tom Irreverente e estridente, a publicação é fortemente [antirreligiosa](#)²⁶ e de [esquerda](#), sendo que costuma publicar artigos sobre [extrema-direita](#), [catolicismo](#), [islamismo](#), [judaísmo](#), política e cultura. O jornal foi publicado pela primeira vez de 1969 a 1981. Ela foi recriada em 1992. (WIKIPÉDIA, 2015)

¹⁷⁸ Pelo menos 12 pessoas morreram e 11 ficaram feridas em um tiroteio em Paris nesta quarta-feira (7). O crime aconteceu no escritório do jornal satírico "Charlie Hebdo", que já havia sido alvo de um ataque no passado após publicar uma caricatura do profeta Maomé... Segundo fontes policiais, os autores do ataque portavam rifles Kalashnikov e gritaram "Vingamos o Profeta!", em referência a Maomé, alvo de uma charge publicada há alguns anos pelo jornal, o que provocou revolta no mundo muçulmano. (G1, 2015)

¹⁷⁹ Instrumental de coleta reduzido para apresentação em trabalho.

I-IDENTIFICAÇÃO

Aluno (a): _____ Idade: _____

CICLO: III Turma: _____

Período: () Manhã () Tarde () Noite

Qual é o grau de escolarização do seu pai? _____

Qual é o grau de escolarização da sua mãe? _____

Quantas pessoas moram em sua casa? _____

Que função você exerceu nesse trabalho? _____

Qual é a renda aproximada em sua casa? _____

Quais são os lugares que você frequenta em Goiânia? _____

Quais os lugares você gostaria de frequentar? _____

II - PESQUISA CONCEITUAL TEMÁTICA**ATIVIDADE SOBRE O ATENTADO AO CHARLIE HEBDO****LEIA OS TEXTOS, OBSERVE AS CHARGES E RESPONDA AS PERGUNTAS:****1º. TEXTO****ATENTADO AO CHARLIE HEBDO:**

07/01/2015 09h21 - Atualizado em 08/01/2015 20h57

Ataque em sede do jornal Charlie Hebdo em Paris deixa mortos

Polícia francesa disse que 12 pessoas morreram e 11 ficaram feridas. Alvo foi sede de publicação satírica que já foi atacada por muçulmanos. Do G1, em São Paulo.

Pelo menos 12 pessoas morreram e 11 ficaram feridas em um tiroteio em Paris nesta quarta-feira (7). O crime aconteceu no escritório do jornal satírico "Charlie Hebdo", que já havia sido alvo de um ataque no passado **após publicar uma caricatura do profeta Maomé...**

Segundo fontes policiais, os autores do ataque portavam rifles Kalashnikov e gritaram "Vingamos o Profeta!", em referência a Maomé, alvo de uma charge publicada há alguns anos pelo jornal, o que provocou revolta no mundo muçulmano.

2º. TEXTO:**O QUE É O SEMANÁRIO CHARLIE HEBDO?****Por João Alexandre Peschanski, no Blog da Boitempo (PORTAL FORUM) 08.01.2015.**

O *Charlie Hebdo*, cuja redação foi alvo de um atentado terrorista em 7 de janeiro de 2015, é um veículo de comunicação de extrema-esquerda. A origem política e artística dos principais nomes do veículo remonta aos anos 1960 na França. É a essa geração original que pertenciam Cabu e Wolinski, que estão entre as doze vítimas confirmadas até o momento em que escrevo este texto, com vários feridos ainda em estado

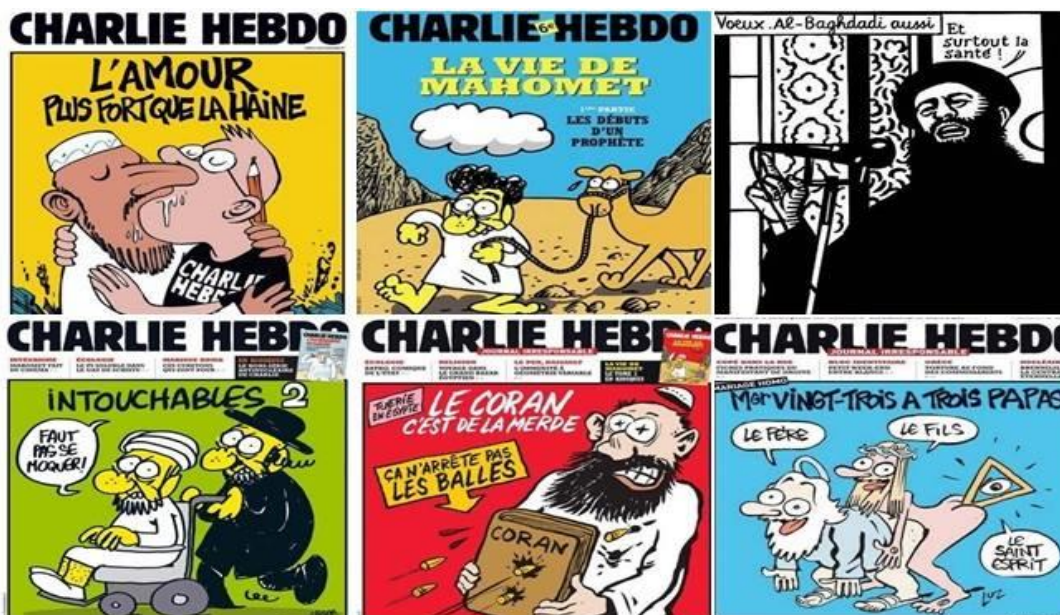
grave. A marca inicial *soixante-huitarde* – dos participantes dos protestos de 1968 – está impregnada em toda a trajetória do semanário satírico.

Redação PragmatismoEditor(a)

TERRORISMO 07/JAN/2015 ÀS 18:11

AS 6 CHARGES MAIS POLÊMICAS DO CHARLIE HEBDO

Confira as charges e capas mais polêmicas do Charlie Hebdo, o jornal da França que costuma publicar conteúdo satírico sobre o islamismo e seus símbolos.



RESPONDA COM SUAS PALAVRAS:

- Imagine que você estava no dia 7 de janeiro de 2015 no local do atentado, a sede do semanário CHARLIE HEBDO, na França. Qual seria seu sentimento, opinião. Você seria o terrorista ou cartunista, explique sua escolha.

- Cite o que aprendeu sobre a religião islâmica nas aulas de história?

O instrumental foi elaborado através de observação de artigos na internet sobre o atentado ao Semanário Charlie Hebdo. Pesquisamos online as charges mais polêmicas do semanário e artigos falando sobre o atentado e os seus resultados.

Apresentarei algumas respostas para percebermos como os estudantes ficaram divididos e demonstram suas bagagens, históricas, religiosas, influências familiares, mídia etc. sobre as temáticas discutidas. Destaco aqui algumas respostas de alunos a

pergunta 2 (Cite o que você aprendeu sobre a religião islâmica nas aulas de história?) do instrumental de investigação:

“Os islâmicos são pessoas que não gosta de outras religiões.” (Alex Marques, G2).

A resposta do Alex evidencia uma opinião de valor, onde ele diz os islâmicos não gostam de outras religiões, é interessante, pois denota o islamismo como religião, demonstrando um conceito, por mais que para o estudante não tenha conhecimento sobre outras religiões de forma efetiva. Segundo Soriano (2006) citado pela pesquisadora Camila Vicenci Fernandes (2016), a liberdade de pensamento para alguns grupos religiosos não existe, pois um grupo religioso muitas vezes não respeita a liberdade de pensamento do outro grupo, pois como diz Soriano:

Todo o homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

As narrativas dos estudantes confirmam esse pensamento de Soriano, pois apresentam uma religião islâmica que se diz única e deseja eliminar todos que dificultam a disseminação da mesma pelo mundo. Pois como afirma Alex os islâmicos não gostam de outras religiões. Provavelmente o estudante acumulou

“A religião islâmica ou muçumana seguem o profeta Maomé.” (Rabelo, G1).¹⁸⁰

“Eu aprendi que, os muçulmanos eram seguidores dele, e também eu apreendi que os muçumas brigavam com os cristãos e os judeu pela Jerusalém.” (Lucas Pedro Lopes, G1).

Daí a importância de se discutir um tema como religião do ponto de vista histórico desde que o mesmo precisa ser analisado com ênfase em sua orientação no tempo, para que passe a ter sentido para os estudantes e os mesmos passem a ter uma visão de interculturalidade¹⁸¹ com seus pares tanto discentes quanto docentes do ponto de vista da

¹⁸⁰ Nomes dos estudantes fictícios para não expô-los.

¹⁸¹ A perspectiva intercultural da educação reconhece o caráter multidimensional e complexo (MORIN, 1985, 1996; BATESON, 1986) da interação entre sujeitos de identidades culturais diferentes e busca desenvolver concepções e estratégias educativas que favoreçam o enfrentamento dos conflitos, na direção da superação das estruturas sócio-culturais geradoras de discriminação, de exclusão ou de sujeição entre grupos sociais (FLEURI, 2001, p. 407)

religião como de outras questões que entravam as relações entre os seres humanos e os segreguem no mundo.

É importante salientar a presença de teóricos como o ex-ministro da educação da França, Luc Ferry filósofo, ateu convicto, que enfatiza o desenvolvimento da reflexão religiosa no século XXI:

Mesmo quando não se é crente, com muito mais razão quando se é hostil às religiões, como veremos em Nietzsche, não temos o direito de ignorá-las. Mesmo que seja para criticá-las é preciso ao menos conhecê-las e saber um pouco do que falam. Sem contar que elas ainda explicam uma infinidade de aspectos do mundo no qual vivemos que saiu inteiramente do universo religioso. (FERRY, 2007, p. 73).

O pensamento de Ferry reforça a necessidade de discutirmos questões ligadas a aspectos interculturais religiosos, pois o estudante Lucas Lopes aborda a questão das divergências entre as diferentes religiões e Ferry fala sobre a necessidade de não ignorarmos essas questões. Dessa forma, a história seria um instrumento de orientação para os educandos tomarem suas decisões e formarem suas opiniões sobre os diversos assuntos que carecem de orientação inclusive para tomar decisões futuras.

“Os islâmicos seguem o Profeta Maomé, eles brigam com os judeus e os cristãos pelo controle de Jerusalém eles são terroristas.” (Pedro Augusto, G1).

“Eu aprendi varias coisas, e o principal, o mais interessante que eu achei foi que os mulçumanos tem batalhas com os Judeus, para disputar algumas coisas, isso foi uma das coisas que eu mais achei interessante.” (Eva Bain, G1).

“Região monoteísta, que surgiu na Peninsula Arabica no século VII, baseadas no Profeta Maome, aha de uma charge, publicado pelo jornal Charlie Hebdo. Os mulçomanos (atuais moradores de islã) bringam com os judeus por controle de Jerusalem.” (Ana Carolina Rodrigues da Silva, G1).

Estudantes como Pedro, Eva, Ana Carolina, reforçam a questão das divergências entre os diferentes grupos religiosos e aponta para questões como falta de liberdade religiosa, por mais que a lei do país permita. Dalmagro e Marques em um jornal mato-grossense ressalta a questão da falta de liberdade religiosa no Brasil, entre grupos religiosos mais tradicionais e os grupos religiosos de matriz africana que tentam se expressar no Brasil, observem a citação dos mesmos:

“Senhor, piedade”. A prece presente no trecho da música “Blues da Piedade”, do cantor e compositor Cazuza, expressa, de forma literal, o pedido de milhares de cidadãos brasileiros que, mesmo vivendo em um país dito laico em sua Constituição Federal, temem expressar suas tradições e cultivar a sua religiosidade (2016).

A necessidade de investigação da temática religiosidade nas aulas de história, é algo inerente a nossa vontade. Podemos perceber como situações como as citadas por Silva, a população tem tanta dificuldade de expressar suas tradições de matriz africana.

Religião como cita, o pesquisador Nechi, invade os muros da escola, é algo que extrapola nosso querer muitas vezes cético, os educandos vivenciam muitas experiências míticas e que precisam ser compartilhadas, debatidas, interagidas com o conteúdo de história que ao longo do tempo se relaciona com diversas experiências religiosas, vejamos o que Nechi cita: “é de se esperar que a religião invada os muros escolares, seja formalmente pelos currículos visíveis invisíveis, seja informalmente pela contextualização sócio-religiosa de cada escola e de seus alunos e professores.” (NECHI, 2011, p. 55) Observem as citações de estudantes como Gabriel e Carlos, que só puderam ser expressas devido às oficinas utilizadas pela ‘educação histórica’:

“Eu aprendi que os islâmicos, não aceitam as outras religiões a não ser a deles. E um Islâmico fiel tem que ir a mécas pelo menos uma vez na vida.” (Gabriel Cardoso, G2).

“La antigamente quem mandava era a igreja católica e os homens.” (Ellen Freitas, G2).

“Eu aprendi com a minha professora de história que a religião islâmica é muito violenta e eles acreditam num deus que eu não acredito que e mamoe eu acredito no senhor Deus e eu nunca na minha vida ira ser da quela religião e essa religião eu acho ela muito estranha e rígida. (Carlos Wendel, G2).

A autora Mônica Mourão e Bia Barbosa pesquisadoras da UFF e FGV realizaram um trabalho sobre “O atentado ao ‘Charlie Hebdo’ e a regulação da mídia”, onde discutem a estratégia de colocar lentes sobre a questão religiosa no atentado, pois os problemas políticos, sociais e territoriais seriam importantes para colocar o acontecimento como propiciador de intolerância religiosa, como vem fazendo a conservadora francesa, Le Pen, como aponta as autoras:

Visão conservadora - Marine Le Pen, presidente da Frente Nacional, partido francês de extrema direita, em entrevista publicada na sexta-feira (9/1) pela Folha de S. Paulo, defende o controle das fronteiras e da

imigração que causa isolamento. Excluída das celebrações realizadas em Paris neste domingo, Marine reuniu 16 mil pessoas em uma cidade do sul do país para discursar, novamente, contra o “terrorismo islâmico”. Aos conservadores franceses, é muito mais interessante tratar os atentados desta semana como um conflito religioso do que como fruto das políticas interna e externa do país, em relação ao Oriente Médio e aos países do norte da África – suas ex-colônias – e àqueles que de lá migram para o território francês. (2016)

Nas narrativas dos estudantes podemos perceber traços de atitudes conversadoras como cita Mourão e Barbosa ao citar Le Pen. Percebemos nessas narrativas provavelmente o envolvimento dos mesmos com grupos religiosos conservadores, pelas conversas com os mesmos.

“Aprendi, que é uma religião muito radical, que é a religião mais nova no momento, que seu Deus é Alá, e seu profeta é Maomé.” (Victor Prado, G2).

O estudioso da área de religião, Ozair Silva, docente da Universidade Federal de Maringá, cita também um texto de Saramago sobre os motivos para a violência no mundo, citando o absurdo de mortes em nome de crenças, precisamos observar o que nos diz Saramago (2001). O mesmo denomina este ódio recíproco fundado em valores religiosos como “O Fator Deus”:

(...) “De algo sempre haveremos de morrer, mas já se perdeu a conta aos seres humanos mortos das piores maneiras que seres humanos foram capazes de inventar. Uma delas, a mais criminosa, a mais absurda, a que mais ofende a simples razão, é aquela que, desde o princípio dos tempos e das civilizações, tem mandado matar em nome de Deus”. A história das grandes religiões monoteístas – o cristianismo, islamismo e o judaísmo – indica momentos de convivência respeitosa, mas também períodos de intolerância entre as diversas religiões e a intra-religião. .[2] (2016)

Após os estudantes responderem as questões sobre o atentado e tocarem na questão religiosa, realizei oficinas com os estudantes para influenciar e possibilitar a ampliação da consciência histórica dos estudantes. No trabalho que apresento neste fórum somente apresento as respostas da primeira questão pela exiguidade do tempo. Posteriormente na dissertação estarei continuando a apresentação e análise.

Realizei primeiramente uma discussão em um grupão de estudantes, utilizando 5 textos. Receberam o texto para ler e marcar as partes principais, após a leitura os

estudantes comentaram as partes grifadas e conduzidos pela pesquisadora¹⁸², se espantaram ao perceber as situações do passado abordadas pelo autor, Oldimar, repleta de conflitos entre católicos e protestantes e presença e domínio de outros povos na Europa atual em outro tempo, com outras religiões. Citarei somente alguns trechos do texto para contextualizar a discussão realizada com a temática:

1º. Texto: O protestantismo e a reforma católica (1517 – 1563) No Brasil atual podemos escolher qual religião desejamos seguir. Podemos também seguir mais de uma religião ou preferir não adotar nenhuma. Na Europa ocidental do século XV não havia essa liberdade. Todos eram obrigados a ser católicos. Aqueles que participavam de outras religiões ou que, mesmo sendo católicos, praticavam cultos diferentes daqueles definidos pela igreja, podiam ser condenados à morte (...)" (OLDIMAR, 2012, p. 28)

Esse texto foi utilizado para demonstrar um período histórico em relação a religião em que não havia liberdade religiosa, pois para os estudantes parece normal a liberdade de expressão e a liberdade religiosa. Ao longo da discussão alguns levantaram indagações e questionaram o período atual de nossa sociedade em relação a religião.

2º. Texto: Corrupção na Igreja (reforma católica 1517 – 1563). Na Europa do início do século XVI, a Igreja católica tinha grande poder e influência sobre a vida das pessoas. Como a Bíblia só existia em latim – língua que a maior parte da população não entendia – os textos bíblicos eram sempre explicados pelos membros do clero (...). Mas nem todas as pessoas aceitavam sem crítica os ensinamentos da Igreja. E muitos questionavam o comportamento dos padres e do papa, alegando que a Igreja se desviara de seus princípios originais e vivia envolvida em situações comprometedoras... De fato, eram frequentes os casos de NEPOSTISMO (...) e muitos padres tinham filhos, embora fosse obrigados a manter a castidade... Além disso, os religiosos pareciam mais preocupados em acumular riquezas do que em divulgar os ensinamentos de Cristo." (OLDIMAR, 2012, p. 30)

Os estudantes ao participarem dessa discussão detectaram que em outros períodos de nossa história, aconteceu situações parecidas com as vividas hoje, como nepotismo, proibição de acesso ao livro sagrado do cristianismo a Bíblia e falta de possibilidade de interpretação. Essas questões causaram indignação nos estudantes e interesse pela temática religiosa.

¹⁸² Pesquisadora Enelice Milhomem Jacobina Teixeira.

3º. Texto: Conflitos e a reforma Católica. O surgimento de novas religiões na Europa não aconteceu de forma pacífica. Na França, por exemplo, os protestantes foram vítimas de intensa perseguição por parte dos católicos. Isso provocou guerras entre os seguidores das duas crenças. Em um dos confrontos mais graves, 3 mil húngaros foram assassinados por católicos na noite de 24 de agosto de 1572, conhecida como Noite de São Bartolomeu. Para escapar da perseguição muitos protestantes deixaram seus países de origem e decidiram se estabelecer na América. (OLDIMAR, 2012, p. 32)

Esse texto chamou muito a atenção dos estudantes, pois ficaram chocados com a morte de 11 pessoas no atentado ao Semanário, o texto histórico fala da morte de 3 mil, quando estamos discutindo catolicismo e protestantismo. Os estudantes achavam que esse tipo de violência somente ocorria no mundo islâmico, novamente a teoria da ‘Educação Histórica’ ampliando a narrativa histórica dos estudantes.

4º. Texto: A formação de Portugal e da Espanha (1139 – 1492) Na península Ibérica existem hoje dois países (Portugal e Espanha) onde a população é principalmente cristã. Mas nem sempre foi assim. Em 711, povos vindos do norte da África invadiram a península Ibérica e derrotaram o rei visigodo Rodrigo. Esses povos, na época chamados de forma genérica pelos europeus de mouros, eram muçulmanos de língua árabe (...). Permaneceram na região por quase oito séculos, exercendo grande influência sobre a Cultura local. (OLDIMAR, 2012, p. 50)

Lendo esse texto os estudantes observaram que nem sempre a região da Península Ibérica foi habitada pelos cristãos, perceberam o domínio dos islâmicos na região, e como a região que hoje conhecemos foi influenciada pelo islamismo. Perceberam a relação da questão temporal e espacial, e como as mesmas são alteradas em diferentes momentos históricos.

5º. Texto: Europeus, africanos e asiáticos. Com a descoberta de um caminho marítimo para a Ásia intensificou os contatos entre os europeus e alguns povos africanos e asiáticos. Ao conhecer essas sociedades, muitas vezes os europeus se surpreendiam. Em 1510, por exemplo, os portugueses conquistaram a cidade de Goa, na costa oeste da Índia, e aí instalaram uma feitoria. Na ocasião, um marinheiro português fez a seguinte observação: ‘Estamos convencidos de que somos os homens mais astutos que se pode encontrar, e o povo aqui nos ultrapassa em tudo (...). Essa declaração demonstra o sentimento de superioridade dos europeus sendo desfeito pela realidade que encontraram na Ásia do século XVI. (OLDIMAR, 2012, p. 86)

Segundo Rüssen, “Atualmente, a ciência da história e as demais ciências sociais e humanas orientadas na história precisam urgentemente de uma concepção global de

história para fazer frente aos desafios da globalização.” (2014, p. 33) Pois como vemos no texto sobre a confluência entre europeus, asiáticos e africanos no século XVI, também precisamos discutir essa questão hoje não só do ponto vista territorial, político, social como também religioso.

As discussões, leituras, análises de artigos, propiciou aos estudantes saírem provavelmente de uma tipologia da consciência histórica como cita Rüssen, tradicional e exemplar e passarem a crítica e mais ainda genética. A pesquisa ainda está em andamento, faltou a apresentação das respostas da primeira pergunta do instrumental e análises das mesmas para ampliar a análise da temática e possibilitar a verificação ou modificação das hipóteses levantadas anteriormente sobre intolerância religiosa. Realizarei a finalização da análise na pesquisa da dissertação do mestrado.

Quadros e Miranda em um texto no livro, Ensino Religioso – educação centrada na vida, onde discutem a prática do ensino religioso nas escolas públicas, discutem práticas relativistas:

Para os professores e gestores em educação urge o aprofundamento da reflexão sobre práticas e projetos pedagógicos que articulem o respeito à liberdade religiosa individual na escola com o conhecimento e o respeito a todas as formas de expressão cultural e religiosa. Esse movimento do individual ao coletivo consiste no desafio de valorizar e incluir as especificidades, individuais ou grupais, em uma universalidade social que é inclusiva e respeitosa. (2004, p. 85)

O objetivo da pesquisa que estou realizando, é primordialmente do ponto de vista da ‘educação histórica’, discutir a questão histórica com os estudantes do ponto de vista da intolerância religiosa, para articular liberdade religiosa, respeito a todas as formas de expressão cultural, utilizando como instrumental o atentado ao Semanário ao Charlie Hebdo. A apresentação tentou destacar o que foi realizado até o presente momento.

REFERÊNCIAS

BARCA, Isabel. *Aula Oficina do projecto à avaliação*. In: PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA DE QUALIDADE, 4., 2004, Braga. *Catas da IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Braga: Aminho, p. 131-144. 2004.

BARBOSA, Bia e MOURÃO, Barbosa. O atentado ao Charlie Hebdo e a regulação da Mídia. < www.cdscsaico.com.br/.../30f415261f536936412479acc8766ba2f1> Acesso em 16 de setembro de 2016.

CARDOSO, Oldimar. *Leituras da História*. 7º. Ano – 1. Ed. – São Paulo: Escala Educacional, 2012.

DALMAGRO, Josiane e MARQUES, Airton. “*VAMOS PEDIR PIEDADE*”, *Falta de conhecimento é impulso para intolerância religiosa*. <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=DALMAGRO%2C+Josiane+e+MARQUES%2C+Airton.+%E2%80%9CVAMOS+PEDIR+PIEADAE%E2%80%9D%2C+Falta+de+conhecimento+%C3%A9+impulso+para+intoler%C3%A2ncia+religiosa>. Acesso em 18 de agosto de 2016.

Ensino Religioso, *educação centrada na vida, subsídio para a formação de professores*. Valmor da Silva, (org.). São Paulo: Paulus, 2014.

FERNANDES, Camila Vicenci. *Liberdade religiosa: Aspectos históricos e os dilemas hodiernos: A tolerância como resposta?* Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=763. Acesso em 18 de agosto de 2016.

FERRY, L. *Aprender a Viver – Filosofia para os novos Tempos*. Traduzido por REIS, V.L. dos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

NECH, Lucas Pydd. *Consciência Histórica de Jovens alunos e Conceitos Históricos de Temas Religiosos*. Dissertação de Doutorado UFPA. Santa Catarina: 2011.

PESCHANSKI, João Alexandre. BLOG - G1- *Ataque em sede do jornal Charlie Hebdo em Paris deixa mortos*. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2015/01/07/atentado-contr-a-extrema-esquerda-na-franca/> Acesso em 02 de setembro de 2016.

PRAGMATISMO POLÍTICO. Redação Pragmatismo. Disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/01/charges-mais-polemicas-da-charlie-hebdo.html>. Acesso em 02 de setembro de 2016.

RÜSEN, Jörn. *JÖRN RÜSEN, E o ensino de História*. Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca, Estevão de Rezende Martins (Org.). Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SADDI, Rafael. *Educação Histórica como Meta-Hermenêutica*. In. BARCA, I. Consciência Histórica na Era da Globalização. Atas das XI Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Realizadas de 15 a 18 de Julho de 2011, Instituto de Educação da Universidade do Minho – Museu D. Diogo de Sousa, Braga. Pt, p. 541-554.

SILVA, Antônio Ozaí. *Reflexões sobre a intolerância*. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/037/37pol.htm> Acesso em 02 de setembro de 2016.

SILVA, Maria da Conceição. *Investigação em Educação Histórica: análises da temática religião em Textos didáticos de História*. Educar em História. Curitiba, n. 45, p. 259-272, jul/set. 2012. Editora UFPR.

_____. Maria da Conceição. *Projeto de Pesquisa Educação Histórica e Religião: Perspectivas Brasileiras Portuguesas*. Goiânia: UFG, 2014.

_____. Maria da Conceição *Educação Histórica: A temática Religião na Formação da Consciência Histórica de Alunos Brasileiros e Portugueses*. OPSIS, em Revista, Catalão, GO. Vol. 14, n. 2, p. 77-93 – jul/dez. 2014.

UOL. Charlie Hebdo – *Terror na França. Sede da Revista é atacada em Paris e deixa 12 mortos*. (texto1). São Paulo. 07, janeiro, 2015, 9h 38, atualizada em 13h 37. 2015.

WIKIPÉDIA, enciclopédia livre. *Massacre do Charlie Hebdo*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_do_Charlie_Hebdo. Acesso em 02 de setembro de 2016.

DO IMPRECISO À NARRATIVA: INCURSÕES PELO EFÊMERO

*Eva Cristina Franco Rosa dos Santos*¹⁸³

RESUMO: O presente escrito busca perscrutar os caminhos do impreciso enquanto esquema teórico proposto por Abraham Moles para significar um novo paradigma de construção do conhecimento na Modernidade, a maneira como esse vagar pelo labirinto permite a revelação de lugares até então intocados na ciência, esses concernentes ao impreciso, e como ele pode descortinar formas de narrativa libertadoras, as quais ao se ligarem à consciência histórica, muitas vezes se revelam no momento moderno a partir da negação de uma ideia fixa de ser e da apologia à mudança, do devir, um sistema da história, não do eterno. Essa cosmovisão que abarca tanto ciência, quanto filosofia, quanto práxis cotidiana da vida dos indivíduos modernos revela a ruína de sociedades que, pelo *gap* no que tange às identidades, não encontram sossego no mundo. Observa-se nesse escrito, portanto, a relação entre impreciso e narrativa diante dessa Modernidade em crise.

¹⁸³ Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás com pesquisa financiada pela CAPES. Orientada por Libertad Borges Bittencourt.

1.1 O Impreciso

Epistemologia, ontologia, temporalidade, narrativa e identidade são ramos de um cordão que assumiu ares bem peculiares na modernidade. Da racionalização ao abandono da noção de substância, o legado cartesiano deixou e provocou vincos e fissuras importantes e dignas de nota para esses que buscam entender o ser humano, a história, a sociedade e suas formas de estar, povoar o mundo.

Descartes causou um alvoroço nos novecentos, séculos depois de sua existência física na face da terra. No XIX o conhecimento científico não pôde se prender a uma ciência física que pensa os fenômenos a partir da ordem do natural, especialmente após a revolução científica dos séculos XIX e XX, que vai de Poincaré a Planck, com a notoriedade de suas teorias ligadas à relatividade e à quântica. Autores como Moles falam da sobrevivência de uma verdadeira ideologia da precisão a nortear o espírito científico. O problema, para o autor, estaria, entre outras coisas, em que:

“[...] o impreciso é o mal pois o preciso é o bem, e portanto, tudo o que é impreciso não é digno do pensamento. É, mais simplesmente, uma conotação que efetua a parte irracional de nosso espírito aplicando-a à parte que se quer racionar, e esta conotação é em si fonte de erro.” (MOLES, 1995, 24)

Como referido no excerto acima, o comportamento psicológico que subjaz à cosmovisão científica é problemático quando justifica seu rechaço dos domínios ligados ao incerto a partir de um sentimento que não se pode igualmente dominar, seja ele: o medo. É o medo do incerto, um impulso irracional, que estimula esse pensamento que busca a razão.

Assim, apesar de a maioria dos fatos da vida cotidiana estarem vinculados à incerteza ou ainda, apesar de muitos procedimentos científicos acabarem acatando e fazendo vista grossa a fatos incertos que porventura adentrem o seio da pesquisa científica, mesmo com todas as conquistas na própria área da física no que tange ao olhar sobre os objetos, eles são rechaçados pelo discurso científico oficial, prenhe da ideologia da predição. Se muito do mundo é conhecido e racionalizado a partir de uma ínfima qualidade de dados no que tange ao ideal de razão nas áreas do saber, Abraham Moles entende que é necessário se debruçar, portanto, sobre essa realidade, que ele chamou de “ciências do impreciso” (MOLES, 1995, 26).

A aproximação dos resultados obtidos e, portanto, a imprecisão, é uma condição do conhecimento científico, é isso que esse campo intelectual do qual fazem parte Moles,

Bachelard e Eintein, vem mostrar ao mundo nesse começo de século XX. Nesse sentido, é uma quebra com a noção de Laplace, de um conhecimento do universo que a tudo abarque, que entenda da engrenagem dos sistemas planetários até as menores partículas que, há alguns séculos, eram vistas na figura do átomo. Nas palavras de Moles: “O pensamento científico é sempre esquemático [...] ele só pode repousar sobre amostras, das partes para o todo, que implicam a ideia de aproximação necessária.” (MOLES, 1995, 30).

A ciência do impreciso descortina uma ciência estabelecida, construída por estantes simbólicas que carregam todo o conhecimento do mundo, que permitem o labirinto de produção de esquemas dentro daquilo que é possível. Ao mesmo passo, descortina uma ciência em vias de se fazer:

São as pesquisas e descobertas científicas, é, dizíamos anteriormente, o vagar de um espírito particular dentro de um campo dos possíveis guarnecido de uma multiplicidade de paredes, de muros e de corredores [...] paredes que vêm ao espírito a partir do que ele acredita ser verdadeiro ou falso, possível ou impossível de ser ultrapassado [...] o jogo gratuito com as coisas da natureza, tal como ele pratica no laboratório ou na observação do mundo, a fantasia, a construção poética, até mesmo a má fé ocasional ou a estupidez metódica. (MOLES, 1995, 38-39)

Para Moles todas as ciências começaram dentro do incerto, e a partir daí, cristalizaram caminhos pelo labirinto mental que as possibilitou a certeza. Toda a construção científica apresenta um momento de guerra com os domínios do aleatório, esses que desbancam a razão. A incerteza do mundo vem da nossa impossibilidade de cercá-lo. O princípio da incerteza de Heisenberg e as descobertas do subatômico apenas corroboram e se revelam como sintomas dessa incerteza presente nas coisas e no *Weltanschauung*, algo que teria, por exemplo, destruído o cartesianismo (MOLES, 1995). Para Moles, o incerto sempre esteve presente na construção do saber, o que acontece, no entanto, é que no século XX ele passou a ser reconhecido e abraçado como possibilidade. Grande parte do que a ciência acabada não acreditou ser possível estudar, as ciências humanas assumiram. Portanto, apesar de carecerem de uma epistemologia mais nítida, as ciências humanas, em grande medida, estão operando pelos labirintos do impreciso.

Nesse sentido, como construir algo dentro da perspectiva do incerto sem cair no subjetivismo, no individualismo dos pontos de vista que carecem da noção de solidariedade e comunidade? Essa preocupação relaciona produção do saber e vida em sociedade, relaciona epistemologia e sociedade. Essa é uma questão que o existencialismo de Sartre, em grande medida, tentou responder. Em sua obra *O Existencialismo é um Humanismo*

Sartre tenta entender o que perturba os homens no que tange ao existencialismo. Talvez, ele mesmo respondeu, seja o fato de a filosofia referida deixar o poder de escolha nas mãos dos homens. Nesse caso, o existencialismo desconforta por expor o incerto, o labirinto de que se constitui o saber e a *Weltanschauung*. O ponto de vista existencialista é o de que a experiência precede a essência, é esse ponto de vista que liga Heidegger, Sartre e Jaspers (SARTRE, 1997, 3).

Se na filosofia patrística há um Criador que concebe o homem conforme uma essência que precede à noção do que é construído, a experiência; a filosofia iluminista do XVIII, por outro lado, manteve essa fórmula, eliminando, ao seu turno, a concepção do Criador¹⁸⁴. A filosofia existencialista, nesse trilho, irá inverter o polo da ordem das coisas ao entender que a existência precede a essência. Isso significa uma grande mudança, já que coloca o peso da responsabilidade sobre tudo o que existe nas mãos do ser humano. A defesa de Sartre contra a acusação de subjetivismo reside no fato de que, para o francês, o peso de colocar a essência posterior à existência é a responsabilidade que cada ser humano tem de criar o mundo para todos os demais, pois ao escolher como agir no mundo, o ser humano escolhe também uma imagem que fará de si mesmo e essa imagem, de forma concomitante, deixa sua marca no mundo (SARTRE, 1997, 5). Portanto, o existencialismo enquanto filosofia, especialmente nessa construção sartreana, é o reconhecimento do peso que a racionalização legou ao ser humano ou, ao indivíduo, esse conceito que emergiu no horizonte com a Modernidade.

Quando frente ao desamparo o ser humano se lança a uma resposta impelida pelo sentimento, já que frente a tantas possibilidades de agir, meta-narrativas prontas nem sempre trariam a resposta, Sartre se jogou ao instinto como resposta (SARTRE, 1997, 9). Ora, é claro aqui que o instinto aparece como uma forma de guia frente ao labirinto representado pelo saber e pelo conhecimento. Certamente, o instinto aqui é aquela face obscura que constitui, nessa Modernidade tardia na qual o filósofo francês escreve seu artigo, uma opção de abordagem para a construção do conhecimento, uma opção de abordagem que faz suas sondagens a partir de um campo reconhecidamente ligado ao impreciso. O impreciso, portanto, apesar de ter um lado notadamente vinculado à construção da ciência, como em Planck, apresenta também uma faceta que o liga à vida no mundo. Essa segunda faceta está

¹⁸⁴ Embora grande parte do Iluminismo não tenha rompido com todas as questões metafísicas envolvidas na filosofia patrística há, covenhamos, uma mudança nesse sentido.

de acordo com o desamparo existencialista, o impulso do instinto guia o agir do ser humano e traz para ele o peso da responsabilidade individual pela vida de toda a espécie.

Esse ponto de partida é diferente até mesmo do marxismo que se estabeleceu, primeiramente, um século antes, essa corrente também filha da Modernidade. Ocorre que o momento de assunção do impreciso é também um momento de desfazimento das solidariedades. Se a solidariedade é uma das características elementares que permitem a comunidade enquanto tal, e o existencialismo passa a pressupor que o elemento social que hoje se chama de indivíduo só pode contar com sua própria ação, então ele não pode se apegar nem à esperança, algo que o atrelaria e prenderia às meta-narrativas, nem à ação de outros indivíduos, como acontecia outrora a partir da ideologia de classe a guiar a política, essa em que os indivíduos militam por algo e, portanto, é possível, tendo por base a ação desses elementos já previamente orientada, prever, de maneira mais ou menos clara, o futuro.

Apesar dos elementos acima expostos, Sartre se esforça para demonstrar como a responsabilidade advinda do desamparo revela a intersubjetividade, pois valorizar e adaptar o outrora *cogito ergo sum* de Descartes, como o existencialista propôs, significa reconhecer também que os demais sujeitos similarmente produzem a humanidade a partir da assunção de si mesmos em sua individualidade enquanto produtores do ser no humano (SARTRE, 1997, 13). No entanto, é importante admitir que intersubjetividade é algo bem diverso da noção de comunidade que as teorias funcionalistas, como em Durkheim, expõem, nas quais vínculos entre os elementos quase não os permitiam entenderem-se enquanto seres em separado dos demais (DURKHEIM, 1981). Não obstante, como bem elucidou Touraine:

Não se deve, porém, opor de maneira demasiadamente simples racionalização e comunidade, porque a defesa religiosa da Comunidade nada mais é que a forma extrema da defesa cultural de um Sujeito coletivo do qual jamais se pode dissociar completamente a afirmação pessoal da liberdade. O confronto direto entre técnica e religião não deve mascarar o que é ainda mais importante: a interdependência entre racionalização e as duas faces do Sujeito: liberdade pessoal e comunidade. De sorte que, se há o confronto, este sempre presente, entre liberdade e comunidade, entre sistema social e Sujeito pessoal ou coletivo, é perigoso desejar a vitória de um dos temas sobre o outro. (TOURAINÉ, 2012, 321-322)

O que aparece na citação de Touraine como racionalização não deve ser encarado como antagônico à noção de impreciso que pode ser lida em Moles e nos demais teóricos expostos. Ocorre que a racionalização como um dos pilares da modernização está também ligada ao desenvolvimento da modernidade. O impreciso é fruto desse desenvolvimento,

uma etapa dele. Esse é, portanto, o estado da ciência e da sociedade no século XX. Um estado que irá permitir a ascensão e instalação em todos os níveis, da noção de imprecisão.

O incerto do qual nos fala Moles acerca da ciência, e a partir do qual Sartre buscou cunhar sua filosofia existencialista, anos antes de Moles, inclusive, assume também a faceta temporal dentro das sociedades humanas. Ele está na oposição entre o efêmero e o eterno. O efêmero ocupa a noção temporal do ser humano desde tempos imemoriais. Diante da experiência do efêmero, os seres humanos buscaram evadir-se dele, como as noções de substância em Aristóteles, a criação da ideia de átomo como partícula última e etc. Esses esforços, para Domingues, mostram uma dificuldade do ser humano de lidar com essa efemeridade, esforços que traduzem o desejar da eternidade (DOMINGUES, 1996, 18). Desejo de eternidade e intuição do efêmero são, destarte, ferramentas hermenêuticas que possibilitaram, para Domingues, observar o papel temporal e histórico em sua atuação nos níveis mais primitivos da experiência humana. O autor, ao fazer um percurso pelas obras de Eliade, Alquié e de Pomian, observa que os seres humanos, exceto no período Moderno, sempre viram a história como uma força endiabrada, que os repelia da salvação eterna, do reino do *Olimpo*, do sol, da idade de ouro.

Negando-se a noção newtoniana de tempo como um rio que tudo percorre, Domingues insiste que é necessário entender o sentido da experiência temporal nas diversas sociedades humanas. Desta feita, instinto, hábito, memória, esquecimento, instituições e consciência, são artifícios culturais que representam as barricadas contra a efemeridade sobredita. O esquecimento permite ao ser humano apagar aquilo que o afasta do *numen*; a consciência avaliza o ser humano a libertar-se da cadeia temporal e afrontar a cronologia; as instituições como família, educação, permitem ao ser humano refugiar-se do poder destruidor do tempo (DOMINGUES, 1996).

Outrossim, é necessário observar o eterno retorno, o tempo circular, nas sociedades arcaicas, pois, com a conjunção de mito, rito e tempo, elas dotam de luz os seres humanos e os permitem resistir ao poder destruidor do tempo, sempre renovado com os ritos, que permitem a retificação do mito e a regeneração do tempo, a qual significa também uma desvalorização do tempo, da mudança. O negar a mudança do tempo, a partir de sua regeneração, é também negar a história (DOMINGUES, 1996, 24). O mito, com seu poder narrativo, junto a essa tríade supracitada, tranquiliza e conforta o ser arcaico. Voltaremos à narrativa no próximo tópico.

Negar a história é, antes de uma infantilidade, para o homem arcaico, um desejo profundo de conectar-se ao ser, a negação do nada. Já para os antigos gregos, Domingues diz que a negação da efemeridade do tempo se apresentou na forma de obra de arte, em feitos políticos e morais que está no ideal de *eudaimónia* grega, tão presente nas histórias heroicas que chegaram à posteridade. Do ponto de vista dos medievais, se é que é possível generalizar a experiência de mais de mil anos de idade média, que perpassa a existência de povos tão díspares, o regime dos arquétipos do eterno retorno é trocado pelo regime da história da salvação, que é linear, irreversível, e único, onde os acontecimentos não se repetem. Isso não implica que as outras formas de concepção do tempo não coexistam com essa linear no período medieval, apenas que a linearidade representa uma grande diferença do discurso cristão frente aos outros. O discurso medieval é também de evasão do tempo, todos os tempos se resolvem no tempo futuro, que se abre para a eternidade do transcendente (DOMINGUES, 1996).

Já na modernidade, há uma sensação de dilatação temporal, pois pode-se controlar o tempo ultra-curto, pelo relógio a laser, como também o tempo longo, pela técnica do carbono. Soma-se a isso, nessa era, o paradoxo entre ter conhecimento das galáxias mais longínquas, e a incerteza quanto ao futuro da própria natureza e da espécie humana na terra. Todas as formas de evasão temporal experienciadas nas outras eras permanecem na moderna, porém, com conteúdos, na maioria das vezes, laicizados, acompanhada de perda da transcendência, o sagrado torna-se vazio, e tudo o que há agora é o mundo e o tempo, a eternidade desvaneceu-se, ele alarga o *nihil* no social, no político, no nível ontológico (DOMINGUES, 1996).

Para clarear essa montagem da noção de impreciso dentro de suas mais diversas implicações, é importante salientar a concepção de sistema de crenças elaborada por Ortega y Gasset em suas teses ligadas à teoria da história. O autor entende que as crenças não são apenas cridas pelos indivíduos, mas elas constituem mais exatamente o que ele é. Mais ainda, o sistema de crenças constitui o próprio seio social, a sociedade, mesmo que o indivíduo delas se abstenha. Na idêntica medida em que elas são mutáveis, como a mudança que Descartes representa frente às crenças cristãs e pré-modernas, também são rígidas, pois independem unicamente dos indivíduos isolados, se constituem em realidade a partir de uma opinião coletiva.

Assim, portanto, se no Renascimento e em Descartes um momento de crise profunda permitiu a ascensão de uma nova crença, já que a crença na eternidade não aquecia mais o

seio social e não era capaz de amalgamar a realidade da vida, o racionalismo aparece para tapar esse buraco existencial, como uma razão que a tudo explica, capaz de, usando um princípio matemático, refletir a ordem da mente segundo a ordem do universo e, portanto, gradativamente, clarear todas as facetas da existência (ORTEGA Y GASSET, 1982). O homem vitruviano, medido, controlado, é o ideal de humanidade expresso nas telas de Da Vinci e também na *Vênus* de Botticelli, com sua perspectiva que permitia observar o horizonte, todos os planos da tela, sua simetria. A filosofia da razão foi, pouco a pouco, instalando-se como crença fundamental.

Nos séculos XIX e XX, entretanto, a ciência natural deixou de balizar os conteúdos a partir da convicção social em sua capacidade de a tudo explicar. O decadentismo dos literatos, como Baudelaire e Dostoievski expressa isso, mas é importante que não nos confunda quanto à sua novidade, pois outros indivíduos e períodos modernos também expressaram descrédito frente à crença na razão, o Barroco do século XVI é um exemplo disso.

Contudo, é nos novecentos que mais abrangentemente a fé na crença da razão esteve abalada. A ciência hoje não é capaz de entender todo o universo e ainda se furta a deixar à margem e sem resposta aquilo que não consegue responder por não se encaixar nos ditames do método. Se junta a isso um abalo quanto ao futuro, pois o progresso já não é mais capaz de ocupar o horizonte que a eternidade guardava. Eis, pois, o sentido mais exato da crise em que ela se enquadra hoje. Como mostra Ortega y Gasset:

“No balanço inexorável que o viver constitui a cada instante, a razão física, com todo o seu parcial esplendor, não impede um resultado terrivelmente deficitário. Ainda mais, o desequilíbrio entre a perfeição da sua eficiência parcial e sua falha para os efeitos da totalidade, os definitivos, é tal que, na minha opinião, tem contribuído para exasperar o desassossego universal” (ORTEGA Y GASSET, 1982, 33).

É por isso que Einstein, para Ortega y Gasset é o revolucionário, pois ele se lançou ao problema que ninguém havia tido coragem de encarar até então. Sabemos, no entanto, que Einstein foi apenas um entre outros de seu período que se lançaram sobre o impreciso. É, portanto, nessa conotação do incerto, nesse labirinto do saber pelo qual se atirou Einstein na ciência, com a relatividade; Bachelard na filosofia, com a noção de quebra temporal; Picasso e Stravinsky nas artes, com o cubismo e o modernismo musical respectivamente, que se cristaliza a modernidade em crise. Num momento de esvaziamento do sagrado, da ascensão do efêmero, essa crise tem um aspecto gnosiológico existencialista, no qual a

existência precede a essência, fundamentado por uma mudança de crença em que a racionalização e o racionalismo aparecem em decadência no seio social.

Nesse sentido, apenas a razão histórica é capaz de fazer frente à queda da razão física. A razão naturalista e física precedeu as ciências do espírito. Em certa medida, a primeira acabou por moldar o nascimento das últimas, que deveriam lhe repor a falta de uma profundidade, a falta do tratamento do ser humano como algo diverso de um objeto. Não conseguiram, segundo Ortega y Gasset, pois beberam do naturalismo que intelectualiza a *res*. Mesmo após as lições de Kant, as ciências do espírito não se livraram da intelectualização do real. Se as ciências da natureza foram infelizes por esconder o real quando pareciam estudá-lo, as ciências do espírito foram mais ainda, pois se utilizaram de uma intelectualização dupla onde conceberam uma ideia de espírito encima de uma concepção eleática, fixa, do real já intelectualizado por Parmênides. Assim, só o abandonar dessa incursão pelo espírito e abraçar a história como sistema poderia trazer nova luz ao problema do conhecimento humano. Na história como sistema, o ser do vivente é um ser que muda, pois ele usa sua experiência, o que ele “foi”, para mudar seu presente, o que ele “é”. É aí que o repertório constituído pelas crenças influi na ontologia do ser humano, pois se hoje o ser humano está em crise frente à razão, nesse “ser em crise”, inclui-se um ser do século XVII que já acreditou na razão, os seres das crenças anteriores que não conheciam a razão. Inclui-se todas as crenças na atual, esse é o sistema da história, um sistema de experiências humanas cumulativas (ORTEGA Y GASSET, 1982).

Modernidade e impreciso. Olhar para o impreciso na ciência propiciou aos filósofos voltar-se para Heráclito na modernidade, o que significou assumir o efêmero, a existência em detrimento da essência. O homem que encontra sua ontologia na história de Ortega y Gasset está em harmonia com a descrição do ser humano moderno, efetuada por Domingues, em que a eternidade se desvanece e tudo o que o homem tem é o tempo, o qual se transforma em algo absoluto, que o aprisiona na impossibilidade de transcendência (DOMINGUES, 1996).

1.2 A Narrativa

As ponderações acerca do sistema da história como forma de ontologia no efêmero levam a perscrutar os caminhos em que a narrativa se articula à produção de conhecimento, de sentido. Em tal empreendimento, Rusen se revela importante a partir de sua noção de

consciência histórica, um conceito que permite entender o que é a história e qual sua necessidade, já que ela aparece, para o autor, como “fenômeno do mundo vital” em que, em uma perspectiva antropológica, o agir releva o ser humano rumo a uma intenção de transpor-se para além do que ele é (RUSEN, 2008).

Não obstante, as ações precisam ser conhecidas e entendidas para que o ser humano se apodere delas, precisam ser interpretadas. Assim “tempo como intenção” e “tempo como experiência” são duas formas de consciência temporal. A relação entre essas duas fora chamada por Rusen de “orientação do agir” que é a revelação de um esforço intelectual para tornar intenções e experiências harmônicas, um esforço de habitar entre as duas (RUSEN, 2008, 56). Frente a um tempo natural desumano que destrói os feitos do indivíduo, a consciência histórica cria o tempo humano, que é o que dá sentido a todas as transformações e não permite ao ser se perder no meio do sofrimento ocasionado por elas. Nesse sentido, a narrativa costura o passado a partir das aflições do presente, por meio de memórias e lembranças, projetando-se sobre o futuro. De modo que, entender a história como narrativa permite observá-la como uma forma de construir a identidade no fluxo do tempo (RUSEN, 2008, 58-64).

À aflição presente no tempo natural desumano, Rusen, como dito, mostra um tempo histórico que tenta organizar o déficit entre intenção e experiência. Essa tentativa de organização é levada a cabo pela narrativa. Como equacionar, entretanto, esse tempo histórico pensado por Rusen, que tenta harmonizar as duas faces da consciência histórica, com a realidade de uma teoria acerca do próprio tempo contemporâneo de Rusen que apenas expõe as fissuras da identidade na modernidade? Se observarmos a teoria de Bauman acerca desse quesito, fica claro que a exposição da crise sobressai mais que a proposta de soluções. Bauman mostra que a globalização é a separação conjugal entre nação e Estado, algo que pressupõe o desfazimento da solidariedade de grupos como família, trabalho e vizinhança, o que enrijece o sentimento de aflição do ser humano diante de toda a velocidade da modernidade, essa que não permite a formação de comunidade alguma senão essas ao estilo guarda-roupa, ou no âmbito do amor, um *Don juanismo* generalizado, dimensões que mostram a efemeridade dos vínculos sociais. Tal estado de coisas gera, por um lado, indivíduos com identidades múltiplas, fruto do consumismo, no qual cada indivíduo pode ser o que bem almejar, até mesmo um ciborgue. Por outro lado, esse estado de coisas expõe também a experiência de sub-classes que não podem escolher ou lutar por uma identidade, por representarem a ralé social, parcela à qual diversos direitos básicos são negados

diariamente e cujas políticas de esquerda tentam a duras penas compensar de alguma maneira (BAUMAN, 2005).

A República, que antes fora a grande aposta enquanto regime político, passa a não ser mais lugar de crédito, o cidadão deixa de se ver enquanto forma heroica da modernidade em sistemas nos quais a previdência está desarticulada e falta segurança. Some-se a isso o surgimento de extremismos que refletem a guerra interna entre comunidades identitárias lutando por um pedaço de chão, ou simplesmente hegemonia, como nos Bálcãs. O indivíduo nacionalista e radical aparece, para Bauman, como alguém que procura segurança em um discurso fixo na modernidade líquida. Outra faceta não menos importante, já que fundadora, é o tratamento do sagrado. Para o sociólogo, ocorre a generalização de um comportamento utilitarista frente ao tema, por não compreender o sagrado, o indivíduo da modernidade líquida resolveu jogá-lo fora. Juntamente à noção de eterno lançou-se pelo ralo a noção de valores, o que arrefeceu a crise de insegurança e da efemeridade da vida. O culto ao corpo aparece, para o sociólogo, como uma sobreposição ritualística do local antes ocupado pelo sagrado (BAUMAN, 2005).

Ora, a identidade brota como eco das reverberações do movimento do ser na era da assunção do efêmero, essa era que fora possibilitada pelo aprofundamento nas incursões aos domínios, ou desdomínios, do impreciso. A identidade é ainda, como dito, possibilitada por uma narrativa.

Em sendo uma narrativa, é importante auscultar qual o mecanismo em que ela produz identidade. Isso vincula a noção de narrativa à de verdade. Sob tal hipótese, urge observar o estudo de Chartier a esse respeito. O autor francês, que se preocupou com a relação entre prática e representação, história e ficção, história e verdade, situa a narrativa a partir do conceito aristotélico de “organizar em uma intriga as ações representadas” e opõe essa noção aos grandes fortalecedores da história científica no século XX, mormente os representantes dos *Annales*. A história científica sonhou ter rompido o vínculo com as amarras do factual a partir da criação de estandartes tais como: entidades abstratas, tempo hierarquizado das durações e um saber que controla o objeto de estudo (CHARTIER, 2011, 354).

Não obstante, a crítica ao estruturalismo dos *Annales* abriu caminho a uma poética do saber na história, e mostrou como o desvincular-se da perspectiva de Braudel, por exemplo, permitiu aos historiadores um *récit* diferenciado, baseado no cinema, uma perspectiva bachelardiana, na estética do flashback; e distanciou-se de uma narrativa oitocentista como a de Michelet (CHARTIER, 2011). Verdadeiramente, o rompimento

estilístico com a literatura realista de Michelet, amplamente adotada na escrita científica, pode revelar detalhes acerca daquilo que se quer estudar, que a escrita científica puramente não permite. Talvez para conhecer, caso se queira fazê-lo em seus muitos aspectos, seja preciso romper com aquele estilo. Observar textos ensaísticos como *A Resistência* de Sábato revela isso. Quantos traços psicológicos, por exemplo, são passíveis de observação naqueles ensaios (SABATO, 2008). Nessa hipótese, a literatura servirá de prato cheio para novas descobertas.

Apenas ao distanciar-se da união entre história narrativa que coloca os fatos em seu interior, como em Hegel, e a história passado, como na antiguidade, onde a história servia para se colher exemplos, é que o historiador pôde tomar consciência da dimensão narrativa de seu trabalho. Apesar de autores como White terem entendido que a história e a literatura conseguem compartilhar o mesmo regime de conhecimento, Chartier se questionou se a história possuiria um regime de conhecimento único. Nesse sentido, evocando Ricoeur, Chartier entendeu que como os historiadores herdaram o passado, há um campo comum entre historiador e agente histórico que dá a chancela para que o primeiro conheça o passado, já que o último está ainda no presente, como numa superposição de camadas (CHARTIER, 2011). É a ascensão do presente que vincula a história a palavras que tentam dominá-la, como a memória, o patrimônio e as comemorações (HARTOG, 2013). Tanto em Rusen quanto em Chartier é possível notar a dimensão do presente a se firmar e a nortear a produção de narrativas e de identidades. O vagar pelo labirinto do impreciso na ciência histórica permitiu aos historiadores descortinarem o véu da narrativa.

Diante do exposto, resta evidente que os caminhos capazes de conduzir ao vagar pelo labirinto e a revelação de lugares até então intocados na ciência, esses concernentes ao impreciso, pode descortinar formas de narrativa libertadoras. Essas narrativas, que se ligam à consciência histórica, muitas vezes se revelam no momento moderno a partir da negação de uma ideia fixa de ser e da apologia à mudança, como num eterno devir, um sistema da história, não do eterno. Não obstante, essa cosmovisão que abarca tanto ciência, quanto filosofia, quanto práxis cotidiana da vida dos indivíduos modernos revela a ruína de sociedades que, pelo *gap* no que tange às identidades, não encontram sossego no mundo, o que significa que a narrativa capaz de harmonizar intenção e experiência falhou em construir um tempo do humano, ela não conseguiu fazer face à desumanização da destruição das intenções e, portanto, preencher com a continuidade o vazio ontológico. Nesse sentido, talvez as narrativas da poética do saber na história, que estão atentas a estilos de produção

diversos do realista, ligado a um fazer racionalista, signifiquem uma barricada contra o esvaziamento e insuficiência das identidades face à modernidade em seu estado atual, esse que tenta romper com a racionalização, mas não encontrou e não sabe se encontrará o substituto adequado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CHARTIER, Roger. A verdade entre a ficção e a História. In: SALOMON, Marlon. *História, Verdade e Tempo*. Chapecó: Argos, 2011. P 347-370.

DOMINGUES, Ivan. A experiência do tempo e da história: In: *O Fio e a Trama: Reflexões sobre o tempo e a história*. São Paulo: Iluminuras, 1996. P 17-64.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1981.

HARTOG, François. La montée des doutes. In: Hartog, F. *Croire En l'Histoire*. Paris: Flammarion, 2013. P 39-107.

MOLES, Abraham. Introdução; Racionalidade pobre e cientificidade mínima. In: *As Ciências do Impreciso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ORTEGA Y GASSET, J. A História como sistema. In: *História como Sistema: Mirabeau ou o político*. Brasília: Editora UnB, 2008, P 53-94.

RUSEN, Jorn. Pragmática: A constituição do pensamento histórico na vida prática. In: *Razão Histórica*. Brasília: Editora UnB, 2008, P 53-94.

SABATO, Ernesto. *A Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. In: SARTRE. São Paulo: Nova Cultural, 1997 (Coleção Os Pensadores), P 02-32.

TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2012.

NARRATIVAS DE VIAGEM E O BRASIL DOS VIAJANTES

*Fernanda Soares Rezende*¹⁸⁵

RESUMO: Este artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado em História. Pretendemos expor e interpretar o contexto histórico que cerceia a produção das narrativas de viagem, enquanto fonte documental para a recuperação da história regional brasileira. Para tanto, a ideia norteadora não é abranger todos os viajantes que por aqui passaram, uma vez que “de fato o número de obras de ou sobre viajantes é tão grande que mesmo se fosse para fazer apenas um resumo dos principais relatos, o volume seria certamente excessivo” (MINDLIN, 1991, p. 34). Assim, nosso objetivo é descrever a forma de representação das narrativas estrangeiras enquanto *literatura de viagem*, por meio de uma multiplicidade de visões imaginadas, narradas, a maneira pela qual o viajante escreve o que vislumbra e o modo sobre o qual influenciaram o Brasil durante o século XIX.

Palavras-chave: Viajantes Estrangeiros; Narrativas de Viagem; Brasil.

Durante o século XV, o advento das grandes navegações proporcionou inúmeras transformações no mundo por meio da descoberta de novos territórios, momento sobre o qual o instinto aventureiro de inúmeros homens se viu impulsionado. Assim, sob o olhar europeu, o grande contingente de terras destituídas de donos, necessitavam ser dominadas a fim de garantir a Europa o aumento de suas riquezas e poderio por meio da exploração e dominação de novos territórios.

¹⁸⁵ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH-UFG). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES). Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães.

Para tanto, os séculos XV e XVI se consolidam enquanto campo fértil para os viajantes estrangeiros que estavam dispostos a empreender inúmeras expedições continentais e, como resultado de suas viagens científicas, diversas narrativas foram publicadas dando origem à *literatura de viagem*, que pra Mindlin (1991), compreende, “todos os relatos que deram à Europa uma visão do ‘Novo Mundo’ através de uma experiência própria, informações estas proporcionadas por um deslocamento físico e por um tempo determinado, ou seja, pela viagem” (MINDLIN, 1991, p. 35). Cujas principais características são “(...) aparecimento de listas e descrições longas e detalhadas (...) de elementos de flora, (...) fauna, (...) solo e recursos minerais das regiões visitadas, bem como (...) a hidrografia e a agricultura dos lugares por onde estes viajantes naturalistas passavam. (PRATT. 1999, p. 74).

Assim, o Brasil desde o seu descobrimento, sempre exerceu amplo fascínio sobre o olhar dos estrangeiros. Entretanto, devido à política isolacionista portuguesa, que impedia a entrada de estrangeiros, o período que compreende o século XVI ao século XIII se caracterizou pela carência de estudos sobre o território brasileiro, impossibilitando as trocas de conhecimentos necessários ao desenvolvimento científico do país. “(...) os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil opunha a administração lusitana faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de idéias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio”. (HOLANDA.1995. p. 121).

Da legendária “carta de achamento”, escrita em 01 de maio de 1500 por Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel (só divulgada em 1817) descrevendo os “bons ares” e a “graciosidade” da terra onde “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo” (FAORO,op.cit.,p.100), até a primeira década do século XIX, os portugueses, sempre relutantes em admitir estudos sobre seus domínios, conseguiram manter sua inflexível política de portas fechadas aos estrangeiros e, por extensão, às expedições de caráter científico (CORREA. 1997, p.118).

Dentre os estudos que foram assolados pelo Governo português, se destaca a obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* de autoria de André João Antonil, que poderia ter contribuído para divulgar as riquezas do Brasil, uma vez que comporta um tratado sobre a cultura e a produção de cana de açúcar, a lavoura de tabaco, a mineração, a criação de gado e o aproveitamento do couro. Antonil nos presenteia na conclusão com a síntese de todos os itens, e seus respectivos valores, enviados do Brasil para Portugal.

Contudo, por uma excepcionalidade, a obra foi submetida à censura do Conselho Ultramarino, e em 1711 os membros do Conselho alertaram o rei para o perigo que havia em sua divulgação, pois consideravam que a obra continha todos os caminhos que levavam as minas de ouro recém-descobertas e, portanto, não deveria chegar ao alcance das outras nações, em virtude do grave prejuízo que tal ato poderia resultar a Portugal. Assim, Taunay (1982, s.p.) salienta que:

(...) mal saíra, ou talvez nem saíra o livro da casa do impressor, quando sobre a edição, se abateram inexoráveis o veto e o sequestro régio. Foi confiscada e com tal severidade destruída, que dela apenas escaparam três ou quatro volumes, como demonstração do inflexível princípio grandioso de que ninguém mata as ideias.

Portanto, para além do sigilo que Portugal exigia sobre sua colônia, sobressaía ainda, no Governo português, a carência de um ambiente cultural apto a garantir a formação regular de naturalistas, visto que a concepção da natureza enquanto valor prático e utilitário direcionou os portugueses para a história natural exercida na Idade Média. De tal modo que, desde o descobrimento do Brasil em 1500 até a abertura dos portos em 1808, a Coroa portuguesa restringiu, ou ao menos tentou restringir, a presença de estrangeiros no Brasil. Episódio que apresentou maior ênfase após o ano de 1590, quando se passou a vigorar a *Carta de Lei de 1605*.¹⁸⁶

Catorze anos mais tarde, o governo metropolitano impediu definitivamente a presença estrangeira no Brasil, estipulando o prazo de 12 meses para que saíssem os que aqui estavam. Mesmo que tal determinação não tenha sido rigorosamente cumprida, por cumplicidade ou por iniciativa dos funcionários que deveriam aplicá-la, a circulação de estrangeiros e a aproximação de embarcações em portos brasileiros, a partir de então, tornou-se restrita (LIMA, 2011, p. 2-3).

Belluzzo (1994, p.48) salienta que, “A exploração dos recursos naturais desconhecidos foi (...) pautada pela política de expansão, pelos interesses comerciais e pelo lucro”. De modo que, tal legislação acarretou em um determinado isolamento das terras brasileiras, instituindo que o Brasil recebesse raros visitantes, e, por conseguinte, até o século XIX houve um número reduzido de relatos de viagem sobre o território brasileiro. Almaça (1991a, p. 60-62 apud BELLUZZO, 1994, p. 48) considera que os

¹⁸⁶ Carta de Lei de 18 de março de 1605: sobre a navegação dos estrangeiros para as Conquistas.

portugueses poderiam ter favorecido o desenvolvimento da história natural, já que pouco se sabia sobre a colônia na Europa.

Conseqüentemente, o que se sabe deste vasto período colonial, excetuando-se as crônicas de alguns aventureiros como Hans Staden e missionários como André Thevet e Jean de Léry, dos relatórios de navegantes de passagem além dos resultados científicos e artísticos das expedições realizadas pelos integrantes da missão holandesa organizada por Nassau, resume-se aos primeiros relatos de portugueses motivados pela empresa colonizadora, aos relatórios das expedições geográficas de reconhecimento do território e, posteriormente, àqueles referentes às missões demarcadoras de fronteiras. (CORREA. 1997, p. 118).

Todavia, os estudos de caráter científicos mais expressivos sobre o Brasil datam do século XVIII¹⁸⁷, momento sobre o qual foi criada a Academia de Ciências de Lisboa¹⁸⁸, que promoveu uma rápida transformação na política metropolitana, de modo a patrocinar, incentivar e supervisionar estudos sobre a natureza. Como é o caso da *Viagem Philosophica* empreendida, entre os anos de 1783 a 1792, por Alexandre Rodrigues Ferreira¹⁸⁹, “(...) cujos objetivos científicos se mesclavam outros, visivelmente geopolíticos.” (CORREA. 1997, p. 119).

A Viagem Filosófica foi planejada pelo naturalista italiano Domenico Vandelli e patrocinada pela Academia das Ciências de Lisboa, Ministério de Negócios e Domínios Ultramarinos. A expedição percorreu as capitanias do Rio Negro, Grão-Pará, Cuiabá e Mato Grosso. O grupo era constituído por um jardineiro botânico, um naturalista, dois desenhistas, José Joaquim Freire, Agostinho do Cabo e José Codina. Sendo que os dois

¹⁸⁷ Ver artigo de Ângela Domingues, “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”, In: História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

¹⁸⁸ “A Academia das Ciências de Lisboa foi fundada a 24 de dezembro de 1779, com beneplácito da rainha D. Maria I. Os grandes responsáveis e mentores pela concretização deste projeto foram, sobretudo, o 2.º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, primeiro Presidente, e o abade José Corrêa da Serra, primeiro Secretário-geral, que, conhecedores das sociedades congêneres europeias conceberam para Portugal uma instituição semelhante”. Referências: <http://www.acad-ciencias.pt/academia/historia-da-academia-das-ciencias-de-lisboa>

¹⁸⁹ “O baiano Alexandre Rodrigues Ferreira formou-se bacharel pela Universidade de Coimbra, em 1778, recebendo meses depois o título de doutor. Sendo assistente e discípulo talentoso de Vandelli, seria ele escolhido para comandar uma viagem filosófica pela América do Sul” (RAMINELLI, 1998, p. 3). Sobre Alexandre Rodrigues Ferreira ver o estudo de William Joel Simon, *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983; Ângela Domingues, *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em fins do Século XVIII: política, ciência e aventura*, cap. II, Lisboa, Analecta Transmarina, 1991, p. 58-71.

últimos não suportaram as adversidades da viagem e retornaram a Lisboa somente o naturalista e um riscador.

Ao passo que, coube a Alexandre Ferreira e ao seu reduzido numero de auxiliares, exercer as tarefas de coleta de espécimes, classificação e preparação do embarque para Lisboa, sem mencionar os estudos sobre a agricultura, confecção de mapas de produção agrícola e populacional. (SIMON. 1992. p. 3, 17-18, 30 e 44). Tal sobrecarga de funções era motivo de queixas constantes do naturalista¹⁹⁰, sem mencionar as doenças e febres (FERREIRA, 1885, p.191) que provocaram a morte de Agostinho Joaquim do Cabo¹⁹¹, e enfraqueceram diversos integrantes da expedição, incluso o próprio Ferreira. Também havia problemas ocasionados pela ampla quantidade de insetos e a transposição das difíceis cachoeiras dos rios amazônicos. (FERREIRA, 1885, p. 100, 108, 222).

Lopes (1998, p. 41) salienta que “As viagens exploratórias portuguesas tinham dois eixos principais, que não eram excludentes e no caso de Ferreira, complementares. Aos objetivos científicos somavam-se os de ordem social e econômica”. Assim, a concepção utilitária da ciência presente em Portugal é a chave para compreendermos a viagem filosófica de Ferreira. Visto que, o naturalista é fruto das reformas pombalinas em Coimbra e sua viagem se insere num programa que, inventariando e descrevendo os recursos naturais da colônia e do reino, tem como estratégia para o desenvolvimento econômico de Portugal a ênfase na agricultura. (ALMAÇA. 1992, p. 21).

Sob a perspectiva de Goeldi (2010), em virtude dos trabalhos administrativos exercidos por Ferreira, a sua dedicação à ciência foi inviabilizada, frustrando em alguns aspectos o caráter científico da viagem. Teixeira partilha da mesma ideia ao assegurar que, “Ferreira termina por assumir a postura de um autêntico inspetor colonial, ingrata tarefa que consome boa parte dos seus esforços, em prejuízo do apaixonado naturalista. (...) esta abnegada servidão e mansuetude de fato revelaram um fiel súdito do colonialismo português”. (TEIXEIRA, 1992, p. 66).

Deste modo, por intermédio da própria formação intelectual que Ferreira recebeu em Coimbra, é possível vislumbrar que a ciência já se colocava a disposição do Estado

¹⁹⁰ “(...) juntos com elles vão os papeis que V. Ex.º avaliará como for servido, fêmbando-se de quão extensa foi a comissão que confiou a hum só homem, muito novo ainda nos caminhos da sabedoria util, e que não só trata de averiguar inscrições, costumes, literaturas, comércio, agriculturas, alem do peso enorme das produções dos e Reinos, mas que hade fazer copiar de tudo copias para irem, e para ficarem”. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p.98.

¹⁹¹ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit. p. 92.

para sanar as dificuldades econômicas. Sob essa perspectiva, Raminelli pondera que Ferreira desobedeceu às instruções de uma viagem filosófica, ao passo que:

O sentido da viagem exploratória para o naturalista luso-brasileiro ainda submetia-se aos interesses metropolitanos, se confundia com a razão de Estado. Em Portugal, a ciência não se autonomizou, continuava subjulgada aos desígnios e à lógica administrativa. Esse é o pressuposto fundamental para entender a Viagem Filosófica e a inserção de Alexandre Rodrigues Ferreira no século das luzes. (RAMINELLI, 1992, p. 21).

Destarte, a expedição apresentou resultados efêmeros no campo prático, uma vez que as memórias, relatos e desenhos desenvolvidos pelo naturalista e desenhistas conservaram-se em manuscritos por quase um século. De tal modo que, o trabalho de coleta realizado durante a Viagem Filosófica permaneceu inédito até o momento de sua publicação, que somente ocorreu no século XIX. Portanto, “Acreditamos que os escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira constituem um terreno fértil para uma reflexão, de caráter preliminar, sobre o relacionamento entre as reformas coloniais portuguesas e os avanços da ciência no século dos iluministas”. (RAMINELLI, 1992, p. 6).

Particularmente, o século XIX transpõe definitivamente o interesse de Portugal sobre a colônia, pois o bojo das transformações promovidas pela transferência da Corte portuguesa e todo o seu aparato administrativo para o território brasileiro, possibilitou que o Brasil recebesse as primeiras expedições científicas estrangeiras de viajantes que buscavam se aventurar nas terras do além-mar. Todavia, tais visitas somente foram possíveis, por intermédio da abertura dos portos brasileiros às nações amigas no ano de 1808, momento em que a Coroa Portuguesa incentivou a entrada de viajantes estrangeiros em terras brasileiras.

(...) a mudança da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, e a abertura dos portos brasileiros alteraram sensivelmente a receptividade oficial a naturalistas estrangeiros, (...) A partir da segunda metade do século XVIII, a História Natural fora incluída nos programas de viagens, científicas ou não, e uma epidemia de colecionismo alastrou-se pelas populações europeias americanas. A observação e a catalogação, reduzindo a distância entre as coisas e a linguagem, ‘aproximou a linguagem do olhar observador e as coisas observadas das palavras’ (FOUCAULT, 1966, p. 144) e se constituíram em tarefas incorporadas

antes pela nobreza, mas aos poucos pelas demais camadas sociais”. (MOREIRA LEITE, 1996, p. 34)¹⁹².

Assim, o governo português colocou de forma estratégica, a ciência a serviço do reconhecimento das potencialidades econômicas e de seus territórios coloniais e, portanto, buscou patrocinar uma série de expedições de caráter exploratório pelos quatro cantos do Império. “Modelo paradigmático de expedição científica do Iluminismo, a viagem filosófica caracterizava-se pela pretensão enciclopedista de produzir um conhecimento extensivo e detalhado sobre o território visitado”. (CRUZ; PEREIRA, 2012, p. 116).

Para tanto, as expedições oitocentistas buscaram revelar o território brasileiro sob a ótica da cientificidade. No entanto, se faz necessário acrescentar que a chegada dos viajantes não esteve de todo limitada ao espírito da ciência, uma vez que o Brasil enquanto sede da monarquia portuguesa angariou um novo prestígio e despertou inúmeros interesses que suscitaram na chegada de viajantes movidos pelos mais distintos atrativos, sobre os quais revelaram o olhar dos europeus sobre o território brasileiro.

A curiosidade tão longamente refreada pode agora expandir-se sem estorvo e, não poucas vezes, com o solícito amparo das autoridades. Nesses poucos anos foi como se o Brasil tivesse amanhecido aos olhos dos forasteiros, cheio da graça milagrosa e das soberbas promessas com que se exibira aos seus mais antigos viajantes [...] homens de outras terras, emboabas de olho azul e língua travada, falando inglês, francês, principalmente alemão, os que vão se incumbir do novo descobrimento do Brasil. (HOLANDA, 1995, p.12-13).

Conforme Correa (1997), perante a necessidade de implantar uma nova função histórica para o Brasil, era primordial:

(...) realizar estudos organizados e metódicos sobre seus recursos naturais. Inexistindo ainda na colônia uma estrutura educacional erudita capaz de formar profissionais para esse fim, a solução encontrada pela nova administração foi a de incentivar a vinda de botânicos, zoólogos, geógrafos, cartógrafos, geólogos, mineralogistas e tantos outros cientistas estrangeiros que pudessem, efetivamente, contribuir com suas pesquisas para o conhecimento do país. (CORREA, 1997, p. 121-122).

Dessa forma, durante “(...) todo o século XIX a exploração e descrição foram uma atividade de capital importância para o processo expansionista, tanto do ponto de vista

¹⁹² A autora faz referência a obra de FOUCAULT, M. *Lês Mots ers lês Choses (Une Archeologie des Scienses Humanies)* Paris: Gallimard, 1966.

instrumental (confeção de mapas, documentação, contatos iniciais) quanto ideológico” (PRATT, 1991, p.152). Portanto, o fator que impulsionou os interesses de escrita dos viajantes estrangeiros pelo Brasil, foram os mais distintos possíveis, variavam de demandas pessoais a institucionais.

No plano pessoal destacamos, entre outros, os estudos para formação acadêmica, o turismo, e questões profissionais e econômicas. No plano institucional destacamos que o vínculo entre “as viagens e os órgãos públicos dos países envolvidos foi, antes de tudo, uma contingência inevitável”, haja vista a diplomacia que envolvia as viagens. (LEITE, 1996, p.61).

Sendo assim, por meio das agitações ocorridas no continente europeu durante o século XVIII, momento sobre o qual ocorreu a iminência das Luzes, houve a incidência de uma peculiar curiosidade pelo exótico, pelos elementos da natureza e pelo “outro”. Além disso, associado aos interesses das nações europeias pelos territórios do além-mar: “Consolida-se, desta forma, o movimento que deu origem as circunavegações, que visavam o desbravamento de novas terras e buscavam novas oportunidades de negócios para além do mundo europeu”. (BICALHO, 2003, p. 106).

Diante do presente cenário, a ciência vive o seu período de fascínio pela natureza. É evidente a relevância de Alexander Humboldt, considerado o primeiro cientista estrangeiro a anunciar e estimular pesquisas a respeito do continente sul-americano. Sendo que, “Seu método de pesquisa, objetivos científicos e estilo da narrativa influenciaram sobremaneira os naturalistas que visitaram os trópicos” (LISBOA, 1997, p. 43).

Como resultado da viagem empreendida por Humboldt a América entre os anos de 1799 e 1804, foi publicada a obra *princeps*, que de acordo com Belluzzo “impressiona os seus contemporâneos pela extensão da coleta e dos domínios estudados, revelando a amplitude da rica natureza dos trópicos” (BELLUZZO, 1994, p. 22). Assim o naturalista, inaugura um novo modo de fazer ciência por intermédio das viagens, uma vez que “(...) não aceita o recorte estabelecido no cenário natural, visto e pensado por um observador situado externamente a ele” (BELLUZZO, 1994, p. 21).

Com efeito, Humboldt estimulou um grande numero de viajantes-cientistas, que influenciados por suas obras desembarcaram no Brasil na primeira metade do século XIX, contribuindo de forma decisiva para o progresso das ciências naturais no oitocentos. Assim, suas obras “(...) são um legado à posteridade da sistematização e constituição do

pensamento científico moderno que se estruturava durante o século XIX; ao mesmo tempo, marcam o final da era dos grandes homens detentores de conhecimentos vastos, abarcando diversos ramos do saber”. (PICCOLI NETO; ALVES, 2010, p. 35).

A partir da segunda metade do século XVIII, por intermédio do progresso das ciências naturais foram lançadas as bases para o aprofundamento das pesquisas de caráter científico. Sendo que, uma geração de viajantes estrangeiros passou a impulsionar as expedições de “descobrimento”, fato que comprova o impulso oferecido à literatura de viagem, que angariou imensurável repercussão no meio ilustrado europeu.

De acordo com Lepetit (1989) as viagens empreendidas pelos viajantes eram dignas de atenção do homem erudito “organizadas em função de interesses científicos e artísticos, a diversidade do mundo natural e humano revelava-se em função da curiosidade do colecionador e se ordenava em função do saber nobre”. (LEPETIT. 1989, p.115). Para tanto, Bole salienta que:

A época representada é, por excelência, uma época de viagens: a descoberta do Mundo Novo, juntamente com um desenvolvimento extraordinário da cartografia e uma inquietude radical de situar-se em relação à terra, ao mar e ao céu. Nasce uma nova consciência da humanidade. Sem as garantias de um mundo regido e protegido por Deus, o homem, mais exposto e mais vulnerável, mas também mais ousado e aventureiro, parte para inauditas viagens de descobrimentos. (BOLLE. 2000, p. 360).

Por conseguinte, o interesse europeu sobre o Novo Mundo impulsionou a produção da literatura de viagem, em especial as produzidas por meio das expedições de caráter científico. Almeida (2016, p. 25) assegura que, a neutralidade e objetividade eram atributos necessários aos relatos científicos do período. Categorias almeçadas, mas nem sempre atingidas, já que em diversos momentos é perceptível à fala do sujeito, por intermédio dos relatos de desconforto, irritação, tédio, angustia e desânimo gerados pelas dificuldades encontradas no decurso das viagens. Entretanto, mesmo com tanto percalços “(...) estes naturalistas ainda achavam tempo para coletar plantas, animais, desenhar, escrever seus diários e notas científicas” (DOLES; NUNES, 1992, p. 91).

A despeito disso Naxara (2004, p. 148) descreve que, os relatos são repletos de uma sensibilidade romântica, evidenciando que o estrangeiro, ainda que por breves momentos, deixava-se induzir pela subjetividade. Assim, as palavras, pinturas e desenhos representavam a tentativa de transmitir e guardar os acontecimentos vivenciados.

De tal modo que, as viagens seguiam um roteiro previamente definido, cujo objetivo era, por intermédio das coleções animais e vegetais, acrescentar o conhecimento da humanidade, tal como sobre o território brasileiro. (SÜSSEKIND, 1990, p. 116). Para tanto, as expedições científicas poderiam ocorrer por intermédio da participação de várias pessoas, ou com apenas um cientista. Contudo, o que determinava o caráter científico da expedição não era o número de participantes envolvidos, mas sim os objetivos para sua execução. (LEITÃO, 1941, p. 8).

Nas missões, era frequente a presença de um paisagista ou pintor, responsável pelo mapeamento e definição da paisagem, portanto, Naxara (2004) e Belluzzo (1994) expõem que a aptidão com o desenho era um item essencial da formação do período. Todavia, ainda que a expedição não contasse com a presença do paisagista, dispunha dos recursos técnicos necessários para realizar o registro do que era vislumbrado durante a viagem.

Conforme Sússekind (1990, p. 120), os paisagistas eram encarregados de descrever o que não seria possível com palavras, ansiando corroborar com o discurso do cientista, seguiam um roteiro estabelecido pelo naturalista, atuando como uma extensão do olhar deste, com o intuito de documentar todos os detalhes, visto que as circunstâncias da viagem, os obstáculos de conservação dos itens coletados e a precariedade das vias de transporte, poderiam colocar em risco os propósitos da expedição.

Portanto, pelo Brasil passaram inúmeros viajantes estrangeiros, todos na condição de passagem. “De todas as expectativas no estrangeiro, literalmente, a viagem é uma das mais complexas. Ao longo da história, as viagens sempre estiveram relacionadas á difusão de informações, conhecimento e, também ao prazer de se locomover e percorrer terras estranhas”. (MORAES, 2005, p. 45). Portanto, o contato com a paisagem, os mais diversos povos e culturas, proporcionou que o viajante vislumbrasse o desconhecido com curiosidade e admiração, de maneira a tornar-se um narrador de páginas avaliativas e descritivas sobre os lugares visitados. Haja vista que:

A curiosidade estimulado o aprendizado, o conhecimento e é na condição de viajante, e não de mero informante que o objeto observado e outrora descrito ou narrado ganha uma nova carga de sentido, pois é reconstituído sob o olhar do outro, o qual fotografa em sua mente, pela lente do seu exclusivo modo de ver, a gravura e a alegoria do que foi toda a questão do “achamento”. (RINALDI. 2007, p. 38).

O viajante em suas aventuras carrega consigo o seu “eu”, que se traduz sob a forma de sua cultura, seus signos e significados. Rinaldi (2007) salienta que: “Feliz daquele que não viaja com um olhar pronto, porque nada vai aprender. Viajar é sempre aprender.” (RINALDI, 2007, p. 19). Contudo, a natureza narrativa desperta a condição de que retornar é tão bom quanto partir, reencontrar é a recompensa de poder transmitir tudo àquilo que se aprendeu. Assim, “(...) ler um diário de viagem (...) é uma forma de conhecer um pouco da expressão, do modo de olhar de cada viajante, por trás da máscara que o reveste, das letras que nos contam sobre mais do que o destino, a vontade de escrever e como relatar o novo”. (RINALDI 2007, p. 15).

Belluzo considera que, “(...) o viajante preza a experiência de partir, de dividir, de alternar, que experimenta sucessivamente em detrimento da vivência do contínuo e do permanente” (1994, p. 34). Assim:

Os resultados dessas viagens, as obras e relatos dos atentos viajantes contribuíram para a história cultural, para as artes e para as ciências. Durante as viagens temos “roteiro imperioso, paisagem útil, classificações, notas, desenhos feitos de imediato. Nada apenas de passar pelos lugares”. Para estes viajantes “era preciso aumentar sempre as coleções, tentar instruir eventuais colaboradores na preparação de vegetais e animais para os futuros estudos da História Natural”. (SÜSSEKIND, 1990, p. 116).

Sob o ponto de vista de Ilka Leite (1996), uma das explicações do grande sucesso da literatura de viagem publicada na Europa do século XIX está no culto ao “outro”:

As reservas naturais abundantes e a existência de populações indígenas ainda atraíam o europeu não apenas para o estudo e pesquisa, mas também pelo simples deleite. Os “países exóticos”, como eram então chamadas as colônias, exerciam uma enorme atração. As elites dominantes tinham a oportunidade de comprovar “ao vivo”. Outros, de menor poder aquisitivo ou não podendo viajar, quando muito, liam as façanhas através dos livros de viagem. (LEITE, 1996, p. 60).

Todavia, a curiosidade dos europeus em apreciar e conhecer lugares exóticos e distantes lançava as bases para o ramo editorial de publicações das narrativas de viagem “(...) de álbuns ilustrados e de coleções de espécimes naturais que inclusive representavam para os naturalistas-viajantes uma segura fonte de rendimentos, além da possibilidade do reconhecimento nos meios científicos da época”. (CORREA. 1997, p 137).

Esses fatores sem dúvida os motivaram a penetrarem no mercado de bens simbólicos, através de contrato antecipado de venda de livros de viagens e de coleções de história natural, que eram, ao lado do apoio material governamental ou de academias de ciências, um esquema alternativo de financiamento que possibilitava a viabilização de suas expedições científicas (OLIVEIRA FILHO, 1987, p. 107).

Contudo, se faz necessário rememorar a origem exterior dos viajantes, uma vez que, eram homens provenientes de outra cultura e meios materiais, completamente distintos dos lugares percorridos. Assim, pesquisas contemporâneas buscam descrever o etnocentrismo como sendo um conceito primordial para compreender a percepção que os viajantes e naturalistas possuíam sobre o Brasil durante o século XIX. Sob a perspectiva de Rocha (1994) o conceito de etnocentrismo abrange “(...) uma visão de mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e os outros são pensados e sentidos através de nossos valores, nossos modelos e nossas definições sobre o que é a existência” (ROCHA, 1994, p.7).

Assim, é importante compreender que a literatura de viagem influenciou no emprego de uma visão exterior sobre a regionalidade brasileira e, “Não basta reconhecer que eles escreveram páginas fundamentais de uma história que nos diz respeito. O olhar dos viajantes espelha ademais as condições de nos vermos pelos olhos deles” (BELLUZZO, 1994, p. 8). O viajante por meio do encontro com o “outro”, passaria a instituir definições das distintas realidades culturais encontradas, mas também formaria sua própria identidade “(...) através da oscilação dos estados subjetivos que eles impõem ao mundo e o mundo impõe a eles” (MARTINS, 2001, p. 36). “Nesse processo, suas referências pessoais e sociais se deslocariam, permitindo ao mesmo conhecer, reconhecer, construir e desconstruir lugares” (RESENDE, 2005, p. 85).

Portanto, para além da transformação do olhar do viajante sobre as culturas visitadas e a paisagem que seria transformada durante a viagem, o deslocamento do viajante também sofreria uma transformação por meio de sua própria experiência e das relações com a cultura local. Assim, “Compreendemos o viajante como um sujeito sócio-cultural capaz de, na prática cultural da viagem, estabelecer um aprendizado por ele mesmo planejado e desenvolvido, seja na compreensão do espaço que visita ou — e a partir deste — na reflexão sobre seu próprio lugar de origem”. (FONSECA, 2009, p. 6).

Assim, a literatura de viagem compõe uma categoria de discurso que possibilita a reconstrução da história regional do Brasil. Reconstrução esta, que não está de toda isenta de imagens idealizadas por determinada cultura, logo, se faz necessário promover uma

análise crítica das escritas de viagem, uma vez que é primordial estabelecer que os homens que as produziram são sujeitos socioculturais dotados de interesses, pré-conceitos e referenciais culturais peculiares.

Referências

ALMAÇA, Carlos; DOMINGUES, Ângela; FARIA, Miguel. *Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira: Ciclo de Conferências*. Lisboa: Academia da Marinha, 1992.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil por suas drogas, e minas*. Lisboa, Oficina Real de Slandesiana, 1711.

BELUZZO, A. M. *A propósito d'o Brasil dos viajantes*. USP/Coordenadoria de Comunicação Social. Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.

BICALHO, Maria F. *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 80-130.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CORRÊA, M. M. S. *Da Construção do Olhar Europeu Sobre o Novo Mundo ao (Re) Descobrimto do Reino Tropical*. Dissertação de mestrado, UFG, Goiânia, 1997.

CRUZ, Ana L. R. B.; PEREIRA, Magnus R. de Mello . *Instructio Perigrinatoris*: Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII. In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa. (Org.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil; das Luzes à nação independente*. 1ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, v. , p. 114-133.

DOLES; NUNES, Heliane Prudente. *Memórias da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus*. Ciências Humanas em Revista, Goiânia: UFG, v. 3, n. 12, 1992.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro*. R. MGB. 48: 1-234, 1885.p. 191.

FONSECA, Janete Flor de Maio. *A Viagem e a História: por uma nova aprendizagem*. In: Simpósio Nacional de História. 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

FOUCAULT, *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo, Ed. Martins Fontes. 1985.

FOUCAULT, M. *Lês Mots ers lês Choses (Une Archeologie des Scienses Humanies)* Paris: Gallimard, 1966.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Miriam L. M.. *Livros de Viagem: 1803-1900*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1997.

LEITÃO, Tania M. Maio. *Abastecimento alimentar em Goiás na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Goiânia, 2012.

LEPETIT, Bernard. *Paysages des lumières*. In: MARCEL, Odile (direction). *Composer Le Paysage: Constructions et Crises de l'Espace*. Paris: Editions Champ Vallon, 1989.

LIMA, Carollina C. R. de. *Proteger para não perder: as medidas da Coroa portuguesa em relação à entrada de estrangeiros no Brasil colonial*. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 11, p. 60-67, 2011.

LISBOA, K. M.. *O Brasil dos naturalistas Spix e Martius: taxonomia e sentimento*. Acervo (Rio de Janeiro), v. 22. 2009.

LOPES, Andréa Roloff. *Alexandre Rodrigues Ferreira e a viagem filosófica: economia e ciência na Amazônia colonial*. Dissertação de Mestrado, UFP, Curitiba, 1998.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

MINDLIN, J. E. *Viajantes no Brasil: Viagem em torno de meus livros*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.4, n.7, 1991, p. 1-148. (Viagem e Narrativa).

MORAES, Anita de. *Os olhos do gato preto: o narrador de viagens Erico Verissimo*. Dissertação (Mestrado em Letras) FFLCH/USP, 2005.

MOREIRA LEITE, M. *A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró- Memória, 1984.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Elementos para uma sociologia dos viajantes. In: Oliveira Filho, J.P.(org.). *Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil*. RJ: Marco Zero / Ed. UFRJ,1987, p. 85-120.

PICCOLI NETO, Danilo; ALVES, Flamarion Dutra. Alexander Von Humboldt: Viajante Naturalista e Entusiasta da Harmonia da Natureza. In: Paulo Roberto Teixeira de Godoy. (Org.). *História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia*. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, v., p. 35-56.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RAMINELLI, Ronald. *Ciência e colonização - Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Revista Tempo, n.6, p.157-182, 1992.

RAMINELLI, R. *Viagens e inventários. Tipologia para o período colonial*. História. Questões e Debates. Paraná: Editora UFPR, Ano 17, nº 32. jan./jun., 2000. (Brasil: a conquista do olhar).

RESENDE, Silvana Gomes. *No avesso da cidade moderna: uma escritura feminina. Viagem no Brasil* Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) -FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2005.

RINALDI, L. *Cronistas de viagem e viajantes cronistas: o pêndulo da representação no Brasil Colonial*. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2007.

ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo*. 11a ed. SP: Brasiliense, 1994.

SIMON, Willian. Uma esquecida expedição científica à Amazônia no século XVIII. In: *Viagem Filosófica, uma redescoberta da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1992. p. 3, 17-18, 30 e 44.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. Antonil sua vida e obra: Estudo biobibliográfico por Affonso D'Escagnolle Taunay. In: *Cultura e Opulencia do Brazil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. Disponível em: <http://.bibvirt.futuro.usp.br>. Acesso em 04 ago. 2016.

TEIXEIRA, Dante. Um espelho distante: os resultados zoológicos da expedição de A R. Ferreira. In: *VIAGEM PHILOSOPHICA - Uma redescoberta da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1992.

REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICO-RELIGIOSA E OS ESCRITOS DE HILÁRIO DE POITIERS (Séc. IV)

*Fernando D. Teodoro Moura*¹⁹³

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo delinear alguns pontos que entendemos serem fundamentais para compreendermos a figura de Hilário de Poitiers (310-320/367-368) e seus escritos. Primeiro, o mesmo é comumente apresentado como um apoiador fervoroso da causa outorgada no Concílio de Niceia (325), no Ocidente romano; algo que entendemos não ser tão simples, pois percebemos tentativas de aproximações de Hilário tanto com o Imperador Constâncio II, declaradamente apoiador causa ariana, quando de Bispos arianos moderados. Outra questão divergente de nossa abordagem sobre ente autor e sua trajetória apresentada como sendo linear e coerente, não compreendemos assim, percebemos ao analisar os escritos de Hilário que o mesmo possuiu posturas político-religiosas cambiantes, principalmente antes, durante seu exílio e depois deste.

Palavras-chave: Hilário de Poitiers, poder e identidade.

Segundo a tradição Hilário nasceu em princípios do IV século, entre 310-320 da era comum¹⁹⁴, em *Pictavium*¹⁹⁵, na Gália Aquitânia segunda, atual Poitiers, na França. Pertencia a uma rica família “associada aos grandes proprietários de terras ou magistrados” e que, por certo, era pagã¹⁹⁶, (HENNE, 2006, p. 25; MESLIN, 1969, p. 20;

¹⁹³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Profa. Luciane Munhoz de Omena. Bolsista cnpq.

¹⁹⁴ Todas as datas são posteriores a morte de Cristo.

¹⁹⁵ “Jerônimo diz; “Gallus ipse et Pictavis genitus” ”. (*Coment. in Epist. Ad Galatas. Apud: GRIFFER, 1964, p. 218*). “Antiga capital gaulesa, ela chamava-se Limonum. Os romanos lhe deram um nome derivado de seus habitantes: Pictavi tirado de Pictons. Os novos colonos aí erigiram três aquedutos, que alimentavam, entre outros, dois banhos. Dois templos pagãos foram descobertos, assim como um anfiteatro. Esse poderia acomodar por volta de 22 000 espectadores. Tais informações podem nos ajudar a imaginar a importância dessa cidade” (HENNE, 2006, p. 21).

¹⁹⁶ No *Contra os arianos* (I - XIV) Hilário descreve as etapas de conversão ao cristianismo.

SIMONETTI, 1978, p. 42). Venâncio Fortunato nos afirma que Hilário foi casado e teve uma filha de nome Abre¹⁹⁷ (*Vite dei Santi Ilario e Radegonda di Poitiers* I, 6).

As fontes que se tem para conhecer a vida de Hilário é o livro *De Uiris Illustribus* (séc. IV) de Jerônimo que faz a seguinte alusão: “Hilário, bispo da cidade de Poitiers, na Aquitânia, exilado na Frígia pelo sínodo de Béziers por obra da facção de Saturnino, bispo de Arles, escreveu doze livros *Contra os arianos*” (Jerônimo. *De Viris Illustribus*. 100. *Apud: Petri*, 2000, p. 07). Também temos notícia por meio do livro *Vite dei Santi Ilario e Radegonda di Poitiers* (séc. VI), de Fortunato. E, por último, os livros *Vida de San Martín* e as *Crônicas* (fins do séc. IV e princípio do V), ambos escritos por Sulpício Severo (DOIGNON, 1971).

Hilário foi instruído segundo os princípios da Paideia greco-romana em Bordeaux, na época centro intelectual, político e econômico de Aquitânia (SIMONETTI, 2002, p. 675-676; LADARIA, 2006, p. 06). Meslin afirma que “sem dúvida, em toda Antiguidade Cristã, não há um Pai nem um Doutor da Igreja do qual a vida seja tão pouca conhecida como aquela de Hilário” (MESLIN, 1968, p. 19). Sobre a existência humana de Hilário, afirma Meslin, só conhecemos doze anos (355-367), e tais anos ainda são mal documentados (MESLIN, 1968, p. 19).

Frente a Pierre Smulders e Élie Griffé, que defendem que Hilário foi aclamado Bispo em 350, Michel Meslin os contrapõem, pautando-se na ausência, ou mesmo o motivo da mesma, do Bispo de Poitiers no Sínodo de Arles em 353, datando assim o batismo do *pitaviense* por volta de 345 e sua aclamação a Bispo dessa cidade em 355. As listas episcopais de Poitiers não oferecem sólidas indicações da existência de predecessores de Hilário e ainda “faltam notícias seguras sobre a existência da própria sede episcopal em Poitiers antes de sua eleição” (PETRI, 2011, p. 10; LADARIA, 2006, 06).

Philippe Henne, em seu livro *Introduction à Hilaire de Poitiers*, afirma que mesmo Poitiers não sendo um dos centros de intelectuais da Gália, Hilário possuiu um “estilo refinado e hábil nos diferentes estilos retóricos utilizados na época” (HENNE, 2006, p. 21). Todavia, não sabemos se Hilário estudou em Poitiers ou em Bordeaux. Mas a “expressão de Jerônimo “Hilaire rhône de l'éloquence latine” (DOIGNON, 1971, p. 51)

¹⁹⁷ Venâncio Fortunato (I. 3) atribuí entre as obras de Hilário uma pequena epístola de nome *Ad Abram Filiam*. Contudo alguns especialistas não reconhecem a autenticidade desse documento (*Vite dei Santi Ilario e Radegonda di Poitiers* I, 6; (LADARIA, 1986, p. 04).

denota um certo nível retórico algo que provavelmente Hilário não adquiriu em Poitiers, pois sabemos que o mesmo aí só fez o ensino mais elementar, tendo que se deslocar a Bordeaux para o continuar. Henne ainda evidencia que

“O estilo das obras de Hilário revela ainda uma sólida formação. Segundo o método da época, ele deve sem dúvida ter-se aplicado a imitar os grandes autores clássicos, principalmente Virgílio e Cícero. A leitura de suas obras abriu seu espírito a uma certa reflexão filosófica, mas ele jamais teve contato direto com as obras das grandes escolas de pensamento ou aos grandes autores, como Platão” (HENNE, 2006, p. 23).

Completando, portanto, sua formação em Bordeaux. Hilário contudo, não nos forneceu elementos para conhecermos tal ambiente e para termos mais dados sobre essa formação, apropriamos de alguns elementos do livro *Célébration aux professeurs de Bordeaux*, escrito por Décimo Magnus Ausone¹⁹⁸, nascido em 310, portanto contemporâneo de Hilário (HENNE, 2006). Sendo uma homenagem aos professores de Bordeaux, esse livro afirma que havia nessa cidade “dois professores de gramática grega, cinco outros de gramática latina e ainda cinco de retórica que ensinavam a arte da oratória” (HENNE, 2006, p. 23). Sara Petri, em seu livro *Introduzione a Ilario di Poitiers*¹⁹⁹, considera que:

“sua primeira formação, de fato, foi fortemente ligada ao âmbito latino e particularmente ao pensamento estoico, enquanto em seguida, depois da temporada no Oriente, começa a se fazer sentir, em certa medida, a influência de Orígenes. Essa influência, de fato, é muito forte do ponto de vista exegetico e poder-se-ia certamente lançar a hipótese de uma extensão também à reflexão filosófica, por isso, a temas de derivação estoica poderiam ligar-se outros elementos relacionados ao platonismo” (PETRI, 2012, p. 77).

¹⁹⁸ Chamado por Valentiniano, Ausone, o ilustre professor de Burdeos, foi confiado a educação do então futuro Imperador Graciano (MARROU, 1980, p. 68-69).

¹⁹⁹ Livro escrito em 2007. Traduzido para a língua portuguesa em 2011 por Francisco Gomes F. de Moraes, com o simples título: *Hilário de Poitiers*.

Assim, concluímos que com esta formação bordelaise, Hilário teria realizado sistemáticos estudos de gramática e retórica²⁰⁰ (HENNE, 2006), o que lhe proporcionou uma notável precisão de vocabulário e concisão de fórmulas, algo bastante característico aos juristas da época (HENNE, 2006, p. 07). Algo que podemos avaliar em seu primeiro livro do *Contra os arianos*. Notemos

“Conforme observamos, todo gênero de estudo sempre começa pelos exercícios elementares. Depois de longo tempo, os que foram formados por muita dedicação ao seu ofício tornaram-se capazes de passar para a experiência daquilo em que se exercitaram. Após militar nos exercícios bélicos, passa-se para os exercícios; os que foram formados para tomar parte nos debates forenses pelo estudo das leis, finalmente são enviados aos debates nos tribunais”²⁰¹ (Hilário. *Contra os arianos*, I, 34).

Tais prerrogativas possibilitaram lançar a hipótese de que Hilário poderia ter sido funcionário do Império²⁰²; conjectura essa abalizada em dois motes; o primeiro seria porque ele “tinha um estilo mais de jurista do que de poeta”, e o segundo porque *Pictavium* (Poitiers) ficava em uma região que possuía o centro administrativo e jurídico da Gália Aquitânia segunda, que possuía como capital Bordeaux (HENNE, 2006, p. 20).

A autoridade da obra de Hilário de Poitiers o tornou referência nas querelas posteriores no mundo Ocidental. Sua produção intelectual chegou a influenciar as contendas cristãs ao longo do século VI, sobretudo pela instabilidade religiosa provocada pela posição religiosa dos germânicos que se converteram ao cristianismo ariano. Desse modo, referências de seus textos foram usadas em tratados como o de *Wurzburg* atribuído a Prisciliano, personagem de uma heresia ocorrida na Espanha por volta de 380 (PETRI, 2011, p. 183; HENNE, 2006, p. 140).

Estabelecendo uma estreita relação com Martinho de Tours, Hilário obteve notável renome, isso, sobretudo, pelas obras *Vita de Hilário* e *Vita de Santo Martinho*, de

²⁰⁰ O que era impressionante para uma cidade da Gália, pois uma grande metrópole como Constantinopla só obtinha o dobro disso. No entanto, observasse proeminência de uma formação de cunho jurídico e a falta de instruções filosóficas, as quais só eram obtidas em Atenas e Roma (HENNE, 2006, p. 23).

²⁰¹ “*Quod autem in omni genere doctrinarum observari semper meminimus, ut si qui diu tenui primum exercitatione longoque usu humilioris studii fuerint eruditi, tum iam ad rerum ipsarum, quibus imbuti sunt, experimenta mittantur; ut cum iam bene luserint bella militaturi, in militiam protrahantur; aut cum forenses lites scholaris materiae tentaverint, tunc mittantur ad tribunalium*” (Hilário. *Contra os arianos*, I, 34).

²⁰² “A facilidade com a qual [...] constituiu os dossiês [...] poderia explicar o fato que ele ter utilizado deste gênero de exercício, porque ele teria uma certa prática judiciária” (HENNE, 2006, p. 25).

Venâncio Fortunato. Essas possuem conteúdo estritamente vinculado aos temas pastorais de Hilário (HENNE, 2006, p. 141).

Ao longo da Idade Média, a obra do Bispo de Poitiers foi objeto de atentos estudos, apesar de ser considerada dificultosa a leitores leigos e apressados. Tornou-se por isso objeto de trabalhos, quase que exclusivamente de pessoas mais doutas. No século XIII, podemos citar a conhecida *Legenda áurea* de Jacopo de Varazze.

A *Editio Princips* das obras de Hilário foi publicada em Milão em 1498 por G. Crivellius (DOIGNON, 1971, p. 73). Já em 1494, a mesma seria editada no *Livro sobre escritores eclesiástico* de Tritêmio, o qual ofereceu notável espaço a Hilário. A mesma voltaria a ter uma nova edição em 1510 na *Coletânea Parisiense* (PETRI, 2011, p. 184).

No século XVI, a obra do Bispo de Poitiers foi editada por Erasmo de Roterdã, sendo então estudada mais por seu caráter histórico do que hagiográfico. Este defendia veementemente a intelectualidade de Hilário frente ao

“juízo de Jerônimo sobre o escasso conhecimento do grego por parte de Hilário, observando que em algumas passagens de suas obras [...], ele confronta a versão latina das escrituras com a grega e discute com competência as diversas possibilidades de tradução (PETRI, 2011, p. 211).

Segundo Moreschini e Norelli (2000, p. 328), o legado da tradição ocidental, formada pelos escritos de Tertuliano e Novaciano, foi atualizando e confrontando por Hilário com as últimas aquisições da teologia grega (HENNE, 2006, p. 81). Para Émile Goffinet:

“Graças aos contatos que teve com o mundo Greco, Hilário foi influenciado pela literatura grega cristã e essa marca a evolução de sua obra literária e métodos científicos. Para estudar Santo Hilário é preciso considerar sua cultura latina e sua cultura grega, que se desenvolveu consideravelmente durante seu exílio. No momento onde o conhecimento do grego diminuía sensivelmente no Ocidente, o helenismo de Hilário constitui um campo de ligação entre Ocidente e Oriente grego. Assim, B. Altaner pode escrever que Agostinho conheceu a obra de Orígenes, dentre outras, pela tradução de Hilário. E. Mersch já tinha chamado atenção sobre a grande importância de influências gregas sobre santo Hilário” (GOFFINET, 1965, p. 6-7).

No século XX, os estudos da obra de Hilário de Poitiers têm sido dominador, sobretudo, pelos teólogos de viés católico, mas também por alguns estudiosos da

filologia e da História da Igreja e dos dogmas. Na Espanha, temos o Arcebispo e Jesuíta Luis Francisco Ladaria Ferrer que se detém a analisar os escritos hilarianos sobretudo pelo seu caráter cristológico e dogmático. Dentre seus escritos destacamos: sua tese *El Espíritu Santo en San Hilario de Poitiers* (1975), sua tradução do *De Trinitate* lançada pela Biblioteca Autores Cristianos em 1986 e seu livro *La cristología de San Hilario de Poitiers*, lançado pela *Analecta Gregoriana* em 1989. Nesse autor não há nenhuma dúvida de que as posturas de Hilário sempre foram nicenas, contra todos os Bispos arianos e sobretudo contra a política-religiosa do Imperador Constâncio II. Ou seja, para Ladaria, as posturas de Hilário sempre foram lineares, coerente e nicenas. Análise essa que a presente dissertação não compartilha em seu absoluto e tem por objetivo evidenciar outros pontos de vista.

Pontuamos como um dos mais importantes estudiosos da obra de Hilário o francês Jean Doignon e sua incontornável tese *Hilaire de Poitiers avant l'exil. Recherches sur la naissance l'enseignement et l'épreuve d'une foi épiscopale en Gaule au milieu di IV siècle*. Publicada em 1971 pelo *Institut des Études Augustiniennes*.

De longo folego, essa obra é, ainda hoje, imprescindível para qualquer estudioso dos escritos de Hilário. Nela Doignon analisa sobretudo os anos anteriores ao exílio de Hilário, tendo como fonte principal o *In Matthaem*. Organizando sua narrativa em três momentos no primeiro, ele se detém à conversão de Hilário ao cristianismo e seu batismo; em segundo momento, é analisado o episcopado de Hilário e seus ensinamentos. Nessa parte, Doignon analisa as influências intelectuais sofridas pelo Bispo, entre elas a de Orígenes. A terceira e última parte do trabalho se reporta aos derradeiros momentos anteriores ao Sínodo de Béziers (356). A essa parte, Doignon deu o título de *A prova da fé de Hilário*.

Não podemos ser furtar a dar os créditos devidos a tais trabalhos, mas não compartilhamos de muitas de suas posturas e a principal delas é que suas análises ainda apresentam a problemática desvinculação entre poder e religião, política, legitimação e doutrinas, propondo, portanto, que toda trajetória de Hilário seja linear, coerente e sempre a favor dos nicenos.

Ponderamos também a imprescindível importância do livro *La doctrine trinitaire de S. Hilaire de Poitiers étude précédée d'une esquisse du mouvement dogmatique depuis le Concile de Nicée jusqu'au règne de Julien (325-362)*, escrito pelo americano Pieter Frans Smulders e publicado em 1944 pela *Analecta Gregoriana*. Esse importante trabalho

pontua as estratégias exegéticas de Hilário para formular sua teoria trinitária, mas não apresenta as maneiras pelas quais a proposta político-eclesiástica de Bispo de Poitiers foi se modificando ao longo dos debates com os arianos.

Logo a mesma também permanece colada à dicotomia “heterodoxia versus ortodoxia”, o que impossibilita entender a doutrina, a liturgia e a teoria trinitária como sendo elementos constituidores de legitimidade política eclesiástica e Imperial. Uma outra questão que poderíamos ressaltar é a confusão entre acontecimento complexo e evento elementar que estes estudiosos têm feito em relação às posturas de Hilário. Os mesmos subsomem a postura final de Hilário, aquele referente ao livro *Contra Constâncio II* (evento elementar) e a todas as suas posturas político-eclesiásticas (acontecimento complexo²⁰³).

Sabemos, com efeito, que Hilário de Poitiers não esteve, em um primeiro momento, diretamente vinculado às posturas político-eclesiásticas outorgadas no Concílio de Niceia²⁰⁴ (325), porquanto em seu livro *De Synodis*, o Bispo *Pictaviense* explicitamente afirma que "jamais tinha ouvido falar da fé de Nicéia antes de ir para o exílio" (Hilário. *De Synodis*, 91), posicionando-se nos debates eclesiásticos, antes do exílio em 356, com base na teoria trinitária exposta nos livros *De carne Christi* e *Adversus Praxes*²⁰⁵ de Tertuliano (MORESCHINI & NORELLI, 2000, p. 322; MESLIN, 1968, p. 21; SMULDERS, 1944, p. 79).

Ladaria assinala que em 355, Hilário já se opunha aos Bispos arianos na Gália²⁰⁶ (LADARIA, 2006, p. 07). Nesse ano, os Bispos arianos Ursácio de Singidunum, Valente

²⁰³ “O acontecimento complexo é um todo feito de partes; o evento elementar é uma parte de um todo. Poderíamos dizer que o evento elementar é o não concludente [...]. O evento elementar seria um episódio num todo ainda transcorrente” (ALARCÃO, 1996, p. 17).

²⁰⁴ Não se sabe exatamente “quantos Bispos se reuniram no concílio de Niceia. A cifra de 318 participantes reconhecida pela tradição nos é transmitida por Hilário de Poitiers (*Adv. Const.*, 27), o qual segue aqui a simbologia bíblica dos 318 servidores de Abraão. Já Eusébio de Cesárea (*Vit. Const.* 3, 8); Teodoro de Ciro (*Hist. Eccl.* I,8,1) e Atanásio de Alexandria (*Hist. Arian.*, 66) registram números menores: 250, 270 e 300 respectivamente” (SILVA, 2001, p. 104). Muitos dos Bispos reunidos nesse concílio “apresentavam as marcas deixadas por perseguições anteriores: um tapa-olho, cobrindo um olho perdido, a claudicância provocada por tensões de jarretes ou tendões-de-aquiles cortados, ou as costas deformadas por trabalhos forçados nas minas da Fenícia” (RUBESTEIN, 2001, p. 99; CAMERON, 2001, p. 78).

²⁰⁵ *Adversus Praxean* é um tratado escrito por Tertuliano em 213 com o objetivo de elaborar uma fórmula doutrinária que mantivesse a harmonia entre unidade de Deus (contra o politeísmo) com a divindade do Filho (Cristo) sem deixar de manter as distinções necessárias (contra modalismo) entre ambos. Escrito para refutar a teologia monarquista construída por Práxeas (URIBARRI BILBAO, 1996, p. 134-136).

²⁰⁶ Hilário de Poitiers. *Contro l'imperatore Constanzo*. 2.

de Mursa e Saturninus de Arles convocaram um sínodo, que ocorreu na cidade de Milão, cuja finalidade era ratificar a condenação do Bispo Atanásio de Alexandria²⁰⁷, que houvera sido condenado no Sínodo de Arles (353) (DOUAIS, 1875, p. 03). “Não consta a presença de Hilário neste sínodo, nem tão pouco a razão de sua provável ausência” (LADARIA, 2006, p. 07). Amparados pelo Imperador Constâncio II, tais Bispos confirmaram o exílio do de Atanásio juntamente com Eusébio de Vercelli²⁰⁸, Dionísio de Milão²⁰⁹ e Lucífero de Cagliari²¹⁰, que se recusaram a subscrever a condenação (MESLIN, 1968, p. 23-26).

Frente a essa postura político-eclesiástica, Hilário de Poitiers rompeu com tais clérigos. O que, em contrapartida, provocou a convocação de um sínodo que se realizou em 356 na cidade de Béziers²¹¹ localizada ao sul da Gália (SIMONETTI, 1978 p. 42), coordenado pelo Bispo Saturnino, ariano arquirival de Hilário na Gália (MESLIN, 1968, p. 23).

Segundo se depreende da narrativa de Meslin, Hilário foi preparado para ter um debate político-teológico, no entanto não lhe abriram esse espaço, decretando

²⁰⁷ “Alguns historiadores denominam-na de Nicenos outros de Atanasianos, estes últimos fazendo referência ao bispo Atanásio de Alexandria, que teve notável importância para a ratificação do credo Niceno. Atanásio nasceu em Alexandria, por volta de 295, provavelmente de pais não cristãos de língua grega [...]. A sua principal fonte de inspiração era a Bíblia grega: entre os Padres gregos, inspirou-se especialmente em Inácio, Atenágoras, Irineu, Orígenes [...]. Acompanhando seu bispo ao concílio de Niceia [...]. Os três *Discursos contra os arianos* é seu livro mais importante. Nos primeiros dois *Discursos* dá um resumo da doutrina de Arius, crítica algumas argumentações arianas mais correntes e condenando sua exegese de alguns textos bíblicos. O terceiro (*Discurso*), além disso, debate as limitações humanas de nosso Senhor e a afirmação ariana de que o Verbo teria sua origem na vontade do Pai, não de sua natureza [...]. A doutrina sobre Deus de A. situa na tradição platônica e alexandrina” (STEAD, 2002, p. 188-191).

²⁰⁸ Originário de Cerdeña, leitor da igreja de Roma e primeiro bispo de Vercelli, foi um dos protagonistas da controvérsia ariana desde 355 a 364 [...] foi mandado em exílio a Escitópolis (Palestina) e depois a Tebaida no Egito (DATTRINO, 2002, p. 542).

²⁰⁹ Era Bispo de Milão em 355, quando se realizou o concílio que viu a maioria antiariana ceder às pressões dos filoarianos e do próprio imperador Constâncio e assinar a condenação de Atanásio. Dionísio estava entre os pouquíssimos que recusaram: foi por isso deposto – substituído por Auxêncio – e exilado para a Armênia (SIMONETTI, 2002, p. 414).

²¹⁰ Foi representante do papa Libério no Concílio de Milão de 335, que devia reexaminar a questão de Atanásio. Nessa ocasião, escreveu a Eusébio de Nercelli, a fim de que manifestasse que não se dobraram ao desejo do imperador Constâncio e não subscreveram a condenação de Atanásio. Deposto e exilado, foi enviado para a Germanícia (Síria), depois para Eleuterópolis (Palestina) e finalmente para a Tebaida (SIMONETTI, 2002, p. 862).

²¹¹ Hilário o chamou de “Cabale de faux apôtres” (*Contre Contance*. 20).

prontamente sua sentença de exílio²¹² (MESLIN, 1968, p. 24). Outrossim, no outono de 356, o Bispo de Poitiers se dirigiu à Frígia²¹³ (atualmente norte da Turquia), onde ele provavelmente escreveu o *Contra os arianos* (LADARIA, 2006, p. 07). Em exílio, “Hilário deve ter mudado muitas vezes de residência, porquanto ele escreve aos seus colegas gauleses “de muitas cidades de províncias romanas” (*De Synodis*. 1)” (ROCHER, 1987, p. 15).

Para Meslin, ainda que o exílio de Hilário tenha sido mais uma “medida de polícia” do que “uma sanção canônica”, o mesmo não foi afastado do cargo de Bispo, pois nem mesmo houve a elevação de outro Bispo para a diocese de Poitiers (MESLIN, 1968, p. 24 -25). No entanto, verazmente o que sabemos é que Hilário foi exilado, tanto por Bispos, quanto pela posterior homologação do Imperador Constâncio II. Assim sendo, divergimos de análises unilaterais, que sejam só eclesiástica ou política, pois defendemos que deve ter sido uma medida de caráter político-eclesiástico²¹⁴.

Simonetti (2002, p. 43) assegura que em exílio Hilário teve a liberdade de deslocar-se pela região da Frígia, o que teria sido negado a outros clérigos ocidentais, tais com Lucífero de Cagliari²¹⁵ e Eusébio de Vercelli (Henne, 2006, p. 55). Avaliamos, por conseguinte, que tal liberdade possibilitou a Hilário desenvolver seu conhecimento sobre as doutrinas dos cristãos arianos, porquanto pôde estabelecer relações com o ambiente religioso e intelectual que era rico em especulações político-teológicas.

Na Ásia Menor, Hilário aprofundou seu conhecimento do idioma grego, lendo os escritos de Orígenes, que o influenciaram em sua sistematização exegética dos textos bíblicos. Podendo, portanto, utilizar-se tanto desses recursos adquiridos em exílio, quanto daqueles já existentes na “cultura típica das escolas ocidentais [...] que foram tomados de

²¹² Doignon (1991, p. 458) afirma-nos que só temos um informante do teor deste excomunicação via o *Liber contra Mociarum Scholasticum* de Facundus d’Hermiane.

²¹³ Tais informações são fornecidas por Jerônimo, *Liber de uiris inlustribus* 100; Sulpício Sévero, *Chronicas*. II, 42; Vernâncio Fortunato, *Vita santi Hilarii*, 5 (ROCHE, 1987, p. 15).

²¹⁴ Nos últimos anos tem existido algumas especulações a respeito dos motivos da convocação do sínodo de Béziers. Têm-se defendido a tese de que fosse principalmente por motivos puramente políticos que Hilário teria dado apoio a uma revolta liderada por Silvanus, em agosto de 355. Frente a isso, em um artigo de 1992, T. D. Barnes avaliando a documentação de Hilário dos anos de 358 a 360 apontou que nesses somente existem as inquietações com as implicações teológicas do arianismo. Não havendo referências à uma revolta na Gália (BECKWITH, 2005; BARNES, 1992).

²¹⁵ “Durante o exílio teve ocasião de censurar o *De Synodis*, de Hilário, por considera-lo moderado demais para com os adversários da fé nicena” (SIMONETTI, 2002, p. 862; PETRI, 2011, p. 16-17).

empréstimo a Cícero e Sêneca” (MORESCHINI & NORELLI, 2000 p. 324; DOIGNON, 1971, p. 532-533).

A postura de Hilário, tendo o *Contra os arianos* como base, é mais mediadora do que essa ratificada em Niceia, porquanto entendemos que o mesmo não parte de uma concepção de absoluta unidade entre o Pai e o Filho, pois “confessa ao Pai eterno, que não tem nenhuma origem. Confessa a origem do Filho desde toda eternidade; não tem o ser a partir de um começo, mas de que não pode ter início; *no existe por si mesmo*” (Hilário. *Contra os arianos*, IV, 06). Mesmo defendendo o uso do termo *homoousio* para ajuizar essa unidade, o mesmo não compartilha do conceito de unidade dos nicenos. Pois, para o Bispo de Poitiers havia uma distinção clara entre Deus, que era o único não nascido/ingênito, e o unigênito Filho, que recebe de Pai a eternidade por filiação.

O que tais debates nos revelam é um ingente debate que girava em torno do controle, do limite da representação cristã de Deus que teria Cristo como ícone elementar da presença da ausência de Deus na terra. Isso fazendo uma análise a partir do conceito de representação moderna²¹⁶, pois para os cristãos nicenos, Cristo era a absoluta presença de Deus e, em contrapartida, para os cristãos arianos, ele era somente um filho, mesmo sendo a mais sublime das criaturas. Tais prerrogativas definiriam algumas questões, tais como: a relação dos homens com Deus, o conceito de religião cristã e as características do poder/legitimidade imperial sob os cristãos.

Nossa análise pontua o entendimento de que a postura político-religiosa de Hilário não estava de acordo com nenhuma das supracitadas. Pois, a mesma teria buscado um caminho alternativo. Sabemos que a Gália em que viveu o Bispo era um espaço de fronteira do Império e, portanto, de amiúdes invasões de outros povos o que pôde ter desenvolvido em Hilário uma predisposição sócio-política de sempre buscar de um modo ou de outro a concórdia e a conciliação. Outro fator que influi em nossas conjecturas são as experiências que o mesmo vivenciou em exílio que lhe teria proporcionado maior compressão de quantas vertentes divergentes o arianismo possuía, consciência essa que Hilário não tinha no Ocidente. O que poderia lhe ter ensejado a buscar (re)estabelecer uma ponte, uma concórdia entre as divergentes posturas político-clericais.

²¹⁶ Estamos nos referindo ao conceito de representação a partir de sua tipificação clássica, qual seja, a presença de algo ausente. Especialmente teorizado por Carlo Ginzburg (2001) no seu capítulo “*Representação: a palavra, a ideia, a coisa*” do livro *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. E Roger Chartier (2002) no capítulo “O mundo como representação”, do livro *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*.

Ao analisarmos conjuntamente as ações de Hilário com relação ao momento político-religiosos que passava percebemos a impossibilidade de delinear uma única postura político-religiosa a suas ações e suas propostas, por isso consideramos que as mesmas foram se adequando aos diferentes momentos políticos que o Bispos de Poitiers vivenciava, ou seja, antes, durante e depois do exílio no Sínodo de Béziers em 356.

Antes e durante seu exílio na Frígia, no Oriente Médio, Hilário tentou realizar aproximações políticas com o Imperador Constâncio II. Mesmo na obra *Contra os arianos* o autor demonstra uma postura de mediação e aproximação, ao combater somente os Bispos arianianos mais radicais, partidários da doutrina trinitária do Presbítero Arius. Assim, avaliamos que Hilário não tinha uma posição extrema, pois ao escrever a obra *In Constantium (Contra o Imperador Constâncio II)*, na qual o Imperador é equiparado ao anticristo, o bispo foi entendido como extremamente contrário à política religiosa desse Imperador.

Contudo, entendemos que tais leituras são apressadas e descontextualizadas, porquanto um olhar mais demorado aos meandros políticos e espaço-temporais em que a obra foi propagada, revelaria que apenas tardiamente esse escrito apareceu no cenário político-religioso. Jerônimo defende que isso se deu tão somente com a morte do próprio Imperador Constâncio II (*De Viris Illustribus*. III 100) e com claras indicações da vitória dos nicenos (SIMONETTI, 2002, p. 676). Sabemos que acusações de tal nível a um Imperador, mesmo nesse período, não seriam toleradas e caracterizaria um crime de lesa-majestade.

Sabemos que o Bispo Hilário escreveu três livros referentes ao Imperador Constâncio II. O primeiro é um panfleto escrito em sua defesa antes do exílio, *Primeiro livro ao imperador Constâncio II (Liber prior na Constatium Augustum)*. Desse documento só nos chegou uma carta coletiva, que segundo a tradição é do Concílio de Sárdica (343), endereçada ao Imperador, alertando-o dos acontecimentos deste encontro e as possibilidades de cismas futuros. No mesmo texto, Hilário descreve os acontecimentos do sínodo de Milão (355) (MORESCHINI & NORELLI, 2000 p. 325-326; SIMONETTI, 1978). Ainda neste panfleto do Bispo de *Pictavium*

“parece ter pertencido um proêmio, no qual são narrados os acontecimentos de que Hilário tomou parte, a começar do sínodo de Arles de 353. Seguem-se então constituindo um segundo núcleo de documento histórico, os fragmentos relativos ao Concílio de Rímimi e Selêucia e aos fatos que imediatamente o precederam (359-360) [...].

Seguem-se, por fim, constituído como que um terceiro núcleo, três trechos que dizem respeito ao bispo ariano Germínio de Sírmio: são os mais tardios e remontam a 366-367” (MORESCHINI & NORELLI, 2000, p. 325).

Os outros dois escritos constituídos por duas cartas elaboradas durante o exílio. Na primeira delas, *Liber secundus ad Constantium Augustum*, Hilário solicita ao Imperador para lhe conceda um debate *tête à tête* com Saturnino, Bispo de Arles "para forçá-lo a admitir suas mentiras e seus erros” (MORESCHINI & NORELLI, 2000, p. 325). Nessa obra, o bispo Hilário tenta fazer a seguinte aproximação:

“Mas estou em exílio não por sua culpa, mas por causa de uma facção e por causa das falsas notícias do sínodo levadas e ti, devoto Imperador (...). Reconhece a fé que há muito, ótimo e religiosíssimo Imperador, desejas ouvir dos Bispos e não ouves” (Hilário. *A Constâncio*. 2-4).

Não sendo concedida sua petição, Hilário escreveu também em 360 um violento panfleto, *Contra Constantum imperatorem*, no qual “nos informa das manobras fraudulentas empreendidas pelas autoridades imperiais contra os defensores da ortodoxia e, como exemplo, dos acontecimentos do Concílio de Selêucia de 359” (MORESCHINI & NORELLI, 2000, p. 326; SMULDERS, 1944, p. 63) e expressa só então sua aversão à política-religiosa implementada pelos agentes imperiais:

“Eu grito em tua face, Constâncio, o que teria declarado a Nero, o que Décio e Maximiano teriam ouvido de minha boca: tu combates contra Deus, tu te desembestas contra a Igreja, tu persegues os santos os pregadores do Cristo, tu esmagas a religião, tirano não mais em matéria profana, mais em matéria religiosa. [...] tu te passa falsamente por cristão, tu que és o novo inimigo de Cristo; precursor do Anticristo. [...] tu inventas fórmulas de fé [...] tu substituis os bons Bispos pelos maus. [...] tu superas o diabo e persegues sem martirizar” (Hilário. *In Constatium*. 06).

Silva (2003, p. 231), em seu artigo “*Constâncio II, o Anticristo: Hilário de Poitiers e a Construção da imagem imperial*”, versa sobre os ataques que o bispo gaulês dirigiu a Constâncio II, o estigmatizando como filho e anjo de satã, vinculando as ações do Imperador ao cumprimento da profecia evangélica anunciada por Jesus Cristo, segundo a qual haveria no futuro um tempo de renúncia da verdadeira doutrina em prol dos ensinamentos difundidos pelos falsos apóstolos.

Tais considerações de Silva são incontestáveis diante das afirmações da própria fonte, no entanto, optamos analisá-la contextualmente, pois assim podemos compreender que Hilário defendera, antes do exílio (em 356), uma proposta próxima da ratificada em Niceia, da qual não participou, e que, em determinado momento do exílio, ele vislumbrou a possibilidade de estabelecer vínculos entre a teoria definida em Niceia, em 325, e a Tríade afirmada no Concílio de Constantinopla, em 381, a fim de mediar uma concórdia político-religiosa entre os clérigos e, assim, eleger um grupo predominante (ortodoxo) entre as dois maiores grupos cristãos do mundo romano naquele momento, os Arianos e os Nicenos. Ao final do exílio, por volta de dezembro de 361, voltou a defender as doutrinas de Niceia, porquanto o Imperador Constâncio II já morrera, e essa proposta despontava como vencedora, surgindo daí o panfleto *In Constatium*. E além disso é

“possível e mesmo provável que o texto do Livre *Contre Constance* foi conhecido por um círculo de amigos, ou pelo menos algumas partes deles, antes de dezembro de 361. Mas a redação definitiva – que permite dizer que o livro está escrito – só seria intervinda após 3 novembro 361, data da morte de Constâncio” (ROCHER, 1987, p. 30-31).

O conceito de heresia foi, durante a Antiguidade Tardia, vinculado às estratégias de estigmatização impostas pelo grupo de maior poder naquele momento histórico. Logo, a vitória de um sobre o outro se relacionava mais a determinada distribuição ou redistribuição de poder no meio da comunidade cristã, do que a uma suposta superioridade ontológica do seu argumento ou a uma fidelidade diante da revelação divina (SILVA, 2001, p. 100).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) DOCUMENTOS TEXTUAIS:

Hilario de Poitiers, *De Trinitate*. Ed. Bilingue. Traducción: Luis Francisco Ladaria, Madrid: BAC, 1986.

_____. *Contre Constance*. Ed. Bilingue. Traduit: Jean Bernandi. Paris: Du Cerf, 1983.

Vernazio Fortunato. *Vit dei Santi ilari e Redegonda di Poitiers*. Traduzione: Giovanni Palermo, Roma: Città Nuova Editrice, 1989.

B) OBRAS DE REFERÊNCIA:

DI BERARDINO, Ângelo (org). *Dicionário Patrística e de Antiguidades Cristãs*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes/ Paullus, 2002.

LADARIA, Luis F. *Diccionario de Santo Hilário de Poitiers*. Burgos: Monte Carmelo, 2006.

B) OBRAS ESPECIFICAS:

BECKWILH, Carl L. *Hilary of Poitiers on the Trinity*. New York: Oxford, 2008.

BARNES. Tomothy. Hilary of Poitiers on his exile. *Vigiliae Christianae*, v. 46 n. 2, p.129-140, 1992.

CAMERON, Everil. *El bajo Imperio romano (284-430 d. de C.)*. Madrid: Encuentro, 2001.

DATTRINO, L. Eusébio de Vercelli. In: BERARDINO, A. *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 542.

DOIGNON, Jean. *Hilaire de Poitiers avant l'exil. Recherches sur la naissance l'enseignement et l'épreuve d'une foi épiscopale en Gaule au milieu di IV siecle*. Augustiniennes, 45. Paris, Institut des Èdudes Augustiniennes, 1971.

DOUAIS, Célestin. *L'église des Gaules et le conciliabule de Béziers, tenu en l'année 356, sous la présidence de Saturnin d'Arles, Libère étant pape; Constance, empereur; Julien, César; et Numérus, gouverneur de la Gaule narbonnaise*. Paris: F.Séguin, 1975.

GOFFINET. Emile. *L'utilisation D'origene Dans Le Commentaire Des Psaumes De Saint Hilaire De Poitiers*. Louvain: Publications universitaires de Louvain, 1965.

GRIFF, Élie. *La Gaule chrétienne à l'époque romaine : la cité chrétienne*. Paris, Letouzey et Ané, 1964.

HENNE, Philippe. *Introduction à Hilaire de Poitiers*. Paris: Du Cerf, 2009.

MARROU. Henri-Irénée. *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?* Lisboa, Áster, 1980.

MESLIN, M. Hilaire et la crise arienne. In : *Hilaire et son temps*. Paris : Augustiniennes, p. 19-42, 1968.

SIMONETTI, Manlio. Hilario de Poitiers e la crisis arriana en Occidente: polemistas y Herejes, In. *Patrologia III: La idad de oro de la Literatura Patrística latina*. Madrid: ed. Católica, 1978.

_____. Hilário de Poitiers. In: BERARDINO, A. *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 675-676.

_____. Dionísio de Milão. In: BERARDINO, A. *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 414.

_____. Lucífero de Cagliari. In: BERARDINO, A. *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 862.

PETRI, Sara. *Hilário de Poitiers*. São Paulo: Loyola, 2011.

LADARIA, Luis Francisco. *La cristología de San Hilario de Poitiers*. Analecta Gregoriana, Pontificia Università Gregoriana, Roma, 1989.

MORESCHINI, C; NORELLI, E. *História da Literatura Cristã Antiga e Grega e Latina: do concílio de Niceia ao início da Idade Média*. Tome II, São Paulo: Loyola, 2000.

ROCHER, André. Introdução e texto crítico. In. *Contre Constance*. Ed. Bilingue. Paris: Du Cerf, 1983, p.09-84.

SILVA, Gilvan Ventura da. *Constâncio II e a construção da Mística Imperial no século IV*. Assis, V.06, p. 71-91, 2001.

_____. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da Basileia*. Vitória: Edufes, 2003.

SMULDERS, P. *La doctrine trinitaire de S. Hilaire de Poitiers*. Rome : Analecta Gregoriana, 1944.

RUBENSTEIN, Richad E. *Quando Jesus se tornou Deus*. Rio de Janeiro: Fesus, 2001.

D) OBRAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS:

ALARCÃO, J. Sobre o Discurso Arqueológico. In: *Portvgalia*, Nova Série – Volume XVII-XVIII, *Edição do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1996/1997.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

URÍBARRI BILBAO, Gabino. *Monarquía y Trinidad: el concepto teológico “monarchia” en la controversia “monarquiana”*. Madrid: Upco, 1996.

O FACEBOOK E O MPG – UMA PESQUISA UALIQUANTITATIVA EM ANDAMENTO

*Gabriel De Araujo Oliveira*²¹⁷

RESUMO: O presente artigo é oriundo de uma Pesquisa de Mestrado que se iniciou em janeiro de 2015 e possui como objeto o grupo *Mobilização dos Professores de Goiás – MPG*, criado na rede social *Facebook* no final de novembro de 2011. A Pesquisa possui como recorte temporal a greve dos professores estaduais de fevereiro e março de 2012. O artigo aborda as escolhas metodológicas tomadas bem como as formas de realizar a amostragem de dados e os resultados e análises até então obtidos.

INTRODUÇÃO

A partir de 2008 e 2009, o mundo começava a refeltir a força que as chamadas Novas Tecnologias de Informação (NTCIs) poderiam exercer no fortalecimento dos movimentos sociais. Esses questionamentos surgiram após uma série de manifestações de rua por todo o mundo, cada qual com suas peculiaridades: a Primavera Árabe, no norte da África; o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos; os Indignados, na Europa, a Marcha dos Pinguins, no Chile; entre outros (JÚNIOR; ROCHA, 2013).

Esses movimentos possuem em comum o uso de plataformas como *Youtube*, *Facebook* e *Twitter* para conseguir ampliar o alcance de suas ações e reivindicações e para conseguir empatia e apoio do público.

“Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em locais para o debate coletivo e a tomada de decisões” (CASTELLS, 2013, p.8).

²¹⁷ Aluno do programa de Mestrado da Universidade Federal de Goiás (UFG) sob orientação do professor Dr. Cristiano Alencar Arrarais. Pesquisa possui o fomento da CAPES.

Esses acontecimentos e essa realidade que nos trazem as novas tecnologias ligadas à chamada web 2.0²¹⁸ ainda são muito recentes, principalmente no Brasil. Entretanto, o número de artigos, livros e análises diversas vêm se multiplicando nos últimos anos.

Suely Fragoso, Raquel Recuero e Ariana Amaral, em *Métodos de Pesquisa para internet* (2011) elaboraram um profundo e esclarecedor panorama histórico dos estudos de internet. Apontaram que no início da década de 90 tais estudos tinham a características de sobrevalorizar as mudanças que a difusão da internet podiam trazer à sociedade, além de exaltar a dicotomia *online/off-line*.

Hine (2000 apud FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p.40-41), chama a atenção para não olharmos a internet como uma “cultura que contém a si mesma”, como algo fechado em si e para si. Defende a perspectiva de olhar a internet como *artefato cultural*; pensando-a assim como uma parte da cultura, um campo multifacetado e que permite apropriações, ou seja, é um produto cultural passível de variados usos e significados em diferentes contextos.

As citadas autoras trazem, ainda, uma terceira tendência oriunda de estudos europeus, principalmente da academia espanhola, que aproxima-se da perspectiva da internet como artefato cultural mas acrescenta à essa visão uma perspectiva mais praxeológica em que a internet é tratada como uma tecnologia midiática que surge das práticas sociais e que ainda geram outras mais.

Essa última abordagem citada permite construir o objeto de pesquisa (estudo sobre internet) observando e analisando “não apenas a dimensão simbólica, mas também a dimensão material no qual o campo é definido durante a pesquisa” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p.44)

Dessa última forma citada, a pesquisa voltada à internet propõe a perspectiva para além da dicotomia *online/off-line* e entende a internet como mídia que traz aos seus atores uma infinidade de possibilidades de práticas e estratégias comunicacionais.

Tratando o mundo da internet por meio desse viés, como mídia, essa abordagem traz a possibilidade de se analisá-la através de “representação (narrativas), práticas (agenciamentos) e materialidade (infraestrutura)” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p.44).

²¹⁸ Há várias classificações e sobre a Web 2.0, entendemos e a tratamos aqui como as novas tecnologias que surgiram a partir das primeiras décadas do século XXI que permitiram que o usuário de internet pudesse não ser apenas um receptor passivo de informações, mas que fosse além para criar, comentar, compartilhar, entre outros.

Valderatto (2010 apud FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p.45) afirma que o tratamento da internet por esse viés tem produzido as mais sofisticadas pesquisas sobre o tema. Com essa perspectiva, é possível se utilizar de pesquisas qualiquantitativas e determinar as práticas e abordagens da pesquisa quantitativa e qualitativa em fases complementares e sucessivas levando em consideração: o problema da pesquisa, a filiação teórica do pesquisador, as características do universo a ser pesquisado, os tipos de amostras possíveis a serem analisados, entre outros.

A presente pesquisa nasceu do desejo de se levantar reflexões acerca da criação e difusão na internet de um grupo de discussão no *Facebook* (*Mobilização dos professores de Goiás – MPG*) com viés de luta social formado por professores no Estado de Goiás.

Os questionamentos iniciais eram: quais motivações teriam os criadores do grupo? Por que atingiram milhares de membros em tão pouco tempo e qual foi a real influência que tiveram como movimento social nas relações de poder entre o governo e o sindicato?

Para tentar compreender a primeira pergunta, foi realizado um estudo sobre as condições e modificações de trabalho dos professores de Goiás no final de 2011 e início do ano seguinte.

Foi constatado que ocorrera, naquele momento, uma reforma realizada pelo governo a fim de reestruturar tanto as relações de trabalho quanto a tabela de vencimentos e de carreira.

Em resposta a essas mudanças promovidas pelo governo, ocorrera uma greve dos professores estaduais de Goiás promovida pelo Sindicato dos trabalhadores em Educação (SINTEGO) nos meses de fevereiro e março de 2012.

O MPG fora criado no final de novembro de 2011 e essa greve foi escolhida como recorte temporal para se tentar responder alguns dos questionamentos. Em um momento de greve e analisar os modos como os professores exigem-se comunicação e mobilização e analisar os modos que os professores se apropriaram da internet para realizar suas ações de greve poderia se levantar reflexões sobre esse objeto de pesquisa: um grupo formado por professores que se utilizaram do *Facebook* para promover luta social no cenário político goiano.

A intenção não era realizar um estudo sobre a gama e a variedade de grupos ativistas ou mesmos da classe social de professores no *Facebook*. O universo de análise era focado em apenas um: o MPG.

Foi analisada a estrutura de grupos nessa rede social e as características peculiares do objeto em foco, sempre com a consciência de que cada escolha e caminho tomado durante a pesquisa impacta no mundo de observações a serem feitas tanto na construção de amostras quanto na coleta e análise de dados. (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011).

Após a abordagem inicial, dos esclarecimentos acerca dos problemas iniciais a serem levantados e do recorte temporal a se trabalhar, iniciou-se o momento de iniciar a coleta de dados a fim de se construir a amostragem para uma posterior análise quali-quantitativa.

Este trabalho de pesquisa encontra-se no estágio final, realizando as devidas análises da amostragem colhida, bem como de reflexão e problematização dos caminhos trilhados até aqui para se conseguir aprimorar ainda mais a análise dos resultados e se precaver contra alguns dos entraves encontrados para futuras pesquisas. O presente texto trata de esclarecer os critérios para a construção das amostras e de como se escolheu realizar uma pesquisa que trabalhou com critérios quantitativos e qualitativos, de forma complementar e sucessivamente.

O SURGIMENTO DO MPG NA REDE SOCIAL *FACEBOOK*

A presente pesquisa nasceu da percepção de que, em Goiás, um grupo de professores mobilizados pela internet e pela rede social *Facebook* estava agindo de forma autônoma e, muitas vezes, sem o apoio do Sindicato, causando certo constrangimento ao governo estadual.

Esses professores, preocupados com os rumos políticos que o Governo de Goiás estava tomando na área da educação e insatisfeitos com a aparente apatia do Sindicato dos trabalhadores da Educação de Goiás (SINTEGO), criaram nessa rede social um Grupo de Discussão com o nome “Mobilização dos Professores de Goiás - MPG”²¹⁹.

O *Facebook*, criado em 2004 por Marck Zuckerberg²²⁰ e outros estudantes da Universidade de Harvard, possuía, no Brasil no final de 2012, mais de 47 milhões de

²¹⁹ <https://pt-br.facebook.com/mobilizacaodosprofessoresdegoias>. Acessado em: 20/08/2016.

²²⁰ A história do Facebook pode ser melhor conhecida no livro de Ben Mezrich denominado *Bilionários por acaso: A história do Facebook* (devidamente citado nas REFERÊNCIAS) O livro ainda se tornou filme com o nome *The Social Network* (2010), que, no Brasil, levou o nome de *A Rede Social*.

usuários e atingia 23,38% da população total do país e 61,90% da população on-line brasileira²²¹.

A ferramenta *Groups* (Grupos de Discussão) foi criada em 2010, uma nova ferramenta da rede social para que os usuários pudessem criar “pequenos grupos com pessoas selecionadas para a troca privada de informações”²²². A ideia inicial era criar um meio pelo qual os usuários pudessem compartilhar informações privadas com pessoas de um grupo particular sem que essas informações caíssem na *timeline* dos usuários (geralmente, pública).

“Quando o membro de um grupo posta algo no espaço privado, todos seus integrantes irão receber a notificação sobre o post. Agora, por exemplo, um casal de usuários que posta as fotos de seus filhos não tem mais que adivinhar se os familiares viram, pois, quando o material é inserido no Grupo Família, todos os membros serão avisados sobre as fotos e o conteúdo disponibilizado apenas aos participantes dessa comunidade²²³.”

Talvez, os responsáveis pelo *Facebook* não poderiam imaginar que essa nova ferramenta chegaria a formar grupos com dezenas ou até centenas de milhares de membros. Basta entrar nessa seção²²⁴ da rede social para encontrar alguns exemplos disso²²⁵.

O grupo *Mobilização dos professores de Goiás* (MPG) foi criado em novembro de 2011 por professores que decidiram utilizar esse meio de comunicação (grupos) em uma reunião ocorrida no início de dezembro desse ano. Não foi possível encontrar registros que determinem com exatidão a data de tal reunião.

Essa reunião foi marcada e divulgada pela rede social *Facebook*. Já havia se formado alguns grupos de discussão sobre educação em Goiás, tais como o *Educadores em Goiás*²²⁶ e o *Mobilização a fim de discutir a matriz curricular do ensino médio em Goiás*²²⁷.

²²¹ Informações retiradas <http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/a-origem-do-facebook-4934191>. Acessado em: 20/08/2016.

²²² <https://www.facebook.com/FacebookBrasil/videos/vb.123739327653840/1544398803213/?type=2&theater>. Acessado em: 20/08/2016.

²²³ *Ibidem*.

²²⁴ <https://www.facebook.com/groups>. Acessado em: 20/08/2012.

²²⁵ http://www.ehow.com.br/encontrar-grupos-numero-participantes-facebook-como_330065/. Acessado em: 20/08/2016. Nesse link, você aprender como procurar grupos mais numerosos no Facebook.

²²⁶ <https://www.facebook.com/groups/191324717596142/?fref=ts>. Acessado em: 20/08/2016.

²²⁷ <https://www.facebook.com/groups/191324717596142/?fref=ts>. Acessado em: 20/08/2016.

O segundo grupo surgiu no final de novembro de 2011, partiu da necessidade que professores sentiram em resistir a mudanças curriculares que o Estado de Goiás estava planejando naquele momento. A Secretaria de Educação do Estado estava com um projeto que reduziria a carga horária de disciplinas como filosofia, sociologia, educação física e artes. Não foi encontrado nenhum documento oficial referente a essa mudança nem no grupo dos professores, muito menos nas páginas virtuais da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC-GO) e na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Havia um documento no site oficial do Sindicato dos professores de Goiás (SINTEGO), mas o *link*²²⁸ já não se encontra mais ativo²²⁹.

O que pode se averiguar é que essa tentativa de reformular a carga horária em 2011 pela SEDUC-GO foi adiada para o ano seguinte quando o então secretário Thiago Peixoto (PSD) criou o plano de educação denominado *Pacto pela Educação*²³⁰.

O grupo *Mobilização a fim de discutir a matriz curricular do ensino médio em Goiás* foi aumentando com a adesão de professores da rede, intelectuais da educação e ativistas. Pode-se dizer que esse grupo foi um embrião do *Mobilização dos Professores de Goiás (MPG)*. É possível afirmar isso através do histórico de postagens presentes nesse grupo. Pode-se constatar que o utilizaram para marcar uma reunião entre eles. Nesse encontro, pessoal e fisicamente, os membros tomaram a decisão de migrar para o recém-criado grupo: o *Mobilização dos Professores de Goiás -MPG*²³¹.

O grupo que nasceu para discutir a proposta do governo para uma nova matriz curricular ainda existe, e possui 357 membros²³². O novo grupo virtual que surgia, cunhado pela sigla MPG, possui, hoje: 19.881 membros²³³.

Nos dias atuais o grupo *Educadores em Goiás* possui mais de 8.557 membros, devido a esse grande número de participantes e de postagens não é possível determinar

²²⁸ *Link* refere-se a endereços virtuais na internet. Toda página inserida na rede WWW (World Wide Web) possui um *link*.

²²⁹ Nessa publicação do grupo *Mobilização a fim de discutir a matriz curricular do Ensino Medio* é possível constatar que havia um documento referente a essa mudança na página virtual do SINTEGO, entretanto esse *link* se encontra inativo. <https://www.facebook.com/groups/273344239378830/permalink/277196392326948/>. Acessado em 20/08/2011.

²³⁰ <http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/>. Site oficial da Secretaria de Educação para promover o plano de educação que foi iniciado em 2012.

²³¹ Fica bem claro essa intenção na fala de um dos membros nessa postagem de 18/12/2011. <https://www.facebook.com/groups/273344239378830/permalink/287057864674134/>. Acessado em 20/08/2016.

²³² <https://www.facebook.com/groups/273344239378830/>. Acessado em 20/08/2016.

²³³ <https://www.facebook.com/groups/mobilizacao.professores.go/>. Acessado em 20/08/2016.

quando foi criado. O que é possível determinar é que foi criado em meados de 2011 e que, através de postagens antigas²³⁴ do grupo sobre a matriz curricular, o *Educadores em Goiás*, em 18 de dezembro de 2011, já possuía cerca de 800 membros²³⁵. Também houve, nesse grupo, a tomada de decisão para migrar os membros e as ações para o nascente *Mobilização dos Professores de Goiás-MPG*.

Além a ferramenta de Grupos, os professores usuários de Facebook também contavam com as funções: *timeline*, *feed de notícias* e *chat*.

Como o próprio nome supõe, a função *timeline* é uma espécie de linha do tempo que todos os usuários possuem e onde ficam armazenadas todas as publicações do usuário em ordem cronológica²³⁶. Quando se publica algo nela, caso se escolha a opção público, a postagem aparece no *feed de notícias*, que é o local onde é possível visualizar, curtir, comentar ou compartilhar o que cada um dentro da rede de “amizades” publica na sua própria *timeline*. Ou seja, a *timeline* é o conteúdo que o usuário publica na sua própria página, e se se optar pela opção postagem pública, o conteúdo aparece no *feed de notícias* que é um mural de tudo (ou quase tudo²³⁷) que os “amigos” publicam e pode com eles interagir por meio de “curtir”, “comentar” ou “compartilhar”.

O *chat* é a função que permite criar um bate-papo privado com um ou mais amigos²³⁸.

As chamadas Novas Tecnologias de Informação (NTCIs) trouxeram potencialidades gigantescas que permitem a criação e difusão de informação capazes de alcançar e agregar um grupo muito grande de pessoas. Os professores e ativistas em educação de Goiás perceberam a capacidade desse novo meio de se comunicar e fizeram uso dele.

Foi utilizando o *Facebook* para trocar informações e realizar denúncias que começaram a promover reuniões presenciais e manifestações de rua com pautas discutidas previamente na rede social, de maneira horizontal e aberta entre seus membros.

²³⁴ <https://www.facebook.com/groups/273344239378830/permalink/287057864674134/>. Postagem do grupo *Mobilização a fim de discutir a Reforma da Matriz Curricular em Goiás*.

²³⁵ As lacunas e problemas de se obter informações detalhadas sobre grupos do Facebook, principalmente os numerosos, serão tratadas posteriormente nesse artigo.

²³⁶ Essa função passou a ser obrigatória para todos os usuários em janeiro de 2011. Para maiores informações de como funciona: <http://g1.globo.com/tecnologia/blog/tira-duvidas-de-tecnologia/post/entenda-como-funciona-a-timeline-do-facebook.html>. Acessado em 20/08/2012.

²³⁷ Atualmente, o Facebook possui um sistema de filtrar publicações que aparenta mais interessantes para o usuário. Essa ferramenta não era tão intensa e eficiente em 2012.

²³⁸ Para maiores e gerais informações acerca dessas funções, é possível acessar o espaço de ajuda do Facebook: <https://www.facebook.com/help/>. Acessado em 20/08/2012.

Assim, pensando em concentrar os debates e ações, no final de dezembro de 2011, foi criado no *Facebook* o grupo *Mobilização dos Professores de Goiás* e os professores criadores trabalharam para expandi-lo: adicionando pessoas amigas; criando e compartilhando informações e postagens; fazendo manifestações nas ruas com faixas e *banners* com o endereço virtual e o nome do grupo.

Após o término de uma greve estadual dos professores estaduais de Goiás em fevereiro e março de 2012, o grupo já contava com 6.512 membros²³⁹. Atualmente, o grupo possui 19.874 membros²⁴⁰.

OS CAMINHOS PERCORRIDOS E OS ENTRAVES PERCORRIDOS PARA CONSTRUÇÃO DA AMOSTRA

Em janeiro de 2015 foi iniciada a coleta de dados do grupo *Mobilização dos Professores de Goiás - MPG* no *Facebook*. Foi pensado em coletar todas as postagens publicadas pelos usuários nos meses de fevereiro e março de 2012, período referente à greve dos professores do Estado.

O objetivo era obter todas essas postagens com os conteúdos que cada uma trazia, quem eram os membros que postavam e quais conseguiam maior número de curtidas, comentários e compartilhamentos.

Através dessa coleta, tinha-se o objetivo de analisar o modo como o grupo cresceu durante a greve, além de poder estabelecer parâmetros de análise sobre os significados que teriam uma postagem com número elevado de curtidas e compartilhamentos.

Como já se percebia que o número de postagens seria muito grande, optou-se por fazer uma análise previamente quantitativa (postagens mais curtidas, mais comentadas e membros que mais postavam ou mais comentavam) e após essa fase estabelecer critérios de análise qualitativa a fim de levantar análises mais profundas sobre algumas publicações, membros e conexões que se sobressaíram na análise primeira, quantitativa. Das milhares de publicações iniciais fechava-se um foco para análise qualitativa em um

²³⁹ Dado retirado no próprio grupo, publicação do dia 11/03/2012, e no Jornal Opção, Edição 1915. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=388121954531645&set=o.151916474910978&type=1&theater>. // <http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/-esquerda-do-sintego>. Acessado em 20/08/2016.

²⁴⁰ Dados retirados também do grupo. <https://www.facebook.com/groups/mobilizacao.professores.go/>. Acessado em 20/08/2016.

grupo de dez que aparentam ter maior grau de impacto (através dos números de curtidas, comentários e compartilhamentos).

De acordo com Suely Fragoso, Raquel Recuero e Adriana Amaral, amostras quantitativas são importantes ferramentas quando se tem um universo muito grande e deseja-se construir uma amostra que represente, através de critérios probabilísticos e estatísticos, um universo em escala menor e, relativamente, fiel. (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011)

Ainda segundo as autoras, as pesquisas quantitativas são “adequadas para “apreensão de variações, padrões e tendências”, muito embora elas não são tão eficientes para analisar singularidades e para realizar aprofundamento e contextualização. As pesquisadoras apontam, ainda, que um caminho possível é a pesquisa qualiquantitva que utilizam os dois modos de construir amostras e análises de maneira complementar e sucessiva uma a outra. (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p.67)

Já no início da pesquisa as primeiras dificuldades já apareceram e residiam na própria estrutura da ferramenta *grupos* do *Facebook*. Em grupos menores, com números de publicações que não beiram os milhares ao mês, é possível correr todas as publicações históricas através do mural principal do grupo de forma cronológica. A medida que vai se descendo a barra de rolamento, as postagens anteriores vão aparecendo.

O grupo *MPG*, no momento da pesquisa, já possuía quase vinte mil membros e as publicações que se buscava datavam de quase três anos atrás. Demonstrou-se ser impossível chegar nas publicações pretendidas por meio da barra de rolamento do mural do grupo, ficava-se horas e horas e não se alcançava publicações mais antigas do que de alguns meses atrás. Por fim, o *Facebook* “travava” pela quantidade finita, mas extremamente numerosa de publicações abertas.

A resposta primeira foi a de buscar as publicações através da ferramenta de busca do *Facebook* dentro do próprio grupo, procurando: “fevereiro 2012” e “março 2012”. Entretanto, para total desilusão, essas tentativas não buscavam mais do que algumas poucas postagens (sabia-se que o número total deveria ser bem maior). Do mês de fevereiro foram encontradas sete postagens, de março apenas cinco.

Seria possível que o *Facebook* não guardava essas publicações em seus arquivos? Infelizmente, a rede social não possui uma central de informações muito ativa. Quando se precisa de alguma ajuda, há um *link* ao usuário que o leva o usuário a uma página de

ajuda que a rede social possui. Lá há perguntas frequentes, resolução de problemas e dúvidas, entretanto, nada que poderia resolver o problema da coleta de dados antigos.

E-mails e mensagens foram enviadas a central de ajuda do Facebook, entretanto, mais de um ano e meio se passou e nenhuma resposta foi obtida da maior rede social do mundo a respeito disso.

Analisando mais o grupo e procurando maneiras de encontrar postagens desses referidos meses, percebeu-se que a ferramenta grupos possui um espaço onde ficam armazenadas as imagens e vídeos. Ali estavam todas as postagens que possuíam alguma imagem, vídeo ou algum tipo de *link* em seu conteúdo. Eram inúmeras, mas estavam disponíveis e fáceis de serem acessadas e catalogadas.

Foi descoberto, posteriormente, que demais publicações não foram apagadas, elas ainda estão lá, ainda possuem *links* ativos que levavam a elas, entretanto não há ferramenta alguma disponível para buscá-las. Ainda estavam presentes, cada uma com seu endereço próprio, mas sem uma forma de encontra-las. Foi possível se chegar a essa conclusão porque algumas das postagens com vídeos e imagens possuíam em seu conteúdo o endereço de algumas dessas postagens “perdidas”.

Ainda se tinha o interesse em analisar as postagens do grupo na época da referida greve, por isso foi iniciado a coleta de dados com as publicações que foram possíveis de se encontrar.

A amostragem tornou-se mais limitada, muito embora, não esgotava todas as possibilidades de análise. Entretanto, é muito importante se ressaltar essa dificuldade para deixar claro que a amostragem não reflete a totalidade do universo existente de publicações, mas sim, o universo que foi possível de se encontrar e trabalhar.

Sabe-se que muitas postagens possuíam apenas textos e discussões que elas também poderiam ter sido de grande relevância para a análise, mesmo assim o historiador deve trabalhar com as fontes que lhe são disponíveis.

A análise das publicações que estavam disponíveis e passíveis de ser interpretadas ainda poderia demonstrar grande relevância para a pesquisa, poderiam mostrar os tipos, entre elas, que possuíam maior grau de impacto entre os membros e demonstrar características importantes desse grupo, o *MPG*, e como seus membros nele participavam e interagem.

Outro problema inicial foi perceber que a ferramenta grupos, nas publicações, possibilita ao usuário a opção de se compartilhar o conteúdo na sua própria *timeline* ou

mesmo na de um amigo. Entretanto, na época da coleta de dados, o *Facebook* não mostrava quantos compartilhamentos havia em uma postagem dentro do grupo, o que tornava impossível se estabelecer o quanto uma postagem foi compartilhada pelos membros do grupo e usuários do *Facebook*.

Hoje, devido a mudanças que a rede social realizou na sua estrutura e *layout*, é possível visualizar o número de compartilhamentos que uma postagem possui. Isso demonstra o quanto a internet possui caráter dinâmico e sempre em mudança. Quiçá, um dia será possível buscar publicações mais antigas sem tantas complicações

A amostra, após esses primeiros revezes, passou a ser construída catalogando toda e qualquer postagem que fosse possível de se encontrar, quase a totalidade delas eram imagens que possuíam em seu conteúdo algum vídeo, imagem ou *link*.

Um outro dado que não foi possível determinar por nenhuma ferramenta disponível pelo *Facebook* foi o de como se deu o aumento do número de membros. É apontado pela rede social apenas o número de membros que o grupo possui no atual momento em que se acessa a página do grupo. Foi possível aferir o número de participantes do grupo nos meses estudados devido ao conteúdo de alguns comentários dos membros nas publicações catalogadas que fizeram referência ao assunto²⁴¹.

RESULTADOS E ANÁLISES

Montou-se a amostra a partir do programa *Excell* do *Windows*. A cada postagem era dada um número de arquivo, registrava-se o seu endereço virtual, a data da publicação, o conteúdo detalhado, membro postador, número de curtidas, número de comentários, membros que comentaram com a data, conteúdo e número de curtidas do comentário. Também foi realizado a cópia de todo o conteúdo das publicações e transformadas em arquivo de imagem com nome de registro criado na amostra.

Após o trabalho de quase um ano e meio, foi finalizada a coleta no recorte temporal já estabelecido (fevereiro/março de 2012).

Foram colhidas 1460 publicações, entendeu-se por publicação todo endereço virtual produzido dentro do grupo que gerava a opção (curtir, comentar, compartilhar)

²⁴¹<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=388121954531645&set=o.151916474910978&type=1&theater>

dentro das que foram possíveis se encontrar. Nessas, foram encontrados e catalogados 7.178 comentários²⁴².

Foi detectado um grande avanço no número de postagens de um mês para o outro: fevereiro com 469 postagens e março com 991. As publicações colhidas do mês março correspondem, então a 67,9% da amostra. Através desse aumento no número de postagens pode-se aferir que o número de membros ou participação dos mesmos aumentaram com o decorrer do movimento paredista.

Tabela 1. Frequência do n° de postagens em relação nos meses de fevereiro e março de 2012

Mês	Total	%	χ^2	P
Fevereiro	469	32,1	186,6	< 0,0001
Março	991	67,9		
Total	1460	100,0		

No mês de fevereiro foram 58 postadores catalogados. Destes, apenas 15 autores apresentaram número maior ou igual a 6 postagens. É um resultado, de certa forma, esperado, visto que sempre há aqueles no grupo que mais participam e mais produzem conteúdo. A análise do perfil desses líderes em número de postagens será feita em uma análise qualitativa que seguirá a essa primeira. Abaixo, uma tabela demonstra essa concentração em poucos membros, os nomes dos perfis foram trocados pelas iniciais para resguardar a imagem dos mesmos.

Tabela 2. Frequência do n° de postagens em relação ao mês de Fevereiro de 2012

Quem postou ? – Fevereiro	N	%	χ^2	p
F. D.	106	22,6	347,0	< 0,0001
F. Q.	43	9,2		
L. K.	42	9,0		
E. M.	28	6,0		
J. C.	25	5,3		
V. S. A.	19	4,1		
V. A. M.	15	3,2		
L. M. A.	14	3,0		
J. N.	10	2,1		

²⁴² Essas análises quantitativas foram realizadas com a consultoria privada para mais exatidão e eficiência nos resultados obtidos. Consultoria realizada pelo Dr. Silvio Gomes Monteiro, doutor em Genética pela Universidade de São Paulo e membro do Departamento de Biologia da Universidade Federal do Maranhão.

R. L. A.	10	2,1
J. L. V.	8	1,7
M. S.	8	1,7
E. Jr.	7	1,5
K. O.	6	1,3
P. M.	6	1,3
Outros 43 (com < 6 postagens)	122	26,0
Total	469	100

No mês de março, do total de 198 membros postadores, apenas 35 realizaram 6 ou mais postagens.

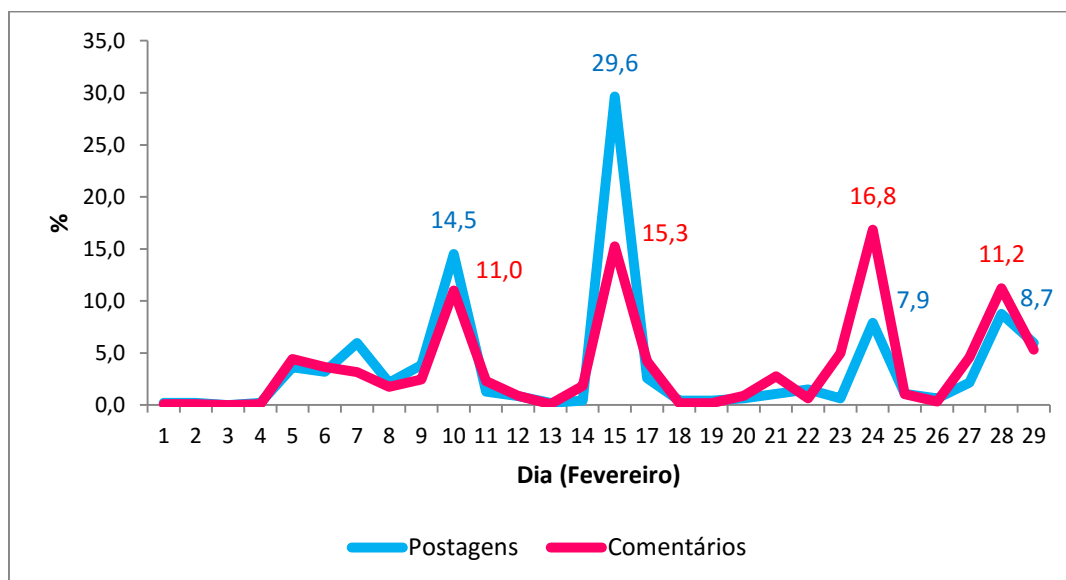
Tabela 3. Frequência do n° de postagens em relação ao mês de Março de 2012

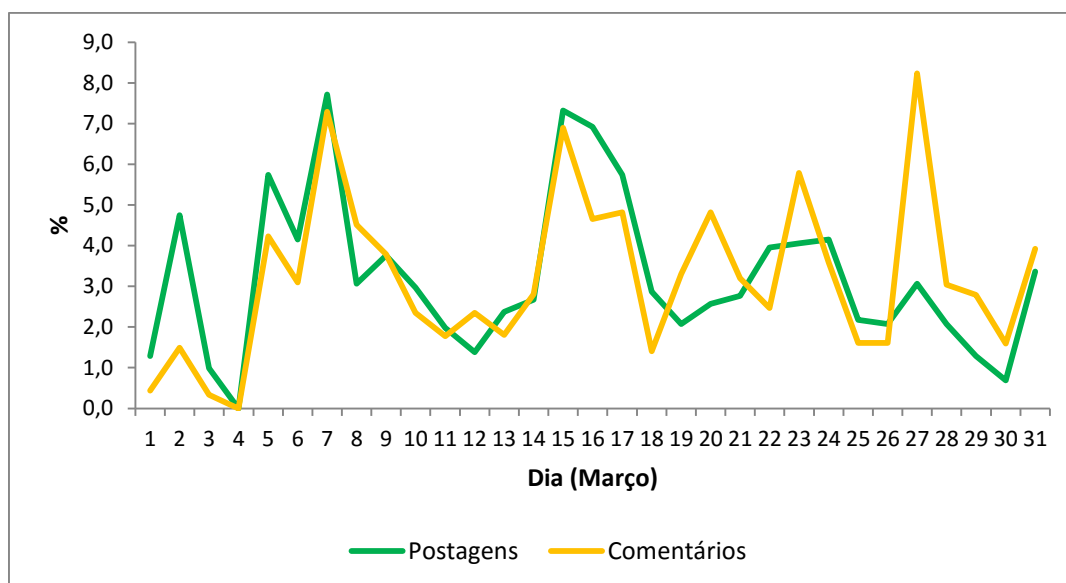
Quem postou ? – Março	n	%	χ^2	P
J. C.	235	23,7		
F. D.	39	3,9		
F. Q.	33	3,3		
G. V. da S.	28	2,8		
M. R.	26	2,6		
M. E. S. V.	24	2,4		
L. A. S.	23	2,3		
M. L.	23	2,3		
E. R.	20	2,0		
E. M.	17	1,7		
D. F. B.	14	1,4		
K. N.	12	1,2		
R. M.	12	1,2	2585,6	< 0,0001
G. M. de F.	11	1,1		
G. J. C.	11	1,1		
W. G.	11	1,1		
I. R. A.	10	1,0		
P. V. N.	10	1,0		
A. M.	9	0,9		
C. L.	9	0,9		
C. D.	8	0,8		
G. de M. N.	8	0,8		
K. F.	8	0,8		
L. M.	8	0,8		
N. S.	8	0,8		

C. T.	7	0,7
J. B.	7	0,7
J. E.	7	0,7
S. A.	7	0,7
A. F. F.	6	0,6
C. R.	6	0,6
C. A.	6	0,6
K. F.	6	0,6
T. O. M.	6	0,6
W. H. R. C. C.	6	0,6
Outros 163 (com < 6 postagens)	310	31,3

Além do número maior de postagens no mês de março, pode-se perceber que mais membros tiveram uma maior participação com um maior número de produção de publicações. Entretanto, ainda manteve-se a concentração do maior número de postagens por alguns poucos membros.

Outro gráfico que já foi possível realizar é a quantidade de postagens e comentários feitos em cada dia dos dois meses em análise.





Esses gráficos vão permitir a análise qualitativa das publicações e trazê-las ao contexto dos movimentos da greve que nesses meses corria. Poderá ser analisado o conteúdo das postagens nos dias de maior publicação, bem como os comentários que os membros realizaram.

O número de comentários por membros e a porcentagem de cada um ainda está sendo elaborada em gráfico e tabela. Há, ainda, o gráfico com 10 postagens mais curtidas e as 10 mais comentadas dos dois meses. Não serão aqui demonstradas por ainda carecerem de uma maior análise qualitativa das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ATÉ O MOMENTO)

Uma pesquisa intensa foi realizada para se coletar dados do grupo *MPG* no Facebook, apesar das lacunas e problemas apresentados. Já se encontra quase terminada a fase de pesquisa quantitativa para se classificar as postagens e comentários mais curtidos e comentados, e a quantidade de postagens feitas no decorrer dos meses de greve.

Já estão prontos os gráficos e tabelas dessa primeira parte da pesquisa quantitativa, inicia-se, nesse momento, a análise aprofundada em busca de singularidades e conexões.

Assim será possível estabelecer reflexões (e não generalizações) acerca das motivações dos membros em produzir publicações e comentários e levar essas considerações para o contexto maior em que estão inseridos, que é o momento de greve e a luta social pela educação no Estado de Goiás.

Após todas essas análises, pretende-se também levantar reflexões acerca das motivações a se criar o grupo MPGe refletir sobre a influência que exerceram no quadro de poderes em relação ao Estado e ao Sindicato de Professores de Goiás. Não deixando de salientar que se trata de reflexões e levantamentos e não de construir verdades absolutas e finalizadas sobre tema e o objeto.

Há, ainda, muito a se percorrer; aqui foi retratado um pouco dos caminhos percorridos e o que, hoje, se almeja para os próximos meses. O trabalho ainda está a fazer-se.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança – Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FRAGOSO, Suely, RECUERO, Raquel, AMARAL, Adriana. *Métodos de Pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GUEDES, Taís Morais. *As Redes Sociais – Facebook e Twitter – e suas influências nos Movimentos Sociais*. Dissertação de Mestrado do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2013.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. - São Paulo: Editora 34, 1999.

RAMOS, Márcia Elise Teté. *O estudante de Ensino Médio nas comunidades virtuais “eu amo história” e “eu odeio história” e uma questão antiga: pra que serve a história?*. Revista Antíteses, Vol.5, nº10, 665-689, julho/dezembro, 2012.

SERRA JUNIOR, Gentil Cutrim, NUNES ROCHA, Lourdes de Maria Leitão. *A internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais*. Revista Katál, Florianópolis, vol.16,n.2, p-205-213, julho/dezembro, 2013.

O SANGUE DA TERRA: APROPRIAÇÃO E USO DO SOLO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA DA PEDRA NO MUNICÍPIO DE ARRAIAS – TO

*Genivaldo Da Silva Santos*²⁴³

RESUMO: O presente artigo pretende fazer uma análise sócio histórica da Comunidade Quilombola de Lagoa da Pedra, situada no município de Arraias no Estado do Tocantins. Analisando a predominância da propriedade privada da terra como característica fundamental que a distingue das demais comunidades remanescentes de quilombos brasileiras – genericamente denominadas de kalunga. Procurando destacar que fatores contribuíram para a permanência de tal característica mesmo diante das imposições de um título de propriedade coletiva por parte da Fundação Cultural Palmares e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para o reconhecimento e titulação da mesma.

Palavras-chave. Quilombo, Capitalismo, Propriedade da terra, Economia.

O objetivo deste artigo não é realizar um estudo aprofundado sobre o período escravocrata da história brasileira. Entendemos, porém, que não é possível discorrer sobre o tema dos quilombos e quilombolas sem fazer uma breve análise da escravidão como política oficial da Coroa portuguesa implantada no Brasil, que vitimou centenas de milhares de africanos que sequestrados de suas sociedades de origem foram desumanizados, escravizados transformados em mercadorias para atender as necessidades do capitalismo colonial europeu. Para (DRESCHER, 2011:5),

No momento da aquisição, e frequentemente pelo resto de suas vidas, elas eram pessoas subordinadas com direitos limitados nas sociedades que viviam e morriam. Seus corpos, seus tempos, seus serviços e, muitas vezes, seus filhos estavam disponíveis aos outros como fontes de trabalho, prazer e controle, ou como objetos de violência.

²⁴³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Especialista em História Afro Brasileira e Africana da Universidade Federal de Goiás na modalidade EaD pela Universidade Aberta do Brasil. Graduando em Gestão Pública pela Escola de Governo do Estado de Goiás Dr. Henrique Santillo.

A escravidão como é a prática social em que o ser humano sofre processo desumanização e se torna propriedade de outro, essa condição só é possível pelo uso da força. Em todas as sociedades que utilizaram a escravidão como modo de produção, os escravos eram legalmente considerados como mercadorias.

Percebe-se com isso que a escravidão sempre teve um objetivo econômico, o escravo era uma propriedade de seu senhor, sem quaisquer direitos, salvo algumas exceções como a escravidão por dívida, podendo ser vendido, alugado, emprestado ou deixado em herança. Logo podemos afirmar que o escravo era uma mercadoria que produzia mercadorias, em troca recebia alimentação, abrigo e vestuário e não raro sofriam castigos severos. Eram utilizados nos mais diversos tipos de serviços como: agrícolas, de mineração, domésticos, como gladiadores e em casos mais raros como combatentes de guerra. Uma das formas de se conseguir escravos na antiguidade eram as guerras de conquista, visto que, o guerreiro derrotado era reduzido à condição de escravo, esse método predominou na Grécia Antiga. Onde também havia uma segunda modalidade de escravidão, a escravidão por dívidas onde o devedor podia ser escravizado pelo credor até saldar a dívida, quando então, retomava seu status de cidadão.

A escravidão como organização institucionalizada pelo Estado surgiu entre os gregos que fizeram dela uma de suas principais fontes de rendas. No entanto outros povos também se utilizaram do sistema escravista, porém, um com especificidades próprias, pois em muitas comunidades o escravo podia vir a ser um membro da família.

Nesse sentido a escravidão era vista como uma condição natural de vida para determinados grupos sociais, sendo que geralmente eram proibidos de terem propriedades, casarem-se, constituir famílias ou servirem como testemunhas em tribunais.

Porém, em casos raros havia a possibilidade de conseguirem a liberdade, mesmo que não conquistassem a condição plena de cidadãos, era a chamada alforria, uma espécie de recompensa pela fidelidade e bons serviços prestados ao seu senhor.

Dessa forma percebemos que a história da escravidão como prática socioeconômica humana é muito antiga. Em relação a história da escravidão negra no Brasil, ela tem suas raízes históricas em algumas sociedades africanas que já praticavam a escravidão antes mesmo da chegada dos europeus. Assim conhecer a escravidão africana é também conhecer um antigo sistema de trabalho compulsório transformado no negócio mais rentável praticado por vários povos europeus entre os séculos XV e XIX e

que alteraria profundamente a organização socioeconômica de diversas sociedades no continente africano. É importante compreender o processo pelo qual milhões de homens, mulheres e crianças sofreram um processo de despersonalização para atender as necessidades da expansão mercantilista europeia no Novo Mundo. Daí a necessidade de compreender a África como principal centro de diáspora forçada da era moderna, fato que possibilita um conhecimento mais aprofundado em relação ao negro na sociedade brasileira.

No século XV, quando os portugueses desembarcaram no Norte da África depararam-se com sociedades cujas formas de organização social, política, econômica e religiosa não condizia com estrutura organizacional dos povos da Europa.

Entre os africanos os laços sociais confundiam-se com laços de parentesco, visto a predominância de extensos grupos familiares na base da sociedade. Esta também era uma estratégia que concorria para consolidar a identidade individual e de grupo, ou seja, o lugar social da pessoa era dado pela relação direta ou indireta de parentesco com o patriarca ou matriarca da linhagem familiar. Nesses grupos os *griot* desempenhavam papel de suma importância por serem os repositórios vivos das tradições orais mantinham a memória dos antepassados viva, promovendo com isso a coesão social a partir de uma matriz cultural comum.

No entanto, a escravidão era uma instituição tradicional no mundo africano, onde o escravo era despersonalizado e obrigado a assumir a identidade cultural de seus senhores, mas apesar disso não era considerado uma mercadoria, como no escravismo europeu. Apesar do tráfico interno de escravos na África ter-se constituído numa importante atividade econômica que contribuiu para a formação dos reinos negros sudaneses de Gana, Mali e Songai. Segundo (SILVA, 2011:273),

A captura e venda de escravos às cáfilas transaarianas podem ter sido um dos fatores de consolidação dos primeiros reinos sudaneses. Organizados militarmente para se defender dos ataques de berberes predadores de escravos, esses reinos passaram a empreender razias contra os vizinhos mais débeis, para trocá-los com os camaleiros por armas, cavalos e objetos de prestígio, essenciais ao fortalecimento do poder de uma nascente aristocracia guerreira e de quem ela tinha por chefe.

Em relação a escravidão europeia Florentino (2014: 22) propõe que são três os grandes eixos a partir dos quais o tráfico de escravos pode ser tratado: como cálculo econômico da empresa escravista colonial, enquanto fluxo demográfico e como um

negócio. Isso mostra que a reprodução humana do ponto de vista do capital, nada mais é do que a reprodução da força de trabalho, pode-se concluir com isso que o tráfico de escravos era elemento chave para a economia escravista na qual se apoiava a empresa colonizadora.

Além disso, a expansão colonial, criava a necessidade de agregar novos braços ao trabalho escravo devido ao aumento das exportações de produtos naturais. Fato este que só foi possível pela importação cada vez maior de escravos vindos de várias partes da África como os reinos da Guiné, Benim, Angola, Congo, Moçambique e Mali, entre outros.

Portugal intensifica o comércio com esses reinos ampliando os conflitos inter-étnicos que resultaram diretamente numa recomposição geográfica desses territórios ao mesmo tempo em que produziam escravos para o mercado interno e externo. A escravidão como atividade econômica transformou determinados pontos da costa africana em importantes centros de comércio entre os séculos XV e XVIII, fazendo surgir grandes centros urbanos no Senegal, Gambia e Gana.

A região conhecida como Costa da Mina torna-se durante os séculos XVI e XVII, numa das maiores fornecedoras de cativos para o Brasil, enquanto entre nos séculos XVIII e XIX, o eixo econômico é desviado para o Sul, na região de Angola (FLORENTINO, 2008:21). Os escravos chegados ao Brasil passam a atender as necessidades de expansão da lavoura canavieira no Nordeste, e posteriormente grande parte dos mesmos são desviados para as atividades mineradoras no Sudeste e para o planalto central brasileiro. Visto os primeiros descobrimentos de ouro na cabeceira do rio Vermelho em 1726 pela bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (o filho), apesar de que a região de Goiás já era conhecida em São Paulo e Belém desde 1592. (POLONIAL, 2006: 13. Apud. PALACIN, 1994: 14-15).

Nesse cenário os quilombos surgiram como centros de resistência, luta pela liberdade e preservação da cultura africana no Brasil

O conceito de escravidão africana é distinto daquele que designa a escravidão implantada na América portuguesa. Desde que o negro era capturado, aprisionado na África era convertido numa mercadoria teoricamente sem vontade própria pelo capitalismo colonial europeu, sendo então exportado para várias partes do mundo conhecido.

Depois de uma longa e dura travessia oceânica os sobreviventes eram vendidos nos mercados de escravos da Bahia, do Rio de Janeiro e Pernambuco, não raro seus laços familiares e de amizades tinham seu processo de rompimento iniciados ainda no continente africano e eram completados diante das novas realidades que lhes eram impostas na colônia. Procurava-se dominá-los sob todos os aspectos: social, econômico e cultural. Para Matoso (1990:100-101), tal processo alienava o negro africano de “todas as ligações que formam o indivíduo social, como laços familiares, de clã e comunidade” as características essenciais que formam sua personalidade e consolidam sua identidade.

Porém, apesar da situação de exploração e degradação humana a que eram submetidos, os africanos e afrodescendentes escravizados em terras americanas desenvolveram diversas formas de resistência a situação que ora viviam. (THORTON, 2004:217).

Os sistemas sociais no novo mundo atlântico forneceram um amplo leque de possibilidades de vida e carreiras para os escravos africanos e afro-americanos. Alguns eram sistemas agrícolas penosos, em que escravos eram na maioria do sexo masculino, raramente constituíam família, morriam cedo, no qual talvez nunca tenham tido a oportunidade de adaptar sua cultura ao novo meio ambiente ou de transmitir esses novos conceitos ou a cultura original para as próximas gerações. Mas em outras circunstâncias, mesmo em sistemas agrícolas, os escravos africanos e afro-americanos logo formaram comunidades nos vilarejos e, embora fossem explorados em seu trabalho e tivessem um alto índice de mortalidade, suas comunidades permaneceram auto-sustentadas. Do mesmo modo, apesar de os escravos serem utilizados em serviços domésticos para os europeus se separarem dos outros africanos, e mais ou menos serem forçados a se reajustar ao novo ambiente, em muitos lugares onde os escravos realizavam tarefas domésticas eles tinham inúmeros contatos com outros africanos e podiam ainda desenvolver e transmitir um modelo baseado em sua cultura para outros universos.

Nota-se com isso que apesar de traumática a quebra das organizações sociais de origem dos cativos, os mesmos se viram obrigados a reorganizarem-se em termos de sobrevivência se adaptando a uma nova realidade muito diversa daquelas a que estavam acostumados. Nessa nova realidade a tensão entre senhores e escravos era permanente, visto, o grande número de cativos que era preciso para atender as necessidades de reprodução do capitalismo colonial, nesse cenário as revoltas tornaram-se frequentes apesar das exigências de submissão total por parte dos senhores. Para atingir esse objetivo, eram utilizadas como principais instrumentos a violência ou a persuasão, ‘os

senhores de engenho substituem a violência e as ameaças por uma verdadeira manipulação de caráter patriarcal e paternalista. Dá-me sua lealdade e eu te darei proteção e a identidade de minha família' (MATTOSO, 1990:103).

Apesar dessas propostas a resistência por parte dos cativos era notória, fazendo com que a Igreja Católica submissa aos senhores de escravos, entrasse em cena preconizando em seus sermões a humildade e a resignação dos cativos diante de seus senhores, utilizando como base de comparação a figura mítica de Jesus Cristo, (MATTOSO, 1990:114-114),

A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo em tudo maltratado e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isso se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciências também terá merecimento de martírio. Quando servis aos vossos senhores, não os servis como a quem serve a homens, senão como a quem serve a Deus; porque então não servis como cativos, mas livres, nem obedecéis como escravos senão como filhos.

Mesmo com essas tentativas de doutrinação para os cativos, a realidade se impunha com toda sua crueza, e a religião cristã não fazia quaisquer sentidos para a maioria dos escravizados, fossem eles empregados nas grandes fazendas monocultoras, nas regiões mineradoras ou nas cidades. A resistência se manifestava tanto de forma individual como coletiva, levando os proprietários de escravos a recrudescerem a violência e os castigos físicos contra os mesmos.

Nesse contexto surgem os quilombos como expressão maior da resistência negra ao sistema capitalista escravocrata colonial. Um dos vários conceitos para o quilombo palavra de origem banta é “povoação fortificada de negros fugidos do cativo, dotada de divisões e organização interna (onde também se acoitavam índios e eventualmente brancos socialmente desprivilegiados)”. (BORBA, 2011:1159). Também é utilizado o termo mocambo, palavra que originalmente se referia ao local de repouso utilizado por grupos nômades em deslocamento pelo território africano.

No Brasil esse conceito adquire um novo significado passando a designar as comunidades de escravos fugidos que se fixavam em locais de difícil acesso. Nessas comunidades relativamente isoladas buscava-se reconstruir de acordo com as possibilidades locais a estrutura sociocultural africana. Praticavam a economia de subsistência baseada na agricultura, pecuária, criação de pequenos animais e quando

possível a mineração, mas não raro praticavam o comércio com as vilas mais próximas. Dentre os mais célebres quilombos já formados em território brasileiro estava o de Palmares, que se situava no atual Estado de Alagoas.

Porém, muitos outros houveram que mesmo depois da abolição do sistema escravista em 1888 e da proclamação da República em 1889, permaneceram isolados mantendo estruturas físico-sociais e econômicas semelhantes aquelas dos primeiros agrupamentos quilombolas.

Isso não impediu que diversas comunidades sofressem agressões e tivessem suas terras tomadas, especialmente por grandes fazendeiros, visto, o descaso e abandono sofridos por parte do Estado. Como atesta Teske (2010:74. Apud. LEITE, 2000: 335).

Após a assinatura da Lei Aurea, em 1888, abolindo a escravatura no Brasil, houve, não por acaso, uma desqualificação dos negros ao tempo em que os lugares em que habitavam, entre eles muitos quilombos, também denominados “terras de preto”, não recebiam atenção por parte do poder público e, como agravante da situação, várias outras pessoas ou grupos incorporavam essas áreas a seus domínios com o aval do próprio Estado legitimando-as.

Assim o estudo das comunidades quilombolas já rendeu extraordinárias obras históricas, cuja relevância pode ser avaliada pelo duradouro e frutífero debate acadêmico – político que gerou e ainda hoje nos instiga. Nesse cenário as obras de Seymour Drescher, Ana Van Meegen Silva e Wolfgang Teske, são muito conhecidas e debatidas (Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo; Kalunga; Cultura quilombola na Lagoa da Pedra, Arraias – Tocantins: rituais, símbolos e rede de significados de suas manifestações culturais: um processo folkcomunicação de saber ambiental). Debate de alto nível, reconhecidamente histórico e que entre outros temas, tratou da constituição econômica das comunidades remanescentes de quilombos numa sociedade profundamente marcada pelo capitalismo.

Atualmente, porém, num mundo cada vez mais globalizado, dominado pela lógica de mercado, pela cultura do consumo massivo, conectado por redes mundiais de computadores, questionamos se ainda é possível pensar, particularmente nas comunidades quilombolas como sociedades isoladas onde ainda predomina a posse coletiva da terra como fator econômico básico.

O debate sobre a relação entre a propriedade da terra como bem coletivo e a economia nas sociedades contemporâneas, perde seu sentido, diante, da onipresença da

economia de mercado, com o avanço do capitalismo financeiro, assim o conceito de propriedade coletiva entra em declínio com a perda estrutural da posição axial que ocupava nas comunidades remanescentes tradicionais, ela permanece, contudo, importante objeto de inspiração e reflexão histórica.

Inspiração tão forte que hoje ainda há quem retome tal debate a propósito do crescimento no número de comunidades legalmente reconhecidas como remanescentes dos quilombos, defendendo a tese de que todas são potencialmente similares aos quilombos formados majoritariamente por escravos fugidos ainda nos períodos colonial e imperial da História do Brasil.

Se esse debate parece importante, um problema histórico correlato, no entanto, também permanece como fator de discussão e pesquisa acadêmica: verificar porque em determinados grupos sociais reconhecidos legalmente como comunidades remanescentes dos quilombos predomina a propriedade privada da terra, isto é, a terra enquanto mercadoria capitalizada e sob controle individual.

Questão ainda não tratada pela maioria dos pesquisadores que se dedicam ao tema em nosso país, mas que é objeto de nossa proposta. A esse respeito, porém, vale dizer que, além de debatidas no âmbito acadêmico – político, tais questões fazem parte de um contexto social mais amplo, a saber o apoio garantido em lei para as comunidades reconhecidas quilombolas no Brasil. Com a aprovação da Lei N° 7.668, de 22 de agosto de 1988, foi criada a (FCP) Fundação Cultural Palmares. Vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e foro no Distrito Federal, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. (BRASIL. Diário Oficial da União de 23/08/1988).

Dentre as atribuições da Fundação Cultural Palmares está a função de realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação em todo território nacional. Cujo objetivo é garantir o acesso e permanência dessas comunidades a terra assegurando-lhes sua reprodução sociocultural e econômica.

Dessa forma desenvolvemos nossa reflexão sobre uma comunidade específica: Lagoa da Pedra que é uma comunidade rural situada a 34 km do município de Arraias e a 450 km de Palmas capital do jovem Estado do Tocantins. Município nascido da corrida do ouro em meados do século XVIII, atraindo mineradores de várias partes da colônia,

Arraias no norte goiano se tornaria uma das regiões mais importantes na produção de ouro do planalto central. Segundo Cordeiro (1984:14).

Foi na Chapada dos Negros que surgiu o riquíssimo garimpo aurífero onde mais de dez mil mineiros, dos quais menos de um terço era constituído de brancos, movidos pela ambição do ouro, que se deu o início de Arraias.

As primeiras notícias de quilombos na região são desse período, sendo o mais importante o denominado Chapada dos Negros, que vivia da agricultura, do comércio e especialmente da mineração quando foram dominados e seu território deu origem ao arraial de Arraias sob o comando do Capitão-Mor Domingos Antônio Cardoso e que mantém o mesmo nome atualmente.

Lagoa da Pedra é a primeira comunidade a ser reconhecida como remanescente dos quilombos pela Fundação Cultura Palmares em 04 de março de 2004, no Tocantins. Segundo a Certidão de Auto Reconhecimento:

O presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 1º da Lei Nº 7668 de 22 de agosto de 1988, art. 2º §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ATO DAS Disposições Transitórias e art. 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, CERTIFICA que a Comunidade de LAGOA DA PEDRA, localizada no município de Arraias, Estado do Tocantins registrada no Livro de Cadastro Geral nº 001, Registro nº 058, f. 61, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP nº 06 de março de 2004, Seção 1, f. 07, É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DE QUILOMBOS. (BRASIL, FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, DF 25 de agosto de 2004.)

As terras então foram demarcadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em parceria com o Instituto de Terras do Tocantins (INTERTINS). No entanto, é importante destacar que os moradores apesar de terem recebido uma certidão de auto reconhecimento como Comunidade Remanescente dos Quilombos não aceitaram a unificação dos títulos de propriedade da terra. Mesmo sendo essa uma das exigências por parte da Fundação Cultural Palmares.

A comunidade tem uma população, predominantemente negra e divide-se em 37 famílias com aproximadamente 160 pessoas, que ocupam um território de 80 alqueires.

A origem da mesma se perde nas brumas do tempo, visto não haver quaisquer registros históricos ou fotográficos dos primeiros anos de sua formação. Sendo necessário com isso recorrer a memória social guardada pelos membros mais velhos da comunidade, a bibliografia especializada de autores que pesquisaram sobre esse tema específico, ou temas correlatos.

Teske em entrevista a moradores da comunidade destaca as palavras da quilombola Altina de Farias Dias, de 65 anos, (2009:50)

Os nossos pais falavam sobre a história dos escravos, mas o que eu sei é que havia os revoltosos, que caçavam os escravos nessa região, quando encontrados muitos eram ferrados com fogo, como se marca gado, alguns foram pregados pelo beijo no portal das casas e não poucos foram mortos.

Pela fala da entrevistada percebe-se uma certa insegurança em narrar fatos ligados ao passado escravista que predominou na região. Fato que se repete em entrevistas com outros moradores mais velhos da comunidade como podemos notar na entrevista realizada pelo autor realiza com o morador Balbino Francisco Machado de 80 anos, (idem. 2009:51).

Minha mãe se chamava Martinha e era filha do Vitorino Francisco Machado, que eu cheguei a conhecer. Meu avô Vitorino, antes de vir para cá, morava pra lá do Belém, ao lado do Macaco, até que o irmão Paulino o convidou em terras que seriam suas e não de outros. Meu avô queria criar os fios e depois umas terras no ABC nome de localidade próxima de Arraias, [grifo nosso] divisa com Arraias. Pelo que sei meu avô nasceu mesmo em Cavalcanti, no Goiás. [...] Minha mãe dizia que o nosso lugar era conhecido como Ôio D'água do Taquaruçu. Aqui, não tinha água, não tinha gente, não tinha nada, só meu avô com os fio. O que tinha era muito catitu, tinha queixada e até onça, que pegava bezerro na porta de casa. Eu me lembro quando uma onça comeu uma moça “pra lá, pra cá”, e só dias depois foram achadas partes da roupa. Aqui se plantava cana, arroz, feijão e caçava veado, tatu e outros bichos do mato.

Apesar da comunidade ter sido reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como remanescente dos quilombos isso não pode ser percebido de forma direta na fala dos moradores entrevistados por Teske. Talvez este fato esteja ligado a violência histórica sofrida pelas comunidades rurais negras remanescentes dos quilombos, no decorrer de sua obra o autor mostra que a consciência de ser quilombola e dos direitos inerentes a tal

situação social é predominante entre os moradores mais jovens e com grau de escolaridade maior.

Isto pode ser visto a partir da análise da monografia de graduação apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Arraias por Farias (2005:25-26), moradora da comunidade.

Compreender o significado dos quilombos é a reafirmação da luta pela sobrevivência, construindo uma realidade que garanta a igualdade, o convívio com a coletividade, ancestralidade e uma história de quase quinhentos anos de exclusão.

No imaginário nacional, os quilombos são algo do passado e que teriam desaparecido do país junto ao sistema escravocrata, em maio de 1888 com a abolição. Em razão desta visão, mesmo após passados tantos anos, a existência das denominadas Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) ainda causam surpresa na população brasileira, quando surgem notícias sobre sua existência em, praticamente todos os estados da federação. Mas estas vêm ocupando cada vez mais espaço junto à mídia e gradualmente tem conquistado o reconhecimento e a posse de suas terras.

Escolaridade e consciência social são valores intimamente ligados, visto que é a partir do ato de conhecer que a pessoa conquista o direito de ser, pois somente através da compreensão das leis que regem nossa sociedade pode-se conquistar a plena cidadania.

Partindo dessa contextualização e para melhor compreender a problemática que nos propomos a discutir faremos uma breve análise histórica da comunidade numa tentativa de compreender porque a mesma mantém-se caracteristicamente capitalista em relação a posse da terra. Quando a propriedade coletiva da mesma é característica fundamental das comunidades rurais negras, como a de Kalunga e Mimoso, também no município de Arraias. Córrego Fundo e Malhadinha situadas no município de Brejinho de Nazaré, e Morro São João e São José localizadas respectivamente nas municipalidades de Santa Rosa e Chapada de Natividade. Em todas estas comunidades remanescentes dos quilombos a propriedade privada da terra inexistente, característica que as aproxima de seus antepassados.

Segundo voz corrente entre os moradores, o nome Lagoa da Pedra tem sua origem numa lagoa que há tempos existia na comunidade, hoje destruída pelo desmatamento e o assoreamento na localidade. A posse e uso da terra na comunidade segue o modelo capitalista, isto é, a posse individual e cada família desenvolve suas atividades produtivas de acordo com suas próprias necessidades e condições financeiras. Já que o comércio

como atividade econômica organizada inexistente de forma oficial, não há com isso nenhum estabelecimento comercial nesta comunidade. As famílias desenvolvem uma agricultura de subsistência limitada ao plantio de cereais como o milho, o feijão com espécies diversificada e mais raramente o arroz, visto as dificuldades de beneficiamento que o mesmo representa.

Este fato obriga o pequeno produtor a transportar sua colheita até o povoado mais próximo, denominado Cana Brava a cerca de 4,5 km, para efetuar o beneficiamento do produto. Também criam pequenos animais para consumo familiar como galinhas e porcos, apesar de haver a criação de gado vacum, o comércio de carne é reduzido, e ocorre sob encomenda ou nos períodos de festas quando o gado é abatido e consumido na própria comunidade. Outro produto importante para a alimentação da comunidade é a farinha de mandioca produzida de forma artesanal somente pela família do senhor Diomar Antônio de Farias. Em relação ao trabalho remunerado realizado pelos moradores, é basicamente sazonal, predominantemente campesino e realizado por homens e mulheres, respectivamente. Dessa forma a impossibilidade de trabalho assalariado dentro da própria comunidade, é uma realidade que obriga seus membros a buscarem emprego como diaristas nas fazendas da região.

Além de forçar a migração de muitos de seus moradores especialmente as mulheres para as cidades mais próximas como Arraias e Campos Belos, esta última no Estado de Goiás. Também em busca de melhores condições de estudos, pois na comunidade só há uma escola municipal de primeira fase com duas salas que funciona no sistema multisseriado. Enquanto os estudantes da segunda fase do ensino fundamental e ensino médio têm de se deslocar até o povoado de Cana Brava a 4,5 km de distância, onde se localiza a única escola de ensino médio da região.

Nesse cenário são os idosos a deterem um poder econômico maior, pois a maioria das pessoas a partir dos 65 anos de idade, mesmo não tendo contribuído com INSS recebem a título de auxílio social um salário mínimo de suma importância para a subsistência de cada família. Além dos programas de distribuição de rendas dos governos estadual e federal para assistência de famílias carentes.

Nota-se com isso que essa comunidade não possui condições de gerar renda suficiente a partir da execução de suas próprias atividades produtivas. Mesmo a Associação de Pequenos Produtores da Comunidade de Lagoa da Pedra criada em abril de 1993, com o objetivo de contribuir para a permanência dos moradores na localidade

durou somente doze anos. Realizando uma reunião mensal, e impossibilitada de atender as necessidades de seus membros acabou por cair no ostracismo e foi abandonada. Da Associação resta na atualidade somente a horta em forma de mandala, cujo projeto inicial era de uma horta orgânica que atendesse as necessidades de complementação alimentar da comunidade e ao mesmo tempo gerasse excedentes para o comércio nas feiras promovidas pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do município de Arraias realizadas mensalmente.

Mas assim como o projeto da Associação de Pequenos Produtores, este também foi abandonado pelos moradores da comunidade e hoje é administrado de forma independente e particular pela família de Ruimar Farias, proprietária do terreno onde a mesma se localiza. Todas essas atividades tiveram apoio direto do governo do Estado através da agencia RURALTINS.

Apesar de todas as limitações de ordem ambiental, visto a comunidade não ser abastecida por rios e toda a água utilizada vir de dois poços artesianos, e social como a falta de capital intelectual e financeiro para desenvolver suas atividades produtivas com eficácia e eficiência. Esta ainda detém uma economia capitalizada, seja nas relações econômicas internas ou externas. Ao contrário de outras comunidades quilombolas localizadas na região Norte de Goiás e vale do rio Paranã em Tocantins genericamente denominadas de kalungas (BAIOCCHI, 2013:73).

O sistema econômico kalunga, não monetário, usa o escambo, a troca, para a circulação de bens de consumo, cabendo à farinha (droga), subproduto da mandioca, o papel principal na troca simbólica. Embora realizada entre a população kalunga, do Ribeirão dos Bois, da Contenda e dos Vãos do Muleque e das Almas, a troca simbólica extrapola o território do Sítio Histórico para os municípios limítrofes, ocorrendo inclusive entre os kalunga e os comerciantes locais e regionais. E, como elemento fundamental nessa troca, a droga reveste-se de grande importância social.

O contato com as cidades de Arraias (TO), é feito pela To – 050, enquanto com Campos Belos (GO) é pela Go – 118 e dá-se três vezes por semana nos dias de segunda, quarta e sexta – feira quando a Comunidade é então atendida por um ônibus da empresa São José do Tocantins. Nestes dias os moradores vão a cidade fazer compras, visitar parentes e amigos, fazer consultas médicas, pois não há um posto de saúde no local.

Entre os moradores raros são os que possuem veículos próprios e em condições de trafegabilidade pela fronteira entre os Estados de Tocantins e Goiás, visto, a

fiscalização permanente realizada na barreira fitossanitária e posto fiscal militar pelas polícias dos dois estados.

A recusa em reconhecer e aceitar um título coletivo para suas terras foi motivo de choque entre os moradores, policiais militares, fiscais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a chefia da própria Comunidade pode ser visto na internet. Dessa maneira, percebe-se que os moradores de Lagoa da Pedra não reconheceram vantagens imediatas, de médio ou longo prazo em relação a proposta da Fundação Cultural Palmares e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, daí a resistência mostrada pelos mesmos em relação a criação de um título de propriedade coletiva da terra.

Pois ao que tudo indica sentiram a ameaça de perderem suas posses, que representam para cada um não somente a propriedade da terra, mas o controle de um poder econômico maior, materializado. Visto, que para os mesmos a terra ainda representa a maior riqueza que um homem pode conquistar e legar para seus descendentes.

Referências

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. Kalunga: povo da terra. 3ª ed. – Goiânia: Editora UFG, 2013.

BORBA, Francisco S. (org.) Dicionário Unesp do português contemporâneo. Colaboradores: Beatriz Nunes de Oliveira Longo, Maria Helena de Moura Neves, Marina Bortolotti Bazzoli e Sebastião Expedito Ignácio. – Curitiba: Piá, 2011.

BRASIL. Diário Oficial da União de 23/08/1988.

_____. 25/08/2004.

CORDEIRO, Rosalinda Batista de Abreu. Arraias: suas raízes e sua gente. Goiânia: Editora, 1989.

DRESCHER, Seymour. Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo. Tradução: Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FARIAS, Rosana Antônio. Comunidade remanescente de quilombo: um estudo de caso. Monografia de Graduação apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Arraias. Arraias, 2005.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

POLONIAL, Juscelino Martins. Terra do Anhanguera: História de Goiás. Goiânia: Editora Kelps, Leart Editora, 2006. Apud. PALACIN, Luís e MORAES, Maria Augusta de Sant’anna. O século do ouro em Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 1994, p. 14-15).

SILVA, Alberto da Costa e. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. 5ª ed., ver. e ampl. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Ana Van Meegen. Kalunga. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

TESKE, Wolfgang. Cultura quilombola na Lagoa da Pedra, Arraias – Tocantins: rituais, símbolos e rede de significados de suas manifestações culturais: um processo folkcomunicacional de saber ambiental. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. Apud. LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica. Vol. IV (2), 2000, p. 335-354. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_ivN2_333-354.pdf . Acesso em 12 de set. de 2009.

THORNTON, John Kelly. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800. Tradução de Marina Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. www.youtube.com/watch?v=dzil8xWd4FE. Publicado em 1 de agosto de 2013. ‘‘A comunidade da Lagoa da Pedra, município de Arraias-Tocantins. Faz manifestação contra o título coletivo. Dia 18/07/2013’’. Acesso em 09 de setembro de 2015.

EM BUSCA DO CÓDIGO PERDIDO

*George Mendes Marra*²⁴⁴

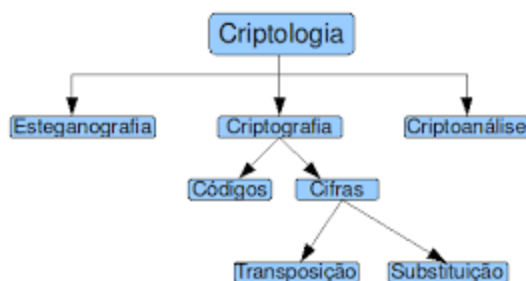
RESUMO: A criptologia, apesar de ser um conhecimento usado por milênios, possui hoje sua teoria própria. O número de aplicações que necessitam de criptografia aumentou exponencialmente. As redes de computadores transformaram o planeta Terra em uma imensa Aldeia Global em que informações (governamentais, militares, comerciais) sigilosas exigem criptografia em todas as mensagens. O desenvolvimento da criptografia durante as Grandes Guerras Mundiais alterou as relações de poder entre as nações de uma forma em que as informações sobre o inimigo eram mais importantes do que a capacidade bélica em alguns casos. No período entre as duas Guerras Mundiais, os alemães automatizaram o processo de cifragem e decifragem de mensagens criptografadas pela máquina Enigma criando a rede de comunicações mais segura do mundo. Os criptologistas poloneses foram os primeiros a “ler” as mensagens criptografadas pela máquina Enigma antes da Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: criptologia, esteganografia, criptografia, criptoanálise, códigos, cifras

INTRODUÇÃO

As principais áreas da criptologia são mostradas na figura 1. Basicamente, são a esteganografia, a criptografia e a criptoanálise. Na criptografia destacam-se os códigos e as cifras. As cifras podem ser de substituição ou de transposição.

Figura 1 – Áreas da criptologia



Fonte: <http://www.infobrasil.inf.br/userfiles/OK-Criptografia-122414.pdf>

²⁴⁴ Orientador: Professor Dr. Eduardo José Reinato, Professor e Pesquisador da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC-GO.

Inicialmente, vamos fazer uma distinção entre códigos e cifras. O dicionário Houaiss define a palavra código como “sistema empregado para cifrar a escrita, tornando-a ininteligível, até que seja decodificada”. A cifra é tida como um “conjunto de regras de transposição de sinais que permitem a um serviço oficial comunicar-se em linguagem secreta”.

Ao afirmar que esteganografia não é criptografia, Stallings (2008, p. 34), nos informa que uma mensagem em texto claro pode estar oculta de duas maneiras. Os métodos de esteganografia escondem a existência da mensagem, enquanto os métodos de criptografia tornam a mensagem ininteligível a estranhos por meio de várias transformações do texto. Uma forma simples de esteganografia, mas que é demorada de construir, é aquela em que um arranjo de palavras e letras dentro de um texto aparentemente inofensivo soletra a mensagem real. Por exemplo, a sequência de primeiras letras de cada palavra da mensagem geral soletra a mensagem escondida.

Quando afirmamos que o texto está “criptografado”, equivale a dizer que suas informações foram tornadas inteligíveis por meio de substituições de caracteres que compõem a mensagem de uma maneira que somente aquele que possui a chave poderá tornar aquilo compreensível. A palavra cripto vem do grego *Kryptos*, que descreve algo oculto, envolto, escondido. *Graphos* também é grego e é ligada ao ato de escrever. Outras duas palavras surgem daí: *logos*, estudo, ciência; e *analysis*, decomposição. Criptologia, portanto, é o estudo da escrita cifrada e se ocupa com a criptografia e a criptoanálise.

Um exemplo básico de som encriptado (criptofonia) é a língua do P, usada pelas crianças para esconder uma mensagem.

As palavras, caracteres ou letras da mensagem original inteligível constituem o Texto ou Mensagem Original (também conhecido como Mensagem Clara ou Texto Plano). Já as palavras, caracteres ou letras da mensagem cifrada são chamados de Texto Cifrado, Mensagem Cifrada ou Criptograma (COUTO, 2008, p. 14).

Os sistemas de substituição são os mais numerosos. Nas cifras, a unidade básica da substituição é a letra e, algumas vezes, pares de letras (dígrafos ou digramas). Excepcionalmente são usados grupos maiores de letras, os poligramas. O conjunto de caracteres de substituição (números, letras ou sinais) forma um alfabeto substituto, chamado de alfabeto cifrante ou simplesmente de cifrante. Algumas vezes o cifrante fornece mais de um substituto. Neste caso, os substitutos adicionais são chamados de homófonos (para o mesmo som). Um alfabeto cifrante também pode conter símbolos sem significado, apenas para confundir os

criptoanalistas. Esses símbolos são chamados de nulos. Quando apenas um alfabetocifrante é usado, o sistema denomina-se monoalfabético; quando mais de um é utilizado, o sistema é dito polialfabético (TKOTZ, 2005, p. 21).

CRIPTOGRAFIA NA IDADE ANTIGA

Em aproximadamente 1900 A.C., é possível identificar a primeira ocorrência histórica do emprego de técnicas para ocultação de mensagens. Em uma vila egípcia perto do rio Nilo chamada *Menet Khufu. Khnumhotep II*, arquiteto do faraó *Amenemhet II*, construiu monumentos para o faraó os quais foram documentados em tabletes de argila substituindo algumas palavras ou trechos de texto com o intuito de confundir possíveis leitores não autorizados.

Aproximadamente 1500 A.C., mercadores assírios usavam *intaglios* (peças planas de pedra com símbolos entalhados) para sua identificação. Esta técnica pode ser considerada como as primeiras assinaturas a conferir autenticidade registradas.

Na mesma época as culturas do Egito, China, Índia e Mesopotâmia desenvolvem a esteganografia (COUTO, 2008, p. 20).

Entre 600 e 500 A.C., escribas hebreus usaram uma cifra de substituição simples pelo alfabeto reverso conhecida como ATBASH no processo de escrita da obra conhecida como o livro de Jeremias. As cifras mais conhecidas da época são, além do ATBASH, o ALBAM e o ATBAH que em conjunto são as chamadas cifras hebraicas (COUTO, 2008, p. 21).

O bastão de Licurgo ou *scytale* espartano consiste num bastão no qual é enrolada uma tira de couro ou pergaminho. O remetente escreve a mensagem ao longo do bastão e depois desenrola a tira, a qual então se converteu numa sequência de letras sem sentido.

O mensageiro usa a tira como cinto, com as letras voltadas para dentro. O destinatário, ao receber o “cinto”, enrola-o no seu bastão, cujo diâmetro é igual ao do bastão do remetente. Desta forma, pode ler a mensagem. (COUTO, 2008, p. 21).

CRIPTOGRAFIA NA IDADE MÉDIA

Nesta época, a contribuição islâmica foi significativa, documentando estudos como a criptoanálise para a substituição monoalfabética. A

denominação "Cifra", "Chiffre", "Ziffer", etc, como também "zero", utilizado em muitas línguas, vêm da palavra árabe "sifr", que significa "nulo" (COUTO, 2008, p. 20).

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A Primeira Guerra Mundial (Grande Guerra ou Guerra das Guerras) teve início em 28 de julho de 1914 e durou até 11 de novembro de 1918. Basicamente os beligerantes organizaram-se em duas alianças opostas: os Aliados (com base na Tríplice Entente entre Grã-Bretanha, França e Império Russo) e os Impérios Centrais (originalmente Tríplice Aliança entre Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Itália; mas como a Áustria-Hungria era contra o acordo, a Itália não entrou em guerra e lutou pelos Aliados da tríplice entente.

O incidente que provocou a Primeira Guerra Mundial foi o assassinato do herdeiro do trono dos *Habsburgos*, o Arquiduque *Franz Ferdinand* e sua mulher, a Duquesa *Sophie*. As causas ocultas, no entanto, foram naturalmente, mais complexas e já existiam desde muito. Conforme escreveu *Sir Basil Liddell Hart*, "Foram gastos cinquenta anos no processo de tornar a Europa explosiva". No dia 28 de junho de 1914, quando se deu o duplo assassinato, teve início uma crise que parecia apontar para um conflito militar. Foi uma provocação desnecessária o fato da realeza Habsburgo estar nesse dia em *Sarajevo*, capital da província austríaca *Bósnia-Herzegovina*, que fazia fronteira com a Sérvia independente. Era no dia 28 de junho que se comemorava a grande festa nacional de S. Vitos e também a batalha medieval de *Kosovo*. Esse mesmo dia era também o 14º aniversário de casamento do Arquiduque com sua esposa morganática (SHERMER, 1975, p. 15)

Em setembro de 1914, um cruzador ligeiro alemão, o *Magdeburg*, naufragou no mar Báltico. O corpo de um marinheiro alemão afogado foi recuperado pelos russos: grudados ao peito por braços rígidos pelo rigor mortis, estavam os livros de cifras e sinais da Marinha Alemã. A 6 de setembro, o adido militar russo procurou *Winston Churchill*, então Primeiro Lorde do Almirantado. O funcionário recebera uma mensagem de Petrogrado contando-lhe o que acontecera, e que o Almirantado russo, com a ajuda dos livros de cifras e sinais, conseguira decodificar partes de alguns códigos navais alemães.

Os livros acabaram entregues a decodificadores britânicos na famosa Sala 40 de *Whitehall*, onde foram usados para decodificar rotineiramente comunicações secretas

alemães. Quando os alemães vieram a escrever sua história da Primeira Guerra Mundial, registraram que "o comando da frota alemã, cujas mensagens de rádio foram interceptadas e decifradas pela Inglaterra, jogou por assim dizer com cartas à mostra contra o comando britânico" (CORNWELL, 2003, p. 248, 249)

Figura 1 – Telegrama *Zimmermann* cifrado

CLASS OF SERVICE DESIRED

Fast Day Message

Day Letter

Night Message

Night Letter

Patrons should mark an X opposite the class of service desired: OTHERWISE THE TELEGRAM WILL BE TRANSMITTED AS A FAST DAY MESSAGE.

WESTERN UNION

TELEGRAM

NEWCOMB CARLTON, PRESIDENT

Account No. **MC**

Check **5300**

Time Filed

Send the following telegram, subject to the terms on back hereof, which are hereby agreed to

via Galveston

GERMAN LEGATION
MEXICO CITY

130	13042	13401	8501	115	3528	416	17214	6491	11310
18147	18222	21560	10247	11518	23677	13605	3494	14938	
98092	5905	11311	10392	10371	0302	21290	5161	39695	
23571	17504	11269	18276	18101	0317	0228	17694	4473	
22284	22200	19452	21589	67893	5569	13918	8958	12137	
1333	4725	4458	5905	17166	13851	4458	17149	14471	6706
13850	12224	6929	14991	7382	15857	67893	14218	36477	
5870	17553	67893	5870	5454	16102	15217	22801	17138	
21001	17388	7446	23638	18222	6719	14331	15021	23845	
3156	23552	22096	21604	4797	9497	22464	20855	4377	
23610	18140	22260	5905	13347	20420	39689	13732	20667	
6929	5275	18507	52262	1340	22049	13339	11265	22295	
10439	14814	4178	6992	8784	7632	7357	6926	52262	11267
21100	21272	9346	9559	22464	15874	18502	18500	15857	
2188	5376	7381	98092	16127	13486	9350	9220	76036	14219
5144	2831	17920	11347	17142	11264	7667	7762	15099	9110
10482	97556	3569	3670						

BEPNSTOPFF.

Charge German Embassy.

7/60d

7/9 Dawson

JAN 19 1917

862.2012/52A

Fonte:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8d/Zimmermann_Telegram.jpeg

O texto a seguir mostra o Telegrama *Zimmermann* decifrado.

Pretendemos iniciar a guerra submarina irrestrita no dia primeiro de fevereiro. Apesar disso devemos tentar manter a neutralidade dos Estados Unidos. No caso de não termos sucesso, faremos ao México uma proposta de aliança na seguinte base: faremos a guerra juntos e a paz juntos, apoio financeiro generoso e a compreensão, de nossa parte, de que o México deve reconquistar seus territórios perdidos no Texas, Novo México e Arizona. Os detalhes do acordo ficam por sua conta. Deve informar ao presidente [do México] do que se encontra resumido acima assim que o início da guerra contra os Estados Unidos esteja certo e acrescentar a sugestão de que ele deve, por sua própria iniciativa, convidar o Japão para se unir a nós e ao mesmo tempo servir como mediador entre nós e o Japão. Chame a atenção do presidente para o fato de que o emprego irrestrito de nossos submarinos agora oferece uma perspectiva de levar a Inglaterra a assinar a paz dentro de alguns meses. Acuse recebimento. Zimmermann (SINGH, 2011, p. 128).

O telegrama *Zimmermann* apressou a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial ao lado dos países aliados (Grã-Bretanha, França e Império Russo) e posteriormente a Itália.

CIFRAS CLÁSSICAS

O termo “cifras clássicas” refere-se a técnicas de criptografia criadas antes da segunda metade do século XX e que se tornaram muito conhecidas através dos tempos, algumas tendo milhares de anos. Muitas das técnicas clássicas são variações da substituição simples e da transposição simples. Mesmo sendo o que havia disponível durante um período tão grande, as cifras clássicas não sobreviveriam ao uso nos dias de hoje, conforme explica Menezes: “De qualquer modo, como essas técnicas não são nem sofisticadas nem seguras contra as capacidades critoanalíticas atuais, elas não são geralmente convenientes para uso prático” (MENEZES, 1997, p. 238).

Cifras de substituição

Em uma cifra de substituição, cada letra ou grupo de letras é substituído por outra letra ou grupo de letras, de modo a criar um “disfarce”. Uma das cifras mais antigas é a cifra de César (*Caeser cipher*), atribuída a Júlio César. Nesse método a se torna D, b se torna E, c se torna F, ... e z se torna C. Por exemplo, *ataque* passaria a ser DWDTXH.

Nos exemplos, o texto simples é apresentado em letras minúsculas e o texto cifrado em letras maiúsculas. Uma ligeira generalização da cifra de César permite que o alfabeto do texto cifrado seja deslocado k letras em vez de três. Nesse caso, k passa a ser uma chave para o método genérico dos alfabetos deslocados em forma circular. A cifra de César pode ter enganado os cartagineses, mas nunca mais enganou ninguém. O próximo aprimoramento é fazer com que cada um dos símbolos do texto simples, digamos 26 letras, seja mapeado para alguma outra letra. Por exemplo,

Tabela 1 – Mapeamento entre texto simples e texto cifrado

text o sim ples	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u	v	w	x	y	z
text o cifra do	Q	W	E	R	T	Y	U	I	O	P	A	S	D	F	G	H	J	K	L	Z	X	C	V	B	N	M

Fonte: Tanenbaum, 2003, p. 774

Esse sistema geral é chamado substituição monoalfabética, sendo a chave o *string* de 26 letras correspondente ao alfabeto completo. Para a chave anterior, o texto simples ataque seria transformado no texto cifrado QZQJXT. (TANENBAUM, 2003, p. 774)

Cifras de transposição

As cifras de substituição preservam a ordem dos símbolos no texto simples, mas disfarçam esses símbolos. Entretanto, as cifras de transposição reordenam as letras mas não as disfarçam. A próxima figura mostra uma cifra de transposição muito comum, a transposição de colunas. A cifra se baseia em uma chave que é uma palavra ou frase que não contém letras repetidas. Nesse exemplo, MEGABUCK é a chave. O objetivo da chave é numerar as colunas de modo que a coluna 1 fique abaixo da letra da chave mais próxima do início do alfabeto e assim por diante. O texto simples é escrito horizontalmente, em linhas. O texto cifrado é lido com colunas, a partir da coluna cuja letra da chave seja a mais baixa.

Tabela 2 – Uma cifra de transposição

M	E	G	A	B	U	C	K
7	4	5	1	2	8	3	6
p	l	e	a	s	e	t	r
a	n	s	f	e	r	o	n
e	m	i	l	l	i	o	n
d	o	l	l	a	r	s	t
o	m	y	s	w	i	s	s
b	a	n	k	a	c	c	o
u	n	t	s	i	x	t	w
o	t	w	o	a	b	c	d

Fonte: Tanenbaum, 2003, p. 776

Texto simples

pleasetransferonemillondollarstomyswissbankaccountsixtwo

Texto cifrado

AFLLSKSOSELAWAIATOOSSCTCLNMOMANT

ESILYNTWRNNTSOWDPAEDOBUEOERIRICXB (TANENBAUM, 2003, p. 776)

Cifra ADFGVX

A cifra ADFGVX inclui ao mesmo tempo a substituição e a transposição. Ela foi criada pelo coronel *Fritz Nebel*, sendo usada pelo exército alemão para criptografar mensagens de seu alto comando no fim da Primeira Guerra Mundial. As mensagens cifradas com ADFGVX foram interceptadas pelos franceses, que contaram com o tenente *Georges Painvain*, especialista em criptoanálise militar, para desvendar a cifra. *Painvain* utilizou técnicas de análise de frequência estatística nas 17 mensagens interceptadas todos os dias, aproveitando-se do fato de que o início das mensagens seguia os rígidos protocolos militares do Exército alemão.

Painvain conseguiu, no início de junho de 1918, decifrar a primeira mensagem: um pedido urgente de munições para uma dada localização. Com esta informação, os franceses descobriram os planos dos alemães e conseguiram conter a investida militar.

Embora a cifra ADVFGX tenha sido quebrada parcialmente, sua solução total só foi encontrada em 1933. A quebra da cifra ADFGVX foi mais um exemplo da necessidade de criação de novas cifras e de novos métodos de cifração no início do século XX. Explica Singh:

A quebra da ADFGVX foi um exemplo típico da criptografia durante a Primeira Guerra Mundial. Embora houvesse um fluxo de novas cifras, estas eram todas variações ou combinações das cifras do século XIX que já tinham sido quebradas. Embora algumas delas oferecessem uma segurança inicial, não demorava muito para que os criptoanalistas levassem a melhor sobre elas. O maior problema para os criptoanalistas era então o volume de tráfego (SINGH, 2011, p. 122).

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A Segunda Guerra Mundial teve início em 03 de setembro de 1939 e durou até 08 de maio de 1945. Basicamente os beligerantes organizaram-se em duas alianças opostas: os Aliados (Grã-Bretanha, França e União Soviética) e os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Posteriormente os Estados Unidos entraram na guerra pelos Aliados.

Ao raiar do sol, no dia 1º de setembro de 1939, exatamente na data que Adolf Hitler fixara em 3 de Abril, ao dar suas primeiras ordens referentes ao “Caso Branco”, os soldados alemães transpassaram a fronteira polonesa e convergiram para Varsóvia pelo Norte, sul e oeste. Grã-Bretanha e França declararam guerra à Alemanha no dia 03 de setembro de 1939 (SHIRER, 1967, p. 442, vol. 2).

A MÁQUINA DE CIFRAGEM ENIGMA

Foram desenvolvidas e fabricadas mais de 50 modelos da máquina Enigma. Segundo Tkotz (2012, p. 247), foram fabricadas entre 100 e 200 mil máquinas.

Figura 2 – Enigma logo

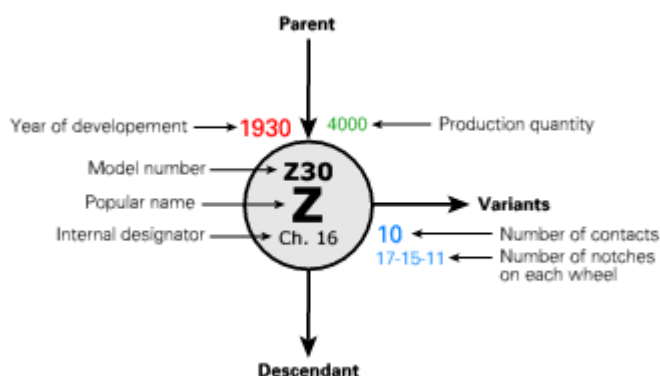


Fonte: <http://cryptomuseum.com/crypto/enigma/index.htm>

A árvore de derivações de máquinas Enigma mostrada abaixo é um resumo dos principais modelos e suas características. A árvore da máquina Enigma foi desenvolvida por *Paul Reuvers* e *Frode Weirud*.

Figura 3 – Árvore da máquina Enigma

Figura 4 – Legenda da Árvore Enigma



Fonte: <http://cryptomuseum.com/crypto/enigma/tree.htm>

A criptografia estuda os métodos para codificar uma mensagem de modo que só seu destinatário legítimo consiga interpretá-la. O nome criptografia teve origem na palavra *cryptos* que significa secreto, oculto. A criptografia tem uma irmã gêmea na arte de decifrar códigos secretos, ou criptoanálise. Naturalmente todo código vem acompanhado de duas receitas: uma para codificar uma mensagem; outra para decodificar uma mensagem codificada. Decodificar é o que um usuário legítimo do código faz quando recebe uma mensagem codificada e deseja lê-la. Já decifrar significa ler uma mensagem codificada sem ser um usuário legítimo (COUTINHO, 2003).

A história da invenção do princípio de funcionamento da máquina Enigma começou durante a Primeira Guerra Mundial, quando em 1917, o norte-americano Edward Hugh Hebern (que viveu de 1869 a 1952) desenvolveu um sistema de rotores capaz de produzir uma substituição polialfabética com cifrantes independentes. Hebern ofereceu sua máquina às forças armadas norte-americanas, mas sua invenção foi recusada (TKOTZ, 2005, p. 246).

Os nazistas criaram uma impressionante máquina de criptografia chamada Enigma. O dispositivo mecânico se parecia com uma antiga máquina de escrever. Possuía engrenagens rotatórias de metal que se encaixavam de formas complexas e transformavam uma mensagem clara em cadeias confusas de caracteres, agrupados de

maneira incompreensível. Apenas através de outra máquina Enigma, calibrada da mesma forma, o destinatário poderia quebrar o código (BROWN, 1998).

A máquina Enigma tem uma das mais fascinantes histórias dentre os diversos aparelhos mecânicos da época. Ela foi usada comercialmente durante o começo dos anos 1920 e possuía vários modelos. Foi adotada não só pelos nazistas, mas também por vários outros governos. O modelo alemão, conhecido como *Wehrmacht Enigma*, é o mais discutido por ter sido o que os decifradores aliados conseguiram desvendar depois de muito estudo (COUTO, 2008).

Nos anos posteriores à 1ª Guerra Mundial, os criptoanalistas britânicos continuaram a monitorar as comunicações alemãs. Em 1926 eles começaram a interceptar mensagens que os deixaram completamente confusos. A Enigma tinha entrado em ação, e à medida que o número de máquinas aumentava, a capacidade da Sala 40 para colher informações diminuía rapidamente. Os Estados Unidos e Franceses tentaram quebrar a cifra da Enigma mas não conseguiram. A Alemanha tinha agora a rede de comunicações mais segura do mundo (SINGH, 2014).

Após a 1ª Guerra Mundial, os aliados não temiam mais ninguém e perderam o interesse em criptoanálise. Recursos humanos e materiais foram desmantelados.

A Polônia se restabeleceu como Estado independente depois de 1918 mas preocupava-se com as ameaças pairando sobre sua nova soberania. A leste ficava a Rússia, uma nação ambiciosa, querendo espalhar seu comunismo. E a oeste ficava a Alemanha, desesperada em recuperar territórios cedidos à Polônia depois da Primeira Guerra Mundial via Tratado de Versalhes. Espremidos entre esses dois inimigos, os poloneses buscavam desesperadamente obter informações estratégicas e fundaram um novo departamento de cifras, o *Biuro Szyfrów*. Se a necessidade é a mãe das invenções, então a adversidade é a mãe da criptoanálise. O sucesso dos criptoanalistas poloneses de *Biuro Szyfrów* pode ser exemplificada pelo seu êxito durante a Guerra Russo-polonesa entre 1919 e 1920. Em Agosto de 1920, quando o exército russo se preparava para invadir Varsóvia, o *Biuro* decifrou 400 mensagens inimigas e através de informações das posições russas, o exército polonês conseguiu expulsar os russos de seu território (SINGH, 2014).

Os poloneses continuaram a monitorar as comunicações dos alemães com eficiência até 1926 quando eles também não conseguiram decifrar as mensagens da máquina Enigma (SINGH, 2014).

De acordo com a figura 5, podemos observar uma máquina Enigma dentro de seu compartimento de proteção feito de madeira maciça. No fundo da tampa da caixa é possível ver o símbolo Enigma e abaixo do símbolo existe algumas informações como modelo e de qual entidade militar (exército, marinha ou aeronáutica) ela pertencia. Outra observação importante é que esta máquina Enigma possuía 4 rotores em vez dos tradicionais 3 rotores. Os rotores se localizam logo acima do painel luminoso.

A Enigma possui três elementos básicos ligados por meio de fios elétricos: um teclado para digitação de textos claros, uma unidade cifrante que transforma os caracteres claros em cifrados e um quadro de lâmpadas que mostra os caracteres cifrados, tudo acondicionado numa caixa de dimensões relativamente reduzidas. O operador aciona a tecla desejada, esta envia uma sinal elétrico para a unidade central de cifragem, que, ao sair, acende uma das lâmpadas que ilumina a letra cifrada correspondente (TKOTZ, 2005).

A partir de 1933, a Enigma estava em uso não só no exército e na marinha, como também no serviço diplomático e fazia parte do programa de armamento maciço de Hitler. Os modelos usados na inteligência eram diferentes dos modelos comerciais e suas configurações eram segredo de Estado (TKOTZ, 2005).

Enigma I ou Enigma *Reichswehr D*

O Exército alemão adotou a máquina Enigma em 1927, e ela entrou em uso em 1928 com uma importante alteração: um painel de plugues. A Enigma I ficou conhecida como Enigma de Serviço, com designador interno Ch. 11a. Todas as outras máquinas Enigma usadas pelo Exército alemão foram baseadas neste design. A Enigma I foi a primeira máquina Enigma com lâmpadas usada exclusivamente pelo Exército alemão antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Ela era baseada no chassi da Enigma D, mas tinha um refletor fixo e um único painel de plugues atrás da aba de madeira na frente da máquina. Ela possuía inicialmente três rodas de códigos que podiam ser inseridas em 6 ordens diferentes. Em dezembro de 1938, surgiram duas novas rodas, o que fazia com que o número de ordens diferentes de configuração inicial passasse para 60. As duas rodas que não estavam sendo usadas no momento ficavam guardadas em uma pequena caixa de madeira. O que aumentou de maneira mais dramática ainda o número de combinações

possíveis foi o painel de plugues. Cerca de 20 mil máquinas desse tipo foram construídas (TKOTZ, 2005).

Figura 5 – Máquina Enigma I ou Enigma Reichswehr D



Fonte: <http://cryptomuseum.com/crypto/enigma/i/img/300002/022/Small.jpg>

Análise fílmica: O Jogo da Imitação

Informações:

Título (em português): O Jogo da Imitação

Título original: The Imitation Game

Ano: 2014

País: Reino Unido e Estados Unidos

Gênero: Biografia/Drama

Duração: 114 min.

Classificação: maiores de 12 anos

Direção: Morten Tyldum

Produção: Nora Grossman, Ido Ostrowsky, Teddy Schwarzman

Roteiro: Graham Moore

Elenco: Benedict Cumberbatch, Keira Knightley, Matthew Goode, Mark Strong, Charles Dance, Allen Leech, Matthew Bard, Rory Kinnear

Música: Alexandre Desplat

Cinematografia: Óscar Faura

Edição: William Goldenberg

Sinopse: O filme mostra uma parte da trajetória de cientista Inglês Alan Turing na infância em 1927, até sua participação durante a Segunda Guerra Mundial, trabalhando com um grupo de criptologistas em um local secreto chamado Bletchley Park, também conhecido como Station X, para decodificar as mensagens criptografadas pelas máquinas Enigma alemãs.

Tema(s) do filme: Criptografia, Alan Turing, Segunda Guerra Mundial, Máquina Enigma

Este filme mostra como o domínio da informação pelos Ingleses foi crucial durante a Segunda Guerra Mundial. Os alemães tinham a rede de comunicações mais segura do mundo no início deste conflito. O cientista e matemático Inglês Alan Turing foi designado pelo governo Britânico junto com uma equipe de brilhantes cientistas para decifrar o código da máquina Enigma dos alemães. De posse de uma máquina Enigma capturada pelos poloneses em Berlim, os cientistas Ingleses começaram um trabalho para decifrar o código da máquina Enigma que muda todo dia exatamente a meia-noite. Os cientistas Ingleses conseguiram decifrar algumas palavras pela análise de frequência da distribuição das cartas mas o volume de informações diárias tornava em tarefa quase impossível. As mensagens alemãs sempre começavam com cinco letras aleatórias mas alguns operadores alemães colocavam nomes próprios no início das mensagens e com isso as mensagens poderiam ser decifradas pela posição das letras e gerar a chave criptográfica do dia.

Sob o nome código Ultra que foi um dos maiores serviços de inteligência da história, os Ingleses puderam decifrar diversas mensagens criptografadas pela máquina Enigma alemã. Outra questão em jogo seria escolher alguns ataques contra os alemães para eles não desconfiarem que o código da máquina Enigma tinha sido decifrado.

Segundo este filme, Alan Turing descobriu quem era o espião soviético na equipe de Bletchley Park e este agente sabia que Alan Turing era homossexual. Como o homossexualismo era proibido na Grã-Bretanha na época da Segunda Guerra Mundial, Alan Turing foi obrigado a fazer um tratamento hormonal e suicidou-se em 07 de Junho de 1954 com 41 anos. Entre 1855 e 1967, aproximadamente 49 mil homens homossexuais foram condenados por atentado ao pudor segundo a lei Britânica. Em 2013, a Rainha Elizabeth II concedeu a Turing um perdão real póstumo pelos seus préstimos e conquistas sem precedentes. Segundo alguns Historiadores, com a decifração do código da máquina Enigma, foram salvas 14 milhões de pessoas e encurtou a Segunda Guerra Mundial em

dois anos. Alan Turing desenvolveu um conceito de uma máquina universal chamada máquina de Turing e estes conceitos apresentados em 1936 foram usados na criação das bombas de criptografia presentes no filme capazes de decifrar qualquer cifra da máquina Enigma. O filme O Jogo da Imitação foi baseado no livro Alan Turing: Enigma de Andrew Hodges.

Considerações finais

Desde a Antiguidade a humanidade vem criando mecanismos para ocultar o conteúdo de mensagens de entidades estranhas para obter uma comunicação segura e defender os interesses deste grupo. Podemos observar o grande desenvolvimento da criptologia no período das Grandes Guerras Mundiais, seja pela invenção de dispositivos como a máquina Enigma criada pelos alemães para cifrar as mensagens militares e diplomáticas, seja para criar metodologias de decifragem de mensagens dos países adversários.

REFERÊNCIAS

BURNS, E. M. *História da Civilização Ocidental*, Volume II, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1966

CORNWELL, J. *Os cientistas de Hitler: ciência, guerra e o pacto com demônio*; tradução: Marcos Santarrita, Rio de Janeiro: Editora Imago, 2003

COUTINHO, S. C. *Números Inteiros e Criptografia RSA*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, IMPA, 2003.

COUTO, S. P.. *Códigos & Cifras – da Antiguidade à Era Moderna*. Rio de Janeiro: Novaterra Editora e Distribuidora Ltda, 2008.

HEIFERMAN, R; SHERMER, D; MAYER, S.L, *Guerras do Século 20*. Rio de Janeiro: Editora Primor Ltda, 1975

MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. *História Econômica 10ª edição*. São Paulo: Editora Saraiva, 1986

MANDEL, E. *O significado da 2ª Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Ática, 1989

MENEZES, Alfred; OORSCHOT, Paul van; VANSTONE, Scott. *Handbook of Applied Cryptography*. Boca Raton, FL: CRC Press, 1997. p. 237-250 e 271-276.

SHIRER, W. L. *Ascensão e queda do III Reich – Volume 1*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1967

SHIRER, W. L. *Ascensão e queda do III Reich – Volume 2*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1967

SINGH, S. *O livro dos códigos*. Rio de Janeiro: Editora Record Ltda, 2014.

STALLINGS, W. *Criptografia e segurança de redes*. Tradução Daniel Vieira, 4.ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008

TANENBAUM, A, *Redes de Computadores*. Tradução Vandenberg D. de Souza, Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

TKOTZ, V. *Criptografia – Segredos embalados para viagem*. São Paulo: Novatec Editora Ltda, 2005.

WINTERBOTHAM, F. W. *Enigma – O segredo de Hitler*. 1.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército - Editora, 1978.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO DE PODER DA RAINHA REGENTE D. CATARINA DE ÁUSTRIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

*Giovanna Aparecida Schittini dos Santos*²⁴⁵

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo primordial a análise das representações acerca do exercício do poder da rainha D. Catarina de Áustria (1507-1578), regente de Portugal entre 1557 e 1562, com destaque para um dos momentos nos quais o jogo político manifestou-se de forma mais significativa: a viragem entre os anos 1560 e 1561, quando a rainha realizou consultas aos três estados, indicando a intenção de abandonar o governo do reino. Para além das questões envolvendo a regência, pretende-se compreender as representações sobre poder no período, conjugando-as com as análises propostas pela categoria gênero e, fundamentalmente, esboçar novas chaves de análise para a compreensão da figura histórica de D. Catarina de Áustria.

Apresentação

Uma das rainhas mais ostracizadas na história de Portugal é D. Catarina de Áustria (1507-1578), consorte do rei D. João III (1502-1557) e depois regente na menoridade de seu neto, D. Sebastião (1554-1578). A principal razão deste ostracismo reside no modo como esta rainha tem sido apresentada pela historiografia que se debruçou sobre sua atuação política no final do século XIX e primeira metade do século XX, majoritariamente utilizando como eixo argumentativo a execução duma suposta política castelhana que, levada até às últimas consequências, teria sido responsável por um período crítico para a consciência nacional portuguesa: a perda da independência e a União Ibérica ocorrida entre 1580 e 1640.

D. Catarina nasceu em 1507 em Torquemada e era filha de Filipe de Habsburgo (1478-1506), arquiduque de Áustria e da rainha D. Joana de Castela (1479-1555). A infanta viveu com a mãe até os 18 anos no Palácio Real de Tordesilhas, idade em que se casou com D. João III de Portugal, casamento este arranjado pelo irmão, o imperador Carlos V (1500 – 1558), com o monarca português com o objetivo principal de manter a

²⁴⁵ Aluna orientada pela Profa. Dulce Oliveira Amarante dos Santos e bolsista FAPEG.

estabilidade política na Península Ibérica. Do casamento nasceram nove filhos, mas apenas dois deles, D. Maria Manuela (1527-1545) e D. João Manuel (1537-1554), sobreviveram à idade adulta. Para ambos, D. Catarina articulou casamentos com os filhos de seu irmão Carlos V e, num enlace duplo, casou a infanta D. Maria (1527-1545) com o infante D. Filipe (1527-1598) e o infante D. João (1537-1554) com a infanta D. Joana de Áustria (1536-1573).

É no casamento de D. Maria que reside uma das principais causas do processo histórico e historiográfico de depreciação da rainha, já que, segundo alguns historiadores, ela não teria economizado esforços para sua concretização, mesmo tendo em vista a saúde precária do infante D. João que, caso viesse a falecer, colocaria em risco a sucessão do trono e, portanto, a soberania portuguesa, visto que nesse caso a coroa recairia sobre sua filha D. Maria e seus descendentes espanhóis.

Apesar de segmentos da nobreza defenderem o casamento da infanta portuguesa com seu tio, o infante D. Luís (1506-1555), como modo de garantir a continuidade da dinastia portuguesa, D. Catarina seguiu adiante com as negociações com a Espanha, com o objetivo de colocar D. Maria no trono espanhol. A respeito deste episódio, Queiroz Velloso²⁴⁶, em seu livro *Estudos históricos do século XVI* (1950), afirmou, com base em correspondência encontrada no *Archivo General de Simancas*, que “a rainha D. Catarina, nas suas ocultas e pertinazes negociações para o casamento da filha com o futuro monarca de Espanha, não hesitou um momento, apesar da oposição geral do País, perante o iminente perigo que esse consórcio podia trazer à independência de Portugal” (QUEIROZ VELLOSO, 1950, p. 13), a qual “não lhe mereceu a menor atenção, não lhe deu o mínimo cuidado, não a fez hesitar um momento na sua decidida atitude.” (QUEIROZ VELLOSO, 1950, p. 54).

Desde então, pode-se afirmar de modo geral que as análises deste historiador têm sido incorporadas pelos poucos trabalhos que se ocuparam da rainha D. Catarina, em sua maioria coleções, caso da conhecida obra de Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal* (1978), publicada pela editora Verbo. O único trabalho dedicado ao governo

²⁴⁶ José Maria de Queiroz Velloso (1860-1952) foi professor universitário, político, jornalista e historiador português. Apesar de ter-se graduado em Medicina, seguiu os estudos e a carreira docente no campo das Letras, chegando a vice-reitor da Universidade de Lisboa. Como político, foi deputado, governador civil e também diretor geral do Ensino Superior. Seus estudos historiográficos concentraram-se no século XVI, podendo ser considerado um dos historiadores mais ativos na vinculação de D. Catarina às políticas castelhanas.

desta rainha, mas que em muitos aspectos apropria-se das considerações de José Maria Queiroz Velloso é a tese de doutorado da Profa Maria do Rosário Themudo Barata, intitulada *As regências na menoridade de Dom Sebastião – elementos para uma história estrutural* (1983), publicada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda. No entanto, apesar de certa parcialidade em suas análises, ainda apresenta-se como referência obrigatória para as discussões sobre a regência de D. Catarina, sobretudo pelo extensa documentação analisada pela autora.

A figura de D. Catarina tem sido reavaliada pela recente produção historiográfica e, nessa linha, três interessantes biografias surgiram a seu respeito: *Catarina de Áustria - Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal* (2007), de autoria da historiadora Ana Isabel Buescu; *A rainha colecionadora - Catarina de Áustria* (2012), de Annemarie Jordan Gschwend, parte integrante da coleção *Rainhas de Portugal*, publicada pelo Círculo de Leitores e *D. Catarina: A Juno Imperial (1507-1578)*, de Ana Avelar, publicada pela Academia Portuguesa da História em 2011. De modo geral, essas análises têm salientado aspectos de sua infância e juventude; o vínculo estreito com seu irmão, Carlos V; os contatos que ela estabeleceu com outras rainhas do período; sua relação com o neto, D. Sebastião; a organização da casa real e, finalmente, sua coleção de objetos de arte renascentista – considerada por Annemaria Jordan como uma das maiores do período.

Desse modo, análises que abordam o exercício de poder da rainha D. Catarina de Áustria a partir de uma perspectiva de gênero, tratando do modo como este elemento moldou e foi moldado pelas concepções de monarquia e pelas ações políticas de D. Catarina como rainha consorte, regente e viúva²⁴⁷, ainda encontram-se por serem realizadas. De forma sintética, compreende-se gênero como o conhecimento cultural e relativo produzido pelas instituições, estruturas e práticas cotidianas a partir das diferenças sexuais (SCOTT, 1990). Ao focalizar na produção de representações culturais produzidas pelas instituições jurídicas, políticas, sociais e educacionais, esta categoria de análise tem fornecido subsídios para os estudos sobre os muitos e complexos significados

²⁴⁷ Para melhor compreensão da influência política exercida por D. Catarina de Áustria, adota-se neste trabalho a categorização das rainhas em consortes, mães, reinantes e regentes. A rainha consorte ocupou-se apenas do papel de esposa do rei; a rainha mãe com a criação dos filhos; as rainhas reinantes as que governaram com base no seu próprio direito e com poder autônomo e as rainhas regentes, governantes temporárias em nome de filhos, netos e maridos ausentes. Vale lembrar que tal tipologia, apesar de útil para as reflexões sobre a realeza feminina, são tipos ideais, já que na realidade as rainhas ocuparam simultaneamente as diferentes categorias.

em torno do poder quando exercido por homens e por mulheres e os vínculos entre as noções de realeza, monarquia, poder, masculinidades e feminilidades.

Os questionamentos acerca da história das mulheres passaram a merecer maior atenção por parte dos historiadores somente a partir da década de 1960, com as indagações trazidas pelo movimento feminista e a constatação da ausência das mulheres na escrita da história. Entre os estudos que surgiram no período estava a temática das mulheres entronizadas, como Isabel de Castela (1451-1504), avó de D. Catarina, Elizabeth da Inglaterra (1533-1603) e Eleanor de Aquitânia (1124-1204). Neste primeiro momento, os estudos sobre rainhas não foram levados a sério no campo acadêmico, pois considerava-se que eram dedicados fundamentalmente à biografia de caráter exaltador ou à parte "feminina" da tradicional história política.

As pesquisas com maior cuidado no trato historiográfico começaram a ser elaboradas de forma mais sistematizada a partir do final da década de 1980 e início de 1990, com o surgimento da já citada categoria analítica gênero²⁴⁸. No caso da Península Ibérica, as reflexões são mais tardias, já que se iniciaram apenas neste século. As rainhas de Portugal - com exceção de D. Urraca (1151-1211) - têm recebido pouca atenção dos historiadores e historiadoras que se debruçaram na compreensão das relações entre política, gênero e poder, uma vez que as pesquisas têm se limitado, de uma maneira geral, à história das mulheres e ao campo biográfico que, apesar da importância de suas reflexões e da "volta da biografia" aos estudos historiográficos, não tem respondido aos questionamentos instigados pela categoria gênero.

Assim, apesar da vasta documentação sobre as rainhas presentes em crônicas, em documentos fiscais, em correspondências e em arquivos de instituições religiosas, os historiadores colocaram durante muito tempo os reis no centro da história medieval e moderna (EARENFIGHT, 2013). O mesmo ocorreu com D. Catarina de Áustria, uma vez que, a despeito das fontes que apontam para sua influência política - presentes nos fundos fiscais, nas coleções de cartas, nas chancelarias dos diversos arquivos existentes em Portugal e mesmo na legislação publicada por esta rainha quando regente de Portugal -,

²⁴⁸ Vale ressaltar que as reflexões iniciais sobre a temática gênero surgiram na academia anteriormente, nas décadas de 1960 e 1970, ancoradas no movimento feminista do período e tiveram como uma de suas precursoras a antropóloga Gayle Rubin. Sua inovação consistiu na diferenciação entre sexo e gênero a partir das teorias psicanalíticas e estruturalistas, buscando explicar o gênero como produto da sociedade e não como uma característica inata das mulheres, resguardando assim as reflexões do determinismo biológico que as assolava.

a análise das configurações políticas em torno do seu reinado como rainha consorte, regente e viúva não mereceram a atenção dos historiadores.

Visando compreender como estas relações foram forjadas no interior da política em seu sentido mais tradicional, este trabalho tem como objetivo analisar os apontamentos deixados por D. João III na ocasião de sua morte; a carta enviada por D. Catarina aos três estados em 1560 na qual comunicava a intenção de abandonar a regência e as respostas que recebera no início de 1561. Busca-se a identificação e análise das representações e das relações entre gênero e poder no tocante à presença de D. Catarina no governo do reino de Portugal. Para tanto, adota-se como ferramenta metodológica o conceito de representação tal como foi compreendido por Roger Chartier (1990), isto é, a “exibição de uma presença”, por intermédio da articulação de três formas de relação com o mundo social, quais sejam, o trabalho de delimitação e classificação das múltiplas configurações intelectuais, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade, uma maneira de estar no mundo; e, finalmente, as formas institucionalizadas graças às quais os portavozes de uma sociedade marcam a existência do grupo. Articulado ao conceito de representação, utiliza-se o de imaginário social na acepção proposta por Bronislaw Baczko (1996), que o concebe como os pontos de referência no vasto sistema simbólico que toda coletividade produz e através da qual se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos e sua identidade, ao criar uma representação de si e estabelecer a distribuição dos papéis e das posições sociais, exprimindo e impondo assim crenças comuns no interior dessa mesma coletividade.

Como D. Catarina teve acesso e exerceu seu poder e influência política entre as possibilidades inerentes à sua condição e entre os interditos das circunstâncias, da conjuntura política e dos imaginários sobre gênero e poder? Como enfrentou as diretrizes de gênero e, por outro lado, as reproduziu em sua atuação política como rainha regente? Quais as razões da consulta à nobreza, ao clero e ao povo sobre seu governo, acompanhada da determinação de entregar a governança do reino ao Cardeal D. Henrique²⁴⁹ (1512-1580)? Como analisar a importância política de D. Catarina sem resvalar para uma biografia despropositada ou para uma História das Mulheres que insiste em apontar para a invisibilidade feminina conferindo à mesma um caráter a-histórico? Estas são as questões norteadoras deste trabalho.

²⁴⁹ Irmão de D. João III, regente na menoridade de D. Sebastião no período de 1563 a 1568.

O exercício de poder da rainha D. Catarina de Áustria

Nas crônicas sobre D. João III, é nítida a constante presença e intervenção de D. Catarina nos negócios do reino, principalmente a partir de 1539. De acordo com o cronista Frei Luís de Sousa, “tinha neste tempo a rainha D. Catarina, por suas grandes virtudes e raro entendimento, alcançado tanta autoridade com el-rei, que até nas matérias mais importantes ao bem do reino queria e ouvia com toda confiança seu voto.” (SOUSA, vol. II, 1954, p. 212). Neste mesmo ano de 1539, o embaixador espanhol em Portugal, Luis Sarmiento, relatava ao imperador Carlos V que a rainha D. Catarina era “*tenida en grande estima en este reyno, y el sereníssimo rei su marido conociendo esto va se le entregando en todo y asi no ay cosa chica ny grande que no pase todo por sus manos*” (DESWARTE-ROSA, 1991, p. 270). Outra testemunha da constância desta presença política é a missiva enviada pelo núncio papal Giovanni Ricci em 22 de setembro de 1545 ao cardeal Alessandro Farnese, narrando a reunião que havia tido com D. Catarina, que “*duró (...) quatro hore et al entretanto con la regina, la quale è quella che governa et è amata per il so valore da S.M. Cesarea [Carlos V] cordialmente.*” (DE WITTE, vol. II, 1980 – 1986, p. 487).

Segundo Joaquim Magalhães, os principais conselheiros do rei – o secretário de Estado Pêro d'Alcáçova Carneiro; o conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal (1480-1549) e o conde de Castanheira, D. Antônio de Ataíde (1502-1563) – tinham sempre opiniões conflituosas, anulando-se mutuamente nas influências e, portanto, deixando espaço vantajoso para os conselhos de D. Catarina. (MAGALHÃES, 1997). Apontada como a principal inspiração no governo do monarca português, a rainha foi constantemente representada como possuidora de ânimo varonil e enérgico e mesmo brilhantismo político por parte de cronistas, juristas, religiosos, nobres e cortesãos coevos.

A atribuição de um suposto caráter varonil à D. Catarina é justificado frente aos imaginários medievais e do início do período moderno acerca das mulheres no poder. Estruturados a partir da tradição clássica e cristã, afirmavam a incapacidade das mulheres para o governo, baseados nas teorias aristotélicas de deficiência biológica das mulheres – consideradas machos imperfeitos por este filósofo - e na exegese bíblica que vinculava as mulheres ao pecado original e ao demônio, respectivamente (BLAMIRE, 1992).

Percebe-se assim que, numa sociedade que relegava ao gênero feminino o espaço privado, sua presença na esfera pública era explicada por meio de oposições binárias, justificadas por intermédio de sua natureza vigorosa específica. Essa ambigüidade, no que se referia à personalidade de D. Catarina pode ser melhor compreendida por intermédio do estudo da antropóloga Mariza Correia, que discute a natureza imaginária do gênero. Segundo esta estudiosa, “quando seres socialmente definidos como parte da cena privada são encontrados na cena pública, a ambigüidade de sua posição os coloca numa categoria anômala, como integrantes de uma espécie de natureza imaginária” (CORREA, 1995, p. 112). Assim, as mulheres que desempenhavam a autoridade política ou que se enveredavam em discussões e debates acerca do poder, *locus* masculino por excelência, tinham seu estatuto definido de forma ambígua: não eram nem homens, nem mulheres, o que contribui para compreender o constante epíteto de varonil atribuído à D. Catarina.

D. João III morreu em junho de 1557, deixando como herdeiro D. Sebastião, na época então com três anos de idade. O monarca não chegou a instituir testamento, mas teria, segundo o secretário Pero d’Alcáçova Carneiro, iniciado um esboço deste documento – que foi considerado como verdadeiro e aceito após juramento do secretário perante os *Evangelhos* -, no qual indicava D. Catarina como regente do reino português, afirmando que:

“Conhecendo eu o grande zelo que a Raynha minha fobre todas muito amada e prezada tem a todas as couzas do ferviço de Noffo Senhor, e do bem, paz e focego dos dictos regnos e Senhorios, e afi a muita prudencia, difcriçam e inteireza que em todas as cousas tem e a muita experiencia que tem dos negocios do governo dos ditos Reynos e Senhorios os quaes eu sempre com ella comoniquei e pratiquei [...] declaro, ordeno, e mando que em todo o tempo que o Principe meu neto não for de vinte annos cumpridos, a Raynha fua Avó feja governadora dos dictos regnos e Senhorios, e os governe nas couzas da juftiça, fazenda e todas as outras couzas, que tocarem à governança deles.” (SOUSA, 1700, p. 22-23.)

Para justificar seu direcionamento político, D. João III imputou à D. Catarina alguns dos dons e virtudes considerados indispensáveis ao perfeito soberano pelo pensamento político do século XVI: a prudência, a discrição e a experiência. Compreendida como a primeira das virtudes morais e presente também na inteligência, a prudência foi citada por diferentes espelhos de príncipes e tratados políticos do período, entre eles o *Do Governo da República pelo Rei*, do jurista Diogo Lopes Rebelo, publicado em 1496 e

considerado por Buescu (1997) como a primeira obra do gênero em Portugal no alvorecer na modernidade. Rebelo afirmou que a prudência seria constituída por três atos: a memória das coisas passadas; o conhecimento das coisas presentes e a consideração das coisas futuras. Para tanto, o rei deveria colher a experiência do passado, analisar o presente e aquilo que lhe carecia e, por fim, prever os tempos próximos e futuros, o que poderia ser feito com o auxílio frequente de conselheiros mais velhos, em cujas sentenças se apoiaria.

A discricção, outra característica atribuída à D. Catarina, é citada por Diogo Lopes Rebelo como parte integrante da prudência, já que envolveria o “falar a tempo e horas, e calar e ouvir a seu tempo” (REBELO, 2000, p. 80). Assim, prudência, discricção e experiência comporiam o atributo fundamental de um príncipe perfeito: a sabedoria, o que permite dimensionar o testamento de D. João III no que diz respeito às representações de poder em torno de D. Catarina, uma vez que ela foi representada como possuidora das características necessárias ao bom governante e, portanto, capaz de governar o reino na menoridade de seu neto.

O rei, ciente dos possíveis conflitos e oposições que sua vontade poderia suscitar, amparou-se ainda no direito, ressaltando que a ordem deveria ser cumprida, independentemente da opinião de doutores, de dispositivos legais que tratassem do contrário e mesmo das próprias *Ordenações Manuelinas*. É provável que o autor do testamento estivesse se resguardando para evitar o ocorrido com a rainha D. Leonor, apontada como regente do reino em 1438, mas retirada do poder em 1439.

Seja por amparar-se no direito de modo a resguardar a regência de D. Catarina, por referir-se à sua experiência nos negócios do reino ou pela existência de uma configuração política favorável ao governo da rainha, fato é que a diretriz política apontada pelo monarca português não foi questionada e não foram realizadas cortes para sua confirmação, sendo validada apenas pelo Conselho de Estado e pelos procuradores da cidade de Lisboa. Vale ressaltar que, a despeito de um imaginário normatizador que refutava a presença de mulheres no governo do reino, não houve indisposições que apontaram para o sexo de D. Catarina de Áustria, o que ocorreu, muito provavelmente em decorrência da situação de fragilidade política no qual se encontrava o reino de Portugal no contexto em estudo.

Na regência, D. Catarina interessou-se pelas questões ultramarinas e religiosas, obtendo junto ao papa os bispados de Cochim e Malaca, e a elevação da sé de Goa a

arcebispado. Além disso, organizou e autorizou recursos necessários para a expedição de Mem de Sá visando a expulsão dos franceses da baía de Guanabara e subsequente fundação da cidade do Rio de Janeiro (SERRÃO, 1978, p. 61). Em 1558, nomeou para vice-rei da Índia Dom Constantino de Bragança, responsável por garantir, pelo menos momentaneamente, o controle e mesmo expansão de algumas praças no Oriente. No mesmo ano, apoiou o seu cunhado, o cardeal infante D. Henrique, na criação da Universidade de Évora, solicitação feita à D. João III anteriormente mas negada na ocasião.

Entretanto, em outubro de 1560, D. Catarina comunicou sua intenção de largar o governo. Considerada pelos historiadores como uma manobra política para fortalecer a sua posição perante o reino, a questão revelava também dificuldades no exercício do poder. Estas giravam em torno da política externa adotada pela regente, o que teria contribuído para a consolidação de posições opostas à política regencial, considerada então como demasiadamente influenciada pelos interesses espanhóis (SERRÃO, 1978, p. 61).

As justificativas da rainha para o abandono do poder não apontavam para estas questões, como se pode perceber pelo seguinte excerto da carta que ela enviou aos três estados, datada de 24 de dezembro de 1560. Nela, D. Catarina afirmou que:

Quando Nosso Senhor foi servido levar para si El Rey meu Senhor, que Santa Glória haja, pareceo, como logo então fostes sabedor, por cartas del Rey meu Neto, dever eu aceptar o governo destes seus Reinos, e senhorios [...], o que eu aceitei, assi por obedecer ao que S. Alteza deixava ordenado, e declarado, (cuja obediência sempre antepus à tudo) como por me não negar em quanto pudesse à obrigação que a estes Reinos tinha [...] e claramente vejo, e experimento de mim, que me faltão já de todo a idade, a saúde e a disposição para o poder fazer, lembrandome juntamente como he razão, que já he tempo de nesta vida, que me resta, conhecer e servir a Nosso Senhor (ANTT, *Mss da Livraria* 321, fólhos 1-2)

O primeiro aspecto que chama atenção na missiva da rainha é a referência ao seu neto D. Sebastião como remetente das cartas enviadas comunicando o falecimento de D. João III, ocorrido em 1557. Naquele ano, D. Sebastião contava apenas com três anos de idade e as cartas e demais documentos régios iniciavam-se com “Eu, El Rey Dom Sebastião...” e terminavam com a assinatura da rainha, situação típica de períodos regenciais. Ernst Kantorowicz, ao abordar o pensamento político medieval e moderno, estruturou a duplicidade do corpo do rei, composto por corpo físico (biológico e,

consequentemente, humano) e corpo místico. Esta teoria traz contribuições para se pensar o exercício de poder em períodos regenciais: embora não fosse seu corpo físico que governasse, seu *corpus republicae mysticum* estava presente nos mais diversos atos, afinal, era em nome dele que se governava. Nesse sentido, D. Catarina, ao iniciar suas cartas com a identificação de “Eu, El Rey Dom Sebastião...”, reconheceu e reproduziu esse sistema simbólico. Por outro lado, a valorização do corpo místico de D. Sebastião, em detrimento do corpo físico dos regentes, foi a responsável, neste aspecto, pela regência de D. Catarina, reproduzindo deste modo as diretrizes de gênero que impediam o acesso das mulheres ao governo e garantiam a masculinização da monarquia.

Ao justificar o fato de ter aceito a regência do reino português, D. Catarina referiu-se à obediência a D. João III, afirmando que o aceitou “por obedecer ao que S. Alteza deixava ordenado, e declarado (cuja obediência sempre antepus à tudo)”. A rainha recorreu assim a um dos principais argumentos norteadores do comportamento feminino: a obediência às figuras masculinas mais próximas, sejam pais ou esposos. Na tradição cristã, a primazia masculina e a obediência feminina fundamentaram-se em diferentes narrativas, vinculadas ao mito do pecado original e à superioridade de Cristo em relação à Igreja. O que chama a atenção no argumento utilizado por D. Catarina foram as implicações dele, visto que ser obediente à D. João III neste caso significava realizar o avesso do que tais narrativas propunham, ainda que grosso modo se mantivesse uma relação de poder marcada pelo controle masculino.

Decorridas poucas semanas começaram a chegar as cartas em resposta à da rainha. Entre elas, missivas de diversos nobres, clérigos e câmaras das vilas e cidades que, de modo geral, manifestaram-se contrários à saída de D. Catarina da regência, alegando, fundamentalmente, a estabilidade que o reino se encontrava e a experiência da rainha no governo do mesmo. Para melhor compreender os argumentos acerca do poder nestas cartas, foram selecionadas três respostas cujos remetentes pertenciam respectivamente a cada um dos três Estados, considerando-se dessa forma a representatividade dos argumentos, mas também o local de fala de cada um dos remetentes.

Em carta de 1 de março de 1561, o Conde da Castanheira, D. Antônio de Ataíde retomou o argumento da experiência da rainha D. Catarina nos negócios do reino, ressaltando a obrigação da regente em continuar no governo. Segundo este nobre, “não somente não era acostumada mas nunca se vira a qui era metela em todos os negocios do governo e fazellos com ella como fazia o que parecia q N.S. quizera que fosse para V.A.

muito bem poder fazer o de que agora se queria escusar” (*Apud* SERRÃO, 1958, p.22-23). Desse modo, o conde invocou continuamente a memória do monarca, afirmando que o fato da rainha governar era uma forma de manter viva a lembrança de D. João III, razão mais do que suficiente para que D. Catarina continuasse na governação do reino. Além disso, destacou o ineditismo da presença da rainha nos negócios do reino, o que permite entrever as articulações entre poder e gênero e o modo como este último contribuía para a interdição das mulheres e a predominância dos homens nas esferas privilegiadas do poder. No caso em análise, foi novamente a experiência de D. Catarina o álibi usado por seus apoiadores, como se esta, juntamente com seu suposto ânimo varonil, fossem as garantias incontestes da legitimidade do seu poder.

No entanto, um dos argumentos mais contundentes do Conde de Castanheira se refere ao arranjo político em torno do início da regência, retomando

“o modo de que todos se houverão depois do fallecimento del Rey (...) em lhe obedecer, e haver por governador sem pedirem cortes, era cousa que se não vira té agora em cazo algum dos muitos que em esta terra, e em todo o mundo são acontecidos.” (*Apud* SERRÃO, 1958, p.24).

Ao mencionar a não realização das cortes no início da regência, D. Antônio de Ataíde utilizou-se de um forte argumento político, legitimando dessa forma o poder da regente. Entretanto, não se tratou de simples legitimação, mas de conferir à rainha, mesmo entre as críticas em torno de sua postura política considerada como vinculada aos interesses de Castela e ao modo como foi conduzido seu acesso ao poder – tendo em vista o fato de apenas a cidade de Lisboa ter sido ouvida em 1557 – o direito de continuar no governo. Sua fala é, portanto, basicamente de cunho político – jurídico, ressaltando fundamentalmente a experiência da rainha para o governo do reino - chegando a sugerir que o rei a havia preparado para a ocasião.

A missiva do bispo do Porto, D. Rodrigo Pinheiro, datada de 13 de janeiro de 1561 também se utilizou de argumentos jurídicos e religiosos, estruturados em torno de oito razões principais para que D. Catarina continuasse na regência, entre elas, a obediência às recomendações deixadas por D. João III e à Deus, a experiência da rainha e a questão da sucessão ao trono. O clérigo ressaltou ainda a estabilidade social no reino durante o governo de D. Catarina, afirmando que depois da morte do rei, a regente havia governado com “muita obediência, e prudência, e asesequo e quietação deles, e com muito

contentamento de todo o povo, e ao diante não sabemos o que será” (MACHADO, 1737, p. 342).

Embora tenha apresentado uma série de argumentos jurídicos, D. Rodrigo Pinheiro reiterou em cada um deles seu local de fala, a partir de dois eixos argumentativos centrais: a obediência e o amor a D. João III e a Deus. Desse modo, apesar de se dirigir à regente do reino, o bispo manteve os mesmos pressupostos tradicionalmente dirigidas às mulheres: a do amor e da obediência conjugal esperadas das mulheres na tradição cristã e difundidos a partir do exemplo máximo de Maria.

O último documento a ser analisado é a carta do Doutor Antônio Pinheiro, representando a Câmara de Lisboa. A carta - sem data - teve início relembrando a ocasião do início da regência, ao apelar para o fato de que a cidade tinha sido a única a confirmar os capítulos deixados por D. João III. De acordo com o texto, a postura da rainha desconsiderava a prontidão daquela cidade no contexto referido e

“Nem satisfaz à leal sujeição e, por tal obediência, com que em todos elles foi aceita, não somente como tutor del Rey Nosso Senhor seu Neto, e Governador de seus Reynos, mas com tanto amor, como se fora natural Senhora delles, e assim como esta Cidade em nome de todos estes Reynos, como cabeça delles, foi a primeira que reconheceo esta mercê com verdadeira e leal obediência, assim em nome destes Reynos pede a V.A. com toda a humildade e devido acatamento que queira desistir de sua determinação; e de novo oferece a V.A. sua sujeição, e tudo o mais que deve para V.A. reger e governar estes Reynos, como athe aqui fez.” (MACHADO, 1737, p. 372-373)

Uma das particularidades dessa carta repousa no fato de ter sido a única – entre todas as que foram analisadas – que faz referência ao fato da rainha ser estrangeira, o que, juntamente com o fato de ser mulher poderiam ser impeditivos para o exercício do governo, como ocorreu com D. Leonor de Aragão no século XV. O local de nascimento da rainha não se revelou como empecilho para sua tomada no poder mas foi, entretanto, utilizado como forma de enfatizar o argumento central da carta da câmara de Lisboa: o amor que a cidade cabeça dos reinos demonstrou pela rainha, mesmo esta sendo estrangeira.

Como a prudência, a discrição e a sabedoria, o amor era um dos pontos centrais citados pela tratadística jurídica-política em torno do monarca e envolvia não apenas o sentimento de afeição e amizade que o rei deveria ter pelos seus, mas também o modo como os súditos deveriam amar, venerar e honrar ao rei. Assim, uma concepção específica de amor compôs a teoria da pessoa real no âmbito do quadro escolástico de

virtudes que, baseada em Aristóteles, afirmava que o amor do rei garantia a obediência dos súditos. Na mesma linha seguiu o já citado tratadista Diogo Lopes Rebelo, ao reiterar que “deve, portanto, o rei amar, alimentar e acarinhar os seus súditos, e fazer por governar e mandar mais pelo amor do que pelo medo” (REBELO, 1980, p. 149), amor este que só poderia ser considerado como verdadeiro quando fundamentado na bondade e justiça real. Por outro lado, para o perfeito governo da república, os súditos deveriam nutrir um amor sincero pelo monarca, garantindo desse modo o funcionamento do corpo político.

Ao utilizar este argumento como forma de dissuadir D. Catarina de abandonar a regência, Antônio Pinheiro não apenas apresentou o amor da cidade de Lisboa à rainha, mas, simultaneamente, cobrou dela a mesma afeição aos seus súditos, considerada como complementar e imprescindível à coesão social do reino naquele contexto. Por outro lado, reconhecia na regente as características desejáveis ao príncipe, contribuindo desse modo para a vinculação de D. Catarina às representações tradicionais – e portanto, masculinas - acerca do poder.

Após as consultas realizadas aos três Estados, a regente continuou na regência até o final de 1562, período em que convocou cortes e passou o governo para o Cardeal Infante D. Henrique, que esteve a frente do reino até 1568. Prosseguiu, entretanto, curadora e tutora do rei D. Sebastião e influente no reino português, sendo considerada, por muitos historiadores, como um dos pilares políticos no período anterior à União Ibérica.

Considerações Finais

Apesar das críticas ao governo das mulheres, o fato é que elas não foram suficientes para impedir a presença das rainhas nas decisões políticas. Na verdade, elas foram fundamentais para a continuidade do poder nas monarquias do final da Idade Média e início da Idade Moderna, já que muitas vezes assumiram o poder em momentos delicados da sucessão do trono, garantindo a permanência de uma dinastia no poder, caso da rainha D. Catarina de Áustria. Exatamente por isso, a historiadora Thereza Earenfight propôs uma revisão nos conceitos de monarquia, considerando o exercício do poder como vinculado ao grupo em torno do rei e não apenas privilégio do monarca, como tradicionalmente se tem pensado.

Embora o discurso contrário ao poder das mulheres seja revelador dos imaginários sociais do período, seria ingenuidade ater-se a ele, sem questionar seu caráter normativo. Na verdade, este discurso muitas vezes foi moldado ao sabor das circunstâncias, como pôde se observar pela análise dos apontamentos de D. João III e pelas respostas enviadas à D. Catarina. Representada como regente possuidora das virtudes do príncipe perfeito – a prudência, a discrição, a experiência e o amor –, o fato de D. Catarina ser mulher não foi colocado em questão.

Seu poder e autoridade eram bem vindos, já que não apresentaram nenhum elemento transgressor ao que lhe era circunscrito e desejado no período, atendo-se aos limites do poder exercido por mulheres, já que se tratava de uma regência, portanto, de uma situação provisória, o que se configuraria como radicalmente diferente caso fosse uma monarca no trono. Para além desta questão, a própria D. Catarina reproduziu as convencionais diretrizes de gênero, ao recorrer aos argumentos de obediência ao marido e temor à Deus.

Finalmente, a consulta aos três estados realizada por D. Catarina em 1560, mais do que uma simples manobra política, deve ser vista como uma forma de compensar a ausência de cortes em 1557 e reafirmar seu poder político em meio às críticas feitas ao modo como conduzia sua política. Sua ação, revelou ainda – e talvez seja esta a questão para a qual se deva se ater – que, em momentos de crise dinástica, não convinha recorrer às tradicionais diretrizes de gênero, sendo preferível moldá-las, alterá-las ou mesmo fazer uso de seus discursos apenas até o ponto em que eram apropriadas para esta conjuntura histórica específica.

Referências

1. Fontes

1.1. Fontes Manuscritas

Minuta da Carta da Rainha D. Catarina de Áustria enviada aos três Estados. *Manuscritos da Livraria*, n.º 321. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fólios 1-3.

1.2 Fontes Impressas

DESWART- ROSA, Sylvie. Carta do Embaixador Luiz Sarmiento ao Imperador Carlos V, 1539. Espoirs et désespoir de l'infant D. Luís. In: *Mare Liberum*, n. 3, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, pp. 243-298.

DEWITTE, Charles Martial. Giovanni Ricci à Alessandro Farnese. Évora, 22 septembre 1545. *La correspondance des premiers nonces permanents au Portugal 1532 – 1553*. Volume II – Textos. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1980-1986, pp. 486-493.

MACHADO, Diogo Barbosa. Resposta do Bispo do Porto D. Rodrigo Pinheiro, copiada do original. *Memórias para a história de Portugal que compreendem o governo del Rey D. Sebastião*. Tomo I. Lisboa Ocidental: Oficina de Joseph Antônio da Silva, 1737. pp. 339-353.

_____. Fala que se fez à rainha, composta pelo Doutor Antônio Pinheiro. *Memórias para a história de Portugal que compreendem o governo del Rey D. Sebastião*. Tomo I. Lisboa Ocidental: Oficina de Joseph Antônio da Silva, 1737. pp. 370-374.

REBELO, Diogo Lopes. *Do Governo da República pelo Rei – Tratado das produções das pessoas [divinas]*. Fac-símile das edições de Paris de fins do século XV. Com um estudo de Manuel Cadafaz de Matos. Lisboa: Edições Távola Redonda, 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Cópia de uma carta de D. Antônio de Ataíde, Conde de Castanheira, à rainha D. Catarina. Bibliothèque Nationale de Paris, *fond portugais*, mss. 8, fl. 166v, 172v. *Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 1958. pp. 23-33.

SOUZA, Antônio Caetano. Instrumento porque foi declarada a Rainha D. Catharina tutora de seu neto, como ordenava El Rey seu marido em huns artigos, que não chegou a assinar. *Livro IV das Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa, 1770. pp. 17-21.

SOUZA, Frei Luís de. *Anais de D. João III*, 2 vols., Prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1938-1954.

2. Bibliografia

ALBUQUERQUE, Martim. *As regências na História do Direito Público e das Ideias Políticas de Portugal*. Lisboa, 1973.

AVELAR, Ana. *D. Catarina: A Juno Imperial (1507-1578)*. Vila do Conde: Academia Portuguesa de História, 2011.

BACZO, Bronislaw. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi*. Vol 5. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996. pp. 296 – 332.

BLAMIRE, Alcuin (org.). *Woman Defamed and Woman Defended. An Anthology of Medieval Texts*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

BUESCU, Ana Isabel. *Catarina de Áustria - Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*. Pova de Santo Adrião: Esfera dos Livros, 2007.

_____. Um discurso sobre o príncipe. A pedagogia especular em Portugal no século XVI. In: *Penélope: Revista de História e Ciências Sociais*, nº. 17, 1997.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORREA, Mariza. A natureza imaginária do gênero na história da antropologia. In: *Cadernos Pagu* (5). Campinas, 1995.

CRUZ, Maria do Rosário. *As regências na menoridade de D. Sebastião*. Elementos para uma história estrutural. Lisboa, Faculdade de Letras, vol. I, 1983.

EARENFIGHT, Theresa (ed.), *Queenship and Political Power in Medieval and Early Modern Spain*. Aldershot: Ashgate, 2013.

JORDAN, Annemarie. Catarina de Áustria: Coleção e Kunstkammer de uma Princesa Renascentista. (Org): MOURA, Vasco da Graça. *Oceanos*, nº 16 , 1993, p. 62-70.

_____. *A rainha colecionadora - Catarina de Áustria*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2012.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de. Os régios protagonistas do poder. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero de (coord.). *História de Portugal. No alvorecer da Modernidade* (dir. José Mattoso). Lisboa: Estampa, 1997, pp. 513-573.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, v. 16, n. 2, pp. 5-22, jul./dez. 1990.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – O século de Ouro (1495-1580)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1978.

VELLOZO, José Maria. *Estudos Históricos do Século XVI*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1950.

A DIALÉTICA DAS IMAGENS DOS NEGROS NO BRASIL NA FOTOGRAFIA DA SEGUNDA METADE DO OITOCENTOS E INÍCIO DO NOVECENTOS: POLÍTICA E ESTÉTICA A PARTIR DAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DE GIORGIO AGAMBEN E GEORGES DIDI-HUBERMAN

*Golda Meir Gonçalves da Silva*²⁵⁰

RESUMO - Nesta pesquisa discute-se a experiências dos negros no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, a partir da perspectiva fotográfica de Marc Ferrez, Militão Azevedo e Alberto Henschel. Com o intuito de apresentar e analisar os agenciamentos entre as imagens produzidas, o olhar que as constitui e os seres sociais capturados pelas objetivas desses fotógrafos nos lugares que lhes eram definidos pelo contexto escravista. A expectativa é perceber o engendramento complexo da dialética que constitui essas imagens pensadas a partir dos processos históricos que envolveram a todos no contexto em que se configuraram. Perseguindo este objetivo o trabalho ora apresentado reflete sobre a perspectiva estético/política de Georges Didi-Huberman (1998) e Giorgio Agamben (2007; 2009), estabelecendo relação entre as imagens selecionadas, considerando as elaborações reflexivas desses autores na dialética visual.

Palavras-chave: Fotografia; Dialética; Imagem; Estética; Política.

A pesquisa da qual este trabalho é parte objetiva atender a demanda de produção de dissertação, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Goiás, em nível de Mestrado. O texto aqui apresentado, parte dessa pesquisa e se desenrola no campo da história social em paralelo com os chamados Estudos Visuais, relação colocada em perspectiva nos estudos de Ana Maria Mauad (2004), cujas pesquisas são multidisciplinares e procuram problematizar a centralidade das imagens, na produção do conhecimento histórico. Considera-se, na produção imagética, os agenciamentos dialéticos que engendram os temas, as formas e a composição fotográfica. Trata-se de compreender a produção das imagens fotográficas da escravidão, dos escravos e dos negros livres ou libertos no Brasil da segunda metade do século XIX e início do XX, na obra dos Fotógrafos Marc Ferrez, Militão Azevedo e Alberto Henschel.

²⁵⁰ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES. Sob orientação do Prof. Dr. Marcos Antonio de Menezes – E-mail: golmeir@hotmail.com

Nos registros fotográficos desses artistas o ser negro é documentado, velado e desvelado, lembrado ou esquecido de diferentes modos e perspectivas, nas quais os negros estão presentes mesmo não sendo o objetivo do foco.

A imagem, na fotografia, é um espaço que nos olha sempre que a vemos. Segundo as análises de Didi-Huberman, há sempre outra imagem por traz da imagem, podemos considera-la fratura no tempo como Agamben (2009), em sua análise do contemporâneo tão bem elabora. As imagens fazem pulsar em nós o que nelas persiste e o que delas escapa. A imagem favorece uma troca simbólica que enfrenta a destruição causada pela passagem do tempo, tanto como referência a uma ausência, quanto como a materialidade de uma presença que já não é. É um registro estático, mas não passivo, do cotidiano social que engloba os negros no território brasileiro, que dá conta das condições de vida a que foram submetidos, além, das suas manifestações econômico-comerciais, sociais e culturais perceptíveis nas composições iconográficas concretizadas espaço-temporalmente através da linguagem fotográfica traduzida em imagens pelos fotógrafos citados.

Com o objetivo de obter novas perspectivas analíticas, suscitar novos problemas e favorecer reflexões mais complexas que exijam maior interação da História com outras disciplinas e campos de saber que possibilitem acessar as especificidades do novos documentos e objetos de estudo a disposição dos historiadores, o conjunto de imagens reunido desvela a íntima relação econômica e política que forma a teia que liga o sistema escravista a questões comerciais e sócio cultural com a produção artístico-cultural do período recortado. Os recursos tecnológicos disponibilizados em meados de 1800, possibilitaram a constituição de uma vasta documentação visual, cujas enunciações revelam as dinâmicas do cotidiano de vários grupos sociais cujas relações eram interativas e não apenas unilaterais. Suas realidades se separam, se hibridizam, se confrontam e se harmonizam de forma pacífica ou tensa, o que pode ser visto, analisado e transformado em história com o auxílio dos recursos visuais sob perspectivas.

Esta análise revisita o acervo imagético por muito tempo silenciado na aparente inércia das composições fotográficas, para recuperar os sinais, as marcas, os vestígios do ser no espaço e no tempo, contextualizando-o a partir das reflexões de Giorgio Agamben e Georges Didi-Huberman sobre a dialética das imagens dos negros constituídas nas obras

dos fotógrafos Alberto Henschel²⁵¹, Militão Augusto de Azevedo²⁵² e Marc Ferrez²⁵³, respectivamente apresentados nas imagens subsequentes I, II e III, nas quais se percebe que a transparência visual produzida substitui o homem por seu símbolo imagético no processo dialético que estabelece a sua presença, ausência e experiência em “tempos outros” de acordo com Agamben (2009). A imagem desses homens não os representam, mas os apresentam fora do seu lugar, deslocados de sua origem, elas são a captura de seres enquanto existência compartilhada, ou seja, enquanto ação política, mas também são obras que revelam padrões estéticos de uma determinada época. Podem ser o que Agamben considera dispositivo, ou seja, se configuram como uma rede que assegura, a partir de suas relações de atuação, mecanismos de subjetivação, do qual seria possível resultar sujeitos espectrais, reais ou mesmo históricos e simbólicos (ORLANDI, 1999).



Imagem: I, II e III.

O homem evidenciado pela imagem não, necessariamente, faz aparecer quem ele é, o que ele faz, ou seja, o ser é um vazio a ser explorado pela ação histórica e imaginativa.

²⁵¹ Alberto Henschel (Berlim-AL 1827 – Rio de Janeiro-BR 1882). Entre 1866 e 1870 fotógrafo da Casa Imperial. Ele faz uma reflexão sobre a identidade étnica e, do que hoje podemos chamar, cultural dos negros do final do XIX através de sua série de imagens fotográficas. (Visto em 15/08/14, às 23:54h: WD – Sítio: <http://www.dw.de/exposi%C3%A7%C3%A3o-de-fotos-em-berlim-reflete-sobre-hist%C3%B3ria-dos-negros-no-brasil/a-17375906>).

²⁵² Militão Augusto de Azevedo (RJ 1837 - SP 1905). Em 1862, Um dos fotógrafos mais produtivos do oitocentos, se destacou como fotógrafo paisagista com enfoque comparativo. (Visto em 13/09/14, às 00:23h: Enciclopédia Itaú Cultural – Sítio: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2001/militao-augusto-de-azevedo>).

²⁵³ Marc Ferrez nasceu no Rio de Janeiro em 1843 e faleceu em 1923. Em 1870 foi contratado como fotógrafo pela marinha imperial. Fotógrafo da Comissão Geológica e Geográfica do Império. Pesquisador de técnicas e processos, desenvolveu projetos pioneiros. (Visto em 23/09/14, às 14:21h: Instituto Moreira Salles – Sítio: <http://www.ims.com.br/ims/explore/artista/marc-ferrez/perfil>).

O sujeito sugerido por Agamben não está pronto e acabado na imagem, ele pode emergir desta, se a entendermos como uma urgência estabelecida pela relação dos elementos viventes, dentro ou fora da cena, com as tecnologias e valores disponibilizados no momento de sua produção, mas suscetíveis de movimento graças a uma intervenção racional que orienta ou bloqueia seu potencial, inicialmente, no interior da obra e posteriormente num contexto mais amplo dado por processos dialéticos de subjetivação (2009, p. 28-33). O que não conflita com o entendimento de Didi-Huberman sobre o que não está evidente, mas que pode ser estabelecido através da localização no tempo e no espaço desse objeto simbólico que morre para dar lugar ao ser, o que ele chama de desfiguração corporal, processo disparado por restos ou ausências visuais. Assim o olhar queda o estatuto estável da imagem, possibilitando a partir da mesma o vislumbre do essencial (1998, p. 79-85). Em ambos os autores percebemos que não está na superfície, mas sob e para além dela a experiência política, estética e histórica do que vemos. O lugar de cada imagem, sua função, seu tempo, não são completamente visíveis, se os identificamos é por algum vestígio de perda que se dá no olhar e que desperta os nossos desejos de saber, de (re)conhecer. Nessas imagens a ausência abre a possibilidade de presença constituída a partir da distorção ou da metamorfose dos elementos visíveis, o que as desestabiliza como meros retratos ou elementos de fruição estética, e pode estabelece-las como espaço de experiência e como documentos históricos, portanto, como elementos potencialmente estéticos e políticos complexos, capazes de orientar gestos, assegurar discursos e produzir sujeitos, ainda que espectrais, de acordo com as palavras de Agamben, dependendo, tão somente, das relações que se estabelecem entre sujeitos e objetos no percurso de sua produção e difusão (2009, p. 13).

No obvio está contido o obtuso, como propõem Roland Barthes (1990) e se considerarmos o pensamento de Didi-Huberman. A imagem ao ser composta sofre a perda de tudo que não faz parte do quadro selecionado. Essa perda age no tangível, atuando sobre os horizontes de expectativa e/ou experiência. Nesse processo, segundo o mesmo autor, todo o visível desaparece para aparecer o não-visível. Dá-se uma relação espaço-temporal, fazendo dialogar uma dupla distância.

Considerando as imagens que nos chegam como dispositivos imagéticos, de acordo com a compreensão de Agamben (2009), se a relação que estabelecemos com elas não for orientada a partir da nossa capacidade de subjetivação, não resultará dela novos sujeitos, mas novos dispositivos. Enquanto Agamben propõe a “assunção de um

ingovernável”, um olhar para o não vivido no que é vivido, enfim um desmascaramento do tempo estabilizado na imagem. Didi-Huberman convida à desestabilização, solicita do espectador um olhar deslocado e inquieto capaz de perceber a estranheza do visível, o seu constante limiar e as constantes ameaças das ausências que lhe são inerentes (1998, p. 231-255). Ambos os autores apontam para os movimentos da imagem visível, para sua dinâmica existência, na sua aparente estabilidade. Concordam a partir de lugares de observação diferenciados.

Da perspectiva de Didi-Huberman, o que vemos é obra de perda e o que nos olha é obra de um “ato de simbolização primordial”, que traz em si um traço vivo, que oferece uma singularidade visual à imagem, que tem um poder de alteridade, necessário ao processo de identificação imaginária. Mas, não necessariamente fantasiosa. As imagens são passíveis de transformação, estão localizadas no entre, no quase, são e não são na relação que estabelecem no tempo e no espaço entre símbolo, objeto e sujeito (1998, p. 80-81). Agamben, por sua vez, nos diz que nas luzes do visível está o escuro que lhe é inerente, ao interpretarmos é preciso saber a hora de abandonar, nesse caso, o texto visual, que pode nos cegar para o obscurecido por ausências, e situar a rede da relação em novos contextos, ou seja, liberar o que foi capturado como dispositivo imagético e restituí-lo a um contexto vivo por meio de processos de subjetivação temporais e espaciais capazes de subverter sujeitos espectrais em sujeitos reais e interpolar tempos e lugares.

Enquanto em Didi-Huberman a encarnação tem significado estético e une ser e ação, em Agamben representa uma fratura, uma ruptura que os separa, porque a ação aqui não tem fundamento no ser, é um processo de subjetivação que produz um novo ser articulado e constituído com os dispositivos capazes de conduzir os comportamentos. Sendo a imagem uma linguagem, política e não apenas estética, podemos entender que, em Agamben, este é um dispositivo pelo qual nos deixamos, inconscientemente, capturar (2009, p. 39-41), o qual, necessariamente, precisamos profanar para que, a partir das relações estabelecidas entre vida e espectro, ser e ação, sujam novos seres e não apenas outros dispositivos.

Nas imagens, constituídas e estruturadas a partir de elementos visuais da escravidão, que ao desaparecer criou um problema, ou seja, essas imagens metamorfoseiam-se no que Didi-Huberman denomina de “um ser interior” que flui e reflui no que vemos e cujo caráter é momentâneo, é um misto de vida e morte. Na imagem visual capturada, a imagem real perdida se apresenta como um vestígio, um resto, um

símbolo-objetal que nos olha e exige do nosso olhar ação imaginativa. Na maioria dos usos, a imagem é apenas um dispositivo, a partir do qual não se constituem sujeitos reais, mas apenas espectros. Porém a razão de nos olhar responde a uma pulsão interior, é um objeto vivificado pela sua própria morte, configurado por uma ausência que alteriza o nosso próprio desejo e libera no objeto morto a vida dos sujeitos nele ou por ele envolvidos.



Imagem II.1

Na imagem II.1 (Senhor e seus escravos – 1870), de Militão Azevedo, o objeto, resquício de uma perda que nos olha, não imita o símbolo, não é uma farsa, um teatro em sentido pejorativo, é substituído pelo símbolo. O símbolo mata o objeto demarca Didi-Huberman. O que está presente não é o senhor e seus escravos, mas a imagem simbólica dos mesmos, um resquício do que foram e das hierarquias sociais que suas condições representaram em um determinado espaço-tempo. Não são apenas homens que figuram nesta imagem, mas o resquício da condição de proprietário e de coisa, de senhor e de escravo, determinados contextualmente pela cor da pele por exemplo. Mas, para Didi-Huberman todos os objetos são suscetíveis de alteração sob o olhar em ação, passíveis de se tornarem essenciais, de ser para além do que apresentam e são. Portanto, são ausências presentificadas, ainda que desfiguradas pelos objetos visuais que também são subvertidos nesse processo. E a síntese desse percurso de aparecimento e desaparecimento em sua dupla distância temporal, de forma dinâmica e tensa é um ato do olhar que para além de ver - identificar o existente aparente - e prever - antecipar e crer no que não se vê - subverte o visível no não-visível, o objeto lançado para “longe de si e trazido de volta a si” ameaça perder até a nós mesmos, segundo o autor, porque as imagens se realizam dialeticamente e produz um lugar que nos concerne apesar de não nos alcançar por meio de sua visibilidade, que tem cindida sua superfície e assim cinde o nosso próprio olhar (1998, p. 83-87). No que se aproxima do que Agamben interpreta como contemporaneidade, ou, a

singular relação do ser com o próprio tempo, de aderência por meio de uma dissociação com o mesmo. Está na imagem o que nela é, na verdade, ausência. Está no tempo o que ainda não o alcançou, porque já não é ou ainda não foi. Portanto, o entre, o quase, a fronteira entre o visível e o não-visível, entre a realidade e a sua subjetivação, o que urge dentro do visto é intempestivo, descontínuo etc. e exige a ação do olhar. Nesse processo dialético entre o que vemos – objeto/símbolo – e o que nos olha – pulsão/perda – a síntese é invocada pela singularidade de um desejo que subverte o visual e o lança fora de uma visão estanque. A imagem visível passa a ser uma transparência representativa no objeto, um registro semiótico (para além da ótica) que a pressupõe, inclui e realiza ao abrir esse visível ao deslocamento de sentidos.



Imagem I.1

Assim, a superfície imagética, que se refere a imagem I.1 (Alberto Henschel – 1870), na qual aparecem duas crianças aparentemente brincando (uma negra e a outra branca, uma carregando e a outra sendo carregada, uma sendo conduzida e a outra conduzindo) se torna capaz de produzir lugares para além de sua visualidade evidente. Desestabilizando esta cena, pode se realizar na criança branca um lugar da infância, do lazer, do domínio, do humano, da propriedade. Enquanto a menina negra pode ser o lugar da servidão, da coisa, do animal doméstico, da mercadoria, da sujeição. O que é identificado tautologicamente como imagem de uma criança negra, pode não nos olhar como um “outro” e sim como um “que”, dialeticamente este é um ser na borda, na franja, na fronteira do objeto como “ser” e como “ter”. Porém sua própria imagem, tomada de uma dupla distância do presente em relação ao passado e do objeto em relação ao ser, pode remeter ao lugar de “origem”, aproxima-la da realidade histórica, com a qual guarda semelhanças inegáveis, mas também de diversos contextos passíveis de outras leituras.

A imagem como dispositivo gerador de sujeitos, portanto como processo dialético, expressão de contemporaneidade, segundo Agamben tem “forma de um limiar inapreensível, só se constitui adiantada de si mesma, sua atualidade inclui parte de seu fora e pode se reatualizar a qualquer momento, porque ela não cessa de operar no devir. A imagem pulsa no presente, ainda que seja um objeto aparentemente arcaico, desperta em nós o desejo de proximidade com a sua origem, como “parte de não vivido em todo vivido”, sob o foco do nosso olhar, que pode ser entendido, das perspectivas apresentadas, como um limite que se apaga ou vacila entre a realidade material e a psíquica segundo Didi-Huberman (1998, p. 231). A fotografia tida como objeto de figurabilidade reconhecível e estável se presta a jogos de desconstrução na perspectiva desses autores. Elementos presentes e ausentes se acoplam para construir uma outra coisa. O visível se metamorfoseia, se torna transparente, se esvazia para dar lugar a ausências somente perceptíveis pela experiência ou expectativa dos desejos e pulsões do olhar. Portanto, Didi-Huberman nos informa das potencialidades do vazio no cheio da imagem e vice-versa. No que podemos fazer dialogar suas ideias com a compreensão de Agamben ao definir o contemporâneo como uma ruptura na vertebra do tempo, o escuro do conhecido como um espaço do não óbvio. E ao citar Roland Barthes diz ainda que o contemporâneo é o intempestivo, uma descontinuidade, um limiar inapreensível (2009, p.57-63), ou seja, um *quase* se dito por Didi-Huberman.



Imagem I.2

Na imagem I.2 (Henschel – 1870) duas figuras infantis posam. Aparentemente são, apenas, duas crianças negras, uma de pé outra sentada, emolduradas por um arranjo cenográfico. Ao ler a imagem, porém, percebemos que as figuras não se apresentam do

mesmo modo. A partir dos restos deixados na superfície da imagem visível podemos pressupor que as posições revelam um padrão hierárquico do espaço tempo capturado, contexto que só pode ser percebido em virtude de um vestígio discreto, de uma ausência histórica. O garoto negro, evidente na composição imagética, não usa sapatos, enquanto que a garotinha sentada sim. O que nos olha, disso que vemos, são possibilidades simbólicas. Ao considerarmos o contexto escravocrata de produção da imagem, sabemos que os escravos, tradicionalmente, permaneciam de pé nas fotografias, se e enquanto acompanhados de seus senhores e algumas vezes de suas senhoras que se apresentavam sentadas. A posição do escravo em primeiro plano, pode ser simbólica de um ato protetivo, voluntário ou obrigatório, assim como o marido, na imagem II.2 (Militão Azevedo – 1879). Embora os contextos envolvidos em ambas as imagens possam nos conduzir para outros lugares, por exemplo, o lugar do pertencimento, das hierarquias sociais, do poder e da submissão. Nos conduz, principalmente, para “um presente (que nos é passado) em que jamais estivemos”, nas palavras de Agamben (2009, p. 70-72), estabelecendo uma relação entre tempos, o que poderíamos chamar de uma dupla distância, se partíssemos aqui do pensamento de Didi-Huberman, ao interpolarmos o tempo, das imagens citadas, por exemplo, em relação com outros tempos (seu passado ou seu futuro em nosso presente) possibilitamos a completa desestabilização do visível.



Imagem II.3

Assim, a ausência de um par de sapatos nos olha e subverte a imagem evidente, porquanto este vestígio pode referir-se a uma marca da condição do ser escravo num determinado espaço-tempo ou mesmo do que ‘ser escravo’ não permitia ter. Uma

fotografia de hoje, na qual houvesse uma criança descalça, ainda que repetidas as poses e os objetos de cena na íntegra, não nos possibilitaria tal cisão do olhar, porque hoje isso não é vestígio de sujeição escravocrata. Mas ainda é vestígio de poder tanto econômico quanto sociocultural. Embora, não sejam os mesmos, ainda hoje esse resto de ausência pode determinar lugares. Nesses processos de deslocamento se percebe os percursos significantes dos objetos constituídos, pelas experiências históricas, como dispositivos que realizados imageticamente criam novos sujeitos. Esse resíduo significativo no passado e no presente cinde e amplia as possibilidades do não visível no evidente que deixa de ser um fato ou ato, para ser um símbolo, para substituir, ausência e presença de sapatos sucessivamente por escravidão e liberdade ou por condição e hierarquia social numa dupla distância espaço-temporal. O elemento estético (sapato) se metamorfoseia em instância sócio-política (hierarquia, coerção e liberdade).

Nada na imagem é simples ou puro, de acordo com Didi-Huberman, tudo é resto a ser perdido ou recuperado pelo olhar, porque o que existe, não existe apenas solidamente, pode existir abstratamente, como nome por exemplo. E mesmo os nomes que damos para os objetos, potencializam neles uma presença ausente, que ao reaparecer como pulsão, cindindo nossa compreensão ou nosso olhar torna os objetos possibilidades, sínteses dialéticas (1998, p. 88-95). As fotografias selecionadas, por exemplo, trazem homens, mulheres e crianças negras. E ao apresenta-los abre a possibilidade de os vermos como sujeitos na história e no simbólico como propõe Orlandi (1999), sujeitos reais, apresentados também como coisas ou sujeitos espectrais se seu significado coincidir com o ato de sua concretização isenta do processo de subjetivação.



Imagens I.3, I.4 e I.5

Henschel na composição das imagens I.3 a I.5, buscou identificar traços étnicos singulares nas personagens com o fim de identificar suas “origens”, inalcançáveis, tanto biológica quanto geográfica e culturalmente. O interesse do fotógrafo se justifica, historicamente, por conta dos esforços de apagamento identitário que negros africanos e descendentes sofreram no processo de escravização, mesmo no que se refere ao nome próprio, que passou a ser, em grande parte, uma extensão de seus novos senhores. O fotógrafo aqui, já no processo de produção das imagens, as constitui como dialética, como objeto simbólico, que tenta recuperar, num processo sucessivo de perdas esses vestígios. No evidente da massificação dos negros, enquanto instrumentos ou animais para o trabalho, ele percebe e recupera a presença de diversidade humana, de traços físico/expressivos e de manifestações culturais e étnicas, caracterizadas nos acessórios e nas vestes como roupas para cobrir o corpo e/ou como origem e manifestação cultural. Apresenta suas características físicas não apenas como diferença, mas também com traço de suas identidades étnicas. Na constituição dessas imagens o obvio é afirmado e ao mesmo tempo colocado em dúvida. Nelas os traços significam o ser e o ser dá significado aos traços, morte e vida numa dinâmica complexa, tensa e constante.

Nessas imagens que olhamos, nos olham tempos e lugares diferentes, aparências e comportamentos específicos que ganham uma dimensão íntima a cada olhar. Seus volumes e seus vazios se dividem e nos dividem, gerando uma cisão e uma dupla distância que os coloca no nosso tempo e nos disponibiliza para o tempo dos objetos imagéticos em questão, seus sujeitos e suas realidades, no intangível, nos restos de uma realidade que já não o é. No processo dialético das imagens o ser metamorfoseia-se para continuar existindo e resistindo aos investimentos dos tempos que o observa e que nele são observados.



Imagem III.1

A partir da imagem III.1, Marc Ferrez conduz o nosso olhar e faz desaparecer o nome escravo para recuperar o ser escravo, eternizando este ser como um universo, um lugar social no tempo. Ser escravo, na série elaborada por este fotógrafo e observada nas imagens mostradas, é ser um universo de trabalho, no qual pode estar a compreensão de gênero deslocada do presente para o contexto escravista do oitocentos. Nessa série documentou as funções e as ocupações de cada gênero, nos espaços urbanos e rurais, para adultos e crianças, na casa grande e no campo. Aqui se presentificam as partes no todo ou o todo nas partes, o elemento comum é o negro(a) escravo(a) ou mesmo liberto(a) a as instâncias de sua condição que se estabelece numa relação de “amizade”, partindo da compreensão de Agamben desse conceito, que se funda, nesse caso, sobre a utilidade, “o amigo aqui é, de fato, um outro si mesmo”, é uma existência equivalente, o ser aqui se torna “não-idêntico a si”, é a representação da des-subjetivação, uma potência política em suspensão e revela uma relação de partilha sem objeto (2009, p. 83-92), o outro é o que si é.

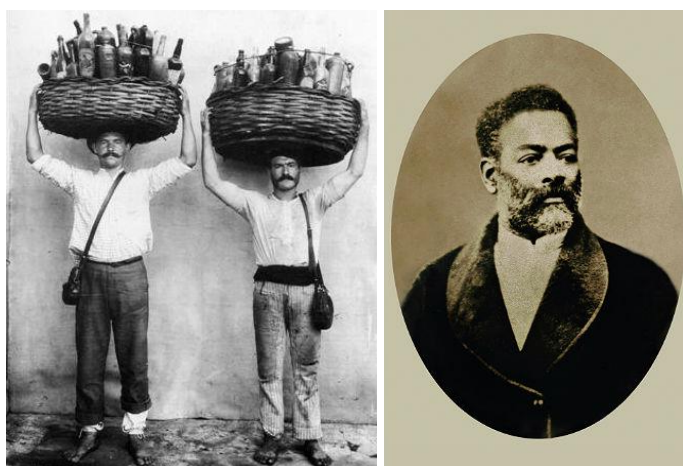


Imagem III.2 II.2

O que impõe o visível, no trabalho de Ferrez, apresentado, são os signos a ler, as evocações que provocam, os seus limites e a sua negação. Suas imagens se animam, como diria Agamben, de forma quase imperceptível (2007, p. 9). No caso da imagem III.2, por exemplo, se tomarmos o signo cor, para estabelecer a condição escrava, assim como o inverso acontece na imagem II.2, estas não nos tocariam, a cor aqui não é o elemento, o resto, de onde partir, nem onde entrar. A condição estabelecida não está neste vestígio significativo de sujeição. Mas temos como resto da condição escrava a ausência de sapatos, novamente, na primeira imagem, e o contexto extra-imagético, o trabalho braçal,

condição indigna de um “verdadeiro branco”. No segundo caso a dignidade, expressa noutra cor. O que vemos é cindido pelo que buscamos, ou seja, as marcas, os vestígios da escravidão como condição e como consequência no pós-abolição. As semelhanças aqui nos enganam e revelam dessemelhanças, descontinuidades. Elas evidenciam as experiências do ter, do estar e não do ser de acordo com as proposições elaboradas por Thompson no seu estudo da formação das classes operárias (1987). A cor branca é túmulo da escravidão ausente, assim como na negritude se perde a condição de liberdade que pode estar presente mesmo naquele contexto do oitocentos. A imagem evidente é perturbada por imagens impossíveis. O visível aqui é quase uma recusa as latências e pode acomodar o espectador distraído segundo Agamben (2007, p. 10;23) que olha e vê a imagem de um corpo, mas não o corpo da imagem, restituindo-lhe a vida nesta ação.



Imagem III.3 e III.4

Na imagem III.3 e III.4 há evidenciação de determinadas condições e funções dos retratados. A dimensão verbal abre a imagem, quando esta é observada numa série que a sintetiza enquanto inquieta e transforma o olhar. Assim a imagem dialética produz, no entender de Didi-Huberman “formas em formação”, ou seja, “inscreve a forma de potência e de presença de formas, que habitam a obra”, que colocam e recolocam diante de nós o obscuro dinamismo, assim abrem a imagem perturbando a nossa percepção a cada nova informação que restitui a energia e as temporalidades contidas no visual. O que exige uma operação dos sujeitos históricos envolvidos para a recuperação desses movimentos ou marcas que lhes remetem a uma atualidade, que identifique a imagem como uma pausa carregada de tensão, esvaziada de seu valor de uso, convertida em valor simbólico que atrai significações. Sendo uma oscilação, resulta em estranhamento e em novo acontecimento de sentido livre esteticamente, mas não vazio politicamente segundo as observações de Agamben (2007, p. 30-35).

Na primeira imagem temos uma mulher, negra, bem vestida e uma criança branca. É quase evidente sua função de ama, de escrava da casa grande, mas essa percepção exige uma operação histórica. Na segunda imagem temos um grupo de pessoas, homens, mulheres e crianças negras portando suas ferramentas de trabalho que os identificam como um lugar no campo, nesta fotografia todas as personagens, exceto duas, posam olhando para a câmera. A ausência da pose perturba a imagem. Talvez revele a presença de resistência, a ausência da vontade de ser retratado, de ter sua visualidade roubada ou distorcida pelo mecanismo tecnológico. A imagem é o resultado de uma negação da própria imagem o que poderia revelar um estado de coisas e situações, premeditadas ou não, posto que poderia ser também uma escolha estética do fotógrafo, o que somente outro momento de análise poderia abranger.

O que nos importa é que estas imagens são composições dialéticas, considerando os estudos de Didi-Huberman, porque são reminiscências críticas do passado no presente. São lugar de reflexão que se metamorfoseiam e passam a ser um lugar de memória silenciosa, preche de segredos e de ausências que pulsam e que se constituem como anacrônicas, ou seja, um lugar, uma instância temporal que não retém, que não é passado, nem agora, mas um porvir constante, tenso e dinâmico. A fotografia existe como reminiscência que desloca um vestígio e faz permanecer um resto de tempo, de ação em suspenso, solto, somente conectado espaço-temporalmente pelo nosso olhar, onde se acumula ou se perde, onde se opera um desejo e/ou um abandono, numa relação íntima, única e singular.

Pensando as imagens, a partir da compreensão de Agamben sobre a “ninfá”, consideramo-las como dialéticas no momento em que conjugadas ao ser humano ganham alma e se convertem em uma intersecção viva produzida pela ação dos sujeitos históricos. Dessa perspectiva toda obra imagética envolvida nos processos dialéticos, estabelecidos entre o que nos olha no que vemos, é um monumento a perda concretizado pelo olhar. Ao selecionarmos este ou aquele elemento no ato de ver, vivo e ativo, abandonamos todos os outros e preenchemos de imaginação o vazio que se abre como espaço de falta em si mesmo e o lançamos em um plano coletivo e histórico diferenciado de sua origem espaço-temporalmente. Construimos com nosso olhar uma ruptura no evidente e a suturamos com todos os restos, que nos toca daquilo que lhe é falta, ausência, num esforço singular de responder a nossa pulsão de vida e morte, nossa tentativa de recuperação de inúmeras perdas que nos confrontam naquilo mesmo que já não temos, no entanto vemos.

Construímos a partir de movimentos tensos e críticos a imagem da imagem, estabelecemos a possibilidade de nos encontrarmos nelas e de nelas nos perdermos, damos-lhes uma vida histórica. E como sugere Agamben, assim como para as ninfas a aquisição de uma alma depende de que elas se unam aos homens, para as imagens a vida depende de que as despertem um sujeito histórico, um olhar ativo, que deve estar atento ao risco de se deixar escravizar pelas mesmas. Para evitar esta condição de escravo das imagens o homem precisa ser capaz de intervir e desestabilizar constantemente sua aparente estabilidade e pôr em movimento sua carga fantasmática.

Didi-Huberman e Agamben em seus estudos discutem a dialética das imagens, cada um de uma perspectiva própria, voltada a valores estéticos ou políticos. Porém, em ambos se percebe a compreensão de que as imagens não são simples, não são puras, tampouco estáveis. Que o visível vela e desvela o não-visível por meio da experiência do olhar. O que se concretiza na relação do ser com os objetos visíveis e suas transparências.

O que vemos na produção imagética desses fotógrafos não são os sujeitos, mas os lugares sociais a que foram submetidos no território brasileiro, que não foram objeto central da narrativa imagética, produzida por Ferrez, Militão e Henschel. Estes ao fotografar as posições hierárquicas ocupadas por homens, mulheres e crianças nos seus enunciados visuais, não os presentificaram. Eles estão colocados, voluntária ou involuntariamente, nas imagens para representar a condição de escravizados, libertos e livres, de instrumentos de trabalho, de presença acomodada ao ambiente ou às situações que se desejava retratar. Sua presença nas fotografias diz respeito a função do ser e não ao ser. Nelas os negros, da perspectiva dos fotógrafos, são objetos de cena e não atores.

Nas representações coletivas do processo de produção os registros imagéticos servem à manutenção e difusão dos valores escravistas em voga. Contudo ao problematizar a produção sígnica criada, valorada e veiculada nessas imagens e o poder simbólico que nutre as representações individuais e coletivas da sociedade, compreendo que carregam em si os vestígios da experiência dos negros e que a partir delas podemos estabelecer a relação entre as imagens e a memória histórica de que elas são carregadas confrontando, presença e ausência, as temporalidades entrelaçadas nas imagens fotográficas e na fotografia como artefato de época.

Na discussão sobre o lugar do ser negro como sujeitos históricos penso que os papéis que lhes são atribuídos nas representações desses espaços que ocupam ou a que são condicionados se devem a determinações políticas, econômica, sociais e culturais.

No entanto exploro, os vestígios de memórias dos negros como alteridade não reconhecida na produção fotográfica citada. Ao refletir sobre como se relacionam os elementos de cena de uma fotografia, que traz as várias representações de africanos e descendentes em suas possíveis temporalidades me disponho a construir caminhos para acessar os processos históricos envolvidos na investigação do objeto inclusive, buscando o auxílio de outros campos disciplinares como a semiótica proposta por Humberto Eco em seu Tratado²⁵⁴, o que torna possível perceber que essas imagens são, ao mesmo tempo, o registro da experiência dos negros e dos silêncios relacionados a esta presença subsumida na paisagem natural e humana branca. Porque como texto visual que fala e cala simultaneamente, a fotografia continua a comunicar mesmo quando se exime. A conclusão das análises realizadas até aqui, mostram que o contexto histórico escravista interferiu nas dinâmicas sociais das quais resultou o acervo fotográfico de Ferrez, Azevedo e Henschel, mas que este não determinou os caminhos das suas produções imagéticas.

Desta forma, posso avaliar que as marcas e sinais que guardam suas fotografias foram favorecidas por este sistema, no entanto não voltadas para a centralização do ser negro e sim para as suas dinâmicas cotidianas em relação ao poder dominante. E como recurso rápido e supostamente fiel a fotografia fora utilizada para construir a imagem de uma sociedade una, disciplinadora das massas, para que estas se auto identificassem com as regras de conduta e os modelos de comportamento opressores impostos política, econômica, social e culturalmente. No entanto esses documentos visuais revelam para além da, visível, dominação branca a manifestação de interações sociais, entre os vários grupos representados em diversos níveis de atuação. O que fora percebido até o presente momento é que estas relações são mais complexas e que escapam a mera condição de submissão e dominação, ainda que esta seja a presença ausente mais enfática nas imagens. A partir da estética visual, da estruturação composicional imagética, seja ela um flagrante ou produzida em estúdio, se manifesta características da extrapolação dos limites impostos sócio-hierarquicamente. Barthes (1990: 13-25) em sua análise da mensagem fotográfica, entre outros, me auxiliam na compreensão das fontes iconográficas e de suas especificidades, mantendo-me consciente de que os documentos visuais, como todos os outros, não são repositórios neutros, faz-me atentar para a

²⁵⁴ ECO, Humberto. Tratado de Semiótica. São Paulo. Perspectiva, 1980.

exigência de tratamento metodológico adequado o que é possibilitado pelos métodos semióticos de análise proposto por Umberto Eco (1980). Posto que a imagem pode demarcar a finitude ou a perpetuação do ser humano e de sua memória de acordo com a compreensão de Knauss (2006).

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. *Ninfas*. Valência: Kadmos, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó-SC: Argos, 2009.

BARTHES, Roland. *O Obvio e o Obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1990.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34, 1988.

ECO, Umberto. *Tratado Geral de Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual*. ArtCultura, 2006, Vol. 8, n. 12, p. 97-115.

MAUAD, Ana Maria. *Fotografia e História – Possibilidades de análise*. In: CIAVATTA, M.; ALVES, Nilda (eds.). *A Leitura de imagens na pesquisa social*. História, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004, p. 19-36.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Do sujeito na história e no simbólico*. Escritos nº 4. Campinas, SP: publicação do Laboratório de Estudos Urbanos Nudetri/LABERURB, maio, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. II A maldição de Adão. Trad. Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AS ATIVIDADES EXTRAJUDICIAIS DOS JUÍZES DE FORA DA VILA DO CUIABÁ (1767-1796)

*Gustavo Balbuena de Almeida*²⁵⁵

RESUMO: Representando um dos esforços da Coroa portuguesa para cercear os poderes das elites locais, assumindo a presidência das câmaras municipais, um dos principais polos de representatividade, os juizes de fora na América portuguesa trazem consigo vários cargos anexos em sua jurisdição, entre eles o de juiz dos órfãos. Além dessas características encontramos, para a Vila Real do Cuiabá, esses oficiais cumprindo funções de caráter administrativo, como a de manutenção do Armazém Real e do envio de mantimentos e munições para os povoados militares do Rio Paraguai. E essas informações são encontradas nas cartas enviadas pelos juizes de fora aos governadores, estabelecidos na capital, Vila Bela. O objetivo desse artigo é, portanto, analisar o conteúdo dessas cartas, dando especial atenção à essas funções administrativas exercidas por esses oficiais de justiça.

No dia 15 de janeiro de 1781, o juiz de fora da Vila do Cuiabá, José Carlos Pereira, enviou uma carta ao governador e capitão general da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, residente em Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da capitania.²⁵⁶ Em seu conteúdo, ele comunicou o recebimento de 388 mil e 210 réis que foi enviado pelo procurador da coroa, José Antônio Prego, também morador da capital, para a compra de tabaco, a ser enviado para Vila Bela. O juiz comprou-o ao vantajoso preço de dez vinténs por vara²⁵⁷, adquirindo quatorze rolos. Foi também da responsabilidade do oficial o preparo do produto que seguiria até Vila Bela:

suposto que bom, os que vão marcados para se darem primeiro ao consumo, o mais todo é do melhor e capaz de espera: todo ele vai bem acondicionado, empalhado e encourado, e com sobrecapa de couro, que

²⁵⁵ Doutorando em História no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD), orientado pela Profª Drª Nauk Maria de Jesus. Bolsista Demanda Social/ CAPES.

²⁵⁶ Todas essas informações se encontram em um único documento: Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, José Carlos Pereira ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 15/01/1781. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0524. Caixa nº 10.

²⁵⁷ Nesse contexto, a melhor definição da palavra “vara” que encontramos no dicionário de Raphael Bluteau é: “Vara de medir: a vara portuguesa contém palmos geométricos 5 2/27. Pés portugueses 3 1/3. In: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/vara>. Consultado em em 25/02/2016.

cobre ambos os cortais[?], e da mesma forma fiz empalhar todas as cangalhas que chegaram no último estado de descompostas.

E, para comprovar a quantia gasta, ele argumenta não o fazer do jeito “ordinário” (que não sabemos qual é) mas, ainda assim, remete a “correspondente relação do seu custo, e limitado excesso de despesa, com que supri”.

Visto o produto ser destinado à capital Vila Bela, o juiz de fora o enviaria pelas mesmas mulas que chegaram à Cuiabá no dia 20 de dezembro de 1780, trazendo os soldados com a quantia destinada para a compra do tabaco. Nos vinte e cinco dias que separaram a chegada e a partida de volta à capital, as bestas foram tratadas, por terem chegado “frouxas” da viagem (duas, inclusive, ficaram no caminho) e, para a partida, o juiz reuniu vinte animais, substituindo os que estavam “inválidos” por outros que haviam nos pastos de Cuiabá. Entre elas, quatro mulas que vieram de algum estabelecimento próximo ao rio “Paraguai” não nomeado, e que levaria milho para a alimentação dos animais e municiamento de boca.

Por fim, era necessário substituir os soldados pedestres Júlio Leme, João de Almeida, Joaquim de Azevedo e Joaquim Paes, que adoeceram na viagem até a Vila do Cuiabá e não poderiam voltar para a capital. Para isso, o juiz José Carlos Pereira convocou o soldado dragão José da Costa Lima, dois soldados pedestres vindos do Rio Paraguai e mais dois camaradas de aluguel. A causa da doença desses condutores que vieram da capital era consequência da estação das chuvas, que havia se iniciado e causado a “incapacidade dos caminhos, que já estavam impraticáveis”, cujo resultado era o atraso das comitivas e o demasiado esforço de quem por ali trafegava. Juntamente com os rolos de fumo, a tropa levaria a carta do juiz de fora ao governador, cujas informações acabamos de utilizar no início do texto.

Essa carta, assim como várias outras escritas pelos juízes de fora para os governadores da capitania do Mato Grosso se encontram no Arquivo Municipal de Mato Grosso (APMT), e fazem parte de um importante *corpus documental* disponível àqueles que pretendem estudar não só a administração da justiça no mundo colonial, como também questões como o cotidiano da Vila do Cuiabá nos séculos XVIII e XIX. Por exemplo, apenas a partir dessa pequena carta, cujo tamanho é de uma página, frente e verso, temos elementos para discutir a comercialização de tabaco, as contas públicas da capitania, e as condições das estradas que ligavam as vilas. E, a partir do conteúdo dessas cartas, é possível obter uma maior visualização de funções financeiras e administrativas

específicas exercidas pelos juízes de fora que não contém muita menção em outros conjuntos de documentos como, por exemplo, o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Esse é, inclusive, o objetivo desse artigo: compreender a ação dos juízes de fora no exercício dessas funções, definidas por nós como *extrajurisdicionais*, ou seja, funções que iam além das relacionadas ao cumprimento da justiça, mas cuja aplicação era praticada pelos oficiais dessa parcela da fronteira oeste da América Portuguesa.

Como os documentos que analisaremos para melhor entender o caráter dessas funções tratam-se de correspondências trocadas entre autoridades do Antigo Regime, salientamos a obra de Marília dos Santos Nogueira (2007) como de suma importância para entendermos melhor a característica dessa fonte. A autora, estuda, a partir da correspondência trocada entre o governador-geral do Brasil, Câmara Coutinho e a corte, como o conteúdo das cartas influenciavam a política governativa para o Brasil, em fins do século XVII e início do século XVIII. Pensamos que, adaptando a um nível menor de escala (as duas vilas da capitania do Mato Grosso, Vila Bela e Vila do Cuiabá) e de oficiais (juiz de fora e governador), as observações de Santos também pode ser aplicada ao nosso objeto de estudo. Segundo a autora, “distantes fisicamente do reino, os diplomatas tinham que se fazer presentes de algum modo, e tal qual no ultramar, o principal meio utilizado foi a carta” (SANTOS, 2007: 18). Dessa forma, definiria-se um “modo de governar baseado na escrita” (SANTOS, 2007: 38). Antônio Manuel Hespanha atribui fundamental papel à substituição da oralidade pela utilização da escrita e “a correspondência do rei, dos vice-reis, dos governadores, dos capitães, substituíam laços políticos mais efectivos” (HESPANHA, 1994: 291).

Dessa forma, para podermos entender melhor como esse modo de governar se dava entre o juiz de fora e o governador na capitania do Mato Grosso, é necessário conhecer tanto a conjuntura da capitania quanto o cargo de juizado de fora, e como este cargo estava estabelecido no interior da mesma.

Estudos dedicados à administração e à justiça no Antigo Regime Português têm proporcionado profícuos diálogos entre a historiografia portuguesa e brasileira.²⁵⁸ Muito se deve ao trabalho pioneiro de Antônio Manuel Hespanha, historiador do direito e das instituições portuguesas do século XVII, especialmente. O autor dedica sua obra para mostrar como a monarquia absolutista portuguesa jamais existiu, relativizando o poder

²⁵⁸ Ver, entre outras: CAMARINHAS, 2010; OLIVAL, 2001. SUBTIL, 2010. Para a historiografia brasileira, ver: PEGORARO, 2013; JESUS, 2011.

real por um governo polisinodal, negociado entre o rei e as várias partes do todo social.²⁵⁹ Em texto com Ângela Barreto Xavier, esse autor apresenta a sociedade portuguesa do Antigo Regime como sendo autorregulamentada, em que o rei seria a “cabeça” de um corpo social, que coordenaria e seria responsável pela harmonização dos demais membros. Dessa forma seria possível, então, realizar a *justiça* (HESPANHA, XAVIER: 1993). Um desses membros seria o magistrado, representante da justiça, uma das grandes responsabilidades do rei para o bem-comum.

Estes, por sua vez, como membros, chegariam a pontos do Império que seriam humanamente impossíveis ao rei. Ao mesmo tempo em que essa divisão de poderes existia pra melhor auxiliar o monarca na tomada de decisões mais concretas, para Hespanha, esta era uma das provas de que o rei não tinha o poder de coordenação necessária. Afinal, dessa maneira, a maioria das medidas decisórias e da memória administrativa ficava a cargo da burocracia, a grande beneficiada com essa forma de governo (HESPANHA, 1994: 291).

E, um dos cargos dessa burocracia que servia como “membro” do rei no âmbito da justiça era justamente o juizado de fora, ou juizado de fora-a-parte. Esse cargo, em Portugal, se associava à administração da justiça no termo da municipalidade e a sua criação remete ao período medieval. Stuart Schwartz (2011: 29) aponta como ano exato de sua criação o de 1352. As funções relativas ao cargo, no período do medievo, estavam relacionadas à execução dos testamentos no período da peste negra. De acordo com Suely Cordeiro de Almeida (2007: 1), “os juízes de fora foram um instrumento da coroa que impediu que uma grande quantidade de terras e riquezas passasse para os eclesiásticos, ficando isentas de pagamento de impostos”. A partir de 1550, os juízes de fora ganharam o poder de presidência das câmaras municipais “conferindo à Coroa uma voz importante, ainda que não necessariamente controladora, nas reuniões da vereança” (BOXER, 2002: 288).

A sua popularização nas vilas e cidades do reino se deu a partir da segunda metade do século XVII²⁶⁰, enquanto para a América Portuguesa a criação desses cargos remetam ao fim deste mesmo século. De acordo com Maria Fernanda Bicalho, as câmaras municipais, local de maior representatividade política para as elites locais, tiveram uma grande autonomia frente à corte nas vilas e cidades da América Portuguesa nos dois

²⁵⁹ Um resumo de suas argumentações podem ser encontradas em: HESPANHA, 2001.

²⁶⁰ Nesse sentido ver: MONTEIRO, 1993.

primeiros séculos de ocupação. Segundo Boxer, elas “tendiam a se tornar oligarquias que se perpetuavam no poder reelegendo os mesmos oficiais” (BOXER, 2002: 291). E, a partir da Restauração, em 1668, a Coroa foi “constituindo progressivamente meios mais eficazes de um enquadramento da política” (BICALHO, 2010: 199-200). Uma das formas encontradas foi a instituição do cargo de juiz de fora que viria a representar os interesses metropolitanos frente à população local.

Na capitania do Mato Grosso o cargo foi criado em 1748, mesmo ano da criação desta após a separação de seu território da capitania de São Paulo. A vila escolhida para a instituição do cargo foi a capital, Vila Bela da Santíssima Trindade²⁶¹. O magistrado designado para fundar o juizado de fora foi Teotônio da Silva Gumão que, ao momento da nomeação, ocupava o mesmo cargo na Vila de Itú. Após a criação da vila-capital e da câmara municipal, em 1752, pelo governador Antônio Rolim de Moura, o cargo pôde, finalmente, ser instituído. O sucessor de Teotônio Gusmão foi Manuel Figueiro Frausto, que atuou entre os anos de 1756 e 1759 (ALMEIDA, 2012: 27-32).

Ao fim do mandato deste segundo ocupante, foi finalizada uma reconfiguração política na capitania que consiste na “transferência [para Vila Bela] das funções administrativas que ainda continuavam em Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, nomeadamente a ouvidoria, a intendência e a provedoria”, que haviam sido criados na primeira metade do século XVIII (ARAÚJO, 2015: 48). Essas instituições confirmariam a capitalidade necessária à vila recém criada, em preterimento à Vila do Cuiabá, vila mais antiga e candidata natural para se tornar a capital da recém criada capitania. Porém, a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade estava inserida na conjuntura do Tratado de Madri e da redefinição das fronteiras entre as possessões espanholas e portuguesas. O estabelecimento de Vila Bela às margens da fronteira com as posses espanholas ajudaria no “reconhecimento” de todo o espaço da capitania para Portugal. Nas palavras de Renata Malcher: “impunha-se também à nova vila ser a parte pela qual e reivindicaria o todo. Deveria, por isso, assumir a condição de cabeça do território regional, o que se efetivaria com a instalação, ali, do governo da capitania” (ARAÚJO, 2015: 36).

No tocante à justiça, como salientado mais acima, o juizado de fora situava-se no âmbito das municipalidades e, portanto, correspondia ao mais baixo grau da hierarquia dos magistrados régios. Acima deste estava a ouvidoria, cuja jurisdição abarcava a

²⁶¹ Sobre o complexo processo de criação da capitania do Mato Grosso e de sua capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, ver: ARAÚJO, 2015.

comarca que, para o caso do Mato Grosso, envolvia todo o território da capitania. E se, conforme mencionado, a sede da ouvidoria (ou cabeça de comarca), foi transferida para Vila Bela teríamos, então, os dois cargos de justiça estabelecidos na capital enquanto que Cuiabá ficaria sem cargo algum. Dessa forma, e já motivada por uma discussão que buscava determinar se era ou não necessária a existência de um juiz de fora em Vila Bela, devido à pouca população e, em consequência, às poucas causas a serem julgadas, a Coroa decidiu que o juizado de fora deveria ser extinto na capital para ser fundado na Vila do Cuiabá, em 1762 (ALMEIDA, 2012: 33-34).

Entender esse contexto entre a transferência de instituições na capitania do Mato Grosso no final da década de 1760 é importante para se compreender o objetivo de nosso texto. Afinal, as diversas cartas pesquisadas no Arquivo Público do Mato Grosso são, em sua maioria, escritas pelos juizes de fora da Vila do Cuiabá para os governadores da capitania, residentes em Vila Bela da Santíssima Trindade. Também consideramos importante conhecer os conteúdos e natureza dessas correspondências e as informações que foram circuladas pelos juizes de fora para, enfim, obter um maior entendimento das suas funções extrajurisdicionais.

As ações extrajudiciais dos juiz de fora da Vila do Cuiabá

Ao ampliar-se o espaço territorial da dominação portuguesa sobre a América e, quando atingiu proporções continentais, tornou-se necessário também que se estabelecesse uma maior comunicação, tanto intra-capitanias quanto entre os diversos pontos de uma mesma capitania. Levando-se em conta que a antiga capitania do Mato Grosso era composta pelos atuais estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, a comunicação por carta era não só necessária como poderia até se demorar para que as informações chegassem ao seu destino. A distância entre as duas vilas que compunham a capitania era de aproximadamente cem léguas, realizado por terra, e demorava aproximadamente um mês para ser percorrida, nos períodos de seca. Nos períodos chuvosos, por sua vez, as estradas se tornavam intransitáveis ou, pelo menos, dificultavam a viagem, atrasando-a, como foi exemplificado no início do texto. E, dentre essa comunicação entre o governador e setores Vila do Cuiabá está a realizada entre esse e os juizes de fora.

E isso nos leva ao ponto central de nosso artigo: apresentar a natureza dessas correspondências. Como já mencionado, elas nos levam a perceber o juiz de fora não só como o representantes da justiça mas, também, como administradores da Vila do Cuiabá. As funções vão desde a compra de produtos que seriam enviados para a capital e outras localidades, como o presídio da Nova Coimbra e do povoado de Albuquerque, ambas ao sul de Cuiabá, até a compra de animais que pertenceriam ao Estado para serem usados nas viagens pela capitania.

Temos acesso, no momento, a cartas escritas por cinco juizes de fora da Vila do Cuiabá. São eles João Batista Duarte (1767-1776), José Carlos Pereira (1776-1781), Antônio Rodrigues Gaioso (1781-1786), Diogo de Toledo Lara Ordonhez (1786-1792) e Luís Manoel Moreira Cabral (1792-1799). Possivelmente por conta do longo mandato de cada um deles, temos uma documentação abundante produzida pelos oficiais. Apesar de o tempo dos mandatos serem estipulados em três anos, em Mato Grosso a duração ao longo do século XVIII foi de 5,6 anos (ALMEIDA, 2012: 50). A quantidade de cartas enviadas por cada oficial, variava conforme a característica administrativa de cada um. Enquanto o juiz de fora Antônio Rodrigues Gaioso enviou um maior número de cartas, muitas vezes com apenas uma página escrita, Diogo de Toledo Lara Ordonhez enviava correspondências a intervalos menos regulares, e o tamanho das cartas ultrapassava as quatro ou cinco folhas.

Em geral, o correio era feito pelos soldados dragões que faziam parte da tropa regular, paga pelo reino. A um intervalo regular de meses (não podemos precisar o tempo exato) era enviado junto com as cartas o montante de ouro que foi minerado no termo da Vila do Cuiabá para a Casa de Fundição, estabelecida na capital. Nessa instituição o ouro era fundido e arrecadado o imposto sobre o mesmo, em forma de quintos, ou vinte por cento do total (SILVA, 2011: 70-71). Findo esse processo, o ouro fundido voltava para seus donos, em Cuiabá. Esse processo era conhecido como o Correio do Ouro que, muitas vezes levava consigo as correspondências entre os dois oficiais. Infelizmente, raras são as vezes em que os valores do material enviado aparecem nas cartas. Supomos que junto ao ouro haviam correspondências específicas sobre esse assunto que, se ainda existem, estão por se descobrir no Arquivo Público de Mato Grosso.

Além do envio de produtos para Vila Bela do que seria de interesse público, como as varas de fumo indicadas no início do texto, também eram enviados ao governador produtos para seu uso pessoal. Antônio Rodrigues Gaioso, por exemplo, promete enviar

como presente uvas do tipo “moscatel” assim que elas “criarem algumas pequenas razões”. As mudas já estavam plantadas e o juiz já havia guardados pequenos caixões para acomodar as frutas que seriam transportadas futuramente.²⁶² Luís Manoel de Moura Cabral remeteu plantas de camomila e “tenho dado ordem para se ajuntar a semente de grama para ir na primeira ocasião”.²⁶³

Informações também circulavam através do correio entre os oficiais. Na capitania mais a oeste do Império Português, e distando de Portugal mais de um ano em tempo de viagem, notícias da corte e do continente europeu não deveriam chegar a todo momento. Por isso, qualquer informação recebida eram transmitidas nessas cartas. Gazetas vindas da Europa eram emprestadas uns aos outros. Luís Manoel de Moura Cabral envia junto com uma correspondência gazetas “até o número 42”.²⁶⁴ A carta enviada pelo juiz de fora datava de agosto de 1792 estando, portanto, no contexto da Revolução Francesa.²⁶⁵ Segundo as ponderações de Moura Cabral, as notícias tratavam do “complemento da paz entre as potências beligerantes da Europa, assim como a expectativa da liga de outras potências para reduzirem a França ao anterior estado”.²⁶⁶ Dessa forma, na correspondência é possível perceber a recepção das notícias dos conflitos europeus pelos oficiais na capitania do Mato Grosso. Em outros momentos as informações eram passadas no próprio texto das cartas. Quase um ano depois, o mesmo juiz atualiza o governador sobre os rumos do conflito europeu:

No mês de março morreu o imperador Leopoldo e no de maio sua mulher: no dito mês de março deram um tiro de pistola no rei da Suécia de que morreu e querem atribuir essa morte aos franceses. Estes declararam guerras aos austríacos julgando surpreendê-los,

²⁶² Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Antônio Rodrigues Gaioso ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 08/03/1782. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0561. Caixa nº 11.

²⁶³ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Luis Maniel de Moura Cabral ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 19/11/1792. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0671. Caixa nº 12.

²⁶⁴ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Luis Maniel de Moura Cabral ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 01/08/1792. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0666. Caixa nº 12.

²⁶⁵ Para uma análise geral da Revolução Francesa ver: HOBSEAWM, 2013. Especialmente o capítulo 3: A Revolução Francesa.

²⁶⁶ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Luis Maniel de Moura Cabral ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 01/08/1792. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0666. Caixa nº 12.

mas foram rechaçados e em todos os choques que tem havido têm os alemães levado a vantagem (...).²⁶⁷

A carta é longa e as informações passadas pelo juiz de fora é o assunto principal dela. Por isso não a transcreveremos por inteiro. O que essa carta nos permite perceber é, por parte do juiz de fora, a existência de uma extensa rede de comunicações. Todas essas notícias que são passadas ao oficial vem do Rio de Janeiro, São Paulo, e até informações adquiridas de gazetas de Londres e correio da Europa. Elas se referem também à Espanha, Holanda, Nápoles e também à cidade de Coimbra, em Portugal. Nessa cidade houve um motim “rompendo-se alguns mosteiros e derrubando-se algumas imagens colocando-se no lugar dela dísticos escritos em latim que diziam = viva a liberdade para sempre = que se tinham prendido muitos estudantes (...)”.²⁶⁸ As cartas, portanto, levavam informações aos mais diversos pontos do Império. Mas os temas contidos nessas correspondências também nos revela outra faceta. Ela é a de administrador público de um funcionário originalmente responsável pela aplicação da justiça.

O caráter público das cartas produzidas pelo juiz de fora, ou seja, o que toca às informações administrativas, ajudam a evidenciar com mais clareza não só aspectos do cotidiano da vila, como também das funções que os juízes de fora cumpriam no interior da administração das mesmas. Afinal, como *juízes*, suas atribuições eram concernentes à prática do direito no âmbito do cível e do crime: julgamentos, aberturas de processos, etc. Porém, o cargo trazia consigo diversos cargos anexos, que ampliavam as funções dos juízes para além da justiça. A eles cabiam as competências de juiz de fora e órfãos, com alçada no cível e crime na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e seu termo; a de provedor das fazendas, dos defuntos e ausentes, a de provedor das capelas e resíduos, e de provedor das terras e águas minerais.²⁶⁹

Os oficiais nomeados para o cargo de juiz de fora exerciam, em sua jurisdição, diversas funções como, por exemplo, a de agir contra os que cometiam crimes no termo de sua jurisdição; a de atuar nos casos com alçada de até quatro mil réis nos bens de raiz

²⁶⁷ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Luis Maniel de Moura Cabral ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 29/06/1793. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0680. Caixa nº 12.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Carta do ouvidor do Mato Grosso, Manoel José Soares, ao rei, D. José, sobre a execução da ordem regia de 15 de setembro de 1758 e acerca do juiz de fora, Constantino José da Silva Azevedo, que se recusa a reconhecer no ouvidor superioridade de jurisdição. Vila Bela, 26/03/1763. AHU. Projeto resgate. Cd 3. Pasta 011. Subpasta 002. Fotos 296-307

e de até cinco mil réis nos bens móveis; julgar casos com alçada de até mil réis, sem que houvesse apelação nem agravo; fiscalizar a atuação do alcaide mor e dos alcaides pequenos.²⁷⁰ Além disso, de acordo com Avanete Pereira Sousa (2003: 67), que elencou as funções dos juízes de fora da câmara de Salvador, esse oficial:

Empossava vereadores e almotacés eleitos; despachava junto à câmara, participando de suas sessões; deliberava, com os vereadores, sobre assuntos atinentes à vida cotidiana dos moradores; representava judicialmente contra os que cometiam crimes no termo de suas jurisdições e executava atividades concernentes aos juízes dos órfãos, em localidade onde não os houvesse.

Como se não bastasse o cumprimento dessas atribuições no âmbito de sua jurisdição, o conteúdo das cartas enviadas ao governador nos revela que os juizes também era responsáveis por detalhes da administração que não constavam nas obrigações acima mencionados. Ou seja, eram funções *extrajudiciais* e, ainda assim, não menos importantes para o bom funcionamento do governo dos povos e, conseqüentemente, para a manutenção do Império português. Um dos motivos que podem explicar essas atribuições de caráter mais administrativos aos juízes pode ser a existência de poucas instituições administrativas na Vila do Cuiabá após a transferências para Vila Bela. Jonas Wilson Pegoraro mostra que os ouvidores da Vila de Paranaguá também tinham competências administrativas. Para o autor: “foram as dinâmicas e demandas locais que acabaram por delinear o exercício do cargo, que poderia ser tanto no domínio jurídico como no administrativo ou político” (PEGORARO, 2013: 37). Para o caso da Vila do Cuiabá, algumas dessas atribuições deveriam ser feitas em parceria com o mestre-de-campo comandante, figura de maior patente militar da vila e, na capitania, abaixo apenas do governador. Sendo assim, parece ser comum demais atribuições a esses oficiais da justiça e militar.

Assim que chegavam à vila os magistrados, que tinham o conhecimento das justiças, acabavam por aprender os meandros daquilo que deveriam fazer para a fazenda real. Após a chegada de Antônio Rodrigues Gaioso e a tomada de posse do cargo, o antecessor José Carlos Pereira auxiliou-lhe ainda, enviando gêneros e municimentos às posses do Rio Paraguai “com permissão do juiz atual, pela falta de inteligência que ainda

²⁷⁰ SALGADO, 1985. Ver especialmente o pequeno capítulo sobre a estrutura judicial, p. 261- 262. A obra de Graça Salgado, apesar de trazer poucas inovações no tocante à análise da máquina burocrática portuguesa, ainda é referência na identificação das competências dos cargos.

tem de ter serviços materiais, sendo que reconheço nele talento grande para os fazer muito relevantes.”²⁷¹ O mesmo Antônio Rodrigues Gaioso, tempos depois, ainda relata, por inexperiência, do cumprimento das funções. Em carta ao governador, que lhe pedira para enviar os suprimentos necessários para a povoação de Albuquerque, escreve o juiz: “eu quisera sempre merecer à Vossa Excelência serem estas ordens expedidas por Vossa Excelência, porque confesso que estas matérias pertencentes à fazenda real me causam bastante medo”²⁷²

Retomando o início do artigo, a compra de fumo pelos juízes era uma prática comum. Em junho de 1793, por exemplo, havia uma grande falta do produto, “não achei *por bem* quem me vendesse uma só vara”, escreve Luís Manoel de Moura Cabral. Não encontrando *por bem*, decidiu encontrar *por mal*. Após a chegada da tropa “fiz varejo em todas as vendas aonde me constou se escondera e, com efeito, não me foi possível encontrar mais do que esse que remeto”. A pouca oferta fez o preço da vara subir para meia pataca de ouro, mas o juiz decidiu que deveria pagar o fumo pelo preço comum, alegando que essa pouca quantidade foi escondida dele. Nós podemos entender pela narrativa que, se os vendedores tivessem oferecido os produtos que tinham, o juiz poderia ter comprado pelo preço pedido originalmente ou, pelo menos, negociados com eles. Com a previsão da fabricação de mais fumo para agosto, o juiz esperava fazer uma nova busca pelo comércio para comprar mais fumo.²⁷³ Porém, no dia vinte e nove de setembro do mesmo ano, o pouco fumo que se encontrava na vila ainda era encontrado pelo preço de meia pataca de ouro. Dessa vez ele preferiu não comprar, pelo preço “não convir à fazenda real”.²⁷⁴

Como um último exemplo da compra de fumo dos taverneiros da vila, já em janeiro do ano seguinte o juiz encontrou a vara do fumo a oitenta réis de ouro, segundo o juiz de fora, um indício de que havia abundância do gênero. Por fim, comprou duas mil

²⁷¹ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, José Carlos Pereira ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 20/04/1787. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0526. Caixa nº 10.

²⁷² Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Antônio Rodrigues Gaioso ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 08/03/1782. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0582. Caixa nº 11.

²⁷³ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Luís Maniel de Moura Cabral ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 05/06/1793. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0678. Caixa nº 12. *Grifo meu*.

²⁷⁴ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Luís Maniel de Moura Cabral ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 29/09/1793. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0685. Caixa nº 12.

varas “por junto” a vários comerciantes e ganhou um desconto de vinte réis de ouro em cada, saindo a sessenta réis de ouro a vara. Como algumas pessoas que vieram da capital para Vila Bela haviam assegurado ao juiz que na capital também havia abundância de fumo, Luís Manoel decidiu manter a mesma em estoque no Real Armazém da Vila do Cuiabá.²⁷⁵ Essa estratégia de armazenamento por vezes podia render prejuízo à fazenda real. Em agosto de 1787, o juiz de fora Diogo de Toledo Lara Ordonhez encontrou no Armazém “uma porção muito antiga [de fumo] (...), desde o tempo do meu antecessor, o que eu ignorava”. Ou seja, ficou armazenado por, pelo menos um ano e meio e já “não serve pra coisa alguma”. Mesmo tendo consciência disso, o juiz decidiu “que não se deve perder essa porção que existe no dito Armazém”. Por isso, comprou novas porções de fumo e dedicou uma parte do fumo velho a cada três partes do fumo recém comprado e o enviou ao presídio de Nova Coimbra. Aos soldados que se dispusessem a consumir esses gêneros seria dado um desconto no preço, que seria descontado no soldo dos mesmos.²⁷⁶

Inclusive, a responsabilidade de prover os estabelecimentos às margens do Rio Paraguai, como o citado presídio de Nova Coimbra e o povoado de Albuquerque, também era do juiz de fora. Afinal, esses lugares pertenciam ao termo da Vila do Cuiabá, e as atribuições do juiz de fora se estendiam a ele.²⁷⁷ Além de fumo, o oficial tinha que enviar a esses estabelecimentos mantimentos, municionamentos e soldados, entre outras necessidades. Por exemplo, o comandante de Nova Coimbra reclamou ao juiz de fora Diogo de Toledo Lara Ordonhez sobre o reduzido número de soldados com a qual iam “equipadas” as canoas. O oficial de justiça justifica-se com o governador alegando que essa deveria ser “privativo do cuidado e obrigação do mestre de campo comandante”.²⁷⁸ Porém, sabemos que os juízes de fora seriam responsáveis por autorizar a ida de soldados

²⁷⁵ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Luis Maniel de Moura Cabral ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 15/01/1794. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0693. Caixa nº 12.

²⁷⁶ Carta do furriel comandante José da Costa Delgado ao juiz de fora e provedor da fazenda real da Vila do Cuiabá, Diogo de Toledo Lara Ordonhez. Presídio de Coimbra, 13/08/1787. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. FC. CA. 0106. Caixa nº 002.

²⁷⁷ Por termo usamos a definição de Carlos Alberto Rosa: “Formações urbanas específicas (vilas) e seu “território subordinado”: aldeias, arraiais, povoações, lavras; pequenas médias e grandes unidades produtivas de lavoura, criação e agro-manufatura: destacamentos e fortes militares.” ROSA, 1996, p. 5.

²⁷⁸ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Diogo de Toledo Lara Ordonhez ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 20/04/1787. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0628. Caixa nº 11.

para Coimbra, sendo que os barcos não poderiam sair do porto da Vila do Cuiabá sem a sua assinatura.²⁷⁹

A falta de soldados que conduziam as canoas entre os estabelecimentos do Paraguai e a Vila do Cuiabá parece ser um problema constante para os juízes de fora. Em dezembro de 1792, Luís Manoel de Moura Cabral escreveu para o governador e lhe rogava

dê alguma providência a respeito de gente que deve conduzir o municionamento de boca para os estabelecimentos do Paraguai (...) porque de outra sorte os soldados hão de padecer de fome /como julgo agora estão sofrendo, pois há seis meses que não são socorridos/ e a Real Fazenda há de ter muitos prejuízos como agora sucede, pois creio que todo o toucinho que está no Armazém irá para o consumo por incapaz de comer. Nem me resolvo a comprar outro por temer lhe suceda a mesma sorte.²⁸⁰

Um outro exemplo que demonstra como o juiz de fora agia administrativamente em questões relacionadas com o Presídio de Coimbra e, também, com as finanças da Fazenda Real é o acontecido em 1788. Em carta ao governador Luís de Albuquerque, o juiz Diogo de Toledo Ordonhez reclamou da situação das armas de fogo dos soldados. Isso porque em toda chegada de canoas à Cuiabá as armas “vêm de Coimbra aos montes para se consertarem e se refazerem de embraçadeiras, parafusos e outras coisas que só descuido ou malícia é que faz perder”. Também eram remetidas para novos consertos armas que já tinham sido consertadas. E, por isso, “A Real Fazenda está fazendo uma continuada despesa com conserto de armas velhas que facilmente se tornam a desmanchar pelo pouco cuidado”. E, por último, compara as armas públicas com armas pertencentes à particulares: “uma espingarda, por muito velha que seja dura muitos anos na mão de um particular que quase todos os dias se serve delas sem a descartar pelo zelo e cuidado que tem de a limpar e tratar bem”. O juiz de fora tem receio de recomendar aos soldados meios de prevenir esse prejuízo, por medo de “excitar” contra ele alguma aversão e pede

²⁷⁹ Ofício do governador e capitão general da capitania de Cuiabá, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ao secretario da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro, sobre as desordens e prepotências do juiz de fora da Vila de Cuiabá Antônio Rodrigues Gaioso. Vila Bela, 20/08/1782 AHU, Projeto Resgate. Cd 5. Pasta 21. Subpasta 002. Fotos 278-304.

²⁸⁰ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Luís Manoel de Moura Cabral ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 19/12/1792. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0674. Caixa nº 11.

ao governador que escreva ao comandante sobre o assunto.²⁸¹ Não sabemos se o governador chegou a mandar a recomendação ao comandante de Coimbra, mas em carta posterior o juiz de fora relata que “contra o costume” não vieram armas para se consertar.²⁸²

Em relação à preocupação material da própria área urbana da Vila do Cuiabá, podemos elencar mais um exemplo das ações dos juizes de fora. Após uma portaria expedida pelo governador Luís de Albuquerque, o oficial Diogo de Toledo Lara Ordonhez mandou fazer um inventário de tudo que se achava “inservível” no Real Armazém. O juiz, em carta ao governador, propõe que tudo o que for elencado se ponha à venda, desde secos e molhados, cobre, ferro, e até pólvora molhada: “deste gênero há muita falta”. A mesma carta escrita por Diogo Ordonhez aponta que uma das causas que resultaram no estrago desses gêneros era o prédio do armazém, que precisava ser retelhado e “calçado na sua testada”. Para conseguir o dinheiro para reformar o armazém, o juiz de fora propõe “pôr em praça” uns “chãos” que se encontravam no antigo prédio da Casa de fundição, na rua direita.²⁸³ Aproximadamente quatro meses depois, o juiz comunica ao governador que “já mandei afixar cartazes, fazendo público que no dia 29 desse mês se hão de arrematar as portas dos reais armazéns os chãos que serviram n’outro tempo para Casa da Intendência [sic]”.²⁸⁴ O leilão foi feito e, em uma passagem de auto-promoção, relata o juiz de fora que “depois de muita diligência e aplicação da minha parte, arremataram-se com grande interesse os chãos da Real Fazenda por 130/8, e as coisas inúteis, entrando uma canoa podre que não estava incluída na lista publicada por Vossa Excelência em 78/8”. E, completando, propõe que o governador autorize um novo leilão, dessa vez dos chãos de um lugar que antes servia de quartel militar e que

²⁸¹ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Diogo de Toledo Lara Ordonhez ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 16/03/1789. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0643. Caixa nº 12.

²⁸² Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Diogo de Toledo Lara Ordonhez ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 12/05/1789. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0604. Caixa nº 12.

²⁸³ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Diogo de Toledo Lara Ordonhez ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 16/03/1789. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0643. Caixa nº 12.

²⁸⁴ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Diogo de Toledo Lara Ordonhez ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 12/05/1789. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0604. Caixa nº 12.

atualmente era usada para “maldades noturnas”.²⁸⁵ Mas, se o juiz foi autorizado a fazer novo leilão não temos notícia.

E, por último, daremos um pequeno exemplo sobre a atuação do juiz de fora na Missão de Santana do Sacramento, atual Chapada dos Guimarães. Alegando o juiz de fora Diogo de Toledo Lara Ordonhez que como, em seu governo essa missão “não tem dispendido da Real Fazenda uma só oitava”, ele decidiu proceder a compra de umas ferramentas que estavam sendo vendidas a baixo preço na Vila do Cuiabá e enviar à Santana. O valor total da compra foi de 40/8, preço considerado baixo pelo juiz de fora.

Outros exemplos como os mostrados ao longo do texto podem ser encontrados em toda a documentação, e não trabalharemos com um número maior deles por conta da limitação de páginas desse texto, e também porque seu objetivo é apresentar a natureza da documentação e seu conteúdo, o que, de forma geral, foi realizado. Seguindo os passos micro-história, podemos afirmar que ela se apresenta como uma ferramenta de grande auxílio para um estudo não só sobre as competências dos juizes de fora, como sobre o cotidiano da Vila do Cuiabá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gustavo Balbuena de. *Os juizes de fora e os conflitos de jurisdição na capitania de Mato Grosso (1748-1796)*. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados, 2012.

ALMEIDA, Sueli Creuza Cordeiro. As peripécias do magistrado: Juizes de fora e um cotidiano nada tranquilo entre Recife e Olinda. *Mneme – Revista de Humanidades – UFRN*.

ARAÚJO, Renata Malcher. “Nem eles tal vila pediam, nem queriam”: a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a estruturação da Capitania nas Minas do Cuiabá e Mato

²⁸⁵ Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá, Diogo de Toledo Lara Ordonhez ao governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 26/06/1789. Arquivo Público do Mato Grosso. BRAPMT. CVC. JF. CA. 0645. Caixa nº 12.

Grosso. In: LEMES, Fernando Lobo (org.) *Para além das Gerais: Dinâmica dos povos e instituições na América portuguesa: Bahia, Goiás e Mato Grosso*. Editora da PUC, 2015.

BOXER, Charles. *O império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; Gouvêa, Maria de Fátima (Orgs.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)*. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2010.

CAMARINHAS, Nuno. *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e o Império colonial, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Às vésperas do Leviathan. Instituições e poder político, Portugal, séc. XVII*. Coimbra. Livraria Almedina, 1994.

HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. FRAGOSO, João; Bicalho, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima. In: *O Antigo regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 2013.

JESUS, Nauk Maria de. A administração da justiça: Ouvidores e regentes na fronteira oeste da América portuguesa. In GUEDES, Roberto (org.) *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português*. Escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2011.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As comunidades e os concelhos. In: HESPANHA, Antonio. M; MATTOSO, José. *História de Portugal - o Antigo Regime (1620-1807)*, volume IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado moderno*. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa,;Ed. Estar, 2001.

PEGORARO, Jonas Wilson. Zelo pelo serviço real: ações de ouvidores régios na comarca de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII. Tese (Doutoramento em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1727 – 1808)*. 1996, 356 f. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo.

SALGADO, Graça . *Fiscais e meirinhos*. A administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Marília Nogueira dos. *Escrevendo cartas, governando o Império: a correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho n governo-geral do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.

SILVA, Vanda da. Casa de fundição. In JESUS, Nauk Maria de (org.). *Dicionário de História de Mato Grosso, período colonial*. Cuiabá, ed. Carlini Caniato, 2011.

SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*, São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SOUSA, Avanete Pereira *Poder local, cidade e atividades econômicas*. (Bahia, século XVIII). 2003. Tese (Doutorado em História), PPGHE, Dep. de História, FFLCH, USP, São Paulo.

SUBTIL, José. *Dicionário dos desembargadores (1640-1834)*. Lisboa: EDIUAL, 2010.

XAVIER, Ângelo Barreto; HESPANHA, Antônio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, Antônio Manuel (cord.); MATTOSO, José (org.) História de Portugal: O Antigo Regime. Lisboa, Editorial Estampa, 1993, vol 4.

OS VIDEOGAMES ENQUANTO MÍDIA DE CONVERGÊNCIA SOCIOCULTURAL. A DIMENSÃO ESTÉTICA DA CULTURA HISTÓRICA APRESENTADA NO JOGO “GOD OF WAR”

*Hugo Albuquerque de Moraes*²⁸⁶

RESUMO: O artigo busca entender a evolução do videogame como meio de expressão cultural, partindo da aproximação desse recurso midiático ao conceito de arte inaugurado pelo cinema. Além disso, traça um caminho de análise do caráter dialógico e ideológico desses meios de comunicação e entretenimento. Há a possibilidade de discorrer alicerçando-se na ciência da história sobre as novas mídias digitais, principalmente focando o videogame como meio de produção de cultura histórica. Por fim, o jogo “God of War” como um elemento relevante na apresentação do debate de obras contemporâneas que utilizam elementos estéticos do passado engendrados de cultura histórica para construção de seus enredos.

Palavras-chave: Videogames, cinema, cultura histórica, dialogismo, mitologia grega.

Introdução

O jogo é uma das atividades mais antigas presentes na cultura humana. Ao longo do tempo pode ser dividido em várias categorias e com sua especificidade. Os jogos eletrônicos são um reflexo das mudanças técnicas da sociedade ao longo dos últimos três séculos. Além disso, com mais de 60 anos de existência, deixaram de serem simples jogos

²⁸⁶ Mestrando vinculado no Programa de pós-graduação da faculdade de história PPGH. Orientador: Prof. Dr. Roberto Abdala Jr.

que simulavam os jogos de tabuleiros na televisão para se tornarem mídias que tem um recurso quase equiparável ao recurso cinematográfico.

Essa evolução se deu graças aos avanços tecnológicos na área da informática, mas também à popularização do dessas mídias. Desta forma se tornaram elementos da cultura de massa como o cinema, e televisão, e estão cada vez mais presente ao cotidiano das pessoas.

Outro aspecto importante a ser analisado é o caráter dialógico encontrado nos *videogames*. Mesmos apresentando em sua estrutura constitutiva próxima a do cinema como um roteiro, imagem e som. Os Jogos eletrônicos apresentam a possibilidade do indivíduo/usuário participar do enredo da obra e, além disso, escolher sua posição na história. O jogador pode ser um mocinho, um tirano, um bandido ou mesmo uma pessoa do sexo oposto.

Nesta perspectiva, o debate sobre o caráter ideológico da produção dos *videogames* é fundamental para a contextualização dos jogos como signo socialmente constituído. Como o filme, o jogo apresenta dimensões culturais, políticas e ideológicas, que podem ser reveladas de diversas maneiras.

As perspectivas “dialógicas” entre história e cultura audiovisual serão apresentas, relacionado às mídias como um grande produtor de cultura histórica. Neste sentido, os *videogames* apresentam características similares ao dos chamados filmes históricos e ilustram uma visão sobre o passado humano, seja ele recente ou remoto. Por esse motivo vê-se a necessidade do historiador como um cientista político analisar e debater sobre essas novas formas de expressão social.

Por fim, o texto discute o conceito de cultura histórica a partir da análise do jogo *God of War*, em narrativa foi criado a partir de excertos dos textos das tragédias gregas e da cultura histórica produzidas no presente daquele período. Desta forma, os mitos gregos sofreram mudanças em suas interpretações, uma condição natural de sua inter-relação cultural com as sociedades onde se inserem. Cada época, cada cultura oferece uma diferente abordagem desta mitologia. Filmes, séries, jogos e outros meios midiáticos são bons exemplos de como a nossa sociedade contemporânea faz a sua releitura.

Do cinema aos *videogames*: a evolução dos jogos eletrônicos e sua dimensão cognitiva em frente à cultura histórica

Segundo Walter Benjamin o século XIX trouxe uma série de novas técnicas e meios de reprodução da arte. O cinema seria uma dessas novas técnicas, em que, representaria uma nova proposta resultante entre os choques culturais e, evidentemente, é uma conseqüência dessas mudanças. Gosciola (2003) aponta que a partir dos anos de 1930 no século XX a Televisão trouxe a interatividade nos meios de comunicação e na década de 1960, os vídeo *games* surgiram como uma nova forma de comunicação e até mesmo de arte.

A Indústria dos *games* cresce vertiginosamente ao longo dos últimos anos implicando a sua inserção ao convívio social. Além disso, a produção atual de um jogo emprega uma série de normas, técnicas e profissionais para a criação do produto final. Dentre os artistas ligados à criação de um Jogo de vídeo game estão elencados profissionais como animadores, músicos, roteiristas, dubladores, além de outros com formação em arte plástica. O *designer* gráfico Arthur Bobany defende a tese que um vídeo *game* pode ser considerado arte, principalmente, por sua forma de apresentação e interação com o usuário.

Este aspecto dos *games*, sua interatividade, nos proporciona outra maneira de encará-la como obra de arte. Do mesmo modo é possível analisar isoladamente os diferentes elementos de um filme ou uma peça de teatro (fotografia, direção, texto ou enredo), pode-se também avaliar o conjunto da obra, o resultado como um todo. O mesmo se aplica completas. O game em sim é uma obra de arte, e, neste aspecto, a primeira intrinsecamente interativa, reativa. (Bobony, 2008, p.29).

Além disso, a linguagem apresentada nos vídeo *games* atuais se apresenta muito próxima à linguagem cinematográfica. No entanto, essa apresentação veio de uma série de evoluções técnicas que possibilitaram os jogos que a princípio simulavam jogos de tabuleiros e agilidade sem qualquer pretensão artística. Aranha (2004) defende que essa evolução se consolidou em quatro etapas técnicas ligadas ou desenvolvimento tecnológico e a popularização e comercialização dos produtos. Para o autor em 1949 a tentativa de deixar a televisão mais interativa levaria ao surgimento do primeiro jogo, contudo esse primeiro trabalho foi criado em um laboratório do governo Norte Americano com a finalidade de promover as instalações do militares do país no período da guerra fria.

Em 1958, com o propósito de atrair visitantes ao Brookhaven National Laboratories, nos Estados Unidos de Nova York, o físico Wiliy Higinbotham criou o primeiro jogo eletrônico de que se tem ciência (Hunter, 2002). Era época da Guerra Fria e os passeios da população norte-americana aos laboratórios eram incentivadas pelo governo, promovendo exposições do poderio militar do país à comunidade, objetivando demonstrar as boas condições em que os Estados Unidos se encontravam. (Aranha, 2004, p.27)

O jogo criado pelo físico não apresentava grandes recursos técnicos, baseando-se na dinâmica do jogo de tênis, em que duas barras verticais servem de raquetes e um ponto piscando no meio da tela representa a bola. A segunda etapa do desenvolvimento dos *games* se desenvolveu entre as décadas de 1970 a 1980. Neste contexto entraram as grandes indústrias que perceberam o potencial para o entretenimento. Outro fator importante segundo Aranha (2004) foi o ingresso das empresas japonesas que deram uma nova dinâmica ao mercado, além de aumentar a competição com o mercado estadunidense. Os Jogos eram apresentados com expressão gráfica, embalagens e descrição em seus produtos.

A década de 80 apresentou a terceira fase do desenvolvimento dos *games* com a expansão da expressão simbólica dos *videogames*. Com o aperfeiçoamento das imagens possibilitou que os ambientes apresentados nos jogos expressassem uma espacialização perfeitamente compreensível ou indivíduo que utiliza o jogo. Neste período há o reconhecimento do trabalho dos chamados *games-designers*, onde os jogos apresentavam tema e roteiro.

Graças ao relevante retorno financeiro trazido pela popularização das mídias dos *games* as técnicas imprimidas pelas indústrias se tornaram cada vez mais sofisticadas. De acordo com Aranha (2004) há a consolidação do mercado ligado aos *videogames* e a última fase de desenvolvimento com aproximação da indústria do *games* com a cinematográfica. Essa aproximação fez com que os jogos tivessem cada vez mais uma linguagem similar à linguagem do cinema. Segundo Gosciola (2008) as duas formas de linguagem utilizam recursos como fotografia, a sonora, a visual, audiovisual e a própria cinematográfica. No entanto a característica da interatividade é um aspecto bastante particular ao jogo. Diferente do filme o jogo apenas acontece com a interação do jogar, muitas vezes dando a impressão que o usuário faz parte do universo encontrado no jogo.

A noção de recepção/compreensão ativa proposta por Bakhtin (2003) apresenta uma possibilidade de analisar o movimento dialógico propostos pelos *games*, o qual a

enunciação constitui o território comum do locutor e do interlocutor. Os *games* apresentam um movimento dialógico bastante específico, pois é necessário que o indivíduo/jogador esteja integrado com as regras e tenha habilidade para que a história tenha continuidade. Segundo Bakhtin “enunciação é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido. Por isso cada enunciado se caracteriza, antes de tudo, por um determinado conteúdo semântico- objetivo. (Bakhtim, 2003, p.289). A maneira com que a narrativa é desenvolvida e seu interlocutor reage, de fato, ele se torna o protagonista apresentando implicações na forma de identificar o personagem e o desenvolvimento da trama.

Quando se elabora um jogo tem por objetivos um determinado público que determinará a construção do conteúdo do enunciado, para isso o criador escolherá um estilo de narrativa que se adaptará a vários aspectos do público que irá consumir o produto. À rigor a faixa etária é a principal classificação, mas como no cinema existem jogos que são classificados como: jogos de ação, aventura, romances e vários os gêneros discursivos. Bakhtin explica que o segundo elo do enunciado é determinado pela composição do estilo, pois ela concede o caráter emocional ao conteúdo apresentado.

[...] estilo é o elemento expressivo, isto é, a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado. Nos diferentes campos da comunicação discursiva, o elemento expressivo tem significado vários e grau vários de força, mas ele existe em toda parte um enunciado absolutamente neutro é impossível. A relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado. (Bakhtim, 2003, p.289).

O elemento do estilo é bastante expressivo nos *games*. Essa marca expressiva é decorrente do processo de industrialização e o surgimento das novas técnicas de reprodução que, segundo Benjamin (1987), deixaram marcas profundas no campo da estética, significando um abalo considerável no modo de percepção da realidade transmitida. É importante realçar que autor não se referia aos atuais *games*, mas à arte cinematográfica que reagiu sobre as formas tradicionais de arte. Para o autor o cinema inaugurou uma nova relação da arte com o indivíduo e a sociedade. Nesta acepção substitui-se a estima pela obra de arte na antiguidade para o valor da grande exposição.

O filme serve para exercitar o homem nas novas percepções e reações exigidas por um aparelho técnico cujo papel cresce cada vez mais em

sua vida cotidiana. Fazer do gigantesco aparelho técnico do nosso tempo o objeto das inervações humanas – é essa a tarefa histórica cuja realização dá ao cinema o seu verdadeiro sentido (Benjamin, 1987, p.174).

As novas mídias se aproximam de forma significativa à arte inaugurada pelo cinema. Ao longo dos três últimos séculos vislumbram-se mudanças nas formas estéticas de apresentação e na tecnologia, mas é indiscutível a influência que essas mídias exercem na sociedade atual, principalmente, na construção ideológica e identitária.

Dimensão cognitiva das mídias frente à cultura histórica

É crescente o número de pesquisadores que se dedicam à análise do cinema com a história. Essas discussões trazem implicações em vários campos da ciência da história como na teoria, na didática e na construção de tipo de cultura histórica. O cinema pode ser considerado com fonte histórica, mas também um artifício para a produção da consciência histórica. Contudo, com a dinamização e crescimento das novas mídias esse debate deve ser ampliado, pois as novas mídias como os *videogames* se tornaram grandes meios de produção de cultura histórica e podem se tornar parte das preocupações dos historiadores.

Segundo Gosciola (2008) os meios de comunicação estabeleceram um arquétipo ao homem. O autor se baseia na idéia de que a cada nova tecnologia a uma mudança nas percepções do indivíduo com a sociedade. O “*home media*” seria o homem que não só está entre os meios de comunicação, mas interage e é influenciado por ele.

Johan Huizinga propõe, como um forma de definição do ser humano, designar a nossa espécie com *Homo ludens*- tendo em vista o jogo como um fator distinto e fundamental, presente em tudo o que acontece no mundo. Para Ernet Cassire, o homem é definido como o *Homo symbolicum* – que utiliza abstração, também chamada símbolo, para representar objetos e eventos da sua realidade. Giovanni Sartoni dá continuidade ao raciocínio quando define o “animal simbólico”, pensando-o na sua recente realidade como um ser que progrediu do microscópio e do telescópio para o televisor, que vê passivamente para conhecer o seu mundo, o *Homo videns*. Talvez a humanidade esteja participando da constituição de uma nova realidade humana, o *Homo media*, que não só está entre os meios de comunicação, mas interage com eles, neles interfere e por eles é influenciado (Gosciola, 2008, p.26 e 27).

Além disso, assim como no cinema os *videogames* também apresentam uma dimensão política e ideológica. Zanolla (2010) exemplifica essa posição ao citar a iniciativa do governo do Irã em 2007 de criar um jogo, em que, os inimigos do personagem/jogador seriam Israel e o governo dos Estados Unidos da América. Segunda a autora o jogo foi criado em um momento de crise entre os três países. Nesta perceptiva percebe-se o conceito de ideologia proposto por Willians (2000), pois se percebe uma tentativa do governo do Irã em produzir cultura coletiva, em que criança de 11 aos 16 (público alvo do jogo) encararia como inimigos os países opositores do Irã.

As ideologias gerais, em sua plena profunda e elaboração, devem, de fato, ser encarada como uma das mais notáveis formas de produção cultural coletiva. Por outro lado, porém, exatamente por que todas as ideologias significativas são, na verdade, profundas e elaboradas, é que o conceito não pode ser abstraído como uma espécie de “espírito formador”, das raízes a produção cultural (Willians, 200, p.).

Outro exemplo desse tipo de jogo é a franquia de jogos, *Call of Duty*, segundo o site Techtudo: “franquia trouxe um novo foco para os combates da Segunda Guerra Mundial e, cronologicamente, passou pelo período da Guerra Fria até chegar aos confrontos simulados no mundo atual.” É importante salientar que ao narrar à história o jogo apresenta uma visão sobre o passado, sem se preocupar com o matiz disciplinar da ciência da história. Desta forma essas narrativas se enquadram a um pensamento histórico comum diferente do pensamento histórico constituído cientificamente. (Rüsen 2001, p.35)

Ao analisar as narrativas cinematográficas Marc Ferro (1992) percebe outro horizonte interpretativo para encarar as ideologias produzidas nos filmes. O autor explica que, enquanto contra poder, o filme pode ser autônomo em relação aos diversos poderes da sociedade. Essa força se encontra na possibilidade de expressar uma nova ideologia que se estabelece fora de controle de qualquer instância de produção, até mesmo do estado. Ao remeter essa análise a mídias eletrônicas percebe-se que, existe uma proposta narrativa das dos jogos atribuída ao produtor da obra, mas o jogador é peça fundamental para desenrolar do enredo da história. Um recurso utilizado no cinema e nos *games* para essa atribuição de sentido é câmara subjetiva, ela traz a ideia de primeira pessoa a contexto da narrativa, em que expectador/jogador tem a impressão de que é o protagonista da história. Segundo Gosciola (2008) esse tipo de recurso é principalmente utilizado em

jogos de guerra e com apelo histórico. O Jogo *Medal of Honor* é um exemplo desse recurso, ele que cria a impressão de que o expectador/jogador seria peça fundamental para o desfecho da segunda guerra mundial.

O pensamento bakiniano é essencial para analisar essa proposição ideológica. Segundo Bakhtin consciência individual forma-se com base em um sistema semiótico, impregnando-se de ideologia, essa consciência emerge no processo de interação social. Contudo, Interação num sentido de unidade mesmo, onde um determinado grupo, socialmente organizado, possui um sistema de signos inteligível entre eles. A consciência individual é, portanto, um fato sócio-ideológico. Ao jogar o indivíduo precisa interagir com o contexto explicativo do jogo: a história que se passa no enredo, os personagens (aliados ou inimigos), mas principalmente precisar ter habilidade técnica para que o jogo prossiga, logo, é necessário que expectador/jogador entender e dominar o signo do jogo para interagir com ele.

Por apresentar vestígios ideológicos intrínsecos as mídias permitem fornecer à sociedade conhecimento sobre o período que foi produzido e a que a sociedade tem de seu passado. Ferro (1992) aponta que “à sociedade que produz o filme é àquela que o recebe, o recepciona”, além disso:

Assim como todo produto cultural, toda ação política, toda indústria, todo filme tem uma história que é História, com sua rede de relações pessoais, seus estatuto dos objetos e dos homens, onde privilégios e trabalhos pesados, hierarquias e honras encontram-se regulamentados, os lucros da glória e os do dinheiro são aqui regulamentados com a precisão que seguem os ritos de uma carta feudal (FERRO, 1992, p.17).

Assim como os chamados filmes históricos e de época, alguns *games* também apresentam uma denotação histórica da experiência sócio-cultural de um determinado período. Desta forma, mesmo tendo um caráter voltado para o entretenimento os jogos se tornam um espaço de problematização da História e de reflexão crítica sobre vários aspectos da sociedade.

Rüsen (2001) afirma que a construção da História é a tensão entre o passado presente e futuro. O pensamento histórico, então, consiste na tarefa realizada pelos homens de olharem e voltarem ao passado, a fim de poderem ir à frente a seu agir, tornando o futuro esperável. Percebi-se nas narrativas midiáticas a construção de uma orientação temporal, baseado na concepção estética. O criador das narrativas precisa que o enredo da história faça sentido, mas sem grandes pretensões com o caráter científico da

história. Nesta perspectiva é expressa a “cultura histórica” que se articula com um aspecto cognitivo da elaboração da memória a um aspecto estético pensando histórico.

[...] Ciência, política e arte podem instrumentalizar-se mutuamente no campo da consciência histórica (como fator cultural da orientação existencial). Abreviando ou mutilando a dimensão do saber por elas adotada. Isso acontece quase sempre quando as diversas dimensões da cultura histórica não são distinguidas as diversas dimensões e, com ingênua naturalidade, utiliza-se um sem levar em conta as demais e suas respectivas relações. Elas podem, todavia, compensar essa tendência, ao completarem reciprocamente em seus potenciais de racionalidade e, em conjunto os incrementarem (Rüsen,2010, p. 122).

Entende-se que as mídias estão cada vez mais enquadradas na produção da cultura histórica, na medida em que a comunicação de massa se encontra cada vez mais inserido a sociedade contemporânea. O historiador enquanto um cientista social deve se posicionar a essa realidade e inferir que as mídias são importantes artifícios para mobilização da carência de orientação no tempo.

[...] Os interesses em determinadas orientação temporal da vida prática não são, por si só interesse que levam a conhecimentos históricos frutíferos (ao revê, podem até impedir sua obtenção); eles precisam ser canalizados para os mecanismos motrizes do progresso cognitivos da ciência da história acerca da interdependência entre carência de orientação da vida prática e o pensamento histórico especificamente científico (Rüsen, 2001, p.43).

Nesta acepção é importante notar que nem toda narrativa desenvolvida nas mídias são positivas para a compreensão do processo histórico. No entanto, mesmo que uma narrativa tenha um conteúdo totalmente distorcido do passado ainda pode ser objeto de pesquisa, pois como Ferro (1976) ao apresentar o filme como documento histórico, diz que, esse seria uma testemunha singular do seu tempo. “[o cinema] destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo se tinha constituído diante da sociedade. A câmara revela o funcionamento real daquela, diz mais sobre cada um do que queria mostrar” (FERRO, 1976, P.202). Os vídeo *games* também apresentam essa característica e como documento podem falar muito sobre a cultura histórica expressada em determinado tempo, essa cultura está ligada intimamente conhecimento da história. Além disso, o jogo em seu caráter constitutivo pode ser apresentado como uma forma de arte. Segundo Adorno (2003):

O jogo é, no conceito da arte, o momento pela qual ela se eleva diretamente acima da imediatez da práxis e dos seus fins. Mas, ao mesmo tempo, olha fixamente para trás, para a infância, se é que não para a animalidade (Adorno, 2003, p.99).

O fato de os *videogames* serem em sua constituição original um passatempo ou uma brincadeira, não quer dizer que não possuam sua singularidade. Eles são uma forma de expressão humana que vem se modificando ao longo do século XXI. Existe um novo paradigma entre as relações entre a história e as mídias, trazendo a necessidade de estudar essas interfaces, que notoriamente produzem um tipo de cultura.

“*God of war*” e a cultura histórica

A série de jogos *Playstation*® “*God of War*” (o deus da guerra) foi inspirada nas mitologias gregas, mas com um conjunto de novos personagens idealizados pelos autores da obra. Desta forma o jogo busca elementos do passado para estabelecer uma relação de sentido aos seus espectadores/jogadores, mas com uma característica de personagem contemporâneo à atualidade. A narrativa oficial que deu origem aos jogos foi escrita por Matthew Stone e Robert E. Vardeman e a partir da narrativa literária apresenta os elementos encontrados nos jogos e que muitas vezes são despercebidos pelos jogadores que utilizam a narrativa de uma forma superficial. A trama oficial apresenta uma rixa, muito das tragédias gregas, entre dois deuses do Olímpio: Atenas e Ares, sendo Kratos o personagem principal da história e diretamente ligado ao conflito dos deuses. (VARDEMAN e STONE, 2012)

Segundo o dicionário de mitologia de Pierre de Grimal Atenas é filha de Zeus, uma deusa guerreira que esteve em diversos conflitos narrados na mitologia, citam-se *Ilíada* e *Odisséia* de Homero como exemplos. Graças a sua sabedoria era frequentemente escolhida pelas cidades como protetora, além disso, era o nome de uma das principais cidades da Grécia antiga. (Grimal, 2014 p.53)

Ares era Deus da guerra, sendo filho de Zeus com a Hera e fazia parte da segunda geração dos deuses do Olímpio. Nos mitos que mais apareciam Ares eram os que estavam relacionados com algum tipo de conflito envolvendo alguma guerra. Além disso, segundo Grimal em grande parte das narrativas em que aparecia o deus da guerra, o mesmo contava ser derrotado, primeiro pela inteligência de Heracles e pela própria sabedoria de Atenas. (Grimal, 2014 p. 40)

O jogo de *God of War* apresenta como personagem principal Kratos. Ele era um comandante do exército de Esparta com muitas habilidades. No entanto, em batalha com bárbaros do leste Kratos suplica a ajuda do Deus da guerra, o mesmo o concede ajuda ao disponibilizar ao guerreiro uma arma chamada de Lamina dos caos, a qual Kratos derrota seu oponente. Em contrapartida, como forma de dívida, Kratos teria que servir o deus da guerra por dez anos. Um dos pontos centrais da narrativa é de quando Áries com o intuito de tornar o comandante espartano um “soldado perfeito” o induz a matar sua mulher e filha, as cinzas de sua mulher e filha infiltram-se na pele de Kratos tornando-o “fantasma de Esparta.” Segundo a narrativa, Kratos decide acabar com seu sofrimento ao tentar suicídio pulando do topo de uma grande montanha às margens do mar Egeu, porém Atenas, deusa da sabedoria, o resgata e firma um acordo, em que acabaria com o sofrimento do guerreiro em troca de um castigo que o guerreiro poderia dar a Áries. (VARDEMAN e STONE, 2012)

A narrativa dos jogos se aproxima às várias tragédias gregas, pois apresenta um personagem central com um enredo baseado na disputa de “deuses do Olímpio”. Percebe-se claramente que Atenas articula citações para Kratos tenha possibilidade de confrontar Áries. Muitas dessas articulações contam com ajudas deuses como: Zeus, Poseidon entre outros do Olimpo. Ao longo do enredo aparecem personagens inspirados na mitologia: Arpias, minotauros, congonghas (medusas), hidras etc.

Segundo Aristóteles a tragédia é a representação de uma ação completa, formando um todo com começo, meio e fim. Há que se respeitar a unidade de ação, ou seja, os acontecimentos narrados pela peça servem à compreensão do todo. Só fazem parte da tragédia os fatos que se fizerem essenciais a esta compreensão. À regra para determinar e extensão da tragédia é:

É suficientemente extensa a peça no decurso da qual os acontecimentos, que se produzam em acordo com a verossimilhança ou a necessidade, mudem em infortúnio a felicidade da personagem principal ou inversamente a façam transitar do infortúnio para a felicidade (“ARISTÓTELES, p. 300”).

Na tragédia o que conduz o desenrolar dos acontecimentos é o encadeamento destes, obedecendo a uma linearidade no desenvolvimento do enredo, de acordo com a verossimilhança do passado.

Além disto, o jogo *God of war* se aproxima da análise do historiador da arte Agan (1999) sobre a diferença entre e a representação do clássico e o anticlássico percebidos

nas obras de arte que buscavam retratar a antiguidade. Desta forma, o jogo como nas obras de artes anti-clássicas apresenta o tempo e experiência do passado descontínuo, em que o enredo não se liga à narração da história, mas a uma relação direta com a dinâmica plástica. “O enredo formal de Brunelleschi não se liga à narração histórica, mas está em relação direta com a dinâmica do fato plástico (Argan, 1999 p.25). A obra midiática utiliza o mesmo recurso estilístico discutido por Argan para remeter a antiguidade, no entanto, os valores e a representação do indivíduo é bastante contemporânea. Da mesma forma a narrativa do *game*, apresenta o seu personagem principal Kratos transitando em um universo atemporal, onde os mitos apenas são a planos secundários que aparecem em sua trajetória.

O jogo é carregado de elementos que remetem a categoria da cultura histórica. Para Rüsen(1994) a cultura histórica se encontra em diversos níveis na sociedade estando presente em meios científico-acadêmicos, mas também em intuições que competem a outros fins que estão associados à memória histórica, manifestadas em meios artísticos, políticos, religiosos e educacionais de um determinado grupo social. A cultura histórica pode ser definida com “a articulação prática e operacional da consciência histórica na de uma sociedade” (Rüsen,1994 p.4). Além disto, a cultura histórica é uma forma particular de se interpretar o tempo a partir da e experiência deste tempo

Na dimensão estética da cultura histórica é apresentante pelas manifestações e forma estilizada da história. Esta forma dimensão é muito comum nas narrativas árticas como o teatro, a televisão os cinemas e agora novas mídias como nos vídeos *games* que utilizam o passado como pano de fundo para seus enredos.

Considerações Finais

Toda tecnologia é criada por um propósito específico, que pode ou não ser utilizado como benefício à humanidade. O *Videogame* foi criado como a finalidade do entretenimento, mas, além disso, pode informar, apresentar ideias, posições políticas e ideologias. Qualquer outro elemento disponível nos meios de comunicação.

As mídias se encontram em destaque no debate da ciência da história, pois possui elementos que deixam de ser apenas lazer e se transformam em mobilizadores de cultura. O cinema é o principal percussor desta perspectiva, mas as novas mídias estão cada vez

mais próximas dessa realidade. Alguns jogos apresentam técnicas que buscam se aproximar de uma produção de um filme com: direção, roteiro, enredo, arte e música.

Além disso, os *videogames* tal como são apresentados manifestações da cultura histórica proposto por Rösen (2010). Ao narrar sobre o passado os recursos midiáticos estão mais preocupados com a estética da apresentação, ou seu caráter mercadológico, ao caráter formal da ciência da história.

Por fim, a história da constituição dos *videogames* está relacionada com a definição social da cultura contemporânea, suas formas de se organizar, suas possibilidades de lazer e produção de arte.

Referências

Adorno, T.W. **Experiência e criação artística- arte e comunicação**. Lisboa, Edições 70, 2003.

ARANHA, G. **O processo de consolidação dos jogos eletrônico como instrumento de comunicação e de construção do conhecimento**. In: Revista Ciência e cognição. Ano 1, VI.,Nov/2004.

ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico e Anticlássico: O Renascimento de Brunelleschi a Bruegel**. Tradução Lorenzo Mammi. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint.

BAKHTIN, Mikhail. **Gêneros do discurso**. In: Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 4ª edição 2003.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução**. In: Os pensadores: Textos escolhidos, Walter Benjamim, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jurgen Habermas, trad. José Lino Grunnewald, São Paulo: Abril Cultural, 1980

BOBANY, Arthur. **Videogames arte**. Teresópolis, RJ: Novas Idéias, 2008.

FERRO, M. **O filme: uma contra-análise da sociedade?** In: LE GOFF, J., NORA, P. (Orgs.). *História: novos objetos*. Trad.: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. P. 202-203.

GOSCIOLA, Vicente. **Roteiro para novas mídias: cinema às mídias interativas**. São Paulo, 2º edição 2008.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário de mitologia grega e romana /Pierre Grimal**, tradução de Victor Javbouille- 7º Ed. Rio de Janeiro; betrand Brasil,2014.

RÜSEN, J. **Razão Histórica**. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UNB, 2001.

_____. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007

_____. **¿Qué es la cultura histórica?** reflexiones sobre una nueva maneira de aborda la história. Traducción de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher.1994 Disponível: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf acesso em: 31/08/2016.

VARDEMAN, Robert E. ;STOVER,Mattehew. **God of War**.Tradução de Flávia Gasi .São Paulo : Leya, 2012

WILLIAMS, Raymond. **Com vistas a uma sociologia da cultura**. São Paulo, Paz e Terra, 2000

Referência de site:

<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2011/07/historia-de-call-duty.html>: acesso em: 20/07/2015.

A MEMÓRIA DA MORTE RÉGIA COMO EVOCAÇÃO DE PODER: D. JOÃO I E O PANTEÃO DA BATALHA

*Hugo Rincon Azevedo*²⁸⁷

RESUMO: A Crise Dinástica portuguesa de 1383 - 1385 levou a entronização da dinastia de Avis, representada por seu fundador, D. João I. Devido a sua origem ilegítima, o monarca e posteriormente seus sucessores, utilizaram de diversos recursos de propagação do poder régio, como as ritualizações, celebrações e cerimônias fúnebres objetivando idealizar a memória de seu Rei fundador e de seus descendentes, tendo como expoente o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, um grande monumento à memória da Batalha de Aljubarrota (1385), que tornou-se o Panteão Régio da dinastia, mais do que uma "memória em pedra", representava também o maior símbolo de poder do monarca e de sua linhagem. Nossa proposta nesse texto é problematizar a utilização da morte régia, no caso do rei D. João I, como recurso essencial na construção simbólica da nova dinastia.

Palavras-chave: Construção Simbólica; Poder; Morte; Dinastia de Avis.

Introdução

O período que abrange nosso estudo (de 1383 à 1438) foi marcado por uma época de consolidação da nova dinastia, a Casa de Avis. Partindo da Crise Dinástica (1383 – 1385) e do reinado de D. João I (1385 – 1433), entendemos que as características desses processos inseriram-se no contexto das transformações pelas quais passavam o mundo Europeu tardo-medieval, diretamente influenciado por fatores externos, como o Cisma do Ocidente e a Guerra dos 100 anos, problemas que afetaram o reinado do Mestre de Avis, e conseqüentemente a política adotada, além das medidas de propagação e afirmação do poder real. Dentro desse contexto histórico é importante ressaltar que o período tardo-medieval, foi um momento favorável para as tentativas de consolidação das monarquias, outras dinastias em diferentes reinos apropriaram-se de diversas práticas para a centralização do poder em torno da figura do rei, as construções arquitetônicas ganharam força como recurso simbólico para esses monarcas.

²⁸⁷ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Armênia Maria de Souza. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Enfatizando as formas de poder, pretendemos relacionar a construção simbólica da dinastia por meio do diálogo entre os "vestígios de memória escrita" (as crônicas e demais registros sobre os monarcas de Avis) e os "vestígios de memória em pedra" (monumentos e construções arquitetônicas), com a idealização e o culto a morte régia, culminando na edificação de um monumento arquitetônico, e necrópole real, como símbolo-mor de um rei e de sua dinastia: o Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

O nosso objeto central consiste no estudo do processo de construção simbólica da Casa de Avis. Um de nossos objetivos é entender o culto e a idealização da morte dos monarcas de Avis (D. João I, Dona Filipa e D. Duarte), e relacionando-se assim a concepção do Mosteiro da Batalha enquanto Panteão Régio da dinastia. Nesse sentido, levantamos mais algumas questões acerca do nosso objeto, as quais tomaremos como pontos cardeais durante a pesquisa, tais como: De que forma o Mosteiro da Batalha, a partir do culto a memória e a morte de D. João I, e edificado no local da Batalha de Aljubarrota (1385), tornou-se símbolo e monumento da vitória e independência perante Castela? Como a Batalha tornou-se símbolo da consolidação política de uma dinastia recém instaurada em meio a problemas sucessórios e de legitimidade? Portanto, buscamos discutir as práticas políticas relacionadas ao Mosteiro da Batalha com a centralização e idealização do poder monárquico, que levaram à perpetuação e legitimação da Dinastia de Avis em Portugal, a partir do reinado de seu fundador, D. João I.²⁸⁸

Partindo do pressuposto do Panteão da Batalha enquanto a representação máxima do discurso de morte e poder da Dinastia de Avis, é a nossa proposta de análise nesse artigo, em que pretendemos sintetizar parte de discussões realizadas em nossa dissertação de mestrado, mas principalmente a proposta que fazemos para o restante de nossa pesquisa.

Referencial teórico-metodológico

²⁸⁸ O Mosteiro da Batalha surgiu como um instrumento de poder da nova dinastia, sendo este um instrumento discursivo legitimador da Casa de Avis e uma forma de demonstrar superioridade frente ao reino de Castela. A memória histórica do monumento, como a sua própria edificação, "permite entrever o contexto político que motivou D. João I a procurar promover o que, desejava, fosse considerado o maior monumento do gênero em solo hispânico". (GOMES, 1997a, p. 252).

Para a realização de nosso estudo, priorizamos a seleção de fontes documentais relacionadas ao reinado de D. João I e D. Duarte, como Crônicas, Cartas Régias e alguns relatos, em sua maioria, documentos oficiais. A escolha dessas fontes se deu de acordo com o objeto essencial desta: a representação, idealização e propagação do poder monárquico por meio da memória construída pelos registros oficiais da realeza. A seleção dos documentos (cartas régias, crônicas e testamentos) deve-se ao objetivo de entender como se deu o processo de legitimação da Casa de Avis, e como este discurso aliou-se a idealização da morte dos monarcas, culminando no Mosteiro da Batalha como símbolo de poder da nova dinastia e, para além disso, como o Mestre de Avis e seus descendentes utilizaram-se desses para legitimar e propagar o seu poder.

As principais fontes para a nossa pesquisa concernem nas crônicas régias, principalmente a *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes, a *Crônica da tomada de Ceuta*, de Gomes Zurara e a *Crônica de D. Duarte*, de Rui de Pina, nas quais problematizaremos o discurso construído em prol da idealização da monarquia avisina. Analisaremos também as obras escritas por D. Duarte, como *O leal conselheiro* e o *Livro da ensinança do bem cavalgar*, que entendemos serem fontes importantes para discutir o processo de construção da Casa de Avis. Para a análise do contexto do Mosteiro da Batalha como panteão régio, os principais documentos escolhidos foram selecionados na obra organizada por Saul António Gomes, *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha - Séculos XIV- XVI (Volumes I- IV)* na qual o organizador publicou diversas fontes relacionadas ao Mosteiro da Batalha. Neste compêndio, priorizamos os documentos que datam ou narram em um recorte cronológico de 1386 a 1450, como o Testamento de D. João I, Cartas régias outorgadas por D. Afonso V, entre outros.

Entendemos que toda narrativa parte de um sentido e uma intenção, neste contexto, a narrativa do autor da nossa principal fonte, a Crônica de D. João I, Fernão Lopes, pretende a legitimação do reinado do Mestre de Avis e seus descendentes. O cronista "tinha uma intenção ao escrever: historiar a monarquia portuguesa de forma a esclarecer uma ruptura dinástica representada pelo alçamento de D. João I". (GUIMARÃES, 2012, p. 97). Enquanto "cronista oficial" do reino, o papel de Fernão Lopes foi importante na consolidação da casa de Avis. O testamento de D. João I tem grande relevância à nossa pesquisa, pois o rei ressaltou a importância de seu Panteão Régio, o Mosteiro da Batalha, ao exigir que fosse sepultado no local, junto a sua consorte, D. Filipa, que lá jazia desde o ano de 1416. Problematizar estas fontes, relacionando-as à

produção historiográfica sobre o tema, é a proposta desta pesquisa para compreender o processo de construção simbólica da Dinastia de Avis com o seu ápice representativo de poder na monumentalização do Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

Para o estudo das fontes documentais (crônicas régias de Fernão Lopes, Gomes Zurara, Rui de Pina e demais referências) propomos analisá-las utilizando também como referencial teórico Pierre Bourdieu, que em sua obra, *O poder simbólico* (2010), nos oferece um rico subsídio para a análise das representações, tanto discursivas, quanto ideológicas de dominação e perpetuação de um grupo social sobre os demais. O conceito de poder simbólico é entendido pelo autor como aquele “poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder que descrevem as relações sociais como relações de força”. (BOURDIEU, 2010, p. 15). A utilização da representação como elemento simbólico faz parte da interpretação de Bourdieu referente à utilização do poder simbólico pelos grupos dominantes. O autor concebe que “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem”. (BOURDIEU, 2010, p. 9). Portanto, este pode ser utilizado pelo grupo dominante objetivando legitimar uma ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e assim legitimando as distinções entre os grupos dominantes e dominados. Entendemos que esse mecanismo de reforço do poder régio esteve fortemente presente nos ritos, cerimônias e monumentos utilizados pelos monarcas de Avis como meio de propagar a sua autoridade e realeza.

Um dos objetivos de nossa pesquisa é entender como a dinastia de Avis utilizou como recurso de evocação de uma memória política em construções arquitetônicas, como o próprio processo da construção do Mosteiro da Batalha enquanto lugar de memória. Entendemos que a memória é uma construção social e agenciada por transformações sociais, e as memórias individuais dos homens seriam um ponto de vista sobre a memória coletiva. Portanto, as memórias são "cruzamentos entre signos emitidos pela empiria e o trabalho sobre eles do consciente ou do inconsciente". (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 204). Partindo da concepção que as memórias coletivas e individuais são construções sociais, a memória individual, voluntária ou involuntária, a primeira relaciona-se à lembrança, a recomposição do passado e à rememoração, e a segunda ao fruto da civilização, da disciplinarização e da absorção do meio social, que são também construtoras e resultados da memória coletiva. Nesse sentido, pretendemos discutir os

elementos propagadores da memória e representantes do discurso legitimador da Casa de Avis, influenciando diretamente na construção de uma memória coletiva que beneficiasse e fosse ao encontro dos interesses da nova dinastia.²⁸⁹

Ainda dentro da discussão sobre o conceito de memória, para nossa proposta de analisar o Mosteiro da Batalha como local de memória é fundamental o aporte teórico dos estudos de Jacques Le Goff e Fernando Catroga sobre a relação entre monumento e memória. Conforme Le Goff, o monumento "tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos". (LE GOFF, 2013, p. 486). Desse modo, entendemos que o panteão batalhino foi uma tentativa consciente de um grande monumento que exteriorizasse a perpetuação do poder dos reis de Avis, e a partir das cerimônias fúnebres e comemorações das mortes régias no mosteiro, a memória passaria a ser narrada na linguagem pública e pela instituição do rito, pois "comemorar, na acepção que melhor cumpre o acto vivificante do recordar, é sair da autarcia do sujeito e integrar o eu na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas" (CATROGA, 2015, p. 26), assim perpetuando uma propaganda política que permeia a esfera da memória coletiva.

A memória da morte régia como idealização de poder: D. João I e o Panteão da Batalha

Phillipe Áries (2000), definiu como processo de "domesticação da morte" as mudanças de concepções na relação do homem diante da morte ao longo da Idade Média que tinha como característica um modelo de comportamento que visava a superação do medo e o aprendizado na convivência com a morte, na tentativa da consolidação do domínio dessa por meio de uma solene ritualização. Conforme José Mattoso (2001, p. 109), esse modelo de comportamento foi lentamente formado no Ocidente cristão, em sucessão a outros que eram adotados por sociedades mais antigas, que deixaram crenças e concepções que permaneceram enraizadas no imaginário coletivo, nos seus vestígios,

²⁸⁹ Pretendemos também discutir a utilização política da memória coletiva pelos monarcas de Avis através de práticas simbólicas, onde a consciência individual e a sua memória, integram-se na memória coletiva por um conjunto dos traços deixados pelos acontecimentos que influenciaram o curso da história de determinados grupos sociais e a quem se reconhece o poder de trazer à cena lembranças em comum por ocasião de ritos, festas e celebrações políticas.

nas práticas, representações, costumes e rituais proferidos durante séculos, mas obviamente, sofrendo adaptações e transformações.

Essa concepção também esteve presente na relação do homem com a "morte dos chefes". A morte do líder de um determinado grupo desde as sociedades antigas implicava em sérias complicações para o seu povo, que permeavam na preocupação com a sucessão, no "luto cósmico", na ideia do chefe morto continuar mesmo após o passamento a proteger os seus subordinados, o temor de que a sua morte signifique o fim da comunidade, e principalmente como essas questões levaram a ritualização e preservação da memória do chefe, desde grandes cerimônias fúnebres à construção de monumentos que tinham por objetivo não apenas a preservação da memória, mas especialmente uma forma de propagação de poder.

Considerando que o desaparecimento de um simples indivíduo causa uma perturbação na sociedade, principalmente aos seus familiares, o mesmo ocorrendo com alguém que exerce autoridade sobre um determinado grupo, o atinge de maneira mais profunda, afetando a todos os seus membros. Assim, o chefe constitui o polo visível da comunidade, assegurando a sua persistência no tempo, ele é o responsável pela garantia da justiça, da defesa e de todo o processo de governabilidade da sociedade que lhe concedeu a autoridade e lhe entregou o poder.

Dessa íntima relação do chefe com a comunidade, entendemos a necessidade da grandiosidade e da solenização dos rituais praticados em causa de seu falecimento, sempre expressivos e de visível manifestação de poder, que exprimiam a ideia de que o chefe permaneceria a exercer o seu poder mesmo após a morte. Dentre as soluções encontradas para essa representação, os monumentos fúnebres e os túmulos régios parecem-nos os mais importantes nesse contexto. Esses monumentos, feitos em materiais perduráveis como a pedra ou o bronze, em que geralmente envolviam uma grande parte da comunidade na sua construção, apresentavam grandiosidade e imponência, além da preservação da memória com a elaboração de epitáfios e inscrições comemorativas.

De acordo com Reginé Le Jan (2012), uma parcela da aristocracia europeia na Idade Média utilizou da prática da construção de espaços cemiteriais, ou necrópoles fúnebres, objetivando uma forma de representação de poder, seja da nobreza ou da realeza do período. Desse modo, esses ritos serviriam para a nobreza manifestar a superioridade do seu grupo familiar. Anteriormente ao processo de cristianização, grupos principescos, como também pequenos chefes rurais, recebiam sepultamentos privilegiados, com

jazigos de expressão fortemente visível e reconhecível. Após a cristianização de alguns desses povos, e a popularização dos sepultamentos *ad sanctos*, que consistiam no enterro de pessoas em espaços considerados sagrados como igrejas, já na clara preocupação com o destino da alma do falecido, que dentro do imaginário da época, sepultando o corpo nesses recintos sagrados, facilitaria o processo de transição da alma no outro mundo. (ÁRIES, 2000). Assim, os nobres detinham suas igrejas privadas, que continham altares com objetos litúrgicos e relíquias, e para as quais "designam a pessoa consagrada para assegurar o culto. A cristianização não modifica o exercício do poder, mas transforma profundamente a ideologia do poder nobre: o sagrado." (LE JAN, 2012, p. 37).

A escolha dos locais para a edificação desses monumentos fúnebres e o sepultamento dos reis geralmente envolviam características similares ao do passamento dos chefes. Em relação aos monarcas cristãos do Ocidente medieval, essa escolha se dava especificamente em espaços do sagrado, como igrejas, capelas, mosteiros, etc. Na Península Ibérica, essa era uma prática regular desde a cristianização dos povos e reinos que constituíam a região. Nas histórias dos reis asturianos e leoneses presentes em algumas crônicas aparecem narrativas que apontam para referências a túmulos régios e a sua colocação em recintos sagrados, que se tornavam panteões régios, revelando assim o "propósito de exprimir a permanência da autoridade e de a ligar a um lugar sagrado que aparece aos olhos dos súbditos como o testemunho da ligação do poder terreno a um poder invisível, intocável, protegido diretamente por Deus." (MATTOSO, 2000, pp. 112-113). Lembremos que no reino português na Baixa Idade Média prevalecia a concepção teocrática do poder régio de providência divina. Assim, os reis eram reis pela "Graça de Deus". (VENTURA, 2013, p. 35). Os monarcas consideravam-se os representantes de Deus na terra, afirmando que seu poder vinha de Deus, e assim, deveriam para ele devolver. Nessa concepção, viria então a necessidade da escolha de um lugar sagrado que estivesse apto a testemunhar essa devolução do poder à Deus.

Os reis portugueses entre os séculos XII e XV, com exceção de Afonso IV, optaram por mosteiros de ordens monásticas ou conventos de mendicantes, em que atribuíam a função de mediadores legítimos entre os poderes divino e terreno. É importante ressaltar que desde a formação do reino português, os mosteiros ocuparam um lugar de grande importância na administração política do território. Entendemos que os mosteiros ocuparam importante papel na estrutura político-administrativa do reino

português desde a sua fundação no século XII.²⁹⁰ Ao escolher os mosteiros como necrópoles reais, os reis desejavam manifestar poder, revelando práticas políticas pessoais com o intuito de deixar um legado simbólico. Percebe-se essa questão na mudança de panteões fúnebres, como ocorreu com os mosteiros de Coimbra²⁹¹, Alcobaça²⁹² e o de Odivelas²⁹³.

Esses panteões régios seriam, conforme Saul António Gomes, panteões quer enquanto estruturas sepulcrais, como centro simbólicos, espaços microcósmicos de poderes régios ou aristocráticos, lugares de sepultamento escolhidos pelos governantes. Assim, poderiam revelar-se como espaços simbólicos de unificação do Reino, e de nas variadas circunstâncias históricas, se transformam em lugares de repouso de várias gerações da realeza ou da aristocracia. Estes "são espaços de post-mortem e, por isso, extremamente sagrados. Compreende-se assim, dentro de uma tradição cristã, que os monarcas egessem catedrais e mosteiros para instituição dos seus panteões régios". (GOMES, 1997b, p. 283).

Como legado da Batalha de Aljubarrota, da vitória e independência perante Castela, D. João I mandou erguer no local de seu grande triunfo o Mosteiro de Santa Maria da Vitória. A princípio, como forma de agradecimento a virgem pela "ajuda divina" aos portugueses durante a batalha, o que no imaginário da época, lhes deu a vitória, como ressaltou o rei em seu testamento: "porque nos prometemos no dia da batalha que ouvemos com el Rey de Castela, de que Noso Senhor Deus nos deu vitoria, de mandarmos fazer aa homrra da dita Nossa Senhora Samta Maria". (TESTAMENTO DE D. JOÃO I in GOMES, 2002, p. 135). A transformação do mosteiro em panteão era resultado de um processo de maturação, tanto do monarca como de pessoas que exerciam grande

²⁹⁰ Além do seu papel como instituição clerical, os mosteiros tinham funções na administração e controle dos territórios conquistados, delimitando assim as posses do rei, servindo também como redutos de produção cultural, artística, historiográfica, e enquanto espaços religiosos eram também locais de manifestação do sagrado, de aconselhamento espiritual do rei e do povo, e utilizados como local de memória dinástica e "descanso eterno" da realeza.

²⁹¹ O primeiro panteão régio português, fundado entre os anos 1131-32, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, foi ao longo do reinado de D. Afonso Henriques ganhando grande importância político-religiosa, sediado na cidade de Coimbra, que era desde 1130 a capital política e administrativa do primeiro reinado, sendo nessa cidade que Afonso I elegeu Santa Cruz como mosteiro familiar.

²⁹² Com sua construção iniciada por volta de 1170, ainda no reinado de D. Afonso Henriques, o Mosteiro de Santa Maria do Alcobaça, pertencente à Ordem Cisterciense, foi aos poucos ganhando espaço e adquirindo condição de panteão fúnebre, tendo sepultado no mosteiro o terceiro rei da casa de Borgonha, D. Afonso II, que teve seu corpo transferido para o local em 1223.

²⁹³ Por volta de 1318, Odivelas se tornou o local que deveria acolher os corpos e guardar a memória do rei D. Dinis e de sua linhagem. Neste mesmo ano, o monarca viria a eleger o Mosteiro de S. Dinis de Odivelas enquanto seu panteão régio. O Panteão deveria guardar, transmitir e preservar a imagem da Coroa ao longo dos tempos, com a instituição de capelas nas quais deveriam ser realizadas missas e cultos a família real.

influência na sua corte, não teria sido obra do acaso, ou decidido em definitivo em um só momento. Para o *status* simbólico e político que viria a adquirir naquele século, "tornou-se necessário esperar pela evolução das condições económicas e políticas do reino, ao mesmo tempo que se tornava objeto de consensos por parte dos mais diversos quadrantes sociais do poder". (GOMES, 1990, p. 5).

No século XV, o Mosteiro da Batalha se inseriu no contexto de panteões dinásticos que se alastraram pela Europa. Estes eram grandes necrópoles reais, de demonstração física de poder e culto à memória e aos corpos dos reis falecidos. O marco inicial da transformação do Mosteiro da Batalha enquanto Panteão de Avis foi a trasladação do corpo da rainha D. Filipa de Lencastre, do mosteiro de Odivelas para a Batalha. Falecida em 1415, os restos mortais da rainha foram levados para a Batalha no ano seguinte, em 1416, a mando do rei, onde se encontra sepultada em um túmulo conjugal com o rei D. João I, que se juntou a sua consorte no ano de 1433.

Apenas na década seguinte, o rei D. João I oficializou essa escolha, quando exigiu em seu testamento ser sepultado junto a sua esposa naquele mosteiro, pedindo ainda, que seus corpos fossem lançados em Santa Maria da Vitória, que mandou construir com a rainha, e dentro dele, o rei ordenou que o sepultamento fosse realizado na Capela-mor, onde jaz Dona Filipa, e que depois fossem transferidos para a Capela do Fundador quando esta estivesse pronta. (TESTAMENTO DE D. JOÃO I in GOMES, 2002, p. 134).

Como a edificação desses panteões se relaciona a morte dos monarcas? Na análise das fontes e da historiografia, percebemos que os registros dos momentos finais dos reis aliam-se a um processo que passa pela ritualização do momento da morte, e depois, ao culto a sua memória, entrelaçando-se com o espaço do sagrado onde eram realizados os rituais e a solenização do passamento dos soberanos. A ligação do D. João I com o mosteiro é de suma importância na construção simbólica e legitimação da nova dinastia, realizada principalmente por meio da forte propagação política de sua memória.

Feito a contextualização do processo de construção da escolha do Mosteiro da Batalha como panteão régio, como este se inseriu nas vontades póstumas do rei em seu testamento? Escrito no ano de 1426, o testamento se inicia com D. João explicando os motivos de se testar. O rei que naquele momento tinha em torno de 69 anos, reforça que devido à finitude da vida humana, e sabendo da fragilidade de sua idade, deveria estabelecer em testamento as suas vontades para que estas fossem cumpridas após o seu falecimento. Após exigir que seu corpo fosse sepultado ao lado da rainha D. Filipa na

Capela Mor do panteão, o rei definiu a sua sucessão. D. João ordenou ao herdeiro, D. Duarte e aqueles que viessem a se tornar reis e senhores de Portugal, que cumprissem as suas vontades estabelecidas no documento. Em seguida, D. João legitimou o seu herdeiro, estabelecendo além dos outros infantes, D. Pedro e D. Henrique, na linha de sucessão régia.

O rei reforçou a importância dos cultos e missas a serem realizadas no mosteiro, em sua memória e da rainha D. Filipa. A preocupação do monarca com a realização dessas missas, provavelmente, transcende os cuidados com os destinos de sua alma, envolve também a memória e ato de cultuar o seu reinado. O ato de se realizar missas para propagar a memória dos reis falecidos também era comum no mosteiro, de modo que esta solenização da morte dos reis representava uma afirmação pública do poder monárquico e de propaganda política. (MATTOSO, 2001, p. 145).

Vejamos o que Rui de Pina registrou sobre os últimos momentos de vida do Rei D. João I, a sua morte e o seu sepultamento no Mosteiro da Batalha, no primeiro capítulo da *Crônica de D. Duarte*. No ano de 1433, o monarca já em idade avançada, aos 76 anos, estando doente, foi aconselhado pelos físicos e infantes que permanecesse em Alcochete, Riba-Tejo para descansar e se tratar. D. João, sentindo-se com as fraquezas e sintomas da doença que o afligia e temendo a proximidade da morte, afirmou que para ele enquanto rei não caberia morrer em vilarejos ou aldeias, mas sim na sua amada cidade, e na melhor casa de seus reinos, que assim o levassem para Lisboa e que passasse seus momentos finais em seu castelo. A pedido do pai, os infantes o levaram à uma procissão por igrejas e altares da cidade, muitas construídas a mando do monarca. Poucas horas antes de seu falecimento, já estando sob os cuidados de religiosos, preocupado com a sua aparência, pediu que aparassem sua barba, pois não convinha ao "Rey, que muytos aviam de vêr, ficar depois de morto espantoso e difforme" (CHRONICA DE EL-REI D. DUARTE, cap. I).

Observemos os significados presentes na atitude atribuída ao rei pelo cronista. Nela, D. João aparece completamente lúcido e sereno em seus últimos momentos de vida, como devem estar aqueles que são eleitos por Deus. A preocupação com a aparência retrata o sinal de luto e dó, quando "renascerá" em outra vida na presença do "Rei dos reis". Enquanto soberano daquele povo, não quer se apresentar "espantoso e disforme", características do medo e do pecado, mas por outro lado, pretende acabar como o rei, em todo estado da realeza que muitos haveriam de ver, na consciência do espetáculo da morte

régia. Nota-se também uma contraposição da sua morte com a do irmão e antecessor Rei D. Fernando, que segundo Fernão Lopes obteve uma "morte escura", solitária, com aparência distante do homem que fora, e uma cerimônia fúnebre muito pouco representativa ao estado de rei. (COELHO, 2008, p. 376).

Em seguida, Rui de Pina narra o momento do falecimento de D. João. Em uma narrativa repleta de um simbolismo cronológico, escreveu que o "glorioso" rei encerrava sua bem-aventurada vida com claros sinais da salvação de sua alma, no dia 14 de Agosto, véspera da Assunção da Virgem Maria, no ano de 1433, e de forma maravilhosa e de grande exemplo da sua devoção, e como exemplo da sua "bem aventurança". O monarca falecia aos setenta e sete anos no mesmo dia em que nascera, e também na data da grande vitória em Aljubarrota, que no momento completava 48 anos da sua realização, onde venceu nesse reino (Portugal), o rei D. Juan de Castela, "com que segurou seus Regnos e Estado: por cuja memoria mandou alli novamente edificar o Moesteiro de Santa Maria da Vitoria, que vulgarmente se diz da Batalha" (CHRONICA DE EL-REI D. DUARTE, cap. I). Segue o cronista, narrando que nesta mesma data, comemorava-se dezoito anos da partida de Lisboa rumo a conquista de Ceuta, e todos estes "grandiosos feitos" deveriam ser registrados pelo cronista porque a memória "de suas muy Reas exequias deve mais propriamente em sua Cronica sêr registrada: porem porque foram as mais excellentes e mais cerimoniaadas que atee seu tempo nestes Regnos a Rey delles se fizeram." (CHRONICA DE EL-REI D. DUARTE, cap. I).

Nota-se no discurso do cronista a apresentação de cronologias referentes ao dia do nascimento do monarca, da sua idade, da data da conquista de Ceuta, do falecimento da Rainha e da vitória em Aljubarrota, ou seja, os principais "feitos" do rei coincidentes com a data de sua morte. Muitas dessas datas não batem, mas o importante aqui é a utilização dessa retórica pelo cronista como discurso legitimador e de propaganda política da Dinastia de Avis. Nesse discurso, D. João morreu no dia em que nasceu, fechando um ciclo. A data de sua morte coincidiria com as duas grandes conquistas de sua vida, a batalha de Aljubarrota, a independência e a conquista do trono português, e a partida para a conquista de Ceuta. Sabe-se que D. João teria falecido no dia 13 de agosto, mas levando-se em conta a problemática dos diferentes calendários, e a forma como essa questão aparece em diferentes documentos, e principalmente a oficialização da data por D. Duarte, o registro feito pelo monarca marcaria o dia 14 de Agosto como a data da morte do Rei D. João I, unindo assim o simbolismo do passamento do rei com a grande

conquista de Aljubarrota (1385). Assim, D. João partiria desse mundo no dia mais "glorioso" de sua vida, exatos 48 anos após a vitória frente à Castela, que trouxe a independência ao reino e lhe garantiu o trono.

Seguido o falecimento do rei, D. Duarte, os infantes e o conselho régio se reuniram para decidir sobre a cerimônia e o sepultamento de D. João.²⁹⁴ Posteriormente, os infantes, condes e grandes senhores do reino, em uma procissão solene, carregaram sobre os seus ombros o ataúde do castelo até a Sé de Lisboa, o deixando sob o cuidado de religiosos, de toda a clerezia da Sé e ordens da cidade, no altar de São Vicente e ali se realizaram várias cerimônias, missas e orações pela sua alma durante os dois meses que se seguiram. (CHRONICA DE EL-REI D. DUARTE, cap. I).

Após dois meses de exposição para os súditos na Sé de Lisboa, iniciava-se nos últimos dias de outubro o processo de transladação do corpo do monarca para o Mosteiro da Batalha.²⁹⁵ No panteão batalhino, o cortejo foi recebido por todos os bispos em trajes pontificais e os demais membros da clerezia munidos de suas vestes mais ricas e hasteando cruces. A tumba de D. João foi carregada novamente nos ombros dos infantes. O sermão da cerimônia principal ficou ao cargo do confessor de D. Duarte, o dominicano Frei Fernando de Arroiteia, que seguiu as recomendações do novo monarca para essas exéquias. A parte da pregação baseada em escritos duartinos focou na idealização da família de Avis, principalmente no exemplo que deveria se retirar das virtuosas vidas de D. João I e Dona Filipa, além de ressaltar também seus descendentes, o rei herdeiro, os infantes, netos e bisnetos. (CHRONICA DE EL-REI D. DUARTE, cap. V). O sucessor do trono pretendia, sobretudo reforçar a imagem da família real e da nobreza senhorial portuguesa.

D. Duarte encarregou-se de reforçar e manter a memória dos seus pais e da Dinastia de Avis, ocupando-se "meticulosamente, da cerimonialização e ritualização do tempo de luto e de dó – da linhagem e família para com o seu progenitor e parente; e de

²⁹⁴ O conselho primava pelo cumprimento da vontade registrada em testamento pelo monarca, de ser sepultado no Mosteiro da Batalha, mas parte dos membros sugeriram que o fizessem na Sé de Lisboa, devido ao estado do corpo e a preocupação com a sua deterioração, e que depois fizessem a transladação para o mosteiro. Depois de um intenso debate, decidiram que o corpo do rei fosse colocado em um ataúde de chumbo bem soldado que garantiria a sua conservação.

²⁹⁵ No dia 26, liderados por D. Duarte, os infantes, alguns senhores e religiosos escoltaram o ataúde pelas ruas de Lisboa, para que os da cidade se despedissem do seu rei que tinha forte ligação com ela. Partindo da cidade, o cortejo fúnebre seguiu em itinerário por outros importantes espaços do sagrado no reino, como os mosteiros de Alcobaça e Odivelas até em um período de quatro dias chegar ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

toda a população do reino para com seu chefe e rei.” (COELHO, 2010, p. 77). Desse modo, entendemos que o papel do sucessor na realização da cerimônia de luto do seu rei antecessor e seu pai (como ocorreu com os reis de Avis até D. João II), representava também uma afirmação de que o poder do rei não acaba com a sua morte, mas continuava na sua sucessão. Assim, a grandiosidade e a expressividade do espetáculo funerário, realizado pelo sucessor, tinha um papel primordial: afirmava que “a morte do rei não significava a morte do poder; a morte do rei tornava-se, pelo contrário, no momento da sua demonstração mais inesquecível”. (MATTOSO, 2001, p. 123).

Como ordenado pelo pai no seu testamento, D. Duarte cumpriu a risca as suas obrigações para com as cerimônias fúnebres do casal real e os cuidados dedicados ao Mosteiro da Batalha. Mais ainda, seria o novo rei o responsável pela preservação e construção da memória da Dinastia de Avis.²⁹⁶ Nesses epitáfios, registrou os feitos virtuosos de seus pais: D. João, o rei invicto, primeiro rei cristão que depois da perda de Espanha foi senhor da famosa cidade de Ceuta na África, ressaltou também a vitória no Cerco de Lisboa e a grande vitória em Aljubarrota, reforçando as suas qualidades enquanto pai, não apenas da virtuosa linhagem de Avis, mas como "pai do povo português".

Assim o monarca também escreveu sobre a sua mãe, destacando a sua nobre origem de uma poderosa Casa inglesa, depois reforçando as suas virtudes e importância no molde dos costumes da corte e do reino, além de sua grande devoção e religiosidade. O registro do monarca exprime a sacralização pela sua progenitora, sacralidade que mais tarde alia-se na pessoa do rei fundador. Portanto, "santa e invicta, a dinastia de Avis projectava-se para a imortalidade. Na terra e no Além". (COELHO, 2008, p. 391).

Considerações Finais

Nos dois primeiros capítulos de nossa dissertação de mestrado, buscamos compreender os discursos cronísticos acerca dos eventos históricos, ou melhor, os vestígios de memórias construídos sobre esses acontecimentos, objetivando a exaltação

²⁹⁶ D. Duarte contratou Fernão Lopes para registrar a vida e feitos de seu pai, e o próprio também tratou de registrar memórias e escritos que nos chegam hoje como fontes muito importantes para os estudos sobre a dinastia e o reino português no período. No túmulo conjugal que abrigou os corpos do rei e da rainha, compôs e mandou colocar dois epitáfios, unindo memória escrita e memória em pedra, um em latim e outro em português.

da imagem de D. João I e da propaganda política da dinastia de Avis, principalmente oriundas das narrativas de Fernão Lopes e Gomes Zurara. Observamos como o processo de construção do discurso do messianismo régio em volta do então Mestre de Avis, que no registro de Fernão Lopes, seria o escolhido para salvar o reino das mãos castelhanas, e como essa questão se consolidaria nas narrativas sobre as vitórias no Cerco de Lisboa (1384) e depois em Aljubarrota (1385). Ao longo de seu reinado, com a conquista de Ceuta (1415), e posteriormente no governo de seu sucessor, D. Duarte, lançariam mão de política centralizadoras e do reforço da propaganda política da dinastia.

Portanto, adiante em nossa pesquisa, pretendemos relacionar a junção entre os acontecimentos e as suas narrativas feitas pelos cronistas, que cristalizar-se-iam no Panteão da Batalha, construído próximo ao local da Batalha de Aljubarrota. Esse monumento mais tarde, ao abrigar os restos mortais do fundador da dinastia, traria para si a responsabilidade de ser local de culto a memória e aos grandes feitos do monarca, que seriam fortemente representados nas esculturas, artes fúnebres, e na imagem do próprio monumento.

Devido a sua origem ilegítima, os monarcas da Casa de Avis buscaram na representação e na propaganda do poder régio a sua maior ferramenta para a legitimação. Ainda em vida, D. João I utilizou vários recursos para o reforço da sua autoridade, como nota-se nas narrativas anteriores a sua eleição como rei nas Cortes de Coimbra (1385). Aliado aos diversos elementos desse reforço da autoridade régia e do poder simbólico da dinastia avisina, estaria o monumento, ou melhor, o Mosteiro da Batalha, como a "memória em pedra" que representaria a "grandeza" da sua dinastia, tanto no aspecto físico quanto simbólico. O Panteão da Batalha tornou-se a necrópole real, relacionando morte e poder, e, portanto, espaço da sacralização e local de cultuar os reis de Avis e membros da família real, representando o testamento fúnebre, a memória pétrea e o símbolo-mor de um rei e sua nova dinastia.

REFERÊNCIAS

FONTES

D. Duarte (Rei de Portugal). *Leal conselheiro e Livro da ensinança de bem cavalgar toda sella, escritos pelo senhor Dom Duarte ...*: fielmente copiados do manuscrito da Bibliotheca real de Paris. Na typographia Rollandiana, 1843.

GOMES, Saul Antônio (org.). *Fontes Históricas e Artísticas do Mosteiro e da Vila da Batalha - Séculos XIV- XVI*. Batalha: IPPAR. 2002. (Volumes I- IV)

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Lisboa: Amigos do Livro, 1977. Tomo I.

_____. *Crónica de D. João I*. Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Barcelos : Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho, 1990. Vol. 2

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Duarte*. Porto : Renascença Portuguesa, 1914.

ZURARA, Gomes Eannes. *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

LIVROS E ARTIGOS

ALBUQUERQUE JR., Durval. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ÁRIES, Philippe. *Historia de la muerte en Occidente - De la Idade Media hasta nuestros días*. Barcelona: El Acantilado, 2000.

_____. *O Homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. 1. ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales: memorias y esperanzas coletivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I*. In: MENDONÇA, Manuela. (Org) *História dos Reis de Portugal – Da Fundação à perda da independência*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 2010a.p. 440- 490.

_____. *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa, Temas e Debates, 2008.

_____. *Memória e propaganda legitimadora do fundador da monarquia de Avis*. In: NOGUEIRA, Carlos. (Org.) *O Portugal Medieval: Monarquia e Sociedade*. São Paulo, Alameda. 2010b. p. 61 – 79.

ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela história. *Revista Textura – Periódicos ULBRA*, 2004. pp. 49-56.

GOMES, Saul António. *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV Subsídios para a História da arte portuguesa*. Coimbra. Faculdade de Letras. 1990.

_____. *Os Panteões Régios Monárquicos Portugueses nos séculos XII e XIII*. 2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso, v. 4, C.M.G. e Universidade do Minho, Guimarães, 1997b.

_____. *Vésperas Batalhinas – Estudos de História e Arte*. Leiria: Edições Magno. 1997a.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Capítulos de história: o trabalho com fontes*. Curitiba: Aymarã Educação, 2012.

_____. O Discurso Cronístico e a Narratividade Histórica. In: *A Idade Média: entre a história e a historiografia* / Dirceu Marchini Neto, Renata Cristina de Sousa Nascimento. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
_____. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa. 1994.

LE JAN, Régine. A ideologia do poder no reino dos francos. Trad. Marcelo Cândido da Silva. In: Néri de Barros Almeida, Marcelo Cândido da Silva (Orgs.). ***Poder e Construção Social na Idade Média. História e Historiografia***. Goiânia: Editora UFG, 2012.

MATTOSO, José. *História de Portugal. Poderes Invisíveis: o imaginário medieval*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2001.

ROSA, Maria de Lurdes. *Santos e Demónios no Portugal Medieval*. Porto: Fio da Palavra, 2010.

VENTURA, Maria Garcez. *A Corte de D. Duarte: política, cultura e afectos*. Lisboa: Verso da História, 2013.

_____. *D Duarte 1433-1438* In: MENDONÇA, Manuela. (Org) *História dos Reis de Portugal – Da Fundação à perda da independência*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2010, pp. 491 - 538.

O ENSINO DA HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL, referenciais curriculares e diário de classe

*Jaqueline Naiara Coradini de Oliveira*²⁹⁷

RESUMO: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) preveem que os conteúdos estudados no Brasil tenham uma base nacional comum, acrescida de partes diversificadas específicas para cada Estado. No Ensino de História essa premissa é essencial, pois o discente precisa apreender conteúdos significativos a sua realidade e localidade, compreender a conjuntura histórica de sua região em consonância com o restante da História (seja nacional ou mundial). O presente trabalho objetiva apresentar como o Ensino de História de Mato Grosso do Sul se desenvolveu de 2008 a 2013 na segunda etapa do Ensino Fundamental (6º ao 9º), tomando como exemplo o caso específico da Escola Estadual Fernando Corrêa da Costa de Amambai, MS. Para tanto será analisada a relação entre os Referenciais Curriculares de Mato Grosso do Sul (Edições de 2008 e 2012) e os conteúdos registrados nos diários de classe de História deste período.

Palavras-chave: Ensino de História Sul Mato-grossense. Referencial Curricular. Diário de Classe.

INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade dos currículos escolares abrangerem uma base nacional de conteúdos, acrescida de partes diversificadas específicas para cada Estado já existia no Brasil desde a criação das Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau em 1971 (Lei nº 5.692/1971).

Em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) essa premissa se repetiu em seu artigo 26, prevendo a base nacional comum dos currículos do ensino fundamental e médio, além dos conteúdos específicos de cada localidade. Cada Estado formularia propostas curriculares que seriam base para todas as instituições de ensino do seu território. Em Mato Grosso do Sul, apenas em 2008 os Referenciais Curriculares disponibilizados pela Secretária da Educação tornaram essa parte

²⁹⁷ Acadêmica do curso de pós-graduação em História (Mestrado) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista do CNPQ. Orientador: Dr. Diogo da Silva Roiz.

“específica” do currículo padrão para todas as escolas estaduais e em 2012 uma segunda edição deste referencial foi promulgada.

Neste trabalho serão primeiramente apresentadas as possibilidades e limitações do diário de classe como fonte de pesquisa. Posteriormente, os conteúdos referentes à História de Mato Grosso do Sul presentes nos currículos de 2008 e 2012 tendo como base os Referenciais disponibilizados pela Secretaria de Estado de Educação. Serão abarcados apenas os que se referem à segunda Etapa do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).

Em um terceiro momento será analisado um caso específico²⁹⁸: serão examinados os conteúdos da temática registrados nos diários de classe de História, de 2008 a 2013 da Escola Estadual Fernando Corrêa da Costa de Amambai, MS. Mostrando as subjetividades dos docentes no Ensino da História sul mato-grossense.

Nesta conjuntura, também cabe citar a lei 11.645/2008 promulgada em 2008 e que tornou obrigatório no Ensino de História a “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”, tema também abarcado no que tange ao ensino da história da nossa região.

Diário de classe como fonte de pesquisa histórica, possibilidade e limitações

O Ensino de História do Brasil tem se desenrolado nas instituições escolares país a fora de diversas formas, do período colonial até os tempos atuais. Muitos pesquisadores se debruçam a estudar a temática, tanto no campo da História, quanto no da Educação.

Os estudos sobre os períodos mais recentes apresentam múltiplas fontes de pesquisa: “documentação escrita, como livros didáticos, programas curriculares, legislações, relatórios e estatísticas oficiais, revistas e jornais, documentação escolar manuscrita e impressa, e também de documentação iconográfica, além de depoimentos orais.” (FONSECA, 2006, p. 33-34)

Um documento escolar muito rico para pesquisar o Ensino é o diário de classe. Nele são registrados o rendimento do aluno, suas presenças/faltas e os conteúdos que o professor lecionou. A responsabilidade de preencher estes dados é do professor. Mas o diário não é um documento ligado apenas ao professor, a secretários escolares e diretores também.

²⁹⁸ A título de exemplo e sem a pretensão de generalizar todas as escolas de Mato Grosso do Sul.

No Manual da Secretaria Escolar de 2005, disponibilizado pela Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul, encontramos os objetivos do mesmo: “Registrar [...] a execução do currículo, por meio do conteúdo programático ministrado [...] [e] Comprovar a veracidade e a regularidade dos atos praticados” (SED, 2005, p. 16).

Outra função deste documento encontra-se nas orientações de preenchimento dos diários de 1994: “O Diário deverá ser preenchido em número e letras legíveis, sem espaço em branco, pois o mesmo serve como ementário em caso de transferência.” (Grifo nosso).

Para o órgão regulador o Diário de Classe é uma comprovação do que aconteceu em sala de aula e também serve de referência dos conteúdos que o aluno estudou durante o ano. Contudo, o historiador ao olhar para uma fonte sabe que ela não apresenta uma verdade absoluta, nem reflete a realidade vivida. Ainda assim, carrega vestígios profícuos para uma pesquisa histórica. O olhar do historiador deve perceber o que a fonte apresenta, mesmo que implicitamente.

Citando Jörn Rüsen, a “Pesquisa histórica é um processo cognitivo, no qual os dados das fontes são apreendidos e elaborados. [...] A pesquisa é [...] o processo no qual se obtém, dos dados das fontes, o conhecimento histórico controlável.” (RÜSEN, 2001, p. 104).

Analisar o Diário de Classe como fonte histórica requer alguns cuidados que qualquer fonte exige, sendo assim não há neste trabalho a ingenuidade de crer que o que foi registrado nos diários de fato aconteceu em sala de aula (ou que foi registrado diariamente), mas esta fonte apresenta vestígios de como o Ensino de História se desenrolou.

Os diários utilizados aqui serão da Escola Estadual Dr. Fernando Corrêa da Costa, Amambai/MS, da disciplina de História, da segunda etapa do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano de 2008 à 2013).

Inicialmente, compreender a natureza da fonte estudada é imprescindível para analisá-la, por vezes, seus dados podem ir além de seus objetivos iniciais.

Os diários de classe, por exemplo, devem ser compreendidos dentro do espaço escolar: como mecanismo de registro das atividades realizadas em sala de aula e forma de controle do Estado sobre as práticas docentes.

Luiza Gonçalves Fagundes, em sua dissertação: *Diários de Classe: Sua História e contribuição aos estudos da alfabetização em Mato Grosso (1930-1970)*, afirma que:

“[...] os ‘Mapas de Frequência’ (que logo em seguida passariam a chamar “Registro Geral do Estabelecimento Escolar” e, posteriormente, adquiririam a nomenclatura “Diários de Classe”) foram criados estritamente para controlar os acontecimentos dentro dos muros da escola, pelo seu agente de fomento, ou seja, o Estado.” (FAGUNDES, 2013, p. 102).

Para extrair aspectos relevantes para análise do Ensino de História dos diários de classe, também se faz necessário ler além dos conteúdos citados. Perceber, por exemplo, como um tema é trabalhado em sala de aula, constatando as diferenças em nomenclaturas para um mesmo conteúdo (Estado Novo, Período Vargas, Ditadura de Vargas) e a ausência de conteúdos essenciais para o entendimento da História do Brasil, como conteúdos sobre os índios brasileiros e sobre os afro-brasileiros (sem alusão aos europeus ou a escravidão).

Os documentos também podem mentir, um diário de classe é o registro diário do que um professor fez em sala. Mas é certo que a realidade em sala de aula e os registros não são fiéis em todos os casos.

Ainda assim, sabendo que o documento não é verdade absoluta, nem a História pronta, é possível perceber a subjetividade dos docentes, que com o mesmo livro didático e referencial curricular, raramente apresentam registros iguais.

O Referencial Curricular chegou, resumo da história sul mato-grossense (2008-2013)

O Referencial Curricular da Educação Básica é um documento que contém os conteúdos, competências e habilidades que devem ser ensinados e aprendidos nas escolas do Estado. Estes estão divididos por disciplina, pelos anos (1º ao 9º ano) e por bimestres.

Tanto a edição de 2008, quanto a de 2012, apresentam conteúdos que revelam a importância do ensino das especificidades e das matérias relacionadas à localidade, introduzindo o Ensino de História do Estado de Mato Grosso do Sul ao processo histórico brasileiro e mundial.

Como explicitado aos educadores pelo Superintendente de Políticas de Educação, Roberval Furtado, nas primeiras folhas do Referencial: ao elaborar este documento a “perspectiva máxima era avançar na proposição de um currículo que atendesse às particularidades e pluralidade do estudante sul-mato-grossense.” (SED, 2012, p. 7).

No que tange ao Ensino de História, compreender a História do local onde vive (que só passou a ser o Estado de Mato Grosso do Sul em 1977) da pré-história aos dias atuais, é fundamental para que o educando se situe na conjuntura da história nacional e mundial.

Os Referenciais trouxeram esses conteúdos, resumidamente, mas ainda são mais presentes do que nos anos anteriores, a partir de 2008, os professores teriam ao menos a orientação de conteúdos. Contudo, sem um material adequado não é tão simples assim.

Primeiro serão analisados os conteúdos dos Referenciais de 2008 e 2012, depois seguirá uma comparação destes com os registros nos diários de classe.

Abaixo segue um quadro dos conteúdos que abrangem a História do nosso Estado, estes foram extraídos dos Referenciais de 2008 e 2012.

Quadro 3: Conteúdos dos Referenciais Curriculares (2008 e 2012), referentes à História do Estado de Mato Grosso do Sul.

Edição	ANOS	BIMESTRE	CONTEÚDOS
2008	6º	1º	O mundo primitivo – evolução histórica
	Ano	Bimestre	✓ Pré-história Geral, do Brasil e do Mato Grosso do Sul: grupos sociais, realizações e conquistas.
2012	6º	1º	O Mundo Primitivo
	Ano	Bimestre	✓ A Pré-História no Mato Grosso do Sul
2008	7º	4º	O encontro de três mundos
	Ano	Bimestre	✓ A presença dos espanhóis na região do atual Mato Grosso do Sul no período colonial (relevâncias das Missões do Itatim no processo de ocupação e povoamento do Mato Grosso). ✓ História dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul – formação do povo, cultura, economia, sociedade e organização política.
2012	7º	2º	O advento do mundo moderno
	Ano	Bimestre	✓ A presença dos espanhóis, no período colonial, na região do atual Mato Grosso do Sul (relevâncias das Missões e do Latim no processo de ocupação e o povoamento do Mato Grosso)
		4º	✓ História dos povos indígenas e quilombolas do Mato Grosso do Sul: economia, organização política, processo de aculturação e contribuição cultural
2008	8º	3º	O Brasil no contexto do império
	Ano	Bimestre	

			✓ Conflito com o Paraguai (causas e desdobramentos para a América do Sul, para o Brasil e para o Mato Grosso do Sul).
	4º Bimestre		O Mato Grosso do Sul no contexto imperialista ✓Mato Grosso do Sul – economia, o ciclo da erva mate – (Companhia Mate Laranjeira), importância política, econômica social e cultural no contexto imperialista brasileiro.
2012	8º Ano	4º Bimestre	O Mato Grosso Do Sul No Contexto Imperialista ✓Guerra do Paraguai ✓ Conflito com o Paraguai: causas e desdobramentos para a América do Sul, para o Brasil e para o Mato Grosso do Sul. ✓ Os Afro-brasileiros e os povos indígenas Guaicurus na Guerra do Paraguai. ✓Segunda Revolução Industrial: o imperialismo e o liberalismo econômico ✓ Mato Grosso do Sul (ainda Mato Grosso): economia, ciclo da erva mate, influência política, econômica, social e cultural no contexto imperialista brasileiro.
2008	9º Ano	3º Bimestre	O Brasil república no contexto capitalista consolidado ✓Movimento Divisionista de Mato Grosso (relações, composição de poder e conflitos sociais).
2012	9º Ano	3º Bimestre	O Brasil República No Contexto Capitalista ✓ Movimento Divisionista de Mato Grosso: antecedentes, composição de poder, governos e conflitos sociais.

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino/MS – Ensino Fundamental. Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul, 2008, p. 150-4. (Não tive acesso ao referencial de 2008, por isso extrai os conteúdos de um quadro já compilado Jackson James Debona).

MATO GROSSO DO SUL. Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino/MS – Ensino Fundamental. Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul, 2012. (p. 316 -322). Compilado por: Jaqueline N. C. de Oliveira, maio de 2016.

Cabe lembrar que só foram analisados os conteúdos referentes à disciplina de História.

Como é possível observar no quadro, os conteúdos relacionados à História de Mato Grosso do Sul estão distribuídos nas séries/anos de acordo com a conjuntura de conteúdos que os alunos estão aprendendo: no MS durante a pré-história, o equivalente à História antiga dos povos indígenas só é estudado depois do encontro com os europeus;

no período colonial, embora o território esteja mais ligado aos espanhóis que a Coroa Portuguesa e não há nenhum conteúdo relacionado ao sul da província de Mato Grosso; o Brasil Imperial, República; não há nenhum conteúdo relacionando o MS ao Estado Novo, governo de Juscelino Kubistchek, ditadura militar, só quando é citado o “Movimento Divisionista”.

A seguir uma comparação dos conteúdos das duas edições dos Referenciais Curriculares, divididas pelos quatro anos da segunda etapa do Ensino Fundamental (6º ao 9º).

Os conteúdos do primeiro bimestre do **6º ano** são referentes ao “Mundo Primitivo”, termo que subentende uma ‘evolução histórica’, como é o subtítulo na edição de 2008, dando certa legalidade para a ideia de que existem povos atrasados por não terem desenvolvido a escrita. Neste bimestre também são explicitados conteúdos sobre a escrita da História, tempo histórico e as divisões da Pré-história.

Na edição de 2008 há um conteúdo que abrange a pré-história Geral, a do Brasil e a de Mato Grosso do Sul, na de 2012 apenas a pré-história de Mato Grosso do Sul aparece. Fato interessante no segundo Referencial é o campo das Competências e Habilidades que o aluno deve adquirir ao estudar este conteúdo: “Reconhecer os sítios arqueológicos encontrados no Estado de Mato Grosso do Sul”.

Ou seja, saber quando aconteceu o povoamento na região que hoje corresponde ao Mato Grosso do Sul²⁹⁹ e conhecer sobre os primeiros povos indígenas da região não é o foco deste conteúdo, basta saber onde estão os sítios arqueológicos.

Os conteúdos dos outros bimestres deste ano (6º) são relacionados a diversas “civilizações” mesopotâmica, egípcia, hebreia, fenícia, persa, indiana, chinesa, grega e romana. As “civilizações” ou então os povos que aqui viviam não são citados.

No **7º ano** os conteúdos relacionados à História sul mato-grossense estão vinculados à chegada dos europeus ao continente americano, mais especificamente os espanhóis no período colonial e a importância das missões no “processo de ocupação e povoamento de Mato Grosso”. Como se a região estivesse desocupada e sem população.

Na edição de 2012 este conteúdo está no fim do segundo bimestre, depois do aluno ter estudado a consolidação dos Estados Nacionais e as “Conquistas da América,

²⁹⁹ 12.000 anos, Arqueologia do Povoamento Humano no Nordeste de Mato Grosso do Sul é um livro muito interessante sobre esse assunto e que pode servir como base para os professores (inclusive para mostrar sítios arqueológicos na região de Mato Grosso do Sul) foi escrito por Gilson Rodolfo Martins e Emília Mariko Kashimoto.

Brasil e Espanha”. E no fim do quarto bimestre há outro conteúdo: “História dos povos indígenas e quilombolas do Mato Grosso do Sul: economia, organização política, processo de aculturação e contribuição cultural”, este abarca a “História” dessas duas parcelas significativas na história nacional e a situação atual dos indígenas e afrodescendentes em nosso Estado (como consta nas Competências e Habilidades). Depreende - se que sua finalidade não é ater-se apenas ao período colonial brasileiro.

No Referencial Curricular de 2008 um conteúdo similar também está no quarto bimestre, mas de forma diferente: “História dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul – formação do povo, cultura, economia, sociedade e organização política”. Por estar antecedido de um conteúdo que explana a presença dos espanhóis no período colonial e sob o título “O encontro dos três mundos” este conteúdo tem objetivo diferente: apresentar os povos indígenas em nossa região no período de encontro com os europeus e durante a colonização destes, mostrando a diferença que os índios têm em sua estrutura social, econômica e política. Por isso, não abarca os afro-brasileiros, que neste primeiro momento colonial ainda não estavam no atual Mato Grosso do Sul.

Os conteúdos do **8º ano** referentes à História de Mato Grosso do Sul estão relacionados ao período do Brasil imperial. No referencial de 2008 são dois conteúdos distribuídos no terceiro bimestre: “Conflito com o Paraguai (causas e desdobramentos para a América do Sul, para o Brasil e para Mato Grosso do Sul)” e no quarto bimestre: “Mato Grosso do Sul – economia, o ciclo da erva mate – (Companhia Mate Laranjeira), importância política, econômica, social e cultural no contexto imperialista brasileiro.”

Este último conteúdo é bem abrangente, mas cabe ressaltar que a Companhia Mate Laranjeira só começou na Primeira República brasileira, ainda não tinha se constituído no período imperial brasileiro. Mas pode ser explanado pelo docente, se explicado a conjuntura histórica aos alunos.

No Referencial de 2012 o título de todos os conteúdos do quarto bimestre é “O Mato Grosso do Sul no Contexto Imperialista”, apresenta principalmente a Guerra do Paraguai (seu desenvolvimento na América do Sul, a participação dos afro-brasileiros e dos guaicurus na guerra), o imperialismo e liberalismo econômico e a participação do Estado na economia, política e cultura neste contexto imperialista brasileiro.

Todos estes fatos vistos a partir de Mato Grosso do Sul para o Brasil, já que aconteceram e refletiram em nossa história, que não está desligada da nacional e mundial, nem é fruto apenas de fora, os sujeitos históricos daqui também participaram ativamente.

No **9º ano** os alunos estudam o Brasil em seu período Republicano e o que acontecia no mundo, como as Guerras Mundiais, a crise de 1929, a descolonização da África e da Ásia, o Apartheid. O único conteúdo relacionado ao Mato Grosso do Sul está no fim do terceiro bimestre – depois que os alunos já aprenderam sobre a democracia brasileira de 1945 a 1964, a ditadura militar, a reabertura política de 1985 até os dias de hoje – “Movimento Divisionista de Mato Grosso: antecedentes, composição de poder, governo e conflitos sociais”.

Este conteúdo estaria relacionado desde a era Vargas até meados da ditadura militar e só é encaixado no referencial depois de todos os conteúdos, como se estivesse à parte.

Mas e depois de 1977? Não há história sul mato-grossense? Para fechar esses quatro anos de estudo da segunda etapa do Ensino Fundamental seria importante apresentar aos alunos como foram as primeiras décadas de nosso Estado.

Não se pode ignorar que as horas aulas disponíveis para o Ensino de História, além de serem divididas com outras disciplinas, ainda partilham com as diversas atividades das instituições de ensino. Por isso essa escolha do que é prioridade ser ensinado e o que não é, se torna tão difícil.

A partir desta breve análise e apresentação dos conteúdos dos Referenciais Curriculares relacionados à história sul mato-grossense foi possível perceber mudanças significativas da edição de 2008 a 2012. Sendo que, a segunda acresce alguns aspectos e perspectivas inexistentes anteriormente, principalmente no que tange aos afro-brasileiros e indígenas como sujeitos ativos em nossa História.

Por isso seguem dois apontamentos: i) a história dos primeiros habitantes deste território só é aprofundada depois do encontro com os europeus, para mostrar as diferenças de ambos (tendo os espanhóis e as missões como parâmetros); ii) no referencial de 2008 os indígenas de nossa região não aparecem mais depois do período colonial, nem é importante compreender sua participação na nossa História atual (de igual forma com os afro-descontentes), é como se depois do encontro com os europeus eles tivessem se dissolvido na sociedade brasileira.

Ainda assim, há muitos conteúdos profícuos para o Ensino de História de nossa região. No entanto, os conteúdos do Referencial Curricular são um, os registrados nos diários de classe outro e o que aconteceu em sala de aula outro ainda. Agora serão

comparados os conteúdos dos diários de classe de História de 2008 a 2013 com os do Referencial Curricular.

Nos diários de classe podem ser encontrados diversos tipos de registros: registros detalhados do conteúdo, registros que vão além do proposto nos referenciais, ou então, registros exatamente iguais aos referenciais, ainda registros de acordo com os capítulos do livro didático, ou simplesmente não haver nenhum registro.

Assim como já foi visto acima, as nuances podem estar condicionadas ao docente, nos seis anos analisados, de 2008 a 2013, há seis professores diferentes. Como já foi dito, não utilizarei o nome deles, mas uma letra, acompanhado do gênero: Professora H, Professor S, Professor X, Professora T, Professora M e Professora L.

Na análise é possível perceber um padrão em cada docente. A Professora H, por exemplo, deu aula nesses seis anos em várias turmas. Ela registra (a partir de 2009) no diário os conteúdos exatamente como estão no referencial curricular. Já o Professor X não registrou nenhum conteúdo relacionado à História sul mato-grossense, nem registrou todos os dias em que deu aula, os conteúdos por ele registrados resumem-se a poucas palavras. Já a Professora M apresenta acréscimos aos conteúdos do Referencial.

O objetivo não é julgar os professores em questão³⁰⁰, mas mostrar que mesmo existindo um padrão (o Referencial Curricular) o professor pode aplicar de forma diferente, ainda que na mesma escola. Os registros do Diário de Classe mostram isso.

Como apresentado nos quadros de conteúdos do item anterior, em todos os anos (6º ao 9º) do Ensino Fundamental há conteúdos relacionados à História sul mato-grossense. Abaixo segue um quadro que mostra se os professores registraram, ou não os conteúdos dos Referenciais Curriculares. O quadro está separado pelos anos e apresenta a letra condizente a cada docente. Como pode ser aclarado pela legenda.

Quadro 4: Dados sobre o registro dos conteúdos relacionados a História sul mato-grossense (2008-2013)

Ano	Turmas	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
		P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
6º ano	A	T	NR	H	RG	H	RG	H	RG	H	NR	H	RG
	B	M	RG	S	NR	S	NR	H	RG	H	NR	H	RG

³⁰⁰ Corroboro com a ideia de Marc Bloch que cabe ao historiador compreender o que estuda e não julgar (BLOCH, 2001, p. 126).

	C	M	RG	S	NR	S	NR	—	—	—	—	—	—
7º ano	A	T	NR	H	RG	H	RG	H	RG	H	RG	H	RG
	B	H	NR	S	RG	S	RG	H	RG	H	RG	H	RG
	C	—	—	S	RG	S	RG	—	—	H	RG	—	—
8º ano	A	X	NR	H	RG	X	NR	H	RG	M	RG	H	RG
	B	H	NR	S	RG	S	RG	H	RG	H	RG	H	RG
	C	H	NR	—	—	S	RG	H	RG	H	RG	H	RG
9º ano	A	X	NR	H	RG	X	NR	H	RG	M	RG	L	NR
	B	H	NR	S	RG	H	RG	H	RG	H	RG	H	RG

Legenda	P: Professor	RG: Conteúdo Registrado.	— Neste ano não tem essa turma.
	C: Conteúdo	NR: Nenhum conteúdo registrado.	

Fonte: Dados colhidos dos Diários de Classe, História, Escola Estadual Dr. Fernando Corrêa da Costa, 2008 a 2013 (6º ao 9º ano, 58 unidades). Tabela produzida por Jaqueline N. C. de Oliveira.

A partir deste quadro podemos perceber a subjetividade de cada docente, que pode mudar em cada ano, mas é possível perceber um padrão. E acrescida as informações do quadro, também citarei os conteúdos que os professores registraram no Diário de Classe, mostrando o que é possível apreender do desenrolar do Ensino de História.

Em **2008**, de quatro professores, apenas a Professora M registrou os conteúdos relacionados à História de Mato Grosso do Sul. E a forma como ela o fez mostra que trabalhou de forma diferente, ao invés de anotar apenas “Pré-História de MS” ela registrou “A Vida dos primeiros grupos humanos de Mato Grosso do Sul”, isso mostra que ela não ensinou simplesmente as divisões da pré-história e a localização dos sítios arqueológicos, mas deu espaço ao que realmente importa a História: os homens.

Em **2009** dois professores deram aula de História, o Professor S só não registrou os conteúdos relacionados a MS em duas turmas do 6º ano e a Professora H (que não havia registrado em 2008) registrou os conteúdos em todas as turmas. No sexto ano, ela teve o mesmo cuidado da Professora M e minutou: “Pré-história no MS – os primeiros ocupantes do centro-oeste”.

Nas outras séries estes dois professores colocaram no Diário de Classe como consta no referencial.

Outro fator que pode ajudar a compreender como os professores trabalham de forma diferente o mesmo conteúdo está no número de aulas utilizadas.

No terceiro bimestre do 8º ano A, a Professora H utilizou duas aulas (de um total de 27 aulas) para explicar o conteúdo: “O conflito com Paraguai (causas e desdobramentos para a América do Sul, para o Brasil e para o MS)” e no quarto bimestre, cinco aulas (de um total de 33 aulas) no conteúdo “Mato Grosso do Sul – economia, ciclo da erva mate (Companhia Mate Laranjeira), Importância política, econômica, social, cultural no contexto imperialista brasileiro”.

Já o Professor S, na turma B do 8º ano, trabalhou esses conteúdos supracitados, mas utilizou dezessete aulas no total de 30 aulas do quarto bimestre. Pensando na realidade de uma turma de 8º ano, realmente, quanto mais aulas são empreendidas para estudar determinado assunto, mais os alunos aprendem.

Outro exemplo do exposto acima está nas turmas do 9º ano, com a ministração do conteúdo “Movimento Divisionista de Mato Grosso”. A Professora H utilizou uma aula, de vinte e oito, e o Professor S cinco aulas, de trinta. Uma diferença significativa.

Em **2010**, além da Professora H e do Professor S, o Professor X também lecionou a disciplina de História. O Professor X não registrou nenhum conteúdo relacionado à História da região que hoje compreende o Mato Grosso do Sul. No 8º ano A trabalhou o conteúdo “Guerra do Paraguai” em duas aulas (de 27), sem saber o material que ele usou não se pode afirmar que não tenha abarcado suas implicações para nossa região.

Nos registros de conteúdo do 9º A o Professor X não abarcou todos os conteúdos propostos no Referencial Curricular, no que tange à História do Brasil, por exemplo, o último conteúdo é “JK”, ou seja, tudo que aconteceu depois, inclusive a divisão do Estado de Mato Grosso não foi ensinado.

Outro aspecto peculiar deste professor é que ele não registra corretamente os dias em que deu aula. No diário do 9º A: no primeiro bimestre, de trinta e três aulas dadas ele registrou cinco; no segundo bimestre, de trinta e uma aulas dadas, apenas sete registradas; terceiro bimestre, de vinte e sete aulas, oito registradas; e no quarto bimestre de trinta aulas dadas registrou treze.

Nos diários da Professora H foram registrados todos os conteúdos, conforme o Referencial Curricular (mesmas palavras e disposição nas turmas e bimestres). Já o Professor S muda e divide a disposição dos conteúdos, bem como a nomenclatura, mas os registra no 7º, 8º e 9º. Apenas não trabalhou a Pré-História do MS em suas turmas de 6º ano, mas contemplou o conteúdo “Como viviam os primeiros habitantes do Brasil” mesmo que não seja específico sobre nossa região foca em nosso país.

Nos anos de **2011** e **2013** apenas a Professora H deu aula de História nas turmas de 6^o ao 9^o³⁰¹ e em todos os anos ela registrou os conteúdos conforme consta no Referencial Curricular. Apenas uma turma de 2013 (9^o A) a Professora L deu aula, mas os conteúdos registrados estão de acordo com o Referencial da disciplina de Geografia, é possível que a informação da capa do diário de classe esteja errada e não seja o Diário de Classe da disciplina de História.

Em **2012** a Professora H lecionou em oito turmas, nas de 7^o, 8^o e 9^o ano ela registrou conforme o Referencial. Mas nas turmas de 6^o ano não há nenhum registro relacionado à Pré-História de MS, nem sobre o Brasil, o processo de povoamento deste território e seus habitantes.

Além dela, a Professora M lecionou em duas turmas e embora tenha registrado os conteúdos, cabe mencionar que ela o fez de forma diferente. Quando tratou da Guerra do Paraguai, por exemplo, além de registrar o conteúdo geral, utilizou mais três aulas para contemplar os afro-brasileiros, os povos indígenas Guaicurus e as mulheres, cada um em uma aula.

Nestes seis anos analisados, cinco professores lecionaram a disciplina de História. Alguns dos vestígios que eles deixaram sobre este Ensino estão nos Diário de Classe, mas mesmo que o diário seja uma fonte rica ele não responde sozinho como se desenrolou o Ensino de História.

Não há como afirmar que tudo que foi registrado foi ensinado, há uma diferença entre o que é escrito e o que realmente aconteceu em sala de aula. Mas alguns apontamentos podem ser feitos. Cada professor registra de forma diferente os conteúdos, tem professores que se importam em seguir o Referencial Curricular, outros não o tem como parâmetro, nem se preocupam em cumprir seus conteúdos.

Há que se pensar também nos materiais que os professores têm para desenvolver tal Ensino. Pois analisamos o Referencial Curricular, o que a Secretaria de Estado de Educação, em consonância com profissionais do ensino, acredita ser imprescindível que os educandos estudem, mas e os recursos e suporte para a efetivação do mesmo? Este documento não apresenta nem Referências bibliográficas destes conteúdos, ou sugestões de leituras para os professores trabalharem.

³⁰¹ Ainda é tempo de citar que, de 2008 a 2013 as turmas “A” são do período matutino e as turmas “B” e “C” do período vespertino.

Essas sugestões também não são encontradas nos livros didáticos, já que livros que chegam à rede estadual de ensino não contemplam os conteúdos relacionados à História de Mato Grosso do Sul, cabendo ao professor, encontrar outros materiais.

Os livros didáticos que trabalham com essa temática são para 4º e 5º ano do Ensino Fundamental³⁰², mas de 6º ao 9º não há material pedagógico. Os professores têm que buscar textos nestes livros que não são da faixa etária de seus alunos ou realizar pesquisas em sites e trabalhos acadêmicos. Mesmo que o livro didático não seja o guia dos professores de História, é o único material que todos os alunos têm e que podem consultar em casa.

i. Possibilidades de garantir o Ensino da História de Mato Grosso do Sul

Embora os Referenciais Curriculares já indiquem conteúdos referentes à História do nosso Estado isso não significa que a SED/MS garanta a possibilidade deste ensino.

Jackson Debona, em sua pesquisa de mestrado, analisou os livros didáticos utilizados no Estado neste período e diz que os conteúdos relacionados à História de Mato Grosso do Sul “[...] não são contemplados pelos livros didáticos de História do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), edições de 2008 e 2011, inviabilizando de certa forma, o ensino dessa temática.” (DEBONA, 2015, p. 348)

Cabe ao professor buscar em outras fontes para este ensino, como produções historiográficas e fontes históricas, por exemplo. Mas é certo que com uma carga horária de trabalho extensa, dando aula em tantas turmas, as vezes em diferentes escolas, não sobra tempo para um estudo aprofundado e compilação de diferentes temáticas. Por isso a importância do livro didático. Mas ainda não existem materiais didáticos próprios para cada faixa etária.

Não por isso os professores deixarão de ensinar, como consta nos registros, muitos docentes se preocupam em gastar suas aulas com essa temática. Segue abaixo uma breve reflexão sobre a historiografia sul mato-grossense e algumas sugestões de textos para basear o Ensino da História de nosso Estado.

³⁰² O livro didático: História de Mato Grosso do Sul de Miriam Bianca do Amaral e Diane Valdez, é um ótimo exemplo.

A historiografia sul mato-grossense é rica, vários historiadores vêm pesquisando diferentes momentos históricos de nossa região, uns selecionam aspectos e sujeitos mais importantes que outros, utilizam fontes diferentes e de acordo com o tempo em que os textos são escritos, apresentam diferentes perspectivas.

Quando se pensa o Ensino da História de Mato Grosso do Sul há que se pesar toda essa diversidade de pensamentos dos historiadores. Longe de pensar que o conhecimento produzido na academia deve ser transferido para as salas de aula, já que é preciso adaptar este conhecimento histórico à faixa etária dos educandos. Mas há muitos textos que podem contribuir nesse ensino.

Sem querer minimizar a produção historiográfica sul mato-grossense, seguem abaixo alguns textos que podem ser utilizados no Ensino da História de Mato Grosso do Sul.

O livro **12.000 anos, Arqueologia do Povoamento Humano no Nordeste de Mato Grosso**, escrito pelos pesquisadores Gilson Rodolfo Martins e Emília Mariko Kashimoto pode auxiliar nos conteúdos do 6º ano. É um texto ilustrado, com muitos mapas, artefatos, sítios arqueológicos da região. O professor pode escanear alguns fragmentos do livro e apresentar e discutir com os alunos.

Embora os Referenciais Curriculares não abarquem a província de Mato Grosso no período colonial brasileiro, um texto interessante para conhecimento do professor é o livro **A Terra da Conquista, História de Mato Grosso colonial** de Carlos Alberto Rosa, mas especificamente o capítulo: O urbano colonial na terra da conquista (ROSA, 2003) nele o autor mostra como viam as pessoas na província de Mato Grosso.

Através de diversas fontes muito bem referendadas (relatórios, plantas da cidade, gravuras, documentos oficiais) ele mostra o cenário de Cuiabá, da vila, do urbano: a administração, as festas, o trânsito de pessoas. Mostra que a construção desse ambiente não foi casual, ou em decorrência apenas da mineração, houve um planejamento para sua construção. Analisa também a importância da Câmara para essa vila, uma forma do interior colonial se conectar com a Coroa.

Muito interessante em seu texto, é a preocupação que ele tem em mostrar a pluralidade da população que ali vivia: as mulheres, os negros, negras, os indígenas. Ele mostra que aqui não era um sertão vazio, mas que existiam pessoas, um mercado interno, poderes locais atuantes e diferentes grupos sociais.

Tratando desta região no período imperial há um livro: **Cativos do sertão, vida cotidiana e escravidão em Cuiabá (1850-1888)** de Luiza Volpato, é um livro mais direcionado aos negros neste período (os ligando a outros termos, não só violência e trabalho, mas as negociações e como agente históricos), mas na primeira parte do livro “Cuiabá: a difícil vida no sertão” a autora dedica algumas páginas para falar das implicações da Guerra do Paraguai nesta região. Um texto muito interessante para analisar com os alunos.

Ainda sobre a Guerra do Paraguai nesta região é possível utilizar alguns fragmentos do texto: **Política e Guerra** (HOLADA,1972) de Sergio Buarque de Holanda.

Há muitas produções relacionadas ao “ciclo da erva mate”. Como fonte os professores podem utilizar artigos como: a) **A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso** (QUEIROZ, 2015), de Paulo Cimó Queiroz, neste artigo autor apresenta a história deste empreendimento com foco nos agentes históricos; b) **O lugar da história: confronto e poder em Mato Grosso do Sul** (GUILLEN, 1996) de Isabel Martins Guillen, a autora analisa a conjuntura histórica brasileira do momento em que a Companhia Mate Laranjeira se instala no Estado.

Ainda nesta temática, o livro de Gilmar Arruda: **Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Laranjeira** (ARRUDA, 1997), trabalha de forma simples as vicissitudes deste trabalho e como vivem os trabalhadores neste meio.

Do “Movimento Divisionista de Mato Grosso” há vários textos que podem embasar os professores. O livro publicado por Marisa Bittar em 1999 em comemoração ao centenário de Campo Grande: **Geopolítica e Separatismo na elevação de Campo Grande a Capital** (BITTAR, 1999), resume o processo de separação do Estado e diferenciação de Norte e Sul de Mato Grosso, as lutas de poder e a desmistificação de que esse movimento foi popular.

Analisar com os alunos uma fonte histórica produzida neste momento é uma atividade muito profícua. O documento: **A Divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon** foi escrito em 1934 pelos defensores da divisão do Estado. Neste documento é possível perceber a mentalidade de seus autores e as disputas políticas e econômicas imbricadas neste contextos histórico antes da separação.

Ainda que sejam poucos exemplos, já se percebe que é possível o professor encontrar alguns subsídios para suas aulas. Mas cabe aqui um alerta também aos historiadores.

Repetindo a ideia de Paulo Cimó (que cita Eudes Leite), em um artigo dedicado à historiografia sul mato-grossense: “Nossos historiadores ainda resistem em escrever para o grande público; além disso [...] persiste como um desafio a importante tarefa de disseminar a produção realizada, ‘traduzindo-a em obras didáticas e para didáticas’”. (Grifo do autor, QUEIROZ, 2011, p. 178). O Ensino da História do nosso Estado carece desse olhar dos historiadores.

Referencias Bibliográficas

Legislações:

BRASIL, lei de nº 5.692 de 1971.

BRASIL, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, lei nº 11.645, de 10 março de 2008.

Livros e artigos:

ARRUDA, Gilmar. Frutos da terra: os trabalhadores da Matte-Laranjeira. Ed. Da UEL: Londrina, 1997.

BITTAR, Marisa. Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital. Ed. UFMS: Campo Grande, 1999.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DEBONA, Jackson James. RIBEIRO Renilson Rosa. PINTO Adriana Aparecida. **Por um Ensino da História de Mato Grosso do Sul: Implicações dos Documentos Referenciais para o Enfoque Regional no Ensino de História no Ensino Fundamental.** História e Perspectivas, Uberlândia, 53, p. 315-348, jan./jun. 2015.

DEBONA, Jackson James. **Mato Grosso Do Sul: implicações dos documentos referenciais no ensino de história regional - Ensino Fundamental.** In: 1º Congresso de Educação da Grande Dourados, 2015. Disponível em: <http://congressodeeducacaoufgd.com.br/arquivos/173.pdf>. Acesso em: 09/05/2016 às 14h34min.

FAGUNDES, Luiza Gonçalves. **Diários de classe: a sua história e contribuição aos estudantes da alfabetização em Mato Grosso (1930-1970).** Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis. 2013.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **A história do ensino de História no Brasil: tendências.** FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História & Ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (p. 29-36).

GUILLEN, Isabel C. Martins. O lugar da história: confronto e poder em Mato Grosso do Sul. Revista Científica, UFMS: Campo Grande, v. 3, n. 2, 1996. p. 37-44.

HOLANDA, Sérgio B. de. Política e guerra. In: História geral da civilização brasileira. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1972. (p. 41-56)

JESUS, Nauk Maria de. (org.) A Terra da Conquista, História de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Editora Adriana, 2003. (p.11-49).

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **A historiografia sul mato-grossense, 1968-2010: notas para um balanço.** In: GLEZER, Raquel (org.). Do Passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011. p. 167-185.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2015. p. 204-228.

SOUZA, Ana Paula Hilgert de. **Diálogos com o regional: a perspectiva do professor acerca da abordagem histórica de Mato Grosso do Sul nas aulas de História.** In: VII

Encontro Regional Sul de História Oral. Disponível em: http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/5/1376586310_ARQUIVO_foz.pdf. Acesso em: 09/05/2016 às 14h32min.

ROSA, Carlos Alberto. **O urbano colonial na terra da conquista**. ROSA, Carlos Alberto.

RÜSEN, Jörn. **Tarefa e Função de uma Teoria da História**. RÜSEN, Jörn. Razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. UNB, 2001. (p.25-51).

VOLPATO, Luiza. Cativos do sertão, vida cotidiana e escravidão em Cuiabá (1850-1888). (p. 9-106).

Fontes Primárias:

Diários de Classe, História, Escola Estadual Fernando Corrêa da Costa, (6º ao 9º ano, 10 unidades), 2008.

Diários de Classe, História, Escola Estadual Fernando Corrêa da Costa, (6º ao 9ºano, 10 unidades), 2009.

Diários de Classe, História, Escola Estadual Fernando Corrêa da Costa, (6º ao 9ºano, 11 unidades), 2010.

Diários de Classe, História, Escola Estadual Fernando Corrêa da Costa, (6º ao 9ºano, 09 unidades), 2011.

Diários de Classe, História, Escola Estadual Fernando Corrêa da Costa, (6º ao 9ºano, 10 unidades), 2012.

Diários de Classe, História, Escola Estadual Fernando Corrêa da Costa, (6º ao 9º ano, 9 unidades), 2013.

MATO GROSSO DO SUL. **Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino/MS** – Ensino Fundamental. Campo Grande: SED-MS, 2012.

Secretaria de Estado da Educação. **Manual da Secretaria Escolar**. Campo Grande, 2005.

CARTAS PARA HITLER: “MALDADE E OPORTUNISMO” TRAVESTIDOS DE VENERAÇÃO

*Jeanine Poock de Almeida Drumond*³⁰³

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo discutir certas atitudes oportunistas de parte da população alemã frente ao ódio de Hitler pelos judeus. A análise que aqui se pretende fazer é a de perceber se a população também sentia ódio pelos judeus ou se as pessoas se aproveitavam do sentimento que movia Hitler para ter vantagens pessoais. As cartas que aqui serão apresentadas e analisadas mostram como maldade e oportunismo levaram algumas pessoas a se beneficiarem com tudo que dizia respeito aos judeus e como isso foi transformado em veneração ao Führer. Por hora este é um pequeno ensaio com algumas hipóteses que será estendido e melhor trabalhado em minha dissertação de mestrado.

Palavras-chave: Oportunismo, maldade, judeus e cartas

Esse trabalho é uma pequena parte de minha dissertação de mestrado, no qual é feita a análise de cartas que a população alemã escreveu para Hitler entre os anos de 1925-1945. Nossa intenção nesse pequeno ensaio é analisar cartas que se referiam ao ódio da população pelos judeus, verificando se era ódio ou se havia outros interesses ao declararem seu ódio. Primeiramente, precisamos percorrer o caminho da importância de estudarmos o nazismo para chegarmos na análise das cartas.

Iniciemos abordando uma questão ainda presente entre muitos estudiosos: história do nazismo, já não se conhece tudo que estava ao alcance sobre esse período? A resposta

³⁰³ Mestranda do Programa de Pós Graduação da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do professor doutor João Alberto da Costa Pinto, bolsista CAPES.

é não. A História sempre terá algo a nos proporcionar, sempre teremos motivos para voltarmos o olhar para a Alemanha do período nazista.

Sem dúvida, poucos tópicos históricos foram objeto de pesquisa tão intensiva. A mais recente edição da bibliografia padrão sobre nazismo, publicada pelo infatigável Michael Ruck em 2000, lista mais de 37 mil itens; a primeira edição, lançada em 1995, listava meros 25 mil. Esse espantoso aumento no número de títulos é um testemunho eloquente do abundante, contínuo e infindável fluxo de publicações sobre o assunto. Nenhum historiador pode ter esperança de dominar a maior parte de uma literatura tão assoberbante. De fato, alguns acharam o volume de informações disponíveis tão intimidante, aparentemente tão impossível de coligir, que desistiram em desespero. (EVANS, 2010, p.16)

Nossa proposta é trazer um novo olhar sobre história do nazismo, a partir de cartas endereçadas a Hitler e analisar a partir dessa documentação a relação da população com o regime nazista. E isso é grandioso para a História da humanidade, pois até o ano de 2007³⁰⁴ o acesso a essa documentação era difícil.

[...] Na capital do Reich, Berlim, os soldados soviéticos fizeram presas especialmente ricas. Em suas mãos foram parar milhares de documentos com os quais era possível se comprovar a responsabilidade pelos inúmeros massacres de tropas alemãs. No processo de Nuremberg, os acusadores utilizaram esse material para conseguir a condenação dos principais criminosos de guerra. Mas também em processos na União Soviética os documentos, sistematicamente compilados, foram utilizados como provas. [...] Como nem todos os documentos estavam corretamente arquivados, perguntas mais específicas revelaram mais material, indicado apenas nas listas de entrega, o qual nem historiadores “ocidentais” nem seus auxiliares russos haviam consultado até então. (EBERLE, 2010, p. 19-20)

Relatar e analisar essa experiência da população com o regime nazista demonstra a complexidade de escolhas que tiveram que ser feitas e a obscura natureza de situações com que se depararam.

Olhar nos dias atuais para o período nazista e entender essas escolhas torna-se complexo, pois às vezes parece inadmissível que a população tenha dado poder a alguém como Hitler, mas precisamos lembrar que essas pessoas não tinham como ver a situação da Alemanha pós Primeira Guerra Mundial como nós a vemos, munidos de conhecimentos do que aconteceu depois. Qualquer julgamento moral nesse sentido tem

³⁰⁴ Ano em que o livro “Cartas para Hitler”, de Henrik Eberle, foi publicado na Inglaterra. No ano de 2010 foi lançada a publicação em português, exemplar que permitiu essa pesquisa.

o potencial de levar a análise a um patamar arrogante, desprovido da serenidade necessária ao bom entendimento. Não é possível saber como teríamos nos comportado diante daquela mesma situação, talvez também fôssemos compelidos a apostar todas as nossas esperanças nas promessas de Hitler e assim seríamos nazistas também ou não³⁰⁵.

Esse mesmo princípio é válido para a maioria dos alemães que hoje estão distantes desse período. Evans cita Ian Kershaw (1983) que, em sua obra *Popular Opinion and Political Dissent in Third Reich: Bavaria 1933-1945*, observou que, [...] “para alguém de fora, não alemão, que jamais experienciou o nazismo, talvez seja excessivamente fácil criticar, esperar padrões de comportamento que eram quase impossíveis de se atingir nas circunstâncias”[...] (KERSHAW, 1983, p. 7 apud EVANS, 2010, p. 21)

Algumas perguntas sobre o nazismo são sempre recorrentes:

como uma nação avançada e altamente culta como a Alemanha pôde ceder à força brutal do nacional-socialismo tão rápida e facilmente? Por que houve tão pouca resistência séria à tomada nazista? Como pôde um partido insignificante da direita radical ascender ao poder com subitaneidade tão dramática? Por que tantos alemães fracassaram em perceber as consequências potencialmente desastrosas de ignorar a natureza violenta, racista e assassina do movimento nazista?³⁰⁶ (EVANS, 2010, p. 23).

Essas questões foram respondidas de forma variada ao longo do tempo. O regime nazista foi um entre os vários vivenciados na Europa do século XX. A violência que grupos políticos de países, tais como Itália, Portugal, entre outros empregaram para ascender e permanecer ao poder levou alguns historiadores, entre eles Mark Mazower (2001) a chamar a Europa de “Continente Sombrio”. Existem questões sobre em que medida o nazismo estava intrínseco na história alemã e em que medida foi resultado da influência de outros regimes europeus e de acontecimentos que mergulharam a Europa em características comuns e centrais.

O século XX foi marcado pela era do totalitarismo, um período caracterizado por uma política imposta por Hitler e outros líderes fascistas, que tinha em sua base o controle policial total, terror, violência e assassinatos de oponentes, mas do outro lado dessa

³⁰⁵ Esse é um ponto apenas para a reflexão do leitor, não se tem a pretensão de fazer julgamento sobre isso.

³⁰⁶ Daí o catálogo de questões colocadas no início do clássico de Karl Dietrich Bracher *Stufen der Machtergreifung*, volume I de Karl Dietrich Bracher *et al.*, *Die nationalsozialistische Machtergreifung: Studien zur Errichtung des totalitären Herrschaftssystem in Deutschland 1933/43* (Frankfurt am Main, 1974 [1960]), p. 17-8. (EVANS, 2010, p. 554 – notas)

manobra política estava a mobilização e entusiasmo das massas movidas pela sofisticação da propaganda. O nazismo não é apenas um resultado cruel e inevitável do curso da história da Alemanha, foi necessária a utilização de “tradições políticas e ideológicas e acontecimentos que eram de natureza especificamente alemã para ter sucesso³⁰⁷.” (EVANS, 2010, p. 29)

Os vários movimentos fascistas que surgiram no século XX compartilham de uma ideia, talvez a mais chamativa: a importância da figura do líder. Em “A anatomia do fascismo”, Paxton escreve:

(...) A imagem do ditador todo-poderoso personaliza o fascismo, criando a falsa impressão de que podemos compreendê-lo em sua totalidade examinando o líder, isoladamente. Essa imagem, cujo poder perdura até hoje, representa o derradeiro triunfo dos propagandistas do fascismo. Ela oferece um alibi às nações que aprovaram ou toleraram os líderes fascistas, desviando a atenção das pessoas, dos grupos e das instituições que lhes prestaram auxílio. Precisamos de um modelo mais sutil de fascismo, que examine as interações entre o Líder e a Nação, e entre o Partido e a sociedade civil. (PAXTON, 2007, p. 23)

O fascismo, diferente dos demais “ismos” históricos (conservadorismo, liberalismo, socialismo), era algo novo. Foi criado a partir do zero para servir a era da política de massas que nascia no século XX. Apelava às emoções, através de rituais, de cerimônias encenadas e de retórica carregada. O fascismo se baseia no “sentimento popular sobre as raças superiores, a injustiça de suas condições atuais e seu direito a predominar sobre os povos inferiores.” (PAXTON, 2007, p. 26)

De certa forma, a interpretação feita por Hitler do caráter do povo alemão não estava completamente correta, pois ele via os alemães como um “material útil para a realização de sua visão pessoal de liderança e grandeza. De seu ponto de vista, o povo alemão tinha decaído pela “mistura racial”, mas ainda podia ser percebido como “ariano”.” (EBERLE, 2010, p.16). Ainda segundo esse autor,

Influenciado por diversos filósofos racistas, ele via no “ariano” o criador belicoso de uma nova civilização. Em seu livro *Minha Luta*, julga retroativamente que o “ariano como conquistador” se “submeteu a pessoas inferiores” e depois “controlou as atuações práticas dessas de acordo com suas próprias instruções, segundo sua vontade e para seus próprios objetivos”. Acreditava ver no alemão em si o “homem dominante” ativo com o qual a suas fantasias de dominação do mundo poderiam ser realizadas. Certamente, encontrou milhões que se submeteram voluntariamente para então exercer a dominância sobre

³⁰⁷ Esse ponto será explicado em maiores detalhes no capítulo 2.

outros. Eles o seguiram porque se identificaram com seus objetivos. (EBERLE, 2010, p. 16)

Hitler tinha consciência de que nunca seriam todos os alemães que concordariam e o apoiariam. Já havia admitido isso francamente em *Minha Luta*. Segundo ele, o “primeiro fundamento para a formação da autoridade” seria sempre a “popularidade”. A propaganda seria o caminho para obter esses objetivos, e quanto mais levasse “em consideração o sentimento de massa”, mais bem-sucedida seria. A “violência”, segundo Hitler, seria o segundo pilar da dominação. Uma questão que ainda está em aberto é qual dos fatores foi decisivo após a tomada do poder pelos nacional-socialistas: propaganda ou violência? A partir dessa questão, de acordo com o ponto de vista de Hitler, qualquer um pode ser “integrado” à comunidade étnica. Em seu livro *Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista* (2011), Robert Gallately dá uma breve explicação sobre o uso do terror na tomada de poder nazista.

[...] o consentimento e a coerção estiveram inextricavelmente entrelaçados durante a história do Terceiro Reich, até certo ponto porque a maior parte da repressão e do terror foi usada contra indivíduos específicos, minorias e grupos sociais pelos quais o povo tinha pouca simpatia. A coerção e o terror eram altamente seletivos e não se abateram de maneira universal sobre o povo alemão. A partir do início de 1933, a polícia e as Tropas de Assalto nazistas começaram a recorrer à violência [...] No todo, o terror não foi necessário para colocar a maioria na linha, nem mesmo minorias importantes. Em meados de 1933, ou no mais tardar no final do ano, o poder já estava assegurado, e as brutalidades e violências que são identificadas com a chamada “tomada de poder” nazista começaram a diminuir. O terror por si mesmo não explica adequadamente como o Terceiro Reich foi instalado, nem responde por seu considerável e persistente prestígio junto aos alemães. (GALLATELY, 2011, p. 22)

Mesmo com esses dois pilares de dominação, houve pessoas que rejeitaram o regime completamente ou que estipularam um limite pessoal dizendo “até aqui e não mais adiante”. “[...] Algumas se opuseram. A escala do comportamentopositor ia da emigração interna até a recusa total. Alguns se esforçaram para manter a “decência” e a “honra” no dia a dia. Outros tentaram matar Hitler”. (EBERLE, 2010, p.16)

Incontáveis ofertas mantinham o regime para aqueles que queriam se integrar. Para os seguidores, a tomada do poder pelo NSDAP, proporcionou a chance de enriquecimento individual e ascensão social. “Mas mesmo quem acreditava ser, na

verdade, apolítico, estava exposto às “tentações da submissão”, segundo o filósofo Ralf Dahrendorf.” (EBERLE, 2010, p. 17). A respeito disso temos ainda que

Em estudos sobre a condição psicológica de antigos criminosos nazistas e seguidores, o psicólogo Stephan Marks, fez a associação desse anseio de submissão e pelo compromisso a um típico “desejo humano de regressão. Como se quisessem depositar sua responsabilidade por seus atos em alguém de mais alta instância, porque o seu “mundo mágico” e suas “fantasias de grandeza se concretizam” de forma mais atraente. (EBERLE, 2010, p. 17)

Dessa forma, o tom ingênuo de algumas cartas pode ser esclarecido. Não raras vezes aparecem cartas em que a pessoa que escrevia usava termos que fizesse parecer que Hitler era “membro da família, o patriarca, o qual deve ser honrado”. E muitas cartas trazem em si o tom religioso e associavam a pessoa de Hitler à “redenção”.

Esse elemento mítico-religioso do nacional-socialismo levou alguns cientistas a defini-lo como uma “religião política”. Em que medida essa abordagem fornece princípios esclarecedores é uma questão bastante polêmica. As cartas a Hitler comprovam que essa dimensão religiosa realmente existiu. A carta de uma freira que o parabenizava, por ocasião do assassinato da liderança da SA em 30 de junho de 1934, por uma bem-sucedida “limpeza do templo”³⁰⁸, só pode ser interpretada, devido à escolha do vocabulário, como uma equiparação entre Hitler e Jesus. E o próprio Hitler mencionava com muita frequência a “providência” que o colocara naquela posição. Esses crentes em Hitler não perceberam absolutamente, ou apenas tarde demais, que a realidade era composta de política real e exercício de poder. (EBERLE, 2010, p.17-18)

A aparente queda da ordem estável do Império trouxe a perda da confiança em Deus, tornando atraente a imagem de mundo difusa de Hitler; “O lado metafísico do nacional-socialismo servia aparentemente para a necessidade sempre existente de buscar um sentido e ia ao encontro do desejo pelo “compromisso” (EBERLE, 2010, p.18). Por causa da sua ideologia fragmentada, boa parte da população considerou o que foi

³⁰⁸ “Quando o senhor terminar sua grande limpeza do templo, que era imprescindível a fim de manter a simpatia pelo Estado Nacional, então passe um ou dois dias, calmos & sossegados (incógnito) em Einsiedeln ou venha até minha casa, para que seus nervos & olhar se mantenham fortes & claros! Todo minuto livre rezo para que sua cólera seja verdadeira & justa & que no calor dos acontecimentos o senhor não tome nenhuma atitude ou expresse nenhuma palavra ditosa, para que seus inimigos o confrontem & honrem, também em sua cólera, com grande respeito. Seu povo o ama, está ligado ao senhor com todas as fibras de um coração & não pode ficar sem o senhor. O senhor também está imune, pois a graça de Deus está no bolso do seu casaco & se o senhor ainda carregar um rosário, então o segure sempre que estiver no calor dos acontecimentos ou precisar fazer algo em nome de Deus, pois tudo dará certo! Portanto, em frente em nome de Deus! “A dignidade obriga.”” *Salve a vitória! S. Ilse* (EBERLE, 2010, p. 166)

apresentado como uma chance de escolher o que quisessem. Somente as pessoas que estavam extremamente alertas e com maior raciocínio político perceberam, antes de 1933, que o principal objetivo dessa “visão de mundo” era o ódio ao judaísmo.

Nesse ponto as propagandas do nacional-socialismo funcionaram como força motriz a favor do ódio contra os judeus. Não por acaso, segundo Eberle (2010), encontram-se na historiografia explicações convincentes sobre a influência das condições econômicas de ascensão social e desenvolvimento que permitiram ao NSDAP recrutar milhões de eleitores nos últimos anos da República de Weimar. Pelas mesmas razões é comum encontrarmos o argumento de que o antissemitismo seria a religião substituta dos privilegiados.

Frequentemente os historiadores são indagados sobre as origens desse ódio de Hitler pelos judeus. É difícil responder essa pergunta de forma direta e clara, buscam-se explicações para além da que ele dá em seu livro quando ele diz

O judaísmo provocou em mim forte repulsa quando consegui conhecer suas atividades, na imprensa, na arte, na literatura e no teatro. [...] Agora que me tinha assegurado de que os judeus eram os líderes da social-democracia, comecei a ver tudo claro. A longa luta que mantive comigo mesmo havia chegado ao seu ponto final. Uma coisa tornou-se clara para mim. [...] Os líderes do Partido Social Democrata, com os pequenos elementos do qual tinha estado em luta durante meses, eram quase todos pertencentes a uma raça estrangeira, pois para a minha satisfação íntima, convenci-me de que o judeu não era alemão. Só então compreendia quais eram os corruptores do povo. (HITLER, 2001, p. 48-50)

Outra explicação encontrada em *Minha Luta* para o ódio de Hitler pelos judeus é sua associação com o marxismo. A partir de seus estudos sobre as teorias marxistas, ele concluiu que o marxismo está intimamente ligado ao judaísmo e este por sua vez ligado às ideias da social democracia. Tendo em vista isso, sua conclusão sobre sua luta é a seguinte: “[...] acredito que ajo de acordo com as prescrições do Criador-Onipotente. Lutando contra o judaísmo, estou realizando a obra de Deus.” (HITLER, 2001, p. 53.)

O historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva nos traz uma abordagem interessante a respeito do ódio que movia os movimentos fascistas na Europa do século XX. Ele escreve que se deveria culpa a Revolução Francesa pela emancipação dos judeus que possibilitou a abertura dos guetos e sua participação na vida pública. Teria sido libertado um poder destrutivo nesse momento. Segundo o autor, as culpas da Revolução Francesa perante o judaísmo seriam definidas pelo anti-semitismo romeno: “[...] a

democracia transforma milhões de judeus em cidadãos. Os faz iguais aos romenos. Confere a eles os mesmos direitos no Estado.” (Corneliu Codreanu, *A Guarda de Ferro*, 1938 apud. SILVA, 2003, p. 131) O autor segue com a exposição de um discurso de Hitler, sobre o conluio entre democracia e judaísmo, como forma de dominação sobre os povos arianos: “Enquanto os dirigentes do poder e dos partidos dividiam com seus ódios a economia, os agitadores judeus preparavam-se para implantar o bolchevismo.” (Discurso de Hitler, 30/01/1943 apud. SILVA, 2003, p. 131)

Não se tem a pretensão de esgotar a discussão sobre onde começa o ódio de Hitler pelos judeus. A maioria dos autores estudados para fundamentar a pesquisa apontam como fator principal a associação dos judeus com os social-democratas. Essa visão sobre a Revolução Francesa foi apresentada na intenção de mostrar que o ódio aos judeus não era um fator novo na Europa, muito tempo antes já se culpava os judeus por problemas que aconteciam no continente. Em *As origens do totalitarismo*, Hannah Arendt traz um esquema geral da ascensão e queda do sistema de Estados-nações europeus com relação ao povo judeu. Para nossa pesquisa interessa o último estágio desse esquema em que a autora relata:

Como grupo, o povo judeu do Ocidente europeu desintegrou-se juntamente com o Estado-nação nas décadas que precederam a deflagração da Primeira Guerra Mundial. O rápido declínio da Europa após a guerra já os encontrou destituídos do antigo poder, atomizados num rebanho de indivíduos mais ou menos ricos. Mas, na era imperialista, a riqueza dos judeus havia se tornado insignificante; para a Europa, desprovida de equilíbrio de poder entre as nações que a compunham, e carente de noções de solidariedade intereuropéia, o elemento judeu, intereuropeu e não nacional, tornou-se objeto de ódio, devido à sua riqueza inútil, e de desprezo, devido à sua falta de poder. (ARENDDT, 1989, p. 35)

Uma outra abordagem sobre o ódio pelos judeus e seu extermínio por parte dos integrantes dos movimentos fascistas é seu estranhamento diante do diferente. Judeus, gays, ciganos, negros, deficientes físicos, causavam estranheza aos padrões de raça determinados pelos fascistas. De acordo com Silva,

A alteridade social surge, assim, como o objeto central de ação do fascismo. As próprias bases da diferença – a diversidade étnica, partidária, as classes sociais – devem desaparecer em face das instituições homogeneizadoras, únicas: nação, raça, corporação. [...] No fascismo não há espaço para o outro, mesmo o outro hierarquizado e subordinado, tampouco para sua educação e conversão num homem

novo, como o comprova o extermínio de judeus e *gays*. Uma ideia força, raça ou nação, torna-se o único valor moral em torno do qual ergue-se um poderoso código de ação. Assim, armado com um sistema ideológico e mental adequado, o fascismo identifica em si mesmo valores absolutos e qualquer diferença tornar-se-á objeto de eliminação violenta. [...] (SILVA, 2003, p. 149)

Silva continua explicando a questão da alteridade no nazismo. Ele apresenta algo que deveria ser nosso primeiro pensamento sobre o assunto, ou seja, o genocídio deve ser procurado nos perseguidores e não nas vítimas. Parece meio óbvio, mas não é. Até agora foi apresentado motivos que levaram os judeus a serem perseguidos pelos nazistas e não o mal que movia os nazistas.

[...] Ao mudarmos a ênfase de Holocausto > judeus para Holocausto > alteridade, acreditamos estar operando uma correção de rumo fundamental: deslocar a condição judaica da lógica do assassinio em massa dos próprios judeus e das outras vítimas do fascismo. Partimos aqui de uma observação, a nosso ver, por longo tempo esquecida: o mal do racismo deve ser buscado nos algozes, e não nas vítimas. Ser judeu, cigano ou *gay* não encerra em si um mal atávico ou histórico;; tampouco uma condição, ou especificidade histórica, a ser superada; a inconformidade homicida com a condição do outro é, isto sim, um mal a ser superado. (SILVA, 2003, p. 149-150)

O autor traz à superfície de sua análise pontos que “justificam” a escolha de judeus como inimigos dos regimes fascistas. Ele se baseia em Franz Neuman (1944) para explicar as características que os judeus tinham que os fazia serem tão odiados pelos alemães: eram estrangeiros, identificavam-se com o capitalismo e, ao mesmo tempo, com o comunismo, eram largamente a *avant garde* literária, musical, artística em geral, possuíam uma religião específica e um anátema multissecular brandido pelo cristianismo. O campo de escolha do inimigo já era conhecido. Mas, como escreve o autor, “[...] tais características, anteriores ao fascismo, não haviam votado os judeus, na Alemanha por exemplo, ao desprezo e muito menos à morte em períodos anteriores. [...]” (SILVA, 2003, p. 150) Desse modo, é possível perceber que o anti-semitismo alemão não era homicida e excludente desde sempre.

Outro ponto que o autor nos faz pensar é nos tipos que foram alvo do fascismo – judeus, ciganos, *gays*, entre outros. Esses grupos partilham de características que eram estranhas aos europeus, tais como: eles são grupos marcados pelo laço da solidariedade, auto-identidade e ajuda. Eles são exemplos de possibilidades de enfrentar os desafios em

nome do amor. Diante dessas características o autor faz uma análise sobre a percepção da frieza dos fascistas

[...] Ora, a característica básica de seus algozes foi (e ainda o é) a frieza, o distanciamento do outro, enquanto pessoa, em favor da identificação com um coletivo anônimo. Auschwitz só foi possível pela frieza do indivíduo ante o outro. Esta frieza ante o outro é apenas o mesmo nome da incapacidade para amar, para reconhecer em qualquer um a possibilidade do amor; fora um pequeno círculo, constituído em padrão merecedor de amor, todos os demais são tratados como estranhos; mas mesmo aí, a frieza domina. Tal estranheza é a condição psicológica básica, sine qua non, para o genocídio; sem ela, Auschwitz não seria possível. Um agravante ainda: como os algozes se sentem estranhos perante o outro, são estranhos para si mesmo e sofrem sua própria estranheza, impossibilitando-se para o amor, mesmo o amor entre iguais. Se ao menos amassem a si mesmos, quer dizer, entre eles mesmos, estariam preparados para reconhecer no outro a capacidade de dar e receber amor. Mas não: eles mesmos, sedentos de amor, foram incapazes de receber amor e, assim, não conseguiram amar." (SANTNER, 1997 apud. SILVA, 2003, p. 151)

Existe nos atos dos fascistas uma manobra coletiva de extermínio e estranheza diante do amor, não foram apenas ações coletivas que levaram à morte milhões de pessoas, mas ações coletivas que vieram consolidar a ideologia de seus líderes. Sobre isso Silva indaga: como transpor a incapacidade ante o amor para o campo social, para a ação coletiva? “[...] A imperiosidade da resposta deve –se basicamente ao fato de que a explicação deve ser procurada no plano social e político, e não apenas no nível individual.” (TODOROV, 1995, p. 141 apud. SILVA, 2003, p. 152) O autor nos mostra uma explicação a respeito disso quando cita Adorno

Criam-se, assim, tipos característicos de personalidades: de um lado, uma identificação cega (libidial) com o coletivo, um sentimento único de salvação na imersão no coletivo, na massa identificada como grupo (arianos, os SS, os *Arditti*, etc.); de outro lado, tipos condicionados a manipular massas, controlar coletivos e conduzi-los, para além de qualquer afetividade ou ética. (ADORNO, 1986, p. 39 apud. SILVA, 2003, p. 153-154)

Quando deslocamos a análise para a psicologia dos algozes, negamos buscar a razão na vítima. “[...] Não são os judeus, ciganos ou *gays* que trazem em si a possibilidade do Holocausto; esta reside naqueles que, em virtude do estranhamento, não se habilitaram para o amor.” (SILVA, 2003, p. 154)

Portanto, é preciso que ainda nos dia de hoje os estudos sobre a Alemanha nazista e os demais regimes fascistas estejam presentes nas pesquisas dos historiadores e que esse período da história da humanidade seja conhecido da forma mais completa possível, não podemos permitir que se esqueçam os horrores vividos para que eles não se repitam, essa indiferença e falta de amor ante o outro e ao que é diferente de nós deve ser algo que ficou no passado e não algo presente na vida das pessoas.

Cartas de ódio!?

Diante dessa breve exposição sobre a importância de se estudar o nazismo e sobre a possível origem do ódio de Hitler pelos judeus e outras minorias, podemos adentrar na análise das cartas. É importante que o leitor saiba que não daremos uma resposta definitiva, não podemos afirmar com certeza sobre essas cartas se era apenas interesse, ódio puro ou os dois, mas conseguimos percebermos pelo tom de certas cartas algumas características do sentimento que movia seu autor. Algumas cartas serão apresentadas de forma completa e outras apenas a parte que realmente entra na demanda do autor da carta, todas com a referência na nota de rodapé.

A carta da senhora von Ponief de 28 de fevereiro de 1930³⁰⁹ faz um apelo a Hitler para que livre a Alemanha dos comerciantes judeus. Ela escreve:

Prezado senhor Hitler!

Como membro do NSDAP eu me alegraria muito com o seguinte! Para trabalharmos bem de forma completamente livre de judeus, precisamos fazer nossos membros prometerem que não comprarão de judeus, dessa forma podemos conseguir pouco a pouco que os judeus sejam eliminados dos pequenos negócios e, assim, voltar a colocar as rédeas nas mãos da classe média. Isso não será muito fácil de ser executado com os grandes comércios, já que em grande parte, apenas o capital judeu trabalha nas áreas de confecção e sapatos. Mas, localmente, nosso movimento seria bastante beneficiado por essa medida restritiva. Na maioria dos casos, o que ocorre é apenas falta de reflexão e o judeu se alegra bem no fundo com os compradores alemães tontos!! Ele próprio naturalmente sempre compra de companheiros de fé.

Com um leal Heil alemão
Sua devota
Senhora von Ponief

³⁰⁹ EBERLE, 2010, p. 63

O que podemos perceber nessa carta é que a intenção de se livrar dos comerciantes judeus é a de beneficiar os comerciantes alemães, pois como os judeus mantinham seus preços mais razoáveis e de mais fácil acesso à população menos afortunada, até mesmo membros do partido compravam deles deixando de favorecer o comércio alemão. É complicado afirmar aqui se há ódio em relação aos judeus, no geral a carta não nos passa esse sentimento, mas a intenção de promover o comércio alemão, essa intenção prejudicaria os judeus em termos financeiros, mas não culminaria em violência física, não nesse momento por enquanto. O que podemos verificar nessa carta é que ela foi escrita para que houvesse um aumento no lucro do comércio alemão e uma baixa no lucro do comércio judeu, não arriscamos aqui falar em ódio aberto, pode ser que a autora da carta sentisse o mesmo repúdio pelos judeus que Hitler sentia, mas nessa carta isso não fica explícito e pode ser que sua manifestação de ódio se deu através da vontade de ver o comércio judeu decaindo, são duas possibilidades nas quais não tomaremos partido em nenhuma por enquanto.

A próxima carta a ser analisada tem uma demanda fantástica e em alguns momentos podemos perceber ódio aos judeus e em outros apenas interesse próprio. Apesar da carta não apresentar sua data real, ela foi escrita no ano de 1934³¹⁰ por uma mulher alemã divorciada, que reivindica a pensão deixada por seu marido, queixando-se que ele casara com uma mulher judia e que esta recebia uma maior pensão que a dela.

Senhor chanceler do Reich Adolf Hitler!

Ilustríssimo senhor chanceler do Reich!

Perdoe-me tomar a liberdade de atrapalhá-lo, mas é que estou tão emocionadamente desesperada e não consegui achar conselho e ajuda em lugar nenhum. Ninguém quer estar em condições de ajudar, e não recebi qualquer tipo de resposta do senhor ministro do Interior do Reich, a quem me dirigi por diversas vezes. É preciso que se faça algo em relação a meu caso excepcional, pois senão não é possível continuar vivendo em tais condições. Para sua orientação, descreverei brevemente minha situação. Uma mulher judia destruiu meu casamento de vinte anos e, em conseqüência, eu me separei do meu marido. Meu ex-marido foi julgado culpado, ficando com a obrigação de me pagar uma pensão até sua morte. Depois da separação ele se casou imediatamente com a mulher judia. Nessa época, ele já tinha pedido demissão de seu cargo de funcionário público; o afastamento se deu a partir de 1º de abril de 1912. [...] Recebo do Estado prussiano apenas pensão de viuvez de 38,33 marcos mensais, e depois das diversas deduções por causa dos decretas emergenciais, restam apenas 33,35 marcos por mês, de modo que não chego a receber tanto quanto alguém que recebe assistência

³¹⁰ EBERLE, 2010, p. 177

social; mesmo em relação ao pagamento de assistência social, que estou apta a receber, sou descontada em 5 marcos por mês, porque essa contribuição não é tida como pensão por invalidez. Um aposentado por invalidez recebe 42 marcos por mês, e eu tenho de me contentar com esses centavos de fome, enquanto essa mulher judia recebe o dobro do dinheiro, pensão por viuvez do Estado prussiano e pensão por viuvez do seguro dos funcionários, que somadas chegam a cerca de 130 marcos, depois das diversas deduções. Certamente não corresponde ao sentido do nacional-socialismo que, no sagrado Terceiro Reich, uma mulher judia seja tão privilegiada em relação a uma honrada mulher alemã. É legítimo que eu reivindique a pensão que me é legalmente de direito até por motivo de justiça, porque, em primeiro lugar, sofri no meu casamento de vinte anos para conseguir a pensão e, em segundo lugar, porque meu ex-marido tinha a obrigação de me sustentar até a morte. Por causa disso, depois da morte do falecido, tenho direito a essa pensão. Informo que meu falecido ex-marido era de uma antiga linhagem ariana, assim como eu também. Os velhos combatentes, que conhecem minha situação, estão muito surpresos que hoje inclusive o Estado pague uma pensão tamanha a tal mulher judia ordinária, que não teve de mover nem um dedo sequer, enquanto aqueles que combateram durante anos pelo NSDAP, sem trabalho, recebem somente os trocados do seguro-desemprego e têm de sobreviver passando fome. Isso não corresponde à luta contra o judaísmo, e por isso fui aconselhada a relatar o fato pessoalmente ao ilustríssimo Führer. [...] Percebo que meu estado de saúde piorou de tal maneira que não consigo mais cuidar de minha casa sozinha. Infelizmente, não tenho mais dinheiro para outros atestados. Quando eu, como mulher e mãe alemã, não sou tratada de maneira equivalente a uma mulher judia, mas essa última ainda é favorecida de duas a quatro vezes, isso não é apenas de uma dureza injusta como também não corresponde à justiça do Estado nacional-socialista. Por essa razão, segundo aquilo que o muito honrado senhor chanceler do Reich escreveu no seu livro *Minha Luta* sobre os judeus, não acredito [que ele] aprove esse privilégio de uma mulher judia, e espero que uma gentil intercessão do senhor chanceler do Reich possa trazer uma decisão definitiva, pela qual eu agradeço antecipadamente, com meus melhores votos para a prosperidade futura de nosso amado chanceler do povo.

Saudações alemãs e
 “Sieg Heil”
 Elisabeth, viúva Barth
 Chemnitz/SA., Josefinenstr., 17

Essa mulher alemã apresenta vários sentimentos em relação a sua situação financeira: indignação por ter sido trocada por outra mulher pelo seu marido e ainda por cima uma mulher judia; insatisfação com o governo nazista por estar beneficiando uma judia; ódio dessa mulher judia por ter estragado seu casamento e agora estar recebendo uma pensão mais alta; e confiança de que o governo vai se posicionar e resolver seu problema. É possível que ela, se já não nutrisse ódio pelos judeus, passou a nutrir quando seu casamento terminou por causa do envolvimento de seu marido com uma judia. Mais

uma vez não podemos afirmar com certeza, mas podemos dizer que sua carta foi escrita em benefício próprio havendo ou não ódio.

A carta Walter Orthmann de 1º de outubro de 1938³¹¹ apresenta um tom de veneração ao trabalho realizado por Hitler até aquele momento e uma demonstração de lealdade para com todos os ideias nazista. O ódio que o autor afirma na carta demonstra que não é apenas para agradar a Hitler, mas nos parece ser um ódio genuíno do autor e de seu pensamento em relação a como todos os seus seguidores se sentem em relação aos judeus. Esse tipo de veneração a Hitler e a seu trabalho que aparece nessa carta é comum em cartas de outros assuntos também, as pessoas tinham necessidade de expor seus sentimentos a Hitler, se eram puros ou não isso é tema de análise na dissertação.

Ao nosso muito amado Führer Adolf Hitler!

Receba o agradecimento de um trabalhador da Turíngia pelos seus esforços e ações tendo em vista a manutenção da paz. Já li muitas coisas sobre milagres, mas os seus, aqueles que o senhor realizou e que ainda realizará, serão um documento único, eterno, inesquecível da história alemã. Meu Führer, esteja certo de que nós, da Turíngia, ainda mantemos a mesma lealdade dos tempos de luta. Em 26.9.38, quando o senhor proferiu as palavras: “Sou o primeiro soldado do meu povo”, despertou em mim um sentimento dos tempos de luta. Com alegria eu teria seguido a ordem de meu Führer na luta contra o bolchevismo judaico. Hoje, todos os alemães sabem por que, para quem está lutando na guerra. Quem ama seu povo com sinceridade carrega também a grandeza de odiar o inimigo mortal de seu povo. Quer dizer: o povo judeu. Que o Todo-Poderoso abençoe o senhor, meu Führer, com muita saúde, para que o senhor alcance uma vida longa e continue a nos proteger do perigo do bolchevismo judaico.

Heil, meu Führer
Companheiro de partido Walter Orthmann
Eisennach, Frankfurter Str., 52

Portanto, essas três cartas nos trazem um pouco da dinâmica que ocorria no Reich. Com certeza haviam aqueles que embebedos dos ideias de Hitler também odiavam os judeus, mas também havia aqueles que declaravam seu ódio aos judeus em busca de benefícios ou por medo de sofrerem conseqüências. O fato é que muitas pessoas colaboraram para o genocídio das minorias na Alemanha de Hitler e mesmo que não possamos, através das cartas, comprovar ou não o ódio dessas pessoas pelos judeus, quem apoiou o regime nazista tem sua parcela de culpa na morte de milhões de pessoas.

³¹¹ EBERLE, 2010, p. 343

BIBLIOGRAFIA

ARENDR, Hannah. *As origens do Totalitarismo*. 2ª edição, Editora Schwarcz LTDA. Tradução de Roberto Raposo – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

EBERLE, Henrik. *Cartas para Hitler*. Tradução de Claudia Abeling e Renata Dias Mundt – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

EVANS, Richard. *A chegada do Terceiro Reich*. Tradução de Lúcia Brito – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

GALLATELY, Robert. *Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista*. Tradução de Vitor Paolozzi – Rio de Janeiro: Record, 2011

HITLER, Adolf. *Mein Kampf*. Tradução de Klaus Von Puschen – São Paulo: Caetano, 2001

PAXTON, Robert O. *A Anatomia do Fascismo*. Editora Paz e Terra, SP 2007.

SILVA, F. C. T. *Os fascismos*. In: FERREIRA, Jorge; FILHO, Daniel A. R.; ZENHA, Celeste. *O século XX, volume II: O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro – Civilização Brasileira, 2000,

A GUERRA DO PARAGUAI E AS DEMANDAS DE MOBILIZAÇÃO HUMANA E LOGÍSTICA DE GUERRA EM GOIÁS: O CASO DAS *COMISSÕES MUNICIPAES* E A PRODUÇÃO DE VÍVERES PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO, 1865-1870

*José Atanásio de Souza Filho*³¹²

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo analisar a formação das *comissões municipais* na província de Goyaz, em maio de 1865, com a finalidade de estimular as populações agrícolas a aumentarem a produção em vista das determinações do governo imperial. Essas determinações significaram fornecer alimentação para as forças de linha que marcharam de São Paulo e Minas em direção ao Mato Grosso. No aspecto teórico e metodológico, a narrativa e a argumentação se inserem no âmbito da interpretação das ações sociais que se encontram imbricadas nas decisões planejadas e vivenciadas pelos agentes e sujeitos daquelas histórias. As comissões municipais fora um plano de reversão de uma situação de insuficiência agrícola diante das novas demandas, se não foi plena, pelo menos demarcou uma realidade que estão nos arquivos da história de Goiás e a Guerra do Paraguai.

Palavras-chaves: Goiás. Guerra do Paraguai. Sociedade.

Introdução

Quando teve início a Guerra do Paraguai, a província de Goiás passou a ser uma referência constante quando a preocupação do governo imperial se orientava pela preparação da logística alimentar dos corpos de voluntários que marcharam de várias localidades de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, entre outras municipalidades que forneceram elementos humanos para a força de linha destinada a combater e expulsar os paraguaios que invadiram a Província de Mato Grosso, em fins de 1864.

Tomaremos algumas referências documentais que nos permitem compreender as causas e consequências da história de mobilização social na província de Goyaz a partir das primeiras notícias de guerra, as quais lentamente foram modificando a rotina do povo goiano naqueles primeiros meses de 1865. O ponto referencial como denominação

³¹² Doutorando em História no Programa de pós-graduação em História da UFG, sob orientação do professor Dr. Marcos Antonio de Menezes. Bolsista CAPES.

histórica, é a criação das *comissões municipais* para o estímulo da produção agrícola em Goiás a partir de maio de 1865. Provocando um entendimento sociológico das questões econômicas e de organização social, experiências históricas que vão surgir do bojo daquela instituição, apoiamo-nos em Reinhart Kosellek (2010), para fins de entender os elementos processuais daquela história e das histórias dali surgidas, interpretadas via leitura dos dados documentais. As *comissões municipais* em Goiás nos serve como indício de espaços de experiências alheias vivenciadas naquele passado. Como ação social, as comissões municipais se particularizavam em detalhes do cotidiano e das experiências contextuais de cada municipalidade goiana; nesse caso, para melhor compreender esses processos, nos ajuda a leitura de Talcott Parsons (2010), no intuito de melhor entender sobre as ações e suas formas de manifestação no meio social, o ato-unidade como formado de possibilidades múltiplas que se inserem entre a proposição de um ação, seu fim e o transcurso – social – por qual ele se insere, os meios, as condições; tanto quanto a própria realidade de reorientação da ação, provocada pelas imprevisibilidades e circunstâncias adversas à sua execução. Nesse sentido, envolve-nos ainda a leitura de Mancur Olson (2011), muito mais para uma ideia sociológica dos grupos sociais- quando estes envolve análises das ações coletivas - observando as características de interesses privados e públicos, toda vez que se imbricam as ações humanas no âmbito do interesse organizacional; história de conflitos de interesses individuais que se chocam com os sentimentos comuns, por exemplo a ação voluntária em vista da guerra. Destarte, as *comissões municipais* agrícolas em Goiás nos servem de ponto de partida para entender a mistura do ente público – o Estado, com a empresa agrícola – os pequenos lavradores goianos, e os comerciantes – os mercadores e tropeiros. Na historiografia, o embasamento de nossa compreensão histórica geral da Guerra do Paraguai com a contribuição de Doratioto (2002), e o estudo mais particularizado da história da participação de Goiás na Guerra do Paraguai, a contribuição de MARTINS (1983).

A logística de guerra em Goiás e a marcha dos voluntários: o abastecimento de víveres ao exército brasileiro em operações ao sul do Mato Grosso

A historiadora Zildete Martins, (1983), partiu de considerável investigação documental da época, tomando como tema a participação de Goiás na Guerra do Paraguai,

e desenvolveu relevante contribuição para a história dos acontecimentos relacionados à da sociedade goiana no âmbito da produção e fornecimento de víveres ao exército brasileiro nos três primeiros anos da guerra. A partir da leitura de seu trabalho historiográfico podemos perceber consideráveis aspectos da relação que se estabeleceu entre Goiás e o comando das forças militares brasileiras em guerra no Mato Grosso. Entre 1865 e 1868, quando o teatro de guerra já não mais estava no sul desta última província, foi Goiás um importante celeiro do exército brasileiro.

Sob grande pressão ficou a província, tendo sobre si a tremenda responsabilidade de não deixar perecerem milhares de brasileiros que defendiam a província mato-grossense, pressão esta que se agravava rapidamente, porque as forças paulistas, mineiras e goianas se internavam pelo distrito de Miranda aumentando a distância entre si e as localidades de onde provinham os meios de subsistência. E ainda mais, o problema se tornou mais grave quando os pequenos fornecimentos que vinham de Minas Gerais e de São Paulo depressa cessaram (MARTINS, 1983, P.79).

Acima afirmamos que a organização da logística de guerra em Goiás foi lentamente modificando a rotina da vida social da população, e tomamos isso como uma verdade; pois significa dizer que não foi uma tarefa fácil inserir a população goiana naquele objetivo. Podemos chegar a essa compreensão, lendo o documento que trata das primeiras medidas tomadas pela administração goiana, entre os meses de março e maio de 1865, com a finalidade de “soccorrimento às forças da província de Minas”. Esse relato nos comprova o que concluiu Zildete Martins em sua análise das mudanças na atividade produtiva goiana, depois do início da guerra. A pressão que sofreu a população goiana em ter que modificar seus hábitos produtivos, de um lado, e o agravamento dessa situação com o passar dos acontecimentos, com o prolongamento da guerra. Tomaremos a seguir algumas realidades pontuais que nos fornecem dados compreensíveis sobre as experiências de alguns acontecimentos daquela história.

Goiás, a província que melhor fora considerada como fornecedora de víveres, os quais permitiram às forças brasileiras expulsarem os paraguaios do sul da província de Mato Grosso. Sobre isso, encontramos notícias que circularam em jornais de São Paulo e Minas Gerais. Na seção GAZETILHA do jornal Diário de São Paulo, dia 04 de agosto de 1867, se encontra a publicação de um ofício do então Comandante das Forças em operações ao sul do Mato Grosso, coronel Carlos de Moraes Camisão, data de 13 de abril

de 1867, endereçada ao então presidente da província de Goiás. As informações contidas naquele documento retratam um momento de avanço da tropa sob seu comando, quando estavam eles acampados na colônia de Miranda, a caminho da fronteira paraguaia.

O texto ilustra as circunstâncias dos esforços da tropa em superar a fome, desde as últimas operações militares. Numa passagem, o coronel Camisão ressalta que muitos soldados não ficaram desvalidos, porque um grupo de 10 brasileiros que eram reféns dos paraguaios, haviam fugidos e chegados ao acampamento montados a cavalos —o que se entende de imediato que estes viraram alimento; Podemos concluir assim, pois a referência a eles sucede e confirma a intenção anterior do autor, no início do parágrafo, em sensibilizar o presidente Ferreira França. Sua intenção foi demonstrar naquele texto, o quanto precisava adquirir gado para alimentar sua tropa. Essa fala revela, isso é nossa intenção, a importância que teve Goiás nesse referência; sua população foi diretamente decisiva na contribuição para a reconquista do território brasileiro ao sul do Mato Grosso.

As falas daqueles que viveram aquelas experiências nos alerta nesse sentido. Vejamos um trecho do documento quando o coronel insiste junto ao presidente goiano na urgência de remessa de gado e cavalos: “Assim, pois, continuo a pedir a v. exc., que me mande o maior número possível de gado e grandes carvalhadas, afim de que estas forças não sofram de novo os horrores da fome, que tanto as enfraquecerão”³¹³

Nesse sentido, nossa perspectiva é perceber o movimento das ações implementadas em Goiás em vista dos planos de melhoria da produção agrícola visando maior produção de gêneros. Seguimos obedecendo o critério da evolução dos acontecimentos, embora, nas análises das fontes, as referências temporais sejam negociadas retrospectivamente.

Primeiro semestre de 1865, as notícias da guerra invadem Goiás: as ordens e avisos públicos e a população no meio

As primeiras informações que dizem respeito as ações públicas em Goiás relacionadas à guerra se encontram definidas no aspecto da preparação de um ponto de apoio e logística para um agrupamento militar que marchava de Minas em direção ao

³¹³Disponível:<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709557&pesq=Camis%C3%A3o&pasta=ano%20186>> Acesso em 01 de setembro de 2016, às 05h37min. Este documento foi primeiro publicado na província de Goiás, Correio Oficial, 17 de junho de 1867. A publicação dela em São Paulo no faz essa referência de circulação das notícias de Goiás junto as populações de outras províncias.

Mato Grosso; o texto trata do *Socorrimento às forças da Província de Minas*, data de 27 de Abril de 1865 e foi escrito pelo então vice-presidente de Goiás, João Bonifácio Gomes de Siqueira. Esta informação contextualiza-se em meio a passagem de poder provincial, como escreviam na época: ele *entregou a presidência da mesma*. Referendando as atitudes que havia tomado no sentido das decisões implicadas pelas demandas do governo imperial, este relato específico trata de como se viu o Sr. João Bonifácio diante das *ordens e avisos* que lhe chegavam da Corte e da província de Minas e exigia-lhe urgência na execução dos atos. Segundo ele relata, ali estavam as primeiras notícias que definiam sobre como devia a administração goiana organizar um entreposto logístico numa localidade chamada Sant'Anna do Parnahyba, local designado por onde passaria, em direção ao Mato Grosso, uma tropa do Corpo de voluntários de Minas num total de mil praças.

São as orientações definidas pelos avisos e decretos dos governos, os caminhos por onde começa o envolvimento da sociedade goiana na guerra. É importante contextualizar que foi a partir do mês de fevereiro de 1865, que o Ministério de Guerra teve seu orçamento elevado pelo governo Imperial³¹⁴. Esse dado é importante, pois assim tornou-se possível, em termos extraordinários, estabelecer as negociações de logística de guerra, a serem implementadas em benefício dessa realidade junto às províncias. São Paulo, Minas e Goyaz se imbricam em estradas que se cruzam e caminham de Mato Grosso e nesse aspecto se organiza uma rede de negociação e remessa de bens militares, víveres e material humano.

De acordo com as atividades relatadas pelo então vice-presidente goiano, encontramos descrito que o mesmo escolheu o capitão da guarda nacional da capital, Speridião Baptista Roquette Frois, o qual foi designado para a região indicada afim de fazer os procedimentos de aquisição de *boiadas e viveres* na quantidade que suprisse as carências alimentares da força militar de Minas. Segundo o relato, a dificuldade foi disponibilizar os víveres e as boiadas nos mercados de Goiás. Isto porque, conforme a orientação passada pelo Sr. João Bonifácio ao capitão Frois, foi no sentido de que este

³¹⁴ Tomemos como parte principal desse movimento o crédito ampliado para as despesas do Ministério de Guerra de 3 fevereiro de 1865. Decreto N. 3401. De acordo com esse documento, as novas condições políticas provocadas pela guerra demandam maiores recursos para o Ministério de Guerra : “Hei por bem, tendo ouvido o Meu Conselho de Ministros, authorizar o crédito extraordinário de 8.492:000\$000, distribuído pelas rubricas mencionadas na tabela junta...” Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/collecao leis 1865 parte2.pdf> Acesso em 01/09/2016, Acesso às 10h20min.

deveria de imediato seguir para o além fronteira de Goiás, *além do Parahyba*, pois seria bem mais difícil adquirir este gêneros, com urgência, em território goiano.

Sendo provável encontrar se mais facilmente, e com maior abundancia víveres na província de Minas, ordenei ao mesmo capitão que fosse além do Parahyba, e que procedendo às necessárias indagações, fizesse ali os contracto, se fossem mais vantajosos. (MEMÓRIAS GOIANAS, 1988, p. 59)

Não bastasse essa inconveniência estrutural, as dificuldades em suprir o fornecimento de *boiada e víveres* por parte da administração goiana, os seus trabalhos foram agravados pela ausência de remessa de recursos financeiros, determinados pelo Ministério de Assuntos de Guerra para os caixas das fazendas provinciais, sejam estas de Goiás ou de Minas. Sem esses recursos disponíveis, como contratar os negócios com o produtores e *creadores*? Para adquirir as *boiadas e os víveres* era necessário estabelecer um acordo de confiança entre o proprietário das mercadorias e a fazenda pública. Todavia, apesar dessas coisas estarem definidas em leis, decretos e instruções provinciais, naquele momento inicial da organização da logística de guerra em Goiás, o financiamento teria que ser realizado com os recursos provinciais. Isso porque, a formas de pagamento na negociação pelo interior da província nem sempre disponibilizava a confiança do mercador em aceitar recibos que só seriam descontados nas diretorias fazendárias da capital, fossem ela de Minas ou de Goiás.

E como talvez alguns fornecedores não se queirão sujeitar a qualquer d'essas condições, mandei entregar ao referido capitão Frois a quantia de 4:000\$ reis, para ir fazendo os pagamentos, do que prestara contas oportunamente; ordenei-lhe que desse logo conta de tudo o que ocorresse, afim de providenciar-se em ordem a que não haja a menor falta. (MEMÓRIAS GOIANAS, 1988, p. 59.)

Não foi a intenção nossa percorrer via produção deste texto, o itinerário do que resultou as conclusões da história relatada pelo Sr. João Bonifácio. Nosso exercício foi partir da ideia de demarcar os primeiros atos públicos voltados para a guerra, vivenciados em Goiás naquele primeiro semestre de 1865. Momento em que se organizava, em termos gerais, as condições de contra-ataque do Brasil às forças paraguaias acampadas ao sul do Mato Grosso.

As forças de linhas que tomaram posição no extremo oeste do país provinham, em sua maioria, da província de São Paulo e Minas Gerais; as forças de linhas organizadas

em Goiás a partir de maio de 1865 formam-se, também, sob a orientação de pertencerem às divisões de comando das forças expedicionárias provenientes do centro sul. A primeira força de linha de Goiás, *20º batalhão goyano de voluntários*, que partiu para o Mato Grosso, saiu da capital da província em 15 de maio e se juntou às forças de São Paulo e Minas no acampamento de Coxim no segundo semestre daquele ano. Quanto ao desenvolvimento da negociação das boiadas e dos viveres realizadas pelo capitão Frois, esta acaba sendo reinserida no bojo das atividades que foram implementadas pelo novo presidente da província Augusto Ferreira França. Ao tomar posse em 27 de abril daquele ano, novos rumos conjunturais serão implantados no sentido das orientações que chegavam da corte e da própria evolução dos acontecimentos relacionados à marcha do exército em direção a Goiás, para se alimentar, e em direção a Mato Grosso para guerrear.

E é em torno da vila de Coxim (MT), que se forma o maior agrupamento militar em operação no Mato Grosso. Em ofício expedido pelo presidente da província de Goiás, com data de 13 de outubro de 1865, destinado ao coronel José Antônio da Fonseca Galvão, comandante das forças expedicionárias de Minas, já notamos uma evolução na negociação entre os poderes do império e o movimento militar em marcha pelo interior do país. A construção de depósitos de viveres e armamento era uma negociação que partia como demanda na Corte e executada pelo poder local. Assim sendo, em Goiás foi criada uma rede de comunicação capital e ligava às localidades por onde as tropas militares provenientes de Minas e S. Paulo passariam. A guerra implicou na mudança de rotina dessas localidades; também intensificou a circulação de malotes de correios e mercadores entre as estradas que ligavam Goyaz a Cuyabá; Goyaz a Uberaba (MG); Goyaz a Coxim (MT).

Tendo o governo imperial ordenado a esta presidência que o lugar denominado ‘abóboras’ ou em outro por mim escolhido, estabelecesse um grande depósito de víveres para nelle suprirem-se as forças expedicionárias de S. Paulo e Minas; preferi para tal fim o lugar denominado ‘Bahus’; onde vem ligar-se com esta a estrada que vai desta capital ao Coxim e que sahi da villa de S. Anna do Parnahyba em demanda de Cuyabá ou daquele ponto³¹⁵.

³¹⁵ Arquivo Estadual de Goiás (AEG). Documento 401 (pacote).13 de outubro de 1865. Secretaria de Governo. Correspondência da presidência da província de Goiás com as autoridades de fora, 1858-1873, p. 29.

Entre a deficiência e a gestão: o acto de 10 de maio de 1865 e a organização das *Comissões municipais*

Augusto Ferreira França chegou em fins de abril de 1865 para assumir a presidência da província de Goyaz; e seus primeiros trabalhos foi dar continuidade às orientações do Ministério de Guerra e proporcionar as condições para que a população goiana tomasse parte na ajuda no combate ao inimigo paraguaio em Mato Grosso. Foi logo uma das primeiras atitudes administrativas colocar o Batalhão Goyano 20º de Infantaria em condições de seguir para o teatro de guerra, conforme dissemos acima. Mas foi o ato de 10 de maio de 1865 o que busca maior mobilização da população goiana a apoiar o país na guerra; em todas as municipalidades da província, foi a população local convocada a contribuir para a melhoria e aumento da produção agrícola com o objetivo de suprir, no decorrer dos meses seguintes, o fornecimentos de víveres para as tropas brasileiras.

Lendo a fala do então presidente Augusto Ferreira França junto aos deputados goianos, com data em 1º de junho de 1865, percebemos, no conjunto das circunstâncias em que assumira o poder provincial, ser seus maiores *esforços* fazer cumprir essa parte importante da ação social da guerra. Organizar a logística de guerra em território goiano foi um atividade que demandou uma rede de *agentes* de compras do governo provincial, os quais se espalhavam por todos os lugares agrícolas da província afim de intensificar, ao máximo, a aquisição de viveres. Podemos perceber o quanto isso ficou evidente como preocupação pública em Goiás justamente pela determinação do governo provincial em promover, em todas as municipalidades da província, a formação *Comissões Municipais* com a principal meta de estimular todos produtores e *creadores* a aumentar a produção de alimento em vista das demandas da guerra.

Levemos em consideração as informações sobre a ausência de produtividade agrícola em Goiás, que se constatou insuficiente, segundo o vice-presidente João Bonifácio, conforme descrevemos, em vista de ponto de apoio militar em Vila Sant'Anna do Parahyba: *melhor logo adquirir os víveres nas regiões de Minas do que em Goiás*, foi a sua orientação imediata ao negociador escolhido, o capitão Frois. Destacamos isso porque a ação de estímulo produtivo e divulgação pelas municipalidades da necessidade do apoio dos agricultores goianos, foi uma das formas de motivação junto à população a

apoiarem as instruções do governo. Assim encontramos no relato do presidente Ferreira França:

Esta observação pesou assás em meu espirito, e tanto que motivou o acto de 10 do mez ultimo, pelo qual nomei comissões municipaes em toda a província, as quaes incumbi, entre outros encargos, o de estimularem a população agrícola e creadora a augmentar a sua produção, e auxiliarem a presidência a obter com facilidade os viveres que necessários se tornarem para occorrer a qualquer emergência, aqui ou na província a que me refiro. (MEMÓRIAS GOIANAS, 1988, p. 67).

Retomando a contribuição do estudo de Zildete Martins, logo nos informamos do movimento que se fez a partir da capital da província, da organização de uma estrutura de ação e de mobilização interna, via um itinerário constante de comunicação, que se estendia dali para os municípios de “Bomfim, Catalão, Jaraguá, Meia Ponte e comarcas de Anicuns, do rio Maranhão, Alemão e outros lugares” (MARTINS, 1983, p.79). O ponto de entendimento sobre a realidade agrícola em Goiás era de *pequena lavoura*, o que tornava um complicador a aquisição e distribuição das mercadorias, no sentido da urgência esperada e planejada pelo governo imperial. Augusto Ferreira França dois anos depois do início das *comissões municipais*, quando deixa a presidência, em 29 de abril de 1867, em suas memórias recupera as lembranças das primeiras atividades que realizara afim de reverter a situação de limites de produção agrícola em Goiás em tempo de guerra.

Quando as forças de S. Paulo e Minas tiveram de penetrar nesta província, encaminhando-se para a de Matto-Grosso, foi necessário aproveitar todos os gêneros que se achavam espalhados pelos diversos lavradores (...) Qualquer extravio de mantimentos, que então não abundavam nesses lugares pelá má colheita do anno de 1865, seria detrimtoso. (...) Ao mesmo tempo, para fornecer viveres em proporção do consumo que era imenso; para abastecer as forças que não cessavam de reclamar por mantimentos, foi indispensável expedir carros e tropas dessa capital, uns após outros, transportando gêneros e de igual sorte proceder-se-ia nos municípios de Bomfim, Catalão e em outros lugares. (MEMÓRIAS GOIANAS, 1988, p. 117).

Nesse sentido, a implementação do *acto de 10 de maio de 1865*, que organizou as *Comissões Municipais* com o objetivo de estimular a população dos municípios goianos a aumentarem o investimento produtivo, serve-nos aqui como um acontecimento limite entre uma realidade anterior (de baixa produtividade e má colheita de 1865) a qual deveria ser superada, no próximo ciclo agrícola; também pontuamos que a mudança dos objetivos

produtivos, a partir daquele tempo, ter-se –ia que considerar não só a produção voltada para o mercado local, de subsistência familiar, mas agregar a essa nova realidade a perspectiva de produzir com a finalidade de abastecimento do exército brasileiro. É nesse sentido que nos absorvemos nos argumentos do sociólogo Talcott Parsons quando analisa sobre a ação social, da interpretação e da sistematização teórica da ação; aplicando-a a um sistema concreto, o qual apresenta-se, conforme ele, em subtipos a serem considerados como características mínimas necessárias para a interpretação da ação social, definindo-a como uma realidade que se compõe de ato-unicidade.

Em um ato-unicidade, são identificáveis, como características mínimas, as seguintes: (1) um fim; (2) uma situação, analisável por sua vez em (a) meios e (b) condições; e (3) pelo menos um padrão seletivo em termos do qual o fim está relacionado com a situação. (PARSONS, 2010, P. 116)

Vamos pois buscar caracterizar a formação das *comissões municipais* e interpretar as modificações no plano das atividades relacionadas e as metas de produção agrícola estabelecidas para a sociedade goiana a partir daquela proposição social, dentro do esquema do *ato-unicidade*: (1) A ação implica um ator (no caso em questão, o próprio Estado, via representação provincial de Goiás naquele contexto); (2) a ação implica um fim, pelo qual a orientação dada pelo ator pretende alcançar (resolver a situação de baixa produtividade em Goiás diante da exigência da guerra); (3) a ação se dá em vista de uma orientação para a qual está objetivada, isto é, depende das condições pelas quais transcorrerá o resultado da ação, (a ideia de planejar uma ação em vista de um objetivo, não necessariamente, permite ao ator da ação, o controle das condições pelas quais iriam ser realizados os objetivos finais e seus propósitos).

Caracterizando melhor a situação já destacadas, entre os relatos do presidente Augusto Ferreira França, podemos perceber a evolução do processo decisório em Goiás com a finalidade de reverter a situação de ausência de meios materiais (os víveres e as boiadas), situação que encontramos no relatório do vice-presidente João Bonifácio em 27 de abril de 1865. Nesse aspecto, a instituição das *comissões municipais* de agricultura em Goiás, foi um elemento impulsionador no movimento logístico em *socorrimento das forças em operações no Mato Grosso*. É nessa perspectiva que se pauta a investigação das fontes e orientações das falas da época que nos chegam como vestígios.

Como nos dia o estudo de Mancur Olson sobre a naturalidade dos interesses e dos propósitos comuns, a finalidade que satisfaz senão a todos, pelo menos, ao conjunto maior de uma totalidade humana defendendo objetivos aproximados, buscamos nos enveredar nessa seara: o interesse da administração pública em fazer transcorrer da melhor maneira possível as ordens e avisos do comando geral da guerra; os interesses imediatos dos agentes agrícolas destinados a adquirir os gêneros de qualidade com os preços mais módicos; os interesses dos mercadores em servir seu comércio e transporte de cargas ao governo sempre com as vistas nos melhores lucros e favoráveis vencimentos; os interesses dos cidadãos que não foram para o teatro de guerra, mas contribuíram com certas quantias percentuais de seus vencimentos públicos³¹⁶.

A organização da logística de guerra em Goiás teve um custo, pois ser voluntário tal qual foi propagado pelo país era mais um fator de apelo emocional que uma realidade. Toda organização social exige compensação. No caso das propagandas de guerra incorrendo no patriotismo brasileiro e ideia de nação ultrajada, ela existiu, foi uma realidade, mas esses recursos emocionais seriam e foram insuficientes.

Se o Estado, com todos esses recursos emocionais ao seu dispor, não é capaz de financiar suas atividades mais básicas e vitais sem recorrer à contribuição compulsória, e natural que as grandes organizações privadas também tenham dificuldades para conseguir que os indivíduos dos grupos cujos interesses elas tentam defender e promover façam voluntariamente as contribuições necessárias. (OLSON, 2011, p. 25).

São os jogos de interesses nas estradas de Goiás. Se na época da guerra em Goiás não existiam as grandes organizações privadas, todavia, existiam um leque enorme de pequenos mercadores e aventureiros que se apresentavam como comerciantes nos editais públicos. No primeiro momento da guerra, conforme recordava o presidente Ferreira França ao sair do governo, que ele teve de espalhar agentes públicos por todas pequenas propriedades da província, devido à escassez de mercadorias agrícolas, ao mesmo tempo que estimulava-os a adquirir dos proprietários o máximo os gêneros disponíveis. Num determinado momento do texto, diz ter conseguido tais objetivos, todavia, um pouco

³¹⁶ Como encontramos no livro de registro: Documentos: secretaria de Governo da presidência de Goyaz— correspondência às autoridades eclesiásticas 1ª Secção N. 12, 3 de julho de 1865: “Recebi o seo officio de 23 e maio oferecendo para as urgências do Estado cinco por cento de suas cõngruas durante a guerra com a República do Paraguay. Aceito, agradeço e louvo ao seo patriótico donativo. Deos guarde a v.s. Augusto Ferreira França. Reverendo Illm.º Serafim José da Silva, Vigário da parochia da villa de Dôres do Rio Verde. Arquivo Estadual de Goiás. Pacote 0400 – p. 114.

depois mostra os entreveros que pressionavam seus esforços ao insucesso as *comissões municipais*; entre esses, por exemplo: o desvio de conduta dos agentes municipais; a falta de compromisso dos proprietários agrícolas, os quais em vez de vender os gêneros diretamente ao governo, preferiram negociar com outros atravessadores a preços diferentes do mercado local. Em um parágrafo de uma linha, conclui o ex-presidente demonstrando que na base do patriotismo e voluntarismo, jamais teria almejado, naquela empreitada, algum objetivo considerável: “o interesse por si só não operaria os resultados conseguidos” (MEMÓRIAS GOIANAS, 1988, p. 121). Entretanto, apesar da frase desgastante do presidente demissionário em 1867, as comissões municipais tiveram impacto na mudança do comportamento agrícola em Goiás em decorrência da guerra, se ela não funcionou conforme havia planejado seu mentor, de outro modo, encontramos registros de que fez se enraizar no meio das populações das municipalidade goianas essa experiência social e produtiva surgida por causa da Guerra do Paraguai.

Zildete Martins descrevendo a história das atividades de compra e remessa de víveres para as tropas em operação no Mato Grosso, relata que era o senhor Franklin da Rocha Lima, político presidente da Câmara Municipal da cidade de Goiás naquele ano de 1865, responsável pela obtenção dos gêneros e animais destinados à guerra. “Foi encarregado pessoalmente de ir aos distritos de Curalinho, Campininhas, Pouso Alto e Morrinhos para obter víveres” (MARTINS, 1983, P.79). Diz Reinhart Koselleck (2006) sobre quando o historiador mergulha no passado, busca ir além de suas “vivências e recordações” e faz esse percurso através dos vestígios com os quais se depara e sobre ele busca estabelecer as conexões mínimo necessárias, no intuito de compreender melhor o que lhes chama a atenção, o significativo que o atrai.

No sentido de que conhecermos as experiências registradas dos acontecimentos passados da guerra e seu impacto em Goiás, seja via os vestígios das fontes de época, seja via a historiografia construída pelo estudo de Zildete Martins, é sempre uma nova experiência vivermos aquele passado hoje; aquelas histórias de outros. No dizer de Koselleck, elas são nosso *conhecimento de experiências alheias*; da mesma forma, como podemos aqui externar, as expectativas sobre a apreensão daquelas experiências, as quais ainda não as compreendemos em toda as suas possibilidades, incorrem em incertezas e imprevisibilidade, as quais se imbricam no córtex de nossa imaginação, de nossa curiosidade racional.

Nesse aspecto, é que retomamos as questões acima colocadas sobre o conceito de *ato – unidade* associado aos acontecimentos da organização das *Comissões municipais agrícolas* em Goiás. Buscando perceber o que surgiu de uma realidade concreta: um ato de governo e sua execução na vida social da província. Estudando a pesquisa de Zildete Martins, encontramos ali a informação de que era o responsável pela aquisição de gêneros na província de Goiás, o senhor Franklin da Rocha Lima. E isso se confirma quando, referendado nesse indício histórico, percorremos a trilha da fonte, via as publicações do *Correio Oficial* em Goiás da época e encontramos a informação de que este senhor realmente fora o principal agente comercial da administração provincial, naquele momento. Era ele o principal interlocutor entre o presidente da província e as comissões municipais agrícolas. Podemos constatar isso com a notícia que trata do expediente de governo para o dia 16 de dezembro de 1865, aproximadamente sete meses após o início daquela organização. De acordo com a nota no jornal, o Sr. Franklin se localizava naqueles dias no distrito de Curralinho com o objetivo de negociar víveres; o fato de termos aquela notícia, provém de um acontecido inusual: a desconfiança do governo com os preços apresentados pelos mercadores de Curralinho. Diante desse fato, a venda foi retardada e houve, pois, a troca de ofícios entre a capital e Curralinhos pois a negociação dos gêneros naquele contexto fugia ao costume controle: os preços estavam excessivos.

A vista do que vm. Me participa em suo officio hontem, declaro lhe que pode efectuar a compra dos gêneros, de que se acha encarregado, no districto de Curralinhos, procurando porem obtel-os pelo menor preço possível, pois parecem excessivos os indicados n'aquele seo officio³¹⁷.

Se por um lado a criação das comissões municipais permitiu o mínimo de organização da administração pública goiana, no plano do cumprimento das ordens e avisos do governo imperial³¹⁸, por outro lado, a própria realidade de urgência no plano

³¹⁷ *Correio Oficial*, edição 00111, quarta feira, 10 de janeiro de 1866, coluna 2, página 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&pasta=ano%20186&pesq=generos>>

Acesso em 01/09/2016, às 07ho8min.

³¹⁸ O *Diário de Minas*, edição 00029, 4 de julho de 1866, publica uma carta de um oficial da expedição no *Mtto-Grosso* e explica que ela havia sido escrita entre os dias 19 e 24 de fevereiro daquele ano. Esta carta está na coluna *NOTICIÁRIO* e se intitula *Notícias do Coxim*. A referência a esta fonte tem o sentido de confirmar - pelas experiências de guerra vividas por outros, que não as fontes oficiais da administração pública goiana - que o mecanismo da articulação proposta pelo presidente Augusto Ferreira França, a partir daquele ato de 10 de maio de 1865 e a instituição das comissões agrícolas, pode reverter a situação de ausência de víveres e suprir - nas condições em que a fonte legou em sua carta - se não adequadamente, o mínimo necessário que se evitasse o espectro da morte por fome Quando trata da sobrevivência lá no

da produção e comercialização desse mercado voltado para a guerra, provocou, a médio prazo, a elevação dos preços das principais mercadorias negociadas em função do conflito (boiada, farinha, feijão e arroz). Nas poucas vezes que Goiás é citado no livro de Francisco Doratioto, uma delas tem a ver com o contexto da guerra no ano de 1867, período de guerra de posições, como define. A referência ao território goiano se dá no momento em que as forças brasileiras acabaram de ocupar a região de Laguna, em 1º de maio de 1867. Assim que se consolida essa ocupação, três dias depois, chega ao acampamento, para alívio do comandante coronel Camisão e seus subordinados, o comerciante Miguel Arcângelo Saraco com quatro carretas de mantimentos.

Saraco iniciou suas atividades de fornecedor da coluna ainda em Goiás, dispondo apenas de um burrico. Ao cobrar preços exorbitantes, como o faziam os demais comerciantes, pôde Saraco progredir na atividade comercial, a ponto de chegar a encher essas quatro carroças de mercadoria e declarar-se rico. (DORATIOTO, 2002, p. 127).

A guerra também desestabilizou, em Goiás, o mercado de gêneros de primeiras necessidades nos ciclos agrícolas dos anos de 1869-1871, tal qual se encontra na troca de ofícios entre a secretaria de governo e a diretoria das rendas provinciais; documentos publicados no jornal O Correio Oficial de Goyaz, com data de 18 de junho de 1870. Nesta edição, primeira página, expediente relativo ao dia 7 do corrente, há uma preocupação referente a transgressão de possíveis mercadores que estavam exportando gêneros de primeira necessidade via o porto do rio Grande. Ali, a presidência questionava sobre a idoneidade do funcionário daquele porto, se o mesmo estava transgredindo a ordem de proibição de exportação, em Goiás, dos tais gêneros. No dia 9 do mesmo mês, publicado no expediente da Teshouraria Provincial, na página 4 da mesma edição citada, a seguinte nota resposta dirigida ao governo da província: “Informando que o

Matto Grosso, diz o autor que direcionara aquela carta a sua irmã “A respeito de mantimentos estamos ainda em muito peores circunstâncias: o pouco que temos tido vem-nos quase todo da capital de Goyaz, onde por felicidade nossa a Divina Providencia colocou na cadeira de presidente um prodígio de atividade na pessoa do ilustre do nunca assás louvado dr. Augusto Ferreira França, a quem não tenho a fortuna de conhecer pessoalmente, mas a quem tenho a homenagem do mais profundo reconhecimento, porque estou certo de que se não fora o sr. Ferreira França, toda esta luzida divisão teria morrido de fome! Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=376523&Pag&Pesq=Goyaz>. Acesso em 01/09/2016, 08h.10min.

administrador da recebedoria do Rio Grande tem fielmente cumprido a ordem que lhe foi dada, proibindo a exportação de gêneros de primeira necessidade...”³¹⁹

Considerações Finais

No conjunto de nossa análise acima desenvolvida, o eixo principal foi fazer um exercício historiográfico coordenando as ideias em torno do movimento beligerante em trono da Guerra do Paraguai perpassando-o por algumas experiências históricas relacionadas a vida, a sociedade e o território de Goiás, entre os anos de 1865-1870. O ponto de intersecção dessa história tem seu eixo analítico a referência na experiência das primeiras movimentações em Goiás em função da logística de guerra, mais precisamente, o fornecimento de víveres; no bojo dessas circunstâncias históricas, a organização das comissões municipais, tal qual podemos, aqui tomar essa *experiência* histórica, o horizonte de onde surgiu como ação, num dado momento da história particular de Goiás, e que se estende aos dias de hoje como vestígios; nesse caso, as experiências daquelas histórias não pode se subsumir ao próprio acto de sua elaboração; nesse sentido, as comissões municipais nos serviu como um desígnio, um ponto de um tempo legado do passado. “designações ou denominações da história” nos alerta Koselleck (2010, p.306).

As experiências, as expectativas históricas, buscamos transigir com tempo em processo, considerando as causas e consequências daquelas histórias em experiências pontuais providas das fontes do passado em negociação com o estudo historiográfico.

Referências bibliográfica

Fontes

Leis do Império. Câmara dos Deputados Federais. Disponível em: file:///C:/Users/USER/Downloads/collecao_leis_1865_parte2.pdf Acesso em 01/09/2016, Acesso às 10h20min.

³¹⁹ Jornal Correio Oficial de Goyaz, 18 de junho de 1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&pasta=ano%20186&pesq=Antonio%20Gomes%20Pinheiro> Acesso em 01 /09/2016, as 9h.45min.

Livro de registro: Nº 400. Documentos: secretaria de Governo da presidência de Goyaz– correspondência às autoridades eclesiásticas 1ª Secção N. 12, 3 de julho de 1865. Arquivo Público de Goiás.

Livro de registro: Nº 401. Documentos secretaria de Governo da presidência de Goyaz- correspondência da presidência da província de Goiás com as autoridades de fora, 1858-1873, p. 29. Arquivo Estadual de Goiás (AEG)

Relatório dos governos da Província de Goyaz de 1864-1870. **MEMÓRIAS GOIANAS Nº 10.** Goiânia: Ed. Da UCG, 1988.

Periódicos Biblioteca Nacional - Hemeroteca digital

Jornal Correio Oficial de Goyaz, 18 de junho de 1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&pasta=ano%20186&pesq=Antonio%20Gomes%20Pinheiro> Acesso em 01 /09/2016, as 9h.45min.

Correio Oficial de Goyaz. Edição 00111, quarta feira, 10 de janeiro de 1866, coluna 2, página 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&pasta=ano%20186&pesq=generos>> Acesso em 01/09/2016, às 07ho8min

O Diário de Minas, edição 00029, 4 de julho de 1866. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=376523&Pag&Pesq=Goyaz>>. Acesso em 01/09/2016, 08h.10min.

Bibliografia

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006.

MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. **A participação de Goiás na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, 1983.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2011.

PARSONS, Talcott. **A Estrutura da Ação Coletiva: um estudo da Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes**. Vol 1. Marshal, Pareto, Durkheim. Petrópolis, RJ, Vozes: 2010

LITERATURA DE TESTEMUNHO E PSICANÁLISE: UMA LEITURA SOBRE PRIMO LEVI

*Juliana Sousa Pacheco*³²⁰

RESUMO: Para o seminário de pesquisa pretendemos fazer uma exposição do trabalho de pesquisa realizado na pós-graduação. Portanto preparamos um breve texto, mas que aborda o que consideramos fundamental para nosso leitor saber sobre a nossa pesquisa. Primo Levi é um poeta, e químico Italiano, o que faz dele o nosso autor a ser pesquisado é sua trajetória de vida, sobrevivente de um campo de concentração, passa a dedicar sua escrita para narrar o holocausto. A Literatura de testemunho é um discurso muito denso, carrega a memória e a história na tensão. Para analisar essa escrita traumática a nossa metodologia mais explorada é a psicanálise, sobretudo a Freudiana.

Palavras-chave: Literatura de testemunho, psicanálise e história.

A literatura de testemunho pode ser um documento para a historiografia; um registro como outro qualquer, que tem suas particularidades e níveis de dificuldades. Podemos nos ver seduzidos pelo apelo emocional que essa narrativa possui, assim como há a possibilidade de sentir repulsa pelo excesso de lembranças que não são

³²⁰ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES. Desenvolve pesquisa na linha “Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História” sob a orientação da Professora Doutora: Fabiana de Souza Fredrigo.

documentadas em outro gênero textual. Logo, encontramos nessa literatura o material de uma memória, de uma vida, da história cotidiana de um homem, mas não se trata apenas de uma história pessoal. Essas são memórias que se tornam públicas e nunca se esvanecem, possibilitando, desse modo, uma leitura nova.

Podemos pensar que, num dado registro histórico temos formas de creditar ou ainda desconfiar do conteúdo que ali se encontra. Na literatura de testemunho, o gesto metodológico do historiador não é tão usual; como verificar em outro texto o conteúdo que aqui se encontra? A literatura de testemunho possui ela mesma como cerne da história, constituindo-se numa modalidade específica de narrativa que diverge do conceito de Mikhail Bakhtin, que define a história como um discurso sobre si. Entendemos que a narrativa histórica é uma modalidade narrativa que se estrutura como discurso sobre si. O texto e o material do qual o texto foi extraído divergem apenas pelas marcas temporais que se dividem em experiência vivida e tempo de escrita.

Primo Levi é um desses escritores que utilizou a vida pessoal como possibilidade de uma narrativa que viria a ser pública; poderia dizer que isso em si é o romance Moderno. Entretanto, se é apenas o romance Moderno o que difere a Literatura de Testemunho do Romance? Ela não deixa de ser um para tomar o corpo do outro, é uma forma de Romance, ainda que não se apresente apenas como tal. Ressaltaria que, numa leitura mais atenta acerca da relevância do testemunho, pode-se pensar toda uma teoria da Literatura de testemunho. Até agora podemos entender a Literatura de testemunho como um Romance distinto, e dentro da Literatura como um gênero que foge à regra essencial da escrita literária, que é a liberdade de escrita, sobretudo de escolha do tema.

Primo Levi nasceu em Turim, no ano de 1919. Formou-se em Química, mas revelou em seus livros que a formação em Química parecia incompleta sem o prazer da leitura literária e, uma vez ou outra, a escrita de um poema. No ano de 1944, foi deportado para Auschwitz na Polônia, e retorna do campo de concentração para a Itália somente em 1945.

Durante um ano, confinado num campo de concentração, muitas coisas ocorreram: positivas e negativas, felizes e infelizes (estou usando essas dualidades comuns a nossas vidas para já inserir o leitor na lógica intrínseca do campo de concentração). Quando menciono a positividade e a felicidade, logo nos remete à memória alguns acontecimentos agradáveis, que para qualquer leitor parece impossível num campo de concentração, não obstante, ao longo do trabalho de Levi, somos

surpreendidos com respostas que contrariam nossa primeira impressão sobre o campo. Naquele lugar tão desconhecido e sombrio, Primo Levi experimenta todos os sentimentos existentes; e entre os prisioneiros, nota-se que a felicidade e a positividade diferem-se no contexto. Pois, num campo de concentração, palavras como felicidade e positividade possuem um novo e singular sentido que só poderia ser pensado a partir do campo. Deste modo, a linguagem do campo passa a ser não só insuficiente diante do que é apresentado, mas também modificada de acordo com as referências de experiência que se passa a ter.

Entre os paradoxos desse documento, há alguns que são mais relevantes e talvez moldem o trabalho como um todo. Trata-se, em primeiro momento, de uma vida íntima, e que só pode ser revisada nela mesma; não há outro documento para analisarmos lado a lado. É traumático, entretanto, não é o trauma comum às psicoses cotidianas: é relacionado à Guerra, advém dela e da condição humana que o homem foi inserido nesse período; no caso de Levi, exposto à condição Judaica perante aos Nazistas.

A Grande Guerra provocou inúmeras transformações³²¹, inclusive no comportamento que era vigente entre as pessoas e identidades, que eram conflituosas entre si. Dentre as mudanças da Guerra, podemos listar as psicoses, problemas mentais e outros relacionados. Dito isso, é interessante imaginar que os documentos escritos nesse período carregam em suas entre linhas não só a história que narra, mas também há histórias encobertas e que se desvelam em leituras mais densas e diferenciadas.

Sobre o que falamos até agora, vamos delineando algumas referências: a Literatura de Testemunho é sim uma modalidade do que vamos chamar de Literatura Universal, sendo também uma forma de Romance Moderno e, por último e muito importante, há nela ainda outros gêneros que a compõe como singular, e vamos discorrer essas nuances ao longo do trabalho.

³²¹ É muito interessante e eficaz a leitura Freudiana sobre a Guerra, Freud não chega a acompanhar a segunda, mas na Primeira já realiza importantes observações sobre a profunda mudança que a Guerra gera nas pessoas envolvidas a ela. Sigmund Freud: “A guerra, em que não queríamos acreditar, estalou e trouxe consigo a decepção. Não só é a mais sangrenta e mais mortífera do que as passadas, por causa do aperfeiçoamento das armas de ataque e de defesa, mas, pelo menos, tão cruel, exasperada e brutal como qualquer uma delas. Infringe todas as restrições a que os povos se obrigaram em tempos de paz- o chamado Direito Internacional-, não reconhece nem os privilégios do ferido e do médico, nem a diferença entre o núcleo combatente e o pacífico da população, e viola o direito de propriedade. Derruba, com cega cólera, tudo o que lhe aparece pela frente, como se depois dela já não houvesse de existir nem um futuro e nenhuma paz entre os homens. Desfaz todos os laços da solidariedade entre os povos combatentes e ameaça deixar atrás de si uma exasperação que, durante longo tempo, impossibilitará o reatamento de tais laços.” (2009, P. 08)

Ao tratar da metodologia, os conceitos que vão aparecendo no texto já remetem a Psicanálise. É um trabalho de difícil conceitualização, pois são conceitos esparsos e que fogem do espaço que é determinado aos estudos tradicionais pertencentes à História. Ainda sim estamos certos dessa ser a melhor escolha no que tange a Literatura de Testemunho. Sigmund Freud e seu aparelho metodológico de análise, a psique, nos alcança na medida que desvela lacunas de Primo Levi, que sem essa metodologia deixaríamos de ler. Contudo, há um corte temporal entre os dois: Levi é o homem do século XX e é marcado pelas profundas mudanças da Guerra, Freud³²² é o intelectual do século XIX, embasado na leitura iluminista e segue a crença ferrenha na ciência. Em várias circunstâncias eles se aproximam, não numa produção em comum, mas numa experiência que, mesmo distinta temporalmente, permite a ambos um contexto próximo. Ao analisar essa aproximação, partimos de uma hipótese contextual, que foi nos possibilitada através da leitura dos textos de ambos. Ao tentar uma aproximação, não queremos de forma alguma tencioná-los numa comparação; não pretendemos meramente identificar o que Levi e Freud possuem em comum. O que nos interessa é saber e analisar o porquê de Freud ser indispensável na leitura de Levi, o que também é outra hipótese nossa.

Separamos algumas distinções importantes que serão feitas ao longo do trabalho e que dizem respeito aos conceitos mais utilizados - trauma e, em seu contraponto, sublimação, perpassam ao longo de todo trabalho. Trauma ligado ao processo de experiência e dor, e sublimação ao de escrita e remodelação da dor. Os dois conceitos já implicam no trabalho com a memória e logo com a rememoração. A memória é condição

³²² Freud possui inúmeras biografias, e até mesmo escreveu sua autobiografia. É um dos autores com maior especulação e temas relacionados a ele que ainda são muito revisados e debatidos. Freud era inquieto enquanto pesquisador, ansioso por publicação; suas obras eram revisadas por ele mesmo e as modificações subsequentes publicadas no livro a seguir. Quando falamos de alguma característica do Freud intelectual sempre esbarramos com alguma contrariedade e discordância. Embora acreditamos que alguns dos elementos que compõe a sua vida como psicanalista sejam de comum acordo para a maioria dos pesquisadores que o estudam. Peter Gay sempre traz análises mais historiográficas, afinal ele é um historiador, e vamos usar dessa interpretação historiográfica e psicanalítica para distinguir de qual Freud estamos falando nesse trabalho. Peter Gay: “Como historiador, situei Freud e sua obra nos vários contextos relevantes: a profissão psiquiátrica que ele subverteu e revolucionou; a cultura austríaca em que foi obrigado a viver como judeu descrente e médico pouco convencional; a sociedade europeia que, durante a vida de Freud, passou pelos terríveis traumas da guerra e da ditadura totalitária; e a cultura ocidental como um todo, uma cultura cuja percepção de si mesma ele transformou irreconhecivelmente para sempre.” (GAY, 1989, P.17)

primeira para existência da própria fonte, enquanto o testemunho nada mais é que uma transcrição memorialística; os demais vão se associando ao longo da narrativa.

Dentro da historiografia, o tema foi efervescente nas últimas décadas, quando escritas íntimas, e até mesmo o uso da literatura, obtém maior relevo na historiografia. Mas, sobre o surgimento do tema Literatura de testemunho, existem dois fatores fundamentais que aqui vamos tratar: o primeiro é o julgamento³²³ de Adolf Eichmann, que traz para o cerne da cultura histórica o debate sobre o Holocausto - poderíamos chamar esse fator como clássico -, o segundo que é mais novo, seria o de uma possível globalização³²⁴ da memória, que traz à tona as memórias subalternas. Tal eminência no campo de estudos sobre o holocausto impulsiona a historiografia, contudo, a Literatura de testemunho ainda é mais distante, mesmo dos temas mais caros para o holocausto. Veremos alguns autores que tratam do tema ao longo da dissertação, desde os mais reconhecidos como Lacapra, até os estudos mais recentes, representados, à exemplo, por Fábio de Landa.

³²³ O julgamento de Eichmann não se trata de um simples julgamento, ele traz a tona a história do holocausto, as barbáries e ainda reativa a memória internacional sobre o Nazismo. Nbert Elias descreve como foi o processo desse julgamento que recoloca a memória do Nazismo na centralidade das questões mais urgentes do período: “Á primeira vista, o julgamento de Eichmann era simplesmente o julgamento de um indivíduo, com o antigo membro das SS como réu e seus acusadores israelenses, um contingente de testemunhas, algumas das quais sobreviventes dos campos de concentração, e um público internacional invisível que acompanhava os depoimentos das duas partes e julgava-os. Com o decorrer dos meses, entretanto, quando as notícias do julgamento se divulgaram por todo o mundo e penetraram nas conversas, pensamentos e sentimentos de pessoas em muitos Países, pareceu tornar-se algo mais do que o julgamento de apenas esse indivíduo. Começou, numa pequena escala, a adquirir o caráter de um momento culminante da história contemporânea. Tal como as duas Guerras alemãs, contribuiu para o crescente volume de experiências que desafiam a imagem que temos de nós próprios como sociedades civilizadas. Na superfície, a questão era de âmbito limitado; se vista em maior profundidade, porém, seu interesse era consideravelmente vasto.

O fato de que os nacionais-socialistas tinham feito os judeus sofrer diabolicamente não era desconhecido. Mas, antes do julgamento de Eichmann, a enorme capacidade humana para esquecer as coisas dolorosa, sobretudo se aconteceram a outras pessoas relativamente impotentes, já tinha começado a fazer seu trabalho. A lembrança como Estado moderno já tinha desejado exterminar uma detestada minoria estaca de esvaindo aos poucos do espírito das pessoas. O julgamento de Jerusalém reativou a memória, colocando uma vez mais em foco, de modo abrupto, os crimes nazistas. Tornou-se inválida toda a discussão sobre se teria sido preferível, ou não, deixar que a lembrança dos assassinados e dos assassinos caísse na obscuridade com, no máximo, meia dúzia de parágrafos dispersos num livro de histórias como epitáfios. Agora, as lembranças voltavam. E eram instrutivas as circunstâncias desse retorno.” (ELIAS, 2011, P, 269)

³²⁴O historiador Henry Rousso fala de uma globalização da memória, e que este efeito faz emergir temas com o holocausto, pois agora não seria problema só dos Países diretamente envolvidos, mas sim de qualquer pessoa que se interesse pelo tema.

Nessa dissertação, optamos por agrupar os temas em apenas dois capítulos. A divisão se dá pela afinidade temática que nos permite realizarmos a escrita desse modo.

Vamos realizar durante a dissertação a apresentação de Primo Levi, sobre aspectos tanto pessoais como intelectuais. Ao tratar de uma biografia rápida de Primo Levi, podemos melhor entender qual era sua posição perante o campo, e ainda ter indícios de como sua profissão possibilitou-lhe privilégios mantenedores de sua própria vida.

Dois circunstâncias são essências para realizarmos essa dissertação: são elas a identidade³²⁵ e o existencialismo. Sobre a identidade, é inerente ao processo de mudança que a identidade seja abalada, conflitada, exposta a novas tensões, e a Guerra é um espaço de severas mudanças num breve período de tempo. Acerca do existencialismo, pensaremos a condição intelectual de Primo Levi após o campo de concentração; nessa tarefa nos cabe analisar a força de uma micro-narrativa que avança para explicar aspectos do Holocausto e ganha um público bem elevado. Esses dois temas aparecem relacionados, pois a escrita existencial lança desafios para a identidade do intelectual e também de seus leitores.

Também no primeiro capítulo pretende-se entender e aplicar às fontes os limites de interpretabilidade, como isso assume-se as lacunas e desfalques que esse documento, como outro qualquer possui. Esses limites aparecem sobretudo, pelo testemunho ser uma recordação³²⁶ acerca de uma determinada vivência real.

A modalidade testemunhal elenca o entrave em torno da discussão se a memória pode substituir ou não a historiografia, o que rendeu um debate acadêmico e historiográfico muito caloroso. Em resumo e ao longo da escrita, vamos atualizar o leitor que o testemunho é modalidade da memória e pode se tornar registro histórico mediante a intervenção do historiador, mas isso não o faz a historiografia de algo em si, ao menos

³²⁵ Uma mudança radical e mais profunda na sociedade reflete diretamente nos indivíduos. No caso de Primo Levi suas múltiplas identidades são confrontadas dentro do campo de concentração, o que afeta no seu processo de apreensão e escrita do testemunho. NobeitElias nos atenta para como esse processo se aplica a identidade do indivíduo: “Com a crescente insegurança de status e uma também crescente busca de identidade, as preocupações aumentam. Não há dúvida que o século XX é um século instável, inseguro, e não apenas por causa das duas Guerras Mundiais”. (ELIAS, 1997, P. 37)

³²⁶ A memória é muito próxima da Psicanálise, outrora diríamos que substituem-se no trabalho psicanalítico. Freud conceitua a memória, e suas implicações. O seu conceito de lembrança é útil na análise e leitura de vários textos ou símbolos da cultura, implica em reconhecer que a recordação não é mais a experiência do ocorrido ao qual se lembra, e essa definição nos desloca a interpretação do testemunho. Sigmund Freud: “Quando uma aldeia se torna cidade ou uma criança se faz homem, a aldeia e a criança são absorvidas pela cidade e pelo homem. Só a recordação pode delinear os antigos traços na nova imagem; na realidade, os matérias ou as formas anteriores foram deixados de lado e substituídos por outros.” (2009, p.15)

quando pensamos numa História vinculada a profissão de historiador. Sobretudo, essa tensão entre memória e história é esquecida no trabalho com o testemunho, aparentando que há uma fusão entre elas - a literatura de testemunho é oriunda da memória, deste modo, não vemos oposições entre ambas.

Essa breve biografia nos fornecerá as apresentações necessárias para o decorrer do texto. Primo Levi será apresentado; não é uma biografia simples ou que podemos negligenciar algo, a vida dele sustenta a obra da qual dispusemos como fonte documental. Queremos apreender apenas sua vida intelectual, mas isso é extrapolado, pois o pensamento e a recordação não fazem morada fixa num aspecto da vida, pelo contrário, mescla as lembranças de forma embaraçosa, portanto, tratamos da sua vida intelectual e pessoal. Ainda nessa breve biografia, delinearemos para o leitor quem é o Primo Levi que tratamos nessa pesquisa, o que ele nos permite e suscita para pensar o holocausto e a narrativa que o compõe através dos sobreviventes.

Alijar Primo Levi e Freud foi à escolha mais audaciosa e também interessante dessa dissertação. No vaivém e nos sobressaltos, a psicanálise se consolidou nas últimas décadas; a Literatura Freudiana foi muito revisada, criticada e até rejeitada em alguns âmbitos intelectuais. Negar ou diminuir a importância Freudiana para pensar a cultura seria impossível, e nessa grande contribuição, é na análise da *Kultur* que reside o nosso maior interesse por Freud. O método psicanalítico que se apregoa aos contextos históricos, as doenças e alterações que são pensadas a partir do universo mental, isso nos interessa na medida que é humano, e que reinsere o indivíduo numa posição semi-nua para o social. Quando falo numa posição semi-nua, entendo que aqui o encoberto terá voz; nos estudos sobre a Guerra, Freud alcança não só a compreensão do enredo como um todo, mas nesse todo descreve o individual e a sua relação com o terror, e ressalta as modificações que o meio sobrepõe ao indivíduo. O que parece não muito inovador aos nossos olhos agora é que, em meio a Primeira Guerra, era novidade enxergar não apenas a catástrofe dos Países, mas também dos humanos. Esses e outros motivos que vamos tecer ao longo dessa redação nos fizeram aproximar Levi de Freud, ou Freud de Levi. Um chega ao outro igualmente, são próximos pela questão Judaica, pela compreensão da Guerra como um empreendimento contra a humanidade, e sobretudo por Freud manusear e compor as ferramentas para essa análise, enquanto Levi tece os fios para o uso dessas ferramentas.

O próximo passo que daremos, explica acerca de conceitos fundamentais que sustentam essa dissertação: Trauma e Memória - como ambos se relacionam e como a escrita de Primo Levi elabora tais pontos. É até dispensável esclarecer que o testemunho só é possível por uma modalidade da memória, e, por conseguinte, há uma preocupação relevante com a mesma. Em seguida, há o Trauma, que norteia e reativa essa memória para a escrita, na tensão de também ser limitador de lembranças. É nesse mesmo momento que vamos demonstrar a utilização dos conceitos Freudianos na análise da fonte (testemunho) como meio para acessar o conhecimento acerca da organização política totalitária - embora não só.

Pensar o Trauma é muito complexo e logo se faz conexões com muitas situações que o envolvem; na ponta contrária do trauma encontra-se a sublimação - o ato de tornar o pesaroso em algo que seja apresentável para a civilização - que permite e que transforma a memória em texto e publicação. Vamos trabalhar como trauma e sublimação que se contrapõe e contemplam às mesmas cenas de escrita. Tudo isso aplicado a fonte.

E na tarefa de pensar o Trauma em relação ao testemunho, ainda nos deparamos com mais um confronto: este é ordem temporal, o tempo em que se vive é diferente do que tempo em que se narra; esse espaço gera lapsos de memória e remodela a narrativa do acontecido. Assim, esse espaço temporal deve ser analisado e integrado junto ao trabalho.

Ainda sobre espaço temporal, espaço de memória e escrita evidenciam articulações muito próprias para a psicanálise. O inconsciente³²⁷ aparece como centralidade do trabalho psicanalítico e também como o objeto a ser estudado; por vezes ele é objetificado para o estudo Freudiano. Já na escrita de Primo Levi, o inconsciente se apresenta na forma da escrita íntima, e vai sendo objeto e sujeito ao mesmo tempo - não se trata do estudo do inconsciente, mas sim da explanação que se faz do mesmo.

E no decorrer desse trabalho vamos manter a proposta inicial do Projeto que foi apresentado no processo seletivo da Pós-Graduação, salvo as algumas alterações que se deram em detrimento de novas leituras e discussões. O projeto trata do que acima

³²⁷ Freud se interessa pela relação do Romancista com a psicanálise, por vezes traça itinerários que são comuns para ambos: “O analista observa o inconsciente de seus pacientes, ao passo que o escritor observa seu próprio inconsciente e molda suas descobertas numa manifestação expressiva. Assim, o romancista e o poeta são psicanalistas amadores, na melhor das hipóteses são penetrantes quanto qualquer profissional. O elogio de Freud dificilmente poderia ter sido mais sincero, mas era o elogio do artista enquanto analista.” (GAY, 1989, P. 269)

descrevemos: análise da literatura de testemunho a partir da metodologia psicanalítica, o que implica em desenvolver problemas que versam sobre o Nazismo, a condição Judaica, a Segunda Guerra e a Memória do holocausto. Esses temas que serão abordados ao longo do trabalho se confluem para sustentar uma possível coerência para lermos a Literatura de Testemunho. Quando falamos de possível interpretação é pelo prisma de interpretações que toda literatura nos oferece. O que nos permite não sermos escapistas ou muito inventivos é o estabelecimento de um contexto histórico definido e de uma teoria do testemunho que avança para analisar o processo da escrita, mas do que propriamente a escrita. Ao falar em analisar o processo, a postura da escrita e o lugar de testemunho, isso nos remete aos métodos clínicos de análise Freudiana, que deslocou o lugar do testemunho e nos indicou que o conteúdo é apenas o resultado do espaço testemunhal e o contexto que o mesmo carrega. Essa análise, que muito nos parece subjetiva e fictícia, ganha maior objetividade, se assim somos autorizados a dizer, ao ser contornada por situações concretas que marcam o século XX. Entretanto, não nos importamos em não adquirir o título de uma história marcada pelo real, até porque não acreditamos que esses signos construídos por alguns grupos possam creditar ou desacreditar uma produção historiográfica. Seguimos métodos confiáveis ou, ao menos, usuais ao historiador, mas sem a pretensão de produzir algo que confirme essas dicotomias que perseguem a escrita da história, sobretudo nos temas da memória.

Consciente e inconsciente, real e ficção, são apenas peças de um mosaico que interagem para a composição de uma única figura que aqui chamamos de literatura de testemunho, e não elementos que podem ser separados com exatidão. Acreditamos que essas dicotomias e separações severas tenham sido superadas, o que nos confere confiança e conforto para prosseguir com esse trabalho; mas para ajustarmos um espaço maior a nós, ainda reafirmamos que a intenção desse trabalho não é promover uma nova modalidade do fazer histórico: muito audacioso e caro isso nos seria, mas sim caminhar com mais liberdade dentro das possibilidades do fazer histórico.

Referências bibliográficas:

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: *Obras Completas*, volume 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 170-194.

FREUD, Sigmund. Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In: *Obras Completas*, volume 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 209-246.

GAY, Peter. *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEVI, Primo. *E isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CORAÇÃO LEVIANO

Desilusão e morte em Paulinho da Viola

*Kenia Gusmão Medeiros*³²⁸

RESUMO: Este trabalho tem como tema reflexões presentes no repertório de Paulinho da Viola. As canções deste artista são relatos marcados por representações sobre o tempo e a vida. Este breve artigo versa sobre duas sensibilidades e representações relacionadas as primeiras, desilusão e morte, também encontradas nas músicas do compositor. A canção enquanto fonte histórica permite que encontremos em palavras cantadas, representações sociais e práticas cotidianas que comumente dialogam com as

³²⁸ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em História pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Professora do Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Orientador da tese: Prof. Dr. Carlos Oiti Berbert Jr.

experiências dos quadros sociais nos quais elas surgem. Por meio de narrativas repletas de metáforas, os discursos musicados de Paulinho da Viola se configuram como relatos que dialogam com questões filosóficas a partir da partilha de experiências e referências cotidianas.

Palavras-chave: Paulinho da Viola, desilusão, morte, esperança.

Desilusão

As desilusões são temas recorrentes no repertório de Paulinho da Viola. Elas são frequentemente de caráter amoroso ou relacionadas a instabilidade da vida e seu intrínseco aspecto temporal. Suas canções são escritas com muitas metáforas, muitas delas relacionadas a água. No caminho poético percorrido pelo compositor ela representa fluidez e passagem, pranto e tristeza mas também esperança e renovação. Juntamente com outros termos correlacionados, a água é usada pelo compositor como um elemento discursivo que colabora para que sejam cantadas suas impressões e reflexões acerca da vida.

Água, rios, ondas, tempestades, marinheiros, barcos, timoneiro, ventos e tempestades e portos representam aspectos de uma consciência que entende a vida pautada pelo inconstante, incontrolável e embalada por movimento. Neste artigo, das canções que utilizam essa metáfora da água, apenas uma está presente, mesmo assim cabem breves reflexões. Luiz Costa Pereira Jr diz que esse traço do compositor pode ser associado a perspectiva de Heráclito

Pois sobre a aparente imprecisão heraclitiana, o filósofo declara sempre uma única e mesma coisa: a continuidade do acontecer, do fluir, eco ilustre para as metáforas de navegação usadas por Paulinho da Viola. Heráclito golpeava a crosta dos discursos, diz Schüler, principalmente os verborrágicos e definitivos que tendem a absolutizar informações. Expunha as coisas à medida que as descobria, e mesmo então, buscava não ser conclusivo, pois a investigação deve ser o foco, não a certeza de que há uma solução confiável. (PEREIRA JUNIOR,2011)

Em *Coração Leviano*, o outro, é aquele que trama, que possui planos e joga o narrador na instabilidade da contingência ao partir sem dizer adeus. Essa desilusão é narrada através das já citadas metáforas relacionadas a água. O coração do narrador é o navegante que enfrenta a tempestade, a paixão e a loucura são um mar onde o narrador

busca felicidade. No final, o narrador reconhece um erro e este se situa numa espera, a espera por um bem de um coração leviano.

Coração Leviano
(Paulinho da Viola, 1996)

Trama em segredo teus planos
Parte sem dizer adeus
Nem lembra dos meus desenganos
Fere quem tudo perdeu

Ah coração leviano não sabe o que fez do meu
Ah coração leviano não sabe o que fez do meu (mas trama)

Este pobre navegante
Meu coração amante
Enfrentou a tempestade
No mar da paixão e da loucura
Fruto da minha aventura
Em busca da felicidade

Ah coração teu engano
Foi esperar por um bem
De um coração leviano
Que nunca será de ninguém

Na canção *Comprimido* em uma *noite comum de novela* Paulinho narra a opressão cotidiana em uma história com desfecho trágico. Ao delegado a mulher revela um detalhe perturbador, o marido andava a ouvir sem parar um samba do Chico que falava sobre as coisas do dia-a-dia. A referência é feita a canção *Cotidiano*, do álbum *Construção* de 1971. Nessas palavras cantadas de Paulinho o próprio título da canção oferece uma dupla matriz de sentido; fazendo alusão ao comprimido que causa o envenenamento e também a solução para a condição de compressão, dito ainda de outro modo, de opressão sofridas pelo personagem da música. Eliete Eça Negreiros diz que em *Comprimido* a não resolução do mistério juntamente com alguma medida de indefinição sobre quem são aqueles personagens e de localização temporal, ampliam o caráter ficcional da canção e nos intrigam ainda mais. (NEGREIROS, 2011, p.95). Em *Comprimido* Paulinho consegue por suas palavras cantadas transbordar os sentidos de uma temporalidade cotidiana. Para isso, o autor faz uso das sensibilidades de situações domésticas e triviais. As marcações de orientação temporal aparecem também nessas representações da vida prática, a chegada, a saída, os afazeres comuns do ambiente privado da casa. E aliás, o que pode melhor representar em nosso íntimo, em nosso eu, nossa temporalidade vivida do que

nossos próprios movimentos e atividades cotidianas? É no âmbito cotidiano que percebemos e encenamos nossas próprias condições e orientações temporais.

Comprimido
(*Paulinho da Viola*, 1973)

Deixou a marca dos dentes
Dela no braço
Pra depois mostrar pro delegado
Se acaso ela for se queixar
Da surra que levou
Por causa de um ciúme incontrolado
Ele andava tristonho
Guardando um segredo
Chegava e saía
Comer não comia
E só bebia
Cadê a paz
Tanto que deu pra pensar
Que poderia haver outro amor
Na vida do nego
Pra desassossego
E nada mais
Seu delegado ouviu e dispensou
Ninguém pode julgar coisas de amor
O povo ficou intrigado com o acontecido
Cada um dando a sua opinião
Ela acendeu muita vela
Pedi proteção
O tempo passou
E ninguém descobriu
Como foi que ele
Se transformou
Uma noite
Noite de samba
Noite comum de novela
Ele chegou
Pedindo um copo d'água
Pra tomar um comprimido
Depois cambaleando
Foi pro quarto
E se deitou
Era tarde demais
Quando ela percebeu
Que ele se envenenou
Seu delegado ouviu
E mandou anotar
Sabendo que há coisas
Que ele não pode julgar
Só ficou intrigado
Quando ela falou

Que ele tinha mania
De ouvir sem parar
Um samba do Chico
Falando das coisas do dia-a-dia

A nossa relação com temporalidades não se dá apenas no agir e na busca de satisfação e finalidades. Ao contrário disso, nossas relações com o tempo se dão também pela nossa tentativa em grande medida inútil de resistirmos a ele e a seus movimentos. No meio da cotidianidade por vezes enfadonha ou de nossos planos para o futuro, ou ainda entremeadas em nossas memórias, está a nossa necessidade de orientação temporal. Precisamos de algum modo ou de muitos, nos orientarmos em relação às mudanças que ocorrem em sociedade e em nossa própria vida. De acordo com Rüsen: “O tempo é assim experimentado como um obstáculo ao agir, sendo vivido pelo homem como uma mudança do mundo e de si mesmo que se opõe a ele.”³²⁹ (RÜSEN,2001,p.59).

A morte

Na deriva, a experiência de morte nos acompanha enquanto estamos a navegar num oceano de expectativas e experiências. A lembrança do inevitável fim para tudo o que vive é também o motivo do angustiante caráter do viver. Nossas ações, desde as que nos provêm a subsistência até as que se relacionam ao espírito, estão em franco diálogo com a tentativa do adiamento de nossa finitude. “Não é, pois, no momento da morte, nem na proximidade da morte que se torna necessário pensar nela. É durante toda a vida.” (ARIÈS, 2014, p.397)

A atividade humana de temporalizar possui alguns norteadores provisórios que variam de acordo com as circunstâncias da vida de cada sujeito, entretanto, a morte é o norteador frequente e comum a todos. Temporalizamos a existência por conhecermos sua condição de finitude.

No arco tenso traçado pela decisão antecipadora, revela-se o perfil da temporalidade autêntica: o futuro que puxa a cadeia dos êxtases, é uma antecipação, o passado, a retomada do que uma vez foi possível, e o

³²⁹ RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. p. 59.

presente, o instante de decisão. Mas sob o foco da morte, onde o arco finda, a *temporalidade extática*, originária, revela-se finita, nela espelhado o sentido do *Dasein* em sua finitude (NUNES,1992, p.132).

Pensar o tempo humano é inevitavelmente pensar seu transcorrer e seu fim. A certeza do caráter finito da experiência humana de viver é o que guia mesmo que indiretamente a mesma. O ínterim a ser desfrutado é ainda desconhecido. Tanto o período compreendido entre o nascimento e a morte do indivíduo, quanto a própria experiência e representação da morte variam e se modificam em função de tempo e espaço.

Ao observar essas mudanças, vê-se que o morrer tornou-se ainda que de um ponto de vista negativo, um dos inúmeros processos de produção da vida econômica moderna. E, no entanto, talvez não haja nenhuma outra experiência na vida do ser humano que descreva tão nitidamente os limites impostos ao domínio moderno da natureza com o auxílio da ciência e da técnica³³⁰ (GADAMER, 2006, p.69).

A capitalização da morte na vida moderna possui dois lados distintos. Primeiro, para grande parte da população, o último ato é dispendioso do ponto de vista financeiro. Em torno da morte circunda uma economia sombria mas necessária e por isso mesmo extremamente intensa. Segundo, em vida, conscientes de sua finitude, os homens buscam cada vez mais o gozo de cada instante das maneiras mais variadas quanto possível, os investimentos nessa procura por experienciar a vida enquanto é possível, por vezes são volumosos.

A busca por orientação na vida também é a busca por orientação temporal. Essa angústia e necessidade de direcionamento surgem em momentos repentinos de questionamento de si em meio ao cansaço e a trivialidade cotidiana. Dissolvemo-nos em cotidianidades, perdemos a nós mesmos num mundo de técnicas e informações. Mesmo longe do mundo acadêmico e dos filósofos de formação, os questionamentos de si e do mundo físico e das ideias acontecem cotidianamente. Uma filosofia nascida da sensibilidade e ou da fadiga do dia-a-dia é intimamente vivida por pessoas comuns e por vezes reverberada por essas mesmas. Como define Karl Jaspers filosofar é então buscar por uma independência íntima.

A filosofia será simultaneamente a aprendizagem da vida e da morte. A insegurança da existência no tempo faz da vida uma constante tentativa. (...).

Nesta tentativa importa sobretudo correr o risco de entrar na vida, de nos expormos ao mais extremo e não o dissimularmos, de ver com honestidade e deixar o campo livre às interrogações e respostas. E seguir então o nosso caminho, na ignorância do todo, sem a certeza palpável do que seja autêntico, sem usar de falsa argumentação ou de enganosa experiência para descobrir a fresta que permita no mundo contemplar a transcendência, sem que a palavra de Deus nos atinja direta e univocamente, aceitando ouvir em cifra a ambígua linguagem das coisas e vivendo todavia com a certeza da transcendência. (...) Se filosofar é aprender a morrer é porque saber morrer é precisamente a condição de uma vida autêntica. Aprender a viver e saber morrer são o mesmo. (JASPERS, 1985, p.124)

Partindo da contribuição de Jaspers, se a filosofia é um aprendizado sobre a vida e sobre a morte ela é por conseguinte, uma mediadora da nossa relação com o tempo. Por meio dela não podemos medir, mas podemos atribuir sentidos a ele. Ao pensarmos nossa condição humana, estamos diretamente refletindo sobre a condição de brevidade temporal da nossa própria existência e isso significa pensar sobre a nossa própria morte e na dos que nos cercam.

Nos apegamos a vida sabendo que ela é finita, tentamos prolongar nossas existências, conscientes de que em algum momento isso não mais será possível. A brevidade escancarada do *daisen*³³¹ nos incentiva a temporalização de toda e qualquer experiência cotidiana. Tendo como condição inexorável, o fim, a vida carece de uma orientação temporal que a faça ser melhor aproveitada. O *daisen* existe como ser temporal e com intenção à temporalidade, a um eterno sentido, em termos gerais, nunca é um ser, mas sempre e somente tornando-se.

Não significa que todas as pessoas vivam aterrorizadas com pensamentos sobre a morte. O fim, esse marco intrínseco a existência de tudo o que vive, exerce sua influência de modos distintos sobre diferentes culturas e sujeitos. Se em tantas sociedades de tempos passados, a morte inibia muitas ações pelo medo das consequências na vida espiritual; hoje apesar dessa perspectiva não ter desaparecido e ainda demonstrar bastante força, é bastante comum também, o discurso que fomenta a vivência de experiências variadas e livres de amarras e pudor, justamente pela finitude da vida. Na vida cotidiana, nossas

práticas temporalizadoras para diferentes durações, tem nelas diluída nossa consciência da nossa mortalidade.

Mas que vida? Não importa qual. Uma vida dominada pelo pensamento da morte, e uma morte que não é o horror físico ou moral da agonia, mas o oposto da vida, o vazio da vida, incitando a razão a não se apegar a ela: eis porque existe uma relação estreita entre o bem viver e o bem morrer. (Cf.: HEIDEGGER, 2007)

Os sinais da morte física, a morte do nosso corpo vão ocorrendo paulatinamente. As pessoas que tem a oportunidade de envelhecer, alardeiam involuntariamente por meio de seus corpos já corrompidos pelo tempo, o destino comum dos que conseguirem manter-se vivos por maior período. Os versos *Tem a cabeça branca/ A pele encarquilhada* denunciam a ação do tempo. Muitas sociedades, passam atualmente por um processo de envelhecimento de suas populações, a expectativa de vida tem aumentado e o número de idosos é crescente. Salvo algumas exceções, as sociedades contemporâneas, especialmente as ocidentais, desde o século XX promoveram grande valorização da juventude em detrimento da velhice. Paradoxalmente, essas mesmas sociedades tem agora o desafio de articularem e desenvolverem espaços e sociabilidades que atendam às necessidades de uma grande população envelhecida.

A vida é essa/É um segundo que se esvai depressa, os versos constataam a brevidade do ser a qual todos estamos sujeitos. *Todos nós temos o nosso momento/E depois dele o esquecimento*, os versos finais, refletem ainda o esquecimento ao qual também muitos de nós estamos condenados.

Precisamos de tempo, buscamos mais tempo, queremos viver pelo máximo de tempo que for possível e ao mesmo tempo o tempo que transcorre é nosso maior obstáculo. Esse tempo obstáculo que Jörn Rusen chama de tempo natural, e caracteriza como resistente e impediante, segundo o mesmo, pode ser bem sintetizado na ideia de contingência e tem como seu evento mais traumático e perturbador, a morte (RÜSEN, 2001, p.59).

Caco Velho
(*Ataulfo Alves*, 1966)

Reside no subúrbio do Encantado
Num barracão abandonado
João de Tal
Cabra falado

E dizem que viveu fora da lei
 Foi um rei
 Que zombava da morte
 Tinha um santo forte
 No meio da gente bamba
 O seu prazer era tirar um samba
 Pulava, dava rasteira
 Topava briga de qualquer maneira
 Mas hoje é um caco velho
 Que não vale nada
 Tem a cabeça branca
 A pele encarquilhada
 Faz até pena ver o seu estado
 A vida é essa
 É um segundo que se esvai depressa
 Todos nós temos o nosso momento
 E depois dele o esquecimento ³³²

Segundo Jaspers, as dimensões que experienciamos no mundo relacionam-se ao movimento vital. Nossa inquietude, apresenta-se em situações-limite (luta, morte, acaso e culpa), nas quais sempre é produzida uma cisão entre o sujeito-objeto no mundo objetivo concreto. Não há nada sólido, tudo é relativo, finito e pintado como contradição, e nessa feita, a vida prática emerge como amparo para essas situações. O apoio no que sabemos ter um fim, são ações que buscam algo seguro e racional, podendo ser expressas em doutrinas filosóficas também racionais. O realismo essencial, contudo, é sempre apresentado por importantes contraposições, inclusive de ordem mística. Um caminho que se oferece como contraposição aos discursos que ganham autoridade pelo caráter científico e se apoiam, exatamente, na ausência de garantia de tudo que está no mundo, mas também na esperança de uma existência espiritual. A intenção da religião não é explicar o mundo. A religião serve justamente, de protesto contra o mundo descrito e explicado pela ciência. Ela é a voz de uma consciência que não pode encontrar descanso no mundo tal qual ele é, e que tem como intuito, transcendê-lo (Cf.: ALVES, 2006).

Esse aspecto de reflexão filosófica, como dito anteriormente, não está somente associado ao conhecimento formal, mas à vida prática. Nesse sentido o repertório de Paulinho está repleto de referências e reflexões acerca de questões do tempo cósmico e também do vivido. Em sua obra podemos encontrar um pensamento tipicamente popular, dentro do samba, gênero também de apelo popular. Esse pensamento é muitas vezes dito

³³² Gravada por Paulinho da Viola em 1996.

nesse repertório como ensinamento, reflexão, questionamento, em síntese, como compreensões que dialogam com temas filosóficos. Aparecem inflexões e desdobramentos da ideia de temporalidade como tempo indeterminado, fragmentado, esperado e perdido. Em algumas canções como a próxima que segue, o tempo é retratado como o agente que desconstrói expectativas e que se alonga na angústia de esperas. Em sua dimensão de futuro, ele é imprevisível. Ou seja, o tempo é apresentado como o fio principal de uma trama que ele mesmo desfaz.

Ainda mais
(*Paulinho da Viola e Eduardo Gudim, 1965*)

Foi como tudo na vida que o tempo desfaz.
E a vida continua

Os sonhos nos acalentam
Os sonhos nos alimentam
Coisas que no mundo não tem
E outro dia vem chegando
E a gente sempre esperando
Aquilo que nunca vem

E o que passou foi embora
E o que vem não se sabe
Sozinho a gente chora...

Em termos filosóficos, a experiência da morte apresenta outra questão, a imortalidade. A imortalidade, vida sem morte ofertada aos deuses; a natureza (eterno ciclo de renovação); e a aqueles que aderem a alguma fé que contemple a imortalidade da alma humana. Cabe ao homem na terra, a experiência entre a vida e a morte, mas não por sua condição biológica, natural. A vida individual da humanidade, permite uma reflexão, pragmática ou contemplativa, sobre como individualidade e a narrativa pessoal se findam em um dado momento. Se há alguma segurança mínima para alguma imortalidade humana, essa estaria, como já alertavam os gregos, nas histórias contadas na arena pública.

Jaspers ao confrontar-se com as questões da morte, articulou um horizonte a partir das situações-limites. Ou seja, a esfera da mundaneidade, da circularidade do mundo, é atrelada em duas esferas, uma a resignação da vida enquanto experiência limitada; e a outra a opção ou decisão pelo fim. Essa questão é sintetizada por Albert Camus como: “Só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio. Julgar se a vida vale ou

não vale à pena ser vivida é responder à questão fundamental da filosofia.” (CAMUS, 2004, p.17).

Contudo, valores éticos e morais, caminham em sintonia para suavizar essa experiência. O medo da imortalidade amaldiçoada representada para muitos pelo inferno ou a possibilidade de contemplação da eternidade no paraíso já faziam parte da primazia do pensamento de Santo Agostinho. O tempo, enquanto experiência humana era uma pré-condição para a perpetuação da vida. Essas temporalizações forjam horizontes. Para Heidegger, a manifestação da ansiedade, está materializada em qualquer atividade humana, desde da brincadeira infantil até a reflexão da história pessoal. O ser está por sua condição de instantes, o *daisen*, é a própria angústia. (Cf.: HEIDEGGER, 2007)

A vida desde sua concepção é interpretada e cuidada em função do tempo. É no tempo que os acontecimentos se desenrolam. O tempo é medido e sentido, nossa orientação temporal propicia ações que por vezes facilitam, por vezes possibilitam a nossa própria sobrevivência. Paradoxalmente, o tempo é também o maior responsável por corromper a existência de tudo o que vive.

A ação do homem no tempo é o objeto da história. Cada texto historiográfico porém, traz consigo as marcas do tempo no qual foi pensado e produzido. Antoine Prost concebe que: “Daí resulta que todas as histórias são, ao mesmo tempo, uma história da história” (PROST, 2012). Mesmo os trabalhos dos historiadores que se debruçam tão detidamente sobre uma determinada temporalidade, em alguma medida correm sempre o risco de terem sua validade solapada pelo transcorrer do tempo e a possibilidade de novos fatos, documentos, fontes ainda desconhecidas serem descobertas e mudarem o que se sabia sobre um determinado evento ou época até então. O futuro é imprevisível e o passado também.

O homem se temporaliza e seu acontecer histórico é a temporalização (NUNES,1992).

Bibliografia

ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

ARIÈS, Philipe. **O homem diante da morte**. São Paulo: Editora Unesp,2014

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GADAMER, Hans-Georg. **O caráter oculto da saúde**. Petrópolis: Editoras Vozes, 2006.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2007.

JASPERS, Karl. **Iniciação filosófica**. Lisboa: Guimarães Editores LDA, 1985

NUNES, Benedito, Experiências do tempo. In.: NOVAES, Adauto. (org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

Tese:

PEREIRA JUNIOR, L. C. **O mar que me navega**: Sintonias filosóficas em Paulinho da Viola. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação, USP. Orientador: Prof. Dr. Luiz Jean Lauand. 2011. p. 60. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-21072011-131554/publico/luiz.pdf. Acessado em maio de 2016.

POR UM INSTANTE DA VELHICE: O ESTUDO DO IDOSO NO ESTADO DE GOIÁS

*Kryshia Freitas*³³³

RESUMO: O presente texto busca apresentar os principais caminhos relacionados a proposta de pesquisa voltada a realização do trabalho histórico a partir de documentos fotográficos. Assim sendo, debruça-se sobre metodologias que discutem fotografia e história considerando a temática do envelhecimento bem como da construção do conceito de velhice. O tema, sobretudo, é vislumbrado a partir de retratos fotográficos capturados cotidianamente na casa de repouso Solar Colombino Augusto de Bastos situada na cidade de Goiânia. A percepção destes toma como referência o conceito de “Instante decisivo” proposto pelo fotógrafo francês Henri Cartier-Bresson. Do mesmo modo, o trabalho busca à compreensão das imagens de modo dialético como propões Huberman ao seguir o viés do entremeio entre o formalismo e a iconografia afim de atingir a apreensão de sentido.

Palavras-chave: Fotografia; envelhecimento; Solar Colombino.

Apresentação

O presente trabalho trata-se da continuidade da pesquisa iniciada ao longo da graduação propondo uma pesquisa histórica tendo como fontes fotografias. Assim, desde o ano de 2010, voltou-se ao estudo teórico sobre a temática da relação entre história e fotografia. Este primeiro contato teórico se deu através do trabalho do historiador e fotógrafo Boris Kossoy. Neste momento, o olhar voltou-se ao estudo que pressupunha como elemento fundamental o viés investigativo. A partir das considerações de Kossoy, passou-se a ter conhecimento da sua técnica-iconográfica e interpretativa percebendo a importância do levantamento de informações relacionadas a datas, locais e autorias. Além disso, através da leitura de Kossoy, percebeu-se o possível entrecruzamento de dados implícitos e explícitos “presentes” na fotografia que resultam no descobrimento do seu processo de materialização. Em decorrência deste primeiro contato, descobriu-se novos

³³³ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Orientador (a): Profª Dra. Maria Elizia Borges (PPGH/UFG)
Fomento: CAPES

autores que contribuíram para com o estudo como Flusser, Rouillé, Benjamin, Sontag, Maria Auxiliadora Schimdt. Assim, ao pensar sobre o que poderia tomar como objeto de pesquisa, emergiu a ideia de adotar como fonte uma seleção de fotografias de um mesmo fotógrafo que tivesse atuado por muito tempo, podendo assim, perceber as mudanças e permanências na sua obra. Foi então, que num caminho certo, nos deparamos com o trabalho do francês Henri Cartier-Bresson e seu apaixonante “*instante decisivo*”.

Pensar sobre este novo conceito que surgira parecia atribuir sentido a todo aquele estudo adquirido no últimos anos. Através dos vislumbres acerca do instante decisivo de Bresson conseguimos, finalmente, compreender o que viria a ser o lado implícito da fotografia de que falava Kossoy. Ter conhecimento do conceito de instante decisivo em si e tentar verifica-lo nas obras de Bresson possibilitou traçar novos caminhos. O caminho, que mais a frente, descobrimos ser o da dialética proposta por Huberman.

O conceito ao qual nos referimos, segundo o seu próprio criador, trata-se de um instante em que ao capturar aquele fragmento da realidade emerge da cena sob a forma de um feixe de luz, expressões curiosas, o movimentar dos corpos, a espontaneidade de um gesto. Assim, apesar destes pressupostos estarem relacionados ao caráter plástico da imagem, o percebo enquanto “*emoção*”. Esta sim é a força motora que move o sujeito-objeto da fotografia, bem como o fotógrafo. Perceber o instante decisivo enquanto “*emoção*” faz com que reconstituamos a cena anterior ao momento da captura, percebamos a fotografia com mais intensidade e altera a condição de “*morte*” do sujeito enquanto objeto. Nesta perspectiva, o sujeito extrapola, a partir do olhar do apreciador, a sua condição de “*forma*” na fotografia. Há neste processo um movimento dialético entre o sujeito e o apreciador pois, a apreensão do sujeito-objeto por parte do apreciador não é possível sem que este “*sinta*” o instante decisivo do mesmo modo que é a partir desta apreensão que torna-se possível que o primeiro vá além da imagem.

Sobretudo, o conceito em estudo foi vislumbrado através de uma seleção de fotografias do fotógrafo Henri Cartier-Bresson ao início de sua carreira e ao fim. Assim, tratava-se de obras da década de 1930 e 1990. Este recorte de duas décadas fez emergir a hipótese de que o francês tenha tido a intenção de registrar sua própria geração na sua obra pois as fotografias da primeira década seguem fotos de pessoas que assim como ele contemplavam a juventude, enquanto que na década de 1990 eram registrados sujeitos idosos, como Bresson. Desta forma, elegemos como tema principal a questão do envelhecimento goiano, mas mantendo a proposta inicial de um trabalho histórico cujas

fontes são os documentos fotográficos. O interesse surgiu a partir da ideia de tomar como objeto de pesquisa algo mais próximo a nossa realidade. No entanto, surgiu o lampejo de fazer o levantamento destas fotografias de idosos em alguns asilos da região, após muito pesquisar em acervos nos museus e laboratórios de Goiânia. Nestes últimos, nos deparamos com um registro da velhice favorecida de políticos e influentes goianos.

O objetivo do presente trabalho, em sua totalidade, corresponde ao esforço de realizar um trabalho histórico tendo como fonte fotografias. Do mesmo modo, pretende-se pensar a fonte fotográfica de forma a romper com a análise plástica tradicional percebendo os seus aspectos subjetivos. Sendo a temática abordada nas fotografias, a da velhice, o estudo também busca colaborar para com o pensamento acerca da história do envelhecimento do ponto de vista conceitual, bem como em um espectro mais específico, enriquecendo, em certa medida, o campo de estudo sobre o envelhecimento goiano.

Assim sendo, esta dissertação se estrutura em um primeiro capítulo voltado ao uso da fotografia enquanto documento histórico expondo a perspectiva pela qual se dá a análise das fontes utilizadas. Em um segundo momento, o trabalho se debruça acerca da questão do envelhecimento buscando o aprimoramento do conceito no que se refere à velhice goiana. No terceiro capítulo, o trabalho será dedicado a análise das fotografias do Asilo Solar Colombino.

A fotografia enquanto documento histórico

Em “*Fotografia e História*” (2009), Boris Kossoy afirma que a história da fotografia diz respeito ao estudo sistemático desse meio de expressão em seu processo histórico. A história da fotografia remete ao emprego da iconografia fotográfica do passado em diferentes ramos do conhecimento. A história dos documentos fotográficos dá margem a essas duas vertentes de investigação que não se dissociam uma vez que, tem como centro os próprios documentos fotográficos. Em ambas, pretende compreender o passado tomando como fonte os documentos fotográficos. Razão pela qual elas se interpenetram. Desta forma, uma retroalimentação contínua de informações e conhecimento. É o que ocorre conforme o aprofundamento nas especificidades da investigação.

O emprego da iconografia fotográfica no trabalho histórico se depara com dificuldades porque a própria história da fotografia não tenha sido objeto de investigação

aprofundada. Assim, a história da fotografia se verá reduzida a uma história técnica fotográfica se os temas representados não estiverem contextualizados. As fontes fotográficas submetidas ao exame técnico-iconográfico e interpretativo servem para recuperar informações, uma possibilidade de memória visual do homem ao redor do seu campo cultural. Trata-se da fotografia enquanto instrumento de pesquisa prestando à análise da vida histórica. Já para a história da fotografia, a própria é objeto de pesquisa. Interessam os artefatos representativos de diferentes períodos num dado momento histórico ou país. Não se pode confundir a história da fotografia de um país com a história de um país através da fotografia. (KOSSOY,2009). Para o autor, uma tarefa fundamental na elaboração do trabalho histórico é mapear fotógrafos que atuaram numa determinada região em determinado período de vida. Isso levará a uma diversidade de fontes. Assim, se terá subsídios para a determinação de datas, locais, autorias, pistas para a investigação do tema possibilitando o emprego da iconografia fotográfica como fonte histórica em pesquisa específica.

A fotografia não é somente registro de uma cena passada, é também do seu autor e da tecnologia. Dado ao caráter indivisível entre matéria e expressão da fotografia, reúne-se um somatório de informações acerca da gênese e história enquanto documento e de um fragmento da realidade passada. Na arqueologia do documento fotográfico, se impõe a reconstituição do processo que gerou o artefato e a determinação dos elementos icônicos que compõe o registro. Abrange também, a pesquisa da procedência do documento fotográfico. Determinação científica do achado. Essa trajetória é importante, pois transmitirá pistas e ajudará na interpretação. É necessária a reunião de dados seguros dos elementos constitutivos e as coordenadas de uma situação que deu origem a fotografia. Isso se dará com o auxílio da análise técnica e iconográfica. É pelo cruzamento das informações implícitas e explícitas do documento que se reconstitui o processo de materialização de um artefato fotográfico. (KOSSOY,2009).

Em “*O que vemos, o que nos olha*” (1998) Didi-Huberman apresenta um procedimento importante para o historiador da arte esclarecendo questões metodológicas que também estão associadas aos seus próprios procedimentos teóricos. Um aspecto importante, é que o autor faz um esboço em que ele se concentra em dois tipos de documentos: os escritos dos artistas e suas obras. Huberman, portanto, não se fundamenta em um material historiográfico. Além do debate teórico envolvendo a psicanálise, ele coloca os artista na condição de agentes de sua produção. O autor não sugere um

confronto desses documentos providos dos artistas com outros de cunho institucional ou social. Apesar da crítica que estabelece, o autor não foge da conduta convencional que seguem o formalismo e a abordagem iconográfica. Ambas se debruçam na leitura dos aspectos simbólicos, no entanto, se ligam a pêndulos diferentes. Deste modo, o autor considera a análise formalista como sendo o pêndulo tautológico e a iconográfica como a crença que neste ponto, é elevada a condição de sistema teórico.

Tendo em vista as duas metodologias, Huberman propõe um entremeio: a análise dialética. O autor considera que mesmo visto pela sua forma, o objeto é possuidor de uma dimensão pulsional. Neste sentido, buscando se distanciar de uma possível espiritualização da obra de arte, Huberman estabelece um diálogo com Freud com o intuito de esclarecer que a simbolização é um procedimento que provém do resíduo da obra e não do seu cerne. O que importa segundo ele, não é a significação e a forma mas a produção de sentido. Não se trata, portanto, de uma análise da forma nem dos conteúdos das obras mas sim do processo de significação pensado enquanto produção de sentido.

Para Raymond Depardon (Apud Rouillé, 2009) existe um corte temático entre os trabalhos iniciais, realizados por Henri Cartier-Bresson e aqueles realizados nos anos 1990. Segundo Depardon esse segundo momento poderia ser identificado por “uma fotografia dos tempos fracos em que nada poderia acontecer”. Não existiam cores, luzes, raios de sol ou química arranjada. Ao passo que o “momento decisivo” anterior a este, requereria uma diversidade brusca de intensidade, ação e dinamização temporal. As imagens roubadas no momento decisivo passam a dar lugar ao diálogo, à troca. Bastou, portanto, um quarto de século segundo o autor para o fotojornalismo ir do “instante decisivo” ao vazio dos tempos fracos, sendo que neste passou a haver a presença do outro que dispôs a ser objeto tornando mais difícil o roubo, o furo, características fundamentais do fotojornalismo de Henri Cartier-Bresson.

A presença do outro no processo fotográfico configura uma nova etapa que direciona a fotografia de documento à expressão. A aparição do fotografado vêm para finalizar o que ficou compelido na imagem com a emergência da escrita. O espaço para o outro só é concedido ao longo dos anos 1990 em que se ascende uma nova geração de fotógrafos e uma categoria de sujeitos. Sendo que estes últimos são vítimas de um mundo conturbado que acaba por sufocar seus sentimentos e expressões inviabilizando mais ainda a proposta do instante decisivo de Cartier-Bresson. Esta característica, no entanto,

exige mais disponibilidade para o outro tendo em vista que para extrapolar a realidade destes sujeitos atingidos pela invisibilidade é preciso tempo (ROUILLE, 2009).

Para Fabris (2009), o retrato fotográfico emerge de um código de representação que envolve: a pose, o enquadramento e a harmonia entre a face e o corpo. Assim como no retrato pictórico existe a preocupação para condensar os traços fisionômicos com a personalidade do retratado. Ao retomar as considerações de Alphonse Bertillon, a autora afirma que a exatidão sem alteração e desprezada de truques comum ao retrato burguês elabora uma nova concepção de identidade social. Assim, a relação de negócio existente entre fotógrafo e retratado é rompida. Segundo Fabris, a proposta de Bertillon explicita claramente que o retrato fotográfico trata-se de uma construção social e engendra a problemática da semelhança. Aproximando semelhança e identidade, Barthes suscita que ambas resvalam pelo conceito de conformidade e considera que a identidade do sujeito objeto é imprecisa, podendo ela ser imaginária.

A autora, no entanto, afirma que o autor em a “*Câmara Clara*” constata que o indivíduo pode se assemelhar com a vastidão infinita das imagens de si próprio. Trata-se do copiar de uma cópia não importando se esta injunção é real ou mental. Para Fabris (2009), Barthes identifica além deste paradoxo que o retrato fotográfico decorre do encontro de quatro personagens: “*aquele que o retratado acredita que ser; aquele que gostaria que os outros vissem nele; aquele que o fotógrafo acredita que seja; aquele de que o fotógrafo se serve para exibir sua arte*”. Ao possibilitar o encontro do “*eu como outro*”, a fotografia intensifica a relação do indivíduo com a imagem de si mesmo e assim, instiga a pose. Esta por sua vez, afirma a autora, é a formação de um corpo que interage com a câmera. Sobretudo, esta dinâmica calcada no eixo social e psicológico do indivíduo permite atenuar a transmissão da realidade que a fotografia promove. Segundo Fabris, Barthes remete a este movimento sob o argumento de que “*a fotografia é um atestado de presença, é a contingência absoluta, que testemunha a identidade e a condição civil de uma pessoa*”.

Segundo Fabris (2009), durante o século passado o retrato adquiri uma nova proporção já prevista por alguns fotógrafos entre eles Nadar que pensaram a experiência fotográfica conforme discorre Rosalind Krauss, já mencionada anteriormente. Fabris, no entanto, suscita que o movimento do corpo que constitui o retrato não permite sanar o problema da identidade. A autora prossegue afirmando que tanto Rosângela Rennó e Cristina Guerra consideram que a identidade presente no retrato é dotada de código.

Sobretudo, embora as autoras discordem quanto aos tipos de retratos de identidades quais sejam respectivamente pelos trabalhos realizados em estúdios e pelos efetuados instantaneamente em cabines. O que difere os dois modos de atuação, segundo Fabris, é que a ação no estúdio funciona como uma extensão da lógica artesanal do século XIX enquanto que o retrato de cabine pressupõe a ausência da técnica. De acordo com a autora, o que deve ser levado em consideração a respeito do retrato fotográfico é que o seu código é preexistente. Assim, qualquer ideia que remete a diferença e individualidade é rechaçada.

Deste modo, a autora considera que a noção que se teve de retrato após o surgimento da fotografia é voltada para a questão da “realidade absoluta” e semelhança tornando quase que indispensável uma abordagem teórica do retrato. Segundo a autora, estas ideias não se convergem e são muito bem tratadas pela história da arte bem como da fotografia. Assim, ambas recorrem a noção de “retoque” e “retrato idealizado” que consideram o caráter realista como sendo intrínseco ao retrato. Deste modo, propõe a autora, já que a semelhança não suporta a definição do retrato a discussão deve seguir pelas suas funções. Fabris, no entanto, utiliza a contraposição entre pessoa e sujeito de Philippe Bruneau em que a pessoa é demonstrada por um conjunto de códigos fisionômicos e “vestinômico”. Segundo ela, a pose neste contexto, funciona enquanto imagem da pessoa e não do sujeito negando desta forma, a nudez primitiva deste último. Sobretudo, aponta que o retrato enquanto pausa questiona a posição efêmera da existência do indivíduo. Ao passo que o registro promove a pausa ele revela uma identidade múltipla.

A história do envelhecimento no Brasil

Considerando a temática deste estudo buscaram-se referenciais que não só discutissem as leituras sociológicas e antropológicas acerca do processo de envelhecimento mas também de uma abordagem da história do conceito de velhice. Dada a proposta, destacou-se o estudo do historiador Alexandre Hecker em sua obra “*Uma história da longevidade no Brasil*”. Nesta, o autor busca perceber a construção teórica do conceito no decorrer da história do Brasil. Sobretudo, pretende compreender de que modo as questões relacionadas ao envelhecimento foram tratadas desde o período da colonização. Hecker propõe pensar de que forma a história atribuiu relevância ao conceito

de envelhecimento na sociedade brasileira. Assim, o autor retoma a aspectos da vida cotidiana desde o período colonial a atualidade desvendando o que significava ser velho em cada período. Um ponto curioso vivido no momento de colonização é o fato das pessoas não se importarem pela contagem dos anos. A idade numérica das pessoas era dada, em casos solenes como o casamento, de forma aproximada através de testemunhas.

Desta forma, dificilmente se conhecia a idade correta de uma pessoa, atribuía-se idade conforme as características fisionômicas ou o tempo de trabalho que desempenhava. Este trejeito, portanto, revela que a sociedade brasileira neste momento não se preocupava com questões relacionadas ao envelhecimento do ponto de vista teórico. Vivia-se de modo bem prático.

Sobretudo, revela que foi a partir do século XVII com os estudos do educador tcheco-alemão chamado João Amós Comenius que se voltou para a construção do conceito de envelhecimento. Para o autor, até o século XIX a velhice era associada a mendicância pois a maioria dos velhos necessitavam de ajuda para sobreviver. Sobretudo, apesar de já haverem algumas instituições de caridade, tanto no período colonial como do Império não era um costume deixa os velhos desamparados. Ao longo do século XIX e com o início da modernização da sociedade, o apreço pelo ancião se alterou. Devido a ligeira ascensão política e social de homens entre 20 e 30 anos, passou a ser corriqueiro manifestar opiniões e aumentar o tom de voz na presença dos mais velhos o que demarcaria talvez uma fissura na conjuntura do patriarcalismo. Este cenário de grandes mudanças político-sociais criou condições para que emergisse novas conotações a velhice.

O autor pontua que esta nova noção de envelhecimento decorre também do processo de urbanização associado ao incremento da educação e do estudo científico. Do mesmo modo, no sentido internacional, a sociedade do século XIX absorveu os pressupostos positivistas interferindo no modo de apreender o sentido das relações sociais. No entanto, no Brasil, o nacionalismo ganhava corpo fazendo emergir a noção de vislumbrar de forma distinta as funções desempenhadas no entorno das relações familiares. Assim, a mulher passou a ter mais visibilidade social e sua principal tarefa ainda era bem encaminhar seus filhos para virem a assumir interesses públicos. Hecker considera que uma vez reconhecido o processo de modernização durante a República Velha (1889-1930), a estrutura da sociedade patriarcal-rural brasileira se altera compondo a primeira fase da história do envelhecimento no Brasil.

Segundo o autor, emergiram novas estruturas nas cidades e com elas algumas tensões resultando em uma nova categoria social até então inerte: o outro. Assim, aquele que não se enquadrasse no estereótipo do cidadão considerado ideal pelas teorias elitistas do período, era tido como o elemento: pobre, doente, louco, órfão e velho. Sobretudo, salienta que assim como as definições do envelhecimento, as atribuições de cada grupo de idade se alteram ao longo do tempo em ritmos distintos em cada cultura.

Nota-se que os considerados grandes intérpretes da história tiveram sua figura associada a ideia de maturidade com base nos seus atributos de fortaleza viril como a barba branca, os bigodes, as peras grisalhas, os cavanhaques. O Brasil do século XIX, sustentava os “modos de homem” utilizando os elementos figurativos visando emanar a imagem respeitabilidade e sapiência. Imersos neste processo estavam: o Duque de Caxias, o republicano Benjamin Constant, o líder abolicionista José do Patrocínio, Deodoro da Fonseca, Visconde Affonso de Assis e Prudente de Moraes.

Os atributos, bastante observados nas fontes fotográficos deste estudo, utilizados na composição do homem de imagem pública mudaram com a *Belle Époque* em que a sobriedade foi cedendo lugar aos atributos menos austeros e mais leves. A própria fisionomia dos presidentes da República passou por um relaxamento progressivo passando a representar uma tentativa de estabelecer uma identificação com os cidadãos a fim de reforçar a promoção da igualdade social como fizeram Campos Salles, Rodrigues Alves, Afonso Pena e Nilo Peçanha. O proceder deste relaxamento, a partir de 1910, consistiu no abandono do cavanhaque e realce do bigode como adotado por Hermes da Fonseca. O último presidente da República Velha, Washington Luiz por sua vez, chegou a adotar um cavanhaque sutil e bem aparado e fora considerado rebelde e imoderado.

O instante da velhice: o retrato fotográfico do idoso

Para Bresson (1952), há um novo modelo de plasticidade que emerge dos trejeitos instantâneos do movimento do objeto. É no interior deste movimento, segundo ele, que se dá um instante em que todo o conjunto de movimento se equilibra que com a intervenção da fotografia, se torna imóvel. Desta forma, o olhar do fotógrafo está invariavelmente avaliando algo. O operador pode, portanto, obter uma coincidência de linhas e mudar a perspectiva apenas com um movimento de cabeça ou até mesmo da flexão dos joelhos. A composição da imagem é elaborada seguindo a mesma duração que

se leva para acionar o disparador. Em alguns momentos o fotógrafo pode aguardar o acontecimento da cena ou mesmo agir por pura intuição sentindo que todos os elementos necessários para a elaboração da fotografia já se encontram lá, exceto por um detalhe que pode inesperadamente adentrar no enquadramento da foto. Posteriormente, afirma Bresson, o fotógrafo em seu laboratório, amplia a fotografia e verifica nela formas geométricas podendo perceber ou não, a existência de um momento decisivo. Além disso, suscita que o fotógrafo deve se preocupar com a composição, mas que isso só acontece a partir da sua intuição uma vez que este se encontra na espera do momento fugidio bem como todos os elementos em movimento que compõe a cena.

Para Bresson (1952), o “assunto” está presente em tudo que acontece e não pode ser negado. O assunto por sua vez, não provém de uma sequência de fatos. Mas é através destes que se atinge a compreensão da sua causalidade. Na fotografia qualquer coisa minúscula pode se tornar em um grande assunto, um “*leit-motiv*”. Bresson afirma que são diversas as maneiras de se aproveitar da essência das coisas que nos interessa. A necessidade das pessoas de se perpetuarem através do retrato, por exemplo, oferecem uma melhor imagem para a posteridade.

O fotógrafo prossegue afirmando que, pelos retratos é possível ter uma maior noção da semelhança entre os homens e de que forma se dá sua continuidade. Bresson ressalta que o retratado deve se esquecer do fotógrafo e de seus equipamentos para que haja êxito no retrato. Acredita que a expressão do homem talvez seja aquilo que chama de momento fugidio. A primeira impressão que se tem de um rosto, no entanto, é deveras certa, mas cabe ao fotógrafo substanciá-la procurando sentir a pessoa retratada. O momento decisivo, a psicologia e a posição da câmara são cruciais para a elaboração de um retrato. Ao passo que o retratado questiona a objetividade da câmara o fotógrafo realiza uma análise psicológica do retratado buscando uma harmonia entre a identidade da pessoa e uma expressão de si mesmo.

O ponto importante no que tange ao conceito lançado pelo Cartier-Bresson é que apesar dele em sua obra apresentá-lo como um novo modelo de plasticidade, o modo como ele o define extrapola a forma e o conteúdo. Não bastou que as mãos deste casal de idosos estivessem em seus colos de modo quase sincrônico, o momento da captura da imagem se deu quando ambos olharam fixamente para a mesma direção observando uma determinada ação a qual não sabemos do que se trata e que, portanto, faz com que o instante decisivo ultrapasse os limites da imagem nos provocando inquietação.

Considerando o “instante decisivo” também enquanto um para além da imagem, podemos pensá-lo pelo viés da subjetividade como faz Huberman ao propor a análise dialética. Estaria, nesta estância, o instante decisivo na conversão do sujeito enquanto objeto? Seria possível “localizá-lo” na morte do sujeito ao ter a sua imagem perpetuada? Não se trata de uma condição de existência pré-determinada. Não é somente o feixe de luz, o salto numa poça d’água. Ele não existe enquanto algo estabelecido. Ele emerge da/na cena que compõe a imagem e vai além dela. Sobretudo, é possível que o identifiquemos de modo aparente mas visto assim não suporta nem o sujeito nem a sua própria densidão. Estaríamos agora nos aproximando do que Huberman propõe enquanto análise dialética? Diante desta discussão, poderíamos associar a crítica da análise iconográfica levantada por Huberman com este esforço da não restrição aos caracteres formais da expressão do conceito de “instante decisivo” na obra de Henri Cartier-Bresson.

Ao investigar os possíveis estudos voltados a temática do envelhecimento a partir do documento fotográfico, encontrou-se a fotógrafa belga Lily Sverner autora da série de fotografias “*Nomes*” busca elucidar problemáticas acerca da tendência à reclusão em torno do processo de envelhecimento. Assim, entre os anos de 1989 e 1991 Sverner acompanhou alguns momentos do cotidiano de dois asilos no Estado de São Paulo. O ensaio que se encontra digitalizado no acervo do Instituto Moreira Salles conta com um total de 473 fotografias em preto e branco e a partir da observação dessas pode-se observar a semelhança dos retratos da fotógrafa belga com os retratos amadores realizados no asilo Solar Colombino Augusto dos Bastos. Apesar da evidente distância de domínio técnico existente entre os retratos, ambos se aproximam quanto a sensibilidade e percepção do fotógrafo no ato da captura. Há sem dúvida um certo aspecto implícito na imagem suficientemente denso e sensível capaz de ultrapassar questões plásticas relacionadas a: luz, perspectiva, foco, equilíbrio, entre outros. Sobretudo, apesar do caráter implícito consegue perfeitamente saltar da imagem, o que seria talvez o chamado “*escorço*” presente nas pinturas renascentistas e por que não o “*instante decisivo*”? Segundo a própria Lily Sverner:

Uma das virtudes da fotografia, e talvez a que mais nos perturba, é que ela não pode dizer tudo. Buscamos dentro das bordas que delimitam a imagem alusões sobre o que o fotógrafo teria para nos dizer, naquela fração de tempo e de luz, pelo ângulo e espaço escolhidos. Em 1948, o fotógrafo Bill Brandt comentava que “faz parte do nosso trabalho ver mais intensamente, além do comum – um fotógrafo precisa ter em si, e guardado, algo da receptividade da criança diante do mundo, ou do

viajante que penetra num país estranho”. Numa leitura da imagem, antes que o percebamos, camadas de nossa subjetividade modificam o contexto, conforme nosso estado de espírito, nossas lembranças associativas ou nossos direcionamentos culturais. Cada fotografia, portanto, teria a virtude de adquirir leituras próprias da realidade, uma simbiose que a torna, naquele momento, obra conjunta do fotógrafo e do leitor (SVERNER, 1995).

Segue abaixo os retratos fotográficos realizados por Sverner no Asilo São Vicente de Paulo em Itatiba/SP seguida da fotografia amadora de autor desconhecido captura do Asilo Solar Colombino Augusto de Bastos reproduzida da rede social do mesmo.



Sverner, L. *Rosa*. São Vicente de Paulo, Itatiba, 1991. Disponível em: www.ims.com.br



Autor desconhecido. *Sra. Dalila Andrade Figueiredo. S. Colombino*. Ano de reprodução: 2013. Disponível em: www.facebook.com/colombinoaugustodebastos

Durante este trabalho de campo, voltou-se ao levantamento dos documentos fotográficos, emergiu a ideia de adotar enquanto objeto retratos que possibilitassem perceber o envelhecimento assistido. Desta forma, o estudo de campo passou a ser feito em alguns asilos goianos. Sobretudo, surgiram alguns impedimentos quando a permissão aos seus acervos fotográficos. Assim, pensando na questão da acessibilidade as fontes, resolvemos buscar por estas fotografias nas redes sociais dos próprios asilos, em que são divulgados os trabalhos realizados e pedidos de doação de alimentos, roupas, itens de utilidade doméstica, entre outros. Foi diante do recurso da mídia social que conhecemos o Asilo Solar Colombino Augustos dos Bastos. Em sua própria página do facebook, são reproduzidas em modo de privacidade “*público*” as atividades cotidianas incluindo, cuidados médicos, terapias ocupacionais, momentos de cultura e lazer, visitação interna e externa guiada, festividades, etc.

O acervo digital levantado totaliza-se por volta de mil fotografias sendo que todas elas prestarão serviço à análise e 40 delas darão corpo a esta dissertação. A autoria destas fotos é múltipla, dada ao seu modo de reprodução que permite o seu “*compartilhamento*” por qualquer usuário da rede social. Em sua maioria, são registradas pela voluntária e moderadora da página do asilo Solar Colombino. No entanto, existem diversas fotografias tiradas pelos próprios visitantes, familiares ou profissionais voluntários em dias de trabalho, visitação ou comemorações. O lapso temporal destas perfaz entre o ano de 2013 aos dias de hoje, 2016. As fontes deste estudo foram divididas em três tipologias, sendo elas: “*Interação social: festividade e lazer*”; “*Cuidados redobrado com o idoso*”; “*Terapia ocupacional: cuidados do corpo e da mente*”.

	PROPRIEDADES	Shopping Flamboyant
	AUTORIA	Desconhecida
	ANO/REPRODUÇÃO	2014
	TIPOLOGIA	Interação social
	LOCALIZAÇÃO	Goiânia/Shopping Flamboyant
	TIPO	Fotografia
	MATERIAL	Digital
	GRAU	Idosos interagindo em espaço público.
MORFOLOGIA	Homens e mulheres, idosos, possuem limita�es físicas e motoras; bem vestidos; cabelos brancos; demonstram entusiasmo integrando uma composi�o de atividade de intera�o social baseada no passeio ao shopping da cidade.	
ATRIBUTOS	Espaço comercial	

	PROPRIEDADES	Solar Colombino
	AUTORIA	Desconhecida
	ANO/REPRODUÇÃO	2015

	TIPOLOGIA	Cuidado com o idoso
	LOCALIZAÇÃO	Goiânia
	TIPO	Fotografia
	MATERIAL	Digital
	GRAU	Idosa realizando sessão de fisioterapia
MORFOLOGIA	Mulher, idosa, cabelos brancos bem penteados, segura em suas mãos uma bola utilizada em tratamentos fisioterápicos,	
ATRIBUTOS	Sala fisioterápica do Solar Colombino.	

	PROPRIEDADES	Solar Colombino
	AUTORIA	Desconhecida
	ANO/REPRODUÇÃO	2015
	TIPOLOGIA	Terapia ocupacional
	LOCALIZAÇÃO	Goiânia – Solar Colombino
	TIPO	Fotografia
	MATERIAL	Digital
	GRAU	Idosa sentada à mesa
MORFOLOGIA	Mulher, idosa, portadora de limitações físicas, cadeirante, cabelos curtos, grisalhos, penteados para trás da orelha, limitação motora das mãos, faz parte de uma composição que registra a atividade ocupacional baseada na Torre de Hanói.	

ATRIBUTOS	Espaço de lazer do Solar Colombino.
------------------	-------------------------------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTIER-BRESSON, H. “*O momento decisivo*”. Disponível em: <http://ciadefoto.com.br/blog/wp-content/uploads/2010/03/Momento-Decisivo-Bresson.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.

HECKER, Alexandre. *Uma história da longevidade no Brasil*. São Paulo: Expressão e Arte, 2014.

FRABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. São Paulo: Ateliê, 2009.

ROUILLÉ, André. *A fotografia*. São Paulo: Senac, 2009.

SVERNER, Lisly. *Virtudes da realidade*. São Paulo: Edições Animaes, 1995.

O FORTALECIMENTO DO PODER MONÁRQUICO ANTE AS DISPUTAS COM O PODER ECLESIAÍSTICO: D. DINIS E AS RELAÇÕES COM O CLERO NO REINO PORTUGUÊS (1292-1311)

*Láisson Menezes Luiz*³³⁴

RESUMO: Um dos marcos do reinado dionisino (1279-1325) foi ter assinado com o clero em 1289 as concordatas de 40 e 11 artigos que amenizaram estas relações, depois de vários anos de intrigas. O objetivo deste trabalho é analisar alguns conflitos envolvendo D. Dinis e os eclesiásticos após a assinatura desses acordos, pois observamos diversas queixas do clero acusando o monarca de não cumprir o que ficou decidido em 1289, como podemos ver em algumas cartas de 1292, em que os bispos do reino reclamam dos agravamentos que eram praticados contra eles. Posteriormente o monarca português se desentendeu com o bispo de Lisboa, D. João Martins de Soalhães (1295-1313), por razões ligadas a jurisdições e liberdades eclesiásticas e por fim, D. Dinis teve um litígio com D. Egas, bispo de Viseu (1289-1313), pois segundo este, o rei não estava cumprindo os acordos assinados em 1289.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar parte dos resultados obtidos em nosso trabalho de pesquisa a respeito das relações entre o monarca D. Dinis e o clero no Portugal medieval. Aqui analisamos as querelas envolvendo o monarca e os eclesiásticos após a assinatura da *Concordata de 40 artigos* e da *Concordata de 11 artigos*, ambas de 1289, que tinham como objetivo resolver a conflituosa situação entre a coroa e o clero no reino português, que se arrastava já algum tempo. Mas como veremos parte dos acordos não foram cumpridos por D. Dinis, o que acabou gerando novos embates. Sendo assim, o que nos intriga é que o monarca mesmo não respeitando o que ficou decidido em 1289, e agindo em certos casos com mais intensidade em sua política de combate ao crescimento do poder e da influência eclesiástica no reino, não sofreu nenhuma pena mais grave como ocorreu com os monarcas anteriores, onde estes sofreram com interditos, excomunhões e até deposição do trono.

³³⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista do CNPq. Orientando da professora Dr^a. Adriana Vidotte.

D. Dinis, filho de D. Afonso III (1248-1279) e de D. Beatriz de Castela (1253-1279), foi o sexto monarca português, nasceu em 9 de outubro de 1261, assumiu o trono em 1279, e uma de suas preocupações se deu no intuito de resolver os conflitos existentes entre os diversos grupos sociais, os quais vinham se arrastando desde o reinado de D. Sancho I (1185-1211), e que foram se agravando nos reinados de D. Afonso II (1211-1223), D. Sancho II (1223-1248) e D. Afonso III (1248-1279). Portanto, no início de seu reinado D. Dinis teve de enfrentar uma crise entre a Igreja e a Coroa, pois o reino português estava sob interdito papal, o que causou grandes transtornos à sociedade, pois as igrejas estavam fechadas e os cultos suspensos, a criminalidade havia aumentado e desde fins do reinado de D. Afonso III, parte dos bispos portugueses encontravam-se em Roma.³³⁵ Somente depois de um prolongado período, as negociações chegaram a bom termo, resultando na promulgação das *concordatas*³³⁶ em 1289, uma com 40 e outros com 11 artigos.

Entre os assuntos abordados nos documentos acima referidos, podemos destacar o desrespeito aos privilégios, liberdades e bens eclesiásticos. Há queixas relativas ao lançamento de um interdito ou excomunhão pelo clero, isenção do foro eclesiástico, abusos cometidos contra os patrimônios das Igrejas. Há ainda reclamações relativas as inquirições e contra a cobrança indevida de impostos para a manutenção de muralhas, bem como contra as limitações impostas pelo monarca aos escambos feitos entre as instituições religiosas.

O processo de negociação das concordatas de 1289 entre D. Dinis e o clero

Com relação a situação com o poder eclesiástico, D. Dinis não teve muita pressa em resolver, prova disso foi que a negociação com o clero levou cerca de dez anos, mas sabe-se que ainda em 1279, se empenhou em prol de uma conciliação com o clero.

³³⁵ Segundo Maria Alegria Fernandes Marques (1990, p. 390), desde os anos de 1267/1268, encontravam-se na cúria régia os bispos D. Martinho, de Braga, D. Egas, de Coimbra, D. Mateus, de Viseu, D. Mateus, de Lisboa, D. Vicente, do Porto e D. Rodrigo, da Guarda, bem como os procuradores de dos bispos de Lamego e Évora.

³³⁶ Estas podem ser encontradas nas seguintes obras: LANGLOIS, M. Ernest. **Les registres de Nicolas IV: recueil des bulles de ce pape**. Paris: Ernest Thorin Éditeur, 1886. LIVRO DAS LEIS E POSTURAS. Transcrição paleográfica de Maria Teresa C. Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971. ORDENAÇÕES DEL-REI DOM DUARTE. Edição preparado por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1988. ORDENAÇÕES AFONSINAS. Livro II. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian. 2ª edição, 1998. Estão publicadas também em ALMEIDA, Fortunato de. **História da Igreja em Portugal**. Volume IV. Porto: Portugalenses Editora. 1971.

Pontificava naquele ano Nicolau III (1277-1280), mas este veio a falecer no ano seguinte em 1280. Demorou seis meses até que um novo papa fosse escolhido, sendo na ocasião Martinho IV (1281-1285). Durante esse período D. Dinis se reuniu na cidade da Guarda, com os prelados. Freires das ordens militares, barões e cavaleiros, onde foram lidos os artigos da bula de Gregório X, expedida ainda no reinado de D. Afonso III. Esta reunião demorou cerca de três semanas. O resultado foi a elaboração de um documento que foi enviado ao papa, em que os prelados relataram a boa vontade de D. Dinis em resolver os litígios que vinham se arrastando desde o reinado de seu pai e como prova citam o envio de procuradores a Roma, mas que devido a morte do pontífice anterior não tinham chegado à uma solução.

Além disso, o próprio monarca enviou uma carta³³⁷ escrita em 23 de abril de 1282 na cidade da Guarda, à Martinho IV, na qual ele se mostrou interessado em chegar a uma solução para os conflitos que há muito tempo vinham privando as pessoas do reino dos sacramentos da Igreja. (COSTA, 1990, p. 289). Quando Martinho IV recebeu o documento pediu que fossem feitas algumas emendas nos artigos, pois considerou as respostas de D. Dinis insuficientes e através da bula *Ex parte venerabilium*, de 25 de março de 1284, nomeou o bispo de Leão, o deão de Salamanca e o arcediogo de Ledesma, para que entregassem o texto e comunicassem ao monarca e os prelados portugueses. Nesta bula o papa

Manda os artigos da composição entre D. Diniz e o clero, e as respostas em que as emendou, e ordena-lhes, que as apresentem a elrei e o admostem eficazmente para que as aceite perante a sua cúria, assistindo o arcebispo de Braga e os bispos, residentes no reino. Que depois de anuir a tudo o que a Santa Sé exigia, instassem os comissários apostólicos afira de que ele expedisse cartas selladas nas quaes se exarassem as respostas de Roma, para com ellas poder impetrar a necessaria confirmação [...] (SANTARÉM, 1884, p. 230).

As emendas feitas pelo papa estão nas bulas *Isti sunt articuli*³³⁸, de 1 de abril de 1284 e na bula *Haec est forma*, de 15 de maio de 1284. Nestas bulas o papa exigiu que o monarca colocasse suas respostas ao fim de cada artigo, e respondesse aqueles que ainda

³³⁷ Este documento foi publicado por: ALMEIDA, Balbina Rodrigues de. **D. Dinis. Breve estudo de sua chancelaria. Livro I, fls. 25-86v.** Dissertação de licenciatura em História. Coimbra, 1969, p. 219-222.

³³⁸ Ver este documento em: **Les registres de Martin IV (1281-1285): recueil des bulles de ce pape.** Paris: Albert Fontemoing Éditeur, 1901, p. 231-239.

não tinham obtido o compromisso régio acordados com os prelados, para que fossem aceitos pela Santa Sé. Como podemos observar, parece que D. Dinis não respondeu todas as queixas do clero, por isso o papa considerou as respostas dadas pelo monarca insuficientes.

Mas antes que chegassem a um acordo o papa veio a falecer, deixando a questão pendente. Para o lugar de Martinho IV, fora eleito em 2 de abril de 1285, Honório IV (1285-1287). Em uma carta enviada ao novo papa, escrita por D. Frei Telo, arcebispo de Braga, D. Ayméric, bispo de Coimbra, por D. João Martins, bispo da Guarda e por D. Vicente, Bispo do Porto, expuseram a situação em que se encontrava o reino e o processo de negociação que fizeram com o papa anterior, e que devido a sua morte o processo havia sido interrompido.

Depois de ter recebido as cópias das emendas, D. Dinis reuniu cortes em 1285 na cidade de Lisboa. Entre os presentes estavam os barões, nobres, religiosos das ordens militares e conselheiros. Não estavam presentes nesta reunião, D. Frei Telo, arcebispo de Braga, D. Ayméric, bispo de Coimbra, por D. João Martins, bispo da Guarda e por D. Vicente, Bispo do Porto, pois estes estavam em Roma. Os artigos foram lidos com as respectivas emendas feitas pelo papa perante os que ali estavam, os quais aconselharam D. Dinis a aceitar as emendas. O monarca então enviou seus procuradores Martinho Pires, chantre de Évora e Estevão Lourenço,³³⁹ para tratarem da negociação com o papa Honório IV, que nomeou uma comissão composta por três cardeais para tratar daqueles assuntos, mas antes de chegarem a uma solução o papa veio a falecer, em 3 de abril de 1287, o que fez com que a negociação se estagnasse mais uma vez (COSTA, 1990, p. 299). Só depois de nove meses um novo papa foi eleito, em 15 de fevereiro de 1288, o franciscano Nicolau IV (1288-1292).

Assim que o novo papa foi eleito, o monarca juntamente com os prelados do reino trataram de reatar a negociação. E foi justamente no pontificado de Nicolau IV, que a situação chegou a um termo. Estavam em Roma durante esse período, o arcebispo de Braga e os bispos de Coimbra, Silves e Lamego. Como juízes, Nicolau IV escolheu três cardeais, dois dos quais haviam sido escolhidos por Honório IV. Os prelados portugueses com a comissão nomeada pelo papa se reuniram na basílica de Santa Maria Maior em Roma, os procuradores régios responderam artigo por artigo, no total de 40. Em seguida

³³⁹ Posteriormente, depois da morte de Estevão Lourenço, D. Dinis nomeou como seu procurador, João Martins de Soalhães, cónego de Coimbra, que posteriormente se tornou bispo de Lisboa (1313-1323),

os bispos disseram estar de acordo e satisfeitos com as respostas e promessas do monarca e finalmente haviam chegado a um acordo quanto aos termos da concordata. As respostas foram consideradas satisfatórias pelos juízes, sendo assim, o rei D. Dinis e posteriormente os seus sucessores deveriam guarda-los e cumpri-los. Depois disso aprovou Nicolau IV a concordata pela bula *Occurrit nostrae consideratinis*, e que depois foi enviado a D. Dinis pela bula *Cum olim inter*, de 7 de março de 1289³⁴⁰ (PIZARRO, 2008, p. 133). Alguns assuntos, que ficaram em dúvida foram tratados no mesmo ano em outra concordata, contendo onze artigos, nesta não houve a confirmação de nenhuma bula, mas D. Dinis os aceitou, como podemos observar nas cartas³⁴¹ enviadas pelo monarca aos bispos da Guarda, Porto, Lamego, Braga, Viseu, Coimbra e Lisboa sobre a composição dos artigos.

Com isso, o rei foi absolvido de todas as penas, o interdito foi retirado, desde que no espaço de quatro meses aceitasse a concordata, que aconteceu nas cortes que se reuniram em Lisboa, no dia 4 de agosto de 1289, onde o monarca firmou o compromisso de nunca mais hostilizar a Santa Sé. O que em parte ele não cumpriu, prova disso foi que 20 anos depois, em 1309 foi preciso firmar uma nova concordata contendo 22 artigos, dessa vez pleiteada apenas pelo bispo de Lisboa, D. João Martins de Soalhães (1294-1312), e pelo seu cabido, na qual D. Dinis era cobrado do que ele havia prometido nas concordatas em 1289.

A concordata de 22 artigos de 1309

Acreditava-se que com a promulgação das concordatas em 1289, os conflitos entre a coroa e o clero no reino português cessariam, mas tal fato não ocorreu. Observamos que continuaram havendo desentendimentos entre o monarca e os eclesiásticos, como podemos ver no ano de 1292, onde em julho desse ano o monarca foi até a cidade do Porto afim de resolver alguns problemas envolvendo D. Vicente, bispo do Porto, D. João Martins, bispo da Guarda, D. João, bispo de Lamego e D. Egas, bispo de Viseu. “Pelas queixas que estes e outros prelados apresentaram, deduz-se que alguns dos artigos aceites pelo monarca em 1289 continuavam a ser transgredidos ou não eram aplicados” (PIZARRO, 2008, p. 165)

³⁴⁰ Estas bulas estão publicadas na obra de: LANGLOIS, M. Ernest. **Les registres de Nicolas IV: recueil des bulles de ce pape**. Paris: Ernest Thorin Éditeur, 1886, p. 150-161.

³⁴¹ Estas cartas estão publicadas em: MARREIROS, Rosa. **Chancelaria de D. Dinis**. Livro II. Coimbra: Palimage, 2012, p. 195-203.

Em 23 de agosto de 1292, D. Dinis escreveu uma carta³⁴² em que prometia corrigir os vários agravos realizados contra o clero. Entre os assuntos abordados na carta encontramos aqueles relativos ao direito dos eclesiásticos face à justiça secular, onde o rei manda

[...] que non chamem a mha Corte nenhum bispo nen nenhua pessoa da Eygreia nen perante os joyzes leygos mays outorgo que repondam perante seu joys salvo sobrelas mhas herdades foreyras e regaengas ou de que mi façam seu foro ou tributo em qual maneyra quer que devem responder per mha Corte ou pelo lygal com' e conteudo em huum artigoo em que nos aveemos em a Corte de Roma. (MARREIROS, 2012, p. 185)

Provavelmente o artigo a que se refere o documento é o IX da *Concordata de 11 artigos* de 1289, onde são discutidos os julgamentos de eclesiásticos pelos juízes da coroa e não por eclesiásticos, e quando os clérigos apelavam para a Sé de Roma, os juízes da coroa os consideravam rebeldes e confiscava os seus bens. Além desse assunto, outros discutidos na carta de 1292 de D. Dinis diz respeito ao direito de asilo em terras da Igreja, sobre desamortização, sobre jurisdições e sobre a possibilidade de sacar do reino ouro e prata sem pagar taxas, desde que o fizessem para ir estudar para fora ou para ir a Roma. (LIVRO DAS LEIS E POSTURAS,³⁴³ 1971, p. 128-129). E para selar o acordo o monarca fez diversas doações aos bispados referidos, desde de Igrejas ou padroados até à restituição de honras, como podemos observar em alguns documentos de sua chancelaria (MARREIROS, 2012, p. 188-195).

Em 1307, D. Dinis enfrentou problemas com o bispo de Tuy³⁴⁴, D. João Fernandes de Sotomayor. A causa do conflito se deu depois que o referido bispo ordenou que os clérigos e outros eclesiásticos portugueses que pertenciam ao seu bispado, não pudessem fazer cartas ou qualquer outro tipo de documento a não ser pelos notários de Tuy. O monarca português reagiu imediatamente, pois em 1 de dezembro desse mesmo ano expediu uma carta proibindo e invalidando as escrituras feitas nestas condições. A situação não se arrastou por muito tempo, pois no mês seguinte, mais especificamente no dia 1 de janeiro de 1308, as partes chegaram a um acordo, onde “D. Dinis recebeu do bispo os padroados de Santa Maria de Monção e de Castro Laboreiro, e cedeu-lhe os de

³⁴² Segundo PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. (2008, p. 165), esta carta de D. Dinis é conhecida como a *Concordata dos cinco artigos*.

³⁴³ Utilizaremos a seguinte sigla *LLP*, para nos referirmos ao *Livro das Leis e Posturas*.

³⁴⁴ A Diocese de Tuy, ocupou até 1381 uma faixa territorial entre o Lima português e ria de Vigo.

Viana, Meadela, Moimenta e Valdevez, e metade do padroado de outras igrejas” (PIZARRO, 2008, p. 226).

Dois anos depois, surgiram divergências envolvendo D. Dinis, o cabido e o bispo de Lisboa, D. João Martins de Soalhães. Parte dos desentendimentos se assemelham aos assuntos tratados em 1292, que vimos anteriormente. Ou seja, tratava-se sobretudo do não cumprimento por parte do monarca de alguns assuntos tratados nas concordatas de 1289, como questões ligadas às jurisdições e liberdades eclesiásticas e à desamortização dos bens do clero. Mas aqui, diferentemente de 1289, em que praticamente todos os bispos e outros eclesiásticos estavam contra o monarca, dessa vez ele contou com o apoio, entre outros membros do clero, do arcebispo de Braga e do bispo de Coimbra, os quais sancionaram as respostas do rei. Assim, em 27 de Julho de 1309 foi assinada mais uma concordata, de 22 artigos, que pôs um termo a este novo conflito. (PIZARRO, 2008, p. 227).

Como já referimos, os assuntos desta terceira concordata são referentes aos abordados nas concordatas anteriores e que podemos perceber que não foram sendo cumpridos pelo rei ao longo do tempo, e há outros que são “inéditos”, mas a grande diferença desta concordata em relação as outras duas é com relação as respostas dadas as acusações, pois quem responde não são mais os procuradores do rei e sim o próprio monarca na qual ele cita o direito canônico, entre outras leis para defender os seus atos, fato inovador se compararmos com as outras duas concordadas estabelecidas anteriormente.

Sobre o conteúdo da *Concordata de 22 artigos*, de 1309, um tema comum nas duas outras concordatas e que volta ser evocada nesta é a questão da excomunhão, tema que aparece nos artigos I, IV e V. A acusação é a mesma das anteriores, por isso o rei é chamado atenção pelo que os seus procuradores haviam prometido no artigo II da *Concordata de 40 artigos*. Como resposta no artigo I, o rei disse que sempre respeitou esse direito da Igreja como ficou estabelecido em 1289. Mas a sua resposta muda no artigo IV, no qual ele disse que o segundo artigo de 1289 não fala nada disso, mas se tiver algum artigo semelhante que se guarde.

O artigo II, é com relação as liberdades do clero, pois segundo os eclesiásticos o rei não os deixavam usar as letras do Papa contra os usureiros. “A este artigo diz o rei que usem das letras do Papa, assim como é direito, e como está contido no terceiro artigo”

(LLP, 1971, p. 373), A queixa aqui se refere a nomeação de pessoas para ocupar os cargos religiosos como consta o artigo III da *Concordata de 40 artigos*.

No artigo III da concordata de 1309, segundos os eclesiásticos o rei não permitia que as sentenças dadas pelos eclesiásticos contra os leigos fossem executadas, o que acabava por ir contra o que ficou estabelecido no artigo IV da *Concordata de 40 artigos* (LLP, 1971, p. 373-374)

O VI artigo, volta a questão da construção de feiras e fontes nas cidades, que ia contra o que ficou estabelecido no XI artigo da *Concordata de 40 artigos*, em que o monarca queria que os clérigos pagassem taxas por comercializar produtos nas feiras e por usarem a águas das fontes. D. Dinis também queria que os lavradores das terras da Igreja e dos mosteiros pagassem taxas, assim como fazem aqueles que servem aos leigos. O monarca respondeu que respeitará o que ficou estabelecido no XI artigo, mas que isso é necessário para a defesa da terra, e prol do senhorio e que a Igreja assim como os outros deve contribuir uma vez que é para o uso comum, e devido a isso os bispos não podem negar justiça, mesmo que isso estivesse constringendo os eclesiásticos e os lavradores das terras da Igreja, sendo assim o rei guarda o Direito Comum como ficou estabelecido no artigo XII (LLP, 1971, p. 374-375).

Sendo assim,

[...] ancorado nos ensinamentos éticos de Aristóteles e dos Padres e doutores da Igreja, segundo os quais o bem comum sempre prevalece sobre o bem individual e, conseqüentemente, os direitos da comunidade, sobre os direitos das pessoas e dos grupos sociais, ele afirma que tem o direito de: obrigar os clérigos a pagar taxas que visam a construção de pontes, fontes, estradas, praças públicas e outras coisas semelhantes, obras essas que se destinam ao proveito dum número muito maior de seus súbditos do que, apenas, dum parcela deles. Por essa razão, os bispos têm o dever moral de obrigar os clérigos a pagar tais taxas. (SOUZA, 2012, p. 385).

No VII artigo, o bispo de Lisboa diz que o monarca continuava, violando o que havia sido acordado no XIII artigo da *Concordata de 40 artigos*, sobre o direito de asilo dado pelos religiosos aos cristãos, mouros e judeus nas igrejas. Como resposta o rei simplesmente disse que iria guardar o Direito Comum e o XIII artigo que foi estabelecido na corte (LLP, 1971, p. 375).

O VIII trata das prisões de clérigos feitas pelos meirinhos, juízes do rei, sem a devida licença dos bispos, fato que ia contra o XIV artigo da *Concordata de 40 artigos*.

A isto o rei respondeu que respeitara o XIV artigo que foi estabelecido. (LLP, 19171, p. 375).

No IX artigo, bispo D. João, de Lisboa reclama dizendo que o rei além de permitir que os judeus exercessem cargos públicos, deixa-os usarem topetes, assim como os cristãos e isentava-os de pagarem as dízimas Igreja sobre os seus bens, desrespeitando o que ficou estabelecido nos artigos XXVII e XXXVII da *Concordata e 40 artigos*. Como resposta o rei argumentou dizendo não deixava os judeus exercerem cargos públicos, e que respeita e respeitará os artigos XXVII e XXXVII, e para fundamentar seu argumento cita que respeitava o que havia sido estipulado pelo Concílio Geral e o *Livro Extra das Decretais*, título *De Judeis*, capítulo *Cum sit nimis absurdum* e uma outra decretal contida no mesmo título que principia com as palavras *Ex speciali*, bem como, o que havia sido decidido nos artigos XXVII e XXXVII da *Concordata de 40 artigos* (SOUZA, 2012, p. 387). Ainda sobre os mouros e judeus, no artigo XIX, os eclesiásticos reclamam dizendo que quando os mouros e os judeus se tornam cristãos, e o continuam chamando de judeu ou mouro que eles possam responde perante o juiz secular. O rei respondeu dizendo que os bispos o mandem procurar o juiz secular, para que os infratores fossem punidos. (LLP, 1971, p. 378)

A no artigo X, o bispo queixa-se de D. Dinis dizendo que o monarca estava violando o Direito Comum e o artigo XXIX, da *Concordata de 40 artigos* na qual o rei segundos os clérigos impedia que a Igreja cobrasse dos leigos pela feitura dos seus testamentos e nem entregava-lhes o que haviam prometido em tais documentos. O monarca respondeu dizendo que respeitou e respeitara o Direito Comum e o artigo XXIX (LLP, 1971, p. 375-376).

No artigo XI, trata de um assunto que não foi mencionado nas duas primeiras concordatas que é a questão da segurança dos clérigos, que segundo estes o rei os obrigavam a pedir isso a ele. Fundamentando a sua resposta em passagens do Decreto de Graciano, bem como num trecho do *Livro Extra das Decretais*, e nos comentários feitos por Sinibaldo Fieschi,³⁴⁵ D. Dinis em sua resposta afirma primeiramente que se um clérigo faz uma queixa contra um leigo e requer que um juiz secular lhe faça justiça e este o convoca ao seu tribunal e, depois, o interpela e ele lhe responde, essa causa passa a ser de competência do juiz secular, por isso não há base alguma para reclamação, uma vez

³⁴⁵ Futuro papa Inocêncio IV (1243-1254).

que, o próprio clérigo escolheu o foro secular para demandar. (LLP, 1971, p. 376); (SOUZA, 2012, p. 388).

Nos artigos XII e XIII, os eclesiásticos mencionam que o rei não deixa os clérigos comprarem bens e ainda por cima tomava o que eles tinham e que ele estava descumprindo o que ficou estabelecido nos artigos XXXVIII, XXXIX e XL, da *Concordata de 40 artigos*, além de desrespeitar o que ficou estabelecido no artigo II da *Concordata de 11 artigos* e uma lei de seu avô, D. Afonso II (1211-1223), que ele havia prometido respeitar. O rei respondeu dizendo que não desrespeitou tais artigos, mas que cumprirá, menos naqueles casos em que manda o Direito (LLP, 1971, p. 376-377). Além disso, D. Dinis rebate essas queixas dizendo prometeu cumprir o que ficou decidido em agosto de 1292, no Porto. Sendo assim, ordenou que fossem feitas inquirição com o objetivo de saber quais foram as propriedades que os eclesiásticos compraram depois que o acordo passou a vigorar e em seguida, após a análise da documentação pelos funcionários da Coroa, se efetivamente os eclesiásticos tivessem violado o acordo, tais bens passaria a pertencer a Coroa e não mais aos eclesiásticos.

No artigo XIV, a reclamação do bispo é sobre os funcionários régios, parente do monarca e até estranhos que pousavam nas casas dos eclesiásticos com permissão do monarca, desrespeitando o direito de privacidade e liberdade dos eclesiásticos, e que acabava por descumprir o que havia sido acordado na *Concordata de 11 artigos*. A queixa não menciona qual artigo da concordata era desrespeitado mas, que provavelmente deve ser o VIII, o único que trata deste assunto no referido documento (LLP, 1971, p. 377).

Já o XV artigo, é sobre a posse de bens dos leigos pertencente a Igreja, e quando estes reivindicam a posse sobre o mesmo, o monarca pede para que a demanda seja feita perante os juízes seculares e não a justiça da Igreja, que ia contra o que ficou estabelecido nos artigos XXXV da *Concordata de 40 artigos* e no XI da *Concordata de 11 artigos*. O rei disse que não constrange os leigos e que respeita tais artigos.

Outro assunto que não aparece nas concordatas anteriores e que aparece no artigo XVI na *Concordata de 22 artigos*, é sobre os “clérigos menores, isto é, os hostiários, os leitores, os exorcistas e a os acólitos que casavam apenas uma vez e, com donzelas [...]”. (SOUZA, 2012, p. 391). Que segundo os eclesiásticos, ao demandarem contra os leigos, em qualquer situação deviam se submeter a sua autoridade jurisdicional, fato que ia contra o Direito Canônico, a liberdade da Igreja e contra o costume do bispado de Lisboa. Como resposta, o rei disse que em todas as coisas é juiz, menos em dois casos que estão contidas

na decretal de Bonifácio, que é se o acusarem de crime, pelo qual ele deve ser punido, ou se demandarem ação contra ele por ter praticado algum crime, em razão do qual tenha que vir a ser corrigido. Sendo assim, D. Dinis pede que os clérigos respeitem esta decretal de Bonifácio, que guardem a *Extra de Clericis conjugatis*. Cap. Uno in Sexto (LLP, 1971, p. 377).

A questão do pagamento de dízimos pelos eclesiásticos volta a aparecer nos artigos XVII e XVIII, em tais artigos segundo os clérigos, D. Dinis exigia que os clérigos que fossem ao estrangeiro deviam pagar o dízimo sobre o pão, vinho, linho e outros bens que levassem consigo, independente se fosse para venda, para se manterem ou demais necessidades. O rei aqui é acusado de descumprir os artigos VI, X e XI da *Concordata de 11 artigos*. D. Dinis responde que é costume e faz parte do direito comum, que os clérigos paguem as dízimas, menos naqueles casos em que as moedas não sejam portuguesas. Além disso, no artigo XVIII, o bispo olisiponense, diz que o monarca estava obrigando os lavradores das propriedades eclesiásticas, assim como os clérigos a agarem a jugada. D. Dinis respondeu “[...] que se guarde o artigo decimo primeiro dos onze apartados en que diz que sse guarde carta, ou foro se o ham” (LLP, 1971, p. 378).

No XX artigo os eclesiásticos dizem que se algum clérigo faz queixa de um leigo que o feriu e pede correção, os bispos e seus vigários devem ser os juízes. D. Dinis respondeu dizendo que se o clérigo pede correção do leigo que o feriu, a queixa deve ser apresentada diante de um juiz leigo uma vez que envolve o derramamento de sangue, mas se o leigo publicamente é excomungado, então o leigo deve pedir absolvição ao bispo e sujeitar-se a penitência imposta por este (LLP, 1971, p. 378).

No XXI artigo, D. João, queixa dizendo que quando a Igreja aluga ou arrenda as suas terras aos leigos, por uma determinada quantia e estes não pagam, o rei exige que o lesado deve recorrer ao juiz secular, a quem de direito compete julgar coisas assim. Como resposta o monarca argumentou dizendo que enquanto o rendeiro estiver na posse da terra que arrendou da Igreja e o clérigo o quer demandar pela renda, que demande perante o tribunal diocesano local, mas se não tiver quitado seu débito, deve o chamar perante o juiz leigo, que é o magistrado responsável por isso, uma vez que envolve dinheiro, um bem material e não espiritual (LLP, 1971, p. 378-379).

No último artigo, o XXII, o assunto é com relação de quem deve ser o juiz em um conflito envolvendo os eclesiásticos e os leigos. Segundo D. Dinis, a justiça secular deve

ser é juiz deste feito e não a Igreja, e que a mesma não tem direito algum de afirmar o contrário (LLP, 1971, p. 379).

Apesar da tentativa do clero em frear a política desempenhada por D. Dinis, estes não obtiveram sucesso. Mesmo o monarca dizendo que respeitaria o que ficou decidido nas concordatas, tanto nas de 1289 quanto nas posteriores, observamos que tal facto não veio a ocorrer. O que acabou gerando uma reprovação da política régia por parte dos eclesiásticos, em que o melhor exemplo podemos observar na obra *Summa de libertate ecclesiae*³⁴⁶, escrita por volta de 1311 pelo bispo Egas, de Viseu, “[...] onde se recriminava o facto de o monarca desrespeitar sistematicamente a concordata de 1289, assim como os acordos celebrados posteriormente” (PIZARRO, 2008, p. 227).

D. Dinis e o conflito com o bispo D. Egas, de Viseu (1288-1313)

Sobre D. Egas, pouco se sabe sobre o seu passado, mas antes de se tornar bispo, teria sido anteriormente deão, da diocese de Viseu (VILAR, 2001, p. 592). Após a morte do bispo D. Mateus (1279-1287), ao que tudo indica pelas suas qualidades e experiência, os membros do cabido diocesano o elegeram e encaminharam o seu nome a Santa Sé, ao que parece sem que houvesse qualquer consulta ou interferência régia. Sendo assim, D. Egas, foi nomeado em 2 de outubro de 1288, como bispo de Viseu pelo papa Nicolau IV (SOUZA, 2012, p. 396) vindo a falecer em 16 de março de 1313. Com isso, percebemos que D. Egas não usufruiu de nenhuma

[...] position of particular influence withnear the king nor shared royal spheres of influence. On the contrary, however, the perspective contained within the aforementioned document is that of a bishop devoted to the government of his diocese and his legacy (VILAR, 2007, p. 219).

Sobre a obra de D. Egas, António Garcia y Garcia (1976, p. 248), nos diz que um dos aspectos interessantes da *Suma*, é que ela [...] constituye una pieza nueva, hasta ahora desconocida, y realmente importante para la historia de las relaciones entre D. Dinís y los

³⁴⁶ Este documento foi traduzido do Latim para o português e publicado por: MALACARNE, Cassiano. **A prática do direito adversário: as infrações institucionais de D. Dinis às leis canônicas (1279-1325)**. 2008, 535. (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre. O documento também foi traduzido e publicado em: SOUZA, José Antônio de C. R. de. Dom Dinis, Dom Egas de Viseu e a *Summa* sobre a liberdade eclesiástica. *Itinerarium*, ano LVIII, p. 373-425, 2012.

obispos de Portugal.” Isso se dá devido a sua natureza peculiar, o que requer um conhecimento mais técnico para analisá-la, uma vez que ele é fundamentada no *Código de Justiniano*, (527-565), no *Decreto de Graciano*, (1140), nos *Cinco Livros das Decretais*, sancionados por Gregório IX, (1227-1241), no *Livro Sexto das Decretais*, promulgada por Bonifácio VIII, (1295-1303), em março de 1298 e, nos comentários a essas obras, escritos por alguns canonistas da época, como a de João o Teutónico, (*Glosa Ordinária ao Decreto*), Bernardo de Parma (*Glosa ao Livro Extra*), e Godofredo de Trani (*Summa super titulis decretalium*). Sendo assim, segundo José Antônio de C. R. de Souza, a *Summa*, de D. Egas pode ser considerada “[...] um opúsculo jurídico, social e político, no qual D. Egas explicita os direitos da Igreja face ao poder monárquico, dado que, no seu entender, D. Dinis e os funcionários do reino estavam a violar a “liberdade eclesiástica” e a jurisdição e os direitos do poder espiritual” (SOUZA, 2012, p. 399).

Como podemos perceber, além de sua originalidade, a obra de D. Egas, é de suma importância para o entendimento das relações entre a coroa e o clero ao tempo de D. Dinis. Ainda segundo Souza (2012, p. 400), tal documento está dividido em sete partes, sua redação é bem didática acerca dos privilégios, sobretudo fiscais, e de foro das pessoas e dos bens eclesiásticos, dos tipos de crimes/pecados e dos castigos correspondentes a quem agride ou se apropria dos mesmos, e ainda discute sobre a esfera regular e excepcional de atuação do poder espiritual.

Percebemos, que a produção da *Summa de Libertate Ecclesiastica*, ocorreu em um contexto diferente dos acordos anteriores e que caracterizou os quinze anos iniciais do reinado dionisino. Em 1311 quando D. Egas redigiu a sua obra, a política de intervenção de D. Dinis era bem mais clara do que nos anos iniciais do seu reinado (VILAR, 2001, p. 592). Intervenção que se deu através de várias medidas implementadas por D. Dinis como, *Leis de Apelações*, em que o monarca afirmou a superioridade da justiça régia sobre a justiça privada, promoveu várias *Inquirições*³⁴⁷ com o objetivo de coibir os abusos senhoriais, publicou também as *Leis de Desamortização*³⁴⁸, na qual as mais completas e eficientes datam do seu reinado (MARQUES, 1987, 287-288). Entre os anos de 1286 a 1309, foram promulgadas várias leis (ORDENAÇÕES AFONSINAS, 1984, P. 174-183) que procuraram limitar a aquisição de propriedades por parte da Igreja, com isso

³⁴⁷ Tem-se notícias de inquirições realizadas por D. Dinis em 1284, 1288, 1301, 1303, 1304, 1307, 1311.

³⁴⁸ “Também chamadas *leis contra a amortização*, procuravam evitar a concentração de bens fundiários de mão-morta subtraídos à acção do fisco. Datam dos princípios do século XIII as primeiras tentativas da coroa para impedir o aumento dos bens de raiz eclesiásticos” (MARQUES, 1987, p. 287).

observamos que a aplicação dessas leis evidenciam uma tentativa por parte da coroa de controlar o crescimento patrimonial da Igreja e, de certa forma, a sua influência no reino português (VILAR, 2001, p. 598). Mas, apesar de toda essa importância da *Summa* para o conhecimento das relações de D. Dinis com o poder eclesiástico, até o momento não se tem notícia de uma resposta da corte à mesma.

Considerações finais

Sobre as relações de D. Dinis com os eclesiásticos observamos que este monarca ao longo dos seus 46 anos de reinado teve uma relação privilegiada com o prelado, se compararmos com a que tinha herdado do seu pai, apesar de nem todos os prelados que fizeram parte de seu reinado fossem fiéis ao monarca. Pois como coloca Hermínia Vilar (2001, p. 601), D. Dinis foi “[...] para a maioria deles um poder presente e interveniente, na sua designação, na sua capacidade de aquisição, na correção dos seus “abusos”, que não hesitava em punir [...]”.

Podemos concluir até o momento, que todas estas demonstrações de entendimentos e desentendimentos entre o monarca português D. Dinis e o clero não escondem a impotência ou em alguns casos a derrota dos eclesiásticos face ao autoritarismo régio. Acreditamos que tal fato pode ter ocorrido uma vez que o papado estava mais interessado em impor uma supremacia espiritual do que uma partilha de competências, o que fez com que os clérigos se sentissem sujeitos à pressão régia. Observamos isso, porque as concórdias celebradas entre o monarca e o clero não tiveram o menor efeito, ou seja, por mais que os eclesiásticos se queixassem através das concordatas ou como fez o D. Egas de Viseu, através da sua obra *Summa de Libertate Ecclesiastica*, estes não interferiram muito nos propósitos e na política desempenhada por D. Dinis.

Bibliografia

Fontes

BULA *Cum olim inter*. LANGLOIS, M. Ernest. **Les registres de Nicolas IV: recueil des bulles de ce pape**. Paris: Ernest Thorin Éditeur, 1886, p. 150-158.

BULA *Ex parte venerabilium*. In: SANTARÉM, Visconde de. **Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo**. Tomo IX. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1884, p. 230.

BULA *Isti sunt*. In: **Les registres de Martin IV (1281-1285): recueil des bulles de ce pape**. Paris: Albert Fontemoing Éditeur, 1901, p. 231-239.

BULA *Occurrit nostrae consideratinis*. LANGLOIS, M. Ernest. **Les registres de Nicolas IV: recueil des bulles de ce pape**. Paris: Ernest Thorin Éditeur, 1886, p. 158-161.

CARTA *per que el rey mandou dizer ao Papa que outorgasse a composiçom que fezera con no Arcebispo e com os bispos*. In: ALMEIDA, Balbina Rodrigues de. **D. Dinis. Breve estudo de sua chancelaria. Livro I, fls. 25-86v**. Dissertação de Licenciatura em História. Coimbra, 1969, p. 219-222.

D. EGAS. *Summa de Libertate Ecclesiastica*. In: GARCIA Y GARCIA, António. **Estudios sobre la canonística portuguesa medieval**. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1970, p. 257-281.

LIVRO DAS LEIS E POSTURAS. Transcrição paleográfica de Maria Teresa C. Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971.

MARREIROS, Rosa. **Chancelaria de D. Dinis**. Livro II. Coimbra: Palimage, 2012.

ORDENAÇÕES AFONSINAS. Livro II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

PRIMEIRA CONCORDATA ENTRE D. DINIS E O CLERO (1289). In: ALMEIDA, Fortunato de. **História da Igreja em Portugal**. Volume IV. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Porto: Portucalense; Civilização. 1971, p. 61-69.

SEGUNDA CONCORDATA ENTRE D. DINIS E O CLERO. In: ALMEIDA, Fortunato de. **História da Igreja em Portugal**. Volume IV. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Porto: Portucalense; Civilização. 1971, p. 70-73.

TERCEIRA CONCORDATA ENTRE D. DINIS E O CLERO (1309). In: ALMEIDA, Fortunato de. **História da Igreja em Portugal**. Volume IV. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Porto: Portucalense; Civilização. 1971, p. 76-80.

Referências

COSTA, António Domingues de Sousa. D. Frei Telo, arcebispo-primaz, e as concordatas de D. Dinis. In: **IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas**. Volume II/1. Braga, 1990, p. 283-316.

GARCÍA Y GARCÍA, António. **Estudios sobre la canonística medieval portuguesa**. MADRID: Fundación Universitaria Española, 1976.

LUIZ, Láisson Menezes. D. Dinis e o combate ao crescimento do poder eclesiástico em Portugal: a Lei de Desamortização de 1291. *Pergaminho*, n. 3, ano 3, nov. 2012.

MARQUES, A. H. de Oliveira. Desamortização. In: SERRÃO, Joel (Dir.) **Dicionário de História de Portugal**. Volume II. Porto: Iniciativas Editoriais. 1987, p. 287-288.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes. **O papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)**. 1990, 581. Tese (Doutorado em História da Idade Média). Faculdade de Letras, UC, Coimbra.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. **D. Dinis**. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

SANTARÉM, Visconde de. **Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo**. Tomo IX. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1884.

SOUZA, José Antônio de C. R. de. Dom Dinis, Dom Egas de Viseu e a *Summa* sobre a liberdade eclesiástica. *Itinerarium*, ano LVIII, p. 373-425, 2012.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. O episcopado do tempo de D. Dinis: trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325). *Arquipélago*, História, 2ª série, V, p. 581-603, 2001.

_____. In defence of episcopal power: the case of Bishop Egas of Viseu. In: **Carreiras eclesiásticas no ocidente cristão (séc. XII-XIV)**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2007.

A pesquisa sobre História da Infância em Goiás: desafios e ambições³⁴⁹

*Lara Alexandra Tavares da Costa*³⁵⁰

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir os resultados alcançados no decorrer da pesquisa ao nível de mestrado deste programa. A temática abordada se encontra no campo da história da infância em Goiás, delimitado no conceito da interiorização da assistência no período de 1927 a 1960. No texto faremos uma breve discussão sobre a importância da pesquisa sobre infância em Goiás bem como os desafios encontrados no seu decorrer. A proposta significa revisitar o projeto inicial para então perceber as mudanças provocadas após o processo de análise das fontes obtidas. Qual seria, portanto o papel dos documentos para a pesquisa e escrita do trabalho? Serão apresentados aqui os resultados parciais bem como os pressupostos teórico-metodológicos utilizados.

Palavras-chave: Infância, pesquisa, História de Goiás.

Ao falarmos de infância parece simples entendermos o seu significado na nossa atualidade, pois tal conceito parece estar interligado com outras áreas facilmente presentes no nosso cotidiano, são elas: família, educação, cuidados com a saúde e proteção. Mas nem sempre foi assim! Inicialmente o conceito infância só começa ser

³⁴⁹ Texto apresentado para evento IX Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação em História (UFG/PUC-GO/UnB/UFG-Catalão)

³⁵⁰ Mestranda em História Cultural no programa de pós-graduação em História PPGH/UFG. Orientação Dra.Cristina de Cassia P.Moraes. Pesquisa financiada pela CAPES.

utilizado na época moderna, sendo até considerada por Áries (2014) como a “a grande descoberta da modernidade”. Isso significa que antes do período denominado modernidade, a sociedade não enxergava as crianças com os olhos que vemos hoje.

Em uma fotografia, em filmes, nos jornais, documentos oficiais, nos diversos livros de memória e na poesia. São inúmeras possibilidades de fontes para a pesquisa sobre história da infância, um campo diverso que dialoga com diferentes áreas do saber (história, sociologia, filosofia, lingüística, pedagogia, etc.). Diante de tais oportunidades, resta então delimitar qual abordagem será utilizada.

No campo dos estudos da linguagem a infância está inserida em suas várias facetas na sociedade contemporânea. A antropologia não descarta a questão da diversidade e o estudo da infância em particular. Na etnografia são abordados os estudos do cotidiano escolar e da prática pedagógica, a relação entre o adulto e a criança. Na pedagogia de FREIRE e FREINET, adultos e crianças criadores *de* e criados *na* cultura. (KRAMER, 2011)³⁵¹

No Brasil o ano de 1979 fora de grande importância para os estudos sobre infância, devido aos inúmeros movimentos que envolvia o tema, como também as discussões teóricas que nesse ano começam a se desenvolver no campo acadêmico. O intenso debate político-educacional que desencadeou a partir desse momento foi fundamental na consolidação de um firme marco teórico e de clara visão política em defesa de uma infância considerada na sua dimensão cidadã de direitos (KRAMER, 2011). A preocupação naquele momento se imbricava aos dados e estatísticas que revelavam questões preocupantes, como, altos índices de desnutrição e analfabetismo.

Medidas e ações foram cobradas por órgãos governamentais no ano intitulado pela Unicef ³⁵² como “o ano da criança”. O empenho em provocar mudança nesse quadro nos demonstra outra face, a imagem configurada da infância ligada a um consenso que minimiza a criança, sobretudo aquela que era pobre. Lança também para a escola diversas críticas e o seu papel no fracasso em educar. Todas essas medidas trazem pontos positivos quando afirmamos que, tais movimentos que ocorreram nas décadas seguintes, culminaram na criação de legislações importantes para a proteção da criança. Na própria

³⁵¹ Referência parafraseada do artigo de Sonia Kramer, ver referência na bibliografia.

³⁵² O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) está presente no Brasil desde 1950, apoiando as mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no País. Retirado do site <http://www.unicef.org/brazil/pt/overview.html>

C.F/88 e no Estatuto da Criança e adolescente em 1996, além das importantes pesquisas e grupos de pesquisas sobre o assunto.

Na historiografia goiana, há pouquíssimos estudos que abordam como objeto a infância. O trabalho mais significativo sobre o tema é a dissertação de mestrado da historiadora Diane Valdez, “Filhos do pecado, moleques e curumins: imagens da infância nas terras goianas do século XIX”, defendida no ano de 1999 no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Campus Samambaia em Goiânia. Grande parte das pesquisas sobre infância em Goiás são do campo da educação e não da história. Por isso faz-se necessário uma pesquisa no campo da história acerca da infância em Goiás, seja ela dada pela educação, das instituições assistencialistas, da saúde e das doenças, na literatura e na iconografia. São diversos recortes possíveis que contribuirão para construir uma História da Infância em Goiás, um tema fecundo e pouco explorado.

Ao ingressar no mestrado nossa pesquisa se justificava pela contribuição desse campo ainda pouco explorado pela historiografia goiana, propomos escrever a história do Orfanato São José, instituição assistencialista importante na segunda década do século XX. Este foi o papel inicial do Orfanato, o de solucionar um problema que até então se tornara emergencial: retirar das ruas meninas desvalidas que poderiam ser futuramente pedintes ou prostitutas classificadas como “classes perigosas”³⁵³.

Inicialmente o projeto de pesquisa tinha como objetivo “analisar o Orfanato São José, seus impactos educacionais sobre a população local e seus reflexos no campo da saúde em Goiás”. Para tanto foi preciso localizar nos documentos de grande veiculação como jornais e obras literárias em qual contexto o Orfanato São José fora fundado e qual o papel que ele possuía na sociedade daquele período. Outro fator importante era perceber as estratégias da medicina-social para o controle da saúde e de corpos obedientes que não representasse perigo para os grupos dominantes.

Para alcançar os objetivos propostos reunimos diversas fontes para a investigação, dentre elas, os jornais já citados, documentos oficiais (relatórios de governo, processos na prefeitura, inquéritos policiais, leis e decretos), fotografias, literatura goiana e principalmente os documentos do próprio orfanato (atas de reunião da junta

³⁵³ “Classes perigosas”, conceito utilizado pelo historiador Sidney Chalhoub para descrever como as medidas higienistas propagavam ideologicamente que os pobres eram uma ameaça ao convívio social no Rio de Janeiro no século XIX. Ver obra na bibliografia.

administrativa, fotografias, pedidos de auxílio). A metodologia para analisar os documentos abordados partiu das contribuições da autora Maria Cecília Minayo (1992), a partir do método hermenêutico-dialético. Nesse método, a fala do sujeito é situada em seu contexto para melhor ser compreendida, já que, a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta.

A proposta desse texto é revisitar a primeira versão do projeto, observando seus objetivos e hipóteses para assim construir um panorama atual da pesquisa além de percebermos uma eventual mudança e permanência nos resultados obtidos. É importante tal exercício para assim reafirmar o significado das fontes para o trabalho do historiador. Para AROSTÉGUI (2006),

De certa forma, uma pesquisa histórica deve responder a um plano. No próprio curso da pesquisa, o plano ou planos primitivos serão, com toda probabilidade, profundamente modificados e o resultado final terá seguramente pouco a ver com o que se presumia no início. Mas assim ocorre com todas as pesquisas no campo da ciência natural ou social. As páginas que seguem orientam-se no sentido de ilustrar esse processo geral do trabalho do historiador.

Aqui vamos considerar o plano, enquanto o projeto de pesquisa. Demonstraremos ao longo do texto como algumas idéias antes pensadas foram modificadas e parte dessas alterações se deve ao encontro de algumas fontes e a ausência de outras, pois o silenciamento dessas também produziu significados. Para isso vamos dividir este texto em três breves discussões, a primeira sobre as mudanças nos objetivos, se eles mudaram, porque isso ocorreu. A segunda discussão perpassa a busca por novos documentos, quais são eles e sua possível relevância na investigação. A terceira parte desdobra-se do seguinte pressuposto: quais são os desafios existentes para realizar uma história social da infância em Goiás.

Em 1923 é fundado o Orfanato São José idealizado pelo doutor José Netto de Campos Carneiro, seu desejo maior era ajudar crianças carentes para proteger a infância desvalida³⁵⁴ que existia em Goiás. Dr. Netto era um homem bem conhecido na Cidade de Goiás sendo o seu aniversário apontado como um dos principais eventos ocorridos na cidade, sua idéia e preocupação com a questão do abandono propõe a nós um

³⁵⁴ Desvalido(a) é todo indivíduo que num determinado momento de sua vida, internou-se ou deixou-se internar em Asilo ou Orfanato. Ver obra do autor Rildo Bento de Souza na bibliografia.

questionamento sobre qual o motivo de um médico que embora não era casado, deixa parte da sua fortuna para a construção de um lar que acolhesse meninas órfãs e pobres.

Encontramos no livro de Ofélia Sócrates informações sobre o médico, segundo ela “(...) era um grande apóstolo da caridade e amor ao próximo. Não contente de haver dedicado toda sua existência em aliviar as dores alheias, ainda quis que, após sua morte, seu lar e seu nome protegessem as crianças infelizes” (SÓCRATES, 1983, p.186). Apesar de haver dúvidas sobre sua escolha é comum observarmos a dedicação de médicos a questões caritativas nesse período, sobretudo quando se trata da proteção e cuidados à infância.

A filantropia³⁵⁵ atividade exercidas por homens como o aqui exemplificado, freqüentemente assumia um cunho individualizado, ela seguia e obedecia a desígnios nacionais. O desejo de contribuir para o crescimento da nação, na linha do pensamento e dos pressupostos populacionais, é transversal a todos eles. (ABREU, 2015). Não se trata em apenas realizar algo singular, mas de uma ação que está refletida em valores e comportamentos. Por conseguintes anos até fins dos anos 60, o orfanato atendeu a várias meninas órfãs, sempre com o propósito do atendimento moral, físico e religioso³⁵⁶ atendendo ao pedido deixado em testamento pelo médico.

Outro fator interessante nos explica SANGLARD, para refletirmos sobre o papel da religião católica na influência da filantropia,

(...) notadamente a partir da publicação da encíclica *Rerum Novarum*, como uma das motivações dos filantropos para a criação e manutenção de instituições voltadas à assistência de crianças e parturientes. Essa carta, endereçada aos católicos e publicada em 1891 pelo papa Leão XIII, explicita as preocupações do Vaticano com o crescimento dos movimentos socialistas na Europa e busca proteção dos valores familiares, com o cuidado a esses dois grupos, reafirmar a ação católica na caridade e conclamar os fiéis ao cuidado com o operário, a mulher e a criança. Vale ressaltar que a defesa dos valores centrados na família não era específica do catolicismo, mas estava presente nas religiões de origem judaico-cristã com um todo. (SANGLARD, 2015)

Nos primeiros anos do século XX a economia de Goiás buscava um novo caminho a seguir, isto é, uma maior presença na economia nacional, para isso contava com duas

³⁵⁵ Filantropia é “filha do Iluminismo porque traduz uma utilidade social (noção de utilidade) e da Revolução Industrial pelo aprendizado de técnicas. Ver MARCÍLIO *apud* SANGLARD, Gizele na bibliografia.

³⁵⁶ Estatuto do Orfanato São José da Cidade de Goiás. Documentos Avulsos. Arquivo do Lar São José.

frentes, a produção de café no centro-sul goiano e a estrada de ferro que integraria a cidades goianas ao Estado de Minas Gérias. Um tempo de transformações na economia e contestações da política, uma grande crítica as oligarquias dominantes e ao denominado “atraso”. Nacionalmente era um período de crescimento populacional, desenvolvimento da economia interna e autonomia dos Estados devido ao funcionamento do processo Federativo.

Mesmo sendo um estado que busca o desenvolvimento econômico, a religiosidade era prática muito comum no cotidiano de algumas cidades, principalmente na capital. De mulheres que dedicavam sua vida a cuidar do próximo, um hospital que atendia a população doente e desamparada, o asilo que acolhia o sofrimento das terríveis enfermidades. Percebendo tais práticas foi possível localizar o lugar ao qual pertencia o Orfanato ou o legado tão importante deixado pelo médico José Netto. Socorrer e acolher meninas que não possuíam nem pais ou família, dentro de uma relação que variava seus reais interesses, da filantropia à normatização de comportamentos.

Esse raciocínio nos fez compreender que o objetivo antes estabelecido, “analisar o Orfanato São José, seus impactos educacionais sobre a população local e seus reflexos no campo da saúde em Goiás”, deveria ser modificado. Pois, o Orfanato fazia parte de uma historicidade mais complexa, uma trama que necessitava ser investigada, provocando a elaboração de outro objetivo, passando então a ser “analisar o papel assistencialista do Orfanato São José no contexto social abordado, 1927-1960”. Para isso torna-se fundamental, perceber sua articulação com os ideais nacionais no período e outros processos semelhantes, compreender a institucionalização e o afastamento dessas crianças dos meios sociais servindo como viável e melhor desenvolvimento de medidas sanitárias tão discutidas no período. Precisamente, a nossa principal hipótese levantada é, Orfanato São José identificado como uma instituição de manutenção privada baseada nos princípios filantrópicos e religiosos, mas que atende a um interesse público, na ausência de políticas que atendia as crianças pobres e órfãs.

As políticas assistencialistas à criança no Brasil início do século XX, freqüentemente estavam a cargos de ordens religiosas ou de caridade. Com uma crescente interação entre medicina, justiça e assistência pública, os cuidados com a infância tornam-se objetos de atenção e controle por parte do Estado. As discussões variavam entre médicos e filantropos que estavam à frente do movimento higienista, militares que proclamavam a ordem e o progresso e a sociologia que pregava uma idéia de

evolucionismo. Uma proteção da infância que em consequência visava também à defesa da sociedade de crianças desvalidas, denominados de menores,

Será da medicina (do corpo e da alma) o papel de diagnosticar na infância possibilidades de recuperação e formas de tratamento. Caberá à Justiça regulamentar a proteção (da criança e da sociedade), fazendo prevalecer a educação sobre a punição. À *filantropia* – substituta da antiga *caridade* – estava reservada a missão de prestar assistência aos pobres e *desvalidos*, em associação às ações públicas [...] a conexão jurídico-assistencial atuará visando um propósito comum: “*salvar a criança*” para transformar o Brasil. (RIZZINI, 1997)

Ao Estado nesse momento cabia apenas o papel da prevenção social, e também de legislador, que aliava o jurídico-médico-assistencialista. Acontecia no ano de 1920 no Brasil o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que promoveu uma agenda de discussões sobre a regulamentação da assistência e proteção aos “menores abandonados” e “delinqüentes”. Posteriormente ao congresso, ocorreu a criação do Juizado de Menores em 1923, dando as crianças e adolescentes um atendimento diferenciado em relação ao adulto.

Diante de todos esses acontecimentos o jurista Mello Mattos desenvolve um Código de Menores (o primeiro do Brasil). Pode-se afirmar que esse código possui características capitalistas e com clara visão higienista ao cuidado e proteção do social e do indivíduo através das inspeções médicas e de higiene, referente ao acompanhamento da saúde das crianças e das nutrizes, elevando assim a expectativa de vida, além da mudança do tratamento punitivo para protetor. Esse código na verdade protegia a sociedade, das chamadas crianças delinqüentes ou vadias estas eram encaminhadas para estabelecimentos de finalidade profissionalizante e educacional e posteriormente ao mercado de trabalho. A Escola de Aprendizes e Artífices· buscava transformar jovens em futuros trabalhadores, coligado ao projeto modernista e desenvolvimentista desse período.

Logo, a importância deste estudo se dá por meio da construção e concepção do conceito de infância em Goiás, utilizando as diversas fontes disponíveis. Da retratação da criança como menor, carente, ou infrator, presentes em jornais, documentos oficiais, no âmbito escolar, na literatura e nas práticas médicas desse período, demandando assim compreender a utilização desses conceitos e questioná-los. Analisar e entender o conceito da infância em Goiás aborda assim uma problematização não somente para os historiadores, mas para as diversas áreas do conhecimento.

Depreende-se que para contribuir com nossa hipótese era necessário rastreamos novas fontes, das quais contribuíssem para localizarmos o conceito de infância no momento abordado bem como constatar o papel desta instituição dentre outras que também possuía esse caráter assistencialista. Anteriormente as fontes pesquisadas se restringiam aos documentos do Orfanato são eles, atas da junta administrativa, o estatuto do orfanato, fotografias, relação do mobiliário e de todos os bens imóveis, pedidos de auxílio na prefeitura (processos). Não foi possível pesquisar em outros documentos pertencentes à instituição, pois suas responsáveis, as irmãs Dominicanas não autorizaram, seriam essas fontes que poderiam nos proporcionar uma visão melhor do cotidiano das internas no orfanato.

Buscar novas fontes significava propor conjuntamente um diálogo com outros saberes, ou uma reavaliação da prática da interdisciplinaridade (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1991),

Esta não é pensada agora em termos de utilização, pelo historiador, dos conhecimentos, conceitos e técnicas elaborados por outras disciplinas, mas significa a construção do objeto pelo historiador a partir da problematização e de seus conhecimentos e das possíveis contribuições de outras disciplinas. O diálogo estabelecido pelo historiador com as evidências é mediado pelas reflexões do historiador que se utiliza também de reflexões feitas por outras disciplinas. É esse diálogo que surgem os conceitos que o historiador vai elaborar (p.26).

Esse diálogo será feito por meio dos jornais, fotografias, documentos oficiais (receitas, estatísticas), decretos e leis, receitas médicas e documentos judiciais (processos e inquéritos policiais). Quando se tem um grande volume de documentos de diferentes formas e assuntos é indispensável refletir sobre seu uso no *metier* do historiador,

A expansão documental não diz respeito apenas a novos objetos ou inclusão de personagens comuns, mas ao próprio caráter holístico do trabalho. Assim, o documento escrito clássico passou a ser somado ao documento arqueológico, à fonte iconográfica, ao relato (quando possível), a análises seriais e a todo e qualquer mecanismo que possibilite uma interpretação. Não foi apenas a noção de documento impresso que ficou ultrapassada; foi o próprio trabalho de um historiador que apenas lia livros sobre um tema e ilustrava com fontes documentais (KARNAL;TATSCH. 2009).

Tais documentos de relevante importância deverão ser utilizados de acordo com suas possibilidades, o que revelam ou não, conduzidos pelos questionamentos do

historiador, abandonando a idéia de que eles são expressão da verdade absoluta ou do fiel resgate do passado. A busca se retrata em identificar seja em texto ou imagens dados que possam contribuir ou questionar as hipóteses iniciais.

Os jornais constituem importantes fontes para nossa pesquisa, pois revelam o cotidiano da cidade, além da existência distinta de diferentes grupos e seus interesses. Ao todo foram consultados dez jornais³⁵⁷, estes dos quais circulavam na capital do estado, Goiás. Alguns em coligação com o governo outros de oposição. O período variou entre as primeiras décadas do século XX até meados da década de 60³⁵⁸. Resumidamente possuem um caráter pedagógico sobre a infância: literatura infantil, brinquedos, testes para a família, concurso intelectual para as crianças, notícias sobre doenças e vacinas, além de reportagens que exaltavam os feitos caritativos e as figuras filantrópicas da cidade. O uso da imprensa como fonte documental fornece uma riqueza de dados e elementos, permitindo dessa forma, um melhor conhecimento social das manifestações culturais e políticas de uma dada sociedade (ZINCMAN, 1985, p. 80). Os jornais contribuem de forma significativa para percebermos qual o lugar da infância para determinados grupos e a intromissão de valores e comportamentos nas famílias.

Outras fontes trabalhadas são as iconográficas, especialmente as fotografias, encontradas nos arquivos da cidade, nos jornais e em álbuns de família. Para Kossoy (1999) a fotografia pode ser um “resíduo do passado”, para José de Souza Martins (2008) um fragmento, para Barthes³⁵⁹ (uma apresentação fictícia sobre determinado momento). O que pode mudar sobre uma fotografia guardada nos álbuns de família ou esquecidas nos arquivos e museus é o “*olhar*” que damos a elas, ou seja, ter um olhar crítico sobre a imagem e ver a possibilidade narrativa sobre uma sociedade. Se nosso “*olhar*” for apenas direcionado para uma leitura visual nada acontecerá à determinada imagem, ela continuará a ser apenas um fragmento de memória. A cada detalhe observado a cada informação obtida e o conhecimento de quem a investiga, contribui para mudar o significado de uma fotografia.

³⁵⁷ São eles, A razão, Cidade de Goiás, Folha de Goyaz, Gazeta de Goiás, Goyaz, O Democrata, O município, O universitário, Voz do povo. Documentos Avulsos. Arquivo Frei Simão Dorvi. Cidade de Goiás.

³⁵⁸ Desde a fundação do Órfanato São José no ano de 1923 até o seu fim na década 1960.

³⁵⁹ Ver a obra do autor Philippe Dubois na bibliografia.

Mesmo sendo fonte importante para conhecermos determinadas sociedades e o próprio conhecimento do passado, a fotografia não conseguiria sozinho ser fator único para compreendermos o todo de forma definitiva.

Com acesso aos dados e estatísticos disponíveis do IBGE sobre esse período conseguimos estabelecer o número de habitantes naquele período, observando detalhes mais específicos como número de pessoas casadas, quantidade de crianças órfãs e instituições que prestam atendimento médico e social.

Sobre os documentos oficiais dos governos, podemos citar decretos e leis, orçamentos e receitas. Inserido nas receitas e despesas estava o valor gasto a assistência à infância, já nos decretos e leis alguns auxílios pagos ao orfanato, além de regulamentação dos espaços públicos, a exemplo as proibições de crianças em sessões de cinema ou casa de jogos.

Verificamos que após os anos 30 as políticas assistencialistas ganham maior fôlego visto maior efetivação dessas por parte do governo, sobretudo Federal. Era sua bandeira o combate as doenças e aos comportamentos nocivos, sendo a educação o meio para qual se alcançaria esses objetivos. Seguindo essa hipótese buscamos os documentos relativos à saúde, documentos relativos à Associação de proteção à infância, Campanha Nacional pela alimentação da criança, postos de Puericultura, celebração da Semana da Criança. Com a chegada de Vargas ao poder em 1930, essa discussões sobre reforma na saúde pública do Brasil ganha grande reforço fazendo o uso da imprensa em suas diferentes facetas para assim promover uma educação higienista das massas e conseqüentemente o progresso do país.

Os documentos judiciais tratam basicamente da proteção de determinada infância e punição de outra. Foram encontrados diversos inquéritos policias envolvendo jovens, em prática de “vadiagem” em casas de jogatinas, praticando a perturbação pública com jogos de futebol em praças, por exemplo. No tempo trabalhado existiam dois juizados que cuidavam dos assuntos referentes à infância, o Juizado de Orfãos e o Juizado de Menores. O primeiro existia desde o período colonial, tratava de órfãs de pai e mãe ou de um apenas que deveriam receber parte da herança deixada pelo ente, portanto trata-se de crianças que embora estivesse órfã, estaria sendo aparada por um tutor escolhido do juiz.

As meninas que eram encaminhadas para Orfanato São José seguiam aos despachos do Juiz de Menores, cargo criado após o Código de Menores de 1927. Era ele o responsável por crianças órfãs ou por aqueles que cometeram algum crime. Analisar

esse processo nos proporciona uma dimensão da existência de diferentes “infâncias” na época aqui tratada. Deste modo produz um questionamento de qual seria o lugar da infância na sociedade,

A visão imaculada da infância contrapôs-se outra infância perspectivada como pervertida, desamparada, viciosa, imoral e abandonada. Uma infância descrita pelos jornais com aparência maltrapilha, suja, descabelada, portadora de comportamentos agressivos, dissonantes em relação aos valores instituidores de uma cidade que, ao sagra a imagem de ordem e progresso, negava, compulsivamente, o seu contrário. (CAMARA, 2010)

Fica claro que se existem “infâncias”, também encontraremos “lugares” aos quais elas pertencem. Um desses lugares fica marcado como aquele que possui enfeito protetor, do qual compõe-se legislação e programas específico de cuidados à saúde, além da proteção e cuidados encontrados no grupo familiar ao qual pertence. Porém essa infância pode ser identificada como privilegiada, aquelas que encontramos nas poesias ou nas lembranças contidas nas biografias de pessoas ilustres.

A outra infância é aquela que estampa a miséria, a fome, o abandono, a orfandade, as doenças, o trabalho ou a vadiagem. Seu lugar é nas ruas e praças, nos asilos e orfanatos, no esforço árduo do serviço e da responsabilidade de ser um adulto sem ao menos ter crescido.

Diante do exposto, propomos a realizar a pesquisa a partir de uma história social da infância em Goiás nos períodos entre 1922 a 1960, como fruto relevante do nosso trabalho para a historiografia goiana. Será exposto de forma modesta diante da delimitação do texto para o seminário de pesquisa. Como este argumento está se desdobrando, os autores trabalhados, e os desafios existentes.

O trabalho pioneiro que trata de tal abordagem é do historiador francês Philippe Ariès, “História Social da Criança e da Família” (1973). Em três capítulos o autor divide sua compreensão da infância na era moderna na Europa, acontecimento dito por ele como a grande descoberta da época. Ele busca primeiramente uma tentativa de interpretação das sociedades tradicionais. Posteriormente mostra o novo lugar assumido pela criança e a família nas sociedades industriais. Uma nova organização das famílias em torno da criança. (ARIÈS, 1973, p.10)

No mesmo ano outro autor pesquisa a idéia da infância, desta vez propondo um diálogo entre filósofos e pedagogos, Charlot é considerado uma referência importante para o tema,

Se Ariès forneceu, então, parâmetros de pesquisa –articulando infância, história e sociedade –que fundamentaram minha posição contrária à miniaturização da criança, Charlot favoreceu a crítica à naturalização da criança e consolidou a análise de caráter histórico, ideológico e cultural. Assim, contra a idéia de criança-ser-da-natureza, foi possível delinear uma imagem de criança tomada com base em suas condições concretas de existência, social, cultural e historicamente determinada. (KRAMER, 2011)

A problemática se desenvolve a respeito das duas proposições diferentes, uma singular (Ariès) e outra abordando de forma universal a questão (Charlot). Buscava-se um autor que compreendesse o ser humano e conseqüentemente a infância, na sua dimensão micro sem abdicar da totalidade. Esse seria Walter Benjamin. (KRAMER, 2011,p.22). Segundo Kramer, o autor identifica a criança como indivíduo social e fala de como ela vê o mundo com seus próprios olhos. Ela faz parte de uma cultura e também a produz.

Em seu livro “Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano”, José de Souza Martins desenvolvendo pesquisa sobre a situação social no campo, sobretudo dos trabalhadores do campo e os conflitos existentes, percebe a ausência da participação das crianças na dinâmica do movimento. Ele então solicita a autorização às famílias para conversar com essas crianças sobre o que elas entendiam um grupo que não fala, mas ouve muito. (MARTINS, 2014). Gravou e produziu material e para sua surpresa, essas tinham entendimento do que acontecia a sua volta, mesmo que uma fala “tristemente adulta”. A criança vive a agonia social do seu grupo.

Concluimos, portanto, que fazer uma história social da infância, pressupõe não excluir o papel do estado, da religião e das normas familiares,

Ao historiador cabe dar, ao objeto eleito para estudo, uma explicação global dos fatos humanos, acima de qualquer compartimentação, centrando o eixo dessa explicação nos mecanismos que asseguram a exploração e a dominação de uns homens sobre outros, e que se traduzem nas relações econômicas, políticas, sociais, culturais, nas tradições, nos sistemas de valores, nas idéias e formas institucionais. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1991).

Resumidamente é propor uma pesquisa que busca escrever a história da condição humana perpassada pelo tempo e os acontecimentos cotidianos, ou seja, uma historicidade do ser humano, no qual a infância não será negligenciada, isto é, esta “fase” da historicidade do ser humano, do ser-criança.

Bibliografia:

ABREU, Laurinda. 'Prefácio'. IN: SANGLARD, Gisele *et ali*. **Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução: Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica. Teoria e Método**. Tradução: Andréa Dore. Bauru: EDUSC, 2006.

CAMARA, Sônia. **Sob a Guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico**. Tradução Marina Appenzeller. 14ª edição. Campinas: Papirus, 2012.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. 'A memória evanescente'. IN: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

KRAMER, Sonia. 'Pesquisando infância e Educação: um encontro com Walter Benjamin'. IN: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. **Infância fios e desafios da pesquisa**. 12ª edição. Campinas: Papirus, 1996.

KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê Cultural, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MINAYO, M. C. de S.O **Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: ABRASCO-HUCITEC, 1991.

MONTEIRO, Ofélia Sócrate do Nascimento. **Goiáz. Coração do Brasil**. Brasília: Edição do autor, 1983.

RIZZINI, Irene. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1997.

SANGLARD, Gisele. **'Filantropia e política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República'**. IN: SANGLARD, Gisele *et ali*. **Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo *et ali*. **A pesquisa em História**. 2ª edição: São Paulo: Ática, 1991.

SOUZA, Rildo Bento de. **Pobreza, Doenças e Caridade em Goiás. Uma análise do Asilo São Vicente de Paulo (1909 – 1935)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

VALDEZ, Diane. **Filhos do pecado, moleques e curumins: imagens da infância nas terras goyanas do século XIX**. Goiânia: Dissertação de mestrado (História). UFG, 1999.

ZINCMAN, Renée Barata. **História através da imprensa. Algumas considerações metodológicas**. In: Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história, nº4, p.89-102. São Paulo: EDUSC, junho 1985.

O PASSADO EM IMAGEM E MOVIMENTO

*Luana Beatriz Silvério*³⁶⁰

RESUMO: Filmes históricos constitui-se em um produto da indústria cultural, se configuram como um artefato cultural significativamente presente na vida prática cotidiana e contribui para a disseminação de narrativas históricas que atinge o grande público o informando sobre o passado dentro de uma cultura histórica. Neste trabalho trato os filmes históricos como uma forma de narrativa histórica, e na condição de tal, agem na manutenção da memória e na mobilidade da consciência histórica dos indivíduos e desempenham um papel fundamental na orientação cultural e na vida prática. A abordagem do tema privilegia o ponto de vista proposto por Jörn Rüsen no que se refere a sua teoria da consciência histórica e a sua materialidade por meio da cultura histórica e, as formas e funções do conhecimento e da explicação histórica na vida pública dentro da perspectiva da Didática da História.

Palavras-chaves: filmes históricos, consciência histórica, cultura histórica.

Considerações Iniciais

Cada cultura e/ou sociedade detêm formas coletivas de se relacionar no tempo e no espaço. A realidade adquire distintos significados para os sujeitos nas diversas culturas e nos diferentes períodos históricos. “O modo pelo qual se organiza a percepção humana, o meio em que ela se dá, não é apenas condicionado naturalmente, mas também historicamente”. (BENJAMIM, 1995, p. 2). Na modernidade o homem percebe e/ou vê o mundo que o circunda e a si mesmo pelo olho mecânica da câmera cinematográfica. O surgimento do cinema no século XIX é um indicativo da alteração das formas de percepção acarretada pela reprodução técnica da obra de arte. O cinema é uma arte criada em função da reprodutividade e é fundamentalmente um meio associado ao movimento das massas. Enquanto um meio que possibilita a reprodutividade técnica o cinema possibilitou a massificação e a universalização da arte numa escala sem precedentes. Benjamim (ano) diz que o filme serve para introduzir o homem as novas percepções e

360 Orientanda do professor Dr Roberto Abdala Junior.

reações impostas pelo aparelho técnico cujo papel é cada vez maior no cotidiano dos indivíduos.

Novos modos de se experienciar e interpretar a realidade foram estabelecidas por via da imagem em movimento, impactando diretamente nas formas de percepção coletivas e individuais trazendo profundas implicações na forma do homem se relacionar, constituir sentindo frente a experiência passada. As produções cinematográficas, em especial as com temáticas históricas, se configuram em uma das principais formas de produção e constituição de sentido sobre a experiência passada na modernidade, e ainda hoje ocupam um lugar significativo na sociedade. “Cada cinematografia, a seu modo, oferece termos em que as sociedades são reconstruídas e relidas por intermédio da leitura que o cinema faz daquele passado”. (SOUZA, 2008, p.51).

Filmes configuram-se em artefatos culturais significativamente presente na vida prática cotidiana da sociedade contemporânea e contribuem para a difusão de narrativas históricas que atinge o espectador dentro de uma cultura histórica o informando sobre os fatos históricos. Desde que o cinema começou a contar histórias o passado já era parte ativa de suas produções. O aumento de produções filmicas com enredos baseados em fatos históricos, dès das décadas iniciais do surgimento do cinema, configurou-se num fenômeno fundamental no âmbito das manifestações da cultura histórica em quase todas as sociedades, já que segundo Rosenstone(2001) a história é uma presença regular nas produções cinematográficas de todo o mundo.

Neste trabalho proponho pensar como os chamados “filmes Históricos” contribuem para a disseminação de narrativas que estão imbricadas com a história. As produções filmicas preocupadas em representar aspectos do passado se tornam parte integrante dos modos como determinadas narrativas históricas estão sendo produzidas e disseminadas. Segundo Rüsen (2009), o conhecimento histórico necessita empregar modelos narrativos para ser considerado um discurso, em várias culturas a narrativa histórica está diretamente relacionada a estrutura textual, no entanto nas sociedades modernas, os memoriais, museus, exposições, cinema, entre outros, se relacionam com o repertório familiar da representação histórica, e muitos antes, nos antigos sistemas sociais objetos como: relíquias, tumbas, templos e igrejas, como ressalta Rüsen (2009, p.173) vinculam o presente ao legado do passado. O discurso histórico assume diferentes formas.

Ao partir da abordagem dos filmes históricos como uma forma da narrativa histórica, não se pretende assumir o papel do juiz e julgar tais narrativas como verdadeiras

ou falsas, já que estas produções possuem um caráter fabulador, tratando-se muitas vezes de produções fantasiosas, mas sim compreender como o cinema cria, representa o passado nas telas, qual o impacto destas produções no(a) espectador(a), quais sentidos produzem, quais ideias históricas mobilizam.

Na condição de narrativa histórica não científica, filmes agem na manutenção da memória e na mobilidade da consciência histórica dos indivíduos e podem desempenham um importante papel na orientação cultural e na vida prática, portanto o objetivo desta pesquisa é analisar como os filmes com temáticas históricas podem mobilizar a consciência histórica dos indivíduos, neste caso específico, dos alunos e alunas do **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)**. A abordagem do tema privilegia o ponto de vista proposto por Jörn Rüsen no que se refere a sua teoria da consciência histórica e a sua materialidade por meio da cultura histórica e, as formas e funções do conhecimento e da explicação histórica na vida pública dentro da perspectiva da Didática da História. O uso de filmes históricos como meio para investigar a mobilização da consciência histórica pela narrativa cinematográfica exige uma melhor compreensão da especificidade linguística deste meio e, um melhor entendimento da forma ou formas que o cinema se dispõe para construir a história.

A História e os Filmes Históricos

Na primeira década da criação do cinema a história já era parte comum das produções cinematográficas. “Muito antes de o cinema completar vinte anos, na metade da década de 1910, o filme ‘histórico’ era uma parte regular do entretenimento nas telas”. (ROSENSTONE, 2010, P. 27). A história é uma frequente presença nas produções cinematográficas em todo o mundo, nos Estados Unidos, França, Itália, Japão, China, Rússia, Índia, onde quer que for. (ROSENSTONE, 2001). No Brasil, mesmo a história não sendo uma fonte de inspiração recorrente para os cineastas nacionais os “filmes históricos” fazem parte da tradição cinematográfica brasileira. A exemplo, “O descobrimento do Brasil” de Humberto Mouro; (ano) “História do Brasil”, de Glauber Rocha.

O que faz um filme ser histórico? Quais produções cinematográficas se enquadram na categoria de históricas. Primeiramente, não se pode falar em “filme histórico”, mas sim em “filmes históricos” no plural. Rosenstone diz que o gênero histórico engloba uma infinidade de formas de construção fílmica, portanto fala-se em “filmes históricos”. Nas produções fílmicas são comuns temas relacionados a história que podem abranger toda a construção do filme ou apenas alguns aspectos como o contexto, vestimenta, cenário, personagens, entre outros. Dentre estas produções há uma parcela preocupada em representar fatos históricos. As produções fílmicas preocupadas em retratar um discurso histórico específico são chamadas de históricas. “Vou usar o termo “filmes históricos” para obras que tentam conscientemente recriar o passado”. (ROSENSTONE, 2010, P.15). No seu intento de contextualizar o surgimento dos filmes históricos Rosenstone faz duas distinções de tradições de filmes históricos.

Os primeiros filmes históricos dramáticos não eram concebidos como investigações sérias a respeito do significado dos acontecimentos passados. Eram momentos breves, muitas vezes não mais do que encenações teatrais, que a plateia fatalmente reconheceria, Lincoln em Gettysburg, Dreyfus na Ilha do Diabo, Marat estendido morto na banheira. (ROSENSTONE, 2010, P.29).

Mesmo com a crescente popularidade deste gênero de filme, na segunda década da criação do cinema, as produções fílmicas tratavam-se de “dramas de época” que aludiam o passado apenas para habituar seus enredos. Essa primeira tradição de filmes históricos, denominados de dramáticos, ainda é parte atuante das produções atuais, a exemplo, o filme do Gladiador (de Ridley Scott. EUA: Universal, 2000). No final da década de 1910, surgiu uma tradição de filmes históricos empenhadas em criar interpretações do passado mais conscientes, muitas vezes usando documentos históricos como suportes. Rosenstone (2010) diz que Griffith, Eisenstein e Shub, são tidos como os criadores dos três tipos de filmes históricos considerados “sérios”. São estes:

o drama comercial (e seus irmãos de maior duração, a minissérie ou o docudrama), a história de oposição ou inovadora, e o documentário de compilação [...] E que podemos chamar de obra “padrão” da história em filme, o (melo) drama realista que retrata a luta de heróis, heroínas e vilões que se vem envolvidos por grandes acontecimentos históricos [...](ROSENSTONE, 2010, p. 31-32).

A História como *drama comercial* pode ser classificada em duas grandes categorias: Filmes pautados em documentos históricos para a construção de seus enredos e filmes que apesar de não terem uma base documental pra a sua produção estabelecem uma relação com a história, como por exemplo o filme orgulho e preconceito.

O *documentário* histórico trata-se de um gênero mais atual que o drama histórico. O documentário histórico, como afirma Rosenstone (2001), é melhor visto pelos historiadores profissionais do que os outros gêneros de filmes históricos, já que tentem a ser mais próximos da prática escrita da história.

A História de *oposição* ou História *inovadora* engloba tanto o gênero dramático quanto o documentário e, as vezes, uma mescla dos dois. O filme de oposição normalmente é feito por cineastas ditos como independentes, trata-se produções construídas em oposição ao modelo padrão de filmes, mais especificamente o Hollywoodiano. Trata-se de uma oposição não só ao modelo de produção padrão, mas à própria forma de representar a realidade na tela. “At its best, history as experiment promises a revisioning of what we mean by the word history”! ³⁶¹ (ROSENSTONE, 2001, p. 54)

Dentre estes três modelos de filmes históricos o longa-metragem dramático é apontado, em questão de público e influência, a forma de história mais significativa no meio das mídias visuais. Alguns dos filmes mais ovacionados foram dramas históricos, ou ao menos, dramas ambientados no passado. A grande parte dos filmes históricos recaem sobre a História como drama, considerada forma mais antiga e comum de filmes históricos (Rosenstone, 2010).

“Depois de mais de cem anos de história do cinema, não há, praticamente, época, civilização, tema histórico, herói antigo ou moderno que não tenha sido encenados nas telas” (CAPELATO, 2007, p.9). Afinal, “a História é um celeiro para ser pilhado” diz o diretor e escritor estadunidense John Sayles. (MACEDO, 2009, p. 40). A criação de história pelos filmes está fora do controle dos historiadores. Alguns cineastas foram considerados historiadores por especialistas do campo cinematográfico, por exemplo, Oliver Stone, Roberto Rossellini, um cineasta que se alto denominou historiador, Theo Angelopoulos, entre outros. Estes cineastas apresentam um interesse pessoal comum pelos fatos passados. Para Rosenstone (ano) os filmes históricos são criados com o fim

361 Na melhor das hipóteses, a história como experiência promete uma revisão do que queremos dizer com a palavra história! (Tradução livre da autora).

de compreender questões e/ou problemas históricos presentes na atualidade. O autor afirma ainda que, os problemas levantados por estes cineastas são semelhantes aos problemas históricos levantados pelos historiadores. Obviamente este processo se dá de forma distinta dos historiadores profissionais, a representação do passado pelos cineastas demandam convenções próprias. Rosentone (2010, pg,174-175) identifica pelo menos três maneiras que os cineastas recriam o passado nas telas, que ele distingue como: obras que visualizam, contestam e revisam a história. As obras cinematográficas que *visualizam* a história dão, nas palavras do autor, “carne e osso no passado”, isto é, criam narrativas histórica que nos dão a sensação de serem reais. Causando o efeito de “história ao vivo”, espectador não só vê o passado mas vive as suas emoções. Os filmes que *contestam* a história são representações que se opõem ao conhecimento tradicional da história, contradizem visões aceitas sobre pessoas, eventos, temas ou questões específicas. As obras que *revisam* a história tratam-se de representações distintas dos modelos tradicionais, recriam a história de um modo totalmente inusual, “com a finalidade de transformar o usual em inusual e fazer com que a plateia repense o que acha que já conhece”. (ROSENSTONE, 2010, 175). Esta maneira de representar a história no cinema pontua outra função do filme história, ser provocativo. “Criar um passado na tela tão ultrajante ou polêmico a ponto de forçar uma sociedade a debater abertamente uma importante questão histórica”. (ROSENSTONE, 2010, p. 175). Como no filme “A Pergunta que Não Quer Calar” (ano) de Stone, este filme reavivou o polêmico debate sobre a morte do presidente Kennedy levando o congresso a promulgar uma lei para a divulgação de documentos relacionados a morte do presidente.

O filme, por sua especificidade linguística, isto é, a sua materialidade por meio de imagens audiovisuais, cria um mundo histórico com o qual a história científica não pode rivalizar, ao menos em termos de popularidade. A imagem é o alicerce discursivo da linguagem cinematográfica. O público literalmente vê o passado. E esta imagem é, acima de tudo, realista. O filme suscita um sentimento de realidade em quem o assiste, levando muitas vezes o espectador a acreditar na imagem da tela. O cinema proporciona uma experiência singular no espectador sobre a história, mais atrativa e sem muitas restrições como a história científica. “Como característica principal dos filmes sobre eventos históricos existe a tendência em se moldar a história para que ela se torne popular, atraente e vendável”. (SOUZA, ano, p.6). A própria característica do cinema como um meio de comunicação de massas, exige que este seja mais atrativo. E por se tratar de um meio de

comunicação de massas a linguagem cinematográfica possui um caráter de comunicação universal.

“Os filmes conseguiram fascinar e dialogar com pessoas de todas os níveis sociais, culturais e econômico e, ainda sem discriminação de idade” (FRANCO, 1993, p.16). Os filmes históricos não só proporcionaram um aumento na produção da história como também ampliaram o alcance desta. A história contada pelo cinema atinge espaços que, não sem muito custo a escrita histórica abarcaria.

Todo dia, fica mais claro até mesmo para o mais acadêmico dos historiadores que as mídias visuais são o principal transmissor de história pública na nossa cultura, que para cada pessoa que lê um livro sobre um tópico histórico abordado por um filme, especialmente por um filme popular, muitos milhões de pessoas provavelmente terão contato com o mesmo passado apenas nas telas. (ROSENSTONE, 2010, p.28).

O filme é um perturbador reflexo de uma sociedade cada vez mas “pós-literária”, as pessoas sabem ler mais não praticam. Em fins do século XIX, com o surgimento do cinema, como ressalta Deleuze (1983), deu início a uma era de predominância da imagem. “Os filmes desenvolveram uma linguagem audiovisual que se tornou dominante no planeta e que foi assimilada pela televisão e pelas mídias eletrônicas.” (DELEUZE, 1983, p. s/p). O cinema e, posteriormente a televisão, configurou-se no século XX, como um fundamental, se não o principal, meio de propagação das histórias que uma sociedade ou cultura narra dela mesma. Segundo Rüsen (2009), no campo da cultura histórica a memória coletiva está sendo inflada por uma grande quantidade de imagens históricas. “As formas de consciência criadas pela cultura escrita [literacy] [...] podem rapidamente diminuir em significado, e especialmente em sua eficácia política. A gramática da história está se tornando uma imagística [imagology]”. (RÜSEN, 2009, p. 169).

Na era da cultura visual, onde cada vez mais a leitura torna-se uma prática isolada, Rosentone(2010) entende que a história transmitida pela tela, seja essa pela tela do cinema, da televisão, do computador, do celular seja a história do futuro. “Sem dúvida, a história pública do futuro terá mais probabilidade de ser propagada por enredos apresentados em telas grandes e pequenas do que por monografias de estudiosos”. (ROSENSTONE, 2010, pg.194). A afirmação do autor reflete uma das principais preocupações dos historiadores quanto a essa gama de produção cinematográfica. Já que

desde criação do cinema em fins do século XIX, não resta dúvida de que este constituísse em um “campo central na evocação e representação de imaginários históricos por meio de distintas formas de narração e um veículo de promoção da memória histórica, é um mobilizador da consciência histórica”. (MACEDO, 2009, pg. 13).

Relações entre a história e o cinema

O progressivo aumento das formas de usos públicos do passado pelo cinema e outras mídias audiovisuais, levaram os historiadores a complexificarem suas reflexões por meio do estabelecimento de uma ampla ordem de questionamentos intelectuais a partir da imagem. (KNAUSS, 2006). A partir dos anos 70, o cinema, elevado à categoria de “novo objeto”, é definitivamente incorporado ao fazer histórico dentro dos domínios da chamada História Nova, tendo Marco Ferro como precursor. Muito antes desta data os historiadores já debatiam sobre uso do cinema como objeto da história, mas foi neste contexto que estes debates ganharam força concretizadora. O debate de Marc Ferro colocou o cinema num posição de destaque dentre as preocupações dos historiadores. Ferro propôs uma nova abordagem para o trabalho dos historiadores com o filme. A partir de então vários trabalhos foram desenvolvidos com o intuito de indagar a relação do cinema com história.

No Brasil, foi nos anos 1990 que o cinema, e depois, a televisão, foram incorporados definitivamente no universo do historiador brasileiro. “Livros, teses, dissertações de mestrado, artigos em publicações especializadas e diversos tipos de materiais paradidáticos atestam a condição de um campo de trabalho no qual o fazer histórico procura integrar a dimensão imagética”. (CAPELATO, 2007, p.9). O campo das possíveis relações entre o cinema e a história é vasto, contudo, duas abordagens principais predominam. A abordagem explícita e a abordagem implícita.

A abordagem explícita do filme, trata o filme como reflexo das questões sociais e políticas do momento em que foi produzido. As produções fílmicas estão radicadas em determinado contexto cultural, portanto, carregam informações do contexto que estão inseridas. O filme na condição de artefato cultural de seu tempo, “não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza”. (FERRO, 1992, p.87).

“A matéria dos filmes, seus enredos, a maneira como são filmados, os temas postos em cena são relacionados com os locais em que se realizam, na medida em que, como matéria artística, os filmes formulam tópicos imaginativos relacionados com as coletividades em que são produzidos”. (SOUZA, 2008, p.51).

O filme não só contém informações de uma determinada época que pretendem representar como também detém informações da sua época de produção. Assim, o filme é tido como uma testemunha do seu tempo, e, portanto, “uma fonte documental para a ciência histórica por excelência”. (NOVA, 1996, s/p.). O cinema assume ainda uma função de representação social pois veicula representações que uma sociedade dá dela mesma. “A sociedade expressa através da arte sua compreensão de ser justamente isto, uma sociedade”. (WILLIAMS, 1961, p.43). Nessa abordagem qualquer gênero cinematográfico é passível de tornar uma potencial fonte para os historiadores.

A abordagem implícita vê o filme como o livro transferido para a tela, portanto, submetido ao mesmo trato que os historiadores dão para a história escrita. (ROSENSTONE, ano). Neste ponto o filme é tratado como um tipo de narrativa histórica. Os filmes históricos, ao representarem nas telas fatos passados, mesmo se tratando de representações ficcionais, veiculam uma narrativa histórica. Assim, os filmes históricos tratam-se de uma forma de “escrever” e interpretar o passado. Rosenstone (ano) vê os filmes históricos como uma história praticada por outros. Outra maneira de entender a nossa relação com o passado, uma outra maneira de prosseguir essa conversa sobre de onde viemos, para onde vamos e quem somos. Para Tarkovsky (ano) o cinema trata-se de uma forma de se relacionar e conhecer o mundo. Para o autor o cinema deveria ser um meio de entender os problemas mais complexos da sociedade, o que envolveria a relação que as pessoas estabelecem com o passado.

De um modo abrangente, as produções fílmicas são passíveis de ser utilizadas como documento histórico. De acordo com Ferro (1992), o cinema, seja ele documental ou de ficção, sempre tem um valor documental. Ao exercer influência sobre os olhares dos espectadores a respeito da história, mesmo quando se tem consciência que os filmes históricos tratam-se na maioria das vezes de representações fantasiosas e ideológicas, há também a possibilidade compreender o cinema como uma agente da história. O cinema propõe imaginários possíveis, aborda diferentes pontos de vistas sobre determinado fato passado que se inserem no imaginário coletivo. Na concepção de Ferro (ano), o cinema

trata-se de uma contra análise da sociedade contemporânea. Rosenstone (2010), indo além de Ferro, acredita que o filme histórico trata-se de um contra-discurso sobre o passado. “Como o seu mundo nunca pode ser interpretado literalmente, o filme histórico cria imagens, sequências e metáforas visuais ricas que nos ajudam a ver e pensar sobre o que existiu”. (ROSENSTONE, 2010, P.239). O filme histórico produz novas abordagens e olhares não pensados pela própria historiografia. O cinema produz uma forma particular de “conhecimento histórico”. “O filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é história” (FERRO, 1992, p. 86).

Os filmes históricos configuram-se, ainda, numa possibilidade estratégica metodológica não só no que diz respeito à pesquisa, mas também no Aprendizado Histórico. O filme como produtor de mensagens e sentidos históricos se relacionam com o campo da construção do conhecimento histórico e atinge o grande público informado sobre o passado no âmbito da cultura histórica. Ferro foi pioneiro na utilização do cinema como fonte histórica e como meio didática para o ensino de história. O cinema é incorporado como uma dimensão possível de se produzir e ensinar história e constituindo um campo de grande valor tático para o conhecimento histórico.

Há ainda a possibilidade de trabalhar o cinema na análise da função do conhecimento e da explicação histórica na vida pública, isto é, o cinema como uma forma da consciência histórica. Contudo trata-se de um campo pouco explorado. Não existem muitas abordagens teóricas e metodológicas sobre o tema. O próprio estudo das formas e funções que o conhecimento histórico assume no âmbito público é um campo relativamente recente dentro da Didática da História. É nesta perspectiva dos usos da História narrada de forma não científica da Didática da História de Rüsen, que pretendo tratar a mobilização da consciência histórica dos alunos pelos filmes históricos.

Em razão dessa abordagem privilegio o ponto de vista proposto por Jörn Rüsen no que se refere a sua teoria da consciência histórica e a sua materialidade por meio da cultura histórica isto é, o lugar em “que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática” (RÜSEN, 2010, pg.121) e, as formas e funções do conhecimento e da explicação histórica na vida pública dentro da perspectiva da Didática da História.

Consciência histórica, Cultura Histórica e Didática da História

O conceito de consciência histórica como é desenvolvido por Jörn Rüsen(2001), trata-se de uma teoria de constituição de sentido e orientação temporal. A consciência histórica é uma forma de consciência temporal humana, na qual o homem recorre ao passado permanentemente com o fim de orientar suas ações em meios as mudanças temporais. A consciência histórica então pode ser descrita como um esforço mental do homem constituir sentido frente a experiência do tempo de forma que o passado é recuperado por intermédio da memória e interpretando de mundo a conferir sentido ao presente. A consciência histórica também tem o futuro como ponto de referência. A partir de suas vivências passadas o homem busca projetar o seu futuro. A “evocação do passado é uma condição necessária para fornecer à vida humana um quadro cultural de orientação que abra uma perspectiva futura enraizada na experiência desse mesmo passado” (RÜSEN, 2009, p.185). Portanto, as pessoas no presente interpretam o passado com o fim de atribuir sentido ao presente e tornar o futuro como algo esperado. E é desse passado ativo no quadro de referências de orientação da vida prática atual que parte toda consciência histórica.

Os filmes histórico, enquanto uma forma de narrativa histórica, constituíssem em uma parte ativa do passado no quadro de referências de orientação da vida prática atual dentro de uma cultura histórica. A cultura histórica segundo Rüsen(2015) abarca as práticas culturais de orientação do sofrer e do agir humano no tempo. “A cultura histórica é capaz de orientar quando viabiliza que as experiências com passado humano sejam interpretadas de modo que se possa, por meio delas, entender as circunstancias da vida atual e, com base nelas, elaborar perspectivas de futuro”. (RÜSEN, 2015, 217).

O conceito de cultura histórica faz alusão a um fenômeno que a muitos anos caracteriza o papel da memória histórica no meio público. Rüsen(ano) refere-se ao que ele denomina de *boom* contínuo da história, que trata-se da grande atenção que recaiu sobre a história fora do círculo acadêmico ou, nas palavras Rüsen, “fora del círculo de los expertos e de las expertas”. Isto é, trata-se das diversas formas de usos públicos da história. Os filmes históricos, como uma forma de manifestação cultural dos homens, são um significativo exemplo dos usos públicos do passado. O grande aumento dos usos públicos do passado corroborou também para a ampliação do campo da memória coletiva. Este fenômeno mostra que os historiadores profissionais não possuem domínio sobre o passado. Afinal, a quem pertence o passado? Com qual direito os cineastas falam da

História?

Ao abordar o vasto campo de produção de representações histórica, Fonseca (2008, p.25) afirma que, “o passado não é de propriedade particular do historiador. Representar o passado, pensar sobre ele, construir memórias, é característica da nossa sociedade”. Para Rüsen (2015, pg.218) que os homens tenham consciência histórica e o significado que esta estabelece na vida de cada um admite só uma resposta, “a história pertence a todos”. Contudo a autor enfatiza que a história enquanto ciência detêm o modo mais sofisticado de fundamentar o manejo do passado.

Os filmes históricos enquanto uma forma de manifestação da cultura histórica em sua dimensão estética, na qual a cultura histórica é própria “à percepção das apresentações do passado (nos diversos meios de comunicação)” (RÜSEN, 2015, p. 231), se inserem no quadro de orientação da vida prática. A cultura histórica representa um campo no qual alguns fenômenos, onde o passado se faz presente, é parte integrante da cultura atual.

Um dos campos de atuação da Didática da História de Rüsen são os *usos da História narrada de forma não científica*, isto é, a análise da função do conhecimento e da explicação histórica na vida pública o que inclui a investigação e relação do conhecimento histórico com a cultura histórica de uma sociedade. Ha várias formas e espaços que fazem uso da História e influenciam na formação da consciência histórica das pessoas. O que implica:

o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massas; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos onde os historiadores equipados com essa visão podem trabalhar (RÜSEN, 2010, p. 32-33)

Nesta perspectiva, levando em conta potencial das produções fílmicas enquanto uma forma de discurso histórico não científico que incide diretamente na cultura histórica de uma sociedade e que, na categoria de narrativa histórica, podem agir sobre os processos de produção e constituição de sentido histórico mediante a experiência passada, os filmes, em particular os com temáticas históricas, tornam-se em um legítimo objeto de estudo para a Didática da História.

Considerações Finais

Neste artigo procurei brevemente delinear uma investigação de uma pesquisa de mestrado em andamento e apresentar alguns conceitos-chaves que constituem a base teórica da minha dissertação. Ao abordar os filmes históricos dentro da perspectiva da didática da história pretendeu-se investigar como o conhecimento histórico adquiriu uma roupagem histórica específica na narrativa cinematográfica. E como essa narrativa se torna mais eficiente na tarefa de comunicar uma história sobre o passado para os sujeitos, dentro da cultura histórica, do que propriamente o ensino escolar ou a narrativa acadêmica.

Com o advento da modernidade, a ascensão do modo de produção capitalista, os avanços tecnológicos, sobre tudo nos meios de comunicação e informação suscitaram uma série de transformações nas diversas instâncias da vida humana trazendo profundas implicações para o ambiente social e para a vida cotidiana. O advento da reprodutibilidade técnica da imagem, principalmente na sua melhor personificação, isto é, o cinema, mudou drasticamente as formas mais elementares da vida, o que inclui a relação que uma sociedade ou pessoa estabelece com a experiência passada.

O intenso contato com obras cinematográficas contribui não só para a formação do gosto estético de grande parte da população, mas, para a formação da própria consciência histórica dos indivíduos. A narrativa cinematográfica é um produto da mente humana por meio da qual os indivíduos se orientam em meio às suas relações com o mundo, trata-se de um procedimento gerador de sentido dentro da esfera temporal. Em várias instâncias, o cinema conformou novas formas de se ver, entender, experienciar e representar o mundo e as ideias. E nessa perspectiva, os historiadores não devem ignorar as produções cinematográficas, essas obras são muito presentes e importantes na formação da cultura histórica da sociedade contemporânea.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. 2. ed. Trad.

Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CAPELATO, Maria Helena. *História e Cinema*. São Paulo: Alameda, 2007.

DELEUZE, GILLES. *Cinema a Imagem-Movimento*. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **O filme: uma contra-análise da sociedade?** In: Jacques LE GOFF e Pierre NORA (orgs.). *História -novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Afves, 1976. p. 203.

MACEDO, José Rivair; MONGELLI, Lênia Márcia. **A Idade Média no cinema**. São Paulo: Atelie Editorial, 2009.

MARTIN, Marcel. **A Linguagem Cinematográfica**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

NOVA, Cristiane. “O cinema e o conhecimento da história”. **Revista Olho da História**, Salvador, n° 3, 1996. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/o3cris.html>> Acesso em 05 ago. de 2015.

_____. **A História diante dos desafios imagéticos**. Proj. História, São Paulo, (21), Nov. 2000. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10766/7998>> Acesso em 02 ago de 2015.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. Tradução de Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 194.

_____. **The Historical Film: Looking at the Past in a Postliterate Age**. in *The Historical Film: History and Memory in Media*, edited by Marcia Landy, (New Brunswick, New Jersey : Rutgers University Press, 2001): 50-66.

RÜSEN, Jorn. **História viva. Didática – Funções do saber histórico**. Brasília: UnB, 2007.

_____. **Razão Histórica: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UNB, 2001.

_____. **Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história**. História da historiografia, número 02, março, 2009. Acesso em 5 de fev. de 2016. Disponível em <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12/12>>

_____ Teoria da História: Uma teoria da história como ciência; tradução de Estevão C. De Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SOUZA, Maria Luiza Rodrigues. Um Estudo das Narrativas Cinematográficas Sobre as Ditaduras militares no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1976-1983). 2007. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5339>>. Acesso em 20 de ago de 2016.

SOUZA, Éder C. “Cinema e didática da história: um diálogo com o conceito de cultura histórica de Jörn Rüsen”. In: V Simpósio Internacional de História, 2011, **Anais...** Goiânia: anpuh, 2011.

TARKOVSKY, Andrei. **Esculpir o Tempo**. -2-ed.- São Paulo :Martins Fontes.1998.

WILLIAMS, Raymond. **La Larga Revolución**. Burno Aires: Ediciones Nueva Visión, 1961. p.19-50.

“FORMANDO PARA TRANSFORMAR”: A CRIAÇÃO DO INSTITUTO MILLENIUM.

*Lucas Patschiki*³⁶²

RESUMO: Aqui buscaremos situar historicamente o Instituto Millenium, objeto de pesquisa de Doutorado em História em andamento na Universidade Federal de Goiás. Criado em 2005, ele já era articulado desde 2001, buscou ser um espaço para a divulgação de “ideias de direita”, reunindo capitalistas e intelectuais. A adequação da classe dominante na doutrina “moderna” era uma necessidade posta na intenção de desenvolver o país. Este será contraposto ao projeto petista, considerado “estatizante”, nesta lógica intrinsecamente autoritário e de sentido político coletivista, socialista. Assim, formulam sua ação através das relações de força do período, enfatizando a forma organizativa do

³⁶²Mestre em História UNIOESTE/Doutorando em História UFG, sob orientação do prof. Dr. David Maciel. Pesquisa financiada pela CAPES.

“*think tank*” (usina de ideias) como estratégica, aqui considerado como aparelho privado de hegemonia, segundo categorização de Antonio Gramsci.

Palavras-chave: Burguesia; organização; guerra de posição.

Logo no início de 2005 foi criado um novo instituto, um novo aparelho de classe, parido por diversos atores com esta exata intenção. Ao Instituto da Realidade Nacional foi dado propósito, servir de ponto de suporte intelectual, ideológico e, especialmente, organizativo para a classe dominante brasileira. Ele foi fundado pela iniciativa de Patrícia Carlos de Andrade – o único nome ao seu lado, como coordenador, era o de Denis Rosenfeld (SILVEIRA, 2013, p. 57). Segundo sua fundadora: “Formadores de opinião, de um lado, apoiados por empresários que querem defender o avanço de certas ideias. E estas ideias, elas só vão avançar se elas se transformarem de alguma forma em política” (IMIL, 10.06.13, s/p.).

Patrícia é economista, tendo feito sua Graduação e Mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 2011, recebeu o título de Mestre em Psicologia Positiva Aplicada (“*Master of Applied Positive Psychology*”) por esta mesma Universidade. Ela indica ter trabalhado como analista de economia e política nos bancos Icatu e JPMorgan, além da autoria do livro “Guia de profissões e mercado de trabalho” (Rio de Janeiro: Oriente-se, 2000) (WIKIPEDIA, acesso em 18.04.16). É filha do experiente jornalista Evandro Carlos de Andrade, que dirigiu o jornal “O Globo” por mais de 24 anos e cujo último vínculo empregatício foi, entre 1995 e 2001, quando faleceu, como diretor responsável da Central Globo de Jornalismo (PENA, 2006). É ex-mulher de Beny Parnes, economista formado pela PUC-RJ (estudou na mesma turma que Armínio Fraga) e ex-diretor de assuntos internacionais do Banco Central (foi empossado em janeiro de 2002 e permaneceu no cargo até setembro de 2003). Trabalhou por 2 vezes para o banco BBM do Rio de Janeiro, é sócio e economista-chefe da SPX desde 2013 e professor associado do Departamento de Economia da PUC-RJ (SPX, acessado em 16.04.16).

O segundo nome citado, é o de Denis Lerrer Rosenfeld, professor de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desde 1982. Doutor em Filosofia pela Universidade de Paris, é editor da revista acadêmica “Filosofia política” e autor de uma série de obras, dentre estas “Hegel” (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002), “A democracia ameaçada” (Rio De Janeiro: Topbooks, 2006), “Justiça, democracia e

capitalismo” (Elsevier, 2010) e, sintomaticamente, com João Pereira Coutinho e Luiz Felipe Pondé, “Por que virei à direita” (Três Estrelas, 2012).

Segundo Andrade a ideia do instituto nasceu da preocupação com inexistência “de uma representação política e cultural de centro-direita moderna”. Diz centro-direita, explicando que se intitular como “direita” no Brasil seria considerado uma nomenclatura ofensiva. A partir de 2000 começou a intermediar sua proposta, com a organização de um seminário sobre liberalismo no Brasil na Univercidade (antiga Universidade da Cidade) no Rio de Janeiro, “nessa época, 2000, 2001” (IMIL, 10.06.13, s/p.).

A tensão na implementação do projeto neoliberal seria objeto de preocupação em um documento de 2004, portanto preparatório ao Instituto da Realidade Nacional, de Carlos Pio e Eduardo Viola, divulgado no “Valor” de 28.09.04. Neste documento os autores buscaram enfatizar as cisões do PT, ou seja, através da constatação destas divergências internas, passariam a propor uma qualificação mais apurada do partido e das necessidades do combate a este:

As principais análises sobre o governo Lula apontam para a sua divisão em duas alas, cujos projetos seriam, a princípio, incompatíveis. De um lado, teríamos uma corrente liberal, encabeçada por Palocci; de outro, uma corrente estatista, comandada por Dirceu. A primeira estaria interessada “apenas” no bom gerenciamento da economia. A segunda estaria voltada para viabilizar um projeto de partido hegemônico, com vistas a permanecer no poder por décadas. Mais recentemente, *passou se a temer que a primeira ala estivesse apenas servindo para viabilizar a estratégia de hegemonia comandada por Dirceu* (PIO; VIOLA, 28.09.04, s/p. Grifos nossos).

Essa conclusão é fundamental para buscar afirmar o complô, um dos motes principais do anticomunismo – aqui travestido de anti-estatismo, mas que são consideradas “etapas” para o mesmo fim histórico pelos teóricos ultraliberais, o comunista. Assim, “não resta dúvida de que algumas iniciativas do governo do PT estão contribuindo para consolidar o capitalismo no Brasil, ao mesmo tempo, e “a despeito disso, a administração do PT também tem-se caracterizado por uma série de decisões que criam e/ou reforçam obstáculos à consolidação da economia de mercado”. Esse “paroxismo” até primário funciona, porque o PT tem suas origens na classe trabalhadora, o que implica que mesmo transformado, abandonando seu programa original de classe, suas referências simbólicas continuam, até porque irão formatar uma identidade política-eleitoral diferenciada dos demais partidos, especialmente o PSDB, que compartilha as mesmas premissas econômicas.

Estas supostas intenções “hegemônicas” do PT (na verdade o correto seria “hegemonismo”, pois hegemonia, é o domínio e direção de uma classe), hipótese que não comprovam factualmente, intentaria “permanecer no poder por duas décadas ou mais”, o que teria obrigado ao grupo central petista “a necessidade de bem gerenciar a economia”, o que por si não corrobora papel positivo pois esta “boa gestão”, seria mero cenário para “criação e expansão de regulações visando reduzir o pluralismo político, aumentar o papel dirigista do estado na economia e criar uma rede de clientelas eleitorais” (PIO; VIOLA, 28.09.04, s/p.).

E o documento situa as relações de força no Brasil, listando primeiro “os principais fatores, em ordem de importância”, que garantem sustentação para um partido hegemônico:

(1) grande proporção pobres na população (34%), que demanda assistência social e que pode ser mais facilmente manipulada nas eleições; (2) máquina política do PT muito sofisticada organizacional e financeiramente e com baixo compromisso histórico com o pluralismo político e o capitalismo; (3) presença de uma liderança com forte apelo personalista e carismático; (4) existência de uma organização comunista revolucionária e pára-legal, o MST, com vínculos estreitos com o PT; (5) forte penetração do ideal de democracia participativa, ameaçando erodir os mecanismos formais de representação (partidos, parlamento); (6) mentalidade nacional coletivista e estatista, que se expressa na demanda por um “projeto nacional” (PIO; VIOLA, 28.09.04, s/p.).

Em seguida lista os fatos que oferecem resistência ao “projeto hegemônico”:

(1) a institucionalização de direitos civis e políticos, especialmente as liberdades de organização e de imprensa; (2) um Judiciário politicamente independente; (3) a existência de alguns partidos já consolidados com forte orientação antihegemônica (PSDB, PFL); (4) o prestígio e a liderança internacionais do ex-presidente Fernando H. Cardoso; (5) o federalismo, que torna mais diversificado os sistema de representação e de competição eleitoral; (6) vasta classe média composta por agentes econômicos privados e setores econômicos fortemente internacionalizados (PIO; VIOLA, 28.09.04, s/p.).

Note-se que nessas considerações as apreciações ao desenvolvimento da democracia brasileira resumem-se a um comentário genérico sobre o “federalismo” e ao “Judiciário politicamente independente”, o que é simplesmente mentiroso. Ao fim das gestões de FHC haviam cerca de 4 mil processos parados no gabinete do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, primo do então Vice-Presidente Marco Maciel (GUIMARÃES, 20.10.14, s/p.). A outra consideração é a constatação da

“institucionalização de direitos civis e políticos”, da qual sublinha-se a “liberdade de imprensa”, que entende erroneamente como “liberdade de expressão”, a qual ainda é associada a “liberdade de organização”. Liberdade de expressão é um direito individual à fala, enquanto liberdade de imprensa (de imprimir em seu sentido original), toma um caráter social, pois os falantes são conglomerados corporativos midiáticos de alcance nacional (e até mesmo internacional). A comparação entre esses dois direitos, “só faria sentido na medida em que a liberdade de imprensa contemplasse o direito à comunicação que é direito de cada um, individualmente, de se expressar através de qualquer meio, inclusive destas instituições” (IHU ONLINE, 16.06.10, s./p.). Assim é uma liberdade a ser garantida pela pluralização e pelo acesso a esses meios de comunicação, o que não corresponde ao caso do oligopólio midiático brasileiro, dominado por pouquíssimas famílias (Marinho da “Globo”, Abravanel do “SBT”, o Edir Macedo da “Record”, a família Saad da “Bandeirantes”, a Frias da “Folha de S. Paulo”, a Mesquita do “Estadão” e a Civita da Editora Abril).

As demais proposições dão conta de atores políticos ativos no processo de implementação do neoliberalismo no Brasil (PFL, PSDB, do qual sublinham o ex-presidente FHC) e os estratos sociais aos quais seu discurso ressoa (embora falar em “vasta classe média” no caso brasileiro seja evidentemente um exagero, dada a concentração brutal da renda nacional): os “agentes econômicos privados” além dos “setores econômicos fortemente internacionalizados”. E por fim, fazem a defesa das prerrogativas defendidas pelo IMIL para a sociedade brasileira, para “reforço da autonomia da sociedade frente ao estado e não o oposto” (PIO; VIOLA, 28.09.04, s/p.). Como mesmo escreveram, “a agenda é clara”:

(1) garantia plena à propriedade privada, em suas múltiplas dimensões – terras, contratos, propriedade intelectual; (2) eliminação das restrições às importações para elevar a corrente de comércio; (3) forte redução da carga tributária e aumento da qualidade dos tributos; (4) eliminação das vinculações constitucionais do orçamento; (5) redução significativa da informalidade; (6) simplificação e flexibilização das legislações trabalhista e sindical; (7) redução consistente da criminalidade; (8) redução significativa da incerteza jurídica; (9) aumento da qualidade da educação; (10) independência jurídica do Banco Central; (11) retomada da agenda de reforma e modernização do estado por meio de privatizações e parcerias com empresas privadas; e, (12) estabelecimento de um sistema previdenciário de capitalização (PIO; VIOLA, 28.09.04, s/p.).

Note que sua agenda não faz nenhuma proposição em torno do aprimoramento democrático das instituições ou sobre a ampliação dos direitos universais. O único sujeito considerado nessas proposições é o “mercado”, que assume nessa dimensão fetichizada prerrogativas, necessidades postas para além dos seres humanos. A partir daí qualquer direito universal torna-se questão secundária, genérica, como visto no ponto sobre a “qualidade da educação”. Por sinal, todos os outros pontos dão conta das políticas econômicas e reestruturações para o aprofundamento da implementação do projeto histórico neoliberal. As demais, “redução consistente da criminalidade” e “redução significativa da incerteza jurídica” constam como necessidades do primeiro, e mais importante, ponto da agenda, “garantia plena à propriedade privada” diante da massa de despossuídos brasileiros, da “grande proporção pobres na população (34%)”. Estas medidas visam dotar o Estado de instrumento de coerção adequados para a implementação de políticas de forte concentração de renda, de incremento na superexploração do trabalho e na expropriação de direitos conquistados pelas classes subalternas através de décadas de luta. O incremento da violência estatal é uma necessidade tão fundamental para a manutenção da hegemonia neoliberal quanto os programas de transferência direta de renda, tal qual preconizados por Milton Friedman (FRANK, 06.07.15, s./p.). Não por sinal, é nesse contexto que se conhece um forte crescimento dos projetos fascistas. Não há possibilidade nenhuma de se conceber paz social em torno de um programa em que se acentua a distância econômica e social entre atores estruturalmente e historicamente desiguais.

Um mês após o lançamento do Instituto (13.04.05), foi publicado no Estado de São Paulo o artigo “Revolucionando a agenda política”. Ele foi escrito por Patrícia Carlos de Andrade, Eduardo Viola e Héctor Leis e servirá para situar o empreendimento, esclarecendo a necessidade de sua existência. Para Silveira (2013. p. 63), este será o manifesto do Instituto da Realidade Nacional, declaração de seus interesses e de seu caráter de classe, de sua forma organizacional e afirmação de seus marcos ideológicos como princípios. O documento abre defendendo que o Brasil teria somente conhecido o “estatismo” (que seria o oposto binário do seu “liberalismo”), elemento que haveria capado a existência de uma “verdadeira” economia capitalista, “a real democracia de mercado, nunca antes experimentada” (ANDRADE; VIOLA; LEIS, 13.04.05, s./p.). Essa teleologia capitalista é típica do discurso neoliberal, sua utopia seria que o capitalismo, que o mercado existente não seria suficientemente “puro” (este “capitalismo a se

completar no Brasil” é de puro caráter propositivo não podendo ser comprovado, avalizado historicamente). Isto poderia ocorrer por obra de seus “inimigos” ou porque os liberais teriam partido de uma base por demais “racionalista”, que pretendeu intervir na realidade, a reformando (ANDERSON, 2012, p. 34). No caso do capitalismo periférico, dependente e associado, nenhuma consideração é feita ao seu lugar no sistema global de produção, relegando seu “atraso” a falta da aplicação de preceitos “modernos”. Erige-se a razão neoliberal em torno de uma temporalidade linear, e que reduz as possibilidades de desenvolvimento econômico em um maniqueísmo, entendendo que este somente ocorreria pela ação “correta” dos sujeitos dotados de capacidade decisória. “Movemo-nos sempre na direção de um senso comum raso que circula da esquerda à centro-esquerda e tem por anos criado fortes obstáculos ao crescimento e à modernização do País” (ANDRADE; VIOLA; LEIS, 13.04.05, s./p.). Trata-se de uma teleologia economicista inescapável, onde “os seres humanos não valem por si mesmo, senão em quanto servem para desenvolver as forças produtivas” (VERGARA, 2003, p. 24. Tradução nossa)

Para tanto uma “nova” organização social deve conduzir o processo, em contraposição aos “partidos políticos, associações empresariais e profissionais, movimentos sociais, universidades, mídia”, estes corrompidos pelo senso comum estatizante (relembrando, obra de agentes de esquerda ou de centro-esquerda) incompetentes na “responsabilidade tradicional de estabelecer debate público de qualidade”:

Os think tanks têm cumprido este papel, em nossa época, ao fugir do senso comum e pôr em discussão, de forma clara e qualificada, os processos que impedem o avanço da sociedade. Eles têm sido os atores mais capazes de nutrir as democracias de massas da era de informação com propostas modernas, audaciosas e ao mesmo tempo realistas, e também fator importante de enfraquecimento de políticos populistas e irresponsáveis, acostumados a fazer promessas voluntaristas sem fundamento nas realidades econômicas (ANDRADE; VIOLA; LEIS, 13.04.05, s./p.).

O descrevem, em suas funções:

Trata-se de um centro de pesquisa que reúne acadêmicos, especialistas e operadores políticos de alto padrão para produzir e difundir idéias políticas e para formular políticas públicas, sua promoção e implementação por meio das mais avançadas técnicas de publicidade. A maioria possui identidade política clara, mas geralmente não tem vínculo partidário orgânico, uma característica que o distingue de outros grupos de estudos políticos (ANDRADE; VIOLA; LEIS, 13.04.05, s./p.).

A constituição de *think tanks* foi parte fundamental na organização para a implementação do projeto neoliberal, como discutiremos detalhadamente na tese, sendo que este documento faz reverência a essa origem, se situando como copartícipe:

Tem sido particularmente importante para as forças políticas liberais e conservadoras, mas tem papel também para as social-democratas e social-cristãs [...] os think tanks foram fundamentais nas mudanças da agenda política. Surgiram nos EUA e, a partir da década de 1970, se desenvolveram rapidamente, tendo tido influência decisiva nas eleições de Reagan, Bush pai, Clinton e Bush filho. Seu modelo de sucesso foi importado por vários países, entre os quais Inglaterra, Austrália, Espanha, Holanda, Irlanda, Polônia e Chile – este, não por acaso, o país da América Latina mais desenvolvido econômica e socialmente (ANDRADE; VIOLA; LEIS, 13.04.05, s./p.).

Apagando a Ditadura sanguinária e terrorista de Pinochet (Ver COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN, 08.02.91), para ficarmos só no caso latino americano, sublinham o *think tank* como um agente fundamental na realização do programa, no alcance do sucesso. Enfatizam o papel do empresariado, dos capitalistas, como classe capacitada a dar sustentação para um projeto de nação liberal, enfatizando sua necessidade em tutelar os intelectuais para disputar a opinião pública, buscando dar conta do pressuposto senso comum de esquerda e centro esquerda. Um *think tank* só teria capacidade de mudar os rumos da sociedade se subsidiado pela visão de longo prazo da classe empresarial em seu comprometimento com o futuro de seu país (ANDRADE; VIOLA; LEIS, 13.04.05, s./p.).

Por fim, podemos a partir desse documento indicar os atores, que segundo a leitura do instituto, fazem parte da relação de forças fundamentais: a classe política, passíveis de práticas “populistas e irresponsáveis”; atores de esquerda e centro-esquerda (políticos, intelectuais, formadores de opinião), que hegemonizam o senso comum através da pregação estatizante; uma burguesia desencontrada com a modernidade, visto que na última eleição presidencial teria sido sujeitada a candidatos “todos estatizantes e imbuídos em graus variáveis do ideário coletivista, originado na esquerda clássica, no populismo ou na direita oligárquica”; e o sujeito coletivo ainda não-realizado, a “corrente político-cultural de direita moderna, que apresente alternativas de avanço para o País na conclusão da transição entre o forte estatismo que sempre caracterizou a sociedade brasileira e a real democracia de mercado, nunca antes experimentada”. Este não poderia ser relacionado com as formas existentes, mas no *think tank* (celebrado de forma exultante: “há momentos da História, no entanto, em que surgem atores – pensadores, grupos políticos, grupos

sociais – capazes de destravar o debate e permitir nova compreensão da realidade”). Somente esta forma organizativa seria capaz de:

[...] atrair e manter equipe de profissionais altamente qualificados, apta a produzir debates, artigos, livros, documentos destinados a grupos de influência específicos, com linguagem acessível e atraente e, ao mesmo tempo, *calcados em conhecimento sólido da tradição e da modernidade do pensamento ocidental* (ANDRADE; VIOLA; LEIS, 13.04.05, s./p. Grifos nossos).

Este pode agregar intelectuais e políticos em um termo que escape aos interesses imediatos, típicos do cotidiano capitalista. Por fim, note-se que a visão de mundo com a qual comprometem-se busca solidez na “modernidade” e na “tradição”, ou seja, abarca a mudança neoliberal, mas ancorado na continuidade, ou seja, indicando a manutenção do domínio anterior.

Este é um indicativo da reforma moral do homem para a mudança pelo alto, de “renovação-restauração”, inserida na lógica do que Gramsci chamou de revolução passiva, que na conjuntura da autocracia burguesa brasileira, poderia ser lida como uma “revolução passiva dentro da contrarrevolução permanente” - esta leitura pretende situar o motivo pelo qual Carlos Nelson Coutinho não pode visualizar concessões às classes subalternas nesse movimento. Por sinal, é exatamente pelo sentido clássico de revolução passiva, tal como entendido por Antonio Gramsci é que não podemos afirmar que “reforma” tenha um único sentido de universalização de direitos para as classes trabalhadoras como defende Coutinho: as “concessões” que fala Gramsci nesse processo dão ganhos reais para as classes subalternas, mas seu sentido social é invertido, pois as “ampliações” do Estado também conformam novas trincheiras contra a emancipação dos trabalhadores (COUTINHO, 2012). Como sublinha Massimo Modonesi (*In*. REY, 2012, p. 142), o adjetivo passivo foi utilizado por Gramsci, em relação ao substantivo revolução para sublinhar que este é um processo de mudança “não caracterizada por um movimento subversivo das classes subalternas senão como conjunto de transformações objetivas que marcam uma descontinuidade significativa”, sendo objeto de “uma estratégia de mudança orientada a garantir a estabilidade das relações fundamentais de dominação”.

O último artigo que abordaremos é “Ledo engano, a realidade é cruel”, de Rubem de Freitas Novaes é muito mais importante em termos de delimitação do caráter ideológico, pois abre novas possibilidades ao mesmo tempo que baliza as escolhas do instituto dentro do ideário neoliberal. Ora, uma proposta como a do IMIL não permite

que seus recursos ideológicos sejam abordados nem de maneira completamente genérica, nem abertamente sectária, pois ao agrupar intelectuais e outros aparelhos privados de hegemonia em sua órbita, criaria atritos públicos em relação ao âmbito teórico, criando facções, cisões, que perderiam de vista a própria necessidade que instigou o instituto, *sua capacidade de realizar intervenções efetivas*. Este é o crivo que permite manter dada postura pluralista ao mesmo tempo em que refreia tendências proselitistas (que são inevitáveis, de qualquer modo). Suas disputas têm de ocorrer em torno de necessidades da realidade em que atuam, tendo a teoria como linguagem comum passível de conformar o consenso entre os atores envolvidos.

O artigo inicia com uma defesa da ciência econômica como a maior capacitada a desvelar cientificamente a ação humana, uma “teoria geral da escolha”, que faz reivindicando como determinante a contribuição de Ludwig von Mises (que junto a Hayek unifica as diversas posições neoliberais em uma origem comum). A partir daí ilustra os descendentes da proposta, sublinhando Gary Becker (ganhador do Nobel de Economia de 92 e um dos mais importantes professores da Escola de Chicago, onde Novaes estudou), pioneiro no uso da teoria do mercado para a compreensão da ação e interação humana (sendo que para ele “o darwinismo é o fundamento da aptidão para o cálculo racional, que ele atribui aos agentes” (BOURDIEU, 1998, p. 36), tendo ganhado fama ao cunhar o “teorema da criança mimada” (“*rotten kid theorem*”, no original) (ver HIRATA, 2008). Também cita Steven Levitt, autor do *best-seller* “Freakonomics”.

Mesmo reconhecendo que “a Teoria Econômica já está conquistando a aceitação popular quando ouvimos, da voz de leigos, expressões como: ‘tempo é dinheiro’, ‘não há almoço grátis’, ‘é uma boa relação custo-benefício’, etc.” (NOVAES, 03.02.06, s./p.), entende que existe pouco reconhecimento social da teoria, ou seja, que embora a teoria economicista esteja em circulação, na “disputa pelos corações e mentes”, ainda não é celebrada como a descrição mais científica do real (BOURDIEU, 01.03.04, s./p.). Para cobrir esta lacuna, Novaes defende a superioridade dos estudos da teoria econômica sobre a ciência política, notadamente sobre os processos de decisão política, invocando os dois economistas fundadores do que viria a ser conhecido como “escola da Virgínia” ou da “escolha pública” (“*public choice*”): James M. Buchanan e Gordon Tullock.

Buchanan é o grande nome aqui, estando desde 1957 aplicando a teoria geral da escolha, economicista, no mundo da política. Primeiro no Centro de Estudos em Economia Política, no Thomas Jefferson Center; entre 1967 e 1982 no Centro de Estudos

em Escolha Pública da Virginia Polytechnic Institute, depois transferida para a George Mason University, em Fairfax, Virginia. Em 1962, Buchanan e Tullock escrevem junto “*The calculus of consent*”, onde afirmam sua perspectiva: “estender as premissas da microeconomia ao comportamento político dos indivíduos. Em outros termos, dizem que os fenômenos macropolíticos teriam microfundamentos no comportamento individual” (MORAES, 2001, p. 23). Em termos simples, “o postulado comportamental básico da *public choice*, tal como na economia, é que o homem é egoísta, racional e maximizador de utilidade” (MUELLER, 1989, p. 1-2. Tradução nossa). A lógica da ganância do indivíduo, preconizada por Mises, aqui fundamenta a leitura e tomada de decisões dos agentes políticos, que não estão mais em um ambiente de mercado, portanto, sua efetividade não é relacionada ao lucro, mas ao poder. Segundo Reginaldo Moraes (2002, p. 16):

No fabulário liberal, o cidadão divide-se em um Dr. Jeckil e um Mr. Hyde: por um lado, contribuinte suado, esfolado para pagar taxas escorchantes; por outro, aproveitador, sempre à espreita de um *free lunch*, comportando-se, afinal, como o malandro de Noel Rosa, para quem “mais vale almoçar na casa de um parente do que trabalhar para ganhar o insuficiente”. Daí, sociólogos, economistas e cientistas políticos dos *think tanks* neoliberais se esmeraram em demonstrar que o “sufocamento” do “homem econômico racional” por instituições assistenciais excessivas conduziria a incentivos perversos, como a *poverty trap*.

Isto é importante e demarca uma dimensão ideológica do IMIL. Ainda, se tudo pode ser resumido no “mais mercado, menos Estado”, visto que o funcionamento da ordem do mercado é o paradigma a ser alcançado pelas outras instituições, a escolha pública delimita que nem tudo pode ser resolvido pelo próprio mercado:

Nem todas as questões são adequadamente solucionadas no âmbito dos mercados. Algumas questões, ligadas ao estabelecimento da lei e da ordem, por exemplo, nem cabem mesmo fora da competência do Estado. Há outras, com características de externalidades, bens públicos e monopólios naturais, para as quais o mercado apresenta soluções imperfeitas. Quando as imperfeições ocorrem, caberia o recurso a instâncias políticas que, mediante decisões de maioria, buscariam encontrar a solução correta através da intervenção governamental (NOVAES, 03.02.06, s./p.).

Isto implica em dois pressupostos ideológicos: o primeiro é que o mercado não é perfeito; o segundo é que o Estado obrigatoriamente tem de intervir na economia. A grande questão então seria que “aí, teríamos de defrontar as imperfeições do mercado

com as falhas do Governo. Afinal, formuladores de política freqüentemente erram no momento de intervir, erram na dosagem e erram na duração de sua intervenção. A emenda poderia ser pior que o soneto” (NOVAES, 03.02.06, s./p.). A “aceitação” dos defeitos do mercado implica que o Estado mesmo possuindo a dominância na relação, para ser efetivo, têm de adequar-se diante do primeiro, que pelo comportamento do indivíduo diante de suas escolhas, torna-se o paradigma a ser replicado. Então o que irão chamar de “economia constitucional”, buscará ser “uma nova teoria do contrato social, que propicie uma reconstrução da ordem social e política” (MORAES, 2001, p. 27), ou seja, a necessária adaptação do Estado para a ordem econômica neoliberal:

Pois, o que a “Teoria da Escolha Pública” fez foi testar, para os políticos e burocratas [...] a mesma hipótese de comportamento individualista válida para a maior parte da espécie humana. E o resultado não foi nada lisonjeiro para a classe política, para espanto de cientistas políticos e sociólogos, que supunham o purismo da ação governamental, e para decepção dos teóricos socialistas, que sempre acreditaram na possibilidade de reformar a Sociedade, alterando a natureza humana (NOVAES, 03.02.06, s./p.).

Para os defensores da escolha pública o processo político é analisado pela perspectiva de minimização de custos. Assim, a democracia parlamentar-eleitoral burguesa estaria relegada a uma correlação de custos. O primeiro seriam os custos externos, “maiores quanto menos os indivíduos puderem participar do processo decisório e mais tiverem que acatar” (DIAS, 2009, p. 210). Esse custo diz respeito então ao federalismo e a descentralização do poder estatal:

[...] seu voto, na democracia, vale muito pouco, é apenas um sobre milhares ou milhões. Quanto maior for a ágora, quanto mais gente participar do processo político, menor será seu incentivo para participar. É o que chamamos de “ignorância racional”: não compensa o esforço de se informar ou tentar influenciar o resultado. Ou seja, mesmo que decisões coletivas na política possam afetar intensamente sua vida, você não tem muito interesse ou poder de influência, pois seu voto é insignificante no total (CONSTANTINO, 21.10.15, s./p.).

O segundo custo seria o de “transação”, próprios do processo de decisão política, “maiores quanto maior for o número de pessoas envolvidas no processo de decisão”. Disto deriva-se que as decisões seriam melhores e mais facilmente tomadas se envolvessem menos pessoas: “é melhor que as decisões sejam tomadas em grupos menores, pois nestes é mais fácil chegar-se a um consenso” (DIAS, 2009, p. 210).

Segundo Novaes estas questões são ainda mais evidentes nas “democracias pouco maduras”, sendo que a “represália das urnas” é insuficiente para exercer controle social sobre o Estado: “políticos e burocratas estão livres para cuidar apenas de suas vantagens pessoais (pecuniárias e ideológicas) e dos interesses de “lobbies” que se organizam na busca de privilégios” (NOVAES, 03.02.06, s./p.). Estas formas não deixam de serem privatizações do público, literalmente apropriações privadas do erário público, e não por sinal, erigidas como forma estrutural do Estado autocrático burguês (FERNANDES, 1976, p. 358-359).

A diferença é que a espoliação necessária na etapa de dominância financeira do capitalismo é muito mais brutal, não há espaço para clientelismos e “jogos de compadrio”, mas a necessidade de atuar contra a própria estrutura do Estado:

A proposta neoliberal de “reforma” dos serviços públicos, como se sabe, é orientada por uma idéia reguladora: a idéia de privatizar, isto é, de acentuar o primado e a superioridade da *ratio* privada sobre as deliberações coletivas [...] há outros modos [além da privatização] de fazer valer o mandamento. Pode-se delegar a gestão, sem necessariamente transferir a propriedade. Pode-se ainda manter na esfera estatal a gestão e a propriedade, mas providenciando reformas que façam funcionar os agentes públicos “como se” estivessem no mercado, modelando o espaço público pelos padrões do privado. Diferentes modos de descentralização e dispersão de operações – com a correspondente centralização e o insulamento dos âmbitos de definição das grandes políticas, das práticas e avaliação de desempenho, de distribuição do bolo orçamentário – são pensadas como formas de introduzir o *ethos* privado (dinâmico, purificador) do mercado no reino das funções públicas (MORAES, 2002, p. 20).

Novaes encerra o artigo afirmando a superioridade da escolha pública, tendo como exemplo a quebra da “ética petista”, bandeira levantada pelo partido desde sua formação e que foi abaixo definitivamente em suas gestões federais, quando passa a utilizar politicamente a corrupção como qualquer outro partido institucionalizado. Nesta correlação primária “Estado como corrupção”, conclama que para o PT (e todos os que acreditavam em uma outra política), “a realidade mostrou-se cruel e ficou claro que lutar sempre pela redução do tamanho do Estado e pelo fortalecimento dos mercados privados é a única arma que eleitores e contribuintes têm contra o poder sufocante e egoísta dos governantes” (NOVAES, 03.02.06, s./p.). A ênfase sobre a escolha pública localiza parte dos marcos ideológicos do IMIL, considerando que abre possibilidades para análises muito mais sedimentadas da realidade brasileira, especialmente por acentuar a intersecção entre o Estado e economia. Ao mesmo tempo, esta perspectiva não os isola dos

intelectuais e aparelhos privados de hegemonia que reivindicam outras escolas neoliberais, sublinhando a origem e objetivos comuns entre estas, ou seja, sua linguagem de origem comum e suas bandeiras partilhadas de luta. Sobre a escolha pública, ainda nos cabe abordar dois pontos, que serão cruciais para a atuação do IMIL.

Neste início de IMIL, Patrícia Carlos de Andrade e Denis Rosenfield, através da Univercidade, inserem-se no epicentro das novas organizações de direita, articulando com diversos atores que irão tornar-se referências no campo político. Além disso podemos sublinhar que existe um recurso formidável para eles, que são os contatos possíveis através de suas próprias conexões, com agentes que integram a sua rede pessoal de sociabilidades. Se em 2001 ainda não havia espaço para uma organização como o Instituto da Realidade Social, seus primeiros organizadores confirmam que existia um público interessado. Essa circulação pelos meios de direita, os permitirá agrupar intelectuais (que tornarão orgânicos do IMIL) e constituir uma primeira rede de circulação de ideias e de solidariedade – será esta rede que os permitirá depois buscar financiamento, compartilhar uma agenda e formar frentes com outros agentes, empresas, institutos, etc. Com o passar dos anos, e com o sucesso da mudança do lulismo, comprovada após os inquéritos do Mensalão em 2004, cria-se uma conjuntura propícia para o lançamento do Instituto da Realidade Nacional. Este é criado dentro de uma estratégia positivada pela experiência de seus pares e integrando redes de influência e mobilidade, fundamentais para a ascensão do IMIL como uma “nomenklatura de classe” (GRAMSCI, 2002, p. 201).

Bibliografia:

ANDERSON, Perry. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *La esencia del neoliberalismo*. 01.03.04 Disponível em http://www.pedagogica.edu.co/storage/rce/articulos/rce35_11contro.pdf, acessado em 16.06.16.

COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe Rettig*. 08.02.91. Disponível em http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html, acessado em 19.05.16.

COUTINHO, Carlos Nelson. “A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?”. *Novos Rumos*, Marília, v. 49, n.º. 1, p. 117-126, 2012.

DIAS, Marco Antonio. “James Buchanan e a ‘política’ na escolha pública. *Ponto-e-vírgula*, São Paulo, n.º. 6, p. 201-217, 2009.

FRANK, Robert H. “O outro Milton Friedman: um ‘conservador’ com um programa de bem estar social”. *Mercado Popular*, 06.07.15. Disponível em <http://mercadopopular.org/2015/07/o-outro-milton-friedman-o-criador-do-bolsa-familia/>, acessado em 15.04.16.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. *FHC “combateu corrupção” tentando pôr “engavetador” no STF*. 20.10.14. Disponível em <http://www.blogdacidadania.com.br/2014/10/fhc-combateu-corrupcao-tentando-por-engavetador-no-stf/>, acessado em 09.05.16.

HIRATA, Guilherme Issamu. “Transferências de renda e trabalho infantil: um intrigante relacionamento”. *One Pager Português*, n.º. 71, 2008. Disponível em <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager71.pdf>, acessado em 13.06.16.

IHU ONLINE. “Liberdade de expressão x liberdade de imprensa. Entrevista especial com Venício Lima”. *Instituto Humanitas Unisinos*, 16.06.10. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/33323-liberdade-de-expressao-x-liberdade-de-imprensa-entrevista-especial-com-venicio-lima>, acessado em 09.05.16.

MODONESI, Massimo. “Revoluciones pasivas en América Latina. Una aproximación gramsciana a la caracterización de los gobiernos progresistas de inicio del siglo”. *In*.

REY, Mabel Thwaites (org.). *El Estado en América Latina: continuidades y rupturas*. Santiago, Chile: Editorial Arcis/CLACSO, 2012.

MORAES, Reginaldo C. “Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações estado-sociedade”. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 23, n.º. 80, 2002, p. 13-24.

MORAES, Reginaldo C. *Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?* São Paulo, SENAC, 2001.

MUELLER, Dennis C. *Public Choice II*. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 1989.

PENA, Felipe Pena. “Entrevista: Luis Erlanger. Diretor da Central Globo de Comunicação”. *Contracampo*, Niterói, n.º. 15, p. 87-94, 2006. Disponível em <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/issue/view/22/showToc>, acessado em 18.04.16.

SILVEIRA, Luciana. *Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium*. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 2013.

VERGARA, Estévez, Jorge. “La utopía neoliberal y sus críticos”. *Polis*, Santiago, Chile, vol. 2, n.º. 6, p. 1-29, 2003.

Fontes:

ANDRADE, Patrícia Carlos de; VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. *Revolucionando a agenda política*. 13.04.05. Disponível em <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/revolucionando-a-agenda-politica/>, acessado em 16.05.16.

CONSTANTINO, Rodrigo. *A escola de Virgínia e as falhas de governo*. 21.10.15. Disponível em <http://rodrigoconstantino.com/resenhas/a-escola-de-virginia-e-as-falhas-de-governo/>, acessado em 16.06.16.

IMIL. *Videocast com Patrícia Carlos de Andrade*, fundadora do Instituto Millenium. 10.06.13. Disponível em <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/instituto-millenium/2013/06/10/videocast-com-patricia-carlos-de-andrade-fundadora-do-instituto-millenium/>, acessado em 16.04.16.

NOVAES, Rubem de Freitas. *Ledo engano, a realidade é cruel*. 03.02.06. Disponível em <http://www.institutomillenium.org.br/artigos/ledo-engano-a-realidade-e-cruel/>, acessado em 16.06.15.

PIO, Carlos; VIOLA, Eduardo. “O Brasil PTista: porque não é viável um partido hegemônico”. *Valor*, 28.09.04. Disponível em <http://www.institutomillenium.org.br/artigos/o-brasil-ptista-porque-nao-e-viavel-um-partido-hegemonico-2/>, acessado em 09.05.16.

SPX. *Sócios*. Disponível em <http://www.spxcapital.com.br/socio>, acessado em 16.04.16.

WIKIPEDIA. *Patrícia Carlos de Andrade*. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Patr%C3%ADcia_Carlos_de_Andrade, acessado em 18.04.16.

IDENTIDADE *MESTIZA*: O PAPEL DOS ENSAIOS DE *JUSTO SIERRA* NO MÉXICO DURANTE O *PORFIRIATO* (1900-1911)

*Luciano Rodrigues Santos*³⁶³

RESUMO: O presente trabalho é fruto de pesquisa iniciada durante a graduação em História, tendo como ápice investigativo o instante de realização do Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFG. O trabalho problematiza o papel do ensaísta e intelectual mexicano *Justo Sierra* (1848-1912), na elaboração de uma identidade mestiça para o México da segunda metade do século XIX. O ponto fulcral da pesquisa é analisar as categorias arroladas por *Sierra* em seus ensaios, partindo do uso teórico-metodológico da análise de discurso, visando sistematizar e prover o debate sobre mestiçagem, identidade e política no México dos oitocentos. Portanto, cabe ao presente estudo proceder de maneira reflexiva o pensamento de *Sierra* para a formação da nação mexicana.

Introdução

Tenho, entretanto, a impressão de que no México o mestiço resolveu em grande parte o seu problema por meio duma reconciliação com seu passado índio. Não há no país a vergonha de ter sangue asteca, mais ou qualquer outra origem indígena. Isso hoje é até um motivo de orgulho. Às vezes dum feroz orgulho, o que não deixa de ser uma fonte de novos problemas.

(*Érico Veríssimo*)³⁶⁴

O intelectual mexicano *Justo Sierra Méndez*, nasceu em *San Francisco de Campeche* (México), em 26 de janeiro de 1848 durante os constantes embates entre liberais e conservadores no instante posterior ao processo de independência do México. Filho de *Justo Sierra O'Reilly*, que foi advogado, escritor e historiador e *Concepción Méndez Echazarreta*, ambos com relativo prestígio social e político na região do *Yucatán*. *Sierra Méndez* foi educador, historiador, escritor, advogado, diplomata e secretário da Instituição Pública e Belas Artes, que o permitiu levar à frente seus projetos acerca da formação da nação mexicana; educação, ordem e progresso. No âmbito da educação

³⁶³ Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, orientado pela Profª. Drª. Libertad Borges Bittencourt. Bolsista CAPES email: lucianohistoria@yahoo.com

³⁶⁴ VERÍSSIMO, Erico. *México*. São Paulo: Globo, 1996, p.258.

dentre outros pontos, teve como ponto máximo foi à fundação da Universidade Nacional de México, em 1910 em meio aos instantes finais do governo de *Porfirio Díaz*. Nas palavras do poeta, ensaísta, tradutor e diplomata mexicano *Alfonso Reyes* (1889-1959), *Sierra* tem lugar de destaque entre os principais criadores da tradição hispano-americana dos oitocentos e novecentos: *Bello*, *Sarmiento*, *Montalvo*, *Hostos*, *Martí* e *Rodó* destacando a proeminência de *Sierra* em suas obras ao realizar um habilidoso diálogo entre; poesia, história e literatura para a escrita ensaística do autor. Ao receber a tarefa de redigir o prólogo da edição compacta da obra *La Evolución Política del Pueblo Mexicano* em 1940, *Reyes* não hesita ao realizar de maneira inflamada a valorização e defesa de *Sierra*, para a produção historiográfica do México:

Evocación e interpretación, la poesía de la historia y la inteligencia de la historia: nada faltaba a Justo Sierra. su mente es reacia al hecho bruto. Pronto encuentra la motivación, desde el estímulo puramente sentimental hasta el puramente económico, pasando por el religioso y el político. La historia no es solo una tragedia, no le basta sacudir la piedad y el terror de los espectadores en una saludable catharsis. la historia es un conocimiento y una explicación sobre la conducta de las grandes masas humanas. A ella aporta Justo Sierra una información sin desmayos, y una información sin desmayos, y un Don sintético desconcertante en los compendiosos toques de su estilo. Así, em la historia mexicana, resuelve en un instante y con una lucidez casi vertiginosa algunos puntos que antes y después de él han dado asunto a disquisiciones dilatada. La densidad de la obra, el grana ire que circula por Ella, la emparentan con las altas construcciones a la manera de Tocqueville.(Afonso Reyes no Prólogo ao livro de Justo Sierra, 1986)

Sierra iniciou sua jornada intelectual como escritor de literatura com foco em poemas e poesias. No ano de 1867, publicou suas primeiras obras: *Cuentos românticos* e *El Angel Del porvenir*, escritos em prosa e verso. Suas primeiras obras já apontavam a importância da França em sua formação intelectual, com influência direta do poeta, novelista e dramaturgo francês *Alfred Louis Charles de Musset*. A mudança de paradigma de *Sierra* para temas políticos ocorreu após contatos com o pensamento liberal dos autores; *Ignacio Ramírez*, *Ignacio Manuel Altamirano* e *Gabino Barreda*, este último responsável por apresentar a filosofia positivista a *Sierra*. Sua atividade como jornalista também é destacada. No periódico *La Libertad*, cujo qual *Sierra* foi editor, atacou o pensamento tradicional de seus pares liberais ao defender publicamente a fusão política com o Partido Conservador, além de propor o periódico como impulsionador de uma nova facção política no México: “desde un principio *La Libertad* declaró que su programa

sentaría las bases la formación de un nuevo Partido político en México, llamado indistintamente “gubernamental” o “liberal-conservador”. (SAEZ: 1986, p.232.) O papel do periódico *La Libertad* é fundamental para entender os rumos sociais e políticos pelos quais o México viria a passar após o segundo mandato presidencial de *Porfirio Díaz*, pois, guiados pela ciência, os mentores do periódico lutavam contra a anarquia em nome do estabelecimento da era industrial. Ademais, foi o instante em que o intelectual *Justo Sierra* passou a ter projeção da sua atividade política, baseando-se na ideia de fusão entre a liberdade e a ordem para o avanço do México rumo ao progresso.

As obras completas de *Sierra* foram publicadas pela UNAM³⁶⁵ em 1948 e republicadas em 1977. Ao todo foram quinze livros dirigidos e organizados pelo escritor mexicano *Agustín Ibáñez*, que na introdução da obra *Juarez, su obra y su tiempo* (1905), aponta a importância de *Sierra* para a intelectualidade latino-americana ao fomentar o debate sobre: heróis, pátria e política. Em suas obras *Sierra* dialogou com a orientação positivista de Auguste Comte em fusão com os pensamentos e teorias de Hebert Spencer e Stuart Mill, ambos os autores estavam em voga na segunda metade do século XIX e *Sierra* que realizara seus estudos no *Liceo Franco-mexicano* e no *Colégio de San Idefonso*, estava atento as principais correntes intelectuais do continente europeu³⁶⁶. Em texto publicado em 2010, o professor *Javier Ocampo López*, discute as principais obras de caráter biográfico acerca de *Justo Sierra*; além de elencar as características da escrita de *Sierra* e sua alcunha de “*El Maestro de América*”. *Ocampo* aponta a precoce ligação de *Sierra* com temas políticos e sociais:

En el año 1880, al abogado Justo Sierra Méndez fue elegido Diputado en el Congreso Nacional, iniciando su actividad política durante treinta y dos años. Su primera intervención en la Cámara de Diputados en 1880 fue su planteamiento sobre la necesidad de una instrucción cívica para “despertar y consolidar el sentimiento del santo amor a la patria”. También habló sobre la conveniencia de proporcionar una educación científica al indígena y no sólo era instrucción rudimentaria que pretendía dársele. En el año 1881 presentó su proyecto para la Reforma educativa de la Educación primaria, con carácter de pública y oficial; asimismo la creación de la Universidad Nacional de México, que tres décadas después inauguró siendo Ministro de Instrucción Pública. (LÓPEZ: 2010, p.16).

³⁶⁵ Universidade Nacional Autónoma do México.

³⁶⁶ *Sierra*, que, em princípio foi liberal e adepto da filosofia de Comte, ao longo dos anos adotou o pensamento de Spencer e ao final do *porfiriato* assumiu uma posição crítica em relação ao cientificismo positivista, como um modelo de organização social possível para o México.

Com a nomeação para Ministro da Suprema Corte de Justiça em 1894, *Sierra* passou a ter relações pessoais mais próximas com as camadas elevadas da cultura e política mexicana. Tal aproximação permitiu ao mesmo uma rápida ascensão nos quadros políticos de *Porfirio Díaz*, de modo que em 1905, foi nomeado ao cargo de Secretário de Educação Pública e Bellas Artes, instante em que *Sierra* buscou meios de levar à nação mexicana a decantada e sonhada modernidade.

A palavra de ordem era o progresso, o caminho para se alcançar esse almejado patamar eram distintos, mas o cerne das reflexões no continente era a complexa composição racial. Após as Reformas Liberais, o México experimentou novo caminho político sob as distintas fases do longo governo de *Porfirio Díaz*, que governava sob os parâmetros de um grupo de intelectuais, que se respaldavam no princípio científico do positivismo para seu projeto de nação, tendo por isso ficando conhecidos como *científicos*. No interior desse grupo, *Justo Sierra Méndez* teve maior destaque, sobretudo, a partir do segundo mandato de *Porfirio Díaz*, sendo o principal intelectual a dar sustentação ao regime político *porfirista*³⁶⁷. Sua orientação positivista³⁶⁸ apontava que as sociedades chegariam ao estado industrial e de progresso após passarem pela anarquia e pela guerra. Em face dessa afiliação, a produção textual de *Justo Sierra* era estruturada em um processo de etapas, isto é, “anarquia – ordem – liberdade,” esta última também podendo ser compreendida como progresso. Dessa forma, os conceitos de ordem, mestiçagem e progresso se constituem como uma tríade inconclusa, uma vez que os mesmos delimitavam o projeto de nação de *Sierra*.

Os ensaios de *Sierra* aqui arrolados; *Evolución política del Pueblo mexicano* (1986) e *Juarez su obra y su tempo* (1948), revelam as riquezas e possibilidades da referida categoria como fonte histórica. A capacidade de pensar a nação mexicana sob o prisma de uma pretensa “verdade” cujo quais os escritores contemporâneos de *Sierra* tentavam, segundo *Sierra*, negligenciaram ou mesmo impediram análises críticas e enfáticas, acerca das fissuras sociais presentes no centro do governo *porfirista*. Sobre esse

³⁶⁷ Termo cunhado pela historiografia para descrever o período (1876 – 1911) em que Porfirio Díaz, esteve à frente do governo mexicano.

³⁶⁸ Em seu sentido filosófico, o positivismo é uma teoria do conhecimento em que o método científico constitui o único meio de que o homem dispõe para conhecer. No caso mexicano, o positivismo ganhou formas muito particulares sendo discutida em praças públicas e utilizada por um determinado grupo político que tinha pretensões nacionais. A circunstância mexicana permitiu ao positivismo uma situação de militância política, não comum na Europa.

aspecto intrincado, a pesquisadora Libertad Borges Bittencourt aponta que “Sierra reforça uma narrativa histórica pessimista sobre a sociedade mexicana pós-independência, atribuindo, também, à mescla das raças os desencontros de um sistema de governo que buscou congregar o todo segundo ele, disforme e inapto para a República”. (BITTENCOURT, 2016, p. 143).

A partir desde viés teórico, ao analisarmos o processo de formação da nação mexicana, destacamos o pensamento de *Justo Sierra* como nuclear para o entendimento e debate acerca da cultura, sociedade e política mexicana no instante final do século XIX. Sua escrita traz a luz elementos vultosos para o pensamento intelectual latino americano ao valorar a necessidade de uma escrita da História nacional (mesmo que no aspecto dos vencedores), reconhecendo as diversidades e particularidades do povo mexicano.

A tríade inconclusa: Ordem, mestiçagem e progresso

O mestiço, com a própria nação mexicana, é um produto da violência e da cupidez do espanhol. Surgido desde os primeiros dias da Conquista no cenário mexicano, esse tipo híbrido foi aos poucos constituindo uma espécie de ponte, de traço de união entre o europeu e os diversos grupos raciais do México; foi também um transmissor da cultura europeia aos nativos. Se considerarmos o índio pré-cortesiano como representante dum mundo caótico sem unidade nacional, dividido por diferenças de língua, costumes, interesses em conflito, e outras rivalidades, e se encararmos o espanhol como uma figura estranha a todo aquele meio bárbaro – teremos de reconhecer que o mestiço foi mesmo, desde os primeiros tempos da Colônia, o elemento mais importante da população mexicana, talvez o único a ter realmente uma ideia ou, melhor, um desejo de nação.

(Érico Veríssimo)³⁶⁹

A historicidade do termo América Latina, em si revela uma gama de interpretações, disputas políticas e conceituação étnica amplamente difundida ao longo do século XIX no ocidente. Sob esse prisma as pesquisadoras Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino³⁷⁰, em obra publicada recentemente intitulada História da América Latina (2014), analisam de maneira crítica às circulações de ideias e os embates militares e políticos do continente americano do seu nascedouro aos dias atuais. As autoras

³⁶⁹ VERÍSSIMO, Erico. *México*. São Paulo: Globo, 1996, p.257.

³⁷⁰ Maria Ligia Prado doutora em História Social pela USP, é professora titulas de História da América Independente no Departamento de História da mesma universidade. Gabriela Pellegrino é professora de História da América e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História Social da mesma universidade.

apontam “às polêmicas que envolveram, de um lado, franceses e ingleses (século XIX) e, de outro, latino-americanos e norte-americanos (séculos XIX e XX)” (PRADO, PELLEGRINO: 2014, p.8). Tais embates serviram de afirmação cultural por parte dos franceses e ingleses, que buscavam a manutenção do controle no jovem continente, imediatamente após as independências, bem como serviu de refutação por parte de intelectuais latinos, que buscavam a construção de uma identidade própria em níveis continentais. Sobre esse prisma as autoras Maria Lígia e Gabriela Pellegrino problematizam o viés político da conceituação do termo América Latina:

A precisa origem do termo tem sido algo de controvérsias. Para uma corrente, os franceses propuseram o nome como forma de justificar, por intermédio de uma pretensa identidade *latina*, as ambições da França sobre esta parte da América. Para outra, foram os próprios latino-americanos que cunharam a expressão para defender a ideia da unidade da região frente ao poder já anunciado dos Estados Unidos. (PRADO, PELLEGRINO, 2014, p.8).

Entre franceses e anglo-saxões, o jovem continente foi lentamente se tornando palco de disputas de ordem intelectual. Ponto importante desse momento foi à visita feita ao continente pelo viajante francês *Michel Chevalier*, que considerava a formação do mundo ocidental a partir do embate entre civilizações e raças. *Chevalier* fez uma insólita ponte entre “latino católicos” e “anglo-saxões protestantes”, esses últimos com ampla representatividade na Europa, ressaltando o papel da França como a primeira das nações latinas e seu dever moral de conter o avanço da cultura anglo-saxônica na América. Já do ponto de vista do autor uruguaio *Arturo Ardao*, o termo América Latina, foi utilizado pelo escritor colombiano *José María Torres Caicedo*, em Poema redigido em 1857, intitulado; “As Duas Américas”. Para *Arturo* estava claro a disputa política e identitária que o conceito trazia em seu bojo³⁷¹.

Para além das disputas autorais da denominação América Latina, a constituição de uma identidade nacional, nos jovens Estados nacionais latinos durante o século XIX, não só revelava a instabilidade da região, bem como reforçava o caráter de exclusão da maioria esmagadora das populações, por parte das elites latino-americanas. A professora

³⁷¹ Arturo já visualiza a força dos Estados Unidos da América no continente. Com isso a divisão entre as Américas, era algo inevitável.

e pesquisadora Claudia Wasserman³⁷², discute os momentos históricos em que ocorreram os surgimentos das nações e das nacionalidades latino-americanas. A autora questiona a formação nacional das nações enquanto um dado ontológico, reforçando a constante atração por modelos estrangeiros e reforçando as ideias de incompletude, imaturidade, desvios e deformações na constituição dos países latino-americanos:

Grande parte da historiografia latino-americana considera as identidades nacionais como dados ontológicos, e as nações, como entidades sociais originárias, que estiveram presentes desde o período pré-colonial para alguns, desde a colônia para outros, ou mais frequentemente, desde as independências. Muitas vezes, como no caso dos militares que participaram nos processos de independência, essas ideias de existência prévia de identidades nacionais emanavam de um desejo de que existissem nações e nacionalidades nestes territórios, mais do que fruto da observação empírica e objetiva destes políticos. (WASSERMAN, 2013, p.20).

Como estabelecer uma nação mexicana sólida e unida? *Sierra* buscou responder tal pergunta em seus ensaios. É importante destacar que o estabelecimento das identidades nacionais ao longo do século XIX na América Latina, passava primeiro pela consolidação da ideia de nação. Dessa forma os intelectuais latinos tiveram que atuar em duas frentes: Primeiro escrever as Histórias nacionais, depois estabelecer as bases identitárias das mesmas. A pesquisadora Libertad Borges Bittencourt no estudo *O Crisol americano e as identidades nacionais: O lugar das Américas no pensamento hispano-americano nos séculos XIX e XX* faz uma profunda reflexão sobre o papel dos historiadores e intelectuais que buscavam estabelecer as histórias nacionais:

Sob essa perspectiva, a identidade latino-americana se confrontava com o desejo e a dificuldade em se libertar do paradigma colonial. Fazia-se urgente superar esse paradigma, rompendo com os mecanismos de dependência, reinventando ideias que valorizassem as características quase atávicas desse novo ser que se posicionara no Ocidente, sem ser reconhecido inteiramente como tal; havia algo mais que era preciso descobrir e valorizar para confirmar esse novo lugar histórico e historiográfico (BITTENCOURT, 2010, p. 5).

A constatação da necessidade de uma escrita da História nacional, não só apontava um projeto de governo como ajudava a configurar redes intelectuais com produções

³⁷² Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1981), Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1991) e Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998).

textuais, que visavam elevar o potencial erudito do continente. A representação de um projeto identitário em cada nação passava por uma escrita da história. Sobre esse ponto recorro às fundamentações do historiador francês *Michel de Certeau* que apresente a importância do historiador como agente criador de narrativas que respondam aos anseios políticos e sociais a partir de uma narrativa que englobe os principais aspectos de uma sociedade, uma escrita narrativa que não busca o real tal como ele existiu, e sim como versões pensadas. Sobre esse ponto *Certeau* afirma:

A operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzindo como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas. (CERTEAU: 2011, p.47).

Os ensaios *Sierra* nesse sentido não são apenas a manifestação de um lugar de fala, e sim um projeto de nação. O local de escrita de *Sierra* é o México do final do século XIX, e busca apresentar soluções para o problema da sociedade mexicana na busca do progresso. As obras do autor permitem ao leitor uma análise da leitura de em relação ao futuro do México, pautado na sua tipificação do progresso sustentando pela manutenção da ordem pública e da mestiçagem. O autor aponta que a falta de autoridade do executivo diante dos distúrbios sociais e políticos do México era um dos motivos para o atraso mexicano. *Sierra* entendia o progresso de maneira etapista, isto é, o progresso viria por etapas ligadas à educação, economia, governo e composição social, eliminando dessa forma uma solução em curto prazo. Ações do governo, aumento nas exportações ou entrada de capital estrangeiro seriam fundamentais nesse processo. A ideia de progresso de *Sierra* se manifesta na relação do índio e sua emancipação por meio do contato com indivíduos para os quais o progresso se apresentava em plenitude:

El gran agente modificador deberá ser, en este caso, la escuela, no ya por la enseñanza de tal o cual principio constitucional, enseñanza de acción lenta por extremo, sino por el contacto del indígena con individuos en quienes el progreso se realiza plenamente. (SIERRA, 1986, p.316).

A constituição e fortalecimento das indústrias mexicanas era outro ponto para o estabelecimento do progresso segundo *Sierra*:

Los empresarios en la industria manufacturera son en su casi totalidad extranjeros; la población fabril está formada en su casi totalidad por mestizos. Su estado es inferior al de la fabril europea o norteamericana, porque disfruta de menor salario aun relacionándolo con el precio de los artículos de primera necesidad; pero en cambio es más sóbria; el pauperismo, es decir, la miséria creciente en proporción directa con el aumento de la maquinaria y de la prole, aún no llaga y exaspera y enloquece al organismo obrero. (SIERRA, 1986, p.307).

A preocupação de Sierra com educação e fortalecimento da indústria nacional reflete sua busca pelo estabelecimento consistente e ampliado do progresso no México. Um tipo de progresso que estaria além de qualquer líder ou governo, pelo qual os mestiços seriam também o motor do novo organismo social mexicano; a leitura da obra e sua análise ajudam a entender tais perspectivas. Sempre defensor da ordem social, *Sierra* não titubeia ao afirmar que os anos de paz foram determinantes para a melhora social vivida e elevava o papel do mestiço na formação do México, criticando a falta de estudos sobre a história mexicana: “*Si se estudiase nuestra historia se veria que la Independencia y la Reforma no son más que actos de inmensa energía de la ‘raza bastarda’ de México*”. (SIERRA: 1986, p.298.)

A constituição de uma identidade mestiça nos ensaios de *Sierra* reitera elementos do período colonial mexicano. Durante o período colonial, os diversos grupos étnicos que existiam na região foram nomeados pelos conquistadores como indígenas. Esta categoria étnica foi estabelecida no processo de conquista, delimitando as fronteiras culturais e posteriormente sociais entre nativos e europeus. O modelo de ordem pública e progresso proposto por *Sierra* em seus ensaios aponta processo de exclusão e aculturação que a sociedade mexicana experimentou como preço para adentrar a modernidade. Revelam também a preocupação do autor com a educação nacional e os modelos econômicos vigentes na época.

Considerações finais

A constituição do México moderno é resultado de anos de lutas e transformações. Da independência ao governo de Porfírio Díaz, é perceptível a contradição como algo endêmico na vida pública daquele país. Entre embates de liberais e conservadores, no governo de Díaz, nota-se o aguçamento da exclusão da população indígena e camponesa,

sendo que a mesma é usada como massa de manobra política e mão-de-obra em ambos os momentos.

A escrita de *Justo Sierra* é reflete o pensamento progressista ao final do século XIX e início do século XX. Dessa forma, entender sua defesa em relação à mestiçagem e da paz social é entender o equacionamento quanto à situação do índio como central para o estabelecimento do progresso no México. Nesse âmbito, este trabalho busca contribuir para o entendimento das etapas de modernização do México, no instante de escrita do ensaio de *Justo Sierra*. O debate sobre a condição do índio, a manutenção da ordem pública e estabelecimento do progresso foram certamente as principais bandeiras na reflexão de *Sierra*, trazendo um rico debate acerca do preço a ser pago por tais situações. Uma modernidade incompleta, um recorrente processo de exclusão, um progresso para poucos, esses foram os sintomas vividos pela sociedade mexicana e que, conseqüentemente, foram às bases e bandeiras dos líderes revolucionários anos mais tarde.

Referências

ALTAMIRANO, C. (Dir); Myers, J. (Ed. Del vol.). **História de los intelectuales em América Latina**. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

ANNA, Timothy. A Independência do México e da América Central. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina: Da Independência a 1870**, volume 3. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

ALIMONDA, Héctor. **A Revolução Mexicana**. São Paulo: Moderna, 1986.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Ursula Lutz, 2002,

BAZANT, Jan. O México da Independência a 1867. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina: Da Independência a 1870**, volume 3. São Paulo: Editora da

Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

BITTENCOURT, Libertad Borges. México: forjando pátria - A mestiçagem como projeto de nação. In: SERPA, Élio Cantalício; MENEZES, Marcos Antonio (Orgs.). **Escritas da História: narrativa, arte e nação**. Uberlândia: Edufu, 2007.

_____. **Indigenismo e Nacionalidade na América Latina**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

_____. **Leituras Canônicas e Tradição Pátria: O pensamento Hispano-Americano oitocentista em Bilbao, Sarmiento e Sierra**. Goiânia: Editora UFG, 2016.

_____. **O Crisol Americano e as Identidades Nacionais: o lugar das Américas no pensamento hispano-americano nos séculos XIX e XX**. 2010.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

HALE, Charles. “**As idéias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930**”. In: BETTHELL, Leslie. **História da América Latina: de 1870 a 1930**, vol. 4. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

JUNIOR, Valdir Donizete dos Santos. **Mestiçagem e questão indígena no Porfiriato: identidade e alteridade nas obras de Justo Sierra**. In: Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 14, p. 157-176, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1232/1095> - acesso em 25/08/16.

_____. **O Porfiriato e a escrita da história mexicana na obra de Justo Sierra**. In: Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2012/paper/viewFile/1004/686> - acesso em 26/08/16

KATZ, Frederich. “**O México: a República Restaurada e o Porfiriato 1867-1910**”. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930*, vol. 5. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

KRAUZE, Enrique. *Porfirio Díaz, Místico de la autoridad*. Cidade do México: FCE, 1987.

LYNCH, John. “**As origens da Independência da América Espanhola**”. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: Da Independência a 1870*, volume 3. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF – Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

MAÍZ, Claudio. *El ensayo latinoamericano: revisiones, balances y proyecciones de un género fundacional*. 1ª Ed. –Mendoza: Facultad de Filosofía y Letras UNCuyo, 2010

OCAMPO, Javier Borges. Justo Sierra “*El Maestro de América*”: *Fundador de la Universidad Nacional de México*. Colômbia: Rev. Hist.. edu. Latinoam. Vol. 15. 2010.

PRADO, Maria Ligia, PELLEGRINO, Gabriela. **História Da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **A formação das nações latino-americanas**. 3. ed. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1987.

SIERRA, J. **Evolución política del Pueblo mexicano**. México Editorial Porrúa, 1986.

_____. **Obras completas XIII- Juárez: su obra y su tempo**. México Universidad Autónoma de México, 1977.

SAEZ, Carmen. “**'La Libertad', periódico de la dictadura porfirista**”. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 48, No. 1 (Jan. - Mar., 1986), pp. 217-236. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/3540413?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21104273582003> – acesso em 14/08/16

VERÍSSIMO, Erico. **México**. São Paulo: Globo, 1996.

WASSERMAN, Claudia. **Nações e nacionalismo na América Latina: Desde quando?** – Porto Alegre: Linus, 2013.

ZEA, Leopoldo. *El positivismo y la circunstancia mexicana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

O FENOMENO PAN-LUSITANISTA EM PERSPECTIVA: DE SILVIO ROMERO À GILBERTO FREYRE (1902-1940)

*Marcello Felisberto Moraes De Assunção*³⁷³

RESUMO: Neste texto pretendemos esboçar alguns elementos do fenômeno pan-lusitanista, a partir da sua inserção no quadro geral dos pan-eticismos do início do século XX. Para isto, perscrutaremos em um primeiro momento o sentido político da emergência dos pan-nacionalismos, e, portanto, do pan-lusitanismo. Em seguida, trataremos da trajetória do pan-lusitanismo desde os seus primeiros esboços com Silvio Romero (1902) até a sua consolidação institucional com Gilberto Freyre (1940). Com essa análise pretendemos preencher um vazio sobre um tema tão recorrente nos debates do campo intelectual do Brasil e de Portugal nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chaves: Nacionalismo; Pan-lusitanismo; Colonialismo.

I

As transformações do movimento nacionalista no fim do século XIX para o início do XX são fundamentais para compreender a emergência dos pan-nacionalismos, e, portanto, do pan-lusitanismo. Com a explosão de “comunidades imaginárias” no contexto

³⁷³Mestre e doutorando pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES. Orientador: Elio Cantalicio Serpa.

de afirmação da “questão nacional” e da ascensão/derrocada dos impérios multinacionais, a questão etnolinguística torna-se o principal motor de legitimação de nações emergentes. Para HOBBSAWM (2014), esta passagem, no contexto de massificação da cultura nacionalista, foi um processo relativamente recente:

Estamos, hoje em dia, tão habituados à definição etnolinguística das nações que olvidamos que essencialmente ela foi inventada em fins do século XIX. Sem examinar longamente o assunto, é suficientemente recordar que os ideólogos do movimento irlandês só começaram a ligar a causa da nação irlandesa a defesa da língua gaélica algum tempo após a fundação da liga Gálica, em 1893; que os bascos não fundamentaram suas reivindicações nacionais em sua língua (...) até essa mesma época (...) Isso não significa que a linguagem tenha sido anteriormente irrelevante como questão nacional, mas era um critério de nacionalidade entre outros (...) (HOBBSAWM, 2014: 229-230).

O modelo seguido até então, era o paradigma “territorial” nascido na França, no seio da Revolução Francesa (HOBBSAWM, 2014: 231). Entretanto, uma série de processos ligados tanto a emigração em massa como a maior integração da economia mundial geraram a necessidade de ampliar a visão sobre o nacional, segundo Hobsbawm:

A identificação das nações como um território exclusivo criou tais problemas em amplas áreas do mundo de migração em massa, bem como no mundo não migratório, que foi preciso desenvolver uma definição alternativa de nacionalidade, notadamente no Império Habsburgo e entre os judeus da diáspora. A nacionalidade era aqui considerada inerente não a um trecho especial do mapa ao qual estaria ligado um conjunto de habitantes, mas aos membros desses conjuntos (...) onde que por acaso estivessem (HOBBSAWM, 2014: 231).

Dessa forma, a afirmação da nação enquanto “religião cívica” não se delimitou as fronteiras dos territórios nacionais. Neste quadro, de avanço da nacionalização da cultura (através de folcloristas, filólogos, historiadores, etc.), houve também, em muitos casos, a ampliação do “nacional”, apropriando-se de critérios etnolinguísticos, para rearranjar nacionalismos transterritoriais em comunidades de emigrados. Por outro lado, essas formas transnacionais de nacionalismos também emergem em um quadro de formação de blocos de poder, no contexto da disputa imperialista. O pan-germanismo, pan-americanismo, pan-latinismo e o pan-eslavismo são exemplos deste processo. Para Maria Bernadete Ramos Flores, o fenômeno pan-nacionalista, fundado nos nacionalismos étnicos, linguísticos ou culturais, detém o seguinte sentido político:

(...) *serviam agora de bases ideológicas para reordenar e legitimar novos blocos de alianças e acordos políticos, comerciais, econômicos, destronando a velha ordem de impérios coloniais. Falava-se em turquificação do Império Otomano, russificação das terras czaristas; surgia o pan-germanismo falava-se em pan-americanismo, em pan-eslavismo (FLORES, 2007: 314)*

O caso germânico é bastante emblemático para compreender a gênese deste processo. Como afirma BERNARDO (2003), a conversão das línguas em “raças” pelo romantismo germânico, a partir do papel pioneiro de filólogos e folcloristas na atribuição biológica à diversidade civilizacional (Herder, Fichte, Scheleger, Scheleiermacher, etc.), foi um dos elementos de unificação da “Germânia” – atribuindo tanto as formulações da *intelligentsia* alemã como o imperialismo napoleônico como elementos que irão influenciar na presença de um racismo biologizante na sua cultura (BERNARDO, 2003: 639). A língua para Johann Gottfried Von Herder (1744-1803) era o único elemento realmente capaz de unificar um povo e suas classes sociais, esta pré-estabelecia um quadro de tradições culturais comuns – “Cada nação fala da maneira que pensa e pensa da maneira que fala” (Johann Gottfried Von Herder apud BERNARDO, 2003: 639). A nação para o romantismo germânico não poderia ser a “territorialização do poder do Estado”, devido ao fato de não haver propriamente um estado germânico unificado até 1871 (ou por haverem povos “germânicos” espalhados por toda Europa e América), o fator de coesão só poderia ser encontrado na língua e literatura, por isto o grande investimento em um “nacionalismo literário” base da invenção de um folclore e do próprio ideário germanista.

Além disso, a língua também era um elemento de distinção e “evidência” de “superioridade” dos germânicos frente as línguas e culturas “mestiças”, consideradas por esta *intelligentsia* como “inferiores” (BERNARDO, 2003: 644). Por isto, ao mesmo tempo os fatores linguísticos-rácicos do discurso pan-germanista são elementos de unificação como de distinção e inferiorização do “outro”. A biologização da língua-raça, em gênese no nacionalismo do romantismo germânico, foi também debatido por intelectuais em Portugal e no Brasil. A razão principal para a presença deste debate era o “perigo alemão” no sul do Brasil, onde havia inserção do ideário pan-germanismo.

No fim do século XIX uma onda de emigrantes alemães, “teuto-brasileiros”, já no quadro da Alemanha unificada, levam o ideário pan-germânico, difundindo a sua visão: anti-mestiçagem, “culto” a língua alemã, e, em decorrência disto, a ideia de superioridade

(SANTANA, 2010: 242). Com o apoio da *Liga Pan-germanica*, da *Sociedade Alemã Colonial* e *Liga pela Germanidade no Exterior*, há a criação nos estados do Sul do Brasil de diversas organizações e ações, a saber: o periódico *Ur Waldsbote*, de Blumenau, financiamento de escolas para o ensino da língua alemã e envio de livros didáticos; a fundação do partido político *União Popular (Volksverein)*; a criação do *Centro de Pesquisa da Germanidade no Exterior (Zentrallstelle für die Forschung der Deutschums in Ausland)* entre outras práticas (SANTANA, 2010: 244). Esta presença de instituições pan-germanistas, contribuíram para o apoio de uma parte dominante da colônia alemã em ações do Estado alemão, seja na I G. M., entreguerras ou com o início da II G. M. Entretanto, este projeto de unidade da colônia alemã no Brasil, com o apoio da Liga Pan-Germanica, batia de frente com o projeto de integração nacional propugnado pelos processos de nacionalização da cultura no Brasil.

O Pan-lusitanismo pode ser considerada uma das reações a este processo (para delimitarmos o debate somente neste ponto), propondo uma visão distinta a questão “língua” e “raça” do pan-germanismo. Na origem do pan-lusitanismo esta expresso uma leitura que confronta a visão “anti-mestiça” do racismo alemão (e de outras formas de pan-nacionalismo), propugnando uma leitura etno-linguística das relações entre culturas, projetando um ethos lusitano (legado do período colonial) “anti-racista” e “colonialista cristão” como base para a formação do Brasil, segundo o discurso do “filho prodigo” – mesmo que contraditório às práticas propriamente racistas e opressoras do colonialismo português em África.

Não é arbitrário que o pan-lusitanismo – como veremos logo a frente – pode ser entendido como uma reação “reflexa” ao avanço de blocos étnicos que colocavam o o fator “biológico” sobre a questão da raça no contexto da formação de blocos de poder da “paz armada”, num primeiro momento, e, também, já na I. G. M. e no período “entreguerras”, onde a ameaça germânica ao Império português e o confronto com “cultura mestiça” é evidente, como ficará claro quando lermos as intervenções de Silvio Romero (1851-1914) à Gilberto Freyre (1900-1987). Por isto, faz-se necessário contextualizar o campo de debates luso-brasileiros sobre o avanço germânico (e, também, pan-americano) no quadro geral, para assim perscrutarmos melhor a presença destes elementos no seio do discurso pan-lusitano do boletim.

II

Em Portugal o movimento nacionalista tem o seu sentido histórico vincado ao império, nas palavras de Valentim Alexandre, ao “nacionalismo imperial”. O engajamento em torno da proteção do império nos “quatro cantos do mundo” mobilizou uma ampla *intelligentsia*, no afã de construir “novos brasis” em África. Esta concepção “transterritorial” de nacionalidade, desde sua gênese (o “Grande Portugal”, “Portugal Maior”), vai ganhando cada vez mais força a partir da reprodução pela *intelligentsia*, nomeadamente, a partir do ideário “regeneracionista” e no Estado Novo, de uma visão da história do império que atribui a todos os territórios marcados pela “diáspora lusitana” os traços de um *ethos* português (colônias e ex-colônias). A aproximação simbólica com o Brasil, por meio do discurso do “filho pródigo”, é, talvez, a maior expressão deste intento.

O ideário de “pátria luso-brasileira”, “comunidade luso-brasileira” ou “confederação luso-brasileira” tem uma longa trajetória que nos ajuda a compreender melhor o sentido político da emergência do pan-lusitanismo. Os fatores etnolinguísticos são os principais elementos para afirmar, do lado português, a presença lusitana no Brasil e, portanto, de uma “comunidade imaginária” comum, a “pátria luso-brasileira”. Mas, ao contrário do que afirma uma parte da historiografia, focada no século XX, já existiam, desde a metade do século XIX, mobilizações em torno de um ideário de comunidade que ainda precisam ser melhor estudadas. Um dos primeiros registros da presença de um ideário de comunidade luso-brasileira pode ser encontrado no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* (1851-1932), *locus* de afirmação da luso-brasilidade. Na metade do século XIX, para uma parte da *intelligentsia*, a luso-brasilidade encontrava-se como uma forma de afirmar a dimensão “civilizatória” europeia no Brasil (DUTRA, 2005: 121).

Entre lusofilia e a lusofobia a *intelligentsia* brasileira (e luso-brasileira) constituiu diversas visões sobre o lugar de Portugal no Brasil. Não iremos demonstrar todas as nuances deste processo, visto que há até mesmo um vácuo historiográfico em diversos aspectos, mas reiterar a convergência entre o ideário de comunidade luso-brasileira e a emergência do pan-lusitanismo. A partir da ideia de “confederação luso-brasileira” podemos rastrear a ideia de unidade comunitária entre Brasil e Portugal, e, portanto, do pan-lusitanismo, como resposta ao avanço de blocos de poder em ascensão.

Na conferência, *O elemento português no Brasil*, de Silvio Romero, fundador da *Academia Brasileira de Letras*, em 1902 no *Real Gabinete Português de Leitura*,

podemos encontrar o primeiro resquício desta posição. Em Romero há uma grande valorização do elemento português, reiterando que frente ao quadro de “blocos étnicos”, haveria de se formar pelo menos três grandes formas de Pan-Americanismo: anglo-americano, hispano-americano e luso-americano (ROMERO, 1902: 48). Na interpretação de Ernesto Castro Leal, Silvio Romero expressa essa nova visão sobre o mundo dividido em “blocos de etnias”:

Silvio Romero percepcionava a construção de ideologias transnacionais em confronto, numa época de crescente ameaças guerristas, referindo o pan-germanismo ou o pan-eslavismo, e advertia que o desenvolvimento de um possível pan-americanismo, para ser eficaz, não pode deixar de ter três expressões independentes: as anglo-americanas, as luso-americanas e as hispano-americanas. Propunha o fortalecimento das relações bilaterais entre Portugal e Brasil, em torno de algumas políticas comuns – tratados de comércio, convenções literárias, exposições de produtos, fomento da emigração, colaboração na marinha mercantes, acordos militares – reafirmando (...) a importância de salvaguardar a língua portuguesa no Brasil (LEAL, 2009: 6).

Para Leal, o contexto de formação da União Ibero-Americana em 1900, no seio do congresso pan-americano das repúblicas hispano-americanas, no México, justificam essa posição de Silvio Romero e de outros que irão se situar-se a favor da criação de uma confederação luso-brasileira (LEAL, 2009: 6). A reação ao confronto imperialista em ascensão é um elemento estruturante nessas intervenções:

(...) o ambiente internacional de paz armada para a criação de blocos político-militares, significando um crescente confronto de hegemonias – tríplice aliança entre os Impérios Alemão e Austro-húngaro e a Itália (1882) e a Entente Cordial entre a França e a Inglaterra (1904), transformada em triplo acordo com a entrada do Império Russo (1907) – quer ainda à mentalidade organicista, etno-antropológica, de redescoberta das origens rácicas e das práticas culturais dos povos, afirmando-os e agregando-os (LEAL, 2009: 6-7).

Outro momento importante nas intervenções em torno do pan-lusitanismo/luso-brasilidade pode ser encontrado no pequeno livro *Pan-lusitanismo*, de António de Figueiredo de Nascimento Veiga, publicado em 1916. Nesta obra encontramos alguns elementos chaves do debate em torno do ideário de comunidade e do pan-lusitanismo. Veiga inicia o livro assinalando o pan-lusitanismo como um “sonho”, uma utopia que retoma a “glória dos nossos antepassados”, do sacrifício que elevou a lusitanidade

(VEIGA, 1916: 1). Diante deste “sonho”, afirma a necessidade dos governos da República brasileira e portuguesa, de estabelecer concretamente, em um plano “suprapartidário”, “leis que direta ou indiretamente” criem vínculos entre Portugal, as colônias e o Brasil (VEIGA, 1916: 2). O ressurgimento do mito da “herança sagrada” é visto pelo autor como o principal elemento para o ideário da “Pátria Maior”:

A pátria que é nossa não se cingindo aos estreitos limites do “Condado Portucalense” assentou tendas por toda a orla de termino que corre ao longo do Oceano Atlântico (...) Com a mais afincada devoção na descoberta de novos mundos, e na abertura de novos caminhos, rutilantes e triunfais. Passou da Europa à África, à Ásia, à América e à Oceania, foi aos confins do globo (...) A humanidade inteira deverá eterna gratidão aos nossos ousados navegadores, os quais ara a humanidade contribuírem com seu esforço, com a sua energia e com o seu sangue (...) (VEIGA, 1916: 22).

Esta “pátria maior” deveria conformar uma “grande confederação dos Estados Lusitanos”, na África, Ásia, Oceania e América, para assim ressurgir o espírito da unidade da língua e cultura lusitana (VEIGA, 1916: 23). O pan-lusitanismo é a própria salvação da pátria portuguesa, sua “regeneração”:

Iniciemos em todo mundo uma política nacional, uma política de raça, uma política “lusitana”. Na Europa, na Ásia, na África, na América ou na Oceania, em qualquer recanto do globo onde tremule a bandeira das quinas ou onde a linguagem de Camões, seja o elo duma nacionalidade, nós todos lusitanos! Devemos estender as mãos na mais firme solidariedade e estreitar os peitos na aspiração mais grandiosa da nossa raça (...) Temos de lançar no mundo uma luta gigantesca, uma luta desesperada, uma luta titânica; temos de reagir fortemente contra a “moleza” interna e contra a “dureza” externa”. Só assim poderemos salvar a nossa nacionalidade da vala comum da vulgaridade (VEIGA, 1916: 3-4/5).

Dentro do contexto em que escreve isto, podemos constatar que os “inimigos externos”, eram propriamente a ameaça imperialista germânica (“o pan-germanismo”) em Angola e Moçambique, como este mesmo reitera a frente:

Todos nos temos conhecimento das ideias que no povo alemão se sobrepunham a quaisquer outras concepções, e que dentro ou fora da Alemanha eram cultivadas com a mais firme dedicação, e consubstanciadas sob a designação de pangermanismo. De vez em quando ouvimos também falar na Pan-América, que, todavia, a diferença de costumes, de feições e de interesses não deixam tomar raízes. Vemos também através da história da Inglaterra pretender

dominar tudo, sujeitando à sua vontade soberana a terra e os mares, e pondo a sua raça as suas tradições, as suas velharias acima de todos os outros conceitos dos outros povos (...) todos os povos enfim de energias vivas e educadas, sentem dentro em si alguma aspiração maior que a do viver (...) da vida fortuita dos seres inferiores. O sentimento da raça e da nacionalidade sobrepõe todos os outros sentimentos religiosos (...) (VEIGA, 1916: 26).

A resposta ao imperialismo pan-germânico e pan-americano deveria se consubstanciar em uma reação valorativa do *ethos* lusitano, do “pan-lusitanismo”:

Todas as vantagens que aqui possam advir para a nossa vida interna, entrarão no fortalecimento da nossa organização mundial, sempre a desenvolver em torno da arvore bendita do nosso melhor e do nosso maior fulgor – o Pan-lusitanismo. Ele clamará a si as boas intenções e todos os bons sentimentos. Ele nos levará a quebrar os ferros que nos avassalam a outros povos, de quem temos sido puros satélites, nos dará virtudes de enfileirmos com as primeiras nações na sua senda do progresso e no concerto dos destinos mundiais. Lutemos pois, sem descanso na obra ultima da nossa reabilitação (...) (VEIGA, 1916: 28).

Finaliza o livro, reiterando a necessidade da conformação desta unidade a partir de políticas pragmáticas entre Brasil e Portugal, na constituição de um bloco de poder com uma constituição comum, fundada nos valores do pan-lusitanismo (VEIGA, 1916: 25). A ideia do pan-lusitanismo como uma reação a crescente unidade de blocos de poder e do confronto contra a “desnacionalização”, oriunda do emigrante germânico, italiano e japonês, não era somente um ideário de intelectuais isolados que propagavam o luso-brasileirismo/pan-lusitanismo, mas, um debate integrante no seio de diversas publicações periódicas. A “Grande Lusitânia”, a “Nação pan-lusa”, o “Portugal Maior” são expressões que eram usadas para referir-se à comunidade formada entre Portugal, Brasil e as colônias portuguesas em diversas produções editoriais e redes paralelas de sociabilidade, em particular, a partir dos anos 10-20, com um crescimento exponencial, a partir dos anos 30.

Dentre as publicações do campo intelectual do período que atribuem notoriedade ao ideário, devemos destacar a revista *Atlântida* (1915-1920) e os intelectuais que a circundam. Nesta, há uma série de intervenções dos seus organizadores, João do Rio e João de Barros e outros membros, buscando exortar o ideário de nacionalidade luso-brasileira, “transteritorial”. Para estes, a luso-brasilidade não era somente uma estratégia simbólica, mas também, um projeto político que almejava conformar um bloco de poder entre Lisboa, Rio de Janeiro e Luanda, contrapondo no Atlântico Sul o domínio

germânico e saxônico (CASTRO, 2011: 79). Esta “Grande Lusitânia” seria construída a partir da intervenção de políticos e intelectuais em prol da lusitanidade e latinidade (CASTRO, 2011: 78). Esse ideário “transterritorial” fica explícito em um editorial escrito por João de Barros, em 15 de junho de 1917:

De um lado e do outro do Atlântico, que vemos? Numa extensíssima margem da América austral, o Brasil; quase em frente, na costa africana, a vasta colônia de Angola; e, entre as duas como um mar lusitano, o Atlântico Sul. Numa zona de navegação comum ao Brasil e à África Ocidental – o arquipélago de Cabo Verde. E, mais ao norte, como pontos de escala em rotas diferentes – os Açores e a Madeira. E, no ponto de convergência de inúmeras linhas de navegação, como vasto entreposto comercial dos produtos de Portugal e Brasil, o amplo e magnífico porto de Lisboa (João de Barros apud LEAL, 2009: 4).

As intervenções de António Bettencourt Rodrigues – medico repúblicano exilado no Brasil, entre 1892-1913 –, na *Atlântida* e outros órgãos, também foram fundamentais na consolidação da ideia da confederação luso-brasileira, assinalando a urgência da sua criação em uma entrevista, publicada em um livro de 1923:

A ideia de Confederação, essa sim, não poderá deixar de impor-se à atenção de brasileiros e portugueses, mormente, nesta hora incerta que se jogam os destinos das nações, ou, para melhor dizermos, das diferentes raças que procuram alicerçar em novas bases os seus respectivos agrupamentos (...) recentes fatos ainda confirmam é a tendência para os grandes agrupamentos de povos, estados e nacionalidades, sob uma só bandeira, e tendo como base, ou o território, ou raça, ou interesses de ordem econômica (RODRIGUES, 1923:92-93/95).

Segundo este, a formação de “blocos étnicos” iria consubstanciar um novo quadro geopolítico fundado em diversas alianças: o Bloco Germano-eslavo, Asiático (Japão e Ásia), Anglo-saxônico (EUA e Inglaterra), Hispano-Americano (Espanha América Latina) e Luso-Brasileiro (Brasil e Portugal). Ainda, segundo Bettencourt, o pan-lusitanismo vinha à tona, enquanto resistência “pacífica e hordeira” contra o “expansionismo” do “pan-germanismo”, como este assinala em resposta a um inquérito de 1917 sobre a Confederação Luso-brasileira, produzido por João do Rio, na *Atlântida*, e distribuído entre vários intelectuais:

O Pan-lusitanismo! A confederação entre povos afins será uma resultante lógica da evolução que se desenha já no horizonte como a

única solução nacional que os acontecimentos hão-de impor. Para todos os efeitos, torno meu pensamento, propaga-lo-ei, com a maior devoção e o zelo mais enternecido, em todos os centros e colectividades onde a minha modesta influência puder exercer-se (...) A nova grande Lusitânia não só é possível, senão também se transmudará numa luminosa realidade, imposta pelas circunstancias da nova era que a guerra nos há-de trazer (...) (António Bettencourt Rodrigues apud LEAL, 2009: 12).

Em uma carta, de 1914, Bernardino Machado, representante português no Brasil entre 1912-1914, expressa a preocupação da institucionalidade com o avanço do pan-americanismo no Brasil e o possível confronto a este a partir de um maior investimento no intercâmbio pan-lusitano:

Depois da viagem de Laurento Müller aos Estados Unidos do Norte da América, tivemos, há dias aqui, a visita de Robert Bacon, Ex-embaixador americano em paris (...) e temos agora conosco Roosevelt, que vem para sondar o sertão brasileiro. Veja V. Exa, como a influencia americana se consolida e cresce, incessantemente, suscitando cada vez mais as corretes do pan-americanismo. E nós? Que fazemos para causa do pan-lusitanismo? O contraste é bem triste para nós. A política externa de Portugal, principalmente nos países de colônias nossas, necessita de um vigoroso impulso, que a República e os seus governos lhe devem imprimir para assegurarmos fortes apoios cá fora ao nosso ressurgimento nacional. Temos de pensar que a Nação não esta dentro do seu domínio territorial, mas em toda parte onde no estrangeiro vivem portugueses, sobretudo aqui onde eles constituem o núcleo histórico de uma Nação co-irmã (Bernardino Machado apud FERREIRA, 2008: 122-123).

Para Marie-Jo Ferreira, a elite portuguesa, em Portugal e no Brasil, foi a principal agente de difusão do discurso pan-lusitano, de aproximação luso-brasileira, desde a República até o Estado Novo (FERREIRA, 2008: 123). Apesar de toda esta verborragia, a ideia de “confederação luso-brasileira”, em alta nos anos 1917-1923, vai desaparecendo do vocabulário político e intelectual, para Ernesto Castro Leal:

A partir de 1924, desvaneceu-se o projeto utópico de uma Confederação Luso-Brasileira, de conteúdo mais ideológico-cultural (pan-lusitanismo, pan-latinismo) do que orgânico-funcional (união política, bloco estratégico), dado o desenvolvimento acelerado, em Portugal, de um processo político e militar de contestação ao regime demoliberal (...) O contexto geopolítico mundial dos anos 30 do século XX voltava a orientar a balança de poderes para uma guerra progressivamente generalizada ao serviço da tecnologia da morte. Não seria bom tempo para sonhos pacifistas confederais, ao serviço da paz perpétua e do bem comum (LEAL, 2009: 14).

Entretanto, tanto o ideário de comunidade luso-brasilidade como o pan-lusitanismo irão sobreviver, mesmo porque os intelectuais engajados nos 10-20 irão continuar a propagar essas visões sobre a nacionalidade “atlântica”. Neste novo contexto, no período entreguerras, o pan-lusitanismo também é visto como uma reação ao avanço do perigo “imperialista”, em particular, da ascensão do pangermanismo. O medo de uma nova guerra é expresso desde os primeiros números do boletim até o seu último número. O pan-lusitanismo volta a ser, tal qual no período da I Guerra Mundial (a “Grande Guerra”, como denominavam), uma proposta “pacífica” de comunidade para confrontar tempos de acirramento da disputa imperialista. Para perscrutar este discurso, buscaremos explorar também nas intervenções de Augusto Costa e Gilberto Freyre sobre o “transnacionalismo”, a permanência deste mesmo discurso “pan-lusitano”.

O jornalista Augusto Costa, entre os anos de 1926-1934, enviou um inquérito nacional, com diversas perguntas sobre o império, para diversos intelectuais e gestores coloniais, entre eles: Fernando Pessoa, João Almeida, Paiva Couceiro, Marcelo Caetano, João Ameal, Hipólito Raposo, Fidelino de Figueiredo, Afonso Lopes Vieira, entre outros. O inquérito levantava as seguintes perguntas:

I – Sim ou não, Portugal potencia de primeira grandeza na Renascença, guarda em si a vitalidade necessária para manter no futuro na Nova Renascença que há-de se seguir-se à Idade Média que atravessamos, o lugar de uma grande potencia?; II – Sim ou não, Portugal sendo a terceira potencia colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potencia europeia?; III – Sim ou não, Portugal amputado das suas colónias perderá toda a razão de ser como povo independente no concerto europeu?; IV – Sim ou não, a moral da nação pode ser levantada por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade coletiva capaz de impor dos políticos uma política de grandeza nacional? Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir? (COSTA, 1934: 13).

Tanto o inquérito como as respostas da *intelligentsia*, publicadas no livro *Portugal Vasto Império: Um inquérito Nacional* (COSTA, 1934) são um importante rastro para apreender as preocupações dominantes no *campo intelectual* do período. No posfácio do livro, denominado “Apologia do Império Português”, o autor interpreta os inquéritos sintetizando alguns elementos que são estruturantes nestes discursos. Entre o ceticismo e a ufania o que é mais recorrente nos discursos, é a proteção a todo custo do império frente ao avanço dos imperialismos, nomeadamente, o germânico. Em certo momento, Augusto da Costa, assinala que a “generosidade alheia” dos aliados no pós-guerra com a Alemanha

seria paga com as colônias “(...) se os aliados quiserem fazer as pazes com a Alemanha, e se, por via dessas pazes, lhe querem restituir as colônias, não é justo que sejamos nós, aliados nos campos de batalha contra a Alemanha, quem tenha de pagar as custas da generosidade alheia (...)” (COSTA, 1934: 8).

A defesa da integridade nacional frente ao avanço da Alemanha, a partir do engajamento intelectual, em particular da imprensa, era o principal motivo que o fazia publicar o livro. Este perigo é reiterado em diversos momentos do livro “Pôs-nos em perigo o pangermanismo de antes da guerra; põe-nos igualmente em perigo o panlatisnismo da Itália mussolinica” (COSTA, 1934: 10). Frente a isto vê na intervenção intelectual uma forma de deter o avanço dos imperialismos:

Que em Portugal se faça uma mobilização dos espíritos idêntica à que a Itália iniciou já. Não devemos seguir apenas os maus exemplos de que fora nos chegam; devemos seguir, antes de tudo os bons. E o exemplo da Itália é um dos melhores (...) ou nos afirmamos capazes de manter no mundo a nossa situação de terceira potencia colonial, ou seremos inexoravelmente espoliados desse império grandioso, quer pela Itália, quer pela Alemanha (...) O que os jornais devem levar aos quatro cantos do país não é que “o País esta irremediavelmente perdido”, ou que “as colônias portuguesa hão-de passar, inexoravelmente, às mãos de terceiros, porque não temos capital-homens nem capital-dinheiro para as salvamos. O que a imprensa deve proclamar, gritar, ensinar ao País, é que as colônias portuguesas deixarão inexoravelmente de ser nossas se não as soubermos a tempo defender por todos os meios, mesmo pela força (COSTA, 1934: 10).

Em resposta ao discurso de decadência, os intelectuais deveriam, para Costa, assumir o ideário de “Portugal Vasto Império” como prerrogativa para o ressurgimento, tal como o fez a Alemanha com o pan-germanismo:

O pan-germanismo, que unificou a Alemanha à volta da Prússia, e dela fez o grande Império que a guerra momentaneamente elevou, que é, senão a obra dos escritores, filólogos e poetas da Alemanha? O imperialismo italiano, na sua fase actual, que é senão uma consequência do Renascimento e uma obra dos escritores e doutrinadores da Ideia Nacional (...) A terra portuguesa tem o seu destino preso, neste momento, à sorte de uma batalha. A mobilização de espíritos deve preceder a mobilização dos corpos. Nem só no campo de batalha se combate; a pena e também uma espada e cada um de nós tem o dever de a utilizar o melhor que puder e souber, enquanto forças tenha. O primeiro dever de todo o jornalista, o dever capital de todo o escritor, é servir, na medida das suas forças, a grandeza nacional (COSTA, 1934: 11).

Esta invocação ao engajamento dos intelectuais em prol de um “Portugal maior” frente ao avanço do imperialismo germânico e italiano é um discurso estruturante não só na *intelligentsia* invocada para intervir no inquérito feito por Augusto Costa, mas presente, em diversos níveis, na produção intelectual em Portugal, metrópole e colônias.

As intervenções de Gilberto Freyre nos anos 30 também são uma importante evidência da ação de intelectuais brasileiros em defesa do legado lusitano e na crítica ao avanço germânico no Brasil, sendo *O Mundo que o Português Criou (1940)* e *Uma Cultura Ameaçada: a luso-brasileira (1940)* a expressão síntese da concepção de mundo do período. Sete anos depois de Casa Grande & Senzala em uma conferência em 1940, no *Gabinete de Leitura do Recife* na ocasião do Duplo Centenário de 1940, em homenagem ao duplo centenário da fundação e restauração (publicada depois no livro *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*), afirma o objetivo central de suas reconstruções sociológicas/historiográficas:

(...) venho contribuindo modesta mas conscienciosamente desde os meus primeiros estudos de adolescente para a reabilitação da figura – por tanto tempo caluniada – do colonizador português no Brasil; para a reabilitação da obra – por tanto tempo negada ou diminuída – da colonização portuguesa da América; para reabilitação da cultura ameaça hoje, imensamente mais do que se pensa, por agentes culturais de imperialismos etnocêntricos, interessados em nos desprestigiar como raça – que qualificam de “mestiça”, “corrupta” e como cultural – que desdenham como inferior a sua. Este esforço de reabilitação em consequência de estudo (...) e não de simples sentimentalismo ou emoção (FREYRE, 2010:a 2).

Esta afirmação de Freyre no prefácio do livro “Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira”, originalmente publicado em 1940, evidencia claramente o seu esforço em “revivificar” a contribuição do português na formação social brasileira. Freyre em um outro prefácio de 1980 aponta que esta intervenção foi à base de uma visão antropológica em torno da “resistência de uma cultura – a luso-brasileira – ao imperialismo cultural representado por cultura centro-europeia na qual se encarnaram, de modo ameaçador, valores e desígnios aos social e culturalmente luso-brasileiros” (FREYRE, 2010a: 14). Nesta conferência, define o racismo da cultura germânica como sem “base científica”, invocando a necessidade da intervenção intelectual em defesa da “ética” lusitana, “cristã” (no sentido sociológico e amplo, para além da hierarquia), na sua dimensão da “assimilação do exótico”, contestando o suposto “purismo étnico” em sua “consciência

de espécie não-biológica” (FREYRE, 2010a: 24). A frente, destaca a particularidade “exemplar” lusitana de assimilação/integração:

(...) a história inteira dos portugueses (...) os revela um povo com uma capacidade única de perpetuar-se noutros povos. Mas sem que o povo tenha feito dessa perpetuação uma política biológica e anticristã de exclusividade: nem exclusividade de cultura. Ao contrário: os portugueses se tem perticado, dissolvendo-se sempre noutros povos a ponto de parecer perder-se nos sangue e nas culturas estranhas (...) passados séculos os traços portugueses se conservam nas faces dos homens de cores diversas, na fisionomia das casas, dos moveis, dos jardins, nas formas das embarcações, nas formas de bolos. Toda obra de colonização lusitana (...) esta cheia dos riscos de tão esplendida aventura de dissolução. Portugal seguiu na sua política colonizadora aquelas palavras misteriosas das Escrituras: ganhou a vida perdendo-a. Dissolvendo-se (FREYRE, 2010a: 24).

O exclusivismo da raça no qual apontava para os povos da cultura centro-europeia não tinha correspondência com os portugueses, pois, desde os primórdios os portugueses apresentavam uma ética antirracista e cristã que os distanciou da visão da “pureza de raça”, da “mística da raça” (FREYRE, 2010a: 32). Em um certo ponto desta conferência, aponta que os brasileiros deveriam voltar os seus olhos para os estados do Sul do Brasil, para apreenderem a dimensão do perigo consubstanciado na presença dos “Imperialismos de raça” e dos ataques a cultura luso-brasileira difundidos através do pangermanismo (FREYRE, 2010a: 32). A intervenção intelectual frente a estes ataques ao legado da cultura luso-brasileira, nomeadamente, os valores éticos da “democracia social e racial” deve ser o principal objetivo dos intelectuais portugueses e brasileiros:

(...) é nosso dever resguardar de imperialismos etnocêntricos para a continuação da vasta experiência de democratização étnica e social que aqui se processa desde os primeiros dias de colonização lusitana. Resguardá-la de imperialismos de qualquer espécie, mesmo o apenas doutrinário; resguardá-la de qualquer espécie de intromissão imperialista no intimo de sua vida e no essencial de sua cultura, nunca renunciando nós o principio e o método da democratização das nossas sociedades (...) pela miscigenação, pela mistura das raças, pelo intercurso entre culturas. Princípio e método que são a maior contribuição portuguesa e brasileira para o ajustamento das relações entre os homens (FREYRE, 2010a: 43-44).

Em um artigo no Estado de S. Paulo, em 3 de abril deste mesmo ano (publicado na edição recente do referido livro), ataca mais uma vez os defensores do germanismo “anti-luso-brasileiro”, reiterando a sua posição contra a penetração do racismo nazista:

(...) a teoria da inferioridade da cultura luso-brasileira em face da germânica não seria tão fácil de provar como supõe a ingenuidade nazista. O geógrafo Rinhard Mack – é dos que acreditam na inferioridade e o supõem biológica – bem poderia recorrer à erudição de algum colega historiador ou à ciência de algum antropologista que o enriquecesse de informações exatas sobre o passado do português e da sua cultura; sobre as raízes latinas e os elementos árabes (...) a glória intelectual dos portugueses não se resume em Camões e n’Os Lusíadas, estende-se à participação portuguesa na cultura hispânica; na cultura de toda península. E convém não esquecer os valores orientais e africanos de que a Europa se enriqueceu por intermédio do português e da sua capacidade de assimilação dos valores exóticos (...) (FREYRE, 2010a: 50).

A luta entre os luso-brasileiros e o ideário nazista e racista dos germânicos (e do pan-germanismo) era a principal tarefa no qual Freyre elenca para a intervenção intelectual naquela conjuntura. *O Mundo que o Português Criou*, produto de uma conferência na Inglaterra e outras três em Lisboa, todas lidas por Manuel Múrias, diretor do Arquivo Histórico Colonial, também tem elementos importantes para compreensão dos debates do campo. Na primeira intervenção, no *King’s Colege*, este reitera que a despeito do racismo no sul do Brasil, os costumes e a sua cultura já eram mestiços, apontando os gestos e culinária como exemplo – a presença da goiabada com queijo, aguardente e feijoada em suas práticas alimentares. Afirma ainda que a culpa da presença de discursos contrários a luso-brasilidade era oriunda de “agentes políticos externos” (o pan-germanismo) pagos para difamar a “cultura nacional” (FREYRE, 2010b: 20). Para fundamentar essa proteção aos valores da luso-brasilidade Freyre aponta a necessidade de afirmar uma “consciência de espécie” “supranacional” entre todos os luso-descendentes (luso-americanos, luso-africanos, etc), “filhos” da diáspora portuguesa, da mestiçagem entre a lusitanidade as outras culturas (FREYRE, 2010b: 31). O pan-nacionalismo agregaria as “culturas mestiças”, em torno deste sentimento, da já referida “consciência de espécie”:

A tendência para a mestiçagem, comum às sociedades da América, da Ásia e África, onde predominou a colonização portuguesa, e à própria sociedade portuguesa da Europa, é decerto um elemento de aproximação entre essas várias sociedades. Sociedades (...) capazes das mesmas reações sentimentais, estéticas, éticas – essencialmente as mesmas (...) A tendência geral do colonizador português para a mestiçagem parece ter dado aos povos da América, da Ásia e da África de formação portuguesa, condições especialíssimas de unidade psicológica e de cultura. Os luso-descendentes – puros e mestiços – de

áreas diversas, quando se põem, em contexto uns com os outros, é para se sentirem espantosamente semelhantes nos seus motivos e estilos de vida (FREYRE, 2010b: 29).

Estas considerações de Silvio Romero à Gilberto Freyre, em torno de uma espécie de “zona sentimental” entre os povos tocados pela diáspora portuguesa, são, portanto, constitutivas deste quadro histórico de avanço do imperialismo, uma resposta, em particular, ao avanço do racismo germânico. Em suma, O pan-lusitanismo, deve ser entendido, agora no período entreguerras, no seio dessa constante invocação pela proteção ao legado português (espiritual e colonial) e a necessidade frente a este avanço, “pan-germânico” e “pan-latinista”, de um nacionalismo “amplo”, *transterritorial*.

Referencias bibliográficas

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*. Porto: Enfrentamentos, 2003.

CASTRO, Zilia Osório. Do carisma do Atlântico ao sonho da Atlântida. In: In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal et all. *Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009, pgs. 57-88.

COSTA, Augusto. *Portugal vasto Império: Um Inquérito Nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1934.

DUTRA, Eliana Freitas. *Laços fraternos: A construção imaginária de uma Comunidade Cultural Luso-brasileira no Almanaque de Lembranças*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 1, p. 116-127, 2005.

FERREIRA, Marie-Jo. As comemorações do primeiro centenário da independência brasileira ou a exaltação de uma modernidade luso-brasileira. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pgs. 119-140.

FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada e outros ensaios*. São Paulo: é realizações, 2010a.

_____. *O mundo que o português criou*. São Paulo: é realizações, 2010b.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

LEAL, Ernesto Castro. *A ideia de confederação luso-brasileira nas primeiras décadas do século XX*. Ibérica: Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos, v. IV, nº12, Juiz de Fora, dez., 2009.

RODRIGUES, António Bettencourt. *Uma Confederação Luso-Brasileira: Factos, opiniões e alvitres*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923.

ROMERO, Silvio. *O elemento português no Brasil*. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional, 1902.

SANTANA, Nara Maria. *Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito*. *Dimensões*, v. 25, 2010, pgs. 235-248.

VEIGA, António de Figueiredo de Nascimento. *Pan-lusitanismo*. Lisboa: Tipografia Universal, 1916.

II GUERRA MUNDIAL: MEMÓRIAS COMO COPRODUTORAS DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

*Maria Aparecida Gonçalves Pereira Oliveira*³⁷⁴

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar o resultado parcial da pesquisa do Mestrado Profissional em História, “História, Cultura e Formação de Professores”, Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. Optamos pela metodologia da pesquisa, discutir os pressupostos metodológicos empregadas na Dissertação, e a aplicabilidade desses métodos para a vida prática dos alunos, enquanto produtor de história do seu tempo, baseando-se em discussões acerca de memórias, história oral, narrativa e consciência histórica, despertando o pensamento histórico desses sujeitos. Nesse sentido nossa proposta analisa o papel do professor enquanto coprodutor de conhecimento e formador de consciência histórica, na Disciplina de História, através das reminiscências da II Guerra Mundial.

Palavras-chave: Ensino de História, prática pedagógica, consciência histórica.

Introdução

Inicialmente apresentaremos o interesse particular na produção da Dissertação, os objetivos que pretendemos alcançar, ao discutir a memória como método de ensino-aprendizagem, através de participantes, na II Guerra Mundial, com o intuito de levar os alunos a pensarem historicamente, como proposto por Rüsen (2001a) em *Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio*. Segundo Marlene Cainelli (2009) em sua obra *Educação histórica: o desafio de ensinar História no ensino fundamental*, pensar historicamente é “a capacidade de pensar além de si mesmo e de seu tempo. Compreender que existem relações entre a sua história individual e a História” (CAINELLI, 2009, p. 126).

Para maior conhecimento do leitor, faremos uma breve apresentação dos testemunhos da Segunda Guerra Mundial que norteiam nossa pesquisa, na relação

³⁷⁴Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional Catalão, Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais. Contato: cida-orizona@hotmail.com. Orientador: Dr. Getúlio Nascentes da Cunha.

memória, história oral, narrativa e consciência histórica, pressupostos no ensino de História, através de experiência pedagógica. Apresentaremos esses protagonistas começando por José Hidasi. Seu nome de batismo é Jozsep Hidasi, adotou nome de José ao naturalizar-se brasileiro, segundo ele, seria mais fácil falar e escrever na língua portuguesa. Nasceu em Makó, Hungria, em 09 de maio de 1926, filho de Joseph Hidasi e Puazka Kilarity. Sua participação na Segunda Guerra Mundial, segundo ele, como prisioneiro dos russos, “como se fosse um escravo” (HIDASI Goiânia, 18/10/2014), não chegou a entrar em confronto durante a Guerra “Eu non lutei na guerra, eu era o 2º tenente, eu treinava eles [os soldados russos] pra atirá” (HIDASI Goiânia, 18/10/2014).

Com o findar da Guerra, o Sr. Hidasi, fez uma peregrinação em busca de sobrevivência, em campos de concentração para refugiados, ou andando pelas cidades em busca de alimentos e como falava vários idiomas facilitou a comunicação, enfim “falei sô refugiado, que non era inimigo, enton eu fiquei doido, andava como um doente mental” (HIDASI, Goiânia, 18/10/2014).

Durante seus relatos procurou desviar do assunto, sempre que questionado sobre sua participação no conflito. É fundador e membro do Museu da Biodiversidade, em Goiânia. Narrando pouco sobre o ocorrido, falando mais sobre sua atividade profissional, a ornitologia e o amor pelos animais, sua grande paixão. Apesar da idade avançada trabalha todos os dias.

Chegamos para colher o depoimento, no horário marcado, cerca de 13:30 hs. Esperamos um pouco, porque estava terminando de fazer atividade física e em seguida foi tomar “café da manhã”, e ao mesmo tempo em que alimentava pássaros, que ficam soltos e vinham aproveitar o café da manhã e se alimentarem. Isso ocorreu na área de serviço. Não tinha pressa alguma, leu o termo de consentimento, assinou, somente aí começou o relato, com base em questionário elaborado. Segundo nos disse fala seis idiomas. Durante o conflito “Eu falava língua inglesa, francesa, alemã e húngaro” (HIDASI, Goiânia, 18/10/2014). Segundo ele, facilitando a comunicação ao findar da Guerra. Já viajou por “boa parte do mundo”, em busca de espécies de animais.

Depois que terminou seu relato, nos mostrou o museu e as espécies exóticas, cerca de 120 mil exemplares de animais empalhados. Já havíamos visitado o museu outras vezes em excursão escolar, aula de campo muito proveitosa.

Disse que desde criança sonhava em vir para o Brasil, sempre estudou com esse objetivo “Lá é o paraíso, segundo seu pai dizia”. Veio para o Brasil como refugiado de guerra, chegando em 1º de novembro de 1950, naturalizado brasileiro em 1962.

O senhor Luiz Gomes Ferreira, nascido aos 21 de novembro de 1924, em São João da Barca, no Maranhão. Ex-combatente, foi voluntário, precisando de autorização de seu pai, tinha 17 anos. Decidiu participar da guerra porque queria conhecer o mundo, e o meio que encontrou foi através desse contexto histórico “Quando eu cheguei (na Itália] pra mim era um prazer, eu lá tava pensano em guerra coisa nenhuma, eu saí doido pela rua, eu precisava conhecer lugar” (LUIZ GOMES, Pires do Rio, 03/01/2006).

O Sr. Luiz Gomes tinha como função soltar canhões, “que aquilo era um perigo danado!” (GOMES, 06/01/2006). Retornou ao Brasil, junto a outros pracinhas, mais tarde casou-se com d. Maria, é pai de sete filhos, dedicou sua vida à odontologia.

Chegamos em sua residência à tarde, onde colhemos o depoimento com ajuda de gravador e câmera fotográfica. Segundo nos disse, não tem traumas, mas nos contou que sonhava com o Hitler lhe puxando pelas pernas e o jogando em valas coletivas.

Conhecemos Bartolo Damo (*In memorian*), aos 86 anos, quando residia em Palmelo, GO. Nascido aos vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e seis, na Vila Nova de Motta de Livenza, Estado de Treviso, na Itália. Foi erradicado no Brasil, em 1950, naturalizado brasileiro desde 1974 com o nome de Bartolo Damo. Filho de Valentino Damo e de Stella Lunardeli veio a falecer em 2009, antes de terminarmos a pesquisa da Especialização, tendo que recorrer a dona Vânia, sua esposa. O senhor Damo, não relatava sua participação na Segunda Guerra Mundial, sem a presença da esposa, dona Vânia, justifica: “É porque eu sofro muito, com a Vânia por perto eu consigo falar” (DAMO, Palmelo, 2006). Nota-se que as lembranças do passado o torturam.

Suas memórias foram discutidas por mim, na Graduação (UEG - Pires do Rio), juntamente com outros sobreviventes, cujo tema Lembranças da Segunda Guerra Mundial: medo e tensão vividos por sobreviventes, e na Especialização (UFG – Catalão), com temática *Memórias de um italiano que sobreviveu ao nazi fascismo*. O senhor Damo, segundo sua esposa dona Vânia, desde a infância, carregava consigo a mediunidade, pois ouvia vozes, conversava com espíritos. Vivendo com sua família em uma pequena vila mais ligados ao meio rural. O senhor Damo, nos disse que foi feito prisioneiro pelo exército alemão, por volta de 1940, quando se encontrava em sua residência, a tardezinha. Descreve o fato “*Se você determinasse de ir, sim, se non fosse, o chicote deles cumia, cê*

apanhava” (Damo, Palmelo, 2006), ficando até o final do conflito quando foi libertado pelo exército dos Estados Unidos. Não conseguimos saber ao certo o motivo de sua prisão pelos alemães, se ele era comunista ou fazia parte da resistência italiana, como é sabido a Itália era aliada na Alemanha no início do conflito, período em que o sr. Damo, nos diz ser prisioneiro dos alemães.

Com o fim da Guerra, fugiu para o Brasil. Questionei porque precisou fugir.

Justifica

Porque eu estava na Guera destruiu muita coisa [...] para cada rapaiz tinha 30 mulheres, [...] enton o governo tentou, breçou de todas as formas a saída do ser humano homem, uma causa justa né? Se saísse todo mundo, lá non sobrava ninguém para trabalhar, para produzir, para produzir para o povo. (PALMELO, julho, 2006).

Mas, os traumas do conflito e a mediunidade, o atormentavam muito. Através de Chico Xavier, foi designado a residir em Palmelo, que seria então seu local de trabalho até sua “desencarnação” em 2009, quando discutíamos sua biografia na Especialização.

O que se percebe em seus relatos e de dona Vânia, que sua vida era marcada pela memória traumática, como se observa

Tem hora que durmo bem até, por aquilo que passei, me considero que ainda Deus me abençoou, viu? Agora tenho hora, que tenho insônia, que começo a pensar naquilo, que é fruto dessa sensação do subconsciente, que ainda non libertei e que acho que non vou libertá de veiz disso (...) ao escurecer fecho tudo, a casa (DAMO, Palmelo, 2006)

Dona Vânia complementa “Ele toma remédio pra durmi, pela própria ansiedade que vive, medo de durmi, que alguém vai entrá em casa, é uma expectativa. Escuta um barulho tem proporção grande, acha que tá querendo, que tem alguém entrando em casa” (VÂNIA, Palmelo, 2006). O que se observa nesses relatos, que o senhor Damo ainda possui, como disse dona Vânia, a chamada “neurose da guerra”, que o atormentava e fazia com que ficasse sempre em estado de tensão, com medo de que algo de ruim pudesse acontecer, ou que a guerra pudesse não ter acabado, pelo menos pra ele.

Para Michael Pollak (1989) em *Memória, história e silêncio*, o nazismo foi um dos períodos históricos mais estudados e que

No momento do retorno do reprimido, não é autor do “crime” (a Alemanha) que ocupa o primeiro lugar entre os acusados mas aqueles que [...] recrutados

à força são zelosamente guardados em estruturas de comunicação informais e passam despercebidos pela sociedade globalizante. (POLLAK, 1989, p. 08)

Isso despertou atenção em seu Damo, pois disse que nunca alguém fez um trabalho desse tipo “Moro aqui tanto tempo e nunca fui chamado pra fazer um trabalho como esse” (DAMO, Palmelo, 2006). O senhor Damo “desencarnou” em 2009.

E por último, Luiz Virgínio (*In memoriam*), nascido aos 15 de setembro de 1919, em Pedralva, Minas Gerais. Era militar e participou do conflito voluntariamente, residente em Luziânia, GO.

O senhor Luiz Virgínio, durante os relatos, mostrou-se calmo, seguro do que narrava, e que sentia-se bem ao narrar seus feitos no conflito. Morava só, e sentia muita falta de sua esposa, que havia falecido havia dois anos. Sua função “(...) era cabo, comandava um grupo de doze homens e todo serviço que era preciso fazê” (LUIZ VIRGÍNIO, 14/07/2006). Segundo o senhor Luiz Virgínio, sua infância foi muito difícil

Eu fiquei órfão aos sete anos, quando minha mãe ficô assim ruim, ela me entregô pra Nossa Senhora, tanto que sou devoto de Nossa Senhora, minha mãe morreu fiquei sem ninguém, então fui mora na rua. Sabe o que eu vestia? Sabe aqueles sacos de açúcar? Eu fazia um buraco pra passa a cabeça e um de cada lado pra enfiá os braço, e pra esquentá eu durmia no capim, eu olhava onde o capim tava mais alto, eu deitava que esquentava mais, também passei muito frio na guerra (VIRGÍNIO, 14/07/2006)

O senhor Luiz Virgínio pediu pra ser exonerado do cargo “*eu pedi pra ser exonerado porque eu não pertencia aquele regimento, aqueles que queria continuar, continuaria e quem não quisesse dava baixa no certificado e tudo*” (VIRGÍNIO, 14/07/2006). De acordo com o senhor Luiz Virgínio, esse processo foi feito da Itália, em Milão, e que chegou aqui no Brasil como civil. Disse ainda que a guerra mudou seu destino, pois continuaria sendo militar, caso não tivesse ido ao confronto. Nota-se que o senhor Luiz Virgínio, sentia-se muito honrado em defender seu país, apesar de passar por momentos difíceis, como se é de esperar em um conflito “*Passei muito perigo, transportei muitos prisioneiros (...) eu tive muita sorte viu! Deus sabe o que faz*” VIRGÍNIO, 14/07/2006). O senhor Luiz Virgínio faleceu em 2014.

Com o intuito de levar os alunos a compreender que a História, tem uma função prática na vida das pessoas, de acordo com Rüsen, (2001a). Para Cainelli, não pode haver a passividade do aluno frente aos conteúdos a serem ministrados, é preciso despertar nos alunos o pensamento histórico e a consciência histórica, já que os livros didáticos

apresentam “conteúdos preestabelecidos [e] criam a idéia de um saber pronto a ser ensinado” (CAINELLI, 2009, p. 127), deve-se para tanto, instigar os alunos a pensarem. Faremos uma análise do tema referente ao ensino de História, discutidos na Dissertação relacionando a memória, história oral, e narrativa com o intuito de desenvolver a noção de consciência histórica no alunado e a função do ensino de História nessa perspectiva. Schimdt e Cainelli (2004) *Ensinar História*, destaca os métodos no ensino de História, dentre eles a fonte oral, para tanto sendo necessário fazer com que o aluno entenda que “O trabalho com fonte oral diz, respeito, sobretudo, a uma metodologia de pesquisa que se baseia em fontes orais” e acrescenta ainda “que se dividem em histórias orais de vida, ou relatos orais de vida, e depoimentos orais”. (SCHIMDT/CAINELLI, 2004, p. 126).

Como ação pedagógica, trabalharemos com as memórias de alguns participantes da Segunda Guerra, com o intuito de levar os alunos a compreender o cotidiano desses sujeitos que ajudaram a tecer essa trama mundial, e fazer com que os alunos percebam que o dia a dia do indivíduo é reflexo do contexto no qual está inserido, ou seja, o contexto histórico de seu tempo e a história de vida, estão interligados e também com demais grupos com os quais se relaciona. Embora na maioria das vezes não haja essa percepção, de tempo e espaço “O jovem não vê, nas experiências do passado, vestígios das experiências que conferem modelos ao mundo ao qual vive” (CAINELLI, 2009, p. 128). E mais, acrescenta Hobsbawm (1995) em *Era dos extremos: o breve século XX* “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (HOBSBAWM, 1995, p. 13), e ainda de acordo com o autor o ofício do historiador é lembrar quando os outros esquecem.

De acordo com Cainelli “é dever do professor retomar para a História a tarefa de tornar indispensável o pensar sobre o tempo” (CAINELLI, 2009, p. 128). Isso se faz necessário, uma vez que os jovens vivem sem ligação com o passado, principalmente no que se refere ao passado de sua família, de sua comunidade. Segundo Eric Hobsbawm (1998) em *Sobre História*, necessita que percebamos a continuidade da nossa existência, da família e do grupo ao qual estamos inseridos.

Com o intuito de melhor desenvolver os paradigmas que norteiam a pesquisa, procuramos analisar e discutir autores que trabalham a concepção de memória, história oral e a narrativa, como ação pedagógica, na sala de aula, e que estamos relacionando ao ensino de História. Partindo desse pressuposto, pensamos que ao discutir esse método,

levaremos os alunos a pensar historicamente. Segundo Rüsen (2001a), o pensamento histórico é determinado por cinco fatores “necessidade de orientação, objetivos de interpretação, métodos de utilização das vivências, formas de representação e funções de orientação” (RÜSEN, 2001a, p. 11).

Ainda de acordo com Rüsen (2001a) deve-se aplicar a teoria da consciência histórica no cotidiano do ser humano, e que através das narrativas no presente pode-se explicar o passado, havendo assim uma perspectiva para o futuro, sendo que “o passado oferece a experiência de que se necessita para orientar-se no presente e para desenvolver uma sólida perspectiva para o futuro. Essa experiência faz sentido quando pode ser utilizada para a configuração da própria vida” (RÜSEN, 2001a, p. 10)

Isso faz sentido, uma vez que ao levar as memórias de testemunhos da Segunda Guerra à sala de aula, na disciplina de História, desenvolve no alunado a capacidade de pensar que tanto sua história de vida quanto a dos testemunhos, não acontece isolada da história da humanidade, pois “é a História que dá sentido de orientação às decisões que tomamos no presente” (CAINELLI, 2009, p. 128), sendo indispensável entender que há a relação passado/presente/futuro, mais especificamente o pensar sobre o tempo, segundo Hobsbawm (1989, p. 13).

Portanto, o papel do professor precisa suprir as necessidades do livro didático em que os alunos não sejam passivos aos conteúdos a serem ensinados, instigando-os a ter um olhar histórico do mundo em que vivem, segundo Cainelli (2009). Os métodos podem e devem servir de reflexão levando os alunos a terem consciência de si, do outro, fazendo um diálogo com o tempo que “é dos princípios do desenvolvimento do pensamento histórico” (CAINELLI, 2009, p. 123). Essa “passividade” em relação à História, segundo Luiz Fernando Cerri (2011) *Ensino de História e consciência histórica*, seria de ordem cognitiva, educacional, sociológica e cultural, assim justifica

A rejeição de muitos alunos em estudar história pode não ser somente uma displicência com os estudos ou uma falta de habilidade com a matéria, mas um confronto de concepções muito distintas sobre o tempo, que não encontram nenhum ponto de contato com o tempo histórico tal qual aparece na narrativa de caráter quase biográfico das nações ou da humanidade (CERRI, 2001, p. 17).

Ensinar e aprender, nós professores, também aprendemos com nossos alunos, devemos levar o aluno a pensar além do seu tempo, não apenas ensinar a “*história de que*

gente que já morreu”, como alguns alunos dizem. A temática que optamos, vem de um interesse pessoal e profissional, que será apresentado a seguir.

O tema escolhido foi pensado devido a um interesse pessoal e profissional, ao ler várias obras literárias, assistir documentários e filmes, além das discussões sobre as memórias dos sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, nas aulas de História. O interesse afluou com mais ímpeto, através de uma excursão escolar à Goiânia, para colher depoimentos do senhor José Hidasi, segundo ele, sobrevivente do conflito e prisioneiro dos russos, no Museu da Biodiversidade. A visita realizada, feita em 2013, com alunos do 8º e 9º anos do Colégio Municipal Dorvalino Fernandes de Castro, Orizona – GO, nas quais sou professora regente do ensino de História. Também de uma inquietação de mostrar aos alunos que a disciplina de História, precisa fazer com que eles compreendam e aprendam a fazer a relação passado, presente e futuro.

Através das lembranças daqueles que participaram e tiveram oportunidade de narrar suas ações ao participar do conflito mundial dar-se-á, uma dimensão do que viveram e presenciaram os depoentes. Para tanto, estamos discutindo memória, narrativa e consciência histórica como método de ensino-aprendizagem, empregadas em sala de aula, tendo como temática a Segunda Guerra Mundial. Período que deixou marcas profundas nas memórias daqueles que sobreviveram para narrar suas experiências traumáticas, e discuti-las através de depoimentos de sobreviventes, tornando as aulas de História, mais dinâmicas e fazendo com que os alunos percebam a importância de preservar as memórias do passado.

Esse discurso do testemunho leva-nos a refletir, sobre a memória através dos relatos que vêm carregados de subjetividade, apresentando suas versões sobre o passado histórico e seus embates, no qual está inserido e cabe ao historiador tentar compreender como os discursos muitas vezes chegam carregados de afetividade e mais ainda, segundo Michael Pollak (1989) “sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando ou reinterpretando o passado” (POLLAK, 1989, p. 08). Ainda de acordo com Pollak, existem, por conseguinte, nas lembranças daqueles que passaram por momentos traumáticos zonas de sombras, silêncios e “não-ditos”, sendo que “Essa tipologia de discursos, de silêncios [...] moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos” (POLLAK, 1989, p. 08). Havendo a ligação entre o passado vivido e as lembranças sendo expressas nas mais variadas formas, seja no meio

familiar, com amigos e pesquisadores, que induzem essas reminiscências a aflorarem sendo rememoradas com todas as dificuldades com o trabalho das memórias de guerra. Mas surge segundo Gagnebin *Lembrar Escrever Esquecer*. o “desejo de conservar, de resguardar, de salvar o passado do esquecimento” (GAGNEBIN, 2001, p. 71).

Para Primo Levi (1990) em *Os afogados e os sobreviventes*, “A memória é um instrumento maravilhoso, mas falaz” (LEVI, 1990, p. 09) e adverte que “[...] os traumas, não apenas os cerebrais, a interferência dos outros, recordações “concorrentes”, estados normais da consciência; repressões, recalques” (LEVI, 1990, p. 09), podem influenciar as lembranças. Isso pode ser percebido em alguns relatos, quando o Senhor Damo (*In memorian*), nos diz que fica sempre em estado de tensão, e que falar de suas memórias, alivia a angústia, que o incomoda.

Observando que o tema desperta interesse ao ser discutido durante as aulas, decidimos aprofundar o conhecimento, através de discussões sobre as narrativas de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial. Isso se faz necessário uma vez que as fontes orais estão escassas, daí a necessidade de recorrer às lembranças de sobreviventes, sendo que duas fontes já faleceram, sendo que nenhum deles deixou seus registros, e as fontes ainda vivas, também não registram suas memórias, e infelizmente ao recorrermos mais uma vez a essas fontes, fomos impedidos pelos familiares, justificando que estão velhos, estão caducando, “não sabem o que falam. Além desses fatores há o distanciamento dos fatos narrador e a perda da memória como relata o Senhor Damo “Tem muita coisa que a gente esquece né, tem muito tempo né! Do 40 até hoje né, mas é eu lembro de fato que a gente se emociona e non dá conta nem de contá (chora)” (DAMO, Palmelo, 2006).

Mas essas entrevistas fazem com que relembrem fatos esquecidos até serem indagados, “Tem coisa que a gente esquece, mas quando você pergunta, eu lembro de coisas que nem lembrava, enton, uma coisa puxa a outra” (DAMO, Palmelo, 2006), cabendo a nós, colher e transcrever, esses depoimentos, indispensáveis à nossa pesquisa.

Schmidt e Cainelli (2004) partem do pressuposto de que todos os homens são agentes históricos, ou seja, que a história é feita por todos nós. E, enfatizam ainda que um dos objetivos do ensino de História

(...) consiste em fazer o aluno ver-se como partícipe do processo histórico. Tal compreensão, de um lado, deve levá-lo a entender que sua história individual, resulta de um movimento processual e, de outro, a compreender que também ele faz a história. (SCHMIDT/CAINELLI, 2004, p. 125)

Com isso, o desafio que o ensino de história enfrenta é o de tornar consciente o passado para orientar o agir. Aprender é algo constante e, no que se refere ao aprendizado em sala de aula, dar-se-á de diversas formas, como afirma Rüsen (2010) “A História pode ser aprendida dos mais diversos modos e com os mais diversos conteúdos, daí a necessidade do trabalho interdisciplinar como método de ensino da história”. (RÜSEN, 2010, p. 91).

Segundo Lawrence Stone (1991) *O ressurgimento da narrativa*, os “novos historiadores” vem tentando descobrir, “o que pensava e como viviam os homens do passado” (STONE, 1991 p. 26). Para tanto, se faz necessário recorrer a relatos de testemunhos como método de estudo, não estando presente, não seria possível descrever os acontecimentos, no nosso caso, as memórias da Segunda Guerra, através dos depoimentos dos testemunhos, dando-nos uma dimensão dos traumas e aventuras em que presenciaram. É importante levar os alunos a pensarem seu papel na História, já que seu cotidiano, mesmo que não tenha participação direta em um evento histórico, mas fazem parte da história segundo Hobsbawm (1995). Tratando, portanto, de ampliar nossas próprias memórias pois “falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas – por mais insignificante que sejam nossos papéis -, como observadores de nossa época” (HOBSBAWM, 1995, P. 13). E a partir das relações com o outro é que dá sentido de pertencimento e para Alistair Thompson (2002) *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias* “Recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade” (THOMPSON, 2002, p. 208).

Em relação aos ‘conteúdos’ de História, de acordo com Stone (1991), há o “interesse pelos sentimentos, emoções, padrões de comportamento, valores e estado de espírito [...] e dizem respeito às massas mais do que as elites” (HOBSBAWM *apud* STONE, 1991, p. 26). Têm maior “relação com nossas próprias vidas do que os efeitos de reis, presidentes e generais mortos” (STONE, 1991, p. 27), o que Eric Hobsbawm (1998) chama de a “[...] história vista a partir de baixo ou a história de gente comum” (HOBSBAWM, 1998, p. 216). Ainda de acordo com Hobsbawm *apud* Stone acreditava que seria a “ressurgimento da narrativa”, justificada, no nosso caso, pelos relatos, dos depoentes que estiveram presentes na Segunda Guerra Mundial. Assim é de fundamental importância, fazer com que os alunos compreendam que a história da humanidade não é

produzida, somente por “grandes homens”, mas por aqueles, como os sobreviventes, que teceram sua trama e ajudaram a produzir as tramas da II Guerra Mundial.

Sobre a participação nesse processo histórico, com seus traumas, memórias afetivas, Hobsbawm (1995) diz que “Ninguém foi para a Segunda Guerra Mundial cantando, nem mesmo os alemães” (HOBBSAWM, 1995, p. 153), os testemunhos sofreram os traumas decorrentes da guerra, daí a dificuldade de trabalhar as lembranças desses depoentes. No entanto a memória é passível de manipulação, sendo esse ato intencional, ao ser influenciada por fatores como afetividade, desejo, inibição e censura, entre outros. Segundo Maurice Halbwachs (2004) a memória individual está vinculada à memória coletiva, uma vez que o indivíduo não faz sua reflexão baseada somente em si, mas dialoga com o grupo no qual está inserido. Nesse sentido, é a memória coletiva que permite compreender como as memórias desses depoentes, estão interligadas no período conflituoso citado anteriormente.

No caso das memórias de guerra, o uso da história oral pode ser visto como fonte de estudo baseando-se no que os depoentes recordam, capaz de permitir um estudo aprofundado, pois estes relatos não se encontram nos livros didáticos, quando muito são fragmentos de relatos, sobre o período, e utilizar essa fonte é muito importante.

E graças a algumas testemunhas da II Guerra, podemos fazer o uso da memória, como fonte de pesquisa, enfatizando que o pesquisador deve se valer de relatos de testemunhos, quando esses existem, do período ao qual busca realizar a pesquisa. Daí ser importante levar para a sala de aula essas memórias e discutir com os alunos. Com a ajuda da história oral, o aluno desenvolve sua capacidade de criticar, de questionar, de levantar hipóteses de como ocorreu as experiências vividas pelos depoentes, valorizando a reflexão sobre o cotidiano.

O tema proposto foi pensado para ser desenvolvido com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, visto que há maior diálogo com o conteúdo curricular pertencente à série, ou seja, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo que utilizo essa metodologia – o uso da memória, como fonte de ensino-aprendizagem - com o intuito de despertar nos alunos, o interesse pelo trabalho com memórias, para o desenvolvimento da consciência histórica, através de um tema de relevância mundial, um conflito que envolveu povos de várias regiões do Planeta.

E como fazer isso? A escola e o professor devem despertar o interesse dos alunos em aprender e estimulá-los a desenvolver seu raciocínio. Schimidt e Cainelli (2004)

argumentam ainda que “um dos objetivos do ensino de História consiste em fazer o aluno ver-se como partícipe do processo histórico” (SCHIMDT/CAINELLI, 2004, p. 126) e de acordo com a temática – as memórias da Segunda Guerra – buscar-se-á despertar no aluno, que tanto fatos de relevância mundial, quanto a história local, são construídos com personagens do cotidiano, ou seja, não somente por governos, pela elite, e outros, mas por que todos convivem no dia a dia.

E para tanto discutiremos autores como Halbwachs (2004), Eric Hobsbawm (1995), Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2009), Circe Bittencourt, Marília Gago (2016) entre outros. São fontes que discutem métodos de trabalhar a memória, a História oral, narrativas, e consciência histórica, no ensino de História, servindo de suporte para as aulas de História, através do tema proposto, com memórias de sobreviventes e sua problematização.

Como metodologias dispensadas em nossas aulas de História, trabalhamos com oficinas, através das memórias dos depoentes, com o intuito de mostrar aos alunos, que a história não são “grandes acontecimentos”, mas também de “pequenos acontecimentos”, de personagens da vida diária, assim como os eles, tecem essa rede de produção da história, que nem sempre é vista ou lembrada pela história oficial.

Conclusão

Inicialmente, apresentamos as temáticas que norteiam a nossa Dissertação de Mestrado: memória, história oral e narrativa e, analisando a importância dos temas para despertar nos alunos a noção de consciência histórica. Embasando tais discussões trabalhamos com Jörn Rüsen (2001), Marlene Cainelli (2009), Luis Fernando Cerri (2011), e outros.

Estamos trabalhando na Dissertação com três capítulos: sendo que o primeiro está finalizado, discutindo Memórias: História Oral, Conceitos e Definições; no segundo capítulo, em construção Memória, história oral e narrativa como metodologias no Ensino de História e finalmente no terceiro capítulo Práticas de ensino em História e consciência histórica, levando o aluno a pensar historicamente. A temática da II Guerra Mundial é empregada por nós, no 9º ano do Ensino Fundamental, no Colégio Municipal Dorvalino Fernandes de Castro, que se localiza no meio rural e EJA, que fica na cidade Escola

Francelino Nunes de Paula, ambas no município de Orizona Goiás, as quais atuo como professora de História e outras disciplinas.

Atentando que as discussões são relativas à experiência pedagógica e o interesse em aprofundar sobre o tema, como meio de conscientizar os alunos de seu papel enquanto agente histórico. Possibilitando o estudo nem sempre perceptíveis, em outras fontes, valorizando a tradição oral, bem como a preservação da memória, em suas experiências individuais e coletivas, na família, comunidade a qual estão inseridos.

Através desses métodos, o aluno desenvolve sua capacidade de criticar, de questionar, de levantar hipóteses de como ocorreu às experiências vividas pelos depoentes. Valorizando a reflexão sobre o cotidiano, a sobrevivência, no ensino em que não esteja ligado somente a grandes personagens e acontecimentos, situando o aluno na história percebendo-se como construtor do processo histórico.

Referências

Entrevistas

- **Bartolo Damo**, 89 anos, cidade de Palmelo Goiás. 1ª entrevista 29/01/2006. 2ª entrevista 06/08/2006. Maria Aparecida Gonçalves Pereira Oliveira, áudio e vídeo digital. Residência do Sr. Damo
- **Luiz Gomes Ferreira**. 91 anos, cidade de Pires do Rio Goiás. Odontólogo aposentado. Entrevista 03/01/2006. Maria Aparecida Gonçalves Pereira Oliveira, áudio e vídeo digital. Residência do Sr. Luiz Gomes.
- **Luís Virgínio**, 86 anos, cidade de Luziânia Goiás. Militar aposentado. 14/08/2006. Maria Aparecida Gonçalves Pereira Oliveira, áudio e vídeo digital. Residência do Sr. Luís Virgínio.
- **Vânia Arantes Damo**, 62 anos, cidade de Palmelo GO. Professora aposentada. 1ª entrevista 29/01/2006. 2ª entrevista 06/08/2006 3ª entrevista

08/02/2010. Maria Aparecida Gonçalves Pereira Oliveira, áudio e vídeo digital. Residência do senhor Damo.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de História e consciência histórica*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2011.

GAGNEBIN, J. M. O que significa elaborar o passado? In: *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. 224p.

HALBWACHS, M. *A memória Coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2004

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*; tradução Cid Knipel Moreira. – São Paulo: companhia das Letras, 1998.

_____ *A história de baixo para cima*. Pág. 216-231.

LEVI, Primo. *Os afogados e sobreviventes*. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

RÜSEN, Jörn. *Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio*. História: debates e tendências, Passo Fundo, v.2, p. 2-22, dez. 2001a.

POLLAK, Michael. “*Memória, esquecimento, silêncio*”. In: Estudos Históricas. Rio de Janeiro, 1989.

SCHMIDT, Maria auxiliadora. BARCA, Isabel. *Aprender história: perspectiva da educação histórica*/organizadoras. Ijuí: ed. Unijuí, 2009. 312p. – (Coleção cultura, escola e ensino).

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, Cainelli, Marlene. *Ensinar História*. 2ª ed. São Paulo; Scipione, 2004. (Coleção pensamento e ação na sala de aula)

_____ CAINELLI, Marlene. *Educação histórica: o desafio de ensinar História no ensino fundamental*.

STONE, L. *O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma Velha História. Revista de História*, Unicamp, n. 2/3, 1991a, p. 13-37.

THOMPSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias*. In: Projeto História, São Paulo, nº 15, p. 51-84, abril.

A IMAGEM DO HOMEM PÚBLICO: BIOGRAFIA SOBRE VARGAS

*Marli Aparecida Carneiro Arabi*³⁷⁵

RESUMO: A construção da representação de um homem público é sempre um empreendimento arrojado, estando sujeito a inúmeros desafios, que por vezes não ultrapassam as fronteiras impostas pelo tempo. Nessa direção, nosso objeto de pesquisa envolve a análise da formação de um corpo de representações sobre o homem que marcou a história do Brasil republicano, Getúlio Vargas. Analisando a construção da imagem de Getúlio Vargas no livro escrito por Paul Frischauer, *Presidente Vargas: Biografia*. A biografia encomendada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda³⁷⁶, objetivava defender o presidente contra os ataques dos que se opunham ao seu governo. Vargas era acusado por grupos opositores, de ser um ditador, de adotar um regime nazifascista e de ter traído todos os seus compromissos políticos, seja com o ex-presidente Washington Luís ou mesmo com o ideário político da campanha da Aliança Liberal em 1930.

³⁷⁵ Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES. Orientanda do professor Dr. Noé Freire Sandes, professor de História da UFG.

³⁷⁶ O DIP, de acordo com Tânia Regina Luca (2007) foi criado pelo decreto lei 1.915 de 27 de dezembro de 1939 e regulamentado pelo decreto lei 5.077 de 19 de dezembro de 1939. Esse órgão era vinculado diretamente ao presidente da república. Controlava a imprensa nacional e internacional.

Roger Chartier afirma serem as representações “presença de uma coisa ausente” (2002, p.21) essas representações estão imersas em um jogo de interesses dos grupos que as forjam e seus objetivos são sempre carregados de propósitos e como tais são matizes de discursos e de práticas. Neste sentido, o artigo, ambiciona analisar as imagens e a gestão da memória do governo Vargas em tempos de Guerra a partir do estudo da biografia escrita por Paul Frischauer (1942-1945), discutindo como a Guerra transforma o panorama nacional e internacional e se contrapõem nas disputas políticas e memória histórica nas construções de imagens para o presidente. Nessas análises será necessário avaliar a ação do DIP no projeto biográfico e nas propagandas em prol do governo, situando o escritor Paul Frischauer no contexto da guerra e o contrato de escrita da biografia, ressaltando as estratégias narrativas e imagéticas na obra.

Em 1930, Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil, como líder de um movimento conhecido historicamente como Revolução de 30, que continha em seu bojo os princípios liberais e o arranjo federalista. Com base nesses conceitos arregimentou apoio de diferentes segmentos sociais, políticos e econômicos, inclusive, uma grande parte dos intelectuais e dos empresários ligados aos meios de comunicação, notadamente os jornais. Também recebeu apoio dos estados mais pobres, que até então, eram desprestigiados na representação política na esfera federal. Esse arranjo político, era fruto da cultura regionalista, o que acabava por dividir o Brasil, pois, os estados se assemelhavam a pequenas pátrias, beneficiando os estados mais ricos da federação, isto é, principalmente São Paulo e Minas Gerais, que, durante a Primeira República, organizaram a administração pública, como forma de representar seus interesses políticos e econômicos.

Desde 1930, Vargas encontrava-se envolto em uma disputa de poder com grupos políticos contrários à sua permanência frente ao poder executivo. Essas disputas políticas acabaram por formar grupos antagônicos, um deles, formado por aqueles ligados a nova ordem revolucionária, portanto, favoráveis a Vargas, o outro, os exilados do poder, configurando grupos contrários à gestão pública do chefe da Revolução. Portanto, o que se percebe é a emergência de grupos antagônicos, que disputavam a memória em torno do processo revolucionário instaurado a partir de 1930. Havia aqueles que procuravam afirmar suas identidades contrárias ao governo Varguistas, e, outros, favoráveis, vinculados diretamente ou indiretamente ao líder gaúcho. Os grupos identificados como opositores, ligavam-se à experiência política do passado da Primeira República,

orientados pelas perspectivas políticas e econômicas dos paulistas. Esse grupo foi aliado do poder em decorrência da ação político militar, que destituiu o seu representante, ou seja, o presidente Washington Luís e seu sucessor eleito Júlio Prestes, que foi impedido de assumir a presidência e dar continuidade ao governo federal, que até então era controlado pelos paulistas e seus aliados. Esse processo, gerou nos paulistas e nos grupos a eles ligados, um ressentimento político e uma intensa oposição à permanência de Getúlio Vargas no poder.

No entanto, assim que tomou posse, Getúlio Vargas, adotou medidas centralizadoras e intervencionistas, que aos poucos retirou dos estados sua autonomia, colocando-os sob a tutela da União. Essas medidas são contrárias ao projeto político da Revolução que o levara ao poder. Os homens que o acompanharam nesse movimento, depois dessas ações passam a combatê-lo, considerando-o como traidor dos ideais de 1930, do rearranjo do pacto federativo e dos ideais liberais, constituindo-se em outro grupo opositor a Vargas³⁷⁷. Ademais, havia outra acusação de traição que pesava contra Vargas. Em 1926, quando Washington Luís, assumira a presidência da república, escolheu Getúlio Vargas como seu Ministro da Fazenda, cargo que exerceu entre os anos de 1926 e 1927. Exonerou-se da pasta a fim de concorrer às eleições para o governo do estado gaúcho. Eleito, Getúlio Vargas, volta ao Rio Grande do Sul, mas, afirmou apoio ao governo da União. Quando sondado sobre a sucessão federal, pelo presidente, o líder rio-grandense em correspondência dizia estar em acordo com o processo de sucessão determinado por Washington Luís. Entretanto, os rumos políticos mudaram de direção, e os estados contrariados com a escolha do paulista Julio Prestes ao invés do preterido mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, romperam com antigas alianças e acordos políticos que orientavam as ações políticas da Primeira República. Desse desacordo formou-se a Aliança Liberal, composta principalmente por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e lançou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa, concorrendo contra

³⁷⁷ Um dos exemplos mais contundentes de mudanças de posições políticas foi Paulo Duarte. Apoiou a Revolução de 1930, participando diretamente dos rumos que o movimento impôs ao Brasil. Mas devido à política centralista do governo e insatisfeito com o interventor escolhido para São Paulo, passou a fazer oposição a Getúlio Vargas, chegando a participar da Revolução Constitucionalista em 1932, em decorrência disso acabou por ser exilado. No exílio, passou a ser correspondente internacional trabalhando para o jornal O Estado de São Paulo, tecendo contundentes críticas a gestão pública do líder gaúcho e negando sua liderança política na Revolução de 1930 e se opondo à imagem que estava sendo esculpida à Vargas (DUARTE, 1974).

Júlio Prestes, no pleito eleitoral. Mesmo vitorioso, Júlio Prestes foi impedido de assumir a presidência, pois, Washington Luís foi deposto pelo movimento liderado por Getúlio Vargas. Com a Revolução de 1930, ficou nítido o rompimento de todos os acordos firmados. Washington Luís tornou público a palavra empenhada por Getúlio, antes de tornar-se candidato da Aliança Liberal, divulgando nos jornais: “Pode V. Excia. Ficar tranqüilo, que o Partido Republicano não lhe faltará com o seu apóio, no momento preciso. Não pleiteamos situações pessoais”. (FRISCHAUER, 1944, p. 230). Entre as décadas de 1930 e 1937, a imprensa nacional, explorou esses acordos e desacordos, e também as atitudes centralizadoras e intervencionistas do governo federal, que acabava por diminuir a autonomia dos estados e principalmente a influência política de São Paulo. A partir de então, os paulistas passam a ser os principais opositores de Vargas e passaram também a atribuir uma imagem de ‘traidor’, e, insistentemente tentavam fixá-la a Getúlio Vargas.

Após a instituição do Estado Novo em 1937, essas acusações foram minimizadas devido à censura estabelecida pelo DIP, que passou a controlar todos os meios de comunicação em todas as suas dimensões. Para Maria Helena Capelato (1988) e Silvana Goulart (1990) com a instauração do novo governo, houve a montagem de toda uma estrutura de convencimento, difusão e legitimação do regime que foi organizado a fim de dar-lhe suporte e permanência, um desses instrumentos foi o DIP, que controlava os meios de comunicação mais abrangentes na sociedade, cinemas, teatros, palavra escrita: livros, revistas e jornais. Embora o DIP detenha vários controles e dispositivos coercitivos, não eram apenas essas forças que operavam, mas também a coesão, através da cooperação de muitos, pois havia aqueles que coabitavam colaborando com o governo e com a propagação de suas ideologias e seus mecanismos de divulgação, principalmente com a revista *Cultura Política*³⁷⁸, alguns jornais e outros meios de comunicação financiados pelo governo, como afirma Tânia Regina de Luca (2007). Passou-se a partir de então, para um projeto de representação pública do presidente, e nesse sentido, todo um arcabouço de medidas foram instituídas a fim de tornar a nova ordem política do Estado Novo e suas diretrizes, que eram assentadas na concepção de unidade nacional,

³⁷⁸ *Cultura Política*, comentando a publicação da biografia de Getúlio Vargas, ressaltando os aspectos literários e políticos da obra, resalta também que o valor da obra se deve ao fato de que Frischauer não era brasileiro: “É um homem de outras terras, representativo de outra forma de vida e de outra cultura, apreciando o homem que, no Brasil encarna como poucos, a média de nossas virtudes, todas as qualidades do homem brasileiro de todos os tempos” (*Cultura Política*, ano 03, out, 1943, p.187).

que devia sobrepujar os particularismos regionais. A afirmação dessa unidade se personificou na figura do presidente da República, Getúlio Vargas, que, implantou um governo com forte concentração política. Vertente centralista, o Estado como agente fundamental para retirar e combater o patriarcalismo, os clãs, a insolidariedade. Reformar o Brasil negando a ordem patriarcal, que orientara a ação política até então (GOMES, 1996). As reformas culturais, educacionais, legislativas, econômicas, sociais, preservacionistas que estavam no bojo das políticas adotadas, não estavam isentas da intencionalidade de legitimar o próprio governo como também pressupunham a construção de uma história nacional.

Essas ações sofreram novos impulsos com a dimensão da Segunda Guerra Mundial. A participação do Brasil nesse conflito, representou mais um elemento decisivo na construção de uma nova imagem para o presidente. Entre 1939 e 1942, o Brasil permaneceu à margem do conflito, entretanto era evidente a influência de uma cultura fascista no governo e, em certas conjunturas, os discursos presidenciais pareciam afinados com a plataforma política dos países do eixo. O governo brasileiro, pressionado pelos EUA, ingressou na guerra ao lado dos países aliados em 1942. Tal decisão motivou uma reviravolta na ordenação do Estado: não mais seria possível governar com os procedimentos que impediam qualquer manifestação oposicionista. O governo Vargas deveria alinhar sua plataforma política com a defesa das teses liberais e permitir a manifestação pública, bem como redefinir sua imagem com especial zelo no combate à oposição que insistia em denunciar o governo, e o presidente, como fascista e como traidor.

A construção de uma nova imagem política para o presidente Vargas foi discutida no DIP. Chegou-se a conclusão de que seria fundamental divulgar por meio de uma biografia, com circulação no Brasil e no exterior, a imagem do presidente. De fato, o DIP buscava refutar a propaganda oposicionista que insistia em associar Vargas e Hitler. Além dos esforços propagandísticos do DIP, as reformas no ensino, levadas a cabo pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema (1934-1945), colocaram a produção de biografias em destaque. Inseridas no projeto cultural que o Estado Novo estava a desempenhar, auxiliava também na construção da consciência histórica e no próprio fazer historiográfico, centrado nas histórias de grandes homens e líderes políticos. As biografias, nesse sentido, tiveram um importante papel na construção da ideia de nação e no próprio sentido de nacionalidade, identificado com as glórias nacionais, o progresso e

a unidade, próprias da ideologia do Estado Novo. Para cumprir o intento de escrever tal biografia, o DIP contratou o escritor austríaco Paul Frischauer. A opção do autor estrangeiro pelo DIP é um claro indício de uma escolha: um olhar estrangeiro sobre o Brasil poderia soar como neutro. Essa suposta isenção daria maior veracidade ao relato (STEFFENS, 2008).

Frischauer nasceu em Viena em 1898 e estudou história em sua cidade natal. Na década de 1920, seus primeiros trabalhos literários foram peças teatrais, novelas históricas, memórias, romances e contos. Foi somente na década de 1930 que se especializou na escrita do gênero de romances históricos e biografias, o que lhe valeu uma projeção entre os escritores austríacos. Porém, em 1933, houve o XI Congresso do PEN Internacional³⁷⁹ em Ragusa, entre os dias 26 a 28 de maio, no qual participou todos os membros associados. As delegações participantes, principalmente a austríaca, manifestaram publicamente contrários à queima de livros considerados perigosos pelo III Reich que já havia anexado a Áustria ao seu território (*Anschluss*). Essa manifestação foi compreendida por Hitler como uma demonstração pública de oposição ao nacional-socialismo, e a partir daí esses escritores foram proibidos de publicarem livros nos territórios ocupados pelos nazistas, e seus nomes passaram a comporem a *Lista Negra* ou *Lista de Literatura Ofensiva e Indesejada* (*Liste Schädlichen und unerwünschten Schriftums*) do III Reich, e foram considerados inimigos políticos da Alemanha. Esses literatos além de seres perseguidos, tiveram seus bens confiscados, alguns foram presos ou até mesmos executados. Essas ações levaram muitos autores buscarem exílio político fora dos domínios alemães, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, dentre eles Paul Frischauer.

Sobre Frischauer, Alzira Alves Abreu (2001) faz uma rápida menção ao seu nome no dicionário biográfico brasileiro, com idêntica informação, Carneiro (1996) destaca que o autor consta no catálogo de mais de uma editora e que suas obras eram consideradas muito elogiosas ao governo. No Diário de Vagas, há a menção da audiência que o presidente concedeu ao escritor: “Paul Frischauer, escritor austríaco exilado em

³⁷⁹A sigla PEN é a abreviatura de Poetas, Ensaístas e Novelistas. O PEN Club Internacional surgiu em Londres em 1921, fundado por Catherine Amy Dawson-Scott (1865-1934). No XI Congresso Internacional em Ragusa em 1933, os escritores associados do PEN Internacional condenaram o Totalitarismo em suas várias facetas. O PEN Club Internacional e seus associados têm como ideal a defesa da liberdade de expressão e como objetivo tornar público as obras de seus associados, protegendo a integridade moral e física dos escritores perseguidos, presos, torturados ou exilados. A Carta de Princípios do PEN orientam as ações de todos os Clubes associados e ainda hoje é reconhecidamente uma associação de proteção aos direitos dos escritores em todo o mundo.

decorrência da guerra, viera ao Brasil, a convite do DIP, para escrever uma biografia autorizada de Getúlio Vargas, a ser editada também em francês e inglês”. O livro Presidente Vargas seria publicado em 1943 pela Cia. Editora Nacional. (VARGAS, 1942, ps. 458-546). Kestler (2003) informa que Frischauer emigrou para a Inglaterra em 1934 fugindo da perseguição nazista, trabalhou na BBC e foi membro do movimento socialista Jovem Áustria. Informações mais detalhadas sobre este ator histórico foram fornecidas pela historiadora Ursula Prutsch e pelo crítico literário Klaus Zeyringer, no livro *Die Welten Des Paul Frsichauer. Ein "literarischer Abenteurer" im historischen Kontext. Wien – Londres – Rio – New York – Wien (1997)*. O biógrafo chegou ao Brasil em 1940 e cooperou com o jornal A Noite dois anos mais tarde. Em 1945 foi para os EUA onde trabalhou com Nelson Rockefeller na Coordenação dos esforços de Guerra e pós Guerra e como vice-presidente da Relação de Inter-Ciência entre EUA e Brasil. Em 1962, ao voltar para Áustria, Frischauer, recebeu o título acadêmico de professor e em 1973 foi homenageado com a medalha de honra, de ouro, da cidade de Viena.

A biografia escrita por Frischauer deveria convencer o leitor de que se tratava de uma investigação baseada na busca da verdade e também agradar aos que a financiaram. Escrita entre os anos de 1940 e 1942, portanto, durante a vigência do Estado Novo (1937-1945) é um empreendimento memorialístico e propagandístico, propendendo a popularizar, divulgar o governo e a imagem do presidente Getúlio Vargas. A narrativa biográfica ambicionava responder as questões e críticas colocadas pela oposição. O diálogo cifrado estabelecido procurava responder aos detratores do presidente e negar também a imagem de traidor que tais grupos embutiam ao chefe da nação. Portanto as perspectivas memorialistas e propagandística da biografia negociam tanto para responder tais críticas, como para reafirmar uma visão positiva do presidente, como para indicar o conteúdo de verdade que nela habita. Há, portanto, no interior da biografia um diálogo entre os dois campos, memória e propaganda, em torno das disputas políticas e de representação pública dos atores históricos contemporâneos dos acontecimentos da década de 1940, em uma nítida disputa de imagem entre os vários grupos que viveram este período, mas que se colocaram em campos opostos, ou seja, Getúlio Vargas e seus detratores. A biografia de Paul Frischauer encontra-se nos limites dessa empresa de consolidar a ditadura varguista, enaltecendo os atos do governo com o objetivo de melhorar a imagem de Vargas. Para que a obra atingisse tais objetivos era imprescindível que, a escrita fosse consubstanciada em documentos, pesquisa histórica e em

verossimilhança com os fatos vivenciados pelos contemporâneos do biografado. Neste sentido, a biografia é um artifício para a construção dessa imagem e se configura nas disputas de memória do passado. Noutra perspectiva, vale ressaltar que a atividade do leitor escapa ao controle de qualquer empreendimento propagandístico, o que vale dizer que a recepção da obra possibilitou interpretações variadas pelo público leitor e por vezes forneceu o combustível que alimentava as críticas contra o governo.

A obra intitulada *Presidente Vargas: Biografia*, de Paul Frischauer, foi publicada pela Companhia Editora Nacional, com primeira edição em 1943 e em 1944, segunda edição pela mesma editora. Ao longo das 393 páginas que compõe a biografia, Paul Frischauer apresentou variadas fontes coletadas ao longo de dois anos de trabalho. Cartas, documentos, depoimentos de amigos, inimigos, antigos colegas, chefes e subalternos que, nas palavras do autor, o auxiliaram a conhecer esse homem a quem considera à frente de seu tempo. Os arquivos, em contraste com os testemunhos, parecem legitimar o perfil de Vargas que o biógrafo intenta imprimir. Os depoimentos, encontros, matérias de jornais, pronunciamentos, documentos e outros, provenientes, às vezes, do próprio presidente e de pessoas próximas ou ligadas a ele. Lançada em 1943, não foram poucos nem as críticas, nem os enaltecimentos à obra. Por um lado, os elogios deveram-se à formação literária europeia de seu autor e ao fato de que, sendo estrangeiro, corroboraria mais verdadeiramente para a imagem que se estava a talhar. As críticas, ao mesmo tempo, têm a ver com a prática atribuída à ditadura de Vargas, de contratar intelectuais em defesa do regime. A biografia de Vargas, escrita por Frischauer, embora compromissada com o DIP e com o próprio biografado, deveria perseguir a verossimilhança entre o personagem e seu tempo, do contrário estaria fadada ao fracasso, portanto, as estratégias da narrativa deveriam seguir as convenções do gênero, bem como atender aos anseios governamentais. A biografia de Vargas foi traduzida para o francês, em 1944, e recebeu o título de *Getúlio Vargas: Un portrait Sans retouches*. Essa edição foi em abril, como homenagem ao sexagésimo segundo aniversário do presidente e também foi amplamente divulgada pela imprensa nacional. Entretanto a biografia teve traduções em espanhol: *Spanisch: Presidente Vargas*, publicada em Buenos Aires em 1943 pelo editor Loureiro; em italiano: *Presidente Vargas. Um ritratto senza ritocchi*, Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti e em inglês: *President Vargas*, pela New York: Randon House 1943 (PRUTSCH; ZEYRINGER, 1997). Exceto a tradução em francês as demais, não foram divulgadas

pelos jornais da época, que se limitou a dizer que a biografia receberia tradução para vários idiomas, e mesmo com a censura não ficou isenta de críticas.

Em 1942 o Brasil entra na Guerra ao lado dos aliados liderados pelos EUA. No entanto, havia dois *fronts* de combates. A guerra propriamente dividia o mundo entre concepções liberais e fascistas. Essa mesma divisão binária tornou-se comum para classificar o quadro político brasileiro: os partidários de Vargas difundiam a imagem do político ímpoluto, corajoso, magnânimo e defensor do bem estar dos trabalhadores, e essa imagem é confirmada na biografia; enquanto a oposição procurava vincular a imagem do presidente a de um ditador fascista, e antidemocrático que devia ser destituído do poder.

A cisão também se fazia presente na leitura do passado. Para Ângela de Castro Gomes (1996), a Era Vargas instaura uma nova leitura do passado que retira de cena a experiência política da Primeira República, bem como a presença dos grandes estados. A vitória sobre os paulistas em 1932 e a centralização fortalecida pelo Estado Novo indicava uma nova etapa da ordenação institucional no Brasil. Vargas buscava ampliar sua base de sustentação, alargando a atuação do Estado entre os trabalhadores. Com o fim da Guerra, Vargas sinaliza uma reabertura política, mas alimenta o desejo de coordenar a mudança política.

A biografia se caracterizou por ser uma porta voz e um veículo de expressão da imagem pública do presidente e divulgadora do seu projeto político, principalmente, por reconstruir sua trajetória política desde a infância até a fase como presidente da república. Divulgando a todos os brasileiros e estrangeiros o percurso político do chefe da nação e seu representante maior. A narrativa biográfica mostrou-se como uma trama anunciadora de diretrizes e poder capazes de orientar toda a sociedade, não se constituindo em um mero texto, mas resultado de uma relação a um conjunto de condições de produção. É preciso, portanto desconstruir o discurso para encontrar o interdito e o não dito, como nos diz Pêcheux (1997) e Foucault, (2002).

Nessa biografia também é apresentada em pormenores a grave situação política que vivia o Brasil, sendo que o contexto de instabilidade política decorrente das disputas travadas pela chamada política do café-com-leite e o conseqüente movimento de ruptura entre as oligarquias regionais, justificam, segundo Frischauer, as ações de traços ditatoriais de Getúlio Vargas. Desse modo, o autor inscreve o perfil de Vargas como um lutador pela liberdade, contra os nazistas locais e estrangeiro e dedicado aos ideais do

pan-americanismo, tentando não só afastar desconfianças quanto à sua simpatia em relação ao Eixo como também omitir sua colaboração com os mesmos.

A entrada do Brasil na Guerra em 1942, orientou as ações do governo no sentido de coordenar, construir e erigir uma imagem de Vargas como um lutador incansável pela democracia e, conseqüentemente, afirmando a aliança histórica com os Estados Unidos da América, exaltando o pan-americanismo e a abertura política inaugurada após o término do conflito. O movimento queremista³⁸⁰ alarmou a oposição. As contínuas manifestações de trabalhadores, com o apoio da máquina governamental, insistiam para que Vargas permanecesse no cargo ou mesmo concorresse nas eleições anunciadas. A tensão entre o governo e a oposição, liderada pela União Democrática Nacional (UDN)³⁸¹, que era coordenada principalmente pelos paulistas levou ao golpe que derrubou o presidente em outubro de 1945. A queda do ex-presidente foi o resultado de um movimento orquestrado no interior do próprio governo. A aposta política da oposição era a de que colocado fora do jogo político e vítima de um golpe, o ex-presidente Vargas seria jogado no calabouço do esquecimento e que seriam eles, seus opositores, os que iriam jogar a última pá de cal sobre a memória política de Vargas. Ledo engano, a imagem e a presença de Vargas sobreviveram ao golpe e ao tempo, e certamente a biografia escrita por Paul Frischauer muito contribuiu para a permanência dessa lembrança.

REFERÊNCIAS

FONTES

FRISCHAUER, Paul: *Getúlio Vargas: Biografia*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.

³⁸⁰ - Movimento organizado por indivíduos que eram favoráveis à permanência de Vargas no poder: "Queremos Getúlio" era o slogan desse grupo. Esse movimento teve amplo apoio, inclusive do PCB de Luís Calos Prestes-que havia a pouco retornado do exílio político imposto pelo próprio Vargas-, pelo PSD partido político criado por Vargas e que havia lançado a candidatura de Eurico Gaspar Dutra para as eleições presidenciais, mas que devido o crescimento do movimento pressionava para que Dutra desistisse de sua candidatura, e o PTB, partido também fundado por Vargas que tinha o apoio da maioria dos trabalhadores.

³⁸¹ UDN- União Democrática Nacional- Partido político criado em 1945, seria o grande opositor ao governo Vargas, principalmente no período do segundo governo de 1950-1954. Sua composição aglutinava várias tendências políticas, notadamente àquelas que se vinculava ao liberalismo, seu slogan na campanha pela democratização foi: "Todo poder ao Judiciário". Foi o partido político que pressionou as Forças Armadas a deporem o presidente Vargas, mas seu candidato, Eduardo Gomes, não consegue vencer as eleições.

REVISTA CULTURA POLÍTICA: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos3745/Educacaoculturapropaganda/Culturapolitica>> Acesso em novembro de 2012.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

ABREU, ALZIRA, [ET al.]. *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro, FGV, 2001.

ARENDT, Hannah. *O movimento totalitário*. In: *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1989, 390-438.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural- entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

DUARTE, Paulo. *Memórias: Raízes Profundas*. v. 1, São Paulo, Hucitec, 1974.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edusc, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *Cultura política e cultura histórica no Estado Novo*. In: ABREU, Marta. *Et. al. Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Civilização Brasileira, 2007, p. 43-63.

GOULART, Silvana. *Sob a Verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Centauro, 2005.

KESTLE, Izabela Maria Furtado, Exílio e Literatura. *Escritores de fala alemã durante a época do nazismo*, trad. Karola Zimmer, revisão da tradução da autora, São Paulo: EDUSP, 2003.

LENHARO, Alcir. A escalada nazista. In: *Nazismo – “O triunfo da vontade”*. São Paulo: Série Princípios. 1986, p. 17-23.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: Ferreira, Marieta M.; Amado, Janaina. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LUCA, Tânia Regina de. A revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa. In: *O historiador e seu tempo: encontros com a historiografia/ Celso Ferreira, Holien Gonçalves Bezerra, Tânia de Luca (orgs)*. São Paulo: Editora UNEP: ANPUH, 2007.

LUSTOSA, Rogério Victor. *O labirinto Integralista: o conflito de memórias (1938-1962)*. 1ª Edição. Goiânia: IFITEG, Editora América, 2013.

MOURA, Gerson. *AUTONOMIA NA DEPENDÊNCIA: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*; tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. – 4ª ed. Campinas, São Paulo, editora da Unicamp, 2009.

STEFFENS, Marcelo Hornos. *Getúlio Vargas biografado: Análise de biografias publicadas entre 1939 e 1988*. Tese de doutorado. Belo Horizonte, 2008.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

_____. VARGAS, Getúlio, 1883-1954. *Getúlio Vargas/ organização, Maria Celina D’Araujo*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2011.

O LUGAR DAS TEMÁTICAS AFRICANAS E AFRO-RASILEIRAS NO REFERENCIAL CURRICULAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: UM OLHAR VOLTADO PARA A DISCIPLINA HISTÓRIA

*Melina Lima Pinotti*³⁸²

RESUMO: O artigo buscou compreender as problemáticas dos sujeitos que lidam com os saberes e a prática no ensino de História. O Referencial Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul foi analisado com o objetivo de identificar o lugar dos conteúdos com temáticas africanas e afro-brasileiras na disciplina História para o ensino fundamental e médio. Para então, problematizar a prática dos sujeitos que lidam com o material elaborado pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. A pesquisa envolveu duas escolas da cidade de Nova Andradina/MS e contou com fontes documentais e orais, que são o referencial da SED/MS e entrevistas cedidas por duas professoras.

Palavras-chave: ensino de História, currículos, práticas e saberes.

O interesse em pesquisar o currículo está atrelado aos objetivos incumbidos na dissertação em andamento, cujo título é “Das ações afirmativas ao ensino de História: temáticas africanas e afro-brasileiras entre saberes e práticas”. A pesquisa relaciona-se com a historiografia do ensino de História e analisa como a lei 10.639/03³⁸³ tem sido trabalhada no contexto escolar do município de Nova Andradina/MS³⁸⁴. Tem como

³⁸² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Grande Dourados/Faculdade de Ciências Humanas. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e orientanda do Professor Doutor Fernando Perli.

³⁸³ A lei sancionada foi pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva e torna obrigatório em todo o território nacional o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no âmbito de todo currículo escolar.

³⁸⁴ Localizada a sudeste do estado de Mato Grosso do Sul, Nova Andradina é a maior cidade do Vale do Ivinhema, composto por (Nova Andradina, Bataiporã, Ivinhema, Bataguassu, Brasilândia, Anaurilândia, Taquarussu, Santa Rita do Rio Pardo, Angélica e Novo Horizonte); Devido o grande número de escolas e a impossibilidade de se trabalhar com todas, para a realização da pesquisa, fiz a escolha de três principais instituições públicas. A Escola Municipal Professora Efantina de Quadros que oferece o ensino fundamental, séries iniciais e finais, porém para a pesquisa será considerado somente as séries finais (6º ao 9º ano). A Escola Estadual Professora Nair Palácio de Souza que oferece o ensino fundamental e médio, e na pesquisa será considerado somente o ensino médio. E, o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, que oferece cursos técnicos no ensino médio, na área de agropecuária e informática. No presente artigo não será analisado o IFMS, somente na dissertação, pois a professora de História não adotou o Referencial Curricular do estado de Mato Grosso do Sul como instrumento de sua prática.

objetivo compreender as problemáticas dos professores na prática em fazer valer os princípios da lei e seus discursos de mudanças, que ressaltam a importância da escola, e principalmente da disciplina História, em trabalhar a questão da diversidade cultural existente no Brasil.

Nos últimos anos, têm se apontado um crescimento considerável em relação às pesquisas voltadas para o ensino de História nos programas de pós-graduação e a variedade de temas para serem explorados corrobora para esse aumento. As linhas de pesquisa do ensino de História defende que para alcançarem avanços significativos na estrutura da formação do professor e nas condições de trabalho, as pesquisas devem ir além dos aspectos dos saberes, como currículos, livros didáticos, leis e regulamentos, pois a estes, devem ser somadas as práticas docentes. Nesse redirecionamento a pesquisa sobre o ensino de História migrou da externalidade da sala de aula para as problemáticas internas dos sujeitos que compõem as práticas e os saberes.

1.1 Apresentação das fontes:

Considero duas tipologias de fontes para realizar a análise neste artigo, o Referencial Curricular do estado de Mato Grosso do Sul, documento oficial que regulamenta o ensino de História. E a fonte oral, com entrevistas temáticas de duas professoras que utilizam do currículo como instrumento de sua prática.

O objetivo é estabelecer um diálogo entre os saberes e as práticas relacionadas a temáticas africanas e afro-brasileiras. Ao considerar que cada tipologia de fonte exige do pesquisador um método de problematização, o interesse é a construção de uma narrativa que entrelace as peculiaridades das fontes, a partir de interpretações objetivas e subjetivas.

Relacionado ao trabalho, a fonte escrita foi mais fácil de ser encontrada, por estar disponível na internet e nas escolas. Diferentemente da fonte oral que denota um empreendimento maior do pesquisador. A fonte oral usada na pesquisa tem caráter temático, uma vez que o roteiro das entrevistas³⁸⁵ está voltado para o campo de pesquisa acerca do ensino de História e sua relação com a lei 10.639/03.

³⁸⁵ Para a realização das entrevistas, houve com cada professora, um encontro informal para a apresentação do objetivo da pesquisa e o convite de participação. As entrevistas foram realizadas no final de dezembro/2015, por ser um período mais tranquilo na prática escolar, pois o trabalho de fechamento de notas finais, já havia sido concluído.

A escolha das escolas partícipes para representar o ensino é justamente pela variedade da clientela e por serem instituições públicas de diferentes governos, municipal e estadual. Ao refletir sobre o jogo de forças entre pesquisa e pesquisador em relação ao objeto, percebo que cada escola me chamou a atenção por suas peculiaridades.

No caso da escola municipal, por estar integrada numa região periférica da cidade e atender alunos oriundos dos bairros³⁸⁶ nas suas proximidades. Por conhecer, desde o segundo ano da minha graduação em 2008, os trabalhos ali desenvolvidos, situação em que eu era bolsista num projeto de extensão vinculado à escola, sendo ali, que se abriram as primeiras portas para eu exercer meu trabalho como professora. Pude conhecer e questionar a realidade dos alunos em meio às fragilidades sociais que enfrentam cotidianamente e perceber que uma quantidade considerável não se reconhece como negros ou pardos.

O fato de conhecer e admirar o trabalho da professora Franciele Cristina Pires Lima também foi determinante. Formada em História-licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Aquidauana é concursada no município desde o ano de 2008, removeu todas as suas aulas pra E.M.P. Efantina de Quadros no ano de 2013 e assumiu aulas no ensino fundamental. A ser questionada sobre seu vínculo com a escola, Franciele explica sua trajetória de professora concursada.

(F) - Eu assumi um concurso aqui, né, na verdade, eu, quando iniciei meu trabalho aqui era só no período noturno, com os alunos da EJA, né, e depois fui ampliando meu trabalho com os alunos do matutino e como o meu concurso era dividido entre essa escola e outra desde 2013 eu peguei as turmas aqui no período da manhã, removi todas as minhas aulas do concurso pra cá, no período da manhã. Eu tô aqui na escola desde 2008, né, então, 2008, 2009, 2010, foram se passando e eu fui tomando contato com mais turmas até que eu assumi o concurso todo aqui. São 22 horas, né, de concurso são 18 dadas e depois tem as horas atividades. Tenho aulas nos sextos anos e nos sétimos, apenas. São quatro sextos anos e dois sétimos anos. (LIMA, 2015).

A possibilidade de concentrar aulas em uma escola é uma prática bem vista por professores concursados, assim, evitam problemas comuns caso fossem docentes em mais de uma escola, como os horários de aulas, contratemplos em datas comemorativas, atividades extracurriculares, conselhos de classe, reuniões, entre outros. Na lotação das

³⁸⁶ Sendo eles: o bairro Durval Andrade Filho, bairro Argemiro Ortega, bairros Bela Vista I e Bela Vista II e Antônio Ulisses Pinheiro. Todos contam com algumas casas de programas governamentais (federal, estadual e municipal) que são cedidas às famílias de baixa renda.

aulas é comum diretores e professores, em concordância, agrupar turmas entre os professores. O interessante é concentrar um ou dois anos do ensino fundamental/médio para cada professor e variar as turmas. Como é feito no caso da professora Franciele, que leciona aulas para dois anos do ensino fundamental (6º e 7º ano) e ao todo trabalha com seis turmas. Nesta prática, os professores tem a oportunidade de concentrar seus estudos em relação aos conteúdos, ainda que haja a necessidade de variar no planejamento das aulas, conforme a prática em cada turma.

O município de Nova Andradina não possui um currículo próprio quanto ao ensino e o projeto segue em elaboração, portanto, as escolas municipais utilizam o Referencial Curricular do estado de Mato Grosso do Sul. Como afirma a professora Franciele sobre o referencial usado pela escola, “*é o mesmo currículo do estado, a gente segue o mesmo currículo do estado*”. (LIMA, 2015)

Referente à escola estadual, a escolha esteve relacionada às fatores mais pragmáticos, mesmo sendo onde cursei o ensino médio (2001/2003) e fiz estágio docente na graduação (2010). O que mais chamou atenção é o pleno desenvolvimento da escola no que tange ao ensino e a aprendizagem, fatores comprovados pelos índices de pontuação do IDEB³⁸⁷ e do ENEM³⁸⁸.

Por ser considerada modelo no município de Nova Andradina/MS, a E.E.P. Nair Palácio de Souza atende alunos dos mais variados bairros da cidade e as matrículas no início do ano é um período de concorrência para aqueles que pretendem fazer parte do grupo escolar. Apesar da fama de ter uma clientela elitizada, considero que a diversidade social e cultural do grupo de alunos presentes nesta escola, aproxima-se de uma representação das mais variadas juventudes do município.

Outro fator relevante tem relação com a professora de história da escola, que por assumir uma identidade étnica, apresenta um discurso militante no que se refere aos direitos da negritude na sociedade brasileira. Exemplo disso foi ter usado do direito de

³⁸⁷ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Disponível em <www.portal.mec.gov.br> Acesso em 01 de abril de 2016.

³⁸⁸ Desde o ano de 2005, quando as notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) passaram a serem divulgadas, a E. E. P. Nair Palácio de Souza conquistou a liderança entre as escolas públicas de Nova Andradina, por obter a melhor pontuação do exame. Acesso em 02 de abril de 2016. Disponível em <<http://blogescolanairpalacio.blogspot.com.br/>>

cotas para negros ao se inscrever para o último concurso³⁸⁹ que prestou e assumiu a docência, no ano de 2012, sendo, a partir de então, efetiva em dois períodos, na mesma escola, com aulas para o ensino fundamental e médio.

A professora Eliane Jácomo dos Reis é oriunda de Corumbá, onde iniciou a faculdade de licenciatura em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, se mudou para Dourados/MS, onde continuou seus estudos, também na federal, e efetivou aulas de História no estado e no município no ano de 2006.

Após conseguir remanejar seu concurso do estado para Nova Andradina no ano de 2012 efetivou suas aulas na E.E.P. Nair Palácio de Souza. Sobre seu vínculo na escola a professora explica:

- (MP) É importante identificar qual o vínculo que possui com a escola e quando iniciou seu trabalho nessa escola? Se é concursada, efetiva.
 (E) – Sim sou efetiva.
 (MP) – Quantas aulas?
 (E) – Os dois períodos. Desde 2006 os dois períodos.
 (MP) – E qual ano que você leciona as aulas? Ensino Fundamental? Completo?
 (E) – 6º, 7º, 8º, 9º, 1º, 2º e 3º.
 (MP) – Até o ensino médio.
 (E) – Isso, até o ensino médio.
 (MP) – Tá. Todas aulas de História?
 (E) – De História. (REIS, 2015).

Na narrativa quando a professora Eliane diz ter dois períodos de aula desde o ano de 2006, está considerando as aulas ministradas ainda no município de Dourados/MS, pois como docente na E.E.P. Nair Palácio de Souza está desde o ano de 2012. A prática de agrupar aulas em uma escola também é vista quanto a realidade da professora Eliane, concursada em dois períodos, divide sua carga horária entre o ensino fundamental e médio, nos períodos matutino e vespertino.

2.1 Estruturas do Referencial Curricular do estado de Mato Grosso do Sul

³⁸⁹ Em uma conversa informal a professora Eliane explicou que ao se inscrever e tentar vaga em seu segundo concurso optou por usar a cota de cidadã negra. Por ter uma boa qualificação conseguiu passar nas duas listagens, na geral e nas cotas. Para não usar a cota de outra pessoa, optou pela lista geral. Na ocasião, Eliane disse que o uso de cotas no concurso não é um processo simples em que o indivíduo assinala uma possibilidade de cor/raça/etnia e apresenta uma foto, pois o processo de seleção inclui uma entrevista feita na capital com os candidatos que optaram por usar o sistema de cotas, sendo entrevistados por três representantes, um do estado, um da etnia indígena e outro da etnia negra. Somente após serem identificados e aceitos na entrevista é que os candidatos podem usar o sistema de cotas.

O Referencial Curricular para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio usado na pesquisa foi publicado pela Secretaria de Estado de Educação (SED) no ano de 2012 em Campo Grande - MS, quando o governador era o André Puccineli.

Sua elaboração conta com uma equipe de colaboradores de diferentes instituições, a maioria representante da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Os grupos foram separados por áreas afins, para o ensino médio, estão às ciências da natureza, as ciências humanas, a matemática, as linguagens e a educação profissional, esta última não consta para o ensino fundamental, que por sua vez, tem a área do 1º ao 5º ano e do ensino religioso. Houve também a participação de educadores da rede de ensino de Mato Grosso do Sul, pois segundo os responsáveis, o referencial foi construído a partir de uma parceria entre a SED e os profissionais da educação.

Abud (2009) evidencia que a elaboração dos currículos está voltada para um ideal de escola sem consideração com a realidade daqueles que vivenciam a educação no cotidiano escolar, e que os currículos “são produzidos por órgãos oficiais, que os deixam marcados com suas tintas, por mais que os documentos pretendam representar o conjunto dos professores e os “interesses dos alunos.” (ABUD, 2009, p. 29)”.

Considera que os currículos são instrumentos de poder do estado, pois a orientação para a prática docente e a formação dos alunos é dada a partir dos interesses daqueles que o institucionaliza. “Os currículos são responsáveis, em grande parte, pela formação e pelo conceito de História de todos os cidadãos alfabetizados [...] que formará a consciência e a memória coletiva da sociedade.” (ABUD, 2009, p. 29). Nesse sentido, por meio dos currículos o Estado controla o que está sendo ensinado nas escolas, por conseguinte, a formação de cidadania dos educandos.

Há no referencial uma apresentação do material escrita pela secretária de educação, Maria Nilene Badeca da Costa, que propõe como objetivo da escola a formação de cidadãos críticos e participativos que dominem a técnica e sejam inovadores. Afirma que as propostas do material representam desafios ao trabalho docente e convida a todos os envolvidos com o ensino a estarem comprometidos com uma educação democrática que vise à inclusão social e um ensino de qualidade. Orienta que as ações realizadas nas escolas devem estar direcionadas pelo conteúdo do referencial. Conforme descreve os objetivos:

Com esse fundamento, a Secretaria de Estado de Educação concentra esforços com o propósito de oferecer à população uma escola pública de qualidade, para receber e manter sob seus cuidados as crianças e jovens, favorecendo, assim, o acesso à cultura, à arte, à ciência, às tecnologias e ao mundo do trabalho, bem como para educá-los no convívio social e solidário, de maneira a também desenvolver o comportamento ético, o senso de justiça, o aprimoramento pessoal e o sentido de valorização da vida. (SED, 2012, p.5).

Neste documento, é explicado aos educadores que outro referencial foi elaborado no ano de 2007 e publicado em 2008. A proposta inicial era estabelecer um parâmetro de ensino que dialogasse com as metas e objetivos estabelecidos pela SED, assim docentes e gestores passaram a orientar seu trabalho a partir dos conteúdos do referencial. Para acompanhar as mudanças nas políticas públicas e nos planos de governo, fizeram-se necessárias algumas alterações no referencial, originando uma nova elaboração e publicação no ano de 2012. Como é explicado no próprio documento:

O processo de atualização que converge a este Referencial se baseou na necessidade premente da SED em manter-se em consonância com as normas nacionais e estaduais e, principalmente, em atender às expectativas de aprendizagem dos estudantes. Assim, reuniões, estudos e debates foram promovidos no âmbito da Secretaria, das unidades escolares, por município, envolvendo técnicos, docentes, coordenadores pedagógicos, diretores, supervisores de gestão escolar e professores de diversas instituições de ensino superior do nosso Estado, que contribuíram com a análise e sugestões do material em pauta, num movimento cuja perspectiva máxima era avançar na proposição de um currículo que atendesse às particularidades e pluralidade do estudante sul-mato-grossense. (SED, 2012, p. 7).

Segundo Silva (2012), essas modificações se devem às necessidades reivindicadas por ações afirmativas elencadas de acordo com o interesse de um determinado grupo. Quando reconhecidas por alguma instância do governo, o referencial sofre alterações. Como exemplo, sugere:

Muitas referências curriculares produzidas nas secretarias e nos órgãos responsáveis pela gestão da educação, por exemplo, são frutos das próprias demandas e reivindicações de professores, pesquisadores e da sociedade organizada. Esse foi o caso da inclusão de estudos da História e Cultura Afro-brasileira e História Indígena no currículo das escolas brasileiras. (SILVA, 2012, p. 40).

Cabe ressaltar que, sendo o currículo elaborado conforme os interesses de um grupo dominante, algumas reivindicações, mesmo em âmbito nacional, pode não fazer parte do seu conteúdo. Nesse sentido, é objetivo da pesquisa, observar de que maneira as mudanças elencadas na lei 10.639/03 estão previstas nos currículos.

No referencial os conteúdos estão dispostos por tópicos e separados em quatro bimestres ao longo do ano. Depois de ministrados pelos professores, precisam ser cobrados em atividades de avaliações, como provas, trabalhos, atividades, pesquisas e afins. Estão acompanhados das competências e habilidades, demais tópicos, que indicam o que é esperado do aluno ao aprender o referente conteúdo e orientam os professores acerca das exigências a cumprir em relação às avaliações.

Para cada área do referencial há um texto introdutório que apresentam uma visão geral. Ressalta os objetivos a cumprir em relação ao ensino e a disciplina História compõe a área das ciências humanas. Essa parte introdutória não faz referência ao autor que a escreve, assim como acontece no referencial para o ensino médio. Sendo citadas como fundamentação a Constituição da República Federativa do Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) e o autor Prygogine ao fazer referência de seu livro “O fim da era das certezas” publicado em 1997.

No texto do Referencial Curricular para o Ensino Fundamental a ciências humanas é composta pelas disciplinas de História e Geografia e o objetivo é trabalhar de forma interdisciplinar no preparo do aluno para a vida social, pois nas ciências humanas o ser humano é o objeto de estudo. Assim, a humanidade está no tempo, representada pela disciplina História, como também está no espaço, representada pela disciplina de Geografia. Segundo Silva (2012), após a ditadura civil-militar as disciplinas Geografia e História foram separadas como propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

O referencial afirma considerar a diversidade étnica e cultural de Mato Grosso do Sul, bem como do Brasil como um todo. Define que ao estudar História os alunos podem a partir dos conhecimentos adquiridos compreenderem o presente a partir de interpretações do passado. Para tanto, o professor de História é o responsável por conduzir seus alunos rumo aos caminhos do aprendizado e orientá-los a terem uma leitura crítica daquilo que aprendem. Como afirma o documento:

O professor de História deve criar situações inteligentes para que os estudantes selecionem e comparem as informações contidas em diferentes testemunhos, expressando suas opiniões críticas sobre os acontecimentos analisados, sem ter que considerar tudo que escutam ou leem como verdades absolutas. A experiência humana é rica em seus conhecimentos, linguagens, ações e afetos. (SED, 2012, p. 304).

No Referencial Curricular para o Ensino Médio a ciências humanas é formada por quatro disciplinas, História, Geografia, Filosofia e Sociologia. A proposta para o ensino médio é semelhante em comparação com o ensino fundamental. Como na sugestão que na prática, o professor utilize de ferramentas que conduza o aluno a compreender a relação da disciplina com a realidade que o cerca. E, com o trabalho interdisciplinar, ao orientar o professor a ficar atento aos objetivos do referencial como um todo para dialogar com as áreas afins, principalmente, no que se refere a temas transversais. Silva defende esse ponto em relação a questões sociais com a seguinte argumentação:

Os temas transversais atendem a essa perspectiva na medida em que propõem uma abordagem de temáticas de grande interesse social. Além disso, sugere-se uma lógica plural de abordagem em que diversas disciplinas escolares apresentam contribuições mais sistemáticas e “simultâneas” para a compreensão do tema estudado. (SILVA, 2012, p. 42).

No referencial da SED/MS, alguns posicionamentos são aprofundados, quanto ao que se espera das habilidades dos alunos em relação ao conteúdo. Acrescenta os objetivos para com a disciplina de História, que por meio dos conteúdos o aluno compreenda e forme uma visão panorâmica do mundo. E, que finalmente o aluno rompa com o pensar alienado acerca do ensino de História e transforme conteúdos em conceitos. A História deixa de ser factual para assumir um papel de construtora do pensar crítico. Na definição dos objetivos apresenta-se:

Dessa forma, a História foi destituída de seu status de consolidadora do passado, tornando-se que é de fato uma ciência em construção e, levando-se em consideração que estamos na era da informação e tecnologia, muitos professores, ao incorporarem uma visão crítica da disciplina deixam de ser meros reprodutores do conhecimento, passando a exigir do estudante maior capacidade crítica na interpretação da História, minimizando a memorização dos tradicionais nomes, datas e fatos isolados. (SED, 2012, p. 212).

Segundo o referencial da SED/MS, o aluno não é mais o mesmo receptor de conhecimentos como havia sido anteriormente, ao estar inserido no contexto social, tão logo deve exercer o papel de cidadão. Silva (2012) escreve sobre as referências para a organização dos currículos e define que o aluno desenvolve conceitos históricos quando:

Reconhece e expressa as diferenças e semelhanças entre determinados aspectos da realidade de seu município e outros em momentos históricos diferenciados; reconhece diversos modelos de famílias existentes no transcorrer da história; constrói definições pertinentes sobre o que é história, historiografia e fontes históricas. (SILVA, 2012, p. 38).

Por fim, há nos currículos, uma valorização para o trabalho de diferentes fontes, como jornais, revistas, arquivos fotográficos, que podem ser trabalhadas em sala de aula, para contribuir no processo do aluno reconhecer-se como sujeito histórico.

3.1 Entre saberes e práticas

Na análise dos currículos é objetivo estabelecer um diálogo com a narrativa das professoras. E, a partir da interpretação das fontes trazerem para o campo teórico questionamentos acerca da prática em relação aos currículos, como: faz sentido a organização dos conteúdos presentes nos currículos? A partir dos currículos tem como trabalhar temáticas africanas e afro-brasileiras em todos os anos do ensino fundamental e médio? As professoras concordam com a distribuição dos conteúdos? As professoras questionam o uso dos currículos? Porque usam o currículo como instrumento de sua prática? O usam como um referencial ou como um segmento?

Segundo o referencial são objetivos específicos do professor em relação ao ensino-aprendizagem: orientar a prática pedagógica, promover a inclusão e a democratização do uso de novas tecnologias. A ideia de usar o referencial é permitir que os professores percebam os conteúdos de forma panorâmica com possibilidades de adequação da realidade de cada localidade e grupo de alunos.

“Cabe à escola complementá-lo de acordo com suas especificidades, com autonomia metodológica, para ampliar conhecimentos, conteúdos, habilidades, competências e, ainda, o desenvolvimento de um processo contextualizado com a realidade local” (SED, 2012, p. 08).

Ressalto que o modo como usar o referencial não é apenas uma escolha do professor, pois este trabalha em acordo com a coordenação da escola. No processo de elaboração das aulas, professores do estado e do município realizam planejamentos mensais num sistema digital. Os conteúdos e habilidades estão dispostos em ícones e separados por semestres. O professor pode optar em dar ênfase num conteúdo em detrimento do outro, porém cabe à coordenação aprovar ou não o planejamento. A possibilidade de questionamento ou a não aprovação por parte da coordenação, intervém na autonomia do professor adequar o referencial à realidade de sua prática.

Na garantia de sua autonomia, é importante que professores tenham fundamentações teóricas sobre suas escolhas. Como Silva orienta:

Na definição do elenco dos conteúdos a serem desenvolvidos no currículo de História, é fundamental que o professor tenha clareza de seus objetivos educacionais. Os conteúdos escolares não são um fim em si mesmo, ou seja, não são listas de temas que devem ser cumpridos sem um propósito educacional. Na verdade, os conteúdos são recursos que devem estar a serviço da formação dos professores. (SILVA, 2012, p. 37).

Como consta no documento, o Referencial Curricular do estado de Mato Grosso do Sul para o ensino fundamental e médio foram elaborados com referências aos PCNs. Porém, ao observar a disposição dos conteúdos de História para o ensino fundamental e médio percebe-se que a organização não se deu em consideração às propostas dos PCNs. Silva afirma que os parâmetros sugerem a seguinte organização quanto aos conteúdos de História.

Nos PCN a proposta curricular de História foi organizada em torno de eixos temáticos. Nessa proposição, a história não é vista numa sequência cronológica linear, apresentada numa sucessão obrigatória e ordenada de conteúdos como na abordagem tradicional. A abordagem tradicional, por sua vez, é bastante criticada, pois concebe, via de regra, a história como um processo contínuo, evolutivo e de sentido único que só pode ser aprendido e transmitido se alicerçado nesta ordem cronológica. (SILVA, 2012, p. 44).

Diferentemente, a disposição dos conteúdos nos referenciais segue uma ordem cronológica da História. Após a pré-história (conteúdos apresentados no 6º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio) os conteúdos são organizados num esquema de quadripartite que divide os estudos em história Antiga, Medieval, Moderna e

Contemporânea, distribuídos nos respectivos anos do ensino fundamental e médio. Essa divisão não é algo novo para os currículos, como Guimarães (2012) explica:

O ensino de história na escola fundamental brasileira esteve desde sua inclusão nos programas escolares (século XIX) fortemente articulado a tradições europeias, sobretudo francesa. Durante o século XIX e início do século XX, privilegiava-se o ensino da história universal seguindo o esquema quadripartite: história Antiga, história da Idade Média, História Moderna e história Contemporânea. O ensino de história do Brasil era visto em conjunto com a história universal numa posição secundária. (GUIMARÃES, 2012, p. 51).

Nesse sentido, os programas escolares europeus ainda são guias da História nos currículos das escolas de Mato Grosso do Sul por dois principais motivos. Os conteúdos de História estão dispostos de forma linear, como se a humanidade caminhasse no tempo rumo ao progresso, livres de retrocessos ou rupturas. E, por considerarem a história universal em detrimento da história do Brasil “...que passa a ser construída dentro dos marcos da história europeia.” (GUIMARÃES, 2012, p. 52). Assim, a história do Brasil é apresentada nos currículos com início no 7ºano do ensino fundamental e no 2ºano do ensino médio, a partir dos conteúdos das grandes navegações, período histórico que os europeus iniciaram a conquista de novos territórios, como o atual Brasil.

Diante dessa problemática, cabe questionar: qual o lugar das temáticas africanas e afro-brasileiras nos currículos escolares do estado de Mato Grosso do Sul? A lei 10.639/03 evidencia que os conteúdos devem ser trabalhados em escolas particulares e públicas em toda extensão curricular. E incluiu no campo educacional a data 20 de novembro³⁹⁰ como momento para celebrar o “Dia da Consciência Negra”. Segundo a mensagem de veto nos artigos 26-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

³⁹⁰ Referente a data estimada da morte do Zumbi dos Palmares, líder representante da resistência negra.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."(Brasil, 2009).

Ainda que a SED afirme que a elaboração dos currículos acompanham as mudanças das políticas públicas e Silva (2012) ter sugerido como exemplo as alterações vigentes em leis, percebo que o referencial, elaborado no ano de 2012, não considerou a completude da lei 10.639 sancionada no ano de 2003. Isso fica evidente, ao analisar os conteúdos do referencial curricular do 6º ao 9º ano, pois as temáticas africanas e afro-brasileiras aparecem no 4º bimestre do 7ºano. Nesse sentido o Art. 26-A não foi incluído na elaboração do referencial.

Os conteúdos para o sétimo ano apresentam-se da seguinte forma, seguido das competências e habilidades:

4º BIMESTRE/CONTEÚDOS

História da África e dos povos africanos no Brasil: economia, organização política e contribuição cultural;
História dos povos indígenas e quilombolas do Mato Grosso do Sul: economia, organização política, processo de aculturação e contribuição cultural.

COMPETÊNCIAS/HABILIDADES

Conhecer a História da África e os fatores que permearam a vinda dos africanos para a América; sua contribuição na econômica, na política e na sociedade pertinentes à História do Brasil;
Compreender a produção e o papel histórico dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul;
Identificar a situação atual dos afrodescendentes e dos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul;
Reconhecer, valorizar e identificar a cultura das etnias brasileira. (SED, 2012, p. 319).

Relacionado a esse problema questionei a professora Franciele sobre as possibilidades de trabalho acerca das temáticas africanas e afro-brasileiras em diferentes turmas do ensino fundamental. O objetivo era perceber sua percepção quanto ao lugar dessas temáticas nos currículos. Em sua resposta a professora Franciele explica que:

(MP Professora é importante saber qual a sua possibilidade de trabalho com a temática africana e afro-brasileira dentro da escola. O conteúdo? Ele faz parte do referencial curricular? Ou essa temática é trabalhada em tema transversal, no período, é, de novembro, referente ao, a consciência negra?

(F) É interessante porque na verdade no sétimo ano, está no referencial curricular. No sétimo ano tá presente isso como conteúdo, como uma parte obrigatória. Nas demais séries, o tema aparece digamos assim embutido em outros assuntos, digamos, por exemplo no sexto ano, é quando se fala, não tem exatamente história da África, você estuda o Egito por exemplo, o surgimento do ser humano na África, mas a maioria dos alunos não associam muito que o Egito está na África, por mais que você fala e fala, né, mas é como se não tivesse muito essa ligação. A gente acaba trabalhando como transversal, “a semana da consciência negra”, “o 20 de novembro”, “o Zumbi dos Palmares” pras outras séries, que não é o sétimo ano, tem como tema transversal. (LIMA, 2015).

Além da dificuldade de abstração dos alunos em compreender que o Egito faz parte do continente africano, cabe ressaltar que não era nessa localidade que moravam as populações negras trazidas para o atual Brasil no período da escravidão, portanto, não é essa história que nos interessa quanto a formação histórica, cultural e social do Brasil.

Segundo a professora é interessante pensar, porque as temáticas africanas e afro-brasileiras aparecem nos currículos do ensino fundamental apenas para o 7º ano. De modo subjetivo sua narrativa deixa perceber que a organização dos conteúdos é um problema para sua prática. E, como esses conteúdos não estão dispostos em todo âmbito do ensino fundamental, o que lhe é dado como possibilidade, é trabalhá-los como tema transversal em comemoração ao Dia da Consciência Negra.

Outra problemática evidenciada na fala da professora Franciele é no momento em que se refere ao conteúdo como parte obrigatória. Por motivos desconhecidos, Franciele não reconhece que o referencial curricular, conforme definido em sua apresentação, é um documento para orientar a escolha dos conteúdos e que deve ser trabalhado conforme a realidade de cada instituição escolar.

A realidade da professora Eliane não é muito diferente em relação ao ensino médio. O Referencial Curricular do Ensino Médio trabalha a temática africana e afro-brasileira especificamente no 3º bimestre do 2º ano do ensino médio, como consta no referencial:

3º BIMESTRE/CONTEÚDOS

A Crise do Absolutismo - consolidação do capitalismo;
História da África e dos africanos;
A luta dos negros no Brasil;
Cultura negra;
Comunidades quilombolas no Mato Grosso do Sul.

COMPETÊNCIAS/HABILIDADES

Compreender as mudanças no modo de produção com o processo de industrialização, os processos migratórios e a organização da sociedade. Analisar historicamente os fatores da vinda dos negros para o Brasil e sua contribuição na formação econômica do Brasil.

Praticar o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, religiosas e políticas. (SED, 2012, p. 231,232).

O mesmo questionamento sobre as possibilidades de trabalho com temáticas africanas e a afro-brasileiras foi feita a professora Eliane, que na ocasião explica:

Não, assim, no conteúdo do 7º ano e do 2º ano do ensino médio fazem parte, e assim, do 7º ele veio uma coisa bem restrita mesmo, pra você falar sobre os reinos, sobre é, a terminologia afrodescendentes, as influências dos afrodescendentes, né, tem na cultura brasileira. Agora no ensino médio, não, no ensino médio vem de uma forma mais abrangente, só que assim, não tem o material didático, aí o professor tem que correr atrás. (REIS, 2015).

Os problemas quanto à disposição dos conteúdos referentes aos objetivos da lei 10.639/03 também são mencionados de modo subjetivo na narrativa da professora Eliane. Compreendo que a “forma mais abrangente” refere-se a uma profundidade em relação ao ensino médio. São vários anos de história elencados para um bimestre.

Nesse sentido, há margem para uma nova problemática, o curto espaço de tempo para trabalhar um conteúdo tão extenso. No caso da disciplina História são três aulas semanais no ensino fundamental e duas aulas semanais no ensino médio, incluindo provas e atividades extracurriculares que devem ser realizadas. Para o ensino médio são em média cerca de 20 aulas por bimestre e para o ensino fundamental cerca de 30 aulas.

A impossibilidade de trabalho anual com temáticas africanas e afro-brasileiras é colocada pelo próprio referencial curricular. Os sujeitos que lidam com os saberes, no ensino de História, percebem a necessidade de uma nova organização dos currículos. E que, as alterações sejam feitas dando possibilidades para que suas práticas possam valer as bases da lei 10.639/03 no âmbito escolar.

Sendo o currículo um instrumento do Estado, qual é o interesse em enaltecer uma história europeia como universal em detrimento da história do Brasil? Quais as dificuldades em romper com um esquema de divisão da História presente nos currículos do século XIX? Por que não dar o devido valor as histórias e culturas da população negra que se fez presente na formação do atual Brasil? Segundo Abud, “os programas [...] e a

elaboração da LDBN não conseguiu fugir da concepção pragmática, que pretendia formar o cidadão nos moldes dos interesses do Estado.” (ABUD, 2009, p. 39).

Diante das problemáticas, entre saberes e práticas, aponto como principal luta do professor, ser sujeito de sua prática, quando esta segue alienada a um currículo institucional. Ao citar Certeau, Abud explica que o problema em lidar com os currículos devem-se ao fato destes serem institucionais, e que independente dos órgãos que os elaboraram, os interesses em sua organização, são silenciados.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABUD, K. M. **Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária**. In: Bittencourt, C. (Org.). *“O saber histórico na sala de aula”*. 11º ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 27 – 41.

BRASIL, **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática **“História e Cultura Afro-Brasileira”**, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm>.

GUIMARÃES, Selva. **Caminhos da História ensinada**. 13º ed. Campinas/SP : Papirus, 2012.

SILVA, Marcos Antônio. **Algumas referências para organização e abordagem do currículo**. In: Silva, M. PORTO, A. (orgs.) *“Nas trilhas do ensino de história: teoria e prática”*. – Belo Horizonte: Roma, 2012.

FONTES:

BRASIL, Secretaria do Estado de Educação. **Referencial Curricular da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul**. Ensino Médio, Campo Grande/MS, 2012.

_____, Secretaria do Estado de Educação. **Referencial Curricular da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul**. Ensino Fundamental, Campo Grande/MS, 2012.

Eliane Jácomo dos Reis, nasceu em Corumbá/MS no dia 01 de fevereiro de 1976, foi entrevistada na Escola Estadual Professora Nair Palácio de Souza, localizada na Rua Sete de Setembro, 156 na Vila Beatriz, em Nova Andradina/MS. Tempo de duração da

entrevista 24 minutos e 32 segundos. Suporte de gravação digital. Total de páginas transcritas 06.

Francieli Cristina Pires Lima, nasceu em Ivinhema/MS no dia 04 de fevereiro de 1985, foi entrevistada na Escola Municipal Efantina de Quadros, localizada na Rua Espírito Santo, 405 no Centro, em Nova Andradina/MS. Tempo de duração da entrevista 23 minutos e 31 segundos. Total de páginas transcritas 06.

CENTRO DE TRADIÇÕES NORDESTINAS (CTN); EM BUSCA DE RECONHECIMENTO ATRAVÉS DE SUAS PRÁTICAS CULTURAIS

*Moises, Clecita, M.*³⁹¹

RESUMO: Este trabalho pretende fazer uma análise da trajetória do Centro de Tradições Nordestinas da cidade de Dourados-MS, fundado em 1994 com o propósito de preservar as tradições consideradas representativas do Nordeste, sob a alegação de que estas teriam desaparecido na sociedade local. Ao longo do texto, questiona-se se o trabalho realizado pela entidade, limita-se, de fato, à salvaguarda de bens culturais imateriais, ou se está em busca de reconhecimento ou representatividade social, muito recorrentes nas atividades de instituições culturais do gênero. Para tanto, lança-se mão de um conjunto variado de fontes, com destaque especial à História Oral – com entrevistas produzidas com membros da diretoria da instituição – documentos e jornais produzidos pela própria entidade. Com base neles, questiona-se quem são os sujeitos envolvidos na direção do CTN, quais os motivos para sua criação e quais os significados de seus eventos para os membros da entidade. Por fim, destaca-se a importância da entidade em duas direções: construir coesão interna ao grupo e conquistar espaço e visibilidade para os nordestinos na sociedade local, combatendo preconceitos.

Palavras-chave: História Oral; Memória; Cultura; Identidade.

Introdução

³⁹¹ Acadêmica do curso de Mestrado em História da UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados – bolsista da CAPES. LANGARO, Jiani F. Professor Adjunto da Faculdade de História da UFG (Regional Goiânia). Professor dos PPGH da UFG e UFGD.

Esta pesquisa teve início com um trabalho apresentado na disciplina de “Patrimônio Cultural: Material e Imaterial”, sobre o CTN (Centro de Tradições Nordestinas) em Dourados-MS. Ao fazer uma análise das fontes verificamos que a entidade, fundada em 1994, tinha como objetivo o “resgate” da cultura nordestina. Diante da constatação desse objetivo, presente no primeiro estatuto da associação, partiu-se para a coleta de fontes, privilegiando a história oral, com entrevistas de integrantes do Centro de Tradições Nordestinas – CTN: estes desempenham diversas funções; presidente, diretores, secretária, entre outras. Analisamos ainda documentos cedidos pela instituição e jornais (produzidos pela própria entidade), além de procurarmos dialogar com a historiografia existente sobre o tema.

Verificamos nas entrevistas uma imagem construída pelos sujeitos sobre o Nordeste, repleta de clichês que circulam nacionalmente sobre aquela região, como bem lembra Durval Muniz de Albuquerque Jr. Assim, alguns relatam a fome que passaram, em consequência de secas, outros falam da saudade das “coisas” da região em que nasceram, uns expressam o desejo de voltar, outros o negam. O Nordeste, para o migrante, torna-se uma miragem através do espelho da lembrança, como também “um espaço da saudade” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 171), elementos que interferem nos propósitos de criação e funcionamento da entidade em tela, neste trabalho.

Para melhor esclarecer o tema, o estudo concentra-se na instituição, sua trajetória – desde a fundação até os dias de hoje – questiona quais elementos culturais estão presentes nos eventos organizados pela entidade, além de se preocupar com as experiências vividas por seus integrantes na luta por reconhecimento e visibilidade social, problematizando, ainda, a perspectiva que eles se colocam de “preservação” cultural.

A preservação da cultura nordestina, um dos objetivos do CTN, tenta se aproximar com as perspectivas do IPHAN:

“Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”.³⁹²

³⁹² Disponível em:<www.iphan.gov.br>acesso em:27 de junho de 2014.

Porém, nosso problema de pesquisa questiona se, de fato, esta entidade atua simplesmente na “preservação” de práticas culturais e tradições espontaneamente preservadas pelos migrantes nordestinos que vivem em Dourados-MS, ou se ela realiza a operação de “inventar tradições” (HOBSBAWN e RANGER, 1989), a exemplo do que fazem entidades semelhantes.³⁹³

O CTN e os nordestinos em Dourados-MS: práticas culturais, memórias e identidades

Partindo do princípio de que a história oral é construída através de entrevistas e estas estão condicionadas às memórias dos sujeitos envolvidos no contexto histórico e cultural, entendemos que é fundamental, como forma de recuperação do passado, que o entrevistado tenha feito parte ou seja testemunho do tema da pesquisa. De acordo com ALBERTI (2004, p. 30)

[...], uma pesquisa de história oral pressupõe sempre a pertinência da pergunta “como os entrevistados viam e veem o tema em questão?”. Ou: “O que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dado?”

Para a realização deste trabalho optamos por entrevistar, em um primeiro momento, o então presidente do Centro de Tradições Nordestinas, a partir dessa entrevista se formou uma rede de narradores, todos ligados a instituição, sendo a maioria nordestinos radicados na região de Dourados-MS.

Os narradores são oriundos de diversos estados do Nordeste e são diversos os motivos que os impulsionaram a migrarem de seus estados de origem; porém, constatamos que nem todos que vieram para Dourados - MS foi para fugir da seca, da pobreza e da miséria, pois, embora este discurso seja recorrente nas entrevistas, a maioria já mantinha contato com amigos ou parentes que haviam se fixado anteriormente na cidade. Questão que aparece muito bem explicitada na dissertação de mestrado de Marina Silva Souza, (2006, p. 32) “... nem todos os nordestinos que procuravam a CAND eram

³⁹³ Este aspecto foi muito explorado por Rubem Olivem, ao tratar dos Centros Tradicionalistas Gaúchos – CTG. In: OLIVEN, Ruben. J. **Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho**. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_15/rbcs15_03.htm> acesso em: 10 março de 2016.

fugitivos da seca, alguns eram proprietários no Nordeste”. Por outro lado, fica evidente que nem todos os nordestinos que migraram para Dourados o fizeram no contexto daquele projeto de colonização, havendo deslocamentos para o local em períodos bem mais recentes, como a década de 1980.

Portanto, entendemos que as entrevistas podem auxiliar no estudo dos processos vividos pelos sujeitos sociais que se deslocaram de seu lugar de origem, bem como entender como esse deslocamento repercutiu em suas vidas, mais especificamente, na criação do CTN. Sabemos que deslocamentos para fora da(s) região(es) de origem dos sujeitos sociais podem impeli-los a reconstruir referências individuais e/ou coletivas.

Pois, como afirma Portelli (1997, p. 33): “essas modificações revelam os esforços dos narradores em buscar sentido no passado e dar forças às suas vidas e colocar a entrevista e as narrativas no seu contexto histórico”. Além disso, ainda de acordo com LE GOFF (1994, p. 179): “a recuperação da memória social por parte dos historiadores faz dela um objeto de saber”.

As narrativas de experiências de vida carregam significados, simbologias e sentimentos, que, de certa forma, estariam negligenciadas em outras fontes documentais. THOMSON (2002, p. 359), nos dá uma contribuição nesse sentido:

Em cada estágio, as histórias de vida articulam os significados da experiência e sugerem maneiras de enfrentar a vida. Quando registramos estas histórias, não captamos apenas evidências inestimáveis sobre a experiência anterior e as histórias vividas. As próprias histórias representam a constante evolução dos modos pelos quais os migrantes constroem suas vidas através de suas histórias.

Revisitar “lugares de memória” (NORA, 1993, p. 12) é o trabalho do pesquisador que se propõe a fazer história oral; são espaços em que os indivíduos procuram tanto uma identificação como uma unificação para se reconhecerem pertencentes a um determinado lugar ou espaço.

Neste sentido, todo sujeito histórico, diante do deslocamento, que não é apenas físico, mas também social e cultural passa por uma “crise de identidade”, pois, de acordo com HALL (2006, p. 21): “Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida”.

Entretanto, sublinhamos que ainda temos “o laço vivo das gerações”, memórias de família e de linhagem que são compartilhadas e estas participam da construção de

identidade de um grupo ou da coletividade, e podem se apresentar com mais força, quando maior for a distância de suas raízes. “Ela se alimenta de jogos identitários no presente, aos quais se submete ao passado” (CANDAU, 2012, p.137). Ou seja, se por um lado a atualidade é marcada pela fluidez das identidades sociais – como bem aponta HALL (2006) – por outro não podemos subestimar a importância das instituições – como a família – construídas ao longo dos séculos anteriores ao XXI.

Sabemos que a concepção de nordeste é recente, como bem aponta ALBUQUERQUE JR (2011, p. 54), bem como a identificação das pessoas como “nordestinos” é algo que ocorre geralmente quando o indivíduo deixa aquela região do país, sendo recorrente sua identificação com o estado de origem e nem tanto com a região. Porém, no caso em estudo, encontramos pessoas que se identificam por esta alcunha e que, ao invés de rejeitá-la, como propõe Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2011), a assumem, e lutam para investir valores positivos sobre ela, transformando o que poderia ser um “rótulo”, em “identidade”.

São as lembranças do passado que dão aos indivíduos subsídios para a construção de sentimentos de pertencimento a um determinado grupo, fortalecendo suas identidades. A preocupação com a construção de uma identidade nordestina está presente nos relatos, podemos observar como o lugar de origem é lembrado e como estas memórias servem para a construção de uma identidade nordestina em Dourados-MS. Este aspecto pode ser verificado na narrativa de dona Zélia, quando fala de sua terra natal, Saloá-PE: “quando é aquele nordestino que ama o Nordeste, a terra dele, ele pode vim aqui, ele pode ter saído pequeno, mas, se ele chega lá, no Nordeste, ele volta a ser aquela pessoa, porque lá é lindo! É maravilhoso!”³⁹⁴ Aqui, notamos toda uma identificação da narradora não propriamente com seu estado de origem, mas com o Nordeste, de maneira geral, em um esforço para investir sobre aquela região sentimentos positivos. Vemos em falas como a de dona Zélia, também, um movimento de construção de uma identidade “nordestina” em Dourados, em um esforço para superar as identificações com os estados específicos de origem, ou com São Paulo, unidade federada onde muitos nordestinos residiram antes de chegar ao Mato Grosso do Sul e onde muitos dos filhos deles nasceram, razão pela qual se afirmam como paulistas e não como nordestinos.

³⁹⁴ Embora todos os entrevistados autorizaram o uso de seus nomes e de suas narrativas, por uma questão de manter a privacidade dos mesmos, nos abstermos de cita-los nas notas de rodapé. A relação de entrevistados está disponível logo após as referências Bibliográficas.

Também percebemos uma concepção de identidade nordestina na narrativa de Acelino Rodrigues: “Se você não se agarrar a isso aos poucos a sua identidade vai se perdendo, vai se transformando”. Aqui percebemos a concepção de cultura de Acelino, como algo “autêntico” que pode se perder ou se transformar negativamente, movimento contra o qual o CTN se insurge, razão de sua criação, como veremos no próximo subitem. Assim, os fundadores do CTN identificam a necessidade da preservação de saberes e hábitos tidos como representativos do Nordeste, tais como: o gosto pela comida, pela música, pela dança, entendendo-os como fator de fortalecimento da “identidade cultural nordestina”, buscando, através das ações do CTN, estimular também as novas gerações de descendentes, para que estes também conservem vivas aquilo que julgam ser suas tradições.

Entretanto, perguntamo-nos quais tradições seriam estas a serem preservadas se o argumento central que motivou a criação do CTN – processo que abordaremos melhor no próximo item – foi a impressão de que elas estavam extintas ou em vias de extinção? Segundo HALL (2003, p. 259), a “A tradição é um elemento vital da cultura, mas ela tem pouco a ver com a mera persistência das velhas formas. Está muito mais relacionada as formas de associação e articulação dos elementos”. Acreditamos que isto se aplique ao CTN, que procura valorizar alguns elementos da cultura nordestina, a culinária, a música e a dança, que, muitas vezes, não são buscados nas práticas culturais trazidas pelos seus frequentadores dos locais onde nasceram, na região nordeste do Brasil, mas na mídia e nos repertórios artísticos e literários (ALBUQUERQUE, 2011).

Esses elementos visam criar uma “identidade social”, demonstrar uma maneira própria de “ser no mundo”, um *status* simbólico, “uma categoria social” ou “um poder”, representados por “indivíduos singulares” ou por “instâncias coletivas”, unificando a comunidade e fortalecendo a identidade ou a “permanência no [em nosso caso a busca pelo] poder” (CHARTIER, 2011, p. 20). Na contemporaneidade essas lutas são complexas, transformam o campo da cultura em batalhas permanentes, “onde não se obtém vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas”. (HALL, 2003, p. 239).

Os migrantes nordestinos, através da música, dança, comida e poesia, tentam reafirmar o que é “ser nordestino” na cidade de Dourados-MS e procuram investir de valores positivos este conceito. No testemunho de Simônia, pode-se constatar que há

também todo um esforço para engajar os nordestinos da região a lutarem por esse espaço social e que nem sempre isto é possível;

Até então, é assim, a luta do CTN é essa, é árdua. Nós temos muitos descendentes em MS, mas, poucos de habilitam a arregaçar as mangas, como quem diz o outro, e participar do que é realmente o ser um nordestino, de participar, de ir à luta, de conquistar seu espaço aqui.

Portanto, percebemos que há por parte dos nordestinos e descendentes, ligados a instituição, uma busca constante de consolidar sua presença e “conquistar seu espaço” na sociedade, utilizando a instituição para tais finalidades. Por outro lado, a fala de Simônia revela como existe um trabalho dos integrantes do CTN em construir coesão no grupo dos migrantes nordestinos. É por isso que eles não apenas afirmam uma identidade, mas a constroem, buscando que baianos, pernambucanos, cearenses, potiguares e outros (como paulistas, filhos de nordestinos) se identifiquem como nordestinos – termo que une um conjunto maior de pessoas – e entendam as práticas culturais do CTN como representativas de todo o grupo (e não somente daquela parcela que assumiu a direção da entidade).

A fundação do CTN: seus eventos, o cotidiano da entidade e a conquista de visibilidade em Dourados-MS

A preservação do patrimônio cultural imaterial do grupo foi uma das justificativas para a criação do Centro de Tradições Nordestinas, de Dourados - MS, denominado “Asa Branca”. Fundado em 05 de fevereiro de 1994, como consta em seu primeiro estatuto a finalidade de: “fomentar o conhecimento, a prática e a divulgação da cultura nordestina; promover a integração social do povo nordestino desta região e a fraternidade entre todos os integrantes desta região”.³⁹⁵

A ideia da criação do CTN foi gestada a partir de um incidente que ocorreu em um dos eventos promovidos pela SOCIGRAN (Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados-MS), em 1993, segundo a narrativa de Acelino, que, nesta época, era estudante de direito nessa instituição de ensino. Nesse evento, de acordo com o relato, “uma festa para nós alunos [de Direito]”, foram convidados a se apresentar alguns músicos

³⁹⁵ ESTATUTO, CTN – Centro de Tradições Nordestina “Asa Branca”. Dourados: 26/10/94.

nordestinos, “três rapaizinhos morenos”, para tocar “músicas nordestinas de raiz”, porém, “quando eles tocaram três músicas o público pediu pra tirar aquelas pessoas dali”, segundo palavras do entrevistado: “[...]tirar aquele povo dali, foi essa expressão. [...], eu levei eles embora e também fiquei muito chocado, muito...mexeu muito comigo, com meu orgulho de nordestino”. Na narrativa, vemos um “mito fundacional” da instituição, utilizando palavras de HALL (2006, p. 54), “uma estória que localiza a origem”, neste caso, do migrante nordestino, seu caráter cultural, e o despertar de uma consciência histórico cultural.

Esse despertar de consciência nos leva a “uma referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade”, que segundo POLLAK (1992, p. 205), fazem parte da “construção da identidade. O que se verifica, a partir desse momento, é a busca por parte dos integrantes do CTN, em mobilizar os nordestinos da região de Dourados para fortalecer seus laços e buscar reconhecimento como integrantes importantes da sociedade, de maneira a combater o preconceito que ali existia.

Dessa maneira, buscam também afirmar suas presenças através da cultura, com o intuito de criar uma identidade social positiva que lhes desse visibilidade e aceitação social.

Entretanto, a trajetória do CTN não foi linear, tampouco atuante em todos os momentos desde sua criação. De acordo com a entrevista de César, após dois anos de registros em ata e de fundação (1994), “ele [o CTN] tava na gaveta”. Surge então uma oportunidade, através de um convite feito à Casa Nordestina, por parte da Fundação Cultural e Esportiva de Dourados – FUNCED, “pra nós ponha uma barraca na festa Junina, aquela ali no Douradão, no parque Douradão”. Ainda de acordo com o entrevistado, ele consultou o presidente na época, Acelino Rodrigues de Carvalho, que aceitou colocar uma faixa em frente à barraca, então, “... nós ponhemo uma faxa na frente, Centro de Tradição Nordestina. Ai, ele saiu da gaveta”. Portanto, temos duas narrativas fundacionais para o CTN, o incidente descrito por Acelino e este, relatado por César em que a entidade ganhou visibilidade participando da festa junina. Para dar continuidade, no ano seguinte, 1997, o CTN montou sua própria barraca, e recebeu o prêmio de melhor barraca da festa Junina. A partir de então, a instituição passou a promover jantares. Um dos primeiros foi oferecido no Clube dos Sargentos – haja vista a entidade não ter sede própria – neste mesmo ano, para seus sócios e convidados.

Nesse processo de luta por visibilidade do nordestino ou descendente de nordestino na sociedade douradense, desde a fundação da instituição, notamos o trabalho de um grupo pequeno – inicialmente, sete pessoas, mas que pouco tempo depois contava já com 22 –, indivíduos empenhados para que o resultado fosse positivo. Zélia Borges lembra do início do CTN: “Depois todo mundo ajudava. Até quem não era nordestino ajudava a gente, o nordestino”. Continua ela: “Porque olha nós lutamos, nós fazemos esses almoços, arrecadava esse dinheirinho, [...] nós trabalhava, dava o sangue”.

Embora o CTN foi fundado por um pequeno grupo de pessoas, na maioria famílias de nordestinos – como declarado em entrevistas como a de Luciano Borges: “família que é do meu pai, da minha mãe, a família da Simônia, a família do Acelino, a família do seu José Leite, a família do doutor Audezio, participantes do comecinho” – a instituição contou com o apoio e incentivo de pessoas influentes, conforme aponta Acelino: “[...], uma pessoa que me incentivou a isso foi o vereador Tetília, acho que na época ele era vereador, [...] e também o Geraldo Resende que hoje é deputado federal”. Além dos citados, outras pessoas, nordestinos ou não, ligados a vários setores da sociedade, como: jornalistas, comerciantes e médicos, também apoiaram a causa.

Os integrantes da instituição buscaram apoio de diversos setores da sociedade, que deram respaldo às necessidades de divulgação, respondendo aos anseios de integração do nordestino nos estratos letrados e, talvez, mais elitizados da sociedade. Nas lembranças de Acelino:

Eu lembro que a época a professora Noemi Ferrigolo, se não me engano era a diretora da FUNCED e o professor Adilvo Masine, [...], eles trouxeram um show nacional, [...] um show de um artista nordestino em nível nacional, para a festa Junina de Dourados, que foi o Genival Lacerda. [...], esse show veio exatamente em apoio a esse movimento de resgate, que a gente iniciou.

É importante destacar que os integrantes do CTN, quando se reuniram para a criação da instituição, de acordo com as declarações do primeiro presidente, são pessoas sem “*status*” social, sem grande destaque na sociedade, “entre os companheiros que fundaram, que se somaram a mim para fundar associação, eram pessoas simples e de condição de vida muito pacata, não eram pessoas que tinham dinheiro, que tinham condições de criar uma estrutura e bancar [as despesas da entidade]”. Atualmente, os sócios fundadores são microempresários, profissionais liberais e ocupam os estratos da classe média baixa, o que representou alguma melhora em suas condições sociais, de

acordo com Acelino; “do ponto de vista da ascensão social, não tinha *status* um pouco mais elevado e hoje é diferente, então se a gente olhar toda equipe hoje do CTN, quase todos ascenderam socialmente”. Mesmo assim, podemos afirmar seguramente que os sócios da entidade não integram os grupos dominantes locais – embora contem com amplo apoio destes – podendo tratar o CTN ainda como uma entidade “popular”.

Através das ações da entidade, percebemos que esta não representa o nordestino sofredor, “retirante”, vítima da seca, mas o nordestino alegre, divertido, que muito contribuiu para a cidade e que representaria uma cultura viva em constante transformação. Busca, então, por construir a unidade do grupo, fomentar identidades e criar espaços de socialização.

Sobre os eventos da entidade, os relatos também apontam união e muito trabalho, por parte do grupo fundador, elementos que aparecem constantemente nas entrevistas, como na de Zélia: “[...], nós fazia de tudo pra economizar, meu esposo tirava tudo da loja, prato, talheres, essas coisas, pra ajuda pro dia da festa”, e ainda, de acordo com Simônia, “tem uma diretoria que trabalha muito, porque se fosse pra pagar tudo, tudo, aí...”. A instituição não almeja fins lucrativos e por isso não cobra mensalidades de seus associados, razão também pela qual não possui ainda sede própria. Portanto, o trabalho em grupo – em detrimento da contratação de empresas para servirem os jantares – tem por objetivo garantir que estes sejam acessíveis aos sócios.

Esse esforço do grupo tem como objetivo, também, a construção da sede da instituição, de acordo com Acelino: “nós temos nosso terreno, uma área boa”, palavras que revelam como este projeto está em curso e ele, como presidente, atua diligentemente pela sua realização. Esse sonho também é compartilhado por Simônia:

Temos o terreno e tudo, mas agora estamos com um projeto pra uma verba, pra começar pelo menos construir o salão. Há muitos anos nós estamos com esse sonho. Porque nós divulgamos a nossa cultura com poucos recursos, poucos patrocínios, também. Às vezes nós mesmo temos que bancar nós mesmos.

Vislumbramos em cada entrevista um motivo para construção da sede própria, para Zélia serviria como: “um cantinho, pra fazer reuniões”, nessa fala verifica-se o propósito de se ter um espaço para unir os nordestinos, segundo ela, sonho almejado pelo esposo, Sidrône, o primeiro presidente eleito, “ter o lugarzinho nosso, já era bom, cada semana fazer um almocinho, lá nesse lugar”; para Acelino Rodrigues, primeiro presidente

nomeado no ato de fundação, essa falta de espaço cria uma dificuldade em relação ao desenvolvimento de elementos da própria cultura nordestina, “a gente não desenvolveu os nossos grupos de dança e outras manifestações, porque a gente nunca teve local assim”.

Nos relatos observamos que a necessidade da sede própria está atrelada à maior representatividade e visibilidade da instituição na sociedade local, como também seria um espaço para os ensaios dos grupos culturais que estão sendo desenvolvidos; e, por outro lado, um lugar onde os nordestinos e descendentes manteriam uma convivência mais íntima com seu povo, com sua cultura, aumentando a relação positiva dos sócios com a entidade.

Ressaltamos, ainda, que existe por parte dos integrantes da instituição, a preocupação em desenvolver o interesse na preservação da identidade cultural nordestina nos descendentes, principalmente nos mais jovens. Dessa necessidade nasce a urgência em ter uma sede, pois, seria o espaço para disseminar e ampliar o potencial dessas práticas culturais.

Verificamos nas narrativas que, atualmente, o CTN conquistou o espaço almejado na sociedade, “nossa Associação é muito conhecida, muito querida, muito respeitada aqui na cidade”. Afirmções como esta aparecem frequentemente em seus discursos: “nós conseguimos fazer essa reinserção” e nas palavras de Simônia, “[...]são poucas as pessoas que não sabem que existe o CTN em Dourados”. Ainda, segundo ela, a festa da carne de sol – Festsol, é conhecida na região, “todo mundo fala: é a festa nordestina”, é um “ponto de referência”, tanto para os nordestinos quanto para a sociedade em geral. Eles conseguiram entrar na agenda de eventos da cidade e com isso conquistaram visibilidade e o *status* de cultura componente de Dourados.

Verificamos que há uma luta por posições que pode ser constatada na narrativa do atual presidente da instituição, Luciano: “A Festsol tá no calendário Municipal de festividades”, e segundo Acelino: “[...] nós conseguimos o título de Entidade de Utilidade Pública, nesse segundo semestre 2015, conseguimos incluir nossa festa tradicional anual, [...], a festa da carne de sol, foi inserida no calendário de eventos oficial do município de Dourados”. Constatamos, a partir das falas, que a instituição continua tentando abrir caminhos para ganhar prestígio, obter reconhecimento social e cultural para seus integrantes na sociedade local. Com efeito, observa-se que esses nordestinos e descendentes ampliaram sua visibilidade na sociedade, embora esta não possa ser tratada como nula antes da criação do CTN, pois algumas entrevistas sinalizam para programas de rádio que

tocavam músicas, como o forró pé de serra, e se dançava muito também, reforçando nossa hipótese de que práticas culturais espontâneas dos migrantes nordestinos eram vívidas na cidade, antes da fundação daquela entidade.

Em concordância com os demais estão: Antônia, que diz: “O Centro de Tradições Nordestina, pra nós, é muito bom isso aí, tem muita gente que não conhecia, quem não conhece nada do Nordeste, passou a conhecer”; para César (da Casa Nordestina), o CTN “é um simble (símbolo) do Nordeste”, “é um orgulho”. Aliás, percebe-se nas narrativas o orgulho das conquistas alcançadas, entre elas, a festa anual da instituição, Festsol, ter entrado no calendário anual de festividades do município, registro que representa mais uma vitória da comunidade nordestina e é muito valorizado por eles.

Esse movimento em prol da criação da instituição, com o intuito de conquistar espaço, definir uma identidade cultural, enfim, ter uma representatividade na sociedade local, parece ter sido alcançada, segundo Acelino Rodrigues: “Essa tarefa tem sido para os membros do CTN profundamente gratificante, pois cada dia que passa ocupamos mais o espaço cultural que estava a nós reservado. O sonho está se tornando realidade”, e também nas declarações do atual presidente, Luciano: “[...], a cultura nordestina ela é representada e se faz presente hoje, mais do que antes”.

Os eventos da instituição, como a Festsol (Festa da Carne de Sol) organizado desde 2004, estão presentes em várias publicações dos principais jornais da região, que trazem reportagens, entrevistas, e matérias que anunciam as festas, bem como os resultados positivos delas³⁹⁶. Além disso, tais eventos contam com o patrocínio de vários setores do comércio local, constatável através de fotos das festividades do acervo da instituição, onde aparecem faixas de patrocinadores.

Diante do exposto, pode ser constatado que o CTN conquistou certo prestígio perante à imprensa local, o que lhe proporcionou visibilidade social. De certo modo, os migrantes nordestinos também conseguiram uma unidade mínima, o que vem ao encontro dos propósitos expostos no primeiro estatuto da entidade: “promover a integração social do povo nordestino desta região”³⁹⁷, assim como no informativo “Asa Branca”: “[..]

³⁹⁶ Infelizmente, devido aos recortes necessários à esta pesquisa, não pudemos aprofundar a análise desses materiais, porém, os evocamos no intuito de demonstrar que a visibilidade conquistada pelo CTN é notável em diversos materiais, para além das narrativas orais dos dirigentes da entidade.

³⁹⁷ Estatuto do Centro de Tradições Nordestinas

resgatar a identidade cultural dos nordestinos e descendentes de nordestinos que vivem nessa região”³⁹⁸.

Essa constatação é compartilhada por outros membros do CTN, na opinião de Simônia, que participa da instituição desde 1999, onde exerce, desde então, o cargo de secretária: “Nosso público é paraguaio, o próprio nordestino, o gaúcho, tem gente de toda raça, todo nível social que você possa imaginar. Ela é bem aberta, ela é bem diversificada”. Provavelmente, esse aumento de público é proveniente da publicidade em jornais e convites por parte de pessoas que já frequentaram os eventos, sendo elas nordestinas ou não, como também, através das relações sociais estabelecidas pelo próprio grupo, o que leva a crer que a instituição conquistou a representatividade social almejada na cidade.

Essas declarações vêm reforçar a ideia defendida por alguns autores citados no texto, os quais defendem a necessidade que os sujeitos históricos têm de fortalecer identidades, os sentimentos de pertencimento, bem como sentirem-se representados na sociedade em que estão inseridos. Para concretizarem esse ideal buscaram no passado, em suas origens, elementos que dão sustentação e sentido a suas vidas, o que nos deixa a impressão que o CTN serve a esses propósitos, tratando-se subjetivamente de vitrine do grupo.

Considerações finais

Nesta análise, vimos que um grupo de migrantes nordestinos criaram o CTN partindo do pressuposto de que a cultura nordestina inexistia na sociedade local, embora tenhamos constatado que ela está viva e presente, de forma fragmentada, entretanto, praticadas em âmbito familiar, no espaço privado e na vida cotidiana. Por acreditarem nessa inexistência e por outros motivos já explanados, aquele grupo sentiu a necessidade de construir identidades, ancorando-as em suas experiências vividas no passado de migração, as quais são (re)significadas para dar sentido e coerência a sua história no presente. Para tanto, optam por preservar o que lhes é mais valioso, hábitos adquiridos em sua terra natal, ou seja, sua cultura, através de iniciativas espontâneas e cotidianas, como no ato rotineiro de cozinhar, tarefa desempenhada pelas mulheres e de fundamental

³⁹⁸ Informativo Asa Branca – Boletim de Informação e Cultural. Dourados 27 de agosto de 1998. Nº 1 ao 17.

importância na permanência de alguns hábitos, como o gosto da comida, embora, os “sabores” fora da região de origem sejam percebidos como diferentes, pois nem sempre existem os mesmos ingredientes. Tais práticas foram levadas para dentro do CTN, pelo menos nos primeiros tempos após a fundação da entidade, sendo as práticas culturais que compõem os eventos da entidade.

Por outro lado, constatamos a “invenção de tradições”, em que a instituição elege alguns elementos culturais que os represente socialmente, são recursos simbólicos que representam suas origens, como algumas músicas e danças, buscadas não em suas trajetórias de vida, mas nos repertórios do regionalismo nordestino, difundidas pelos meios de comunicação e *Internet*.

Entretanto, os membros da entidade não dicotomizam ou hierarquizam essas práticas, entendendo-as todas como representativas de seu grupo social, o que nos leva a concluir que o CTN é significativo para aqueles que o criaram, independentemente de suas atividades serem práticas “espontâneas” ou “tradições inventadas”. Esta dicotomia entre a cultura “espontânea” e “invenção de tradições”, não diminui a importância da instituição, pelo contrário, vem corroborar com os propósitos traçados em seus estatutos, além de contribuir para a unidade e para a integração, tanto interna do grupo, quanto deste para com os demais agrupamentos existentes na sociedade local. Portanto, essas práticas culturais dão sentido a criação da instituição e contribuem, de forma significativa para a ampliação do leque de culturas regionais, já presentes na cidade de Dourados-MS.

Assim, respondendo ao questionamento lançado no título, sobre se o CTN efetua a salvaguarda de bens culturais imateriais ou se realiza a invenção de tradições, estamos convictos que os eventos da entidade são momentos de encontro de ambas. Isso ocorre justamente porque – em sua combinação – elas cumprem com sua função de integrar os membros do grupo entre si e de fomentar a luta dos migrantes e seus descendentes por espaço social, pelo “existir socialmente”, na tentativa de ocupar espaço nas hierarquias existentes na sociedade local, angariando posição de destaque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004a.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste** e outras artes. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Linguagem e poder simbólico**. A Economia das Trocas Lingüísticas – O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1998.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Ed. Contexto. São Paulo. SP. 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre Práticas e Representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Geografia política e novas territorialidades**. In.: PONTUSCHKA, Nidia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora. 1ª edição. Rio de Janeiro. 11ª edição em 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LUCA, T. R. de. **História dos, nos** e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 111-153.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares: Revista Projeto História. São Paulo, nº10, p 7-28. dez. 1993.

POLLAK Michael. **Memória. Esquecimento. Silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989. p. 3 - 15.

PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos(*)** Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996, p. 59-72.

_____ **Tentando aprender um pouquinho:** algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História 15. São Paulo, 1997.

OLIVEN, Ruben. J. **Em busca do tempo perdido:** o movimento tradicionalista gaúcho.

Disponível em
<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_15/rbcs15_03.htm> acesso em
10.mar.2016.

SANTOS, Marina, S. **Memórias, trajetórias e viveres:** a experiência de ser nordestino(a) em dourados-MS (1940-2002). Dissertação de mestrado. UFU. 2003.

SOUZA, Roney Salinas. **Uma vida entre dois mundos:** migrantes sírios e libaneses em Dourados. UFGD. 2008.

THOMSON, Alistair. **Histórias (co)movedoras:** História Oral e estudos de migração. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v.22, n°44, p. 341-364, 2002

Entrevistados:

Entrevista: **Acelino Rodrigues**, (áudio) um dos fundador e 1º presidente do nomeado do CTN, professor da UEMS. Produção: Clecita Maria Moises / UFGD. 2015. Duração 130 mim (aproximadamente). CD.

Entrevista: **Antônia M. M.**, (áudio) proprietária da Casa Nordestina, natural Assaré - Ceará. Produção: Clecita Maria Moises / UFGD. 2016. Duração 130 mim (aproximadamente). CD.

Entrevista: **César G. M.**, (áudio) proprietária da Casa Nordestina, natural de Assaré - Ceará, residente em Dourados desde 1971. Produção: Clecita Maria Moises / UFGD. 2016. Duração 210 mim (aproximadamente). CD.

Entrevista: **Luciano**, atual presidente do CTN, descendente de nordestino, filho de Sidrône primeiro presidente do CTN, Produção: Clecita Maria Moises / UFGD. 2016. Duração 30 mim (aproximadamente). CD.

Entrevista: **Zélia**, (áudio) natural de Salóá-PE, esposa do primeiro presidente eleito do CTN, Sidrône. Produção: Clecita Maria Moises / UFGD. 2016. Duração 160 mim (aproximadamente). CD.

Entrevista: **Simônia**, (áudio) secretária do CTN, nasceu em Salóá. PE, chegou em Dourados em 1984. Produção: Clecita Maria Moises / UFGD. 2016. Duração 90 mim (aproximadamente). CD.

Documentos Consultados:

Estatuto do Centro de Tradições Nordestinas

Informativo Asa Branca – Boletim de Informação e Cultural. Dourados 27 de agosto de 1998. Nº 1 ao 17.

Sites visitados:

<http://diarioms.com.br/centro-de-tradicoes-nordestinas-elege-nova-diretoria>

<http://www.douradosagora.com.br/noticias/entretenimento/canta-nordeste-e-cheiro-da-terra,animam-o-festsol>.

[http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17575&sigla=Institucional&retorno=pagina institucional](http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17575&sigla=Institucional&retorno=pagina%20institucional)

<http://www.progresso.com.br/dia-a-dia/ctn-de-dourados-empossa-nova-diretoria-sabado>

<http://www.progresso.com.br/caderno-b/ctn-promove-a-13-edicao-do-festival-da-carne-de-sol>.

<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8197-movimentos-i-migratorios-e-o-resgate-damemoria-identidade-projeto-do-centro-cultural-de-imigracaona-territorialidade-urbana-decampo-grande-ms.pdf>.

A UMBANDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL: APONTAMENTOS A PARTIR DA CANÇÃO *MISTICISMO DA ÁFRICA AO BRASIL*

*Monique Francielle Castilho Vargas*³⁹⁹

RESUMO: Este ensaio almeja construir uma interpretação possível acerca da Umbanda como patrimônio cultural e lugar de memória dos povos descendentes da diáspora africana a partir da canção *Misticismo da África ao Brasil*⁴⁰⁰, interpretada pela cantora Clara Nunes⁴⁰¹. Esta artista conquistou uma carreira de sucesso ao longo dos anos de 1970/80 apresentando um trabalho artístico que retratava de forma intensa elementos, símbolos e costumes que constituem um universo cultural de matriz africana⁴⁰². As práticas ritualísticas da Umbanda, resistiram por conta da memória coletiva da população africana escravizada que, através da oralidade disseminou seus fundamentos. Considerando que as representações culturais presentes nos versos de uma canção possuem a capacidade de auxiliar o historiador na compreensão de diversos acontecimentos históricos, proponho esta análise.

Palavras-chave: Clara Nunes; Umbanda; Memória; Patrimônio.

INTRODUÇÃO

Almejando desenvolver a análise do objeto de pesquisa de doutorado que, são as manifestações religiosas de matriz africana presentes no trabalho artístico de Clara Nunes, a partir das leituras e discussões realizadas na disciplina optativa: *Cidade e História: Memórias e Fonte de Pesquisa*⁴⁰³, constatei que os terreiros de Umbanda devem

³⁹⁹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal da Grande/UFGRD. Sob orientação do professor Dr. Eudes Fernando Leite. Área de concentração de pesquisa Identidades e Representações, trabalhando com temas que envolvam: Indústria Cultural, Culturas Afro-Brasileiras e Religiosidade de Matriz Africana, (Pesquisa financiada pela Fundação Capes).

⁴⁰⁰ Composição de Mário Pereira, Vilmar Costa e João Galvão. Samba-enredo da Escola de Samba Império da Tijuca no carnaval de 1971.

⁴⁰¹ Esta música, antes de ser gravada no LP *Clara Nunes*, de 1971, foi gravada, no mesmo ano, em um compacto simples da cantora (Odeon – 7B-488), tendo do outro lado a música “Festa para um Rei Negro” de Zuzuca.

⁴⁰² Neste trabalho, o termo culturas de matriz africana é utilizado para se referir às manifestações culturais dos povos da diáspora africana presentes na produção artística de Clara Nunes.

⁴⁰³ Ministrada pelo prof^o Dr. Jiani Fernando Langaro.

ser considerados patrimônio cultural, pois se formaram a partir da memória coletiva dos povos africanos que sofreram a diáspora e resistiram ao processo histórico excludente através das adequações que foram possíveis criar por meio de representações.

Entende-se que patrimônio cultural é um conjunto de bens e manifestações populares (materiais e imateriais) que reconhecidos como importantes para história, cultura e sociedade de um país, cidade, comunidade ou um povo, adquirem um valor único. A finalidade de um patrimônio cultural é a preservação de memórias coletivas, com o objetivo de garantir às gerações futuras conhecer o passado.

O texto não apresenta casas religiosas como patrimônio cultural, porém a discussão que buscou definir aquilo que deve ser considerado como patrimônio cultural ofereceu indícios para interpretar que um único terreiro de Umbanda concentra elementos suficientes para ser entendido como patrimônio cultural. As memórias dos povos africanos e afrodescendentes através da oralidade resistiram e, estão representadas tanto no espaço físico do terreiro quanto nas ritualísticas religiosas praticadas cotidianamente.

A análise que almejo realizar da religiosidade umbandista como patrimônio cultural é a partir da canção *Misticismo da África ao Brasil*, portanto acredito ser importante definir, embora que de maneira bastante sintetizada algumas especificidades acerca da utilização de canções como fonte de pesquisa no campo da História.

Um dos principais veículos de representação da cultura brasileira é o campo musical que ganha cada vez mais espaço na sociedade. De maneira geral, estas produções culturais, ocupam-se em abordar aspectos que retratam a diversidade do povo brasileiro, ilustrando as relações sociais presentes no cotidiano. Deste modo, interpreto que uma única canção é um instrumento de interação dotado de expressividade capaz de envolver emocionalmente os atores sociais, despertando-lhes sentimentos diversos e que, possuem a capacidade de influenciar nas representações culturais dos diferentes grupos sociais que existem no país.

Os versos que constituem a letra de uma canção carregam múltiplos significados, com a capacidade de responder diversos questionamentos que povoam a mentalidade de um historiador(a). Porém, é necessário definir que o profissional da história que utiliza canção como fonte de pesquisa, concentra-se em encontrar indícios que se apresentam de forma muito sutil nos versos, nas performances artísticas dos interpretes ou na história de vida do compositores. Como a linguista Ruth Finnegan indica, jamais teremos uma interpretação totalizante do material fonográfico, este, é repleto de complexidade (2008).

Contudo, respaldado por teoria e metodologia adequada, torna-se uma fonte bastante consistente para analisar realidades sociais e acontecimentos históricos.

Importante ressaltar que as produções historiográficas construídas a partir de um material fonográfico, necessitam de análises que ultrapassem a compreensão das letras, limitar-se a tal abrangência é obter uma narrativa simplista. Como indica Marcos Napolitano, a canção apresenta uma complexidade gigantesca, um único verso abre um leque imenso de possibilidades de interpretação (NAPOLITANO, 2005, p. 8). Precisamos também, termos consciência de que estamos tratando de artistas e, a maneira como apresentam seu trabalho possibilita desvendarmos muitas informações que estão ausentes na palavra escrita.

Deste modo, na primeira parte do ensaio considero importante apresentar alguns pontos sobre a trajetória artística da interprete de *Misticismo da África ao Brasil*, pois Clara Nunes não foi apenas mais uma das inúmeras cantoras que embalaram sucessos musicais no cenário nacional entre as décadas de 1970/80. O trabalho artístico desta cantora foi consumido por um público diversificado, rompeu paradigmas de classes sociais, edificando novas formas de identificações entre a população afrodescendente do país a partir dos anos de 1970⁴⁰⁴.

Em seguida irei explicar resumidamente como se formou a Umbanda e, por último a interpretação da letra da canção *Misticismo da África ao Brasil*, buscando apresentar argumentos plausíveis que justifique a discussão central deste ensaio que é admitir a Umbanda como patrimônio cultural brasileiro.

A TAL MINEIRA⁴⁰⁵: DEMOLIDORA DE MITOS⁴⁰⁶

O trabalho artístico de Clara Nunes⁴⁰⁷ é uma produção cultural de grande relevância para o país, um espetáculo dos anos de 1970. O impacto é, antes de tudo visual,

⁴⁰⁴ Ver mais sobre o assunto: VARGAS, M. F.C. “Filho Brasil pede a bênção de mãe África”: Clara Nunes, música popular e a descoberta da África no Brasil dos anos de 1970. In: Identidades e Identificações na Produção Musical Contemporânea. Gustavo B. Almeida e Monique F. C. Vargas (orgs). Traços & Capturas, Itajaí, 2014. (p. 11-37).

⁴⁰⁵ Maneira como a cantora foi definida na canção *Guerreira*, composição de João Nogueira e Paulo Cesar Pinheiro, gravada em 1978 no LP cujo título também era *Guerreira*. Este disco atingiu o número de 1.011.005 de cópias vendidas

⁴⁰⁶ Título da matéria “País do Samba” da Revista *Veja*, edição de nº 371, ano de 1975, p. 122.

⁴⁰⁷ Para a construção deste trabalho, consideramos que a obra musical não é produzida apenas por compositores, mas também pelos intérpretes, pois o sentido da música não está exclusivamente em si mesma, mas no trabalho produzido sobre ela. Para maiores reflexões acerca de corpo, música e

pois as indumentárias utilizadas pela cantora faziam parte de um universo cultural peculiar. As roupas usadas para se apresentar em sua maioria eram brancas, um indicio bastante explicativo, pois, a cor da vestimenta principal dos filhos de santo de Umbanda e Candomblé é na cor branca. Evidenciando a aparência artística de Clara Nunes, vinculada a tradições culturais afro-brasileiras, a antropóloga social Rachel Rua Baptista Bakke afirma que:

Os símbolos utilizados para articular a obra da cantora com o universo cultural afro-brasileiro, e mais tarde brasileiro, foram essencialmente retirados do candomblé e da umbanda, e apareciam nas músicas que cantava, nas suas performances em *shows*, e nas reportagens de jornais e revistas que, ao divulgarem elementos da vida cotidiana e íntima de Clara, revelavam para um público maior o estilo de vida do povo de santo (BAKKE, 2007, p. 88).

A performance de palco também era bastante diferente dos padrões da época, pois Clara Nunes, além de interpretar canções que descreviam práticas culturais de matriz africana, trazia para suas apresentações movimentos corporais referentes a dança que os orixás realizam ao se manifestar nos terreiros de Umbanda e Candomblé. Importante dizer que Clara Nunes fez curso de expressão corporal e dança afro, relevante e de eficácia simbólica (BOURDIEU, 1996) na construção da realidade que a artista objetivava expressar. Quando a música apresenta-se apenas como objeto sonoro, a interpretação adentra um campo de significados e simbologias completamente distintas. No entanto, quando vem acompanhada de performance, a interpretação torna-se direcionada, um “ato de presença no mundo [...] nela o mundo está presente” (ZUMTHOR, 2007, p. 66).

A partir das palavras do autor, percebemos a performance artística que Clara Nunes apresentava como uma mensagem que direciona o público em sua interpretação, para além da palavra escrita e cantada. “A performance, de qualquer jeito, modifica o conhecimento. Ela não é simplesmente um meio de comunicação, comunicando, ela o marca” (ZUMTHOR, 2007, p. 32). O trabalho da cantora configurava-se objetivando evidenciar a representatividade das práticas do *continuum* religioso umbandista.

performance, consultar: ZUMTHOR, Paul. **Performance, Recepção e Leitura**. Tradução: Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007. 2º Ed. rev. e ampl.

Clara Nunes foi a primeira cantora “a vender mais de cem mil cópias de discos” (BAKKE, 2007, p. 86), transformando-se em fenômeno musical nos anos de 1970. A matéria *País do Samba*, publicada na Revista *Veja* em 1975, na edição de nº 371, sustenta esta afirmação ao estampar a foto de busto da artista cantando, seguido da legenda: “Clara Nunes: a demolidora de mitos” (*Veja*, 1975, p. 122).



Clara Nunes: a demolidora de mitos

Clara Nunes: a demolidora de Mitos.

Fonte: *País do Samba*, Revista *Veja*, 1975, edição de nº 371.

Importante deixar evidenciado que a carreira da artista divide-se em momentos distintos, transitando por outros gêneros musicais até chegar ao samba, gênero que a consolidou como uma cantora de sucesso. Este ensaio será composto por poucas laudas, portanto, não teria como oferecer uma discussão extensa elencando todos os altos e baixos do trabalho artístico de Clara Nunes. Aqui proponho apresentar o período que a cantora insere-se no samba e se torna “a demolidora de mitos”, pois a canção escolhida para analisar, faz parte desta etapa da carreira da cantora.

No período entre 1969 e 1974, Clara Nunes junto a Adelzon Alves, construiu e consolidou uma imagem artística fortemente associada à Umbanda e ao Candomblé (religiosidades de matriz africana). Gravou os LPs *Clara Nunes*; *Clara, Clarice e Clara*; *Clara Nunes*⁴⁰⁸ e *Alvorecer*, dissolvendo o antigo tabu do mercado fonográfico brasileiro de que mulher não vendia discos. Atingiu a marca de aproximadamente 400 mil cópias vendidas, números semelhantes aos de Roberto Carlos, considerado o “Rei das vendagens” (BAKKE, 2007, p. 90). O conteúdo das canções interpretadas por Clara Nunes, além de trazer as religiosidades de matriz africana de modo enaltecido, descrevia as apropriações culturais realizadas no Brasil com relação às culturas africanas, em sentido positivo e enriquecedor.

⁴⁰⁸ Importante destacar que dois LPs da cantora tiveram como título apenas o nome Clara Nunes - 1971 e 1973.

BREVE HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA UMBANDA

Um dos componentes das culturas africanas mais condenado, e, conseqüentemente vítima de atos preconceituosos é o campo religioso. Desde as primeiras manifestações, essas práticas religiosas, foram concebidas como rituais malignos associados ao demônio. O universo religioso cristão não admitia a existência de uma religiosidade distinta, deste modo, condenavam impiedosamente.

A chegada dos povos europeus nas terras brasileiras, não significava apenas novas terras conquistadas para a Europa, mas também na incorporação de novas “ovelhas” para a religião católica, estes também tinham a tarefa de transportar o cotidiano europeu e acima de tudo o cristão para a América, tentando reconstruir um universo onde a cultura europeia pudesse prevalecer, neste período, pode-se interpretar que colonizar e evangelizar, no imaginário europeu eram conceitos muito próximos. Como argumenta o historiador das religiões Mircea Eliade:

“Os” conquistadores “espanhóis e portugueses tomavam posse, em nome de Jesus Cristo, dos territórios que haviam descobertos e conquistado. A ereção da cruz equivalia à consagração da religião e, portanto, de certo modo, a um novo nascimento”. “Porque pelo Cristo passaram as coisas velhas: eis que tudo se fez novo” (II coríntios, 5: 17). A terra recentemente descoberta era “renovada”, “recriada” pela Cruz. (ELIADE, 1992, p. 34-35).

Dentro deste contexto, Ribeiro ressalta: “o outro é representado como um problema, como um empecilho para a construção de uma civilização ordeira, de uma sociedade hegemonicamente cristã” (2009, p.12). Em contrapartida as populações africanas criavam artifícios para praticar seus rituais de forma que não sofressem possíveis retaliações. Iniciam-se então inúmeras práticas de resistência cultural. A falta dos elementos religiosos da cultura africana, somados com a tentativa forçada de se converter e praticar a religião cristã fez com que utilizassem objetos da religião católica, principalmente os santos, porém atribuindo outros significados ligado aos seus orixás⁴⁰⁹, mas aos olhos do colonizador estavam praticando a religiosidade cristã.

⁴⁰⁹ Os deuses cultuados pelas religiões de origem africana, sempre relacionados a forças da natureza, em outras palavras, deuses animistas, termo este criado por Edward Burnett Tylor em 1871.

Neste momento podemos observar representação e imaginário⁴¹⁰ atuando no mesmo espaço, no qual, o produto final resulta-se nas ressignificações, ou seja, atribuindo novos sentidos a objetos da religiosidade cristã. Mais tarde, elementos das culturas indígenas também foram inseridos à prática mágico-religiosa de matriz africana. Nasce, então, a Umbanda. Esta expressão religiosa não é africana, como pensam alguns, mas de matriz africana, que se constituiu no Brasil, como resultado de combinações entre práticas africanas e representações cristãs, que foram transformadas pelo imaginário dos povos africanos escravizados. Considerando as palavras de Evelyne Patlageam:

O domínio do imaginário é constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam [...] cada cultura, portanto, cada sociedade, e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem seu imaginário. Em outras palavras, o limite entre o real e o imaginário revela-se variável [...] (PATLAGEAM, 2005, p. 391).

De acordo com a autora, pode-se falar que a Umbanda se desenvolveu a partir de uma miscigenação cultural, na qual práticas de ambas as culturas dialogaram entre si; e a partir deste diálogo inicia-se a formação de um novo imaginário, no qual o resultado é o começo de uma nova prática cultural. Analisando o universo religioso umbandista a partir do conceito de representação desenvolvido pelo autor Roger Chartier fica evidente que a Umbanda é o resultado da união de elementos de diversas culturas. Nas palavras do historiador:

A representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro lado, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pinta-lo” tal como é. (CHARTIER, 2002, p. 20).

Interpreta-se representação enquanto “um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição imediata”. O estudo das representações, de acordo com Chartier, é fundamental ao conhecimento histórico, se o

⁴¹⁰ Este ensaio segue a perspectiva de moderna tendência de análise da historiografia que aborda os sistemas simbólicos de ideias e imagens de representação coletiva a que se dá o nome de imaginário social. Definição dada por Sandra Jatahi Pesavento In: **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC, v 8, n° 16, p. 279-290, 1995.

pensarmos como um campo de “concorrências e competições” entre grupos sociais tentando legitimar suas concepções de vida, escolhas, tipo ideal de comportamento. Através das representações se concretiza a teatralização da vida social, quando o indivíduo define modelos a serem seguidos.

Deste modo, podemos assimilar os terreiros⁴¹¹ de Umbanda como patrimônio cultural, pois além de prática religiosa, é um espaço, no qual, estão presentes as memórias de um povo que resistiu ao processo histórico excludente a partir das adequações que foram possíveis criar por meio de representações. Ainda sobre o conceito de representação, Sandra Jatahy Pesavento diz:

O conceito, em si, envolve uma série de considerações, a começar pelo pressuposto de que a representação é a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou material, que se distancia do mimetismo puro e simples e trabalha com uma atribuição de sentido. (PESAVENTO, 1995, p.280).

Embora o significado do conceito representação seja mais complexo do que o explanado, aqui servirá para compreender a função dos objetos que fazem parte do universo umbandista. Nos terreiros de Umbanda, além de fundamentos religiosos de matriz africana, podemos encontrar elementos, símbolos e costumes de outras culturas religiosas tais como: cristãs, indígenas e kardecista. Entretanto, com atribuições de sentidos distintos do original. Neste momento, assimilações culturais são construídas a partir de novas representações.

Os povos africanos que sofreram a diáspora trouxeram suas especialidades religiosas apenas no imaginário, sendo extremamente proibidos de praticá-las; daí a necessidade dessa interpretação reordenada dos elementos que compõe o espaço não apenas físico do terreiro, mas também o espaço transcendental.

Considerando a definição dos dois conceitos, entende-se que o imaginário é quem constrói um sentido para as representações simbólicas do terreiro, ou seja, uma adequação da cosmogonia⁴¹² umbandista em relação aos elementos das religiosidades cristãs,

⁴¹¹ Nome do espaço físico que são realizados os rituais de Candomblé e Umbanda.

⁴¹² Entende-se por cosmogonia as diversas lendas e teorias que abrangem a origem do universo religioso de cada prática religiosa. Sobre o assunto ver: ELIADE, Mircea. **Mito do Eterno Retorno**, p. 27. Tradução José A. Ceschin. São Paulo Mercuryo, 1992.

indígenas e kardecista atribuindo sentidos e significados diferentes tanto para objetos como para costumes, cujo objetivo é adaptar as suas necessidades.

Em outras palavras, não existe prática que não se articule sobre as representações, onde o resultado é a formação do imaginário, é por meio dessas concepções que o indivíduo constrói o sentido de sua existência, ou seja, toda a ação e comportamento do homem esta relacionado à sua cultura. Sobretudo, a religião é uma forma singular de manifestação naquilo que o ser humano tem de mais elementar.

Depois de explanado alguns conceitos que delineiam uma das possíveis hipóteses da adequação da religiosidade de matriz africana no Brasil, sobretudo a Umbanda, adentrar-se-á no universo religioso umbandista em si, pois é extremamente necessário conhecer suas especificidades.

Essencialmente, é de suma importância saber que na concepção do imaginário umbandista não existe a presença de uma figura demoníaca, daí relacionar Exu e Pomba-Gira (duas entidades do panteão desta religião) aos demônios é um erro, que o cristianismo vem fazendo há séculos. Mas como já mencionado acima, tudo que contradiz a doutrina cristã, ela condena.

Sendo assim, demonizar essas duas entidades que possuem personalidades marcadas por certa euforia de caráter semelhante aos desejos e emoções humanas, tornou-se um subterfúgio convincente com meio de marginalização da Umbanda e das demais vertentes religiosas de matriz africana que cultuam essas entidades. Elucidando esta afirmação Laura de Mello e Souza destaca:

[...] na Umbanda, forma sincrética de religiosidade popular que incorpora o catolicismo, as religiões africanas, as religiões indígenas e o Kardescismo; Maria Padilha é Pomba-gira, ou seja, um dos espíritos incorporados pelas pessoas que frequentam esses rituais. A Pomba-gira é figura associada a mulheres de vida fácil, alcoviteiras de amores ilícitos. (SOUZA, 2001, p. 94)

Neste contexto, Pomba-gira, entidade cultuada nos terreiros de Umbanda, é considerada a agente principal do demônio e, para alguns o próprio demônio. Conforme as palavras de Souza, Maria Padilha para os cristãos estava diretamente relacionada aos “amores ilícitos” e conseqüentemente associada ao Asmodeu que no panteão infernal

construído por demonólogos era conhecido como o demônio da Luxúria⁴¹³, que é um dos sete pecados capitais. Este julgamento é consequência da consolidação histórica da religiosidade cristã que sempre teve como objetivo fundamental estabelecer sua supremacia. Mesmo o Brasil sendo um país laico, as representações dominantes do que é bom ou ruim no âmbito religioso continuam sendo baseadas na perspectiva cristã, que modela inclusive aspectos culturais do país.

Outro aspecto peculiar e extremamente relevante para começar a compreender a dialética da cultura religiosa africana, com relação à europeia é o fato de que a primeira, quando realiza seus rituais, busca soluções para amenizar seus sofrimentos e problemas que estão vivenciando no presente, já a segunda oferece uma vida de felicidade eterna após a morte. Nas palavras de Rodrigo Casali sobre a Umbanda:

A religião ocupa justamente em atender as necessidades dos excluídos, dos enfermos, dos necessitados, afinal sua trajetória histórica é baseada na perseguição, na exclusão, os “deuses” que povoam o seu universo são todos vítimas do preconceito e da exclusão. Então não é de se admirar que esse imaginário sirva também como meio de reconstruir a realidade. (CASALI, 2006, p. 50-51).

Analisando as palavras do autor, esta solução imediata dos problemas, principalmente o do campo amoroso também contribui para que suas práticas fossem relacionadas à veneração do demônio. Acreditava que eram magias ou feitiçarias eróticas, uma vez que se destinava às necessidades das pessoas excluídas, enfermas e marginalizadas. Como ressalta Casali:

Seus rituais suas magias, seus feitiços são sempre voltados para a solução das necessidades tanto materiais, quanto espirituais de seus participantes, e, nesse sentido, ela apresenta-se muito eficaz porque coloca as pessoas em contato direto com a entidade ou plano sobrenatural [...] religião de possessão que carrega elementos culturais das nações africanas [...]. (CASALI, 2006, p.26).

Toda essa adequação da religiosidade de matriz africana, elencado acima, surge das necessidades das/os africanas/os resistirem enquanto sujeitos possuidoras/es de culturas e, ao mesmo tempo, transformar a sua rotina cansativa e melancólica, em algo menos doloroso. É, então, um processo de assimilação e consumo como sugere Michel

⁴¹³ Sobre o assunto ver: Carlos Roberto F Nogueira. O diabo no imaginário cristão. 2º ed – Edusc . Bauru – São Paulo 2002. p.73.

de Certeau, em que o ser dominado ao mesmo tempo em que incorpora os modos de ser daquele/a e/ou daquilo que o domina, faz com que este/a se pareça mais consigo.

Assim, as populações africanas se submeteram ao cristianismo europeu e o transformou mais próximo das práticas religiosas de seu continente. Para resistir à opressão eurocentrista, combinou práticas e conceitos da cultura das três principais etnias presentes no Brasil desde o início da diáspora africana, ressaltando muitas vezes aos olhos do europeu a religiosidade cristã.

Então a Umbanda é uma manifestação religiosa que não pode ser tratada como uma religião qualquer, pois o que encontramos num terreiro é a junção e adequação de diversas memórias que retratam um “processo histórico e cultural; espaço sagrado e profano; resistência, luta, morte e vida ao mesmo tempo” (CASALI, 2006. p.23) que, são representadas diariamente nas giras⁴¹⁴ de Caboclos, Preto-velhos, Baianos, Marujos e Boiadeiros.

AS MEMÓRIAS RETRATADAS NA CANÇÃO *MISTICISMO DA ÁFRICA AO BRASIL*

Apresentei momentos da trajetória artística da cantora Clara Nunes e algumas características específicas que constituem o universo religioso umbandistas, embora que de forma bastante sucinta, acreditando ser importante para facilitar a compreensão da análise da canção *Misticismo da África ao Brasil* que almejo realizar nas linhas seguintes.

A partir do ano de 1971, as ideias de afrodescendência emergiram no trabalho artístico de Clara Nunes. A ligação cultural entre Brasil e África fazia-se consistente, afirmada em diversas canções gravadas pela cantora. *Misticismo da África ao Brasil* foi a primeira composição a incorporar a temática, arranjo de Mário Pereira, Vilmar Costa e João Galvão, samba-enredo da Escola de Samba Império da Tijuca⁴¹⁵:

Eu venho de Angola/Sou rei da magia/Minha terra é muito longe/Meu
gongá é na Bahia/Agô ô ô ô/Lua alta/Som constante/Ressoam os

⁴¹⁴ Nome dado ao ritual umbandista que consiste na reunião de espíritos de uma determinada categoria, que se manifestam através da incorporação nos médiuns. A gira pode ser festiva, de trabalho ou de treinamento.

⁴¹⁵ Esta música, antes de ser gravada no LP *Clara Nunes*, de 1971, foi gravada, no mesmo ano, em um compacto simples da cantora (Odeon – 7B-488), tendo do outro lado a música “Festa para um Rei Negro” de Zuzuca.

atabaques/Lembrando a África distante/E o rufar dos tambores/Lá no alto da serra/Personificando o misticismo/Que aqui se encerra/Saravá pai Oxalá/Que o meu samba inspirou/Saravá todo povo de Angola, Agô/Agô ô ô/Lá na mata tem mironga/Eu quero ver/Lá na mata tem um coco/E esse coco tem dendê/Das planícies às coxilhas, o misticismo se alastrou/Num torvelinho de magia, que preto velho ditou/E o fetiche e o quebranto Ele nos legou/Eu venho de Angola/Sou rei da magia/Minha terra é muito longe/Meu gongá é na Bahia/Tem areia ô ô/Tem areia/Tem areia no fundo do mar/Tem areia (Mário Pereira, Vilmar Costa e João Galvão, 1971).

A canção começa assemelhando-se a uma declaração e, ao ouvi-la, parece que o canto é uma declamação afirmativa sobre a chegada de Angola⁴¹⁶, que a África é distante, mas o gongá⁴¹⁷ está na Bahia. Em outras palavras, a Bahia aparece na canção e no imaginário brasileiro como lugar por excelência da herança africana, onde se encontra “de fato o Brasil negro” (BRUGGER, 2008, p. 6). Afirmção que de modo geral, apresenta verossimilhança, pois quando pensamos na Bahia, a imagem mental formada é de um espaço geográfico construído a partir dos fundamentos culturais de matriz africana.

Também são mencionados os tambores e os atabaques, instrumentos musicais oriundos das culturas africanas, presentes nos terreiros de Umbanda que possuem imensa importância para a realização do ritual. O som dos instrumentos junto com os pontos entoados (cantigas religiosas de terreiros) servem para homenagear os orixás e entidades que se fazem presentes na gira, além de exercer a função de firmeza do Axé⁴¹⁸ dos filhos de santo, principalmente aqueles que incorporam⁴¹⁹ entidades durante a realização dos trabalhos. No enredo da canção, os tambores e atabaques, aparecem representados como um dispositivo de memória, pois o som proporcionado é capaz de trazer lembranças da África que está distante geograficamente.

Em seguida, o cortejo a Oxalá, orixá maior dentro da hierarquia do panteão das religiões de matriz africana que cultuam orixás. Aparece também na letra da canção a

⁴¹⁶ Concidentemente, no início de 1971, Clara havia viajado à África, passando pela África do Sul, Moçambique e Angola.

⁴¹⁷ Nome dado ao altar dos terreiros de Umbanda e Candomblé, onde os filhos de santo, para iniciar e finalizar o ritual, prestam uma reverência identificada como “bater a cabeça”, prática que representa a humildade diante das entidades e dos orixás. (Informação obtida por meio de conversas com filhos de santo. Caderno de Campo I, 2008 – acervo particular da pesquisadora).

⁴¹⁸ A palavra é de origem iorubana e, dentro do contexto religioso, significa “energia”, “poder” e “força” sobrenatural.

⁴¹⁹ Na Umbanda incorporação significa dar passagem a uma entidade, um guia espiritual (Caboclo, Preto-velho, Marujo, Baiano, etc.) que possui a missão de trazer uma mensagem de orientação **para a vida das pessoas que procuram ajuda espiritual nos terreiros de Umbanda.**

palavra *Saravá*, termo bastante comum entre os umbandistas, pertence à linguagem religiosa e, constitui-se como uma saudação que se formou a partir da fala dos africanos de origem banta⁴²⁰ que, ao tentar pronunciar a palavra salvar, o que conseguiam falar era *Saravá*. Dentro dos cultos afro-brasileiros, significa “salve”, “seja bem-vindo ou salve sua força”, ainda exerce a função de uma espécie de mantra⁴²¹, som sagrado com a capacidade de elevar o espírito ou prepara-lo para receber as energias positivas assim sendo, fica evidente o sentido dos versos: “*Saravá Pai Oxalá!*” e “*Saravá todo o povo de Angola*”.

Na letra da canção aparece outra palavra de origem africana que pertence especificamente ao dialeto iorubano *Agô* que, significa pedir licença ou permissão para realizar algo. Deste modo, podemos interpretar que o sentido do termo dentro do enredo da canção apresenta-se como um pedido de licença para falar do universo umbandista.

Na canção, versos abordam de forma tácita algumas entidades do imaginário religioso umbandista, tais como: “*lá na mata tem mironga*”⁴²², *lá na mata tem um coco e esse coco tem dendê*”. Essas expressões, para os filhos de santo ou pessoas conhecedoras do universo umbandista, remetem aos caboclos na mata e aos baianos que utilizam em suas mandingas o coco do dendezeiro, palmeira originária da Costa Ocidental da África e, o azeite de dendê, óleo extraído do dendezeiro, popular na culinária brasileira e angolana. Outra entidade aludida na canção é o preto-velho que, com seu extenso conhecimento sobre práticas mágicas, legou alguns ensinamentos a respeito de feitiço.

Ainda, por meio de elementos presentes na canção, percebemos a espiritualidade de origem africana invadindo o continente americano, evidenciada no momento da alocução “*nas planícies e nas coxilhas o misticismo se alastrou*”, certamente, resultado da diáspora africana. A expressão *tem areia*, repetida três vezes, e, em seguida, “*no fundo do mar tem areia*”, deixa subentendido que foi através mar (Oceano Atlântico) que os africanos foram transportados para a América.

Outra possível interpretação acerca do mar é que ele pode provocar sensações dicotômicas para muitos africanos que sofreram a diáspora. O sentido da palavra mar, na memória dos povos da diáspora pode representar algo bom, possibilita ter esperança de

⁴²⁰ Ver mais sobre este assunto in: PEIXOTO, Norberto. **Umbanda Pé no Chão: um guia de estudos orientado pelo espírito Ramatís**. Limeira: Editora do conhecimento, 2008.

⁴²¹ O significado de cada sílaba: SA: força, senhor, RA: reinar, movimento e VÁ: natureza, energia, formando juntas: *A força que movimenta a natureza*.

⁴²² Palavra de origem quimbundo que significa mistério ou segredo.

retorno à África, em contrapartida, desperta um sentimento de tristeza, pois através dele chegaram ao Brasil, tornando-se escravos nas mãos do colonizador português.

Fechando a interpretação elaborada de *Misticismo da África ao Brasil*, em linhas gerais, a mensagem central do enredo é que a Bahia apresenta-se como uma pequena extensão da África, porém, pode-se encontrar africanidades dentro dos terreiros de Umbanda espalhados por todo o país. Os elementos, símbolos e costumes que constituem o universo religioso umbandista são dotados de significados proporcionados pelas memórias dos povos africanos e afrodescendentes, portanto, considero a Umbanda um patrimônio cultural do Brasil.

Importa destacar que escolhi analisar *Misticismo da África ao Brasil*, por conta de ter sido a primeira canção gravada por Clara Nunes que traz como assunto principal as culturais de matriz africana. É preciso mencionar que esta produção fonográfica, foi muito importante para a carreira da cantora, a colocou no cenário musical brasileiro como uma artista de sucesso⁴²³. Também utilizei esta canção com a intenção de comprovar que as memórias que formaram a Umbanda, ultrapassaram os portões dos terreiros e, estão eternizadas no trabalho artístico de Clara Nunes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todos estes apontamentos acerca de como se constituiu a religião umbandista e como foi representada na canção *Misticismo da África ao Brasil*, almejo ter concentrado argumentos razoáveis que comprovem que um único terreiro de Umbanda reúne elementos que o permite ser considerado um patrimônio cultural. Como elenquei rapidamente foi no início da década de 1970 que Clara Nunes conquistou o apogeu de sua carreira artística abordando o universo cultural de matriz africana, principalmente as práticas religiosas de forma enaltecida. Apresentou para o cenário nacional através de suas canções e performance artística, uma memória digna da contribuição dos povos africanos e afrodescendentes ao que chamamos de cultura brasileira.

Importante enfatizar que se tem consciência que é necessário tomar alguns cuidados ao utilizarmos as memórias de um povo para construir narrativas

⁴²³ Clara Nunes experimentou uma carreira de sucesso de 1971 a 1983, acabou por consequência de sua morte precoce aos 41 anos de idade por choque anafilático causado pela anestesia que realizou com o intuito de fazer uma cirurgia para retirada varizes das pernas.

historiográficas e, sobretudo comprovar fatos históricos⁴²⁴. Para Marc Bloch os testemunhos fazem a balança pender para um lado, a uma eventualidade privilegiada (2001), por isso, é preciso levar em conta “as várias camadas da memória individual e a pluralidade das versões do passado”, ou seja, a subjetividade das memórias (THONSOM, 2002, p. 352).

A narração de cada pessoa sugere sua identificação com o que pensava ser no passado, o que seriam quando narraram e como gostariam de ser lembrados. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais.

Tratando-se dos povos africanos e afrodescendentes no Brasil, são inúmeras as memórias conservadas, pois foram diversos grupos étnicos culturalmente e linguisticamente distintos que sofreram a diáspora africana. No entanto, cabe dizer que estas memórias só foram capazes de serem preservadas por meio da oralidade e, muitas delas, são representadas diariamente nos terreiros de Umbanda espalhados pelo país. Deste modo, este espaço religioso discutido aqui como patrimônio cultural é capaz de oferecer muitos indícios que auxiliam historiadores (as) que trabalham com temáticas relacionadas aos povos descendentes da diáspora africana desvendarem acontecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. 1903-1969. **Indústria Cultural e Sociedade**; seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida. Traduzido por Julia Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAKKE, Rachel Rua Baptista. **Tem Orixá no Samba**: Clara Nunes e a presença do candomblé e da umbanda na música popular brasileira. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2005.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Clara Nunes: uma cantora popular**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Fortaleza, 2009. **Anais....** Fortaleza: ANPUH, 2009, p. 1-13.

CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias, outras histórias de uma cidade: Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia**. In: FENELON, Déa

⁴²⁴ Ver mais sobre esta discussão In: CALVO, Célia Rocha. **Muitas memórias, outras histórias de uma cidade: Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia**. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. pp. 155-172.

Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. pp. 155-172.

CASALI, Rodrigo. **Quando os baianos se pintaram de Dourado (S): aspectos das práticas religiosas umbandistas da cidade de Dourados- MS**. Dourados – MS: UFGD, 2006 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Grande Dourados.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994, Tradução Ephraim Ferreira Alves

CHARTIER, Roger. **História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e Profano**. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes; 1992.

_____ **Mito e Realidade**. tradução Pola Civelli. São Paulo Perspectiva; 2006.

_____ **Mito do Eterno Retorno**. Tradução José A. Ceschin. São Paulo Mercury, 1992.

FINNEGAN, Ruth. **O que vem primeiro: o texto, a música ou a performance?** In MATOS, Cláudia Neiva de; TRAVESSOS, Elizabeth; MEDEIROS, Fernanda Teixeira de (Orgas.). *Palavra Cantada: ensaios sobre poesia, música e voz*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano**. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossane Lopes; GALLO, Haroldo (orgs.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9. SR/IPHAN, 2006.pp. 35-53.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **O diabo no imaginário cristão**. 2º ed – Edusc . Bauru – São Paulo 2002.

PATLAGEAM, Evelyne. **A História do Imaginário**. In: Jacques Le Goff, *A História Nova*. Tradução Eduardo Brandão. - 5ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005; p.393-420.

PEIXOTO, Norberto. **Umbanda Pé no Chão: um guia de estudos orientado pelo espírito Ramatís**. Limeira: Editora do conhecimento, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 53, 2007, pp. 11-23.

_____. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano.** In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC, v. 8, n. 16, pp. 279-290, 1995.

RIBEIRO, Antônio Daniel Marinho. **O exorcismo da alteridade: o ideário cristão e a construção histórica e social das religiosidades de matriz africana como expressão de satanismo.** - Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. **A Feitiçaria na Europa Moderna.** Série princípios Editora Ática – São Paulo-SP, 1998.

_____. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial.** Companhia das Letras- São Paulo-SP.; 2001

TODOROV, Tzvestan. **A conquista da América: A questão do outro.** Tradução Beatriz Perrone-Moisés. 3ª ed – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

THOMSON, Alistair. **Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração.** Revista Brasileira de História, 2002, vol.22, no.44, p.341-364

ZUMTHOR, Paul. **Performance, Recepção e Leitura.** Tradução: Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007. 2º Ed. rev. e ampl.

A PERSPECTIVA REFORMISTA SOBRE A IGREJA CATÓLICA A PARTIR DE ARNALDO DE VILLANOVA (SÉCULO XIV)

*Nabio Vanutt da Silva*⁴²⁵

RESUMO: Este texto tem o objetivo de analisar a doutrina reformista sobre a Igreja Católica para o Catalão, Arnaldo de Vilanova (1232-1316), o recorte da pesquisa fora o século XIV, a fonte do autor utilizada nessa investigação foi o *Super Facto Adventus Antechrist/Confissió de Barcelona (1305)*. A metodologia empregada no trabalho é a análise do discurso da obra. Para compreender a visão arnaldina dialogou com Nachman Falbel (1977). O escrito do Catalão foi uma percepção profética-apocalíptica que refutou as críticas do clero, especialmente os dominicanos. Há um discurso para precisar a vinda do Anticristo para defender seu projeto reformista da Igreja Católica.

Palavras-chave: Arnaldo de Vilanova. Perspectiva Reformista. Igreja Católica. *Super Facto Adventus Antechristi*.

Introdução

O texto tem o objetivo de analisar o pensamento reformista de Arnaldo de Vilanova (1240-1311), médico Catalão, sobre a Igreja Católica no período medieval fazendo um recorte temporal no século XIV, compreendendo as influências de outros autores que auxiliaram na elaboração do seu discurso, além das Sagradas escrituras. Convém observar que, Arnaldo mantinha uma visão ligada a um imaginário social, que atribuiu à simbologia mítica uma representação do mundo real.

Para entender o pensamento arnaldiano utilizou a metodologia de análise de discurso da obra: *Super Facto Adventus Antechrist/Confissió de Barcelona (1305)*, traduzido por Nachman Falbel do catalão, escrito original, para a língua portuguesa.

Com relação a biografia de Arnaldo de Villanova, sabe-se que ele nasceu em Valência, pertencente ao reino de Aragão, em torno de 1240. Foi um intelectual que cursou em medicina na Escola de Montpellier, além de ter conhecimento de latim e

⁴²⁵ Mestrando em História pela Programa de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Go), orientadora: Dra. Renata Cristina Sousa Nascimento, e-mail: nabiovanutt@hotmail.com.

árabe. Seu reconhecimento na época fora no campo médico atuando nas cortes dos reis de Aragão: reinados de Pedro III (1276-1286), Afonso III (1285-1291) e Jaime II (1291-1327), e também nas cortes papais de: Bonifácio VIII (1294-1303) e Clemente V (1305-1314). (PANIAGUA, 1994, p. 1-13; 51-63).

Assim, é importante compreender os discursos de Arnaldo de Vilanova em defesa do modelo de uma doutrina reformista da Igreja medieval e, nesse sentido, propõe a análise do seu escrito *Confessió de Barcelona-Magister Arnaldus de Villanova Super Facto Adventus Antechristi*. Datado de 1305, o conteúdo do seu documento refere-se a uma carta de defesa perante as acusações recebidas do clero, principalmente, dos dominicanos da Universidade de Paris, de que seus argumentos eram heresias, mandando assim confiscar alguns de suas obras. Adotando uma visão mítica de precisar a vinda do Anticristo, reforçou a crítica à postura do clero, chamando-os de discípulos deste. Também para precisar a chegada do personagem apocalíptico, recorreu às leituras nas Sagradas Escrituras, além de discursos de membros do próprio clero que em tempos anteriores tentaram determinar o momento do Fim dos Tempos, como Santa Hildegarda, São Eusébio, São Cirilo etc. Compreende-se que a tentativa de sustentar um imaginário simbólico foi um meio buscar argumentos para fazer contraposição às atitudes do clero.

A obra em estudo *Confissió de Barcelona- Magister Arnaldus de Vilanova Super Facto Adventus Antechristi* foi composta em 11 de julho de 1305, em Barcelona. Trata-se de uma obra enumerada na qualidade de profética-apocalíptica que o Catalão embasou num panorama de defesa de sua tese reformista sobre a Igreja Medieval. O interlocutor do texto foi o rei de Aragão, Jaime II (1291-1327), que o autor lhe prestou diversos serviços médicos, além de políticos como embaixador em diversos lugares da Europa, seja em corte pontifícia e régia. Esse escrito foi lido durante assembleia sob o comando do monarca, tendo o intuito de mostrar ao soberano as diversas críticas que Arnaldo tinha sofrido por parte de alguns prelados e, assim, buscou apoio real para que apoiasse sua causa, tanto que a confissão, fora amplamente lida no Palácio Real. Tem-se aqui uma produção argumentativa de mostrar a importância da divulgação da verdade cristã em benefício da justiça e caridade para salvação dos fiéis.

O texto referente mostra a necessidade de avisar o soberano que a Igreja havia lhe imposto censura diante de seus questionamentos à postura dos clérigos. O autor no início de sua narrativa deixa claro o motivo que escreveu sua obra, quando diz que:

Diante de vós, muito digno e ilustre senhor D. Jaime, pela graça de nosso Senhor Jesus Cristo, rei de Aragão, eu, mestre Arnaldo de Vilanova, declaro que em domínio encontrei alguns homens do clero regular que se esforçam em comprovar que tenho denunciado e continuo denunciando na Igreja de Roma e outras partes da cristandade. (ARNALDO DE VILANOVA, p.274)

Conforme exposto, o Catalão defendeu-se diante do rei aragonês, de que sua denúncia contra os prelados foi para o bem da Igreja, além de levar suas ideias até o Sumo Pontífice dos atos pecaminosos que alguns membros, que deveriam ser servidores de Cristo na promoção da caridade, mas encontravam incondizentes com seus papéis na Igreja. Esse escrito fora um primeiro documento de confissão na língua catalã. De acordo como Santi (1987, p.126), a *Confissió de Barcelona* fora uma continuação da obra anterior *Confissió de Lérida sobre as perversidades do pseudo –religiosos* (1303), escrita em Lérida próxima da Barcelona, que foi lida durante uma assembleia do clero dirigida pelo arcebispo de Terragona, tratando da crítica aos prelados destacando seus dezenove vícios.

Essa declaração do autor seguiu um rito de tornar sua narrativa como algo público e tratou de registrá-la perante “D. Berthomeu Marcha, por autoridade real, público tabelião de Barcelona” (ARNALDO DE VILANOVA, p.297), de modo a evitar que seus inimigos falsificassem sua fala. O motivo de produzir esse documento fora fazer uma contraposição às atitudes dos dominicanos catalães⁴²⁶ que passaram a condenar suas obras. Os escritos tinham carácter questionador sobre as atitudes dos religiosos que os viam não sendo servidores da verdade evangélica. Na obra o autor mostrou sua indignação com os clérigos que teriam apreendido seus escritos como modo de retaliação das denúncias que tem levado até Sua Santidade sobre suas atitudes. Ao apresentar sua justificativa para questionar seus inimigos que criticam suas obras, disse:

E porquanto, tudo que eu denuncio, digo-o segundo a verdade evangélica através de escritos e apresento sob forma de cartas públicas aos superiores da Santa Mãe Igreja, os quais podem julgar toda a doutrina evangélica, e é certo que a Igreja de Roma tem tomado conhecimento, recebido e apreendido em seu arquivo XI obras e muitas cartas públicas, tratando elas desta matéria por mim apresentada, escrita e feita em diversos locais, as quais aqui apresento para que sejam conhecidas e julgadas; de cujo assunto, creio, já deveis saber por intermédio de vossos mensageiros ou podereis certificar-vos por meio de carta pública quando assim o desejardes; certamente eu, por intermédio de carta pública faço requerer às autoridades e juízes da

⁴²⁶ O catalão enfrentou embates com a Ordem dos Pregadores do Reino de Aragão, como o caso do Inquisidor de Valência, Guilherme de Cotlliure, que impediu a circulação de diversos escritos seus.

Santa Igreja que requisitem todos aqueles que queiram comprovar e ver minhas denúncias [...].(ARNALDO DE VILANOVA, p.274)

Com base no escrito do Catalão, percebe-se que havia uma luta de ideias entre ele e os dominicanos quanto às posições teológicas. Nesse momento, de acordo com Santi (1987, p. 127-128) a reprovação contra a Ordem dos Pregadores decorreu do apoio recebido do Pontífice Clemente V (1305 – 1314) que era seu amigo pessoal e ainda seu defensor. O Santo Padre, foi o arcebispo de Bordéus, Bertrand de Got, escolhido como papa no Conclave de Perúgia, em 5 de junho de 1305, como um nome estranho entre os candidatos que estavam divididos entre os franceses e os italianos. Em 24 de agosto de 1305, o médico foi até a Corte papal representando o reino de Aragão, de Jaime II, como embaixador, com o objetivo de firmar assuntos políticos e também lhe apresentou alguns de seus escritos religiosos. O Sumo Pontífice prometeu-lhe analisar suas obras, além de requerer-lhe tratamento para sua saúde. Nesse período de três anos, que Arnaldo manteve uma tranquilidade dedicando-se ao trabalho universitário e ao espiritual. (PANIAGUA, 1969, p.9).

Verificou-se que na obra que ele condenou os dominicanos pelo fato de não terem caridade e a justiça, além de o atacarem tanto na escrita como na fala. Discorreu sobre a amizade que tinha por eles há tempos, mas não teriam o cuidado em ser um cristão que prezava o serviço da verdade. Para Santi (1987, p. 126), o autor fez de seu texto uma contraposição a aqueles grupos de religiosos que questionam seus escritos, mas ele mostrou que a Cúria Romana apesar de confiscar-lhes não condenou em nenhum momento suas doutrinas. Ele ainda confrontou seus inimigos que o caluniavam e o condenavam ao silêncio por conta do que defendia, mas não apresentavam provas lícitas que comprovavam suas denúncias.

Arnaldo deixou claro que os clérigos, no caso dos dominicanos, não tinham nem a caridade e a justiça. Dessa forma, reprovou a postura do grupo por o perseguir e não deixar que apresentasse sua doutrina reformista da Igreja, como salientou:

Contra caridade, pois aquilo que propõe contra mim não me foi comunicado nem verbalmente, nem por escrito e nem particularmente ou fizeram-me compreender se por ventura falhava por ignorância (no que são obrigados não somente por dever da amizade, mas por seu ofício e dever da religião); contra a justiça contestam por III maneiras, a primeira, por prejudicar à Igreja de Roma (que recebeu e apreendeu minha doutrina e não há nada condenado), e prejudicam a todos os superiores aos quais apresentei

minhas escrituras e claramente demonstram, neste menosprezo e blasfêmia, que não tem a Santa Igreja por mãe e nem por mestra, e nem aos superiores da Santa Igreja por ordenados ou sábios, mas sim por desinformados e ignorantes; a segunda maneira, ao dar por escrito a todos aqueles que podem e devem entender, conhecer e julgar, ao passo que eles, o que dizem, dizem-no ao povo que não pode entender nem julgar e ao qual não devem propor nada, pois segundo aconselha o Apóstolo⁴²⁷, por temer que não possam entender e, desta forma, não tenham proveito para amar a nosso Senhor e fugir do pecado; e mais contra a justiça de outra maneira, pois é certo que nenhum direito e nenhuma razão divina ou humana outorga que pessoa alguma seja condenada ou difamada de qualquer culpa ou crime antes que ela mesma o tenha confessado ou que por determinados documentos seja ela inculpada [...](ARNALDO DE VILANOVA, p.275-276).

Os dominicanos foram tidos posteriormente como inimigos do Catalão, tanto que ao apresentar suas ideias a eles em Girona, em 1302, em Lérida, em 1303, durante um Sínodo e posteriormente, em 1304, em Marselha divulgou a obra *Gladius jugunlas thomatistas*, sendo reprovada sua doutrina apocalíptica sobre a restauração da Igreja nessas diversas assembleias eclesíásticas.

A ideia propagada na época fora que o Mundo caminharia para uma fase apocalíptica. Despertava no momento a busca por um modelo religioso simbólico que possibilitasse prever na Terra um nova Era marcada por uma perfeição paradisíaca, diante de tempos de crises sociais. O livro do Apocalipse de autoria de São João, escrito por volta de 90 (século I), referente ao contexto da perseguição dos judeus pelo imperador romano Domiciano (51-96 D.C) despertava um imaginário social de pensar no fim do mundo. As doutrinas tidas pelas Igreja como heréticas, ressignificavam a concepção de Juízo Final para precisar o tempo que tal fato aconteceria. Nesse, caso, tem-se a inclusão de Arnaldo que utilizou na obra *Confissió de Barcelona* discutir momentos que marcariam a vinda do Anticristo no sentido de determinar o desfecho do Fim do Mundo.

As representações escatológicas encontram-se relacionadas com os contextos históricos que as sociedades de um determinado lugar estavam vivendo naquele período. Para compreender o aparecimento de aspirações míticas como o retorno do Anticristo, ápice do Juízo Final, analisado na perspectiva reflexiva da realidade social ou religiosa, discutiu-se:

⁴²⁷ São Paulo, livro de II Aos Coríntios, 8, 1-3.

Assim, as catástrofes e as desordens cada vez mais acentuadas da sociedade ocidental exacerbaram a idéia, muito corrente, segunda a qual a humanidade estava para viver o último século de sua existência e que o fim do mundo estava próximo. A perspectiva de um apocalipse iminente difundiu-se bastante. Do ponto de vista dos monges, sobretudo os funestos eventos da época, caracterizados pela pecabilidade do homem, aparecem como pródromos diretos do fim. O Anticristo e o fim do mundo estão próximos, portanto é preciso estar vigilante e fazer penitência. (TÖPFER, 2002, p.355)

Arnaldo de Vilanova acreditou que seria possível precisar o momento da vinda do Anticristo e dos fins dos tempos. O momento que o autor estava vivendo era de uma insatisfação popular com a Igreja, principalmente, pelo fato de ter acumulado bens e seus membros viverem numa postura de suntuosidade, além da venda de sacramentos como fonte de riqueza da instituição, o que acarretou à manifestação de alguns grupos contra o clero depois do século XII. O período de crítica à Instituição Eclesiástica despontou um imaginário profético-apocalíptico de ver na imagem do regresso do Anticristo, como no caso da percepção de Arnaldo, um momento de purificação da impureza da Cristandade que havia sido corrompida pelos falsos religiosos. O corpo clerical estava imerso em pecado, com isso, não seguiam a doutrina de Cristo e era um claro sinal que o Juízo Final se aproximava.

Conforme a análise no escrito *Confissió de Barcelona* (1305), o autor manteve uma postura profética de estar numa missão de anunciar a chegada do Anticristo, diante da eminente corrupção dos frades dominicanos que estavam descaracterizando a doutrina de Cristo. Com base no seu relato, disse:

E confesso, primeiramente, que escrevi que o tempo da vinda do Anticristo está tão próximo que se as pessoas pudessem viver através do curso natural da natureza, poderiam alcançá-lo e será necessário que os cristãos estejam informados daquele tempo para que guardem mais diligentemente do que em outros tempos duas coisas: primeiramente, a verdade de nosso Senhor Jesus Cristo, e conhecê-la em toda a sua plenitude e com clareza firmá-la em seu coração, pois o inimigo acima citado se esforçará em toda a sua habilidade para arrancá-la de todos os cristãos e constringê-los para que percam sua coragem; a segunda coisa da qual devem procurar adquirir é força e ardor de coração para todas as virtudes, especialmente para a virtude da caridade e amor a nosso Senhor, com a finalidade de menosprezar a vida corporal e todos os bens deste século e poder suportar e não desfalecer com a perseguição que o inimigo fará a todos aqueles que a Jesus Cristo adorarem. (ARNALDO DE VILANOVA, p.277).

Contudo, de acordo com Töpfer (2002, p.364), a Igreja rejeitava a noção de precisar com exatidão a vinda do Anticristo. Esse período seria indeterminado, mas deveria estar atento que a qualquer momento poderia de fato ocorrer. Contudo, o personagem simbólico era utilizado para manter um controle educacional sobre os leigos. No entanto, conforme viu-se que Arnaldo desafiou a autoridade do clero, assim como a maioria dos hereges que criticaram a postura da Igreja. Esse momento ocorreu no:

Século XII, as aspirações milenaristas tenderam a criticar a ordem eclesiástica. Esperava-se que a época derradeira e ideal fosse a de um Igreja purificada, cuja influência poderia, assim, estender-se à maior parte do mundo. Ao anticristo, que adquire então uma nova importância, atribuiu-se de forma cada vez mais clara o papel de purificador de uma Igreja excessivamente associada a interesses profanos. [...] De início, a tendência majoritária foi a de criticar a situação reinante da Igreja. O estado ideal cujo surgimento esperava-se era essencialmente definido pela renúncia da Igreja a seu conluio com o poder secular. (TÖPFER, 2002, p. 364)

Arnaldo na obra *Confissió de Barcelona* (1305), contrapôs ao discurso do clero que não poderia precisar o momento da vinda do Anticristo, seria relevante ao cristão saber esse momento. Em sua concepção quem negasse tal período “sofre de loucura ou tratam-se dos mensageiros especiais do Anticristo (ARNALDO DE VILANOVA, p.277)”. Nesse caso, a cristandade deveria tomar conhecimento do momento da perseguição que o personagem apocalíptico submeteria à comunidade cristã para que pecassem e tornassem seus seguidores antes do Juízo Final. É importante observar, que os clérigos não desejaram que realmente os laicos tivessem conhecimento sobre datas relacionadas ao Fim do Mundo, numa forma de manter o controle social sobre a população. Dessa forma, doutrinas de escatologia proféticas como a do Catalão estavam fora do princípio da Igreja Católica, porque colocava em perigoso essa conjuntura ao desafiar a situação de prestígio dos eclesiásticos.

O autor demonstrou que seria possível conhecer as revelações sobre a vinda do Anticristo. Nesse caso, na obra não estabeleceu uma data específica para tal desfecho. Os documentos relacionados envolvem desde a Sagradas Escrituras, além de autores que trataram das representações do personagem apocalíptico relacionando com seu tempo e tentando estipular fatos que no futuro levaria ao fim do mundo. Na discussão houve de certa forma, uma tentativa de mostrar ressignificando discursos de outro tempo histórico,

para dar sustentáculo para o discurso arnaldiano fazendo uma contraposição às críticas recebidas por parte dos teólogos dominicanos.

Com relação às Sagradas Escrituras, Arnaldo citou o livro de Daniel, capítulo 12 e verso 11, tratou do momento da vinda do Anticristo que daria em torno de 1290 dias, mas associando com outras passagens bíblicas o Espírito Santo poderia relacionar essa data com anos. Ele mencionou o episódio quando esteve na Universidade de Paris ao apresentar seu discurso reformista aos teólogos dominicanos, que rejeitaram sua tese. Para Arnaldo, o motivo seria como ainda não teria escrito nada relacionado à temática não deveria ser levada à sério. Vê que o autor mantém uma crítica aos dominicanos pelo fato de questionarem suas obras, além de proibi-las de circular. O livro bíblico de acordo com Le Goff (2013, p. 318), “evoca o Juízo, o fim dos tempos e o surgimento de um novo mundo, expandindo a todas as nações, depois do aparecimento de uma personagem celeste, próxima de Deus”. No caso, o texto religioso fora utilizado como forma de sustentar que o presente era momento de sofrimento, de perseguição do autor que no futuro viria o Juízo Final momento que seria culminante para a restauração da verdadeira doutrina de Cristo.

Continuando a discussão na obra, o Catalão citou a declaração de São Metódio⁴²⁸ da revelação que a vinda do Anticristo aconteceria dentro de mil anos, reforçado por São Jerônimo⁴²⁹ e Pedro Lombardo⁴³⁰ (Mestre das Sentenças). Convém observar que, ele atribuiu erroneamente que a obra *O apocalipse do Pseudo-Metódio* recebeu comentários de Jerônimo, somente em outras obras citou Metódio, já Lombardo tratou sobre o Anticristo, mas não relacionando como o bispo de Olímpia. O discurso arnaldiano ao refletir sobre a obra fora pelo fato de ter em sua biblioteca um exemplar do escrito. O uso do Pseudo-Metódio fora no sentido de discorrer de acontecimentos dos fins dos tempos como a vinda do Anticristo com o surgimento de um último imperador romano que traria paz à humanidade antes do fim dos tempos, numa clara Teologia milenarista.

⁴²⁸ Bispo de Tiro e Olímpia nasceu em 370 e morreu 444 é considerado um mártim para a Igreja. Foi lhe atribuída a obra *O Apocalipse do Pseudo-Metódio* de autoria por um monge que a redigiu siríaco, e que depois foi traduzida para o grego.

⁴²⁹ Tido como doutor da Igreja, viveu entre 342? a 420, na Dalmácia (Croácia), traduziu a bíblia para o latim.

⁴³⁰ Filósofo de orientação escolástica que viveu entre 1100 e 1160, escreveu *Quatro Livros das Sentenças* (1254-1256).

Para continuar a sustentar seu discurso citou São Cirilo⁴³¹ de Constantinopla que lhe atribuiu destaque na sua revelação em diversos lugares da Igreja, foi tido erroneamente por Arnaldo como sendo da Ordem de São Bento, já que pertencia a Ordem de Nossa Senhora do Carmo. Cirilo não deve ser confundido com o mártir Cirilo I, bispo de Antióquia (299?-303?), morto pelo exército romano no período de perseguições dos cristãos. De acordo com Cirilo, o fim dos tempos aconteceria dentro de mil anos, numa contagem como base no tempo de Cristo e de papas.

Outra revelação do Fim do Mundo dos tempos foi com São Eusébio⁴³², no qual com base no tempo de vida de Cristo e em catástrofes que aconteceriam em alguns lugares, seriam indícios que o período final estava próximo. Depois citou a monja Hildegarda de Bingen, que profetizou uma teologia apocalíptica sobre as transformações do mundo, tida equivocadamente pelo autor como aquela que com base no Espírito Santo canonizou o Santo Padre São Eugênio (FALBEL, 1977, p. 298). De acordo com o discurso da monja alemã, a Igreja estava assolada pela corrupção e a falta de devoção à fé católica, e defendeu que a instituição deveria ser despojada de seus bens e que os príncipes seculares imporiam à paz à humanidade com a conversão dos gentios aos Cristianismo, depois viria o Anticristo antes do Juízo Final.

Com base num discurso de São Paulo, o Catalão tentou justificar que o Anticristo estava prestes a vir devido aos indícios que já predominava no seio da cristandade os vícios materiais que estavam voltados para o desejo da carne do que da alma. Nesse caso, antes dos fins dos tempos o Anticristo seria desmascarado e derrotado pelo Cristo. Citando novamente as Sagradas Escrituras, o escrito do apóstolo na epístola de II Tessalonicenses, 2, 1-9 diz:

Os faço saber que o dia do Juízo não virá até o filho da perdição seja revelado e destruído pelo nosso Senhor Jesus Cristo e já sabeis pelo que vos digo e pregava quando estava entre vós, quanto demorará sua volta. E os faço saber que sua iniquidade, já reina escondido no povo cristão e tanto reinará que ainda no meio dos cristãos nascerá claramente aquela iniquidade. (ARNALDO DE VILANOVA, p.282)

Arnaldo fez de sua obra um discurso para prever o momento que o personagem mítico do Anticristo viria, para isso embasou-se em diversos autores como São Metódio,

⁴³¹ Nasceu em Constantinopla em 1126 e morreu em 1234 e a ele foi atribuído conferido um Oraculum Angelicum. Era Terceiro Prior Geral da Ordem do Carmo.

⁴³² Eusébio de Alexandria (século X) escreveu diversas homilias sobre as práticas eclesiais.

São Cirilo, a monja Hildegarda, as Sagradas Escrituras com ênfase nas pregações do apóstolo Paulo e outros. O intuito fora mostrar que o Anticristo estava chegando e necessitaria que a Igreja se redimisse, aquele que negasse esse contexto seria um discípulo do inimigo de Cristo.

Arnaldo criticou seus inimigos eclesiásticos, os falsos religiosos que haviam espalhado as vaidades materiais no meio da cristandade, nesse caso, eram representantes do Anticristo, como o próprio Cristo já havia alertado que nos fins dos tempos haveriam pessoas que manteriam hábitos religiosos, mas enganariam os fiéis. Para esclarecer esse discurso, cita-se o Catalão que discorreu:

E destes fala Nosso Senhor no Apocalipse, especialmente em dois lugares. Em um os compara à besta que subiu da terra, segundo se declara no “Livro dos falsos religiosos”. E disse assim: que enganarão ao povo dos cristãos, por isso, aparecerão com dois cornos de anjos, isto é, as duas excelências e perfeições do Nosso Senhor Jesus Cristo, isto é, santidade de vida e o saber da verdade de Deus. Assim, com esta aparência e semelhança, terão autoridade de falar entre o povo, o qual acreditará neles, os reverenciará e os temerá, pensando e crendo que estas duas perfeições de Jesus Cristo estarão neles; as quais mostrarão aparentemente, no entanto, por todas partes será conhecida suas falsidade e iniquidade. (ARNALDO DE VILANOVA, p. 284).

É importante esclarecer que, o autor comparou os falsos religiosos com a Besta do Apocalipse no capítulo 13, 11. Aqui o significado do personagem é compreendido no campo simbólico como “um elemento desse mundo fenomênico (desde uma coisa até uma pessoa ou um acontecimento) que foi “transsignificado”, enquanto significa algo além de seu próprio sentido primário” (CROATTO, 2001, p. 87, grifo do autor). O personagem mitológico torna-se concreto e específico dentro de uma visão apocalíptica para referenciar aqueles que mantiveram uma posição religiosa diferente do Catalão. No caso, a Besta que significaria um animal feroz fora associada ao próprio Anticristo que enganaria o povo cristão. O momento de embate entre o autor com os religiosos que criticavam suas obras, chegando mesmo a censurá-las, deu-lhe pretexto para argumentar da proximidade do Juízo Final e acreditar no momento futurístico que a Igreja passaria por uma renovação com o estabelecimento de um reino espiritual.

Arnaldo com base nas Sagradas Escrituras, precisamente no livro de Apocalipse 9, continua associando, os falsos religiosos, com a simbólica de gafanhotos tidos como feras que teriam dupla atitude em presença atos de bondade, na ausência eram difamadores que estariam preocupados com os atos da carne. De acordo com Franco

Júnior (1999, p. 46), o Anticristo era sempre visto como o outro, no caso aquele tido como rival.

A crítica arnaldina aos falsos religiosos foi uma maneira de mostrar a falta de comprometimento deles com a religião cristã. Eles assumiriam dentro de uma corrente escatológica seres encarnados como míticos que representariam um perigo para a fé dos fiéis. E utilizou de argumentos como o Evangelho de São Mateus 7, 15 “Guardai-vos dos falsos profetas que virão a vós vestidos de ovelhas” (ARNALDO DE VILANOVA, p. 284), nesse caso, os eclesiásticos mostravam que tinham hábitos honestos, mas na verdade não passariam de falsidade mantendo-se na corrupção. O autor recorreu novamente a São Cirilo de Constantinopla para fazer um ataque a seus adversários, segundo ele:

Por todas estas perversidades, na revelação de São Cirilo, nosso Senhor dá a doutrina para conhecer com certeza os falsos religiosos deste tempo, e para melhor conhece-los diz expressamente as cores de seu hábito, assim como preto e branco ou outras cores, segundo já me referi a este respeito no final do livro que escrevi contra os tomatistas. (ARNALDO DE VILANOVA, p. 287)

Essa discordância como os falsos religiosos, conforme na citação acima, deixa claro sua visão particular de atribuir aos dominicanos, percebe-se pela referência às suas roupas o branco e o preto, o papel de deturpadores do Evangelho. A vinda do Anticristo seria um fenômeno para forçar a Igreja a purificar-se.

Arnaldo questionava a noção de verdade cristã dos dominicanos, pelo fato de dedicarem ao estudo teológico e não aceitarem o questionamento de suas doutrinas, ao passo que eles nem mesmos a seguissem (FALBEL, 1977, p. 179). Ele deixou claro que os dominicanos não acatavam os questionamentos de sua postura, quando disse:

Assim mesmo, se alguém os repreende e lhes acusa de falsa pregação e de falsa doutrina, o imputará qualquer crime e o inculparão dizendo ser hipócrita e homem de mau espírito e de vida má; e contando de podê-lo acusar ou caluniar, não interpretarão suas palavras com sinceridade: as perverterão ou mudando-as, eles mesmos apresentarão testemunhas para confirmar o que dizem. (ARNALDO DE VILANOVA, p. 292)

Outro ponto discutido foi o fato de Arnaldo criticar a Teologia e Filosofia Tomista de Aristóteles, adotada pelos dominicanos de Sorbonne. Ele questionou de acordo Falbel (1977, p. 182), esses pesquisadores da Escolástica que apoiavam nas ciências seculares

para compreender as Sagradas Escrituras. Com base nessa visão discorreu no *Confissió de Barcelona* “Assim mesmo, estudam mais questões e sofismas da lógica, da natureza e ciência seculares do que o texto da Bíblia” (ARNALDO DE VILANOVA, p. 292).

Assim, o autor permaneceu na linha religiosa como um profeta mítico que considerava um conservador da doutrina cristã que tinha o papel de alertar a Igreja dos perigos que enfrentaria mediante a corrupção de seus membros. A influência joaquimita e das Sagradas Escrituras serviu de base para compor um discurso simbólico de recorrer a seres mitológicos dando-lhes concretude. Mediante uma tentativa de fugir de uma realidade que estava vivendo de forte perseguição dos teólogos por suas contundentes ideias. O pensamento era refletir que num futuro próximo com a vinda do Anticristo seria o passo para a restauração da Igreja, num tempo do Espírito Santo, com o fim da hierarquia eclesiástica, no qual os homens viveriam de forma simples e praticando a verdade do Evangelho, preparando para a chegada do Juízo Final.

FONTES IMPRESSAS

ARNALDO DE VILANOVA. *Confissió de Barcelona/ Super Facto Adventus Antechristi* (1305). In: FALBEL, Nachman. *Arnaldo de Vilanova, sua doutrina reformista e sua concepção escatológica*. 1977. Tese (Livre-Docência em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.p.251-298.

REFERÊNCIAS

CROATTO, José Severino. A descrição do símbolo. In:_____ *As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião*. Tradução de Carlos Maria Vásquez Gutiérrez. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 81-128.

FALBEL, Nachman. *Arnaldo de Vilanova, sua doutrina reformista e sua concepção escatológica*. 1977. Tese (livre-docência em História Medieval) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/São Paulo, 1977.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitã et.al. 7 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

PANIAGUA, Juan A. (1920-2010). *El maestro Arnau de Vilanova, médico*. 2 ed. Valência, Catédra e Instituto de Historia de la Medicina, 1969. p. 93. p. 1-93.

_____. *Studia Arnaldiana: Trabajos em torno a la obra médica de Arnau de Vilanova, c. 1240-1311*. Fundación Uriach, 1994.

SANTI, Francesco. *Arnau de Vilanova: L' obra espiritual*. Traducció Roser Berdagué. História I Societat / Diputació Provincial de València. Espanya, 1987.

TOPFER, Bernhard. Escatologia e Milenarismo. Tradução de José Carlos Estevão. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, JeanClaude (Orgs.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru (SP): EDUSC, 2002, 1v. p. 353-366.

ESTUDOS SOBRE A ENSINO ESCOLAR DE HISTÓRIA E OS CURRÍCULOS DE HISTÓRIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL EM GOIÁS⁴³³

Natália Candida dos Santos Pessoni

RESUMO: O presente texto apresenta parte das discussões desenvolvidas na pesquisa de Mestrado em História que busca compreender a relação entre os currículos de História para o Ensino Fundamental no estado de Goiás e a formação de consciência histórica dos alunos. Serão apresentadas nesse texto, as reflexões iniciais acerca das funções dos currículos, de forma mais geral, para as disciplinas escolares no interior de uma realidade social que não se limita ao ambiente escolar. A tentativa de percepção dessa dinâmica se deu na observação, a partir da historiografia e das fontes, dos processos que ao longo do tempo estiveram envolvidos na elaboração e concretização institucionalizada dos

⁴³³ Pesquisa desenvolvida no Mestrado em História no PPGH-UFG, sob orientação da professora Dra. Maria Conceição Silva.

currículos no Brasil. Feito isso procurou-se, posteriormente, se analisar os documentos curriculares que estão em vigor atualmente em Goiás.

Palavras-chave: Ensino de História, Currículos, Ensino Fundamental

A elaboração de reflexões acerca dos currículos de História, especificamente, ou dos currículos de forma geral é algo que cada vez mais tem se tornado vinculado a reflexões mais amplas que procuram relacionar tais documentos aos contextos e estruturas sociais que os produziram

Para que se desenvolva reflexões acerca dos objetivos delineados acima, o presente texto se divide em três partes. Na primeira parte são apresentadas discussões que vem sendo realizadas, não só no campo do ensino, sobre as funções do currículo de disciplinas escolares de forma mais ampla e suas relações com as configurações da sociedade; na segunda parte, remontar-se-á, com base na historiografia existente, uma “história” da disciplina escolar de História no Brasil desde a sua estruturação ao fim do período imperial. Já na terceira parte, analisar-se-á as propostas curriculares nacionais e estaduais elaboradas e colocadas em prática nas duas últimas décadas encerrando-se com o Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás, em vigor desde 2012. Portanto, pretende-se, nesse texto, delinear o “estado da arte” em relação às discussões atuais acerca do currículo para a disciplina de História para o ensino fundamental no Brasil em Goiás.

1 – Currículo: um espaço de debates educacionais e sociais

Discutir a noção de currículo no interior de uma determinada área de conhecimento e de ensino, que se constrói de forma específica, atualmente, não seria uma tarefa bem-sucedida se não se considerasse a vastidão de discussões acerca da noção de currículo, da abrangência e a materialidade destes documentos normativos num sentido mais geral. Sendo assim, antes de pensar sobre as várias problemáticas que se estabelecem em torno da construção de um currículo consistente de História, para o atual ensino escolar dessa disciplina, tornam-se necessárias diversas observações e leituras daqueles que procuraram pensar o currículo de uma forma geral, ou seja, não vinculada a áreas de conhecimento específicas buscando observar também as implicações sociais e consequências para além da escola relacionadas a tais documentos.

Com esse objetivo, destaca-se nesse momento os escritos de Michael Apple, que apesar de refletir a partir da realidade escolar estadunidense traz contribuições que serão analisadas no presente trabalho como base para refletir também sobre a realidade curricular brasileira atual. Analisar-se-á também as contribuições de Tomaz Tadeu Silva, identificando nos escritos dos dois autores a concordância acerca da existência de um caráter ideológico e intencional que influencia a criação desse tipo de construto orientador da educação. Dessa forma, mesmo com pressupostos teórico-metodológicos diferentes, transparece, em seus escritos, a identificação do currículo como uma proposta que carrega um conjunto de interesses, subjacentes ou não, cuja concretização traz consequências que não se limitam ao ambiente escolar, como será observado a seguir.

Posteriormente se observará, concluindo-se essa primeira parte, as reflexões elaboradas por Oldimar Cardoso, já na área da História, acerca da estruturação do ensino escolar no Brasil e sua relação com os currículos.

A partir da identificação do caráter intencional e ideológico dos currículos, o sociólogo estadunidense Michael Apple, analisa a educação em seu país sob o olhar da reprodução em escala escolar do modelo de sociedade atual e do controle social que seria possibilitado por essa educação. Segundo o autor, “devemos reconhecer que o currículo finca suas raízes no próprio solo do controle social” (APPLE, 2006).

Ao analisar a realidade educacional atual dos Estados Unidos, que seria geradora de um controle social mediante educação, Apple elabora um problema que se reflete na questão: “Que significados subjacentes são negociados e transmitidos nas escolas por trás do real e formal conteúdo das ‘coisas’ que compõem o currículo?” (APPLE, 2006).

Dessa forma, Apple propõe uma resposta ao problema referido acima, concluindo que o conjunto de preocupações normativas e de padronizações no ambiente escolar teriam muito mais o objetivo de reproduzir o que se construiu como consenso do ideal da “comunidade norte-americana” que de meramente estabelecer conteúdos escolares a serem ensinados.

Assim, os perfis institucionais das escolas com suas formas de relação cotidianas relativamente padronizadas ofereciam os mecanismos pelos quais um consenso normativo pôde ser ensinado
[...] Assim, historicamente, um grupo de significados do senso comum, combinando o consenso normativo e o ajuste econômico, foi construído na própria estrutura da educação formal. (APPLE, 2006)

Portanto, na esteira do que analisa Michael Apple, pode-se afirmar de forma bem geral, que em diversos momentos o currículo escolar pode ser compreendido como instrumento de exercício de poder não só no interior das escolas, mas também da sociedade em geral. As observações citadas acima procuraram identificar como um determinado conjunto de saberes se estrutura dentro do ambiente escolar, ora como reprodutor, ora como gerador de identidades e ideologias. O que se torna central nessa sessão é perceber que os currículos, no contexto da escolarização não são objetos neutros e, muitas vezes, se tornam os principais elementos estruturantes desse conjunto de saberes. Tomaz Tadeu da Silva, na apresentação da obra *Currículo: Teoria e História*, na qual ele organiza escritos de Ivor Goodson, afirma que

Diferentes currículos produzem diferentes pessoas, mas naturalmente essas diferenças não são meras diferenças individuais, mas diferenças sociais, ligadas a classe, a raça, ao gênero. Dessa forma uma história do currículo não deve estar focalizada apenas no currículo em si, mas também no currículo enquanto fator de produção de sujeitos dotados de classe, raça, gênero. Nessa perspectiva, o currículo deve ser visto não apenas com a expressão ou a representação ou o reflexo de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas. É preciso reconhecer que a inclusão ou exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade (SILVA, 1995)

Dessa forma, o autor aponta também a não neutralidade das elaborações curriculares, visto que são elaborados num contexto complexo onde é necessário observar a quantidade e a complexidade de fatores envolvidos na concretização dos mesmos. Segundo Silva (1995), ao comentar a obra de Goodson, reforça esse aspecto ao afirmar que

[...] Ele (Goodson) tenta demonstrar, através de seus inúmeros trabalhos empíricos, assim como através de um corpo consistente e denso de teorização, que as categorias pelas quais vemos e construímos hoje o currículo educacional são resultados de um lento processo de fabricação social, no qual estiveram presentes conflitos, rupturas e ambiguidades. (SILVA, 1995)

Os documentos e a historiografia analisados durante a realização desse trabalho mostram que outra dificuldade em relação aos currículos é a escassez de reflexões mais amplas sobre estes se tornou prática comum. Em relação à disciplina de História isso causou um prejuízo perceptível pois, ainda hoje, se convive com a existência de currículos para a História com características extremamente retrógradas ao não acompanharem as

discussões e inovações que tem sido e produzidas nas universidades nas recentes áreas, no Brasil, voltadas para a Didática da História e Educação Histórica, por exemplo.

O historiador Oldimar Cardoso, em artigo de 2008 denominado *Para uma definição de Didática da História* reflete, entre outras coisas, sobre o ensino de História oferecido em nível escolar relacionado ao seu currículo, apontando o tipo de vínculo que se estabelece entre o conhecimento escolar e o saber produzido nas academias. Com base nos estudos acerca do pesquisador francês André Chervel, Cardoso (2008) constrói a ideia de que há uma autonomia do saber escolar sobre o saber científico. Para ele, esse fenômeno permitiu que um conhecimento histórico escolar se construísse independentemente da História “científica” produzida no meio acadêmico.

Para Cardoso, essa autonomia, no Brasil é ainda mais concreta porque, segundo ele, “não possuímos um currículo” (CARDOSO, 2008). No entanto, essa afirmação precisa ser melhor analisada, observando-se o que ocorre na realidade curricular brasileira. Cardoso apoia sua afirmação em uma comparação com currículo francês, analisado por Chervel, que é definido pelo ministério da Educação desse país com uma precisão que indica os dias em que serão aplicados determinados conteúdos. No entanto, essa afirmativa de Cardoso foi feita num momento em que os PCNs já estavam em vigor no Brasil há mais de dez anos. Os PCNs foram estabelecidos como esse currículo nacional, embora não seja tão rígido em relação a distribuição dos conteúdos ao longo dos períodos escolares em comparação com os currículos franceses, visto que o documento brasileiro funciona como uma orientação nacional para a elaboração dos currículos locais. Identificar a abrangência e aplicação desses parâmetros faz com que a ideia de que “não há qualquer restrição governamental à elaboração dos currículos pelos professores” (CARDOSO, 2008) possa ser questionada.

Sobre as formas de garantir que os currículos estabelecidos a priori sejam aplicados satisfatoriamente, pode-se afirmar que pelo menos no caso do estado de Goiás, esse controle vem se tornando ainda mais intenso desde 2007. Isso ocorre porque além dos PCNs, há ainda um outro documento em fase de plena aplicação que é o Currículo Referência da Rede Estadual de Educação. Este sim, propõe inclusive uma organização de conteúdos ao longo de bimestres para todos os anos em todas as disciplinas ministradas pelas escolas da rede estadual de educação em Goiás. Portanto se é possível afirmar, de acordo com os primeiros autores citados, que o currículo não é neutro e que ele carrega em si características de um projeto de sociedade, sendo assim mais que de um mero

programa escolar, pode-se afirmar também que as formas de controle para que esse projeto seja executado satisfatoriamente também se intensificam em relação ao Estado de Goiás.

Diante do que foi exposto acima o trabalho se propõe, a partir de agora, a investigar como se deu o processo de construção de currículos de forma mais específica para o ensino da disciplina História, no Brasil e posteriormente, em Goiás.

2 – História da História como disciplina escolar e dos seus Currículos no Brasil, um percurso complexo

Nesse tópico é necessário reiterar que a pesquisa procura analisar mais detalhadamente os currículos de História a partir dos últimos anos do século XX e primeiras décadas do século XXI, período em que vigora os PCNs e o Currículo Referência. No entanto, para que essa análise se torne mais completa, é necessário estabelecer uma comparação entre as propostas curriculares desse período com os programas escolares de períodos anteriores, percebendo então os movimentos que se estabelecem ora como avanços ora como retrocessos.

Com esse objetivo, a proposta é desenvolver aqui uma breve história das orientações para o ensino de História no Brasil e buscar perceber as características desse “desenrolar” que, ao longo de todos esses anos, foi palco de tensões teóricas e ideológicas.

Observando-se então como se constituiu essa História dos Currículos de História no Brasil, destacar-se-á, cinco momentos distintos da História do Brasil, nos quais mudanças importantes ocorreram do ponto de vista do ensino de História e dos currículos elaborados para esse ensino: 1) fins do período imperial e início do período republicano; 2) período das reformas educacionais do governo Vargas; 3) período de Ditadura civil-militar no Brasil; 4) período da redemocratização e 5) período de implantação dos PCNs (1998) e do Currículo Referência em Goiás (2012).

Segundo a historiadora Katia Abud (1997), no Brasil, a História como Disciplina Escolar teria surgido paralelamente à História acadêmica e seguindo os mesmos princípios do representante “oficial” desta última no Brasil, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Nesse sentido, todo o intuito de construção de uma genealogia nacional fundadora de uma identidade era transmitido também aos alunos, através principalmente dos programas estabelecidos pelo Colégio Pedro II, confirmador

e reprodutor da visão histórica do IHGB. Essa identidade, entretanto, se concentrava nas elaborações de Von Martius que se firmavam no fortalecimento da superioridade do empreendedorismo português sobre essa terra.

Para Abud:

A ligação entre as duas instituições era profunda. Os membros do IHGB eram professores do D. Pedro II. E as resoluções do IHGB sobre História afetavam grandemente a instituição escolar, cujos lentes eram responsáveis pela elaboração dos programas. O Pedro II e o IHGB representavam, na segunda metade do século XIX, as instâncias de produção de um determinado conhecimento histórico, com o mesmo arcabouço conceitual e problematização (ABUD, 1997)

O ensino escolar de História se estruturou no Brasil, então, no início de sua constituição, através dos programas estabelecidos Colégio Pedro II, ainda no período imperial. Mesmo na República esse colégio, a partir de então sob o nome de “Ginásio Nacional”, permaneceu como instituição padrão de ensino escolar e isso se manteve até 1930. Observa-se como característica dos conteúdos de História ensinados nessa época que, até então, estes se concentravam em listar grandes acontecimentos da história europeia, em detrimento da história do Brasil. Segundo Elza Nadai,

A História pátria surgia como seu apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário. Relegada aos anos finais dos ginásios, com número ínfimo de aulas, sem uma estrutura própria, consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e de batalhas” (NADAI,1992)

Durante a chamada “Era Vargas”, percebe-se que o ensino escolar da História, bem como os currículos elaborados para tal assumem um outro objetivo político, que se relacionava ao interesse e “necessidade” de se consolidar uma identidade nacional e de se exaltar esse nacionalismo, a partir disso, segundo Kátia Abud:

As listas de conteúdos, sua distribuição pelas séries da escola secundária, as orientações para o trabalho pedagógico elaborados pelas instituições educacionais durante o período em que Vargas governou, traduziam a preocupação oficial e as discussões que perpassavam os meios intelectuais brasileiros. Mais do que isso, eram um instrumento ideológico para a valorização de um *corpus* de ideias, crenças e valores centrados na unidade de um único Brasil, num processo de uniformização, no qual o sentimento de identidade nacional permitisse a omissão da divisão social, a direção das massas pelas elites e a

valorização da "democracia racial", que teria homogeneizado num povo branco a população brasileira. (ABUD,1998)

Nesse sentido, as duas reformas educacionais durante o período varguista foram essenciais para reproduzir no ambiente escolar esse conjunto de ideias unificadoras e nacionalistas, a saber: a reforma de Francisco Campos (1931) e a de Gustavo Capanema (1942), que “valorizaram” um pouco mais a história pátria, ampliando a carga horária, no caso da primeira e dissociando História Geral e História do Brasil, na segunda.

Partindo agora para a observação do ensino de História durante o regime militar iniciado em 1964, percebe-se que foi um período em que vários outros golpes foram desferidos também contra o ensino de História no Ensino fundamental. Tais golpes podem ser constatados através da observação da Lei 5.692/71 que possibilitou a descaracterização do ensino de História, assim como a de Geografia, pois de acordo com o texto da lei em seu quarto artigo,

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

§ 1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares:

I – O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

II – Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.

III – Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de materiais relacionadas de acôrdo com o inciso anterior. (BRASIL, 1971)

Essa descaracterização se deu pois tal lei possibilitava a criação de disciplinas para o que foi chamado “núcleo comum” e assim a disciplina “Estudos sociais” se tornou obrigatória nesse contexto, a partir da resolução nº 8 do Conselho Federal de Educação de 1971 que determinava que

Art.1º - O núcleo-comum a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus abrangerá as seguintes matérias: a) Comunicação e Expressão b) Estudos Sociais c) Ciências

§ 1º - Para efeito da obrigatoriedade atribuída ao núcleo-comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas: a) em Comunicação e Expressão – A Língua Portuguesa; b) nos Estudos

Sociais- a Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil; c) nas Ciências – a Matemática e as ciências Físicas e Biológicas. Art.2º - As matérias fixadas, diretamente e por seus conteúdos obrigatórios, deverão conjugar-se entre si e com outras que se lhes acrescentem para assegurar a unidade do currículo em todas as fases do seu desenvolvimento.

Art 4º - As matérias fixadas nesta Resolução serão escalonadas, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus, da maior para a menor amplitude do campo abrangido, constituindo atividades, áreas de estudo e disciplinas. (BRASIL – CFE, 1971)

De acordo com essa determinação, a História ser tornou-se um “conteúdo” diluído no interior de uma “matéria” denominada Estudos sociais, que ainda abrangia Geografia e Organização Social e Política do Brasil (OSP), ou seja, no limite, essa determinação ocasionou uma desvalorização da História e da Geografia enquanto áreas do conhecimento autônomas. A disciplina Estudos Sociais permaneceu sendo ensinada oficialmente até 1990 como uma disciplina obrigatória e suprimido outras disciplinas com características de maior grau de criticidade, o que permite deduzir as intenções do governo militar de abolir reflexões e construções do conhecimento histórico mais profundas nas escolas. Tal situação se agravou quando tal governo decidiu interferir também no processo de formação de professores, visto que a disciplina de Estudos Sociais deveria ser ministrada nas escolas inicialmente por professores formados através de “Licenciaturas curtas em Estudos sociais”, afastando o professor de História dessa área.

Diversos embates foram travados pelos profissionais no interior das universidades com o objetivo de retomar a História como disciplina autônoma no interior das escolas desde o fim da década de 1970 o que levou a algumas medidas por parte do governo, como a alteração da resolução 8/71, voltando atrás no sentido de permitir a “devolução” ao professor de História do direito de ministrar essa disciplina, bem como a de Estudos sociais.

Através desse breve histórico, torna-se possível perceber que até então todos esses modelos sob os quais a História foi ensinada nas escolas no Brasil se apoiaram no modelo positivista do século XIX, além de terem sido, vez ou outra, apropriados e manipulados de acordo com as características e interesses políticos e ideológicos em épocas diversas. No entanto, uma visível crise desse modelo na academia, mesmo percebido de forma tardia, apontou para a necessidade de diversificação do olhar acerca da História ensinada na sala de aula.

No início da década de 1990, ainda no contexto do processo de redemocratização política no Brasil, amplos debates foram estabelecidos pelos grupos que pensavam tanto o ensino de história como a formação profissional do historiador/professor, continuando os que surgiram a partir das décadas de 1970 e 1980. Elza Nadai, em um artigo escrito no início da década de 1990 procurou analisar alguns pontos que caracterizavam o ensino de história nesse contexto, apontando assim perspectivas para o período seguinte que se iniciava.

Realizando esse balanço geral do ensino de história no Brasil no início da década de 1990, Nadai reafirma a crise da história positivista e de seu ensino escolar e aponta para possibilidades de revalorização do ensino da História e de sua importância social através da metáfora da fênix que “tem ressurgido das cinzas (onde a ditadura pensou sepultá-la)” (NADAI, 1992). Esse renascimento se delineia na possibilidade de, com a redemocratização, os estados terem mais autonomia para elaborar seus currículos e propostas educacionais sem um controle tão incisivo.

Já, ao longo da década de 1990, com a consolidação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) de 1996, delineou-se, também em nível federal, a tentativa de se estruturar um novo modelo de ensino, visto que o que estava em vigor ainda apresentava os resquícios do projeto educacional do período da ditadura militar. Nesse processo de estruturação desenvolveram-se os PCNs, que em 1998 se estabeleceram como orientação curricular para as diversas “disciplinas” escolares do Ensino Fundamental.

O processo de elaboração dos parâmetros demandou tempo e uma equipe profissional vasta. Segundo Renilson Ribeiro (2004)

O processo de construção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) teve início a partir do estudo de propostas curriculares de Estados e municípios brasileiros, da análise realizada, a pedido do MEC, em 1995, pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais e do contato com as informações relativas a experiências de outros países. A partir desses estudos, formulou-se uma proposta que, apresentada em “versão preliminar”, passou por um processo de discussão em âmbito nacional, em 1995 e 1996, do qual participaram docentes de universidades públicas e privadas, técnicos de secretarias estaduais e municipais de educação, de instituições representativas de diversas áreas de conhecimento, especialistas, pesquisadores e educadores. Desses interlocutores foram recebidos cerca de 700 pareceres sobre a proposta inicial, que, segundo os autores dos PCNs, serviram de referência para a reelaboração do documento apresentado, na sua versão final, oficialmente pelo MEC em 1997. (RIBEIRO, 2004)

A partir do texto introdutório, lançado em 1997 foram apresentadas as propostas curriculares para cada disciplina através de manuais divididos por áreas de conhecimentos. As áreas de História e Geografia foram apresentadas num mesmo volume embora sejam agora tratadas como áreas separadas, devido a alguns pareceres contrários a continuidade da integração dessas duas áreas em apenas uma “disciplina”, como havia sido proposto na versão preliminar sob o nome de “Conhecimentos Históricos e Geográficos.

Foram destacadas do texto dos PCNs, nessa etapa da pesquisa, as partes do texto introdutório e da seção de História, referentes ao “terceiro e quarto ciclos” (que na época da criação do documento correspondia ao período entre a 5ª e 8ª séries, hoje, 6º ao 9º ano).

O objetivo central expresso pelo texto introdutório dos PCNs é a estruturação da educação no Brasil, visando a criação de condições para o desenvolvimento da cidadania, termo bastante recorrente ao longo do documento. Destacar-se-á, a seguir, alguns princípios que nortearam a elaboração dos mesmos.

Segundo o documento, justificava-se a criação do mesmo da seguinte forma:

há uma expectativa na sociedade brasileira para que a educação se posicione na linha de frente da luta contra as exclusões, contribuindo para a promoção e integração de todos os brasileiros, voltando-se à construção da cidadania, não como meta a ser atingida num futuro distante, mas como prática efetiva.

A sociedade brasileira demanda uma educação de qualidade, que garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas. (BRASIL, 1998)

Recorrendo ainda ao tema da cidadania, central nos PCNs, visto que eles se colocam como um instrumento capaz de garantir a concretização de tal necessidade e expectativa através da educação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais apoiam-se em normas legais e procuram contribuir na busca de respostas a problemas identificados no ensino fundamental, objetivando uma transformação desse ensino que atenda às demandas da sociedade brasileira atual.

O Plano Decenal de Educação, à luz da Constituição de 1988, reafirma a necessidade e a obrigação do Estado de elaborar parâmetros claros, no campo curricular, capazes de orientar o ensino fundamental de forma

a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras. (BRASIL, 1998)

Sendo assim, tal documento, que passou a ter validade em todo o território nacional, orientando currículos locais e produção de livros didáticos se colocando como portador de um programa de educação que priorizava o desenvolvimento da cidadania e da democracia em todo o Brasil, sendo norteado por uma concepção construtivista de educação.

3 – Currículos de História no Estado de Goiás: Rupturas e Permanências

Essa seção propõe uma observação sobre como se deram as transformações em torno do ensino escolar de história especificamente no estado de Goiás, ao longo do tempo, ora obedecendo as normatizações nacionais, ora exercendo maior autonomia em relação à essas elaborações curriculares.

Destacam-se, nessa parte, os currículos elaborados em Goiás após o fim do período da ditadura civil militar (1964-1985). Nesse período, observou-se a possibilidade de reestabelecimento da disciplina História de forma mais autônoma, embora ainda houvesse a obrigatoriedade do ensino de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC). As reformulações desse período para a rede estadual de educação em Goiás deram origem ao documento elaborado ao fim da década de 1980, pela então Secretaria de Estado da Educação, intitulado “Subsídios para a estruturação da proposta curricular de História e OSPB”, que contou com a participação de professores da UCG, UFG.

A seção de História do documento seguiu a seguinte estrutura: uma Apresentação e uma Justificativa que são gerais seguidas por blocos divididos por séries do Ensino Fundamental (aqui ainda denominado 1º grau). Esses blocos continham as seções “Programa de História”, no qual foi apresentado um plano de curso dividido em unidades e conteúdos específicos de cada unidade; “Sugestões Metodológicas”, que indicava ao professor metodologias gerais para aplicar tais conteúdos de forma a tornar o ensino mais dinâmico e atrativo para o aluno e eram concluídos com as seções “Bibliografia Básica” e “Bibliografia Complementar”. Logo em seguida são apresentados os blocos, também por série e seguindo a mesma estrutura, para os “Programas de OSPB” para a 7ª e 8ª séries, nas quais essa disciplina compunha o currículo.

O documento, embora apresentasse alguns avanços em relação ao modelo de ensino que o antecedeu, carregava ainda os problemas decorrentes da supressão por mais de duas décadas, do ensino de História no Ensino Fundamental. São expressas na seção “Apresentação” tanto quanto na seção “Justificativa” do documento as claras intenções de ruptura com a forma como a história vinha sendo ensinada que, segundo o documento

Via de regra a disciplina constitui-se em sequências de fatos, datas e nomes, sem qualquer significação para o aluno e sendo motivo de frustração para o professor, já que o máximo que ele consegue obter é que o estudante memorize algum conteúdo que depois será esquecido. E ainda mais os alunos acabam tomando aversão pela disciplina. (GOIÁS, 1988)

No entanto, é perceptível que, devido a esse afã de romper com o período anterior, outros excessos tenham sido cometidos tais como a completa exclusão das análises características da história política, priorizando-se os aspectos sociais e econômicos, como expresso no trecho da seção “Justificativa” no qual se afirma que

(...) selecionamos aqueles [conteúdos] mais significativos para a compreensão da vida e do mundo pelo aluno, tendo por eixo norteador a História Econômica e Social. Em função disso, muito dos conteúdos de História Política e Administrativa, considerados prescindíveis nesta etapa de escolarização, foram deixados de lado. (GOIÁS, 1988)

Cabe lembrar que o problema não é a história política em si, mas sim a forma como ela era ensinada ou imposta mediante o forte traço positivista que ainda vigorava História ensinada. Outro exagero pode ser percebido ainda na seção “Justificativa”, quando se afirma que

O ensino da História, da maneira como propõe aqui, prevê a apreensão, por parte do aluno, do processo histórico tal como ocorreu antes de nós, desenrola-se no nosso tempo e continuará depois de nós, ressaltando, pois, o aspecto essencialmente dinâmico dessa ciência que tem por objeto as próprias formas de manifestação da vida humana (GOIÁS, 1988)

Essa afirmação pode ser considerada exagerada pois assume para o ensino escolar de História uma pretensão de apresentação dos acontecimentos do passado humano “tal como foram”, pretensão essa que tem sido criticada desde quando se coloca em xeque a tendência positivista delineada no início da constituição da História enquanto área do conhecimento, segundo a qual a História deveria ser um retrato exato do passado.

A seção “Justificativa” desse documento ainda apresentou uma série pontos que foram no texto que foram caracterizados como “dificuldades no ensino/aprendizagem de História que são intrínsecas à própria disciplina” (GOIÁS, 1988), e que se concentraram basicamente em: ser uma disciplina desprestigiada e com muitos conteúdos, com conceitos abstratos e não atrativa para os alunos por lidar com o passado.

Diante disso foi proposta como solução a necessidade de se dinamizar a aula, aplicando técnicas de ensino que envolvam o aluno “tais como o autódromo, GVGO, batalhas, dramatizações, etc.” (GOIÁS, 1988), que são reiteradas exaustivamente nas seções “Sugestões Metodológicas”. Assim, culpou-se a suposta monotonia inerente à disciplina História e não a forma como era ensinada anteriormente e com isso foram propostas “saídas” problemáticas com base em uma “solução” superficial.

Alguns anos depois esse documento foi reformulado e apresentado novamente sob o título de “Programa curricular mínimo de História para o Ensino Fundamental 5ª a 8ª série” (PCM), vindo a público no ano de 1995. Nesse contexto a disciplina OSPB já havia sido extinta, de acordo com a lei nº 8.663 de 14/06/1993, e por isso os conteúdos dessa disciplina foram diluídos nos programas de História e Geografia na 7ª e 8ª série. Segundo o Caderno 3 da Reorientação Curricular do 6º ao 9º ano, lançado em 2009 e que problematiza o PCM,

A rede estadual de ensino de Goiás, em sintonia com a tendência de revisão do ensino de História, nas décadas de 1980 e 1990, iniciou com seus professores e especialistas das universidades locais a discussão acerca de possíveis abordagens dos conteúdos da área ensinados nas escolas. Para tanto, esses profissionais consideraram as mudanças nos métodos de ensino, bem como a necessidade de adequá-los às aulas de História. O trabalho dessa equipe culminou na reformulação do PCM (Programa Curricular Mínimo) – que havia sido publicado na década de 1980 –, reeditado no ano de 1995. Esse documento, por muito tempo, serviu de referência ao trabalho docente desenvolvido nas aulas de História, de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, constituindo-se como referência importante para o debate sobre as novas metodologias, para a reflexão da prática pedagógica do professor. O objetivo do PCM, documento oficial, seria incentivar as discussões e possibilidades de se usarem novas fontes nas aulas, criticar tanto o livro didático quanto os materiais didáticos utilizados. (GOIÁS, 2009)

Apesar dessa reformulação e readequação do currículo à nova legislação educacional, percebe-se que a estrutura desse documento permaneceu a mesma, inclusive com a listagem de conteúdos e as mesmas sugestões metodológicas que se concentram em apenas oferecer aulas mais dinâmicas através da utilização de técnicas de ensino que

envolvam os alunos e modifiquem a rotina das aulas sem, no entanto, apresentarem mudanças que interfiram em aspectos voltados para a História como área específica do conhecimento, como conclui também a Reorientação Curricular de 2009

Se, por um lado, o PCM acenava para novas práticas no ensino de História, por outro, não se conseguiu avançar muito na área como proposta metodológica, sobretudo no que se refere aos conteúdos apresentados de forma periodizada, ainda num modelo quadripartite. (GOIÁS, 2009)

No fim da década de 1990, o lançamento dos PCNs apresenta uma orientação curricular que passa a ser seguida nacionalmente, não sendo diferente em Goiás. Tendo como base essa nova orientação, os professores passam então a organizar, no contexto das próprias escolas, a distribuição dos conteúdos e organização da disciplina de História, visto que esse novo documento passa a ser também o parâmetro a ser seguido pelos livros didáticos utilizados nas escolas. Dessa forma, pode-se perceber, nesse momento, um período breve de autonomia do professor e da comunidade escolar no estabelecimento dos currículos e dos programas de ensino.

Em Goiás, parâmetros que se propusessem mais unificadores dos currículos das diversas escolas só passam a ser discutidos novamente na década seguinte e tais elaborações culminariam no documento para o qual as atenções dessa pesquisa se voltam, a saber, o Currículo Referência para a Rede Estadual de Educação de Goiás

Selecionou-se, portanto, esse documento pois ele serve desde 2012 como normativa curricular definitiva para o Ensino Fundamental e Médio em toda a rede estadual de ensino no estado, ou seja, por ter uma abrangência consideravelmente ampla. Diante dessa amplitude, e de sua recente elaboração deve-se avaliar, portanto se ele realmente oferece uma proposta de ensino de História que se aproxime das discussões mais recentes, produzidas nas academias, no próprio estado como por todo o Brasil.

Sobre a elaboração desse documento, trata-se da culminância de um conjunto de propostas que foram sendo construídas desde 2004, dentro do programa de Reorientação curricular, pela Secretaria Estadual de Educação com a participação de professores da rede estadual de Educação, dando origem aos cadernos da série “Currículos em debate”, que foram sendo implantados gradativamente através de versões preliminares. A partir

de 2012, com uma reforma Educacional denominada “Pacto pela Educação – Goiás⁴³⁴” o documento vem sendo trabalhado em versão definitiva em todo o Estado.

Segundo o programa do Pacto pela educação um dos objetivos principais seria “Adotar práticas de ensino de alto impacto no aprendizado”, que tinha como principal ação a “construção de currículo mínimo de aprendizagem aula a aula e que permita adaptação para a realidade local (a partir do trabalho iniciado na Reorientação Curricular)” (GOIÁS, 2011)

Nesse sentido percebe-se que o controle do Estado sobre o currículo se torna ainda mais intenso, visto que o currículo comum a todo o estado é distribuído diretamente aos professores através do site da Secretaria Estadual de Educação e a organização do documento é feita por bimestres, sendo acompanhada de perto por outra ação do programa que é a “tutoria pedagógica”. Esta funciona através de uma “equipe regional de cerca de 300 tutores que acompanha trabalho pedagógico em todas as escolas da rede (média de 1 tutor a cada 4 escolas)” e do “acompanhamento prático dos coordenadores pedagógicos e suporte a professores”. Portanto, esse currículo se faz presente em Goiás e o controle sobre a sua execução se tornou ainda mais intensa através da efetivação do programa Pacto pela Educação. Assim, retomando as discussões do início desse texto, ao se interpretar as propostas do Currículo Referência, é importante que se levante questões em torno dos interesses subjacentes que esse documento carrega e do modelo de sociedade que ele reforça em escala escolar.

Verifica-se que assim como nos PCNs, no Currículo Referência a História é incluída novamente como uma área de conhecimento autônoma, que aparentemente tem resgatada sua função social. No entanto, surgem três questionamentos no final desse texto, cuja pesquisa que deu origem a ele vem tentando investigar: 1) Até que ponto as concepções de aprendizagens que norteiam essas diretrizes em relação especificamente ao ensino de História tem suas bases na própria ciência histórica? 2) Qual a relação entre as concepções de aprendizagem histórica contidas nesses documentos e as novas perspectivas da Educação Histórica? 3) Como essas orientações curriculares se relacionam com a construção da consciência histórica dos alunos.

434 Disponível em <http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/pilares.asp> , acessado em 31/07/2014

REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O Saber histórico em sala de aula*. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- APLLE, Michael. **Ideologia e currículo**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRASIL. Lei nº 5692 de 11 de Agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF.
- _____. Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF.
- _____. Ministério da Educação e da Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Secretaria de Educação Fundamental/SEF. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 153-170 - 2008
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Fixa as matérias integrantes do núcleo comum, a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus, nos termos da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, e dá outras providências. *Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/12/1971*, Página 10440 (Publicação Original)
- GOIÁS. Secretaria de Educação. Currículo em debate: expectativas de aprendizagem, convite à reflexão e à ação. Caderno 5. Goiânia: SEE-GO, 2007.
- _____. **Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás**. Secretaria de Estado da Educação. 2012 Disponível em <http://portal.seduc.go.gov.br/SitePages/home.aspx> acessado em 20-01-2014

_____. **Pacto Pela Educação**. Secretaria de Estado da Educação. Disponível em <http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/> 2011. Acessado em 20 jul 2014.

_____. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, v.13, nº25/26, set 1992/ago 1993, pp. 143-162

RIBEIRO, Renilson R. O saber (histórico) em parâmetros: O ensino da História e as reformas curriculares das últimas décadas do século XX. In: *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, n. 10, v. 5, abr./jun.2004 Dossiê História Cultural ISSN 1518-3394 Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>. Acessado em 12-11-2012.

A PRODUÇÃO LITERÁRIA NO PÓS 70: CÂNONE JUDAICO E LITERATURA DE AUTORIDADE

*Nathália Queiroz Mariano Cruz*⁴³⁵

RESUMO: O processo de redação da *Mishnah*, ocorrido entre o decênio final do séc. II e.c ao III e.c, tentou inserir uma normatização da legislação oral que pudesse reger a vida prática judaica. Entretanto, tal processo parece não ter tido um consenso que correspondesse às realidades das comunidades judaicas antigas, visto que o mesmo desconsiderou muitas das literaturas sagradas produzidas no período. A descoberta dos Manuscritos do Mar Morto, no séc. XX, pôde lançar novas perspectivas à circulação de uma literatura ampla e variada nas comunidades judaicas antigas, nos levando a revisar a proposta de um cânone judaico ou de uma literatura normativa para o rabinato farisaico da Babilônia e de Jerusalém.

Palavras-chave: Cânone. Textos de Autoridade. Judaísmo Normativo.

⁴³⁵ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves. Bolsista CAPES.

A proposta de redação da *Mishnah*, ocorrida no decênio final do séc. II e.c e início do séc. III e.c, configurou um passo na construção de um cânone judaico rabínico – no sentido oficial e normativo do termo –, muito embora a palavra cânone e/ou seus derivados nunca tenham aparecido nas fontes sagradas judaicas antigas para tratar esse conjunto textual. Todavia, na medida em que cremos ser possível perceber um processo em direção ao cânone judaico, elencamos os seguintes pressupostos: a) se conseguimos identificar a presença de um cânone judaico, com a maior clareza, a partir da redação da *Mishnah*, é importante destacar que se trata de um cânone judaico de matriz farisaica e correspondente às expectativas somente das comunidades judaicas de Jerusalém e da Babilônia; b) não cremos ser possível a adoção de um cânone judaico monolítico para as várias comunidades judaicas antigas; c) e ao entendermos que a *Mishnah* inaugura um momento de canonicidade de uma literatura regida, sobretudo, por rabinos, ela confere espaço de autoridade textual à figura do rabino, legitimando sua literatura em um espaço de autoridade bastante próximo àquele da Escritura – o texto sagrado por excelência e ancestralidade –, ainda que haja uma hierarquia de autoridade entre as duas literaturas.

Destarte, incorremos neste trabalho a uma discussão sobre o processo em direção ao cânone judaico farisaico e à eleição de uma literatura sagrada para comunidades judaicas distintas. Para tanto, damos ênfase ao diálogo entre a comunidade do Mar Morto e àquelas pertencentes ao circuito de Jerusalém e da Babilônia, no intuito de detectar os contrastes que alguns textos adquiriram para essas comunidades, ao mesmo tempo em que textos que parecem ter sido consensuais, como àqueles pertencentes à Tanakh, tiveram repercussões diferenciadas no âmbito literário dessas comunidades. Uma discussão que, indubitavelmente, nos leva a alguns momentos chave na produção literária do judaísmo do Segundo Templo e pós 70.

Processo em direção ao cânone judaico e literatura de autoridade

Quando Eugene Ulrich, em seu artigo intitulado *The Notion and Definition of Canon*, insistiu no argumento platônico da busca pela definição clara dos termos por meio da objetividade e da inteligibilidade da fala e da escrita (ULRICH, 2002, p.21), seu intuito parecia o de conferir às categorias conceituais de qualquer objeto de estudo suas condições analíticas. Neste sentido, os debates sobre as origens dos cânones bíblicos e sagrados e, mais ainda, sobre a própria definição do termo cânone, parecem carecer de reconfigurações estruturais diante das bases culturais nas quais se constituem.

Latu sensu, a palavra cânone em sua designação latina e tal como o Ocidente a popularizou, pode se definir, basicamente, por três fenômenos principais: a formação de um cânone abarca um processo cultural; a formação de cânones é um processo natural em qualquer sociedade literária (DAVIES, 2002, p.36), e cânone denota um conceito estático, “o resultado de algo que veio a se tornar” (ULRICH, 2002, p.30). A estes pressupostos acrescentamos a reformulação de alguns e a adição de outros para pensarmos o desenvolvimento dos cânones sagrados, mais especialmente o judaico.

Para tanto, entendemos que justamente porque a formação de um cânone é resultado de um processo cultural e se desenvolve no interior de comunidades literárias e/ou letradas, não é possível falarmos de um cânone judaico monolítico para o judaísmo antigo. E se o conceito de cânone denota algo fixo, estático, uma vez que se trata da conclusão daquilo que veio a se tornar, então o termo mais adequado no emprego de nossas análises sobre a emergência de um cânone judaico rabínico é, tal como Eugene Ulrich propôs, o de “processo canônico” ou “processo em direção ao cânone” (ULRICH, 2002, p.30). Acrescentamos a estes um outro argumento: se o cristianismo adotou e disseminou a ideia de cânones para tratar da definição de um conjunto de livros sagrados, o cenário de circulação desses textos – sagrados e autoritários – deve ser pensado também no espaço que os mesmos tiveram dentro de uma definição literária judaica para aquilo que pode ser considerado sagrado e/ou canônico. Lee McDonald e James Sanders (2002, p.11-12) têm argumentado que o emprego da palavra cânone, como geralmente aparece nos estudos de teologia e bíblicos, não coincide exatamente com o uso antigo deste e as origens do termo.

Se, por um lado, podemos remontar o grego *kanon* como derivado do semítico *Qaneh*, que tem em sua origem mais primitiva o significado de vara de medida ou bastão de medida, a palavra *kanon* veio a significar, entre os gregos e demais comunidades grecorromanas, um padrão ou norma por meio do/a qual as coisas são medidas ou usadas como basilares, modelares. Embora seja possível rastreamos algumas variações do termo grego *kanon* entre os séculos I e II e.c, tal como a menção que Clemente de Roma faz à Coríntios, chamando-o de uma regra gloriosa e venerável *kanóna* da tradição literária romana: “Por esta razão devemos deixar para trás os pensamentos vazios e frívolos e vir para o famoso 2 e venerável *kanóna* da nossa

tradição” (*I Clemente*. 7, 2)⁴³⁶, ou a referência que Clemente de Alexandria faz ao *kanon* de fé e verdade da Igreja:

E o que você escuta proclamado na orelha – isto é, de uma maneira oculta, em um mistério –, Ele diz, sobre os telhados, entendendo-os sublimemente, e entregando-os a uma tensão elevada, de acordo com o cânon da verdade legitimado nas Escrituras; pois nem profecia nem o próprio Salvador anunciou os mistérios divinos simplesmente, de modo a serem facilmente apreendido por todos nós, mas o fez expressando-os em parábolas (*Stromateis*, VI.15, 125).

Difícilmente podemos afirmar que já no século I e.c o termo fosse empregado, especificamente, a uma literatura bíblica ou sagrada (MCDONALD; SANDERS, 2002, p.12). Alguns estudiosos, entretanto, defendem que no século I e.c, o *Sefer ha-Galutyah*⁴³⁷ (6.16): “e aqueles que andam conforme esta regra/medida, que caia sobre eles e sobre Israel paz e misericórdia de Deus”, já apresenta uso técnico da ideia de *kanon* como uma “medida de avaliação”, visto que o emprego do termo *shalmin* pressupõe obediência e normatividade regidas como modelo (SANDERS, 2002, p.15). A partir do século IV e.c, há uma popularização no emprego do termo para se fazer referência às coleções de escritos sagrados judaicos e do Novo Testamento. Não obstante, é curioso notar que nenhum termo semelhante ao grego *kanon* aparece, como uma categoria literária ou modelo normativo, em nenhum escrito judaico, seja na Septuaginta ou no período do pós 70 – período de maior atividade literária judaica (ULRICH, 2002, p.22).

As maiores referências que podemos ter do termo com o possível 4 significado de “vara de medida” ou “bastão de medição” são usadas em *Yiehezkel*⁴³⁸:

Ele me conduziu até lá, e avistei um homem que parecia de bronze; este estava em pé junto à entrada, segurando uma corda de linho e uma vara de medir. Avistei um muro que cercava a área do Templo. O comprimento da vara de medir na mão do homem era de seis medidas longas, cada qual com meio metro. Ele [o homem] mediu o muro, o qual tinha três metros de espessura e três de altura (*Yiehezkel*, 40. 3,5);

Mediu a parte oriental com a cana de medir, e quinhentas canas, com a cana de medir, haviam ao redor. Mediu o norte, com a cana de medir,

⁴³⁶ διὸ ἀπολίπωμεν τὰς κενὰς καὶ ματαίας φροντίδας, καὶ ἔλθωμεν ἐπὶ τὸν εὐκλεῆ καὶ σεμνὸν τῆς παραδόσεως ἡμῶν κανόνα (*I Clement*. 7, 2).

⁴³⁷ Epístola aos Gálatas.

⁴³⁸ Livro de Ezequiel.

e haviam quinhentas canas ao redor. Mediu também a parte sul, com a cana de medir, e haviam quinhentas canas. Voltou-se para o ocidente e mediu, com a cana de medir, quinhentas canas. Mediu os quatro lados; e havia um muro cercando ao redor, de quinhentas canas de comprimento, e quinhentas canas de largura, para separar o santo/sagrado do profano (*Yiehezkel*, 42. 16-19),

e Isaiah⁴³⁹ (46.6): “gastam o ouro da bolsa, e medem a prata nas balanças”, com o equivalente QNH (cana) ou qeneh, obedecendo ao sumério gi ou gi-na, com o significado de “canal”, “padrão” ou “medida” , sem uso sagrado ou com uma medida moral e normativa do termo.

Na década de oitenta, a aclamada obra de Bruce Metzger, *The Canon of the New Testament: Its Origin, Development, and Significance*, enfatizou que o desenvolvimento do termo ‘cânone das Escrituras’, no Ocidente, tem uma proposta prática para guiar boa partes dos estudos em Teologia e Ciências das Religiões. Neste sentido, o autor afirmou que a popularização da expressão se deu a partir de três fatos: a palavra cânone, em seu sentido normativo e padronizador, é originada entre os gregos; seu uso em conexão com a Bíblia é uma apropriação cristã, e a ideia de um cânone da Escritura se origina no judaísmo (METZGER, 1987, p.38-41). Sem conseguir conduzir satisfatoriamente argumentos plausíveis para sustentar os pressupostos que desenvolveu, boa parte do mérito do trabalho de Metzger se deve, no entanto, à inauguração da ideia de que cânone e Escritura não são conceitos necessariamente equivalentes, mas são resultados da atividade literária que pode surgir no interior de qualquer cultura letrada. Um pressuposto que faz com que tanto o cânone quanto a Escritura não sejam produtos imediativos ou obrigatoriamente pensados para suprir expectativas literárias religiosas, muito embora a atividade literária no interior das comunidades judaicas e cristãs antigas seja, majoritariamente, de conteúdo sagrado ou bíblico.

Tomando este pressuposto como ponto de partida para se pensar o desenvolvimento canônico, Ulrich argumentou que ainda que não seja possível atribuímos um conceito de cânone (expressado como lista fixa para uma literatura considerada basilar ou autoritária) que seja análogo para comunidades distintas – uma vez que cada comunidade vai eleger sua literatura canônica, tal como o conteúdo expressado nela –, a definição de “lista fixa de textos” ou “literatura autoritária”

⁴³⁹ Livro de Isaías.

repercute como fio condutor para um conceito amplo de cânone em todas as sociedades (ULRICH, 2002, p.24).

Deste modo, o processo em direção ao cânone, no judaísmo antigo, pode ser percebido por alguns eventos de transição na literatura judaica que redefinem a autoridade do texto sagrado. Entre estes, destacamos brevemente três fundamentais: o espaço de centralidade da Escritura frente às outras literaturas produzidas; a intensa atividade literária que surgiu no pós 70, transferindo para a texto uma nova forma de pensar o espaço do religioso; e a ascensão do códex como um conjunto de textos disposto em um livro único.

Ao tratar do primeiro, lembramos ao leitor que no século I e.c, a noção de Escritura, ou de textos sagrados produzidos por inspiração divina, já estava bem desenvolvida e disseminada por várias comunidades judaicas dentro da Palestina e pelo Mediterrâneo. Tal emancipação e popularização do status da Escritura se deveu, em grande parte, a uma mudança na forma de se enxergar a literatura nacional de Israel; a narrativa de Yahweh, que antes era mais percebida como épico nacional e especificamente etnológico, no alvorecer da era comum passou a ser concebida popularmente como Escritura (ULRICH, 2002, p.24), trazendo definições mais plausíveis à *Torah*⁴⁴⁰, *Neviim*⁴⁴¹ e *Ketuvim*⁴⁴², como textos autoritários, muito embora não possamos atribuir ao mesmo período a definição clara dos livros pertencentes a cada categoria. A dificuldade que temos em precisar a divisão dos sagrados escritos judaicos a partir de uma tripartição entre *Torah*, *Neviim* e *Ketuvim* ainda no séc. I e.c, explicita a falta de referenciais nas fontes que nos dão suporte para uma melhor investigação da evolução do texto sagrado e bíblico para seu estatuto canônico. Flávio Josefo parece ser a fonte mais antiga, da qual temos conhecimento, que atesta a compreensão da *Torah*, *Neviim* e *Ketuvim* como escritos sagrados revelados pelo Criador e assim compreendidos até suas conclusões:

Não temos pois receio de ver entre nós um grande número de livros que se contradizem. Temos somente vinte e dois que compreendem tudo o que se passou, e que se refere a nós, desde o começo do mundo até agora, e aos quais somos obrigados a prestar fé. Cinco são de Moshe, que refere tudo o que aconteceu até sua morte, durante perto de três mil anos e a sequência dos descendentes de Adão. Os profetas

⁴⁴⁰ Lei ou Pentateuco.

⁴⁴¹ Escritos.

⁴⁴² Profetas.

que sucederam a esse admirável legislador, escreveram em treze outros livros, tudo que se passou depois de sua morte até o reinado de Artaxerxes, filho de Xerxes, rei dos persas e os quatro outros livros, contêm hinos e cânticos feitos em louvor ao Senhor e preceitos para os costumes. Escreveu-se também tudo o que se passou desde Artaxerxes até os nossos dias, mas como não se teve, como antes, uma sequência de profetas não se lhes dá o mesmo crédito, que aos outros livros, de que acabo de falar e pelos quais temos tal respeito, que ninguém jamais foi tão atrevido para tentar tirar ou acrescentar, ou mesmo modificar-lhes a mínima coisa (JOSEFO, *Contra Apion*, 1.2).

Estudiosos (LIGHSTONE, 1988, p.75-77; SANDERS, 1990, p.315) se apegam a esta fala de Josefo para assumirem a divisão tríplice do cânone judaico em 9 *Torah*, *Neviim* e *Ketuvim*, visto que o historiador atesta a definição de 22⁴⁴³ livros pertencentes à Escritura judaica. No entanto, embora se encontre nesse testemunho a limitação mais antiga da qual dispomos sobre a precisão do cânone judaico, ele não é descritivo quanto aos livros pertencentes a este e tampouco nos permite aferir que Josefo estivesse consciente dessa tripla repartição no que tange aos livros pertencente a cada categoria. Philo, em sua *De Vita Contemplativa*, também faz referência aos livros pertencentes ao cânone judaico sem precisar, no entanto, nenhum conjunto de livros senão a *Torah*, e sem delimitar a distinção clara entre *Neviim* e *Ketuvim*:

E em toda casa há um santuário sagrado, que é chamado lugar santo, e também no espaço onde eles se retiram para realizar todos os mistérios de uma vida sagrada, não trazendo nem carne, nem bebidas, nem qualquer outra coisa que seja indispensável para suprir as necessidades do corpo, mas apenas estudando as Leis e os Oráculos dados por inspiração dos profetas e os salmos e todo o tipo de outras coisas em razão do conhecimento e da piedade que são elevados e levados à perfeição (PHILO, *De Vita Contemplativa*, III. 25).

Certamente, a análises dos testemunhos de Philo e Josefo não devem ser pautadas na mesma medida para asseverarmos a existência ou não de uma tríplice divisão do cânone judaico já no despontar da era comum, visto que Philo, vindo da Alexandria, muito provavelmente estava familiarizado apenas com a Septuaginta, justificando que

⁴⁴³ Os números utilizados na contagem do cânone descrito por Josefo oscilam entre 22 e 24, variação que se dá de acordo com a organização da Escritura de uma região para outra, sobretudo após o *Sanhedrin* de Jamnia. Na contagem dos 22 livros, *Ruth* aparece anexada aos *Shoftim*, contando como apenas um livro, e *Ekha* à *Yirmiyahu*, também são contados como um único livro. Quando separados, a contagem final é de 24 livros.

ele não reconhecesse os livros de *Ketuvim* ou mesmo que estivesse ciente do local de pertencimento destes livros, muitos dos quais considerados apócrifos pela Septuaginta (RYLE, 1895, p.160). As duas fontes são, no entanto, esboços das divergências nas concepções sobre o cânone judaico até o período final do século I e.c e demonstrativos das dificuldades dessa época na aceitação e legitimação de determinados escritos como sagrados.

A precisão da tríplice partição do cânone judaico só nos é apresentada nas fontes judaicas, ademais, no *Talmud bavli*, por meio de uma tradição *baraita*, isto é, uma tradição da Lei oral que não foi incorporada à *Mishnah*, mas que é advinda do período tanaíta, como se segue: “Nossos Rabinos ensinaram: A ordem dos Profetas é, *Yehoshua*, *Shoftim*, *Shemuel*, *Melakhim*, *Yirmiyahu*, *Iezekiel*, *Isaiah* e os Doze Profetas Menores [...]” (GUEMARAHA, *Mas. Baba Bathra*, II.14b). A partir desse *baraita*, seguem-se as discussões rabínicas sobre ele, como se verifica:

Vamos examinar isso. Hosea veio primeiro, como está escrito, o Senhor fala primeiro a Hosea. Mas por quê o Senhor fala primeiro a Hosea? Não houveram muitos profetas entre Moshe e Hosea? R. Yohanan, em todo caso, explicou que [o que isso significa é que] ele [Hosea] foi o primeiro dos quatro [Hosea, Isaiah, Amos, Micah] profetas que profetizaram aquele período. Então, como Hosea não deveria vir em primeiro lugar? Sua profecia está escrita ao longo daquelas entre Haggai, Zechariah e Malakhi e estes vieram no final dos profetas. Por que, então, ele [Hosea] não foi escrito em separado e colocado em primeiro lugar entre os profetas? Seu livro é tão pequeno, que poderia se perder [se copiado separadamente] (GUEMARAHA, *Mas. Baba Bathra*, II.14b).

A tradição *baraita* (30-200 e.c) afirma a divisão dos profetas entre os Profetas Maiores e os Doze Profetas (ou Profetas Menores), especificando a ordem e os livros pertencentes aos Maiores; ao passo que a precisão da ordem e do nome dos Doze só nos é dada por meio do conteúdo de *Guemarah* do *Talmud bavli* que, ressaltamos, foi finalizado por volta do século VI e.c. Somente a partir da descrição do *baraita*, é incerta a assertiva de que a delimitação do número e dos livros pertencentes aos Profetas Maiores já estava concluída no século I e.c ou se essa decisão engloba uma visão posterior, advinda com os esforços rabínicos do final do século II e.c para oficializar o cânone judaico. O que podemos constatar desse quadro com maior segurança, é o fato de que ainda que não seja possível falar em um cânone judaico ou em sagrados escritos definidos nas categorias de *Neviim* e *Ketuvim* até o séc. I e.c, a hermenêutica no interior

a cada livro já parecia estar bem estabelecida muito antes da formalização do cânone e possibilitada, sobretudo, pela compreensão já arraigada no primeiro século de determinados livros como Escrituras e pertencentes a coleções.

Já com uma definição considerável de Escritura no séc. I e.c., o pós 70 intensificou ainda mais a atividade literária para alocar no espaço do texto todas as formas de religiosidade e liturgia judaicas que ficaram desestabilizadas com a ausência do Segundo Templo. A perda da instituição templária, transformou a Escritura e demais textos sagrados nos principais inoculadores da religiosidade ideal judaica, da Lei concebida pelo deus de Israel e da tradição dos ancestrais. Consequentemente, a própria ideia de Escritura teve que ser redefinida de forma a abarcar uma Lei e práticas judaicas normativas, oficiais e declaradas incontestáveis, necessitando de uma maior atenção e cuidado nas formas de se pensar, escrever e disseminar o texto sagrado. Não à toa, este período abrange uma maior atividade escriba e copista e dele resultam os dois principais centros literários do judaísmo antigo: Jerusalém e Babilônia como expressões de um judaísmo oficial; e a comunidade do Mar Morto como um exemplo da intensa atividade literária surgida entre comunidades judaicas dentro da Palestina.

A circularidade literária do pós 70, tal como pontua Ulrich, apresenta uma mudança dramática na fluidez, pluriformidade e criatividade na composição dos textos da Escritura e outros textos sagrados, para um quase “congelamento” (ainda que não padronizado) da forma textual dos sagrados escritos (ULRICH, 2002, p.25). Esse “congelamento” ao qual Ulrich se refere, se deveu à necessidade de estabelecer, mediante a vasta produção literária do período, uma distinção mais definitiva ou modelar para os escritos sagrados e/ou autoritários. Embora o autor não mencione, é possível identificarmos essa padronização especialmente no judaísmo rabínico ou normativo do circuito Jerusalém e Babilônia, pois o mesmo não se verifica, com grande clareza, entre a comunidade do Mar Morto – ainda que muitos escritos bíblicos apresentem uma certa identidade textual estrutural –, a qual gozou, em grande medida, de formas textuais diversificadas tanto para manuscritos sagrados, quanto para regras comunais, litúrgicas e jurídicas.

A ascensão do códex, em última instância, também parece ter influenciado a estrutura textual da Escritura. Passando de pergaminhos individuais ou rolos (*volumen*) – geralmente contendo um ou dois livros –, ao códex, que podia conter muitos livros em um único volume, a Escritura passou a comportar nesta nova disposição textual um

formato fixo, definido e único. São Jerônimo, em sua *Vulgata*, utiliza o termo *codice* em sentido análogo ao de *exemplar* e *liber* (*Sefer ha-Galutyah*, III, 5, 7, PL 23, 401, c-d), muito embora tenha se estabelecido que a terminologia adequada para se referir às Sagradas Escrituras seja *volumen*:

É o costume das Escrituras, embora a maioria dos livros, se não estão em harmonia, e a mesma coisa dizem, são chamados de volumen. O que quer dizer que um volumen está se referindo a isto [Sagradas Escrituras], a uma grande quantidade de livros da Lei, mencionados no Evangelho. (*Qoheleth*, 12, PL, XXIII, 1115, A)⁴⁴⁴

Todavia, a despeito do uso do termo *codice* como sinônimo de *exemplar* e *liber* usados por Jerônimo, às vezes até mesmo para tratar o *volumen* das sagradas Escrituras como *codices*, em sentido similar (*Profh, Praef*, PL, XXVIII, 1015-16); Ulpiano⁴⁴⁵, no início do séc. III e.c, questionava se os codices eram parte dos libri (*DACL*, IX, 2. Col. 1755), o que sugere que o termo já tinha uma acepção mais ampla e definida, em Roma, que o *liber* (ARNS, 2007, p.103). Argumento este ratificado por Chester C. Mccown na década de 40, quando sua obra *Codex and Roll in the New Testament*, afirmou que a forma do livro em códex era usada em Roma, sobretudo entre a aristocracia, já no séc. II e.c. A *Vulgata* de São Jerônimo, no séc. IV e.c, demonstra que a popularidade do códex como sinônimo de livro único e definido, tem uma abrangência mais ampla, visto que o próprio Jerônimo o aplica também às Sagradas Escrituras. É viável identificarmos, deste modo, a ampliação e a disseminação do códex como um fator influenciador na formulação dos cânones sagrados e bíblicos.

Embora não seja possível encontrarmos, até o século I e.c, o conceito de cânone como um referente de precisão para um lista definitiva de textos de autoridade, conseguimos perceber um processo em direção ao cânone a partir de fenômenos literários que abarcam uma série de literaturas consideradas autoritárias – como textos jurídicos ou livros da Escritura – e que parecem ter sido preponderantes nas definições posteriores de um cânone cristão e, não menos, também de um cânone judaico farisaico. Quando nos propomos a debater o desenvolvimento de um possível cânone judaico

⁴⁴⁴ Tradução livre para o português a partir do original em latim disposto na obra *As Técnicas do Livro Segundo São Jerônimo*, de Dom Evaristo Arns (2007, p.114, nota.111).

⁴⁴⁵ Eneo Domitius Ulpianus (150 – 223), foi um jurista romano e prefeito pretoriano sob o governo de Alexandre Severo (208 – 235). Sua Tabela de Ulpiano (datada por volta de 220 e.c), com registros de nascimento e morte de cidadãos romanos, ficou conhecida como o primeiro atuariário de registro civil no Ocidente.

farisaico a partir de uma definição literária para aquilo que pode ser considerado sagrado e/ou canônico, para fazê-lo tomamos o pressuposto de Eugene Ulrich de que o processo canônico judaico é uma jornada das muitas obras de literatura díspares dentro das comunidades judaicas ao longo do curso da história de Israel (ULRICH, 2002, p.30).

Trata-se de um processo, portanto, que se estende de uma fase inicial – quando algumas obras começaram a ser consideradas, de algum modo, autoritárias –, até a recolha e o julgamento final sobre as obras que vão definir a Escritura. Para tanto, é preciso ter em mente que o processo em direção ao cânone farisaico, legitima uma coleção de escrituras autoritárias que foram tomadas como fundamentais para o judaísmo babilônico-jerusalémita a partir de algum momento no período que sucede a destruição do Segundo Templo (METZGER, 1987, p.283; ULRICH, 2002, p.30; DAVIES, 2002, p.48-49). É possível saber que houve uma necessidade em se atribuir valores de autoridade para literaturas distintas que pudessem conferir a determinados escritos suas condições de centralidade dentro das comunidades às quais falavam.

Deste modo, podemos datar o processo em direção a um cânone rabínico farisaico indo desde o século I e.c, quando a intensa circularidade literária acirrou as formas de produção e reprodução dos textos sagrados; fator este que repercutiu até o século IV e.c, quando a terminologia cânone passou a ser comumente empregada, nos círculos cristãos, para designar uma lista de livros fechados da Escritura que eram aceitos como suprema autoridade religiosa (BLENKINSOPP, 2002, p.60; ULRICH, 2002, p.32). Ao enfatizarmos essas prerrogativas no âmbito da atividade literária do circuito Jerusalém-Babilônia, temos em mente considerar também a produção literária do período do pós 70 no concernente à atividade literária do Mar Morto, visto que ela reforça o argumento de que não é possível falar em um cânone judaico único para o judaísmo antigo. Do contrário, se adotássemos como ponto de partida o desenvolvimento de um cânone judaico tomando como referencial apenas o texto massorético – o qual foi utilizado como o maior referencial do texto bíblico até a primeira metade do séc. XX –, teríamos como resultado um traçado linear da evolução do texto sagrado à sua forma de canonicidade cristã.

No entanto, a descoberta dos Manuscritos do Mar Morto, na quase segunda metade do século XX, acirrou o interesse nas origens do texto bíblico e sagrado, gerando critérios de maior reflexão para pensarmos o cânone judaico dentro de sua característica literária sagrada. A pluriformidade encontrada nos manuscritos do deserto da Judeia,

abriu questionamentos às lacunas que o texto massorético nunca foi capaz de preencher sobre o desenvolvimento de uma literatura sagrada. Os manuscritos de Qumran são demonstrativos da forma textual da maioria dos livros que ainda estavam em estado de desenvolvimento criativo, pelo menos até 70 e.c e possivelmente até 132 e.c (ULRICH, 2002, p.32). Qumran aponta para um período no qual o texto da Escritura era pluriforme e estava em desenvolvimento contínuo, antes do período de estabelecimento de um texto único para cada livro.

Sua riqueza literária nos faz repensar o desenvolvimento do cânone rabínico farisaico e, não menos, o desenvolvimento de um cânone também entre a comunidade do Mar Morto a partir de um processo cultural ocorrido dentro de uma comunidade letrada, que pôde dispor de técnicas literárias e escolas de formação de profissionais para a produção e recolha de textos produzidos, fatores que são preponderantes no desenvolvimento da atividade textual. Uma vez que a biblioteca do Mar Morto nos faz rever a própria definição de cânone sagrado quando confrontada com um volume vasto de textos sagrados que estavam, muitos deles, ainda em fase de desenvolvimento, declinamos aqui da proposição sustentada por Lee McDonald, em sua obra *The Formation of the Christian Biblical Canon*, quando o mesmo afirma que “Israel tem seu cânone quando a tradição de Moshe recebendo a *Torah*, no Sinai, foi aceita pela comunidade“, de pouco importando para o funcionamento da comunidade se Israel tinha um guia oficial autoritário definido como cânone, uma vez que o mesmo já integrava esse imaginário (MCDONALD, 1995, p.20).

Embora o imaginário judaico de uma literatura autoritária tenha seus ecos na tradição deuteronomista,⁴⁴⁶ entendemos que o desenvolvimento de um cânone, enquanto narrativa sagrada definitiva, deve ser pautado substancialmente dentro de um cenário de produção literária que tem como resultado a forma modelar de um conjunto de textos ou livros que são elencados como obras de autoridade, implicando na desconsideração de outras literaturas desse estatuto. Neste sentido, entendemos que a definição de um cânone judaico ou de cânones judaicos distintos, os quais cremos ser possível identificar no período pós 70, deve prezar pelos mecanismos nos quais a atividade literária judaica se desenvolveu e que foram preponderante na emergência e delimitação de um cânone.

⁴⁴⁶ Perspectiva historiográfica que elege o livro de *Devarim* (Deuteronômio), como o inaugurador de um novo tipo de literatura, fundamentada nas ideias de profecia e legislação.

A definição do cânone judaico normativo nas décadas finais dos séculos II e.c e III e.c, inaugurou a oficialização dos escritos sagrados que passariam a reger o judaísmo rabínico praticado pela maior parte das comunidades judaicas – uma vez que essas normas vigentes foram estabelecidas pelas grandes escolas rabínicas do período: a de Jerusalém e a da Babilônia –; não sem, todavia, encontrar dificuldades de aceitação desses escritos entre as comunidades da diáspora, sobretudo nos conteúdos de *Mitsvah*. Ainda que ao final do século primeiro da era comum o judaísmo rabínico de matriz farisaica tenha ganhado espaço e estabelecido, gradualmente, as normas vigentes do judaísmo a ser praticado na ausência do Templo, não é possível identificarmos qualquer unidade literária e, conseqüentemente, ritualística entre as comunidades judaicas do alvorecer da era comum, nem mesmo entre aquelas da Palestina.

A comunidade de Qumran é, sem dúvidas, a maior representante do contraste literário e da heterogenia dos judaísmos do pós 70, sobretudo entre as comunidades existentes na Palestina antiga. Com uma origem envolta em hipóteses de difícil comprovação nas fontes, os quase 900 manuscritos encontrados na costa ocidental do Mar Morto, demonstram a autonomia que algumas comunidades tinham sobre os escritos sagrados, definindo não só seus conteúdos, como o valor de sacralidade que se impunha aos mesmos. Um quadro que, se por um lado, acentuou a necessidade de compilação da *Mishnah* por uma junta de rabinos farisaicos sob o argumento de criar uma unidade interpretativa e ritualística da *Mitsvah*, diante da heterogenia em que essa se encontrava; por outro é um indicador da ilegitimidade e da inadmissão que esse evento, ao se propor normativo, tinha perante algumas comunidades, que não reconhecendo a prática filosófica e ritualística do circuito Jerusalém-Babilônia, acabavam por criar, em seus próprios domínios, aquilo que se acreditava ser a forma mais fiel da religião judaica. Algumas passagens sectárias de 1QS, se referem não somente à *Torah* como livro normativo, mas também aos Profetas e, muito possivelmente – como a tradução de Geza Vermes leva a crer – também ao livro da Regra da Comunidade ou *Serek ha-Yachad*:

O Mestre deve ensinar todos os san]tos a viverem [de acordo com o Livro] da Regra da Comunidade, para que eles possam buscar Deus com todo o coração e alma, e fazer o que é bom e certo perante Ele como Ele ordenou pelas mãos de Moshe e de todos os Seus servos, os Profetas.

(1QS I, 2-3);

“Preparai no deserto o caminho..., endireitai no deserto um caminho para o nosso Deus” (*Isaiah*. XI, 3). Este (caminho) é o estudo da Lei

que Ele ordenou pela mão de Moshe, de acordo com tudo que foi revelado de geração em geração, e como os Profetas têm revelado pelo Seu Espírito Santo.
(1QS VIII, 14-16)

O Pergaminho do Templo (IIQT) também parece ter um espaço de autoridade bastante central na comunidade de Qumran. Cinco cópias do IIQT foram encontradas na caverna 4 em estado de intensa degradação e datando provavelmente de meados do século I e.c. Sob as nomenclaturas de 4Q365a, fragmento 1 (que corresponde ao IIQTS, XVII, II), o texto lida com a festividade do Pão de Ázimo ou *matzah*, e o fragmento 2 é correspondente ao IIQTS, XXXVIII, 4-15; ao passo que os outros três fragmentos não são encaixados no texto conhecido de IIQT, devido a degradação do material (VERMES, 2011, p.192):

Eles deverão se regozijar porque a expiação foi feita para eles...Este dia [deverá] ser um encontro sagrado para eles, [uma regra eterna para todas as suas gerações] onde quer que eles habitem. Eles deverão se regozijar... [Deixe] que eles [preparem no décimo quar]to dia do primeiro mês [entre o crepúsculo e a madrugada da Páscoa de YHWH]. Eles deverão sacrifica-(lo) antes da oferenda da tarde e deverão (participar) do sacrifício...homens de 20 anos de idade ou mais deverão prepará-lo. Eles deverão comê-lo na noite dos tribunais sagrados. Deverão levantar cedo e cada um deverá se encaminhar a sua tenda... No décimo quinto dia deste mês (haverá) um encontro sagra[do]. Você não deverá realizar nenhum trabalho nele. (Será) uma festa de sete dias de pão de ázimo para YHWH. Você deverá em cada um desses se[te] dias um holocausto para YHWH: dois novilhos, um carneiro, sete cordeiros sem danos e um bode para a oferta pelos pecados e a grão-oferta correspondente e a oferta de bebida correspondente [de acordo com o estatuto para os novilhos, carneiros, cordeiros e o bode. No sétimo dia deverá haver uma assembleia para YHWH]. Você não deverá trabalhar neste dia.
(4Q365a, frag. 1 ou IIQTS, XVII, II)

Eles deverão comer...o pássaro, a rola e os pombos jovens... Você deverá fazer um segundo [pá]tio ao redor do [pátio] [int]erior, cem cúbicos de largura, e quatrocentos e oitenta cúbicos de comprimento no lado leste, e portanto deverá ser medido por largura e comprimento is todos os seus lados: para o sul, para o oeste e para o norte. Seus muros deverão ser de quatro cúbicos de largura e vinte e oito cúbicos de altura. Câmaras deverão ser feitas nas paredes do lado de fora e entre cada câmara deverá ter três [e meio] cúbicos.
(4Q365a, frag. 2 ou IIQTS, XXXVIII, 4-15)

Jubileus (4Q226, frg. 7; 4Q225, frag. 2, I) e Pentateuco Reescrito (2Q227, frg. 2) também são descritos como sendo tão antigos, em composição e conteúdo, quanto a

Torah, ainda que não seja possível relacionarmos igualmente os conteúdos deles (VANDERKAM, 2002, p.108). Ademais, temos mostras de uma possível diferenciação entre *Torah*, *Neviim* e *Ketuvim* a partir do *Miqsat Ma'ase ha-Torah* (4QMMT), que faz referência direta ao livro de Moshe:

E além disso nós [temos escrito] para que vocês possam compreender {o Livro de Moisés} e os Livro[s dos Pr]ofetas e Davi[d e todos os eventos] de cada geração. (4Q397, 14-21)⁴⁴⁷;

“E isso [deverá acontecer] quando todas as {coisas} lhe [su]cederem no fim dos dias, a bênção e a maldição, [então você vai chamá-los à mente] e retorna[rá para Ele com todo o seu coração e alma” (*Devarim*. 30, 1-2) até o fim dos dias. [e isto está escrito no Livro] de Moshe e nos Livro[s dos Profeta]s que virão. (4Q398, 14-17, i);

E nós reconhecemos que algumas bênçãos e maldições que estão escritas no Li[vro de Moi]ses, virão. E isso no fim dos dias quando eles voltarão para Israel para [sempre]... e não retornarão. E os ímpios irão agir com iniquidade e...Lembre-se dos reis de Israel e compreenda suas obras, aquelas que cada um deles que temeu a To[rah foi salvo de problemas, e para aqueles buscadores da Lei, que [foram salvos de] suas iniquidades. (4Q398, 11-13).

Se, por um lado, algumas expressões e referências contidas em fontes judaicas datadas de 200 a.e.c a 100 e.c, demonstram alguma consciência sobre a bi ou tripartição dos sagrados escritos judaicos em largas coleções de livros bíblicos que detinham autoridade de Escritura (BARRERA, 2002, p.128), essas não preenchem as várias lacunas na origem exata sobre a bi ou tripartição do texto sagrado e, menos ainda, sobre a definição de um cânone judaico de comum acordo para os vários judaísmos do mundo antigo. Ao passo que não temos a possibilidade sequer de afirmar o número de livros e a identidade textual dos escritos pertencentes às categorias de *Neviim* e *Ketuvim* antes do final do séc. II e.c; com a redação da *Mishnah*, podemos enxergar a intensa produção textual do pós 70 como um indicador das várias identidades literárias judaicas ainda instáveis e flexíveis, mas com projeções filosóficas e um volume literário consistente para as definições futuras das literaturas autoritárias que passariam a reger as duas importantes comunidades literárias do mundo judaico antigo.

⁴⁴⁷ Na tradução de Geza Vermes, o *Miqsat Ma'ase ha-Torah* seção C, o qual é chamado de Exortação, é seguido pelo manuscrito 4Q398.

REFERÊNCIAS

1 Documentos Textuais

1.1 Textos Originais (Documentos Físico e Digitalizados)

ד"ד. (TALMUD BAVLI. Yerushalaim: Vagshal, 1994).

השש ירדס הנשמ. מילשורי:ריאמה לארשיל, תנשב סשת"ב
Yerusahlaim: HaMeir LeIsrael, 2002).

THE DIGITAL DEAD SEA SCROLLS. Disponível em:
<<<http://dss.collections.imj.org.il/>>>

THE LEON LEVY DEAD SEA SCROLLS DIGITAL LIBRARY. Disponível em:
<<<http://www.deadseascrolls.org.il/>>>.

1.2 Edições Modernas de Documentos Textuais (Bilíngues e Traduções)

CLEMENT. *First Letter to the Corinthians* (ΚΑΗΜΕΝΤΟΣ ΠΙΡΟΣ ΚΟΠΙΝΘΙΟΥΣ Α΄
) . Translated by Bart D. Ehrman. Loeb Classical Library. Cambridge/London: Harvard
University Press, 2003.

CLEMENTE DE ALEXANDRIA. *Les Stromates, Stromate VI*. Sources Chrétiennes.
Traduction Patrick Descourtieux. Paris: du Cerf, 1999.

JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus*. Tradução de Vicente Pedroso. Rio de Janeiro:
CPAD, 2007.

JOSEFUS, Flavius. *The works of Josephus: Complete and Unabridged*. Traslated by
William Whiston. Peabody: Hendrickson Publishers, 1980.

JOSEFUS, Flavius. *The Jewish war* (Bellum iudaicum). Translated by H. St. J.
Thackeray. Bilingual edition greek/english. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

_____. *Jewish antiquities* (Antiquitates iudaicae). Translated by Ralph Marcus.
Bilingual edition greek/english. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

_____. *Jewish antiquities* (Antiquitates iudaicae). Translated by Louis H. Feldman.
Bilingual edition. Cambridge: Harvard University Press, 1996. JOSEPHUS. Translated

by Ralph Jewish Antiquities, Volume III: Books 7-8. Marcus. Loeb Classical Library 281. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

_____. *The Jewish War*, Volume III: Books 5-7. Translated by H. St. J. Thackeray. Loeb Classical Library 210. Cambridge: Harvard University Press, 1928.

OS MANUSCRITOS DO MAR MORTO. Tradução de Júlia Bárany e Maria Helena de Oliveira Tricca. São Paulo: Mercuryo, 1997.

PHILO. *On Abraham. On Joseph. On Moses*. Translated by F. H. Colson. Loeb Classical Library 289. Cambridge: Harvard University Press, 1935.

_____. *On the Creation*. Allegorical Interpretation of Genesis 2 and 3. Translated by F. H. Colson, G. H. Whitaker. Loeb Classical Library 226. Cambridge: Harvard University Press, 1929.

PHILO. *Moses* (De vita Mosis). Philo's Works, v. VI. Translated by F. H. Colson. Bilingual edition greek/english. Cambridge: Harvard University Press, 1959. pp. 273-595.

PHILO. *The Works of Philo*. Complete and Unabridged. Translated by C. D. Yoge. Peabody: Hendrickson Publishers, 1995.

THE BABYLONIAN TALMUD. Translated by D. Mandel e D. Kantrowitz. Bilingual edition hebrew/english. New York: Judaic Classics Library; Judaica Press, 2001.

THE BABYLONIAN TALMUD. Translated by Isidore Epstein. 35 vols. Bilingual edition hebrew/english. Londres: Soncino, 1990 (também disponível em CD-ROM).

THE COMPLETE DEAD SEA SCROLLS. Translated by Geza Vermes. Seventh edition. New York: Penguin, 2011.

THE CHUMASH. Translated by Rabbi Nosson Scherman and Rabbi Meir Zlotowitz. Bilingual edition hebrew/english. New York: Mesorah Publications, 2010.

THE TANACH. Translated by Rabbi Nosson Scherman. Bilingual edition hebrew/english. New York: Mesorah Publications, 2011.

TORÁ a Lei de Moisés. Tradução de Meir Melamed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

TORAH. Translated by Trinitarian Bible Society. Bilingual edition hebrew/english. London: The Netherlands, 1998.

2 Obras de Referência

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOLOZKY, S. *501 Hebrew Verbs*. Amherst: Barron's, 2008.

CAPRETTINI, G. P.; FERRARO, G. & FILORAMO, G. *Mythos/Logos*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987. Vol. 12. p. 75-104.

DEL GIGLIO, A. *Iniciação ao Talmud*. São Paulo: Sêfer, 2000.

FRANK, Y. *The Practical Talmud Dictionary*. Jerusalem: Feldheim, 2001.

IOSSEF, Y. *Ain Yitschak*. Yerushalmi: A'S Pitochim, 2008.

KELLEY, P. H. *Hebraico Bíblico*. São Leopoldo: Sinodal; IEPG, 2000.

KHAFIF, M. *Derech Limud: Estudando Como se Estudo*. São Paulo: Sêfer, 2006.

MARCUS, D. *A Manual of Babylonian Jewish Aramaic*. Lanham; New York; London: University Press of America, 1981.

LUZZATO, M. C. *The Ways of Reason. The Classic Guide to the Talmud Study*. Jerusalem: Feldheim Publishers, 1997.

MARSHALL, T. J. *Manual of the Aramaic Language of the Palestinian Talmud*. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2009.

MELAMED, E. Z. *Aramaic Hebrew English*. Dictionary of the Babylonian Talmud. Jerusalem: The Samuel and Odette Levy Foundation, 2005.

MORGENSTERN, M. *Studies in Jewish Babylonian Aramaic*. Based upon early eastern manuscripts. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

SEGAL, M. H. *A Grammar of Mishnaic Hebrew*. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2001.

STEVENSON, W. B. *Grammar of Palestinian Jewish Aramaic*. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 1999.

VAROL, M. C. *Manual of Judeo-Spanish*. Language and Culture. Translated by Ralph Tarica. Maryland: University Press of Maryland, 2008.

3 Obras Gerais

DAVIES, P. R. Biblical interpretation in the Dead Sea Scrolls. In. HAUSER, A. J; WATSON, D. F. (eds.). *A history of biblical interpretation*. Grand Rapids: Eerdmans, 2003. p. 144-166.

_____. *Qumran: cities of the biblical world*. Guildford: Lutterworth, 1982.

DE VAUX, R. *Archaeology and the Dead Sea Scrolls: The Schweich Lectures*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

LIGHSTONE, J. N. *Society, the Sacred, and Scripture in Ancient Judaism*. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 1988.

MCDONALD, L. M. *The Origin of the Bible: A Guide for the Perplexed*. London; New York: T&T Clark International, 2011.

SANDERS, E. P. *Jewish Law from Jesus to the Mishnah*. London: SCM Press; Philadelphia: Trinity Press, 1990.

ULRICH, E. The Dead Sea Scrolls and the Biblical Text. In. FLINT, P. W; VANDERKAM, J. C. (eds.). *The Dead Sea Scrolls after Fifty Years*. Leiden/Netherlands: Brill, 1997. pp.79–100.

VANDERKAM, J. C. *The Dead Sea Scrolls Today*. Grand Rapids: Eerdmans, 2010.

_____. The Absence of Sectarian Variants in the Jewish Scriptural Scrolls Found at Qumran. In. HERBERT, E. D; TOV, E. (eds.). *The Bible as Book: The Hebrew Bible and the Judaeen Desert Discoveries*. London: British Library, 2002. pp.179–195.

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E USO PÚBLICO: A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA MOBILIZADA PELA REVISTA VEJA NO DEBATE SOBRE COTAS RACIAIS (2004-2012)

Natália Rastelo Franco de Castro Barros

RESUMO: Esse artigo se objetiva em analisar algumas tipologias de consciência histórica apresentadas pela revista Veja acerca do debate sobre a utilização das cotas raciais nas universidades públicas. Para isso, utilizaremos o conceito de Consciência Histórica de Jorn Rusen, estabelecendo um diálogo com a nova perspectiva da didática da história, na abordagem dos usos públicos da história.

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar meu projeto de mestrado, vinculado ao programa da pós Graduação da Faculdade de História da Universidade federal de Goiás, e consequentemente a análise das fontes feita por mim até o momento. Minha pesquisa se objetiva em compreender que tipo de Consciência Histórica é mobilizada na revista Veja no debate sobre Cotas Raciais, de 2004 a 2012. O recorte temporal de nossa pesquisa se

inicia em 2004, quando a UnB, Universidade de Brasília, no seu processo seletivo, vestibular, utilizou o sistema de cotas raciais, tornando-se a primeira universidade do país a utilizar esse sistema em um processo de seleção. O recorte se encerra em abril de 2012, quando o Supremo Tribunal Federal sancionou a lei 12.288, atribuindo 50% das vagas das universidades federais, inclusive institutos federais, para alunos negros, tornando constitucional o sistema de cotas. A escolha da revista se dá por sua grande circulação, sendo uma tiragem superior á 1 milhão de exemplares, em sua maioria assinantes. O Conceito que norteará minha pesquisa é o de Consciência Histórica, defendido por Jorn Rusen. A problemática que guiará a nossa pesquisa pode ser definida da seguinte forma: quais os tipos de consciência histórica são mobilizados pela revista Veja no debate sobre cotas raciais? Ou seja, para legitimar um discurso de não necessidade das cotas para entrada de negros nas universidades, a revista Veja reinterpreta o passado de escravidão e miscigenação para fornecer uma ação no presente.

Definindo Consciência Histórica

Todo homem é constituído de história. O homem é em sua essência, um ser temporal. Somos constituídos de histórias, sejam pessoais, familiares, nacionais. A história nos acompanha em nossa vida, como se o passado estivesse amarrado aos nossos pés. E cotidianamente, nos referimos ao passado, seja para justificar uma ação no presente ou pra propor uma ação no futuro. Jorn Rusen, filósofo e historiador alemão apresenta dois conceitos que são fundamentais para explicar a relação do homem com o tempo: intenções e experiências no tempo. Ele define experiências no tempo como o que é experimentado na vida prática e intenções como sendo o que almejamos no futuro. Ou seja, experimentamos ações no tempo e conseqüentemente geramos intenções no futuro. Assim, as intenções e as experiências não se diferem tanto, estão relacionadas pois fazem parte da percepção do homem no tempo. Nas palavras de Rusen:

“Naturalmente, a divergência entre tempo como intenção e tempo como experiência não deve ser pensada de forma tão dicotômica, (...), Nessa distinção funda-se uma dinâmica da consciência humana do tempo na qual se realiza o superávit de intencionalidade do agir (e do sofrer) humano.” (RUSEN, pág 58).

Nessa perspectiva, a contingência acontece quando almejamos algo e não conseguimos alcançar. O maior exemplo de contingência, segundo Rusen, é a morte. Almejamos viver na companhia de uma pessoa querida, e na morte dela, nos sentimos desorientados, sem saber como agir. Essa desorientação é conceituada como carência de orientação. Segundo Rusen:

“(...) o agir é um procedimento típico da vida humana na medida em que, nele, o homem, com os objetivos que busca na ação, em princípio se transpõe sempre para além do que ele e seu mundo são a cada momento. Na linguagem de tradição filosófica, o superávit intencional do agir humano para além de suas circunstâncias e condições foi denominado “espírito”. Pode-se falar também, contudo, de carência estrutural do homem. Ela se caracteriza pelo fato de que a satisfação de determinadas carências é sempre também um processo de produção de novas carências.” (pág.57).

Nesse sentido, a resolução de uma carência de orientação é uma porta aberta para o surgimento de novas carências, pois afinal são oriundas da vida prática. Dessa maneira, podemos definir consciência histórica como a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam o passado, para agir no presente e conseqüentemente, criar projeções de futuro. Nessa perspectiva, a consciência histórica é inerente ao homem, e dialoga a todo instante com as carências de orientação, ressaltando seu caráter universal. Nas palavras de Rusen:

“São situações genéricas e elementares da vida prática dos homens (experiências e interpretações do tempo) que constituem o que conhecemos como consciência histórica. Elas são fenômenos comuns ao pensamento histórico tanto no modo científico quanto em geral, tal como operado por todo e qualquer homem, e geram determinados resultados cognitivos. Esses pontos em comum têm de ser investigados como genéricos e elementares, isto é, como processos fundamentais e característicos do pensamento histórico.” (pág. 54).

O ato constitutivo da consciência histórica consiste na interpretação da experiência humana no tempo. É através da narrativa que a consciência histórica torna presente o passado, rememorando o passado sempre e obedecendo à experiência do tempo presente, articulando diretamente com as expectativas de futuro, que se formulam através da vida prática... Portanto, a narrativa é a forma linguística pela qual a consciência histórica realiza sua função de orientação (Rusen, 2010). O sentido se dá na competência

da habilidade da consciência humana de estabelecer a orientação temporal por meio da recordação da realidade passada. Ou seja, é pela narrativa que estabelecemos o sentido ao passado. Produzimos narrativas a todo instante, individuais ou coletivas, e são elas que nos ajudam no percurso temporal, estabelecendo a ponte entre o passado herdado que não nos foi experimentado, e as construções de expectativas para o futuro.

Nessa perspectiva, Rusen elenca os quatro principais tipos de consciência histórica que encontramos na sociedade. O primeiro tipo é o tradicional, que se caracteriza pelas tradições serem “mantidas vivas” pela consciência histórica. As formas de significação aparecem na permanência dos modelos culturais e de vida na mudança temporal. Assim, na orientação histórica tradicional, os acontecimentos passados são interpretados num atributo de validade e obrigatoriedade dos sistemas de valores. O passado “tradicional” faz significativo o presente e projeta um futuro como uma continuidade dos modelos culturais e de vida que perpassam além do tempo.

O segundo tipo é o exemplar. Nessa tipologia de consciência histórica exemplar, a experiência do passado torna-se regras gerais personificadas de mudança temporal e conduta humana. A história é vista como uma recordação do passado, como uma lição pro presente, ou seja, as regras e os valores são atemporais na significação histórica. Rusen estabelece que o tipo exemplar interpreta o passado de modo a produzir regras gerais de casos específicos e aplicá-los a outros casos.

O terceiro tipo é o crítico. Essa tipologia de consciência histórica é marcada pela negação. A experiência do passado é prevista pelas “contra-narrações”. Assim, as interpretações feitas acerca do passado, o agir no presente e a criação de projeções de futuro são marcadas pela ruptura. A história é uma ferramenta com a qual se rompe, para que perca seu poder de orientação no presente. A identidade histórica se constitui pela forma da negação. Para a consciência histórica crítica, a história apresenta-se na sua significação através das rupturas das totalidades temporais por negação de sua validade, inclusive valores morais.

O quarto tipo é o genético. De acordo com Rusen, o que caracteriza a consciência histórica genética é a percepção das mudanças e das permanências. A mudança é a essência que dá a história seu sentido. Dessa maneira, permite-se que a história faça parte do passado, e conseqüentemente concedemos outro futuro. Assim, a memória histórica apresenta-se como acontecimentos mutáveis. A forma dominante de significação histórica é a do desenvolvimento, em que as formas mudam em ordem, paradoxalmente, para

manter seu próprio desenvolvimento. Conseqüentemente esta forma de pensamento histórico vê a vida social e toda sua abundante complexidade de sua temporalidade absoluta. A validade dos valores morais é estabelecida na mudança temporal, sendo os princípios morais inclusos dentro de um processo de comunicação.

Didática da História e Consciência Histórica

A opinião padrão sobre a didática da história consiste em defini-la como área de formação voltada para o ensino da história nas escolas. Assim, cabia a didática da história um método sobre a linguagem e técnicas de ensino e aprendizagem em sala de aula. Nessa concepção, a didática da história limitava-se ao ensino “escolar”, ignorando a consciência histórica que se constitui nos outros meios onde a história pública circula, como nos meios de comunicação, na literatura, nos discursos de políticos, enfim, no uso público da história. Nessa concepção antiga da didática da história, ela se vincula a uma didática geral de ensino, área da pedagogia, limitando a sua capacidade de reflexão e atuação.

Em meados dos anos 1970, o conceito de *Geschichtsdidaktik*, utilizado por vários teóricos alemães, como Rüsen e Bergmann, dentre outros, foi fundamental para a quebra do conceito tradicional de didática da história. Segundo Cardoso (2008, p.158), “a *Geschichtsdidaktik* abrange mais do que a realidade escolar, ela estuda a consciência histórica na sociedade”.

Conseqüentemente, a didática da história se objetiva na reflexão sobre as elaborações da história sem cunho científico, como nos meios públicos, ultrapassando os muros da escola e ampliando o objeto de investigação da didática da história.

Ao mesmo tempo, a *Geschichtsdidaktik* deve ser entendida como uma disciplina da própria ciência histórica. Como afirma Cardoso (2008, p.158.) “A didática circunscrita pelo conceito de *Geschichtsdidaktik* pertence a História, é uma parte indissociável dela”. Dessa forma, a *Geschichtsdidaktik* passou a associar-se com a teoria da história, refletindo sobre sua práxis-historiográfica, vinculando-se à ciência histórica, tornando-a uma subdisciplina da Ciência Histórica. (SADDI, 2010).

Na última década no Brasil, influenciado pela literatura alemã, ocorreu uma mudança na abordagem paradigmática da didática da história, passando a ser compreendida não mais como metodologia do ensino de história, ou seja, não se vinculando exclusivamente ao ensino escolar da história. Entretanto alguns teóricos da didática da história divergem no âmbito da ampliação da didática, sendo que alguns a

definem como uma disciplina propriamente escolar (SCHMIDT) (URBAN) e outros didáticos a vêem como além da escola, como uma disciplina que se objetiva na investigação da consciência histórica na sociedade. (CERRI, 2010). (SADDI, 2010). (CARDOSO,2008).

No caráter disciplinar da didática da história, há didáticos que a definem como uma área disciplinar entre a história e a educação (CERRI, 2010), outros como uma disciplina da ciência histórica (CARDOSO, 2008). (SADDI, 2010). Outro ponto que os teóricos divergem é a respeito do campo de investigação da didática da história. Alguns didáticos defendem que a didática da história lida com todas as elaborações da história sem forma científica (CARDOSO, 2008), ou seja, fora da academia, outros a defendem também com uma função de meta-teoria da história. (SADDI, 2010).

Dessa maneira, a didática da história se ocupa em investigar a consciência histórica predominante na sociedade, sendo assim, não se resumindo ao ensino da escola, mas a uma histórica que circula nos meios públicos, em discursos de políticos, em jornais, revistas propagandas, filmes, televisão, enfim, em todos os âmbitos que circulam interpretação do passado. Essa investigação se faz muito importante, pois a forma como o passado é interpretado, age diretamente nas ações do presente. Nas palavras de Saddi,

“Trata-se de compreender que a didática da história visa interpretar o modo como uma sociedade lida de forma viva com o seu passado e produz argumentos históricos que sustentam as ações no presente.Podemos dizer que as estruturas sociais, bem como as ações políticas e individuais, estão constantemente ancoradas em argumentos históricos. Compreender os vínculos entre as relações sociais presentes e as interpretações do passado deve ser útil tanto para o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda do presente como para proporcionar uma ampliação da percepção do passado que libera os homens para a definição de novas relações sociais” (p.217).

Assim, a didática da história, preocupada com a circulação nos meios públicos de uma história, se coloca na obrigação de intervir nessa constituição de consciência histórica formadora de ações no presente.

A escolha da Revista Veja e uma análise de 2004 a 2007

A escolha da revista Veja se justifica na sua enorme tiragem semanal e sua grande circulação no país.Com uma tiragem superior a um milhão de cópias semanais, sendo que 85% destinam-se a assinantes, sendo publicada desde setembro de 1968, constitui-se

como a segunda revista revista mais lida no mundo. (retirado do próprio site da revista). Ao mesmo tempo, a *Veja* apresenta constantemente, em suas matérias, referência à experiência humana no tempo, abordando acontecimentos do presente, através de interpretações do passado. Dessa forma, percebendo o alcance de público da revista e analisando as constantes referências ao passado, podemos imaginar que a *Veja* é um importante veículo de formação da consciência histórica de setores importantes da sociedade brasileira contemporânea. A temática sobre as cotas raciais se faz importante devido ao posicionamento da revista acerca do tema, mobilizando constantemente interpretações sobre o passado humano, tal como a escravidão na África, a escravidão no Brasil e o processo de miscigenação. Portanto, a revista *Veja* tem sido um instrumento de suma importância para o processo de reorientação das interpretações históricas sobre o passado na sociedade brasileira. Analiso os editoriais, cartas, matérias, propagandas que se remetem o ao tema sobre as cotas raciais, ou sobre interpretações do passado, que justificam, ou reforçam argumentos sobre não utilização das cotas, como a meritocracia, a miscigenação, o racismo, os conflitos etno-raciais.

O recorte temporal se inicia em 2004, quando a Universidade de Brasília (UnB), utiliza pela primeira vez o sistema de cotas em seu vestibular. E se encerra em 2012, quando o Supremo Tribunal Federal julga constitucional a utilização do sistema de cotas. A pesquisa se pautou na busca de matérias, editoriais, cartas que tratasse de qualquer um dos seguintes subtemas relevantes para o tema de nossa pesquisa: meritocracia, miscigenação, escravidão, qualidade do ensino superior, etc.

No ano de 2004, o sistema de cotas raciais nas universidades públicas foram poucas vezes noticiadas pela revista. Nas edições 1835, 1836 e 1837, não é mencionado o tema das cotas, muito menos nenhum sub-tema relevante. A edição 1840, a matéria intitulada “quatro horas de estudo por dia”, mostra uma aluno que obteve grande sucesso nos vestibulares do respectivo ano, enaltecendo a meritocracia e o esforço pessoal. A autora Mônica Weimberg, afirma que o vestibular é o modelo mais democrático de avaliação de conhecimento, e que ainda permanece como a opção mais democrática para o ingresso ao ensino superior.

Mais adiante, a edição 1850, na matéria “Retrato em branco e preto”, a questão das cotas raciais na UnB é citada. A autora critica as cotas, através de um sistema de seleção que é realizado por meio de uma fotografia. Uma banca, analisa as fotos dos candidatos e os classifica entre brancos e negros. Há ainda um quadro elencando que

61,4% dos negros concluíram o ensino médio, e somente 34,7% são alunos de universidades federais. Um outro ponto é quando a autora trabalha que não basta garantir o acesso do aluno de baixa renda na universidade, mas sim garantir sua permanência.

Nota-se uma grande quantidade de edições, mais especificadamente, 18 edições, em que em nenhum momento a temática sobre cotas raciais e os subtemas relacionados, são tratados na revista.

A edição 2011, de 6 de junho de 2007, traz a matéria de capa uma história bastante emblemática. Os gêmeos idênticos, Alan e Alex, concorreram a uma vaga no processo seletivo de vestibular na Unb, no respectivo ano, pelo sistema de cotas, e foram classificados, pelo sistema de cotas, um como negro e outro como branco. Os jornalistas Leoleli Camargo e Rosana Zakabi apresentam no decorrer da matéria vários argumentos questionando a necessidade da utilização das cotas raciais. Um exemplo é o trecho a seguir:

“ As políticas raciais que se pretende implantar no país por força da lei têm potencial explosivo porque se assentam numa assertiva equivocada: a de que a sociedade é, em essência, racista. Nada mais falso. Após a abolição da escravatura, em 1888, nunca houve barreiras institucionais aos negros no país, O racismo não conta com o aval de nenhum órgão público. Pelo contrário, as eventuais manifestações racistas são punidas na letra da lei, O fato de existir um enorme contingente de negros pobres no Brasil resulta de circunstâncias históricas, não de uma predisposição dos brancos para impedir a ascensão social de negros na sociedade- como já foi o caso dos Estados Unidos e na África do Sul.”(pág.85).

Nesse trecho, os jornalistas afirmam que a sociedade brasileira não é em sua essência racista, e que após a abolição, nunca houve empecilhos de ascensão social dos negros na sociedade, como se após a abolição, todos os problemas relacionados as questões ético-raciais foram solucionados.

Durante todo o texto da matéria, é apresentado ao leitor um gráfico mostrando uma pesquisa feita por geneticistas brasileiros, elencando a constituição genética de 321 negros. A pesquisa concluiu que existem porcentagem genética alta de sangue branco na maioria dos negros brasileiros. Esse argumento reforça a ideia da revista *Veja* que é praticamente impossível a distinção de brancos e negros no Brasil, devido a miscigenação.

Outra edição que também traz argumentos bastante simplistas sobre o passado é a edição 2012, de 13 de junho de 2007. Nesta edição, as cartas dos leitores, em resposta à matéria de capa da edição anterior, me chama bastante atenção. Segue um bom exemplo:

“[Como negro, nunca me senti inferiorizado pela cor da minha pele, e não é com cotas que se igualam as coisas. E as pessoas pobres de pele branca, como fazem para entrar numa faculdade? Eu já tive de ouvir que não possuía padrão europeu numa entrevista de emprego, e com certeza não é o governo dizendo que sou negro que fará o racismo acabar. Chega de demagogia. Leandro Mota, Taubaté, SP” (pág.8).

Nesse trecho, percebemos um argumento muito citado entre os leitores: a necessidade das cotas sociais. Porém, os defensores dessa ideia desconhecem a legislação que rege o sistema de cotas raciais. A lei que regulamenta o sistema de cotas é a lei 12711, de 29 de agosto de 2012, garantido a reserva de 50% das vagas das universidades federais para alunos da escola pública. Conseqüentemente, dentro da mesma lei, o decreto 7824, de 11 de outubro de 2012, artigo segundo, parágrafo segundo, ‘ sendo das 50% das vagas das universidades publicas reservadas a estudantes oriundos da escola pública, proporção de vagas a autodeclarados pretos, pardos e indígenas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portanto, as cotas sociais já existem na perspectiva da reserva de vagas para alunos de escolas públicas. Outro ponto bastante interessante na fala desse leitor, é que ele desconhece o próprio racismo ao qual foi vítima, já que, numa entrevista de emprego,” teve que ouvir que não possuía padrão europeu”, ou seja, não obteve a contratação de emprego por ser negro, caso típico de racismo.

Conclusão

No discurso da Revista Veja, a meritocracia, a valorização do esforço individual, a queda da qualidade do ensino superior e a miscigenação, se mostram como os principais argumentos defendidos pelos jornalistas para a negar a utilização do sistema de cotas raciais nas universidades públicas. Pretendo a partir da historiografia, e de uma maior análise confrontar esses argumentos, elencando sim a necessidade das cotas para a inclusão da população negra no ensino superior.

Bibliografia

BERGMANN, Klaus. A História na Reflexão Didática. In: Revista Brasileira de História, São Paulo. V.9. set.1989/fev1990.

CARDOSO, O. Para uma Definição de Didática da História. *Revista Brasileira de História*, v.28, n.55. online version. 2008.

CERRI, L.F. Os Conceitos de Consciência Histórica e os Desafios da Didática da História. *Revista de História Regional*, v.6, n.2, p.93-112, 2001.

LAGO, Cláudia. Metodologia de pesquisa em jornalismo/Claudia Lago, Marcia Benetti (orgs.)-3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção Fazer Jornalismo).

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão in *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, PR. v.1, n.2, p.07-16, jul.-dez. 2006.

RÜSEN, Jörn. História Viva-Teoria da História III: Formas e Funções do Conhecimento Histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. Reconstrução do Passado-Teoria da História II: Os Princípios da Pesquisa Histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba. Ed. UFPR, 2010.

RÜSEN, Jörn. *Aprendizagem Histórica-Fundamentos e Paradigmas*. W.A Editores. Curitiba, 2012.

SADDI, Rafael. Didática da História enquanto sub-disciplina da Ciência Histórica. *História & Ensino*, Londrina, v.16, n.1, p.61-80, 2010.

SADDI, Rafael. O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada In: *Acta Scientiarum*. Maringá, v.34, n.2, p.211-220, Jul-Dec., 2012.

Sites Consultados

Lei 12711/12 | Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1032851/lei-12711-12>>. Acessado em: outubro de 2013.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Página Inicial → Sobre a Secretaria <http://www.seppir.gov.br/>

Acessado em: outubro de 2013.

LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm

Acessado em: outubro 2013.

<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

Acessado em: agosto de 2016.

ELY CAMARGO: música, brasilidade e resistência no período de ditadura militar no Brasil

*Nayara Crístian Moraes*⁴⁴⁸

RESUMO: Durante a ditadura militar no Brasil a repressão e a censura foram mobilizadas pelo regime militar como justificativa de Segurança Nacional. O repressor do regime funcionou no país atingindo diferentes tipos de civis, em escalas, aspectos e conjunturas distintas. Simultaneamente a violência, a resistência, a “brasilidade” aconteciam. A indústria cultural se formou possibilitando a composição de diferentes gêneros musicais, apesar do clima conturbado. Nesse contexto ambíguo a carreira de Ely

⁴⁴⁸ Orientadora: Heloísa Selma Fernandes Capel / Bolsa: Capes.

Camargo se consolidaria. Se a música é som e sentido, atemporal, memória, documento e monumento, e constitui a sociedade, de Goiás não poderia sair tom diferente. Diante do posto é que se propõe refletir a brasilidade e a resistência da artista mesmo diante da ditadura militar compondo o que podemos chamar de trama discursiva.

Muitas sonoridades refletiram os anseios da sociedade brasileira, discursando e levando adiante representações dos sujeitos através de canções durante o processo de Ditadura Militar no Brasil, período que pode ser estudado em diferentes prismas: político, econômico, social, cultural... Foi palco para diferentes acontecimentos, dentre os quais destacamos o efervescimento cultural refletido também na música brasileira da época (NAPOLITANO, 2002), voltado para resistência e também para a busca da “brasilidade” em diferentes sentidos, seja buscando uma identidade nacional (RIDENTI, 2014) e/ou contestando inúmeras vezes as ações repressivas, censuras e violências do regime militar. Nos últimos anos surgiram diferentes trabalhos voltados para a relação história/música/ditadura, muitos deles contextualizados com a Ditadura Militar no Brasil.

No topo dessas pesquisas se destacam principalmente as grandes capitais do país e músicas de MPB tradicional, com exceções de alguns casos como o trabalho de Paulo César Araújo com “Eu não sou Cachorro Não”, que visava compreender a produção de músicas bregas, e de Gustavo Alonso, com “Cawboys do asfalto”, que buscou investigar inclusive o papel de artistas sertanejos no protesto, dentre outros pontos trabalhados.

A música sendo um elemento cultural tão sensível às experiências dos sujeitos, o que dizem, por exemplo, as canções goianas do período supracitado? No Museu da Imagem e do Som e do Instituto Cultural e Educacional Bariani Ortêncio pude extrair excertos de canções, fazer audições, fotografar discos e jornais, crônicas e memórias. Dessa investigação extraí uma lista de artistas, intérpretes e compositores, testemunhas oculares, ambos presentes na cena cultural musical do período. Artistas que viveram em Goiás, e/ou daqui partiram muitas vezes em busca de novos horizontes, representando Goiás ou vindo aqui ficar depois de algum tempo. Artistas que almejavam discos e voos mais altos, entre trabalhos paralelos, shows, serenatas e festivais. Desse campo surgiram entrevistas e indicações de bibliografias e documentários que poderão balizar esse trabalho de pesquisa. A partir do material obtido nesses dois centros culturais tentei estabelecer o caminho para pesquisa e a partir daí poderia formar o que podemos chamar de trama discursiva.

Em Goiás o estudo dos desdobramentos do período é recente e se manifesta principalmente no campo dos problemas políticos e agrários. Na perspectiva cultural, o campo de estudo do papel da música de Goiás no cenário da ditadura militar carece de pesquisa, afinal Goiás é considerado o berço da canção sertaneja e também foi e é rico em diferentes gêneros de Música Popular Brasileira, e se a música é um meio para entendermos o mundo (MORAES, 2005, p.55), a canção goiana não seria diferente.

Ao nos depararmos com o disco “Canção da Guitarra” de Ely Camargo no MIS, a priori, o que chamou atenção foi o fato dela ter gravado a música *Soldadinhos de Chumbo* em plena instituição do AI5. Por que tal apropriação de determinada canção neste momento? Como ela teria conseguido gravar tal música? Indícios nos levam a pensar que tal apropriação é mais do que coincidência. Os indícios de resistência na música da artista goiana se reforçam mais ainda pelo fato de ela ter regravado dois anos antes, em 1966, “A banda” de Chico Buarque e “Disparada” de Geraldo Vandré, canções e artistas ícones da resistência musical brasileira, em um disco especial, apenas com estas duas músicas. Ely Camargo gravou 12 discos e gravou músicas diversas alcançando sucesso na época, e é apenas uma das artistas goianas que fez sucesso naquele momento. Como outro exemplo temos o cantor Odair José, nascido na cidade de Morrinhos GO, famoso por cantar *Pare de tomar a pílula*, foi perseguido e censurado, acusado inúmeras vezes por *desrespeitar as leis do país*, perseguido pelo governo militar principalmente por conta da *defesa da moralidade e dos bons costumes* que impunha o regime (ARAÚJO, 2013, p. 50-76). Já exaltando a nação e o povo, Lindomar Castilho cantou a seguinte canção que compôs com Ronaldo Adriano:

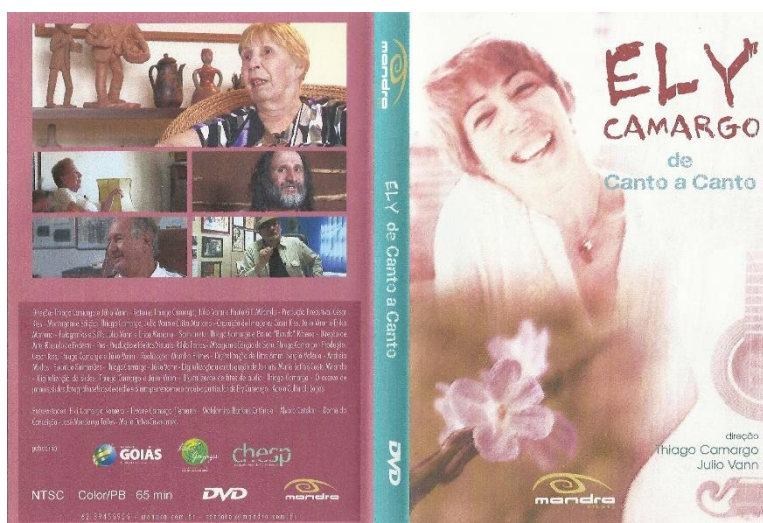
Eu canto o que o povo quer | Eu canto o que o povo diz | Eu canto de
coração | E por isso sou feliz | Nasci de família humilde | Família de
cantador | Cantando versos pro povo | Para o povo com amor | Estou
com a maioria | Para o que der e vier | Eu faço parte do povo | E canto o
que o povo quer | Do trabalho não tenho medo | Sou honesto | sou
ordeiro | Garra nunca me falta | Porque nasci brasileiro | Não deixo para
amanhã | O que hoje devo fazer | Estou ao lado do povo | Fazendo o país
crescer (CASTILHO, 1974).

Diante do exposto, a pesquisa de dissertação, que originou este artigo, que se apresenta aqui sob um recorte, busca investigar a trama discursiva que envolveram as canções goianas e seus expoentes entre as décadas de 1960 e 1980, analisando a repercussão destas narrativas discursivas, suas apropriações, seus efeitos, sua conjuntura histórica e a trama que emerge de tais discursos, observando principalmente as verdades

construídas nas práticas discursivas materializadas em discos, jornais, crônicas, entrevistas e documentos de cunhos variados como por exemplo, os da Divisão de Censura e Diversões públicas em poder do Arquivo Nacional. O principal arcabouço teórico metodológico são os construtos de Michel Foucault no que se refere principalmente ao conceito de *discurso*, consequentemente, a relação *verdade / saber / poder, acontecimento* e *dispositivo* (FOUCAULT, 1987, 1996) junto às suas contribuições para a História (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

No recorte selecionado pontuar-se-á a brasilidade e resistência de Ely Camargo.

Ela nasceu na cidade de Goiás em 1930 e mudou-se para Goiânia em 1938. Apesar de nunca ter estudado canto tinha “um ouvido maravilhoso”. Ela respirava música desde pequena. Seu pai era professor de música, maestro, músico e compositor. Uma de suas irmãs tocava piano e a outra cantava, relata Ely em documentário sobre ela: “Ely de canto a canto” (ELY, 2014).



Desde que cantou pela primeira vez com um microfone diz ter se apaixonado. Ely se formou em farmácia e também cursou a chamada Escola Normal e por isso deu aulas muitos anos no Colégio Santa clara. Foi lá que conheceu o primeiro incentivador de seu trabalho como cantora profissional: Bariani Ortêncio. De início ela cantava formando dupla com sua irmã, eram as irmãs Camargo. Cantavam em festas caseiras e públicas e na rádio. Gravar um disco era coisa difícil de se fazer na época. Ely começou na rádio fazendo o programa “Brasil de canto a canto”, programa que chegou a levar para Brasília, onde fazia rádio e TV. Logo a dupla com Elvane se acabou devido ao casamento de sua irmã (ELY, 2014).

Bariani relata que tinha influência nas gravadoras de discos em São Paulo, porque como era dono do Bazar Paulistinha, comprava cerca de mil discos de cada artista de sucesso, o que poderia fazer com quem levasse para gravar. A Columbia do Brasil, atual Sony pediu a Bariani que arrumasse uma dupla de mulheres cantoras sertanejas para

substituírem as famosas Irmãs Cavalcante, que faziam sucesso na época, mas tinham desfeito a parceria. (*ibdem*).

Foi assim que Ely gravou seu primeiro disco, ainda em dupla, com Onorina Barra. Foram para São Paulo e quando regressaram já estavam com o disco de 78 rotações pronto. Mas essa parceria também não evoluiu. Depois de 15 anos trabalhando nas rádios de Goiânia e Brasília, Ely Camargo decidiu ir para São Paulo, depois de juntar dinheiro trabalhando no Colégio Santa Clara. Era 1962 quando Ely decidiu ir pra São Paulo fazer rádio, que era seu sonho. Ela conseguiu não só uma oportunidade na Rádio e Tv Tupi como também conseguiu gravar seu primeiro disco solo Permaneceu na Tupi por dois anos fazendo imenso sucesso tanto na rádio como em seus shows por São Paulo e cidades do interior do Brasil (*ibdem*). Ortêncio se refere a Ely como promotora dos compositores e artistas goianos. A partir de 1963 Ely Camargo, junto a seu trabalho na rádio e shows, começou a viajar pelo Brasil recolhendo registros folclóricos no Nordeste, Goiás e outros estados. A partir de 1964, com o Golpe Civil Militar ela passa a considerar São Paulo “meio tumultuado”. A vida dos artistas começa a ficar mais agitada, mas ela continua sua volta ao Brasil, porque queria cantar a realidade, queria cantar o folclore brasileiro, mas não servia imaginar. Ela tinha que testemunhar e registrar o imaginário folclórico Brasil afora. Para Bariani Ortêncio, sua música é folclórica e popular ao mesmo tempo. Gravou ao vivo em diferentes lugares. Com gravador debaixo do braço ela gravava tradições que encontrava em mercados populares, praias e festas do Nordeste.

Em Juazeiro registrou uma cega cantando uma música folclórica em favor de Santa Luzia. Ely dava uma moeda e ela continuava cantando. A goiana a ouviu até que pudesse apreender o sentido e a cor daquelas palavras tão reais para ela: “Trabalhar o canto da gente, do povo, do Brasil, não tem muito valor. Para eles ela era apenas mais uma mendiga cantando. Mas para mim era de um valor extraordinário. Ela tinha uma voz bem alta e ia mudando de tom, era fascinante” (ELY, 2014). A artista acrescenta ainda mais:

Todo lugar que eu ia eu queria ter uma gravação original. Porque você não pode cantar folclore inventando. Porque o povo inventa. O povo inventa coisa, mas você tem obrigação de fazer um trabalho bem feito, você tem que ter ido lá, assistido, gravado, para depois você ouvir aquilo muitas e muitas vezes pra você conseguir cantar uma melodia que tinha tudo a ver com a gravação (ELY, 2014).

DISCO É CULTURA



Dos milhares de discos lançados anualmente no Brasil, muito poucos fazem jus àquele slogan "Disco é Cultura", que as fábricas passaram a imprimir nas capas dos long-plays para não pagar imposto. Com o lançamento pela RCA Victor do LP Ely Camargo — Cantos da Minha Gente, porém, surgiu enfim um disco que, além de constituir de fato uma contribuição à cultura brasileira, ainda merece este elogio extra: é um LP maravilhoso

CERTA MOÇADA MUITO ESPERTINHA

Acompanhado de informações de Guerra Peixe, em folha anexa (o que também é raro), o LP reúne em 12 faixas o resultado da coleta de cantos populares realizada pela pesquisadora-cantora Ely Camargo nas regiões do Norte e do Nordeste, entre 1971 e 1972. Mas, como lembra com toda oportunidade no texto da contracapa o músico estudioso Guerra Peixe, não se trata de nada semelhante ao que faz "certa moçada muito espertinha (que) vai ao Nordeste a passeio e volta dizendo que foi pesquisar". Muito ao contrário, constitui um trabalho que, resultando artisticamente em obra das mais interessantes e "consumíveis", reúne a essa condição de agrado comercial um rigor científico só encontrável, nessa área da gravação de música de folclore em estúdio, em produções de artistas como o gaúcho Paixão Cortes e a paulista Inezita Barroso.

ELY CAMARGO — GRANDE CANTORA DO POVO

Muito bem assessorada pelo maestro George Kaszás — que surge neste disco como uma revelação, das mais gratas, em termos de inteligência, oportunidade e competência, na esfera dos arranjos para canções folclóricas — a goiana Ely Camargo (que estreou em LP em início da década de 60, lançando a série Canções de Minha Terra!) reafirma sua condição de grande cantora do povo.

Dona de uma plasticidade de voz que falta à excelente Inezita Barroso, sempre prejudicada pela dureza do timbre, Ely Camargo — neste ponto só comparável a Lenita Bruno do LP Modinhas Fora da Moda

— canta com uma facilidade e uma justeza que não se sabe o que mais admirar: se a beleza da voz ou o rigor da interpretação. Afinadíssima, mas sem a empositação de cantora lírica que já prejudicou tantos intérpretes do gênero folclórico, como Olga Práguer Coelho, Stefana de Macedo e Cristina Maristani, a goiana Ely Camargo (ex-cantora de coro de igreja) revela ainda em seu LP uma outra qualidade, realmente rara entre cantores brasileiros, homens ou mulheres: a qualidade inestimável da inteligência. De fato, compreendendo que qualquer tentativa de "consertar" erros de portugueses nas canções recolhidas constituiria um atentado inútil à pureza da criação popular, Ely Camargo interpreta as canções tal como as ouviu cantadas nas feiras, portas de igreja ou no meio dos folguedós.

CANTIGA DE MENDIGO — EXEMPLO DE GENIALIDADE

Embora seja difícil determinar o melhor nesse disco constituído apenas de pontos altos, há uma faixa que, pela grandiosidade da música, a justeza do arranjo do maestro George Kaszás e a beleza da interpretação de Ely Camargo, merece ser destacada como um exemplo da genialidade do povo brasileiro. Trata-se da Cantiga de Mendigo, recolhida por Ely Camargo no Mercado de São Luís, no Maranhão, em julho de 1972. Trata-se de uma peça que — como se poderá comprovar — qualquer compositor erudito, de qualquer tendência ou escola, se sentiria honrado em assinar, em qualquer parte do mundo.

Apenas essa faixa da Cantiga de Mendigo (6', do lado 2) justificaria a compra do long-play de Ely Camargo Cantos da Minha gente. E, aliás, se uma sugestão pudesse ser ouvida por algum compositor erudito brasileiro do momento (quem sabe Guerra Peixe? quem sabe o próprio George Kaszás?), seria o caso de se transformar sem demora essa Cantiga de Mendigo em uma peça sinfônica. Isto feito, ela por certo consagraria o músico que assinasse o trabalho, faria honra à orquestra que a executasse e, gratificando com sua beleza o público que a ouvisse, valeria como mais um documento da contribuição do povo antedemocrático do Brasil à verdadeira cultura deste país, geralmente, tão pouco voltado para si mesmo.

Ely Camargo
J. R. Tinhorão

Recorte do Jornal Cinco de Março, 1974, acervo ICEBO.

As falas de Ely Camargo no documentário se remetem à sua vontade de verdade. Suas buscas pela identidade brasileira por meio de seus registros folclóricos são acentuadas por Tinhorão. Ely representava Goiás e o Brasil de canto a canto, mas também levava seu canto para fora dele, conquistando elogios de grandes críticos

da música como José

Ramos Tinhorão. Veja as imagens à esquerda e à seguir. Ao mesmo tempo, Tinhorão se refere a Ely fazendo alusão a seu trabalho sociocultural. Como se Ely fosse a voz daqueles que não tinham voz. Em um tempo autoritário, de uma forma diferente ela buscou resistir. Não no famoso conflito político com o regime, mas com sua resistência em fazer discos para o mercado. Sua música era a afirmação de sua vontade, como ela mesmo afirma, o canto da gente.

CANTIGAS DO POVO

Um portmouso curioso, que chama a atenção de quem estuda as manifestações musicais na área das camadas mais baixas do campo e mesmo dos núcleos de pobres das cidades é o fato de que o povo não concebe a sua música como canção.

Geralmente ligados às danças ou aos autos, os cânticos populares (às vezes de caráter religioso, como os hinos ou benditos de procissão), ou se prendem às manifestações coletivas, ou obedecem a finalidades individuais, mas específicas, como as canções de embalar, os pregões, as cantigas de velório ou os cantos de pedir esmolas. É um ato de cantar, pois, ligado à dinâmica da vida, sem aquela espécie de individualismo ou egoísmo sonoro, que consiste no puro gozo esteticamente autocontemplativo da canção, como a conhecemos na chamada "música popular".

Assim, passa a tornar-se um acontecimento altamente importante quando um artista urbano, desprezando as glórias da comunicação com o público interessado apenas na música da moda — que é sempre a canção segundo o estilo em voga no momento — resolve emprestar a sua voz para fazer ouvir, através dela,

O CANTO SEMPRE UNIVERSAL DO POVO.

No Brasil, entre esses raros artistas dedicados à tarefa de levar o canto das grandes camadas à gente tão desinformada das cidades está a cantora ELY CAMARGO. Desde seu primeiro LP, lançado exatamente há 20 anos — e muito significativamente intitulado Canções de minha terra — o que Ely Camargo tem feito, e agora confirma com este novo disco que todos teremos prazer em ouvir, é exatamente isso:

**FAZER CANTAR POR SUA VOZ,
TÃO CHEIA DE EMOÇÃO E DE SONORIDADE,
A VOZ ANÔNIMA DO POVO
QUE — APESAR DE TUDO — CANTA
E TRADUZ NO SEU CANTO
A ALMA DA PRÓPRIA TERRA.**

José Ramos Tinhorão

*Para o amigo
Tava, com o endereço
do Vivaldo Diniz
52 R. do... 13/05/83*

CANTIGAS DO POVO
ÁGUA DA FONTE

Ely Camargo

FACE A

REISADO DE ALAGOAS *
(Quatro temas. Maceió, 1973)

QUE NOITE TÃO BONITA!*
(Folia de Reis, Nova Resende, MG, 1979)

PASTORINHAS *
(Seis temas. Pirenópolis, GO, 1973)

BENDITO DE SÃO JOSÉ **
(Virgem da Lapa - Tumtum - MG, 1974)

CANTIGA DE MENDIGA *
(Palmeira dos Índios, AL, 1973)

DEUS TE SALVE A CASA SANTA *
(Congo, quatro temas. Cidade de Goiás, 1973)

FACE B

PUXADA DO MASTRO DE SÃO SEBASTIÃO *
(Ilhéus, BA, 1981)

CANTOS PARA PEDIR CHUVA **
(Dois temas. Araçuaí, MG, 1980)

25 DE DEZEMBRO *
(Folia de Reis, Cidade de Goiás, 1973)

BENDITO DE SANTA LUZIA *
(Juazeiro do Norte, CE, 1980)

INCELENCIAS
(Cantigas de Velório, quatro temas. Dois temas recolhidos por Frei Francisco Van Der Poel em Virgem da Lapa, Tumtum, MG, 1974. Dois temas recolhidos por Mário Ypiranga Monteiro, Amazonas)

ADEUS MINHA LAPINHA **
(Canto de Beijar, Araçuaí, MG, 1980)

FICHA TÉCNICA:

* Temas recolhidos e adaptados por: Ely Camargo
** Temas recolhidos e adaptados por: Frei Francisco Van Der Poel. Ofm.

Produção: M. L. Ricciardi
Técnico de Gravação e Mixagem: J. Martins
Fotos de capa: 1 - Forma de viola pertencente ao acervo de cultura popular do Sesc - SP (Fotógrafo: Paquito) 2 - Grupo Folclórico: I. Cipriani
3 - Fotos de contra-capa e encarte: Walter Sanchez

Arte final: I. Cipriani
Direção Geral: O. Sassi

Participação Especial: Banda de Pifanos de Caruaru
Coral sob a regência de: Sérgio O. de Vasconcelos Corrêa: "Adeus minha Lapinha"

Ambientação, arranjos e regência: Maestro Jorge Kaszás

Gravado nos Estúdios de Edições Paulinas Discos
Rua Botucatu, 171 - 04023 - São Paulo - SP

EPD 0623

Crítica de Tinhorão, na contracapa do disco "Água da fonte", de 1983. Acervo pessoal.

Em *Brasilidade Revolucionária* (2010) e em *Em Busca do Povo Brasileiro* (2014) Marcelo Ridenti reflete a complexidade do *ser brasileiro* e a *brasilidade revolucionária* que buscaram os intelectuais, sobretudo os cantores e compositores no Brasil, evidenciando a busca pelo *ser sujeito* do intelectual, do artista, cantor, ator, escritor, compositor, mas também do trabalhador. Preocupado em desvendar os imaginários e as ações dos artistas e intelectuais de esquerda, embasados nas classes médias e seus meios artísticos, o autor busca ver na arte a busca também da identidade nacional através das pequenas *revoluções*, dualismos, lutas cotidianas representadas na arte de cada um.

Destaca ainda as canções de artistas tradicionais da MPB daquela época que representaram a vida nos morros e a questão agrária no Brasil. Destaca o papel da canção no regime militar na busca pela liberdade do povo e não apenas de alguns. Defende, entretanto que é preciso não exagerar na “politicidade” das canções e reflete também a afinidade do público que não era da classe média da época. A aproximação da canção e o povo, dos intelectualizados e a desigualdade social. O autor coloca os artistas no campo do imaginário urbano daquele tempo, buscando refletir os contornos de resistência e repressões, mas também a modernidade que repercutia no campo dito intelectual. Ridenti deixa de encarar o povo de forma dicotômica, *do bem e do mal* para destacar as ambiguidades em relação à ditadura, principalmente quando se trata do campo artístico, porque antes de ser artista o homem é um ser humano, um civil no fogo cruzado, no meio de uma gente que queria ser *povo*.

Podemos refletir que Ely, ao se colocar e ser colocada como representante “da gente” e do “povo” nos colocou diante da legitimação do “nós”, que se dá de várias formas e articula diferentes mecanismos. A música é um tipo de narrativa que por vezes explica o social, e “passam a construir e legitimar os marcos de referência identitárias” (PESAVENTO, p.211). Para compreender esta articulação da música a este processo de construção de identidade nacional, que se articulou em vários períodos no Brasil e não deixou de ser discutida na Ditadura Militar. Ora o povo buscava brasilidade, ora o governo anunciava campanhas nacionalistas e “patriotistas” que fundia ufanismo ao querer do bem do Brasil que partida das pessoas.

Ao nos remetermos a estes enunciados em diferentes materialidades estamos propondo “historicizar” esses discursos a fim de compor sua trama. Para Michel Foucault analisar os enunciados é também pensar a condição do discurso, seu plano discursivo, sua vontade de verdade, sua condição de verdade legitimada em instituições e saberes que em conjunto com as práticas dos sujeitos que (FOUCAULT, 1996, p. 15-17) se colocam na sociedade ao longo do tempo, ao longo da história, assim, em *Arqueologia do saber* diz que:

Empreender a história do que foi dito é refazer, em outro sentido, o trabalho da expressão: retomar enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço, em direção ao segredo interior que os precedeu, neles se depositou e aí se encontra (em todos os sentidos do termo) traído. Assim se encontra libertado o núcleo central da subjetividade fundadora, que permanece sempre por trás da história manifesta e que encontra, sob os acontecimentos, uma outra história,

mais séria, mais secreta, mais fundamental, mais próxima da origem, mais ligada a seu horizonte último. Essa outra história que ocorre sob a história, que se antecipa (FOUCAULT, 1987, p. 140).

É bom lembrar que o ufanismo, a busca por brasilidade e a resistência se cruzavam e não devem definir padrões de comportamentos artísticos. Atualmente os intelectuais tem defendido a não classificação, padronização e enquadramentos de artistas e músicas como sendo de protesto, ufanistas, alienados ou isso e aquilo. É preciso ter cuidado com as classificações e lembrar que o regime militar colocou todos os civis em sob a égide de um sistema de medo e rotulações. Não se trata de dizer que um foi bom e outro mal, ou de resistência e outro alienado. Num mesmo período um artista pode criar protesto ou aclamação nacional. O rótulo de alienação e acomodação dado a certos artistas muitas vezes colocou historiadores e críticos em posição difícil com a história. Na maioria das vezes o que promoveu esse descuido foi o extremismo. Enquanto Ely Camargo viajava em busca de registrar a voz do povo, ela protestava à sua maneira, contra a imoralidade da indústria cultural mercadológica e a favor daqueles “que não tinham voz”. Não há relatos e vestígios de que tenha sido torturada ou presa, mas gravou em 1966 o disco abaixo, e com ele foi premiada. Saiu sozinha para uma grande cidade, lutou contra os maldizeres em uma época sombria e abdicou de casamento para não se prender. Sua resistência esteve baseada nos seus cantos que rompiam barreiras e nos seus atos no Brasil de canto a canto, e no exterior também. Veja as fotos:



Acima à esquerda a Capa do disco de Ely Camargo lançado em 1966. Acervo pessoal. À direita a reportagem que aparece no documentário “Ely de canto a canto”, demonstrando a premiação que cantora ganhou pelo seu compacto de “A banda” e “Disparada”.

Mas a final de contas, o que é a resistência? O conceito de *resistência* baseado em Michel Foucault está embutido no seu conceito de *poder*, ou melhor dizendo, nas *relações de poder*. Para Foucault a sociedade é baseada nessas relações. O poder não é centralizado no estado. É articulado em rede na sociedade. O discurso, os dispositivos e a resistência compõem essa rede. Vários tipos de dispositivos de poder são colocados por Foucault ao longo de sua obra, dos quais podemos citar, por exemplo: dispositivos de regulamentação de discursos, dispositivo de sexualidade, dispositivos discursivos que sustentam práticas, dispositivos securitários ou de segurança, dispositivos de saber e dispositivos disciplinares. Em *As palavras e as coisas* Foucault coloca o dispositivo como *episteme* onde o dispositivo é *estritamente discursivo*, entretanto tempos depois, o conceito de *dispositivo contém igualmente instituições e práticas*:

Ely Camargo interpreta Os Cantos da sua gente.

Adones de Oliveira

CANTOS DA MINHA GENTE (temas recolhidos nas regiões Norte e Nordeste por Ely Camargo); intérprete, Ely Camargo; coordenação geral, Osmar Zandomeningui; coordenação artística e direção de estúdio, George Kaszás; técnicos de som, Steilio Carlini, G.J. Kibelkstitis e Walter Lima; adaptações de Ely Camargo e George Kaszás; fotos, Ana Teophilo, gravação RCA Victor.

De dezembro de 1970 a julho de 1972, a cantora Ely Camargo movimentou-se incansavelmente pelo interior dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Amazonas, recolhendo nas feiras, festas e folguedos populares o amplo e minucioso material que agora traz a público no LP "Cantos da Minha Gente". É o 14o. longa-duração que essa cantora goiana gravou e nos quais registra "nossas constâncias musicais", como disse o maestro Guerra Peixe, numa dedicação e perseverança poucas vezes vistas em quem, como no caso dela, faz tudo sozinha, sem apoio de qualquer tipo, seja o oficial, seja o dos veículos de divulgação.

"Cantos da Minha Gente" é o primeiro trabalho de Ely Camargo na RCA Victor, gravadora em que ingressou recentemente, depois de quase dez anos na "chanteleer", onde, só na série "Canções de Minha Terra", gravou seis LPs. No mesmo selo gravou também "Folclore do Brasil", "Gralha Azul" e "Danças Folclóricas Brasileiras". Tudo isso feito praticamente sozinha, motivada apenas pelo muito amor que Ely Camargo diz sentir pelo folclore e pelo povo.


Um dos aspectos que mais impressionam em "Cantos da Minha Gente", um disco por todos os motivos elogiáveis, é a fidelidade da interprete-pesquisadora às formas folclórico-musicais que apresenta, as quais, em nenhum momento procurou adulterar com "estilizações" que corromperiam o sentido e a sua pureza. O fato, aliás, é ressaltado pelo maestro Guerra Peixe, na contra-capta, do disco, quando diz que Ely Camargo "jamais adultera as peças musicais por meio de interpretações inadequadas". Com sua voz potencialmente elástica e de timbre maleável, a cantora poderia ter, desinformadamente, partido para o que, no meio musical se chama de filustrias, mas preferiu o simples para, de maneira convincente, difundir o simples da cantoria popular.

"Ely", diz mais o maestro Guerra Peixe, "prefere conservar a prosódia por vezes sacrificada do documento a ter que, em nome da correção, modificar arbitrariamente o original". O maestro George Kaszás, coordenador artístico, arranjador e regente do disco, soube entender a intenção da interprete e vestiu musicalmente as faixas com um acompanhamento igualmente despojado, utilizando na maioria das vezes os próprios instrumentos regionais, como os "pifes" (pifanos, flautas de bambu), zabumbas, vez por outra sublinhando as vocalizações com instrumentos de sopro que só acentuam a beleza das músicas e reforçam a sua expressão popular.

Além de ter escrito a contracapa o maestro Guerra Peixe, com sua autoridade de compositor, professor e folclorista, apresenta em texto encartado no disco, faixa por faixa do trabalho. Assim que para "Baianá" (Lado A, Faixa 2), recolhido por Ely Camargo em Maceió, dá ele a seguinte conceituação didática: "Dança do sul de Pernambuco e regiões de Alagoas. Há poucas informações sobre o Baianá, mas se sabe que, em princípio, as mulheres dançavam vestidas de Baiana e que uma delas é a *mestra* que conduz a coreografia e o canto. Nesta faixa há três temas de Baianá, sendo o primeiro reproduzido como final, com um curioso contra-canto de trombone imaginado pelo maestro Kaszás".

O mesmo procedimento é usado para caracterizar as demais faixas "Toada de Vaquejada", "O Canto da Sereia", desmembramento do Reizado de Alagoas; "Somos três Bonecas", alto do Pastoril pernambucano; "Quatro Cantos do Reizado do Piauí"; "Tajaias", grupos femininos que cantam e dançam nas procissões para São Benedito em Alagoas, Sergipe e Pará; "Boi Malhado", versão Amazônica do Bumba-meu-boi; "Caninha Verde", do folclore de Manaus, hoje muito comum no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo; "Esquema Mulher", uma das muitas denominações para as orquestras populares do Nordeste, as quais tem como base a zabumba, o tarol e os "pifes"; "Cantiga de Manoel Leandro", cantoria do Piauí; "Cantiga de Mendiga", cantilena para pedir esmola, também conhecida no Nordeste como "cantiga de cego"; "Coco Ariri", de São Luiz do Maranhão e apenas uma das muitas formas que esse excitante exercício poético-musical popular assume no Nordeste.

Com "Cantos da Minha Gente", Ely Camargo presta um serviço de profundo sentido cultural revelando a monumental riqueza musical do interior do País e do próprio interior da alma do povo. Não é nenhuma promoção gratuita a recomendação desse gratificante e substancial lançamento.



Reportagem extraída do jornal "O popular" de 1974.

Um dispositivo é "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma: o dito e o não-dito l.'O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos". O problema é, então, para Foucault, o de interrogar tanto a natureza dos diferentes dispositivos que ele encontra quanto sua função estratégica (REVEL, 2005, p. 40).

Se entendermos a música, tendo em vista sua criação e sua “acontecimentalização” através dos artistas, e a chamarmos de dispositivo de poder, discursivo (lembrando que o discurso para Foucault se remete ao dito e ao não dito, às práticas e não só às palavras), cultural e social, dispositivo este que também tem suas



Imagem extraída do documentário "Ely Camargo: de canto a canto". Acervo do ICEBO.

funções estratégicas na construção de uma verdade, de uma resistência ou de uma busca de identidade nacional podemos entender que as produções de verdade e as resistências se davam e se dão nas grandes instituições mas também nas práticas discursivas culturais, e em toda a estrutura de relação entre os sujeitos, sejam em suas práticas cotidianas ou em sua produção dentro de instituições governamentais ou não. Para Foucault a resistência pode se dar em micropoderes, ações que não necessariamente acontecem por meio de guerras e revoluções. Atos cotidianos, lutas na marginalidade, atos e palavras. Ela é inseparável das relações de poder, abre espaços de luta e transformação estética e social,

se dá em estratégias discursivas, manejos de práticas e ditos, pode vir de baixo e se distribuir estrategicamente. Para ele a resistência é um poder positivo, que vai tentar romper as barreiras dos efeitos de poder negativos na sociedade, que negativam indivíduos e coloca os sujeitos nas margens (REVEL, 2005, p.128).

O trecho da reportagem da imagem acima elucida bem o afastamento do enquadramento que Ely propõe com seu trabalho. Recusa-se a gostar de “música de protesto”. Afirma que o tropicalismo para ela é válido, porque trouxe renovação, e ela tem horror a enquadramento. Ely Camargo assumiu sua paixão pelo folclore numa época em que era romântico, não que tenha sido inválido, ser chamado de artista de protesto. Defendeu o folclore porque acreditava traduzir a vida da gente pobre do sertão do Goiás e do Nordeste. Acreditou na autenticidade do rádio, sem difamar os colegas. Pelo contrário, reconheceu a “revolução” estética dos movimentos da época sem deixar de ser o que era.

Para finalizar este texto, entretanto, é preciso considerar que essas palavras formaram apenas um esboço de um tempo, pinceladas de um resgate musical rico. Um recorte de uma trajetória. É possível já enxergar que Ely Camargo não esteve alheia ao Brasil dos anos de chumbo. Percorreu suas terras registrando capítulos de tradição e cultura, folclore e imaginário, sem deixar de lado seu propósito. Ganhou asas em sua carreira, deixou Goiás sem ter de fato o deixado. Levou seu canto de canto a canto e com isso podemos dizer que alcançou sucesso no Brasil e fora dele:



Imagens retiradas de “Ely de canto a canto”. Obs.: os cortes indevidos na imagem estão projetados em sua originalidade no próprio documentário.

Uma das reflexões principais que podemos apreender através do presente artigo é que a busca de brasilidade, mesmo no período de ditadura militar no Brasil, não deve significar alienação e exaltação do regime militar, ufanismo contra a esquerda. Talvez possamos arriscar dizer que a Brasilidade de Ely Camargo tem um pé na resistência.



Ely Camargo: cantando tudo que é popular, respeitando a criação original

A BRASILIDADE DA GOIANA ELY CAMARGO

FOLCLORE NÃO É SÓ COISA VELHA

O folclore anda nas ruas com o último tipo e passela ha Tamandaré. É coisa atual e atuante. Talvez disso não se apercebem os mais distraídos que se precipitam em seus julgamentos, bastando ouvir a palavra folclore para pensar somente em coisas velhas, em águas passadas ou nas poeiras das eras.

Pois é, mas vejamos: O voo à lua é folclore. A bomba atômica também, o mito do inédito ou a última moda, e mais, o folclore não se limita ao passado e ao presente mas inclui também o futuro, pois até a eleição de 82 já é folclore ou o decantado apocalipse e etc.

Tudo que possui uma vivência coletiva, representada por qualquer símbolo ou projeção que tenha de sua função específica. Eis aí uma definição de folclore, sendo a própria definição parte de seu repertório. Já dá pra ver até aonde a gente pode chegar? Sim, poderíamos dizer que o folclore está presente em tudo e engendrar numa enumeração sem fim, percebendo cada vez mais sua essência viva e sem limites de atuação. Mas o que queremos, no entanto, é tão somente ressaltar que o folclore é coisa inerente a cada ser contemporâneo e indispensável à vanguarda. Seja por isso, talvez, que às vezes apreciamos com misto de sedução e temor uma melodia, uma estória ou um ritual entre tantas outras coisas banais que permeiam nosso cotidiano. Há uma carga transcendente que, ao contrário do que nos possa sugerir uma primeira impressão,

mento íntimo e indefensável que contém o coletivo e pelo qual detectamos as barreiras que nos separam do ser e que, para nossa felicidade antes tarde que jamais, vão se desvanecendo ao se nos tornarem partes. Talvez seja este o grande mérito que têm pesquisadores e divulgadores conscientes do folclore. Incansáveis porque integrados num trabalho maior, de transcendência e auto-conhecimento, que abrange toda a história da nossa evolução determinando incessantemente o futuro.

Este movimento pluridirecional e essencial que o folclore, está além dos limites geográficos ou temporais que comumente o enquadram, numa atitude que mais facilita uma catalogação que uma compreensão real do lato intrínseco que é patrimônio de toda a humanidade. E vamos bater de rovo na porta daquela velha estória do particular que atingiu o universal. É a interpretação de um processo que ocorre a todo instante e mais correto seria então dizer que o particular é o universo.

O paraíso perdido, os ditos populares, o bicho papão, Deus, a beleza, são exemplos de vivências folclóricas e arquetípos que todos os povos de todas as épocas experimentaram em suas particularidades e que no entanto, são universais e coletivas na acepção mais geral do termo.

Resumindo, num toque aos dois extremos; de um lado aos chauvinistas e que tais e do outro aos co-

Imagem retirada de "Ely de canto a canto". Obs.: os cortes indevidos na imagem estão projetados em sua originalidade no próprio documentário. Acervo do ICEBO.

Na busca por autenticidade estética e social, Ely quebrou barreiras construindo no seu repertório musical a busca incessante pela essência do povo marginalizado. Sua resistência estética e de vida nos lembra de rompermos o preconceito instaurado acerca da música goiana. Nos lembra que o poder, assim como afirmou Foucault, está em toda parte, e por isso Ely cantava a história de um menino, que representava tantos, que para realizar o sonho de ir ao circo, vendia garrafa, engraxava sapatos e ia vender cocada.

Representações de uma vida calejada pela pobreza, era o sonho de um dia feliz, era “O menino e o circo”:

Minha cidade amanheceu risonha/Chegou o circo, está a anunciar, /
Grita o palhaço da perna de pau, / Minha gente acorda para ouvir cantar.
/ E eu, menino, moleque de rua, / Vou bem na frente pra chamar atenção,
Talvez me vendo assim animado, / Me dê entrada o dono da função. /
Oh! Raia o sol, suspende a lua, / Olha o palhaço no meio/ da rua. (bis)
/ Quanta alegria. Foi armado o circo! / Está em festa o largo da matriz./
Em volta dele corre a meninada/Para juntar dinheiro eu vou depressa,
vender cocadas que a doceira fez;/Vou lavar vidros, vou vender
garrafa,/Ou engraxar sapatos pra qualquer freguês./ E se de noite, pra
meu desengano,/Eu não puder sentar na arquibancada,/Eu, de "gaiato"
vou "forçando" entrada,/Bem escondido por baixo do pano
(CAMARGO, 1967b).

Ou ainda, “apropriando” se da música de Chico Buarque: “Esta cova em que estás com palmos medida. É a conta menor que tiraste em vida. É a conta menor que tiraste em vida/É de bom tamanho nem largo nem fundo/É a parte que te cabe deste latifúndio. É a parte que te cabe deste latifúndio” (CAMARGO, 1967a).



Capa e contracapa do disco compacto “Ely Camargo”, 1967. Acervo pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado – ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALONSO, Gustavo. *Cowboys do Asfalto: música sertaneja e modernização brasileira*. 2011a. 528 f. Tese (Doutoramento em História) – PPGH-UFF, Niterói, 2011.

ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafonca e ditadura militar*. 8. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2013.

CAMARGO, Ely. *A banda disparada*. São Paulo: Chantecler, 1966. 1 Disco Compacto, 33 rpm.

_____. *Cantigas do povo: água da fonte*. São Paulo: Chantecler, 1983. 1 LP, 33 rpm.

_____. *Ely Camargo*. São Paulo: Chantecler, 1967a. 1 Disco Compacto, 33 rpm.

_____. *O menino e o circo*. 1967b. Disponível em: <http://www.praticadapesquisa.com.br/2011/01/como-apresento-referencia-de-um-video.html>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. Soldadinhos de Chumbo. In: _____. *Canção da Guitarra*. Composição Marcelo Tupinambá. Letra Galba de Paiva. São Paulo: Chantecler, 1968. 1 LP. Lado 1, Faixa 3 (2 min 45).

CASTILHO, Lindomar. Eu canto o que o povo quer. In: _____. *Eu canto o que o povo quer*. São Paulo: RCA Víctor, 1974. 1 LP. Faixa 8 (2 min 36).

ELY de canto a canto. Direção: Thiago Camargo e Júlio Vann. Produção: César Kiss, Thiago Camargo e Júlio Vann. Roteiro: Thiago Camargo, Júlio Vann e Paulo GC Miranda. Produção Executiva: César Kiss. Montagem e Edição: Thiago Camargo, Júlio Vann e Érika Mariano. Captação de Imagens: César Kiss, Júlio Vann e Érika Mariano. Fotografias e Still: Júlio Vann e Érika Mariano. Som Direto: Thiago Camargo e Bruno “Bicudo” Ribeiro. Direção de Arte: Ricardo de Podesta. Pós-Produção e Efeitos Visuais: Rildo Farias. Mixagem e Edição de Som: Thiago Camargo. Entrevistados: Elci Camargo Romero, Elvane Camargo Tiemann, Waldomiro Bariani Ortêncio, Álvaro Catelan, Dama

da Conceição, José Mendonça Telles, Maria Dalva Cavalcante. Goiânia: Mandra Filmes, 2014. 1 DVD (65 min), son., color., 8 mm.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

NAPOLITANO, Marcos. *História & música*: história cultural da música popular. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, Adones de. Ely Camargo interpreta Os Cantos de sua gente. *Jornal O Popular*, Goiânia, 21 set. 1974. Suplemento Especial.

PESAVENTO, Sandra. *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. UFRGS editora. Rio Grande do Sul. 2003.

REVEL, Judith. *Foucault*: conceitos essenciais. Trad. Carlos Piovezani Filho, Nilto Milanez. Revisão técnica Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária*: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. Intelectuais e romantismo revolucionário. *Revista Em Perspectiva*, São Paulo, n. 15(2), 2001.

TINHORÃO, J. R.. Ely Camargo. *Jornal Cinco de Março*, p. 2, Goiânia, 15-21 jul. 1974.

ENTRE A LEI E A NORMA: O ASSASSINATO DE MULHERES SOB O OLHAR DOS CÓDIGOS PENAIIS BRASILEIROS DE 1830 E 1890

*Neide Célia Ferreira Barros*⁴⁴⁹

RESUMO: Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado que investiga os assassinatos de mulheres em Goiânia na segunda metade do Século XX, e pretende observar os olhares das primeiras legislações penais brasileiras pós-independência sobre tais crimes. Sabe-se que estes eram muitas vezes justificados pela sociedade e pelo poder judiciário sob o argumento de defesa da honra ou por um ato da loucura. Assim, discutiremos neste trabalho como a impunidade dos assassinos de mulheres permaneceu respaldada pela norma social apesar das inúmeras mudanças legais que se envolviam nos múltiplos processos de transformações sociais que tomaram o século XIX. Deste modo, este artigo é uma análise das bases históricas das relações entre a norma e a lei, alimentados por saberes e discursos que delimitam lugares femininos e masculinos e que vão refletir através de algumas permanências nas práticas do judiciário no século posterior.

Palavra-chaves: Mulheres, Direito Penal, Gênero, Brasil.

Introdução:

Era por volta de meio dia, em 29 de julho de 1954, quando um homem trajando um chapéu de couro e um paletó marrom invadiu uma casa em Campinas, região oeste da capital goiana. Trazia nas mãos um revólver e no rosto um par de óculos da marca *Ray-Ban*. Entrou em silêncio e mesmo percebendo que gerava um grande espanto em todas as mulheres ali presentes, permaneceu sem se perturbar. Caminhou em direção até uma das jovens e disparou seis tiros contra ela. Saiu em silêncio, da mesma forma que entrou, contudo naquele momento o ambiente foi tomado por choros e a gritaria. A moça morreu antes de receber atendimento médico. O som incomum que transcendeu as paredes da pensão – regida por uma mulher de trinta e três anos, que recebia moças que se deslocavam dos interiores a fim de ganhar a vida como prostitutas na jovem capital – atraiu a atenção de dois transeuntes do setor, que abordaram o atirador e o imobilizaram

⁴⁴⁹ Sob orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Carolina Eiras Soares, com financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

até a chegada da polícia. Porém ainda que detido pela força policial, o réu que era inspetor da Guarda Civil, conseguiu fugir horas depois de sua detenção. As investigações policiais descobriram que o assassino era ex-marido da vítima e que ambos se encontravam em meio a um complicado processo de separação. Após a fuga do flagrante o assassino voltou para prestar esclarecimentos e dar seu depoimento no processo, que após este ato ficou paralisado por mais de vinte anos, o que tornou extinta a punibilidade do agressor. Assim, mesmo tendo cometido um homicídio na frente de mais de quatro pessoas, o réu jamais sofreu um julgamento judicial e nunca recebeu uma punição diante da lei penal vigente⁴⁵⁰.

Esta narrativa apresentada, extraída dos arquivos do Tribunal de Justiça do estado de Goiás, relatando um processo iniciado em 1954 e arquivado em 1979, conta uma história que se repetiu em diferentes versões ao longo da formação do Brasil e da sua legislação penal. Bem sabemos que apesar das profundas diferenças de princípios e de contexto social entre os códigos penais brasileiros, sob suas vigências os assassinatos de mulheres permaneceram sendo uma prática corriqueira e pouco penalizada. Logo, a partir desta percepção, este trabalho que faz parte de uma pesquisa de mestrado – que tem por objetivo analisar através dos processos criminais do Tribunal de Justiça da comarca de Goiânia os discursos de masculinidades e feminilidades encontradas no cotidiano do poder judiciário goiano na segunda metade do século XX – buscará observar os discursos sobre o assassinato de mulheres inscritos nos Códigos Penais de 1830 e 1890.

Vale lembrar que os códigos estudados neste trabalho, ao contrário das Ordenações Portuguesas que por mais de trezentos anos regeram a vida na colônia americana e se baseavam nos princípios medievais e no direito canônico, são frutos das profundas mudanças na forma de pensar a punição e de se entender o crime, instauradas a partir do século XVIII. Sabe-se que os intelectuais que inicialmente discutiram novos modelos punitivos tinham como objetivo originário proteger o indivíduo do poder incondicional do soberano e repensar o modelo Absoluto a partir de severas censuras ao modo de punição difuso exercido pelo rei, à pena de morte e as punições corpóreas. Dentre tais pensadores podemos destacar Beccaria que afirmava que a função essencial da pena não era a vingança ou a retribuição pura e simples, mas sim um mecanismo de prevenir e defender a sociedade de novas agressões evitando a reincidência (FUHER, 2005, p.52). Contudo, este novo pensamento segundo Michel Foucault, era fruto de um

⁴⁵⁰ Processo disponível no Depósito do Poder Judiciário do Estado de Goiás, 2º Vara Criminal, Autos do Processo nº 129/54.

deslocamento da burguesia, que em tal contexto ganhava poderes e exigia direitos. Assim, para ele, mais que um desejo humanista de se pensar em penas equitativas que não se atrelasse ao dano físico imediato, a nova percepção de crime e punição tinha a ver com a distribuição do “poder de castigar”, que até então estava concentrado na mão do monarca, deixando tal poder fora do alcance da burguesia que se estabelecia. Ou seja, para Foucault as novas ideias penais buscavam uma distribuição de poder, tirando da mão do rei e passando a alguns pontos privilegiados e tinha interesse em deixar o poder de punir “mais eficaz, mais constante e mais bem detalhado em seus efeitos” (2010, p.78).

Para além das intenções, este modelo reformador do século XVIII – que posteriormente foi chamado de forma pejorativa por seus confrontadores de “Escola Clássica” – se tornou uma das linhas basilares do pensamento do Direito Penal Moderno, e foi fundamental para a composição dos códigos brasileiros pós-independência. Cabe lembrar, porém, que mais de meio século depois surgiu outro entendimento penal que se auto denominava “Escola Positiva” e tinha inspirações nas novas ciências do período. Esta visão que discutia a junção dos conceitos positivistas de Comte e as noções evolutivas de Darwin confrontou com veemência as discussões que a precedia. Em síntese Marcos César Alvarez destaca os principais pontos de confronto entre as duas matrizes que formataram os fundamentos do Direito Penal Moderno:

A Escola Clássica define a ação criminal em termos legais ao enfatizar a liberdade individual e os efeitos dissuasórios da punição; de outro, a *Escola Positiva* rejeita uma definição estritamente legal, ao destacar o determinismo em vez da responsabilidade individual e ao defender um tratamento científico do criminoso, tendo em vista a proteção da sociedade. (2002, p. 2)

Assim, enquanto o primeiro modelo entendia o crime como um fenômeno único que derivava da vontade do indivíduo, o segundo afirmava que havia um determinismo (na maioria das discussões entendidas como biológico) que forma as características de um criminoso nato, sem escolha. Desta forma, enquanto este pretendia proteger a sociedade de tais seres naturalmente perigosos, aquele percebia que a função do Direito Penal era proteger o indivíduo da sociedade. Logo tais princípios que caminhavam em direções opostas foram delineando práticas objetivas, que eram formalizadas através da escrita de códigos penais, que iam se posicionando ao lado de cada modelo ao longo do período oitocentista. Há de se lembrar que o primeiro modelo teve grande influência nas legislações das primeiras décadas do Século XIX. Porém este, aliado ao discurso de

ciência e modernidade que tomava o globo se expandiu rapidamente, gerando profundas influências em diversas leis penais ao redor do mundo no final do século (FUHER, 2005, p.52-60).

O Brasil, que desde a sua formação como nação, sempre tomou por base modelos de pensamentos europeus – ainda que adaptados à realidade local – também baseou a formação dos seus códigos penais em tais linhas de entendimentos, oriundos do Velho Continente. Assim, ainda nas primeiras décadas do século XIX, oito anos após sua independência (1822), a recente nação brasileira escreveu sua primeira legislação penal independente da matriz portuguesa e com fortes bases no modelo Clássico, o *Código Criminal do Império do Brasil (1830)*.

Nascido em meio a formação do Primeiro Reinado, após a polêmica criação da Constituição de 1824, o então novo *Código Criminal* apresentava importantes mudanças no que se referia ao crime contra as mulheres. Temos de salientar que a legislação o antecedia era as *Ordenações Filipinas*⁴⁵¹(1603), que fora escrita ainda no período em que Portugal esteve sob o domínio espanhol, no começo do século XVII. Porém há de se lembrar que tais traziam modelos legais ainda mais antigos, uma vez que o rei espanhol Felipe I se baseou nas ordenações dos séculos XV e XVI para organizar a legislação que levaria o nome de sua dinastia (FONSECA, *online*, p.61-76). Logo, tais traziam resquícios medievais e se diferiam muito da realidade jurídica dada após as transformações políticas, tecnológicas e sociais que organizaram um estado burguês no século XIX.

Dentre as posições presentes nas *Ordenações* e vistas como ultrapassadas para os novos entendimentos penais da época, se destacavam as penas corpóreas e de morte, que sob a égide da lei do século XVII, poderiam ser aplicadas em diversas situações, dentre elas às mulheres adúlteras. Pois claramente pontua o livro V dos preceitos Filipinos: “Toda mulher que fizer adultério a seu marido, morra por isso”⁴⁵² (*Online*, 2016).

Porém apesar da clara mudança que o *Código Criminal* apresentou em 1830, trazendo novas afirmativas de penas mais brandas que minimizavam o suplício corpóreo, aliada a diminuição expressiva da pena capital como meio de punição o compêndio não significou rupturas extremas ao modelo anterior, muito se manteve em relação as

⁴⁵¹ Precedida pelas Ordenações Afonsinas (1500-1514) e Ordenações Manuelinas (1514-1603), foi escrita no reinado de Felipe I e entrou em vigor no governo de seu filho, Felipe II.

⁴⁵² Ordenações Filipinas, Livro V, Título XXV.

tradições religiosas e escravocratas (PINTO, 2010, p.2-4). Em outro polo, aboliu-se a liberalidade do homicídio como forma de punição às mulheres adúlteras, porém manteve-se alguns subterfúgios que permitia a justificativa de atos desta natureza. Assim, apesar do código prever o aumento da pena nos casos em que havia uma relação de confiança entre vítima e autor (Art. 16, 10º do CCDI), os atenuantes apresentados no artigo 18 se destacavam no processo judicial, e definiam que o crime poderia ser amenizado se tivesse sido cometido em meio a desonra ou afronta, como podemos ver a seguir:

Art. 18. São circunstancias attenuantes dos crimes:

4º Ter o delinquente commettido o crime em desaffronta de alguma injuria, ou deshonna, que lhe fosse feita, ou á seus ascendentes, descendentes, conjuge, ou irmãos.

8º Ter sido provocado o delinquente.

A provocação será mais ou menos attendivel, segundo fôr mais ou menos grave, mais ou menos recente.

(BRASIL, Código Criminal do Império de 1830, Online)

Sueann Caulfield lembra que durante a colonização Ibérica na América a honra sexual e a intervenção do Estado estiveram ligadas, pois se associavam à organização da sociedade colonial por delimitar espaços e papéis de gênero, raça e classe. Todavia apesar das mudanças estabelecidas no século XIX, com a independência dos diversos países da América Latina a ideia de *honra* permaneceu, ganhando porém, outra função em meio as ideologias nacionalistas. A castidade das mulheres significava progresso da civilização indo de encontro aos valores modernos. Assim, a autora nos lembra que o Código de 1830 não apagou por completo os vestígios desta moralidade trazida do medievo. Para ela, isto pode ser notado na permanência da ideia de honra que se perpetuou através de alguns tipos penais e nas práticas do judiciário. Lembra a autora que “os maridos assassinos ainda podiam citar o adultério cometido pela esposa como uma circunstância atenuante que poderia livrá-lo da punição”⁴⁵³, pois tal ato significava incalculável desonra e ofensa que transpassava apenas a figura do indivíduo defraudado, mas a toda sociedade. Logo a honra se associava imediatamente a conduta sexual das mulheres e a desonra – sexualidade inadequada e fora dos padrões matrimoniais – significava “ofender a

⁴⁵³ P.60

autoridade moral da Igreja e do Estado, a inviolabilidade e a reputação pública da família, a autoridade paterna privada, a integridade individual ou patrimonial”⁴⁵⁴ (1999, p.30-60)

Corroborar a esta ideia o entendimento de Mary del Priore, que afirma que durante o período colonial havia uma grande mobilização por parte da Igreja Católica de tornar a família o eixo de onde irradiaria a moral cristã e para isso era profundamente importante “adestrar a sexualidade [feminina] dentro do ‘tálamo conjugal’” (1994, p.15). As mulheres neste contexto eram vistas como moralmente frágeis e passíveis de sucumbir facilmente às tentações, logo cabia a Igreja encaminhá-las na orientação da virtude através de profunda vigilância e controle. Del Priore lembra que estas eram o alvo preferidos dos pregadores que subiam ao púlpito para acusa-las de luxúria e lembrar da diferença entre Eva, representante do pecado, e Maria, representante da máxima pureza. Assim, dentro de um modelo discursivo que separava a importância social feminina a partir da sua capacidade de se ater ou não aos padrões sexuais pré-definidos, qualquer fuga deste modelo de virtude buscado pela religião e pela coroa – através da contenção da libido – justificava atos extremados como o assassinato.

Deste modo, apesar de não mais ser permitido na lei, Eni Mesquita Samara salienta que na prática não houve mudanças significativas. Pois sob o argumento da defesa da honra o judiciário continuou justificando crimes contra mulheres.

Esse direito sobre a vida da mulher não está presente na legislação do período independente, permanecendo, entretanto, como um princípio arraigado, quase como uma herança moral a ser preservada dos tempos da conquista. (...) Os códigos de leis são lacunares e ainda se legisla muito [no século XIX] com base nas Ordenações Filipinas. (1995, p. 63)

Vale destacar ainda que se a infidelidade conjugal significava grave afronta ao a ambos os cônjuges, a tipificação do adultério era tratada de maneira muito distinta entre homens e mulheres. Este crime aparecia no Capítulo III “Dos Crimes contra a Segurança do Estado Civil e Doméstica” e dispunha o seguinte:

Art. 250. A mulher casada, que commetter adulterio, será punida com a pena de prisão com trabalho por um a tres annos. A mesma pena se imporá neste caso ao adultero.

⁴⁵⁴ P.59

Art. 251. O homem casado, que tiver concubina, teúda, e manteúda, será punido com as penas do artigo antecedente.
(BRASIL, Código Criminal do Império de 1830, Online)

Portanto, se por um lado a pena do crime era a mesma para ambos os sexos, o entendimento do ato era percebido de forma diferenciada. Pois o adultério ao homem só era conferido em caso de manter um relacionamento extraconjugal público, pois quando o código fala “concubina”, “teúda” ou “manteúda” se refere a uma relação que envolve compromisso afetivo e/ou financeiro, e que seja de conhecimento de todos. Ao passo que à mulher era imputado como crime qualquer ato sexual ou afetivo fora do casamento. Deste modo a ideia de honra se liga por um lado ao extremo controle sobre a sexualidade feminina e sobre a formação da virilidade masculina, dando diferente conotações de gênero⁴⁵⁵ dentro do espaço social. Assim, a mulher não tem sua honra violada ao ser traída – pois tal só se refere às suas práticas sexuais – por outro lado, o homem que não consegue controlar a sua companheira torna-se menos homem e vê-se desonrado perante a sociedade. Logo, é o corpo feminino que deve ser submetido ao controle em nome da honra de ambos, e em caso de transgressão violado como forma exemplar. Desta maneira, como lembra Samara, ainda que a lei afirme em contrário, uma moral comum encontra subterfúgios na própria letra da legislação para justificar e autorizar uma intervenção extrema sobre o corpo feminino, o assassinato.

Temos que lembrar que estes princípios não foram válidos apenas para o Código Imperial. Tais condutas e interpretações sobre os lugares dos corpos femininos e o silenciamento do judiciário diante crimes contra mulheres permanecem nas legislações que sucederam o código escrito no governo de D. Pedro I. Logo as mudanças trazidas por uma nova etapa econômica e uma grande modificação sócio-política da República não evitaram que os assassinatos de mulheres e a impunidade de seus algozes permanecessem nas práticas comuns do cotidiano brasileiro.

Isto pode ser notado na escrita de Anna Rita Malheiros⁴⁵⁶, nas páginas da *Revista Feminina* (1914-1936), que ao denunciar as constantes absolvições de assassinos de

⁴⁵⁵ Conceito de Joan Scott que afirma haver uma cultura formada em torno dos corpos sexuados.

⁴⁵⁶ Anna Rita Malheiros era um pseudônimo de Claudio de Souza, importante médico e literato paulista que escrevia como colunista da *Revista Feminina*. Como o periódico se propunha ser feito por mulheres, durante todo o tempo que escreveu na revista Souza nunca teve sua identidade revelada. Somente na década de 1990, por causa de uma pesquisa histórica, é que se descobriu que Malheiros era uma personagem. (BARROS, 2014, Online)

esposas ou até mesmo a inexistência de processos penais denunciando tais crimes, a autora ironizava que em breve os senhores já deixarão avisados às suas secretárias o compromisso de cometer um homicídio: “O Sr. F foi ali matar a mulher, mas se quer dar-se o incomodo de esperar, creio que não demorara pois levou uma carabina de alta precisão que usam para caça grossa” (*Revista Feminina*, agosto de 1919, p.4). Na mesma edição a autora protestava:

Quantas mulheres são assassinadas no Brasil por dia e quantos homens que assassinaram mulheres são por dia absolvidos pelo Jury Brasileiro? (...) É uma dolorosa verificação para os que ainda pretendem que não sejamos uma civilização semi barbara. (*Revista Feminina*, agosto de 1919, p.4)

Susan Besse também aborda o alto índice de impunidade dos agressores já na vigência do Código Penal de 1890. Ela traz à luz duas pesquisas das primeiras décadas do século XX, uma com dados colhidos nos arquivos do judiciário de São Paulo – que aponta que trinta e um homens mataram suas parceiras (namoradas, amantes e esposas) enquanto apenas cinco mulheres cometeram violação parecida – e uma do Rio de Janeiro, que afirma que um terço dos casos de assassinatos tiveram penas brandas ou absolvição (1989, p. 182-185).

Vale salientar que o Código Penal de 1890 nasceu em meio as profundas mudanças que o Brasil e o mundo passavam no período. Nicolau Sevcenko nos lembra que “nunca em nenhum período anterior tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformações de seus hábitos cotidianos” (1998, p.7-8). A avalanche capitalista que tomava o globo, somado as questões internas culminaram na proclamação da República em 1889 (COSTA,1999, p. 464), e tais percepções necessitavam de um novo código punitivo que se adequassem a elas, assim menos de um ano após o “15 de Novembro” institui-se o primeiro *Código Penal dos Estados Unidos do Brazil* que já trazia influência das correntes positivistas que dominava o pensamento penal do período e rompia com alguns conceitos da legislação anterior, apesar de manter algumas questões comuns ao pensamento Clássico (ALVAREZ, SALLA & SOUZA, 2003, p.3).

Ao tratar de homicídios este Código Penal previa agravantes e atenuantes que podiam ser interpretados de maneiras múltipla, apesar de constar como critério agravador do crime o atentado contra o cônjuge (como pode ser visto abaixo), entendia-se como

atenuante o fato do réu ter “exemplar comportamento anterior, ou ter prestado bons serviços á sociedade” (Art.42, §9º do CP/1890).

Art. 39. São circunstancias agravantes:

(...)

§ 6º *Ter o delinquente procedido com fraude, ou com abuso de confiança;*

(...)

§ 9º *Ter sido o crime commettido contra ascendente, descendente, conjuge, irmão, mestre, discipulo, tutor, tutelado, amo, domestico, ou de qualquer maneira legitimo superior ou inferior do agente*

(BRASIL, Código Penal de 1890, *online*)

Esta mesma lei previa que não eram criminosos quem praticasse ação de legitima defesa (Art. 32, § 2º) e que “*a legitima defesa não é limitada unicamente á protecção da vida; ella comprehende todos os direitos que podem ser lesados*”. Do mesmo modo também entendia que não seriam imputados criminalmente (art. 27, § 4º) “*os que se acharem em estado de completa privação dos sentidos e da intelligencia no acto de commetter o crime*”. (BRASIL, Código Penal de 1890, *online*). Assim, estes dois artigos eram as justificativas dos assassinatos. Se o primeiro respaldava o crime contra adúltera, como legitima defesa da honra, o segundo intervinha em favor dos mais variados argumentos, como por exemplo, a insanidade proveniente de um sentimento não correspondido. Ambos discursos podiam se coligar numa justificativa completa do assassinio e entre a honra e a loucura acabava-se por justificar “a libertação do homem violento e a coerção do comportamento feminino” (BORELLI, 2003, p.4). De encontro a esta ideia, Jurandir Freire Costa baseado nos trabalhos de Michel Foucault faz uma distinção entre a Lei e a Norma, o que explica as relações de poderes que envolvem a sociedade e que pode ser notado nos atos do poder judiciário e nas brechas que justificam os crimes de assassinato de mulheres.

Para este autor a lei é o “poder punitivo, coercitivo [que] age excluindo e impondo barreiras” e que tem suas origens no Estado Medieval e Clássico. Já a norma é mais complexa e subjetiva, contudo não significa que esta não interfere de maneira imediata na vida prática. Costa lembra que a norma é permeada por dispositivos de práticas discursivas que agem para além da lei – pode estar contra ou a favor desta – porém tem uma tecnologia de sujeição própria, que se mantém através de saberes (elementos

teóricos) que são articulados pelo poder. Em outras palavras, a norma estabelecida através de discursos – seja religioso ou científico – alimenta as noções dos lugares reservados às mulheres e aos homens, criando padrões de gênero que delimitam todos os espaços da vida de ambos os sexos. Desta maneira a *norma* define os limites dos indivíduos e os que se desviarem dela serão submetidos a procedimentos de correção, tratamento ou exclusão (COSTA, 1989, pp.50-52). Logo, as mulheres que não se ativessem aos discursos de feminilidade vaticinados socialmente – com sua sexualidade contida e regulada – mereciam a correção ou a exclusão, mesmo que fosse através de um ato extremo. Destarte, a Lei Penal além de refletir a norma, está aquém dela, e isto pode ser percebido nas lacunas que distanciam a lei escrita e a prática do judiciário.

A partir desta ideia compreendemos que as práticas que vinham desde a colônia, se integraram as novas lógicas do Estado Nacional burguês misturando discursos tradicionais e modernos numa costura complexa que mantinha o corpo da mulher sob controle e vigilância, não mais sob a égide da religião, mas sob um novo discurso. Portanto apesar das inúmeras mudanças e as incontáveis perspectivas que surgiam a respeito do feminino em nome da ciência (através da biologia, eugenia, ginecologia e etc.) na virada do século XIX, o lugar da feminilidade continuava regulado através do controle do corpo. Estabelecendo assim uma norma que permaneceria em muitos aspectos até o período do nosso recorte temporal – a segunda metade do século XX – influenciando em desfechos semelhantes ao caso mencionado na introdução deste trabalho.

Deste modo a norma que estabeleceu lugares para os corpos feminino corroborou com os atos extremos contra os considerados desviantes. Pois para além da legislação que previa que matar alguém era um ato gravíssimo, o entendimento social que definia os espaços das mulheres e homens, se colocava para além do texto legal. Se manifestando na fala justificadora ou no silenciamento do judiciário, nas decisões do Tribunal de Júri e nas práticas da masculinidade violenta, todos contribuindo para a manutenção da prática de assassinios de mulheres consideradas inadequadas. Em nossa pesquisa, notamos claramente o silêncio do poder público através dos contínuos arquivamentos de homicídios contra mulheres⁴⁵⁷.

⁴⁵⁷ Todos os 14 casos que analisamos até o atual momento da pesquisa foram arquivados sem passar por nenhum julgamento.

Logo, dentro das limitações deste trabalho, podemos notar que os Códigos (1830 e 1890) trouxeram mudanças em relação as Ordenações Portuguesas no que tange o homicídio feminino, porém permitiram escapatórias para a justificativa deste tipo de crime. Destarte, como nos mostram as pesquisas, tais legislações criaram mecanismos de defesa dos réus fomentadas em ideias pré-definidas de feminilidade e masculinidade justificada tanto no senso tradicional de honra quanto nos novos discursos biologizante que definiam a naturalidade de papéis sociais para cada um dos sexos a partir dos desejos de modernidade e esperanças em torno da ciência. Partindo disto, este artigo se liga a nossa pesquisa central ao demonstrar as origens históricas da legislação penal brasileira e a consolidação de normas para além do texto da lei que favoreceram a manutenção das práticas de assassinio de mulheres e geraram profundas permanências no judiciário até a segunda metade do Século XX, tema de nossos estudos.

Deste modo, em conclusão, entendemos que a norma estabelecida sobre os lugares do corpo masculino e feminino atuou para além do texto legal, mas também criou através deles – desde os primeiros compêndios pós-independência – subterfúgios que geraram absolvições dos criminosos. Seja em nome da honra, através da desqualificação das vítimas entendidas como desviantes ou do silêncio do Estado. Assim a delimitação sobre os gêneros, manifesta através de diversos elementos da cultura, em especial neste artigo percebidos pelas Leis e práticas legais, sustentou toda uma cadeia de ações de violência que manteve suas permanências nas décadas que se centra a pesquisa matriz (1970-1980) e que tem reflexos até a nossa contemporaneidade.

FONTES:

Ordenações Filipinas. Consultado em maio de 2016. *Online*. Disponível em < Código Filipino, Livro V, Título XXV. Online, consultado em 2016 Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1175.htm>>

BRASIL. *Código Criminal do Império do Brazil (1830)*. *Online*. Consultado em 20/05/2016. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>

BRASIL. *Código Penal dos Estados Unidos do Brazil (1890)*. Online. Consultado em julho de 2016. Disponível em < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>

Revista Feminina, Ano I-VIII (1915-1921). Online. Disponível em < <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>>

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Marcos César. A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 4, 2002, pp. 677 a 704.

ALVAREZ, Marcos César. SALLA, Fernando. SOUZA, Luís Antonio. A sociedade e a lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República. *Rev. Justiça e História*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, 2003, pp. 1-24.

BESSE, Susan. Crimes passionais: *As campanhas contra os assassinatos de mulheres no Brasil (1910-1940)*. *Rev. Brasileira de História*, São Paulo, n. 18, v.9, pp. 181-197, 1988/1989.

BORELLI, Andrea. *A tese da passionalidade e os Códigos Penais de 1890 e 1940*. IN: ANPUH – XXII Simpósio Nacional De História, João Pessoa, 2003. Consultado em julho de 2016. Disponível em < <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.053.pdf>>

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Unicamp, 2000.

COSTA, Emília Viote. *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

DEL PRIORE, Mary. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2010.

FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. *História do Direito Penal*. São Paulo: PC EDITORIAL, 2005.

FONSECA, Ricardo Marcelo. *A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX*. Revista de Direito da UFPR, *online*, consultado em agosto de 2016. Disponível em < <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/9415>>

PINTO, Luciano Rocha. *Sobre a arte de punir no Código Criminal Imperial*. In: XIV Encontro Regional ANPUH-RJ, Rio de Janeiro, 2010. Online. Disponível em <<http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/>>

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, v.15, n.2, jul/dez, 1990.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Mistérios da “Fragilidade Humana”: O adultério feminino no Brasil, Séculos XVIII e XIX*. Rev. Brasileira de História, São Paulo, v.15, nº 29, pp.57-71, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In: *História da vida privada no Brasil*, Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IDENTIDADE NARRATIVA E EXPERIÊNCIA AUTOBIOGRÁFICA NA OBRA *RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS* DE FIÓDOR DOSTOIÉVSKI

*Poliana Gabriel Oliveira*⁴⁵⁸

RESUMO: Através da obra literária *Recordações da casa dos mortos*, de Dostoiévski, há a perspectiva de se trabalhar a história, tendo como problemática a narrativa e a questão da identidade. Este trabalho pretende abordar as características autobiográficas do autor como elementar na construção de sua identidade. Através de sua experiência, a história atua na perspectiva de identificar elementos que participam de sua formação narrativa, colocando a questão do indivíduo, presente em suas obras, junto aos paradoxos trágicos da existência como constituinte de sua identidade. Em se tratar de uma fonte ficcional, trabalhar o acontecimento da prisão do autor atuam no sentido de oferecer referências a sua narrativa, revelando uma lógica interna capaz de orientar na compreensão de sua escrita e suas principais ideias do período.

Palavras-chave: Identidade, narrativa, experiência e autobiografia.

Em todas as obras do escritor russo Fiódor Dostoiévski é possível perceber acontecimentos que envolvem em si discussões sobre as ideias sociais em voga. Essas ideias estão presentes em quase todos seus personagens fictícios, seja nos grandes romances, como, por exemplo, em *Os irmãos Karamazov*, composto num período onde a sua escrita já havia se desenvolvido de uma forma madura, já com uma grande parcela de sua experiência de vida embutida nas entrelinhas, ou mesmo em curtas novelas, como em *O pequeno herói*, escrita durante o período em que o escritor estava na Sibéria cumprindo pena, onde começava a viver sua experiência mais marcante no tocante à realidade de suas ideologias, que foram formadas no momento anterior a sua prisão.

Com essa diversidade de ideias surge uma questão fundamental que envolve o escritor e sua escrita. No processo de construção da sua narrativa, é possível identificar elementos que giram em torno não só das ideologias presente no discurso de seus personagens, nem tampouco da semântica dos termos ou da linguagem utilizada, mas

⁴⁵⁸ Aluna do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG) nível Mestrado. E-mail: polianagabriell@gmail.com

também no sentido de uma análise através das discussões sobre identidade narrativa, relacionando autor e obra, que tem como base as contribuições hermenêuticas que abarcam a complexidade da noção de sujeito. Isso é possível através da utilização da literatura russa do século XIX como fonte histórica, tendo em vista a problemática da narrativa, a qual atua na perspectiva de situar a obra a um determinado contexto, se tornando, assim, histórica. Sua análise envolve a construção explicativa das relações causais e discussões acerca da sua utilidade nas Ciências humanas e nas pesquisas históricas.

A tentativa de trabalhar a história pelo contexto literário vai além da noção de representação. Não há teorias definidas sobre a representação que oriente um estudo e a utilização de fontes literárias. O maior trabalho nesse sentido seria o do historiador, de perceber o reflexo dos acontecimentos em textos literários e analisá-lo extratextualmente (ISER, p. 106,1979). Partir da literatura como fonte histórica, identificar nela elementos que contribuem na construção identitária, envolve uma problemática no que diz respeito à “pretensão do real”⁴⁵⁹ e da verdade. Pois, como identificar em um texto ficcional características que auxiliem o trabalho do historiador? Há uma metodologia com rigor científico que oriente esse trabalho? Nesse sentido vale tomar como referência os relatos autobiográficos da obra *Recordações da casa dos mortos* na tentativa de, através dos estudos históricos, identificar elementos no âmbito de uma identidade narrativa.

O livro aqui analisado foi publicado no Brasil por várias editoras, usando três títulos diferentes: "Recordações da Casa dos Mortos", "Memórias da Casa dos Mortos" e "A Casa dos Mortos". O livro começou a ser escrito por Dostoiévski em 1860 e foi publicado em capítulos na revista "Vremya" (Время), entre 1861-1862 (FRANK, 2013). A revista "Vremya" (Tempo) foi criada pelos irmãos Dostoiévski, Fiódor e Mikhail, em São Petersburgo. O primeiro número saiu em março de 1861. Por sua visão política independente e populista, a revista foi descontinuada em 1863 pelo governo russo.

Recordações da casa dos mortos integra uma série de episódios não interligados, narrados em primeira pessoa por um personagem heterônimo acerca da experiência do próprio autor, resultado de dez anos na prisão. Esse personagem fictício conta, no início, a história de como conseguiu reunir todas suas informações sobre o presídio. Tratava-se

⁴⁵⁹ Roland Barthes discute a narrativa histórica no âmbito do real como um círculo paradoxal. Fala da postura dos historiadores em usar medidas alternativas, como o uso da teoria literária, por exemplo, como condição de não estabelecer dicotomias, sendo necessária à realização do fazer historiográfico.

de uma visita que fizera a um colono que conheceu no momento em que chegou à Sibéria, este morava com uma senhora e sua filha de dez anos de idade no período em que permanecera cumprindo sua pena, acusado de assassinar a esposa por ciúmes. Este homem chama a atenção do narrador, que se debruça em descrevê-lo como um homem taciturno, de origem nobre, inapto para os trabalhos braçais, características que o distanciava do restante do povo russo ao qual havia se juntado na prisão. Nessa visita, o personagem narrador é informado pela senhora da morte de seu companheiro, Petrovitch Goriantchikov, e recebe dela algumas anotações feitas por ele durante o período que permaneceu ali. E assim começa uma longa narrativa sobre as impressões desse personagem fictício, o qual tenta manter distancia da visão ortônima do autor:

Naquele texto incompleto se aliteravam casos estranhos, recordações nefandas, em estilo nervoso, como de índole pessoal, se esvaziando em paroxismos. Reli uma porção de vezes aquelas memórias e acabei chegando quase à conclusão de que tal obra devia ter sido redigida por conta de crises e acessos de alienação mental. Tenho para mim que aqueles apontamentos sobre o presídio, “Cenas da casa dos mortos” – como o próprio narrador em dado trecho os cognomina –, não deixam de ser interessantes. Um mundo inteiramente novo, até então completamente desconhecido, a singularidade de muitos fatos, determinadas observações sobre uma sociedade de decaídos, me fascinam sobremodo, e páginas houve que me assombram. Bem sei que posso estar enganado. Deixo que o leitor me dê ou não razão, após ler dois ou três capítulos, pois decerto prosseguirá... (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 17).

Esse trecho trata-se de uma história ficcional como introdução, onde o narrador recebe alguns escritos que contém os relatos, ou como ele próprio diz “memórias” de um preso e conclui *Decerto o autor não quisera ou não pudera terminar a narrativa que ali se desenvolvia, e que tratava exatamente da sua vida no presídio durante dez anos* (DOSTOIÉVSKI, p.17, 2006). Com essa nota introdutória começa uma série de relatos sobre a vida na prisão, com vários personagens fictícios, que levará Dostoiévski a se tornar alvo de grandes discussões nesta obra e nas posteriores, sobre a questão da autobiografia e a experiência do escritor. Com a problemática da identidade narrativa, é possível perceber o movimento engendrado ao qual pertencia Dostoiévski, eis aqui a intenção deste trabalho.

Envolvendo a pesquisa histórica através da literatura, e tratando exatamente de uma obra autobiográfica, uma série de problemas surge em relação à cientificidade dessa disciplina, seu teor de veracidade é colocado em questão. A discussão acerca da narrativa

ficcional como fonte histórica vai além da noção de ciência, pois esta não é capaz de identificar certos acontecimentos, tornando-se fundamental o uso de uma “ciência do impreciso”, passando pelos limites da racionalização, e fazendo uso de análises subjetivas que possuem a capacidade de unir elementos heterogêneos que sejam flexíveis (MOLES, 1995).

Através da precisão, que é característica da ciência moderna, não seria possível encontrar elementos formadores de uma identidade presente na narrativa ficcional de *Recordações da casa dos mortos*. Partir da análise por pormenores contidos na narrativa, segundo Moles, seria uma viagem pelos campos do impreciso:

O conjunto dos fatores que vai contribuir para um conhecimento residual, se for seguido de efeitos preditivos, após um grande número de situações vizinhas, é portanto incorporado dentro de um saber que, por mais rudimentar e por mais falso que seja, não é nulo. Vale mais a pena saber de maneira incerta do que não saber nada, e o tipo de conhecimento que se realiza fora do laboratório é mais frequentemente deste gênero (MOLES, 1995, p. 25).

O autor fala de probabilidades dentro da pesquisa, de probabilidades subjetivas como objeto de ciência. Ao trabalhar a narrativa surge à questão da subjetividade do autor, assim, não há como realizar um trabalho com precisão, pois o que se tem de analisar são fenômenos subjetivos que compõem a narrativa.

Ao se deparar com a questão da identidade narrativa, a principal questão é a experiência no tempo, que reúne elementos heterogêneos em sua formação. Em se tratando de trabalhar um autor cânone, há vários estudos que corroboram na sua formação. Relacionando-o a identidade, os estudos existencialistas contribuem no sentido de orientar para a sua subjetividade como o caminho à compreensão de sua escrita.

O existencialismo possui suas raízes em estudos sobre esse autor, o que contribui na constituição da sua identidade, isso se for levado em consideração que existência e identidade se relacionam com a narrativa. Trabalhando a dinâmica do homem na história, a questão radical é a liberdade do indivíduo, a qual, quando é remetida a tal escritor, especificamente, se trata de uma liberdade privada, interrompida, que vale ser comentada no sentido de orientar para a vida deste antes de escrever a obra aqui analisada.

Saindo do campo da precisão e adentrando no mundo das probabilidades é possível relacionar este estudo a uma hermenêutica da narrativa, que envolve os estudos sobre temporalidade, pois tudo que se narra acontece no tempo, tudo que é temporal pode

ser narrado (RICOEUR, 1991, p. 139). Partindo dessa premissa é de fundamental importância situar a obra analisada ao seu contexto histórico, isso através da experiência de vida do autor e seu ponto de vista, o que envolve uma interpretação do subjetivismo deste na construção de sua obra.

Dostoiévski foi preso por sua atuação junto ao grupo Petrachévski⁴⁶⁰ no ano de 1849 na cidade de São Petersburgo. Sua prisão ocorreu devido à atuação junto a esse grupo, que se reunia para discutir as questões sociais russas. O escritor foi preso no momento em que lia *Carta a Gógol*, do crítico literário Bielínski⁴⁶¹, que repercutia no meio intelectual russo. Eis a importância de analisar tal acontecimento, pois foi nesse meio que surgiram as primeiras impressões do escritor junto ao seu papel social e o meio em que vivia.

Trata-se especificamente de um episódio que marcou a trajetória do escritor e que iria mudar muito a forma e perspectiva da sua escrita. É a partir dele que se delineia uma formação identitária do escritor, criada a partir de relatos dos fatos, que se produz no ato de narrar suas memórias da prisão, incorporando de maneira explícita e implícita a história e a ficção.

Cartas a Gógol foi o que Dostoiévski leu no círculo o qual fazia parte, formado por uma classe de intelectuais, alvos da censura no governo de Nicolau I e que, de acordo com os padrões ocidentais do período, era demasiada severa com os escritores do período. Tal censura ainda não havia se consolidado, o que permitiu alguns momentos de liberalismo de direita, principalmente aqueles vindos da *Intelligentsia* russa, do qual eram considerados os integrantes do círculo Petrachévski e todo um grupo de intelectuais.

Durante uma sessão no grupo Petrachévski, Dostoiévski lê tal carta. Não foi a primeira vez que o escritor lera esse documento. Segundo pesquisas do biógrafo Joseph Frank sobre a vida e obra do autor, Dostoiévski já tinha conhecimento deste documento, a carta foi por ele anteriormente, junto a um grupo mais restrito de amigos, que se reunira fora da casa de Petrachévski, no intuito de formar uma ala mais restrita e radical. Essa carta era uma enérgica denúncia contra a servidão que já se escreveu até o momento, e

⁴⁶⁰Petrachévski foi companheiro de Dostoiévski, e seu nome também foi atribuído a um grupo de intelectuais na década de 1840, os quais se reuniam em sua casa originando o seu “círculo”, se tornando muito popular na vida social de São Petersburgo após o acontecimento da prisão (FRANK, 2013, p. 316).

⁴⁶¹Bielínski foi um crítico literário que elevou Dostoiévski como escritor quando escreveu seu primeiro romance, *Gente pobre*. A relação entre os dois gerou muitas repercussões no período anterior à prisão do escritor, principalmente no que diz respeito as suas influências das ideias ocidentais (FRANK, 1999, p. 235).

Dostoiévski e seus amigos dela fizeram um uso extremamente eficaz para fortalecer seus argumentos de que a servidão era demasiado intolerável, do ponto de vista moral, para ser suportada por mais tempo. Essa carta era um ataque aberto de Bielínski a Gógol, escrita em 1847, denunciando seu livro, *Trechos escolhidos de uma correspondência com amigos*. Tratava-se de um ataque excepcionalmente candente ao regime, investindo com violência contra a Igreja, contra o sistema social e a autoridade arbitrária do czar e de seus funcionários. Foi principalmente por ler essa carta, em voz alta, num encontro privado de pessoas descontentes que Dostoiévski se viu condenado à morte e quase executado, dois anos mais tardes.

No momento da leitura da carta, o círculo Petrachévski se reunia para definir alguns rumos sobre o seu real papel. Havia discussões sobre qual luta aderir, e, a priori, eles estavam discutindo se os camponeses realmente estariam infelizes com sua sorte, como pensava Dostoiévski e um grupo de amigos que compartilhavam de suas ideias. Mas ao longo da discussão argumentavam que havia outras prioridades, e que a emancipação dos servos geraria uma luta de classes resultando num despotismo. Assim, para a maioria dos membros do círculo, a principal situação que exigiria a atenção deles seria “aperfeiçoar o sistema judiciário”, sendo decididos então os novos rumos de suas discussões e reuniões, adiando mais e mais a luta a favor dos camponeses.

Tal carta continha os argumentos que Dostoiévski precisaria naquele momento para deixar bem claro sua intenção, de que a questão dos servos seria de mais relevância social, de que realmente os camponeses estavam descontentes com a servidão. Ao mesmo tempo em que ressaltava o papel da carta, sua relação com o meio ao qual pertencia e seu papel social estava sendo também colocado em evidência, pois ao ler tal documento ele compartilhava dos mesmos ideais de Bielínski, sobre a situação ainda feudal que persistia em seu país. Assim, Dostoiévski afirmava sua posição contrária e crítica sobre o que foi escrito por Gógol e sua postura em justificar a servidão pelo ponto de vista divino e moral em *Trechos escolhidos de uma correspondência com amigos*, onde apresenta uma visão conservadora e mística.

Dostoiévski sempre compartilhou dos ideais presentes nas obras de Gógol, mas essa carta era uma forte crítica às ideias em relação à servidão, onde há a conversão em um pietismo religioso que, sem deixar de estar consciente das injustiças sociais, só encontra solução na luta interior de cada alma cristã por seu auto-aperfeiçoamento moral. A obra de Gógol repercutiu socialmente, principalmente atingindo aqueles, sendo eles

eslavófilos ou ocidentalistas, que acreditavam que a servidão era incompatível com o verdadeiro cristianismo. Ao mesmo tempo, a obra ganhou espaço no regime czarista por relativizar os efeitos da servidão justificando-os dentro dos princípios cristãos. Biéliniski sentiu-se traçado pelo livro, e o resultado foi esta carta, deixando claros os problemas do domínio da autocracia em seu país e os efeitos da servidão, os quais não eram justificados, em sua opinião, pelos ensinamentos da Igreja Ortodoxa.

Dostoiévski, já se sentindo dividido entre o círculo de ideias a qual pertencia no momento, leu esta carta em público. Nesse período o escritor nem imaginava que tais ideais cristãos da ortodoxia russa iriam penetrar seu universo literário, fazendo surgir suas grandes obras e tornando-o um clássico da literatura mundial, nem menos imaginava que tal acontecimento o deslocaria da sua vida habitual de São Petersburgo pelos invernos severos da Sibéria, lhe rendendo dias de condenado e uma experiência narrada nas entrelinhas dos seus personagens.

Diante desse acontecimento Dostoiévski foi preso. O que ele conhecera antes apenas pela leitura das mais exageradas fantasias metafísicas ou sociais dos românticos iria converter-se agora na essência e matéria de sua existência. Toda noção que o escritor tinha de como era a moral viria a ser colocado em prova pelos seus dias no cárcere, retratado pela obra *Recordação da casa dos Mortos*. Não mais aquela moral que vinha do círculo onde frequentava, da sua admiração e relação com o crítico Biéliniski, dos seus escritores e amigos contemporâneos que possuía uma relação, com o engajamento social, mas a moral da sua experiência e sua realidade com o povo russo. Quando o escritor retorna, esses eventuais acontecimentos de sua vida será representado em suas obras e as profundas questões que cada personagem apresenta.

Tal episódio acima, a leitura da carta no círculo Petrachévski, a *intelligentsia* russa, os ideais da ortodoxia cristã, o conflito entre os eslavófilos e ocidentais, serão temas das obras do escritor. Essa carta foi algo que modificou a estrutura da *Intelligentsia* russa no que diz respeito à sua relação entre a temática entre os eslavófilos e o ocidente, presentes em quase todas as obras de Dostoiévski. Essa assimilação pela cultura política da época, realizada pelo autor, é perceptível através da sua capacidade de narrar os fatos em uma perspectiva ficcional, mas que utiliza de noções do real para formar a trama. Isso quer dizer que tal episódio reforça a ideia de compreensão histórica através da ficção literária. Quanto a Dostoiévski, seria impossível nivelá-lo politicamente através de suas obras, pois o romancista execrou posteriormente todas as formas de radicalismo e

socialismo, o secularismo geral, tentando assim minimizar sua participação, e elaborou uma célebre caricatura da conspiração revolucionária em *Os Demônios*.

Nesse sentido, até a prisão, o autor pertencia a grupos que discutiam as questões russas de um ponto de vista crítico, grupos que irão, posteriormente, tornar-se bem radicais frente às questões levantadas. A postura do escritor era de um intelectual que refletia em suas obras a vida cotidiana da sociedade, os seus problemas, principalmente, a questão camponesa da Rússia, que permanecia até o período com bases feudais. Essa era sua proposta de escrita até sua prisão.

Tratar o escritor pelo viés existencialista revela sua vida no mais íntimo, pois essa doutrina torna a vida humana possível e, por outro lado, declara que toda verdade e toda ação implicam um meio e uma subjetividade humana. Segundo Sartre e seu pensamento, o existencialismo implica na existência do indivíduo, a qual precede a sua essência (SARTRE, 1997, p. 5). Assim, é preciso partir da subjetividade, pois o homem existe, encontra a si mesmo, surge no mundo e só depois se define. Partindo desse pressuposto, a análise segue a existência do autor, o que já fora bastante discutida, e que serve de base para orientar a compreensão histórica acerca de sua identidade narrativa.

Como experiência autobiográfica, *Recordações da casa dos mortos* relata a existência do escritor, e por meio da análise histórica desta obra é possível reconhecer elementos que contribuem na sua formação, pois ela revela a estrutura dramática da sua existência. Dentro desta perspectiva existencialista, surge a questão da identidade em relação à experiência do escritor. Discussão feita por Camus levando em consideração a literatura e seus estudos sobre Dostoiévski, *Assim, a ciência que deveria me ensinar tudo acaba em hipótese, a lucidez sombria culmina em metáfora, a incerteza se resolve em obra de arte* (CAMUS, 2008, p. 34). Dessa forma a análise da discussão vai além do estudo da arte pela arte e envolve a questão da experiência e da intencionalidade ... *se pretendermos descobrir assim a “essência” de cada objeto do conhecimento, restituiremos sua profundidade à experiência* (CAMUS, 2008p. 57).

Através da experiência narrada, pelos limites de condições impostos, algumas razões são adquiridas ao longo do tempo. Essas razões, ainda pelo panorama existencialista, reduzem a infinitude do ser a um papel social que esconde sua subjetividade, e que ao mesmo tempo cria uma relação com a narrativa. Eis a questão principal que os existencialistas atribuíram a Dostoiévski e que leva a uma análise da narrativa como portadora de identidade.

A questão que fica a ser discutida é sobre a narrativa e a identidade, se ela ocorre através da subjetividade do indivíduo ou fora dela. Até aqui os trabalhos que envolvem o escritor, propriamente os da corrente existencialista, deixa essa questão de lado. Pregam que o homem é livre e que não existe natureza humana na qual possa se apoiar, assim, fica a questão de como defini-la ou identificá-la. Se ela ocorre por fora da subjetividade, então como identificá-la? Essas questões reforçam mais a importância de se trabalhar a narrativa do escritor como a construção de sentidos através de suas experiências. Que segundo Sartre, trata-se de corrigir o “absurdo” por uma história. A narrativa forma essa história, pois não existe determinação alguma que defina o homem antes que ele venha a existir, por isso a perseguição do homem com sua identidade, a procura da “essência”.

O que define o homem no mundo são as grandes determinações objetivas da história, as quais são produzidas historicamente pelos sujeitos (SARTRE, 1997, p. 16). Nesse sentido surge a experiência do homem no tempo, por indivíduos que as significam, as vivenciam. Assim o escritor russo é uma referência nos estudos existencialistas, pois ele é o centro deste movimento, representando sua experiência no tempo através da literatura.

A obra aqui analisada possui uma linguagem peculiar do século XIX, do contexto de sua criação, então identificar elementos que formam uma identidade narrativa envolve uma questão fundamental relacionada ao tempo e a razão. A partir de então, discussões acerca da teoria da história será pertinente no que diz respeito à ideia de tempo e de razão.

Recordações da casa dos mortos foi publicado de forma seriada entre os anos de 1861 e 1862, pouco depois do escritor regressar a São Petersburgo, depois de dez anos fora do meio intelectual, longe dos centros em que se discutia a situação do país pelo viés artístico do mundo literário. Durante esse tempo, ficou longe de grupos ao qual ele pertencia anteriormente, que ora encaravam os problemas da sociedade russa de frente, ora recorriam às influências de uma ciência racionalista ocidental. Até então, Dostoiévski escrevera numa linguagem humanística que predominou seus escritos desde sua primeira obra, nos anos de 1840. Após ir para a Sibéria e ter contato com o povo em um regime de reclusão, que era bem diferente de suas ideologias e de suas tendências socialistas guiadas pela leitura dos ocidentais, principalmente os franceses e os romances idealistas, suas ideias começam a adquirir outras formas.

Partindo desse pressuposto, a ideia de razão começa a ser questionada. Envolver a subjetividade do autor a uma estrutura racional não acarretaria em identificar elementos de sua formação. Eis que:

Em síntese, aqui o raciocínio esclarecedor, a *razão* consiste numa narrativa. Frente á razão pura físico-matemática existe, portanto, uma razão narrativa. Para compreender algo humano, pessoal ou coletivo, é necessário contar uma história. Esse homem, essa nação faz tal coisa, e o faz *porque* anteriormente fez tal outra e foi de tal outro modo. A vida somente se torna um pouco transparente ante a *razão histórica* (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 48).

Nesse sentido, a razão histórica relaciona-se com a identidade. A razão consiste então numa narrativa, em contar uma história, um sistema de experiências humanas, e é o que compõe a obra do escritor, por esse ponto de vista. Ortega y Gasset parte da necessidade de uma reformulação da ideia de razão, de que não existe uma razão universal. Concordando com Moles e relacionando a ciência à ideia de razão, o que resulta é que a *ciência propriamente tal não nada tem a dizer de preciso* (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 33). Há a necessidade então de substituir tais métodos por outros mais eficazes, [...] *não consiste em que tratemos as ideias como se fossem realidades corporais, mas antes o contrário, consiste em que tratemos as realidades – corpos ou não – como se fossem ideias, conceitos; isto é identidades* (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 33).

A identidade estaria ligada então a realidade do escritor, à sua narrativa autobiográfica, que esboça os traços de sua experiência no tempo junto à experiência obtida anteriormente a sua prisão. Isso seria refletir sobre as condições históricas dos fatos narrados. A razão obtida através da objetividade da ciência não seria capaz de explicar tais fatos, os acontecimentos que ocorrem a cada um, como no caso do escritor, a solução seria uma análise das circunstâncias.

Ao citar a prisão do escritor, o motivo pelo qual foi preso, o período do cárcere e sua experiência nesse tempo, a narrativa de *Recordações da casa dos mortos* chama a atenção no sentido de permitir, no entrelaçamento entre história e ficção, uma forte percepção do *eu*, que se apresenta de forma mais forte que nos demais romances ou outros escritos. Tanto é que vários estudos a enquadraram como autobiográfica. Quando se compara, por exemplo, com *Pobre Gente*, sua primeira obra, a que mais o aproxima do

romantismo, a percepção que se tem é de que foi escrita ainda por um sonhador, como mostra esse trecho:

A literatura é uma coisa magnífica, Várenka, uma coisa extraordinária; graças a essa gente, desde o primeiro dia deu para perceber. É algo profundo! Serve para fortalecer o coração das pessoas, para instruí-las... e para muitas coisas mais que eles escreveram um livro. (...) A literatura é um quadro, ou seja, a seu modo é um quadro e um espelho; é expressão de paixões, crítica sutil, instrução edificante e documento. Tudo isso aprendi com essa gente. (DOSTOIÉVSKI, p. 93)

Sem dúvida alguma que a literatura permitiu tudo o que ele diz acima, principalmente quando relacionado com a época em que foi escrito. Mas quando há a comparação entre esse trecho e os escritos autobiográficos, escritos no contexto de sua prisão, sua relação com a narrativa literária já perde esse tom sonhador, assume características diferentes. Nesse sentido, torna-se necessário um estudo sobre sua experiência no tempo junto a sua narrativa. A experiência de vida narrada na obra autobiográfica estaria, nesse sentido, ligada a experiência do tempo, que segundo análises ancoradas nos estudos de Paul Ricoeur, representa uma modalidade da resposta à pergunta *quem sou eu*. Não diz respeito à natureza do ser humano, mas relaciona-se com a *ação* deste.

Identidade narrativa em Paul Ricoeur é a ideia de permanência do ser no tempo. Dostoiévski conseguiu publicar a obra e causar o efeito esperado na sociedade: despertar para algumas causas, como a justiça russa e o sistema prisional, castigos corporais, temáticas que irão aparecer sempre em suas obras posteriores. Apesar de não ser uma obra de caráter panfletário, como *Os demônios*⁴⁶², ela causou o mesmo efeito, provocando um imenso debate na imprensa do período. Fora essa questão, o que ficou marcado em sua obra foi sua nova postura diante do meio intelectual que vivia, passou a combater, nas obras posteriores, os fundamentos da ideologia radical na Rússia, principalmente os oriundos do ocidente.

Esta obra representa uma mudança na postura social do escritor que irá aparecer no período posterior à prisão. O que implica em uma identidade narrativa. Qual seria então essa nova postura? A narrativa do autor é capaz de fornecer elementos que a

⁴⁶² *Os demônios* foi uma obra de caráter panfletário, escrita pelo escritor para criticar a atitude de grupos radicais que atuavam no período, grupos denominados por ele como nihilistas. Retrata a história do assassinato de um estudante que pertencia a este grupo, uma crítica as atitudes radicais de grupos que atuavam contra o governo no período.

identifique? Joseph Frank fala sobre a escrita dessa obra enquadrando-a em um gênero que predominava no período, histórias de experiência individual que possuía o disfarce protetor de “ficção” (FRANK, 2013, p. 306). Gênero ou não, o que interessa em análise é a importância do relato como construção de sua identidade.

O escritor evitou todos os efeitos romanescos para dar veracidade ao seu relato, o que revela as condições históricas de período em que esteve preso, articulando, dessa forma, suas experiências em forma narrativa. Segundo Rusen:

As histórias não são criadas assim sem mais nem menos – elas têm de ser narradas de modo que possíveis dúvidas acerca de seu conteúdo já venham previamente esclarecidas. Tendo-se presente que as histórias tornam consciente a identidade de seus destinatários como permanência no fluxo do tempo e que, mediante esta função, constituem essa identidade, o argumento fica claro. A identidade é, contudo, uma relação dos homens e dos grupos humanos consigo mesmos, a qual se põe, por sua vez, em relação com os demais homens e grupos. Identidade é um momento essencial da socialização humana (RUSEN, 2008, p. 86-87).

Nesse sentido, a identidade está intimamente ligada à socialização, segundo Rusen, o que resulta numa relação do autor com seu meio social de atuação. Para uma melhor compreensão seria fundamental analisar seu contexto social, que envolveria um estudo sobre a intelligentsia e uma rede de intelectuais da qual fazia parte, rede que utilizava como veículo de expressão a literatura e que estavam em constante diálogo.

A questão biográfica do escritor é de suma importância no que diz respeito à análise constitutiva de sua identidade narrativa. Pela sua experiência autobiográfica é possível perceber uma rede de relações. René Girard faz um panorama sobre suas obras utilizando a retomada, segundo ele, pouco ortodoxa da questão biográfica, *não é com a biografia de Dostoiévski que explicaremos sua obra, mas talvez consigamos, graças à obra, tornar a biografia de Dostoiévski verdadeiramente inteligível* (GIRARD, 2011, p. 15.). Girard criou assim um complexo método comparativo para associar autor/obra numa perspectiva que revela seus traços psicológicos, presentes em sua obra como indícios a serem analisados.

Tal estudo auxilia na tentativa de influir na identidade narrativa, pois fornece análises até então deixadas de lado. Ao mesmo tempo coloca o escritor, através de uma teoria mimética, reduzido a tal pressuposto teórico, pois através dos indícios que Girard utiliza na sua compreensão psicológica do escritor, Dostoiévski é levado a uma unidade. Nesse estudo não há muita referência no que diz respeito à obra *Recordações da casa dos*

mortos, ela apenas é citada. Muito menos um estudo sobre identidade narrativa. Mas algumas considerações biográficas são de relevância na constituição desta, e o método utilizado por Girard, que se mostra pertinente nesse trabalho, pois ele utiliza-se de indícios retirados dos romances para chegar a tal unidade.

Como a narrativa está ligada ao provável e não ao certo, partir de indícios seria uma metodologia capaz de identificar características nas obras do escritor, capaz de analisar o que foi experimentado e o que foi narrado. Ginzburg utiliza-se desse método, chamado “paradigma indiciário”, onde é possível partir de sinais para analisar o que está além. René Girard em sua teoria mimética sobre o escritor utiliza-se dessa mesma metodologia para chegar a tal unidade em Dostoiévski através de seus múltiplos personagens. Mas como esse paradigma influi na identidade? Essa questão é um ponto chave para estabelecer a narrativa do autor como portadora de identidade, pois os “sinais” encontrados em sua obra seriam qualitativamente pertinentes a uma identidade narrativa. Com esses indícios é possível chegar a uma atmosfera específica que a obra revela, revestida de sentido de sua própria época, de conteúdo ideológico, o qual é variado. Eis um dos problemas de enquadrar o escritor especificamente a uma ideologia, ou a alguma doutrina, pois suas obras revelam personagens dotados de posições ideológicas variadas.

Análises estruturalistas as quais o escritor foi inserido, como nas de Isaiah Berlin⁴⁶³, não revelam uma identidade narrativa. Apenas mostram o contexto em que o escritor vivia e as ideologias que predominavam em seu meio social, que segundo esse autor, era a *intelligentsia* russa. Após sair da prisão, o escritor volta para esse meio, mas com postura diferente, pois sua experiência narrada o coloca de frente aos mesmos movimentos, mas só que de uma postura bem diferente, voltada à crítica aos movimentos revolucionários e a uma luta interior, representada por seus diversos personagens posteriores.

Numa maior compreensão analítica da obra, os estudos sobre tempo e narrativa de Paul Ricoeur são de fundamental importância e servem de orientação nesse estudo. Segundo o autor, a transposição do tempo natural em tempo humano apenas adquire sentido mediante a narrativa, *O tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, em compensação, a narrativa é significativa na medida*

⁴⁶³ Isaiah Berlin em *Pensadores russos* traça um panorama da atuação política de intelectuais do século XIX para chegar à origem dos movimentos revolucionários. Trata-se de uma análise estruturalista, onde Dostoiévski é relacionado à *intelligentsia* do período.

em que esboça os traços da experiência temporal. A partir desta constatação, a autor faz uma mediação entre tempo e narrativa através de três modos miméticos, o que seria de suma importância, mas demandaria um trabalho mais longo.

Em se tratar de uma autobiografia com disfarce de ficção, Dostoiévski retrata a si mesmo através do tempo e da narrativa. Nesse sentido história e ficção fazem parte do processo de conhecimento. Como então distingui-las? Essa questão remete a um sistema de referência, a qual é orientada pela experiência de quem escreve ou relata.

Toda narrativa não é contada como se tivesse ocorrido, como o testemunha o uso comum dos tempos verbais do passado para narrar o irreal? Nesse sentido, a ficção se inspiraria tanto na história quanto a história na ficção. É essa inspiração recíproca que me autoriza a colocar o problema da referência cruzada entre a historiografia e a narrativa da ficção (RICOEUR, 1994, p. 125).

A análise sobre mimeses de Paul Ricoeur envolveria um estudo mais aprofundado que não caberia a este trabalho, pois se trata de desconstruir toda obra e traçar elementos simbólicos, signos, e relacioná-los ao escritor. O que seria de fundamental importância. Seria a reconstituição, através da narrativa, da experiência vivida, ou seja, o vínculo da narrativa com a existência do indivíduo.

Nesse caso, o que se encontra é um deslizamento entre a identidade do autor e sua criação através do relato autobiográfico. Como se trata de trabalhar a literatura como fonte histórica, esta requer análises em relação à teoria que orienta os estudos em na campo da história, pois o universo literário compõe-se de um “universo livre” (LIMA, 1974 p. 65), com plena liberdade de criação, onde tudo se torna possível, e o papel da história é de contextualizar esse universo encontrando condições que auxiliem na compreensão histórica através da narrativa.

Partindo de um texto autobiográfico, os problemas surgem no que diz respeito ao sujeito que o cria, como ponto de partida e como objeto. Relacionar ficção e autobiografia, esta última como construção do sujeito moderno, seria confirmar uma identidade narrativa no relato autobiográfico, pois a ficção, segundo Luiz Costa Lima, representa a realização do “outro”, uma “irrealização do sujeito”, inventar-se múltiplas possibilidades, imaginar-se, enfim, "outro de si mesmo", enquanto que, o texto autobiográfico em vez de suscitar múltiplos “outros” reafirma sua unidade.

A principal relação que se estabelece é a da experiência do escritor como “experiência vivida”. Nesta obra há o relato de tais experiências, e quando relacionada ao

seu passado, no caso a prisão e o meio do qual compartilhava as suas ideias, há a perspectiva de uma compreensão histórica sobre a construção da identidade através de sua narrativa.

Através de estudos clássicos sobre o escritor, o filósofo Nicolai Bardiaeff mostra um panorama de sua escrita, a qual é vista através de suas ideias:

...sua obra inteira é a solução de um vasto problema de ideias. O herói de Memórias do Subsolo é uma ideia; Raskólnikov é uma ideia; uma ideia, Stavroguin; Kirilov, Chatov, Verkhovenski – ideias. Ivã Karamázov é uma ideia. Todos estes heróis são, ao pé da letra, devorados pelas ideias. Falam tão somente para desenvolver sua dialética ideológica. Tudo se movimenta ao redor destas ‘malditas questões eternas’. Isso contudo não significa que Dostoiévski escreveu seus romances como teses, para propagar esta ou aquela ideia. As ideias são imanentes à sua arte: ele descobre sua existência de um modo artístico [...] Dostoiévski concebe ideias originais, mas as concebe sempre em movimento, dinâmicas, em seu destino trágico (Nicolai, BERDIAEFF. O Espírito de Dostoiévski, p. 7).

Trabalhar essa dinâmica seria envolver o escritor à sua narrativa, podendo assim, através das relações sujeito, história e experiência no tempo estabelecer uma identidade no que diz respeito a sua atuação como sujeito histórico. Nesse sentido, a identidade não é encarada como substância, pois suas características implicam um caráter de subjetividade, a qual somente ganha sentido mediante a narrativa.

Referências Bibliográficas

BERDIAEFF, Nicolai. *O Espírito de Dostoiévski*. Tradução de Otto Schneider. Rio de Janeiro: Panamericana, 1921.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Recordações da casa dos mortos*. São Paulo: Martim Claret, 2006.

_____. *Os Demônios*. Tradução, notas e prefácio de Paulo Bezerra. São Paulo: Ed.34, 2004.

_____. *Gente pobre*. São Paulo: Editora 34, 2009 (1ª edição).

FRANK, Joseph. *Dostoiévski: as sementes da revolta – 1821-1849*. Tradução de Vera Pereira. São Paulo, Edusp, 1999.

FRANK, Joseph. *Dostoiévski: os anos de provação – 1850-1859*. Tradução de Vera Pereira. São Paulo, Edusp, 2003.

FRANK, Joseph. *Dostoiévski: os efeitos da libertação – 1860-1865*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2013.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p. 143-180.

GIRARD, René. *Dostoiévski: do duplo à unidade*. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

ISER, Wolfgang. O jogo do texto. In: *In: A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 105-118.

LIMA, Luiz Costa. *A metamorfose do silêncio*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

MOLES, Abraham A. *Introdução; Racionalidade pobre e cientificidade mínima*. In: *As ciências do impreciso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ORTEGA Y GASSET, J. A história como sistema. In: *História como sistema. Mirabeau ou o político*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 27-58.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa: a tríplice mimese. In: *Tempo e narrativa*. Campinas/SP: Papyrus, 1994. (Tomo I), p. 85-131.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo com um outro*. Campinas-SP: Papyrus, 1991.

RUSEN, J. Pragmática – a constituição do pensamento histórico na vida prática. In: *Razão histórica*. Brasília: Editora UnB, 2008, p. 53-94.

OS MISSIONÁRIOS ORIONITAS E A CONSOLIDAÇÃO DO CATOLICISMO NO ANTIGO EXTREMO NORTE GOIANO, 1952-1980⁴⁶⁴

Raylinn Barros da Silva

RESUMO: Essa pesquisa busca historicizar e explicar a presença, desde a década de 1950 até o ano de 1980, no antigo extremo norte de Goiás na época, hoje norte do Tocantins, de um grupo de missionários católicos: os orionitas. Eles estabeleceram-se naquela região e lá construíram igrejas, escolas e hospitais. Nesse sentido, objetivamos entender a presença desses missionários naquele espaço buscando identificar a relação entre o trabalho que eles desenvolveram e o que pode ter levado, a nosso ver, o processo de consolidação do catolicismo naquela região. Nosso caminho para transformar nossa proposta de pesquisa em um problema efetivo nos conduziu a um questionamento central: como os missionários orionitas consolidaram o catolicismo naquela região? Assim, a partir desse problema colocado, buscamos perseguir essa inquietação no transcórre de nossa pesquisa.

O objetivo desta pesquisa é historicizar, refletir e explicar a presença, desde a década de 1950 até os anos 1980, no antigo extremo norte de Goiás na época, hoje norte do Estado do Tocantins, de um grupo de missionários católicos, mais conhecidos como orionitas. Eles estabeleceram-se naquela região e lá construíram igrejas, fundaram escolas e hospitais. A presença daqueles missionários orionitas na região aqui estudada é tão visível que eles ocupam um lugar de destaque na organização das instituições daquela sociedade, desde a creche à universidade, do trabalho de acolhida, de assistência aos idosos até o hospital, da formação de movimentos religiosos leigos às principais igrejas da região.

Nesse sentido, objetivamos entender a presença desses missionários naquela região buscando identificar a relação entre o trabalho que eles desenvolveram e o que pode ter levado, a nosso ver, o processo de consolidação do catolicismo na região aqui estudada. Nosso caminho no sentido de transformar nossa proposta de pesquisa em um problema efetivo nos conduziu a um questionamento central: como os missionários

⁴⁶⁴ Essa pesquisa faz parte do mestrado em História da UFG-Universidade Federal de Goiás. É orientada pelo Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa e com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

orionitas consolidaram o catolicismo na região do antigo extremo norte goiano? Assim, a partir desse problema colocado, buscamos perseguir essa inquietação no transcorrer de nossa pesquisa agora apresentada para reflexão de nossos pares nesse seminário de pesquisa.

Dividimos nossa pesquisa em quatro momentos. **No primeiro momento** propomos uma reflexão acerca do que ficou conhecido como o extremo norte goiano – região que atualmente pertence ao norte tocantinense – e a relação desse espaço social com as ações desse grupo de religiosos orionitas. Esses missionários foram para aquela região do país na metade do século XX e lá iniciaram seus trabalhos de evangelização sob a ética do catolicismo romano.

Será possível perceber em nossas análises como aquele espaço social – o extremo norte de Goiás – na década de 1950 apresentava um quadro religioso, social, econômico e político específico do interior do Brasil, no que denominamos de sertão. Aquele ambiente, naquela época, estava sob os cuidados esporádicos da ordem dominicana. Naquele ano, 1952, ocorreu a transição religiosa dos dominicanos para os orionitas naquela região.

Ainda nesse primeiro momento, buscaremos refletir o que consideramos ser os êxitos e as dificuldades que aqueles missionários orionitas vivenciaram para estabelecer seus projetos para aquele espaço social. Como será possível perceber, não foi um trabalho fácil para aqueles religiosos. Enormes dificuldades eles encontraram, mas também alguns êxitos contribuíram para a efetivação daquele projeto religioso.

As fontes que nos servirão de base para a nossa reflexão nesse primeiro momento de nossa pesquisa consistirão, basicamente, em duas: primeiro, o livro *Entre Diamantes e Cristais: Cenas Vividas Pelos Missionários de Dom Orione Nas Matas do Norte de Goiás*, obra de memória do missionário orionita, o italiano Quinto Tonini, segundo, *Médicos, Padres, Sertões: o Norte de Goiás no Relatório de Arthur Neiva e Belisário Penna e nas Narrativas dos Seus Interlocutores Goianos (1916-1959)*, trabalho acadêmico fruto da tese de doutorado da historiadora Vera Lúcia Caixeta, onde no último capítulo de sua narrativa, se dedicou a compreender parte das ações dos missionários orionitas naquele espaço social, abordagem que na ótica de Caixeta, estava mais voltada para a contribuição daqueles religiosos para o que se denominou chamar de “saneamento dos sertões”.

Sobre as referências que estão norteando nossa reflexão teórico-metodológica nesse momento, estamos dialogando com os referenciais que abordam as pesquisas no âmbito da História Regional. Assim, antes de refletirmos sobre a região do extremo norte goiano no contexto que antecede à chegada dos primeiros missionários orionitas no início da década de 1950, consideramos importante localizarmos nossa abordagem a partir dessa perspectiva de pesquisa. De início, sabemos que é comum os trabalhos denominados de história regional serem constantemente questionados pelo fato de que toda pesquisa aborda determinado espaço. Daí todas as pesquisas serem regionais, não necessitando, nesse caso, a preocupação de enfatizar a questão da metodologia.

É importante lembrar que após os anos 1970, ampliaram-se as discussões sobre abordagens e enfoques na pesquisa em história. Acreditamos que quando falamos em história regional, estamos enfatizando a necessidade de pesquisarmos espaços e contextos que geralmente ficam esquecidos, sendo valorizados somente aspectos históricos nacionais ou temas já consagrados. Nesse sentido, a história regional vai estudar o contexto histórico de determinado espaço, tomando-o como delimitação para o objeto de estudo. Assim, conforme o historiador José D'assunção Barros na obra *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*, quanto ao trabalho com a história regional, diz que:

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da história regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural, ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar (BARROS, 2004, p.152).

Essa associação que faz Barros da história regional não necessariamente a um recorte geográfico/administrativo, mas também ao que ele chama de “recorte antropológico, cultural” entre outros, nos serve de justificativa, pois no caso da nossa pesquisa que buscou localizar os missionários orionitas na região do antigo extremo norte goiano, nossa preocupação tá além de uma questão geográfica, mas no âmbito de um recorte cultural e acima de tudo, religioso. A nossa representação, como veremos, está na relação da formação de uma cultura religiosa que parece ter nos missionários orionitas o seu elemento fundador.

Ainda sobre a localização de nossa análise no âmbito de estudo da história regional, acreditamos que os trabalhos regionais são justificados, também, porque os estudos nacionais ressaltam entre outras coisas as semelhanças e, o estudo regional trabalha primordialmente com as diferenças. Nesse sentido, essa abordagem nos possibilita trabalhar aspectos que não seriam percebidos no contexto maior. Dessa forma, conforme o historiador Aldieris Braz Amorim Caprini no artigo *Pesquisa em História Regional: Aspectos Conceituais e Metodológicos*, ao citar Silva, nos diz que:

O estudo regional oferece novas óticas de análise do estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional resalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade. A historiografia regional tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social (SILVA, 1990. p.13).

Assim como está na reflexão acima de Caprini, também acreditamos que as pesquisas de cunho regional, como a que resultou nessa nossa, oferece novas óticas de análise e de compreensão dos estudos de cunho nacional. Esse é, portanto, o ângulo dessa pesquisa: buscar entender as representações e ações de um grupo específico de pessoas – os orionitas – que no colocar em prática um projeto religioso católico, parece ter colocado em prática também outros, e como veremos mais adiante, projetos de natureza cultural, social, político e também saneador.

Nesse sentido, a abordagem da história regional do antigo extremo norte goiano e a localização dos missionários orionitas no seu projeto catolicizador tendo o povo daquela região como seus interlocutores, nos ajudará a entender como pode ter se forjado a cultura religiosa dos sertanejos, povo comum daquelas regiões, como também e porque não, a identidade cultural da região impactada pela presença daqueles religiosos a partir do início da década de 1950, momento da chegada dos primeiros missionários naquela região.

No **segundo momento** de nossa pesquisa, propomos uma reflexão acerca das representações construídas pelos missionários orionitas sobre aquele espaço social – extremo norte goiano – e o que eles se depararam naquele lugar durante as missões religiosas colocadas a cabo por eles a partir dos anos 1952. Será possível refletirmos sobre

as viagens missionárias realizadas por aqueles religiosos, a atuação naqueles sertões e como eles se depararam com aqueles lugares e a partir daí, os representaram em suas narrativas.

Outro ponto que merece atenção nessa pesquisa se refere aos personagens que os missionários orionitas tiveram que lidar no seu cotidiano: os sertanejos daquela região, como também os protestantes com os quais travaram vários enfrentamentos, mas não só esses que os próprios orionitas designaram como “inimigos”, como também a associação maçônica daquela região e as várias superstições que chegaram, junto com os protestantes e a maçonaria, a disputar espaço com o discurso religioso dos orionitas.

Refletiremos ainda como os orionitas lidaram com a política e os políticos locais. Essa relação com os políticos/política local, julgamos interessante, pois ora os orionitas tiveram neles apoio em seus projetos, ora dificuldades encontraram nestes. Esses embates, portanto, revelam uma situação que os orionitas tiveram que contornar para o sucesso daquele projeto catolicizador. Abordaremos os momentos difíceis que esses religiosos enfrentaram, como por exemplo, a perda de cinco missionários em plena missão, o que pode ser considerado como verdadeiros traumas vividos por aqueles religiosos.

A fonte primordial problematizada nesse momento da pesquisa consiste na análise da obra já citada anteriormente: *Entre Diamantes e Cristais: Cenas Vividas Pelos Missionários de Dom Orione Nas Matas do Norte de Goiás*, obra de memória do missionário Quinto Tonini, principal fonte para a análise das missões orionitas naquela região do país naquele contexto histórico. Essa obra, consideramos, expressa de forma clara e robusta as representações construídas por aqueles missionários sobre o que ali eles viveram, enfrentaram e colocaram em prática.

O principal referencial teórico que nos guiará nessa tarefa de compreensão dessas narrativas construídas por aquele missionário, nesse segundo momento dessa pesquisa, serão as discussões acerca do conceito de representações/práticas do historiador francês Roger Chartier, sobretudo suas análises presentes na obra *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Sobre essa obra de Chartier, que nos parece representou, de fato, um “divisor de águas” nos estudos culturais, vale dizer, se divide em dois pontos que consideramos centrais: a ideia de representação e a de prática.

Sobre o debate em torno do conceito de representações para a História Cultural inaugurada por ele, podemos dizer, de forma bem resumida, que nela há um esforço no

que se refere ao questionamento sobre a ideia de fonte como testemunho da realidade. A fonte para ele, passa a ser concebida com um mero instrumento de mediação entre o historiador e a realidade a ser problematizada. Assim, a partir das proposituras de Chartier, a realidade deveria ser analisada a partir das suas diversas representações e a partir daí, consideradas realidades de múltiplos sentidos. Já sobre a noção de práticas sociais, nem todas poderiam ser reduzidas à “representações”, pois essas possuiriam uma lógica autônoma de funcionamento no âmbito das formações culturais.

Mas porque elegemos essa problemática das representações/práticas de Roger Chartier para nos guiar em nossas reflexões sobre as narrativas construídas pelos missionários orionitas? A resposta é simples: Aqueles missionários ao se depararem com o espaço social do extremo norte goiano no início da década de 1950 e conseqüentemente seus elementos, – os sertanejos, os católicos, os protestantes, os maçons, os que eles acusaram de supersticiosos, os políticos e, os traumas que eles missionários viveram – elaboraram uma representação própria deles (modos de ver) e a partir daí agiram para a implantação dos seus projetos para aqueles lugares (modos de fazer), ou seja, “modos de ver e de fazer”, conceitos chave da obra referenciada de Chartier.

Desse modo, para trabalhar os vários discursos que compõem essas narrativas dos missionários orionitas, nesse momento da pesquisa, e entender os meandros que ela desenha, foi necessária uma incursão nos estudos sobre representação, conceito esse que abrange o vasto campo interdisciplinar da ciência histórica. Nesse sentido, a noção de representação se tornou fundamental para a compreensão de práticas e transformações culturais e possibilitou incorporação dos sentimentos humanos ao campo de lutas dos interesses históricos, assim como defende Chartier:

A noção de ‘representação’ permite conciliar as imagens mentais claras (...) com os esquemas interiorizados, as categorias incorporadas, que as gerem e estruturam (...). Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas disposições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como ela pensa como ela é, ou como gostaria que fosse (CHARTIER, 1990, p.19).

Como pode ser observado na reflexão acima de Chartier, as representações do mundo social, traduzem suas posições e interesses. Sabemos que Chartier entende a

história e o mundo enquanto representações da realidade. Essas representações são, portanto, para ele, vistas como imagens dos acontecimentos. Assim, sabemos que as representações quando confrontadas podem ser contraditórias, pois entendemos por representação, a forma como os indivíduos enxergam determinados fatos ou mesmo determinados processos históricos, ou seja, a forma como estes indivíduos representam os fatos e a partir de então, representam a si mesmos.

Ainda sobre essa relação entre a produção de representações e a sua relação com os interesses em jogo, Chartier ainda nos esclarece que:

As representações do mundo social assim constituídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (IBIDEM, p.17).

A partir da reflexão acima de Chartier, podemos justificar, ainda, nosso entendimento sobre a necessidade de teorizarmos as representações dos missionários orionitas sob essa ótica: a do interesse. Como veremos nessa parte da pesquisa, esses discursos narrativos que são representações daquele grupo específico: os orionitas foram representações construídas com um sentido determinado: justificar as práticas que faziam parte do projeto catolicizador daqueles religiosos para aqueles lugares.

Portanto, partimos dessa compreensão da necessidade de utilização desses estudos de Chartier, pois entendemos que as representações construídas pelos missionários orionitas sobre o extremo norte goiano e tudo o que lá eles viram, se depararam e enfrentaram foi e como veremos nessa pesquisa, representado de acordo com os interesses que eles tinham naquele momento histórico para aquela região: catolicizar aquela sociedade.

Acreditamos que aqueles missionários que ali estavam tinham um objetivo/sentido certo, e pensando assim, buscaremos acompanhar esse processo de produção de sentidos por parte daqueles missionários nos utilizando desses estudos da História Cultural, pois acreditamos, ainda, que ela nos ajuda a entender os:

(...) esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado (IBIDEM, p.17).

Este será, portanto, nosso objetivo nesse segundo momento: entender esse processo de produção de representações sobre aquele espaço social e, conseqüentemente, acreditamos, o mesmo tornar-se-á para nós e ainda para os observadores dessa pesquisa, um pouco mais “inteligível” e “decifrado” para utilizar os termos do próprio Chartier.

No **terceiro momento** de nossa pesquisa, propomos uma discussão acerca das obras escritas dos missionários orionitas. Eles nos legaram alguns escritos onde, ao retratar as primeiras décadas das missões que eles colocaram em prática naquele extremo norte goiano, eles escreveram sobre eles mesmos, ou seja, uma representação deles próprios naquele espaço e contexto. Nessa parte da pesquisa, partimos dessa inquietação: Estaria de fato os orionitas, com esses escritos, uma narrativa sobre eles próprios, buscando a constituição de uma memória para aqueles sertões? Memória ligada a eles, como elementos fundadores da história daqueles lugares?

A partir dessa inquietação, as fontes que nos servirão de análise e problematização consiste em quatro, que consideramos fundamentais para a discussão em torno dessa problemática proposta nessa pesquisa. Trata-se da obra *Perfil de Dom Orione* de autoria do sacerdote orionita Giovanni Pattarello, a obra *Entre Diamantes e Cristais* de autoria do missionário orionita Quinto Tonini, a obra *Meandros da Verdade*, ex-freira orionita Teresinha Foli e por último, a obra *Silêncio Prudente* de autoria do também missionário orionita Remígio Corazza.

Vale destacar que essa nossa inquietação buscará ser respondida nas duas primeiras obras, a de Pattarello e a de Tonini. Nelas, buscaremos identificar o que pode ser um esforço daquelas narrativas em estabelecer uma memória, primeiro ligada à figura de Dom Orione que é apresentado como o modelo de conduta para aqueles religiosos missionários, conduta baseada no perfil de caridade e na pedagogia pelos pobres e, segundo, a efetivação desse modelo de conduta orionita no antigo extremo norte de Goiás, já no seio da missão orionita, então implantada sob o trabalho daqueles “filhos” de Dom Orione. O trabalho deles é então, cremos estrategicamente apresentado como sendo fruto de sacrifício, sofrimento, entrega, doação e heroísmo daqueles homens.

Já nas duas últimas obras escritas daqueles missionários, a de Teresinha e a de Corazza, exploraremos na escrita deles não mais o que seria um esforço para a constituição de uma memória para aqueles sertões, mas os bastidores daquelas missões. Nos escritos de Teresinha, cruzaremos suas narrativas e através de indícios, veremos como se desencadeou, naquelas primeiras décadas da missão orionita, uma verdadeira

paixão entre aquela freira e o principal homem da missão: Tonini. Na última obra, de Corazza, exploraremos outro lado da missão orionita, o lado das intrigas internas que, instaladas naquele contexto, influenciaram muito do que aconteceu inclusive os rumos da própria missão.

Ainda sobre as duas primeiras obras escritas, será possível perceber que os missionários orionitas objetivaram, com essas narrativas, registrar na memória daquele lugar os seus feitos, narrados como acontecimentos que estariam na base/formação daquela sociedade, tendo eles próprios como os agentes daquele processo de formação da história daqueles lugares. Partimos do princípio, que ao escrever sobre eles próprios, eles objetivaram não apenas deixar escrito para a posteridade sobre a missão orionita, mas, além disso, objetivaram inscreverem-se na memória daqueles lugares, como aqueles que pela coragem, trabalho e determinação, deveriam ser lembrados por aquela sociedade.

Nesse sentido, para a compreensão da problemática da memória, o referencial teórico que nos guiará nessa tarefa de buscarmos compreender, através da análise das obras escritas daqueles missionários, o que pode ser um esforço daqueles religiosos em estabelecer uma memória orionita para aqueles lugares, consistirá nas contribuições do filósofo francês Paul Ricoeur, atualmente um dos principais teóricos dos estudos de memória e suas relações com a história, análises presentes na obra *A Memória, A História, O Esquecimento*.

Nessa obra de Ricoeur, ele nos apresenta o seu conceito de *memória manipulada*. Assim, para uma melhor compreensão sobre o que seria e como se daria esse mecanismo de manipulação da memória, é preciso, primeiro, entender que essas manipulações se dão no campo das relações de poder. A partir do poder exercido e das relações de força a ele associados, versões tanto da memória quanto do esquecimento são construídos e forjados. É a memória instrumentalizada.

Assim, a partir desse conceito de memória manipulada de Ricoeur, resta nos indagarmos: Por que consideramos que os missionários orionitas buscaram manipular uma memória para aquele extremo norte goiano? Tendo eles próprios como os elementos fundadores daquela história? Porque acreditamos que ao escreverem sobre eles mesmos, legaram não apenas escritos em forma de narrativa, mas o que eles desejavam: a rememoração dos seus feitos. A partir das suas próprias histórias, nasceria uma “história oficial” daqueles lugares.

Sobre esse mecanismo de manipulação da memória, que se mostra na construção de narrativas que resultam em “histórias oficiais”, Ricouer nos esclarece que:

A memória imposta está armada por uma história ela mesma “autorizada”, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum (RICOUER, 2007, p.98).

Como reflete acima Ricouer, a memória é imposta quando ela se coloca como a história oficial que precisa ser aprendida e celebrada de forma pública. Sabemos que as obras de memória dos missionários orionitas são os únicos registros disponíveis sobre aquele processo de ocupação religiosa que se deu a partir do início dos anos 1950 naquele lugar. Essa completa “lacuna” de outras fontes para a problematização daquele processo faz daqueles escritos/narrativas orionitas a história oficial para aqueles acontecimentos. Daí acreditarmos que esse “privilégio” que os orionitas detêm, faz das suas obras escrito-narrativas, a história que segundo Ricouer, passa a ser celebrada publicamente, trazendo elementos que faz dos orionitas os “fundadores” da identidade daquela região.

Identidade, aliás, que é reclamada, segundo Ricouer, por essas mobilizações de memórias. Para ele, a mobilização de memórias está a serviço da demanda e da reivindicação de identidades comuns. Sabemos que as identidades se relacionam de modo conflitivo com o tempo. Assim, segundo Ricouer, se a identidade é o que define, devemos nos perguntar: como ela – identidade – se garante ao longo do tempo? Segundo ele, através dos mecanismos de manipulação da memória. Ela seria manipulada para expressar, construir e reivindicar as identidades e a própria memória, tudo fruto de processos ideológicos.

Processos ideológicos que acreditamos, fizeram parte tanto do processo de ocupação religiosa daquele espaço social quanto do que sobre aquela ocupação ficou registrado nas obras de memória dos orionitas: as suas narrativas. Sobre a função da narrativa nesses processos de manipulação da memória, Ricouer nos esclarece que:

A memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa. A ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa. E como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a

configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação (IDEM).

Como observado acima, Ricouer nos chama a atenção para outro mecanismo de manipulação da memória que também influencia a constituição da identidade: a função da narrativa. A narrativa, ou seja, os escritos, no caso específico abordado nessa parte dessa pesquisa, as narrativas expressadas nas obras de memória dos missionários orionitas, também são frutos desses processos de ideologização da memória. Ele ainda nos chama atenção para a questão da configuração dessas narrativas. Configuração que se dá na “montagem” e “colocação” de cada personagem na narrativa. Para Ricouer, essas configurações da narrativa terminam por modelar a identidade dos personagens que passam a ocupar ou não a posição de protagonistas da ação.

A partir dessas reflexões de Ricouer, cremos que se deu a configuração das narrativas dos missionários orionitas, quando da produção de suas obras escritas de memória. Segundo nossa compreensão e como será possível perceber a seguir, nas duas primeiras análises, cada personagem foi estrategicamente colocado de forma que cada orionita, desde o seu fundador Dom Orione até os missionários que vieram para o extremo norte de Goiás, passaram a ocupar, naquela configuração narrativa, o papel de protagonista daquela história, cada um a seu modo e mediante o interesse de quem “assinou”, ou seja, o autor de cada narrativa.

Esse será, sobretudo nas considerações acerca das duas primeiras obras citadas – as de Tonini e Pattarello – o nosso objetivo central, entender o processo de constituição de uma memória orionita para aquele espaço social, processo que se deu mediante a construção, por parte dos orionitas, de narrativas sobre eles próprios, num processo ideológico de manipulação da memória para aqueles lugares, memória assentada neles próprios, como os elementos fundadores da história daquela região.

No **quarto momento** de nossa pesquisa, agora em fase de análise de fontes e cruzamento com os referenciais teóricos, iremos pensar a atuação dos missionários orionitas no campo da saúde, da educação e da fé. Ou seja, buscaremos analisar como eles atuaram no campo da saúde fundando hospitais, como estabeleceram uma educação orionita por meio da criação de várias escolas e como imprimiram uma “identidade” religiosa por intermédio da criação de associações religiosas de leigos e a consequente fundação de igrejas, sendo as principais da região, nascidas sob a “paternidade” orionita.

Nessa última parte da pesquisa, dialogaremos com os referenciais teórico-bibliográficos que abordam o papel da Igreja Católica na formação da sociedade ocidental, como a de Thomas Woods (2008) e as que pensam as contribuições do catolicismo na formação da sociedade brasileira, como as obras de Riolando Azzi (2008), como também de Marlúcia Menezes de Paiva (2006).

Mostraremos ainda nessa última parte da pesquisa, que em 1954, dois anos após a chegada daqueles missionários, a igreja daquela região e a missão orionita que lá estava, foram elevados, pelo Vaticano, à condição de prelazia católica e, em 1980, à condição de Diocese, fenômenos que para mim, endossa minha leitura de que eles não só buscaram como trabalharam e realizaram essa consolidação católica naquela região no recorte abordado nessa pesquisa agora apresentada para a reflexão dos pares nesse seminário de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D' Assunção. O Campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2004.

CAIXETA, Vera. Médicos, Padres, Sertões: o Norte de Goiás no Relatório de Arthur Neiva e Belisário Penna e nas Narrativas dos Seus Interlocutores Goianos (1916-1959). Tese de Doutorado. Faculdade de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. Pesquisa em História Regional: aspectos conceituais e metodológicos. Artigo disponível na internet no endereço:

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Editora Difel, 1990.

CORAZZA, Remígio. Silêncio Prudente. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2000.

FOLI, Teresinha. Meandros da Verdade. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2003.

PATTARELLO, Giovani. Perfil de Dom Orione. São Paulo: S/Editora, 1985.

RICOUER, Paul. A Memória, A História, o Esquecimento. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

TONINI, Quinto. Entre Diamantes e Cristais: cenas vividas pelos missionários de Dom Orione nas matas do norte de Goiás. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 1996.

SANT'ANNA DO DE PARANAHYBA: ESPAÇOS DE LUTAS E RESISTÊNCIA DOS SUJEITOS ESCRAVIZADOS

*Rejane Trindade Rodrigues*⁴⁶⁵

RESUMO: O artigo sugere problematizações acerca das relações tecidas entre os senhores e os escravizados em de Sant'Anna do Paranahyba, Sul de Mato Grosso no contexto do XIX, ressaltando aspectos de sua ocupação, produção e locais de trabalho dos escravizados, homens, mulheres e crianças e a relação estabelecida face aos senhores de terras e de gente. Para esta discussão fez-se necessário a leitura, sobretudo, dos Relatórios de Província e os processos crimes que envolvem escravos, como vítimas, réus ou testemunhas informantes. Também foram utilizadas outras fontes como a literatura, os relatos de viagens e também os documentos da Coletoria provincial, no intuito de compreender as relações pessoais e comerciais e os espaços criados para resistência e a busca pela liberdade numa sociedade sob regime de trabalho escravo.

Era maio de 1882⁴⁶⁶, em Sant'Anna de Paranahyba, sul de Mato Grosso, por volta das onze horas da manhã, Laudislau Telles Antunes escutou, vindo de sua roça, dois disparos de arma de fogo. Horas depois seu filho Jeronimo, que trabalhava na roça, veio dar a notícia de que o preto, José Benedito, havia sido alvejado com dois tiros, pelo

⁴⁶⁵ Discente da pós graduação em história do programa de pós graduação da Universidade Federal da Grande Dourados. Trabalho sob orientação da professora Maria Celma Borges. Bolsista CNPq

⁴⁶⁶ Paranaíba caixa 115, processo criminal. 1882. Documento histórico 4010. Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-Mato Grosso do Sul.

fazendeiro da roça vizinha, conhecida como Retiro do Quarteirão dos Dias, de Faustino Antônio Alves Dias.

De acordo com Jerônimo, Faustino queria impedir José Benedito de trabalhar na roça em que Ladislau, seu patrão, havia mandado. A partir da resistência de José Benedito, Faustino fez uso da arma de fogo para contê-lo acertando um tiro no umbigo e outro no lado direito do peito, causando-lhe morte repentina.

Ladislau, sendo testemunha informante, disse também não saber da morte do negro, mas é certo que duas contas de ouro que estavam no pescoço de José Benedito e sua garrucha desapareceram.

Todas as testemunhas que depuseram a favor do réu acreditavam que houve uma armação, por parte de Ladislau, para culpar Faustino por vingança. Sendo concunhados, havia, segundo os depoimentos, contenda antiga que o processo não aponta. Neste momento, o que nos interessa saber mais é acerca dos indícios das relações entre senhores e escravos em Sant'Anna de Paranahyba.

Arroladas as testemunhas, João Batista da Silva, conhecido pela alcova de Ganjão, de quarenta anos de idade, casado, lavrador, natural da Província de Mato Grosso e morador daquele termo, disse que, na sexta-feira da mesma semana do crime, Ladislau lhe pediu ajuda para encontrar o cadáver do preto em sua roça. A chegarem a roça - Ladislau, João Batista, Antônio Rodrigues e Jeronimo - perceberam sinais de "arrastados" que indicavam para a roça de Faustino. Seguindo os sinais acharam o corpo de João Benedito e também encontraram os projéteis de tiro do lado direito, mas Ganjão afirmou não saber os motivos que levaram ao crime.

Francelino Correia Rangel, sessenta e cinco anos de idade, casado, lavrador, natural da Província de Minas Gerais; Joaquim da Costa Alecrim, quarenta anos de idade, casado, oficial de Silvério e natural da Província de Pernambuco, todas essas testemunhas disseram que sabiam por "ouvir dizer" que havia entre os dois fazendeiros certa intriga, mas não sabiam a razão de origem. E também era "por ouvir dizer" que sabiam da morte do José Preto, mencionado por eles como camarada de Ladislau.

Mas, Joaquim Lemos de Freitas, de cinquenta anos de idade, casado, lavrador, natural da província de Minas, morador do termo, ao ser inquerido sobre a morte do preto José Benedito afirmou que Ladislau atribuía o crime a Faustino como forma de vingar-se de brigas anteriores. Consta ainda no depoimento de Joaquim Lemos de Freitas que, na

noite da morte de José Benedito, Faustino teria dormido em sua casa, distante três léguas do local o crime.

A quinta testemunha, Antonio Pedro de Moraes, de vinte e nove anos de idade, casado, lavrador, natural da Província de Mato Grosso, morador em Sant'Anna, também afirmou em seu depoimento o que dizia Joaquim Lemos de Freitas, pois ambos dormiram na casa deste.

A morte ocorreu de fato, e alguns indícios apontados pelo processo são interessantes para pensarmos as relações de trabalho e o convívio estabelecidos em Sant'Anna do Paranaíba nas últimas décadas da escravidão. A começar pelo fato da incerteza acerca das condições de trabalho de José Benedito, uma vez que, ora aparecia na figura de escravo, ora na condição de camarada.

Duas hipóteses podem ser levantadas a partir dessa observação. A primeira é a de que José Preto poderia ser escravizado por outro fazendeiro e emprestado na condição de camarada ou empregado como “escravo de aluguel” à Ladislau. A segunda é a de que poderia ter sido liberto e ainda continuar prestando serviços ao seu antigo senhor.

Machado considera que as condições de “escravo de aluguel e ganho” eram modalidades notadamente urbanas. Eram formas de se trabalhar por “jornadas”, por determinado tempo de serviço, ou tarefa a ser realizada. A modalidade de “jornaleiros” – quem trabalha por jornadas- também era presente entre os homens e mulheres pobres e livres. Pensando nos escravizados, as jornadas de trabalho poderiam ser desenvolvidas em condições pré-estabelecidas com o senhor, aos finais de semanas ou dias santos, como uma forma de obter recursos próprios. Talvez tenha sido com esses recursos que José Benedito tenha possuído os objetos que o processo apresenta: “duas contas de ouro e uma garruncha dentre outros objetos não descritos”

No contexto posterior a lei de 1871 foi permitida a acumulação de pecúlio para a compra da liberdade, e esses pequenos trabalhos foram fundamentais para a conquista da liberdade em todo o território do Império.

Machado salienta que o dinheiro acumulado pelos trabalhadores escravos vinha de variadas atividades desenvolvidas dentro da lógica de uma economia escravista. As atividades eram realizadas no tempo livre, conquistado nas “brechas” que se instituíam no interior da produção das fazendas e engenhos. A constituição de pequenas roças era permitida pelos senhores e realizada pelos escravos como modo de subsistência para

alimentarem suas famílias e mesmo para juntarem certo pecúlio, com a venda do excedente.

Machado também aponta outras atividades com fins lucrativos realizados pelos escravos, sobretudo nas cidades e vilas, como, por exemplo, a venda de peixe, de frutos silvestres, demonstrando a autonomia escrava com relação a sua formação de pecúlio e uma forma de economia paralela. Tais ações podemos considerar que constituíam uma microeconomia escrava.

De acordo com a autora, além do trabalho no interior das fazendas:

[...] ainda outras atividades escravas autônomas devem ser consideradas: o artesanato, a pesca e coleta, a prestação de serviços remunerados realizados dentro ou fora das fazendas, no tempo livre disponível pelo escravo, as gratificações e prêmios embutidos no próprio regime de trabalho das fazendas, finalmente, e porque não, os furtos e desvios da produção agrícola empreendidos pelos escravos, que constantemente atormentavam a vida dos senhores.⁴⁶⁷

Ao pensar em Sant'Anna, devemos considerar que neste contexto a localidade não apresentava um núcleo urbano definido, sendo portanto essencialmente rural. Neste sentido se houveram escravos nas condições de trabalhos de “jornadas” estes estariam ligados invariavelmente ao trabalho no interior das fazendas e em trabalho relacionados ao universo sertanejo mais amplo.

Os processos crimes disponíveis acerca da localidade em estudo não permitem fazer um grande apanhado quantitativo. Não conseguimos então ainda saber se havia mais algum sujeito na mesma condição incerta que José Benedito, mas certo é que embora as histórias sejam sucintas e, por vezes, não seja possível fazer cruzamento de dados com diversas fontes, apresentamos, por meio da análise dos processos crimes, uma possibilidade de se contar histórias dos sujeitos escravizados numa localidade “nos confins do Império”.

Embora ocorram intermediações da fala - quando há fala - pelo delegado, juiz ou mesmo pelas diversas anotações do escrivães, devemos entender que esses personagens existiram e enfrentaram todas (a)diversidades da sociedade escravista. E protagonizaram as histórias aqui apresentadas.

⁴⁶⁷ MACHADO, Maria Helena. Em torno da Autonomia Escrava: Uma nova direção para a História Social da Escravidão. Revista Brasileira de História. São Paulo v.8 n° 16, p.143-160; mar.88/ago.88. p.148

A documentação da justiça criminal, a medida que “reconstrói” os fatos em busca da “verdade”, da indícios, como aponta Wissenbach⁴⁶⁸, dos detalhes, das vidas ordinárias, dos conflitos e tensões presentes na trama do crime, evidenciando valores e comportamentos entendidos, na época, como desviantes.

Paul Veyne⁴⁶⁹ ao abordar a escrita da história entende que “a história é, em essência, conhecimento por meio de documentos”, porém a construção da narrativa histórica insere-se numa lógica para além dos próprios documentos, pois a fonte não é o próprio evento, mas fragmentos do mesmo, e não é possível, dessa maneira, “reconstruir” a realidade como o ocorrido, mas aproximar-se dela, pois sempre apresentamos uma possível explicação a partir da documentação disponível.

O trabalho com documentos oficiais, sobretudo os processos criminais, é um exercício sempre desafiador e nos faz refletir nossos limites de compreensão acerca do passado. Limites esses, por vezes colocados pelo próprio documento, pelo estado de sua conservação, pela grafia típica do século XIX, entre outras questões. A dificuldade em interpretar o documento, ou até mesmo a dubiedade apresentada, como é o caso da condição de trabalho de José Benedito, pode acarretar fragilidades no desenvolvimento da narrativa. Por outro lado, também sugere que é preciso atentarmos ao universo das falas das testemunhas. Recorremos então ao Chalhoub ao compreender que:

As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas. Pretendem-se mostrar, portanto, que é possível construir explicações válidas do social exatamente a partir das versões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais, ou talvez, ainda mais enfaticamente, só porque existem versões ou leituras divergentes sobre as ‘coisas’ ou ‘fatos’ é que se torna possível ao historiador ter acesso às lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social⁴⁷⁰.

Neste sentido, as contradições nos permitem mais indagações que o próprio evento criminoso. Sabemos que José Benedito morreu, mas não sabemos ao certo se estava sujeito a

⁴⁶⁸ WISSENBACH, M. C. C. Sonhos africanos, vivências ladinas – Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Hucitec, 1998, p.13

⁴⁶⁹ VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Lisboa: Edições 70, 2008.

⁴⁷⁰ CHALOUB, S. Visões da liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia de Letras, 1990.

escravidão ou se estava na condição de camarada de Ladislau. Talvez a pergunta que possa ser lançada a essa fonte seja: o porquê dessa confusão? Qual o limite e o que distanciava e/ou aproximava um camarada e um escravizado neste contexto? Qual o limite de “suposição” ou “imaginação” permitido ao historiador, uma vez que a realidade “em si” é inatingível?

Veyne⁴⁷¹ destaca que a história é uma narrativa de eventos, “ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz romance”. A história, segundo este autor, é “um romance verdadeiro”. Ainda que possua uma variada documentação interessante à pesquisa, o historiador sempre trabalha com um limite de compreensão dos eventos e dos períodos. A apreensão ocorre sempre de maneira incompleta, por meio dos indícios que nos chegam de várias formas. Talvez seja essa “incompletude” a geradora do contínuo processo de (re) pensar os eventos e os modos de se escrever a história e, possivelmente, seja ela que dê esta dinamicidade à sua escrita.

Silva⁴⁷², ao discutir os trabalhadores pobres e livres na localidade em estudo, entende que a categoria de camarada esteve presente desde o início de ocupação não-indígena na região, sendo definido como um trabalhador pobre e livre que prestava serviços transitórios, como, por exemplo, na abertura de estradas, no descolamento de pessoas, no transporte de gado e etc. Por vezes, os indígenas, em vista de seus trabalhos, se aproximam desta categoria de camarada ao desenvolverem estas atividades. Certo é que escravos, indígenas, pobres livres e alguns senhores, senão a maioria, dividiam os serviços numa mesma roça, ou no transporte de gado, como aponta Silva ao utilizar o documentos da Coletoria de Sant’Anna do Parahyba⁴⁷³.

O processo crime que tem por vítima José Benedito traz indícios dessa proximidade nos espaços de trabalho. Cabe lembrar que o filho do fazendeiro Ladislau trabalhava na roça junto a José Benedito no momento dos disparos, como aponta o processo. Deixa em evidência, portanto, os estreitamentos das relações, ainda que fosse mantida a hierarquia entre senhores e escravos.

A divisão do que seria camarada, liberto, agregado, buscando definições fechadas acerca da função específica de cada um acreditamos que seja oriunda de uma

⁴⁷¹ VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Lisboa: Edições 70, 2008, p.20.

⁴⁷² SILVA, Cassia Queiroz da. Pobres livres em Sant’Anna do Parahyba- século XIX- Dourados, Ms: UFGD, 2014.

⁴⁷³ Idem.

historiografia que tende a fixar características rígidas aos sujeitos históricos que, no caso, são muito mais maleáveis a depender das necessidades da vida. Mais uma vez somos desafiados pelo passado e pela base documental para compreendermos que a história e os seus sujeitos são múltiplos e não cabem em definições rígidas.

A divergência acerca da condição de José Benedito nos faz pensar na mobilidade de trabalho desse agente social. Como observado antes: Se escravo, estava prestando serviço temporário a Ladislau? Se camarada, teria sido já escravizado por Ladislau ou por algum outro senhor, e agora estava em condição livre? A essas perguntas o processo não responde e o compromisso com o escrever a história não nos permite presumir, apenas indagar.

Os espaços de trabalho e resistência se constituíam de múltiplas formas e não podemos negar a violência contida na escravidão também por essas terras. Porém, a partir das considerações de Lara⁴⁷⁴, percebemos que ao restringir o estudo da escravidão à violência apenas considerando a tríade: controle, violência e disciplina, estamos reduzindo a análise.

Entretanto, do mesmo modo que não é possível reduzir as análises somente a dimensão da violência é necessário que nos atentemos para não cometermos a redocilização da relação escravo/senhor. Talvez não seja possível compreender o processo de escravidão no Brasil, seja qual for a Província, sem considerar a violência como uma forma de agir, quase que costumeira por parte dos senhores e da administração imperial, no contexto do século XIX.

Também por parte dos escravizados, já que a ela reagiram.... Embora não se possa resumir ou tratar esta dimensão como único explicativo, também não é possível negar a sua existência, pois isso seria negar “as marcas” da escravidão, impressas pelos chicotes e pelourinhos, pelas galés e assassinatos... entre inúmeras outras formas de violência.

O que é preciso afirmar, no nosso entender, é o fato de que a violência exclusivamente explicada por ela mesma, não dá conta de compreender o processo da escravidão negra no Brasil, pois, de acordo com a própria autora, Silvia Lara⁴⁷⁵:

[...] a violência do senhor era vista como um castigo, dominação. A do escravo, como falta, transgressão, violação do domínio senhorial,

⁴⁷⁴ LARA, S. H. Campos da violência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

⁴⁷⁵ LARA, 1998, p.21

rebeldia. De modos diferentes sempre estiveram presentes no mundo colonial, fazendo-o funcionar e produzir ou não.

Ainda que Campestrini, num intuito de afastar do sul da província o passado escravista, tenha considerado que a escravidão tenha sido amena por essas terras - como observa a seguir - é necessária uma outra interpretação:

[...] no sul de Mato Grosso, os escravos não tinham o tratamento de regiões de monocultura (café e cana-de-açúcar). Aqui os escravos eram verdadeiros agregados, trabalhando na pecuária e na agricultura de subsistência. Quando da abolição da escravatura em Paranaíba, já não havia praticamente escravos, alforriados aos poucos, principalmente por obra do padre Francisco de Sales Souza Fleury.⁴⁷⁶

É evidente a tentativa do autor em criar um discurso de diferenciação do tratamento dos trabalhos sob a escravidão. Entretanto, trabalhos como de Moura (2008), Brazil (2002), Camargo (2010), Borges (2012)⁴⁷⁷, sugerem e evidenciam a violência da escravidão, ainda que numa região baseada na pecuária e também no trabalho de pobres livres, a exemplo dos camaradas. Destaca-se ainda a resistência negra e o cotidiano dos negros escravizados.

De acordo com a análise de Borges, conforme uma Correspondência Oficial, de 1849, emitida pelo Palácio do Governo de Mato Grosso, havia em Sant'Anna do Paranaíba um tronco que serviria de correção:

Um lugar, em outras palavras, de marcada e efetiva violência, na medida em que sabemos, historicamente, o significado dos troncos e pelourinhos na vida dos homens e mulheres escravizados e pobres livres, muitos condenados a açoite e, no caso dos escravos, até mesmo à pena de morte.⁴⁷⁸

⁴⁷⁶CAMPESTRINI, Hildebrando. Santana do Paranaíba: De 1700 a 2002. 2ª. ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002, p.128

⁴⁷⁷ MOURA, Z. A. de. Cativos nas terras dos Pantanaís: escravidão e resistência no sul de Mato Grosso – séculos XVIII e XIX. Passo Fundo : Universidade de Passo Fundo, 2008. BRAZIL, M. do C.. Fronteira negra – Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888. Rio Grande do Sul: Universidade de Passo Fundo, 2002. CAMARGO, Isabel Camilo de. O Sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no Sul do Antigo Mato Grosso (1830-1888). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, 2010. BORGES, Maria Celma. Escravos, roceiros e povos originários em Sant'Ana de Paranaíba: terra e liberdade nos campos do Sul de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). IN: Revista Mundos do Trabalho, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 45-67.

⁴⁷⁸ BORGES, Maria Celma. Escravos, roceiros e povos originários em Sant'Ana de Paranaíba: terra e liberdade nos campos do Sul de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). IN: Revista Mundos do Trabalho, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 58.

Para a reflexão da violência da escravidão em Sant'Anna, consideramos relevantes as afirmações de Sidney Chalhoub, ao destacar que: “A constatação da violência na escravidão é um ponto de partida importante, mas a crença de que essa constatação é tudo o que importa saber e comprovar sobre o assunto acabou gerando seus próprios mitos e imobilismos na produção historiográfica”.⁴⁷⁹

A violência vivida pelos sujeitos do processo em análise, por exemplo, deve ser considerada, mas buscando compreender quais outras relações foram estabelecidas para se chegar à concretização do ato violento que resultou na morte ou em outro fato investigado. Na análise dessas fontes, é preciso descortinar ainda quais os interesses em voga, quais os agentes sociais envolvidos? Quais os limites da violência e da escravidão? Quais as redes de negociação estabelecidas por essas terras? Elas existiriam?

Quando nos propomos a construir a história da escravidão e da liberdade em terras de Sant'Anna, a partir dos processos crimes, entre outras fontes, irremediavelmente analisamos casos de violências e transgressões, entretanto pensamos os processos-crimes para além da acusação e do culpado, na medida em que é preciso, como salientado anteriormente, entender o que foi considerado crime no contexto de análise e quais os interesses e agentes sociais envolvidos.

Baseamo-nos numa análise do social que não descarta a questão da violência, porém não a trata como único explicativo para se compreender as relações sociais e de trabalho no sul de Mato Grosso de fins do século XIX. Mais do que compreender o ato de violência é necessário pensar quais outras relações e sentimentos estavam envolvidos nos processos, com ênfase para as formas de resistência dos escravizados nesses espaços, em vista dos embates, dos enfrentamentos, mas também do cotidiano vivido por esses homens e mulheres.

1.4 “Quais razões motivaram a fuga?”: a fuga e a morte na busca pela liberdade

Também havia outras formas de conquista da liberdade antes da Lei do Ventre Livre, de 1871, as quais eram utilizadas em favor tanto dos senhores como dos escravos. Por exemplo, a morte do senhor poderia ser um modo de obter a liberdade, de forma mais

⁴⁷⁹ CHALOUB, S. *Visões da liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia de Letras, 1990, p.47

rápida, o que de certa forma justifica ou explica, em partes, os atentados realizados pelos escravizados por meio de envenenamentos, uso de armas, entre outras ações.

Um exemplo disso é o que ocorreu com o escravo Geraldo⁴⁸⁰, crioulo, em 1863, na vila de Sant' Anna do Paranahyba. Nos contam os auto criminais que, como de costume, Joaquim Barbosa de Faria saiu para suas caminhadas noturnas pela sua fazenda⁴⁸¹, quando de modo inesperado foi atingido por um tiro de garrucha que lhe acertou as costas, no lado direito, causando a sua morte.

Para testemunhar sobre o fato ocorrido, o delegado de Sant' Anna do Paranahyba, Joaquim de Oliveira Simões, intimou as testemunhas a comparecerem em seu cartório. As cinco testemunhas eram filhos de Joaquim Barbosa de Faria, todos lavradores e fazendeiros vindos da cidade de Passos, Província de Minas Gerais. Todos declararam que sabiam por “ouvir dizer” que o crioulo Geraldo era quem havia disparado o tiro que levava o seu senhor a morte. Há alguns dias, Joaquim Faria comentou com um de seus filhos que estava com medo de seu escravo.

Por todos serem “testemunhas juradas aos Santos Evangelhos, dizendo a verdade sobre o que sabiam o lhe fosse perguntado”, o delegado declarou em 21 de agosto de 1863 o escravo Geraldo como culpado, e pediu ao escrivão que “lance seu nome no rol dos culpados e pague as custas pelo mesmo réu em que condeno”.

Mas, Geraldo recorreu à acusação e pediu que um curador o representasse. Assim foi emitido um pedido à Comarca de Miranda que mandasse um curador. Antônio de Pádua Pinto representou então o “miserável réu” em seu pedido de revogação, argumentando que o fato criminoso sustentado contra o escravo deveria ser revisto, pois em um processo crime não se pode acusar alguém pela morte de outro utilizando do argumento de testemunhas por “ouvir dizer”.

Assim, aos quatro dias do mês de Dezembro de 1863, Geraldo foi declarado inocente, porém o processo não indica quem foi o responsável pela morte de Joaquim Faria, nem tampouco se Geraldo ficaria livre da condição de escravo.

Entretanto, a morte do senhor não assegurava definitivamente a liberdade do negro escravizado. Entendendo o escravo como posse, ele passava a ser, após a morte de seu dono, um objeto que deveria ser avaliado nos inventários, juntamente com demais

⁴⁸⁰ Processo Criminal. 1863. Documento histórico 3968. Paranaíba, Caixa 114- Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS.

⁴⁸¹ O documento denomina de Lagiado ou Corrente

bens, como, por exemplo, dinheiro, facas, saca rolhas suíços, a fim de ser dividido pelos herdeiros legais. Nos inventários, os escravos eram entendidos como bens semoventes, similares a animais.

Em cinco de novembro de 1882, o primeiro suplente do Juiz Municipal, Carlos Ferreira de Castro, deu entrada a uma denuncia de fuga contra seus escravos Serafim e Luiz. Após a denúncia os escravos foram apreendidos e inqueridos sobre os motivos da fuga. Declaram então que José Antônio Preto, réu no processo, os perseguia há muito tempo na tentativa de convencê-los a matar ao seu senhor.

Assim que fora aberta a denuncia, José Antônio Preto, foi preso por cometer crime inafiançável de acordo com o código por se achar indiciado no crime de tentativa de homicídio da pessoa de Castro Ferreira de Castro, previsto pelo código 192 do código criminal com referência ao artigo 4 do mesmo código;

Arroladas as testemunhas, o primeiro a depor foi João José Mendes, vinte anos de idade, solteiro, lavrador, natural desta Província, morador neste termo. Respondeu que era certo a fuga de Serafim e Luiz pertencentes a Carlos Ferreira de Castro. Depois de serem apreendidos declarara que fugiram para não matarem seu senhor, pois a muito tempo João Antônio os procurava para esse fim.

A testemunha também declarou que José Antonio Preto esteve emboscado no caminho do Caminho do Canavial de Carlos Ferreira de Castro, a fim de matá-lo. Ao ser inquerido sobre a existência de intrigas entre réu e vitima, a testemunha disse que havia. E ainda disse que José Antônio Preto é violento, como apresentado no documento:

Perguntado qual o procedimento do réu? Respondeu que é mau por quanto parece a ele testemunha que o réu é inimizado na vizinhança toda e até na casa dele testemunha o réu espancou a mulher dele réu; e insultou a um camarada de seu pai provocando com uma garruncha. Perguntado se o réu tinha inimizado com Carlos Ferreira de Castro? Respondeu que sim.⁴⁸²

A segunda testemunha, Antônio Machado, escravo de José Gomes Pinheiro, vinte cinco anos, solteiro, natural da Província de Mato Grosso, quando inquerido, respondeu que “sabia por ouvir dizer” que José Antônio Preto há muito tempo instigava, Serafim e

⁴⁸² Processo Criminal. 1882. Documento histórico 4011. Paranaíba, Caixa 115 - Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS.

Luiz, escravos de Carlos Ferreira de Castro, a matarem seu senhor. Ainda disse, que trabalhou com esses escravos e foi o próprio José Antonio que os conduziu à fuga.

Aos quinze dias do mês de Novembro de mil oitocentos e oitenta e dois, José Antônio Bernardes, réu do processo, foi interrogado. E respondeu chamar-se José Antônio Bernardes, 48 anos de idade, filho de João Luiz Chavez, tendo como profissão lavrador, casado, natural de Pouso alegre na Província de Minas Gerais, e não sabia nem ler e escrever.

Os depoimentos que seguem a completar oito, confluem na ideia da tentativa do réu em matar Carlos Ferreira de Castro, por conflitos apontados, mas não apresentados de modo que possamos saber as razões que motivaram, a partir da fala das testemunhas, a tentativa de morte.

Outra questão importante apresentada no processo é o fato de conter o depoimento dos dois escravos envolvidos como testemunhas informantes. Luiz, escravo de Carlos Ferreira de Castro, cinquenta anos, natural da província de São Paulo, respondeu que ele e seu companheiro Serafim fugiram da casa de seu senhor por medo de serem castigados como ele lhes havia prometido e então, segundo consta o documento:

[...] aproveitaram do oferecimento que o acusado José Antonio Bernardes lhes fez dizendo lhes que os havia de esconder em tal lugar que nunca haviam de ser encontrados, e prometeu de avisar-lhes quando estivessem lhes procurando e e os passar o Rio Grande para o outro lado e então lhes disse que p melhor seria que eles matassem ao seu senhor o que eles não quiseram convir. Perguntado se o acusado estivesse com efeito de emboscada para matar ao senhor deles informante? Respondeu que sim, que esteve de embosca dois dias num canavial do senhor para mata-lo, mas que não o fez por que a sua mulher pediu lhe que não continuasse. Perguntado quais o objetos deles escravos que até hoje existem na casa do réu desde a ocasião em que fugiram e pousaram em sua casa? Respondeu que umas roupas (?) de tabaco, ima enxada, uma foice e uma chocalateira.

Passado a palavra ao réu para contestar o depoimento da testemunha:

Pelo réu foi perguntado a testemunha qual foi o dia em que ele tinha lhe falado em matar o seu senhor? Respondeu que foi em um domingo e quando ele testemunha foi trabalhar para Roldão Gomes Ribeiro, digo que foi a na mesma ocasião que ele réu lhe disse que havia se emboscado dois dias para matar o seu senhor. Pelo réu foi dito que a testemunha estava faltando a verdade, pois nunca lhe tive razão para matar a Carlos Ferreira de Castro a quem devia muitas obrigações. Pela Testemunha foi dito que contestava o seu depoimento.

Percebemos, a partir da leitura do processo, que o mesmo se deu em forma de júri, uma vez que a testemunha informante expunha sua fala e logo em seguida havia espaço para a contestação do réu. Cabe destacar que os sujeitos em condição de escravidão não eram entendidos como cidadãos, portanto não eram “testemunhas” nos processos. Como percebemos no documento acima, Serafim e Luiz aparecem como “testemunhas informantes”.

O Código do Processo Criminal do Império do Brasil, no capítulo, “Das provas”, no artigo 89, considera que:

Não podem ser testemunhas o ascendente, descendente, marido, mulher, parente até o segundo grau, o escravo, e o menor de quatorze anos; mas o juiz poderá informa-se deles sobre o objeto de queixa, ou denúncia, e reduzir o termo a informação, que será assinada pelos informantes a quem se não defira juramento⁴⁸³.

Ou seja, mesmo que não fosse testemunha juramentada pelas “leis dos Santos evangelhos”, o juiz poderia ouvi-las e como apontado no mesmo artigo: “Esta informação terá o credito que o Juiz entender que lhe deve dar, em atenção às circunstâncias”

No andamento do processo, Serafim, sendo escravo de Carlos Ferreira de Castro, também foi ouvido com testemunha informante. De vinte e um anos de idade, solteiro natural da província de Minas, ao ser inquerido sobre os quais razões motivaram a fuga, respondeu:

[...] que tendo seu senhor lhe prometido de espancar então ele informante e seu companheiro Luiz e medo resolveram fugir e que antes disto já o acusado José Antônio Bernardes lhes aconselhava de matar a seu senhor e fugirem; e quando passaram pela casa do acusado e lá comeram e foram para um vale próximo e lá estive durante os dois dias. Até que chegou seu companheiro a fim de irem para um quilombo que o acusado lhe ensinou e ali ficaram fazendo roça para o mesmo acusado. Perguntado quais os objetos dele informante ficaram na casa do réu? Respondeu que nenhum, mas que ficando umas ferramentas e roupas de Luiz. Perguntado se ele informante sabe que o réu ficara de emboscada dois dias no canavial para matar o seu senhor? Respondeu que sabia disse por ter motivo o seu companheiro falar depois que foi preso. Perguntado se o réu lhes prometera alguma coisa para matar o seu senhor? Respondeu que não e que só lhes tinha dito que se tivessem animo matassem a ele e depois fugissem.

⁴⁸³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm

O documento indica que José Antônio Bernardes, sugeriu como esconderijo de fuga um quilombo e que ali ficaram fazendo roça para o mesmo acusado. Perguntado quais os objetos dele informante ficaram na casa do réu, respondeu que nenhum, mas que haviam ficado umas ferramentas e roupas de Luiz. Ao ser questionado sobre os motivos porque o réu ficara de emboscada dois dias no canavial para matar o seu senhor, Serafim respondeu que sabia “por ter ouvido o seu companheiro falar” depois que foi preso.

Perguntado se o réu lhes prometera alguma coisa para matar o seu senhor, respondeu que não e que só lhes tinha dito que se tivessem animo matassem a ele e depois fugissem. Dada a palavra ao réu para contestar a testemunha, disse que o informante estava mentido em afirmar que ele réu lhes aconselhou para matar ao seu senhor, perguntado qual razão de cometer tal crime contra um homem a quem deve muitas obrigações.

Independente da “verdade” ou não dos motivos pelos quais José Antônio Bernardes foi autuado, entendemos, como sugere Wissenbach, que a fuga para os quilombos, bem como os crimes, como fora cometido por Geraldo:

[...] traduziam simultaneamente repudio à escravidão e busca incessante da liberdade. À luz desses raciocínio, esgotadas as estreitas possibilidades de manumissão patrocinada- alforrias resultantes do beneplácito dos senhores ou por eles consentidas- aos escravos restavam unicamente meios extremos que, uma vez concretizados, os levariam para fora do mundo da escravidão. Nessa perspectiva, a resistência escrava visava acima de tudo a destruição do regime ou nos limites de ação individual, a negação da própria condição⁴⁸⁴.

Entretanto, não podemos afirmar que todos os escravizados planejavam viver num quilombo, nem tão pouco que as fugas coletivas formariam novos quilombos. Diante da tensão da ameaça dos quilombos, assim como cada fuga representasse uma perda na propriedade, as sociedades escravistas constituíram várias estratégias para conter essas questões.

Referências

BORGES, Maria Celma. **Escravos, roceiros e povos originários em Sant’Ana de Paranaíba**: terra e liberdade nos campos do Sul de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). IN: Revista Mundos do Trabalho, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 58.

⁴⁸⁴ WISSENBACH, 1998, p.19.

BRAZIL, M. do C.. **Fronteira negra** – Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888. Rio Grande do Sul: Universidade de Passo Fundo, 2002.

CAMARGO, Isabel Camilo de. **O Sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no Sul do Antigo Mato Grosso (1830-1888)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, 2010.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana do Paranaíba: De 1700 a 2002**. 2ª. ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002, p.128

CHALOUB,S. **Visões da liberdade** –uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia de Letras,1990.

MACHADO, Maria Helena. **Em torno da Autonomia Escrava: Uma nova direção para a História Social da Escravidão**. Revista Brasileira de História. São Paulo v.8 nº 16, p.143-160; mar.88/ago.88. p.148

MOURA, Z. A. de. **Cativos nas terras dos Pantanais: escravidão e resistência no sul de Mato Grosso – séculos XVIII e XIX**. Passo Fundo : Universidade de Passo Fundo, 2008. Paranaíba caixa 115, processo criminal. 1882. Documento histórico 4010. Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-Mato Grosso do Sul.

Processo Criminal. 1863. Documento histórico 3968. Paranaíba, Caixa 114- Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS.

Processo Criminal. 1882. Documento histórico 4011. Paranaíba, Caixa 115 - Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS.

SILVA, Cassia Queiroz da. **Pobres livres em Sant’Anna do Paranaíba- século XIX-** Dourados, Ms: UFGD, 2014.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 2008.

WISSENBACH, M. C. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas – Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: Hucitec,1998, p.13

UMA IMENSA PROVÍNCIA – HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA:

*A participação de Cunha Mattos na fabricação do Estado Imperial*⁴⁸⁵

*Ricardo de Castro e Silva*⁴⁸⁶

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo apresentar as intensões de pesquisa e os passos de elaboração do objeto de estudo que é a atuação de Raimundo José a Cunha Mattos na função de Governador das Armas da Província de Goyaz em sua relação com as tropas regulares e de milícias e os paisanos entre 1823 a 1826 inserido na dinâmica da centralização político-administrativa promovida na formação do Estado Imperial.

Palavras-chaves: Cunha Mattos, centralização político-administrativa.

INTRODUÇÃO: *itinerário por uma imensa província*

Inicia-se este artigo justificando que no título *Uma imensa Província - história e historiografia: a participação de Cunha Mattos na fabricação do Estado Imperial* inspirou-se no título da consagrada obra de Evaldo Cabral de Mello *Um imenso Portugal – história e historiografia*, coletânea formada por 36 ensaios que conduz o leitor entre o Brasil Colônia ao Brasil Império aos detalhes da vida cotidiana. Mas não há embaraços ou constrangimentos ao reconhecer que houve o ato de “imitar” parte do título da obra em questão. Já que há evidências claras que o próprio historiador recifense apropriou-se de um dos versos que formam a letra do *Fado tropical*, composição de Chico Buarque e Ruy Guerra.

Evaldo Cabral de Mello em sua escrita na obra *Um imenso Portugal – história e historiografia* demonstra que a independência da Nova Lusitânia, um dos nomes dados

⁴⁸⁵ Projeto de pesquisa de mestrado orientado pela Orientada Dr^a. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto.

⁴⁸⁶ Bolsista FAPEG.

ao Brasil na época colonial como necessidade de manutenção dos interesses da elite de funcionários públicos e não por uma vontade de liberdade e autonomia. Não desejavam abandonar o consumo do azeite, vinho e da farinha de trigo. Poucos foram os que substituíram esses alimentos pelos seus correspondentes coloniais, como o azeite de dendê, a cachaça e a farinha de mandioca. Era a maneira do reinol em fazer resistência aos hábitos da nova terra. Mesmo aqueles que poderiam tornar sua vida mais confortável, como roupas adequadas ao clima tropical. (MELLO, 2002)

Apesar da alusão ao texto de Evaldo Cabral de Mello *Um imenso Portugal – história e historiografia*; não se propõem enveredar pelo viés analítico o intuito é outro. Recai na transposição da ideia “um imenso Portugal” para “uma imensa Província de Goyaz” para problematizar o itinerário de Raimundo José da Cunha Mattos como Governador das Armas da Província de Goyaz entre 1823 a 1826; sabe-se que o militar português percorreu a vasta província organizando o aparato militar formado por tropas regulares e de milícias e estabelecendo relações com os paisanos; termo atribuído àqueles que eram civis. Deste itinerário do Governador das Armas, há indícios que sua presença acirrou as disputas entre os paisanos pelo poder local, de forma intermitente no período em que o Tenente-coronel Raimundo José da Cunha Mattos esteve à frente do Governo das Armas (1823-1826) e ocasião que a Junta de Governo era presidida por Caetano Maria Lopes Gama, e em certa medida resultou em conflitos de jurisdição (VIEIRA, 2012).

Portanto, o objeto de pesquisa proposto, situa a partir do dilema da manutenção da unidade política-administrativa do Império diante da resistência de Províncias como a Bahia, Pernambuco, Grão-Pará e inclusive o norte da Província de Goyaz em aderir ao projeto de centralização política do Estado Imperial. Surgiram projetos separatistas ou de redivisão político-administrativa, como nos relata a historiadora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcanti na obra *Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás (1821-1988)*:

“Ainda no século XIX, a idéia separatista do norte e do centro-sul de Goiás veio à tona após a independência, com as discussões suscitadas em torno da redivisão político administrativa do Brasil. Neste sentido, vários projetos foram apresentados (...). Nenhum deles, entretanto obteve êxito. Para o Príncipe Regente foi mais significativo garantir a unidade do Império do que corrigir a distribuição territorial anacrônica-herdada do período colonial, com interesse muito claro nas jazidas metalíferas”.

(CAVALCANTI,1999, p.150)

Em outras palavras, em *Uma imensa Província - história e historiografia: a participação de Cunha Mattos na fabricação do Estado Imperial*, partindo da ideia da dimensão continental do Brasil bem como da Província de Goyaz e das tensões que se instalaram ao problematizar as dicotomias centralização política/descentralização política, unidade/fragmentação, soberania/nacionalidade, brasileiros/portugueses e litoral/sertão no contexto do Primeiro Reinado; propõe-se apresentar como objeto de estudo investigar a atuação de Raimundo José a Cunha Mattos na função de Governador das Armas da Província de Goyaz entre 1823 a 1826 em sua relação com as tropas regulares, de milícias e paisanos inserido na dinâmica da centralização político-administrativa promovida na formação do Estado Imperial. Pretende-se, portanto, demonstrar as intencionalidades de pesquisa e os percursos da constituição do objeto de pesquisa a partir dos passos experimentados ou vivenciados pelo sujeito que concebe o objeto.

PRIMEIRO CONTATO COM O ARQUIVO DA BIBLIOTECA DO SENADO: *lapidando o objeto de pesquisa*

O “percurso” da pesquisa teve como “primeiros passos” refletir o pacto constitucional em 1823 e como foi retratado pelos historiadores, a partir da revisão bibliográfica referente ao debate historiográfico acerca dos trabalhos parlamentares na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823; resultando na confecção da monografia intitulada *A Infância Parlamentar do Brasil: Discursos e Imagens da Assembleia Constituinte e Legislativa de 1823*. Nesta etapa do trabalho, constatou-se que as narrativas historiográficas emitiam “juízos de valor” que “depreciavam” ou “exaltavam” a experiência parlamentar dos deputados constituintes de 1823, destaque para as obras de Armitage, Varnhagen e Homem de Mello.

Aflorava dos problemas da pesquisa, primeiramente a ausência de fontes primárias para o amadurecimento da pesquisa conduzindo a necessidade de transcender as narrativas historiográficas já produzidas acerca dos parlamentares responsáveis pelo pacto nacional na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 e a Constituinte que fora outorgada em 1824. O segundo problema nesta fase da pesquisa surgia da indagação onde estavam às “vozes” daqueles que vivenciaram a experiência da formação

do Estado Imperial? Pensou-se em submeter o testemunho a confrontação com outros documentos, ou seja, promover a prova documental no sentido ricoeuriano do termo que aparece na obra *A história, a memória e o esquecimento* (RICOEUR, 2007).

Reconfigurava um “novo passo” investigativo que tornava imperativo debruçar sobre as fontes “*Anaes do Parlamento Brasileiro, Assembléia Constituinte, 1823*” e o “*Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*” e dar “voz” aos “silenciados” pelas narrativas historiográficas oficiais; mas ao mesmo tempo confrontá-las com a própria narrativa histórica. E na trilha aberta por historiadores como Luiz Palacin em *Goiás: 1722-1822* (1976) e Maria Augusta Santana de Moraes com a obra *História de Goiás* (1975), redigido a quatro mãos, pois Palacin é co-autor, Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcanti em *O movimento separatista do norte de Goiás: 1821-1988*(1999), Paulo Bertran em *A formação econômica de Goiás* (1972); viu-se a possibilidade de deslocar do debate constitucional dos deputados sediados no Rio de Janeiro para a Província de Goyaz no mesmo contexto político de pós-independência. Na medida em que estabelecia uma lacuna; verificou-se a carência de estudos sobre Goiás no século XIX, com ênfase nos embates políticos entre a Província de Goyaz e a Corte Fluminense. A angustia do sujeito que concebe o objeto instaurava no seguinte questionamento; o que investigar na Província de Goyaz?

A consulta às fontes “*Anaes do Parlamento Brasileiro, Assembléia Constituinte, 1823*” e o “*Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*” apresentou indícios de possível conflito entre a Província de Goyaz e a Corte que tendia a oposição (Comarca do Norte) ou a acomodação (Comarca do Sul) entre os *provincianos* em relação ao pacto constitucional que se estabelecia no interior da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 que traduzia na tensão entre a *soberania* e as *nacionalidades* portuguesa e brasileira, bem como entre a *centralização do poder político* do Império sediado no Rio de Janeiro e a *descentralização do poder político* por meio da maior autonomia das Províncias⁴⁸⁷. Delineava o “direcionamento” para investigar as “*vozes silenciadas*” pelo processo de formação do Estado Imperial na esfera da Província de Goyaz. Questionou-se quem eram estes sujeitos que participaram

⁴⁸⁷ Ver Projeto de Lei de 21 de maio de 1823, bem como as duas leituras do projeto na Câmara dos Deputados e a Carta Lei de 20 de outubro de 1823 que revogou o Decreto de 16 de fevereiro de 1822, responsável pela criação do Conselho de Procuradores de Província.

dos embates ou das disputas pelo poder local, no contexto de formação do Estado brasileiro na forma de uma Monarquia Constitucional?

O objeto da pesquisa adquiriu uma formatação mais precisa se antes pretendia acompanhar a experiência parlamentar investigando o debate constitucionalista no interior da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa entre a *Convocação* e a *Dissolução* em 1823, portanto na perspectiva da consolidação do pacto nacional. Agora, pretende investigar a atuação dos sujeitos na escala regional, ou seja, como se deu o processo de consolidação do Estado Imperial na Província de Goyaz mais precisamente no contexto que o Raimundo José da Cunha Mattos atuou como Governador das Armas na Província de Goyaz entre 1823 a 1826⁴⁸⁸. Mas em qual perspectiva? O que investigar? Como de fato contribuir para o conhecimento histórico da Província de Goyaz e da atuação de Raimundo da Cunha Mattos como Governador das Armas da Província de Goyaz?

ENTRE A NARRATIVA HISTÓRICA LOCAL E A NACIONAL: *ouvi sussurros quase inaudíveis é o afloramento das vozes silenciadas por meio de mudanças teórico-metodológicas*

Vagamente, a intensão da pesquisa buscava concatenar de forma processual o poder político nas esferas local e nacional, o Estado Imperial e suas instituições, o território provincial, a população local, as tropas regulares, as milícias, etc. Diante do mosaico de possibilidades de pesquisa, levando em consideração as implicações teórico-metodológicas que surgem a partir da escolha de determinados recortes analíticos; optou-se por investigar a experiência de Raimundo José da Cunha Mattos a partir do itinerário, das estratégias militares com as tropas e milícias e dos arranjos políticos com os paisanos da Província de Goyaz inserido no contexto de centralização político-administrativa de formação do Estado Monárquico e Constitucional. Desta forma não se pretende proceder a uma narrativa histórica que exalte a figura de Cunha Mattos e seus grandes feitos aos moldes da *Historia Magistra Vitae*, recorrendo a expressão de Cícero. Mas “vozes silenciadas”; os paisanos, os soldados das tropas regulares e os milicianos que

⁴⁸⁸ O recorte temporal foi estabelecido levando em consideração o período que Raimundo José da Cunha Mattos exerceu a função de cargo de Governador das Armas na Província de Goyaz.

vivenciaram ao lado de Cunha Mattos durante sua experiência de Governador das Armas da Província de Goiás entre 1823 a 1826.

Formulou-se o projeto de pesquisa intitulado *ENTRE PAISANOS, TROPAS REGULARES E DE MILÍCIAS: o itinerário, as estratégias militares e o projeto de centralização político-administrativa do Governador das Armas da Província de Goyaz Raimundo José da Cunha Mattos - 1823-1826*. Cujas pertinências justificam-se na escassez de estudos que abordam a participação destes sujeitos históricos que seja ao lado ou em embates políticos com Cunha Mattos minimamente contribuíram para a consolidação do projeto de centralização político-administrativa da Corte de Dom Pedro I no contexto de formação do Estado Imperial. A produção historiográfica sobre Raimundo José da Cunha Mattos em sua relação com as tropas regulares e de milícias, bem como sobre a participação dos paisanos da Província de Goyaz no processo de formação do Estado Imperial brasileiro ainda são incipientes; é uma história que ainda não foi escrita nestes moldes.

ESTADO DA ARTE: *ainda fragilizado, mas com a preocupação em situar as produções historiográficas sobre Cunha Mattos*

Desta forma, a proposta de pesquisa *ENTRE PAISANOS, TROPAS REGULARES E DE MILÍCIAS: o itinerário, as estratégias e o projeto de centralização político-administrativa do Governador das Armas da Província de Goyaz Raimundo José da Cunha Mattos - 1823-1826* não é realiza um balanço historiográfico em torno do debate se a nação preexistiu antes da constituição do Estado, a exemplo de Richard Graham do ensaio *Construindo uma Nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado* (GRAHAM, 2001).

Entre os poucos trabalhos que aproximam da temática destacam a dissertação mestrado *Império e Região: a dinâmica do processo de independência e a elite política de Goiás (1820-1831)*, o autor interpreta os embates entre a Junta de Governo com Raimundo José da Cunha Mattos remetendo ao “status” burocrático do cargo de Governador das Armas, atribuindo ao “ciúme” a condução da cisão entre o alto estamento burocrático de origem lusitana e a aristocracia da terra vinculada aos interesses da administração provincial (MACEDO, 2004).

Também como dissertação de mestrado intitulada *Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839): a pena e a espada a serviço da pátria* a autora apresenta a trajetória de Raimundo José da Cunha Matos no período que viveu no Brasil entre 1817 a 1839 centrando a análise na formação militar e intelectual, na produção intelectual, na participação política e na escolha pela “nova pátria” (QUEIROZ, 2009).

Ainda na perspectiva da trajetória de vida e profissional de Cunha Mattos, destaca a tese de doutoramento *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*, onde a autora propõe refletir sobre as relações entre a trajetória de vida e profissional de Cunha Mattos e as mudanças políticas do período compreendido entre 1776 a 1839 (RODRIGUES, 2008).

Os trabalhos respectivamente dos historiadores Tairone Zuliani de Macedo, Neuma Brilhante Rodrigues e Bianca Martins de Queiroz, apesar da relevância acadêmica não aprofundam nas questões da relação entre a Província de Goyaz e a Corte, bem como, nas relações entre o aparato militar e Cunha Mattos ou deste com os paisanos enquanto itinerário, estratégias militares e arranjos políticos no esforço de minimamente manter a unidade territorial da Província de Goyaz e garantir a adesão da província ao projeto de centralização política e administrativa promovido pela Corte sediada no Rio de Janeiro; resultado do processo de coroamento da pátria como corpo político autônomo (SOUZA, 1998).

Desta forma, a proposta de pesquisa “ENTRE PAISANOS, TROPAS REGULARES E DE MILÍCIAS: o itinerário, as estratégias e o projeto de centralização político-administrativa do Governador das Armas da Província de Goyaz Raimundo José da Cunha Mattos - 1823-1826” procura tencionar os embates políticos na Província de Goyaz diretamente relacionados com as motivações comerciais dos paisanos, mediados pelo Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos no comando das tropas regulares e de milícias; contexto que a Província de Goyaz enfrenta a estagnação econômica como desdobramento da decadência da mineração, uma das teses do historiador Luiz Palacin, e no plano maior o processo de formação do Estado Imperial que iniciou na interiorização da metrópole (SILVA, 2005).

Em relação à vida de Raimundo José da Cunha Mattos as principais referências são encontradas em diversas publicações ligadas ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destacam-se o *Elogio histórico do falecido vice-presidente o marechal Raymundo José da Cunha Mattos*, redigido por Pedro de Alcântara Bellegarde.

Explorando sua faceta mais militar a obra *Os generais do Exército brasileiro de 1822 a 1889: traços biográficos* de autoria de Alfredo Pretestato Silva. Sobre a atuação de Cunha Mattos na Província de Goyaz a obra referência é de Americano Brasil intitulada *Cunha Matos em Goiás: 1823 – 1826* que apresenta inclusive a transcrição de parte da correspondência do então governador das armas de Goiás. Outro trabalho bastante rico é o *Instituto Histórico: os fundadores*, redigido por Feijó Bittencourt que propõe uma abordagem ampla analisando Cunha Mattos e o grupo do qual pertencia, com suas alianças políticas e expectativas em relação ao jovem país. Há ainda o trabalho biográfico intitulado *Cunha Mattos: 1776-1836* redigido por Gerusa Soares.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: o arquivo é o caminho para apreender o pretense objeto

Para compreender atuação de Raimundo José da Cunha Mattos no cargo de como Governador das Armas na Província de Goyaz entre 1823 a 1826 e as relações que estabeleceu com as tropas regulares, milícias e paisanos, dando voz aos silenciados, é necessário debruçar sobre os manuscritos redigidos por Cunha Mattos na forma de correspondências que estão no Arquivo Histórico Estadual de Goiás e outros documentos digitalizados no IPEHBC.

Para o desenvolvimento da investigação optou-se pelo cruzamento de procedimentos metodológicos diversos incluindo a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica, técnicas paleográficas e a leitura de mapas históricos; de forma concatenada. A coleta de dados neste “corpus” documental manuscrito, nem sempre digitalizado, exige tratamento paleográfico ao proceder, em primeira instância a leitura e a transcrição da caligrafia de Cunha Mattos; paralelamente realizará a catalogação das fontes documentais. Dando continuidade aos procedimentos heurísticos da pesquisa histórica, procederá a organização e classificação dos documentos em: 1) Correspondências para a Corte; 2) Correspondências para a Junta de Governo da Província de Goyaz; 3) Correspondências para os oficiais militares.

Outro conjunto de documentos que serão submetidos a procedimentos heurísticos semelhantes aos aplicados no tratamento dos manuscritos de Cunha Mattos é “Coleção de Leis do Império” e a “Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil”; documentação bem organizada e classificada cronologicamente encontra digitalizada e a

disposição para a consulta na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados; serão tratadas apenas a documentação referente ao período 1821 a 1831. Ressalta-se que para a coleta de dados o procedimento será a transcrição fidedigna do texto reforçando a procedência e autenticidade do documento; conferindo o caráter empírico para a pesquisa.

Concluída a fase heurística, adotará o procedimento analítico-crítico interno dos documentos. Etapa caracterizada pela apreensão dos conceitos chaves e a lógica interna do texto. Desta forma, busca-se delimitar o sentido preciso das palavras, frases e dos conceitos atribuído por Cunha Mattos em seus manuscritos e nas Leis, Decretos e Alvarás do Império. Paralelamente, realizará a confecção de fichas contendo as especificidades informadas nos documentos e o registro dos fragmentos mais precisos ou que evidenciam a problemática das estratégias militares de Cunha Mattos para garantir a adesão das elites provinciais de Goiás ao projeto de centralização político-administrativa da Corte fluminense no processo de formação do Estado Imperial.

No término do procedimento analítico-crítico interno, procederá à análise-crítico externa do documento, trata-se da apreensão do contexto histórico que insere o documento, ênfase na conjuntura socioeconômica-política e cultural que propiciou a sua produção; trata-se da apreensão do contexto histórico, exercício possível a partir do confronto com outros documentos e referências bibliográficas.

Nesta fase da pesquisa documental, análise-crítica externa do documento, o procedimento metodológico será situar o documento a uma estrutura teórica formada por categorias de análise com base nas referências bibliográficas. Entre as categorias de análise que inicialmente a investigação elenca para formular o objeto de estudo destacam: 1) A categoria “paisanos” adquire na pesquisa o sentido generalizador de grupo minoritário que ocupa cargos na burocracia provincial, detém a posse da terra, praticam comércio, são escravocratas; 2) A categoria “soldados regulares” que constituem as tropas oficiais do Império; 3) A categoria “milicianos” formada por paisanos provinciais pobres e mestiços; 4) A categoria “poder” é entendido de forma generalizada enquanto possibilidade de indivíduos ou grupos atuarem sobre outros indivíduos ou grupos; 4) A categoria “Estado” de forma generalizada entendida enquanto mecanismo político de governo controlando um região por meio de um sistema de leis e capacidade de usar a força para implementar suas políticas; 5) A categoria de região entendida enquanto divisão político-administrativa.

Por último o procedimento será promover uma circularidade refazendo as etapas metodológicas anteriores confrontando o quadro teórico a partir das referências bibliográficas com o “corpus” documental com o modelo teórico formulado por categorias, buscando dessa forma a construção de categorias analíticas mais precisas. Acreditamos que desta forma, por meio da constituição dos percursos delineou-se os contornos teórico-metodológicos para apreender Raimundo José da Cunha Mattos como objeto de investigação histórica.

CONCLUSÃO: *resultados esperados*

Hipoteticamente os embates políticos entre 1823 a 1826 que envolviam o Governador das Armas Raimundo José da Cunha Mattos com os paisanos que formavam a Junta de Governo da Província de Goyaz favoreceu a consolidação do projeto de centralização política-administrativa do Império. Portanto, a Província de Goyaz participou ativamente da consecução do “pacto político” de formação do Estado Imperial mesmo com embates políticos, resistências e anseios separatistas.

Na Província de Goyaz os paisanos, as tropas regulares e as milícias foram mimetizados pelo projeto centralizador da Monarquia Constitucional responsável pela criação do aparato político-administrativo imperial na forma institucionalizada da Junta de Governo da Província de Goyaz e do Governador das Armas. A projeção da Monarquia Constitucional na Província de Goyaz por meio do ordenamento jurídico dado pelos deputados constituintes na Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 com a Lei de 20 de outubro de 1823 e posteriormente pela Constituição outorgada em 1824 refletiu as rivalidades pelo poder da elite política da Província de Goyaz na forma de embates e acomodações.

Partindo do que foi exposto, propõe-se com o projeto *ENTRE PAISANOS, TROPAS REGULARES E DE MILÍCIAS: o itinerário, as estratégias militares e o projeto de centralização político-administrativa do Governador das Armas da Província de Goyaz Raimundo José da Cunha Mattos - 1823-1826*, produzir uma dissertação de mestrado em três partes, são elas: I) Analisar a atuação itinerante-militar de Cunha Mattos para a manutenção da unidade político-administrativa da Província de Goyaz. II) Analisar a atuação administrativo-militar de Cunha Mattos no aparato militar na Província de

Goyaz; III) Analisar a atuação político-militar de Cunha Mattos nos embates políticos da elite na Província de Goyaz.

Resta-nos agora, retomar o início do texto não em sua alusão a obra de Evaldo Cabral de Mello *Um imenso Portugal – história e historiografia*; mas no *Fado Tropical* de Chico Buarque e Ruy Guerra para citar o seguinte fragmento que fora vetado pela censura durante a Ditadura Militar: “*Sabe, no fundo eu sou um sentimental. Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo (além da sífilis, é claro). Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar. Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora...*” (BUARQUE, GUERRA, 1972). Com esta imagem metafórica, penso o itinerário de Cunha Mattos pela Província de Goyaz, as estratégias militares com as tropas regulares e de milícias e os arranjos políticos que travou com os paisanos. Encerro evocando a ideia do arquivo e as possibilidades infinitas de escrita da história que contém nos documentos do século XIX.

BIBLIOGRAFIA:

ARTIGOS:

GRAHAM, Richard. Construindo uma Nação no Brasil do séc. XIX: Visões Novas e Antigas sobre Classe, Cultura e Estado. *Revista Diálogos*, DHI/UEM, v. 5, n. 1, p. 11-47, 2001

VIEIRA, Martha Victor. Cunha Mattos em Goiás: os conflitos de jurisdição entre o Governo das Armas e o Governo Civil (1823-1826). In. *Revista Territórios e Fronteiras*. Disponível

em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/142>>
, acesso em: 25/08/2016.

OBRAS:

BERTRAN, Paulo. *A formação econômica de Goiás. Oriente*, 1972.

CAVALCANTI, Maria do Espirito Santo Rosa. Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás, 1821-1988. São Paulo: A. Garibaldi, Editora da UCG, 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de. Fabricando a nação. In: Um Imenso Portugal: história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002.

PALACIN, Luiz. Goiás: 1722-1822. Oriente, 1976.

PALACIN, Luiz e MORAES, Maria Augusta Santana de. História de Goiás. Imprensa da UFG, 1975.

RICOEUR, Paul. História/Epistemologia. In: A memória, a história e o esquecimento. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Maria Odila Dias da. A Interiorização da Metrópole. In: A Interiorização da Metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005

SOUZA, Iara Liz Carvalho. D. João VI e as vicissitudes do Reino. In: Pátria Coroada- o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1998.

DE NIETZSCHE A FOUCAULT: A LOUCURA NA HISTÓRIA DA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE

*Ronivaldo de Oliveira Rego Santos*⁴⁸⁹

RESUMO: Trata-se de reler a *História da Loucura* como história da constituição da subjetividade. Simultânea e paralelamente, recuperar certos fios de continuidade que ligam esta obra de Foucault às de Nietzsche, especialmente no que tange a ideia da loucura e a crítica da razão moderna (ou Clássica), no § 125 de a Gaia Ciência. Assim, procura-se reconstituir o laço de pensamento que permite passar de uma desconstrução nietzschiana da subjetividade metafisicamente constituída para uma história da fabricação do louco, em Foucault. Mais pontualmente, busca-se ainda reconstruir os modos e as ocasiões em que o louco e a loucura, despontam em Nietzsche e de que maneira *História da loucura* continua, frutifica e aprofunda a crise da racionalidade moderna ocidental, crise instalada pelo filósofo alemão. Finalmente, tenta-se destacar como os dois autores, nas duas obras, tratam tanto do louco quanto da loucura como um projeto da Idade Clássica e ao mesmo tempo faz prognóstico de um dos processos de subjetivação da contemporaneidade.

Introdução

Entendemos que para se falar das formas históricas de subjetivação duas vias se apresentam ainda relevantes atualmente: a primeira e estabelecida por Nietzsche e sua crítica ao sujeito moderno; a segunda é a potência histórica de Foucault ao historicizar as maneiras como os sujeitos são forjados. O desafio aqui é mostra como os dois autores se relacionam no que tange a pensar uma história dos modos de subjetivação em termos concretos e menos metafísico.

Trata-se, portanto, de se pensar o sujeito para além de uma simples ontologia universalista do sujeito, pois, o que interessa é tentar mostra como os sujeitos são constituídos historicamente, em tempos e espaços diferentes. Sendo assim, tenta-se contar a maneira como as histórias modificam os sujeitos reais. Mas não é um simples olhar para

⁴⁸⁹ Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Docente nos Cursos de Letras e Pedagogia na Universidade Estadual de Goiás, *Câmpus* Campos Belos. Docente da Rede Municipal da mesma cidade. Este trabalho é orientado: Prof. Dr. Eduardo Sugizaki. Pesquisa financiada pela FAPEG.

o passando, e sim, como destaca Antoine Prost (2012, p. 151) “história das coisas pensadas, no presente, pelo historiador”

Para esse empreendimento, assume-se aqui o caminho já estabelecido pela leitura que Bèatrice Han (2008) fez do pensamento de Foucault, em sua totalidade. Tal interpretação nos propicia pensar uma história dos modos de subjetivação a partir do presente; ao mesmo tempo provoca pensá-la não só a partir dos preceitos da ciência, mas, sim nas relações de poder e saber, historicamente constituídas por seres humanos reais para e com outros seres humanos também reais, no interior de determinados jogos de verdade.

Trata-se, isso sim, de saber como a história pode analisar os jogos de verdade, inclusive os jogos da metafísica, para fazer o levantamento das sucessivas construções históricas do ser. Mas o ser não se constitui historicamente por si mesmo. Não é a história do próprio ser que se pretende fazer, mas a história de como ele é experimentado (SUGIZAKI, 2006, p. 21).

Tentamos, com Nietzsche e Foucault, pensar e repensar possibilidades de uma subjetividade a partir de relações históricas efetivas, mas sempre situadas em meio às singularidades. Sendo assim, dividimos o texto em três partes: a primeira trata de mostrar como Nietzsche analisa o sujeito moderno; em seguida analisa o que é a história dos modos de subjetivação em Foucault; na última parte tenta-se analisar como a loucura pode ser analisada como história dos modos de subjetivação tanto em Nietzsche quanto em Foucault seguindo os passos de *A gaia ciência*, § 125 e *História da loucura*, respectivamente.

Nietzsche e a crítica à unidade metafísica do sujeito

O trato de Nietzsche com o sujeito embora não seja novo, parece-nos ainda muito profícuo. Um caminho que essa proficuidade se apresenta está em pensar a destruição do sujeito metafisicamente constituído a partir do viés dos modos de subjetivação. É necessário, portanto, refazer este cenário e tentar compreender como Nietzsche combate, tão severamente, o sujeito moderno. Diga-se de passagem, para fazer isso, Nietzsche fez-se historiador, quando, por exemplo, questionou a filosofia clássica a fim de ouvir novas vozes, novos sujeitos, novas experiências. Tanto é que, já em *O*

Nascimento da tragédia, ele destaca Sócrates como o modelo do racional, no qual sucumbe a humanidade (cf. NIETZSCHE, *NT*, § 18).

Em outros textos Nietzsche também aponta para ideia de que o sujeito é construído historicamente, muitas vezes falando de si mesmo, como se pode perceber em *Humano demasiado humano*, na medida em que vai deixando de lado as influências de Richard Wagner e de Arthur Schopenhauer, e envereda-se por caminhos ligados ao Iluminismo e à ciência. Há nesse momento, como em toda a sua obra, a necessidade de se libertar, de se transformar, de vir a ser o sujeito Nietzsche, que se transforma conforme os processos históricos, mas que não os toma como doutrina, ortodoxia ou moral.

Mas Nietzsche não permaneceria muito tempo como um apologista da ciência (cf. NIETZSCHE, *HH*, *A vida religiosa*, § 133), pois, percebeu que ela seria uma nova religião, um novo mecanismo para se buscar uma verdade inequívoca e irrefutável, o que ele tentaria refutar tanto em *Além do bem e do mal* (NIETZSCHE, *BM*, *Dos preconceitos dos filósofos*, § 1⁴⁹⁰) quanto em *Genealogia da moral* (NIETZSCHE, *GM*, *Terceira dissertação*, § 24⁴⁹¹). Nos parágrafos mencionados o filósofo alemão aponta para a necessidade de reconhecer o que é a vontade de verdade, e quais impulsos conduziram a humanidade a ser signatária de tal vontade, produzindo assim, sujeitos para tais vontades de verdade.

Ainda em *Genealogia da Moral*, no Prólogo (§ 1), Nietzsche diz que não nos conhecemos. Estaria ele falando somente do conhecimento? Não estaria ele falando de sujeitos que nunca procuraram a si mesmo senão em entes metafísicos? A história que foi feita até agora foi a do ressentimento, a da má consciência, a da ilusão de outro mundo, do suposto conhecimento de si por meio de um outro metafísico. O que explica isso são as condições históricas que condicionaram os homens a construírem seus ídolos e amenizarem seus dores. São essas condições que levam os homens a criarem suas instituições bem como suas ilusões. As instituições representam e são representadas pelos

⁴⁹⁰ O trecho mencionado é o seguinte: “A vontade de verdade, que ainda nos fará correr não muitos poucos riscos, a célebre veracidade que até agora todos os filósofos reverenciaram: que questões essa vontade de verdade já nos colocou! Estranhas, graves, discutíveis questões! [...] Nós questionamos o valor dessa vontade. Certo, queremos a verdade: mas por que não, de preferência, a inverdade? Ou a incerteza? Ou mesmo a insciência?”

⁴⁹¹ O parágrafo que mencionamos é extenso, por isso, limitemo-nos a um pequeno trecho: “considere-se, quanto a isso, os mais antigos e os mais novos filósofos: em todos eles falta a consciência do quanto a vontade de verdade mesma requer primeiro uma justificação, nisto há uma lacuna em cada filosofia [...]. A partir do momento em que a fé no Deus do ideal ascético é negada, *passa a existir um novo problema*: o problema do valor da verdade. A vontade de verdade requer uma crítica – com isso determinamos nossa tarefa – o valor da verdade será experimentalmente *posto em questão*...”

indivíduos, são culturais, ainda que essa cultura seja decadente. Ora, se se quer formar e cultivar escravos, diz Nietzsche (CI, *IX Incursões de um extemporâneo*, § 40), seria “tolice educá-los para [serem] senhores” ou espíritos livres.

Sendo assim, Nietzsche preconiza a possibilidade de os indivíduos se libertarem das amarras da metafísica e alcançarem uma nova consciência. Tal postura só é possível por meio do reconhecimento de como as condições históricas e os mecanismos institucionais estabelecem uma espécie de “melhoramento”. Diz Nietzsche que o melhoramento, no decorrer da história, tendeu sempre a enfraquecer, desencorajar, refinar, embrandecer (NIETZSCHE, GM, *Terceira dissertação*, § 21).

Para sermos livres é importante que sejamos capazes de reinventar e criar possibilidades de vida. Para isso, ao que parece, seria preciso ir além das relações de poder e saber, se constituir “[...] na ignorância daquilo que seu [nosso] tempo considera mais importante” (NIETZSCHE, GC, § 338). Nietzsche, portanto, apresenta possibilidades de criação, que se estabelecem na medida em que cada um consegue reconhecer sob quais processos reais foi constituído. Mas negar essas relações é praticamente impossível, pois não se nega a existência concretamente. Ainda assim, o que propõe Nietzsche, nada mais é que em novas formar de se relacionar com o mundo.

Foucault e os modos de subjetivação

Nossa hipótese, por tanto é que Foucault inspira-se em Nietzsche para falas não mais de um sujeito dado, mas, constituído. Mas, afinal, como ler Foucault? Como filósofo do poder, do saber? Um historiador das histórias silenciadas? Um historiador dos marginais? Parece-nos que todas essas possibilidades não estão incorretas, mas apenas mostram delimitações pontuais de um projeto maior do filósofo-historiador francês. Dizendo isso estamos asseverando que tais investigações fazem parte daquilo que Foucault chamou de modos de subjetivação, isto é, as várias formas como o indivíduo fora transformado, historicamente, em objetivo e em sujeito.

Foucault, em *Sujeito e poder*, explica o seu projeto:

Eu gostaria de dizer, primeiramente, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar os fenômenos de poder nem lançar as bases de tal análise. Procurei, antes, produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano, em nossa cultura; tratei, nessa ótica, dos três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos (FOUCAULT, 2014, p. 118).

Isso significa que há histórias dos modos de subjetivação em Foucault, e elas só se justificam como tal porque não tratam de modos universais ou universalizantes de subjetivação, mas sim de possibilidades específicas de cada sociedade e de seus modos de objetivar o sujeito. Aliás, segundo as trilhas de Deleuze, não há em Foucault sequer a ideia de sujeito, isto é, “Se existe um sujeito, ele é sem identidade” (DELEUZE, 1992, p. 143).

Foucault escreve histórias de relações de saber-poder tal como se dão na sociedade e através de suas instituições, para, aí, flagrar os modos como o sujeito foi constituído. Ele narra histórias das técnicas de como o sujeito foi e é sujeitado. Por isso Foucault explica como investigou e em quais formações históricas tentou identificar os sujeitos objetivados e sujeitados.

Há, inicialmente, os diferentes modos da investigação que procuram aceder ao estatuto de ciência; penso, por exemplo, na objetivação do sujeito, falando de gramática geral, de filologia e de lingüística. Ou, então, sempre nesse primeiro modo, na objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, em economia e na análise das riquezas. Ou, ainda, para tomar um terceiro exemplo, na objetivação somente do fato de estar em vida, na história natural ou na biologia. Na segunda parte do meu trabalho, eu estudei a objetivação do sujeito no que chamarei de “práticas divisoras”. O sujeito é ou dividido no interior dele mesmo, ou dividido dos outros. Esse processo faz dele um objeto. A separação entre o louco e o homem são de espírito, o doente e o indivíduo em boa saúde, o criminoso e "rapaz gentil" ilustra essa tendência. Enfim, procurei estudar –esse é meu trabalho em curso – a maneira como um ser humano se transforma um sujeito; orientei minhas pesquisas para a sexualidade, por exemplo, a maneira como o homem aprendeu a se reconhecer como sujeito de uma "sexualidade" (FOUCAULT, 2014, p. 118-119, aspas do autor).

Das relações entre saber e poder surgem condições pontuais de objetivação e sujeição segundo as quais o sujeito se submete a verdades impostas e ao dever ser, que implicam em mecanismos de formação e constituição das mentalidades e dos corpos. Isso quer dizer que não há em Foucault, em momento histórico nenhum, um sujeito dado, universal, cada época produz seus sujeitos (DELEUZE, 1992).

No que diz respeito a essas condições, Foucault não trata, por exemplo, do disciplinamento dos corpos de maneira intuitiva. Ao contrário, ele entende esse processo como o resultado e difusão dos discursos e práticas disciplinares impostas às pessoas, que as levam a adquirir e se submeter a relações muito específicas. Há, portanto, uma ordem, um chamado, por que não dizer um mandamento, uma política (FOUCAULT, 1987)

discursiva, precursora da docilização. Essas estratégias têm como mediadora o procedimento disciplinar, provocado pelas relações de poder e de saber que levam à objetivação do humano.

Em *A hermenêutica do sujeito*, Foucault aponta que a ideia de subjetividade está ligada genealogicamente, ao cuidado de si. Mostra suas interpretações da antiguidade grega até suas práticas na era cristã, quando o cuidado de si tratava de conversão total do indivíduo para ter e acesso à verdade. Mais ainda, destaca que a maior causa do desprezo do cuidado de si é, justamente, o “momento cartesiano” que o transformara em um egoísmo (FOUCAULT, 2005, p. 18).

Também há análises semelhantes em *História da loucura*, texto no qual Foucault mostra como se constituiu racionalmente a representação do louco, especialmente a partir da Idade Clássica. O louco não era uma categoria médica ou psicológica, até por que não existia a psicologia, no classicismo. O louco e a loucura eram condições morais, pois o que estava em jogo eram a ordem social e moral. Com base nesses pontos, pode-se dizer que durante muito tempo vem-se formando seres manipuláveis e dóceis? Certamente, mas Vigiar e Punir considera que, na Idade Clássica, a docilização intensificou-se como nunca, na história.

Mas Foucault não fala somente em sujeitos objetivados, e ele fala de pontos de resistência. Por isso, novamente em *Sujeito e poder*, há uma explicação importante e necessária para a leitura de Foucault e a problemática da história da subjetivação: “Era, então, necessário ampliar as dimensões de uma definição de poder, se quiséssemos utilizar essa definição para estudar a objetivação do sujeito” (FOUCAULT, 2014, p. 119). Foucault coloca em destaque a necessidade de se propor uma análise em torno da subjetividade *pari passu* à forma segundo a qual objetivação e subjetivação se encontram em determinadas condições históricas, caracterizando a forma como o sujeito é objetivado em certos jogos de verdade, de poder e de saber. Mais ainda, e talvez mais importante: é tentar identificar formas de resistir aos poderes e saberes, e construir subjetividades, por assim dizer,” além do bem e do mal”, para usar uma expressão bem cara a Nietzsche.

Os modos de subjetivação podem ser também os meios pelos quais se explicitam as maneiras de resistência, que mostram como o ser torna-se capaz de criar possibilidades de existência, que de algum modo estão além do poder e do saber (DELEUZE, 1992; 2005; REVEL, 2005). Tal condição, ou tais condições, só são

possíveis, ao que parece, por que o reconhecimento histórico provoca ao ser humano a capacidade de se rever e de se reconstituir

Diante da metafísica reconstituída na modernidade, Foucault procurará estabelecer não só o *que* ou o *porquê*, mas o *como* dos processos de subjetivação. Mas não só isso, ele nos convida, e até mesmo, convoca, a descobrir e desconstruir as representações de quem fomos para compreendermos o que somos, para tentarmos construir o que podemos ser. Nesse aspecto Foucault tenta superar a perspectiva etimológica do termo sujeito que assinala dois sentidos para o termo, ambos remetem à subjugação do sujeito (FOUCAULT, 2014, p. 123).

Sem dúvida, o objetivo principal, hoje, não é descobrir, mas recusar o que nós somos. Devemos imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos dessa espécie de ‘dupla obrigação’ política que são a individualização e a totalização simultâneas das estruturas do poder moderno. [...] Precisamos promover novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que se nos impôs durante vários séculos (FOUCAULT, 2014, p. 128).

Nietzsche, Foucault e a loucura

Embora Roberto Machado tenha observado que a ligação primordial entre a história da loucura e o pensamento de Nietzsche esteja vinculado, especialmente, ao *Nascimento da tragédia* e a denúncia do projeto socrático, é também possível observar tal relação também com o § 125 de a gaia ciência. Tal hipótese se estabelece na medida em que, como mostra a anedota nietzschiana, o louco fora visto como um desraçado, mas também como o detento da verdade, que como diz o próprio Foucault detêm a verdade da psicologia, ou se quiser, é a loucura que detém a verdade sobre a razão.

Texto que provoca muitas polêmicas e interpretações, pois denuncia a morte de Deus, traz mais do que isso. Uma das possibilidades é a cisão entre a racionalidade metafísica moderna e os novos operadores que se instalam no século XIX; mais ainda, pode ser a provocação de que o louco nem sempre é o ser que é o desraçado, mas sim que pode ter mais lucidez que os supostos normais. Nesse sentido, o sentimento e a necessidade da ordem de determinado *status quo*, provoca a criação de uma série de mecanismos de subjugação do louco e da exclusão da loucura.

Pode-se entender ainda, que desse processo, surgem uma série de instituições que irão, por um lado, regular loucura, tentando resguardar a sociedade e, por outro,

aquelas que irão conter o louco, livrando-a da desrazoada loucura. Em tom irônico poderíamos dizer: em uma sociedade racional, não há condições de se deixar explicitar os seus problemas por aqueles que não são portadores da razão.

Nessa perspectiva, o grito da loucura entoando na parábola de Nietzsche, nada mais é que sua insurgência contra os princípios racionalistas estruturados pela modernidade, desde Sócrates. Tal protótipo formou, modelou o ser humano para que este fosse manipulável, atendesse aos princípios da racionalidade extrema. Do mesmo modo, a racionalidade serviu de inspiração para a criação das instituições que formatariam os sujeitos conforme a conveniência da razão. Não obstante a isso, a maior instituição de privação do louco é ignorá-lo como detentor de uma posição. No texto do homem louco Nietzsche descreve, após entoar o seu grito, que o homem foi motivo de gargalhadas e este mesmo se reconheceu como fora de seu tempo.

Deve-se perguntar ainda: O que fará a humanidade após o vislumbre do declínio de sua racionalidade personificada em Deus? Criaria o homem, a partir daquele momento, novos deuses, novas formas de fugir de sua realidade trágica? Ouvir-se-ia, a partir de então, as vozes dos loucos? Ou ao invés de ignorá-los, os controlaríamos com dispositivos de racionalidade, de cura e de terapêutica? Mas quer Nietzsche mesmo uma resposta para estas questões? Pode-se dizer que não, pois “[...] a parábola de A gaia ciência apresenta-se como um recurso típico da estratégia filosófica de Nietzsche. Ele quer tornar mais agudas as tensões entre posições combatentes” (SUGIZAKI, 2005, p. 1704).

De alguma forma, parece que Foucault tenta responder a estas questões que Nietzsche deixa no ar. Inspira-se no alemão para perscrutar, fazer a arqueologia, a história da loucura. Busca-se, dessa forma, compreender, o que são, de Nietzsche a Foucault (ou mais especificamente como este se inspira naquele), os modos de produção das subjetividades em uma perspectiva histórica, delineando-se para isso o dispositivo da loucura, ou melhor, da produção da loucura como elemento que se contrapõe à razão e à normalidade, a partir da Idade Clássica até os nossos dias.

Mas vejamos agora, como Foucault, em *História da loucura*, na tentativa de problematizar o silêncio da loucura, faz sua arqueologia e do louco, ou melhor, de suas representações no decorrer da Renascença e da idade clássica. Iniciemos com as palavras do próprio Foucault (2014, p. 157)

Essa estrutura da experiência da loucura, que é inteiramente da história, mas cuja sede é em seus confins, e ali onde ela se decide, constitui o objeto deste estudo. Isso quer dizer que não se trata de uma história do conhecimento, mas dos movimentos rudimentares de uma experiência. História não da psiquiatria, mas da própria loucura, em sua vivacidade antes de toda captura pelo saber.

A proposição aqui feita se dá, ao que parece, em muitos níveis, para tentar desvelar como eles se relacionam em função de um mesmo estatuto, que é o da razão como meio de silenciar, de ocultar tudo o que é desrazoado. A primazia, especialmente da idade clássica, é colocar a razão como detentora da verdade, do saber. Mas essas preocupações já se apresentavam na Renascença. Tal investimento é explicitado por Foucault por meio da *Stutufera navis*, símbolo de como o louco começara a ser percebido no cenário da razão. A loucura é então vista, nesse cenário, pelo menos, como algo incomum, logo, precisa ser controlado. Foucault parece querer mostrar como ocorre os rudimentos da manipulação e “subordinação da loucura pela razão” (MACHADO, 2012, p. 35). Vejamos um trecho que mostra essa condição

A Idade Média e a Renascença tinham sentido, em todos os pontos frágeis do mundo, a ameaça do desatino; tinham-na temido e invocado sob a delgada superfície das aparências. Suas tardes e suas noites tinham sido assombradas por ela, e emprestaram a essa ameaça todos os bestiários e todos os Apocalipses de sua imaginação. Mas por estar tão presente e exercer tanta pressão, o mundo da insanidade era, exatamente por isso, percebido de uma maneira difícil; era sentido, apreendido e reconhecido antes mesmo de existir; era sonhado e indefinidamente prolongado nas paisagens da representação (FOUCAULT, 2014, p. 103).

Se na Idade Média a presença do louco e da loucura chagam a causar medo, seu perambular era inequivocamente carregado de mistério e de ilusão. Na Renascença, por sua vez, começa a se processar o silenciamento e exclusão desses seres desordeiros, mas é na idade clássica se torna o lugar da loucura. “*História da loucura* é uma crítica da razão: uma análise de seus limites, das fronteiras que se estabelecem e se deslocam excluindo ou reduzindo aquilo que ameaça a ordem” (MACHADO, 2012, p. 55).

Sobre a idade clássica Foucault (2014) assevera que é o lugar do internamento. Nesse sentido é importante entender como se define que é louco e quem é são em um tempo que não há o saber médico. Ao que parece há muito mais a percepção da loucura

e do louco vinculadas às práticas e saberes do senso comum, como a religião, a moralidade cristã e elucubrações de ordem burguesa o diagnóstico médico

Foucault fala ainda sobre a psiquiatria e o asilo:

Em si mesmo, e sem ser outra coisa além dessa liberdade reclusa, o internamento é portanto agente de cura; é uma entidade médica, não tanto em razão dos cuidados que proporciona, mas em virtude do próprio jogo imaginação, da liberdade, do silêncio, dos limites e do movimento, que organiza espontaneamente e conduz o erro à verdade, loucura à razão (FOUCAULT, 2014, p. 433).

História da loucura, é, portanto, em linhas gerais, uma história que propõe uma má consciência, inclusive da história das ciências e da psiquiatria. Pode-se dizer, sem exagero, que Foucault escreve e narra histórias problematizando, questionando e tencionando o sentido progressista e racional da história e de suas fontes.

Considerações finais

Trabalhar e pensar com Nietzsche e Foucault é uma investidura intensa, justamente por tratarem as coisas a partir das experiências humanas, ou melhor, dos experimentos que nós fazemos com nós mesmos, muitas vezes conduzidos por representações desconhecidas. Logo, a percepção da subjetividade apresenta-se nas teias de relações históricas, concretas. Mas, são também filosóficas, pois questionadoras do *modus operandi* histórico ao qual o sujeito está inserido.

Quando Foucault fala de processos históricos de produção de subjetividade, ele nos propõe, assim como Nietzsche (HH, *Das coisas primeiras e últimas*, § 2), um filosofar histórico: “[...] não existem fatos eternos: assim como não existem verdades absolutas. – Portanto, o filosofar histórico é doravante necessário [...]”. Portanto, pensar a loucura como um modo de subjetivação é tentar contar uma história de como ainda do nosso próprio tempo, ou pelo menos de como os processos de normalização ainda são eminentes.

Referências

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Cláudia Sant'Anna Martitns. São Paulo, Brasiliense, 2005.

_____. *Conversações*. Trad. Peter Pal Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. Soberania e disciplina. In: _____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. 1. ed., 4ª tiragem. São Paulo: Martins fontes, 2005.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 15-37.

_____. O sujeito e o poder. In: *Ditos e Escritos IX. Genealogia da ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro, Forense Universidade, 2014, p. 118-140.

_____. *História da Loucura: na Idade Clássica*. Trad. Jose Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2014.

HAN, Béatrice. The analytic of finitude and the history of subjectivity. In: GUTTING, Gary. *The Cambridge companion to Foucault*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2005, p. 176-207. Disponível em: [http://copyfight.me/Acervo/livros/CAMBRIDGE%20COMPANIONS.%20GUTTING,%20Gary%20\(org\).%20Foucault.pdf](http://copyfight.me/Acervo/livros/CAMBRIDGE%20COMPANIONS.%20GUTTING,%20Gary%20(org).%20Foucault.pdf).

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2012. Edição digital, Disponível em: https://lookaside.fbsbx.com/file/Foucault%20a%20Ci%C3%Aancia%20e%20o%20Saber-%20Roberto%20Machado.pdf?token=AWwWl2Mrzb1tomcMPJHHsu5fSsQQ6LRBYsmFRwAbTB5TJV45ni3hvi7DdHHQ9aPH8nL8xocEjnPs6oMiyFC0pRskkQ-6ckIfryaGqRof8Of6dx4cPQnqmdkJDfOJQixs5tN_Bcv-6wioAJFmrTIUI92W

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Companhia de bolso).

_____. *A Gaia Ciência*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Companhia de Bolso).

_____. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (Companhia de bolso).

_____. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005a. (Companhia de bolso)

_____. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Companhia de bolso).

_____. *Crepúsculo dos Ídolos, ou, Como se Filósofa com o Martelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Minas Gerais: Editora Autêntica. 2009.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

SUGIZAKI, Eduardo. *Uma história dos modos de subjetivação: Foucault e a Idade da vida*. Projeto de pesquisa de estágio doutoral na França. Universidade Federal de Goiás/Universidade da Picardia Júlio Verne, 2006. (mimeo).

_____. O grito de um louco: Nietzsche e morte de Deus. In. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia. v. 15, n. 11, p. 1695-1707, nov. 2005.

A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA “CUIABANA”: UMA BREVE REFLEXÃO

*Silbene Corrêa Perassolo da Silva*⁴⁹²

RESUMO: O presente artigo oferece ao leitor uma breve reflexão sobre a cultura cuiabana com objetivo de contribuir para a história cultural de Mato Grosso e fomentar os debates sobre algumas teorias ligadas à tradição e à cultura. O foco de nossa análise foi a Festa de São Benedito de Cuiabá, um espaço onde acontece o encontro das diversas classes sociais da sociedade cuiabana, e é considerada um dos elementos que constituem o patrimônio histórico cultural do cuiabano.

Palavra-chave: Estudos culturais; Tradição e cultura; Festa de São Benedito de Cuiabá; Historiografia mato-grossense.

O que está implicado aqui, é mais a compreensão de que uma tradição não é o passado, mas uma interpretação do passado: uma seleção e avaliação daqueles que nos antecederam, mais do que um registro neutro. E, se assim é, o presente, em qualquer época, é um fator na seleção e na avaliação. Não é o contraste, mas a relação entre o moderno e o tradicional aquilo que interessa ao historiador. (WILLIAMS, 2002, p. 33-34).

Introdução

A maioria dos estudos sobre a historiografia de Mato Grosso, sobretudo, os que tratam da questão da cultura, tem focado suas pesquisas principalmente, nas questões da preservação do patrimônio cultural, geralmente ligados ao espaço urbano e à religiosidade, que acredita-se na “invenção” (HOBSBAWM, TERENCE, 1997) de uma cultura cuiabana.

A ideia de estudar a cultura “cuiabana” surgiu durante a pesquisa para a elaboração de minha dissertação de mestrado em 2014 (inspirada pelo Arquiteto Júlio De Lamônica), quando refletimos acerca do conceito de “invenção”, conforme Eric Hobsbawm, de uma tradição “cuiabana”, que surgiu no início do século XX por parte de

⁴⁹² Servidora, músico do Coral UFMT/PROCEV. Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Mato- UFMT. silbedo@gmail.com.

um grupo de escritores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), tais como Octayde Jorge da Silva, padre Pedro Cometti, Rubens de Mendonça e Francisco Alexandre Ferreira Mendes, José de Mesquita entre outros, que buscavam manter viva a cultura local. Esses escritores começaram a falar, escrever e defender a “cultura cuiabana”, como se esta expressão pudesse atestar e reforçar as tradições e o sentimento de pertencimento dos habitantes da capital de Mato Grosso, que desde a fundação da Vila Real de Bom Jesus de Cuiabá, viveram diversos tipos de experiências ao longo dos anos, levando-os a escolherem em alguns momentos o caminho da tradição para sobreviverem.

O texto foi estruturado em duas partes, oferecendo uma breve reflexão sobre dois conceitos importantes que podem nortear uma pesquisa historiográfica, que tem como fonte a tradição e a cultura, e oferecer também, uma discussão para historiadores que trilham os caminhos teórico-metodológicos dos estudos culturais. Assim, dois autores serão acessados nesta reflexão, Raymond Williams, para compreender as teias e significados do que chamamos de “tradição” e “cultura” e Eric Hobsbawm para entender os meandros de uma “tradição inventada” na manutenção e perpetuação da Festa de São Benedito em Cuiabá, que possam atestar ou não, a existência da cultura “cuiabana”.

Este artigo pretende refletir e apontar um caminho para algumas questões ligadas a “formação de uma cultura cuiabana”, mas à luz de alguns autores, promover uma breve reflexão sobre tradição e cultura assim como seus desdobramentos.

A *Revista Cuiabá 259* (1978), em seu editorial, em comemoração aos 259 anos de fundação da cidade de Cuiabá apresenta uma cidade em crescente aumento demográfico e afirma que pela sua localização estratégica e sua tradição e sua cultura fizeram-na uma das capitais discutidas do Brasil, que se prepara para o desafio de se tornar o “portal da Amazônia”⁴⁹³.

Então nos perguntamos: qual o sentido de manter a tradição da cultura cuiabana? A resposta é no mínimo complexa e exigirá uma mudança no olhar da historiografia da cidade de Cuiabá, para refletir o processo de formação e apropriação de valores por esta sociedade, considerado como uma sociedade que mantém suas tradições.

Cuiabá passou por muitas transformações após a década de 1950, graças ao programa migratório promovido pelo Governo Federal conhecido como a Marcha para o

⁴⁹³ A “Marcha para Oeste” também visava a ocupação da Amazônia e Cuiabá recebeu o cunho de ser a porta de entrada deste processo.

Oeste, com o objetivo de ocupar o Centro Oeste brasileiro que foi lançado em 1938, com o discurso progressista de Getúlio Vargas, de ser este a solução para os problemas da nação.

No âmbito de uma política autoritária, instaurada pelo golpe militar de 1964, os projetos de modernização e desenvolvimento nacional, convergiam para os espaços amazônicos incentivados por diferentes programas como o PIN (Plano de Integração Nacional), o Prodoeste (Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste). Nesse projeto de modernização nacional, a ocupação das fronteiras e dos espaços considerados “vazios” justificava-se como questão do desenvolvimento político e econômico. [...] Neste contexto produz-se um movimento de desterritorialização desses espaços sociais: a ocupação de novas áreas de terra, a abertura de novas estradas e rodovias e a criação de novas cidades operam transformações nos modos de existência de grupos sociais tradicionais, sobretudo grupos indígenas, posseiro, e trabalhadores com base na agricultura familiar. (SOUZA, 2007, p. 33 e 34).

O processo de desterritorialização dos espaços promoveram muitas transformações que afetaram o modo de viver em Cuiabá, um deles foi a abertura do comércio local durante o horário de almoço, para atender as necessidades crescentes da população, que vieram de outros Estados e que se fixaram em Cuiabá. No final da década de 1970, outro fato foi marcante para o povo mato-grossense, a divisão do Estado, trazendo consigo os anseios de se construir uma nova Cuiabá.

Se anteriormente à divisão do Estado, o objetivo de Cuiabá era manter sua condição de capital, passada a fase, o desafio era transformar a “velha cidade” de passado colonial numa “nova capital”, moderna e digna de representar um “novo Estado”. Mas, para lançar mão desse ideal e fazer as modificações na materialidade da cidade, seria necessário produzir nas pessoas uma necessidade, que seria transformada em desejo e que, com o passar do tempo, se confundiria com um anseio popular, levando-as à ação. (AMEDI, 2012, p. 49).

As mudanças também influenciaram a formação da cultura “cuiabana”, que sofreu com os efeitos das modificações dos valores, costumes, a tradição, e a “cultura cuiabana” para sobreviver, teve que adaptar à essas mudanças face às novas desigualdades que surgiram, com o desenvolvimento econômico. Nesta fase, houve um encolhimento cultural dos cuiabanos que se fecharam como forma de proteger seus valores culturais.

Neste sentido, surgiu durante a década de 80, um movimento que buscava valorizar os aspectos que julgaram fundamentais para a manutenção das tradições e da cultura local. Esse movimento foi fortalecido com a fundação do Muxirum Cuiabano em 1990, que nasceu com o intuito de resgatar e salvaguardar, alguns aspectos considerados tradicionais pelo movimento como a essência de ser um “cuiabano” tais como, o linguajar, a culinária, as danças de Siriri e Cururu e o Rasqueado cuiabano, entre outros aspectos.

A partir do Muxirum, iniciou-se uma reação dos cuiabanos que viam de forma negativa, o fenômeno da migração, promovendo uma forte rejeição articulada por grupos locais, diante da cultura do migrante, que mesmo longe de seu local de origem, continuaram preservar elementos de sua cultura. Este grupo de migrantes passou a ser chamado de “pau rodado”, numa espécie de crítica aos forasteiros que para aqui vieram fixar residência.

Vimos que a cultura cuiabana tem em seu imaginário a insistente visão do progresso. Ao longo das décadas e dado os processos econômicos e políticos do país, a cidade de Cuiabá viu despontar as primeiras nuances de sua derradeira modernidade. Diante de um fenômeno tão avassalador, houve a iminente necessidade de um rearranjo político e econômico, trocando conforme as exigências do sistema produtivo capitalista os atores sociais e seus cenários. Contudo, as disputas que surgem a partir deste reposicionamento dos sujeitos históricos ganham premência no campo cultural. (BEZERRA, 2008, p.12).

O movimento Muxirum, um movimento cultural que fez parte da reação contra o progresso, também teve papel de destaque na propagação da Festa de São Benedito, nosso objeto de análise, que a promoveu como tradição cultural do povo cuiabano, transformando este espaço religioso em espaço de “encontro” dos cuiabanos que se reúnem em honra ao santo negro.

Cultuado especialmente por pobres, negros, doentes e desempregados, São Benedito é o santo que superlota a igreja antes do dia amanhecer. Todas as terças feiras centenas de idosos, jovens e até criança acordam às 4h30 para ir ao santuário agradecer ou pedir alguma graça ao santo negro mais popular de Cuiabá. São Benedito não é o padroeiro de Cuiabá, essa função há década foi atribuída ao Senhor Divino, mas “carrega nos ombros” o peso do título de “protetor da cidade”. (REVISTA CUIABÁ 259, 1978, p. 42 e 43).

Cabe ressaltar aqui o papel da imprensa neste processo, exaltando o santo negro como o responsável pela proteção da cidade, imputando à ele uma atribuição que não é dele mas que, segundo tem divulgado a imprensa, é a força de São Benedito que consegue reunir diferentes sujeitos sociais num mesmo espaço, e por isso é um dos exemplos cultuados como ícone da cultura cuiabana.

Um dos fatores que também colaboraram na preservação das festividades em honra ao negro em Cuiabá foi a introdução de elementos da vida cotidiana, tais como culinária, o foguetório nas madrugadas de domingos, assim como a inclusão de ritmos como o rasqueado cuiabano, o Siriri e o Cururu entre outras coisas, numa dupla função de lazer e religiosidade, nas programações dos festejos. Acreditamos que devido a essa absorção de alguns elementos novos, partindo sempre das necessidades de cada época e de cada geração, que ela, a festa, encontra o espaço necessário para sua renovação, mas isso só se tornou possível porque, ao longo dos anos, se tornou uma festa onde os valores foram mantidos, graças à tradição do povo cuiabano.

É pela tradição que os cuiabanos defendem a manutenção do espaço da festa, como um espaço de memória que promove o “congraçamento” das diversas classes sociais, e por isso, faz parte dos bens culturais do povo cuiabano, que “uniram forças para buscar os restos, propondo juntá-los na esperança de restituir a *identidade perdida*” [grifo meu] e, que deveria ser protegida e conservada, como marca identitária capaz de religar os homens do presente a um passado e possivelmente a um futuro. (SOUZA, 2007, p. 33).

A Festa oferece este sentimento de pertencimento ao guardar aspectos tradicionais, mas com incorporações do processo de globalização, graças aos meios modernos de comunicação. Surgida no Brasil Colônia, a festa perdura até os dias atuais, podemos pensar que esta representação aproxima os cuiabanos, possibilitando reafirmar o que somos, o “povo cuiabano”.

Essa resistência/indignação e luta ganham eco na Festa de S. Benedito em Cuiabá na Praça do Rosário, onde milhares de devotos são capazes, dentro de um processo histórico de consciência social cidadã, de levantar bandeiras de luta, de indignação social e de uma contra-ordem consentida. Suas preces ao santo passam a limpo a vida social, cultural, política e econômica do Brasil. A figura do santo é, então, relacionada à sua capacidade de intercessão junto ao Todo Poderoso, sendo seu seguidor e mensageiro. (ABREU, 2007, p. 08).

Considerada como um espaço de resistência e indignação frente às mudanças promovidas pelo próprio processo histórico da cidade de Cuiabá, a Festa de São Benedito foi o palco onde as tentativas de manutenção das tradições culturais foram aceitas pela sociedade, principalmente no que tange aos elementos constitutivos da formação e desenvolvimento urbano desta cidade.

A cultura na tradição cuiabana de festejar o santo negro católico

Encontramos na visão de Raymond Williams, suporte teórico para pensar uma conceito materialista da cultura, levando em conta seu papel social, tornando a história cultural em material. Ele afirma esta ideia redefinindo e aprofundando o conceito de cultura, numa nova perspectiva, sendo agora entendida como um sistema de significações mediante uma dada ordem social, que é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada.

O livro *Cultura e sociedade* é a primeira tentativa de Williams (2001), na busca da compreensão do termo cultura, e nele, apresenta seus principais pensamentos e interpretação dos aspectos que envolvem a cultura, vista por ele, como uma resposta para os diversos acontecimentos, pois cultura está em toda a sociedade, na mente de seus participantes. Ela agrega, conjuga, pois carrega em si, significados e valores formulados no coletivo das interações humanas e nesse sentido, alerta dos perigos de fixar um conceito sem antes localizá-lo em um determinado contexto histórico.

Já em *Cultura*, Williams (1992) em sua crítica à cultura, recupera a trajetória do termo “cultura”, desde o século XVI, quando cultura era associada ao cultivo quer seja de animais, colheitas, etc. Somente no século XVIII, que o significado de cultura foi ampliado passando a significar também todo o conhecimento erudito, produzido com vistas ao desenvolvimento e progresso social.

Enquanto isso, no uso mais geral, houve grande desenvolvimento do sentido de “cultura” como o cultivo da mente. Podemos distinguir uma gama de significados desde (i) um estado mental desenvolvido – como em “pessoa de cultura”, “pessoa culta”, passando por (ii) os processos desse desenvolvimento – como em “interesses culturais”, “atividades culturais”, até (iii) os meios desses processos – como em cultura considerada como “as artes” e “o trabalho intelectual do homem”. Em nossa época, (iii) é o sentido geral mais comum, embora todos eles sejam usuais. Ele coexiste, muitas vezes desconfortavelmente, com o uso antropológico para indicar “modo de vida global” de determinado povo ou algum outro grupo social. (WILLIAMS, 1992, p. 11).

De fato, essa mudança pode ser mais percebida pela situação de transformação econômica e social, pela qual passava a Europa neste período. Assim ao conceito de cultura, juntou-se a outra ideia, a de civilização, que foi questionada a partir do século XIX, devido ao entendimento que uma não leva a outra, pelos pensadores alemães. Neste ponto, cultura passou a ser também associada à religião, à família, às artes, à vida pessoal, com seus significados e valores. (WILLIAMS, 1992, p. 117-124).

Williams propõe descrever as relações e os mecanismos que são produzidos no processo prático da elaboração da cultura assim como seu resultado, o produto cultural, ou seja, uma prática social aliada a produção cultural, que possui um sistema de significações, que contempla três dimensões antes de desagregadas do conceito de cultura: - como modo de vida global. –como sistemas de significações e; como atividades artística e intelectual. Neste sentido, para Williams, é mister a compressão de outro conceito importante, a estrutura de sentimentos, presentes em todas as épocas, local onde acontecem as principais mudanças de uma sociedade, capaz de modificar sua tradição e a própria organização social, Por isso a experiência para ele, não é de uma experiência pessoal ou de característica de grupo, mas de uma forma comum de reagir ao MODO DE VIDA. (Cf. em WILLIAMS, Raymond *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Passim).

Em suma, nossa vida se processa segundo um sistema organizado, onde não é possível separar, desmembrar, isolar o produto cultural. Portanto cultura também é história, seu sentido e função variam segundo as transformações nas relações sociais, ao tempo que reorganiza a própria estrutura sócia histórica.

Outra contribuição importante para os estudos voltados para a cultura se encontra no livro *Tragédia Moderna* (2002) uma compilação de aulas que Raymond Williams ministrava para adultos britânicos, onde aponta uma direção possível de ver e analisar uma estrutura de sentimentos de outra época, que não a nossa. Este livro é um momento de inflexão do autor sobre teatro e o desenvolvimento histórico da ideia de tragédia, para mostrar, uma proposta de dar sentido histórico e como história das ideias e representações próprias à noção de tragédia, revivendo os heróis, as narrativas, os dilemas e valores, instigando-nos a analisarmos toda a conjuntura contemporânea do arcabouço do sistema cultural. (WILLIAMS, 2002, p. 33-34)

Para Raymond Williams a tragédia possui vários sentidos, pode ser experiência, um conjunto de obras, um conflito ou um problema acadêmico, pois para ele, uma

experiência consiste na distância entre o desejo do homem e a sua resistência ao sofrimento. Em nossa cultura o termo tragédia se tornou corriqueiro, assim acontecimentos como: “um desastre numa mina, uma família destruída pelo fogo, uma carreira arruinada, uma violenta colisão na estrada” (WILLIAMS, 2002, p. 30) são intituladas de tragédias. Essas experiências, por vezes, vivenciadas na dimensão individual concorrem com o conceito cristalizado pela crítica literária de tragédia como um gênero de estrutura fixa por mais de vinte séculos:

Tragédia, nós dizemos, não é meramente morte e sofrimento e com certeza não é acidente. Tampouco, de modo simples qualquer reação à morte ou ao sofrimento. Ela é, antes um tipo específico de acontecimento e de reação genuinamente trágicos e que a longa tradição incorpora. Confundir essa tradição com outras formas de acontecimentos e de reação é simplesmente uma demonstração de ignorância. (WILLIAMS, 2002, p. 30-31).

Raymond Williams (2002) não introduz apenas o uso do termo “tragédia” fora do esteio da obra de literatura dramática, mas problematiza o uso desse termo ao longo da tradição literária; que sanciona ou não alguns acontecimentos como trágicos de acordo com uma interpretação pautada no molde elegido pela crítica literária, colocando em discussão o “curto-circuito” provocado pelo conceito de “tragédia” utilizado na contemporaneidade e de tragédia, no viés da tradição. Buscando uma investigação mais alargada do termo, o autor examina o sentido da tradição e questiona o seu significado e a permanência do seu sentido ao longo da história.

A palavra tragédia chega a nós a partir da longa tradição da civilização europeia, e é fácil ver essa tradição como uma importante continuidade: o fato de que tantos dos escritores e pensadores mais recentes se mostraram conscientes do papel desempenhado por aqueles que os antecederam, vendo a si mesmos como contribuindo para uma ideia ou forma comum. E no entanto as palavras “tradição” e “continuidade” podem nos levar a uma abordagem completamente equivocada da tragédia. Quando começamos a estudar a tradição, tornamo-nos imediatamente conscientes da mudança. Tudo o que se pode considerar certo é a continuidade da “tragédia” como palavra. É possível que haja outras continuidades importantes, mas certamente não se pode começar a pesquisa pela mera suposição de que elas existam. (WILLIAMS, 2002, p. 33).

Este é ponto crucial de *Tragédia Moderna* que mostra como é preciso que historiadores entejam atentos ao analisar seu objeto de pesquisa e as fontes, não devem

ser vistas, a partir de isolamento social, já que a vida é: “uma complexa atividade de muitas pessoas, produzindo e desperdiçando, reconhecendo e traindo, mentindo e dizendo a verdade”, e a sociedade é mais do que uma estrutura constitucional e social. Ela é uma real e mutante produtora de modos de sentir, a ligação entre passado e presente. (WILLIAMS, 2002, p. 24).

No recorrente contraste verbal entre tradicional e moderno, há sempre uma pressão para comprimir e unificar as variadas reflexões do passado em uma única tradição, ‘a’ tradição. No caso da tragédia, há pressões adicionais de um tipo específico da existência de uma tradição comum grego-cristã, que deu origem à civilização ocidental. A tragédia é a primeira vista, um dos mais simples e mais poderosos exemplos dessa continuidade cultural. Ela une, culturalmente, gregos e elisabetanos. Congrega helenos e cristãos em uma atividade comum. [...]. Em certas épocas da nossa própria história, a revitalização da tragédia foi uma estratégia estabelecida pela consciência da necessidade de uma tradição. Em nosso século, especialmente, em que houve uma impressão muito difundida de que aquela civilização estaria sendo ameaçada, o uso da ideia de tragédia para definir toda uma importante tradição em vias de ser destruída por um presente ingovernável tornou-se bastante evidente”. (WILLIAMS, 2002, p. 33-34).

Essa é a ideia que Raymond Williams trás para a nossa reflexão hoje, para pesquisadores e historiadores, que um determinado objeto pode e deve ser revisto, e o que já foi sobre escrito nunca é o suficiente, pois cada objeto sempre vai ter muito a dizer. Ele chama nossa atenção para a necessidade de questionar se aquilo que chamamos de tradição realmente carrega um significado único e claro, e que por isso o historiador precisa estar atento sobre os meandros do conjunto social contido no objeto de análise.

A tradição na formação da cultura cuiabana

Recorremos agora as ideias de Eric Hobsbawm (1997), um estudioso que buscou estudar o desenvolvimento das tradições, um conceito útil para se analisar situações em que um determinado grupo, formal ou informal, que estabelecem um conjunto de práticas de várias naturezas com o objetivo de incorporar valores e comportamentos, por meio de um processo de repetição, buscam dar continuidade a um passado histórico. Assim ele refletiu sobre estas tradições na sociedade e observou que essas tradições eram uma “tradição inventada” que podem ter sido inventadas ou institucionalizadas, pra justificar a existência de uma sociedade ou de uma nação, sendo que algumas vezes segundo ele,

elas surgem rapidamente e se constituem e outras de origem mais remota, com pouca duração se estabelecem: “Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas, tanto do lado da demanda quanto da oferta”. (HOBSBAWN, 1997, p. 12).

Hobsbawm em *A invenção das tradições* (1997) refletiu sobre o desenvolvimento das tradições na sociedade, analisando-as por meio das escolhas que podem funcionar ora como reação à coisas novas, ora como referência com relação ao passado por meio da repetição quase obrigatória, caracterizando-se por estabelecer com este passado, uma continuidade muito artificial.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente: uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWN, 1997, p. 09).

Este autor propõe então, o debate com a divisão entre, o que pode ser chamado de tradição e o que se pode chamar de costumes, apresenta ainda, a diferença entre a tradição e convenção, mas afirma que a convenção não possui função nem simbólica nem ritualística, embora admita que em alguns casos possa ser adquirida eventualmente. Para efeito deste estudo, deixaremos de lado, as convenções e nos concentraremos, na tradição, que segundo ele, acontece porque houve na sociedade momentos de adaptação, principalmente na tentativa de conseguir antigos costumes em novos cenários ou a utilizar velhos modelos com objetivos de criar novos fins. (HOBSBAWN, 1997, p. 13).

Sempre se pode encontrar, no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. Às vezes, as novas tradições podiam ser inventadas com empréstimos fornecidos para depósitos bem supridos do ritual, simbolismo e princípios Morais oficiais [...] Por outro lado, a força e a adaptabilidade das tradições genuínas não deve ser confundida com a “invenção de tradições”. Não é necessário recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam. (HOBSBAWN, 1997, p. 14-16).

Assim, Hobsbawm identifica quais são os espaços cedidos pela decadência das velhas tradições e antigos costumes, que apesar de abundantes, não foram preenchidos pelas invenções. Por fim, ele explora os aspectos dos indícios e vestígios que são

encontrados na tradição “inventada” que podem ser um problema para os historiadores e pesquisadores, pela dificuldade de serem encontrados no tempo, salientando que as “tradições inventadas” têm funções políticas e sociais importantes, e não poderiam ter nascido, nem se firmado se não se pudessem ser adquiridas devido á sua característica de “invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas”. (HOBSBAWN, 1997, p. 12).

Hobsbawm reconhece que este tema “tradições inventadas” é um tema que corresponde a uma questão interdisciplinar que pode referendar os estudos historiográficos, que é comum aos antropólogos sociais e outras áreas das ciências humanas. Podemos então considerar a invenção das tradições como um processo que une formalização e ritualização, referindo sempre ao passado, mesmo que seja imposta, uma contínua repetição em que algumas vezes, pode ser documentado desde sua criação facilitando a sua investigação.

Portanto, encontramos nas festas de santo, neste caso da Festa de São Benedito em Cuiabá, aspectos significativos de uma cultura, de origem popular, entremeadas por elementos tradicionais, tanto nas festividades quanto nos momentos sagrados, que se traduz na aproximação dos cuiabanos natos ou não, numa grande integração mediada pela festa. Ainda que seja uma mediação simbólica, essa festa movimentada a cidade, reafirma a cultura local e resgatam memória do povo cuiabano. Neste sentido, quando uma pessoa passa a conviver num ambiente urbano, ele é forçado a ter contato com os mais diversos tipos de pessoas, como exemplo, o devoto de São Benedito, acabando por ser absorvido pelo grupo, passando a fazer parte dele. (Cf. mais em Hall, Stuart *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999).

Acompanhando a Festa de S. Benedito, percebo que a igreja faz parte de um espaço diferente, e tudo que está em seu entorno não consegue mudar o que ela representa, ela mesmo representa para os devotos fiéis a S. Benedito uma certeza de continuidade, de esperança de uma vida melhor mediada por uma força celestial. (ABREU, 1830-1900, p. 211)

A popularidade conquistada por S. Benedito entre os negros e necessitados deve-se, acreditamos, a outros fatores, dentre os quais a ênfase já no período colonial no seu poder taumaturgo, em especial em Portugal, conforme informa o Frei Ugo Frágoso, as relíquias do santo teriam sido levadas para Portugal em 1606, devido à imensa

popularidade alcançada pelo santo naquele país ainda em vida, ficando ali expostas, para visitação da população a ele devota.

Tânia de Santana em *O Culto a Santos Católicos e a escravidão na Bahia Colonial* (2007) atestou as palavras de outro sacerdote, Frei Jaboatão que:

o culto a São Benedito já estava bem difundido na colônia desde o século XVII. Não há cidade, vila, paróquia ou lugar aonde esta gente não tenha igreja sua, consagrada à Senhora com o título do Rosário [...] e que nessas igrejas não dedique altar próprio ao seu São Benedito, confraria e irmandade sua. [...] Santo franciscano, S. Benedito esteve presente em todos os lugares onde a ordem atuou”. (SANTANA, 2007, p. 12 e 13).

Em Mato Grosso a devoção a São Benedito surgiu no século XVIII porque houveram condições favoráveis para a sua disseminação no oeste brasileiro e dois fatores foram primordiais para o surgimento da devoção em Cuiabá. Em primeiro lugar, a origem da festa de São Benedito ocorreu junto com a fundação da vila, principalmente, pela presença do padre Frei Francisco dos Anjos, franciscano, membro da primeira expedição que chegou a Cuiabá, disseminando nos primeiros habitantes a devoção à São Benedito, seu irmão de ordem religiosa. Em segundo lugar, com a chegada dos sacerdotes e negros escravos à Vila, aconteceram mudanças consideráveis no cenário urbano de Cuiabá e por um lado, possibilitou o avanço do novo território com o apoio da Igreja Católica, cumprindo um papel importante para a demarcação das terras brasileiras, no final do século XVIII. (Cf. em ROSA, Carlos Alberto. *Almanaque de São Benedito 1976: Festa do Glorioso São Benedito*; COMETTI, Pe. Pedro (SDB) *Apontamentos da História Eclesiástica de Mato Grosso – Paróquia e Prelazia Volume I*; CORBALAN, Kleber Roberto Lopes. *A Igreja Católica na Cuiabá colonial: da primeira Capela à chegada do primeiro Bispo (1722-1808)*).

Essas combinações de ordem social, religiosa e política foram essenciais para a manutenção e propagação da devoção ao santo negro nesta vila. Aqui, longe de sua terra, os negros escravos encontraram em São Benedito uma figura que traduzia a sua cultura com muitas similaridades com as suas divindades africanas. Aqui, passaram a cultuar o santo negro mesclando elementos de sua terra natal, adaptando-as ao novo cenário, promovendo assim, um intercâmbio religioso, com empréstimos de ambos os lados. (CARNEIRO, 1964, p. 33).

Sempre crescendo, a devoção a São Benedito no século XIX estava presente praticamente em todo núcleo urbano deste Estado, mas principalmente na capital, que com dificuldades realizava as festividades em honra ao santo negro, com muita “pompa” tornando-a um excelente meio de controle social, um espaço de poder. Portanto, afirmamos que não existia “somente” a festa de São Benedito de Cuiabá, outras localidades festejavam o santo negro, contudo sem a mesma visibilidade. (CF. SILVA, Silbene Corrêa Perassolo da. *A Festa de São Benedito: Estudo sobre a “invenção” de uma tradição cuiabana*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História para obtenção do título de Mestre pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT sob a orientação do Prof. Dr. Renilson Rosa Ribeiro, Cuiabá, 2014).

Percorrendo todo o século XIX, chegando até ao século XX, a Festa de São Benedito passo a passo foi consolidando o seu espaço na lateral da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que apesar de ser pequeno, em alguns momentos, suplantou as irmandades e os santos cultuados nesta igreja, inclusive causando conflitos entre as duas principais irmandades eretas nesta igreja, São Benedito e a Senhora do Rosário.

A Festa de São Benedito da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, nasceu dos negros e pobres, depois vieram a elite da sociedade cuiabana, teve momentos negritude e embranquecimento⁴⁹⁴, resistiu ao tempo, e hoje é atual/revolucionário/moderno, tem *Blog* e *Facebook*⁴⁹⁵, tem concurso para escolher a logo⁴⁹⁶ da festa anual, já foi apresentado mundialmente pela Escola de Samba da Mangueira do Rio de Janeiro no desfile das escolas de Samba, que teve como tema “Cuiabá, um paraíso da América”⁴⁹⁷, tem plano de cota para veicular sua propaganda num canal de televisão, tem panfleto, cartazes, filipetas, mensagens de texto e outros mais.

⁴⁹⁴. Carlos Rosa foi o primeiro pesquisador a buscar entender o fenômeno da questão da negritude e embranquecimento dentro da festa de São Benedito. Em seus apontamentos, a questão é bastante utilizada pelos estudiosos da presença negra no Brasil. Para ele, a negritude deu origem à festa, no século XVII, com os africanos negros, objetivando a preservação da cultura natal entranhada nas origens da devoção ao santo negro: “[...] o recurso ao imaginário (fetiches, mitos, religião) e à utilização do corpo como instrumento de prazer (erotismo, dança, canto), permanece como categoria irredutível e iluminadora daquilo que denominamos negritude”. ROSA, Carlos Alberto. *Almanaque de São Benedito 1976*: para um estudo sobre as origens das festas de São Benedito na cuiabania, p. 12.

⁴⁹⁵ São Benedito – Facebook Disponível em: www.facebook.com/pages/Festa-de-S%C3%A3o-Benedito-Cuiab%C3%A1/489576601113540

⁴⁹⁶ Cf Site Oficial da Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível em www.ufmt.br/ufmt/site/index.php/noticia/visualizar/14889/Cuiaba

⁴⁹⁷ Cf. Carnaval do Rio Janeiro de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/2013/noticia/2013/01/mangueira-pega-o-trem-da-historia-e-descobre-cuiaba.html>

Durante toda a sua trajetória, a festa participou das mudanças que ocorreram em Cuiabá, graças à evolução urbana e graças ao local onde a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi erigida, testemunha ocular dos processos de transformações desta cidade, como vimos recentemente na preparação e realização da copa do mundo da FIFA em Cuiabá em 2014, que permitiu que a Festa de São Benedito, chegasse aos nossos dias como a “maior” festividade religiosa do Estado.

Considerações Finais

Vários fatores contribuíram para a “invenção” da tradição de cultuar São Benedito em Cuiabá, bem como os motivos de sua transformação, chegando ao século XXI como a maior festa religiosa do Estado de Mato Grosso. Em primeiro lugar, as condições climáticas regiam as atividades da vila, impondo as condições orientadas por chuva ou não-chuva, e sempre que podia a população local encontrava meios de extravasar suas necessidades de convívio e lazer por meio das festas religiosas, um “escape” da dura rotina imposta no núcleo urbano de Cuiabá.⁴⁹⁸ Em segundo lugar, ressaltamos o papel da Irmandade de São Benedito na perpetuação e manutenção da devoção durante os séculos XIX e XX, que controlava a vida dos irmãos, tornando-se um espaço de poder, pois por meio dela, os indivíduos galgavam os degraus da ascensão social, passando a ter visibilidade e seus nomes, seriam marcados e lembrados “para sempre” no livro de registro da irmandade. Era na Irmandade que a maioria dos irmãos de fé encontrava alívio e esperança na vida “após a sua morte”, pois sabiam que suas famílias receberiam todo o alento material e espiritual, num local tão “distante da civilização”. Em terceiro lugar, com a chegada imprensa e da tipografia outras mudanças aconteceram renovando o culto ao santo negro, facilitando a divulgação das atividades nos jornais locais, um veículo eficaz de comunicação entre os habitantes de Cuiabá. Também foi responsável pela “invenção” da tradição cuiabana, exaltando sempre as qualidades do cuiabano como um “povo” que guardava suas tradições.

Aqui o culto ao santo negro sofreu alguns reveses como a proibição da dança do Congo nos festejos de São Benedito cumprindo orientações do Vaticano. O impacto foi

⁴⁹⁸ VON DEN STEINEN, Karl, *O Brasil Central*. Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu (1942). Coleção Brasiliana, UFRJ Eletrônica, p. 77. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br>. Acesso: 19 de março de 2014. No original em alemão este texto se encontra na p. 56.

sentido pela população dividindo opiniões, uns aprovando com o discurso que Cuiabá precisava se “atualizar” rumo ao progresso, mas a maioria não aprovou defendendo que, este eram momentos de lazer e alegria, que modificava o tempo cotidiano da população. Verificamos também que a tradição de cultuar São Benedito difere de algumas cidades do Brasil. Em Cuiabá sobreviveu pela força milagrosa do “Santo São Benedito” e tem sua própria festa e para o cuiabano, é o santo protetor que abraça Cuiabá, sendo muitas vezes confundido com o protetor oficial que é o Senhor Bom Jesus de Cuiabá, criando um sentimento de “pertencimento” de “posse” deste bem imaterial mato-grossense,

Percebemos também que foi o papel desempenhado pelo irmão (o leigo) na manutenção da “tradição” de cultuar São Benedito, que foi fundamental para a sobrevivência da Festa de São Benedito. A tradição foi surgindo pouco a pouco, primeiramente, pelas mãos dos leigos, iletrados e letrados, e de algumas personalidades que faziam parte da sociedade local, que ano após ano, revezavam entre si, para oferecer uma festa que fosse uma melhor que outra. Estes festeiros acabavam por ocupar os cargos mais poderosos dentro da Irmandade, mantendo assim a tradição. O pai devoto de São Benedito passava a fazer parte de sua Irmandade, os filhos nasciam e acompanhavam seus pais neste percurso, até que estes passavam a ocupar o cargo que fora de seu pai, e assim por diante. A tradição aqui, se traduz como “cultuar” São Benedito é a coisa certa a se fazer, a repetição a partir do exemplo. Não seria de estranhar que a elite tradicional, econômica e política, passassem a buscar na festa de São Benedito um *status* que mostrasse ao povo cuiabano seu poderio econômico, projetando esses indivíduos socialmente, dominando a festa, o que acontece até os dias de hoje, com vista ao prestígio dos sobrenomes de cada família.

Mesmo ocupando um pequeno espaço da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito estendia seu poder muito além das paredes da igreja. A capacidade de seus devotos de se reinventarem a cada ano, proporciona atualizações sempre que necessário para que este patrimônio imaterial de Cuiabá se fortalecesse criasse laços de comunhão e conagração no Largo do Rosário. Esses devotos em agradecimento por graças recebidas, realizam as festas com fervor, conquistando mais devotos em cada festa, o santo milagroso, o “símbolo” de fé do povo cuiabano.

Só São Benedito consegue reunir tantas manifestações de fé... Tudo que faço para São Benedito faço com carinho, diz. Esta é uma das razões do Desembargador Díocles de Figueiredo de aceitar o cargo “e não o encargo” de ser o rei da festa em 2008. Para explicar tanta devoção, ele

lembra que já recebeu varias bênçãos de São Benedito, como a recuperação de um problema na coluna que, de acordo com os médicos, o deixaria sem andar pelo resto de sua vida. (REVISTA ALPHAVILLE & CONDOMÍNIOS, 2013, p. 48 e 56).

Este é um dos discursos que acabam legitimando o poder de São Benedito, e que justifica essa devoção fervorosa, principalmente devido aos relatos divulgados pela mídia local e neste caso, o testemunho deste devoto, um desembargar de justiça, que recebeu várias bênçãos de São Benedito. Por este e outros motivos que essa festa foi prestigiada por católicos e por pessoas de outras religiões, promovendo um sincretismo nos festejos ao santo negro em Cuiabá, por brancos, negros, índios, pobres, ricos e enfermos, transformando-a e atualizando-a como um “símbolo cultural” quer por meio da repetição, quer pela crescente visibilidade atribuída à São Benedito, reforçada pelos meio de comunicação.

É impossível dimensionar a devoção a São Benedito em Cuiabá, assim como descrever a sua importância, em sua totalidade, para esta cidade e seus habitantes. Sua influência está refletida na música, nas artes, na literatura, na culinária. É a festa que muda a paisagem da cidade, alterando o tempo dos devotos, é o momento que esta igreja se enche de cores, luzes, música e muita fé para homenagear o santo negro.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Dejacy Arruda. *A educação na festa: tessituras da cultura popular na festa de São Benedito em Cuiabá*. 2007. Dissertação de Mestrado em Educação. Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festa religiosa e cultura popular no Rio de Janeiro -1830-1900*.

AMEDI, Nathália da Costa. A cidade (res) significa: a ideologia de modernização de Cuiabá no período pós-divisão do Estado de Mato Grosso. *Revista Angelus Novus*. São Paulo, n. 04, dezembro 2012.

BEZERRA, Silvia Ramos. Contradições culturais do cortejo triunfante da Modernidade em Cuiabá. *In: Fenix: Revista de História e Estudos Culturais*. Uberlândia, vol. 05, ano V, n. 03, 2008.

CARNEIRO, Edson. *Ladinos e crioulos* (estudos sobre o negro no Brasil). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964

COMETTI, Pe. Pedro (SDB). *Apontamentos da História Eclesiástica de Mato Grosso – Paróquia e Prelazia* Volume I.

CORBALAN, Kleber Roberto Lopes. *A Igreja Católica na Cuiabá colonial: da primeira Capela à chegada do primeiro Bispo (1722-1808)*.

FREIRE, Júlio De Lamônica. *Por uma poética popular da arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

HALL, Stuart *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOBBSAWM, Eric; TERENCE, Ranger (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (coleção Pensamento Crítico; v 55).

REVISTA ALPHAVILLE & CONDOMÍNIOS. Publicação independente de circulação bimestral e destina-se aos associados e moradores do Alphaville. Cuiabá, Setembro e outubro de 2013.

REVISTA CUIABÁ 259. Cuiabá, 1978.

ROSA, Carlos Alberto. *Almanaque de São Benedito 1976: Festa do Glorioso São Benedito*.

SANTANA, Tânia de. O Culto a Santos Católicos e a Escravidão na Bahia Colonial. *Revista Aulas-Dossiê Religião*. Campinas, n. 4, abril/julho 2007.

SILVA, Silbene Corrêa Perassolo da. *A Festa de São Benedito: Estudo sobre a “invenção” de uma tradição cuiabana*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História para obtenção do título de Mestre pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT sob a orientação do Prof. Dr. Renilson Rosa Ribeiro, Cuiabá, 2014.

SOUZA. Ana Maria de. *Relatos da cidade: nomadismo, territorialidades urbanas e imprensa*. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.

VON DEN STEINEN, Karl. *O Brasil Central*. Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu (1942). Coleção Brasileira, UFRJ Eletrônica, p. 77. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br>. Acesso: 19 de março de 2014. No original em alemão este texto se encontra na p. 56.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Cultura y sociedad: 1780-1950. De Coleridge a Orwell*. 1º ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2001.

_____. *Tragédia Moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SITES VISITADOS

FACEBOOK: <https://www.facebook.com/pages/Festa-de-S%C3%A3o-Benedito-Cuiab%C3%A1/489576601113540>.

UFMT <http://www.ufmt.br/ufmt/site/index.php/noticia/visualizar/14889/Cuiaba>.

GLOBO <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/2013/noticia/2013/01/mangueira-pega-o-trem-da-historia-e-descobre-cuiaba.html>.

IMPRESSÕES FEMININAS NO PRIMEIRO DIÁRIO DE VIAGEM NO OLHAR FORASTEIRO DE AUGUSTA DE FARO

*Talita Michelle De Souza*⁴⁹⁹

RESUMO: A produção historiográfica regional abarca inúmeras possibilidades de pesquisa. Nesse sentido, esse artigo tem por objetivo discutir as impressões de Augusta de Faro na viagem de São Paulo até a antiga Capital de Goiás. A partir do levantamento

⁴⁹⁹ Mestranda em História na Universidade Federal de Goiás sob a orientação da professora Dr Ana Carolina Coelho Eiras Soares. Bolsista Capes.

bibliográfico acerca da contribuição da viajante Augusta de Faro, verificamos pouca discussão da obra: *Do Rio de Janeiro a Goiás-1896 (A viagem era assim)*. Nossa proposta consiste em desvelar algumas narrativas presentes na obra supracitada.

Palavras- chave: Augusta Faro, diário de viagem, história regional.

Antes de nos debruçarmos na escrita da autora é de suma importância fazer uma apresentação aos/ as leitoras/ es. Augusta de Faro (1865- 1929) é natural de Curitiba cujos pais pertenciam a elite. Seu pai André Augusto de Pádua governou a Província do Paraná, e até o seu falecimento ocupava cargos políticos, sua mãe D.Paula Eufrosina de Faro, leitora assídua sempre foi vista pela filha de modo santificado.

A infância de Augusta é marcada pela presença de requintes e contato com intelectuais, recebeu a educação formal, devido à profissão do pai que viajava constantemente para a Europa. A historiadora Célia Coutinho Seixo de Britto na obra: *A mulher, A História e Goiás*, dedica um tópico do livro para visibilizar Augusta de Faro. No que tange as experiências de Augusta de Faro reforça que:

Seu pai, mandado pelo Imperador D. Pedro II estudar o sistema penitenciário da Alemanha, Suécia e Inglaterra, como representante do Brasil, tomou parte num Congresso de Direito Penitenciário de Estocolmo. Ele partiu a bordo do “Douro”, enorme transatlântico da linha inglesa, levando consigo da sua família. Numa das noites da longa viagem, perto de Bordéus, houve denso nevoeiro. Nada se enxergava a frente. Ao atingir o Golfo de Biscaia, com a névoa intensa e o mar fortemente encapelado, o navio esteve na iminência de um choque com outro que trafegava em sentido contrário. A parada repentina do navio, sons de trombetas em ordem de comando e as súbitas apressadas ao tombadilho causaram pânico aos passageiros.

A menina Augusta nunca se esqueceu da atitude controlada de sua querida mãe, que, vendo a proximidade do irremediável, se limitou a colocar junto de si todos os pequeninos filhos e a fazer orações à meia voz. Passado o grande susto, o resto da viagem correu normalmente. (BRITTO, 1982. p 222-223).

Após esse episódio turbulento toda a família Fleury residiram em Paris, e a pequena Augusta de Faro e suas irmãs receberam a educação formal no Colégio D’ Autiel, que nesse período era muito conceituado. Nesse momento, Augusta aprendeu a tocar piano, fazia desenhos, e, sobretudo, auxiliava o pai na organização de documentos referente ao Sistema Penitenciário.

Findado o serviço em Paris, André de Paula regressou ao Brasil, e posteriormente ocupou o cargo de Governador da Província do Espírito Santo, e do Ceará. Com a

experiência do falecimento de sua mãe, a vida de Augusta de Faro passou por uma mudança drástica, uma vez que, grande parte de suas produções remetem ao sentimento de desamparo que a afligia com a falta da figura materna:

Mesmo demonstrando ânimo forte, o que caracterizou toda a sua vida, muito sofreu com a falta do maternal carinho, tornando-se tristonha e retraída. Dentre seus trabalhos literários, encontram-se versos em que conta, com expressivo sentimento, as saudades da querida mãe. (BRITTO, 1982. p 223).

Diante do exposto acima a precursora do gênero de crônicas de viagem, tentou cumprir com perfeição o papel esperado para as mulheres no século XIX, a saber, esposa dedicada, ouvinte fiel, boa administradora do lar, e calcada nos valores cristãos. Augusta de Faro era uma católica atuante, leitora da bíblia, com um espírito dedicado a praticar boas ações.

Ao apresentarmos a biografia de Augusta de Faro é perceptível que o seu refinamento intelectual e pessoal foi traçado ao longo do tempo. Vale ponderar que o General Couto de Magalhães era amigo pessoal da família Fleury, tanto é que em 1875, Couto de Magalhães foi à França exclusivamente para ser padrinho do filho caçula de André Fleury:

O general Couto de Magalhães era mineiro de Diamantina. Foi ele quem introduziu a navegação a vapor no alto Araguaia. Pelos grandes benefícios prestados ao Estado, seu nome está nas páginas de nossa história, com reconhecida gratidão dos goianos. Amigo e frequentador da casa do Comendador André, em Paris, narrava os casos que conhecia dos nossos sertões, falando sobre índios, sobre nossas ricas fauna e flora e sobre os sorvedouros do Araguaia. À menina Augusta tudo isso parecia um conto de fadas, de mil maravilhas em terras longínquas e difíceis de serem conhecida. (BRITTO, 1982. p 222- 223).

Nos momentos que era hóspede na casa da família Fleury, o general Couto de Magalhães discutia acerca das especificidades de Goiás, até mesmo pedia conselhos jurídicos a André. Os debates calorosos entre André e Couto transitavam entre questões políticas, econômicas, culturais. Desde a infância Augusta demonstrou grande interesse em questões políticas:

Nos domingos, passados em casa, muitas vezes encontrava o Dr. Couto Magalhães amigo e compadre de seu pai. Encantava-se com as estórias

por ele contadas sobre o longínquo Goiás, seus índios que atiravam flechas a grande distância e com grande precisão matemática, das corredeiras do Rio Araguaia que desafiavam qualquer embarcação, dos jacarés sonolentos e traiçoeiros. “Sentia receio, mas, no íntimo desejava conhecer aquela terra dos verdes mares bravios”. (BRITTO, 1982. p 222-223).

Couto de Magalhães tecia inúmeras narrativas que envolviam sutilizas, exageros, retratando os índios como excelentes manejadores de flechas, ademais descrevia os jacarés como sonolentos e traiçoeiros. Ao presenciar as narrativas de Couto de Magalhães, Augusta de Faro sentia curiosidade e ao mesmo tempo medo.

Acerca do comportamento dos/as vilaboenses/as a pesquisadora Maria Augusta Calado (1982) disserta que eram um povo com simplicidade, e devido ao isolamento foram consolidadas uma sociedade específica.

A primeira produção de Augusta de Faro foi realizada em 1891, aos 26 anos de idade, na cidade de São Paulo, a obra intitulada: *Devaneios* foi retirada de um velho caderno de anotações: ao total são 51 crônicas que variam entre o mundo da fantasia a realidade, com recorrência a temas religiosos, valorização dos pais, maternidade. Dentre as inúmeras questões que despertaram o nosso interesse nas obras de Augusta de Faro consiste no posicionamento da autora em relação às representações de gênero, reforçando a concepção da dualidade entre mulher santa versus a feiticeira:

A Fada

Quando todos dormem e a lua se mostra pálida no azul do céu, surge da mata a mais mimosa fada que se possa imaginar, envolta em túnica branca, os cabelos louros caindo-lhe até os pés, desliza pelos campos tocando com sua varinha as portas fechadas das casas, passando pelas frestas das janelas, vai ao leito das virgens espalhar pétalas de rosas que se transformam em sonhos risonhos (...)

Que perigo pode trazer uma encantadora fada? Me perguntarás.

As feiticeiras são velhas, magras, feias, andam sempre com gatos murmuram palavras cabalísticas e fazem sinais misteriosos que causam arrepios. Mas, uma fada, que mal pode causar tão linda visão? (FARO, 1890, p.143-144).

Nesse conto, há uma ordem clara das distinções entre a bruxa e a princesa, essas relações foram construídas historicamente e reforçadas ao longo dos séculos criando estereótipos acerca das duas personagens em questão. Nas narrativas infantis a vilã representada pela bruxa é caracterizada com o nariz exagerado, destituída de beleza, com o sorriso assustador, feições enrugadas.

Em contrapartida, a princesa é descrita com delicadeza, bondade, meiga, cabelos longos e lisos, pratica boas ações e no qual a concretização da felicidade é consolidada com a presença do príncipe encantado. Sendo assim, inconscientemente é enquadrado um binarismo (bom versus mau).

Ao destrincharmos o conto: *A Fada* identificamos a santificação da mulher, em que a fada vai ao leito das virgens e espalha pétalas de rosas, e essa imagem da mulher virgem/santa, dentro dos padrões de gênero, é um forte indicador do posicionamento das mulheres da família Fleury, que ressaltam o tipo de conduta que devem ser seguidas pelas demais mulheres. Na visão de Augusta de Faro as mulheres são representadas como: seres frágeis, que necessitam da proteção masculina.

Reforçando o que foi dito, muitos dos temas presentes nos escritos de Augusta Faro são como uma forma de manter viva a memória da mãe e isso é perceptível no livro *Devaneios* que é dedicado a sua progenitora. No conto: *A Minha Mãe*, a narradora apresenta uma construção idealizada da mãe de forma pura e santificada, sem fragmentações ou qualquer defeito:

À MINHA MÃE:

Pudesse eu, Mãe, meus cansaços.
 No teu colo repousar!
 Adormecer em teus braços
 E nunca mais despertar!
 Longe de ti, este mundo.
 É um exílio para mim.
 Negra voragem sem fundo.
 Triste deserto sem fim
 No alvo clarão que reveste
 Da manhã rósea e arrebol
 Vejo teu vulto celeste
 Envolto na luz do sol
 Na neblina que esbranquiça
 O ar das noites invernosas,
 E, como um véu de noviça,
 Cobre os cálices das rosas,
 Surges, tu, formosa santa,
 Que a triste envia o Senhor,
 Então meu coração canta. Ébrio de júbilo e dor,
 Toda de branco vestida,
 Ao partir, dize-me adeus,
 E anseio, eu louca e perdida,
 Por seguir os passos teus,
 Se à noite durmo, cansada,
 Eu julgo ouvir-te cantar
 Cantigas da infância amada,
 Que me fazias chorar.

Depois, me beijas a face,
 Tremo toda de emoção.
 De teus beijos me renasce
 A mais santa inspiração.
 É um talismã tua imagem
 Que na alma tenho gravada:
 Só ela me dá coragem
 Para sofrer resignada
 Minha Mãe, santa querida,
 De virtude exemplar,
 Consiga eu sempre na vida
 Tua bondade imitar.
 Abençoa este livrinho,
 Pobre, humilde, sem valor.
 Aceita-o como um carinho
 Do meu infinito amor.
 (FARO, 1891, p.15-16).

É perceptível a idealização que Augusta de Faro faz à sua mãe “santa”, que reafirma as representações da verdadeira mulher. Em inúmeros trechos do poema vislumbramos o tom de melancolia, saudosismo, e a preservação da imagem imaculada da mãe: “santa querida”, “virtude exemplar”, “a mais santa inspiração”, “vulto celeste” que “sofre calada” em prol da felicidade da família, nesse caso ser mãe era uma das formas de atrelar o espaço doméstico com uma virtude a ser imitada.

O segundo livro, chamado: *Ramalhete de Saudades*, publicado em 1872, teve como espaço a moradia de Augusta Faro. Nele, ela recorda momentos felizes de sua infância com os irmãos e avós, chama a atenção no lugar que morou, reforçando a quantidade de quartos, comidas, árvores, a suntuosidade da sala de jantar, moveis refinados, dentre outros. Nessa obra vislumbramos as relações entre senhores e negros/as escravizados/as:

- Augusta já para dentro... era o estribilho diário. Recomendava ao preto velho, tio Jô, que era o cozinheiro africano e que há muitos anos nos servia, que não me deixasse fugir pela cozinha. Mal chegava lá o tio Jô punha-se a dizer:

-Senhorinha num vai no quintá, Sinhá num qué.....

Tantas vezes ele repetiu isso , que o papagaio aprendeu e assim que me avistava, gritava, com a voz estridente:

-Senhorinha num vai no quintá, Sinhá num qué.....

Era um vigia terrível que só me deu descanso quando morreu.

Não sei qual o número de escravos, mas eram muitos. Havia os que trabalhavam na roça de café, e, em casa, como as lavadeiras, engomadeiras, doceiras, cozinheiras, sem contar as mucamas e os crioulinhos, cujo serviço era brincar com os sinhozinhos. (FARO, 1981, p.104).

No excerto acima podemos analisar as relações de raça, classe, percebemos em toda a fala de Augusta de Faro a presença de escravas/os, e que sua família tinha muitas riquezas. Apesar de aparentemente demonstrar respeito e amizade com os serviçais, ainda existe uma hierarquia e distanciamento.

Rafaela Sudário na dissertação de mestrado: *Fora da vida: as mulheres da família Fleury (1896-1960)* reflete que o final do século XIX e início do século XX foram marcados por transformações que atingem as relações de trabalho. Todas essas transformações atingiram a vida doméstica, sendo assim, as mulheres deveriam se enquadrar nas novas regras sociais. Acerca da interiorização da vida doméstica, Maria Ângela D' Incao salienta que:

Nesses lugares, a ideia de intimidade ampliava a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos “outros”. A mulher da elite passou a marcar presença nos cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre- “a convivência social dá maior liberdade às emoções”- não só o marido ou pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada (D' INCAO, 2007, p 228 apud SUDÁRIO, 2008, p31).

Como já expomos, entendemos que a história precisa ser escrita a partir de outros olhares, com variadas leituras e fontes diversificadas que outrora foram ignoradas pela historiografia oficial. Ter contato com as produções da matriarca da família Fleury possibilita até mesmo compreender as obras de suas filhas e neta.

Na juventude, Augusta conheceu seu primo Sebastião Augusto Fleury, contraíram o matrimônio no Rio de Janeiro em 29 de junho de 1893. Tiveram como padrinhos o Conselheiro Cândido de Oliveira, Joaquim Nabuco, Almirante Índio do Brasil e André Augusto de Pádua Fleury.

Após o casamento, permaneceram no Rio de Janeiro até seu esposo ser convidado a representar Goiás no Congresso Federal. O diário tem início no Rio de Janeiro, especificamente no dia 23 de Agosto de 1896 e finalizava em 20 de Outubro do mesmo ano, com a chegada da família em Vila Boa. Nos primeiros trechos do diário de viagem a protagonista demonstra sentimentos que inquietam sua alma:

Soou a triste hora da despedida. Como sofri! E a emoção que me foi na alma, não tentarei descrever! Há cousas que se sentem, mas que seria impossível tentar exprimir. São notas magoadas que vibram sempre no

mais íntimo de noss'alma e que recusam a se fazer ouvir. Madrugada triste, céu sem estrelas. As ruas já tinham perdido a tranquila quietude da noite. As carroças, em grande número, conduziam lixo e outras bagagens. Os bondes começavam a trabalhar. Os bicos de gás iam morrendo. Aglomeração do povo na estação, a comprar bilhetes. O café também ao lado repleto: grande movimento de empregados a pesarem cargas que conduziam para os vagões. Meninos vendendo jornais: a iluminação da luz elétrica dando cor esverdeada a tudo. Seis menos um quarto. Daí a poucos minutos partiria para voltar quando?... Só Deus o sabe. Meu coração sangrava de dor. Ir para tão longe! Deixar os túmulos de meus Pais, deixar minhas irmãs tão queridas, meus irmãos, meus parentes, minhas amigas! Saudades, eu já sentia ali mesmo, perto deles... Quantas lágrimas derramadas na escuridão do carro de praça, e a que custo eu continha depois. (CURADO, 1896 p.27).

Durante toda a viagem Augusta de Faro demonstra inquietações, angústias, ao total a viagem durou 58 dias. Em referência à obra de Augusta de Faro, o escritor Gilberto Mendonça Teles enfatizou a coragem e determinação que servem como exemplo para outras mulheres:

Do Rio de Janeiro a Goiás- 1896- a viagem era assim é um verdadeiro hino de amor. Leitura obrigatória para as futuras mães que precisam conhecer a determinação de uma jovem que, deixando todas as facilidades e confortos do Rio de Janeiro, embarcou para Goiás. Foi de trem de ferro até Araguari e seguiu até a antiga capital goiana a cavalo numa viagem de 30 dias! (TELES, 1999. p.46).

Em relação a intencionalidade da escrita de Augusta de Faro, não há indícios de que a autora pretendia tornar público o diário, pois, o seu diário foi publicado por sua filha Maria Fleury. A primeira edição divulgada em 1961 (a obra foi vendida rapidamente), a segunda edição foi feita em 1985, e a última em 2005. O prefácio do livro, escrito por Maria Paula Fleury que aos três anos de idade veio residir com a família em Goiás, apresenta cargas negativas, no sentido de que reforça a concepção de isolamento e atraso de Goiás no final do século XIX:

Goiás, no começo do século, era uma cidadezinha triste, sem iluminação, sem água encanada, sem o menor conforto, afinal, e que ficava no “fim do mundo”. O correio, conduzidas às malas em lombos de bestas, levava às vezes, quase um mês para transpor a distância imensa que separava a velha capital da mais próxima linha férrea. As estradas eram péssimas e se tornavam quase intransitáveis durante os seis longos meses de inverno goiano⁵⁰⁰.

500GODOY, Maria Paula Fleury. Apresentação, In: CURADO, Augusta de Faro Fleury. *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896: a viagem era assim*. Goiânia: UCG/Kelps. 2005, p.16

A partir dessa fala, vislumbramos acerca da situação da Província de Goiás ressaltando o olhar de isolamento, desconforto, fim do mundo, acentuando uma carga pejorativa em relação à mudança para um lugar desconhecido e conseqüentemente o doloroso processo de readaptação.

Na trama histórica, que inclui sujeitos, historicidades, subjetividades, as motivações da família Fleury se contrapõem às das que trouxeram os viajantes que estiveram na Província de Goiás. A singularidade do diário de Augusta de Faro reside ao fato de analisar uma narrativa de viagem a partir do olhar detalhista de uma mulher elitizada e nos permite reflexões das subjetividades presentes na obra com descrições densas, detalhistas, irônicas, até mesmo o que é ocultado na fonte.

No artigo denominado: *Sombras de uma viagem: Maria Paula Fleury e as suas representações literárias sobre cultura e sociedade na cidade de Goiás (1896-1966)*, a historiadora Raquel Miranda Barbosa concebe a singularidade do diário de Augusta Faro no fato de uma mulher culta e refinada sair do Rio de Janeiro à Goiás para seguir o marido, algo que era imposto às mulheres no século XIX.

Os escritos particulares de Augusta Faro apresentam um novo modelo de vislumbrar a história regional, haja vista, que a autora utiliza o recurso da memória, ou até mesmo memórias históricas nas quais compara os ambientes pelos quais passou até chegar a Vila Boa com outras experiências que teve na Europa, junto com os familiares, amigas.

Augusta de Faro registrava em seu caderno de anotações fatos corriqueiros que presenciava, destaca atenção especial ao clima, à carência de alimentos, impressões que teve nos locais que transitou, descrições minuciosas dos fatos:

Vi um índio da tribo dos Cherentes. Alto, espáduas largas, braços nervosos, pouco cabelo, sem barba, pestanas raras, olhos pretos em amêndoas, dentes limados em ponta. Ele estava comendo toucinho crú. Ia para o rio, mais outros e algumas índias também. Eles têm a pele vermelha, cheirando mal devido a um óleo que esfregam no corpo para afugentar os insetos. Assim que ele nos viu, foi logo pedindo a Sebastião. Você me dá 2\$000-? “Não tem”, respondeu Sebastião. – “Dá palitó” e apontou para o sobretudo: “dá vestida” e indicava o meu vestido. Sebastião fê-lo sossegar. – “Não tem nada; pede capitão ali”, e mostrou a casa do Alfredo, que é Juiz de Direito, e eles lá foram ter. A falar a verdade, tive medo. (CURADO, 1896 p.41)

Apesar da aparente aceitação dos costumes que lhe eram diferentes, Augusta de Faro não conseguia despir de todos os preconceitos e temores, no sentido de que também tinha as suas próprias contradições, e julgamentos de valores de comportamentos que de acordo com suas concepções eram aceitáveis ou não. Em algumas das narrativas Augusta de Faro escreve de modo sarcástico, outrora imparcial, e em determinadas situações retrata sentimentos pessoais. A historicidade presente em sua obra é inegável, essa afirmação é corroborada em seu diário de viagem no dia 29 de Agosto de 1896 na cidade de Araguari com a inauguração da estrada de ferro:

Inaugurou-se a Estrada de Ferro durante a nossa estadia em Araguari. Imaginem que barulhada. Veio da roça não sei quanta gente para ver o “bicho que lança fogo e tem partes com o diabo”... Houve mesas de doces, brindes, muita cerveja. As senhoras em grande toalete, na Estação, esperando a máquina que vinha toda enfeitada com bandeiras. Quando, porém, ela apitou foi uma correria por ali afora. Mulheres tiveram ataques, homens velhos juraram que nunca se serviriam de semelhante cousa, que urra feito bicho e tem fogo no corpo. Os moleques corriam de pavor, derrubando os taboleiros de biscoito. E enquanto isso, a máquina entrava triunfal na pequena estação de Araguari. Durante muitos dias só se falou na tal invenção do diabo. (CURADO, 1896 p.37-38).

Um fato que desperta a curiosidade de Augusta de Faro são as práticas de comércio, os detalhes das casas, formato das igrejas. Quando se refere à Araguari com riqueza de detalhes descreve o que vê ao seu redor:

É uma cidadezinha ainda nova; as casas são todas de telha à vent não há um só sobrado. A igreja data dos tempos coloniais; os santos, de colorido vulgar, muito vivo, parecem todos portugueses. O cemitério é um quadrado cercado por um muro branco. As sepulturas são rasas, tendo apenas uma cruz de madeira, onde se vê o nome do defunto. A grama cresce inculta, os animais lá entram ao seu bel prazer; um cemitério abandonado, enfim. Junto do muro, do lado de fora, os tropeiros fazem fogo; não há respeito algum. No centro da cidade corre um riacho, que a divide em duas partes: de um lado tem o nome de Goiás e do outro, de Minas. A cadeia é velha e se assemelha a uma casa de banhos. O povo é bom e muito agradável. O comércio pequeno; há uma padaria, uma sapataria, duas farmácias e algumas casas de comércio. A cidade está a 750 metros acima do nível do mar. Venta sem cessar, e a poeira é horrível! Um pó vermelho e pegajoso

Durante a nossa estada ali morreu um moço de Goiás, Antônio Guimarães e, durante a noite em que guardava o corpo, me contaram, eu não vi, estavam juntos deles três carpideiras, que se lamentavam, rezando a seguinte oração: “três padre nosso pequenino, Deus te leve a

santa morada, dorme em paz, arca santa” e desatavam a chorar. Que coisa esquisita, sem explicação! Há ainda muitas superstições e costumes africanos por aqui. Pobre gente! (CURADO, 1896, p. 40).

Em outros momentos, Augusta de Faro registrou, também, informações que por algum motivo que lhe chamaram a atenção, mas que ela prefere manter certa distância. Por meio das descrições feitas no diário abrangem-se inúmeras questões: estradas, pousadas, expressões coloquiais, vestimentas, arquitetura das cidades, comportamentos das mulheres e homens:

Fomos pagar a visita a uma senhora. Um banco sentavam-se os homens; no outro, as senhoras. A conversa era sobre, chuva, sol, a queda da ponte, a carestia dos mantimentos. Os homens não tiram o cigarro da boca, e as mulheres só tem de mulher o nome. Uma tristeza! Carne verde, duas vezes por semana. Água do rio para se beber é água do poço para o serviço. (CURADO, 1896, p. 40).

No que concerne às representações de gênero que deveriam ser desempenhadas por homens e mulheres, as obras em geral de Augusta de Faro evidencia conformidade dos ranços de uma sociedade patriarcal. Ademais, chama a atenção que as mulheres não tinham um aspecto feminino e negligenciavam o cuidado com a aparência.

Em termos gerais, com o diário de Augusta de Faro, acompanhamos o modo de vida nas cidades por onde a mesma passou, apreendemos alguns dos costumes e práticas correntes na sociedade goiana, e com o olhar apurado percebemos várias cenas do cotidiano. A autora sempre apontou em sua escrita o clima dos lugares, detalhes, fatores climáticos, descreve minuciosamente as características físicas das pessoas, tom da voz, como era feita a costura, manutenção de roupas, cuidado com os mantimentos.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Raquel Miranda. Sombras de uma viagem: Maria Paula Fleury e as suas representações literárias sobre cultura e sociedade na cidade de Goiás (1896-1966). Revista Outas Fronteiras, Cuiabá, v1, n.2, julh-dez2014. ISSN 2318-5503.

BRITO Célia Coutinho Seixo de. A Mulher, a história de Goiás. Goiânia: Departamento

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. In: Estudos Históricos. CEPEDOC/FGV, v.11, n. 21, Rio de Janeiro, 1998.

CAPEL, Heloisa Selma Fernandes. Literatura Memorialista e Vida Privada no Interior do Brasil. Textos de História, Brasília, v. 13, 2005, p. 7.

CURADO, Augusta de Faro Fleury. Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896: a viagem era assim. Goiânia: UCG/Kelps. 2005.

_____. Devaneios. Goiânia: Gráfica e Editora Piloto Ltda, 1981.

CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. Sopros em brasas Dormentes: Inventário das precursoras da Literatura em Goiás. Dissertação de Mestrado, UFG. 2003.

RIBEIRO, Rafaela Sudário. Fora da Vida: As Mulheres da família Fleury (1896-1960). Dissertação de Mestrado, UNB, 2008.

RODRIGUES, Maria Augusta Calado de Saloma. A Modinha em Vila Boa de Goiás. Goiânia, Editora da UFG, 1982.

A gestão AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA nas DUAS primeiras décadas DE Goiânia

*Thiarlles Elias de Paula*⁵⁰¹

RESUMO: Este trabalho faz parte da pesquisa de dissertação de mestrado do autor. Tem o objetivo de analisar e compreender como foi a gestão ambiental por parte da administração pública (federal, estadual e municipal) no meio ambiente urbano e rural

⁵⁰¹ Mestrando em História pelo PPGH-UFG – Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Orientador: Dr. Alberto Baena Zapatero.

durante as duas primeiras décadas de Goiânia. São utilizadas fontes baseadas em atos administrativos. Busca-se englobar de forma holística os aspectos ambientais. Pois o meio ambiente é composto e influenciado por elementos da fauna, flora, economia, política, culturais, dentre outros. Observa-se o controle administrativo nos espaços urbano e rural da cidade, sob a justificativa sanitária e de saúde, pois, na época estudada, não se utilizava ainda o termo “meio ambiente”. A falta de preocupação ambiental, levou a proliferação de doenças como a malária durante a construção de Goiânia.

Introdução

A perpetuação das preocupações ambientais na atualidade tem provocado desafios para novas narrativas e epistemes. Este trabalho não deixa de observar este desafio mediante o objeto de pesquisa em pauta. Observa-se como as políticas ambientais varguistas foram abordadas durante a construção de Goiânia.

Saindo da dicotomia homem e natureza, busca-se perscrutar de forma holística, como os diferentes agentes sociais perceberam estes ambientes permeados do processo de modernização na cidade em pauta. A complexidade da questão ambiental faz envolver diferentes aspectos como fauna, flora, saneamento, salubridade, poluição, coleta de lixo, extração de recursos naturais, dentre outros itens como a própria percepção humana dos diferentes agentes sociais. Isso faz com que a narrativa deste trabalho precise de um eixo centralizador que, neste caso, é a administração pública durante as primeiras décadas de Goiânia.

A história ambiental permeia os estudos e descrições das paisagens. Na nova capital do estado de Goiás, o ambiente no qual interagiam os pioneiros era composto de gramíneas chamadas de *cerradinho*. Havia também o *cerradão*, que fazia divisa com as matas ciliares (compostas, por pindaíba, umbaúba-do-brejo, pau-formiga, sangra d’água e gameleira), pequi, caraíba, faveira, chichá, sucupira, ipê do campo, barbatimão, imburuçu, paineira, pau-terra, capitão do mato, jacarandá-do-campo. Além das *veredas* com seus buritizais.

Todo aquele ambiente natural de cerrado nativo foi permeado pela apreensão cognitiva de trabalhadores, latifundiários, empresários e demais moradores, pelas ações diretas sobre o cerrado e outros elementos que formaram a paisagem do novo núcleo urbano goiano. Trabalharemos como a administração pública geriu esta “tensão”.

Outrossim, busca-se dominar esta interdisciplinaridade na narrativa ambiental para compreendermos esta interação política, econômica, social, administrativa, cultural,

antropológica, biológica, geográfica, percepção histórica, dentre outros elementos que formam o meio ambiente. Tudo isso em uma convergência para um objeto comum (CARVALHO, 2013). Neste trabalho, buscaremos convergir para o objeto que é a gestão ambiental por parte da administração pública em Goiânia, nas primeiras décadas da cidade. A questão ambiental tem sido muito discutida na atualidade e, isso tem levado os indivíduos a repensarem suas ações no passado.

Outrossim, explanaremos primeiramente os desafios de se abordar novas epistemes perante a história ambiental, e depois analisaremos atos administrativos referentes à gestão ambiental nas duas primeiras décadas de Goiânia.

Entre a Narrativa e o Meio Ambiente

Concebe-se um cuidado narrativo referente a uma tradição historiográfica que não percebe o meio ambiente de forma holística, que é diferente do que se propõe aqui com a perspectiva da história ambiental. Visto que o termo meio ambiente passou a ser utilizado na segunda metade do século passado. Apesar de os cientistas sociais reivindicarem para si aquilo que Drummond (2006) chama de “invenção ambiental”, seria os cientistas naturais precursores das preocupações ambientais durante o século XX, através da concepção de “capacidade de carga”, que é a capacidade de um ecossistema suprir a densidade de demanda populacional.

A partir deste conceito de “capacidade de carga”, os cientistas sociais, juntamente com outras áreas da ciência, desenvolveram o conceito de desenvolvimento sustentável. (DRUMMOND 2006). Durante a construção de Goiânia (1933-1942), o fundador da cidade, Pedro Ludovico Teixeira, explanara o termo “ambiente”, referindo-se à perspectiva dos jardins das residências da nova capital. Mas, ainda não se utilizava o termo meio ambiente, muito menos “ambiental”. Por isso, explanamos esta pequena genealogia das questões ambientais.

Ludovico esperava que os quintais das moradias do núcleo urbano em Goiânia, fossem “ornados principalmente de flores goianas, de arbustos genuinamente nossos” para que os habitantes encontrassem “um ambiente próprio para se espairecerem à tarde. E as crianças o lugar adequado para se distraírem dos jardins das casas da nova capital”. (CÂMARA 1979, p.82). Porém, o interventor naquele momento, estava em um contexto

de uma capital que emergia sob a ideia de progresso, fomentada pelo próprio governante goiano, à época.

Esta “invenção ambiental” surgiu após e durante o período que, segundo Woster (1991), os historiadores estudaram história política, das mentalidades e economia. Começaram a ir mais fundo nos estudos, perpassaram as camadas ocultas da classe e do gênero. Agora, “chega um novo grupo de reformadores, que insistem em dizer que temos que ir mais fundo, até encontrarmos a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história”. (WOSTER, et al 1991, p. 188-199). Esta “terra” engloba elementos como florestas, água, fauna e a própria interação humana com a natureza.

O meio ambiente seria as bases das “superfícies” econômicas, políticas e culturais. Outrossim, o espaço ambiental é influenciado pelos mais diversos elementos, passando pela política e economia, até a biodiversidade. Esta interação dos diferentes elementos, de forma holística, seria o objeto de estudo da história ambiental.

No entanto, os estudos referentes aos espaços de e interações entre os homens e os elementos naturais, na construção de ambientes concebidos pelos diferentes indivíduos, só obteve maior efervescência no final do século XX e início do século XXI, acompanhando um processo ecolinguístico (COUTO, 2009). Isso porque houve um aumento da pesquisa da interação homem e ambiente, o que levou a novas análises do discurso no vocabulário referente à natureza (COUTO, 2009).

Apesar de se perceber caminhos epistêmicos diferentes, observa-se uma intersecção epistemológica em alguns pontos hermenêuticos entre os teóricos da narrativa ambiental e intercultural e outros pensadores dos conceitos históricos, linguísticos-narrativos.

Ao longo da História a escrita e linguagens historiográficas adotara novos conceitos, sofrera transformações englobando itens como a terminologia “meio ambiente” (que outrora se referia às várias questões do sanitarismo e profilaxia). Igualmente, pôde-se englobar conceitos como: espaços urbanos, rurais, naturais, antrópicos e tudo aquilo que interage e rege a vida humana, seja de ordem “química, física ou biótica⁵⁰²”.

⁵⁰² Institucionalmente, o conceito de meio ambiente no Brasil é regido, dentre outros, pela Lei 6.938/81, artigo 3, Inciso I – Política Nacional de Meio Ambiente. Tal conceito engloba tanto o ambiente natural como também o antrópico e urbano.

Destarte que a produção histórica atual difere do período do objeto pesquisado (construção de Goiânia). Período este no qual o próprio Getúlio Vargas, quando esteve em Goiânia, em 1940, discursara que Goiânia estava em “uma região tão dotada de natureza” (TEIXEIRA, 1973, 117-118).

O termo natureza já era utilizado politicamente nas décadas de 1930 e 1940. Outrossim, “o ambiente irrompeu no discurso político e científico de nosso tempo como um conceito que vem ressignificar as concepções de mundo, (...), de desenvolvimento das relações da sociedade com a natureza”. (LEFF, 2005, p. 11).

Ressalta-se que, para Prost (2008), o conceito não é a coisa, mas o nome pelo qual ela é manifestada e ou representada. Cabe ao historiador “historicizar” os conceitos da história, para que os mesmos possam comportar-se em sentidos (no caso aqui, de capacidade de resiliência dos recursos naturais) que englobam novos significados semânticos. Não obstante, a

significação das palavras no passado exige ser traduzida em uma linguagem compreensiva nos dias de hoje e, inversamente, a significação dos conceitos atuais devem ser redefinida se pretendermos traduzir o passado por seu intermédio. (PROST, 2008, p. 129).

Levando-se em consideração a diacronia (a história) dos conceitos sendo que uma palavra pode permanecer mesmo que mude suas significações. Durante as décadas de 1930 e 1940, o interventor de Goiás queria que os quintais das residências tivessem excelentes “ambientes”. Para tal, a administração justificava-se por meio de um processo sanitarista e estético. Mas, para estas justificativas não era utilizado o conceito “meio ambiente”.

Enfatiza-se que os conceitos podem abordar, intrinsecamente, a orientação no presente, por meio de uma relação do passado com a expectativa do futuro. Desta forma, “a partir da investigação de significados passados, tanto a história dos termos quanto a dos conceitos conduz a fixação destes significados sob a perspectiva contemporânea”. (KOSELLECK, 2006, p. 104). Todas estas perspectivas de da narrativa acompanhariam novas abordagens históricas as quais contrariam a oposição homem *versus* natureza, passando desta última visão binária para uma abordagem holística da história. (PÁDUA, 2010). Isso, a partir do surgimento da “invenção das grandes questões ambientais” (DRUMMOND, 2006, p. 9).

Estes conceitos também podem ser fundamentados em sistemas políticos, sociais e econômicos, podendo ser compreendidos em diferentes grupos linguísticos. Desta forma, a história ambiental “parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva em suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido”. (WOSTER, 1991, p. 199).

Visa-se suprir “carências de orientação do presente”, sendo o passado “integrado às perspectivas nas quais desenvolve sua eficácia orientadora como história. Ou seja: é mais real, do que se existisse apenas como resquício e fosse expresso na linguagem das fontes” (do passado). (RÜSEN, 2007, p. 100). Esta orientação poderia caber em processos de educação ambiental, aprendendo, por exemplo, com erros do passado. Neste contexto, ou pode haver uma tentativa de diálogo entre a teoria da história e as novas abordagens ambientais na historiografia, ou choques entre ambas. Talvez, haveria naturalidade na ocorrência de ambos os casos. Percebe-se o passado reescrito na perspectiva do presente, pois, “a história ambiental reúne os temas mais antigos com os mais recentes na historiografia contemporânea”.

No caso da Goiânia da primeira metade do século XX, cita-se como exemplo: as epidemias de malária na região do Rio Meia Ponte, a destruição do cerrado nativo para as obras, extração de matéria prima da natureza, consumo de água, gestão do lixo pela administração pública, dentre outros exemplos.

A perspectiva de rever o passado passa por uma “uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas” (OLIVEIRA, 2008, et. al p. 228 apud GIDDENS, 1991, p. 52). Nunca se discutira tanto sobre o meio ambiente na história da humanidade como atualmente. Assim, o historiador encontrar-se-ia diante deste desafio de reescrever este passado justamente sob a perspectiva ecológica, para que, esta representação do passado, fosse mais próxima das percepções do presente. Desta forma, movimenta-se a historiografia reconstruindo representações de fatos ainda não explanados pela linguagem⁵⁰³.

⁵⁰³ Pode-se compreender a história a partir da compreensão de seus significados. Ressalta-se que, em nenhum momento, pretende-se aqui abordar as ambiguidades narrativas entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo (ou modernidade e “pós-modernidade”), ou de ou de outras perspectivas teóricas ambientais. Objetiva-se aqui buscar pontos de intersecção não entre as vertentes mais difundidas, simplesmente. Mas, sobretudo levantar a questão semântica e ambiental do objeto de pesquisa em pauta (gestão da administração pública nos ambientes natural e urbano nas primeiras décadas de Goiânia). Diante das mudanças socioeconômicas e culturais do século XXI, como a ênfase ambiental, percebe-se um desafio para o historiador na atualidade. “Quando se completa os fatos à luz dos significados que lhes foram atribuídos na forma de objetivações culturais das intenções humanas. Hermeneuticamente, a história é

As mudanças relativas ao sanitarismo e à natureza, foram englobadas em novos conceitos linguísticos desde a construção de Goiânia até os dias atuais. Muitas destas mudanças (como o termo meio ambiente) não foram conceituadas porque suas interações não eram percebidas nos seus respectivos momentos.

Com a finalidade estética e de segregação espacial. Para Maciel (2015), na nova capital de Goiás

o Estado exercia ampla tutela sobre as construções de caráter particular, tanto residenciais quanto comerciais, mediante regulamentação rigorosa da ocupação e uso do solo e das edificações, fornecimento de plantas padronizadas e venda de serviços de elaboração de projetos arquitetônicos diferenciados, fiscalização rígida das construções em andamento, etc. (MACIEL, 2015, et al p. 35).

A Gestão Ambiental da Administração Pública e dos Elementos da Natureza⁵⁰⁴ na Construção da Nova Capital Goiana

Um ofício, com o número 234, da Diretoria Geral de Serviços Sanitários de Goiás, datado na cidade de Goiânia, em 25 de junho de 1938, é enviado para a Secretaria Geral de Obras da Nova Capital⁵⁰⁵. (AHE - Arquivo Histórico Estadual, Caixa 936). No conteúdo do mesmo é descrito uma solicitação, “rogando” devido a reclamações, para que o superintendente geral das obras de Goiânia determine que o “encarregado de serviço de lixo”, faça “diariamente a limpeza pública”.

Observa-se que no documento supracitado, um servidor de uma instituição que presta serviços sanitários, solicita a uma superintendência de obras da Secretaria Geral do Estado, para que se faça a limpeza pública diariamente no até então novo núcleo urbano emergente. Isso seria natural, caso fosse restritamente solicitada a retirada dos resíduos das obras. Porém, em outro ofício de número 305, enviado em 20 de agosto de 1938, o serviço sanitário enfatiza ao secretário geral do estado, que haviam reiteradas

sempre, em seu âmago, história da cultura. Ela encontra sua unidade, sua delimitação categorial como experiência histórica temporal específica, no critério do potencial de criação cultural do espírito humano, ou, como também se poderia dizer, na existência da linguagem instituída no mundo”. (RÜSEN, p. 137).

⁵⁰⁴ Atualmente, os elementos da natureza no meio ambiente para fins econômicos, são chamados de recursos naturais. Assim como, pela legislação brasileira, a água é um bem público, a qual paga-se apenas pelo seu tratamento para consumo. Porém, quando a água é utilizada para fins econômicos como irrigação e hidrelétricas, dá-se a terminologia de recursos hídricos para tal.

⁵⁰⁵ Com marcação do ano de 1937 (apesar deste documento datar de 1938).

reclamações por parte da população de Goiânia, “quanto a remoção de lixo, animais mortos, etc.”. (AHG, caixa. 936).

Percebe-se uma desorganização da administração pública para tratar a questão do lixo e de animais mortos na Goiânia em obras, que é exposta neste último documento. Pelo qual o solicitante expressa que não se sabia ao certo “a qual repartição está afeto o referido serviço”. (*Idem*). Não obstante, é colocado em dúvida no ofício da Diretoria Sanitária se aquela responsabilidade referia-se “à prefeitura, à superintendência (de obras) ou esta diretoria (de Serviços Sanitários)”. (*Idem*). No 11º dia após receber estas indagações, o secretário geral assina o ofício em 31/08/1938 e, apenas o remete à Superintendência Geral de Obras de Goiânia (que já havia recebido o outro documento ressaltando a mesma questão).

A burocracia administrativa e a falta de um organograma que direcionasse especificamente a remoção do lixo durante a construção de Goiânia, revela que a cidade projetada para ser “moderna” em meio ao sertão, possuía moradores que sofriam com lixo e animais mortos no município. Souza (1989) relata sobre o perigo eminente da morte de animais, inclusive no período noturno, no qual, sob a luz dos faróis, “só se via os olho vidrados dos animaizinhos que corriam desorientados, procurando fugir a qualquer preço”. (SOUZA, 1989, p. 25). A autora pioneira de Goiânia relata até a história de um jacaré deitado na porta de sua casa, que não existindo órgão específico para recolhê-lo, “tiveram que matá-lo”. (SOUZA, 1989, p. 45).

Durante o surgimento de Goiânia, houve a expansão dos loteamentos, a consequente derrubada de árvores do cerrado nativo e outras matas para edificações urbanas no centro. Além de moradias precárias de operários às margens dos cursos d’água. Isso fez com que muitos animais saíssem de seus *habitats* naturais e adentrassem as áreas urbanas do município. Enquanto muitos operários matavam estes animais para se alimentarem, outros caçavam por simples lazer. O que fazia aumentar ainda mais a quantidade de resíduos orgânicos na cidade e a consequente propagação de vetores de doenças. Na década de 1930 e início da de 1940, os lotes baldios de Goiânia recobriam dois terços da área urbana. (GOMES, 2002).

O que se percebe é que durante o seu surgimento, Goiânia não tinha um órgão específico pelo qual se tratava restritamente das questões de recolhimento de lixo, desmatamento, da fauna e da flora em geral. O tratamento relacionado às questões ambientais era, sobretudo, dividido entre a Diretoria Geral de Serviços Sanitários,

Diretoria Geral de Saúde, Inspetoria de Farmácia (que também fiscalizava a utilização de plantas medicinais), Força Pública (posteriormente, Guarda Civil Metropolitana e Polícia Militar), e a Superintendência de Obras da Nova Capital.

As Leis e as Fiscalizações Federais Referentes à Natureza, as Águas e ao Meio Ambiente Urbano Durante o Surgimento da Cidade

O governo de Goiás recebeu um documento do Ministério da Agricultura, que antes de chegar em Goiânia, foi datado na até então capital federal do Brasil, cidade do Rio de Janeiro, no dia de 22 de setembro de 1939. (AHG, estante 42, Caixa 950, ano 1939, Ministério da Agricultura – Serviço Florestal). Emitido pelo Serviço Florestal Federal do Departamento Nacional de Produção Vegetal. Recebido pelo Estado de Goiás no dia 02 de outubro de 1939 (protocolo 2256), após este documento, aparentemente, ter passado pelo Estado do Mato Grosso. Eram perguntas sobre preservação de florestas e pesquisas referentes à natureza.

Nesse documento, o Serviço Florestal Federal emitiu um questionário “para acudir as frequentes consultas sobre as possibilidades florestais das diversas zonas do país”. (*Ibidem*). A única pergunta respondida pelo governo no referido questionário esteve relacionada a seguinte questão: “Quais organizações particulares no território do Estado?” (*Ibidem*). Pergunta a qual foi respondida em caneta com letra cursiva: “Botafogo Campinas”. (*Ibidem*). O governo estadual quase não tinha o que responder ao federal sobre questões florestais e da natureza, o que corrobora com a percepção de falta de uma política de preservação da natureza em Goiás.

As demais perguntas do Serviço Florestal Federal, recebidas pelo Governo de Goiás, cujas respostas estão em branco são: “Qual o endereço da administração florestal estadual? Qual o ‘endereço dos institutos florestais’ (de pesquisa)?” (*Idem*). Além de outras perguntas sobre “silvicultores, fazendeiros e serrarias”. Este documento foi elaborado justamente no período em que o governo Vargas aperfeiçoou as leis sobre florestas e minérios presentes nas Constituições de 1934 e 1937. Além da criação do “Código das Águas”, também em 1934. Na constituição de 1934, no artigo 10º, inciso III, estabelecia-se que era competência dos Estados e da União “proteger as belezas naturais”, o que é corroborado mais incisivamente no inciso XIV do artigo 15, alínea “a” do artigo 18 e no artigo 134 da Constituição Federal de 1937.

Mas, qual seria o motivo para tantas respostas em branco do governo goiano, mediante as perguntas do Serviço Florestal Federal, em 1939? Talvez, alguns pioneiros de Goiânia, como Horiestes Gomes, tenham a resposta. Gomes descreve a mentalidade humana e a política, na integração entre o homem e a natureza nas primeiras décadas de Goiânia.

Na época, no seu conjunto, a comunidade não sabia o que era ter *consciência ecológica*, e não havia nenhuma preocupação, censura ou restrição por parte das autoridades no que diz respeito ao ato de agredir o meio ambiente, cuja a fartura (sic), à vista e disponível, eliminava, no mínimo, o interesse no sentido da conservação e preservação das espécies, vegetais e animais. O hábito de caçar e pescar, coletar e desmatar, inclusive, nos períodos adequados para o plantio, era visto como algo normal, como atividade sazonal natural/cultural (...). No caso da caça, não havia ‘maldade’ nas pessoas e muito menos o instinto de matar por prazer, ou matar por matar, havia sim, a nossa total ignorância ao entendimento do significado da importância da vida no ciclo da vida, inerente na cadeia alimentar e reprodutiva das espécies em sua biodiversidade. Somente na década de 60, mais precisamente de 70, é que a própria humanidade começa a despertar para o elevado significado do meio ambiente sustentável para todos os seres vivos, inclusive para a espécie humana, representado pela necessidade de preservação da natureza como atributo maior de nossa própria existência terrena. (GOMES 2002, p. 167-168).

Não obstante, antes mesmo de 1940, como resultado de incentivo e isenção de impostos, “Goiânia já dispunha de um florescente setor de indústrias extrativas (...), dos gêneros de produtos vegetais – madeira, principalmente – e de minerais não metálicos – pedra, cascalho, areia saibro e outros”. (MACIEL, 2015, p. 33). Estes últimos negócios, não tinham a obrigação de registrar-se na Junta Comercial do Estado de Goiás, tamanha era a necessidade de se extrair matéria prima para a construção da cidade. Porém, a Guarda Civil de Goiânia, já verificava se em algumas instalações, como as dos circos, havia “madeiras de lei”.

Mesmo com tantas árvores tombadas e cortadas, jogavam-se as serragens em buracos nos quais eram queimadas, pois, delas, “naquela época, pouco ou quase nada se aproveitava”. (GOMES, 2002, p. 50). Despojos de serragens que eram utilizados para as fornalhas, inclusive para ferver roupas.

Os pátios nos quais as toras eram acomodadas chegavam aos tamanhos de quarteirões inteiros, mesmo as madeiras sendo bem acomodadas umas sobre as outras. Esta matéria prima era retirada do próprio “município de Goiânia”. (GOMES, 2002, p.

47). Eis aqui outro indício cabal de que, a quantidade de madeira retirada na região da Goiânia em construção, teria sido maior do que se imaginara até então.

Nos estoques destes “Pátios de toras”, dentre outras espécies, havia o jatobá, angico, peroba, aroeira, garapa, sucupira, mandiocão, tamboril, maria-preta, vinhático, jacarandá, cedro, bálsamo, gonçalo-alves, pereira, jequitibá, pau d’ óleo, dentre outras (GOMES, 2002). Percebe-se que as árvores que foram cortadas para serem utilizadas na construção de Goiânia, foram em maior parte, extraídas do cerrado goiano. Os descampados onde outrora foram havia os *cerradinhos* ou *veredas* deram lugar às construções. Ressalta-se que, além da matéria prima para as edificações e demais utensílios, a madeira alimentava caldeiras a vapor, as quais sua queima alimentava máquinas das serralherias, marcenarias e de outros empreendimentos instalados no município.

Percepção, Interação e o Controle Ambiental Entre a Periferia e o Centro

Em ofício datado em 11 de outubro de 1938, na cidade de Goiânia o diretor estadual dos Serviços Sanitários, Dr. Tomaz de Aquino Muniz Callado faz a seguinte solicitação ao Superintendente de Obras de Goiânia:

Solicito de V. Excia. a urgente medida no sentido de ser impedido nas construções de ranchos, barracões, ‘depósitos de materiais a moradia de qualquer pessoa ao guarda responsável’ (sic), porquanto estes habitantes com famílias prejudicam as medidas rigorosas de profilaxia, residindo em dependências que se levantam provisoriamente sem a construção de aparelho sanitário respectivo. (AHE, Caixa 948, ano 1938).

O ato administrativo relatado acima, expressa explicitamente a deliberação da gestão pública em Goiânia para derrubar moradias de pessoas em áreas consideradas ilegais, com a justificativa sanitária. A maioria destas moradias de operários, erguidas às margens de cursos d’água, como em torno das matas ciliares do córrego Botafogo e outras matas de galeria.

Percebe-se que, diante dos ranchos feitos de pau a pique, madeiras e palhas, a estética da cidade poderia ser comprometida em relação ao projeto urbanístico de cidade moderna para a nova capital. Muitos trabalhadores que moravam nestas áreas

consideradas “ilegais” adotavam práticas do meio rural (de onde eram originários), no cotidiano da nova capital. Tais atitudes destes operários podem ser abordadas como uma espécie de resistência à ideia de modernidade trazida pelos empreendedores de Goiânia que estavam na administração pública. No entanto, a origem rural permeava tanto famílias de latifundiários que moravam no centro do núcleo urbano, como daqueles trabalhadores da periferia ou da zona rural.

Através da modernidade expressa pela arquitetura *art déco* dos primeiros prédios administrativos de Goiânia, o governo parecia esconder as residências consideradas “provisórias”. Talvez isso explique o grande descampado no centro do núcleo urbano de Goiânia no início da cidade (para que os barracos não ficassem perto de matas, como de costume). Isso porque no núcleo urbano havia imensos espaços abertos entre uma edificação e outra, com pouquíssimas ou nenhuma árvore. Ressalta-se que, diferentemente de alguns relatos historiográficos e de pioneiros, a área na qual se construiu a nova capital de Goiás, era 60% composta da biota do cerrado denominada de *cerradinho*. (GOMES, 2002). As moradias improvisadas contrariavam a recomendação de um dos projetistas de Goiânia, Armando Godoi, que indicara que “as bacias dos riachos escolhidos para abastecer de água a futura capital sejam desapropriadas até as nascentes”. (GODOI 1933, apud TEIXEIRA, 1973, p. 94). Todavia, este rigor ambientalista não é observado na venda de novos loteamentos e na condescendência do poder público com corretores, empresários e fazendeiros para a comercialização.

As consequências ambientais da devastação dos *habitats* naturais da fauna e da flora nativas do cerrado para a construção de Goiânia, fez com que a Diretoria Geral de Saúde pedisse ajuda ao governo federal. Por meio do ofício número 65, datado em 14 de fevereiro de 1939, o então diretor geral de Saúde do Estado de Goiás, Irany Alves Ferreira, expõe a situação da malária às margens do rio Meia Ponte.

Ferreira relata que o governo estadual estava tentando extinguir as “fontes” das causas da doença, por meio “do serviço de saneamento-limpeza’ das mencionadas margens, drenamento com abertura de valos e esgotos para o escoamento das águas transbordadas pelo rio, etc, (sic) que infelizmente não poderão ser como era de desejar, dados os poucos recursos”. (AHE, caixa 950, ano 1939). Também, iniciou-se em outros cursos d’água do município, serviços de “profilaxia- extinção de focos lavrários”. (*Ibidem*).

Em um memorando da Secretaria Geral de Saúde, datado em 03 março de 1939, nº 92, reconhece-se “os diversos casos de ‘Malária’ nas margens do rio Meia Ponte, próximo a esta capital, em caráter epidêmico” (*Idem*), foi solicitado à Comissão de Compras uma grande quantidade de medicamentos. Solicitou-se à “Casa Bayer a remessa de 5000 comprimidos de ‘Antebrina’ e de 5000 de ‘Plamoquinina’”. (*Idem*).

Diante dos relatos de Galli (2007), a quantidade de remédios para epidemia de malária no rio meia ponte não parece exagerada. A enfermidade causou grande preocupação a Pedro Ludovico, pois, “se porventura num determinado dia estivesse no canteiro 200 trabalhadores, de repente no outro apenas 40 ou 50 poderiam voltar ilesos da contaminação da epidemia”. (GALLI, 2007, p. 33). A administração pública teve que convidar médicos “credenciados” de outros estados, como do Mato Grosso, para tentar atenuar a situação, pois o estado era contra a prática do “curandeirismo” com plantas nativas do cerrado.

Por meio dos inspetores de farmácia, de saúde ou de higiene, monitoravam-se as práticas da “medicina ilegal” na cidade de Goiânia. Isso privava muitos operários de utilizarem seus conhecimentos tradicionais para combater enfermidades. Saberes populares que muitas vezes eram considerados eficientes pelos moradores, o que corrobora com o grande número de atos administrativos para fiscalizá-los devido a proliferação daquela atividade.

A falta de diretorias, departamentos e órgãos específicos para tratar das respectivas questões ambientais, de saúde e sanitárias (apesar de estarem intrinsecamente ligadas umas as outras), fez com que a administração pública da nova capital goiana solicitasse à Diretoria Geral de Produção e Trânsito para “regularizar o abastecimento de água” na cidade. Dado este relatado no ofício da Diretoria Geral de Saúde, nº 17, de 20 de janeiro de 1939. (*Idem*)

Era comum que um órgão, departamento ou diretoria fizesse o serviço do outro e, não são poucos os ofícios e memorandos datilografados, depois de recebidos, serem arremetidos em letra cursiva para outra diretoria ou secretaria. Sem contar os órgãos que surgiam e eram extintos continuamente.

Considerações Finais

Entende-se que as preocupações ambientais nunca foram tão discutidas na sociedade como na atualidade. Que o conceito de meio ambiente começou a se desenvolver a partir da concepção de cientistas naturais, como biólogos, que criaram o conceito de “capacidade de carga”, que é a densidade de população em cada região por demanda de recursos naturais, da qual mais tarde surgiria, segundo Drummond (2006), os conceitos de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Isso consolidou-se entre as décadas de 1930 e 1980.

A partir desta demanda, a história ambiental emergiu-se na segunda metade do século XX para atender a uma demanda que está em crescimento. Destarte que, estas novas demandas ambientais, levaria o historiador a conceber a história sob a visão holística na interação do homem com a natureza, o que poderia causar choques ou diálogos com a historiografia tradicional.

Neste contexto, é supramencionado a gestão ambiental da administração pública durante a construção de Goiânia, que não atendeu em sua totalidade a institucionalização da preservação das florestas por meio das Constituições de 1934 e 1937. Não implantou órgão específico de limpeza urbana na cidade. Fez com que o desmatamento e a morte de parte da fauna silvestre influíssem na cadeia alimentar, e aumentasse a quantidade de vetores como o transmissor da malária, causando diversas mortes entre o operariado que iniciou as primeiras obras de Goiânia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHE –Arquivo Histórico Estadual – Diretoria Geral de Serviços Sanitários. Diretoria Geral de Serviços Sanitários, ofício número 350, datado em Goiânia no dia 11 de outubro de 1938, protocolo nº 1975, com a data de 10/10/1938. Estado de Goiás. Caixa 948. Ano 1938.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Ofício número 234, da Diretoria Geral de Serviços Sanitários de Goiás, datado na cidade de Goiânia, em 25 de junho de 1938. Enviado para a Secretaria Geral de Obras da Nova Capital. Caixa 936.

AHE – Arquivo Histórico Estadual – Ofício da Diretoria Geral de Serviços Sanitários. Datado em 11 de outubro de 1938, na cidade de Goiânia. AHE, Caixa 948, ano 1938.

AHE – Arquivo Histórico Estadual – Diretoria Geral de Saúde. Ofício nº 17, de 20 de janeiro de 1939. Estante 42, caixa 950, ano 1939.

AHE – Arquivo Histórico Estadual. Diretoria Geral de Saúde pediu ajuda ao governo federal. Por meio do ofício número 65, datado em 14 de fevereiro de 1939. AHE, caixa 950, ano 1939.

AHE - Arquivo Histórico Estadual. Documento do Ministério da Agricultura, datado na até então capital federal do Brasil, cidade do Rio de Janeiro, no dia de 22 de setembro de 1939. Estante 42, Caixa 950, ano 1939, Ministério da Agricultura – Serviço Florestal.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. 1934.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. 1937.

CÂMARA, Jaime. *Os Tempos da Mudança*. Goiânia 1979. Editora O Popular, 272.

CARVALHO, Isabel Cristina; STEIL, Carlos Alberto. Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica. *Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental*, volume especial, mar. 2013, FURG, Rio Grande-PR, p. 59-79.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística* In: Cadernos de Linguagem e Sociedade. 2009. p. 125-149.

DRUMMOND, José Augusto. *A Primazia dos Cientistas Naturais na Construção da Agenda Ambiental Contemporânea* In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2006 p. 5-25.

GALLI, Ubirajara. *A história do batismo cultural de Goiânia*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007, 98 p.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Edunesp, 1991.

GOMES, Horieste. *Lembranças da Terrinha*. Goiânia. Ed. do Autor, 2002. 226 p.

KOSELLECK, Reinhart, 1923 – 2006. *Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão: Wilma Patricia, Carlos Almeida Pereira; Revisão da tradução: César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006. 368 p.; 23cm. Tradução de Vergangene Zukunfi

LEFF, H. Construindo a História Ambiental da América Latina. *ESBOÇOS* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, Nº 13, p. 11-26, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/383/9913>

MACIEL, 2015, p. 33, et al SILVA, Ademir Luiz da. (Org) e OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. (Org) *Goiânia em mosaico – visões sobre a capital do cerrado*. Goiânia. Ed. da PUC Goiás, 2015. 319 p.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia, 1979*, Goiânia, Gráfica e Editora Lider. 663 p.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *Acidente Com o Césio 137 e a Pós-Modernidade em Goiânia*. SERPA, Élio Cantalício (Org). II MAGALHÃES, Sônia Maria de de (Org). *História de Goiás: memória e poder*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. p. 228.

_____. *As Cidades dos Sonhos/ organizadores*, Nasr Fayad Chaul e Luis Sérgio Duarte da Silva – Goiânia: Ed. da UFG, 2004. 255 p.

PÁDUA, José Augusto. *As Bases Teóricas da História Ambiental. Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10468/12202>

PROST, Antoine. 1933 – *Doze Lições Sobre a História*; [tradução de Guilherme de Freitas Teixeira] – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Título original: *Douze leçons sur l'histoire*, 287 p.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado*; tradução de Asta-Rose Alcaide. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, (Teoria da História 2)

SOUZA, Armênia Pinto. *Goiânia - A Saga dos Pioneiros*. Goiânia: Gráfica Oliveira, 1989.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias; auto-biografia*. Goiânia, Livraria Editora Cultura Goiana, 1973. 313 p., 21,5 cm.

WOSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>

DIRETAS JÁ: (1983/1984)

*Valdenor Cabral Dos Santos*⁵⁰⁶

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar o movimento conhecido como “Diretas Já”, esse movimento aconteceu no Brasil entre os anos de 1983 e 1984, foi um movimento apartidário que tinha como objetivo pressionar o congresso Nacional para a aprovação da emenda Nº 5 que ficou conhecida com Lei Dante de Oliveira, essa emenda visava o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, após longos anos do regime militar instaurado em 1964. Para tal análise fizemos um retrospecto dos principais momentos da história política nacional, tentando demonstrar que em nenhum outro momento anterior a esse houve participação e mobilização popular no sentido de reivindicar um lugar no debate político nacional. O movimento das “Diretas Já” levou milhões de pessoas as ruas em prol de uma causa nacional.

⁵⁰⁶ Orientação: Professora Dr^a Albertina Vincentini Assumpção.

Formação da consciência política brasileira

Ao analisarmos a história política do Brasil, encontramos diversos acontecimentos que contribuíram para a formação da consciência política do País. Mas o período compreendido entre os anos de 1983 e 1984 traz algo novo para a história política do Brasil, nesse período a história política nacional ficou marcada pelo movimento das “Diretas Já” um movimento apartidário que trouxe algo novo, quando inseriu em seu contexto uma ampla participação popular e de movimentos sociais. O movimento das “Diretas Já” foi marcado por uma grande mobilização dos mais variados setores da sociedade que exigia a volta do voto direto para presidente da república, que havia sido suspensa pelo regime militar vigente no Brasil (1964-1985). O movimento das “Diretas Já” surgiu em apoio a um projeto de lei que propunha o restabelecimento da democracia no Brasil, desde seu lançamento esse movimento foi se encorpando, ganhando força e angariando a simpatia de uma grande parcela da sociedade, fazendo nascer no coração dos Brasileiros um sentimento de nacionalismo como em poucos momentos da história nacional. Para entendermos a importância desse movimento, devemos fazer uma análise de fatos políticos que marcaram a história política do Brasil.

Um dos momentos mais importantes e que dá início a formação da consciência e a participação nas decisões políticas na sociedade brasileira e a chegada da família real portuguesa ao Brasil que fez com que o Brasil passasse a sediar o poder político do reino de Portugal, “esse fato abre as portas para um processo que culmina com a nossa independência” (Nilo Odalia, 1997 p. 25) esse fato que iria mudar tão profundamente a história do Brasil aconteceu sem qualquer influência da população, teve mais a ver com a revolução francesa e com disputas internas de Portugal com nos mostra Maria Odila:

A história da emancipação política do Brasil tem a ver, no que se refere estritamente à separação política da mãe pátria, com conflitos internos e domésticos do reino, provocados pelo impacto da Revolução Francesa, tendo mesmo ficado associado à luta civil que se trava então as novas tendências liberais e a resistência de uma estrutura arcaica e feudal contra as inovações que a nova Corte do rio tentaria impor ao reino. (Maria Odila, 2005 p.13)

Com a chegada da família Real portuguesa no Brasil já começa a haver conflitos entre as elites agrárias, nativistas de tendência liberal e os comerciantes portugueses apegados à política protecionista e aos privilégios de monopólio, e que saíram

prejudicados com a abertura dos portos para a Inglaterra. Os conflitos gerados pela incompatibilidade entre o absolutismo de um lado, e a política mercantilista da coroa e as pressões do novo liberalismo econômico, foram os fatores decisivos para as transformações, que viriam ocorrer acarretando com o surgimento de um movimento de libertação nacional. Para Maria Odília “dadas, porém as, peculiaridades sociais da sociedade colonial brasileira, essas não se identificavam por intermédio com o movimento de libertação nacional” (2005 p. 31).

Os anos em que a corte portuguesa ficou no Brasil, juntamente com a abertura dos portos aos Ingleses acabou por aumentar o poder da elite agrária local, que antes estavam presos ao monopólio de comércio com os portugueses, Segundo Maria Odila “Ao perder o papel de intermediários do comércio do Brasil, restava aos comerciantes portugueses unir-se às grandes famílias rurais e aos interesses da produção” (2005 p. 11). Dessa forma esses grandes proprietários rurais ganham não somente força financeira mais passa também a interferir no cenário político, algo que até então não acontecia na colônia, pois todas as decisões estavam nas mãos do Rei e da corte portuguesa. Para Florestan Fernandes:

“Sob o estatuto colonial, só o controle do poder se operava de fora para dentro, as probabilidades de atuação social das elites “nativas” subordinavam-se às conveniências da Coroa e dos que representassem, dentro da sociedade colonial, os seus interesses econômicos, sociais e políticos mais profundos” (Florestan Fernandes, 1976, p. 32).

Enquanto os interesses das classes dominantes eram preservados, houve muitos conflitos, mais esses conflitos eram geralmente regionalizados e principalmente em lugares distantes do centro-sul onde a chegada da família real em muito agradava e de certa altura ajudava as elites agrárias locais. Um exemplo claro desses descontentamentos locais pode ser visto no movimento republicano de 1817 que aconteceu no estado de Pernambuco quando representantes da elite local tentaram a separação dessa parte do Brasil e constituir outro país. Como nos mostra Evaldo Cabral:

A transmigração da Coroa havia frustrado as expectativas dos seus vassallos americanos, particularmente dos mais bem informados, com referência à introdução das reformas políticas que tanto necessitava a ex-colônia. Que a idealização do reinado joanino nascesse e se desenvolvesse no Rio parece algo de perfeitamente natural quando se sabe que a sede da Corte foi a grande beneficiária da imigração dos Braganças, enquanto as capitanias se viram adicionalmente taxadas de

modo a financiar o embelezamento da capital para fazê-la aceitável aos cortesãos e funcionários públicos de extração reinol. (Evaldo Cabral 2002, pg. 53)

Como podemos perceber todas as ações de questionamentos da sociedade ou descontentamentos com a Coroa e motivado por interesses das elites locais em garantir seus privilégios. Durante o período em que a família portuguesa esteve no Brasil (1808 - 1821), todos de alguma forma tentavam manter-se próximo e nas graças do rei, a fim de se beneficiar de alguma forma, as classes dominantes se apegaram na figura do rei seja atraídos pelos títulos de nobreza (que eram concedidos aos montes), mas também como forma de se manter a hegemonia diante dos rivais na luta pela manutenção do poder local. Enquanto na Europa permanecia em guerra e sob domínios de Napoleão, no Brasil mesmo com conflitos internos e locais Dom João gozava de um prestígio muito grande perante a elite local, esse quadro irá mudar quando por pressões da corte e a o movimento que ficou conhecido como a Revolução dos Portos o rei se vê obrigado a partir para a Europa e transferir a além de todo aparato administrativo o corpo político do reino, o Brasil deixaria de ser o centro das decisões políticas do reino. Diante desse fato que se consolida em 1821, acontece no Brasil mais uma vez a movimentação das elites dominantes no sentido trabalhar para ampliar seus poderes e manterem os privilégios conquistados. Para isso trataram de promover a independência do Brasil, para Maria Odila:

“Ao contrario do que se da na maior parte dos países da America espanhola, em que “creolos” expulsam e expropriam os espanhóis metropolitanos, assistimos, em torno da nova Corte e da transmigração da dinastia de Bragança, ao enraizamento de novos capitais e interesses portugueses, associados às classes dominantes nativas... Maria Odila 2005, pg. 31”.

Passado processo de independência acompanhamos diversos momentos políticos que não só consolidaram e ampliaram o poder das elites agrárias do centro-sul.

Proclamação da Republica e Revolução de 1930

A proclamação da republica no Brasil assim com a independência não contou com a participação popular, o que houve no Brasil no dia 15 de novembro do ano de 1889, foi um golpe contra a monarquia brasileira, em que a pequena parte da população que

acompanhava não tinha sequer a ideia do que acontecia. Diversos fatores que levaram um grupo de formadores de opinião de uma elite juntamente com o exercito a dar esse golpe, são fatores de ordem econômicos religiosos e sociais. Assim como o processo de independência a proclamação da República aconteceu de repente, sem que houvesse uma participação popular e busca de apoio da sociedade, o que se viu foi o exercito apoiado por setores da elite econômica carioca decidir o futuro do país de forma que ate mesmo quem estava presente assistiu de forma bestificada o golpe sem entender a importância desse momento para suas vidas e para a vida do país.

“A participação popular foi menor do que na proclamação da independência. Não houve grande movimentação popular nem a favor da República, nem em defesa da monarquia. Era como se o povo visse os acontecimentos como algo alheio a seus interesses.” (CARVALHO, 2005, pag. 81).

Esse domínio político e econômico da elite agrária só irá sofrer um grande conflito no século XX, principalmente após a crise de 1929 que afetará gravemente a economia brasileira baseado em produtos agrícolas, fazendo com que o monopólio político das elites agrárias fosse de certa forma questionada e trará para a cena política um novo ator que é nova burguesia que foi se desenvolvendo após a independência e ganhando importância político e econômico, e que irá se consolidar com nova classe dominante no decorrer do século seguinte principalmente após 1930.

“O estado oligárquico foi à expressão político administrativa de um modelo econômico de acumulação capitalista via setor primário, cujas principais características políticas eram a hipertrofia do aparato repressivo do estado, a exclusão da maioria da população dos órgãos de decisão, a eliminação dos elementos democráticos burgueses que se levantassem como alternativa progressista ao desenvolvimento do capitalismo e, muitas vezes, a intervenção política direta ou indireta do capital monopólico.” (Wasserman 1992, p. 20):

Logo após a proclamação da república o que se viu no Brasil foi o predomínio de interesses ligados a uma oligarquia agrária principalmente os cafeicultores, essa elite através dos chamados votos de “cabresto” (tipo de influencia política através de compras de votos, intimidações e fraudes) e de fraudes mantinham o poder e impuseram seu domínio político. Esse período ficou marcado pelo chamado “coronelismo” onde os interesses regionais se sobrepujam aos interesses nacionais. Esse período conhecido

como Republica Velha (1889-1930) marca mais um momento da história brasileira em que o povo somente assiste os acontecimentos sem participar efetivamente do processo político. Em um acordo o governo do país era assumido hora por políticos indicados por São Paulo hora por políticos indicados por Minas, nesse sistema as eleições sempre eram vencidas por políticos apoiados pelo governo.

Ao analisarmos o golpe de estado que depôs o governo de Washington Luiz e instituiu o governo de Getulio Vargas, notamos mais uma vez os interesses em jogo exclui a participação popular no processo.

Com a crise econômica de 1929 o mundo inteiro passou por mudanças, e no Brasil não foi diferente pois essa crise atingiu em cheio as oligarquias que comandavam o país, nesse contexto aconteceu no Brasil a Revolução de 1930, que foi um movimento patrocinado pela classe dominante brasileira, mais ligada ao capitalismo norte-americano, vinculado ao setor pecuário, instalado mais ao sul do Brasil, que tinham grande interesse em derrubar do poder as oligarquias da região Sudeste. A classe media, setores das oligarquias agrárias não ligados ao eixo São Paulo – Minas, os tenentes revoltados contra a situação social brasileira compunham a Aliança liberal. Segundo Miguel Bodea “A revolução de 1930 acarretou a substituição, no seio da classe dominante, do núcleo oligárquico tradicional por uma nova elite, de origem positivista, reformadora e modernizante, que acabaria se personificando na figura de Vargas ”.

Getulio propunha entre outras coisas uma politica de desenvolvimento a longo prazo baseado em um projeto mais nacionalista. O grupo que o apoiava tinha como propósito resgatar a grande dívida social deixada pelos antigos regimes, ampliar o mercado interno, fazendo com que se aumentasse o desenvolvimento industrial no Brasil.

Apesar de fazer um governo que tinha a um apelo e um apoio social muito forte o governo de Vargas acabou se transformando em um governo totalmente autoritário que excluía a participação popular das decisões políticas, principalmente após a instalação do Estado Novo (1937-1945) período em que Getulio governo de forma ditatorial instalando no Brasil um governo de caráter Nazifascista.

Diretas Já

A partir de 1945 o mundo enfrenta uma polarização entre duas forças políticas de um lado os Estados Unidos capitalistas e de outro União Soviética Socialista, essa divisão

ira influenciar transformar o cenário político mundial, o Brasil passou a fazer parte da área de influência norte americana, a indústria nacional passou a receber ajuda financeira e se abriu para o capital norte americano. Mas a partir de 1950 com o governo de Getulio Vargas a elite dominante brasileira temendo que acontecesse no Brasil o que já havia acontecido em diversos países do mundo que se alinharam com a União Soviética, começaram a articular politicamente para a conquista do poder. Essas articulações acabaram levando o presidente Getulio Vargas ao suicídio e se agravaram ainda mais a partir de 1959 quando Fidel Castro tomou o poder em Cuba (uma pequena ilha do caribe, que era governada por Fulgencio Batista e que desde a independência era área de influencia norte americana). Temendo que esse movimento se espalhasse pelo continente americano, seguiu-se uma série de golpes militares patrocinados pelos Estados Unidos nos países da América do Sul. “Entre os representantes do regime de 64 foi comum dizer que o povo brasileiro é despreparado e que democracia aqui não passava de uma impropriedade” (Robert Schwarz 1987, pg. 29). O golpe de 1964 no Brasil aconteceu devido ao interesse da elite, temendo perder seu domínio econômico e político e ao interesse norte americano de que o Brasil pudesse se tornar uma grande Cuba (ilha do caribe que após um golpe, se alinhou ao regime comunista da União Soviética

“A guerra fria na América Latina começou no fim dos anos 40, quando movimentos favoráveis à mudança política e econômica surgiram em muitos países do continente e acabaram reprimidos ou esmagados pelas elites locais com a ajuda dos Estados Unidos. Manipulando a retórica do anticomunismo, os Estados Unidos mantiveram os países latino-americanos na esfera da influência ocidental por meio de invasão, orquestração de golpes, obstáculos à reforma social e apoio técnico e político a regimes militares repressivos” (Purdy 2007, p.229)

Em 1964 um golpe de estado colocou fim ao governo democrático do presidente João Goulart que deu lugar a uma ditadura militar no Brasil, com a saída de João Goulart da presidência assume em seu lugar o Marechal Humberto Castelo Branco e a ele sucederam o também Marechal Artur da Costa e Silva, e os Generais Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo respectivamente. Neste período o Brasil passa por grandes transformações no campo político e econômico do país mas que assim com as mudanças que acarretaram o processo de implantação da Ditadura militar excluiu de forma clara a participação popular.

No campo político podemos destacar os decretos dos Atos Institucionais, que eram leis criadas pelo presidente da república sem consultar o congresso nacional. Estes atos

foram responsáveis pelo endurecimento do regime militar no Brasil. Entre os Atos Institucionais (AI), alguns merecem destaque como o AI 1 de 1964 que entre outras coisas suspendeu as eleições diretas para presidente, o AI 2 de 1965 que instituiu o bipartidarismo no Brasil e o AI 5 de 1968 que foi o mais rigoroso de todos os Atos Institucionais : suspendeu o habeas-corpus (direito dos presos responderem as acusações em liberdade) tornou rigorosa a censura sobre meios de comunicação, proibiu manifestações e aglomerações nas rua além de prisão perpetua para crimes políticos (Diogo, 2012 : 195,200 e 218).

Após um longo período no poder e apesar das repressões, a ditadura militar começou a se enfraquecer, e ao mesmo tempo a insatisfação com o regime começou a ganhar força. Pressionados por diversos setores da sociedade, políticos e pela mídia, a partir de 1974 com a ascensão do governo Geisel os militares começaram a tomar medidas que permitiram o retorno de elementos democráticos ao país. Foi o caso da quebra do sistema bipartidário em 1978 (que permitiu a criação de novos partidos) e a lei da anistia (que anistiou diversos políticos que haviam perdido seus direitos políticos ou haviam sido exilados) assinada pelo presidente João Batista Figueiredo em 1979 (Carvalho, 2003, p. 175).

Já nas eleições de 1982 foi possível que concorressem candidatos dos recentes partidos criados para os cargos de governadores e deputados. Entre os novos eleitos estava o deputado federal pelo PMDB/MT Dante de Oliveira, que já no início do seu mandato começou a coletar assinaturas em apoio a seu projeto de lei que restabeleceria eleições diretas para presidente da república. No dia 2 de março de 1983 ele apresentou a proposta de emenda constitucional N° 5 que ficou conhecida com lei Dante de Oliveira, e que logo tomou espaço na mídia e mobilizou os mais variados setores da sociedade (Leonelli; Oliveira, 2004, p. 78).

A campanha das “Diretas Já” foi oficialmente lançada em Goiânia em um congresso do PMDB e contou com a presença de aproximadamente cinco mil pessoas, e se seguiu de diversos outras manifestações pelo Brasil o que revelavam o grande interesse da população por eleições diretas para presidente da república (Rodrigues, 2002. p 30-31). O movimento em prol das “Diretas Já” no Brasil só alcançou uma enorme repercussão porque contou com a participação das mais diversas camadas da sociedade civil, de acordo com Napolitano a sociedade civil começou a agir coletivamente e politizar um conjunto de questões relacionadas ao cotidiano da vida nas grandes cidades,

ocupando praças, igrejas, bares, escolas e transformando-os em espaços públicos de “reorganização política e de oposição ao regime” (1998, p. 48).

E um movimento grande e envolvendo setores tão variados da sociedade não pode ser visto como um movimento homogêneo, de acordo com Rodrigues (2003) a divergência entre os membros do comitê partidário Pró Diretas expressava duas lógicas diferentes: a ruptura e a da negociação. Essas lógicas mostram concepções diferentes sobre a prática política dos grupos que compunham o movimento. A primeira correspondia a uma visão revolucionária, de base socialista contrária a negociação. A segunda expressa uma concepção liberal democrática, que considera ser a prática política, espaço privilegiado para a construção do consenso possível.

Embora houvesse divergências na forma como seria conduzido o processo das “Diretas Já”, nos comícios que aconteciam em todo Brasil o que se via era a união de todos em prol do movimento.

A campanha das “Diretas Já” começou com manifestações acanhadas, mas que com o tempo foi ganhando força e assumiu características de empolgante campanha de massa, apoiada por uma rede de movimentos populares e de partidos de oposição ao regime ditatorial. Contou com a ousadia dos mais jovens e também com a perspicácia de uma geração política que havia resistido ao autoritarismo dos anos de chumbo da ditadura. No período compreendido pelo ano de 1983 quando foi lançado em Goiânia ao dia 16 de Abril de 1984, data em que mais de um milhão de pessoas participaram do último comício em São Paulo aconteceram diversas manifestações pelo Brasil.

As Diretas Já tomaram as ruas. A emoção aparece clara na voz de milhões de pessoas que descobrem que o hino nacional é do povo. E que o povo tem voz e deve ser ouvido. A bandeira é o símbolo da terra, como se cantava obrigatoriamente nas escolas e que agora parece uma linda canção de esperança. Um grande momento do Brasil. (GONTIJO, 2003: 141).

Ao analisarmos a dimensão desse movimento, percebemos que esse assunto ainda e pouco discutido e que temos poucas publicações a respeito, acredito que um movimento tão recente e tão importante necessite de uma análise mais aprofundada, para que a sociedade tenha a oportunidade de saber o que representou o movimento por eleições diretas para presidente da república e que mesmo a lei de Dante de Oliveira não tendo sido aprovada o movimento pelas “Diretas Já” foi de extrema relevância para a história

política do Brasil, pois a partir dele que se sucederam uma série de eventos que desencadeou na redemocratização do país.

“Se por um lado segmentos da sociedade pressionavam a Rede Globo para engajar nas manifestações pelas Diretas, por outro lado à emissora vinha sendo pressionada pelos militares a não cobrir o evento. Woile Guimarães, então diretor dos telejornais de rede, diz que ministros e generais ligavam para Roberto Marinho, ameaçando até mesmo retirar a concessão para o funcionamento da emissora” (REDE GLOBO DE TELEVISÃO, 2013.).

Mesmo não sendo aprovado o movimento das Diretas Já teve um papel importante na redemocratização do Brasil e contou com algo novo no cenário político nacional que foi a participação popular algo que não presenciávamos em outros momentos importantes da história política brasileira. Apesar de intensas movimentações da sociedade de um modo geral a votação da emenda Dante de Oliveira não foi aprovada no dia 25 de abril de 1984 os parlamentares foram na contramão dos anseios da sociedade foram 298 votos favoráveis e 65 contrários e 3 abstenções. Os votos a favor, embora majoritários, não alcançaram o quorum necessário para ser aprovado faltando ainda 22 votos:

Eram duas da madrugada do dia 26 de Abril e já haviam se passado 17 horas desde que o senhor presidente Moacyr Dalla instalara a sessão do Congresso Nacional, as nove da manhã do dia 25. Plenário e galerias permaneceram absolutamente lotados, mesmo depois do sexagésimo quinto voto contrário e da centésima vigésima oitava ausência, quando se constatou que a derrota das Diretas Já era irreversível. (Leonelli; Oliveira, 2004, p.591).

A frustração da população foi imensa, mas o clamor cívico das “Diretas Já”, apontado por muitos como a maior mobilização popular da história brasileira (Carvalho, 2003, p.188), revelava que no Brasil havia nascido uma nova sociedade civil, plural e participativa que queria ter uma participação maior na vida política do país.

Portanto, não se pode negar que todo esse movimento da campanha pelas “Diretas Já” colocara o Brasil no caminho da redemocratização, pois em 15 de janeiro de 1985 um civil e reconduzido ao poder, mesmo que de forma indireta Tancredo vence as eleições, mas adoece e não chega a assumir vindo a falecer, no seu lugar assume o vice José Sarney, e o processo de redemocratização se completa com a aprovação da constituição de 1988 e com as eleições diretas para presidente do Brasil em 1989.

E importante também salientar que após esse acontecimento o povo percebeu que podem e devem ir para as ruas na tentativa de impor suas reivindicações e de participar da vida política do país, e não somente serem passivos a todos os acontecimentos que de alguma forma influenciam suas vidas.

Referencias Bibliográficas:

Odalia, Nilo, 1929- As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiografia de Varnhagen e Oliveira Vianna / Nilo Odalia. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. A interiorização da Metrópole e outros estudos. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005, 168p.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5ªed. São Paulo: Globo, 2006.

WASSERMAN, Claudia. **História Contemporânea da América Latina: 1900-1930** / Claudia Wasserman. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1992.

BODEA, Miguel. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

SCHWARZ, Roberto, 1938 – Que Horas São? Ensaios / Roberto Schwarz – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

PURDY, Sean. *Rupturas do Consenso: 1960-1980*. In : KARNAL, Leandro. Historia dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro: Record,2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas já: O grito preso na garganta*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2002.

GONTIJO, Silvana. *A voz do povo. O Ibope do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

MOLÉSTIAS E MILAGRES EM GOIÁS (1900-1930): ANÁLISE DE UM IMAGINÁRIO MÁGICO-RELIGIOSO

*Wdson C. Freire de Melo*⁵⁰⁷

RESUMO: O ex-voto não é somente um meio de *ligação mágica* entre o homem e o divino, mas também uma imagem capaz de revelar aspectos da realidade social das devoções. Para além da busca do sobrenatural, essas imagens trazem sintomas de uma sociedade pobre, extremamente rural, a mercê de um sistema arcaico de saúde. Na ausência de recursos, a população recorria à *medicina popular*, às tradições, aos santos e divindades, formando assim, a partir dessa junção, um *imaginário mágico-religioso*, dissonante em múltiplos aspectos do Catolicismo Oficial. A presente análise concentra-se nas três primeiras décadas do século XX em Goiás.

Palavras-chave: *Milagres*; cultura popular; imaginário mágico-religioso; doenças; Goiás.

INTRODUÇÃO

O ex-voto não é somente um meio de *ligação mágica* entre o homem e o divino, mas também uma imagem capaz de revelar aspectos da realidade social das devoções;

⁵⁰⁷ PUC-GO; Bolsista da CAPES; Orientador: Dr. Eduardo José Reinato.

revela antes as dificuldades cotidianas de um determinado contexto. Uma categoria interessante de trocas simbólicas entre o imanente e o transcendente. Enfim, o que faz com que o devoto acione aquilo que chamamos de “imaginário religioso⁵⁰⁸”? Por que o apelo ao sobrenatural? A partir dessas imagens votivas, o que se pode refletir da sociedade goiana nas primeiras décadas do século XX?

Para tanto, além dos ex-votos bibliográficos ofertados ao Divino Pai Eterno de Trindade nas três primeiras décadas do século XX⁵⁰⁹, necessitar-nos-emos de outras fontes tais como registros de viajantes, correspondências, crônicas dos redentoristas, ex-votos pictóricos, teses e documentos públicos referentes à saúde dos goianos nesse período abordado; passando por agressões a que o corpo de homens, mulheres e crianças se sujeitava, pretendemos relacionar devoção, doenças e *Milagres* em Goiás.

O ex-voto é popularmente conhecido por Milagres. No Dicionário do Folclore Brasileiro de Luiz da Câmara Cascudo, encontramos o seguinte verbete: “o *milagre* é a representação do órgão ou parte do corpo humano curado pela intervenção divina e oferecido ao santuário em testemunho material de gratidão” (CASCUDO, 1954). O termo é uma abreviação do latim *ex-voto suscepto* (o voto realizado), designa pinturas, esculturas e variados objetos doados às divindades como forma de agradecimento por um pedido alcançado. O ex-voto então seria uma mera representação do “milagre em si”, uma retribuição ou agradecimento pela graça obtida.

A prática ex-votiva ocorre desde a Antiguidade e, ainda na atualidade, encontra-se presente nos grandes santuários cristãos. Essa forma do homem se relacionar e “se comunicar” com o sobrenatural é uma prática observada em todas as épocas e culturas. Comum entre os pagãos, os ex-votos foram assimilados pelos cristãos por volta do século IV e, a partir de então, tornaram-se representações impregnadas da crença no milagre (ABREU, 2001). No Brasil, para se tentar resgatar a origem da manifestação ex-votiva,

⁵⁰⁸ No seu estudo sobre o imaginário religioso nas devoções marginais, o autor José Carlos Pereira sintetizou *Imaginário* como “aquilo que pertence ao domínio da imaginação. É a reunião de elementos pertencentes ou característicos do folclore, da vida, seja de um grupo de pessoas, um povo ou uma nação. [...] Imaginário, portanto, pode ser entendido por “imagens” que povoam as ideias ou a mente de pessoas ou grupos específicos e que são vistas, a partir desses, como axiomas que norteiam suas ações comportamentais” (PEREIRA, 2011). Para Michel Maffesoli, “O imaginário é algo que ultrapassa o indivíduo, que impregna o coletivo ou, ao menos, parte do coletivo”, além disso, é a existência de um imaginário que determina a existências de conjuntos de imagens (MAFFESOLI, 2001, O imaginário é uma realidade. Entrevista Revista FAMECOS).

⁵⁰⁹ São cartas confeccionadas por devotos de diferentes regiões do Estado de Goiás. A princípio, as cartas foram reunidas num caderno pelo então vigário Pe. Antão Jorge.

Figueiredo diz que precisamos, antes de tudo, ter em mente que “a religião em Portugal sempre foi uma mistura de elementos advindos de diferentes culturas, como a romana e a muçulmana, entre outras”. Nesse sentido, os ex-votos podem ser considerados como um lugar de encontro de culturas e tradições diversas, onde se cruzam elementos pagãos, folclóricos e cristãos.

A autora aduz ainda a impossibilidade de saber qual foi o primeiro povo que ofertou, em terras brasileiras, a deuses ou santos, o primeiro ex-voto. Contudo, sugere:

...é certo que, se essa forma de manifestação e de comunicação com o divino chegou aos dias de hoje, deve ser observada com extrema atenção, pois fala mais de seu tempo do que podemos imaginar ao passar os olhos nos pedidos e agradecimentos das salas de ex-votos de nosso país (FIGUEIREDO, 2011).

É interessante se atentar à ideia de que tais expressões são exatamente representações de desejos, uma vez que materializam o sofrimento do pedinte e seu anseio de cura. Segundo Didi-Huberman, “antes de representar a alguien, el exvoto representa el sintoma y el rezo de alguien: lo que el donante hace modelar em la cera es, ante todo, *aquello que le hace sufrir y aquello que desea que se transforme*, se alivie, se cure, se converta” (DIDI-HUBERMAN, 2013, grifo do autor). Em grande maioria, são doados como gratidão diante dos problemas ocasionados por patologias ou por acidentes físicos. Pode-se abertamente observar que muitos dos ex-votos são criados logo após operações. Simbolizam – por conseguinte – as dores corporais e os distúrbios causados por doenças ou desgraças.

Além disso, o ex-voto cumpre a função propagandística, ao mostrar ao visitante a possibilidade da intervenção divina. Por isso, conforme a tradição, esses objetos votivos são dependurados nas paredes dos templos, e quanto mais próximos do altar – melhor. Diante do público, e como consequência de uma promessa (materializada em objeto), deve contar a história de um milagre e conter os dados precisos do indivíduo, o lugar e a causa, uma prova verificável do feito e um testemunho da devoção e potência intercessora (HERRERO, 2015).

Para o historiador Michel Vovelle, o ex-voto é uma confissão inconsciente e revela os elementos da psicologia do milagre e do sistema de atitudes diante do perigo, da doença e da morte (VOVELLE, 1997). Utilizando-o como uma importante fonte da historiografia, o ex-voto também se situa no campo do estudo da memória social, por

trazer informações do indivíduo ou coletividade e por se tratar do testemunho de acontecimentos (OLIVEIRA, 2014.).

Apesar de ser comum – hoje em dia – a utilização da prática ex-votiva por diferentes classes sociais, sua origem está diretamente relacionada à *religião popular*. Adotando aqui a definição de Parker, as religiões populares são manifestações que traduzem a sua maneira, em forma particular e espontânea, as necessidades, as angústias, as esperanças e os anseios que não encontram resposta adequada na religião oficial ou nas expressões religiosas das classes dominantes. Vista como produto simbólico de grupos sociais estruturalmente situados, a *religião popular* não é uma realidade a-histórica, isto é, livre de todo condicionamento social. Nesse sentido, os objetos votivos artesanais são testemunhos válidos do imaginário popular e da memória social brasileira.

Como expressão cultural das classes populares, a imagem ex-votiva foi – por vezes – marginalizada, julgada como uma manifestação baixa, arte primitiva, abrutalhada, meramente *popular*, cheia de elementos folclóricos e mágicos e, por isso mesmo, inferior às chamadas *artes clássicas*. No entanto, analisando as dimensões comunicacionais na dinâmica das culturas populares, Luiz Beltrão, na década de 1960, sugere, dentre outros pontos,

- a) A existência de um sistema específico de comunicação entre os grupos marginalizados da população brasileira, a que denominamos *folkcomunicação*, em razão de seus agentes e seus veículos estarem relacionados, direta ou indiretamente, com manifestações folclóricas;
- b) Que, embora empregando formas arcaicas e meios rudimentares, que são os únicos de que dispõem em face de sua situação econômica e social, os indivíduos de tais grupos populacionais se mantêm informados e exprimem a sua opinião, com uma atualidade e vigor que surpreende aos menos avisados e confere *status* à tese da natureza dinâmica do folclore (BELTRÃO, 1971, p. 149).

Nessa perspectiva folkcomuncional⁵¹⁰, o ex-voto aparece como uma confissão subjetiva, porém tem a capacidade de expressar pensamentos e opiniões sobre a realidade

⁵¹⁰ Na definição de Luiz Beltrão: “A vinculação estreita entre folclore e comunicação popular, registrada na colheita dos dados para este estudo, inspirou-me na nomenclatura desse tipo ‘cismático’ de transmissão de notícias e expressão do pensamento e das vindicações coletivas. Denominei-o *folkcomunicação*, definindo-o como o processo de intercâmbio de informações e manifestação de opiniões, ideias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore” (BELTRÃO, 1971).

social de um determinado grupo. E enquanto manifestação do universo popular, ele surge como elemento alheio ao discurso conceitual de matriz “cultura” e do modelo escatológico da igreja oficial. Há uma ruptura com a forma de expressar fé adotada pela instituição católica. Ou seja, um veículo da linguagem popular e dos seus sentimentos. É precisamente nesse ritmo que pretendemos examinar os ex-votos oferecidos ao Divino Pai Eterno de Trindade, isto é – “Agradecimento a Deus e protesto contra dificuldades e apuros da vida” (Idem).

SOBRE A ORIGEM DA DEVOÇÃO AO DIVINO PAI ETERNO DE TRINDADE

A cidade de Trindade está localizada a 18 km de Goiânia, e a 200 km de Brasília; conhecida pelos fiéis como a “Capital da Fé” ou “Cidade Santuário”, a Festa do Divino Pai Eterno, cujo ápice ocorre no primeiro domingo de julho, reúne milhares de devotos que aproveitam a romaria para pagar promessas e agradecer as bênçãos recebidas⁵¹¹.

Segundo a tradição, por volta de 1840, em Goiás, existia em terras pertencentes à Campinas (ou Campininha das Flores), um humilde aglomerado urbano, conhecido por Barro Preto. Ali havia um senhor chamado Constantino Xavier e D. Ana Rosa, casal de camponeses. Certa vez, ao roçar o pasto próximo a um pequeno córrego, o casal encontrou uma medalha com a imagem da Santíssima Trindade coroando a Virgem Maria. “Respeitosamente beijaram aquela Medalha” e começaram a rezar o terço diante da *imagem*. Conforme o historiador Santos, o antigo arraial de Barro Preto, hoje Trindade, teria surgido e se desenvolvido em função dessa pequena medalha de – aproximadamente – 32 cm de altura.

Os habitantes do lugarejo começaram a rezar o terço diante daquela *imagem*, invocada como Divino Padre Eterno. Prováveis milagres foram atribuídos à divindade. Como a aglomeração já era muito grande, ainda na segunda metade do século XIX, os devotos construíram a primeira capela, coberta com folhas de buriti. “Com o passar dos anos”, escreve Carvalho, pesquisadora da Romaria, “foram construídas casas que deram origem ao arraial, transformando-se, em seguida, em cidade. Daí a relação da religiosidade local com o surgimento da cidade de Trindade” (CARVALHO, 2009).

⁵¹¹ Durante os nove dias que antecedem o primeiro domingo de julho, milhares de romeiros percorrem a pé os 18 quilômetros entre Trindade e Goiânia pela GO-060, conhecida como Rodovia dos Romeiros. A maioria deles faz o trajeto em uma Via Sacra para pagar promessas e agradecer graças alcançadas.

A expansão da devoção à Trindade de Barro Preto, segundo os testemunhos, justifica-se pelas graças obtidas pelos primeiros devotos, “sendo tais ‘milagres’ espalhados por toda província e até fora, possivelmente, por viajantes ou pelo relacionamento natural entre residentes da região com seus parentes de outras áreas” (SANTOS, 1976). Por isso, o arraial era conhecido, desde 1854, pelo nome de Trindade de Barro Preto. “A partir daí, a romaria de Barro Preto – povoado que contava à época apenas com uma dezena de casas – passou a movimentar as estradas esburacadas de Goiás, recebendo um sempre maior número de fiéis em peregrinação” (GALVÃO, 2014).

Diante do crescimento dos relatos de milagres, houve também um acúmulo de objetos ex-votivos deixados pelos fiéis, principalmente durante a Romaria, no interior da igreja; tais objetos, como vimos, tornaram-se símbolos do poder sobrenatural. Os ex-votos desobrigados na primeira capela, hoje alguns reunidos na Sala dos Milagres do Novo Santuário, foram conseqüências das crescentes peregrinações e da quantidade de milagres atribuídos à figura do Divino Pai Eterno de Barro Preto.

DEVOÇÃO, DOENÇAS E MEDICINA POPULAR EM GOIÁS: UM IMAGINÁRIO MÁGICO-RELIGIOSO

Para além da busca do sobrenatural, essas imagens trazem sintomas de uma sociedade pobre, extremamente rural, a mercê de um sistema arcaico de saúde. Longe de apresentar um quadro exato da sociedade goiana nos primórdios do século XX, pretende-se aproximar das dificuldades e problemas enfrentados pela população carente, portanto majoritária, além do(s) recurso(s) utilizado(s) diante de tais situações adversas.

1. Saúde pública em Goiás

A saúde pública em Goiás, até a segunda metade do século XX, apresentou uma lenta mudança em todo o contexto sociocultural das terras goianas. Sob a responsabilidade dos municípios, além da carência de recursos, havia também a falta de profissionais e remédios. A esses fatores, acrescenta ainda a inoperância e a ignorância dos dirigentes municipais. “Tornou-se voz corrente que, quando a União não quer ou não pode cumprir um dever de Estado, passa-o aos municípios, ciente de que nada será realizado” (SALLES, 1999) ⁵¹².

⁵¹² A Constituição Republicana manteve a saúde sob a responsabilidade dos municípios (SALLES, op. cit.).

Tal situação vinha desde o decorrer do século XIX, ou mesmo antes, onde se localiza o descaso das autoridades governamentais em ralação à saúde da população brasileira. Utilizando a pesquisa de Sônia Maria de Magalhães, “Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX”, compreende-se a realidade vivida pela maioria dos goianos naquele contexto. Através da análise dos relatórios dos presidentes da província, a presença de inúmeras licenças-saúde concedidas aos funcionários públicos, Magalhães constatou o que já lhe parecia evidente – o goiano do século XIX não era saudável:

A situação era tão grave que no ano de 1860, por exemplo, a secretaria do governo provincial sofreu uma grande baixa no seu quadro de funcionários em consequência de moléstias, fato que causou atrasos nos registros administrativos. Os presidentes da província de Goiás Couto Magalhães e Aristides de Souza Spínola ficaram impressionados com o número de moléstias reinantes na segunda metade do século XIX (MAGALHÃES, 2004).

Para Sant’Anna Moraes, em seu livro sobre os primeiros tempos da saúde pública em Goiás, “a assistência médica para uma população de mais de quinhentos mil habitantes mostrava-se inexpressiva não apenas pelo número insuficiente de profissionais, mas, principalmente, pela fragilidade da medicina de então” (MORAIS, 2012).

Salles argumenta que a medicina da primeira metade do século XX era a mesma do final do século XIX, pois até 1930 a política também era a mesma, fortemente coronelística. Os pouquíssimos médicos que trabalhavam no interior de Goiás tornavam-se parteiros, psicólogos, enfermeiros, conselheiros espirituais e, às vezes, farmacêuticos. A vida no interior goiano era monótona, com grande pobreza cultural e socioeconômica. Quanto à alimentação, a população não conhecia o valor nutricional dos alimentos, como verduras, legumes, tubérculos, ovos, leite e frutas. Apesar dos quintais extensos, quase nada se plantava. “Além disso, a verminose minava o ânimo e o viço dessa gente” (SALLES, op. Cit.).

As principais vítimas das doenças (ou moléstias) eram as crianças. De acordo com os registros de óbito emitidos pelo Hospital da Caridade São Pedro de Alcântara, na cidade de Goiás, entre 1859 e 1900, analisados por Magalhães, a fase mais difícil dos goianos situava-se nos primeiros dez anos de vida. A mesma autora sustenta a tese de que a mortandade infantil estava diretamente relacionada à má alimentação dos goianos do século XIX e primeira metade do XX.

Ainda que os óbitos não revelem o real impacto das doenças nutricionais entre crianças, os sintomas de marasmo, fraqueza, molifica, atrepsia, raquitismo, dentição, caquexia, anemia, mielite (concebida pelos médicos locais como beribéri) entre outros, presentes em alguns documentos, fornecem pistas sobre os efeitos da fome em Goiás (MAGALHÃES, 2004).

Além dessas enfermidades constatadas nos registros de óbito, Magalhães também avulta a questão do desmame como outra etapa de risco nos primeiros anos de vida das crianças goianas, pois muitas faleciam na substituição do leite materno pela alimentação baseada em milho, mandioca, arroz e carne seca, alimentos pobres em nutrientes essenciais. Não obstante a inadequação alimentar, havia ainda a questão da ausência de horários das refeições das crianças, questão esta apontada pelo Frei Audrin que viveu entre os sertanejos do norte de Goiás nos primeiros trinta e quatro anos do século XX. “Em uma sociedade, em que a população majoritária, em decorrência da pobreza, sofria durante os efeitos da carência de alimentos, comia-se quando havia comida e, portanto, nem sempre na hora certa” (Ibid.).

2. Ex-votos e doenças

Neste cenário, portanto, Benedita de Oliveira, residente de Alemão (Palmeiras de Goiás), no ano de 1914, registrou o seguinte fato:

“Meu filhinho, de um ano de idade, soffreu dôres atrozes no nariz e não houve meios de amenizá-las. Na minha aflição tão grande me lembrei de fazer um voto ao Divino Padre Eterno. Depois de feita a promessa, no outro dia seguinte saiu um verme do nariz do filhinho e desapareceu toda dôr.

Muito satisfeita vim cumprir a promessa”

O Sr. Manuel Martiniano, de Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), também recorreu ao Pai Eterno diante do sofrimento que acometia sua família. Segundo o Caderno de Milagres:

“[...] soffreu durante 10 annos grandes dores de dentes em consequência de um abscesso que se forma no ceu da boca. Tinha de fazer uma operação muito difficil mas graças ao divino Padre Eterno [trecho ilegível] o abscesso e as dores desapareceram completamente”.

A carta ainda menciona um filho do mesmo Sr. Martiniano que

“Soffria durante 6 annos um grave [palavra ilegível] no umbigo que podia causar a morte a criança infeliz. O pai implorou o auxilio do divino Padre Eterno; o mal desapareceu e o menino se acha fora de perigo”⁵¹³.

Noutro relato ex-votivo, José Joaquim da Cruz e Maria Cândida da Silva mencionam a dificuldade dos primeiros anos de vida de seu filho, nascido em março de 1905, que, “*desde seu nascimento até a idade de 5 annos quasi sempre estava doente*”. Enfim, após todos os esforços possíveis, os pais, segundo a carta escrita em primeira pessoa, já se encontravam desiludidos:

“Um dia a mãe, vendo-o num estado tão perigoso que julgou não amanhecer vivo, pois já parecia morto pelo decaimento que apresentava, sahiu chorando para a horta, clamando a perda do filho naquelle estado e nos faltando os recursos de medicos e remedios, fechei a porta do quarto, ajoelhei-me perto da criança e pedi ao nosso Milagroso Divino Padre Eterno de Barro Preto com grande fé, de curar esta criança, fazendo eu meu voto. Desde aquella hora o menino foi melhorando. Paramos com os remedios e hoje está o menino com a idade de sete annos, sadio e restabelecido por um milagre do Divino Padre Eterno. Cumpri meus votos com grande satisfação.”

Antônio da Cunha Soares, tabelião de notas de Corumbaíba, município de Goiás, em 23 de junho de 1913, vendo seu filho com uma moléstia incurável,

“...quasi louco por ver o estado de seu filho e já desenganado, prometteo ao Grande Divino Padre Eterno, que o primeiro dinheiro que entrasse naquella casa, pertencia-lhe, se o seu filho fosse salvo. Com effeito, passado 15 dias teve a alegria, protegido por Divino Padre Eterno de ver o seu filho completamente são...”

Como *denunciadores nosológicos*, os ex-votos apresentam riquezas em detalhes sobre uma população pobre e carente de cuidados médicos. Em Goiás, nesse período, não havia ainda um projeto político voltado para os problemas de saúde pública. – “A população goiana, até a terceira década do século XX e, quem sabe, por mais tempo ainda,

⁵¹³ Veja que o texto foi escrito em terceira pessoa. Por vezes, por ser analfabeto, o devoto contratava alguém para registrar a graça recebida. Seja através de cartas, pinturas ou fotografias.

submetia-se a um sistema arcaico de saúde” (SALLES, 1999). Segundo estudos de Iúri Rincon Godinho (2005), de fevereiro de 1831 até a década de 1920 trabalharam na então província apenas 21 médicos⁵¹⁴.

Os habitantes de melhores condições econômicas, residentes mais ao sul do Estado, geralmente recorriam aos serviços médicos do Triângulo Mineiro. Mesmo na década de 40, em Goiás, os serviços auxiliares de diagnósticos ainda eram muito precários:

Na maioria das vezes os doentes tinham de sair para centros médicos mais avançados para tratar dos seus males. Isso, se tinham dinheiro, pois os poucos remediados e os mais necessitados morriam por falta de tratamento adequado (MORAES, 2012).

Diante dos problemas de saúde, os padres redentoristas se dirigiam a São Paulo para se tratarem. Assim, no ano de 1917 o “Ir. Matias teve de fazer um tratamento de 2 meses no Sanatório Santa Catarina⁵¹⁵, depois de voltar de Goiás”. Nesta mesma casa o padre Wendl “também procurou e encontrou a cura de antiga moléstia, através de dolorosa operação” em agosto de 1915⁵¹⁶. Em janeiro de 1919, “o Pe. Vicente teve de ir a São Paulo para submeter-se a uma operação”. No início do mês de setembro de 1928 foi a vez do Pe. Pelágio ir à cidade para consultar um médico: “O diagnóstico foi: vermes nos intestinos e pus no estômago; até fim do ano não voltou mais”⁵¹⁷.

3. A medicina popular

Na falta de médicos, boticários e cirurgiões licenciados, a população goiana – praticamente até a segunda metade do século XX – recorria constantemente ao mundo mágico. Além dos santos, é claro, figuras como a do curandeiro, benzedeiro, feiticeiro, parteira, as comadres e “os mais velhos” eram de extrema valia para a sociedade. Ademais, a sobrevivência de velhas noções e práticas médicas, formava-se o que chamamos de “Medicina Rústica” ou “Medicina Popular”. Para Almeida Gouveia (1977),

⁵¹⁴ GODINHO, Iúri Rincon. Médicos e Medicina em Goiás: do século XVIII aos dias de hoje, 2ª ed. – Goiânia: UCG, 2005.

⁵¹⁵ Fundado em 1906; hoje Hospital Santa Catarina, considerada uma das mais importantes instituições de saúde do país.

⁵¹⁶ ANUAIS da Vice-Província de São Paulo 1896-1918 – Casa de Campininhas, 1915; Casa da Penha, 1917. p. 408;455,456.

⁵¹⁷ ANUAIS da Vice-Província de São Paulo 1919-1931 – Casa de Campinas, 1919 e 1928. ps. 10;419.

os fatos do folclore médico, sob certos aspectos, se constituem talvez como a parte mais rica de elementos para os estudos da cultura popular:

[...] a “medicina popular” é a medicina praticada pelo povo, em sua ingenuidade, credence e ignorância, através de práticas aprendidas por tradição e por ouvir dizer, explicadas por forças superiores, mágicas, quando não baseadas em uma suposta ação medicamentosa toda empírica – deve ser, também, compreendido dentro do contexto cultural do povo, ligado aos costumes, crenças, tradições e ideais de vida da comunidade, sem o que não se terá uma explicação de sua justa razão de ser (GOUVEIA, 1977).

Leny Caseli Anzai (1985), em sua dissertação “Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás, 1888-1930”, menciona um grande acervo de práticas utilizadas na zona rural – e mesmo nos arredores mais povoados – para manter a saúde e a sobrevivência da comunidade na lida do dia-a-dia. O apelo ao imaginário mágico-religioso era um recurso indispensável nos hábitos dos indivíduos. As simpatias, a magia e a religião cumpriam um papel fundamental na eficácia da *medicina rústica*. As práticas mágicas encontravam-se nitidamente enraizadas na vida cotidiana. Conforme escreveu Alceu Maynard Araújo, “é comum, no meio rural, os moradores, quando não conseguem algo racionalmente, buscarem no sobrenatural o reforço para a realização dos seus intentos” (ARAÚJO, apud BELTRÃO, 1971).

Deste modo, ao focalizar as classes mais desprezadas, aproximamos de uma sociedade carente de recursos, que se valia de um imaginário próprio para afastar as moléstias e se manter em equilíbrio com a natureza em que se inseria (SALLES, 1999). O que se deduz é que esse imaginário se valia das práticas trazidas por meio de gerações, permeado por vivências, costumes, crenças e saberes relacionado à flora e à medicina vigente na época. Nesse cenário, atuavam figuras de suma importância para o grupo social: curandeiros, parteiras, raizeiros e benzedores, indivíduos que – na falta de médicos e especialistas – tinham maior controle e domínio sobre a natureza.

Tal atitude religiosa aqui assinalada deveria servir aos fins naturais da vida diária, pouco preocupando o sertanejo com a alma além-túmulo. Além disso, conforme aponta Nery, na cultura popular, corpo e espírito não se separam, tampouco desliga-se o homem

do cosmos, ou a vida da sua religião⁵¹⁸. Diante da ferida que perturba o corpo e a alma, há sempre uma reza ou ritual para curar.

Por hora, temos então um imaginário mágico-religioso, distinto obviamente em múltiplos aspectos da Igreja Católica em Goiás. Ao beirmos a fé e as manifestações da *religião do povo* na primeira metade do século XX, percebemos o encontro entre duas vertentes do catolicismo no Brasil: a do popular e a do oficial.

O CATOLICISMO OFICIAL

A partir da segunda metade do século XIX, o papel da Igreja Católica e, conseqüentemente, as práticas do catolicismo popular, sofrerão mudanças em função da nova relação dos missionários católicos com a sociedade brasileira. Assim, algumas orientações vindas do alto clero romano vão modificar (ou tentar “purificar”, romanizar) as diversas expressões e manifestações religiosas existentes no Brasil.

Em Goiás, inicialmente com a ação dos Redentoristas⁵¹⁹, tal tentativa de “cristianização” das performances ditas “profanas” da religião popular foi vivenciada pela sociedade local. Nesse momento, final do XIX e primeira década do XX, havia clara ausência das autoridades eclesiásticas não só em Goiás, mas em todo território brasileiro, facilitando a impregnação de elementos mais próximos da piedade popular⁵²⁰. Desse modo, surgiram construções e supervisões de igrejas e capelas por irmandades leigas, daí como as manifestações espontâneas do povo, entre romarias, rezas, festejos, dramas e feiras. Conforme Santos,

Fazia parte da reforma da Igreja cuidar com mais rigor dos rumos do credo católico, até então mais leigo que clerical, pois o catolicismo

⁵¹⁸ NERY, Vanda Cunha Albieri. Rezas, crenças, simpatias e benzeções: costumes e tradições do ritual de cura pela fé. Trabalho apresentado ao NP Folkcomunicação do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercon.

⁵¹⁹ Os missionários Redentoristas foram convocados à Trindade em 1894 pelo bispo de Goiás, D. Eduardo Duarte Silva. Os objetivos de D. Eduardo eram cristianizar a Romaria e administrar o Santuário do Divino Pai Eterno, então pertencente à paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas. Para Miguel Archângelo dos Santos, em sua tese sobre as atividades dos Redentoristas em Goiás (1984), o objetivo essencial desses missionários era substituir os valores da religiosidade popular por aqueles do catolicismo oficial ou tridentino.

⁵²⁰ Em Barro Preto, no período que vai de 1878 a 1890 não há registros de atuação de sacerdote. Possivelmente, isso ocorreu devido à vacância de vigários na Paróquia de Campinas, mesmo ali não há registros nos livros paroquiais. “A presença de Bispos e Sacerdotes, em Barro Preto, foi relativamente escassa, limitando-se praticamente a assistência religiosa por ocasião da Festa, no exercício eclesiástico apenas e sem participação alguma na administração temporal do Santuário” (SANTOS, 1976).

ficava mais sob responsabilidade dos fiéis, o que escapava da doutrina do catolicismo oficial. O catolicismo reformado foi estabelecido no Brasil pelo empenho do clero em reorganizar a administração, a liturgia e a doutrina católicas, na tentativa de tomar as suas rédeas. O clero, até esta época, estava envolvido com irmandades e confrarias, e a influência delas resultou no catolicismo popular com festas e expressões familiares e domésticas próprias (SANTOS, 2009).

Diversos relatos descrevem o estupor e a reação dos eclesiásticos e viajantes diante da espontaneidade presente na Festa do Divino Pai Eterno de Trindade. Pois, segundo esses registros, em meio às preces, cantos, ladainhas e batizados, do lado de fora da igreja, nas ruas e praças, pessoas conversavam, cantavam, gritavam, jogavam, comiam, bebiam e tocavam todos os tipos de instrumentos em total algazarra. E apesar do espaço “santificado”, o instante permitia a mistura da devoção e do lazer, do sagrado e do profano.

O viajante Oscar Leal, ao visitar a festa do Divino Pai Eterno em 1890, registrou o seguinte:

Calculo sem exagero em quinze mil pessoas que ao todo para lá haviam ido de varias localidades. Durante este festa assistimos a verdadeiros actos de fanatismo ou bestialismo – mulheres que se arrastam de joelhos, que carregavam pedras à cabeça e tanta cousa semelhante, que nem vale a pena mencionar. [...] Até alta noite, só se ouvia ao longo da casta praça as vozes dos fieis que em grupos se arrastavam de joelhos ao redor da igreja. Nunca ouvi cantares e vozes tão ratonas como n’esta ocasião (LEAL, 1890).

O redentorista Willy Aureli, já na terceira década do século XX, comparou Trindade com uma “Babilônia improvisada”, lugar de uma “promiscuidade inacreditável”, onde, ao mesmo tempo, se dança e implora a Deus, e “a mulher de costumes fáceis exhibe-se tranquilamente a dois passos das donzelas” (AURELI, apud JACOB, 2000).

D. Eduardo Duarte Silva, bispo da Igreja goiana de 1891 a 1907, em um de seus relatos sobre a romaria de Barro Preto, salienta que muitas promessas eram feitas para obterem de Deus coisas contrárias à moral cristã, como vinganças, divórcios e adultérios. O clérigo ainda comenta que os devotos de “*tal*” Divino Padre Eterno,

Em sinal de agradecimento fazem longas jornadas, às vezes a pé, e lá vão para dependurarem nas paredes da igreja quadros representando ao vivo os milagres feitos, facas, pistolas e membros do corpo feitos de cera virgem, até mesmo os genitais.

Há quem prometa exhibir ao público as partes do corpo, até mesmo as pudendas, em que tiveram qualquer doença, e essa exibição, que chama logo a atenção dos romeiros, chamam um “milagre”.
Quanta indecência! Quanta ignorância! (SILVA, 2007).

Essas manifestações da comunidade católica “leiga” significaram um imenso obstáculo à proposta romanizadora/ultramontana da Igreja Católica em Goiás. De um lado, a Igreja contava com um número de padres escasso para acompanhar esses festejos e impedir as suas “extravagâncias”. De outro, precisava lutar contra uma tradição remota, de acordo com a qual as festas religiosas eram oportunidade de encontros, danças, bebidas e contentamento, ou talvez um lenitivo diante das dificuldades e sofrimentos do dia-a-dia. Além disso, a distância entre uma região e outra, o grande número de festas e o ecletismo popular também dificultavam a proposta da Igreja (SILVA, 2008).

Nas Missões Populares pregadas pelos missionários redentoristas nas recolhidas paragens de Goiás, deparamos com a visão da Igreja em relação à religiosidade popular. No caderno de Crônica das Missões de Goiás de 1910 a 1934, encontramos trechos como: “O povo é religioso, mas a ignorância em alguns é terrível.” “A festa com música, danças e divertimentos produziu esquecimento da salvação.” “Para este bom povo de Goiás só uma coisa falta: bons padres”.

CONCLUSÃO

Perante tal contexto histórico, a Igreja Católica em Goiás optará em se tornar uma espécie de mediadora entre o catolicismo oficial e os excessos do catolicismo popular. A Festa do Divino Pai Eterno foi então aperfeiçoada administrativamente e liturgicamente pelos religiosos. Houve também o controle das imagens e dos locais de romaria. “O padre passou então a ser o principal festeiro, por deixar de ser quem celebra a missa no dia da festa para ser seu principal organizador: dos cantos, das novenas e das rezas, além de chamar a população e ainda controlar o lucro obtido” (SANTOS, 2009).

Apesar da complexidade do tema, por hora, podemos verificar que as imagens exvotivas representam não apenas a *ligação mágica* entre o homem e o *alto*, mas, além disso, descrevem a vida, o trabalho, o cotidiano, a saúde, os sintomas, as doenças, os desejos de pessoas reais que depositavam sua última esperança no *sagrado*. Na ausência de recursos, a população recorria à natureza, às tradições, aos oficiais da *medicina*

*mágica*⁵²¹, aos santos e divindades, formando assim, a partir dessa junção, um imaginário mágico-religioso, sobretudo naquelas comunidades rurais, regiões pobres ou nas recolhidas paragens de Goiás.

As expressões votivas católicas se direcionavam para o mundo terreno e as amarguras do dia-a-dia, enquanto que a Igreja Oficial, por meio de seus missionários, pregava sobre pecado mortal, juízo final, morte, inferno etc., temas secundários para a realidade do caboclo goiano. É essa ênfase na resolução dos problemas do cotidiano um dos aspectos que explicam o significado do milagre no imaginário popular (ABREU, 2001).

Referências

ABREU, Jean Luiz Neves. O imaginário do milagre e a religiosidade popular: um estudo sobre a prática votiva nas Minas do século XVIII. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 2001.

ANUAIS da Vice-Província de São Paulo 1896-1918 – Casa de Campininhas, 1915; Casa da Penha, 1917. p. 408;455,456.

ANUAIS da Vice-Província de São Paulo 1919-1931 – Casa de Campinas, 1919 e 1928. ps. 10;419

BELTRÃO, L. Comunicação e folclore: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressões de ideias. São Paulo, Melhoramentos, 1971.

CADERNO DE MILAGRES (Cartas avulsas de 1912 a 1959) – Arquivo do Convento Redentorista de Campinas, Goiânia, Goiás.

CARVALHO, Márcia Alves F. de. A romaria do Divino Pai Eterno em Trindade de Goiás: permanências da tradição na modernidade (1970-2000). Goiânia: Ed. Kelps, 2009.

⁵²¹ Maynard Araújo adotou uma classificação para o estudo da Medicina Rústica em *medicina religiosa*, *medicina empírica* e *medicina mágica*. Esta última seria aquela que procura curar o que de estranho foi colocado pelo sobrenatural no doente, ou extirpar o mal que causa sofrimento. Compreende benzedura, simpatia, profilaxia mágica, toré e catolicismo brasileiro.

CASCUDO, Luiz da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro, 10ª Edição, Ediouro, s/d.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Ex-voto: imagen, órgão, tempo. Sans Soleil Ediciones, Chiribitas, 2013.

FIGUEIREDO, Beatriz Helena Ramsthaler. Os ex-votos do período colonial: uma forma de comunicação entre pessoas e santos (1720-1780). Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 37-47, mai., 2011.

GALVÃO, Andreia Márcia de Castro. O jornal Santuário de Trindade e os discursos de normatização das festas religiosas. In: Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 24, nº 1, p. 37-47, jan./mar. 2014.

GODINHO, Iúri Rincon. Médicos e Medicina em Goiás: do século XVIII aos dias de hoje, 2ª ed. – Goiânia: UCG, 2005.

GOUVEIA, Almeida. Folclore, religião e medicina – aspectos da medicina popular. Salvador – Bahia, 1977.

HERRERO, Eulalia Castellote. Exvotos pintados en la província de Guadalajara. Ed: Diputación Provincial de Guadalajara, diciembre 2015.

JACOB, Amir S. A Santíssima Trindade de Barro Preto. Trindade: Redentorista, 2000.

LEAL, Oscar. Viagens às terras goianas (Brasil Central). 1890, p. 147.

LIVRO DA CRÔNICA DAS MISSÕES DE GOIÁS (1910-1934) 1º volume. – Arquivo do Convento Redentorista de Campinas, Goiânia, Goiás.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX. Tese de Doutorado (História), UEP, Franca, 2004.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 15, agosto, 2001.

MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. Dos primeiros tempos da saúde pública em Goiás à Faculdade de Medicina. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012.

NERY, Vanda Cunha Albieri. Rezas, crenças, simpatias e benzeções: costumes e tradições do ritual de cura pela fé. Trabalho apresentado ao NP Folkcomunicação do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercon.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. Análise dos ex-votos das Américas a partir do discurso e da sua representação para os estudos da memória social e da folkcomunicação. RIF, Ponta Grossa PR, vol. 12, nº 27, p. 8-23, dezembro 2014.

PARKER, Cristián. Religião popular e modernização capitalista: outra lógica na América Latina. Vozes, Petrópolis, 1996.

PEREIRA, José Carlos. Interfaces do Sagrado. Catolicismo popular – o imaginário religioso nas devoções marginais. Aparecida, SP: Ed. Santuário, 2011.

SALLES, Gilka Vasconcelos F. de. Saúde e doenças em Goiás (1826-1930). In FREITAS, Lena Castello Branco F. de (Org.). Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível: uma contribuição para a história da medicina em Goiás. UFG, Goiânia, 1999.

SANTOS, Leila Borges Dias. Disputa pelo sagrado em Goiás em fins do século XX: o catolicismo oficial dos bispos ultramontanos e o catolicismo popular dos leigos. Revista brasileira de história das religiões, Ano I, n. 3, Jan., 2009.

SANTOS, Miguel A. N. Trindade de Goiás: uma cidade santuário – conjunturas de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro. Tese de Mestrado, UFG, 1976.

SILVA, Eduardo Duarte (Bispo). Passagens: autobiografia de Dom Eduardo Duarte da Silva – Bispo de Goyaz, Goiânia: UCG, 2007.

SILVA, Mônica Martins da. O catolicismo popular em Goiás e o regulamento para festividades e funções religiosas. In: QUADROS, Eduardo G.; SILVA, Maria da C.;

MAGALHÃES, Sônia Maria de (orgs). Cristianismo no Brasil central – história e historiografia, Goiânia: UCG, 2008.

VOVELLE, Michel. Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1989.

A PRESCRIÇÃO DO LUGAR DA GEOGRAFIA NO FAZER HISTÓRICO

*Wellington Ribeiro da Silva*⁵²²

RESUMO: O propósito deste estudo é apontar brechas da dimensão política nas produções de Lucien Febvre. Para isso, adentra a discussão da geografia em *A Terra e a Evolução Humana* pelo confronto entre geografia francesa e alemã no ditame da ciência, cuja centralidade na noção de meio, e não na de espaço, se faz necessária. Nessa incursão inicial, algumas das questões levantadas estão assentadas nas seguintes relações: meio-ciência-tempo estrutural; geografia francesa e alemã; meio e ciência empírica. O espaço também é elencado a fim de mais bem auscultar o lugar da geografia nas pretensões ideológicas da história.

Palavras-chave: Lucien Febvre. Geografia. Nova História. Meio. Ciência.

Introdução

O caminho da pesquisa exige uma relação entre pesquisador e objeto ao qual se debruça. Isso não seria diferente no meu caso. Por seguir as trilhas da geografia, instigou-me o uso que Lucien Febvre fez de termos da geografia na construção de um novo paradigma historiográfico. Mais que isso, interessa-me perceber a dimensão política nas obras febvreanas, partindo da hipótese de que a geografia, assim como outras ciências,

⁵²² Orientador: Prof^o. Dr^o. Marlon Jeison Salomon. Pesquisa sem financiamento. Doutorando em História/FH/UFG. E-mail: wellribas@hotmail.com.

foram usadas para isso. O sentido de político, nesse caso, não se limita a certas instituições como o Estado, mas a perspectivas ideológicas cujas práticas, se resultaram em uma forma combatente de ditar a ciência histórica, podem revelar também uma certa compreensão de mundo.

Cordeiro Júnior (2000, p. 8), em estudo sobre o autor, afirma que “a análise da história da história requer uma dedicação teórica e metodológica, na medida em que se encontram envolvidos no mesmo processo intelectual elementos próprios da atividade prática de pesquisa e da capacidade subjetiva de compreensão do historiador”. Isso porque no caso da pesquisa mencionada, Cordeiro Júnior buscou mostrar de que modo o contexto social e histórico permitiu o florescimento, mesmo que conflituoso, de um ideário historiográfico, o qual incluiu, como não poderia deixar de ser, o papel do historiador. O cotejo, portanto, entre história, ofício do historiador e realidade sócio-histórica, sobretudo no que concerne à formação de Febvre, foi necessário para esse desnudar. A pesquisa a que me proponho desenvolver segue percurso semelhante exigindo pela imersão nas obras do autor a emersão de fatos da realidade que colocam em cena, no entanto, o projeto do qual Febvre foi defensor.

E nessa defesa era critério a aproximação entre áreas do conhecimento. *A Terra e a Evolução Humana* é campo fértil para se perceber as referências que o autor faz, por exemplo, à ciência por ele considerada jovem em pleno devir – a geografia. Obra que, quando publicada em 1922, “aborreceu alguns geógrafos profissionais” por ter sido escrita por um não especialista da área, mesmo sendo decorrente de “ideias desenvolvidas por um antigo professor [geógrafo] de Febvre”, como mostra Burke (1997, p. 25)⁵²³. Febvre historiador foi resultado de uma formação (pessoal e histórica) de sucesso ao longo da vida, tal qual afirma Cordeiro Júnior (2000, p. 116) quando diz que: “Febvre traz em si uma ambiguidade bastante positiva, ou seja, representa a um só momento o sucesso de um padrão formativo e a associação pertinente das diretrizes do movimento de renovação das ciências sociais que se consolidava na passagem do século”.

Não é interesse, neste momento, apontar o florescimento de Febvre como homem nutrido dos almejos de seu tempo, ou dos impactos dele⁵²⁴, com todos os entrelaçamentos

⁵²³ Para Burke (1997), muitas das defesas de Lucien Febvre, como temas de estudo e aproximação entre áreas do conhecimento, foram decorrentes da experiência vivida pelo autor ainda nos anos iniciais de formação na Escola Normal Superior.

⁵²⁴ Sobre os acontecimentos históricos que permitiram a renovação das ciências sociais nos primeiros decênios do século XX, ver Dosse (2003).

temporais que isso exige, mas sim compreender os meandros da geografia na produção febvreana, especialmente em uma delas.

1 A geografia em *A Terra e a Evolução Humana*

A história regida, entretecida e composta no interior e em prol de interesses diplomático-políticos é a que ainda é majoritariamente produzida e praticada nos centros de produção do pensamento científico no alvorecer do século XX. Essa história, chamada por seus futuros êmulos de *historizante*, fundava sua força na ideia segundo a qual os fatos humanos, sobretudo aqueles de fulgurantes e arrasadores impactos políticos, eram produtos e condição de uma perspectiva evolucionista e/ou teleológica das configurações humanas, que se arranjavam no tenso horizonte das relações sociais e, por isso mesmo, econômicas, simbólicas, éticas, estéticas etc. Essa história, impropriamente chamada “positivista”⁵²⁵, foi duramente combatida por Simiand e outros adversários das ciências sociais, destacadamente da sociologia de corte durkheimiano e por historiadores que, empenhados em erigir um novo paradigma historiográfico, divergiam visceralmente daquilo que então constituía seu *leitmotiv*: a ditadura do acontecimento.

Já no seu *A Terra e a Evolução Humana*, publicado em 1922, o historiador francês Lucien Febvre apresenta uma leitura da dimensão do político sob as ferramentas da nova história, da história dali em diante, chamada “história-problema”⁵²⁶. Texto calibrado em categorias, conceitos e termos típicos da geomorfologia, da climatologia, da geobotânica, enfim, de todo um repertório terminológico típico da geografia em todas as suas proposições analíticas, o qual abriga a elaboração do conceito de “possibilidades” e, indubitavelmente, abre toda uma frente discursiva de combate e oposição ao determinismo geográfico, verdadeiro “cartão-postal” da geografia alemã.

⁵²⁵ Não cabe aqui discutir os fundamentos epistemológicos da chamada Escola Metódica que, em França a partir dos anos 1870, aglutinou estudos que incorporaram boa parte dos ensinamentos do historiador alemão Leopold von Ranke. Se para Fustel de Colanges, Monod, Lavissee, Langlois e Seignobos e em outros signatários reunidos em torno da *Revue Historique* ela assumiu a identidade de Escola Metódica, emuladores provindos de ciências humanas vizinhas como François Simiand, sociólogo, passaram a tratá-la como “positivista”. Esta questão foi retomada e aprofundada por Carbonnel para quem a Escola Metódica teria sido “positiva” e não “positivista”. A esse respeito ver Carbonnel; Livet (1986).

⁵²⁶ “[...] o que é a nova história: é uma história *made in France*, o país da *nouvelle vague* e do *nouveau roman*, sem mencionar *la nouvelle cuisine*. Mais exatamente, é a história associada à chamada *École des Annales*, agrupada em trono da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*” (BURKE, 1992, p. 9).

Como veremos no transcurso deste estudo, é notável a proximidade entre o conceito de gênero de vida e o de *utensilagem mental*. O gênero de vida, termo sinônimo de geografia francesa, é tudo aquilo que permite uma comunidade sopesar a intensidade, os ritmos, as imposições, as concessões que o meio natural “propõe” e, em contrapartida, as disposições que esta comunidade encontra, imagina e lentamente elabora no seu processo de adaptação ao meio. A *utensilagem mental*, conceito nuclear na tese doutoral de Febvre, também sublinha a fâcies de todo esse tempo estrutural necessária ao edifício técnico de cada agrupamento humano, desde os estádios mais primitivos de ocupação territorial até os atuais complexos arranjos societários do sedentarismo, numa expressão: a relativa subordinação do homem ao jugo da natureza, o que implica, necessariamente, em considerar os processos adaptativos de lenta duração também resultantes daquilo que os agentes sociais “dispuseram” nessa relação. A ação humana no modelado da paisagem também é destacada por Bloch (1993, p. 53) para quem “a obra de uma sociedade que remodela, segundo suas necessidades, o solo em que vive é, todos intuem isso, um fato eminentemente ‘histórico’”

Em boa parte do texto, o autor de *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle. La religion de Rabelais* empenha-se em evidenciar que o envolvimento da ciência geográfica com o determinismo contribuiu para afastá-la do terreno científico, além de suscitar, em alguns de seus expoentes, estudos que não seriam de sua alçada. Mesmo moderando o tom da crítica que a geografia vinha sofrendo, principalmente da sociologia⁵²⁷, Febvre não titubeia: a geografia, “ciência jovem”, peca pelo excesso de impetuosidade e pouca prudência ao se imiscuir em horizontes estranhos aos seus; sua pretensão à máxima de que “tudo é geográfico” fragilizaria seu discurso afastando-a da arena científica.

Pois bem, como o propósito deste estudo é verificar o teor da dimensão política na produção febvreana, talvez seja razoável a hipótese de que a geografia funcionou como ossatura e veículo dessa dimensão. Mas, para tanto, apenas um tipo de geografia se prestaria a tal concurso: a geografia de matriz francesa e, em especial, aquela que fora erigida por Paul Vidal de la Blache. Em nome dessa geografia, Febvre revisita as teses de Michelet que tão bem aclararam os “semblantes” das paisagens da França. Em favor desta geografia que a antiguidade e a solidez histórica do “hexágono” serão realçadas frente

⁵²⁷ Uma vez que em Durkheim, Mauss, Simiand e outros sociólogos e etnólogos, a geografia quando enveredava por horizontes que extrapolavam a mera descrição dos fenômenos físicos da natureza, além de incauta, imatura apresentava-se movida pelo pendor da política, distanciando-se decisivamente do cenário da produção científica *stricto sensu*.

aos assédios de instáveis vizinhos além-fronteiras. Por fim, é nesta geografia que os emaranhados fronteiriços e as disputas territoriais da França com outros gigantes europeus, como a Inglaterra e a Alemanha, alcançaram a solvência e a naturalidade necessária de um arcabouço científico.

Vê-se que estamos longe do cenário de uma geografia ciosa do todo, da ideia do “Cosmos” de Humboldt. Aliás, Febvre não deixa dúvidas de que a geografia, ao evocar pretensões holísticas, por sua fragilidade científica, só prestaria a veicular interesses geopolíticos de Estados. Nesse viés, Febvre discorre sobre a importância do conceito de “meio” na elisão de quaisquer reminiscências da geografia alemã e como quinta-essência de uma geografia verdadeiramente objetiva e científica.

Mais do que esboçar uma solução ao dilema entre a totalidade e a particularidade que desde a Antiguidade povoa as concepções geográficas, em *A Terra e a Evolução Humana*, Febvre parece alcançar uma fórmula que resolve um problema que os próprios geógrafos não o havia posto à justa forma: a ligação entre liberdade e necessidade na relação do homem com a natureza. Em certa medida, a geografia lablacheana, auscultada e revigorada pelas proposições febvreanas, tentou tornar anódina a já tão combatida influência alemã na geografia francesa, em especial as teses de Friedrich Ratzel sobre o espaço vital e aquelas que protagonizavam a similaridade entre a constituição biológica e a administrativo-territorial.

O combate às teses do professor de Leipzig pode ser visto como o embate entre aqueles que defendem que o homem é incondicionalmente produto do meio e aqueles que sustentam que ao homem, premido pelas forças naturais, é dado uma margem de escolha. Em Bodin, por exemplo, Febvre julga ter encontrado uma noção de meio natural muito mais avançada do que a encontrada em Montesquieu, pois se para o primeiro a universalidade de sua noção de meio não restringe as possibilidades do agir humano, para o segundo o meio determina os traços gerais do caráter de um povo. Já em Michelet, no *Tableau de la France*, Febvre ressalta a genialidade premonitória e fulgurante do grande historiador do romantismo francês. Para ele, Michelet só não logrou a elaboração de um conceito de meio que respondesse aos imperativos da historiografia futura porque ainda era arrastado pelo conjunto de convicções e crenças que imperavam nos primórdios do século XIX.

Mesmo preso aos grilhões de sua época, Michelet teria visto uma França onde o meio não é simples conjunto das condições mesológicas, do modelado das paisagens ou

da maior ou menor entropia entre os agentes naturais e humanos, mas no meio e pelo meio seria possível falar de um afeiçoamento único entre os agrupamentos humanos e os elementos naturais. Em Michelet já se encontra, evidentemente que em linguagem mais poética, um sentido de história que passa necessariamente pela geografia. A eloquente afirmação “foi a geografia quem fez a história da França” por si só já diz muito da lenta e gradativa atuação das forças telúricas sobre o mosaico de culturas, formas de ocupação do solo, tipos de habitação, principais atividades coletoras, produtivas etc., que dão a tônica daquilo que doravante seria chamado de *pays*.

Sem olvidar o mérito ratzeliano de ter esquadrihado e sistematizado um arrazoado de conceitos que imprimiram mais fôlego à geografia em seu incipiente patamar de ciência, a forma pela qual Febvre apresentou os conceitos básicos de Paul Vidal de la Blache induz a um dualismo rígido e sem possibilidades de intercâmbios, evidenciando, com isso, as emulações e os intestinos desacordos teóricos (e políticos!) que desde o fim da Grande Guerra marcaram as relações entre as chamadas escola francesa e escola alemã de geografia.

Em defesa da ideia que aqui nos norteia, qual seja: o teor político da obra febvreana escudado numa concepção possibilista de geografia, admitimos ser contraproducente desconsiderar essa arena de disputa ideológica, mas não nos deteremos no seu âmago, nem faremos o resgate dos seus principais capítulos, até porque os epígonos deste debate já foram reiteradamente percorridos por reflexões como as de Pomian (2005) e Claval (2014). Por ora, interessa-nos o parecer de Claval, por ser um exegeta da geografia moderna e contemporânea. Para Lucien Febvre, a geografia humana é possibilista; não é determinista. Não ignora o peso do meio, mas explica como os grupos humanos conseguem, graças à sua inventividade, superar as limitações que resultam dele.

Os geógrafos aderem a interpretações propostas por Lucien Febvre. Destacam a dimensão técnica dos gêneros de vida e as mutações promovidas pela inovação. Percorrendo esse caminho, esquecem uma das dimensões essenciais da geografia ratzeliana e vidaliana: a que se baseia na análise de situações, da circulação e da vida de relação. A querela do determinismo desemboca, assim, num empobrecimento da concepção que os geógrafos têm da sua disciplina. Tornam-se definitivamente desconfiados em relação ao que a sociologia e as outras ciências sociais poderiam lhes propor (CLAVAL, 2014, p. 258).

A essa altura poderíamos supor que o livro de Febvre foi, antes de tudo, produto das condições conjunturais: disputas coloniais, curso e efeitos da Primeira Guerra Mundial, experiência socialista na Rússia. Mas se suas ideias centrais acerca da geografia não se limitaram a esta obra seminal e, pelo contrário, reapareceram em vários de seus futuros trabalhos como em *Honra e Pátria*, *O Reno*, *A Europa: gênese de uma civilização* e *Michelet e a Renascença*, podemos também supor que as condições conjunturais não põem termo às pretensões e ao raio de alcance de sua volumosa obra e, nesse sentido, um dos “combates” mais demorados da Escola dos Annales não se restringiu às forças mais prementes quando de sua gestação, pois tanto em Braudel, no *Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, quanto Emanuel le Roy Ladurie e Jacques Revel, para ficarmos com três baluartes da segunda e terceira geração dos Annales, a alternativa à irreversibilidade e ao vanguardismo do tempo da história política ainda se ancora nas forças do meio, numa geografia que estrutura na lenta duração os fatos humanos, cada vez mais tênues, pois soçobrados pelo tempo estrutural da natureza.

Assim, tendo como baliza a suposição acima, firmamos os seguintes questionamentos: A centralidade da noção de meio (e termos consentâneos como gênero de vida e possibilidades) percebida por Febvre como imprescindível à constituição de uma geografia científica e menos pretenciosa derivaria da centralidade da noção de tempo estrutural? Optar pela geografia lablacheana em detrimento da ratzeliana, além de reforçar a discutível dicotomia entre geografia alemã e geografia francesa, não implicaria também em aderir a uma geografia menos incômoda porque escandida dos humores da política? Se desde a Antiguidade a geografia vem interferindo na elaboração do tempo histórico, por que levar ao paroxismo o jargão “ciência jovem”, se tal rótulo partira dos próprios sociólogos durkheimianos cujo prestígio e avanço acadêmico já incomodavam os *annalistes*? Se a noção de meio finalmente salvasse a geografia de seus deslizos e voos teóricos, na mesma medida não reforçaria a desafortunada pecha de ciência empírica?

Antes de esmiuçar essas questões, é necessário ponderar que *A Terra e a Evolução Humana* é um livro que deixou impactos ainda pouco mensurados na história do pensamento geográfico. Considere-se, a esse respeito, que a geografia brasileira foi e ainda é muito influenciada pela escola francesa, especialmente por Paul Vidal de la Blache e no âmago desta influência sobressaem ideias contidas no livro de Febvre, como, por exemplo, as críticas ao determinismo ambiental e a defesa do possibilismo, sendo que esta última foi primeiramente usada por ele. Livro de um historiador que conhece

categorias, termos, princípios de uma ciência geográfica que, tal qual a história, exibia no seu cerne interesses epistêmicos de matrizes distintas e inconciliáveis. Livro com pendor, linguagem e ânimo fincados no acelerado século XX. Mas, acima de tudo, livro que garante, projeta e redime uma geografia marcadamente descritiva num ambiente intelectual onde fricções, alianças e disputas entre as principais ciências humanas cobravam o ônus da reificação do discurso científico.

Em *A Terra e a Evolução Humana*, ao relativizar as críticas da morfologia social à geografia, Febvre não o faz em total acordo com as pretensões da Geografia Humana. Pelo contrário, o tom é de concordância com Durkheim quando este afirma que em alguns grupos humanos os processos de acomodação ao meio não se dão em bases territoriais, diferentemente da geografia tem o universalismo da dinâmica territorial como algo insofismável. Mas então o que caberia à geografia num ambiente intelectual no qual a interdisciplinaridade, uma das molas mestras da concepção de história defendida por Febvre, apesar de bradar contra a “história-arquivo” e demais manifestações do espírito positivista da especialização, paradoxalmente só se colocava na medida em que os objetos das ciências eram escandidos e purificados? Febvre não tem dúvidas quanto a isso.

Resta-lhe o solo sobre o qual vivem os homens – e o clima, as produções e todas as condições de existência próprias dos lugares que frequentam e que também ocupam, enquanto membros de grupos de outra natureza: os grupos territoriais. Deste modo, já ganhamos consciência, sem dúvida com um pouco mais de clareza, daquilo que realmente torna opostas as duas concepções rivais: morfologia ou geografia” (FEBVRE, 1991, p. 53)

2 O meio, as possibilidades e a história

O meio é uma dessas expressões que quando referida à intersecção homem-natureza não ostenta nem especialidade, nem uma linguagem e terminologia própria, como, por exemplo, ecossistema e ambiência. Qualquer pessoa, mesmo aquela que não tenha passado pelo foro da educação formal, consegue falar sobre o meio em que vive ou o meio que influencia a formação de determinada planta, o meio que produz tal comportamento, o meio que facilita ou dificulta a produção ou a criação técnica, enfim, o meio, expressão cara à geografia que intentou suplantiar os resquícios da metafísica

oitocentista, é um termo que permite um acentuado trânsito entre a linguagem geográfica e o senso-comum, inclusive desconfiando da impermeabilidade entre os mesmos.

Mas no contexto em que Febvre escrevera sua obra geo-histórica, o meio não gozava desta banalização semântica. Provindo da Física, o meio foi aos poucos sendo incorporado ao discurso geográfico. É possível que Febvre tenha tido contato com a maior parte das apreciações que desde as Luzes versaram direta ou indiretamente sobre o seu conteúdo. Quando menciona os chamados “pais fundadores” da geografia, Humboldt e Ritter, deixa claro que o fulcro de tais autores, levando em conta suas diferenças metodológicas e filosóficas, era o combate a uma geografia que se rendia ao determinismo; na mesma medida, ao citar Michelet, Darwin e Taine, mostra que em pleno coração do século XIX o meio poderia servir tanto à propedêutica historicista quanto às teses evolucionistas.

Como o curso tomado pela geografia ratzeliana, em especial a de sua discípula a geógrafa norte-americana Ellen Semple, aprofundou o condicionamento dos fatores humanos às forças do entorno natural, Febvre, por sua vez, aprofunda a discussão sobre os fundamentos do meio. Se na matriz germânica a exterioridade conferida ao meio superestima sua atuação e, até mesmo, determinação sobre a ação e os tipos humanos, na matriz francesa, capitaneada por La Blache, a exterioridade do meio é apenas pressuposta, ou seja, só faz sentido quando tida como princípio do conhecimento da relação homem-natureza. Para um dos estudiosos sobre o tema:

Este campo de ação, o meio, que é o domínio epistemológico da geografia, se define por sua maneira de ser. Ele existe como uma manifestação real e concreta, e, assim sendo, pode ser objeto de uma curiosidade verdadeiramente científica. A fisionomia é a expressão da singularidade de cada combinação. Ela permite reconhecer a expressão de uma essência invisível (o movimento) dentro do domínio do “visível” (sua manifestação concreta). (GOMES, 1996, p. 200).

Essa exterioridade “apenas” pressuposta poderia contemplar a produção ou o alento de uma geografia absolutamente descritiva, porém, no seu seio, o meio abriga algo que transcende a esse aspecto meramente discricionário e pouco afeito aos rigorismos da ciência: sua circularidade. Na geografia, e Febvre sabiamente sabia disso, a linearidade, quando aplicada ao estudo dos fenômenos geográficos, resultava num somatório de fenômenos paisagísticos, muitas vezes desconexos, descontíguos e, no limite, apresentando um mosaico de aspectos díspares e sem nenhum conjunto. Conceber o

geográfico como produto da simples soma de espaciaizados fenômenos telúricos e humanos também implica em adotar um gradiente temporal fragmentado, simplesmente atento à diacronia. Portanto, a circularidade, presente em Humboldt, quando este enxerga analogias na dinâmica climática do planeta, presente também em Ratzel, quando este percebe que similitudes comportamentais de povos separados temporal e espacialmente, reforçava o caráter englobante da categoria território, no que pese à origem do termo estar associada a nicho de espécimes vegetais e animais.

Mas, se desde os clássicos do pensamento geográfico a circularidade era a precondição do tratamento sistemático, interconjuntivo e estrutural dos fenômenos geográficos, na história ela cumprirá objetivos que vão além da garantia de inteireza dos fenômenos espaciais mediante ao caos aparente que a realidade faz ver. Se em Braudel, o espaço foi a senda que por onde ele “descobriu as estruturas de longa duração histórica” (AGUIRRE ROJAS, 2003, p. 52), em Febvre o espaço ainda não havia ganhado as tintas e o caráter multidimensional que tanto marcaram as análises braudelianas. Entretanto, Febvre não estava interessado em robustecer a noção de espaço, tal empenho poderia ser visto em Ratzel, onde a discussão entre o solo, o Estado e o território entronizavam uma geografia na qual o espaço – suposto ou subentendido – era central; La Blache, ao seguir os passos de Ratzel, também promoveu análises onde o espaço – suposto ou subentendido – comparecia no mesmo grau de importância que a paisagem, a região e o lugar. Ora, se a noção de meio norteia a concepção geográfica de Febvre, ela passava ao largo do viés espacial. Primeiro porque desde meados do século XIX o meio já informava quase que estritamente fenômenos climáticos, ecológicos e paisagísticos e cumprindo evidentemente o papel de reforçar o escopo naturalista da geografia. Em segundo lugar, se o interesse de Febvre fosse promover a centralidade da categoria espaço, a cientificidade da qual se gabava exultante diante aos formulados ratzelianos em nada se distanciaria do caráter político da geografia então aplacada. Por fim, e talvez aqui resida o fator primordial: é o meio e não o espaço que garante a noção de longa duração.

Em Febvre, tal qual La Blache e, antes mesmo dele, em Michelet, o meio é o resultado provisório de uma formação histórico-espacial construída na longa duração. Mesmo que soe paradoxal, a provisoriedade do meio é o que explica a constituição dos gêneros de vida no decurso da história. Aqui é preciso frisar que o provisório é que destitui todo e qualquer gênero de vida de uma suposta autonomia existencial transtemporal. Os

gêneros de vida ao se formarem exibem tanto os espólios e as incorporações dos gêneros de vida pretéritos, como as readequações impressas aos mesmos.

Não é preciso grande esforço analítico para se depreender o paralelismo entre a noção de meio e os alforjes teóricos que, desde a época de Febvre, guarneceram a *nouvelle histoire*. Para ambas, o tempo histórico não se restringe à efemeridade do acontecimento. Entretanto, se o meio não se esgota na sua visibilidade (banalizada no problemático conceito de paisagem), em que condições um tempo distendido, derivado dos acréscimos humanos (técnicas), garantiria sua identidade, ou seja, sua singularidade? A esse respeito, sustentamos que Febvre, ao incorporar premissas do neokantismo, encontrou terreno seguro a sua batalha contra o positivismo e o primado do tempo violento da irreversibilidade da história. Resta saber se a tal incorporação resvala na *Naturphilosophie* e até que ponto o cientificismo do autor, ao inquirir seu objeto de estudo, pode responder a tal filiação.

Mas é preciso estar atento a uma questão complexa e poucas vezes nuançada nos discursos rigidamente maniqueístas de geógrafos e historiadores: a geografia traduzida como o estudo do meio serve apenas de cenário a uma outra geografia, ou seja, ao historiador interessa mais o sentido do meio que o meio propriamente dito. Todavia essa prerrogativa não é tão óbvia em *A Terra e a Evolução Humana*, uma vez que, como já assinalamos, a tônica da crítica de Febvre aos excessos dos geógrafos recaía exatamente sobre o alargamento indevido da área de abrangência do objeto da geografia. É possível descortinar a hipótese de que Febvre, ao colocar acento na imaturidade e no pouco rigorismo científico dos geógrafos, que então ousavam ir além dos ensinamentos de La Blache, estaria mobilizando, na verdade, duas geografias. Primeiro uma geografia inequivocamente moldada pela atuação dos agentes naturais, esta sim a geografia “propriamente dita” e que corria o risco de se esfumar diante as pretenciosas aventuras teóricas de geógrafos afoitos em transcenderem o “seu lugar”. Depois, uma geografia que regateava com outras áreas do conhecimento, sobretudo com a sociologia, a linguística, a economia e a antropologia, sem prejuízo ao seu apetite de interlocução.

O primeiro modelo, conforme diagnóstico exaustivo de Febvre, aponta o meio como fundamento, moldura e fim último da geografia. O segundo modelo comparece como exercício de suma erudição, portanto, reservada a poucos, reservada a não geógrafos. No primeiro modelo, a geografia resgataria seu objeto, poria termo às ambições de uma ciência jovem e filtraria o teor de seus empréstimos e permutas junto à

história. O segundo modelo pouco importa quando se trata de confrontar Ratzel e todos os discursos que borram a fronteira da geografia com a geopolítica. Neste caso, basta dar voz ao La Blache do *Tableau* e condenar a falta de cientificidade da tradição germânica. Contudo, de acordo com Rancière (1994, p. 73-34), não devemos superestimar a importância de uma geografia essencialmente natureza para o discurso histórico:

A “geografização” da história remonta na verdade a Michelet e esta não visa armar a história com uma teoria das causas. Seu efeito seria sobretudo, ao contrário, permitir-lhe escapar à grande batalha cientificista das leis e das causas. A “base” geográfica que Michelet dá à história, mesmo se ela é uma resposta à teoria das raças, não é a submissão dos fatos históricos aos dados geográficos. É, bem mais profundamente, uma geografização ou uma territorialização do sentido. Não se trata da influência do solo ou do meio. O solo precisamente não vai sem o túmulo. O solo é inscrição do sentido, o túmulo, passagem das vozes. A “geografia” que chama a nova história é primeiro um espaço simbólico que dá aos reis uma boa morte e funda a condição primeira da ciência histórica: nenhuma fala permanece sem lugar.

Um dos pressupostos deste texto é tentar dirimir as confusões, a falta de rigor teórico e a permeabilidade no que diz respeito aos conceitos de meio e espaço, mesmo sabendo que posteriormente será necessário esmiuçar melhor sobre a “poética do saber” posta por Rancière⁵²⁸. Seguindo o rastro anterior, no que pese o fato de o espaço fazer parte da rotina teórica da geografia desde Varenius e, principalmente, desde Kant, em fins do século XVIII, quando este demonstra a ubiquidade dos fenômenos temporais, afeitos à história, no âmago da dimensão espacial, então lida como receptáculo dos fatos humanos no tempo. Na verdade, seu uso efetivo enquanto categoria nuclear da produção do pensamento geográfico só acontece em meados do século XX, sobretudo com a vaga nomotética do neopositivismo que encerrou a explicação dos produtos espaciais na dinâmica das relações produtivas (econômicas e organizacionais). Esta corrente geográfica, conhecida como Geografia Pragmática, impôs sérias críticas às influências do neokantismo, destacadamente de Hettner e Hartshorne, taxadas de empíricas e pseudocientíficas por valorizarem elementos singulares do espaço, ao passo que a realidade premente clamava por um método que valorizasse o todo em detrimento das partes.

⁵²⁸ “[...] poética do saber: estudo do conjunto dos procedimentos literários pelos quais um discurso se subtrai à literatura, se dá um estatuto de ciência e o significa. A poética do saber se interessa pelas regras segundo as quais um saber se escreve e se lê, se constitui como um gênero do discurso específico” (RANCIÈRE, 1994, p. 15).

Num segundo momento, destacadamente a partir da década de 1960, o espaço tornou-se categoria nuclear de um modelo de geografia marxista que se colocou abertamente contrária ao modelo nomotético. Para esta geografia, o espaço seria “preenchido” contraditoriamente por relações de produção e forças produtivas e não “regido” unidirecional e matematicamente pela lógica das relações sistêmicas. O que nos interessa aqui é sublinhar que tanto na vertente neopositivista, quanto na vertente crítico-marxista, há uma rejeição do neokantismo e a procura de uma geografia na qual a dedução suplantasse a indução e, por conseguinte, a constituição de um modelo ou um sistema, primeiro “lógico-econômico” depois “dialético-econômico-social” que abrigasse uma geografia bastante distante da geografia lablacheana e de lastro empírico-descritivo.

Como é possível depreender, por mais que a Nova História rejeitasse a linearidade, o etapismo e a irreversibilidade do modelo de história ora combatido por Febvre e seus discípulos, a noção de tempo estrutural supõe minimamente uma grande unidade, podendo esta ser de caráter geográfico, mental ou econômico-social, quando cotejada as turbulências do tempo rápido dos acontecimentos. Ora, se a noção de espaço pressupõe substantiva condição do todo em relação as partes, poderíamos supor que em Febvre a leitura espacial fosse ideal, porque continente da longa duração histórica. Mas não é exatamente este todo que os escritos de Febvre perseguem. O todo, da teoria geral dos sistemas ou da luta de classes num sistema econômico qualquer, não era o todo no qual os *Annales* enfronhavam a sincronia das repetições e a morosidade do acontecer histórico junto às diacrônicas agitações do tempo célere da vida em sociedade.

Em primeiro lugar, a produção teórica de Febvre não está tão coagida pelo objetivismo teórico-metodológico que tanto norteia, quanto serve de percurso aos modelos teóricos acima descritos. Ao não vedar ao historiador a possibilidade de se insinuar por territórios “nada científicos” como a literatura e, ao mesmo tempo, imprimir vigorosa crítica à conduta positivista que “apagava” o historiador diante da história, a proposta febvreana abrigou a intersecção da explicação tipicamente científica consubstanciada na interpretação, na troca parcimoniosa entre ambas e, até mesmo, na intuição daquilo que o presente informava como problema para o passado revisitado. Em segundo lugar, quando Febvre afere que parte das limitações da geografia se deviam às pretensões que esta alimentava de abarcar o “todo”, a alternativa lablacheana, ideográfica, descritiva, surge como garantia de um “todo” menos pretencioso, mas muito mais realizável e científico. A esse respeito Lyra (2008, s/p) afirma que:

[...] é justamente o mestre, Lucien Febvre, quem introduz o tema “de uma geografia fixa” no debate geográfico, através da grande obra de referência, *A Terra e a Evolução Humana*, editada em 1921. Nesse livro, Lucien Febvre, ao responder as críticas a uma Sociologia nascente a uma Geografia não menos nova, credencia a crítica e acaba por pregar uma atitude ideográfica no tocante à ciência geográfica, se afastando da concepção lablachiana e do que viria a ser uma concepção braudeliana de geografia.

O problema da desaceleração temporal só vai ganhar pleno vigor com Braudel e se ficarmos detidos apenas numa das três secções do *Mediterrâneo*, justamente a que fala do meio natural, tenderemos a afirmar que a elaboração do meio, substrato do fazer histórico, de fato, depende decisiva e quase exclusivamente da geografia.

Durante séculos, o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído do qual não pode desviar-se sem o risco de pôr tudo novamente em jogo. Vede o lugar da transumância na vida montanhosa; a permanência de certos setores da vida marítima enraizados em certos pontos privilegiados das articulações litorâneas; a durável implantação das cidades; a persistência das rotas e dos tráficos; a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações (BRAUDEL, 2005, p. 50).

Referências

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antônio. *Fernand Braudel e as Ciências Humanas*. Londrina, PR: Eduel, 2003.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1993.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____ (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Tradução Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru, SP: Edusc, 2003.

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. Tradução de Margareth de Castro A. Pimenta e Joana A. Pimenta. 2. ed. revista. Florianópolis, SC: Editora UFSC, 2014.

CARBONELL, Charles-Olivier; LIVET, Georges. *Au berceau des "Annales". Le milieu strasbourgeois. L'histoire en France au début du XXe siècle. Archives de sciences sociales des religions*, n. 61/2, 1986. p. 240-241. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/assr_0335-5985_1986_num_61_2_2397_t1_0240_0000_3. Acesso em: 10 jul. 2016.

CORDEIRO JÚNIOR, Raimundo Barroso. *Lucien Febvre: combates por uma nova história – considerações sobre um projeto historiográfico*. 2000, 411f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

FEBVRE, Lucien. *A Terra e a Evolução Humana: introdução geográfica à história*. Tradução de Prof. Doutor Jorge Borges de Macedo. Lisboa: Edições Cosmos, 1991.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

LIRA, Larissa A. Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia. *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 2, 2008. Disponível: <https://confins.revues.org/2592>. Acesso em: 24 jul. 2016.

POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger. *A História Nova*. Tradução Eduardo Brandão. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da História: um ensaio de Poética do Saber*. Tradução Eduardo Guimarães e Eli Puccinelli Orlandi. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.

A BUSCA PELO SENTIDO RELIGIOSO DE PRÁTICAS DEVOCIONAIS NA ROMARIA DA SUCUPIRA

*Weverson Cardoso de Jesus*⁵²⁹

RESUMO: O estudo das festividades de cunho religioso popular corrobora para a compreensão de esferas sociais, tais como a relação estabelecida entre os indivíduos e a comunidade festiva, dos espaços festivos como elementos fortificadores da sociabilidade, bem como espaços de manutenção (ou tentativa) de tradições herdadas, entre outros aspectos. Pretende investigar a religiosidade popular presente na Romaria da Sucupira, em Dianópolis – TO, onde ocorre a devoção a Nossa Senhora do Rosário e ao Divino Espírito Santo, no intuito de analisar as práticas culturais como forma de constituição de sentido da religiosidade dos partícipes da festa ao elucidar as narrativas orais como forma de transmissão da tradição; busca ainda problematizar o sentido religioso que essas práticas sinalizam, uma extensão da vida cotidiana.

Palavras-chave: narrativas orais; religiosidade popular; constituição de sentido.

1. SELEÇÃO DO TEMA E RELAÇÃO COM O OBJETO DE PESQUISA

“O passado é a força viva e atuante que mantém o mundo de hoje. [...] O passado não está lá, na sua data, mas aqui, em mim. O passado sou eu – se estende, a minha vida”. (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 51).

O intuito de analisar a Romaria da Sucupira, festividade que ocorre anualmente na zona rural de Dianópolis – TO surgiu ainda no decorrer da graduação como tentativa de contribuir com a valorização das práticas culturais dos sertanejos dianopolinos. Desde

⁵²⁹Mestrando em História, Programa de Pós-Graduação História, Universidade Federal do Goiás (UFG). Orientando da Prof.^a Dr.^a Libertad Borges Bittencourt. Bolsista Capes.

a infância frequentei a festa em questão motivado pelos meus avós, no entanto não possuía a compreensão das relações sociais ali praticadas, ou mesmo os motivos que faziam as pessoas saírem das fazendas para ficarem durante dias no local da romaria. A escolha da temática voltada para a cultura popular foi influenciada por essa ligação com a festividade ocorrida na Sucupira, com as folias, com a religiosidade popular permite compreender as relações sociais estabelecidas entre partícipes, elites, e ainda instituições (Igreja, política) que se apropriam da festa. Sempre participei da Romaria da Sucupira, porém não atentava à sua história, as mudanças na forma de celebrar, enfim, era um participante indiferente, sem interesse nos aspectos abordados nessa pesquisa.

A mudança ocorreu a partir da graduação quando inquietei-me com a afirmação que constava no *site*⁵³⁰ do município de que as festas ali celebradas só eram boas somente no período das campanhas políticas, uma vez que os candidatos ofereciam caronas a quem quisesse ir, pagavam bebidas; uma total desvalorização dos sertanejos, das pessoas que iniciaram a festa e que a sustentam quando o período político termina. Ressalta-se que essa informação foi retirada recentemente do *site* e acrescentou-se que a festividade é típica do sertanejo dianopolino. A partir dessas inquietações deu-se início a pesquisa sobre a temática e encontrei nos escritos regionais indícios de que a festa ultrapassa a idade de cem anos. Em um trecho da obra de Osvaldo R. Póvoa (1983) consta que, em decorrência de brigas políticas, ocorreu um assassinato em Natividade – TO. Os assassinos fugitivos desejavam chegar à Bahia. Os mesmos percorreram por algumas fazendas de conhecidos em busca de alimento e abrigo, passando também pela Sucupira:

No dia 4 de fevereiro de 1884, na Sucupira, local de romaria de N.S. do Rosário, onde pernottaram, antes do nascer do sol, conversaram enquanto preparavam o café, para depois subir à serra (PÓVOA, 1983, p. 119).

Nessa data o local era tido como romaria, o que denota grande número de pessoas que o frequentava. Este é o registro mais antigo que tive acesso até o momento e que reafirma os depoimentos de que a festa remete a um passado longínquo. Após a descoberta, iniciou-se um longo percurso a ser percorrido com pesquisa, dificuldade de acesso aos dados, ida à festividade com o olhar de pesquisador. Por diversas vezes presenciei romeiros que levavam ao altar a esmola, beijavam a imagem de Nossa Senhora

⁵³⁰Site do município: <<http://www.dno.com.br>> Acesso em 28 ago. 2013. Revisitado em 15 jan. 2016, onde constam as alterações.

do Rosário e pediam por chuva na lavoura, saúde para retornar no ano seguinte; rememoro diversos momentos em que os romeiros rezavam o terço e entoavam benditos⁵³¹ lembrando dos pais, avós e diziam “este bendito era o que ele mais gostava”. Às vezes o bendito era interrompido pelas lágrimas, pois a memória dos antepassados não é esquecida. Nesse sentido, a pesquisa é fruto de experiências pessoais e pretende dar visibilidade às práticas culturais dos romeiros da Sucupira, organizadores da festividade e perpetuadores da memória dos antepassados; romeiros estes que são os motivadores da pesquisa em andamento.

2. AS PRÁTICAS DEVOCIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO RELIGIOSO NA ROMARIA DA SUCUPIRA

“[...] o ser humano não poderia sobreviver sem heróis, santos e mártires, porque o amor, assim como o verdadeiro ato de criação, é sempre vitória sobre o mal.” (SABATO, 2008, p. 63).

Início com a citação de Ernesto Sabato pela profundidade de sua escrita. A leitura da obra *A resistência* permitiu muitas reflexões acerca do objeto de pesquisa, bem como de diversos aspectos da vida cotidiana. Ao afirmar a incapacidade do homem de sobreviver sem santos, heróis, figuras de referências, remete-me a pensar principalmente na vitória do bem sobre o mal, não somente na figura de demônios, mas o mal que assola a sociedade, o desamor, individualismo, crueldade, entre outros adjetivos. A religião torna-se uma referência para o indivíduo, colabora na condução de sua vida, seus atos, contribui para constituir sua identidade na medida em que permite a inserção social, momentos de sociabilidades, transmissão de conhecimento.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida ao longo do mestrado pretende analisar a religiosidade popular presente na Romaria da Sucupira, as práticas culturais como forma de constituição de sentido da religiosidade dos romeiros, ao elucidar as narrativas orais como forma de transmissão da tradição, além de problematizar o sentido religioso que essas práticas sinalizam, uma extensão da vida cotidiana.

As religiões, em suas diversas denominações, possuem narrativas, essas são tidas como construção de um sentido para os fieis. Paul Ricoeur (1994) colabora com a compreensão das narrativas ao afirmar que as mesmas possibilitam articulação de sentido,

⁵³¹ Os Benditos são orações cantadas em louvor a uma divindade.

portanto são as narrativas que permitem entender as relações sociais estabelecidas pelos indivíduos. O que não é narrado é sepultado com o indivíduo, o que temos acesso para a pesquisa histórica é fruto da narrativa, seja documental, ficcional, romancista; como o mesmo autor pontua: “toda história é narrativa”, (1994). Ao adentrar especificamente nas narrativas orais, um campo espinhoso para algumas vertentes mais tradicionais da História, é perceptível a importância que os narradores dão à memória recebida e que transmitem pela narrativa. Para essas querelas teórico-metodológicas, aproprio-me do texto de Amadou Hampaté-Bâ, para uma discussão acerca do valor da narrativa oral:

Para alguns estudiosos, o problema todo se resume em saber se é possível conceder à oralidade a mesma confiança que se concede à escrita quando se trata do testemunho de fatos passados. No meu entender, não é esta a maneira correta de se colocar o problema. O testemunho, seja escrito ou oral, no fim não é mais que testemunho humano, e vale o que vale o homem. Não faz a oralidade nascer a escrita, tanto no decorrer dos séculos como no próprio indivíduo? Os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo foram o cérebro dos homens. Antes de colocar seus pensamentos no papel, o escritor ou o estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo. Antes de escrever um relato, o homem recorda os fatos tal como lhe foram narrados ou, no caso de experiência própria, tal como ele mesmo os narra. Nada prova *a priori* que a escrita resulta em um relato da realidade mais fidedigno do que o testemunho oral transmitido de geração a geração. As crônicas das guerras modernas servem para mostrar que, como se diz (na África), cada partido ou nação “enxerga o meio- dia da porta de sua casa” – através do prisma das paixões, da mentalidade particular, dos interesses ou, ainda; da avidez em justificar um ponto de vista. (HAMPATÊ-BÂ, 2010, p. 168).

O tradicionalista africano discorre sobre a importância da memória, primeiro compêndio utilizado pela humanidade, posteriormente sobre a oralidade igualando-a aos documentos escritos, pois ambos podem ser forjados, usados com o intuito de encobrir, engrandecer ou diminuir personalidades ou eventos, enfim, ambas possuem brechas para questionamentos. Interessa-me a narrativa transmitida pela oralidade como testemunho humano, experiência do indivíduo no tempo. Hampaté-Bâ enaltece a oralidade por essa dar origem à escrita – até mesmo por ser um memorialista preocupado com a transcrição de mitos, histórias do Oeste Africano. Ressalta-se que nas comunidades tradicionais africanas a palavra tem uma força vital, quem a profere não pode fantasiar, incorrendo no risco de ser excluído da sociedade ou condenado à morte por ser considerada uma lepra moral. Daí a importância da narrativa oral para as populações africanas.

Sabe-se da experiência da escravidão nas Américas, especificamente no Brasil, e como a experiência do tráfico negreiro trouxe – para além das mazelas sociais – o enriquecimento cultural, religioso, culinário, entre outros aspectos. Os municípios de Conceição do Tocantins (Conceição do Norte) e Dianópolis (Duro) vivenciaram a escravidão com as minas de ouro não tão rentáveis, e posteriormente com a utilização da mão-de-obra dos escravos libertos (embora ligados aos coronéis, proprietários de latifúndios) como vaqueiros, agregados das fazendas. Esse movimento de retorno à experiência da escravidão dá-se no sentido de compreender a importância da oralidade, da palavra para os antigos romeiros que em sua grande maioria são descendentes de negros com índios que habitavam as localidades do Duro e Conceição do Norte. A romaria localiza-se entre esses dois municípios.

De acordo com as narrativas orais, uma imagem de Nossa Senhora do Rosário (Imagem 01) foi encontrada por um vaqueiro (anônimo) da Fazenda Vazante em cima de um tronco de sucupira (*pterodonemarginatus*); daí o nome da respectiva romaria. De acordo com as narrativas orais a imagem estava acompanhada por um rosário de ouro em volta de seu pescoço e uma coroa de ouro sobre sua cabeça. A crença religiosa nos poderes sobrenaturais inicia quando a imagem é encontrada; no mesmo tronco estava uma colônia de xupé (*trigonahyalinata*), abelha que acompanha a imagem como sendo sua protetora. Essa é mais uma das narrativas relacionadas ao surgimento da romaria, uma vez que os devotos têm a abelha como protetora da imagem. Mircea Eliade, na obra *O sagrado e o Profano* (1992, p. 20) refere-se ao uso de animais como elemento fortificador da sacralidade do local ao afirmar que “são os animais que revelam a sacralidade do lugar”, desse modo os homens procuram descobrir esses locais com a ajuda de sinais misteriosos, como o fato da abelha estar presente até na atualidade (Imagem 02).



Imagem 01: Imagem de N. S. Rosário⁵³² – 15 de jul. 2010. Imagem 02: colônia de xupé – 31 de jul. 2015.

Ao ser levada para a sede da Fazenda Vazante pelo vaqueiro, José Martins Rezende (inspetor de quarteirão e proprietário da mesma) a acomodou em um altar, como relata seu bisneto Josiano Martins Rezende em depoimentos. De acordo com a tradição oral, a imagem retornou ao local onde fora encontrada por diversas vezes até ser construída uma capela para sua acomodação. A partir disso o local começa a ser visitado, recebe os primeiros romeiros. Posteriormente, devido à falta de espaço e enfermidades presentes nos riachos – principalmente a malária –, o local da festa foi transferido para outros até chegar ao que acontece na atualidade, distante 30 km do município. A data não consta nos depoimentos nem mesmo nos arquivos pesquisados até o momento, mas provavelmente seja anterior a 1884, uma vez que a escritura da fazenda é de 1829 e mediante a citação de Póvoa mencionada acima. Constam ainda nos testemunhos orais obtidos que a festa existe desde os tempos dos bisavós dos entrevistados, sendo que os romeiros que concederam entrevistas possuem idade superior a cinquenta anos.

As narrativas acerca da imagem e do xupé são constantes nos depoimentos, ultrapassam a razão humana numa tentativa de compreensão, uma vez que a comunidade as aceita como relacionadas às origens da romaria e da sacralidade da mesma, embora não seja o local onde foi construída a primeira capela, o xupé acompanha a santa, conforme afirmam os depoentes. Como enfatiza Sabato (2008, p. 42) “o mito, assim como a arte, exprime um tipo de realidade da única forma como ela pode ser expressa. É essencialmente avesso a qualquer tentativa de racionalização” e desafiam todas as categorias da lógica aristotélica ou dialética. De tal forma, a comunidade é unida pela memória, conforme destaca Bauman (2005, p. 64). Além da unidade entre os próprios romeiros por serem conhecidos e manterem relações de parentesco ou amizade, ocorre uma unidade pela transmissão de memórias, da própria tradição religiosa recebida, das narrativas que perpassam gerações e que são re-narradas, episódios reunidos que concluem uma trama, tal como argumenta Paul Ricoeur:

[...] é no ato de re-narrar, mais que no de narrar, que essa função estrutural do encerramento pode ser discernida. A partir do momento em que uma história é bem conhecida – e é o caso da maioria das narrativas tradicionais ou populares, assim como das crônicas nacionais

⁵³²As imagens contidas no artigo fazem parte do meu arquivo pessoal.

relatando os acontecimentos fundadores de uma comunidade [...]. (RICOUER, 1994, p. 106).

As narrativas recontadas estão intrinsecamente ligadas à necessidade de uma construção de sentido, do motivo de uma festividade, da celebração, momentos de sociabilidades no local considerado sagrado, o que permite compreender as relações estabelecidas entre romeiros e festividade, a busca por manter a tradição da romaria, bem como a tentativa de explicar, por mitos de fundação, como a festa teve início. Nesse sentido, Ortega y Gasset (1982) contribui para apreender a cultura como algo sustentado diretamente pelos indivíduos, uma vez que a manutenção das festividades de Nossa Senhora do Rosário e do Divino Espírito Santo ocorreu pela presença dos sertanejos que habitam a circunvizinhança. Para além dessa manutenção por meio do ato de frequentar, acredito que a fé e o desejo de manterem a tradição herdada pelos seus antepassados sejam os sustentáculos da cultura, vista como forma de perpetuar a memória que receberam.

Outro dado importante consta nos registros presentes no IPEHBC (Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central). Em visitação às Freguesias do Norte por ordem do bispo diocesano de Goiás (Dom Prudencio Gomes da Silva), o Monsenhor Francisco Ignacio de Sousa percorreu entre final de julho e início de agosto de 1913 os municípios de Peixe, Natividade, Almas, perpassando pelo Duro e conseqüentemente pela capela da Sucupira. Seu registro deixa indícios de novas versões acerca da festividade celebrada:

No dia 13 a huma hora da tarde, partimos para a capela da Sucupira e fomos honrados, até perto de legoa, pelo acompanhamento de mais de 30 cavallheiros, entre os quaes se destacavam os Senr^{es}. C^{el}. Wolney, Major João Baptista Leal, Major Aureliano de Azevedo e outros illustres cidadãos, cujos nomes escapam-me à memória. Nesse mesmo dia chegamos a dita capella as 10 horas da noite, tendo passado pela casa do zelador e administrador da mesma, o Senr. Cap^m. José Martins, que depois de nos obsequiar com um bom jantar, fez nos acompanhar um de seus filhos para represental-o na visita da dita capella. Julgo-a muito ordinaria, construção grotesca, sem estetica, alem de tudo, sem patrimonio, colada a margem direita do Ribeirão Sucupira, dentro de uma fazenda pertencente hoje ao Senr. C^{el}. Wolney, que recusa absolutamente dar-lhe patrimonio, preferindo a sua extincção por causa da anarchia que ali reina durante a festa. Sobre este ponto, me acho bem informado por outras pessoas até padres que é a pura verdade o que se lastima sobre essa festa. No dia 14 partimos bem cedo da capella da Sucupira e a tardinha depois do curso de 7 legoas, hospedamos á

margem do rio Palmeiras, no sitio chamado Mirador. (IPEHBC, LIVRO 18, 1913).

De acordo com o relato do sacerdote, a capela era rústica e ordinária, desprovida de patrimônio, com construção sem estética. Menciona ainda a constante anarquia presente nas festividades, o que podia ocorrer em decorrência da ingestão de álcool e ainda presença de desafetos. Interessa ainda o jogo de poder na narrativa do sacerdote, exaltando sempre a atuação do coronel Joaquim Wolney e suas decisões sobre a vila, inclusive seu desejo de que a festividade não ocorresse. Além desses aspectos ressaltados pelo visitador, o mais elucidativo para a compreensão da festividade é a presença da capela ao lado do Ribeirão Sucupira, até então desconhecido ou silenciado nos depoimentos e no conhecimento da população. Esse dado pode dar novas perspectivas para compreender o surgimento do nome da respectiva romaria, que até então era pautado apenas nas narrativas acerca do aparecimento da imagem.

A busca por manter a tradição é uma constante nos depoimentos colhidos, a maioria dos romeiros residentes na zona rural tem uma relação com a romaria não somente por ter ido com os avós, pais, mas ainda por terem celebrados momentos religiosos de suas vidas na própria festividade, como casamentos, batizados. Além disso, os romeiros reforçam, nos depoimentos, o desejo de manter a tradição que legaram dos ancestrais. Para Rüsen (2008, p. 76-77) a tradição é a suma das orientações atuais do agir, nas quais estão presentes os resultados acumulados por ações passadas. Nela, o agir passado indica, ao agir presente, a direção; na tradição, o agir passado mantém-se presente na forma de uma orientação imediatamente eficaz. Na tradição “o passado não é consciente como passado, mas vale como presente puro e simples, na atemporalidade do óbvio”. Alicerçados pela tradição herdada, os romeiros procuram manter as formas de condução do mastro e de construção de barracas improvisadas (Imagem 03 e 04); por vezes questionam a autoridade religiosa do sacerdote por querer alterar a forma de conduzir a romaria. Como Rüsen expõe, a atemporalidade é uma das características da tradição, até mesmo pela falta de especificar datas, mas sempre se lembrando de acontecimentos: “o ano que as barracas pegou fogo”, “o ano que fulano foi o dono da festa”.



Imagem 03: Construção das barracas – 15 jul. 2010.



Imagem 04: Romeiros nas casas de alvenaria – 04 ago. 2013.

Utilizo o conceito de tradição como “um produto do passado que continua a ser aceito e atuante no presente, um conjunto de práticas e valores enraizados nos costumes de uma sociedade”, conforme Silva & Silva (2009, p. 405). Sua aplicação refere-se à atuação de elementos no presente que são evocados pelo passado e pela transmissão que os romeiros receberam dos seus antepassados pela oralidade.

Ortega y Gasset (1982) provoca-nos a pensar que os sistemas de crenças são múltiplos, embora existam diferentes sistemas religiosos a crença no transcendente é um contínuo esforço de busca de sentido para a existência. Contrapondo a ideia da necessidade de uma crença, Jean-Paul Sartre (1997, p. 8) disserta sobre a imprescindibilidade de uma moral laica, valores que devem ser mantidos, embora não estejam necessariamente ligados à religião. A filosofia sartreana é extremamente relevante para pensarmos as relações estabelecidas entre membros de uma sociedade e da necessidade de tornarmos agentes de nossa própria história de vida, fruto de escolhas e consequências. Embora não seja aplicado no âmbito religioso, os escritos do filósofo deixam transparecer a angústia que o indivíduo possui, angústia gerada pelo fardo da existência, das responsabilidades sociais, convenções que somos pressionados a seguir, não necessariamente por não estar ligado à crença. Sartre (1997, p. 21) acentua que “antes de alguém viver, a vida, em si mesma, não é nada; é quem vive que deve dar-lhe um sentido”, cabe ao indivíduo dotar de sentido sua existência. A liberdade individual é prezada, bem como a moralidade laica, uma vez que a religião, na visão sartreana, impede o homem de exercer o livre-arbítrio de escolher.

Por outro lado, em cidades interioranas - principalmente nas zonas rurais - a religiosidade ocupa um espaço privilegiado na vida dos indivíduos, tendo em vista o grande número de romarias, festas de santos padroeiros, promessas a serem cumpridas (andar a pé até o local, assistir missa de joelhos), ficar dias em barracas improvisadas, experiências que fazem parte da vida religiosa dos romeiros. Tive uma experiência com uma depoente na zona rural por ocasião de uma visita em que a mesma pediu licença e foi fazer suas orações por ser meio-dia, hora em que “as trevas estavam soltas”. Nesse sentido, a religiosidade está presente não só nos momentos festivos, mas fazem rezas, promessas, devoções sem necessariamente frequentar um rito; como aborda Bauman (2005, p. 77) a experiência do sagrado não se limita à igreja.

Todas essas práticas culturais desembocam na questão de construção de um sentido, na permanência da tradição e marcas identitárias dos romeiros, uma vez que a religiosidade se estende na vida cotidiana, embora tenha seu auge nas festividades da Sucupira. Domingues (1996) entrevê que as comemorações é uma forma de supressão do tempo; dessa forma, torna-

se uma oportunidade de repouso das atividades laborais, momento de compadrio, bebedeiras, risos. Na festa a supressão do tempo se dá pelo contato com o sagrado (missas, reinados, mastros, celebração de sacramentos), mas ainda se dá pelo contato com o profano (bebedeiras, festas nas barracas ou boates). O sagrado e o profano habitam o mesmo espaço, o que torna interessante analisar as festas como momento de exposição da sensibilidade humana, onde ao mesmo tempo tem-se a obrigação religiosa e o divertimento.

Questiono-me se a romaria da Sucupira pode ser considerada como marca identitária do sertanejo romeiro, uma vez que deixam suas obrigações para confeccionar as barracas, se deslocam a cavalos e se dispõem a ficar uma semana ou mais no local para prestigiar as festas e ainda pedir bênçãos nas lavouras, pedir por saúde, pelos familiares. Ao analisar as identidades, Hall (1999, p. 12) destaca que a identidade costura o sujeito à estrutura, que a mesma é definida historicamente e não por fatores biológicos. Essa constatação do autor vai ao encontro das análises realizadas no decorrer da pesquisa com os romeiros, uma vez que a identidade dos mesmos relaciona-se com o local de origem, com o modo de vida, com os valores recebidos e transmitidos aos seus descendentes. Hall (1999, p. 58) ainda contribui para pensarmos o legado das memórias e o desejo de perpetuar a herança recebida como parte importante da construção identitária de um povo. É nesse sentido que procurarei em outro momento relacionar as narrativas orais transmitidas por meio da memória com a identidade. São considerações que estão ganhando corpo e receberão um destaque na dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversas as motivações religiosas que fazem com que a romaria perdure; não é possível entender essas motivações, conforme Bauman (2005, p. 80). A romaria, embora tenha participação de pessoas idosas, conta com grande número de jovens, adultos, crianças, que conhecem ou já ouviram falar desses mitos fundadores da festa e que vão para prestigiar, até mesmo por sentirem a importância de manter viva a tradição recebida, o que fortalece os laços entre a comunidade festiva e os partícipes. Muitas vezes as pessoas não compreendem como o mito é importante para fortalecer a crença na sacralidade do local, carregado de significado que deixam pistas para compreensão da festa no tempo presente, conforme afirma Ernesto Sabato (2008, p. 38).

As concepções de mundo, o caráter atemporal dos mitos fundadores da festividade fogem à lógica interpretativa; no entanto, as experiências que os romeiros têm de verem a fé

fortalecida e o compartilhamento de saberes e o desejo de que a memória dos ancestrais não seja esquecida tornam-se significativos para o campo da História por permitir analisar as relações estabelecidas entre a festa, memórias compartilhadas e principalmente como ocorreu por meio das narrativas uma constituição de sentido da própria festividade e do motivo de celebrarem. Outra constatação é de que a dessacralização da esfera religiosa não é uma regra geral, as pessoas que frequentam sentem-se ligadas ao sagrado, às divindades celebradas, como foi possível constatar nos depoimentos obtidos. Frequentam não com o intuito de tirar proveito, mas pelo ato de estar em comunidade, rever os amigos, cumprir promessas, uma busca por preencher de sentido a existência; “[...] quando tudo é dessacralizado, a existência é assombrada por um amargo sentimento de absurdo”, (SABATO, 2008, p. 40).

As festividades celebradas na Romaria da Sucupira são decorrentes nas narrativas contadas por gerações; a narrativa não é necessariamente de um só indivíduo, elucida Ortega y Gasset (1982). Essas narrativas possuem a força de manter viva a devoção e o desejo de perpetuar a memória; como pontua Ricouer (1994), as narrativas são contadas com o intuito de reforçar a crença. A experiência de ouvir os depoentes permitiu compreender como a tradição foi transmitida e como existe um receio de que as festas ali celebradas sejam esquecidas, para isso recontam o que receberam aos membros da família. Ao mesmo tempo, a experiência festiva na romaria em questão ao longo de um século demonstra a força que a devoção possui na localidade e a dificuldade da mesma cair em esquecimento, dado que o número de participantes tem aumentado paulatinamente⁵³³.

Por fim, a religiosidade é uma das formas de construção de sentido para os fieis, uma forma de estarem em contato com os demais membros da comunidade festiva. As práticas culturais presentes no interior das festividades sinalizam uma extensão da vida cotidiana, uma vez que a experiência religiosa não se limita ao culto ou a momentos festivos. O interesse pela festa em análise, além de motivações pessoais, relaciona-se também com o apego ao sertanejo, ao desejo de ver esses agentes ativos da romaria serem valorizados e de terem suas práticas culturais reconhecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

⁵³³ As festividades do ano de 2016 contou com a presença de aproximadamente 5 mil pessoas.

DOMINGUES, Ivan. A experiência do tempo e da História. In: *O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a história*. São Paulo: Iluminuras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&, 1999.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África*, I, Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

IPEHBC. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. LIVRO 18: Visita pastoral às freguesias e capelas do Norte da Diocese de Goiás (manuscrito). Goiânia, GO. 1913.

ORTEGA Y GASSET, José. A história como sistema. In: *História como sistema. Mirabeau ou o político*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. *Crônicas de outros tempos*. Goiânia: Gráfica Editora Líder, 1983.

RICOUER, Paul. Tempo e narrativa: a tríplice mimese. In: *Tempo e narrativa* (Tomo I). Campinas/SP: Papyrus, 1994.

RÜSEN, Jörn. Pragmática- a constituição do pensamento histórico na vida prática. In: *Razão histórica*. Brasília: Editora UnB, 2008.

SABATO, Ernesto. *A resistência*..São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. In: SARTRE. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

**ANAIS DO I FÓRUM DOS PROGRAMAS
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DO CENTRO-OESTE E DO IX
SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (UFG/PUC-GO)**

(Realizado nos dias 29 e 30 de Setembro de 2016)

Elias Nazareno

Marlon Salomom

Renata Cristina de S. Nascimento

[Orgs.]

Goiânia

Setembro, 2016

ISSN 2176-6738